

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014

1

*Caderno de Resumos e Anais da
XIX Semana de História, VII
Fórum de Pós-Graduação em
História e II Fórum de
Licenciatura em História
Universidade Estadual de
Maringá ISSN: 2175-4446.*

PROMOÇÃO

DHI
Departamento de História

PPH
Programa de Pós-Graduação em História



XIX SEMANA DE HISTÓRIA. Todos os direitos reservados.

Desenvolvimento INDEV - Sistemas web-based



A XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História ocorreu na Universidade Estadual de Maringá (UEM), de 19 a 21 de novembro de 2014. O profissional de História e seus desafios: temáticas de ensino e pesquisa foi o tema desta edição do encontro, que, com certeza, oportunizou, ao longo dos três dias de sua realização, produtivas discussões, agregando significativas contribuições às nossas pesquisas e à nossa atuação docente.

Nossa proposta foi abrir espaço para reflexão das disciplinas de história e cultura afro-brasileira e indígena, ensino religioso e história do Paraná que, pela lei, devem ser ministradas na educação básica. Como o curso de História da UEM está respondendo a esta determinação? Também aproveitar para discutir esses conteúdos enquanto temáticas de pesquisa presentes no nosso Departamento.

Comissão organizadora

Comissão Científica

Angelo A. Piori - Uem
Gersem José Dos Santos Luciano - Ufam
Gizele Zanotto - Upf
João Fábio Bertonha - Uem
Luciana Regina Pomari - Unespar
Sidnei José Munhoz - Uem
Silvia Helena Zanirato - Usp
Solange Ramos De Andrade -Uem
Vanda Fortuna Serafim - Uem

Comissão Organizadora

Angelo Aparecido Piori
Solange Ramos De Andrade
Vanda Fortuna Serafim
Ivana Guilherme Simili
Ivone Bertonha
Luciana De Fátima Marinho Evangelista

Comissão Discente

Michel Bossone, Leide Barbosa Rocha Schuelter, Thauan Bertao Dos Santos, Maria Helena Azevedo, Giovane Gonzaga, Rafaela A. Barbieri, Lucineide Demori Santos, Murilo Toffanelli e Tonia Kio F. Piccoli.

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014



A foto veicula imagem de algumas das professoras que foram responsáveis pela reestruturação da graduação em História da UEM. Da esquerda para a direita: Nadir Aparecida Cancian, Hilda Pívoro Stadnik, Ivani R. Omura, Arlete Vieira da Silva, France Luz e Isabel Pinto Batista. A foto é ambientada no auditório do Dacese. O ano provável é 1982.

Os efeitos deletérios da política educacional empreendida pela ditadura, com o investimento na proliferação da licenciatura em Estudos Sociais, geraram a desativação temporária da graduação em História da UEM. A reestruturação ocorreu a partir de 1981.

Convivi com todas as professoras citadas, com exceção de Nadir Cancian. Posso dizer, porém, que aprendi muito com todas. Nadir faleceu em 1982, pouco antes de meu ingresso na graduação em História. Mesmo assim, seu exemplo influenciou minha geração. Sua tese de doutorado sobre a cafeicultura é um trabalho clássico, referência obrigatória ainda hoje. Além disso, era muito comprometida com os temas políticos nacionais e com a organização dos docentes.

Liderou, como se sabe, a fundação da Aduem. Certa vez, perguntamos à professora Hilda Stadnik qual era o papel do intelectual. Ela disse: “mirem-se no exemplo da Nadir e vocês entenderão”. Quando fundamos o Centro Acadêmico, demos seu nome à entidade.

De Hilda eu retive as lições de inesgotável energia intelectual e generosidade. Lembro-me que lhe propusemos um grupo de estudos sobre a obra de Gramsci e ela adaptou sua agenda de trabalho e de estudos para atender nossa demanda. Ivani e Arlete foram responsáveis pelo meu envolvimento com os debates relacionados à reformulação do ensino de História. Isabel era uma professora admirável e dedicada. France Luz era a erudição encarnada em corpo de mulher. Foi, acima de tudo, exemplo de pesquisadora. Legou magistrais obras sobre a História de Maringá e região.

Minhas homenagens às professoras.
Reginaldo Benedito Dias

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014

RESUMOS

O modelo Taciteano da escrita da História

Adrielle Andrade Ceola
PIBIC-AF-IS / LEAM – UEM
Profª Drª Renata Lopes Biazotto Venturini
DHI/PPH/LEAM – UEM (Orientadora)

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo trazer uma breve explanação acerca da concepção de História encontrada na antiguidade romana, a partir da análise do poder imperial durante os anos iniciais do Principado, anos esses conhecidos como “Anarquia”, pelo fato de três imperadores, Galba, Otão e Vitélio, passarem pelo poder em um curto espaço de tempo, entre os anos 68 e 69 d. C., e também pelo motivo de o Império Romano se encontrar em guerras civis localizadas. Para isso, utilizamos a obra *Histórias*, as quais se compõem de narrativas com conteúdos políticos e militares, de modo aristocrático, abrangendo desde a queda de Nero no ano de 68 d. C. até a ascensão dos imperadores Nerva e Trajano, no entanto não chega a desenvolver a escrita dos governos de tais imperadores, embora fosse sua pretensão homenageá-los. Essas narrativas foram escritas por *Publius Cornelius Tacitus*, acerca do pensador são escassas as informações a respeito de sua vida, e geralmente as informações são ligadas a sua carreira política, sabe-se que ele viveu entre os séculos I e II d. C. Pertencente a uma distinta família equestre, originária da Província da Gália, ou do norte da Província Itálica, foi homem político atuante, exercendo os cargos de advogado e tribuno militar, posteriormente sob influência de seu sogro Cn. Júlio Agrícola atingiu os postos da questura no ano de 79 d. C. no governo de Vespasiano, pretura no ano de 88 d. C. sob Domiciano, foi designado para funções administrativas no ano de 89 d. C. na Província da Germânia, consulado e proconsulado no ano de 97 d. C. sob Nerva e Trajano, até atingir a nomeação de governador da Província da Ásia por Trajano no ano de 112 d. C. Além dessas magistraturas, foi considerado historiador por excelência em sua época, visto que ele atendia o modelo louvável de História, abordando questões políticas, militares e até mesmo étnicas em seus escritos. Contudo, por mais que seguisse um viés comumente aceito, iniciado por Heródoto e Tucídides na antiguidade grega, divergiu de seus contemporâneos historiadores, pois relatou um passado próximo de si, abrangendo até mesmo uma parte de sua vida, enquanto que os demais buscavam fazer a História desde a fundação de Roma. Nas obras do historiador romano, podemos identificar ainda uma grande preocupação com o poder imperial, pois ele escreve somente as negatividades decorrentes, elogiando somente os anônimos de modo generalizado, assim suas narrativas se constituem basicamente de denúncias acerca das adulações e oportunismos dos políticos de seu tempo.

Palavras-chave: História; Tácito; Poder Imperial.

O Renascimento da história? Uma análise da obra de Leonardo Bruni (1370-1444)

Alessandro Arzani
UFRGS-Capes

Resumo: O *Renascimento* é reconhecido principalmente pelas marcantes transformações culturais que emergiram na Europa entre os séculos XIV e XVI. Formas antigas foram retomadas e passaram a construir um novo cenário no mundo europeu. Neste período de reflorescimento dos padrões clássicos das artes, constata-se também um *renascimento* da História, inspirada nos autores gregos e romanos. Certamente este processo de revisitação do estilo historiográfico antigo contou com o empenho de inúmeros filólogos e



classicistas que se dedicaram à tradução e análise de diversas obras pouco difundidas na Idade Média, mas um de seus principais colaboradores foi Leonardo Bruni. Nascido na cidade de Arezzo (c. 1370), a 70 km de Florença, Bruni estudou direito e depois se tornou um especialista em estudos clássicos. Por muitos anos foi *chancellor* de Florença e escreveu sua célebre *Historiarum Florentini populi libri XII*, que passou a ser reconhecida como marco na historiografia ocidental, apresentando um padrão de escrita distinto daquele recorrente em diversas regiões da Europa no período medieval. Seu estilo não passou despercebido aos estudiosos no último século, que o chamaram de “o primeiro historiador moderno”, mas o que torna o modo como Bruni escreve história algo “novo” é seu empenho em revisitar os padrões antigos da historiografia do mundo greco-romano. Por isso, por meio de um exame dos escritos de Bruni, executa-se uma análise da recepção dos clássicos visando compreender os principais aspectos do seu paradigma historiográfico.

Palavras-chave: Leonardo Bruni; Historiografia; Renascimento

A religião cristã como instrumento alternativo de manutenção da ordem social no Império Romano segundo Justino Mártir

Alessandro Arzani
UFRGS-Capes

Resumo: Desde o I século, os cristãos apresentaram empenho em divulgar suas crenças e ampliaram seus grupos congregacionais por várias regiões do Império Romano. As peculiaridades da nova religião por vezes desencadearam atritos e desentendimentos. Em meados do II século, a condenação de cristãos em tribunais locais proporcionou a escrita de inúmeros discursos em defesa desses religiosos. Justino, que ganhou fama como “filósofo”, escreveu a Antonino Pio (governou entre 138-161 D.C.) e a Marco Aurélio (161-180 D.C.) em defesa dos fiéis e tratou de apresentar alguns dos principais pontos das crenças da religião ascendente. A ausência de uma estrutura bem sistematizada das doutrinas e da organização institucional cristã tornava seu reconhecimento ainda mais difícil no Império. A renúncia aos cultos públicos dedicados ao imperador abria margem para suspeitas de insubordinação. Com o intuito de afastar as desconfianças que recaiam sobre os membros da Igreja, Justino articula em suas *Apologias* um discurso que destaca quais seriam as vantagens da substituição das religiões e crenças politeístas correntes pelas doutrinas cristãs, que seriam mais eficazes na manutenção da ordem social. Por isso, a partir da intersecção do fluxo apologético e o contexto histórico-social dos cristãos, o exame dos escritos de Justino permite sondar aquilo que pode ser compreendido como o cerne da aproximação cristã da esfera sócio-política romana.

Palavras-chave: Justino Mártir; Cristianismo; Império Romano

Comentários sobre o *Panegírico de Trajano*

Prof^o. Me. Alex Aparecido da Costa
LEAM/UEM
Prof^a. Dr^a. Renata Lopes Biazotto Venturini
DHI/PPH/LEAM/UEM



Resumo: Esta comunicação pretende discutir alguns aspectos importantes, levantados durante pesquisa de mestrado, de um discurso político denominado *Panegírico de Trajano*, escrito pelo senador romano Plínio, o Jovem. O objetivo é apresentar aos pesquisadores interessados no Principado as possibilidades que a referida fonte oferece para o entendimento do período. O estudo em tela, resultado de dissertação defendida no início de 2014, abordou o contexto do Império Romano na passagem do século I d. C. para o século II d. C. Naquela época o sistema político do Principado, embora já centenário, ainda debatia-se com a necessidade de conciliação entre as demandas exigidas pela realidade governamental e os preceitos ancestrais, que faziam presentes práticas e valores da época republicana. Isso significava, em grande parte, uma busca constante de equilíbrio entre o poder do imperador e as prerrogativas remanescentes da ordem senatorial, que permanecia ainda como um grupo social investido de prestígio e respeito, respaldando, inclusive, a posição central do César. Em termos mais específicos, na época, o sistema político romano repousava em ideias morais e políticas que majoritariamente remetiam à tradição ancestral, entre elas a *virtus* e o *mos maiorum*. Contudo, de tais noções era exigida uma adaptação por meio da filosofia estoica, que adequava aqueles valores antigos às necessidades da política imperial. A opção de recorte desta pesquisa pelo referido discurso pliniano levou em consideração a posição do autor e de sua obra no contexto político social do Principado, já que Plínio era um homem oriundo de uma família italiana do *ordo equester*, grupo social que, em certa medida, era um ponto de apoio ao imperador em sua busca de equilíbrio com a ordem senatorial. Embora em 100 d. C., data de elocução do *Panegírico*, Plínio já tivesse ascendido ao *ordo senatorius* foi com a ótica de um *homo novus* que ele ilustrou a imagem do príncipe ideal no discurso dedicado a Trajano como forma de agradecimento por sua indicação à magistratura consular. Observando a obra de Plínio e o contexto em que estavam colocados ele, o imperador e os membros da cúria e da ordem equestre percebemos que no período o sistema político do Principado estabelecia um equilíbrio, muitas vezes precários, entre as tradições republicanas, caras ao Senado, e as exigências da administração do império que recaíam sobre o César. O estudo em tela também considerou a importância do imperador a quem o discurso foi dedicado, que assim como Plínio não vinha de uma família tradicional da *Urbs*. Trajano pertencia à elite da Hispânia, e sua ascensão ao poder refletia a expansão de direitos e de participação política aos membros mais destacados das regiões provinciais. Em suma, o *Panegírico de Trajano* pode ser entendido como uma síntese da ilustração idealizada dos homens políticos romanos, especialmente o imperador, nele o autor buscou conciliar uma diversidade de interesses e demandas conflitantes, buscando respaldar por meio das ideias morais e políticas *virtus* e *mos maiorum* e da filosofia estoica a atuação de um imperador capaz de manter o equilíbrio e a harmonia do Império Romano.

Palavras-chave: Plínio, o Jovem; Principado; virtudes.

Casamento, miscigenação e a construção da nação em José de Alencar

Aline Rafaela Portílio Lemes
Faculdade de Ciências e Letras de Assis/FCLASSIS/UNESP

Resumo: O processo de emancipação política dos países latino-americanos no século XIX resultou em diferentes, e até mesmo divergentes, projetos: das repúblicas abolicionistas à monarquia escravocrata. Possuíam, no entanto, uma característica comum: construir nações homogêneas e legitimar seus respectivos regimes em países profundamente caracterizados por divisões internas, sejam elas políticas, sociais ou raciais. Ao surgimento das novas nações latino-americanas, seguiu-se a produção de *romances nacionais*



entre os anos de 1840 e 1880. Ainda que representando e propondo diferentes projetos políticos, esses romances possuíam a característica comum de representarem por meio de histórias de amor projetos políticos para a construção nacional. Por meio do casamento que atravessava barreiras de classe, raça e até mesmo gênero, esses romances defendem um projeto de Estado nacional soberano. Nossa proposta é apresentar questões referentes à alegoria entre casamento e construção da nação nos romances nacionais de José de Alencar.

Palavras-chave: José de Alencar; Romances nacionais; Construção da nação.

As debutantes no Jornal das Moças (1960-1961): memória e cultura das adolescentes

Amanda Maria Israel Cancian
Universidade Estadual de Maringá
Ivana Guilherme Simili (Orientadora)

Resumo: A pesquisa enveredou pela história da juventude no Brasil, por intermédio das memórias de moda, produzidas pelo Jornal das Moças (1914-1961), para as debutantes. Entender como a passagem da infância para a adolescência/mocidade foi caracterizada e significada entre os anos 1960 e 1961, definindo modos de ser, de viver e de se vestir como jovem é o objetivo do estudo. O que era ser debutante, quais eram as mudanças nos visuais e nos comportamentos das meninas que a sociedade e a cultura preconizavam à elas para se tornarem e se mostrarem como “moças? Qual foi a contribuição da moda na cultura das aparências das adolescentes? Como as roupas comunicavam as rupturas com a infância e quais eram as indumentárias indicadas para elas na nova fase? Em que medida o vestuário das mocinhas passou a ser diferente das meninas e de suas mães? Captar nas memórias fabricadas pelo Jornal das Moças para as moças da época, as representações fabricadas e comunicadas nos textos e imagens, as roupas e os comportamentos que marcavam e definiam a entrada da menina na juventude foi o encaminhamento do estudo. O acervo utilizado na pesquisa encontra-se disponível e totalmente digitalizado na Internet no domínio Hemeroteca da Biblioteca Nacional, no endereço <http://hemerotecadigital.bn.br/acervodigital/jornal-mocas/111031>. O recorte temporal de janeiro de 1960 a dezembro de 1961 foi determinado em razão das mudanças na moda e na cultura das aparências observadas no período, as quais redefiniram o conceito de juventude. São os conteúdos e os significados de que se revestiram a adolescência e a juventude na história das meninas e das mulheres em seus nexos com os processos de formação das identidades sociais e culturais que buscamos desvelar no estudo. No âmbito teórico e metodológico, os estudos sobre imprensa, moda e mulheres conduziram os trabalhos de levantamento e a análise dos produtos da investigação.

Palavras-chave: moda; juventude; memória.

Nina Rodrigues e João do Rio: um olhar acerca dos ritos de iniciação.

Ana Paula de Assis Souza (LERR-UEM)

Resumo: A presente comunicação visa apresentar Nina Rodrigues e João do Rio. Ambos foram importantes pensadores que, ao final do século XIX e início do século XX, produziram, respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro, estudos sobre a cultura e religiosidade africana. Nesse sentido, o intuito desta

comunicação é pensar a importância destes dois autores para o estudo da história das religiões e perceber as leituras por eles realizadas sobre as crenças afro-brasileiras, os ritos iniciáticos, mais especificamente.
Palavras-chave: Ritos de Iniciação; Nina Rodrigues, João do Rio.

Crenças e práticas de cura no Vale do Ivaí: a medicina natural em Jardim Alegre- PR (Século XXI) resultados de uma pesquisa.

Ana Paula Mariano dos Santos (LERC - UEM)
Cezar Felipe Cardozo Farias (LERC - UEM)
Orientadora: Dr^a. Vanda Fortuna Serafim (PPH - UEM)

Resumo: A presente pesquisa visou pensar as crenças e as práticas de cura no município de Jardim Alegre – PR, no século XXI, a partir da atuação de um médico natural existente na região que atrai uma ampla quantidade de interessados, o senhor Jesus Gomes Prudêncio. Para tanto se foi feito levantamento da documentação existente como panfletos em geral. Utilizou-se ainda a aplicação de questionários, além de observações de campo. Os aportes teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa consistiram na História Cultural e na História das Religiões e das Religiosidades. A problemática da pesquisa consistiu em compreender como as práticas de cura, associadas a formas de crenças contemporâneas, estão estabelecidas no Vale do Ivaí, principalmente no município de Jardim Alegre.

Palavras-chave: Crenças; práticas de cura; Vale do Ivaí.

O painel “Crucificação”, de Giotto, da *Alte Pinakothek* de Munique: história e análise.

André Luiz Marcondes Pelegrinelli.
Universidade Estadual de Londrina.

Resumo: O baixo medievo conheceu uma criação e reprodutibilidade de imagens da crucificação nunca antes visto, painéis com a figuração da cena da crucificação e ícones deste emblemático momento ganharam destaque nas igrejas da Itália medieval. Giotto, pintor que alcançou amplo prestígio em vida, foi responsável, junto de seu ateliê, do planejamento e confecção de vários destes painéis e ícones da crucificação. Neste trabalho apresentamos imagens da crucificação, executadas por Giotto, nessa categoria de imagem religiosa: painéis e ícones, móveis. Dedicamos especial atenção ao painel da crucificação que se encontra, atualmente, na *Alte Pinakothek*, de Munique, que em sua possível localidade original fazia parte de uma grande políptico, reconstruído por Dilian Gordon (1989), hoje desmembrado e identificado em diferentes museus da Europa e América. A função devocional destas imagens as diferencia da noção moderna de imagem, no universo mental do homem medieval, havia uma “força esperada” em cada uma dessas imagens, que poderia manifestar de forma sobrenatural o divino. O Cristo figurado por Giotto é a imagem do *Christus patiens*, que jaz em sofrimento ou morto, ao contrário das figurações anteriores que, em sua maioria, figuravam o *Christus triumphans*, vivo e em glória, essa humanização do divino serve-se também da nova espiritualidade advinda das ordens mendicantes.

Palavras-chave: Crucificação; Giotto; Imagem Medieval.

“*Iesus Christie pie, miserere precantis Eliae*”: sobre a figuração do comitente no “grande crucifixo perdido” de Giunta Pisano

André Luiz Marcondes Pelegrinelli.
Universidade Estadual de Londrina.

Resumo: As práticas concernentes às imagens medievais são tão amplas quanto a própria noção de imagem. O florescimento das mais diversas atitudes ante estas oferece um leque de possibilidades de produção do conhecimento histórico. Não raros eram os casos em que os próprios pintores e comitentes faziam-se figurar próximos à divindade pintada, alcançando eles também um lugar distinto daqueles ocupados pelos humanos. Frei Elias, ministro-geral da Ordem dos Frades Menores entre os anos 1233 e 1239 também fez-se representar em uma imagem. O “grande crucifixo” de Giunta Pisano produzido em 1236 para a Basílica de São Francisco, Assis, trazia aos pés de Cristo a imagem do frade que anos depois seria deposto do cargo pela oposição de numerosos frades e do papado. Essa imagem alcançou tamanho prestígio e reconhecimento que se tornou modelo para um grande número de cruces que se alastraram pelas igrejas italianas do baixo medievo (NESSI: 1994, 207), e contribuiu para a construção de uma tradição iconográfica franciscana. Acontece que essa imagem se perdeu, provavelmente destruída, no século XVII. Como estudar uma imagem que foi perdida? Escritos, como os de Ângela de Foligno, século XIII; Giuseppe Rotondi, século XVII e do Frei Francesco Maria Angeli, século XVIII, fazem referência ao crucifixo de Giunta, os dois últimos identificando a figura de Elias na imagem. Além destes relatos, as mais importantes referências a obra de Giunta são outros crucifixos, afinal, as imagens se citam: esse crucifixo possui uma imagem próxima, produzida pelo mesmo artista, para a Igreja de Santa Maria degli Angeli; um outro, perugino, produzida pelo “Mestre de São Francisco” também recebeu influência do protótipo de Giunta; ainda outro, produzida pelo “Mestre de Santa Clara”, para a Basílica de Santa Clara, Assis, fazem referência ao crucifixo aqui estudado. As não referências a figura de Elias até o século XVII pode ter se dado pela falta de visibilidade da figura do comitente em relação aos observadores: fosse pela altura do crucifixo em relação ao solo, fosse pelo tamanho da imagem de Elias. O que motivou a sua figuração aos pés de Cristo não foi o reconhecimento de terceiros, mas o estar figurado junto à ele. Esta posição, tão próxima e mesmo íntima do *Christus patiens* seria ocupado posteriormente pela iconografia franciscana de crucifixos, uma posição que acentua a dignidade do comitente e também o projeta à esfera celeste.

Palavras-chave: Giunta Pisano; Frei Elias; Franciscanos.

O Salão de Laurinda Santos Lobo a “Marechala da Elegância” (1910-1916)

Andresa Taís Bortoloto de Lima
Ivana Guilherme Simili
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O texto explora a trajetória de Laurinda Santos Lobo (1878-1946) sob o foco da moda, concebida como instrumento de projeção social e cultural conquistada por uma mulher por meio de estratégias que

envolviam a exibição de si e de seu palacete, como elegantes e sofisticados, bem como a promoção das pessoas homens e mulheres que formavam a sua rede de amigos/as. . Nesse sentido, o olhar neste texto é depositado sobre como se deu o processo de constituição de imagens e representações para o “salão de Laurinda de Santos Lobo”, como espaço de sociabilidades requintadas e para ela, como mulher elegante. No período de 1998-1917)tanto a tanto, completar), considerado pela história e historiografia como Belle Époque Tropical, o salão do palacete, situado no bairro de Santa Teresa, naquela que era a capital da República transformou-se em ponto de encontro da elite política, social e cultural do país. Laurinda Santos Lobo era a mulher de maior sucesso no mundo social carioca na década de 1910, sendo proclamada por João do Rio como a “*Marechala da Elegância*” em 1916. “Dona Laurinda”, como era chamada, numa deferência à senhora casada, fez de suas roupas sua marca. Considerada pela história e historiografia das mulheres como personalidade marcante na sociedade e na cultura da capital da República do início do século XX, o percurso de Laurinda é estratégico para a compreensão das transformações ocorridas na cultura da moda e das aparências, as quais envolvem espaços e pessoas. Dessa forma, pretende-se apresentar, como o individual e o coletivo mesclam-se nas ações e nas representações memorialísticas que lembram e mostram o papel desempenhado pela personagem na cultura da moda carioca. Para o presente estudo, será feito o uso de periódicos da época como a *Revista Fon-Fon* e a *Revista da Semana*, que foram acessados online no site oficial da Biblioteca Nacional do Brasil. Essas revistas eram consideradas como uma espécie de coluna social da época, onde as relações sociais da elite eram habitualmente retratadas. Além dos periódicos será utilizado ainda, como fonte de pesquisa, as crônicas de João do Rio, que era amigo íntimo de Laurinda. Será utilizado, também, o livro “Laurinda Santos Lobo mecenas, artistas e outros marginais de Santa Tereza” de Hilda Machado, que traz um estudo sobre Laurinda. Nos conceitos teórico metodológico do trabalho serão utilizado, Jeffrey Needell, Rosane Feijão e Maria do Carmo Teixeira Rainho. Esse é um estudo importante, pois através dele será possível perceber as construções de relações sociais em um determinado espaço e como essas relações construídas por Laurinda se reproduzem na sua moda. Transformando-se, assim, em uma personagem importante da narrativa da moda no país em um determinado período, sendo produtora e promotora de moda.

Palavras-chave: Moda; Laurinda Santos Lobo; Salão;

O embate entre comunistas e católicos em torno dos sindicatos rurais no norte do Paraná na década de 1960

Angélica de Brito
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O objetivo do presente trabalho consiste em analisar as principais características assumidas pelo embate travado entre representantes da Igreja Católica e líderes sindicais ligados ao Partido Comunista Brasileiro que foi desencadeado no norte do estado, no início da década de 1960. O jornal católico Folha do Norte do Paraná, representou um importante instrumento de luta nesse contexto. Suas edições, sobretudo entre os anos de 1962 e 1964, constituíram um espaço privilegiado para o desenrolar da contenda. Acreditamos que o aguerrido discurso anticomunista sustentado pelo periódico visava desqualificar os sindicatos considerados comunistas. Nesse sentido, com base nas próprias edições do jornal e em bibliografia relacionada, buscamos compreender a conjuntura histórica, principalmente a nível regional, que possibilitou a deflagração deste embate. Quais os interesses de ambas as partes envolvidas? As estratégias utilizadas? As motivações implícitas? Estas são apenas algumas das questões que norteiam o nosso trabalho.

Palavras-chave: Anticomunismo; Igreja Católica; Imprensa.

A ditadura militar e os Inquéritos Policiais Militares Zona Norte do Paraná (1964-1965)

Angélica Ramos Alvares (MESTRANDA)
(Universidade Estadual de Maringá- UEM)
Ângelo Aparecido Priori (ORIENTADOR)
(Universidade Estadual de Maringá-UEM)

Resumo. Nossos objetivos ao longo da pesquisa descrita nessa apresentação tiveram por linha mestra analisar o período da Ditadura Militar no Brasil, especialmente os anos de 1964-1965, enfocando a forma como foram montados os primeiros instrumentos de repressão política no norte do Paraná. Delimitou-se estudar os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados no Norte do Paraná, mais precisamente, aqueles que posteriormente ficaram conhecidos como “IPM Zona Norte do Paraná”, um conjunto de processos que visavam condenar e prender militantes políticos e sindicais da região. São eles: BNM (Brasil Nunca Mais) 69, BNM 139, BNM 238, BNM 240, BNM 292, BNM 312, BNM 315, BNM 385, BNM 495. Como afirma Carlo Ginzburg em “O inquisidor como antropólogo”, “qualquer relato registrado é apropriado e remodelado por quem cita” (1991, p.16), posto isso, “devemos aprender a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual desses diálogos” (p.15). Essa reflexão é aplicável para o caso dos arquivos da repressão, pois, a análise destes documentos, permite-nos identificar informações que ajudam a desvendar todo um imaginário, juízos de valor e interesses dos inúmeros indivíduos neles envolvidos. A leitura desses inquéritos indica que seu principal alvo era silenciar e punir cidadãos que participavam de alguma forma da cena política nacional, desarticulando e enfraquecendo focos de oposição. O discurso construído pelo regime militar esteve baseado na ideia de que a sociedade brasileira corria perigo, e em nome da Segurança Nacional era preciso combater o inimigo interno, logo, qualquer indivíduo, poderia tornar-se suspeito, e então, deveria ser inquirido, podendo vir a ser preso, torturado e até mesmo morto.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Inquéritos Policiais Militares; Norte do Paraná.

1917, O emblema da razão: Movimento operário e historiografia

Angelita Cristina Maquera – mestranda/UEM
Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Resumo: Este trabalho é parte da minha pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem como objeto a análise da produção acadêmica sobre o movimento operário brasileiro, mais especificamente, sobre a influência anarquista na Greve Geral de 1917. Salienta-se que, nesse trabalho, a historiografia é compreendida como uma operação (técnicas, conjunto de práticas), que está relacionada com o lugar social do historiador e os procedimentos específicos da disciplina. Essa reflexão deve ser levada em consideração, pois ao analisar a historiografia brasileira na década de 1980, alguns aspectos são relevantes, como por exemplo, percebe-se que ela direcionou o olhar aos movimentos sociais, dentre eles, o movimento operário do início do século XX. Entretanto, além do exposto, dois fatos merecem destaques, primeiramente, a

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

13

influência do historiador Edward Palmer Thompson e do filósofo francês Michel Foucault nos trabalhos acadêmicos. Um segundo aspecto, não menos importante, foi a criação do acervo Edgard Leuenroth na Universidade de Campinas (Unicamp), que serviu de matéria-prima para os grupos de estudos sobre a formação do movimento operário no país, ressaltando que a maioria das obras acadêmicas de referência sobre o tema, foram escritas na Unicamp. É importante ressaltar que ao analisar cada trabalho acadêmico, estaremos observando; as perspectivas e representações apontadas por cada autor e mantendo um olhar atento às configurações políticas e sociais que marcaram tal período. No decorrer do texto será apresentado uma análise específica das greves do ABC paulista, ocorridas no início de 1978 e perdurando durante a década seguinte, não esquecendo-se da abertura política do regime militar, que fazia parte desse cenário. Assim, a pesquisa objetivará estabelecer essa relação entre as mudanças da sociedade brasileira e as configurações do campo da historiografia, apresentando o historiador com um ator político e social que está inserido na sociedade e não, alheio à ela. Por fim, no desenrolar do trabalho procuraremos averiguar as possíveis relações entre a emergência dos chamados novos movimentos sociais e o incremento de estudos sobre o movimento operário brasileiro no início do século XX.

Palavras-chave: Movimento operário, Anarquismo, Produção acadêmica.

A valorização da identidade cultural indígena em produtos de moda por meio da comunicação visual.

Aracely Corrêa Aguiar
Maria Helena Ribeiro de Carvalho
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo o estudo dos símbolos da pintura corporal e facial dos índios Kadiwéus, compreendendo-os como um meio para a representação do espírito deste povo: sua cultura, estilo, visão de mundo, aspectos éticos e estéticos, para que posteriormente sejam adaptados em produtos de moda por meio da comunicação visual destinados ao público jovem feminino alternativo. Considerando que o Brasil encontra-se em um momento de valorizar suas origens e apresentá-las de uma forma nova, é importante ressaltar a relevância da sociedade indígena para a afirmação da identidade brasileira, bem como a importância da roupa e da moda, como extensões do corpo e meio de expressão do indivíduo. Conforme dados do IBGE “houve um expressivo aumento no número de pessoas que se autodeclararam indígenas” (IBGE, 2005, p.21). O crescimento deste valor é um retrato do reconhecimento da etnia, de sua cultura e história por seus próprios pertencentes. Tal valorização é um fator importante para uma maior representação, pois promove a mudança de percepção do mesmo perante seus pares. Este reconhecimento da cultura indígena faz parte de um fenômeno denominado “etnogênese” ou “reterritorialização” – que consiste na revitalização da cultura de determinado grupo étnico (LUCIANO, 2006) – aliado à valorização da diversidade e da cultura brasileira como um todo no cenário atual, proporcionaram um espaço para que a cultura indígena ganhe cada vez mais destaque na sociedade contemporânea. Nota-se, cada vez mais, o interesse nos elementos culturais dos índios nativos, não só pela população no geral como também pela moda. Visando inserir esta etnia no vestuário de uma forma moderna e evitando os estereótipos de indígena já existentes, utiliza-se a grande riqueza de costumes e características dos índios Kadiwéu, explorando principalmente a diversidade de signos presentes na pintura corporal, suas cores e significados e a dualidade dos elementos. Unindo tais componentes às tendências de moda busca-se transmitir ao público

jovem a essência das crenças e práticas destes índios, e incentivar o interesse pela cultura indígena do Brasil. Além de pesquisa bibliográfica, foram aplicados questionários de público e produto de forma a analisar a aceitação do público-alvo com relação aos elementos da etnia estudada e compreender qual a melhor forma de comunicar os elementos étnicos na indumentária contemporânea. Conclui-se perante os dados obtidos que há um interesse do público jovem feminino alternativo pela cultura indígena e especificamente sua pintura corporal e que é possível proporcionar a valorização do índio brasileiro por meio de sua inclusão na moda e utilizando a comunicação visual como ferramenta para transmitir esta identidade, assim, tal cultura poderá permanecer cada vez mais presente na história e no caráter multicultural do país.

Palavras-chave: cultura indígena; kadiwéu, moda.

As relações feudais em Castela segundo o historiador Salvador de Moxó

Augusto João Moretti Junior (LEAM/PPH/UEM)

Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: Nesta comunicação procuramos apresentar o pensamento do historiador hispânico Salvador de Moxó (2000), acerca do feudalismo em Castela, especialmente durante o reinado de Fernando III (1217-1252). Ao refletir acerca do estabelecimento das relações feudais em Castela, Salvador de Moxó afirma que de acordo com as definições estabelecidas por F. L. Ganshof (1976), em seu estudo sobre o feudalismo francês, tal sistema não teria ocorrido nos territórios hispânicos. Todavia, as novas concepções inauguradas por Marc Bloch e a *Escola dos Annales*, permitiram aos historiadores incorporar elementos de natureza não apenas jurídica como fez F. L. Ganshof em seu estudo sobre o feudalismo. Ao analisar a sociedade hispânica Moxó elenca algumas características que permitem falar em um “clima feudal” na sociedade espanhola medieval, como a existência de uma nobreza dominante, a concessão terras e senhorios à classe guerreira, o regime senhorial, as isenções tributárias, etc. (MOXÓ, 2000). Todavia, o pesquisador deve estar atento à realidade hispânica, pois o chamado “feudalismo clássico” não ocorreu efetivamente na Península Ibérica. Dois fatores são importantes para se entender essa diferença. Primeiro, ainda que tenham existido relações feudo-vassálicas, estas não promoveram a efetiva consolidação de um estado político feudal. Em segundo lugar, deve-se observar a falta de “sincronização” do processo espanhol em relação ao europeu. Na realidade, o feudalismo espanhol, ao contrário do francês, efetivou-se, tal como na Inglaterra, de forma muito mais centralizada, em que a monarquia manteve sua autoridade através do controle dos instrumentos de poder (MOXÓ, 2000). Deste modo, não teria surgido nos reinos hispânicos um estado feudal que, pela proximidade com o reino francês, se esperava formar. Não se concretizaram todas as instituições jurídicas necessárias para falar de um feudalismo “puro” já que o monarca concentrava em si uma grande parcela do poder. Porém, a falta dessas instituições não pode ser justificativa da negação do feudalismo na Espanha medieval. Afinal, ainda que os reis mantivessem um estado centralizado, a nobreza possuía poder o suficiente que a permitiam influenciar as relações sociais, econômicas e políticas. Para Ana Rodríguez López (1994), a consolidação de uma monarquia no reino de Castela, principalmente na figura de Fernando III, só foi possível devido as constantes relações existentes entre o rei, a nobreza e o papado. Toda a articulação no intento da expansão territorial cristã fundamenta-se no âmbito das relações feudais. A nobreza castelhana-leonesa possuía status, privilégios, fortuna e força militar, instrumentos que lhe permitia interferir nas decisões políticas do reino, opinião compartilhada por Marie-Claude Gerbet (1997). Salvador de Moxó conclui que, no século XIII, a chamada “nobreza velha”, constituída na etapa mais dinâmica da

Reconquista, possuía poder o suficiente para inquietar a realeza, provocando uma tensão que explica a causa do seu enriquecimento e aumento de prestígio (MOXÓ, 2000).

Palavras-chave: Salvador de Moxó; Feudalismo; Castela.

A documentação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI): análise e sistematização dos documentos relacionados aos grupos indígenas do Paraná

Beatriz Rosa do Carmo Silva
Éder da Silva Novak
(Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Resumo: A Assessoria de Segurança e Informações (ASI) foi criada durante a Ditadura Militar e durante duas décadas teve suas atividades subordinadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas também sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SIN). Tratava-se de um serviço de espionagem das atividades realizadas, por exemplo, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Além disso, a ASI acompanhava as ações nas terras indígenas, visando o controle das manifestações, buscando limitar a organização e a ação dos movimentos indigenistas. Mantida de forma sigilosa e confidencial, a documentação pertencente à ASI foi retirada de uma sala secreta da FUNAI, durante o ano de 2008, no momento do planejamento de instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Tal documentação foi conduzida ao Arquivo Nacional em Brasília, tornando-se uma importante fonte para o estudo da história das populações indígenas no Brasil, no contexto da Ditadura Militar. No Paraná, em 4 de abril de 2013, foi instalada a Comissão Estadual da Verdade, dividida em seis grupos de trabalhos, sendo um deles intitulado como "Violações no campo e povos indígenas", responsável pela elaboração de um relatório à CNV sobre as perseguições, desaparecimentos, assassinatos e ameaças a lideranças e membros das comunidades indígenas, bem como pessoas ligadas aos movimentos indigenistas, através da consulta e análise da documentação do período, entre ela da ASI. Além disso, o relatório aponta para questões de expropriação e trocas de terras, exploração da madeira e demais recursos naturais no interior das terras indígenas, de maneira coercitiva e com validação dos representantes da FUNAI e do Estado. O presente estudo demonstra as primeiras análises do acervo documental da ASI e a forma como se deu a sistematização dos documentos que abordam os indígenas no Paraná, construindo novas possibilidades de pesquisas na história destes personagens, na busca de revelar como se deu a ação indígena, enquanto sujeitos históricos, frente à repressão e a tentativa de controle dos agentes da Ditadura Militar, que estavam no comando da política indigenista no período em questão.

Palavras-chave: Grupos Indígenas; Ditadura Militar; Paraná.

Notas sobre a preservação do patrimônio cultural e natural em Campo Mourão - PR

16

Bruna Morante Lacerda Martins
Universidade Estadual de Maringá

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Esta pesquisa está centrada em tecer reflexões sobre o patrimônio cultural e natural da cidade de Campo Mourão, localizada na mesorregião centro ocidental do Paraná, como forma de conhecimento, valorização e preservação da memória e da história local. Os objetos de discussão são os bens materiais e imateriais tombados e registrados pelo poder público do município adjunto com Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (COMPAC) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Para tanto, algumas questões norteiam a pesquisa: Quais bens foram tombados ou registrados? Por que os preserva? Quais memórias estão representadas nos referidos bens? Os bens patrimoniais estão atrelados a uma história factual reproduzida por memorialistas e órgãos municipais da cidade? Na tentativa de colaborar para discussão, defendemos a hipótese que as políticas de preservação em nível municipal seguem as atuais normativas do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), que tem por finalidade proteger de forma equitativa desde a cultura material as manifestações culturais, porém observamos disputas mnemônicas desiguais entre grupos sociais, embora a linha condutora esteja pautada no discurso da diversidade e alteridade cultural. Esta pesquisa consiste de uma análise, demonstrando e comparando, resultados provenientes do exame de basicamente três fontes: textuais, orais e imagéticas. O embasamento teórico da pesquisa centra-se nas proposições de Pelegrini (2009), Abreu e Chagas (2009), Nestor Canclini (2011), Paul Ricoeur (2010) e Gonçalves (2002). Como resultado prévio verificou-se com base em legislações municipais e bibliografia, a existência do “Carneiro no Buraco” registrado como patrimônio imaterial, bem como os seguintes tombamentos: Cruz Histórica e Capela, Paço Municipal 10 de Outubro, Livro de Transmissão de Cargos de Prefeitos, Estação Aeroviária Teodoro Metchko, Coreto Alberto Nogaroli, Chafariz da Praça Getúlio Vargas, Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira. No que concernem as iniciativas para proteção do patrimônio natural, constatamos o tombamento da Árvore Pau Terra e a existência da unidade de conservação Parque Estadual Lago Azul. Neste sentido, o conjunto do patrimônio cultural de Campo Mourão composto em sua maior parte por bens materiais – exceto o saber-fazer do “Carneiro no Buraco”, conduzem a conjecturar a ausência das tradições locais e das manifestações culturais de diversos grupos que fazem parte da urbe mourãoense.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Campo Mourão - PR.

O cotidiano assistencialista do Hospitalário medieval

Bruno Mosconi Ruy (LEAM/PPH/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: No intervalo entre os séculos XI e XII, a religião e a política medieval estimularam uma intensa iniciativa reformadora, que por sua vez incitou o surgimento de muitas instituições de caráter assistencialista. Atrelado à confusa dicotomia da defesa da fé e do resguardo médico, o cerne militar da

Ordem do Hospital de São João de Jerusalém não foi arquitetado ou reconhecido com facilidade. Entre a primeira metade do século XII e o final do século XIII, as investidas bélicas da Ordem do Hospital evidenciaram o valor dessa vocação, e neste contexto concentra-se grande parte da historiografia consolidada. Em decorrência da pouca atenção dispensada às contribuições médicas e assistencialistas dos Hospitalários nesse mesmo íterim, objetivamos esmiuçar a importância do cotidiano da Ordem, cunhando vínculos entre fontes e bibliografias de variadas épocas e autores, não necessariamente vinculadas à História da instituição. Ainda que o Hospital tenha oficialmente se distanciado dos preceitos agostinianos e se afastado da tutela beneditina ainda no início do século XII, não há como negar que as Regras de São Bento e Agostinho tenham despontado como algumas das diretrizes basilares de suas normatizações particulares e apoios espirituais. Essa inspiração técnica, teórica e psicológica acentua-se, neste caso, pelo fato dos integrantes do Hospital de Jerusalém não serem historicamente vinculados a um grande empenho erudito, mas lembrados pela vasta gama de serviços prestados aos peregrinos da Terra Santa. Procuraremos dar relevo à dimensão dessas diretrizes prévias no dia a dia dos Hospitalários, buscando nas supracitadas regras as raízes de suas tradições. Coletâneas de cartas e memorandos também nos serão úteis no que concerne ao estudo de seus afazeres clínicos e administrativos, em contraste ou comunhão com sua rotina social e militar. O resgate histórico nos escritos do Abade de Vertot, de Helen Nicholson e Jonathan Riley-Smith, e as compilações documentais de Delaville Le Roulx serão indispensáveis para a compreensão deste intrincado contexto, agrupando tanto opiniões quanto revelando dinâmicas intrínsecas ao cotidiano daqueles que, por estarem particularmente envolvidos em serviços internos, perderam seu lugar de direito no trajeto de uma das maiores instituições assistencialistas da História. De Nicholson, aproveitaremos o segundo volume de “*The Military Orders*” (1998) e de Riley-Smith o artigo “*Hospital spirituality in the Middle Ages*” (2002). Do Abade de Vertot, aproveitaremos o *Histoire des Chevaliers de Malte* e os volumes de seu *The History of the Knights Hospitallers of St. John of Jerusalem*, editados na primeira década do século XVIII. De Delaville Le Roulx, os compilatórios *Les Hospitaliers en Terre Sainte et à Chypre, 1100-1310*, *Les archives de l'Ordre de l'Hôpital dans la Péninsule Ibérique* e *L'Hôpital des Bretons à Saint-Jean d'Acre au XIIIe siècle*, editados entre o fim do século XIX e começo do século XX.

Palavras-chave: Hospitalários; Cotidiano; Idade Média.

A “Escola do Rio” e o Brasil colonial

Caio Cobianchi da Silva
Universidade Estadual de Maringá - CRV

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar as reflexões da “Escola do Rio” acerca do Brasil do período colonial. A presente discussão é resultado de um projeto de iniciação científica denominado “O Brasil colonial entre novas e antigas abordagens: uma comparação entre Caio Prado Júnior e João Luís Fragoso”. Uma vez que os estudos da “Escola do Rio” ainda são pouco conhecidos pelos historiadores, sobretudo entre aqueles que não trabalham com o período em questão, focaremos na análise de suas contribuições. A metodologia adotada será a pesquisa e o estudo bibliográficos, envolvendo a análise interna do material elencado, observando os conceitos, os aportes teórico-metodológicos e o diálogo com outros textos. Constata-se que a análise globalizante acerca da história do período colonial perdeu espaço para uma abordagem mais específica no tempo e no espaço, o que tornou possível pensar o Brasil colônia



não mais exclusivamente pela sua relação com o comércio internacional, mas a partir de sua dinâmica interna.

Palavras-chave: Brasil colônia; Império português; João Luís Fragoso.

Apontamentos para um estudo das relações comerciais entre Brasil e Portugal no início do século XVIII

Caio Cobianchi da Silva
Universidade Estadual de Maringá - CRV

Resumo: Este trabalho consiste na apresentação de um projeto de mestrado recém-aceito pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. O projeto discute sobre as relações comerciais estabelecidas entre Portugal e América portuguesa, tendo por fonte as cartas trocadas pelo comerciante luso Francisco Pinheiro e por seus representantes comerciais na colônia. Buscaremos entender como agiam, pensavam e se articulavam os comerciantes em uma sociedade marcada pela busca incessante por privilégios e distinção social. Como aporte teórico nos utilizaremos das reflexões de Norbert Elias, que faz uma articulação entre as estruturas políticas de uma sociedade e o comportamento dos indivíduos, além de considerar que a individualidade é construída em relação ao meio em que o homem está inserido, já que este é um ser social. Metodologicamente propõe-se tratar as cartas por meio das considerações de Fabiana Fredrigo, considerando que escrever é também conhecer a si mesmo e tornar-se compreensível para aquele que lê. Como o projeto ainda não foi iniciado, não possui resultados, mas apenas apontamentos para o estudo.

Palavras-chave: Brasil colônia; Francisco Pinheiro; Império português.

A temática indígena na sala de aula: uma experiência com a contação de mitos Kaingang

Camila Bertagna PPH- UEM
Alisson Sano PPH- UEM
Isabel Cristina Rodrigues DHI- PPH- UEM

Resumo: O trabalho com a temática indígena em sala de aula, apesar de obrigatório pela lei 11.645/08, ainda gera grandes dificuldades aos professores, por conta de que para a maioria destes, tal temática não foi e não é contemplada no momento de sua formação profissional e, também, pela ausência de materiais didáticos apropriados e atualizados. Ambas questões se mostram como insuficientes ao tratar os povos indígenas brasileiros e a dinâmica existente em suas histórias, costumes, tradições, culturas e cosmologias. Nesse sentido, há de se pensar em estratégias para que os sujeitos do processo educacional não tenham uma visão dos indígenas enquanto povos atrasados e/ou congelados no espaço e no tempo (RODRIGUES, 2001, 2012; MOTA, 1994, 1998; FREIRE, 2002). Nesta comunicação propomos a avaliação e análise dos

resultados de uma oficina sobre mitologia Kaingang, realizada com alunos do sétimo ano de uma escola particular da cidade de Maringá, com base numa proposta formulada por Aracy Lopes da Silva (1995), a qual indica a importância do trabalho com os mitos em sala de aula para superar as dificuldades do trabalho com esta temática e evidenciar que os indígenas não têm formas de agir e pensar inferiores/atrasadas e sim uma formação histórica, social e cultural diferente do restante da sociedade globalizante. Ao longo desta procuraremos: 1) conceituar o mito segundo alguns estudiosos da Antropologia, como Godelier (1981), Balandier (1997), Vernant (2002), Junqueira (2008); e 2) evidenciar algumas perspectivas em relação à importância dos mitos nas sociedades indígenas brasileiras e como eles permanecem vivos, sendo contados, recontados, atualizados constantemente por estes povos. Durante a realização da oficina os alunos responderam dois questionários sobre o tema trabalhado; ambos com perguntas abertas e que faziam referência à interpretação dos mitos contados, a forma como eles entenderam os mitos e como os mitos poderiam e podem influenciar a vida dos povos indígenas e as nossas próprias vidas. Analisando os questionários e também as gravações da oficina aplicada, observamos os resultados da mesma dentro do pensamento e do discurso dos alunos: dos 27 participantes, 72% concluiu que, a partir dos mitos contados, pode-se entender a organização social e política dos povos Kaingang e reconheceu que os mitos são importantes para entender as origens e explicar os diferentes modos de vida e de culturas das diferentes sociedades e/ou grupos humanos. 28% afirmou não encontrar importância nos mitos por conta de serem narrativas fictícias ou simbólicas e que nós e os povos indígenas vivemos na realidade. Ao fim das análises percebemos a importância do trabalho com a mitologia para desconstruir os conceitos equivocados, banalizados e preconceituosos em relação aos povos indígenas, mas, principalmente, diagnosticamos a dificuldade e a resistência, por parte dos alunos, em aceitar que existem outras formas e/ou alternativas de enxergar a realidade e o mundo em que vivemos; percebemos, também, a necessidade de melhoria em alguns aspectos da própria oficina e para isso indicamos algumas possibilidades.

Palavras-chave: mito; povos indígenas; ensino de História.

Um viajante desconhecido: a África vista por Victor Giraud (1883-1885)

Carlos Eduardo Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Resumo: A pesquisa consiste em compreender as relações comerciais na África Centro-Oriental na segunda metade do século XIX, data da fundação do sultanato de Zanzibar (1840) até a Partilha da África em 1884-1885, usando como fonte o relato de viagem do francês Victor Giraud. O referencial teórico-metodológico são aqueles utilizados para interpretar os relatos de viagem escritos por europeus no século XIX. Em linhas gerais esses relatos procura apresentar aos leitores um mundo desconhecido, exótico e estranho, com a descrição de inúmeros perigos encarada pelo heroico viajante. Muitos desses relatos foram escritos por exploradores, em sua maioria cientistas naturais e com pouco senso histórico, cujo interesse estava mais nas vias navegáveis do que nas vias culturais. Estes relatos são a base para o estudo de história econômica, nelas encontramos relatadas as principais rotas de comércio, mercadorias e preços, agricultura e artesanato, recursos naturais. A fonte histórica utilizada para a pesquisa é o relato de viagem de Victor Giraud, que percorreu o interior da África Oriental entre os anos de 1883 a 1885. No livro, intitulado *Los lagos del Africa Ecuatorial: Expedición tras los pasos del Dr. Livingstone*, Giraud conta o que viu e vivenciou em

terras africanas, suas descrições perpassam por aspectos geográficos e militares, políticos e social, cultural e econômico. Com relação a este último, o viajante francês descreve acerca dos traficantes de escravos e comerciantes de marfim, responsável por interligar as regiões do interior da África Oriental ao comércio da costa suaíli. Os resultados alcançados até o momento permite rever a participação dos africanos no comércio entre o litoral suaíli e o interior da África Oriental. Os africanos, residentes no interior, eram agentes participativos deste comércio, seja através da condução de caravanas, capturando elefantes para a extração de marfim, ou tomando por assalto as pequenas comunidades para adquirir escravos. A pesquisa também permitiu uma compreensão maior das sociedades do interior da África Oriental poucos anos antes da partilha do continente pelos europeus, especialmente as mudanças estruturais que elas sofreram com a integração a economia praticada no litoral suaíli.

Palavras-chave: Zanzibar; Viajantes do século XIX; Victor Giraud

O espaço sagrado em duas *Cantigas de Santa Maria*, de Alfonso X, dedicadas à Virgem de Terena

Carlos Henrique Durlo
Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR)

Resumo: Pesquisando sobre a importância que tem a religiosidade para o homem e a mulher do século XIII, onde o ideal de vida do homem era em sua essência teocêntrico e a relevante importância que teve o catolicismo para o desenvolvimento cultural e social à época, o presente estudo tem por objetivo analisar o culto à Virgem Maria no século XIII a partir das *Cantigas de Santa Maria*, de Alfonso X, o Rei Sábio, dedicadas ao Santuário de Santa Maria de Terena. A metodologia aplicada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e uma análise estrutural, interpretativa e histórica de 12 *Cantigas de Santa Maria*, escritas em galego-português, da edição organizada por Mettmann (1959-1972), cujas narrativas contam os milagres atribuídos à Virgem Maria no Santuário a ela dedicado em Terena, uma freguesia do conselho de Alandroal, distrito e arquidiocese de Évora. A partir da análise do referido *corpus*, apresentamos um recorte da pesquisa e a análise das *Cantigas* 197 e 213, duas das doze cantigas em que nos é revelado o poder da Virgem Maria, Mãe de Deus, face ao poder do mal e da injustiça. Apoiados teoricamente em Spina (1973), Franco Júnior (1990), Lapa (1973), Leão (2011) e Monteiro de Castro (2006), a pesquisa pretende identificar as diferentes formas de culto apresentado nas doze cantigas de Alfonso X, investigando o espaço religioso e delimitando o perfil feminino nesse mesmo *corpus*, já que é sabida a importância adquirida pela mulher no contexto medieval do século XIII.

Palavras-chave: Cantigas de Santa Maria; Alfonso X; Terena.

Crenças e práticas de cura no Vale do Ivaí: a medicina natural em Jardim Alegre- PR (Século XXI) resultados de uma pesquisa.

Ana Paula Mariano dos Santos (LERC - UEM)
Cezar Felipe Cardozo Farias (LERC - UEM)
Orientadora: Dr^a. Vanda Fortuna Serafim (PPH - UEM)

Resumo: A presente pesquisa visou pensar as crenças e as práticas de cura no município de Jardim Alegre – PR, no século XXI, a partir da atuação de um médico natural existente na região que atrai uma ampla quantidade de interessados, o senhor Jesus Gomes Prudêncio. Para tanto se foi feito levantamento da documentação existente como panfletos em geral. Utilizou-se ainda a aplicação de questionários, além de observações de campo. Os aportes teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa consistiram na História Cultural e na História das Religiões e das Religiosidades. A problemática da pesquisa consistiu em compreender como as práticas de cura, associadas a formas de crenças contemporâneas, estão estabelecidas no Vale do Ivaí, principalmente no município de Jardim Alegre.

Palavras-chave: Crenças; práticas de cura; Vale do Ivaí.

O ensino das cantigas medievais na graduação em Letras

Clarice Zamonaro Cortez
Universidade Estadual de Maringá

O objetivo desta comunicação é expor as dificuldades encontradas no ensino das cantigas medievais, na disciplina Literatura Portuguesa, ao longo de nossa docência no Curso de Letras da UEM. A disciplina é ofertada no segundo ano de Letras e o Trovadorismo é a primeira unidade a ser discutida no programa, que contempla autores e movimentos literários até o século XIX, em Portugal. O Trovadorismo é, portanto, a primeira época que integra a história da Literatura Portuguesa, que se inicia em 1198 (ou 1189), com a cantiga dedicada por Paai Soares de Taveirós a Maria Pais Ribeiro, a chamada “Ribeirinha”, favorita de D. Sancho I e termina em 1418, quando Fernão Lopes é nomeado Guarda-Mor da Torre do Tombo por D. Duarte. É, portanto, a época com que se inicia a evolução histórica da arte literária em Portugal (séculos XIII e XIV). A primeira dificuldade encontrada é a aceitação das rupturas e permanências no olhar pejorativo sobre a Idade Média, que se mantém presente ao longo da exposição desse importante período. A pergunta resultante é: Idade Média, por quê? Para responder a essa pergunta, os textos de Hilário Franco Júnior, *A Idade Média- nascimento do Ocidente* (1986) e de Manuel Rodrigues Lapa *Lições de Literatura Portuguesa – Época Medieval* (1973) são basilares para explicar a importância que aquele período teve na formação da civilização ocidental e que a compreensão do passado é fundamental para se compreender o presente. A segunda dificuldade é o ensino e leitura das cantigas na língua original, o galego-português, além dos artifícios poéticos de influência provençal e outros recursos a nível formal, encontrados na *Poética Fragmentária da Arte de Trovar*. Formalmente, a cantiga trovadoresca se distribuía em estrofes denominadas *coplas* ou *coblas* finalizadas por estribilho ou não (*cantiga de refrão* ou *cantiga de maestria*). Havia o remate (*a fiinda*) que poderia ser de dois ou três versos (*palavras*), além do *paralelismo* nas cantigas de amigo, recurso poético buscava as mesmas expressões ao longo da cantiga apenas substituindo a rima por sinônimos. São utilizadas nas aulas gravações de cantigas e ilustrações dos textos que auxiliam na compreensão e conquista desses saberes eruditos e na superação do (pre)conceito dos estudos medievais. A nossa insistência no ensino e estudo desse período histórico e literário resulta em vários projetos de iniciação científica e dissertações de mestrado. Ensinar é, portanto, compartilhar saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; graduação em Letras; ensino.

A Aliança Democrática da década de 1980.

Daniel de Libório Ricardo
Universidade Estadual de Maringá - UEM

22

Resumo: Este trabalho objetiva refletir sobre a importância da Aliança Democrática para o processo de redemocratização do Brasil entre meados de 1984 e o ano de 1985. Como objetivo geral, este trabalho pretende contribuir para ampliar o conhecimento sobre o fim da ditadura civil militar no Brasil em meados da década de 1980. Na mesma direção, a pesquisa vai abordar a discussão sobre a complexa relação entre as concessões do regime militar e as conquistas dos movimentos sociais e políticos que resultaram no fim da ditadura civil militar. Como objetivo mais específico, a pesquisa visa contribuir para o conhecimento sobre a Aliança Democrática, que veio a garantir para que os mais divergentes políticos brasileiros se sentissem seguros, quanto ao resultado que a abertura política tomaria no decorrer de uma transição acertada e combinada. O governo autoritário buscou controlar de forma gradual a transição para um governo civil, limitando as forças de oposição como o PMDB. Em face disso, este partido acabou se aliando a Frente Liberal e formaram a Aliança Democrática em 1984 com o objetivo de eleger um presidente comprometido com o ideal da redemocratização do país. Entretanto, a Aliança não se preocupou em propor um projeto de transformação mais profunda para a sociedade no tocante à economia, à política e à distribuição de renda. Para encaminhar a discussão dessa temática utilizou-se uma bibliografia que discute o contexto histórico da transição política no Brasil, bem como obras que abordam o tema proposto. No tocante as fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais *Veja* da editora Abril e a *IstoÉ* da editora Três, entre agosto de 1984 e o final do ano de 1985. Para a análise destes documentos, foi empregado à metodologia de análise de conteúdo que consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos para auxiliar a análise de dados informacionais ou discursos, apontando elementos que possibilitam a elaboração de uma caracterização. Assim, se busca analisar textos, matérias, entrevistas, ensaios, artigos e outros modelos de imprensa que está relacionado com o objeto de estudo. Através da análise das fontes escolhidas e das bibliografias, chega-se a um resultado de que a união política intitulada Aliança Democrática formada por distintos políticos que tinham em comum a oposição pela permanência do governo militar figurado pelo PDS, foi o fator chave para que fosse possível derrotar os militares no Colégio Eleitoral em 1985. A Aliança Democrática foi assim, um pacto político idealizado para superar a vigência ditatorial que o antigo governo promovia, sendo uma importante união para que o Brasil superasse o regime militar. Logo, a Aliança Democrática, foi um arranjo político que contou com ideologias e concepções diversas, que acabou por promover políticos que iniciaram a Nova República no Brasil.

Palavras-chave: Aliança Democrática; redemocratização; transição política.

As representações dos monstros do primeiro giro do sétimo círculo do inferno de Dante

Daniel Lula Costa UNESPAR/Fecilcam

Resumo: A *Divina Comédia* foi escrita por Dante Alighieri no início do século XIV e dividida em três partes: Inferno, Purgatório e Paraíso. Sua estrutura é composta por cantos, o Inferno está dividido em trinta e quatro cantos, sendo o primeiro uma introdução para toda a obra; o Purgatório e Paraíso possuem cada um trinta e três cantos. Cada uma dessas partes narra e descreve a história do personagem Dante que viaja pelo

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

pós-morte enquanto ser vivente. Dante Alighieri descreverá a paisagem de cada um dos ambientes, no primeiro volume Inferno, no segundo o Purgatório e no terceiro o Paraíso. O Inferno é dividido em nove círculos concêntricos cujas dimensões iniciam na superfície terrestre e terminam no centro do planeta, onde está Lúcifer. Estes nove círculos são diferenciados pela paisagem, tortura, pecado e pelos monstros. O Purgatório é composto por sete cornijas formadas na montanha da purgação, localizada no hemisfério sul do planeta, onde só existe água. O Paraíso é formado por nove esferas caracterizadas pelos planetas e estrelas conhecidos no período. Centramos nossa pesquisa no Inferno e principalmente no primeiro giro do sétimo círculo. Dentre os círculos do Inferno é o sétimo que possui características peculiares e alguns seres que lhes são endereçados, os monstros ou demônios. Esse ambiente em específico é dividido em três giros: o rio Flegetonte, a floresta dos suicidas e o areão ardente. Alguns monstros são descritos por Dante em cada um desses ambientes, como os centauros, o minotauro, as hárprias, as árvores dos suicidas, Géron e Nesso. Os monstros serão entendidos enquanto enigmas, seres que permitem uma ideia vinculada ao transporte e a manutenção de almas no Inferno, muitas vezes relacionados a formas de transporte do personagem Dante e seu guia Virgílio. Nosso objetivo é compreender os símbolos dos monstros do primeiro giro do sétimo círculo do Inferno dantesco. Para isso nossa análise se baseará nos conceitos elencados por Mircea Eliade, sobre símbolo e fenômeno religioso que está ligado a algo que conhecemos porém está vinculado a uma concepção sobrenatural de mundo que sobrevive ao longo do tempo. Analisaremos com base nas ideias de representação e apropriação vinculadas a Chartier. Nesse sentido pretendemos entender os monstros do primeiro giro do sétimo círculo do Inferno de Dante enquanto representações simbólicas que moldam a forma como o homem encara sua realidade.

Palavras-chave: monstros; representações; inferno.

**Uma análise do pensamento de Adam Smith:
sobre o comércio e agricultura na teoria fisiocrata com os principais ideários François Quesnay e
Turgot**

Neilaine Ramos Rocha de Lima
Daniele Cristina de Oliveira
Liliana Grubel Nogueira
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Na segunda metade do século XVIII, duas teorias se destacam, elaborando suas críticas a política econômica do Estado mercantilista, na França destaca-se a Fisiocracia, na Inglaterra o Liberalismo. A proposta do presente trabalho visou o estudo acerca das concepções de comércio existentes nas escolas de pensamento econômico clássicas: Fisiocracia e Liberalismo, para tal estudo foram selecionados três principais autores ideários em questão: François Quesnay, Jacques Turgot, ambos fisiocratas e o liberal Adam Smith. Analisando o papel do artesão e o sistema agrícola perante a teoria fisiocrata, observando através dos escritos de Smith. A Fisiocracia defende a agricultura como fonte da riqueza nacional concebendo o comércio como primordial, não como fonte principal de acúmulo de riqueza, por sua vez A. Smith concebe a troca de mercadorias como raiz do desenvolvimento do capital, então haveria distintas visões sobre a ação e consequência do comércio para a economia e seu desenvolvimento, essas são as principais questões do trabalho que busca compreender, através da história das ideias, como o homem do passado almejava interpretar seu tempo e o seu espaço, tendo em vista que esses teóricos observavam não só

o desenvolvimento de seu contexto, mas o desenvolvimento da própria ação humana através dos tempos, na observação das instituições econômicas, no caso o comércio.

Palavras-chave: fisiocracia; liberalismo; comércio.

Cabrião: uma crítica contra os desmandos cometidos por autoridades políticas na defesa de seus interesses pessoais

Danilo A. Champan Rocha
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: Desde a Abertura dos Portos e a instalação da corte portuguesa na colônia brasileira, em 1808, os debates das diferentes posições políticas dos grupos atuantes no contexto da época e as disputas no conturbado momento da emancipação política foram reproduzidos por uma imprensa que exerceu importante papel no cenário político do Império. Nela figuravam os debates entre os defensores de uma monarquia centralizadora, do federalismo e do regime republicano, que se perpetuaram ao longo do Império. Na década de 1860, a imprensa no Brasil iniciou um processo de revigoramento, intensificando os debates políticos entre uma imprensa áulica e uma imprensa de oposição ao regime social vigente, não sendo uma exceção a esse processo a Província de São Paulo. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a crítica encetada pelo jornal *Cabrião*, de Américo de Campos, Ângelo Agostini e Antônio Manoel dos Reis, às ações do governo da Província de São Paulo, na década de 1860. Para isso, discutiremos a parte escrita e a parte ilustrada do periódico humorístico e compararemos com uma bibliografia historiográfica especializada no tema, para estabelecermos uma relação entre a percepção dos editores do jornal expressada a partir das publicações do *Cabrião* e a estrutura social e política vigorantes na Província de São Paulo nos anos referentes à circulação do hebdomadário. Dessa forma, a partir da análise dos conteúdos debatidos por seus editores no *Cabrião*, o trabalho extraiu indícios sobre como a sociedade paulistana do Segundo Reinado estava organizada a partir de uma relação intrínseca entre os interesses particulares e as decisões políticas adotadas, sendo o âmbito público uma extensão das ambições pessoais de autoridades políticas. Desse modo, concluímos como as críticas do hebdomadário às autoridades provinciais paulistas centralizaram-se nas denúncias dos abusos por elas praticados em relação à permanência da escravidão e ao recrutamento dos soldados de forma arbitrária e inconstitucional para a Guerra do Paraguai.

Palavras-chave: Brasil Império; Imprensa Ilustrada; Cabrião.

O cavaleiro medieval segundo Alfonso X, o Sábio

Débora dos Santos Ferreira (DHI/LEAM/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o ideal de cavaleiro de acordo com Alfonso X, o Sábio, a partir de sua obra jurídica *Las Siete Partidas*, escrita em Castela no século XIII. Para tal estudo, é preciso compreender a importância que o reinado de Alfonso X (1252-1284) teve para a consolidação da monarquia castelhana, considerando que os reinos de Castela e Leão formavam uma das mais poderosas forças políticas

e militares da Península Ibérica, a Coroa de Castela. Através das conquistas militares de territórios peninsulares ainda islâmicos e também, por meio de acordos de vassalagem com alguns desses líderes muçulmanos, Alfonso X continuou com a política de consolidação territorial iniciada por seu pai, Fernando III. Também deu continuidade ao processo de elaboração de códigos jurídicos iniciado por seu pai, que havia ordenado a tradução do antigo Código Visigodo para o castelhano, com o objetivo de concedê-lo aos territórios conquistados. *Las Siete Partidas*, fonte dessa pesquisa, é uma das obras jurídicas desenvolvidas por Alfonso X. Essa começa a ser redigida em torno de 1256 por uma comissão de intelectuais - romanistas, canonistas e juristas supervisionados pelo monarca. Dentre os mais diversos assuntos nela retratados, a cavalaria obteve reconhecimento e legislação, já que essa possuía grande importância na sociedade medieval e, especialmente, no campo militar. Assim, ao estudar tal fonte histórica, a intenção será compreender a ideia de cavaleiro que Alfonso X queria transmitir aos seus vassalhos. Com isso, é imprescindível nessa pesquisa compreender a discussão bibliográfica dos autores referências a esta temática. Os livros de Jean Flori, *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média* (2005) e de Georges Duby, *A Sociedade Cavaleiresca* (1989), proporcionam uma ampla visão sobre a cavalaria e sua evolução, assim como sua relação com a guerra e a nobreza durante a Idade Média. Em relação ao reinado de Alfonso X e sua política de unificação territorial e jurídica, encontra-se uma ampla abordagem sobre o assunto na tese de Jaime Estevão dos Reis, *Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)*. Já o trabalho de Ricardo da Costa, *A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro da Ordem da Cavalaria* (2001), apresenta uma visão geral do ideal de cavaleiro em um período contemporâneo ao das *Siete Partidas*. Portanto, para esta pesquisa será necessário aprofundarmos o conhecimento sobre o contexto de Alfonso X, o Sábio, como rei de Castela e Leão, e as influências que o levaram a desenvolver o ideal de cavaleiro presente em sua obra jurídica. No decorrer da pesquisa, será imprescindível considerar a formação de Alfonso X, fundada em valores de um cavaleiro cristão, assim como estudar a importância que tais homens de armas tiveram nesse processo de Reconquista.

Palavras-chave: Alfonso X; Cavaleiro; Idade Média.

A costura elegante de Dener Pamplona de Abreu

Débora Russi Frasquete
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: O artigo examina o conceito de elegância do estilista brasileiro Dener Pamplona de Abreu (1937-1978), fabricado e disseminado na produção dos bens culturais da moda que são as vestimentas. Como costureiro e estilista, Dener projetou-se na moda brasileira nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e, por isso, traz em sua trajetória os caminhos por ela percorridos. Em linhas gerais, no final dos anos 1950 e na década de 1960, momento em que a moda seguia apenas os ditames internacionais, o estilista envolve-se com o projeto de criação da moda nacional. A incorporação das particularidades brasileiras na criação de estampas únicas, de tecidos singulares e a principalmente a consideração do clima brasileiro que muito diferia do europeu nas concepções das peças indumentárias foram traços do seu estilo no estilismo. Assim, conquistou a sociedade brasileira e fez do Brasil um país produtor de alta costura, com características próprias que contribuíram para o destaque da moda brasileira aos olhos europeus. Os conceitos de luxo e elegância foram os instrumentos empregados por Dener para definir e diferenciar a sua produção estética e estilística dos outros costureiros e estilistas. Dener costumava dizer que havia uma grande diferença entre a mulher bem



vestida, a mulher chique e a mulher elegante. E atento ao desenvolvimento brasileiro criou ainda uma nova categoria: A mulher luxo, capaz de superar o próprio conceito de elegância. Devido a isso e ao seu marketing pessoal, Dener foi extremamente associado ao luxo, costumando diferenciar o que era luxo e o que era lixo, quando se tratava da moda. Porém, a década de 1960 presenciou mudanças significativas, principalmente relacionadas ao processo produtivo da vestimenta. O prêt-à-porter ganhava força e Dener o criticava ferrenhamente, ainda que tenha se inserido nos novos rumos que a moda tomava. Propulsionada por essas mudanças, circunscrevemos a análise da trajetória de Dener à década de 1970, principalmente por ser um período em que há a necessidade de readequação da moda, com as mudanças no consumo, a perda de espaço da alta costura e conseqüentemente luta dos estilistas por manterem seu espaço. Dentre essas tentativas de preservar o seu nome e a alta-costura, em 1972, Dener lança o Curso Básico de Corte e Costura, ora transformado em fio condutor para captar a noção de elegância, como pedagogia prêt-à-porter da moda. Nos três volumes dedicados ao ensino de corte e costura, escritos por Dener com coordenação de Helena Aranha, estão lições sobre a arte de modelar, riscar e cortar peças femininas e infantis. As lições são acompanhadas por capítulos denominados como “Costura e elegância”, inculcando, assim, noções de bem vestir, com elegância. Cultura material e imaterial na produção dos bens culturais que são as roupas, imbricam-se e dão forma e sentido à história da moda e dos tecidos, do corte e da costura que materializadas na produção das peças e nos usos das peças pelas mulheres, significam e reproduzem a elegância. Isto posto, por meio da análise dos escritos do estilista nesses três volumes, amparada pela sua biografia e estudos históricos do período é possível perceber um panorama de mudanças e permanências da moda e do conceito de elegância na década de 1970, que auxiliam no entendimento dos novos caminhos que a moda percorria neste período e nos permite refletir o papel do estilista nesse momento de transição, assim como o que pode ser o seu último suspiro como amante da alta costura, ou seja, da costura elegante.

Palavras-chave: Dener; Costura; 1970

Quilombos como patrimônio cultural da população negra brasileira

Delton Aparecido Felipe,
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir qual a relação que a produção historiográfica faz entre a cultura negra e o patrimônio cultural no Brasil. Para isso apresenta a importância dada ao conceito de quilombo em diferentes momentos da história brasileira e as variações de percepção sobre o significado das comunidades quilombolas no debate historiográfico. São apresentadas também, como as políticas públicas voltadas para população quilombola impulsionam a discussão sobre os significados da cultura negra e dos quilombos para a sociedade. Percebe-se que na atualidade a produção historiográfica sobre os quilombos tem como pressuposto que os quilombos são espaços para a (re)invenção de identidades político-cultural da população negra em busca de valorização e de visibilidade na história social brasileira e o reconhecimento e demarcação de quilombos dependem necessariamente da reivindicação da terra como espaço de preservação da memória. Dessa forma a historiografia sobre os quilombos no Brasil vinculam o conceito de quilombos as formulações guiadas pelos conceitos de patrimônios materiais e imateriais, reconhecendo-os e definindo-os como patrimônio cultural da população negra brasileira.



Palavras-Chave: População negra; Quilombos e Patrimônio Cultural.

27

Alberto Magno e a atuação educacional no contexto histórico do século XIII

Divania Luiza Rodrigues Kono

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão

Terezinha Oliveira

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Neste trabalho, que se estrutura nas orientações da História Social, objetivamos apresentar a atuação educacional do teólogo e filósofo alemão Alberto Magno (1200-1280), no contexto histórico do século XIII. Este século, de grandes transformações aos homens do Ocidente, registra o surgimento de duas importantes instituições: as Universidades e as Ordens Mendicantes, como a Ordem dos Pregadores, da qual Alberto Magno foi membro. Buscaremos caracterizar alguns pontos da vida de Alberto Magno, relacionados ao papel educacional que exerceu na Ordem dos Pregadores e na Universidade. Para tanto, pontuaremos aspectos do contexto histórico, no qual Alberto Magno viveu e que possibilitou a produção de sua obra, especialmente na Universidade de Paris, onde foi mestre de teologia, a partir de 1245. Entendemos que a educação se desenvolve no tempo, nas relações humanas, definindo-se com as mudanças na sociedade e, por isso, é um ato de formação humana, que se transforma. Portanto, a elaboração educacional de Alberto Magno é fruto de um contexto de transformações sociais, para o qual ele se posicionou e produziu sua obra.

Palavras-chave: Educação; Século XIII; Alberto Magno.

Trabalho e poder no *De Re Rustica* de Columella

Douglas de Castro Carneiro

SEED/PR

Resumo: O objetivo desta comunicação é buscar compreender a relação entre trabalho e poder na vila rural não somente como estrutura de produção econômica, mas também como expressão de status e poder para a elite romana, durante o principado de Nero (54-68 d.C.). Nesse sentido, nossa análise centrou-se em alguns livros específicos do tratado columeliano: o livro primeiro, sobre o gerenciamento da propriedade, e o décimo primeiro livro as funções do *vilicus*. Nossa pesquisa inseriu-se no contexto dos estudos da economia romana que foram realizadas desde o meado do século XIX, na esteira do debate entre primitivistas e modernistas acerca da existência ou não do capitalismo no mundo antigo. É certo que esse debate já se encontra em grande medida matizado, mas seu impacto ainda se faz na análise dos chamados “agrônomos latinos” – Catão, Varrão e Columella – pautado, por um viés, sobretudo, econômico. Contudo, outras possibilidades de leitura procuram contemplar uma análise política e cultural de Columella. O objetivo geral foi de estudar as relações de trabalho e poder no *De Re Rustica* de Columella observando como ele transmitiu os conceitos práticos concernentes à gestão de propriedades rurais, uma determinada auto representação imperial, na qual era um dos representantes mais fiéis. Os objetivos específicos foram: Estudar a contextualização histórica em que foi escrito o tratado agrícola de Columella considerando a auto

representação imperial dos proprietários rurais no século I d.C. Entender como as transformações sociais e políticas fomentaram novas perspectivas na obra dos agrônomos romanos. Compreender como esse enfrentamento estabeleceu a presença das propriedades rurais e a agricultura das demais camadas sociais. A metodologia utilizada será a seleção da literatura, a contextualização do objeto, e a leitura crítica que se insurge por volta do século I d.C. Para a compreensão das acepções que Lucio Moderato Columella, as representações imperiais e de sua relação com a sociedade, é necessária uma abordagem histórica das lutas que estavam postas sobre a sociedade romana, ou seja, conhecer as disseminações que serão envolvidas no processo estudado. Nossa hipótese é que a vila tal como é representada, por Columella era postulada como um símbolo de status social e político, num quadro de competição intra-aristocrática por prestígio. Os resultados aqui apresentados informam aos leitores que a relação entre trabalho e poder são extremamente interconectados e corrobora com a hipótese da relação entre o trabalho e o poder são fatores determinantes na compreensão daquilo que procuraremos trabalhar em nosso trabalho.

Palavras-chave: Columella; Trabalho; Poder.

O mito das quatro idades na poesia virgiliana

Douglas de Castro Carneiro
SEED PR

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar o mito das quatro idades na poesia virgiliana. O conjunto das obras de Virgílio, escritas entre os anos de 42 a.C. a 19 a.C., permite compreender o período pelo qual Roma passava: um momento de transição, transformações sociais, políticas e culturais no final da república romana, após o falecimento de Júlio Cesar e ascensão de Otávio Augusto, posteriormente imperador. Virgílio criou e ampliou uma nova propaganda política iniciada com a *Quarta Écloga*, que chegava a imaginar uma “Idade de Ouro”, introduzida por ações sociais e políticas para se referir à figura de Augusto, perpassando características comuns nas *Geórgicas* e na *Eneida*. O estudo das idades do mundo constitui uma abordagem importante nas concepções de tempo, da história e das sociedades ideais. Virgílio narra que a partir da *Quarta Écloga*, a ascensão da “Idade de Ouro” ficou conhecida como um período de transição, de transformações marcadas com a identificação do mito descrito na *Eneida*, e conseqüentemente, como fundadora de Roma. Nossos objetivos são: Estudar a contextualização histórico-literária em que foi produzida a obra de Virgílio, considerando o mito da “Idade de Ouro” e como isso foi representado durante o governo de Augusto. Analisar quais influências e relações culturais e religiosas na adaptação de Virgílio do mito das quatro idades para fins políticos. Compreender a importância da poesia virgiliana no universo social e político do mundo romano. O nosso quadro teórico de referência entre o mito e a história com base no levantamento de fontes e literatura de apoio. Os procedimentos são a seleção da literatura, a contextualização do objeto, a literatura crítica que insurge no final da república e no início do principado entre os séculos I a.C a I d.C. Para a compreensão das acepções virgilianas relativas à análise que o autor procurou fazer da “Idade dos Mundos”, suas relações com os círculos literários com o Ocidente e com a sociedade, é necessária uma abordagem histórica que contemple o contexto da decadência da república romana e a ascensão de uma nova mentalidade, ou seja, conhecer as disseminações envolvidas no processo estudado. Os resultados apresentados até o presente momento refere-se ao fato dos textos virgilianos apesar de possuírem alguns aspectos semelhantes como a própria “Idade de Mundo” são presente nas mais diversas

culturas. As conclusões que chegamos que o texto de Virgílio apresenta diversos temas que podem ser explorados por diferentes perspectivas teóricas.

Palavras-chave: História; Mito; Virgílio.

As *Diuinae Institutiones* de Lactâncio: escatologia, intransigência religiosa e política imperial

Douglas Raphael Machado Gobato
Universidade Estadual de Maringá (PPH/LEAM)
Profa. Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini - orientadora
Universidade Estadual de Maringá (DHI/PPH/LEAM)

Resumo: No livro sétimo da obra *Diuinae Institutiones*, o autor romano dos séculos III e IV, Lactâncio, afirma que a conservação do Império Romano seria a única forma de garantir a existência do mundo e evitar o juízo final seguido da parousia de Cristo. Em seguida, propõe que a condição da sobrevivência de Roma está na aceitação do cristianismo como a verdadeira religião em detrimento das religiões de mistério e demais filosofias da antiguidade. Lactâncio está inserido no contexto de desagregação do estado romano e da retomada de ideias messiânicas por parte de alguns cristãos, que desde finais do século II, viam na crise imperial indícios do final dos tempos. Por outro lado, ao longo de sua história, os romanos também desenvolveram suas próprias justificativas para os momentos de instabilidade, em geral associadas a degeneração de seus costumes, mas que no contexto da crise do Império serão atribuídas à presença dos cristãos. Como consequência, no século III, serão decretadas medidas persecutórias gerais em uma tentativa de eliminar o cristianismo da sociedade e garantir o retorno a estabilidade. Diante dos conflitos entre cristianismo e paganismo, à medida que a Igreja de Roma se dava conta de que o retorno de Cristo não era eminente, passou a buscar formas de coexistência pacífica com o Império, desenvolvendo estratégias que desestimulassem a crença no eminente regresso do messias e garantissem a aproximação política com o Estado. Em nosso texto, tomando as *Diuinae Institutiones* de Lactâncio, buscamos evidenciar como as alegações feitas no último capítulo de sua obra, revelam uma tentativa de aproximar a doutrina cristã, que considerava como a absoluta revelação da verdade, com as instituições políticas romanas, justificando a existência do Império a partir dos dogmas do cristianismo. Para isso, consideramos as ideias de crise e decadência que proliferaram-se entre romanos e cristãos ao longo de sua história e que foram resgatadas no contexto da crise imperial no século III, servindo de explicações para o momento de instabilidade e influenciando sobre as ações políticas adotadas pelo Estado.

Palavras-chave: Crise do Império Romano; Ideias Apocalípticas Cristãs; Política Imperial

A documentação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI): análise e sistematização dos documentos relacionados aos grupos indígenas do Paraná

Beatriz Rosa do Carmo Silva
Éder da Silva Novak
(Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Resumo: A Assessoria de Segurança e Informações (ASI) foi criada durante a Ditadura Militar e durante duas décadas teve suas atividades subordinadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas também sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SIN). Tratava-se de um serviço de espionagem das atividades realizadas, por exemplo, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Além disso, a ASI acompanhava as ações nas terras indígenas, visando o controle das manifestações, buscando limitar a organização e a ação dos movimentos indigenistas. Mantida de forma sigilosa e confidencial, a documentação pertencente à ASI foi retirada de uma sala secreta da FUNAI, durante o ano de 2008, no momento do planejamento de instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Tal documentação foi conduzida ao Arquivo Nacional em Brasília, tornando-se uma importante fonte para o estudo da história das populações indígenas no Brasil, no contexto da Ditadura Militar. No Paraná, em 4 de abril de 2013, foi instalada a Comissão Estadual da Verdade, dividida em seis grupos de trabalhos, sendo um deles intitulado como "Violações no campo e povos indígenas", responsável pela elaboração de um relatório à CNV sobre as perseguições, desaparecimentos, assassinatos e ameaças a lideranças e membros das comunidades indígenas, bem como pessoas ligadas aos movimentos indigenistas, através da consulta e análise da documentação do período, entre ela da ASI. Além disso, o relatório aponta para questões de expropriação e trocas de terras, exploração da madeira e demais recursos naturais no interior das terras indígenas, de maneira coercitiva e com validação dos representantes da FUNAI e do Estado. O presente estudo demonstra as primeiras análises do acervo documental da ASI e a forma como se deu a sistematização dos documentos que abordam os indígenas no Paraná, construindo novas possibilidades de pesquisas na história destes personagens, na busca de revelar como se deu a ação indígena, enquanto sujeitos históricos, frente à repressão e a tentativa de controle dos agentes da Ditadura Militar, que estavam no comando da política indigenista no período em questão.

Palavras-chave: Grupos Indígenas; Ditadura Militar; Paraná.

A expropriação dos territórios indígenas no Paraná: o acordo de 1949

Éder da Silva Novak
(Universidade Estadual de Maringá – UEM)

Resumo: No início do século XX ocorreram as primeiras reservas de territórios aos grupos indígenas no Paraná, delimitando espaços menores que os tradicionalmente ocupados pelos índios no Estado. Em 1949, tais territórios passaram por uma nova etapa de expropriação de terras, através de um acordo estabelecido entre o Governo da União e do Paraná. Ao todo seis áreas indígenas foram reestruturadas: Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha. O principal critério adotado para tal reestruturação foi atribuir 100 hectares de terras a cada família indígena constituída de 5 pessoas e a concessão de mais 500 hectares para a localização das dependências do Posto Indígena, sem levar em conta os aspectos tradicionais e diferenciados na forma de vida dos índios, bem como as relações estabelecidas com o espaço habitado. O objetivo, neste estudo, é evidenciar a redução dos territórios indígenas, outrora reservados, através de mapas georreferenciados, que demonstram as extensões territoriais das seis áreas indígenas citadas, antes e depois de 1949, analisando o acordo e sua relação com a política nacionalista e desenvolvimentista do país e com a estratégia de ocupação e avanço das frentes de expansão do Governo do

Paraná. E neste processo de expropriação de terras ressaltar os objetivos da política indigenista no período, vinculada à liberação de novas áreas coloniais, sem deixar de enfatizar as estratégias e ações dos próprios grupos indígenas, enquanto sujeitos históricos, protagonistas em defesa dos seus interesses, sobretudo, seus territórios. Além disso, desenvolver uma comparação do número de indígenas que vivia naquelas áreas em meados do século XX com o da atualidade, possibilitando uma reflexão em torno das alternativas de sobrevivência dos grupos indígenas, hoje em dia, em suas terras.

Palavras-chave: Territórios Indígenas; Acordo de 1949; Paraná.

História da Boneca Susi: Uma leitura da Educação e das Profissões Femininas (1966-1985)

Edilaine Zambianchi de Oliveira
(Universidade Estadual de Maringá)

A história da educação das meninas pode ser narrada de muitas formas. A escolhida, neste trabalho, é a de mostrar as contribuições das brincadeiras com as bonecas na educação das meninas, em particular, dos papéis desempenhados pelo brincar nos processos educativos no período da infância. O desenvolvimento do trabalho foi pautado na estratégia metodológica de associar a história da Susi a das meninas, com vistas a entender as dinâmicas indicadas nos estilos e perfis das décadas de 1960 a 1980. Talvez, fosse apropriado afirmar que o objetivo do estudo foi narrar a história das meninas por intermédio das “Susis”. Nesse aspecto, é importante lembrar que, as concepções de feminino e de feminilidade nas diferentes épocas da história da educação encontraram nos brinquedos, na literatura, no cinema e na escola, com suas práticas pedagógicas e espaços escolares, os mecanismos para educar as meninas, ensinando-lhes modos de ser, de se vestir e de se comportar, com a intenção de prepará-las para os papéis sociais desenhados para elas nas sociedades e culturas. Portanto, falar em história das meninas significa reconhecer e entender os papéis que as bonecas desempenharam e ainda desempenham em suas vidas; como a escola estimulou e ainda estimula as brincadeiras em consonância com as concepções de que existem brinquedos ideais para meninos e meninas. A boneca Susi foi lançada em 1966, pela Estrela, como a primeira boneca genuinamente brasileira, com as características da mulher brasileira; rosto e olhos arredondados. Susi reafirmou o papel da mulher desse período por meio de suas indumentárias e dos acessórios que a mesma possui. Aos poucos, à medida que a mulher ganhou espaço na sociedade, decorrentes do maior nível de escolarização e profissionalização, mediante a conquista de novos espaços de atuação no mercado de trabalho, a boneca trouxe consigo essas mudanças, estampadas em cada coleção. Nesse aspecto, a boneca tornou-se elo entre o mundo real e o imaginário, ou seja, ao brincar, as meninas internalizam os modos de como ser mulher em cada período histórico. Logo, é de se ter que, a Susi, como artefato pedagógico e cultural da educação das meninas, permite entender o que uma boneca ensina e como ensina; como consagra modelos de beleza e de comportamento; quais as formas de controle que suas caracterizações ensinam sobre o corpo e a beleza feminina.

O imigrantismo de João Cardoso de Menezes e Souza e a questão territorial brasileira na segunda metade do século XIX.

Filipe dos Santos Vieira

Resumo: O presente trabalho é resultado de parte de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem por objetivo analisar o pensamento imigrantista do político e intelectual brasileiro oitocentista, João Cardoso de Menezes e Souza, o Barão de Paranapiacaba. A análise das ideias do autor referente à imigração se dará através da investigação de sua obra denominada *Theses sobre colonização do Brasil* produzida por ele entre os anos de 1873 e 1875. Tal obra trata-se de um relatório produzido a pedido do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com a incumbência de mostrar em linhas gerais os motivos pelos quais a emigração europeia preferia outros países em detrimento do Brasil. Desta forma, Menezes e Souza pontua reformas institucionais e estruturais que o país deveria realizar de modo a tornar o Império brasileiro atraente as correntes imigratórias contemporâneas. Dentre esses pontos, segundo o autor, a legislação territorial (Lei de Terras de 1850) aparecia como um dos principais empecilhos para o afastamento dos emigrantes dos portos brasileiros. Assim, o barão formula propostas tendo em vista facilitar o acesso dos estrangeiros à propriedade territorial, isto é, criar mecanismos para que estes pudessem tornar proprietários no Brasil e não apenas trabalhar sob regime semelhante ao trabalho compulsório nos grandes latifúndios, assim, encorajando-os a emigrar para as terras tupiniquins. Exposto isso, nesta comunicação buscaremos analisar em que medida as ideias propostas por Menezes e Souza, e pelos pensadores imigrantistas brasileiros de uma forma geral, foram concretizadas na transição do Império para a República. Se não podemos afirmar que o clamor pela imigração surtiu efeito direto sobre as políticas públicas no final dos oitocentos, ao menos estas exerceram influência indireta, contribuindo para que as instituições brasileiras se deslocassem para um campo liberal-democrático. Para a compreensão do problema posto, além da investigação do relatório de Menezes e Souza, também nos debruçaremos sobre o estudo de obras contemporâneas, como por exemplo, do deputado alagoano Aureliano Candido Tavares Bastos e do viajante alemão Heinrich Handelmann, entre outros. Também utilizaremos para efeito de análise a legislação fundiária do período, a fim de observar quais transformações propostas pelos imigrantistas de fato ocorreram nestas leis, tornando a aquisição da propriedade fundiária um ato mais próximo da realidade dos imigrantes, o que seria um atrativo a mais para o estabelecimento de correntes regulares de imigração para o Brasil.

Palavras-chave: Imigrantismo; Lei de Terras 1850 ; Menezes e Souza.

A ética aristotélica no baixo medievo a partir da leitura das novelas de Boccaccio

Flávio Rodrigues de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá (DFL/DTP/PGF)

Resumo: Esta comunicação procurou compreender como Giovanni Boccaccio contribuiu para o desenvolvimento dos conceitos morais de meados do século XIV, partindo de uma investigação de uma seleção de novelas da obra *O decamerão*. Buscou mostrar que, embora esse autor não tenha escrito nenhuma obra específica sobre a questão moral, em suas novelas, de forma implícita ou explícita, ele tratou desses valores. Em suas cem novelas, ele pintou a vida cotidiana de vários grupos sociais, abordando-os, de uma perspectiva aristotélica, a formação dos costumes e hábitos, como por exemplo, questões de deficiência ou excelência moral. Metodologicamente, assumiu-se a perspectiva de longa duração proposta pela História das Mentalidades, já que temos em vista que por sua própria essência, a educação se faz por meio de processos longos e duradouros.

Palavras-chave: Ética; Giovanni Boccaccio; *O decamerão*.

Nenhuma legislação sobre a moral: questões da filosofia política libertária

Flávio Rodrigues de Oliveira
Universidade Estadual de Maringá (DFL/DTP/PGF)

Resumo: Segundo a concepção filosófica libertária o Estado moderno promulga algumas afirmativas contrárias aos direitos individuais de viés *ius naturalis* (jus naturalista). Dentre as principais reivindicações libertárias concentra-se: a) a defesa de uma ausência de um paternalismo estatal; b) da inviabilidade do projeto de redistribuição da riqueza; c) e, o veto da legislação sobre a moral, vendo nessas três ações positivas do Estado uma violação do que os libertários entender por direitos dos indivíduos. Para os libertários nenhuma ação do Estado pode ir contra o direito natural do indivíduo – que possui antes da constituição do Estado. A presente comunicação abordará o último ponto mencionado, tendo a perspectiva de apontar que os libertários são contrários ao uso da força coercitiva da lei para promover noções de virtude e/ou para expressar a convicção da maioria.

Palavras-chave: Libertarianismo; Direitos naturais; Filosofia política.

A importância do cinema para a Ação Integralista Brasileira (1932-1937) sob o olhar do periódico *Monitor Integralista* (1933-1937).

Giceli Warmling do Nascimento
Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM)

Resumo: O cinema foi um dos meios de comunicação de massa mais utilizados pelos estadistas do século XX, tanto em regimes democráticos quanto em ditatoriais. A intenção era através do cinema “conquistar corações e mentes” em torno dos ideais e projetos desses regimes, assim tanto Franklin D. Roosevelt, Benito Mussolini e Adolf Hitler contaram com o cinema como veículo de propaganda política. No Brasil, Getúlio Vargas contou com o apoio do INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo) e até mesmo partidos políticos que ansiavam chegar ao poder utilizaram o cinema para atingir seus objetivos políticos, como exemplo temos a Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Nosso objetivo com esse trabalho é compreender o papel que o cinema desempenhou para este movimento e partido político através da análise do seu periódico oficial: o *Monitor Integralista*. A escolha dessa fonte se dá porque entendemos, assim como Michele Lagny (1997), que os filmes são uma fonte documental importante para o estudo das representações e da estética do filme, mas ele nos diz muito pouco sobre quem viu esses filmes e sobre o sistema que os produziu. Dessa forma, precisamos de outros meios de comunicação para verificarmos como essa estrutura funcionava. A pesquisa ainda está em andamento, mas já é possível compreender a importância que esse meio de comunicação possuía para a AIB: criar uma representação de movimento ordeiro e grandioso e pronto para governar o Brasil, bem como construir uma memória do movimento para as gerações futuras.

Palavras-chave: cinema; integralismo; propaganda política.



A importância do cinema para a Ação Integralista Brasileira (1932-1937) sob o olhar do periódico *Monitor Integralista* (1933-1937).

Giceli Warmling do Nascimento
Universidade Estadual de Maringá (PPH/UEM)

Resumo: O cinema foi um dos meios de comunicação de massa mais utilizados pelos estadistas do século XX, tanto em regimes democráticos quanto em ditatoriais. A intenção era através do cinema “conquistar corações e mentes” em torno dos ideais e projetos desses regimes, assim tanto Franklin D. Roosevelt, Benito Mussolini e Adolf Hitler contaram com o cinema como veículo de propaganda política. No Brasil, Getúlio Vargas contou com o apoio do INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo) e até mesmo partidos políticos que ansiavam chegar ao poder utilizaram o cinema para atingir seus objetivos políticos, como exemplo temos a Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Nosso objetivo com esse trabalho é compreender o papel que o cinema desempenhou para este movimento e partido político através da análise do seu periódico oficial: o *Monitor Integralista*. A escolha dessa fonte se dá porque entendemos, assim como Michele Lagny (1997), que os filmes são uma fonte documental importante para o estudo das representações e da estética do filme, mas ele nos diz muito pouco sobre quem viu esses filmes e sobre o sistema que os produziu. Dessa forma, precisamos de outros meios de comunicação para verificarmos como essa estrutura funcionava. A pesquisa ainda está em andamento, mas já é possível compreender a importância que esse meio de comunicação possuía para a AIB: criar uma representação de movimento ordeiro e grandioso e pronto para governar o Brasil, bem como construir uma memória do movimento para as gerações futuras.

Palavras-chave: cinema; integralismo; propaganda política.

UMA ANÁLISE DA FACHADA DOS LOCAIS DE PRÁTICA E CRENÇA RELIGIOSA AFRO-BRASILEIRA EM MARINGÁ-PR

Giovane Marrafon Gonzaga
PIBIC/FA LERR-UEM

Resumo: O seguinte trabalho tem o intuito de compreender a organização espacial das crenças afro-brasileiras em Maringá-PR, baseado na proposição teórica de Michel de Certeau (1994) sobre táticas, estratégias e o conceito de cidade moderna, principalmente sua ligação com os usos efetuados sobre o lugar. Para tanto, visitas e conversações foram contempladas através de 18 representantes de crenças afro-brasileiras na cidade. O artigo tem como metodologia a proposta de pesquisa participante contida em livro de mesmo título, organizado por Carlos Henrique Brandão (1981). Sobre o processo de visita, construção de fonte oral, e a concepção de fotografia como fonte histórica, foram pertinentes as elaborações de Verena Alberti (2008), Alberto Lins Caldas (1999), Michael Pollak (1989), e Marli Brito Albuquerque e Lisabell Espellet Klein (1987). Tem-se o intuito de demonstrar, por meio de fotografias e das informações colhidas em trabalho de campo, que a organização espacial da fachada dos locais de culto e crença afro-brasileira em Maringá é, por vezes, baseada na distribuição geográfica desses pontos. O que permite entender que em alguns casos evidenciar (através de placas, símbolos, etc.) aquele espaço como sendo de prática e crença afro-brasileira se relaciona com o impacto social que essa enunciação poderia causar.

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

Palavras-chave: oralidade; Maringá; afro-brasileira;

NO ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS, HÁ ESPAÇO PARA AS CRENÇAS AFRO-BRASILEIRAS? REVISITANDO A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES EM MARINGÁ-PR (1947-2014).

Giovane Marrafon Gonzaga
Prof^ª Vanda Fortuna Serafim (Orientadora)
PIBIC/FA LERR-UEM

Resumo: A presente comunicação tem o intuito de apresentar o projeto de iniciação científica de mesmo título. Que procura estudar os espaços de manifestação das crenças afro-brasileiras em Maringá, Paraná, entre os anos de 1947 e 2014. Visa-se o mapeamento de documentos disponíveis para o estudo das crenças afro-brasileiras em Maringá, a localização dos espaços de realização de devoção afro-brasileira na cidade, e, a investigação de como os cultos afro-brasileiros se reorganizam frente a proposta/tradição católica do. A escrita de uma historiografia voltada ao debate cultural encontra justificativa neste projeto, em Roger Chartier (2002) e Michel de Certeau (1982), onde ambos discutem as estruturas da história cultural e o campo em que atua. Colocam mesmo o documento oficial como fonte, numa perspectiva cultural, onde as ideias sub-reptícias de um texto podem ser consideradas tanto quanto a informação que o texto traz. Operacionaliza-se os conceitos de estratégia e tática, introduzidos por Certeau (1998) em *A invenção do cotidiano*, a fim de entender essa relação entre um espaço próprio da religião católica (a cidade de Maringá) e as religiões afro-brasileiras que se organizam nesse mesmo lugar.

Palavras-chave: crença; afro-brasileiro; Maringá;

Moda masculina na década de 1950 em Maringá

Guilherme Telles da Silva
(UEM)

Nos anos 1950 o processo de modernização das aparências envolveu os homens e as masculinidades. No período, o mercado de roupa masculina é incrementado bem como os produtos de beleza para os cuidados com a aparência, fazendo emergir novos significados para as masculinidades. Este estudo propõe-se a matizar a moda masculina na cidade de Maringá, por meio da análise das imagens de homens e das notícias de moda, em particular, as propagandas de lojas de roupas, acessórios voltados aos segmentos masculinos e de prestação de serviços para os cuidados estéticos veiculados na “Revista Maringá Ilustrada de 1957”. Imagens e notícias coletadas no blog Maringá Histórica. A edição da Revista em 1957, comemorava os 10 anos de fundação da cidade e que nos remete ao trabalho memorialístico para referendar as representações dos feitos dos “grandes homens” que como pioneiros, desbravaram e criaram a cidade. Porém, nela estão as pistas de como os homens pioneiros e aqueles que aportaram na cidade fizeram investimentos no comércio local para atender as demandas da elegância e beleza exigida pela modernidade e modernização do espaço urbano. As referências e imagens dos personagens históricos encontrados na Revista, bem como as fotografias que narram a vida cotidiana em suas faces de trabalho e lazer, fornecem as pistas de que as preocupações com a aparência foram assimiladas e incorporadas pela população masculina fazendo avançar o comércio de bens materiais e simbólicos para o consumo dos segmentos masculinos bem como de espaços de lazer e de sociabilidades para cuidar e mostrar o corpo, a beleza e a elegância. Para conduzir a exposição o texto divide-se em 3 momentos: 1) a moda masculina na cidade de Maringá: a

constituição do comércio para o consumo de roupas e de serviços para os cuidados estéticos; 2) as apropriações da moda no espaço público do trabalho e lazer; 3) As noções de beleza e elegância masculina em Maringá. A moda constitui-se no trabalho como via de acesso para perceber as relações estabelecidas pelos homens por meio de suas aparências, fabricando sentidos para a moda masculina e, por conseguinte, para as masculinidades nos espaços da cidade na década de 1950. São as múltiplas formas de ser, de viver e de se vestir como homens que examinaremos neste trabalho de forma a revelar que, em qualquer concepção de masculino embutem-se as segmentações sociais, étnicas, etárias, políticas e culturais.

Palavras-chave: Homens, Roupas, Maringá.

Mulheres e roupas: as feministas da Federação Brasileira para o Progresso Feminino em 1922.

Herculanum Ghirello Pires
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: A relação das mulheres com as roupas e as aparências é examinada neste trabalho por intermédio das feministas do final do século XIX e início do XX. No período, mulheres pertencentes às camadas da elite envolveram-se com o debate de temáticas dos direitos dos segmentos femininos, tais como à educação e ao voto. As ideologias emancipatórias encontraram na imprensa, em particular, nos jornais e na criação de organizações de mulheres um instrumento de luta pela conquista de direitos civis e políticos. A Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) criada em 1922, por Berta Lutz, constitui-se em marco da organização das mulheres para agirem em conjunto e lutarem por seus direitos. No mesmo ritmo das reivindicações das feministas, a moda altera-se. De certa forma, a modernização das aparências observadas na capital carioca, encontra nos discursos e nos visuais das feministas um meio de expressão e de comunicação ideológico, levando a que se questione: como as roupas, como linguagens não verbais e simbólicas, foram usadas pelas feministas para marcar visualmente as posições políticas em defesa dos direitos das mulheres? As imagens que narram os encontros e as reuniões que marcaram a criação da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino em 1922 e as notícias sobre moda da Revista *Fon-Fon!* conduzirão a análise e a narrativa que caminhará no sentido de identificar como a moda foi significada pelas feministas em suas atuações. De certa forma, a análise permitirá refletir sobre como as indumentárias contribuíram em suas performances políticas e até que ponto e em que medida, as imagens legadas por elas para a história das mulheres são narrativas de moda e gênero, no sentido de revelar as fronteiras nos modelos de feminino e de feminilidades.

Palavras-chave: Federação Brasileira pelo Progresso Feminista; Moda; *Belle Époque* carioca.

O justo na idade média: direito canônico como mediador das relações sócio-econômicas.

Ingrid Carolina Ávila
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: No medievo, o conceito de justiça e a concepção de direito e religião estão interligados com todas as esferas sociais, inclusive a econômica. Este mercado foi marcado pela concepção de *justum pretium*



(preço justo), também mediado pela igreja. Além disso, a noção de que o trabalho é impuro é substituída pela glorificação do corpo produtivo, promovendo, assim, uma readequação de papéis neste cenário. Desta forma, objetivamos uma reflexão sobre o desenvolvimento da economia na Europa feudal do século XII ao XIV, bem como seu interesse e desdobramento com o justo. Para tanto, realizamos uma discussão bibliográfica do tema utilizando conceitos representativos do quadro econômico e social da idade média através dos autores: WOOD (2003), LE GOFF (1989, 2012), BONI (2003) e ROTHBARD (1999). Entendemos que o direito canônico apresenta-se, nesse período, como uma alternativa para resolver os impasses liderados pelos homens e nortear a vida dos mesmos, respaldando-se na lei de Deus.

Palavras-chave: Direito; Economia; Idade Média.

VÊNH JYKRE SI

Memória, tradição e costume entre os Kaingang da T.I. Faxinal - Cândido de Abreu-Pr

Isabel Cristina Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Esta comunicação é dedicada a apresentação dos resultados da minha tese de doutoramento dedicada ao estudo da relação memória – tradição – costume entre um povo Jê Meridional: os Kaingang da Terra Indígena Faxinal, localizada no município de Cândido de Abreu-Pr. O percurso teórico que orienta este estudo trilha por discussões realizadas tanto na História (HOBSBAWN & RANGER, 1984; LE GOFF, 1990) quanto na Antropologia (BALANDIER, 1969, 1993; 1997; OLIVEIRA, 1998; GODELIER, 1969; LITTLE, 2002) para afirmar que as tradições de um povo devam ser encaradas como práticas culturais inventadas e reinventadas a partir de cosmologias particulares que na dinâmica da vida cotidiana e da história, são constantemente atualizadas e ressignificadas. O foco de análise está centrado na maneira como esses Kaingang vêm construindo os seus saberes, suas práticas e reafirmando o seu pertencimento étnico nas relações que estabelecem tanto com o seu próprio mundo, quanto com o mundo dos *fóg* (brancos), ou seja, como constroem suas territorialidades.

Palavras Chave: Kaingang, memória, tradição, costume, territorialidade

A cultura visual na historiografia: os percursos teórico-metodológicos na análise das imagens dos Reis Magos

Jacqueline Rodrigues Antonio
UEM

Resumo: Com este artigo proponho uma discussão sobre a cultura visual na historiografia, como parte integrante da pesquisa que desenvolvo no Mestrado em História na Universidade Estadual de Maringá, que, cujo intuito é entender a construção da imagem dos Reis Magos no ocidente e a sua influência na cultura brasileira. Os Reis Magos, tanto uma devoção, como parte do imagético, foram incorporados desde os primórdios da colonização na religiosidade brasileira, foi se fortalecendo com o passar dos anos e continua sendo alvo de devoção nas festividades natalinas em todo o Brasil, através dos presépios montados em

igrejas, lugares públicos e residências. Nessa pesquisa, a fonte utilizada é um quadro atribuído pela produção acadêmica da época do tombamento da igreja, ao jesuíta Belchior Paulo (1554-1619), e posteriormente, incorporado à Igreja e Residência dos Reis Magos, em Nova Almeida (antes Aldeia dos Reis Magos, no município de Serra, no estado do Espírito Santo) ao término do Altar-Mor em 1702. O seu pintor também é considerado o precursor da arte no ambiente colonial da América Portuguesa. Tal obra, nomeada como “Adoração dos Reis Magos”, foi confeccionada entre os fins de 1500 e início de 1600, e torna-se uma evidência visual das influências culturais europeias deste tema na colônia portuguesa americana, como também rastros da cultura autóctone existente. Passou a ser um patrimônio tombado em 1943, juntamente com a Igreja e alguns objetos do período da redução jesuíta, do qual há um contexto que favoreceu tal evento. Já a obra a ser analisada é colocada como a primeira pintura feita a óleo no além-mar, ainda com traços do Maneirismo, tradicionalmente colocado para este quadro como mais Renascentista que Barroco, apesar de que estudos realizados na década de 1970 no campo das artes visuais contradiz essa teoria e coloca que nele há traços da pintura Flamenca. Para esta pesquisa, faz-se necessário traçar um percurso cultural/visual dos Magos, como que sua imagem foi reinventada no ocidente e amoldou-se na cultura popular brasileira. Diante disso, a pesquisa acerca dos Reis Magos na cultura ocidental é viável através da análise das evidências visuais confeccionadas desde o cristianismo primitivo. Esta análise é embasada na História Cultural, pois, a utilização da cultura visual como evidência histórica é, particularmente, objeto de debate desta historiografia, no qual também se desenvolve a questão do patrimônio cultural, da memória e da formação de uma identidade sobre tal tradição. Quanto à metodologia empregada na pesquisa das imagens do Reis Magos acompanha a proposta de Erwin Panofsky e, posteriormente, Peter Burke da iconografia e iconologia. Deste modo, pela linguagem do imagético são visualizados os simbolismos de suas representações, a memória inserida, a identidade construída e a sua tradição sendo resignificada.

Palavras-chave: Arte e História; Memória e Identidade; História Cultural.

Zibaldone Da Canal: um manual de mercador italiano do século XIV

Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: Nesta comunicação buscamos refletir sobre os manuais de mercadores medievais. Tomaremos como exemplo, o *Zibaldone Da canal*, escrito em Veneza em fins do século XIV. Esse manual pertence a um gênero literário que surge no contexto do que se convencionou chamar de “revolução comercial” da Idade Média, expressão cunhada pelo historiador econômico Raymond de Roover em 1942, referindo ao século XIII, e que foi adotado por outros historiadores como Roberto Sabatino Lopez - *A revolução comercial da Idade Média* - que amplia o período estendendo-o de meados do século X (950) a meados do século XIV (1350) e Jacques Le Goff - *Mercadores e Banqueiros da Idade Média* - que define o período entre o século XI e XIII. O manuscrito pertence à Universidade de Yale e faz parte de sua coleção de manuscritos intitulada *Beinecke Rare Book Library*. Foi publicado em 1967 pelo *Comitato Editore de Veneza*, sob a edição de Alfredo Stussi. Existe ainda uma edição mais recente a cargo de John E. Dotson, que o publicou em inglês, em 1994, sob o patrocínio do *Center for Medieval and Early Renaissance Studies*. O termo *Zibaldone* significa livro de anotações e recebeu seu complemento - “*da Canal*” - devido à proximidade do autor com a família *da Canal*. Em 1422, a única cópia existente estava em poder do jovem Nicolò da Canal di Bartolomeo - na época com a idade aproximada de 18 ou 19 anos - e que assina duas

vezes como proprietário nas últimas folhas do manuscrito. Sabe-se pouco acerca da figura desse jovem mercador. O *Zibaldone da Canal* revela exatamente o que os jovens aspirantes a mercadores aprendiam antes ou mesmo durante seus estágios em companhias comerciais. As primeiras páginas desse manual foram perdidas. Seu conteúdo está distribuído de forma aleatória, mas podemos agrupá-lo *grosso modo* da seguinte forma: uma primeira parte contendo de geometria e de matemática financeira e comercial, seguidos de informações mercantis acerca de produtos, mercados, equivalências de moedas, pesos e medidas venezianas em relação aos de diversas regiões com as quais comercializavam. Esse conteúdo constitui a maior parte do manual; a segunda parte ou seção, de cunho histórico-literário, na qual se apresenta uma crônica relatando a história de Veneza; uma versão da *História de Tristão*; algumas *sirventes* (composição trovadoresca de gênero satírico característica da Provença no século XII, na qual se reflete sobre aspectos gerais ou particulares da vida moral, social e política); e a parte final que trata de assuntos variados: astronomia e astrologia, plantas medicinais (exemplo, as propriedades do Alecrim – *Rosemary*); e encerra-se com assuntos de natureza religiosa e moral: os Dez Mandamentos, os Preceitos de Salomão e demais provérbios (ZIBALDONE DA CANAL, 1967).

Palavras-chave: Zibaldone Da Canal; Manual; Mercador.

Proposta de uma nação pluricultural e multicontinental para as Colônias Portuguesas na década de 1960

Janaina Fernanda Gonçalves de Oliveira Bianchi
Casa Agostinho da Silva

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar outro ponto de vista no processo que respeita à descolonização das Colônias Ultramarinas, pertencentes à Nação Portuguesa. Normalmente quando estudamos o processo de descolonização dos países que deram origem ao Continente Africano somos conduzidos a pensar apenas, e tão somente, em como era de grande importância para o seu desenvolvimento que cada país deixasse de estar sob o regimento daqueles que apenas se interessavam em sugar seus recursos — fossem esses recursos naturais ou humanos. Por outras palavras, acreditamos que os países da Europa nada tinham a oferecer para os africanos, apesar do seu elevado interesse em sugar suas matérias. Desta forma, também nos são normalmente apresentados dados de quantas vidas foram perdidas nas guerras travadas, que finalmente lhes permitiram conquistar a independência do jugo de um malfeitor. Faremos aqui uma análise que não pretende desvalorizar esse tipo de estudo, mas que nos apresentará uma perspectiva alternativa no que diz respeito ao processo de desconstrução das colônias portuguesas no Continente Africano, ‘colônias’ que por alguns poderiam ser vistas como fazendo parte da Nação. Esse é o tipo de abordagem que podemos encontrar em Fernando Pacheco de Amorim, autor do livro *Unidade Ameaçada: o problema ultramarino*, publicado em 1963, utilizado aqui como base para análise temática que faremos. Na obra, o autor apresenta mais uma tentativa em fazer a população ter conhecimento de elementos fundamentais que lhes permitam tomar consciência da política que vinha buscando aplicar no que dizia respeito ao “problema” das por ele designadas “províncias Ultramarinas”. Com isso conseguimos perceber que o autor da obra tenta mostrar que a integração é a base que possibilita que tanto as províncias quanto as metrópoles continuem em desenvolvimento, em âmbitos tais como o econômico, o cultural, o social e o



governamental — já que dessa forma toda a diversidade será engrandecedora para ambos, pois o intuito é o desenvolvimento de uma Nação Pluricultural e Multicontinental de forma que todas as regiões “portuguesas” sejam regidas por um único governo e tenham suas finanças garantidas por um único cofre. Esses e outros argumentos propostos pelo autor serão o alvo da presente análise, numa tentativa em entender a forma que ele acreditava ser ideal para a evolução da Nação Ultramarina Portuguesa.

Palavras-chave: Descolonização; Províncias; Ultramarino.

A imprensa escrita como fonte para o ensino de história: Uma experiência no Colégio Estadual Alfredo Moises Maluf

Jefferson da Silva Pereira
Universidade Estadual de Maringá

O subprojeto História do PIBID da Universidade Estadual de Maringá, tem se voltado para as questões relacionadas ao ensino e aprendizado em História. As novas linguagens para o ensino são entendidas como mecanismos de mediação na construção do conhecimento histórico e a imprensa escrita, como uma fonte para o ensino de história, segundo autores como Maria Helena Capelato (1980) e Maria Cavalcante (2013). Esse entendimento se traduz na atuação dos pibidianos do subprojeto História do PIBID/UEM, no Colégio Estadual Alfredo Moises Maluf, localizado no Conjunto Herman Moraes de Barros, do município de Maringá/PR. Tendo em vista que o uso do jornal dentro da prática docente tende a fazer-se cada vez mais presente nas escolas brasileiras, esse trabalho tem por objetivo detalhar uma experiência com o uso de jornais como fonte em sala de aula. É preciso ponderar que a imprensa se caracteriza pela função de porta voz da sociedade que possui suas especificidades: organizados em cadernos ou sessões, os jornais envolvem opiniões distintas, foco diversificado e diferentes interesses. Nesse sentido, são vários os estudos que entendem o jornal como um amplo meio de comunicação, que serve tanto para se informar, como para problematizar questões pertinentes a estudos dos conteúdos competentes às disciplinas de História, Língua Portuguesa, entre outras. Diante disso, foi desenvolvido um trabalho com os estudantes do 8º ano C do Ensino Fundamental, do C. E. Alfredo Moisés Maluf, em que alguns exemplares dos jornais produzidos pela própria instituição em meados dos anos 1990 e 2000, foram utilizados como fonte para as aulas de História.

Palavras chave: História; Ensino de História; Jornal;

Representações sobre a sexualidade na Antiguidade: uma análise da história da cidade de Pompéia

Jefferson Marin

RESUMO: Ao apresentarmos uma análise iconográfica das grafites feitas nas paredes da cidade de Pompeia em Roma durante os séculos I a.C e I d.C. buscaremos mostrar como esses indivíduos viam sua cultura, mais especificamente os aspectos dessa relacionadas à sexualidade. Para tanto, usaremos uma abordagem da historiografia dos *Annales* que possibilitou a partir da primeira metade do século XX, um olhar para essas imagens como fonte histórica, podendo nos remeter a uma história sobre a cidade de Pompeia que ainda nos é desconhecida nos seus muitos aspectos, principalmente nas relações que esses indivíduos estabelecem com a sexualidade.

Palavras-chave: História Antiga. Pompeia. Sexualidade.



São João de Deus e As Ações de Caridade da Ordem Hospitaleira Séculos XV- XVI

João Paulo Alonso – UEM

Resumo: Devido ao expressivo desenvolvimento das cidades em fins da Idade Média, a prática da caridade ganhou novas ocorrências, pois à medida que a população aumentava, cresciam também uma legião de pobres, mendigos e doentes que necessitavam de assistência por parte dos governantes, da Igreja, e das diferentes ordens religiosas. Em presença desse quadro a Igreja Católica, assim como as emergentes monarquias nacionais edificaram diversas gafarias, hospitais (misericórdias), entre outras, para atender uma demanda que aumentava gradativamente. Esse desvelo não ficou circunscrito somente às autoridades instituídas, pois homens e mulheres, tocados pelos infortúnios e pela da população, dedicaram suas vidas para amenizar essa degradação social. Um dos principais nomes desta prática assistencial foi João Cidade (1495-1550), futuramente conhecido como São João de Deus. De origem portuguesa, João Cidade dedicou-se inteiramente para tratar de doentes e pobres da cidade de Granada, Espanha. Com isso, ele se tornou uma das primeiras referências na história ibérica que contribuíram para o desenvolvimento hospitalar, ao separar e tratar dos enfermos conforme as patologias apresentadas.

Palavras-Chaves: Península Ibérica; Caridade; São João de Deus

Os Companheiros Nacionalistas (1963/1964)

João Paulo de Medeiros Reggiani (PPH/UEM)

Resumo: O presente trabalho tem como propósito analisar a formação dos “Grupos de Onze Companheiros” ou “Comandos Nacionalistas”. A formação dos grupos foi idealizada por Leonel Brizola, sendo que grupos foram formados em várias regiões do país, nos meses finais de 1963 e início de 1964. Brizola se utilizava do periódico Panfleto e da rádio Mayrink Veiga na cidade do Rio de Janeiro na tentativa de formação e organização dos grupos. Os grupos tinham a finalidade de apoiar as Reformas de Base, propostas pelo Presidente João Goulart, as reformas previam uma reestruturação no sistema agrário, bancário, urbano e educacional brasileiro. Ao tempo que enchia de esperança a massa populacional brasileira, os setores de maior conservadorismo da sociedade olhava com desconfiança e temor para as reformas. Com o golpe civil-militar o novo governo iniciou um forte processo repressivo a partir dos primeiros dias da implantação do regime em abril de 1964. Com a imposição do Ato Institucional Número 1 e o aparato repressivo destinado a servir de apoio à chamada “Operação Limpeza”, as pessoas que antes do golpe apoiaram as reformas propostas por Jango foram consideradas inimigas do Estado e reprimidas pelo novo governo. A “Operação Limpeza” se materializou na suspensão dos direitos democráticos, em intervenções de sindicatos, nas cassações de direitos políticos, expurgos de militares nas forças armadas e funcionários do serviço público, e também na instauração de centenas de Inquéritos Policial-Militares que apurou atividades consideradas subversivas em todo o país. Os políticos eleitos ou não, militares, funcionários públicos, civis, todos aqueles que apresentassem algum importuno ao novo governo, poderia ser acusado de crime contra a Ordem e Política Social. Nesse âmbito, tem-se o propósito de analisar a ação repressiva do Estado em sua forma de agir. Todos os cidadãos que tivessem a ideia afinada com movimentos pertencentes à esquerda eram prováveis alvos passíveis de repressão e considerados uma ameaça à Segurança Nacional. Tendo em vista que a Doutrina de Segurança Nacional elegeu em primeiro plano o inimigo interno: pessoas com simpatia ou

ideologia voltada a uma política de oposição ao governo militar. Assim, o sistema repressivo investigou e puniu aqueles considerados suspeitos *subversivos* ao regime. Nosso interesse é analisar a formação dos grupos e a perseguição do regime civil-militar a pessoas ligadas aos chamados “Grupos de Onze Companheiros”, ou “Comandos Nacionalistas”.

Palavras-chave: Repressão, Leonel Brizola, Onze Companheiros.

Sobre o direito natural: Uma análise da obra *Antígona* de Sófocles

Jonathan Henrique Vilsinski
Faculdade Alvorada

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise sobre a discussão do direito natural em contraponto ao direito positivo a partir da peça *Antígona* de Sófocles. Sob pano de fundo buscaremos apresentar o século IV a.C, uma vez que, nosso aporte teórico-metodológico, a corrente dos Annales, nos sugere uma análise de um documento, em nosso caso, uma peça teatral, é também importante considerar o contexto da produção dessa obra, bem como a vida e as posições tomadas pelo autor em vida, pois, elas estão diretamente ligadas influenciando às suas produções. Em *Antígona*, apresentam-se dois cenários básicos: o primeiro basicamente consiste seguir as novas leis da cidade, escrita por homens e que muitas vezes refletem a vontade de um homem, mesmo que isto signifique renegar toda a antiga tradição e crenças. E o segundo consiste em efetuar os ritos fúnebres (direito natural) o culto aos mortos, tradição muito antiga, que se apresentam como leis sobrenaturais que vão além da vontade do homem. Por se tratar de uma obra escrita, estou fazendo no primeiro momento uma análise da obra *Antígona* e algumas obras para a contextualização do período em que a mesma foi escrita, para posteriormente possamos citar obras de temáticas mais contemporâneas sobre a questão do direito natural.

Palavras-chave: *Antígona*; Direito Natural; Tragédia

Autores africanos e suas primeiras publicações no Brasil e os Centros de Estudos Africanos

José Francisco dos Santos.
Doutorando em História PUC-SP, Bolsista CNPq e docente colaborador da UEM.

RESUMO: Esse artigo faz parte da dissertação *Movimento afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA)*: "um amplo movimento": relação Brasil e Angola de 1960 a 1975 (2010) e também do livro *Relação Brasil e Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas* (2013). Na década de 1960, em São Paulo e Rio de Janeiro entre outros lugares criaram comitês de apoio às independências dos países africanos, que naquela altura passavam pelo processo de descolonização. Dentre esses comitês foi criado o Movimento Afro-brasileiro de Pró-Libertação de Angola – MABLA. Entre suas atuações cumpre observar, o apoio a literatura africana, sendo publicados no Brasil autores angolanos, moçambicanos entre outras nacionalidades, assim como a literatura brasileira ficou conhecida nessas nações temos também publicação de livros sobre História do continente africanos, outros livros de denúncias do processo de violência das guerras decorrentes dos conflitos pela independência.



Além da produção bibliográfica sobre o continente africano entre a década de 1960 a 1970 surgiram no Brasil centros de estudos sobre a África. Destaca-se Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO - UFBA, Centro de Estudos Africanos – CEA - USP, Centro de Estudos Afro-asiáticos – CEAA –UCAM entre outras instituições.

Palavras-chave: Literatura Africana; Centros de Estudos Africanos; Angola.

Lazer e consumo das mulheres francesas nas telas de Jean Béraud

Josiane da Silva Bertolleti

Ivana Guilherme Simili

Universidade Estadual de Maringá/UEM

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar a produção artística de Jean Béraud (1849-1935), na qual o pintor retrata mulheres nas ruas e sociabilidades da cidade de Paris, com vistas a caracterizar a moda, nos aspectos do lazer e consumo dos segmentos femininos no final do século XIX e início do XX. No período, amplia-se o mercado de produtos de moda, tais como as lojas de roupas, os serviços especializados de costura realizados pelas modistas e pelos costureiros da Alta Costura, assim como desenvolvem-se os mecanismos de publicidade. As mudanças transformaram os comportamentos de consumo e lazer das mulheres, alterando suas práticas de consumo e de vestir. Por intermédio das imagens fabricadas pelo artista identificamos o prazer em comprar e como o consumo de moda significou a valorização da aparência das mulheres. A ocupação do espaço público e os jogos de conquista e sedução empregados pelas mulheres nas sociabilidades – passeios, festas e bailes -, formam o conjunto de atitudes e valores vislumbrados nas imagens. As imagens das obras de Béraud, encontradas nos sites de memorialísticos da história da arte foram constituídos como documentos com as representações na cultura das mulheres, da moda e do consumo. Neles, registram-se os modos como as mulheres foram afetadas pelas mudanças no consumo, instituindo novos estilos de vida, os quais democratizaram a moda e o lazer. (BURKE, 2008). Na análise, observamos que a valorização das roupas e das aparências foi acompanhada por aprendizados de como se vestir e passear, de como se comportar nos espaços urbanos e das sociabilidades. Nesse contexto, as reformas urbanísticas e conseqüentemente a modernização da cidade de Paris, entre os anos de 1853 e 1870, como assevera Ortiz (1991), fazem surgir os espaços de compra, como os bulevares e os *grands magasins* (lojas de departamentos), de comercialização de artigos de luxo – tecidos, aviamentos. Na época esse agrupamento de mercadorias diversificadas, rompia com os pequenos comerciantes tradicionais, como suas novas formas de apresentação de mercadorias, introduziam exposições por seções, balcões especializados, preços fixos de fácil identificação pelo consumidor/a. Conforme Ortiz (1991), as lojas de departamentos funcionavam como espaço de sedução e tentação para as mulheres, pois combinavam ambientes para encontros sociais, oferecendo aos seus clientes uma variedade de entretenimentos e a noite abria suas portas para bailes e concertos. Nesse sentido, é importante lembrar que para Crane (2006), foi no século XIX que se observou o avanço tecnológico da indústria de confecção que culminou com a produção em massa do vestuário e a homogeneização da aparência. No período o consumo de moda é acirrado e assim, como resultado, teve início o ato de “se revestir”, em busca do individualismo e da separação entre as classes burguesa e o proletariado (BRANDINI, 2009). Nasce no período a confecção de luxo, chamada de Alta Costura, caracterizada pela produção de trajes marcados pela exclusividade e autenticidade (LIPOVETSKY,

1989). Logo, nas relações sociais, a indumentária passou a se constituir em elemento de diferenciação e de distinção social por intermédio dos trajes ao lado do refinamento de classe. As transformações na cidade e nos comportamentos de consumo promovidos pela moda francesa são notórias nas telas de Béraud. Elas indicam a nova subjetividade e sensibilidade dos segmentos femininos, novos estilos de vida, novos valores, novas aparências que transformam o consumo e o uso das roupas em sinônimos de felicidade.

Palavras-chave: Moda; Mulheres; Lazer.

Boas para câmaras e doentes de febres: a importância das frutas na dinâmica colonial do século XVI.

Julianna Morcelli Oliveros
Universidade Estadual de Maringá
Christian Fausto Moraes dos Santos
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Um dos maiores desafios enfrentados pelos colonizadores europeus na América portuguesa quinhentista foi a adaptação ao novo ambiente, sobretudo no que tange ao clima e aos recursos para obtenção de alimentos. Alguns problemas cruciais ocuparam o cotidiano dos novos moradores da colônia portuguesa durante o século XVI, dentre eles o ato de se alimentar. A ingestão de calorias, uma ação essencial à sobrevivência dos seres vivos, inicialmente se apresentou como uma incógnita, visto que a importação de gêneros alimentícios se mostrou inviável, por conta de toda uma logística que envolvia tanto o tempo quanto a conservação dos alimentos em estado consumível. E quem tem fome, tem pressa. Assim, a incorporação dos elementos da natureza tropical se mostrou uma alternativa fundamental na alimentação daqueles homens. Devido à necessidade de fixação no bioma Mata Atlântica, a alimentação era feita, em boa parte, de acordo com a disponibilidade dos gêneros alimentícios ali existentes. Nesse sentido, os frutos nativos constituíam um quadro de variedades, juntamente com o açúcar, já que esses exploradores costumavam se fixar nas faixas litorâneas, localidades nas quais se encontravam plantações de cana-de-açúcar e, posteriormente, os engenhos e refinarias. Através desta perspectiva, será analisado o quanto a dinâmica do ambiente e flora da América portuguesa foram importantes no processo de fixação dos colonizadores, bem como os valores atribuídos por estes aos frutos do Novo Mundo. Estes valores estavam intimamente relacionados ao conhecimento dos colonizadores frente as ordens prescritas por Hipócrates e Galeno, através da teoria dos humores. Dessa forma, será utilizada como fonte documental primária o *Tratado Descritivo do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa, bem como outros relatos de cronistas e viajantes do período (CARDIM, 1580; LÉRY, 1578; STADEN, 1557; ANCHIETA, 1554-1594, PEREIRA, 1560; GÂNDAVO, 1576; THEVET, 1557, SOARES, 1591). O suporte teórico-metodológico será feito com base em Jared Diamond, Alfred Crosby, Warren Dean e Jean-Louis Flandrin. Como resultado, tentaremos apontar de que maneira as frutas passaram a ocupar posição de destaque na alimentação colonial, bem como se deu sua contribuição para a promoção da saúde e sobrevivência no Novo Mundo, fazendo um contraponto com os costumes e hábitos alimentares que esses viajantes europeus carregavam consigo ao aportarem nas novas terras.

Palavras-chave: América portuguesa; frutos tropicais; alimentação.

A tortura durante a ditadura militar: uma análise da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto a Lei da Anistia brasileira

Juliano Gualberto Ribeiro
Professor de História da rede estadual de ensino

Resumo: O trabalho acadêmico foi produzido por se tratar de requisito obrigatório a obtenção do título de Bacharel em Direito. Por conseguinte, teve por objetivo apontar determinadas considerações relativas à prática da tortura ocorrida no Brasil durante o regime militar – período histórico ocorrido entre os anos de 1964 a 1985. Neste sentido, se fez a análise do entendimento de determinados autores da área jurídica em face a decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, na data de 24 de novembro de 2010. Tal decisão contemplou a análise da Lei de n.º 6.683 de 28 de agosto de 1979, a denominada Lei da anistia brasileira. Ainda, contemplou a posição, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal brasileiro em face a referida decisão e a validade da Lei da anistia. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental com um tratamento metodológico realizado pelo método dedutivo e comparativo. Destarte, o presente trabalho trata da tortura como crime contra a humanidade e sua prática institucionalizada no Brasil, durante o regime militar brasileiro. Ainda, analisa a internacionalização dos direitos humanos e a posição da Corte Interamericana dos Direitos Humanos, enquanto órgão jurisdicional competente para julgar e condenar violações a direitos humanos em face da Lei da Anistia brasileira. Esta lei foi promulgada na data de 28 de agosto de 1979, pelo então presidente João Batista Figueiredo, durante o regime militar. Ela foi um instrumento legal utilizado para garantir, a promessa feita à época de, uma legítima “conciliação nacional”. No entanto, a lei anistiou tanto opositores ao referido regime, bem como os agentes estatais que cometeram crimes lesa-humanidade durante esse período. Ressalta-se que no entendimento internacional, tais crimes são imprescritíveis, não anistiáveis e extraditáveis. Por fim, analisa a posição do STF quanto a validade e a vigência da Lei da Anistia, no tocante ao Caso Gomes-Lund vs Brasil. Este caso foi apreciado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e resultou na sentença proferida na data de 24.11.2010, a qual condenou o Brasil a investigar, processar e punir as graves violações aos direitos humanos. Tais violações aconteceram entre os anos de 1972 a 1975 na região do Araguaia, onde ocorreu o desaparecimento forçado de aproximadamente 70 pessoas. Desta forma, verificou-se que a decisão do Supremo não se coaduna com a decisão da Corte.

Palavras-chave: Tortura; Lei da anistia; Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Arthur Ramos no meio acadêmico: Uma revisão da literatura científica.

Laís Pinheiro de Souza Guelis (LERR – UEM)
Orientadora: Prof.^a Dra. Vanda Fortuna Serafim (UEM)

Resumo: A presente comunicação visa explorar e perceber de que maneira o meio acadêmico tem lidado com o intelectual alagoano Arthur Araújo Pereira Ramos (1903 – 1949) que foi um dos grandes intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX. Médico por formação, atuou em diversas áreas do conhecimento científico, como neurologia, psiquiatria, psicanálise, higiene mental, medicina legal, antropologia e etnografia. Com isso, apresentaremos os trabalhos separados por uma linha cronológica, para em seguida organiza-los de acordo com os temas e áreas de interesse. Entendemos, portanto, esse



levantamento inserido em um projeto de iniciação científica, no qual se buscará analisar as obras de Ramos “O Folclore Negro no Brasil” (1954) e “Estudos de Folk-lore. Definição e limites teorias de interpretação” (1951).

Palavras-chave: Arthur Ramos;

Frei Alberto Johannes Foerst: artigos uma forma de agregar valor a região missionária, Paranaíba-PR (1954-1955).

Leide Barbosa Rocha Schuelter¹
Dr^a Solange Ramos de Andrade²
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Temos por proposta tecer algumas considerações acerca de Frei Alberto Foerst, religioso pertencente a Ordem Carmelita da Antiga Observância que em consonância ao desejo estabelecido pela Província Carmelita Superior de Bamberg- Alemanha, foi enviado à cidade de Paranaíba-PR, para juntamente com outros freis alemães, empreenderem a expansão e institucionalização do catolicismo na citada região. Utilizaremos como fonte documental três artigos contidos no compêndio “As aventuras de 3 missionários alemães em Paranaíba” (FOERST, et al, 2001) de Frei Alberto Foerst que foram escritos entre os anos de 1954-1955 e enviados a Alemanha para serem publicados na Revista *Karmelstimmen*, periódico de cunho religioso pertencente a Ordem do Carmo, são eles: “ Algumas aventuras dos missionários”, “A voz das missões” e “No meio do mato é construídos um seminário”. O conteúdo dessa documentação é marcado pela narrativa do cotidiano no que diz respeito ao que involucrava ser missionário em uma região que iniciava sistematicamente seu processo de ocupação, região esta inóspita segundo os referências alemães. O estranhamento do missionário não se circunscrevia apenas em relação a adaptação social, ambiental, mas sobretudo ao que tange o aspecto cultural, principalmente ao que diz respeito ao religioso, visto como não condizente. Inserido na perspectiva da História Cultural, partiremos nessa análise do conceito de “escrita hagiográfica” de Michel de Certeau (1982) para pensarmos como a narrativa de Frei Alberto Foerst esta envolta na questão da exemplariedade. Acreditamos contudo que analisar o cotidiano descrito nas cartas nos leva a adotar outros modelos de análise no qual a subjetividade ganha ressonância à partir da epistolografia.

Palavras-chave: Frei Alberto Foerst; carmelitas; Paranaíba-PR.

Oficina de História do Paraná – Experiência de ensino no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (CAP-UEM)

Leonardo Pires da Silva Belançon
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência vivenciada ao ministrar a oficina de História do Paraná no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (CAP-UEM), durante a terceira edição da Semana de Integração Comunidade - Escola, evento que tem por objetivo aproximar a comunidade externa à realidade vivenciada no colégio no dia-a-dia dos alunos. O evento

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em História (PPH-UEM).

² Professora Associada da Universidade Estadual de Maringá, docente do Programa de Pós-graduação em História (PPH-UEM).



proporciona ainda palestras e oficinas de formação pedagógica aos professores e monitores, bem como a oportunidade de trabalhar com os alunos conteúdos transversais ou que, mesmo parte do currículo das disciplinas, não possuam disponibilidade de tempo para serem trabalhados ao longo do ano letivo. Foi partindo dessa realidade que propusemos trabalhar com os alunos de Primeiro a Terceiro ano do Ensino Médio o conteúdo de História do Paraná. Devido à curiosidade demonstrada por eles sobre o conteúdo e levando em consideração a importância da história local como elemento que desperta o sentimento de pertença ao lugar em que vivem e de identificação particular com a formação da sociedade, política e cultura locais, tornou-se, além de viável, necessário o desenvolvimento do projeto. O artigo apresenta todo o processo de preparação da oficina, o material didático consultado e alguns artigos publicados sobre o ensino de História do Paraná na educação básica. O primeiro passo para organizarmos o programa da oficina foi pontuar as questões que acreditávamos ser as mais pertinentes. O segundo momento foi o de levantamento bibliográfico sobre os subtemas que trabalharíamos. Enfatizando a necessidade de se considerar as particularidades do meio em que o educando está inserido e que os currículos devem ser pautados nessas questões, o que corrobora para que o ensino de História do Paraná seja, de fato, inserido na vida e no currículo escolar do educando, o que confirma a importância de iniciativas como a desta oficina, quando o professor de História não dispõe de tempo suficiente para trabalhar os conteúdos de maior abrangência juntamente com a história local. Apesar do que afirma a LDB (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, quanto à regulamentação desses assuntos, a realidade vivenciada pelo professor em sala de aula dificulta a aplicação de toda a demanda de conteúdo. Algumas dificuldades surgem no caminho do professor de História para trabalhar os conteúdos de História do Paraná, como a pequena carga horária disponibilizada para a disciplina e o grande volume de assuntos mais amplos a ser trabalhado, bem como a baixa produção de material didático sistematizado sobre o assunto. Assim, em nossa prática no ambiente escolar, percebemos a necessidade de se tratar um assunto de grande importância para a formação do cidadão paranaense e em apoio às dificuldades dos professores de História em ministrar os conteúdos de história local, encontramos arcabouço para a viabilização de nosso projeto com a Oficina de História do Paraná.

Palavras-chave: História do Paraná; Prática de ensino; História Local.

Seca, gelo e fogo: apontamentos do ano de 1963, no Estado do Paraná.

Letícia Aparecida da Paixão
(PPGH – Universidade Estadual de Maringá/Capes)

Resumo: O ano de 1963 no Estado do Paraná foi caracterizado por um período de longa estiagem, seguido de geadas e incêndios florestais que abalaram as suas estruturas econômicas, sociais e ambientais. As consequências foram trágicas, aproximadamente 110 pessoas morreram e a mais de 600 mil alqueires de florestas e plantações foram destruídos, além de casas, sítios e paióis. Esses incêndios ocorreram pela soma da sequência estiagem-geada-estiagem e com a prática de queimadas de áreas agrícolas no final do mês de agosto. Por ser um método de baixo custo e de resultado imediato, a queimada é utilizada para renovar as pastagens e para abertura de novas terras para plantio. Porém, em 1963, as chuvas do final do inverno não vieram e o fogo encontrou um ambiente favorável para a sua propagação e, conseqüentemente, tomou proporções catastróficas. Nesse sentido, o ano de 1963, teve as condições climáticas favoráveis para a ocorrência desses incêndios florestais sem precedentes. O objetivo desse texto é analisar o quadro climático

de 1963, para compreender o motivo pelo qual o fogo saiu do controle e se alastrou por todo o território paranaense. Para tanto utilizaremos a metodologia da História Ambiental que vem ganhando importância nas pesquisas históricas atualmente. Os materiais utilizados são jornais, fotografias e revisão bibliográfica especializada da época. Pretende-se, assim, ampliar a análise de um tema quase esquecido na memória da população paranaense, além de aprofundar o conhecimento sobre a relação do homem com a natureza.

Palavras-chave: História Ambiental; Incêndios Florestais; Paraná.

A HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS NOS LIVROS DIDÁTICOS USADOS PELAS ESCOLAS PÚBLICAS DE IVAIPORÃ E REGIÃO NA ÚLTIMA DÉCADA

Ligiani Cristine Szpaler Pereira
Tháisa Luzeti Lunardello
(UEM – CRV)

Resumo: O trabalho apresenta as primeiras conclusões de nossa pesquisa de iniciação científica, na qual analisamos como os livros didáticos de História utilizados em escolas da região do Vale do Ivaí abordam a história dos Estados Unidos. A importância internacional desse país no século XX implica necessariamente na sua grande presença nos livros em temas ligados à história contemporânea. Entretanto, observamos que a presença internacional do país contrasta com uma grande ausência no que diz respeito a sua história interna. Dessa forma, analisamos quais são as representações sociais em torno da imagem dos Estados Unidos resultante da leitura das narrativas veiculadas pelos livros didáticos analisados. Trabalhamos com a definição de representações sociais proposta pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici. Ao tratá-las enquanto “fenômenos” (e não conceitos), essa abordagem permite articular o processo mental de compreensão (identificação de ideias a uma imagem) à função das representações enquanto orientadoras da conduta dos indivíduos e/ou grupos. A observação realizada até o momento mostra que o foco dos livros didáticos na presença internacional dos EUA, representado quase sempre como grande potência internacional, tende a culminar na predominância de uma visão distorcida e incoerente da história desse país, por meio da qual a imagem de “superpotência econômica” – e todo um imaginário em torno dessa caracterização – tende a ofuscar o fato de que a constituição histórica desse país foi marcada por inúmeras contradições internas, como é o caso das complexas relações entre diferentes grupos étnicos em seu território.

Palavras-chave: Ensino de História; livros didáticos; História dos Estados Unidos.

A DOPS/PR frente aos camisas-verdes no período da Segunda Guerra Mundial

Luciana Agostinho Pereira Athaides
PPH/UEM (mestranda – Bolsista da CAPES)
Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha

Resumo: A presente comunicação objetiva analisar as práticas repressivas da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná contra os remanescentes da Ação Integralista Brasileira durante os anos da Segunda Guerra Mundial. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem o mesmo objetivo,

porém, abrangendo todo o período do Estado Novo e da segunda interventoria de Manoel Ribas (1937-1945). As fontes utilizadas para tal análise são exclusivamente os materiais produzidos pela DOPS/PR nos períodos acima referidos. Trata-se de pastas temáticas, pastas individuais e fichas individuais de pessoas ligadas direta ou indiretamente com a Ação Integralista, extinta por decreto presidencial em 2 de dezembro de 1937. Tais documentos estão recebendo dupla abordagem: uma quantitativa e outra qualitativa. A primeira se dá por meio da elaboração de tabelas e estatísticas da repressão em função de certas variáveis. A segunda, por intermédio de uma análise circunstanciada de cada pasta/ficha, no intuito de observarmos as recorrências do *modus operandi* da Polícia Política, em conjunto com os órgãos superiores de segurança pública do Estado. Apesar do trabalho ainda estar em curso, seguem-se algumas conclusões. É da opinião geral da historiografia especializada, que a eclosão da guerra na Europa (setembro de 1939) e a tomada de posição do Brasil no conflito ao lado dos Aliados (janeiro de 1942) são pontos de inflexão para entendermos a repressão policial às minorias étnicas de países do eixo no Brasil. De certa forma, isso não foi diferente com o integralismo no Paraná, em função da representação criada em torno do movimento, na qual se associava os camisas-verdes ao 'nazi-fascismo' (a Intentona de 1938 teve grande papel na consolidação dessa imagem). Não obstante, o início da Guerra não parece ter trazido outra onda repressora sobre os militantes da AIB, para além daquela que ainda os atingia em função da Intentona. É certo que, na década de 1940, muitos ex-militantes integralistas, simpatizantes e mesmo indivíduos que não pertenceram ao partido, mas mantinham certa relação com os ex-filiados, se viram no alvo da polícia política paranaense. Da análise feita até aqui, podemos categorizar os indivíduos-alvo da repressão da DOPS/PR, no período de setembro de 1939 a 1945, no que concerne ao integralismo, em três categorias: 1) Ex-militantes e/ou simpatizantes que já haviam sido investigados e/ou processados em função da Intentona (março/maio de 1938); 2) Ex-militantes e/ou simpatizantes que jamais foram investigados oficialmente pela DOPS/PR por terem militado na AIB; 3) Indivíduos que se relacionaram com integralistas por questões de negócios e/ou amizade pessoal. Nos dois primeiros casos, as justificativas para investigações e prisões giravam em torno da condição de envolvimento do Brasil na conflagração mundial, ou ainda em torno do fantasma da Intentona. Em outras palavras, de 1939 a 1942, tratou-se do resguardo da neutralidade do país ou da vigilância aos golpistas de 1938; de 1942 a 1945, da condição do Brasil de nação não-amiga do eixo e beligerante (esta última, a partir de agosto de 1942). Como veremos, a DOPS/PR estava interessada em quaisquer opiniões de ex-integralistas, em discursos escritos ou orais, para enquadrá-los em alguma dessas justificativas.

Marc Bloch e Lucien Febvre: o estudo das crenças religiosas na primeira geração da Escola de Annales.

Lucineide Demori Santos DHI/LERR/ PIBIC-FA - UEM
Solange Ramos de Andrade DHI /PPH/LERR – UEM

Resumo: O objetivo desta pesquisa é estudar a relação da História e a Religiosidade a partir da historiografia dos fundadores da Escola de Annales, Lucien Febvre e Marc Bloch, que ao iniciarem o movimento historiográfico em 1929 que redundou na Escola de Annales inauguram uma nova perspectiva para a escrita da História, abordando em suas obras as crenças, as instituições religiosas, a mentalidade do período por meio da apreensão do instrumental mental, expresso pela religiosidade, pelo psicológico

coletivo, pelos ritos, símbolos, e simbolismos presentes no cotidiano do mundo medieval e renascentista do Ocidente Europeu. Este estudo pretende utilizar a História Comparada para analisar as obras de Lucien Febvre e Marc Bloch: *Martinho Lutero, Um Destino* (1928) e *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra* (1924), buscando a compreensão sobre a História Conceitual. Considerando que as obras são anteriores à fundação da Revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* – de 1929 – e já são portadoras dos conceitos que irão inovar a escrita da História, tais quais a Religião, a Psicologia Coletiva e a Antropologia, atribui-se que ambas expõem os alicerces dessa nova construção historiográfica.

Palavras-chave: Religiosidades, Mentalidades, historiografia.

A evolução técnico-militar medieval e a Batalha de Hastings de 1066

Lucio Carlos Ferrarese (LEAM/PPH/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: A proposta deste trabalho é o de demonstrar que, destarte a consideração do medievo como um período de involução ou de estagnação no campo militar, a Idade Média foi uma época de adaptação e efetiva evolução das técnicas bélicas. Evolução militar esta que permite o controle político efetivo através da conquista e da proteção, moldando a sociedade conforme sua ação. Para a comprovação desta evolução técnica, cujos resultados implicam em mudanças políticas, analisamos o caso da Batalha de Hastings de 1066, da qual resultou a conquista do reino da Inglaterra pela figura do Duque Guilherme da Normandia. A Inglaterra, durante os séculos X e XI, foi palco de considerável influência dinamarquesa de tradição viking, adotando muitas de suas leis e características, inclusive as militares. Isso se retrata através de uma tradição de combate por meio do embate corpo-a-corpo e sem o uso de cavalos, especialmente incorporada pela infantaria pesada inglesa. Entretanto, enquanto a tradição de infantaria se mantém na Inglaterra e nos países nórdicos, os países continentais são influenciados por uma tradição do uso das forças mistas de infantaria, cavalaria e arquearia. Isso ocorre em especial no reino francês influenciado pelo seu anterior Império Carolíngio, a qual por sua vez influencia o ducado da Normandia, originado por descendentes de vikings. Será, portanto, essa distinção militar que permitirá a vitória de Guilherme da Normandia sobre Haroldo da Inglaterra na Batalha de Hastings. Para o estudo dessa batalha, utilizamos duas fontes, a *Tapeçaria de Bayeux* e a *Crônica de Guilherme de Poitiers*. A primeira fonte foi criada durante a contemporaneidade dos guerreiros que lutaram naquela guerra tendo em vista as técnicas utilizadas em sua criação, embora seus autores sejam desconhecidos. A Tapeçaria de Bayeux é uma narrativa imagética bordada em linho e lã, com 70 metros de comprimento por 1,5 de largura, na qual estão retratados os acontecimentos políticos que levaram à Batalha de Hastings, bem com a batalha em si. Tendo por público todos os grupos sociais medievais, incluso os iletrados, ela era uma das posses da Catedral de Bayeux, sendo exposta ao público durante séculos em datas festivas para a comemoração das relíquias daquele prelado. Nela podemos observar o uso de táticas militares empregadas pelos normandos e pelos ingleses, bem como demonstrações de seus equipamentos militares. A segunda fonte se trata da *Gesta Guillelmi Ducis Normannorum et Regis Anglorum*, ou *História de Guilherme, Duque dos Normandos e Rei dos Ingleses*, escrita pelo capelão do Duque Guilherme da Normandia, de nome Guilherme de Poitiers. Essa crônica narrativa tem por objetivo retratar a linhagem histórica de Guilherme da Normandia, bem como os feitos do próprio duque em vida, tendo como seu público alvo a família e parentes desse homem. Nela se encontra descrita os eventos anteriores e da Batalha de Hastings, em especial a descrição dos movimentos táticos militares do patrono de

Guilherme de Poitiers. Através da análise destas fontes, propomos as diferenças existentes entre o estilo militar viking e o estilo militar continental, e procuramos demonstrar a superioridade tática das evoluções técnicas adotadas por este último, o qual permitiu a efetiva conquista da Inglaterra no ano de 1066.

Palavras-chave: Batalha de Hastings; Guerra; Técnica.

Crônica de Alfonso X, o Sábio: algumas considerações.

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro (LEAM/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: A *Crônica de Alfonso X, o Sábio*, escrita em meados do século XIV, durante o reinado de Alfonso XI – bisneto do monarca – com a intenção de “preencher”, segundo o próprio documento, as lacunas históricas acerca do Reino de Castela e Leão, ou seja, momentos da história que não haviam sido registrados em documentação. Caracteriza-se enquanto uma forma de escrita da História na Idade Média. Partindo deste pressuposto, a presente comunicação tem por objetivo mapear e compreender a Crônica como um documento histórico. Documento este que abrange e traz em sua redação questões que atendem aos anseios e intencionalidades daqueles que a escreveram, além daqueles que a mandaram redigir e que, portanto, exigem do historiador os cuidados inerentes a qualquer documento passível de análise. Pensar a Crônica enquanto um texto narrativo implica necessariamente considerar alguns elementos como foco, espaço, tempo, personagens, enredo, figuras, e intertextualidade e fazer deles objetos de estudo e análise. Na Idade Média o gênero Crônica, foi o mais utilizado em escritos e registros, dessa forma na Espanha Medieval as crônicas representam importante influência de poder político em seu relato que exalta e impõe as figuras do poder, aquelas que dirigem o Estado. Este tipo de documentação aponta para a necessidade do cuidado com a fonte, em seus aspectos práticos, como a escrita e os juízos de valores atribuídos pelo autor e por seu período histórico. A *Crônica de Alfonso X* abrange três reinados: Alfonso X, Sancho IV e Fernando IV, e se apresenta enquanto um escrito por vezes detalhista, no entanto, assim como qualquer outra obra alguns acontecimentos não ficam tão claros e/ou podem ser fruto de uma criação do cronista, para tanto é necessário um olhar atento. Alfonso X, o Sábio (1221 – 1284), foi rei de Castela e Leão de 1252 a 1284 e, desde a juventude mostrou-se participativo e interessado nos assuntos da Coroa de Castela, sua formação para ocupar o trono ia muito além da simples formação militar e cristã, abrangia também conhecimentos científicos, cercado-se de poetas, tradutores e intelectuais medievais. Alfonso X dedicou seu reinado à questão intelectual, militar e religiosa, mantendo a política até então proposta por seu pai, Fernando III, de expansão e consolidação do território castelhano-leonês. A busca do entendimento da política empreendida por Alfonso X ao longo do seu reinado, a partir do estudo de uma fonte como a *Crônica*, exige que o pesquisador esteja familiarizado com o documento em questão. Entender o documento, sua tipologia e o contexto em que foi escrito torna-se fundamental. Dentre os principais autores que trabalham com esta tipologia documental, podemos citar: Marcela Lopes Guimarães, Maurizio Tulliani, Purificación Martínéz e Manuel González Jimenez.

Palavras-chave: Alfonso X; Crônica; Idade Média.

A ameaça de golpe militar em 1988 no Brasil

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento



Resumo: Esta comunicação tem como objetivo fazer algumas considerações sobre a ameaça de golpe militar em 1988, no Brasil. Este episódio ocorreu no último ano dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte quando ela começou a discutir a duração do mandato do presidente da República. Como se sabe, oficialmente, a ditadura civil militar brasileira chegou ao fim em 1985 com a passagem do poder aos civis. Na época, Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito presidente da República, de forma indireta, por intermédio de um Colégio Eleitoral, dando início à chamada Nova República. Essa fase da vida política brasileira, todavia, nasceu sob a égide de um acordo político conservador entre uma parcela das forças políticas que davam sustentação ao governo militar e lideranças políticas da oposição, então, representadas pelo PMDB. Por essa razão, José Sarney que até há pouco tempo havia presidido o PDS, partido que passara a dar sustentação ao regime militar após 1979, ingressou no PMDB e se tornou vice-presidente da República. Lembre-se que nesse acordo político não foi definido a duração do mandato do futuro presidente. Com a morte de Tancredo em abril de 1985, antes de tomar posse no cargo, Sarney se tornou presidente da República sem o necessário prestígio político para desempenhar a função. Acrescente-se que no ano de 1988 ele ainda não havia conseguido resolver nenhuma das principais demandas da sociedade brasileira. Assim, nos dois últimos do seu governo José Sarney não tinha liderança política para negociar a duração do seu mandato com os parlamentares. Em face disso, apelou para a tutela militar e ameaçou a Assembleia Nacional Constituinte com um golpe militar caso ela reduzisse a duração do seu mandato para quatro anos. A contribuição teórica que inspira esta comunicação está baseada na Nova História Política que aborda os seus objetos de estudo em uma perspectiva mais global, sem ignorar nenhuma das dimensões da existência humana, sejam elas econômicas, política, social ou cultural. Nessa linha de abordagem o político não pode ser pensado como um domínio isolado, visto que ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Desse modo, a política é um lugar privilegiado para se analisar muitos aspectos da vida em sociedade. No tocante às fontes, o trabalho se baseia na leitura da bibliografia que estudou a Nova República e o tema em questão. Essas obras são analisadas com base na análise textual ou de conteúdo. Esse método parte do pressuposto de que todo documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Nesse sentido, com esta comunicação esperamos contribuir para ampliar o conhecimento sobre a vida política brasileira da segunda metade da década de 1980, particularmente a ameaça de golpe militar no ano de 1988.

Palavras-chave: Governo Sarney; Constituinte; militares.

O Livro dos Feitos de Jaime I, o Conquistador

Marcelo Belam Salvador
Universidade Estadual de Maringá – UEM
Jaime Estevão dos Reis
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo a análise de uma fonte medieval, notadamente, o *Livro dos Feitos de Jaime I, o Conquistador* (1208 – 1276), monarca da casa de Aragão e figura importante no contexto de Reconquista Ibérica. Quanto à sua natureza, a fonte analisada pertence ao gênero das crônicas.

A partir do século XIII tal gênero passará a ser a principal orientação dos eruditos medievais, inclusive como forma de escrita do que poderíamos certamente denominar História (embora ainda estivesse remoto o período em que a disciplina viria a adquirir seu modelo científico). Dentre as características da crônica medieval poderíamos enumerar a escrita nos vernáculos, narrativa e cronológica, com marcada influência atribuída à “Providência Divina” e com a função de legitimar a figura dos monarcas. Este é o caso do *Livro dos Feitos*, composto durante o século XIII em catalão e com relevante orientação apologética a seu personagem principal, Jaime I. Tendo sido a obra provavelmente ditada pelo próprio rei, ainda que não se possa afirmar com certeza se em períodos distintos ou apenas em sua maturidade intelectual, nos últimos anos de sua vida. Em seu conteúdo, essa fonte trata dos principais fatos do reinado de Jaime I de forma subjetiva. Tendo o monarca declarado logo no início da obra que seu objetivo ao redigi-la seria o de servir como exemplo - um bastião do cristianismo - às gerações posteriores. Narrando toda a sua vida, dos eventos prontamente anteriores ao seu nascimento até sua morte (registrada na obra pelos redatores), Jaime I dedica significativa parte às suas duas principais campanhas militares, quando da conquista das Ilhas Baleares e de Valência, junto aos muçulmanos. Além de outras temáticas como relacionamento entre monarca e nobreza e as revoltas internas. O entendimento que fazemos é o de que a fonte estudada possui relevância na compreensão do contexto do qual é fruto, o século XIV, bem como da Reconquista Ibérica desenvolvida pelos cristãos na península. Possibilita ainda a compreensão da mentalidade da nobreza, importante estamento medieval, a partir dos relatos de um monarca, membro de destaque da ordem e dos relatos de suas relações com sua corte. É possível, desta forma, compreender a dinâmica da Reconquista a partir da ótica da nobreza ibérica, sua promotora. Além da fonte, contamos com o apoio bibliográfico de historiadores especialistas no contexto histórico do reinado de Jaime I, e na temática da nobreza e da Reconquista Ibérica, tais como: Julia Butiña Jiménez (2003), Derek Lomax (1984), Luis González Antón (1980), Bernardo Vasconcelos de Souza (2007), entre outros. Como resultado, por exemplo, pudemos compreender de forma sistematizada o desenvolvimento da guerra no contexto de conflitos entre cristãos e muçulmanos da Reconquista Ibérica. A partir da análise dos capítulos relativos à conquista de Valência, notamos algumas particularidades da dinâmica bélica como a forma gradual em que se desenvolvia a mobilização de grande contingente de mercadores fornecedores de víveres, o encastelamento como principal estratégia de combate e as motivações da nobreza participante.

Palavras-chave: Jaime I; Livro dos Feitos; Crônica.

NEONAZISMO: DISCURSO DE ÓDIO E RACISMO

Marcelo Vinícius Dressler
Unicesumar

Resumo: A pesquisa que será realizada se propõe, através do método teórico consistente na pesquisa de obras doutrinárias de legislação nacional e internacional pertinente, de jurisprudência e documentos eletrônicos, bem como fontes históricas e sociológicas a análise, em contrário senso do posicionamento social, da continuidade do fenômeno fascista na perspectiva da realidade cada vez mais presente dos crimes de racismo e de ódio. Em uma sociedade cada vez mais individualista e discriminatória, em marcha inversa da efetivação da dignidade da pessoa humana caminha os mecanismos de exclusão e crueldade. Assim, é imprescindível a breve análise conceitual e histórica nazista, concernente às ideias e a aplicação das teorias positivistas, que legitimam o direito como norma posta no Estado, em seu sentido puro legalista esvaziado

do aspecto axiológico e valorativo da condição humana. Eventos recentes demonstram que a cultura nazistas moldou o formato dos grupos radicais de direita que atuam hoje em vários países da América e da Europa que resgatam o preconceito, a exclusão, e propõe a discriminação racial e o radicalismo político como solução para as crises econômicas e sociais. Assim, faz-se cogente a análise do ordenamento jurídico nacional, sobretudo do âmbito penal, para efetividade da proteção da dignidade humana frente a estas condutas.

Palavras-chave: fascismo; neonazismo; positivismo científico; racismo.

A concepção de Richard Dawkins acerca da origem da religião

Maria Helena Azevedo Ferreira
Universidade Estadual de Maringá (DHI – LERR)
Orientadora: Vanda Fortuna Serafim

Resumo: Esta comunicação consiste em pensar inicialmente de que forma Richard Dawkins elabora um discurso acerca da origem da religião, tomando como fontes duas importantes obras do autor: Deus, um delírio (2007) e O gene egoísta (1976). Dessa forma, torna-se possível pensar as principais bases teóricas do discurso de Richard Dawkins. Ao perceber essas bases teóricas, nos é possível elencar, enquanto objetivo específico, a investigação da forma como o fenômeno religioso é articulado nos escritos do cientista, sendo necessário também analisar pensamento de Dawkins acerca da religião, a partir da História das Ideias. Para problematizar tais questões utilizaremos como aporte teórico Edgar Morin (1991) para analisar a postura teórica de Dawkins como “teoria”, refletindo acerca da dinâmica das ideias e Bruno Latour (2012) para perceber um aspecto ‘anti-fetichista’, para o qual o homem moderno está inclinado, pensando nesses moldes o conhecimento científico, principalmente, nos focando no discurso de Dawkins. Metodologicamente, ao trabalharmos com uma fonte escrita, partiremos do embasamento de Jacques Le Goff (1990) e sua proposta de análise do documento enquanto monumento; articulando a categoria de “lugar social” elaborada por Michel de Certeau (1982) a fim de pensar os espaços de produção do discurso.

Palavras-chave: Richard Dawkins; Religião; Ciência.

A Alta Costura e a figura feminina

Maria Lucineti Sifuentes (UNICESUMAR)
Paula Piva Linke (USP)

Resumo: Cabe fazer algumas reflexões sobre o papel da moda, neste caso a Alta Costura e a figura feminina adquirem relevância. Cabe destacar de que forma esta relação se constrói e qual é o papel da mulher perante a sociedade como consumidora de moda e suporte de moda para os desfiles. Para dar corpo a esta discussão Lipovetsky (1989), Sant’Anna (2007), Baudelaire (2002) são alguns dos teóricos que permitem compreender a moda e sua relação com a sociedade. Castilho (2002), Cidreira (2005) e Evans (2002) possibilitam a compreensão do fenômeno moda e sua relação com o corpo. Crane (2006) e Barnard (2003) auxiliam ao mapear o que seria o fenômeno Moda e seu papel social. O texto foi construído por meio de uma revisão

bibliográfica com o objetivo de mostrar o papel feminino no consumo e mesmo como corpo que faz parte do espetáculo chamado desfile que engloba *glamour* da Alta Costura. Criada em meados do século XIX, a Alta Costura caracteriza-se por monopolizar a novidade (o que sintetiza o espetáculo da modernidade), lançar moda, criar um calendário sazonal e ditar tendências. É importante ressaltar, neste estudo, que a Alta Costura está voltada essencialmente para a figura feminina, e toda a sua configuração, como as *Maisons*, as apresentações e, inclusive, os desfiles, têm a mulher como objeto central. A moda propicia o prazer de surpreender, de deslumbrar e agradar aos olhos dos outros bem como a si mesmo. Desse modo, aprimorou o olhar, estimulou a observação e o prazer de ver e ser visto. A Alta Costura e os desfiles vêm potencializar os significados do vestir de cada contexto. Partindo das concepções de que é na moda que compomos um discurso que articulado com o corpo, dão forma e significados que marcam o papel social do indivíduo. A partir dessas considerações, observa-se que as construções do desfile, em seu início, trazem, além do aspecto mercadológico, uma relação com a coisificação e a erotização do corpo feminino. Ao entender-se que o corpo, assim como a roupa que o recobre, promove e instaura discursos significativos de comportamentos identitários, pode-se afirmar que o desfile, imitando os acontecimentos sociais, reporta e determina aspectos do ser social. Esse universo de significações recria laços e vínculos de valores sociais que articulam determinado contexto em que o desfile acontece. A mulher assume um papel específico, primeiramente de modelo e objeto de desejo dentro dos desfiles da Alta Costura, posteriormente ela demonstra a riqueza do marido e é vista como delicada, alvo de desejo, deve ser observada e contemplada. Esta relação corpo objeto se intensifica após o surgimento da Alta Costura, e se personifica na figura feminina, alvo do consumo e do desejo masculino

Palavras-Chave: Corpo; Moda; Mulher.

OS JESUÍTAS E O CARÁTER CIVILIZATÓRIO DE SUA FORMAÇÃO

Mariana Vieira Sarache - UEM
Terezinha Oliveira - UEM

Resumo: Neste artigo abordamos uma breve apresentação do cenário histórico do Brasil nos seus três períodos, principalmente no que tange a formação de sua nacionalidade. Para tanto nos referimos a ordem jesuítica, uma das maiores instituições presentes na história do Brasil, acreditando ser ela um elemento fundamental para a constituição da civilização do país em construção. Neste sentido nos apoiamos nos autores estudados e documentos relativos ao período. Concluímos refletindo que não só o Brasil deve grande consideração aos Jesuítas como tem em seu bojo a preocupação da formação da nacionalidade brasileira tomando como parâmetro a educação.

Palavras – chave: Jesuítas; Projeto Civilizatório; Brasil em formação

A presença do Hallel em Maringá – Pr (1995-2014).

Mariane Rosa Emerenciano da Silva (LERR-UEM)

A presente comunicação visa apresentar nossa proposta de estudo para o desenvolvimento de uma Iniciação Científica, tendo como objeto o Hallel, que é um evento de música Católica, realizado anualmente em Maringá desde 30 de julho de 1995, completando sua 20ª edição em novembro de 2014. A nossa pesquisa objetiva compreender a relação entre o movimento leigo e a Igreja Católica, observando a predominância da fé católica na cidade de Maringá, e sua manifestação por meio deste movimento. Metodologicamente, parte das obras *Repensando a Pesquisa Participante* e *Reflexões Sobre Como Fazer Trabalho de Campo* (2007) ambos de Carlos Rodrigues Brandão (1985). As fontes iniciais consistem em reportagens de *O Diário do Norte do Paraná*, além de pesquisas de campo. Os aportes teóricos consistem em Roger Chartier (1991) e o conceito de “representação”, Le Goff (1990) e a noção de “documento/monumento” e Mircea Eliade (2013) e o conceito de “sagrado”.

Palavras-chave: Hallel; religião católica; Maringá.

ARTE E RUPTURA NO PARANÁ: VIOLETA FRANCO E A "GARAGINHA"

Mauricio Marcelino de Lima – UEM

Resumo: Este projeto de pesquisa tem por objetivo compreender a ruptura que houve na Arte Paranaense no momento em que a Moderna sobressaiu em relação à Arte Tradicional, a partir da obra de pintores como Violeta Franco e de instituições como a "Garaginha". Essa ruptura ocorreu de maneira gradual, pois durante muitos anos a arte no Paraná foi baseada e disseminada nos moldes acadêmicos, influenciada pela Academia Imperial de Belas Artes, fundada pela Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro, em 1816. No Paraná, este estilo foi amplamente trabalhado por Alfredo Andersen (1860-1935), grande personalidade da arte acadêmica no estado. Por meio de artistas locais como Poty Lazzarotto (1924-1998), Loio-Pérsio (1927-2004), Violeta Franco (1931-2006), Nilo Previdi (1913-1982) e instituições como a "Garaginha", o "Centro de Gravura do Paraná" e a Galeria "Cocaco", entre outros, foi possível propor uma nova estética para a arte produzida até então, rompendo com as características acadêmicas e se intensificando a partir de 1948. Nesta pesquisa abordo prioritariamente a artista Violeta Franco, uma das poucas personalidades femininas de representatividade para a arte moderna no Paraná. Violeta Franco, nascida em Curitiba, além de pintora foi gravadora e pesquisadora, teve como seus professores Poty Lazzarotto e Guido Viaro. Durante muito tempo, a arte paranaense esteve arraigada nos padrões estéticos acadêmicos por meio de instituições como a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1948) e pelo Salão Paranaense de Belas Artes (1944). O cenário artístico e cultural dessa época aparentava não ser favorável às propostas artísticas que rompessem com os padrões estéticos estabelecidos pelos artistas e instituições conservadoras, deixando assim a arte do estado "aquém" dos demais centros urbanos, como São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. Por isso, os artistas paranaenses que "ousavam" inovar com novas experimentações estéticas não encontravam ambientes propícios para discutir e desenvolver a Arte Moderna, necessitando, assim, criar espaços paralelos às instituições formais. A "Garaginha" foi um desses espaços alternativos o qual representou um grupo minoritário, criado em 1949 em um local cedido pelos avós da artista Violeta Franco, usado durante muito tempo como garagem, assim originando o seu nome, tornou-se simultaneamente o atelier da artista e um centro de encontro das personalidades modernistas do Paraná. É considerado como um dos primeiros lugares do estado onde se reuniam artistas para se discutir a ruptura dos padrões estéticos da arte, ficando ativo até

1951 e configurando-se como uma "instituição" primordial para a superação da arte acadêmica e a proposição da ruptura estética no Paraná. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho será a análise da biografia da artista e de seu atelier, bem como sua importância e representatividade para aquele período histórico e para a ruptura estética na arte paranaense, compreendendo de que forma ela contribui para o seu círculo social, no caso, os modernistas, baseando-se em documentos formais e informais, como artigos de jornais e revistas, além dos relatos da própria artista, encontrados na biblioteca do Museu de Arte Contemporânea do Paraná e de trabalhos acadêmicos realizados por Artur Freitas, Fernando Bini entre outros historiadores da Arte Paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Moderna Paranaense; História e Memória; História Cultural

A configuração do medo no cinema: das primeiras representações à sua consolidação no cinema norte-americano (1895 – 1979)

Michel Bossone
Solange Ramos de Andrade
Universidade Estadual de Maringá (UEM – PPH - LERR)

Resumo: Nesta comunicação, pretendemos analisar as representações do medo em alguns filmes de terror a partir do ponto de vista da história das religiões. Partimos do postulado de que o cinema é uma prática cultural, e que os conteúdos representados pelos filmes estão intrinsecamente ligados às configurações sociais e conceituais do seu tempo e espaço. Tal premissa é pensada por intermédio da noção de representação de Roger Chartier (1990; 2002), cuja operacionalização mediante o método de história das religiões e filme de terror nos ajuda a organizar uma apreensão do mundo social. Os filmes de terror constroem um tipo de realidade que visa representar um ambiente ameaçador a partir de um local seguro. Tais práticas foram se desenvolvendo por meio da apropriação histórica de alguns dos principais medos presentes na cultura do homem, sendo reelaborados por meio de monstros, seres sobrenaturais, ou até mesmo o próprio ser humano. Nos filmes de terror podemos mapear uma história contemporânea do medo a partir das representações e, conseqüentemente, de determinadas práticas que estiveram presentes durante as etapas do desenvolvimento do cinema. A delimitação fílmica será de 1895 a 1930 para o cinema mundial, e de 1930 a 1979 para o cinema norte-americano. Os filmes de terror contribuem para que esses medos sejam atualizados, revividos e lembrados na medida em que coloca os homens em contato com as paisagens mais primitivas enraizadas no seu subconsciente. Isso se dá porque o terror, mesmo que representado por meio de uma projeção eletrônica, é sentido pelo público como a própria realidade, isto é, no filme de terror, o medo é real, mesmo que o monstro não o seja.

Palavras-chave: Filme de terror – História das religiões – História do medo.

Os lugares de memória no município de Umuarama e a representação do povo Xetá.

João Vitor Arcanjo



Luan Silva Scarassatti
Murilo Rebecchi
Colégio Estadual Pedro II - Umuarama

58

Resumo: O presente trabalho pretende ser resultado de um trabalho desenvolvido com alunos do Colégio Estadual Pedro II – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, que envolveu a iniciação a pesquisa histórica, objetivando auxiliar aos alunos participantes do projeto a se perceberem como indivíduos agentes na construção da narrativa da histórica local. Optamos, portanto, após um apontamento teórico, por desenvolver uma série de atividades que buscaram identificar no município de Umuarama os logradouros e também os documentos oficiais que apontam para a história local e verificar de que maneira o discurso da formação do município de Umuarama vem sendo construído. A pesquisa culminou na identificação e apreciação dos espaços públicos que apontam para o povo Xetá, última etnia a ser contatada no Paraná em meados no século XX.

Palavras-chave: Memória; Xetá; Umuarama.

As transformações nas características dos zumbis do cinema de horror estadunidense do século XX (1932-1968)

Murilo Toffanelli DHI/LERR/ PIC-UEM
Solange Ramos de Andrade (Orientadora) DHI/PPH/LERR-UEM
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Desde a primeira aparição do zumbi no cinema estadunidense em *White Zombie* (1932) até o lançamento de *A noite dos mortos vivos* (1968) houve muitas mudanças nas características do monstro. A principal mudança que será analisada nesse texto consiste na perda do caráter religioso do zumbi, que deixa de ser um morto que voltou a vida para servir o feiticeiro vodou que o havia ressuscitado, e que depois dos anos de 1940 passa a ter forte ligação com a questão tecnológica. Os filmes que serão trabalhados consistem em *White Zombie* (1932), *Plano 9 do Espaço Sideral* (1958), *Mortos que Matam* (1964) e *A noite dos mortos vivos* (1968). Para a análise dessa mudança nas características do zumbi no decorrer do século, primeiramente foram trabalhados os próprios enredos dos filmes; depois os seus contextos, marcados por eventos como a intervenção estadunidense no Haiti (1915-1934) e principalmente pela Guerra Fria. Como metodologia foi empregada a ideia de Edgar Morin, de que o cinema além de refletir a realidade, a comunica com o sonho do homem (MORIN, 1997); e também o método de crítica externa e interna proposto por Marc Ferro (1976), no qual a crítica externa atenta aos dados contidos na produção do filme, e a crítica interna trata das informações contidas no próprio filme. Assim, o filme pôde ser entendido como um sonho que traz as inquietações de uma época, e que para que houvesse o entendimento dessas inquietações se fez necessário o estudo das diferentes condições socioculturais das diferentes épocas em que esses filmes de zumbi, desde quando sua origem era explicada pelo vodou até quando teve forte relação com discussão tecnológica e “paranoia nuclear” que marcaram a época da Guerra Fria, foram produzidos.

Palavras-chave: zumbi; cinema de horror estadunidense; século XX.

**Política externa, opinião pública e o imaginário político
sobre as relações Brasil-Estados Unidos no jornal *Última Hora* (1951-1954)**

Natália Abreu Damasceno
Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM)

Neste trabalho propõe-se investigar as relações Brasil-Estados Unidos entre 1951 e 1954 sob o viés da disputa pela opinião pública e pelo imaginário político brasileiros. À luz dos princípios da Nova História Política, o estudo orienta-se de modo a possibilitar o mapeamento da construção e difusão de estereótipos legitimadores de posturas amigáveis, e de seus hiatos, que delinearão as relações entre ambos os países neste período. Isso está sendo efetuado por meio da análise das capas do *Última Hora*, influente jornal carioca de circulação nacional e porta-voz dos desígnios do Estado. Confrontando-as com fontes complementares, como despachos diplomáticos da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil e anuários de imprensa, buscamos encontrar conflitos e consensos que fizeram parte do imaginário político brasileiro a respeito das suas relações com os Estados Unidos. Considerando o acirramento das tensões no cenário internacional que marcaram o período inicial da Guerra Fria, pensamos que a análise da controversa política de “barganha nacionalista” implementada pelo segundo governo Vargas, bem como o discurso produzido para legitimá-la junto à opinião pública, nos permite melhor compreender os meandros das redes de poder entre agentes não-oficiais defensores de projetos políticos em disputa e os contornos que assumiu a política exterior brasileira nesse período considerado por muitos estudiosos como um marco na diplomacia do Brasil.

Palavras-chave: Relações Brasil-EUA; *Última Hora*; Segundo governo Vargas

Memórias que tecem a identidade: ensino da cultura Kaingang em sala de aula.

Natally Siqueira Benatti
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Silveira
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Objetivamos, com este trabalho, analisar dois mitos de origem Kaingang presentes nos livros *Mitos e histórias do povo Kaingang*, volume 1 e 2, produzidos pelo Programa de Educação Patrimonial e Inclusão Social (PEPIS), em 2013. Intitulados de *Mito de origem Kaingang*, um relato discorre sobre o surgimento dessa comunidade, enquanto que o outro, narra a sua divisão. Através de uma análise qualitativa, analisaremos de que forma são representados os saberes, a cultura e identidade Kaingang através da memória coletiva, conceito utilizado pelo sociólogo Michael Pollak (1992). Acreditamos que o registro das memórias e a produção de materiais como os que foram analisados possibilitam a preservação cultural e o acesso ao entendimento da organização dos Kaingangs, auxiliando, assim, no ensino da cultura indígena em sala de aula, conforme a lei nº 11.645, de 2008.

Palavras-chave: Kaingang; Memórias; Ensino.

O copista de Cambrai: Rainerus e a representação do artista na Idade Média

Pamela Wanessa Godoi
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O trabalho artístico no medievo tem sido alvo de muitas discussões no campo da história. Os estudos, que utilizam imagens, como indícios para construção do conhecimento histórico têm aberto caminhos na área de pesquisa sobre a produção artística. Esses estudos tem também, sido fundamentais, para acrescentar novas discussões a respeito da devoção e da religiosidade medieval. As iluminuras: imagens pintadas nos manuscritos, são parte essencial da imagética que foi produzida durante o período medieval. Neste trabalho, a discussão sobre os artistas, que pintavam essas páginas, foi direcionada para a iluminura de Rainerus. Em um manuscrito conhecido como Homiliário *Saint-André-du-Cateau*, produzido no século XII, e hoje conservado na Biblioteca Municipal de Cambrai, norte da França, um copista foi pintado na primeira página do códice, e depois uma outra pintura, no fólho seguinte, beijando os pés do Cristo, foi feita com as mesmas características da primeira e com a identificação do nome Rainerus. Com a análise dessas miniaturas, podemos acrescentar ainda mais elementos na discussão sobre o papel que o artista ocupou neste manuscrito e no medievo.

Palavras-chave: imagem; copistas; iluminuras.

O recebimento da Ordem de Cavalaria: a cerimônia de investidura sob a perspectiva de Raimundo Lúlio em *O Livro da Ordem de Cavalaria*

Paula Carolina Teixeira Marroni
(UEM/PPE - GETSEAM - CAPES)
Sandra Regina Franchi Rubim
(UEM/PPE - GETSEAM - CAPES)

Resumo: Este estudo tem por objetivo apresentar a cerimônia de investidura sob a perspectiva de Raimundo Lúlio (1232-1316), na obra *O Livro da Ordem de Cavalaria* (1279-1283). Pautados no referencial teórico da História Social, ao apresentar a obra de Lúlio como educativa e buscando a revalorização do ideal de cruzada e da fé cristã, ressaltamos as características peculiares apontadas pelo monge maiorquino para o rito de passagem de um escudeiro para cavaleiro. A cerimônia de sagração do cavaleiro como investidura ou *adubamento*, tratada pelos historiográficos Keen (2008), em *La Caballeria*, e Barthelemy (2010), em *A Cavalaria*, é abordada por Lúlio como *recebimento da Ordem de Cavalaria*. Nos capítulos *Do exame do escudeiro que deseja entrar na Ordem de Cavalaria* e *Da maneira segundo a qual o escudeiro deve receber a cavalaria* Lúlio dedicou-se ao ritual. Sob a perspectiva de Lúlio, este processo, realizado em uma igreja, possui elementos que se iniciam com a avaliação feita pelo próprio escudeiro que deseja tornar-se cavaleiro, perpassando os rituais que antecedem este momento, até culminar na cerimônia propriamente dita, sob a regência de um presbítero. A título conclusivo, apesar da diferença entre investidura, *adubamento* e recebimento da ordem, cogitamos tratar de uma mesma cerimônia. Sugerimos que o autor possui uma ótica peculiar de abordagem deste momento, mas que ele segue, em geral, aspectos descritos pela historiografia e presentes em outros teóricos clássicos da cavalaria (FLORI, 2005) como Bernardo de Claraval (1090-1153)

e Jean de Salisbury (1120-1180). Esses elementos são a benção das armas, declamação em voz alta de elementos cristãos, como sete virtudes, sete pecados capitais, artigos de fé, dez mandamentos, entre outros que fazem parte da cristianização do cavaleiro medieval. Consideramos esta obra importante para compreender como um monge que se preocupava com a educação do cavaleiro considerava a constituição da cerimônia de recebimento da ordem.

Palavras-chave: Raimundo Lúlio; cavalaria; adubamento; investidura.

A Alta Costura e a figura feminina

Maria Lucineti Sifuentes (UNICESUMAR)

Paula Piva Linke (USP)

Resumo: Cabe fazer algumas reflexões sobre o papel da moda, neste caso a Alta Costura e a figura feminina adquirem relevância. Cabe destacar de que forma esta relação se constrói e qual é o papel da mulher perante a sociedade como consumidora de moda e suporte de moda para os desfiles. Para dar corpo a esta discussão Lipovetsky (1989), Sant'Anna (2007), Baudelaire (2002) são alguns dos teóricos que permitem compreender a moda e sua relação com a sociedade. Castilho (2002), Cidreira (2005) e Evans (2002) possibilitam a compreensão do fenômeno moda e sua relação com o corpo. Crane (2006) e Barnard (2003) auxiliam ao mapear o que seria o fenômeno Moda e seu papel social. O texto foi construído por meio de uma revisão bibliográfica com o objetivo de mostrar o papel feminino no consumo e mesmo como corpo que faz parte do espetáculo chamado desfile que engloba *glamour* da Alta Costura. Criada em meados do século XIX, a Alta Costura caracteriza-se por monopolizar a novidade (o que sintetiza o espetáculo da modernidade), lançar moda, criar um calendário sazonal e ditar tendências. É importante ressaltar, neste estudo, que a Alta Costura está voltada essencialmente para a figura feminina, e toda a sua configuração, como as *Maisons*, as apresentações e, inclusive, os desfiles, têm a mulher como objeto central. A moda propicia o prazer de surpreender, de deslumbrar e agradar aos olhos dos outros bem como a si mesmo. Desse modo, aprimorou o olhar, estimulou a observação e o prazer de ver e ser visto. A Alta Costura e os desfiles vêm potencializar os significados do vestir de cada contexto. Partindo das concepções de que é na moda que compomos um discurso que articulado com o corpo, dão forma e significados que marcam o papel social do indivíduo. A partir dessas considerações, observa-se que as construções do desfile, em seu início, trazem, além do aspecto mercadológico, uma relação com a coisificação e a erotização do corpo feminino. Ao entender-se que o corpo, assim como a roupa que o recobre, promove e instaura discursos significativos de comportamentos identitários, pode-se afirmar que o desfile, imitando os acontecimentos sociais, reporta e determina aspectos do ser social. Esse universo de significações recria laços e vínculos de valores sociais que articulam determinado contexto em que o desfile acontece. A mulher assume um papel específico, primeiramente de modelo e objeto de desejo dentro dos desfiles da Alta Costura, posteriormente ela demonstra a riqueza do marido e é vista como delicada, alvo de desejo, deve ser observada e contemplada. Esta relação corpo objeto se intensifica após o surgimento da Alta Costura, e se personifica na figura feminina, alvo do consumo e do desejo masculino

Palavras-Chave: Corpo; Moda; Mulher.

A epidemia de Ebola em 2014: meio ambiente e saúde na África Ocidental

Resumo: A comunicação examina as relações entre as condições ambientais, sociais, sanitárias e a epidemia de ebola na porção ocidental da África em 2014. A abordagem é a da História Ambiental da Saúde. As fontes utilizadas são notícias e artigos de opinião publicados na imprensa brasileira. O objetivo é compreender o alcance e as implicações sociais desta que está sendo considerada a maior epidemia da doença desde a sua identificação na década de 1970, provocadas pelo risco de propagação mundial.

O Olhar do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) sobre o Jornal Terra Livre (1949-1964).

Rafael Sandrin da Cruz

Resumo: Este trabalho tem como objetivo, analisar as investigações desenvolvidas pelos policiais do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS/SP) sobre o Jornal Terra Livre. Entre os anos de 1949 e 1964 em cidades do interior paulista, propícias a sua circulação. O recorte temporal compreende a existência deste periódico, que em decorrência da instituição do Regime Militar no Brasil em 1964, foi fechado. Os discursos presentes em matérias jornalísticas são considerados portadores de visões de mundo de membros do PCB, que acreditavam que seria desenvolvida a revolução democrático burguesa no país, através da aliança entre operários e camponeses. Nesta pesquisa, propomos trabalhar com materiais históricos da repressão do DEOPS/SP ao Jornal Terra Livre. Constituídos pelo Dossiê 30-B -209 e pelo Prontuário do Jornal Terra Livre, contendo relatórios de investigações de policiais, autos de busca e apreensão de exemplares, resoluções sobre política de imprensa, certidões de registro e processo formulado pelo Advogado Cícero Viana contra os agentes que se mantinham a serviço do discurso oficial. Neste trabalho procuramos descrever os métodos adotados pelos agentes da "Polícia Política" para reprimir a circulação do Terra Livre.

Palavras-Chave: Partido Comunista. DEOPS/SP. Terra Livre.

O Comunismo no campo segundo os relatórios do DEOPS: os casos de Lucélia, Adamantina e Flórida Paulista (1945-1954).

Rafael Sandrin da Cruz

Resumo: Investigações foram desenvolvidas nos municípios de Lucélia, Adamantina e Flórida Paulista entre os anos de 1945 e 1954, numa conjuntura de formação de Ligas Camponesas sob a égide do Partido Comunista Brasileiro em regiões brasileiras, principalmente na região Nordeste. Neste artigo propomos analisar os relatórios de investigações do DEOPS diante da suposta existência de Ligas Camponesas nos municípios de Lucélia, Adamantina e Flórida Paulista. O diálogo estabelecido com a historiadora Maria Aparecida de Aquino possibilitou entender a metodologia utilizada pelos policiais para reprimir os inimigos do governo. Já a experiência de Fernando Azevedo, foi fundamental para que pudéssemos analisar o período

que os comunistas criaram as Ligas Camponesas. Inclusive para entendermos o papel os pecebistas na direção de tais movimentos sociais. Para o desenvolvimento desta pesquisa foram analisados relatórios de investigações do DEOPS sobre a suposta existência de Ligas Camponesas.

Palavras-Chave: Ligas Camponesas. DEOPS. Partido Comunista.

Considerações sobre adaptação em *O bebê de Rosemary*

Rafaela Arienti Barbieri - DHI/LERR/ PIBIC-CNPq-UEM
Orientadora: Solange Ramos de Andrade DHI/PPH/LERR-UEM

Resumo: Tendo em vista a continuação de um projeto de pesquisa que tem como fonte o filme *O bebê de Rosemary*, dirigido por Roman Polanski em 1968, o presente trabalho procura problematizar, também partindo do princípio do viés historiográfico, de que forma dá-se a adaptação da obra literária de Ira Levin para o meio cinematográfico. O livro *O bebê de Rosemary* foi lançado em 1967, e sua narrativa baseia o enredo do filme, contando a história do casal Woodhouse que, depois de mudarem de apartamento, tem contato com uma seita de bruxos que faz da personagem Rosemary aquela que carregou a semente do diabo e deu a luz ao Anticristo. Dessa forma, utiliza-se primeiramente de (FERREIRA, 2009) (SARTRE, 1989) e (CHARTIER, 2002), para a compreensão do documento literário. Parte-se de (CERTEAU, 1998) em função do entendimento das estratégias e táticas, relacionadas com a produção de conhecimento por parte dos *consumidores* da obra literária, onde também está inserido o próprio diretor Roman Polanski, permitindo a aplicação de suas reflexões em prol do entendimento das questões de adaptação. Em função do documento cinematográfico utiliza-se o conceito de representação de CHARTIER, o qual também dialoga com os conceitos de CERTEAU.

Palavras-chave: cinema; adaptação; história.

A educação das mães e a indumentária infantil na Segunda Guerra Mundial (1942- 1945)

Ivana Guilherme Síмили
Renata Franqui
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: A moda infantil é a história da educação das aparências que envolvem a relação entre mães e filhos/as. Educar o gosto e o estilo da criança; as sensibilidades de meninos e meninas para a adequação entre roupas e comportamentos; zelar do guarda-roupa e acompanhar as mudanças indumentárias decorrentes das idades da vida e cuidar da aquisição de bens e produtos para vestir os/as filhos/as, portanto, do consumo de moda são papéis atribuídos às mães. Infere-se, portanto, que a educação dos filhos perpassa o processo formativo das meninas e mulheres para tornarem-se mães, permitindo a reflexão sobre a maneira como ocorre a formação feminina, a partir do pressuposto de que os aprendizados não se restringem aos ambientes escolares e processos formativos sistematizados. O texto focaliza os aprendizados de moda assimilados pelas mães por meio dos ensinamentos veiculados acerca de como vestir as crianças – em particular, os meninos e

as meninas em fase escolar da educação – pela Revista *Fon-Fon!* durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942-1945), com o intuito de compreender como a simbologia da ideologia do conflito mundial, em particular, de “soldados da pátria”, foi incorporado e comunicado nas propostas de indumentárias infantis. No período brasileiro em que compreende as políticas do Estado Novo, o país encontrava-se envolto a tensões sociais e políticas e, nesse contexto, o papel da mulher passou a ser visto como essencial para a consolidação deste novo modelo de Estado. A ela era incumbida a função de governar o âmbito doméstico e portar-se como promotora dos costumes morais em apoio à instituição familiar. Por caracterizar-se como um periódico voltado para a representação da vida privada da sociedade brasileira no início do século XX, no qual as mulheres da elite carioca constituíam seu público-alvo, a escolha da Revista *Fon-Fon!* justifica-se pelo entendimento de que a imprensa caracteriza-se como um eficiente artefato pedagógico na formação da subjetividade feminina e, desta forma, mostra-se como um importante fonte de estudo e material de análise dos ensinamentos maternos para a composição da indumentária infantil no período, momento em que as mulheres foram chamadas a participar do conflito mundial como mães da Pátria. Em suma, pretende-se analisar se e de que maneira a moda infantil expressou o sentimento e o entendimento sobre a segunda grande guerra na ótica da referida revista e por meio da moda infantil, buscando encontrar pistas dos simbolismos da guerra nas roupas destinadas às crianças. O texto organiza-se de modo a, em um primeiro momento, apontar os principais desdobramentos históricos que circundaram o período da Segunda Guerra Mundial no contexto brasileiro, situando a Revista *Fon-Fon!* como veículo de informação e de difusão da moda no contexto. Em seguida, apresentar-se-á a apreciação do material veiculado pelo periódico no sentido de analisar a estética da guerra propagada na moda infantil neste momento histórico, de modo a compreender o papel atribuído às mães na educação subjetiva dos/as filhos/as.

Palavras-chave: Indumentária Infantil; Revista *Fon-Fon!*; Segunda Guerra Mundial

Mulheres maringenses e a distinção social pelos calçados entre 1950 a 1960

Rizia Ferrelli Loures Loyola Franco
Unicesumar

Resumo: o presente estudo etnográfico trata de mulheres que têm entre 60 e 75 anos moradoras de Maringá-Paraná e que tiveram alguma relação com a atividade da costura. São 6 informantes primárias e outras mulheres aparecem como informantes secundárias que também contribuíram para a pesquisa. O objetivo da pesquisa é investigar os calçados que essas mulheres adquiriram entre 1950 e 1970 para conhecer os valores sociais. Uma vez que de acordo com Miller (2013) uma apreciação mais profunda das coisas nos leva a apreciar também mais profundamente as próprias pessoas. Esse método etnográfico constitui-se de diversos outros métodos: a presente pesquisa ocorreu com a pesquisa exploratória com conversas informais e temas abrangentes para conversar de forma livre sobre os calçados a fim de que se conheçam o que as mulheres usavam e até guardaram. O trabalho começou em março 2012 e terminou em novembro de 2013. Busca-se, assim, analisar o calçado como elemento para a produção de si, por meio do padrão de beleza que diferenciavam essas mulheres em suas respectivas fases da vida e as faziam pertencer a diferentes grupos sociais. Observa-se que a aparência era construída para que se assemelhassem ao padrão de beleza da época, ou seja, os calçados favoreciam essa estética e distinguem-se as que eram consideradas belas e se destacavam das demais. As “Regras do bem vestir” apresenta as regras do que era considerado apropriado para uma mulher se vestir, diferenciando as elegantes das que se vestiam de modo mais simples, bem como

os valores sociais que permeavam a sua estética, as distinções sociais de acordo com os sapatos e meias. Nos anos 1950, a moda estava repleta de regras rígidas que, de acordo com a solenidade, impunham ao sujeito uma determinada peça do vestuário (VILLAÇA; CASTILHO, 2006, p. 24). Nesse período, as características consideradas como próprias das mulheres, reunidas no termo feminilidade - pureza, delicadeza, doçura, resignação, maternidade, fragilidade - eram construídas com base nos papéis de dona de casa, esposa e mãe (BASSANEZI 2006; DIAS, 2012; MATTOS 2009; SIMILI, 2011; ZIMMERMANN, 2013). Esses papéis, adquiridos após o casamento, delimitavam a posição da mulher. Tais inclinações envolvidas no processo de educação contribuíam para que elas assegurassem que sua aparência conduzisse essas qualidades, especialmente pelos calçados. Portanto, por meio dos sapatos, observa-se a distinção social dos que pertenciam ou queriam pertencer ao grupo dos mais abastados que conheciam e seguiam as regras do que era elegante e esteticamente agradável para as mulheres dos grandes centros. Por meio do estudo, identificou-se que o cuidado com o calçado constrói a identidade própria, evidenciando o recato, o esmero e a memória, principalmente no tocante às relações familiares. Além disso, o valor do novo existe desde a juventude, mas o acesso às novidades e à variedade era mais restrito e contribuía também para as distinções sociais entre as mulheres mais abastadas.

PALAVRAS-CHAVE: Calçado feminino; Identidade; Distinções sociais.

“A avenida *pra* nós é como se fosse passarela”: a disputa trans pela eterna juventude

Rodrigo Pedro Casteleira.
Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir a relação entre envelhecimento e transexualidade feminina à luz da memória e da projeção de imagem da velhice de 04 (quatro) trans jovens. Pretende-se ainda compreender a expectativa que essas jovens criaram para esse período da vida e as como se valem de recursos de indumentária e da cosmetologia para que suas juventudes sejam mantidas. O trabalho de pesquisa mostrou que, se as trans subvertem o gênero e o corpo, também o fazem com as demarcações etárias ao lançar mão de artifícios para ‘esconder’ o envelhecimento e marcar a beleza vinculada à ideia de juventude. A coleta das entrevistas se deu pelo método de história oral para que os depoimentos fossem relacionados aos estudos de gênero feitos por Judith Butler (2003) e Marcos R. Benedetti (1997), bem como com os estudos geracionais de Miriam Goldenberg (2011), de corpo com Le Breton (2012) e as relações de moda e indumentária com Lipovetsky (2009), Del Priore e Amantino (2013) e Simili e Vasques (2013). Dessa forma, foi possível compreender e descrever como essas trans selecionam cosméticos e indumentárias para realçar suas juventudes na medida em que ocultam os sinais do envelhecimento, além das imagens que formulam de seus corpos na velhice.

Palavras-chave: Trans; envelhecimento; indumentárias.

Sob o olhar do outro: uma análise do documentário “Vista minha Pele” como ferramenta pedagógica nas salas de aula.

Rodrigo Pereira da Silva
Universidade Estadual de Maringá
Angélica Ramos Álvares

Resumo: Este trabalho tem por objetivo a discussão sobre a utilização de filmes como ferramentas pedagógicas do processo de ensino aprendizagem na abordagem de conteúdos referentes à temática da cultura afro-brasileira e africana nas salas de aula. A temática correlata ao tema proposto foi, ao longo dos últimos anos, principalmente a partir de 2003 com a implementação da Lei 10.639/03 - que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nas instituições de ensino, públicas e particulares, de nível fundamental, médio e superior - objeto de várias reflexões. Desse modo, por meio da análise do documentário “Vista minha Pele” (2008) propomos um direcionamento aos professores e educadores, com a função de realizar uma análise crítica de filmes, visando com isso um maior interesse dos alunos pelo tema e colaborando para a desconstrução de uma visão hegemonicamente eurocêntrica da representação dos negros enfatizada pelos manuais didáticos.

Palavras chave: Cultura Afro-Brasileira e africana; Lei 10639/03; recursos midiáticos.

Nas margens da repressão: o papel dos Informantes no combate a subversão durante o Regime Militar no Paraná

Rodrigo Pereira da Silva
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Ao longo do período em que o Regime Militar esteve ativo no poder (1964-1985), se avolumaram as medidas preventivas contra todo e qualquer indivíduo, que aos olhos da chamada polícia política poderiam comprometer a ordem e a segurança pública. Segundo Mariana Joffily com o objetivo de enfrentar o que era considerado uma grande ameaça “os militares constituíram toda uma rede de órgãos que ao lado da reformulação de estruturas já existentes, compôs um vasto esquema de informação e segurança” (2008, p.14). Durante este período, o perigo comunista, bem como as ideologias de esquerda serão os principais alvos a serem combatidos. Este imaginário anticomunista construído antes e durante este período contribuirá para que uma parte da sociedade civil se identificasse com princípios defendidos pelo regime militar. Tomando como referência este contexto, o presente trabalho busca analisar, por meio da documentação produzida pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), a contribuição da sociedade civil, especialmente os chamados “informantes”. Estes por sua vez, não estavam necessariamente vinculados institucionalmente a um órgão do regime, no entanto auxiliavam na legitimação do mesmo. Entendendo a questão do imaginário social a partir de Bronislaw Baczko (1995), almejamos aqui analisar em que medida o imaginário social contribuía para identificação de um indivíduo ou grupo enquanto ser subversivo, e até que ponto os ideais comunistas são utilizados como parâmetros para esta representação.

Palavras-chave: Regime Militar; Informantes; Delegacia de Ordem Política e Social.

A Dengue no Brasil: políticas públicas, neoliberalismo e aquecimento global - uma relação inevitável (1990-2010)

Roger D. Colacios
UNESP/Assis

Resumo: Estudado pelas ciências de forma mais intensa a partir da década de 1970 o aquecimento global é um fenômeno climático amplamente divulgado e conhecido por grande parte das pessoas. Seu enunciado afirma que a temperatura média do planeta tem aumentando paulatinamente desde o século XIX, por volta do ano de 1850. Assim, está associado à crescente industrialização e urbanização observada em diversos países ao redor do planeta nos últimos 160 anos. Este aumento das temperaturas expandiu e continuará a ampliar o espaço de atuação de diversas doenças tropicais, entre elas a dengue, a malária e o cólera. Dessa forma, doenças típicas de regiões menos desenvolvidas e muitas vezes associadas a situação de miséria da população, nos próximos anos poderão ser encontradas em países desenvolvidos, localizados nas zonas temperadas do planeta. Uma situação que, já na década de 1990, preocupa cientistas e médicos desses países, a partir da constatação de tal fato nos relatórios do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) e corroborada pelos dados fornecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No caso do Brasil temos na dengue uma preocupação mais séria. Apesar da malária e do cólera serem registrados no país, a dengue vem mostrando nas últimas décadas sinais de avanço no número de casos e de mortes geradas principalmente pela recorrência em seu contágio. Portanto, uma doença que já tinha sido considerada controlada, devido ao uso de inseticidas e de melhorias no saneamento público, perdeu essa condição. À partir da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, temos um período de aumento das epidemias do vírus por todo o território nacional, levando a dengue a ser considerada uma preocupação grave para o sistema de saúde público do Brasil. Nesta comunicação iremos analisar as políticas públicas criadas pelo governo brasileiro para conter a proliferação da doença, especialmente o Plano Nacional de Combate à Dengue (PNCD) criado em 2002. Assim, iremos relacionar os estudos científicos e as ações políticas em torno desta questão sob a perspectiva do aumento das temperaturas do planeta nas próximas décadas e seu possível papel no espalhamento e intensificação da dengue por várias partes do mundo.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Dengue; Brasil.

A GÊNESE DA IMPRENSA NO BRASIL: O 'CORREIO BRAZILIENSE' DE HIPÓLITO DA COSTA

Rubens Silveira Donin
Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar as ideias do jornalista Hipólito da Costa a partir dos comentários sobre política e economia publicados em seu jornal, o "Correio Braziliense", conhecido por ser o primeiro periódico a ser posto em circulação no Brasil, durante o período de 1808 a 1822, num total de 175 números. Serão apresentados e discutidos o contexto no qual Hipólito da Costa estava inserido, a influência ideológica que recebe da Maçonaria e do Liberalismo inglês, bem como o impacto que sua obra causa no Brasil e em Portugal. A obra do mencionado jornalista foi de grande relevância para a disseminação dos ideais liberais pregados na Europa no Brasil, adotando assim um caráter efetivamente pedagógico e influenciando nos acontecimentos daquele contexto histórico. Serão utilizados métodos sistemáticos e claros para a escrita, com raciocínio progressivo e temas delimitados, sem, entretanto, evitar que mantenham uma comunicação entre si. A pesquisa será bibliográfica e teórica, e espera-se que se realize uma discussão bibliográfica utilizando obras clássicas e contemporâneas que tratem dos temas abordados.

PALAVRAS-CHAVE: Liberalismo. Iluminismo. Independência.



Sistematização dos documentos do SPI (1910-1967) referentes ao Posto Indígena Ivaí/PR

68

Samuel Bicalho de Lima
Universidade Estadual de Maringá/PIBIC/AF/AI
Isabel Cristina Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá/orientadora

Resumo: A presente proposta busca mostrar a política para os povos indígenas no Brasil, desde o início da colonização, até a primeira metade do século XX, focando a análise na forma como S.P.I. (Serviço de Proteção ao Índio), de instituição que deveria proteger os nativos, vai ser instrumento de colonização e de expulsão desses nativos, de suas terras originais, uma vez que sempre foram vistos, pelos colonizadores, como um estorvo para a frente de expansão agropecuária e avanço do progresso nacional. Até a década de 1970, a própria historiografia contribuiu para a formação da imagem de índio submisso, preguiçoso, vadio, pelo fato de que nunca tratou os nativos como personagem principal de sua própria história, negligenciando suas lutas em defender seus territórios, suas tradições e seus modos de vida. A história negligenciou toda forma de organização social e política dos povos indígenas, que foram desde fugirem mata adentro para longe dos invasores, converterem-se ao cristianismo, juntarem-se aos invasores para derrotar os grupos rivais, encarar embates e combates e guerras, conseguindo vitórias significativas, mostrando que apenas a supremacia bélica e o poder civilizatório europeu não foi capaz de “civilizar” e de eliminar os nativos e suas organizações sociais, políticas, econômicas, culturais e cosmológicas. Assim, o objetivo da presente comunicação, é mostrar, por meio dos documentos do SPI, acervo do Museu do Índio (RJ), como foi se dando a política indigenista oficial do Estado Brasileiro no período de 1910 a 1967. O SPI de um órgão criado para proteger os nativos, tornou-se engessado dependendo de interesses do governos estaduais e federais. De um órgão de proteção, tornou-se apenas um órgão de encontrar nativos pacificá-lo, para frentes colonizadores e desocupar os territórios para a empreitada capitalista de levar a civilização para o interior do país. A partir desse engessamento os indígenas tentam suprir a necessidade legal que é delegado a instituição, buscando seus direitos pela forma de petições, pegando em armas para defender seu território e se organizando em movimentos sociais civis próprios e fazendo valer os direitos pela terra, pelo território e pelos seus processos próprios de compreensão e entendimento das coisas do mundo, conquistando constitucionalmente o direito à cidadania.

Palavra Chave: S.P.I.; Vazio Demográfico; Política Indígena.

O papel do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na colonização do Paraná: atuação sobre o patrimônio material dos povos indígenas na Primeira Metade do Século XX

Samuel Bicalho de Lima
Universidade Estadual de Maringá/PIBIC/AF/AI
Isabel Cristina Rodrigues
Universidade Estadual de Maringá/orientadora

Resumo: A presente proposta é o resultado do projeto de iniciação científica (PIBIC/AF/IS) desenvolvido no período de agosto de 2013 a julho de 2014 e teve como objetivo sistematizar dados referentes ao Posto Indígena Ivaí, habitado pelo Kaingang, a partir de documentos do acervo do Museu do Índio (RJ). Da

sistematização dos dados referentes ao Posto Indígena Ivaí, resultou o estudo apresentado. Neste procuro demonstrar que o S.P.I. se mostrou apenas como mais um meio utilizado pelo governo para pacificar os indígenas e para desocupar as terras para frente colonizadora. A partir do fim da escravidão e a chegada da República as levas de imigrantes aumentaram ainda mais nos últimos vinte anos do século XIX o que provocou um aumento dos conflitos relacionados à disputa de terras. E como política colonizadora o Estado se utilizou da tese do vazio demográfico, sob a justificativa de que o território era um “sertão vazio e desabitado”, justificativa esta suficiente para que grupos armados invadissem tais territórios, expulsasse ou mesmo eliminasse os indígenas e tomassem posse de suas terras. O SPI, criado em 1910, com a finalidade de desempenhar um papel tutelar sobre os povos indígenas no Brasil, no entanto, mostrou-se ineficiente no tocante à administração de questões relativas às relações desses povos com os interesses de grupos da sociedade envolvente que queriam se apossar de seus territórios em nome do progresso e da civilização do interior brasileiro, uma vez que de órgão responsável pela tutela e proteção de indígenas e de seus territórios, serviu apenas à função de protetor do patrimônio material que tais territórios representavam para o Estado e para os grupos colonizadores.

Palavra Chave: S.P.I.; vazio demográfico; política indigenista.

Da instituição toral à incompletude institucional

Selson Garutti

Professor da Secretária de Educação do Paraná (SEED)

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a proposição da educação como sendo fundamental para a reinserção social dos apenados. Tratando sobre as discussões do processo educacional constituído no interior do sistema penitenciário paranaense, sobre qual deva ser a função da educação na reinserção social dos apenados. Cujas metodologias deste estudo trata-se de uma pesquisa teórica, documental & bibliográfica, tendo suas análises feitas sob uma perspectiva dialética da análise de conteúdos, tomando por base a metodologia proposta por Andrade (1989) e sistematizada pela análise qualitativa proposta por Bardin (1977). Essa proposta segue, basicamente, três etapas: Pré-análise; Descrição analítica; Interpretação referencial. Discutindo como resultado que em um dado momento, a penalização deixou de ser aplicada como forma de castigo violento por meritocracia criminal e passou a ser espiada pela privação de liberdade. Com o passar do tempo, essa lógica foi se cristalizando ao ponto de constituir conceitos que passaram a sedimentarem conceitos, entre os quais, pode-se citar a completude institucional, lógica pela qual se acreditava que o então sistema penal teria plena condição de constituir ressocialização. Essa lógica institucional foi se tornando cada vez mais autossuficiente e fechando-se em seus conceitos, atraindo para dentro do seu sistema todas as necessidades que o apenado precisasse. Durante muito tempo esse paradigma da institucionalização deu conta de resolver essa proposição, visto que, era um conceito determinante e inquestionável. Com o avanço das ciências e, com isso, registra-se o avanço nas pesquisas sobre o sistema penal. Passou-se a perceber que o sistema prisional como tal, não dava mais contas de atender às novas demandas sociais existentes. Não só porque o sistema prisional está um caos, mas também, porque não atende mais às demandas sociais da modernidade globalizada. Sendo dessas incongruências e contradições que se passou a propor uma mudança nesse paradigma, ou seja, conclui-se com a proposição da inversão da lógica da “Instituição Total” para a lógica da “Incompletude Institucional”.

Palavras-chave: Educação; Reinserção Social; Penitenciária.

O discurso da reinserção educativa por meio do trabalho na Penitenciária Estadual de Maringá

Selson Garutti

Professor da Secretária de Educação do Paraná (SEED)

Resumo: Tendo por objetivo analisar a evolução profissional dos apenados da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM). A análise de conteúdo desta pesquisa deve ser realizada por meio da recuperação e interpretação das planilhas dos cursos profissionalizantes desenvolvidos na Penitenciária Estadual de Maringá, Paraná. Para fins didáticos e melhor visualização das informações contidas nas planilhas, as fases de formação da pesquisa foram divididas tomando por base o processo proposto por Cândido Teobaldo Andrade (1989); Frigotto (1999; 2000; 2003) e Gentili (1999) e analisados sob o enfoque qualitativo apresentado através de uma sistematização e operacionalização de análise seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977). Sua Metodologia apresenta um estudo quali-quantitativo exploratório, em relação às discussões do processo educacional constituído no interior da PEM sobre qual deva ser o papel dos cursos profissionalizantes na reinserção social dos apenados entre os anos de 2002 a 2010. Por resultados desta pesquisa, pode-se constatar a inoperância do sistema em processar a contento a reinserção social dos apenados por meio do trabalho, evidenciando a fragilidade das políticas públicas de qualificação profissional implantadas no sistema penal como um todo e na Penitenciária Estadual de Maringá, de forma específica. Dessa forma, conclui-se que a elevação do nível desses cursos profissionalizantes é essencial para que todos os apenados consigam melhores oportunidades de trabalho e inserção social após o cumprimento de sua pena.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Penitenciária.

Desafios à hegemonia estadunidense no final do século XX e início do século XXI.

Sidnei J. Munhoz

Universidade Estadual de Maringá

O presente estudo tem por objetivo a análise dos desafios postos à hegemonia global estadunidense no final do século XX e no início do século XXI. Isso foi efetuado com base na revisão da literatura especializada e em fontes oficiais do governo dos EUA. O trabalho está ancorado na perspectiva de que nos últimos 120 anos houve mais continuidades do que rupturas na política externa estadunidense. Essa tese está lastreada no modelo de análise corporatista desenvolvido nos EUA, principalmente, sob a influência de Michael Hogan. Sublinha-se que o presente trabalho não adota o modelo corporatista *in totum*. Em decorrência dessa orientação analítica, considera-se que os principais desafios à hegemonia dos EUA no tempo presente estão associados não apenas à sua política externa, mas, também, aos seus condicionantes domésticos, uma vez que eles influenciam e definem em grande medida as matrizes da política externa e ao mesmo tempo são por ela influenciados. Reconhece-se ainda os desafios postos pela emergência de novos protagonistas no cenário internacional que se pretendem atores globais, como a China, em especial, e os outros integrantes dos Brics, em

menor medida. No entanto, ressalta-se a relação entre as influências domésticas e os desafios à hegemonia dos EUA, pois esses problemas endógenos terminam por influenciar e definir projetos de cunho imperial, planos de universalização dos valores estadunidenses, militarização da política externa do país e os custos a ela correlatos. Tudo isso, reduz a competitividade da economia dos EUA e estimula o antiamericanismo de forma a contribuir para a erosão da sua hegemonia.

Palavras-chave: Estados Unidos; hegemonia; História Política.

Ideia de bom governante presente em Marco Aurélio: relação da doutrina estoica nas ações políticas do imperador

Stéfani de Almeida Onesko
UEM

Resumo: Esta pesquisa aborda a ideia de bom governante presente no Imperador Marco Aurélio (121-181 d.C), nosso objeto de estudo, conhecido como o imperador-filósofo que adotou como fonte a doutrina estoica e seus princípios, influenciando sua vida como um todo. Enfocamos assim, a relação entre a conduta imperial e a perspectiva filosófica estoica para compreender em que medida as ações políticas do governante repercutem os ideais morais expressos pelo estoicismo. A fim de analisar a relação entre as idéias e as práticas bebemos da teoria da filósofa Hannah Arendt, que observa como as idéias movimentam os indivíduos em suas ações. Nosso procedimento metodológico será uma análise das fontes à luz da historiografia voltada para o nosso objeto de estudo no percurso de sua vida política, privilegiando também o tema do estoicismo, sobretudo no século II d.C. em Roma, com a realização de fichas de leitura e resenhas, leitura de diversas obras, inclusive de outros representantes da filosofia estoica como, por exemplo, Sêneca. Compartilhamos assim, a metodologia de Jean Starobinski que enfoca os escritos e documentos e de Quentin Skinner que foca os clássicos e a contextualização dos mesmos. Observaremos em conclusão, a influência que o estoicismo estabeleceu na vida política de Marco Aurélio, os princípios e valores morais que constituíram tomadas de atitude de ordem moral e prática. Práticas estas, que demonstraram o quão significativo tendem a ser nossas influências exteriores, ainda mais quando temos em jogo, como no caso de Marco Aurélio, uma filosofia de vida. Com a nossa pesquisa poderemos explicar melhor a ideia de bom governante segundo a perspectiva estoica.

Palavras-chave: Marco Aurélio; Estoicismo; Governante.

Moeda e comércio no pensamento econômico medieval

Talles Henrique P. Maffei (LEAM/PPH/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: Desde o século XI, observa-se, no Ocidente, um processo de transformação quantitativa e qualitativa da produção, tanto rural quanto urbana. O crescimento das cidades, impulsionado segundo historiadores como Henri Pirenne (1982) e Guy Fourquin (1991), pelo aumento do número de mercados e pela ampliação das redes de troca, determinou o que se convencionou chamar de *Revolução Comercial da Idade Média*, segundo a definição de Raymond de Roover. Tal transformação seria definidora para a

afirmação da economia ocidental, dados o aumento e a velocidade das trocas comerciais. O comércio, bem como a afirmação da economia medieval, são fatores fundamentais para a afirmação do poder monárquico em fins do século XIII e durante o século XIV. Naturalmente, o dinheiro passa a ser objeto de especial atenção, já que sua circulação representa o elemento que permite tais transformações: é o sangue que irriga a economia das trocas que se instaura a partir do século XI em todo o Ocidente. A sociedade medieval voltada para os ideais cristãos e conseqüentemente às noções de uma vida desprovida dos apegos materiais, apercebe-se do crescimento e da importância da moeda e do ganho, colocando-os no centro dos debates de natureza teológica, legitimando seu uso e prática ou julgando as ações dos agentes econômicos. Paralelamente a essa evolução comercial e em imbricação com as discussões nas quais a moeda emerge como elemento central, observam-se as primeiras formulações do que viria a constituir, nos séculos posteriores, o nascimento da Ciência Econômica Moderna. A moeda, antes investida de um incontestável caráter pecaminoso, passa a pouco a pouco a ter seu uso legitimado. Sua importância para a manutenção da prosperidade econômica não se encerra com as crises de várias naturezas que atingem a Europa durante o século XIV, já que, paralelamente, os príncipes percebem sua importância enquanto elemento chave para a consolidação da economia do reino e aprimoramento da burocracia necessária à afirmação do poder monárquico. Os teóricos medievais em sua maioria ligados às instituições clericais foram os primeiros a esboçarem algumas teorias relativas à economia dos reinos e à importância que a moeda apresenta neste cenário de fins da Idade Média. Citemos como exemplo, Tomás de Aquino e Nicolás Oresme. O poder de intervenção dos monarcas nas questões econômicas assumirá contornos mais precisos com o advento do pensamento mercantilista. A partir do século XV o comércio e a balança comercial favorável, bem como o acúmulo de metais preciosos, tornaram-se os principais pontos da política comercial das monarquias europeias.

Palavras-chave: Moeda; Comércio; Medieval.

O Pequeno Tratado da Primeira Invenção das moedas e uma reflexão acerca da dinâmica econômica medieval

Talles Henrique P. Maffei (LEAM/PPH/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: O presente escrito possui por objetivo o tratamento das questões econômicas postuladas na obra *o Pequeno Tratado da primeira invenção das moedas* (2004), escrito por Nicolás de Oresme, clérigo francês do século XIV. O autor, por sua vez, estava intimamente ligado aos círculos de poder monárquico no reino da França, onde fora tutor e conselheiro do rei Carlos V. Indivíduo de notória produção intelectual, Oresme fora tradutor de alguns escritos de Aristóteles e evidencia a influência da filosofia antiga por toda sua obra. A mesma pode ser sentida em seu tratado sobre a moeda, uma das primeiras obras direcionadas de forma específica para assuntos econômicos. Em tal obra, são tratadas algumas questões fundamentais à economia do reino francês imerso em manipulações monetárias, instabilidade econômica e crises frequentes, catalisadas pelo cenário de guerra com a Inglaterra e a resistência popular contra os aumentos de impostos com o objetivo de financiar a campanha bélica francesa. Os prognósticos econômicos postulados por Oresme são dotados de profunda eficácia, dado que é possível observar uma melhoria qualitativa das finanças da monarquia francesa após a publicação de tais postulados. Os apontamentos por ele efetuados baseiam-se em ideias ainda prognosticadas pela Ciência Econômica moderna, com o objetivo de conter a

73

inflação e oferecer a estabilidade monetária para que as trocas naturalmente evoluam. Ainda sim, o pensamento econômico de Nicolás de Oresme apresenta elementos próprios de pensadores vinculados à cultura clerical de fins da Idade Média. São analisadas as principais questões pelas quais perpassam a obra de Nicolás de Oresme, que vão desde a análise do material mais adequado para a cunhagem de moedas como a relação entre o poder monárquico e a administração monetária. O presente escrito aborda de forma introdutória alguns aspectos importantes em relação à dinâmica econômica medieval, como a quantidade e a qualidade das moedas em circulação, o direito de cunhagem apropriado pelo Estado desde meados do século XIII, o problema das falsificações monetárias, a saúde econômica e financeira do reino francês em fins do século XIV, entre outros. As contribuições de Nicolás de Oresme serão retomadas pelos pensadores que se ocuparão do pensamento econômico chamado de mercantilista, cuja base se fundamenta nos preceitos relativos ao desenvolvimento do comércio e da balança comercial favorável, política fundamental à afirmação dos diversos estados europeus no início do período moderno. Dentre os pensadores que aprofundaram as ideias econômicas de Nicolás de Oresme em relação à moeda e ao comércio, podemos mencionar Thomas Mun (1571-1641) e William Petty (1623-1687).

Palavras-chave: Nicolás de Oresme; Idade Média; Moedas.

Memória, tradição e costume dos Kaingang da T.I Ivaí (PR): documentação e etnografia

Tatiane Ananias Fernandes Freitas
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Dentro da abrangente perspectiva de estudar a relação de memória, tradição e costume, entre os indígenas Kaingang, da Terra Indígena Ivaí, no estado do Paraná, esta pesquisa pretende contribuir nos estudos documentais e etnográficos. Pretende-se em primeiro lugar, avançar a pesquisa na análise e sistematização de um material oral do acervo do Serviço de Proteção ao Índio (S.P.I.), que compreende mais de cem entrevistas realizadas com indígenas da T. I. Ivaí, na década de 1980, no Paraná. E, em segundo lugar, atuar no trabalho de campo para a realização de novas entrevistas com os moradores da T. I. Ivaí. A metodologia que norteará este projeto envolverá a história oral e a etnografia. A primeira, com suas possibilidades e especificidades, fornecerá a via principal na condução de todo o trabalho no sentido de explorar o campo fértil e abundante das fontes orais. No estudo etnográfico, os depoimentos servirão de base para a análise das práticas culturais, tarefas cotidianas, tradições e costumes. Pretende-se desenvolver um trabalho de campo do qual farão parte a realização de entrevistas com os moradores locais, observação e registro das diversas atividades cotidianas, tanto econômicas, quanto políticas e religiosas, além de seus ritos e celebrações. Acreditamos que o entrecruzamento de dados etnográficos e documentais, a serem realizados e sistematizados, conciliados a um suporte bibliográfico, constitui o caminho mais promissor rumo à compreensão do modo como os Kaingang da Terra Indígena Ivaí apreenderam a história no passado e apreendem no presente, na perspectiva de suas ações, ideias e valores, e sua relação com os saberes externos, enquanto grupo étnico. Pretende-se alcançar maior visibilidade, quanto à história, memória, tradição e costumes dos Kaingang na atualidade, e desse modo, contribuir para a valorização desse povo. Dentre as preocupações desse projeto destaca-se a compreensão sobre o modo como os Kaingang têm construído seus saberes e se reafirmado enquanto etnia, na busca por sua existência e continuidade, frente ao contato cada vez mais intenso com a população envolvente, buscando compreender a lógica própria da cultura Kaingang e os modos pelos quais essa comunidade foi capaz de empreender uma resistência que, mesmo diante das perdas irreparáveis, do ponto de vista cultural, que o contato com os não-índios e sua



cultura diferente acarretou, mantêm vivas as suas histórias, tradições, mitos, ritos, memórias e costumes nas práticas cotidianas, e que, na busca por sua existência e continuidade, transitam a alteram convenientemente, individual ou coletivamente, as categorias de mudança e permanência/ruptura e continuidade. Ou como afirmou Ribeiro (1982), permanecem inalteráveis em um aspecto: continuam a ser índios.

Palavras-chave: História oral; índios Kaingang; tradição.

Um retrato dos jogos romanos nos versos de Marcial

Thais Ap. Bassi Soares LEAM/PPH
Renata Lopes Biazotto Venturini LEAM/PPH
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Os espetáculos romanos estão presentes no imaginário popular. Todos os anos são lançados filmes, livros, documentários e séries sobre o assunto. Mas, para além da abordagem contemporânea, como se estabeleceu a relação entre os romanos e seus jogos? Esse trabalho, procura mostrar as considerações iniciais da pesquisa de mestrado, que faz uso da obra *Liber Spectaculorum*, publicada à época da inauguração do Anfiteatro Flávio, e, que traz em seus versos os personagens característicos dos espetáculos. Condenados, gladiadores, animais selvagens e seres mitológicos, povoam esse trabalho do poeta Marco Valério Marcial. A partir dos epigramas constrói-se uma discussão abordando não só os espetáculos, mas também os aspectos políticos e sociais da Dinastia Flávia e a condição do artista, que para sobreviver entregava-se ao clientelismo. Assim, os jogos podem ser vistos como um microcosmos do mundo romano. Nas arquibancadas, nas arenas e nos versos do poeta se encontram os elementos necessários para se estabelecer esse diálogo com a Antiga Roma.

Palavras-chave: Marcial; Principado; Jogos

Polêmicas historiográficas acerca da fundação da Ordem Militar de Santiago da Espada

Thais do Rosário (LEAM/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Resumo: Neste texto buscaremos apresentar a partir de uma pequena discussão bibliográfica algumas das teorias que trataram de datar o nascimento da Ordem de Santiago da Espada antes que os historiadores entrassem no consenso de que este fato tenha ocorrido no ano de 1170. Dois momentos marcantes na edificação de narrativas sobre o nascimento da Ordem foram os períodos entre os séculos XV e XVI, e o século XIX. Os séculos XV e XVI nos trazem principalmente narrativas que visavam legitimar interesses pessoais ou o poderio da Ordem através de sua antiguidade e relações com o apóstolo Santiago Maior. Já no século XIX, a historiografia é marcada por teses de arabistas que atribuem às Ordens militares do Ocidente influências islâmicas. E é somente com o revigoração do interesse pelos estudos de Ordens militares na Europa, a princípios da segunda metade do século XX, que começam a surgir estudiosos dispostos a problematizar esses trabalhos anteriores e essa datação demasiado antiga da fundação da Ordem. O fazem através da análise de documentos relativos à Ordem de Santiago provenientes principalmente dos conventos de Uclés e de São Marcos. Concorde-se, atualmente, que 1170 seja o ano de sua fundação, mas mesmo as teorias que consideram datas anteriores, elaboradas principalmente entre os séculos XV e XVI, a inserem na Reconquista, período que abrange desde o século VIII até o século XV, quando a Península Ibérica esteve

ocupada por muçulmanos. Durante esses séculos, os reinos peninsulares cristãos se encontravam em constantes conflitos com esses muçulmanos, além de lutarem entre si por expansão de seus territórios. A Ordem de Santiago surge somente no século XII - e é nesta centúria que surgem a maioria das Ordens militares hispânicas - em territórios leoneses para atender às necessidades do rei Fernando II que pretendia que esse grupo de cavaleiros defendesse as fronteiras do território estreito de muçulmanos e dos outros reinos cristãos. Inicialmente a milícia não era de caráter religioso, mas em 1171, através de um acordo realizado com o arcebispo de Santiago, recebem o nome do apóstolo e a partir deste acordo, passa a organizar-se para que seja reconhecida por Roma, o que ocorreu no ano de 1173. Para que se chegasse às informações supracitadas, foi preciso que muitos documentos usados para a construção das teorias fundacionais da Ordem de Santiago fossem estudados. Dois historiadores que se destacaram nesses estudos santiaguistas foram José Luis Martín e Derek Lomax, cujas primeiras investigações foram realizadas na década de 1960. Nas suas teses de doutoramento derivadas dessas pesquisas, podemos identificar como as arquitetaram e como desconstruíram algumas teorias anteriores. A partir desses trabalhos a historiografia santiaguista toma novos rumos e mesmo importantes historiadores, como o professor espanhol Eloy Benito Ruano, catedrático em História Medieval, que escreveram sobre a Ordem posteriormente não deixaram de toma-los em conta.

Palavras-chave: Reconquista; Ordem de Santiago; Historiografia.

Levantamento de fontes e revisão bibliográfica sobre a presença feminina e as zonas de baixo meretrício em Maringá (1940-1970).

Thais Larissa Campanholi
Faculdade Alvorada de Tecnologia e Educação de Maringá

Resumo: O presente trabalho, como parte de Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida junto à Faculdade Alvorada, busca realizar levantamento de fontes primárias em jornais das décadas de 1950-1970 e entrevistas orais sobre a presença das zonas de baixo meretrício na cidade de Maringá. Neste sentido, dialoga com outras pesquisas já realizadas, bem como amplia a discussão, ao apresentar e debater outros temas relacionados à participação das mulheres atuantes nas zonas de baixo meretrício no processo de formação do município de Maringá. Muitas destas mulheres têm seu passado e suas histórias excluídas da memória oficial da cidade. Além disso, faremos a revisão bibliográfica sobre o tema de História Regional, possibilidades de abordagem de fontes e outras pesquisas análogas ao tema. Nosso objetivo principal é levantar subsídios empíricos e teóricos que posteriormente serão objetos de detalhada análise em outros trabalhos. A perspectiva de História Regional não tem pressupostos fixos em uma única corrente historiográfica, pois o que age como algo valioso no se fazer história é poder seguir uma ideia sem se prender a um único padrão de raciocínio, ou até mesmo uma única fonte documental. Portanto será possível migrar entre as fontes, concretizando uma pesquisa mais concisa e a partir de diferentes perspectivas. Até o presente momento, foi realizado o levantamento de informações jornalísticas, até meados da década de 60, que constam com a aparição, mesmo que muitas vezes mascaradas, das zonas de baixo meretrício e das mulheres que atuavam por ali. A leitura da bibliografia vem sendo realizada juntamente as necessidades que surgem no decorrer da pesquisa, as entrevistas estão sendo estruturadas para posterior realização.

Palavras-chave: História; Mulheres; Maringá.



Análise perante os livros didáticos do ensino médio utilizados nas escolas públicas de Ivaiporã.

Thiago Caetano Custódio-UEM

Resumo: A apresentação traz algumas conclusões da minha pesquisa de iniciação científica, ainda em andamento, da qual analisei livros didáticos de História utilizados em escolas públicas da rede paranaense nos colégios de Ivaiporã buscando ver se eles abordam as culturas pré-hispânicas. Busquei verificar se as sociedades indígenas americanas, particularmente seus aspectos culturais, são abordados pelos livros de forma a contribuir para o desenvolvimento de competências necessárias para se construir uma consciência histórica. O caminho metodológico consiste em realizar uma análise diante os livros didáticos utilizados no ensino médio, pensando em ver qual abordagem eles utilizam, quais caminhos são seguidos, qual é a forma de organizar o capítulo específico. Minha análise compreendeu cada organização contida nos livros didáticos observamos aspectos dos quais retratam como eram as sociedades mesoamericanas, podemos verificar nos livros os resultados, ou seja, a situação da qual os livros didáticos estão organizados e são encontrados nas escolas públicas. Assim consegui fazer um balanço de vários livros coincidindo com a escolha de dois livros, que priorizam a questão cultural das civilizações pré-hispânicas, nestes livros vimos diferentes abordagens priorizando o estudo de cada civilização, por meio de um capítulo que torne o trabalho do professor fácil levando em conta a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: História; livros didáticos; Civilização Pré-Hispânica.

Elementos da religiosidade afro-brasileira presentes em Maria Bueno

Tônia Kio Fuzihara Piccoli (Autora)
Vanda Fortuna Serafim (Orientadora)
UEM/LERR (DHI)

Resumo: Este artigo está vinculado ao projeto de Iniciação Científica intitulado “Maria Bueno: um estudo de religiosidade no Paraná e suas interfaces”, estabelecendo uma continuidade com o projeto anterior “Maria Bueno: um estudo de religiosidade no Paraná”, iniciado em 2011, ambos frutos de estudos e pesquisas realizados no Laboratório de Religiões e Religiosidades (LERR). A santidade em Maria Bueno é o fio condutor deste estudo, uma vez, que é por meio dela que se ramificam outros elementos que dão suporte a problemática do estudo da História. Maria Bueno é uma santa de mil faces, ora feita a semelhança da Virgem Maria, ora como figura feminista ou mesmo como entidade afro-brasileira. Mas é possível uma mesma figura abrigar uma santa e uma Pombagira? Neste artigo pretendemos compreender tal apropriação e representação (CHARTIER, 2002). Se por um lado existe a linearidade em torno do nome, Maria Bueno, a historicidade é percebida nas rupturas, nas diferentes acepções e significações que ela assume.

Palavras-Chave: Pombagira; Maria Bueno; hibridismo.

A apreensão da santidade em Maria Bueno por meio do romance “Maria Bueno” de Sebastião Isidoro Pereira (1948)

Tônia Kio Fuzihara Piccoli (Autora)
Vanda Fortuna Serafim (Orientadora)
UEM/LERR (DHI)

Resumo: Este artigo apreende uma análise do romance *Maria Bueno* (1948) de Sebastião Isidoro Pereira, aqui tomado como fonte histórica, que contribuiu para moldar a aura de santa de Maria Bueno. Problematizar o livro de Pereira (1948) é importante por ter sido a primeira fonte impressa, mais abrangente, sobre Maria Bueno. E a primeira, também, que cita com riquezas de detalhes a figura de Maria Bueno como uma santa. Além disto, muito do imaginário criado em torno de Maria Bueno está presente nessa obra. Para elucidar tal análise utilizamos como aporte teórico Andréa Alvarenga de Lima, em *A saga de Maria Bueno: um retrato da alma de Curitiba* (2007), pois, segundo a autora a exploração e o desdobramento das imagens contidas nesse mito, falarão da alma de Curitiba, apontando para o conteúdo do inconsciente coletivo que se encontram intrínseco em cada indivíduo. Um entendimento psicológico da sociedade na qual estamos inseridos pode trazer uma valiosa contribuição para a compreensão da nossa psique individual.

Palavras-Chave: Santidade; religiosidade católica; Maria Bueno.

A literatura de Lima Barreto e o preconceito racial no início do século XX

Vanessa Kiara Rodrigues Milian
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo discutir a contribuição do escritor carioca Lima Barreto para o estudo da situação de grande parte da população pobre no início do século XX. Embora a cidade do Rio de Janeiro tenha sido o objeto central de suas obras, podemos estender a sua reflexão para a situação do país como um todo. Desta forma, encontrarmos na literatura de Barreto traços marcantes de seu posicionamento político e social diante das transformações sofridas pelo país na passagem do século XIX para o XX, principalmente no que se refere aos marginalizados do novo sistema político republicano. Seus romances, crônicas e contos denunciaram de diversas formas o preconceito sofridos pela população negra em diferentes esferas sociais, preconceito este que fora justificado e ratificado por diferentes políticas públicas: higienistas, sanitaristas e pelo movimento eugênico.

Palavras-chave: Lima Barreto; literatura; preconceito racial.

A MILITÂNCIA COMO SEDUÇÃO: OS CAMINHOS POLÍTICOS DE MANOEL JACINTO CORREIA

Verônica Karina Ipólito

Resumo: Este trabalho analisa a trajetória política do integrante do Partido Comunista do Brasil (PCB) Manoel Jacinto Correia entre os anos de 1940 e 1950. Para a pesquisa foram utilizados depoimentos de Manoel Jacinto, seus familiares e, de forma secundária, mas não menos importante, as declarações dos ex-militantes Hermógenes Lazier e Jacob Gorender. Tais evidências são significativas para refletir sobre a fidelidade ao comunismo manifestado na trajetória política de Manoel Jacinto e do reflexo de suas escolhas na vida de parentes e amigos. Sua adesão à militância comunista está imersa na crença do que Raoul Girardet denominou de “Idade de Ouro”, ou seja, na concepção de que por uma luta revolucionária chegaria o momento no qual os problemas e contradições entre as pessoas seriam equacionados, eliminando a cobiça, os conflitos e os desníveis sociais. A busca pela “Idade de ouro” exigia dedicação exclusiva e, por isso, se fez à custa do abandono familiar, discussões no interior do PCB e do desprezo de parte da sociedade que partilhava do pensamento conservador. Magoado e ressentido, sentindo-se injustiçado, Manoel Jacinto, mesmo assim, não pensou em abandonar o PCB entre os anos de 1940 e 1950. No estado do Paraná, tal período foi marcado pela intensa organização dos trabalhadores rurais (como foram os casos da Guerra de Porecatu, a Revolta do Sudoeste) e por uma luta política cotidiana nas cidades, sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra, do processo de legalização do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos. A atuação da polícia política neste período configura-se, ainda, pelo controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que signifique ameaça à ordem social estabelecida. A abordagem da pesquisa dará destaque, também, à cultura política, ressaltando o seu papel nas relações de poder, considerando os valores, tradições e cultura dos atores sociais envolvidos nas ações cotidianas ou partidárias no setentrião paranaense. No esforço de reconstituir a trajetória da militância comunista de Manoel Jacinto, foi possível compreender a dedicação da vida desse militante à crença numa causa: o fim da exploração capitalista e o esforço na construção de uma sociedade mais justa. A experiência deste revolucionário está ausente de glórias e reconhecimentos. Privações, mágoas, dúvidas, incertezas, ressentimentos, discussões, negligência e violência parecem caracterizar a realidade do militante comunista e seus familiares no norte paranaense, muito embora seja inegável que Manoel Jacinto personifique uma história de luta por transformações sociais e políticas.

Palavras-chave: Manoel Jacinto Correia; militância comunista; PCB-PR.

O MUNDO DE CABEÇA PARA BAIXO: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA CONTEMPORÂNEA SOBRE POMA DE AYALA

Vinicius Soares Lima
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Em 1615 o cronista peruano de ascendência completamente andina Felipe Guaman Poma de Ayala escrevia uma carta ao rei da Espanha Felipe III anunciando o envio de um manuscrito com mais de mil páginas sob o título de *Nueva corónica y buen gobierno*. Fonte da presente pesquisa, essa obra riquíssima é a única que se tem notícia de ter sido escrita pelo cronista. Seu texto inclui uma cosmogonia, as histórias antiga e medieval contadas sob um ponto de vista único, a história do império inca e uma descrição vasta dos mais variados aspectos do primeiro século do período colonial na América Hispânica,

sobretudo no Peru. Há graves críticas sobre a ação dos colonizadores espanhóis, embora a dureza do texto seja amenizada pelas belas ilustrações que enfeitam a obra do começo ao fim. Este trabalho fará uma descrição e breve análise do autor e da obra, com base na própria crônica e em descobertas recentes da historiografia, principalmente da linguista estadunidense Rolena Adorno, especializada no estudo do cronista andino.

Palavras-chave: Poma de Ayala; Peru colonial; Rolena Adorno.

UMA CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA VINCIANA

Viviane Oliveira
Terezinha Oliveira
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a concepção de ciência que está sendo proposto aos homens do século XV-XVI, a partir do *Tratado da Pintura* de Leonardo da Vinci (1452-1519). O pintor compreende o conhecimento a partir do entendimento da essência da natureza, a pintura se configura como instrumento de investigação científica e filosófica, que busca a totalidade das substâncias, resgatando assim a Universalidade do homem. Dentro dessa perspectiva percebemos na filosofia renascentista remanescentes do conhecimento medieval, comparando a educação proposta por Leonardo Da Vinci - que se tornaria molde da modernidade- com a empregada pela Escolástica ao longo dos séculos XII e XIII. O recorte temporal e geográfico se limita aos séculos XV e XVI, mais precisamente na Península Itálica. A metodologia utilizada é da História Social de Marc Bloch, ambientada na perspectiva de longa duração de Fernand Braudel. Nossa análise é fundamentada essencialmente em três autores: Giorgio Visari (2006), Marcos Malvezi (2004) e Fritjof Capra (2008), os quais nos dão base para afirmar que Leonardo Da Vinci foi um homem que marcou a história da humanidade. Não é atoa que manuais didáticos enumeram as múltiplas facetas de Leonardo: arquiteto, mecânico, pintor, balísta, hidráulico, entre outros. A ciência da renascença dilui o conhecimento cada vez mais nas especificidades, fazendo a universalidade das pesquisas de Leonardo da Vinci ser ainda mais 'poéticas'.

Palavras-chave: Leonardo da Vinci; Tratado da Pintura; Filosofia Medieval.

“O desafio do nosso tempo”: o ativista político sob a sombra do romancista: a atuação de E.M.Forster na imprensa britânica entre as décadas de 1920 e 1940

Wendell Ramos Maia
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: Nosso objetivo aqui é traçar um panorama dos resultados da pesquisa desenvolvida a respeito da atuação na imprensa e do pensamento político do escritor inglês Edward Morgan Foster (1879-1970). Trata-



se de uma pesquisa que pretendia não só trazer e apresentar a figura de E.M.Forster ao público brasileiro, que o conhece pouco, mas também compreender seu pensamento e seu posicionamento num momento específico, o entreguerras, para, com isso, tentar contribuir com o debate acerca da atuação da intelectualidade europeia nesse contexto. Na verdade, toda a pesquisa foi feita relacionando suas ideias, suas opiniões e seu posicionamento com o de outros intelectuais que atuaram em prol ou do fascismo ou do comunismo. Figuras como Robert Brasillach, Ezra Pound, Paul Nizan, André Gide, T.S.Eliot, Vladimir Nabokov, G.K.Chesterton, aparecem ao lado de E.M.Forster nessa empreitada e nos permitem, através da análise do material coletado (ensaios, artigos e transmissões radiofônicas), termos uma ideia do como a intelectualidade europeia se movimentou impulsionada por uma conjuntura marcada pelo radicalismo político.

Palavras-chave: E.M.Forster; intelectuais; radicalismo.

História e cinema: importância e metodologia para o uso do cinema com objeto de pesquisa historiográfica.

Willian Carlos Fassuci Larini
Faculdade Alvorada Maringá

Resumo: O presente trabalho, como parte de Projeto de Iniciação Científica realizado junto ao Departamento de Historia da Faculdade Alvorada de Maringá, tem como objetivo principal fazer o levantamento e análise bibliográfica sobre a relação entre cinema e História, indústria cultural e promoção ideológica. Nossa metodologia é teórica, com base em livros, artigos, dissertações e teses clássicas e recentes sobre o tema. Esta pesquisa ainda está em seu estagio inicial e consequentemente seus resultados ainda são parciais. Constatamos que é crescente no meio acadêmico, em especial em Programas de Pós-Graduação em História, a temática acerca da emissão, mediação e recepção de filmes, bem como os trabalhos metodológicos produzidos a partir da realidade brasileira, que tenha por objetivo responder tais questionamentos. Para uma boa utilização do filme como objeto de análise historiográfica, é preciso compreender e dominar as melhores formas para se “interrogar um filme”. Como parte posterior desta pesquisa, terá por objetivo analisar criticamente filmes voltados para a temática da História do Brasil Colonial e suas relações com a historiografia. Abordaremos assim, as formas variadas que diferentes filmes trabalham sobre o período colonial Brasileiro e suas relações com a metrópole portuguesa, seja de forma satírica, realista, reflexiva ou dramática.

Palavras-chave: cinema; história; ideologia.

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014

TEXTOS COMPLETOS

O modelo Taciteano da escrita da História

Adrielle Andrade Ceola

PIBIC-AF-IS/LEAM – UEM

Prof^a Dr^a Renata Lopes Biazotto Venturini

DHI/PPH/LEAM – UEM (Orientadora)

A concepção de História na antiguidade romana

A preocupação com a história é extremamente antiga, se considerarmos os desenhos rupestres, identificamos que desde então os homens se preocupam em deixar os acontecimentos de suas vidas grafadas. Isso se reflete, pois a história nem sempre foi escrita em prosa, ou trazia consigo os temas tidos como históricos, como exemplo, o caso de Homero, o qual alguns o consideram o primeiro historiador, todavia escrevia em versos, miscigenando conteúdos dos homens e dos deuses.

No entanto, a história que estamos habituados atualmente, teve suas origens também na Grécia, cujos preceptores são reconhecidos como Heródoto e Tucídides, estes por sua vez passaram a escrever a história no estilo em prosa, como no caso de Heródoto, e a abordar temáticas entendidas como pertinentes: política, guerra e etnografia, mais presente em Tucídides.

Assim, a história grafada na antiguidade grega, pelos historiadores por excelência, era escrita basicamente por aquilo que os eles vivenciavam. Em Roma, mesmo possuindo heranças gregas, a História se tornou mais geral, sendo constituída por diversos assuntos e os mais variados métodos de composição. Outro apontamento que podemos fazer acerca da história na antiguidade, é que nem sempre eram os historiadores que a compunham, pois era um gênero literário e não uma disciplina. Podemos exemplificar, demonstrando que os oradores também a utilizavam, como os renomados Cícero e Quintiliano, tanto para escrita, como para retórica, pois por mais que não fosse útil em recitações no fórum nesse momento, serviria para trazer informações reais dos fatos. Basicamente todas as composições na antiguidade eram para ser recitadas ao público. Portanto, a história também possuía a função de glorificar os feitos dos homens notáveis, bem como tinha a herança épica que deveria proporcionar prazer para quem escutasse ou lesse.

Outra vertente a respeito da escrita da história, adjetivada como história pessimista, pode ser conhecida por meio toma dos escritos de Tito Lívio, Salústio e Tácito, visto que os antigos se preocupavam

mais com o presente ou o passado recente do que o passado em si. Neste sentido, a história não buscava exaltar o presente satisfatório, mas sim, exaltava um passado glorioso. Nesse sentido, era composta não mais somente para glorificar grandes feitos ou homens honrosos, mas também, tinha um cunho jurídico, relacionado estritamente a política.

Quando estendemos essa discussão aos escritos de Tácito, o apresentamos como um historiador que se utiliza de uma estratégia de oratória e de pretensa imparcialidade a fim de delinear sua opinião, e ainda, inovar em questões temáticas, visto que o usual seria escrever a respeito da fundação de Roma. Nosso autor irá descrever sobre governos que proporcionavam a falsa sensação de liberdade, recheada de adulação em um período perigoso. Pelo fato de historiar sobre um passado recente ele tem consciência e se aflige com os riscos que corre, por ainda poder existir simpatizantes vivos desses tiranos.

Os escritos de Tácito devem ser relacionados diretamente ao seu contexto de homem político, unindo-se de maneira tímida ou explícita, ao principado romano. Ao escrever a respeito do ofício do historiador admite não ser possível se desvincular do *Imperium*, palavra essa que designa tanto as extensões territoriais de Roma, bem como o poder de quem o detivesse.

O Modelo Taciteano

Públio Cornélio Tácito foi um homem político atuante, pertencente à aristocracia romana. Todavia, as informações a respeito de sua vida são precárias, com isso, acredita-se que tenha nascido por volta de 56 d. C. na província da Gália, ou ao norte da província itálica e sua morte é aceita por volta de 120 d. C. provavelmente em Roma. Suas origens são da ordem equestre, cuja informação é proveniente de Plínio, o velho, visto que ele escreve a respeito de um cavaleiro Cornélio Tácito, procurador da Gália Bélgica, o qual crê-se que foi um antepassado do Cornélio Tácito que estamos estudando. Nesse sentido, com família rica e romanizada, acredita-se que sua entrada na carreira pública tenha sido maleável, percorrendo uma satisfatória *cursus honorum*.

Contudo, todos os fatos conhecidos por ele são originários de 11 cartas escritas por seu amigo Plínio, o jovem e por algumas inscrições incertas encontradas na cidade de Mylasia, no sudoeste da Ásia, logo, mais informações a seu respeito não sobreviveram, deixando uma imensa obscuridade sobre si. Para legitimar podemos encontrar a seguinte afirmação sobre tal

De Cornélio Tácito ignoram-se o *praenomen*, a pátria, as datas de nascimento e da morte; e continua ainda a discutir-se acerca da autenticidade da primeira obra a ele atribuída. (PARATTORE, 1983 p. 721)

Sendo assim, iniciou sua carreira como Tribuno militar e advogado ainda muito jovem, se destacando por uma boa execução da oratória. Nesse sentido, alguns estudos, ao analisarem seu estilo, apontam que ele pode ter sido discípulo do orador *Marcus Fabius Quintilianus*, romano este que foi o primeiro professor pago oficialmente para ensinar em Roma, passava seus conhecimentos sobre retórica e oratória para homens notáveis, como exemplo, Plínio, o moço, ocupando cerca de vinte anos a cátedra de eloquência latina criada por Vespasiano.

Dessa forma, Tácito ao se casar com a filha de Cn. Júlio Agrícola, com a influência recebida de seu sogro, então senador, e também por seus talentos, começou a avançar nas magistraturas, com isso no ano de 79 d. C., antes da morte de Vespasiano ele alcançou a questura, exercendo o cargo até o reinado de Tito, no ano de 88 d. C., sob Domiciano, ele atingiu a pretura. Em seguida, já no ano de 89 d. C., foi designado para cargos fora de Roma, nas províncias norte - ocidentais, provavelmente na Germânia. Assim, no ano de 97 d. C., entre os governos de Nerva e Trajano, retorna a Roma e assume o consulado e o proconsulado, e por fim, no ano de 112 d.C, ainda no *imperium* de Trajano, ele atinge o posto de governador da província da Ásia.

Porém, Tácito não foi somente um político atuante como também dedicou seu tempo para a escrita, abordando os mais diversos estilos e assuntos, tanto que Arnaldo Momigliano (2004) menciona que o pensador foi um dos mais experimentais na antiguidade, mesmo não aprofundando seus temas mais ousados. Com isso, as obras sobreviventes que levam sua autoria são: *Diálogo de Oradores, Germânia, Vida de Júlio Agrícola, Histórias e Anais*. Obras essas, demonstram claramente os acontecimentos aos quais ele vivenciou, como: a decadência e a falta de sentido de falar bem no fórum, devido ao grande poder atribuído aos imperadores e a adulação por parte dos magistrados; a descrição a respeito da vida dos povos conhecidos como bárbaros, mas que representavam uma grande ameaça a Roma por possuírem uma organização não tão primitiva; uma obra funerária para homenagear seu sogro e fazer denúncias às falhas e traições políticas; e enfim denunciar os maus imperadores decretando a imparcialidade, a fim de mostrar como o Império proporcionava a sensação de liberdade quando na verdade a retirava quase que por completo.

A respeito dessas obras, encontramos o seguinte elogio

Essas obras mostram-nos que Tácito foi um dos maiores historiadores, com um discernimento penetrante dos aspectos característicos e das grandes questões do período, e um talento inigualável para uma apresentação vívida e incisa dos fatos. Entretanto, a imparcialidade que ele pretendia ter, foi prejudicada por uma forte predisposição contra o caráter opressivo do sistema imperial, e Tácito dá ênfase maior ao seu lado mau em detrimento do bom. (HARVEY, 1998, p. 475 – 476)

Histórias, obra selecionada para nosso estudo, foi escrita durante os anos de 104 a 109 d. C., composta originalmente por doze volumes, no entanto sobreviventes cinco livros incompletos, realizada no *Imperium* de Trajano, percorrendo os fatos políticos e militares correspondentes aos anos de 68 a 96 d. C. Tácito inicia fazendo uma narrativa da guerra civil que ocorria, criticando de maneira direta, a falsa sensação de liberdade que o Império proporcionava. Segundo Paul Harvey

A crônica desses reinados é em geral melancólica e deprimente, e embora Tácito dê o testemunho aqui e ali quanto a eficiência da administração civil do império, a ênfase parece ser posta principalmente nos crimes, na adulação, nas delações e na opressão, marcantes nesse período em Roma. (HARVEY, 1998, p.36)

Momigliano (2004) ainda nos apresenta a seguinte informação a respeito das *Histórias*

O que possuímos das *Historiae* é um quadro de uma guerra civil em que os líderes não são mais e talvez até menos importantes do que a multidão – soldados provinciais, plebe romana. Nos *Annales*, a perspectiva muda. As personalidades do imperador e de suas mulheres, e de alguns poucos generais e filósofos dominam o cenário. (MOMIGLIANO, 2004, p.163)

Assim, Tácito foi considerado um historiador por excelência em sua época, e durante muito tempo na posteridade. Além do fato de ele narrar os ocorridos políticos e militares, tidos como o teor verdadeiro da história, tinha um discernimento agradável, com leitura acessível e prazerosa. Podemos ainda mencionar que a história passou a ser subjetiva a partir da Grécia, onde Heródoto, “pai da História”, é originário, bem como outro expoente historiador é proveniente, Tucídides, os quais abriram a vertente da história política e militar, que influenciou uma parte considerável dos historiadores posteriores. Vale mencionar, que Tácito não seguiu a vertente judaico-cristã, que embora tenha um forte caráter moralista, os personagens escolhidos e a maneira de relatá-los eram incompatíveis ao contexto sociopolítico taciteano.

Momigliano (2008) afirma que depois da descoberta dos *Anais*, Tácito marcou a trajetória da história até mesmo na contemporaneidade. Seus estudiosos mais sérios começaram por volta de 1500, no entanto, eles mais parafraseavam seus escritos do que empreendiam realmente um estudo crítico. Contudo, no decorrer do desenvolvimento de novos métodos da história, e a corrente positivista ser superada, fizeram com que as obras taciteanas fossem questionadas e não serem levadas ao sentido literal.

Joly (2004) entende que as obras de Tácito se ligam perfeitamente a História do direito, pois tem muito sentido jurídico, da mesma forma que expressa à história dos fatos de maneira negativa, priorizando somente os fatos indignos. Mas, os escritos são esteticamente bem feitos, como a dos oradores, suas composições tiveram por finalidade trazer mais prazer a quem as escutasse ou aos seus leitores, do que

trazer informações históricas efetivamente. Assim, nos escritos taciteanos, é possível encontrar trechos poéticos e paráfrases de Salústio e Virgílio, o que demonstra que recorre aos literatos para extrair as informações históricas do que outras fontes possíveis para a época. Porém, não podemos limitar as obras de Tácito como meramente estéticas, pois temos que levar em conta seu contexto, de homem novo, atuante na vida pública

[...] Admitir que o público leitor de Tácito estivesse imbuído de uma cultura retórica, não implica que julgasse seus escritos por meio de viés exclusivamente formal ou procurasse neles mera fruição estética. Esse é apenas um aspecto a ser analisado, que deve ser complementado com uma discussão sobre as relações entre a posição social do escritor, a configuração de sua obra e seu respectivo público. É nesse contexto mais amplo que deve ser compreendida a retórica da obra taciteana. (JOLY, 2004, p. 51)

Dessa forma, Auerbach (2004) contradiz essa colocação, pois ele classifica o estilo de Tácito, como uma interpretação própria de suas fontes, não o desdém para com a verdade e desejo único de motivar o prazer, ele ainda defende que Tácito é um verdadeiro especialista na arte de escrever “em cujas mãos as coisas se tornam penetrantes e vivas” (AUERBACH, 2004, p. 31). Ele acrescenta que o estudioso moderno, faria um trabalho semelhante ao historiador da Gália, pois

[Tácito] vê-se na necessidade de reorganizar totalmente o material que os historiadores antigos lhe oferecem, complementando-o por meio de inscrições descobertas arqueológicas e toda espécie de testemunhos mediatos, para poder utilizar a sua maneira de ver as coisas. (AUERBACH, 2004, p. 31)

A maneira de “ver as coisas” em Tácito traduz um olhar aristocrático e conservador, mesmo quando ele atribui voz aos populares, é de maneira tão sofisticada que eles próprios possivelmente não o compreenderiam, e não tão raro, quando ele transcreve um levante popular, como é citado um soldado em *Anais*, por mais que o discurso seja sofisticado e emocionante, seu objetivo era expressar que o mau governo não tinha controle sobre a plebe, deixando claro para quem entende previamente seu contexto, a mensagem moralista imbuída.

Auerbach (2004) prossegue não excluindo de Tácito esse caráter retórico

Tácito é um mestre, e os seus discursos não são mera ostentação, mas estão totalmente carregados do caráter e da situação do homem que é representado a discursar; mas também, eles são, antes de tudo, retórica. (2004, p. 34)

Para François Hartog (2003) os romanos eram gregos autênticos na visão de alguns pensadores da antiguidade, como exemplo Dionísio de Helicarnasso. Este por sua vez, defendia que os romanos não eram e

nunca foram bárbaros, pois suas origens eram helênicas, e se esforçou para legitimar que os romanos haviam preservados o que os gregos possuíam de melhor.

Embora muitos autores buscassem a escrita de uma história total de Roma, Tácito sai desse padrão. Como ele afirma “[...] *Os oitocentos e vinte anos que decorreram desde a fundação de Roma, foram narrados por muitos escritores com igual eloquência e franqueza.*” (*Tác. Hist. I: I*). Embora Joly (2004) defenda que toda a introdução de sua obra seja escrita para fins meramente retóricos, todavia, os efeitos ornamentais de seus escritos demonstram uma herança de Homero, que pode ser considerado um dos primeiros a se preocupar em escrever a história, mesmo misturando o divino e o humano. Outro aspecto que não devemos excluir que essa escolha por sua parte se liga, de certa forma, com a metodologia de Tucídides, que defendia que a história segura, vinha de narração de acontecimentos presenciados por quem escreve, ou por testemunhas confiáveis.

É interessante dizer, que as primeiras partes das *Histórias* se mostram como as mais informativas a respeito de seu estilo e informações a seu respeito, visto que as demais se debruçam em descrever os acontecimentos dos acontecimentos governamentais e militares correspondendo aos imperadores selecionados. Outra preocupação expressa por Tácito foi a corrupção que alguns pensadores sofreram para atingir o prestígio do Imperador

Mas, depois da batalha do Actium, quando no interesse da paz, foi preciso dar todo o poder a um só, os grandes espíritos faltaram e a verdade foi deturpada diversos motivos: primeiro, por ignorância dos negócios do Estado que havia se tornado estranho aos cidadãos; depois pela paixão de lisonjear e algumas vezes, pelo ódio votado a tirania. Hostil ao poder ou escravo dele, ninguém pensava na posteridade. Deve desconfiar do escritor que louva e ouve-se o que ataca e censura, porque a lisonja esta manchada de servidão e a maledicência tem um falso ar de independência. (*Tác. Hist. I: I*)

A partir dessa colocação fica claro a denúncia constante que o autor faz em relação ao poder imperial e a tirania em decorrência, a falsa sensação de liberdade provocada por esse poder, onde todos não passavam de servos dos tiranos. No entanto, ainda na introdução, embora possa ser outra estratégia de oratória, ele afirma que escreve “sem amor e sem ódio” dos imperadores que irá descrever, pois foi com alguns deles mesmos que ele consagrou sua carreira de honras.

Não obstante, a imparcialidade defendida não existe de fato, pois antes de adentrar na descrição dos períodos propostos, ele alerta que o tempo que ele se debruçou a escrever, é um período de fertilidade somente em desastres, que até mesmo quando se pensava em paz, as atrocidades estavam presentes, e isso era legitimado com os presságios dos deuses, pois eles não estavam ocupados em vigiar e assegurar os

homens, e seus desgostos com os vícios eram proferidos por raios, tempestades. Por outro lado, os elogios não estão totalmente ausentes, mas são discretos e se direcionam aos anônimos, pois ele menciona “esposas” virtuosas, “mães” afetuosas, “maridos” e “pais” honrados e bravos.

Em seguida, ele inicia a narração a respeito das disposições do Império, mencionando que após a morte de Nero, houve um vácuo no poder, pois não havia uma pré-determinação de quem seria o próximo *princeps*, e os presságios, assim como o senado, não tinham uma opção. Dessa forma, ele afirma que alguns homens estavam desejosos do cargo, porém, foi a escolha dos exércitos o fator determinante, que optou por um homem de idade avançada, mas honesto e excelente militar, Sérvio Sulpício Galba, o primeiro a ser escolhido fora de Roma

Um segredo de Estado acaba de ser revelado: o imperador podia ser eleito fora de Roma. Alegre, o senado recuperou logo sua independência, com tanto mais ousadia, visto que o príncipe estava longe e o seu poder era recente. Os homens mais eminentes da ordem equestre não estavam menos satisfeitos. A parte sã do povo, que tinha relações de interesse com as grandes famílias, os clientes, os libertos e os proscritos esperavam e retomavam a coragem. Mas, a plebe sórdida que frequenta o circo e os teatros e com elas os escravos infames, aqueles que viviam do opróbrio de Nero, estavam tristes e prestavam ouvidos a todos os boatos. (*Tác. Hist. I: IV*)

Nessa passagem, podemos identificar uma esperança que Roma ascendeu frente a nova figura, pois a situação que Nero havia deixado, era de quase extrema calamidade e desvirtuação de homens até mesmo respeitáveis, assim como uma tirania excessiva.

Vale demarcar que é justamente a introdução de seu trabalho que o autor deixa expresso sua metodologia e suas ideias de maneira satisfatória, no restante terá fôlego em descrever a situação de Roma. Nesse sentido, para Galba, embora elogie de maneira atenuada como homem honesto e bom cidadão, sempre justificará seu insucesso pelo fato de ser pouco provido de vocação para o governo, pois fora o fato de ter a idade avançada e uma severidade extrema, fez a escolha que desagradou a todos para seu sucessor ao posto de *princeps*. Já Otão, Tácito não reserva o menor elogio possível, visto que além de companheiro e simpatizante de Nero, sendo seu companheiro de folguedo, era afeminado e desejoso somente de poder, não de um bom governo e melhoria em Roma, sendo desmascarado já no episódio da conspiração com os pretorianos de Galba, que teve um assassinato violento. A última figura descrita na primeira parte da obra trata-se de Vitélio, esse a princípio é tratado como poderoso e influente, tendo forças suficientes para derrotar Otão, porém era opulento, guloso, desejoso de poder, e assim como o anterior, não possuía o menor interesse em devolver a *libertas* para os romanos, e por esse motivo foi amplamente criticado por Tácito. E

assim, a primeira parte da obra, finda-se demonstrando o grande poder que Vespasiano vinha recebendo pela liderança nas guerras civis do Oriente, e como Vitélio, por sua incapacidade foi perdendo poder para tal homem.

Dessa maneira, relacionando o contexto de Tácito, que foi um aristocrata e homem político de seu período, percebemos uma grande influência da moralidade e ideal de cidadão permeando por entre suas obras. No entanto, isso é um fato usual, visto que era honroso possuir a cidadania romana durante o Alto Império (datação aproximada de I a. C. até III d. C.), principalmente para aqueles pertencentes às províncias, como no caso de Tácito, de origem equestre. Geralmente essa aristocracia provinciana se considerava mais romana do que a plebe existente em Roma.

Dentre isso, ser cidadão romano era bem mais do que um simples direito no campo político, era uma verdadeira conquista com amplitudes complexas, como o excerto nos demonstra

Em suma, o cidadão é, pela própria natureza das coisas, um soldado que pode ser mobilizado, um contribuinte, um eleitor e eventualmente também um candidato a determinadas funções. Na realidade estes três aspectos da sua natureza estão intimamente ligados e o recurso a eles por parte da coletividade, ainda que apenas periódico, mantém-se virtual em todos os momentos. (NICOLET, 1992 p. 26)

Com isso, ao analisarmos Cornélio Tácito, podemos enquadrá-lo como um *humanitas*, palavra essa com correspondência grega *philantropia*, que tem sentido semelhante a homem justo e refinado, no caso romano, homem “não bárbaro”, ou seja, homem romano ou os provincianos antes estrangeiros, mas que se refinaram como um verdadeiro romano. Tácito, na *Germânia* e em outras obras, exemplifica bem o caso, quando retrata àqueles que se refinam para viver em “civilização” e aqueles que lutam para continuarem “bárbaros”. É importante apontar aqui, a grande influência grega, pois a Grécia era muito mais fechada para concessões de cidadania do que Roma.

Em suma, Tácito sendo um homem respeitável em seu tempo, suas narrativas estavam recheadas de moralismo, e escreveu de maneira melancólica quando comparado aos demais de sua época, pois por mais que tenha decretado a imparcialidade deu ênfase à tirania excessiva dos imperadores, em detrimento aos feitos honrosos. Essa visão negativa taciteana, não abrange somente os governantes, mas aos demais mencionados, pois ele denuncia constantemente as adulações e trocas de favores.

Bibliografia



Fonte Impressa:

TÁCITO, Públio Cornélio. **Historias**. Trad. de José Maria Requejo Prieto. Madri: Ediciones Clásicas, 1997. (Volume único).

Referências:

- AUERBACH, Erich. **Mimeses: a representação da realidade na literatura Ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CORASSIN, Maria Luiza. **Sociedade e Política na Roma Antiga**. São Paulo: Atual, 2001.
- FINLEY, Moses. **História antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GRIMAL, Pierre. **Os Erros da Liberdade**. Campinas: Papyrus, 1990.
- HARTOG, François. **A História de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- HARTOG, François. **Os antigos: o passado e o presente**. Brasília: Editora UnB, 2003.
- HARVEY, Paul. **Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.
- HUGHES-WARRINGTON, Marnie. **50 grandes pensadores da história**. São Paulo: Contexto, 2002.
- JOLY, Fábio Duarte. **Tácito e a Metáfora da escravidão**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a Tradição Taciteana. In: _____ **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. São Paulo: EDUSC, 2004. Páginas: 157 – 185.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. História e Biografia. In: FINLEY, Mosés (org.). **O legado da Grécia: uma nova avaliação**. Brasília: Editora da UnB, 1998. Pág. 181 – 210.
- NICOLET, Claude. O Cidadão e o Político. In: GIARDINA, Andrea (org.). **O Homem Romano**. Lisboa: Presença, 1992. Páginas: 19 – 48
- PARATORE, Ettore. Tácito. In: _____ **História da Literatura Latina**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1983. Páginas: 721 – 745.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha. **Estudos de História da Cultura Clássica (vol.II)**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1984.

O RENASCIMENTO DA HISTÓRIA? UMA ANÁLISE DA OBRA DE LEONARDO BRUNI (1370-1444)

Alessandro Arzani
UFRGS-Capes

Introdução

O século XXI conta com uma biblioteca vasta de “histórias”. Nesta biblioteca da história acumulada por todos esses anos, podemos encontrar inúmeras formas de escrever sobre o que se foi ou o que ficou no tempo. Devido à variedade das formas narrativas que encontramos, é pertinente indagar inclusive sobre uma própria história da escrita da história, com seus diversos estilos, preferências e traços socioculturais. Mas estamos certos de que nossa leitura se depara com o produto de outras leituras, pois todo historiador também é um leitor e a história em certo sentido é uma leitura de vestígios do passado.

Como observou Carlo Ginzburg (1989, p. 152),

talvez a própria ideia de narração tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas [...] O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos.

Era preciso ler os sinais deixados pela futura presa, criando as condições para se estabelecer a ligação entre um antes e um depois, de onde veio a caça e para onde ela foi. O saber histórico constitui-se também como uma narrativa sobre feitos passados, amparada no uso controlado dos rastros deixados no tempo (NICOLAZZI, 2013, p. 66). Na prática do historiador,

a leitura da história aparece como uma condição prévia para a escrita, por meio da qual é efetivada não apenas uma revisão da bibliografia existente, mas uma sistematização classificatória das espécies de história possíveis de serem mobilizadas pelos historiadores (NICOLAZZI, 2013, p. 74).

Desse modo, a produção da escrita da história está especialmente entrelaçada às urdiduras da cultura. A história reflete a si mesma dentro de uma dinâmica cultural, de tal modo que podemos inquirir acerca de uma própria história cultural das narrativas históricas. Segundo Roger Chartier (1990, p. 16), “a história cultura, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e

momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Assim, é preciso considerar que a história que é oferecida ao leitor carrega marcas particulares que são dadas à leitura.

Pouco antes da invenção da imprensa, a obra do italiano Leonardo Bruni (1370-1444) apresentaria no contexto do Renascimento florentino uma releitura dos clássicos e um novo modo de escrever a história. A obra de Bruni tornou-se um marco por apresentar uma perspectiva distinta da escrita da história mais comum em sua época. Acima de tudo, a história apresentada por Bruni reflete a busca renascentista por traduzir as leituras do mundo para o mundo moderno³ florentino.

A dimensão das transformações na escrita da história a partir da obra de Bruni ainda é avaliada pelos pesquisadores e será o principal objeto desta discussão. Para isso é preciso seguir uma busca indiciária pelas características particulares, o modo de escrever, a comparação com os padrões de escrita de sua época (PETRUCCI, 2002, p. VI)⁴.

II

O período convencionalmente chamado de *Renascimento* (séc. XIV – XVI) é reconhecido como um momento de grandes transformações culturais na Europa. Florença é o epicentro desse processo que muda a história e Leonardo Bruni, ao escrever a história de Florença, muda o modo de escrever a história.

Nascido em Arezzo (c. 1369), Leonardo Bruni se mudou para a cidade de Florença, após se livrar de um sequestro orquestrado pelo grupo político dos guibelinos, que tradicionalmente se opunham aos guelfos na Itália. Florença passava por um período de prosperidade econômica e o interesse pela literatura e pelas artes já se podia notar. Bruni estudou Direito e mais tarde, sob a proteção de Salutato e a influência do constantinopolitano Chrysoloras, passou a dedicar-se ao estudo dos clássicos.

No período escolástico-universitário (XII-XIV séculos) a produção literária passou a ser determinada pelas livrarias de mercado e era desenvolvida essencialmente por escribas laicos, precedendo às lojas dos livreiros e das papelarias no centro da cidade. Neste período o alfabetismo também avança. A elite ou a burguesia elevada se aprofunda no conhecimento do latim e os círculos humanistas passam a expandir o conhecimento do grego (PETRUCCI, 2002, p. 7).

³ Bruni cunha o termo “moderno” para se referir ao seu próprio tempo, como sinônimo de avanços em relação às épocas anteriores.

⁴ Petrucci (2002, pp. VI-VII) sugere algumas questões fundamentais: Que? Quando? Onde? Como? Quem o executou? Por que aquele texto foi escrito?

Não há nenhuma evidência de que Bruni pertencesse a uma família demasiadamente rica, mas seu letramento e suas amizades lhe proporcionaram uma carreira pública. Em 1405 conseguiu com a ajuda de seu amigo Poggio um posto de secretário apostólico sob o Papa Inocêncio VII. Por vários anos permaneceu em Roma auxiliando também aos papas Gregório XII e Alexandre V. Em 1410, foi eleito *Chancellor* da República de Florença, mas rejeitou o ofício depois de poucos meses, retornando a corte papal como secretário de João XXIII, a quem acompanhou no Concílio de Constança. Em 1415, Bruni retorna a Florença, onde passou o resto de seus dias até 1444. Ele dedicou boa parte de sua vida ao estudo dos clássicos e a escrita. Produziu biografias de Dante e Petrarca, assim como importantes traduções de Aristóteles, Platão, Plutarco, Demóstenes, etc. Como reconhecimento pelo seu *Historiarum Florentini populi libri XII*, recebeu o favor dos Medici e foi restabelecido ao cargo de *chancellor* do Estado, onde permaneceu até o fim de sua vida (BURKE, 1908).

Sua *História do povo florentino* chama a atenção hoje por suas características particulares. Nela ele reconstrói a história do povo da região da Toscana desde a fundação de Florença, pelos romanos, até o século XIII, exaltando os “valores republicanos”. Seu estilo não passou despercebido devido aos contrastes com a escrita da história daquele período.

Durante o último século preponderou a discussão acerca da relação entre o Medievo e o Renascimento. Jocab Burckhardt (1955) sustentou a tese de que o Renascimento representava uma ruptura com o mundo precedente. Por outro lado, Konrad Burdach (1935) não notava nenhuma ruptura abrupta entre os dois períodos e destacou que para se falar de Renascimento era preciso retroceder ao ano 1000. Semelhantemente instauram-se indagações sobre rupturas e continuidades no estilo historiográfico de Leonardo Bruni.

Burckhardt (1955) viu a historiografia de Bruni mais como um regresso do que como um “progresso” e não escondeu sua preferência pelo estilo de cronistas como Giovanni Villani (1276-1348). “Regresso” que Edmund Fryde (1983) interpretou como uma revisitação à historiografia clássica. Para Bernard Guenée (1973, pp. 997-1016), Bruni foi o último historiador medieval; para Emilio Santini (1910, pp. 3-173), por outro lado, ele foi o primeiro dos historiadores modernos.

Um dos primeiros a reconsiderar a *História do povo florentino* foi o medievalista Gaetano Salvemini (1873-1957). Em um dos seus antigos trabalhos – *Magnati e popolani in Firenze dal 1280-1295* (Florença, 1899) – Salvemini faz uma menção especial de Bruni, louvando-o por ter estabelecido uma acurada imagem das instituições florentinas medievais. Salvemini explicou também os itens dessa reavaliação: ele demonstra

a forma apurada como Bruni procede e sua afinidade com os métodos conhecidos pela historiografia moderna⁵. Ele definitivamente não via Bruni como um escritor comum e seu julgamento influenciou decisivamente a inclusão da *História* de Bruni na nova edição do *Rerum italicarum scriptores*, cujo editor foi Emilio Santini.

Santini pensa, na verdade, como se estivesse lidando com um trabalho do século XIX. Ele viu Bruni como alguém que tinha a tarefa de corrigir narrativas anteriores sujeitando-as à crítica da fonte. Como analisou Anna Maria Cabrini (1990, pp. 248-249 apud IANZITI, 1997, p. 89), Santini parece ter ido longe demais ao tentar ler “modernidade” nos métodos de Bruni. A análise de Cabrini desvendou aspectos retóricos e ideológicos da *História* de Bruni que buscam, por meio de manipulação de dados, empurrar sua própria agenda pessoal e política. E isso o afasta da imagem sacralizada pintada por Santini.

Segundo Ianziti (1997), no entanto, o fator que mais explica essa imagem de “primeiro historiador moderno” foi sua incorporação à tese de “humanismo cívico” de Hans Baron (FUBINI, 1992, pp. 541-574). Baron (1955, pp. 51-54, 465) aceita por completo a versão de Santini sobre Bruni como um desinteressado buscador da verdade. Os métodos críticos de Bruni são considerados um subproduto do que ele dizia ser a defesa de valores republicanos de Florença. Baron (1988, 1,44) argumenta que historiadores de outras cidades da Itália também foram comissionados a articular uma propaganda oficial, e florentinos como Bruni teriam começado a trabalhar fora de um desejo pessoal e um sentimento patriota.

Em síntese, há uma tendência em destacar como evidências da “modernidade” a metodologia crítica, a extinção do anacronismo, o estabelecimento de uma adequada distância entre o presente e o passado, preocupação com autenticidade, atitude secularizada diante das causas e o fator humano da história, enfatizando noções como origem nacional, liberdade, anatomia anti-imperial e outros paradigmas como uso próprio de fontes e documentação, cultivo da objetividade histórica em vez de uma explicação transcendental (GREEN, 1972. pp. 6-7).

Segundo John O. Ward (1997, p. 105), a perspectiva comum do período Medieval faz com que historiadores insistam sobre a modernidade destes aspectos da historiografia, devido ao vício da excessiva distinção entre padrão Medieval e renascença da escrita da história. Desse modo, é necessário atentar para as propriedades do modelo de escrita da história no período medieval para se aprender sobre o caráter da obra de Leonardo Bruni.

⁵ Historiografia a partir do século XIX.

A escrita da história na Idade Média circulava essencialmente em torno de “gêneros” como anais, crônicas e história. Bernard Guenee (1973) faz uma análise das propriedades da “escrita histórica” representada nos textos classificados como história, anais e crônicas na Idade Média e aponta que a compreensão medieval da diferença entre ‘história’ e ‘anais-crônicas’ foi de apenas um grau: cronistas seguiam séries anuais, enquanto historiadores, sendo relativamente livres da tirania do anual, reagrupavam suas análises de fatos por reinos, assuntos, materiais consanguíneos. Guenée (1973. p. 1009) considerou ainda que na Idade Média não houve nenhum avanço em direção à crítica das causas, pois a história era uma disciplina marginal. Historiadores eram figuras menores, monges retirados do mundo, homens obscuros, desajeitados, medíocres: história era uma profissão marginalizada. Mas apenas no Renascimento italiano a renovação da antiga noção de orador como historiador suplantou o império da narrativa cronológica.

Segundo John Ward (1997. pp. 112,115) os historiadores medievais moviam-se livremente entre passado e presente, costurando sua mensagem para suas audiências com considerável aprumo. Eles insistiam sobre toda sorte de causalidade, mas principalmente de acordo como sentido apropriado aos requisitos das comunidades que eles se dirigiam; com os humanistas os padrões críticos derivados de uma prática profissional progressiva ganham força e a história vem a ser autônoma, construída como disciplina, com reduzidas referências aos parâmetros externos.

Inglaterra, França e Alemanha foram três regiões que poderiam reivindicar durante a Idade Média um espaço especial na transmissão dos deveres dos monarcas cristãos e da ideia de sucessão imperial que constituiu a essência da civilização como foi compreendida no tempo. Nessas regiões, historiadores eclesiásticos trabalharam para dotar o passado de significado. Por outro lado na Espanha e na Itália historiadores trabalharam em um nível mais local e que se teria dificuldade para encontrar lá alguém como Gergory de Tours, Beda, William de Malmesbury, Otto de Freising, Matthew Paris, Froissart e outros (WARD, 1997).

Louis Green (1972) vê Otto de Freising e Giovanni Villani como suficientes polos contrastantes para a mudança da visão de mundo medieval para a “moderna” e considera que o fato de todas as crônicas medievais tomarem por certo que o julgamento de Deus se manifestar na história ser suficiente e definitivo para a historiografia medieval, e apenas em um sentido muito específico para os primeiros cronistas modernos.

A pluralidade de estilos e a amplitude do período tornam difícil definir apresentar de modo sucinto o que foi a historiografia medieval. Segundo Ward (1997, p. 123), a mais indicativa qualidade da

historiografia medieval é o esforço profético, melhor exemplificado pelo pensamento de Joaquim de Fiore. Os oito livros das *Chronica* de Otto foram devotados ao futuro e ao fim do mundo. É o desejo de desenvolver uma visão da história que incluía o futuro que coloca a historiografia medieval aparte. Em Joaquim, encontra-se a plena fruição da crença medieval na verdade absoluta que não é manifestada na narrativa histórica bruta. É a verdade fundada nas crenças cristãs que requer consumada arte e habilidade para deduzir de sua primária manifestação.

Mas em certo momento outro padrão de interpretação e construção da história passa a ser apresentado, ainda que seja repleto de elementos e técnicas conhecidas no mundo medieval. Neste cenário desponta a obra de Leonardo Bruni. Quanto à reviravolta da história em questão no *Quattrocento*, Riccardo Fubini (1980 apud IANZITI, 1997, p. 93) apontou que o abismo entre o primeiro livro de Bruni e o estoque popular de lendas herdadas pelos cronistas medievais de Florença não deveria ser visto como o resultado de “repentina iluminação do espírito crítico”. As bases dessas transformações estão estabelecidas no contexto anterior de retorno ao estudo dos clássicos e de uma depressão eclesiástica notada nas crônicas italianas especialmente em torno do pontificado de Clemente V (1304-1315) (MENACHE, 2006).

O exame crítico de Bruni e sua reformulação da história sobre as bases dos vestígios literário e arqueológico sobreviventes têm impressionado compreensivelmente tanto quanto os exemplos clássicos do criticismo histórico humanista em seu trabalho. Gene Brucker (1977) caracterizou o trabalho de Bruni como a passagem de valores corporativos dos últimos *comuni* medievais para mais individuais; atitudes políticas profissionalizadas em associação à emergência do Estado Territorial Florentino. De acordo com Brucker uma série de eventos do século XIV, incluindo o Grande Cisma e a ascensão e queda da hegemonia Visconti, criou um *vacuum* de poder e submeteu mudanças internas consequentes cujas principais características eram a formação de uma nova elite governante. A nova oligarquia praticava uma abordagem mais direta de governo e começa a desenvolver as estruturas administrativas com novos quadros profissionais, mas faltava um elemento legitimador e aglutinar da estrutura social.

Mas o que se nota de fato é que a crítica de Bruni às lendas da cidade não são ditadas por alguma preocupação abstrata por descobrir a verdade sobre o passado; ela brota da necessidade de projetar uma versão de cidade do passado que corresponderá aos requisitos de uma nova formação governista (IANZITI, 1997, p. 94). A *História* de Bruni está destinada a fazer mais que simplesmente refletir sobre novos conjuntos de prioridades políticas. Também procura justificar uma situação. Naquele contexto seu escrito justificou uma posição contra a proteção imperial. E neste sentido torna-se valoroso compreender a dinâmica



dessas transformações da escrita da história através do processo que envolve a leitura, a tradução e a escrita.

Pois como escreveu R. Chartier (1990, p. 123) se

por um lado, a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros. [...] por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la.

Desse modo, devemos procurar as raízes da escrita da história de Bruni com base em suas leituras. E o que uma análise de sua obra oferece são sinais de que essas raízes se alimentam dos clássicos da Antiguidade e ainda de elementos conhecidos das crônicas de sua época. Conforme aponta A. Petrucci (2002, p. 113) “certamente a época mais efervescente de achados e descobertas dos autores e textos, latinos e gregos, ignorados por muito tempo foi o durante o Humanismo dos séculos XIV e XV”. Bruni estava inserido em um ambiente de busca em velhas bibliotecas por textos clássicos que alimentavam o fascínio da descoberta. Seu estágio em Roma contribuiu para suas pesquisas. O antigo passa a servir de base ou mesmo modelo para uma “nova poesia, uma nova visão de mundo” (PETRUCCI, 2002 p. 114), mas essa recepção da leitura do passado clássico não é jamais uma cópia autêntica. Trata-se de um processo de recriação do antigo em um novo contexto e sob tensões de poder atualizadas pelo contexto social de então. De qualquer modo, como lembra Petrucci (2002, p. 114), é graças a essa retomada humanista que é “restituído à cultura ocidental o patrimônio da cultura clássica grega. É mérito seu haver fundado, por necessidade, mais que por vocação, o estudo crítico dos textos, isto é a moderna filologia”. E como destacou Gabriella Albanese (2009, p. 277), a influência dos modelos clássicos sobre a historiografia do Humanismo é o fruto de uma progressiva aquisição das obras gregas e latinas redescobertas em mosteiros e das bibliotecas italianas e europeias empreendidas por eruditos como Bruni que as recolocaram em circulação e amiúde traduziram para o latim textos que eram só indireta ou parcialmente conhecidos e, por vezes, totalmente ignorados durante a Idade Média.

Analisando a obra de Bruni é possível perceber sua intimidade como as obras de Tucídides e Políbio, sua dependência das crônicas de Giovanni Villani partir do final do Livro I para o início do Livro VII da *História do povo Florentino* (CABRINI, 1990). Bruni também foi autor de outras obras que ele classificou como históricas em caráter. Isto inclui sua biografia de Cícero (*Vita Ciceronis*, 1413), bem como suas

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

excursões pela história antiga (*Commentarii de primo bello punico*, 1418–1422; e *De bello italico adversus Gothos*, 1441). No passado, essas obras foram muitas vezes uma fonte de embaraço para os defensores de Bruni como precursor da metodologia acadêmica moderna⁶. Isso foi provavelmente porque ao escrevê-las Bruni tinha ficado mais perto do que era aceitável, para os padrões modernos, de suas fontes, respectivamente Plutarco, Políbio, e Procópio (IANZITI, 2012).

Conforme obervou Ianziti (2012), frequentemente foi argumentado que elas deveriam ser reclassificadas como traduções, apesar de Bruni ter sido claro ao reivindicá-las como suas próprias. Apenas muito recentemente elas têm sido reconhecidas e reintegradas à categoria a que pertencem: entre as obras históricas de Bruni.

Bruni iniciou sua carreira de historiador como um tradutor da biografia plutarqueana. Uma de suas primeiras obras foi uma tradução de *A vida de Marco Antônio* (1404-1405). Seu trabalho proporcionou uma breve dissertação sobre o que estava se tornando um de seus temas favoritos. No final de sua peça ele faz uma consideração fundamental, pois é a propósito da analogia com a escrita da história que Bruni busca estabelecer a respeitabilidade da tradução: “Mas na História, quando não há invenção, não vejo qualquer diferença entre descrever ações reais e escrever o que alguém disse. De qualquer forma, o trabalho envolvido é a mesmo ou, melhor ainda, maior no último caso” (apud IANZITI, 2012, p. 11).

Bruni, na verdade, vê o trabalho para o historiador tanto como o de uma testemunha ocular de evento a serem relatados ou como um sintetizador e reescritor de coisas reportadas por outros; como o de um tradutor. Esta primeira visão está em consonância com a historiografia clássica, mas Bruni valoriza mais o segundo método. O historiador, como o tradutor, é aquele que lê e reedita a narrativa dos outros. E seria esta a razão pela qual o historiador não pode clamar ao estágio inicial do processo retórico, a *inventio*. O material sobre o qual a história é baseada é encontrado sempre à mão. Por implicação, pelo menos, o desafio de escrever história envolve apenas as próximas duas etapas da retórica: *dispositio* (arranjo) e *elocutio* (embelezamento estilístico). Mas como Ianziti (2012, p. 12) também alerta, é importante enfatizar que o que Bruni está propondo no prefácio da *Vida de Marco Antonio* é uma analogia. Ele não está fundindo as duas atividades em uma só. Do mesmo modo, metaforicamente tomamos este aspecto da tradução na dinâmica dos processos historiográficos.

Enquanto traduzia a *Vida de Cícero* por volta de 1413, Bruni se deu conta de duas grandes falhas no original: Plutarco tinha omitido mais do que seria adequado; e ainda apresentava um viés diferente contra o

⁶ Agora “moderna” se refere à metodologia do século XIX.

seu assunto, provavelmente causado pelo seu desejo de jogar Demostenes fora como a figura superior em vidas paralelas. Diante dessas constatações, Bruni decidiu não traduzir Plutarco depois de tudo, mas passou a reescrever sua própria narrativa da vida e das ações de Cícero. Essa etapa só foi possível ao colocar Plutarco um pouco de lado e começa a coletar e avaliar outras fontes. O resultado foi algo que, tanto em conteúdo quanto em escopo, foi muito além do original. Bruni então parecia justificar ao concluir que ele escreveu seu próprio Cícero, “não como uma tradução, mas de acordo com [seu] próprio desejo e julgamento” (apud IANZITI, 2012, p. 12).

Todavia, a valorização do original é contemplada em *De interpretatione recta* (1424). Mais do que um exame crítico a perspectiva de Bruni expõe a seleção, omissão, e sublinhamento. As origens reais de Cícero são afirmadas quase a despeito das evidências. Episódios embaraçantes de sua carreira são suprimidos. Episódios lisonjeiros são trabalhados com base nos próprios escritos de Cícero. Em síntese, o que entra em ação é uma reordenação de prioridades textuais a fim de promover uma concepção global. O processo não é diferente daquele que tem recentemente sido caracterizado em passagens conjecturais contidas no primeiro livro da *História do povo florentino*: habilidades críticas não estão ausentes, mas elas operam em conjunção com outras, menos estratégias textuais incisivas, que são arregimentadas a serviço de objetivos interpretativos.

Os *Commentarii de primo bello punico* marcam outro importante estágio no desenvolvimento de Bruni como um historiador. Esta obra foi fortemente baseada nos dois livros das *Histórias* de Políbio de modo que críticos modernos têm optado por classificar o trabalho como uma tradução do grego. Mas o próprio Bruni em seu prefácio rejeitou esta categorização, em termos que novamente chamam a atenção para a familiar distinção entre tradução e trabalho original: “Eu não tenho”, ele escreve, “elaborado a partir de uma fonte única, como um tradutor, mas, pelo contrário, tenho elaborado a partir de muitas, eu tenho relatado de acordo com meu próprio julgamento”. Bruni novamente invoca o velho paralelo com a tradução. A proximidade entre seu trabalho e o de Políbio pode ter induzido alguns de seus críticos a rotulá-lo como *Commentarii* como mais uma tradução humanista mascarada como trabalho original (IANZITI, 2012, p. 14).

Bruni também trabalhou sobre Strabo, Tucídides e Florus. E semelhantemente usou uma porção considerável de criatividade ao reformular as narrativas de suas leituras. Conscientes disso, acadêmicos subsequentes, iniciando com Hans Baron (1955), tiveram que repensar a classificação dos *Commentarii*. Segundo Ianziti (2012, p. 15), há claramente uma relutância em aceitar a visão de Bruni sobre a escrita da História, que pode ser convenientemente sumarizado aqui em dois pontos principais: 1) que escrita da

história envolve aproximar reescrita das fontes, uma operação similar, se não idêntica, à da tradução; e 2) o que distingue escrita da história da tradução é o número de fontes usadas e a liberdade com a qual elas são usadas. O modo de Bruni tratar Políbio nos *Commentarii* não é diferente do modo como trata Giovanni Villani na *História do Povo Florentino*.

Bruni não se sente constrangido em admitir seu protagonismo como autor. Ao apontar a parcialidade de Políbio na história das guerras púnicas, Bruni procura justificar também seu procedimento nos *Commentarii*. Desse modo, Ianziti (2012, p. 16) percebe duas principais linhas de percepção de Bruni sobre os historiadores clássicos: Ele os vê como reescritores de suas fontes e como glorificadores de seus próprios países. Isso não é o bastante para sugerir que ele vê os antigos como seguidores cegos de suas fontes. Pelo contrário, ele parece relacioná-los a como todo verdadeiro historiador deve proceder.

A leitura que Bruni faz dos clássicos está condicionada a sua posição social. E semelhantemente sua “tradução história” das narrativas antigas a uma interpretação do seu tempo manifesta um jogo de forças em torna da reordenação ou reconstrução da memória. Mas como escreveu M. de Certeau (1994, p. 268), a “leitura ficaria então situada na conjunção de uma estratificação social (das relações de classe) e de operações poéticas (construção do texto por seu praticante); uma hierarquização social atua para conformar o leitor à “informação” distribuída por uma elite (ou semi-elite)”. Neste sentido na composição de sua *História*, Bruni retrabalha suas fontes de tal modo para produzir a glória de Florença. E este propósito subjacente foi explicitamente reconhecido por contemporâneos, bem como pela Signoria em seu diploma de 1439, confirmando Bruni e seus descendentes em sua possessão de significativa isenção de taxas como retorno por seus serviços prestados como historiador.

Petrucci (2002, p. 116) adverte que “o domínio sobre a memória e o esquecimento enquanto prática social é um fato iminente político e constitui um elemento fundante do controle do governo de uma sociedade desenvolvida”. De fato, memória e esquecimento estão no centro dos interesses de grupos, classes e indivíduos no jogo de poder nas sociedades. Le Goff (1979 apud PETRUCCI, 2002, p. 116) escreveu que “a memória é um dos lugares da ideologia e, por meio da representação do passado que ela fornece, contribui e justifica o presente e projeta o futuro em uma perspectiva social”. Neste sentido, o conjunto de escritos de um grupo ou setor social é compreendido por Petrucci como “memória escrita”. Dentre as classificações que esses escritos podem receber aparecem aqueles de caráter “historiográfico, de qualquer natureza e extensão, desde biografias à história universal” (2002, pp. 119-120).

Na *História* de Bruni, “os fundadores de Florença eram colonos romanos que Lúcio Sila enviara para Faesulae” (BRUNI, 2001. p. 9) e receberam aquelas terras como recompensa por serviços prestados. Florença é retratada como a cidade que se livra dos “vícios” que lhe vinham da velha cidade, desse modo recuperando e restaurando em seu próprio benefício as boas “virtudes” que eram próprias das origens de Roma. Em suma, a então capital da Toscana é, desde o princípio, a nova Roma. Mas uma Roma, pré-imperial, essencialmente republicana.

Conforme apontou R. Chartier (1990, p. 16), “as representações do mundo social, [...] embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam”. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Não havia nenhuma base legal ou teoria moral para o poder de Florença clamar o exercício sobre uma larga fatia de um território fértil e estrategicamente importante. A cidade tinha capturado uma oportunidade; conveniência política ganhou a supremacia contra moral e escrúpulos legais. Segundo Ianziti (1997), se a *História* de Bruni não tem uma dedicatória explícita, ela pode informalmente ter sido dedicada à oligarquia florentina. Ele reconhece em seu trabalho um caráter oficial, conectado com recente ascensão de Florença da condição de um comuna medieval a um território político com reivindicações históricas do *status* de Estado soberano.

Em última instância, a obra do aretino é um relato da extraordinária ascensão para predominância. Sua narrativa minimiza o valor do Império e da Igreja. Igreja e Império não são concebidos como exclusivos portadores da significação histórica. O foco de Bruni sobre o Estado “moderno” difere historicamente dos antigos padrões do século XIV. Com Bruni, o que conta não é a trama dos objetivos das instituições divinamente sancionados com missões universais e mandatos. Em vez disso, articula preocupações diárias de uma política florentina empenhada em esculpir para si mesma uma identidade e um futuro (IANZITI, 1997).

A versão de Bruni da história da Toscana explora a vitalidade das origens etruscas, mas também lança Roma no rol de antagonistas. Bruni ainda vê Florença como fundada pelos romanos, mas a reivindicação de cidade não é apresentada sobre esta base. Pelo contrário, Roma e seu Império são apresentados como inimigos naturais do ambicioso rival, Florença. E, além disso, Roma é representada como aquela que sufocou e impediu o desenvolvimento de Florença (IANZITI, 1997).

Enquanto em Roma viveu um povo livre em que o governo conformava-se pelo colegiado de magistraturas republicanas (cônsules, ditadores, tribunos militares), a cidade cresceu em poderio e seus

cidadãos distinguiram-se por feitos gloriosos. Neste período as conquistas de Roma se espalharam pelo mundo todo. Desde que, entretanto, à época de Júlio César e a seguir Augusto, “Roma desistiu de sua liberdade dando lugar ao *imperium*”, atribuindo o poder estatal a uma pessoa, o germe da doença contaminou a cidade, pois, com “o desaparecimento da liberdade, vai-se também a virtude”. O Império Romano, pois, na caracterização de Bruni, se mostra como “flagelo da cidadania e terror do mundo”. O desfecho não poderia ser outro mais vergonhoso (PIRES, 2006, 1981).

Fubini (1980) destaca que Bruni capta o ponto chave do clamor de Florença por soberania. O direito de declarar e fazer guerra, crescer através de conquistas militares, investir em funcionários com pelo reconhecimento de autoridade. A queda do Império Romano garantiu a Florença encontrar sua posição própria como capital da Toscana. Bruni faz uma conexão entre o Estado “moderno” da Toscana e aquele de antes da dominação romana. Ele divorcia a moderna política Florentina de qualquer dependência da antiga Roma e seu Império. O domínio romano é um infeliz parêntesis na *História* de Bruni que impediu a expansão da Toscana. Seu objetivo era elaborar um pano de fundo histórico e racional para a existência da soberania da Toscana como sua capital em Florença. Isso fez com que Bruni mudasse os padrões das narrativas da história antiga do ponto de vista romano para uma perspectiva etrusco-florentina (IANZITI, 1997).

Como sintetiza F. M. Pires (2006, P. 79), na narrativa de Bruni

o Povo, que antes vivia curvado sob sujeição servil a príncipes e seus acólitos, agora, “provado o mel da liberdade”, princípio de “crescimento forte”, tornara-se “senhor de si mesmo e, assim erigido em dignidade, agente criador de honra”. Pelo que o historiador aponta quais diretrizes de conduta consolidam o fortalecimento do Povo: na interioridade das ações cidadinas, “aconselhamento e diligência” (*consilium et industria*); no inter-relacionamento exterior, “determinação e força guerreira” (*arma fortitudoque*). Ambos esses modos de atuação respondem pelo mesmo princípio, qual seja, instaurar o reino da “liberdade”, pois, os feitos guerreiros do Povo de Florença [...].

Eric Cohrane (1981, p. 3) sustentou que Bruni se inspira em modelos antigos, principalmente a *História Romana* de Tito Lívio e em certa medida também na *História da Guerra do Penepoleso* de Tucídides para compor sua *História do Povo Florentino*. Embora Arnaldo Momigliano (2004, p. 38) advirta que Tucídides não era muito familiar aos renascentistas, que deviam levar mais em consideração a Políbio. Edmund Fryde (1983) destacou ainda mais a herança metodológica tucidideana na obra historiográfica de Leonardo Bruni, mas Gary Ianziti (1997) persiste na alegação de que Bruni inova a partir do modelo de Tito Lívio, fazendo o por Florença o que este havia feito por Roma em sua *História*.

Segundo Ianziti (1997), Bruni reescreve a história pela perspectiva etrusca. A retórica de Lívio seria como uma fachada para a busca de vestígios da civilização dos perdedores. Bruni teria mudado o padrão da narrativa da fundação e antiga história de Florença. Sob este prisma tal “desconstrução” que Bruni faz da narrativa de Lívio seria significativa em primeiro lugar porque sustenta a possibilidade de uma história secular deitando fora a moldura de Roma e seu subsequente Império. Em segundo lugar, porque ele pressupõe outro ponto de vantagem que vê os eventos previamente vistos apenas pelos olhos romanos. Em terceiro lugar, porque ao relativizar Lívio, Bruni torna sua escrita da história falível e repetível. De modo que ele procurou de fato não imitar, mas mostrar uma alternativa a Lívio. Sua intenção teria sido fazer para os florentinos o que Lívio fez para os Romanos. Desse modo, Bruni é tomado como um reinventor da escrita da história, que ajusta os requisitos de uma nova configuração sociopolítica. Mas essa perspectiva parece ignorar o trabalho de Udo Klee, que só aparece em uma rápida citação de Ianziti no seu livro *Writing history in Renaissance Italy* (2012, p. 58) quando o assunto é Cícero; e nem uma vez em seu artigo para a revista *Paragon* de 1997.

Atentando à análise de Klee, mas ignorando a de Ianziti, F. M. Pires (2006, p. 61) sustenta que o objetivo desse tipo de história contempla a memorização da grandeza de poderio político e militar que os feitos dos homens projetam: ao ápice da grandeza consumada por atenienses e espartanos na *Guerra do Peloponeso* [em] suprema grandeza alcançada pelos florentinos em suas guerras contra “o todo-poderoso duque de Milão e o agressivo rei Ladislau”, tanto que, se aquela guerra antiga superava todas as que a antecederam (Tróia, Medas), agora as conquistas de Florença eram tão “memoráveis e importantes quanto àqueles grandiosos acontecimentos da antiguidade que lemos e admiramos tanto”.

Udo Klee (1990, pp. 30,41,44;38,39 apud PIRES, 2006. p. 60) fez uma análise exegética da obra de Leonardo Bruni e destaca alguns traços tucidideanos. Um deles é o comentário à passagem sobre os primeiros ocupantes da Sicília (*Commentaria tria de primo Bello Punico*), em que Bruni lembra tradições fabulosas tocantes aos ciclopes e lestrigões (*A guerra dos Penepolésios e Atenienses* VI.2,1), mas os dois historiadores estão advertidos acerca das incertezas da *História*. Além disso, ele detecta também os “paralelismos” textuais entre os dois historiadores; estabelece proximidades de pensamentos e formulações, que permitem arrazoar plausivelmente ou “demonstrar pela mais alta probabilidade” de que Bruni se orientou pelo ateniense.

Segundo F. M. Pires (2006), as semelhanças entre a narrativa da história de Bruni e de Tucídides corrige a tese de Hans Baron quanto à criação do senso moderno de consciência histórica de Bruni. De

acordo com Baron, quando a cidade resistiu à conquista imperial do Duque de Milão, na virada do século, Bruni toma consciência da grandiosidade de Florença, por poderio estatal mais fulgor civilizatório. A cidade os devia fundamentalmente ao espírito de “humanismo cívico e liberdade republicana” consolidado justo naquela ocasião. Klee (1990, pp. 30,41,44;38,39 apud PIRES, 2006. p. 62), no entanto, argumenta que os nexos que assim enraízam no princípio de “liberdade” política o estímulo que promove uma civilização esplendorosa remetiam antes a uma (cons)ciência histórica firmada já por Tucídides em vários momentos de sua obra: ela aparece prefigurada na “arqueologia”, depois veiculada no discurso dos atenienses em Esparta, e é expressamente teorizada no “*Discurso fúnebre*” de Péricles. E desse modo, Klee (1990, pp. 30,41,44;38,39 apud PIRES, 2006. p. 46) conclui que a teoria da história de Bruni não é algo original, mas completamente dependente de Tucídides.

O aspecto frágil da posição de Udo Klee é que ela acaba por desprezar a força das circunstâncias em que vivia Bruni procurando as bases paradigmáticas em um lugar distante do passado ignorando a capacidade criativa do escritor em função do ambiente social de sua época. Ainda que sejam evidentes os entrecruzamentos de sua obra e o caráter investigativo de Tucídides, não há nenhuma razão para minimizar o desempenho da estratégia de Bruni em reconstruir uma adaptação histórica para a República de Florença. Aliás, essa é uma das principais limitações da análise exegética de Klee. E, assim, talvez único pecado de Ianziti tenha sido não ter prestado atenção aos traços tucidideanos na obra de Bruni, que em nenhum momento contradizem a inspiração com que o autor aretino constrói a história do *popolo* livre de Florença.

Leonardo Bruni tem, então, o mérito de recorrer à historiografia antiga para construir um paradigma pertinente à sua época. Não muito depois de sua morte sua *História* foi disponibilizada em uma versão vernacular de Donato Acciaiuoli, em 1476. Esta versão o transformou no principal inspirador da historiografia oficial em outros centros italianos (Milão, Veneza), assim como menos diretamente no Norte da Europa (Inglaterra e França).

Talvez o que mais tocou os contemporâneos e imitadores não tenha sido o aspecto crucial muito afamado mais tarde da análise crítica, mas o modo como o trabalho exemplificava a possibilidade de uma história secular baseada sobre um entendimento claro da política como uma arena de responsabilidade e criatividade humanas. Não surpreendentemente Maquiavel (1988, p. 6) destacou a *História do povo florentino* de Bruni como seu guia para escrever sua própria *Storia Fiorentina*, dedicada aos Medici em 1520.

Conclusão

Ainda que a ideia de uma “revolução crítica” na historiografia a partir da obra de Bruni pareça um exagero, o trabalho de Leonardo Bruni merece ser reconhecido como um marco na historiografia ocidental. Do encontro com os clássicos da Antiguidade emerge no *Quattrocento* a produção de um padrão diferenciado que inova inspirado nos modelos antigos de escrita historiográfica. Se há um *Renascimento* da história neste período, não se trata de ignorar as variadas narrativas históricas do Medievo, mas em destacar o processo de releitura e recepção da literatura Antiga neste período. Bruni, portanto, ao mesmo tempo em que se inspira nos clássicos, escreve em conexão com seu mundo e seu tempo, oferecendo, assim, uma razão histórica para a existência de um Estado Toscano soberano com sua capital em Florença. E ele assim procede buscando explicações e interpretações de modo crítico para os eventos históricos, mas acima de tudo, reconhecendo a história como uma nobre *ars rethorica*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANESE, G. A redescoberta dos historiadores antigos no humanismo e o nascimento da historiografia moderna. In: PIRES, F. M.; SUANO, M. (org.). **Antigos e Modernos: diálogos sobre (a escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.
- BARON, H. **The Crisis of the Early Italian Renaissance**. Princeton: P. Univ. Press, 1955.
- BRUNI, Leonardo. **History of the Florentine People**. v. 1-3. Edited and translated by J. Hankins. Cambridge; London: Harvard University Press, 2001/2004/2007.
- BUCKER, G. **The Civic World of Early Renaissance Florence**. Princeton: PUP, 1977.
- BURCKHARDT, J. **La civiltà della Rinascimento in Italia**. Firenze: Sansoni Editore, 1955.
- BURDACH, Konrad. **Riforma, Rinascimento, umanesimo**. Firenze: Sansoni Editore, 1935.
- BURKE, E. "Leonardo Bruni". **The Catholic Encyclopedia**. V. 3. New York: Robert Appleton Company, 1908.
- CABRINI, A. M. Le Historiae del Bruni: Risultati e ipotesi di una ricerca sulle fonti. In: VITI, Paolo. **Bruni. Cancelliere della repubblica di Firenze**. O' Lorence: Olschki, 1990.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FRYDE, E. **Humanism and Renaissance Historiography**. London: The HanBledon, 1983.
- FUBINI, R. **Osservazioni sugli Historiarum florentini populi libri XII di Leonardo Bmni'**. 2v. Florence: Olschki, 1980.
- FUBINI, Riccardo. Renaissance Historian: The Career of Hans Baron. **Journal of Modern History**, 64, 1992.



- GREEN, Louis. **Chronicle into History**: an essay on the interpretation of history in Florentine fourteenth-century chronicles. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.
- GUENÉE, B. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 28e année, N. 4, 1973.
- IANZITI, G. Leonardo Bruni: First Modern Historian? **Parergon**, V. 14, N. 2, January 1997.
- IANZITI, G. **Whiting history in Renaissance Italy**. Cambridge: Harvard Univ. Press, 2012.
- KLEE, Udo. **Beiträge zur Thukydides-Rezeption während des 15. Und 16. Jahrhunderts in Italien und Deutschland**. Frankfurt am Main-Bern- New York-Paris: Peter Lang, 1990.
- LE GOFF, J. Memoria, In: **Enciclopédia**, VIII, labirinto. Memória. Torino: Einaudi, 1979.
- MACHIAVELLI, Niccold. **Florentine Histories**. trans. Laura F. Banfield and Harvey C. Mansfield, Princeton: Princeton University Press, 1988.
- MENACHE, Sophia. Chronicles and historiography: the interrelationship of fact and fiction. **Journal of Medieval History**, 32, 2006.
- MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.
- NICOLAZZI, Fernando. O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história. **História e Historiografia**, Ouro Preto, n. 13, dez/2013, p. 63-77.
- PETRUCCI, Armando. **Prima lezione di paleografia**. Roma/Bari: Laterza, 2002.
- PIRES, F. M. Leonardo Bruni e Tucídides: História e retórica. **Politeia: História e Sociedade**. V. 6, n. 1, 2006.
- SANTINI, E. Leonardo Bruni e i souoi Historiarum Florentini populi libri XII. **Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa**, 22, 1910.
- WARD, J. O. 'Chronicle' and 'History': The Medieval Origins of Postmodern Historiographical Practice? **Parergon**, V. 14, N. 2, Jan/1997.
- WATKINS, Renee Neu. **Humanism and liberty: writings on freedom from fifteenth-century Florence**. Columbia: University of South Carolina Press, 1978.

A RELIGIÃO CRISTÃ COMO INSTRUMENTO ALTERNATIVO DE MANUTENÇÃO DA ORDEM SOCIAL NO IMPÉRIO ROMANO SEGUNDO JUSTINO MÁRTIR

Alessandro Arzani⁷
UFRGS-Capes

107

Introdução

No II século a condenação dos cristãos em tribunais locais por diversas regiões do Império Romano despertou uma série de *apologistas*. Ao escrever suas *Apologias*, Justino questiona principalmente o fato de os fiéis serem condenados apenas pela confissão de “serem cristãos”⁸. Sua construção apologética contrasta de certo modo a forma de controle romana, que acabava por vitimar os cristãos, e revela sua disposição em apontar a contribuição cristã para a manutenção da ordem social como uma alternativa para organização do Império.

A condenação dos cristãos poderia envolver vários fatores e tem sido estudada e debatida amplamente. As explicações de maneira geral podem se aproximar de G.E.M. de Ste Croix (1963), que sustentava que as perseguições baseavam-se na recusa em reconhecer os deuses de Roma, comportamento que era frequentemente considerado perigoso e sedicioso; ou de A.N. Sherwin-White (1964), que por outro lado defendeu que as perseguições não se baseavam na questão do rompimento da *pax deorum*, mas na aguda obstinação dos cristãos em não cometer apostasia nem sacrificar para os deuses do Império. De qualquer modo, a proclamação cristã no I e II séculos causava tanto conversões quanto reações adversas entre os pagãos (GOODMAN, 1994). Com a refutação dos compromissos cívicos e a sustentação intransigente do monoteísmo, a Igreja parecia um corpo estranho aos pagãos. Distanciando-se dos eventos públicos, normalmente envolvidos com a idolatria condenada pela Igreja, rejeitando o serviço militar, os jogos e as celebrações artísticas, os cristãos se autoexpunham à marginalização da sociedade (SIMON; BENOIT, 2005, p. 12). Mas se analisar as *Apologias* de Justino, nota-se uma primeira preocupação em apontar as crenças cristãs como uma alternativa para a organização social.

⁷ Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado em História desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá (UEM) sob a orientação da prof.^a Dr.^a Renata L. B. Venturini com financiamento da Capes.

⁸ As *Apologias* são destinadas a Antonino Pio e a seus filhos Marco e Lucio. As teorias sobre a composição do texto ainda dividem os pesquisadores. Munier (2006) sustenta a tese de que a princípio havia apenas uma *Apologia* de Justino que foi dividida em duas posteriormente. Paul Parvis e Minns (2009) sustentam que na verdade há uma *Apologia* e uma anotação de apologética denominada de *II Apologia*.

Conforme destacou M. Janowitz (1975) toda sociedade emprega formas de controle social para estabelecer e manter a ordem e certa coesão social. Por “controle social” entende-se “o conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, 101). Ou ainda, seguindo a perspectiva de Martin Innes (2003, p. 5), “controle social” se refere aos mecanismos e tecnologias empregados para manutenção da ordem social. Que, por sua vez, é composta de diversos conjuntos de ideias, ações e interações, as quais de alguma forma contribuem para a constituição em curso da organização social.

Assim, tomando as *Apologias* como principal objeto e fonte de investigação a serem submetidas à crítica interna e externa segundo o desenvolvimento de uma análise histórica (TOPOLSKY, 1992. pp. 36-45), estabelece-se como principal objetivo da pesquisa compreender como a religião cristã é pensada enquanto um instrumento de manutenção da ordem no Império Romano.

II

A imensidão dos territórios conquistados pelos romanos e o estabelecimento de um domínio que perdurou por vários anos, realça a importância de se questionar acerca das formas de controle social empregadas para o funcionamento das engrenagens do Império.

Conforme destacou Richard A. Horsley (2004, p. 96),

as relações patrono-cliente fornecem parte da resposta à questão de como um império tão vasto era governado por um corpo administrativo de tamanho tão diminuto não simplesmente “na esfera da política e da administração”⁹, mas também num sentido socioeconômico bem mais amplo.

Rapidamente, as relações de patronato passaram a ser utilizadas pela elite como um importante instrumento de controle social. Como observou Wallace-Hadrill (1989, p. 73), o “sucesso no controle residia tanto em seu poder de recusar como em sua disposição a distribuir os bens”, e eles não conseguiram “minorar a pobreza, a fome e as dívidas”. Desse modo, o patronato era também uma forma de produção da coesão social, formando uma rede de relações pessoais mediante as quais se estendiam a sociedade romana e os diferentes povos do império romano se mantinham unidos (HORSLEY, 2004).

O sistema político-econômico-social do patronato foi articulado com o sistema político-religioso dos sacrifícios e do culto ao imperador. Segundo Simon Price (1984; 2004) e Paul Zanker (2004), foram crescentes as disputas por entre as famílias e as cidades para demonstrar honras ao imperador com festivais, templos e monumentos.

⁹ Cf. SALLER (1982).

E como o expõe Richard Gordon (2004), tanto a elite provincial quanto a romana lutavam por prestígio em nomeações, em particular como oficiantes em sacrifícios públicos, os rituais que manifestavam a solidariedade dos organismos políticos de cidades, de províncias e do império como um todo. Desse modo, como destaca Richard Horsley (2004, p. 102), “a elite religiosa era a própria elite político-econômica”. Elite político-econômica que dominava a sociedade urbana e provincial em grande medida mediante seu patrocínio e seu controle sobre sacrifícios públicos, do culto ao imperador e das redes que se estabeleciam.

Ainda segundo Richard Gordon (2004), esse amalgama entre o sistema religioso de sacrifícios e o culto ao imperador com o sistema socioeconômico do patronato constituía uma rede imperial de dominação e de relações de poder. Assim,

o evergetismo local, traduzido na combinação do sistema sacrificial com o culto ao imperador, transformou a comunidade num sistema hierárquico controlado por uma diminuta elite, bloqueando efetivamente a emergência de formas sociais por meio das quais as aspirações das pessoas comuns pudessem ser articuladas (RORSLEY, 2004, p. 102).

A religião e os deuses estavam entre os fatores importantes na determinação dos eventos e na garantia de suas reivindicações de autoridade e comando dos agentes públicos. Era também uma das expressões da ideologia da elite romana e da manutenção do poder. E ainda, como escreve Claudia B. Rosa (2006, pp. 145-146),

ao mesmo tempo, eram os rituais que garantiam as relações entre dois grupos, homens e deuses. Garantir os ritos representava a certeza da manutenção da sociedade como a queriam: ordenada e segura. Ao registrar as regras de comportamento, como o respeito aos deuses, sobretudo em seus espaços, ao curvar-se sob a autoridade dos rituais, o cidadão garantia a ordem social, e a *pax deorum* e as práticas que acarretavam a transgressão à ordem vigente podiam levar a sociedade ao caos e à desagregação. A concórdia entre homens e deuses é a garantia da ordem romana.

Conforme escreveu Paul Veyne (2009, p. 244): “O Estado, com certeza, exercia sua autoridade sobre os cidadãos, que lhe deviam tudo. Mas, mesmo assim, apenas em circunstâncias excepcionais um decreto obrigaria cada cidadão a tomar parte numa cerimônia pública [...]”. Devia-se, no entanto, zelar pela *pax deorum*, para a prosperidade e segurança no Império (COWLEY, 2008, p. 15).

O repúdio tanto ao culto ao imperador quanto a qualquer veneração aos deuses das variadas regiões do Império abria margem para inúmeros atritos contra os cristãos. Desse modo, o desafio de Justino é justificar esta postura dos cristãos e ainda eliminar as suspeitas de infidelidade que poderiam ocorrer. O apologista escreve: “Até vós, apenas ouvindo que esperamos um reino, logo supondes, sem nenhuma averiguação, que se trata de reino humano, quando nós falamos do Reino de Deus” (*I Apol.* 11.1). Mas ao reafirmar as crenças cristãs (cf. *I Apol.* 6.1-2; 9.1-5), isso não mudaria em nada a condição dos cristãos neste sistema. Por isso, o apologista surpreende ao criticar esses aspectos do sistema de controle do Império, tido como demasiadamente perverso, que permitia que os cristãos

fossem condenados. Como uma alternativa, Justino se devida a apresentar as vantagens sócio-políticas da propagação das crenças cristãs. Isso não deve de nenhum modo ser compreendido como uma preocupação cristã. Trata-se de um argumento apologético, mas a análise desse tipo de formulação é fundamental para se compreender as raízes das aproximações entre os cristãos e as estruturas do poder no Império Romano.

Para estabelecer os limites desse conceito de controle social também é necessário estabelecer conceitos páreos como “ordem social”. Segundo Erwin Goffman (1971, p. x), as relações regulares entre as pessoas, os variados padrões de funcionamento, variadamente motivados, de comportamento, as rotinas associadas com regras básicas, juntos constituem o que pode ser chamada de uma “ordem social”.

Baseando-se nesta definição pode-se distinguir entre o significado de ordem social e controle social. A promulgação de controle social é frequentemente destinada a proteger a ordem social, mas ordem social não é unicamente produto de controles sociais. Ao contrário, o conceito de ordem social se refere às condições de existência de uma sociedade. De fato, toda sociedade tem intrinsecamente um grau de organização e, então, uma ordem social. Uma ordem social não é estática e está constantemente em processo, sendo produzida e reproduzida pela combinação de atitudes, valores, práticas, instituições e ações de seus membros.

Então, a ordem social é composta de diversos conjuntos de ideias, ações e interações, as quais de alguma forma contribuem para a constituição em curso da organização social. As fronteiras entre as práticas de organização social e controles sociais não são fixas nem estáveis, e ao longo do tempo mudam de equilíbrio. Pois, se ordem social se refere ao estado da sociedade e ao arranjo organizado de seu essencial conhecimento, valores, ações, instituições e estabelecimentos, controle social se refere aos processos pelos quais se busca gerir desvios ou conflitos com a ordem social. Essas formas de gerenciamento podem ser formais, ou seja, institucionalizadas, ou informais.

Controle social formal se refere a alguma ocasião em que a imposição do controle é baseada sobre, ou informada por, a presença da lei. Outras atividades de controle podem ser definidas como tipo informal. Dentre essas formas de controle também é possível distinguir os modos reativos e os proativos. O primeiro tipo é aquele usado para responder algumas coisas depois que elas têm tomado espaço. O segundo envolve o cálculo da probabilidade de um ato ocorrer no mesmo ponto no futuro e a manufatura de alguma forma de intervenção em antecipação deste. Essa é uma forma preditiva de controle. Também é possível distinguir entre formas de controle social “vertical”, para falar sobre o poder diferencial que frequentemente existe entre controladores e os controlados. Controle social para baixo é mais comum, envolvendo alguns com mais poder ou autoridade de regulação do comportamento de indivíduos ou grupos menores. Contudo, o controle social também pode ser “upwards” [para cima], envolvendo os menos poderosos moldando o comportamento de indivíduos ou grupos mais poderosos.

É numa perspectiva “de baixo para cima” que Justino questiona a forma de controle empreendida pelos governantes romanos quando agem contra os cristãos. Essa perspectiva contempla as condições do grupo minoritário daqueles que são considerados adeptos de uma *superstitio* digna de ser combatida por aqueles que detêm os meios de

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

controle e, dessa forma, é produzido um instrumento de controle que busca “convencer” e intimidar as autoridades e a todos os demais a não se oporem aos cristãos. Embora reconheça que os governantes são constituídos por Deus, é aquilo que ele chama de “reta razão” que lhe dá o direito de se pronunciar (cf. *I Apol.* 1.2). As autoridades romanas são buscadas, no entanto, porque os conflitos cotidianos quanto às diferenças religiosas produziram atritos e inquietações que abriram margem para que os romanos aplicassem coações “formais”. Ao questionar a intervenção imperial para a manutenção da ordem, o apologista revela refugiar-se em um padrão de justiça distinto daquele dos romanos.

Na verdade o exclusivismo característico do monoteísmo cristão contrastava com a religião pública do Império. As ações importantes do Estado sempre envolviam rituais sagrados. Comemorações de vitórias e triunfos do exército normalmente culminavam em procissões e sacrifícios. E a própria estabilidade social dependia de uma barganha feita com os deuses para a manutenção da paz (BEARD; NORTH; PRICE, 1988).

Essas práticas religiosas proporcionaram choques com os judeus e depois com os cristãos. Sendo monoteístas, era impossível aceitar a inclusão de deuses e cultos. Os judeus sacrificavam em prol do imperador e não para o imperador, já os cristãos, recusavam-se a participar de qualquer sacrifício. Considerando que os altares ao imperador eram colocados muito próximos ao tribunal do magistrado que ouvia os seus casos, pode-se pensar que tal sacrifício ao chefe do Império era mais simbólico do que de adoração e funcionava como sinal de lealdade a Roma (ROSA, 2006, p. 150).

A cultura romana tornou-se sintética e sintetizante e relativamente favorável à incorporação de cultos estrangeiros. Roma não apenas se tornou o centro político do mundo por ela construído, como também passou a abrigar o núcleo das religiões. Segundo a análise de Cecília Ames (2010), o caráter sintético da religião romana, que combina rito pátrio, rito grego e disciplina etrusca, facilitou aos romanos a integração de cultos estrangeiros e a difusão de seu próprio sistema nos territórios, constituindo-se em um elemento chave na relação destes espaços interconectados. Sua tolerância e flexibilidade, no entanto, também incluíam mecanismos para regular o fluxo de ideias e práticas estrangeiras (MACMULLEN, 1981). O senado era o órgão responsável por velar e vigiar da tradição e da religião. A necessidade de controle cresceu junto com a expansão dos domínios de Roma.

Dentro da sua análise, Justino se incomoda com o fato de que no meio de um universo tão vasto de culturas que se encontram no Império Romano, os cristãos sejam muitas vezes odiados e levados à morte. Enquanto isso, “alguns cultuam árvores, rios¹⁰, ratos, gatos, crocodilos e uma multidão de animais irracionais”, de modo que todos

¹⁰ Sextus Empiricus cita a afirmação de Prodicus de que “os antigos tinham como deus o sol, a lua, os rios e as primaveras [...] assim como os Egípcios deificavam o Nilo” (*Adversus Dogmaticos* I.18) apud MINNS; PARVIS, 2009, p. 143.

são ímpios entre si, por não terem a mesma religião (*I Apol.* 24.1). O apologista, na verdade, aponta aquilo que considera ser uma incoerência nessa estrutura intercultural.

Está evidente que sua análise é dependente da sua lógica cristã, mas Luciano de Samosata também apontava no século II d.C. a “confusão” causada pelas diferentes opiniões sobre os Deuses (*Juppiter Tragoedus* 42). Plutarco um pouco antes anotara que a adoração a diferentes formas de animais causava disputas entre seus adoradores (*De Iside et Osiride*, 72). Juvenal (*Satiras*, XV.37-38) também menciona que a contenda se instalava na vizinhança egípcia quando um odiava o deus do outro e sustentava que somente o seu deus predileto era o deus verdadeiro. Essas diferenças poderiam causar, ainda, deboches sobre os deuses alheios entre os diferentes povos no Império, assim como Clemente de Alexandria diz que os gregos faziam aos deuses e as crenças egípcias (*Protrepticus* 2.39.6). A estranheza dos deuses dos outros povos também chamou a atenção de Cícero que indagava:

Se existem divindades, às quais adoramos e consideramos como tais, por que não Serapis e Isis localizadas no mesmo ranque? E se eles são admitidos, que razão temos nós para rejeitar os deuses dos bárbaros? Então nós devemos deificar bois, cavalos, íbis, gaviões, víboras, crocodilos, peixes, cachorros, lobos, gatos e muitas outras bestas. Se nós vamos de volta às fontes destas superstições, devemos igualmente condenar todas as divindades das quais eles procedem. [...] Se vocês não deificarem a um, bem como o outro, o que será de Ino? Pois todos esses deuses tem a mesma origem (*De natura deorum* III.19(47)).

Diante desse universo de pensamentos e crenças distintos, os romanos tinham o desafio de conceber formas para garantir a integração desses grupos. Nos anos 180 a.C. o culto a Baco despertou suspeitas e passou a ser tratado como uma ameaça à ordem. Outros grupos religiosos também foram objeto de uma ação hostil das autoridades romanas. Os caldeus, chamados presumivelmente de astrólogos, foram expulsos de Roma em 139 a.C. Depois, os seguidores de Ísis em várias ocasiões na República Tardia e no primeiro principado. Também os judeus enfrentaram sérias dificuldades com os romanos em certos momentos (BEARD; NORTH; PRICE, 1988).

Com a viabilização de um maior número de viagens e trocas comerciais e culturais no Império Romano, o conhecimento das variadas religiões, deuses e crenças também podia viajar rapidamente. E isso significou ter que lidar com atritos decorrentes dessas diferenças envolvendo, inclusive, o judaísmo, o cristianismo e o maniqueísmo.

Justino, todavia, procura mostrar que não havia nenhum motivo para os romanos se preocuparem com os cristãos, afinal eles reconheciam que toda autoridade é constituída por Deus e por isso devia ser respeitada. É fazendo jus a certo sentido de transparência, que o apologista julga indispensável nas relações entre governantes e governados que ele então se prontifica em demonstrar as razões pelas quais os cristãos não se misturavam com outros deuses. Com confiança ele afirma: “Esta é a única coisa que podeis nos recriminar: não veneramos os mesmos deuses que vós e não oferecemos libações e gorduras aos mortos, não colocamos coroas nos sepulcros, nem celebramos sacrifícios sobre eles” (*I Apol.* 24.2).

O fato de os cristãos não concordarem com os sacrifícios pagãos não faz sentido isoladamente aos incômodos, calúnias e perseguições sofridos. Parece ser razoável que por ser um grupo cujas crenças não estavam bem sistematizadas e que se espalhavam pelo Império, as calúnias oriundas dos atritos culturais podem ter chegado às autoridades e despertado desconfiança (URCH, 1932).

Se por um lado a perspectiva escatológica cristã do “reino” não implicava nenhuma conspiração política contra os romanos, seu ímpeto proselitista causava tanto rumores quanto um número crescente de conversos. É por isso que até meados do século II, quando Justino escreve, as ações anticristãs têm suas raízes nas relações interculturais travadas no próprio processo de expansão da mensagem cristã. Isso significa que os mecanismos de controle social empregados contra os cristãos pelas autoridades imperiais são requeridos mediante os problemas locais. E pode-se dizer que por ser uma religião emergente, outros, como Plínio (O Jovem), não sabiam como proceder diante das denúncias e calúnias contra esse novo grupo.

É bem significativo considerar que os atritos com os cristãos não são decorrentes de exclusivamente uma preocupação política em minar um potencial grupo subversivo. São destacados alguns aspectos desses atritos que se remetem às calúnias e maus comentários sobre os cristãos que desembocam na estigmatização desse grupo. É preciso lembrar que o contexto no qual o discurso de Justino está inserido se refere a meados do II século, quando o impacto do estilo de vida dos cristãos era sentido apenas em níveis locais, ainda que em diversas regiões. Os cristãos já se encontravam pela Síria-Palestina, Egito, Ásia Menor, Península Itálica e outras regiões, mas o número de fiéis ainda era muito pequeno diante do tamanho do Império Romano (GIBBON, 1906).

A perseguição de Nero no I século havia aberto precedentes para a condenação dos cristãos, mas sua determinação foi limitada à execução de seu plano de acobertar as suspeitas de seu envolvimento no incêndio de Roma. Na primeira metade do II século alguns tumultos procuravam condenar os cristãos buscando sem um enquadramento jurídico, algo que foi condenado por Adriano na Ásia. Em outros casos, como o que relatou Plínio a Trajano, procurava-se por um crime que condenasse os cristãos. Desse modo as acusações tais como canibalismo, denúncia de ateísmo, imoralidades e inclusive de infidelidade ganhavam força. Essas calúnias somadas ao precedente neroniano fizeram com que, para muitos como Trajano e Urbico, o *nomen Christianum* assumisse um significado negativo. Essa conotação negativa, no entanto, não se instalou apenas em função das calúnias. Conforme destacou Paul Veyne (2009, p. 245),

as autoridades não acreditavam que os cristãos comiam criancinhas ou praticavam incesto todos os domingos: a atitude polêmica de Celso a respeito da nova religião não fazia alusão a essas práticas, considerando-as um fato social.

Se para o povo em geral o ódio e o medo pela estranheza dos cristãos faziam-lhes repulsivos, para as autoridades a ausência de participação nas práticas públicas ou mesmo a contumácia em não negar a fé diante do magistrado faziam com que os pedidos de condenação fossem acatados.

Tendo em vista que a razão para que as autoridades acatassem as denúncias dirigidas contra os cristãos estava no fato de que esta *superstitio* podia representar uma ameaça à ordem em função de uma estranha mensagem sobre o “reino de Deus”, Justino inclui no seu projeto apologético uma explanação sobre a contribuição cristã ao estabelecimento da paz no Império. Não se podia esperar que uma religião estrangeira, principalmente oriunda de uma nação problemática como a dos judeus, pudesse representar algum benefício. Mas Justino afirma:

Somos vossos melhores ajudantes e aliados para a manutenção da paz, pois professamos doutrinas como a de que não é possível ocultar de Deus o malfeitor, o avaro, o conspirador ou o homem virtuoso, e que cada um caminha para o castigo e salvação eterna, conforme o mérito de suas ações. Com efeito, se todos os homens conhecessem isso, ninguém escolheria por um momento a maldade, sabendo que caminharia para a sua condenação eterna pelo fogo, mas se conteria de todos e se adornaria de virtude, a fim de conseguir os bens de Deus e livrar-se dos castigos (I.12.1-3).

A proposta de Justino apresenta o valor das crenças cristãs. O desenvolvimento da sua teoria será analisado com mais detalhes no próximo capítulo. Neste momento, analisar-se-á a reprovação da moralidade dos não-cristãos. Segundo Paul Veyne (2009), no mundo greco-romano “moral e religião estavam parcialmente ligadas porque se pedia aos deuses que protegessem os bons e castigassem os maus. Deuses e homens julgavam da mesma maneira os bons e maus, pois compartilhavam da mesma moral”. Para os deuses a moral dos mortais também não interessava. A opinião humana sobre os deuses também variava desde a atribuição de virtudes até a lástima por serem egoístas e mercenários. Não era possível pensar nos deuses como senhores vigilantes da justiça. No entanto, os deuses poderiam vingar as injustiças. Não se deve pensar que a religião de gregos e romanos era estática. São identificadas transformações durante os séculos. A filosofia, as mudanças culturais e a *paideia* relacionaram a divindade ao sumo bem e acentuou os contornos entre a religiosidade das pessoas comuns e à dos membros das classes elevadas e dos letrados (BURKERT, 1985).

Varrão¹¹ atribuiu três concepções para os deuses: os deuses das cidades, os deuses vistos pelos filósofos e os deuses das narrativas dos poetas. Segundo Paul Veyne (2009, p. 256), inspirados por Eurípides os estoicos estavam convencidos de que os deuses não podiam se portar mal. Os deuses dos filósofos se afastavam das narrativas mitológicas anteriores para assumirem às vezes o ápice da virtude. Para Platão, os deuses eram a medida de todas as coisas e não seria conveniente receberem oferendas de pessoas desonradas (*Leis* IV.716c,717). A relação entre moral e religião passou por transformação, mas essa mudança ficou restrita a alguns círculos sociais. Para alguns críticos e

¹¹ Apud Agostinho de Hipona, *Cidade de Deus* IV.31,1. Plutarco se referia a três visões sobre os deuses: a dos filósofos, poetas e legisladores (*Amatorius* XVIII.10,765c).

pensadores, o temor religioso seria útil para a contensão humana. Mas essa não era uma opinião comum. Isócrates (viveu de 436 a 338 a.C.) escreveu que: “aqueles que creem que os favores dos deuses e suas punições são maiores do que realmente são prestam um grande serviço à sociedade” (*Busires* 11.24). Mais tarde, Políbio (viveu entre 203 a.C. – 120 a.C.), ao comparar os romanos aos gregos, também destacou o valor das crenças religiosas romanas no estabelecimento da ordem:

muitos poderiam pensar que isso é irresponsável, mas [...] seu objetivo é usar isso como forma de controle sobre as pessoas comuns. Se era possível formar um Estado inteiro de filósofos, isso seria, no entanto, desnecessário. Mas vendo que as multidões são inconstantes, cheios de desejos desregrados, iras irracionais e paixão violenta, o único recurso é mantê-los sob controle pelo terror misterioso e efeitos cênicos desse tipo (*Historias* VI.56,14).

Ainda nesse sentido ele afirma que também não era sem sentido que os antigos promoviam entre as pessoas simples diversas opiniões sobre os deuses e a crença no Hades. Tendo em vista essa importante função da religião na manutenção da ordem, Políbio pensa que aqueles que, em seu tempo, abriam mão da religião agiram de forma precipitada e insensata. Assim ele destaca:

Esta é a razão por que, além de tudo, se aos estadistas gregos é confiada uma única moeda, embora protegidos por dez funcionários de vigilância, muitos selos e o dobro de testemunhas, já não podem ser induzidos a manter a fé; enquanto entre os romanos, em suas magistraturas e embaixadas, homens têm cuidado de grandes quantias de dinheiro e ainda por puro respeito a seus juramentos mantêm a fé intacta. E em outras nações é raro encontrar um homem que meta suas mãos fora do erário público e é inteiramente puro em tais assuntos. Mas entre os romanos é raro encontrar um homem cometendo tal crime (*Historias* VI.56,14).

A necessidade de uma sociedade ter mecanismos para estabelecer a “confiança” ou a “boa fé” entre as relações humanas é sublinhada diante dos efeitos dos questionamentos cultivados pela filosofia e do próprio ideal político-filosófico, que poderia diminuir o valor da religião.

No século II d.C., é Justino quem olha as mais distintas crenças do Império com um tom de superioridade proporcionada pela sua própria religião. A distância entre Políbio e Justino não parece ser um problema. Mas no II século d.C. a filosofia já havia se tornado um elemento essencial da cultura romana e o fluxo das suas interrogações e das suas performances públicas acarretavam algumas transformações de caráter ideológico na sociedade. Como escreveu Paul Veyne (2009. pp. 196-197),

o povo nunca deixou de crer e rezar. Mas em que um romano culto — um Cícero, um Horácio, um imperador, um senador, um notável — podia crer dentro dessa fantasmagoria dos deuses ancestrais? A resposta é categórica: não podia crer em nada; leu Platão e Aristóteles, que, quatro séculos antes,

tampouco acreditavam. Virgílio, alma religiosa, acredita na Providência, mas não nos deuses de seus próprios poemas — Vênus, Juno ou Apolo.

Justino mostra algumas razões pelas quais os cristãos não compactuavam com os demais deuses e com a religião tradicional romana e ainda aponta aquilo que considera ser o caráter racional da verdadeira filosofia, isto é, da religião cristã. Por isso ele escreve: “as nossas doutrinas não são vergonhosas, mas superiores a toda filosofia humana” (II.15.3.). Pois, como ele próprio diz: “nos condenam sem saber se praticamos as coisas vergonhosas de que nos acusam, comprazem-se com deuses que as fizeram e ainda exigem dos homens coisas semelhantes” (II.14.2). Deste modo, o apologista destaca a incoerência em se pensar que os povos seriam contidos por temor a deuses tão imoderados quanto os próprios homens em suas paixões. Por outro lado, também, o temor ao Imperador, ou a fidelidade demonstrada por meio do culto imperial são apontados como algo que representa uma forma superficial de controle, pois, “aqueles que agora, por medo das leis e dos castigos por vós impostos, ao cometer seus crimes procuram escondê-los, [...] sabem que sois homens e que, por isso, é possível ocultá-los de vós” (I.12.3). Esse “medo” das leis era um temor ao que é humano e falível.

Em síntese, é apresentado um mecanismo de controle tido como mais eficiente: “se se inteirassem e se persuadissem de que não se pode ocultar nada a Deus, não só uma ação, mas sequer um pensamento, ao menos por causa do castigo se moderariam de todos os modos, como vós mesmos haveis de convir”. Por essa razão, ele considera que a disseminação das crenças cristãs contribuiria para que as pessoas agissem de modo moderado e respeitoso de acordo com a moral cultivada na comunidade e ainda em atentar fidelidade ao Império.

Sua estratégia apologética, portanto, não pode negar que as crenças cristãs reprovavam uma série de diversos conjuntos de ideias, ações e interações, as quais caracterizam um quadro da organização social. No entanto, essa nova religião deveria ser encarada como uma dessemelhança absoluta. Vários pontos de contato entre a cultura pagã e a doutrina dos cristãos são estabelecidos para convencer sobre esse aspecto. Os deuses e a religião pagã deveriam ser rejeitados por serem incoerentes com a moralidade segundo as narrativas antigas. A fé cristã é apresentada como um mecanismo eficaz de controle e de organização social que exige uma mudança subjetiva antes de um reflexo socialmente objetivo. Por isso, segundo seu ponto de vista a condenação dos cristãos acatada pelos governantes locais é uma forma equivocada de manter a ordem. Em grande medida, essa forma de controle que emerge dos clamores reativos populares estaria impelindo os governantes a acatarem a condenação do *nomen Christianum* sem conhecerem de fato a forma de pensar dos cristãos. Por isso, Justino procura afirmar que os cristãos são os melhores auxiliares na manutenção da paz no Império.

Conclusão

A postura do apologista não pode ser tomada como a mesma de todos os grupos cristãos que se espalhavam pelo Império em meados do II século. O próprio Justino manifesta sua discordância quanto a alguns grupos também de autodenominavam cristãos. Mas a apresentação dos cristãos como colaboradores na manutenção a paz revela, além de uma disposição proselitista, uma inclinação cristã para pensar sua condição e adaptação ao mundo romano. Por meio da análise do pensamento de Justino, temos contato com ensaios de uma reflexão que ganhará força mais tarde delineando os contornos da função social da religião cristã.

Referências Bibliográficas

- AMES, C. Religião e controle social no mundo romano: a proibição das Bacanais em 186 a.C. Traduzido por Nathalia Monseff Junqueira. Conferência do I Colóquio Internacional e III Colóquio Nacional do LEIR (Laboratório de estudos sobre o Império Romano) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Franca. Setembro de 2010. **História** [online]. 2010, vol.29, n.2, pp. 341-356. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200019>. p. 342.
- BEARD, M.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. **Religions of Rome**, v. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. (ed.). **DICIONÁRIO crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.
- BURKERT, Walter. **Greek Religion**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- COWLEY, Angela. **Religious Toleration and Political Power in the Roman World**. Tesis submitted for the Master in Arts. McMaster University, 2008.
- De Ste. CROIX, G.E.M. Why were the Early Christians persecuted? – A Rejoinder. **Past and Present**. n.27, 1964. pp. 28-33.
- De Ste. CROIX, G.E.M. Why were the Early Christians persecuted? **Past and Present**. n.26, 1963.
- DODDS, E.R. **Pagan and Christian in an Age of Anxiety**. Cambridge: Cambridge University Press, 1963.
- GALLINI, Clara. **Protesta e integrazione nella Roma antica**. Bari: Laterza, 1970.
- GIBBON, Edward. Number of Christians in the Empire under Diocletian and Constantine. In _____. **The History of the Decline and Fall of the Roman Empire**. ed. J.B. New York: Fred de Fau and Co., 1906.
- GOFFMAN, E. **Estigma: la identidade deteriorada**. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.
- GOFFMAN, E. **Relations in Public**. New York: Basic Books, 1971.
- GOODMAN, Martin. **Mission and conversion: proselytizing in the religious history of the Roman Empire**. Clarendon: Oxford University Press, 1994.
- GORDON, Richard. O véu do poder. In: HORSLEY, Richard A. **Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial romana**. São Paulo: Paulus, 2004.
- HORSLEY, Richard A. **Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial romana**. São Paulo: Paulus, 2004.
- INNES, M. **Understanding social control: Deviance, crime and social order**. Berkshire, England: Open University Press, 2003.
- JANOWITZ, Morris. Sociological Theory and Social Control. **American Journal of Sociology**. v. 81, n. 1, Jul. 1975, pp. 82-108.



- MACMULLEN, R. **Paganism in the Roman Empire**. New Haven & London: Yale University Press, 1981.
- MINNS, Denis; PARVIS, Paul (ed). **Justin, philosopher and Martyr, Apologies**. New York: Oxford University Press, 2009.
- PRICE, S. **Rituals and power: the roman imperial cult in Asia minor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ROBINSON, O. F. **The criminal Law of the Ancient Rome**. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1995.
- ROSA, Claudia Beltrão. A religião da *Urbs*. In: SILVA, Gilvan Ventura da Silva; MENDES, Norma Musco. (org.) **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 141.
- SALLER, R. **Personal patronage under the Early Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- SHERWIN-WHITE, A.N. Why were the Early Christians persecuted? – An amendment. **Past and Present**, n. 27, 1964.
- SIMON, M.; BENOÎT, A. **Giudaismo e Cristianesimo: una storia antica**. Roma/Bari: Laterza/Figli Spa, 2005.
- TOPOLSKY, Jersy. **Metodologia de la historia**. Madrid: Ediciones Catedras, 1992.
- URCH, Erwin J. Early roman understanding of Christianity. **The classical Journal**, v. 27, n. 4, pp. 255-262, jan/1932.
- VEYNE, P. Império Romano. In: DUBY, G.; ÁRIES, P. (Org.). **História da vida privada**, 1: Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- VEYNE, Paul. **O Império Greco Romano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- WALLACE-HADRILL, Andrew. Patronage in Roman Society: From Republic to Empire”. In: _____. **Patronage in Ancient Society**. New York: Routledge, 1989.
- ZANKER, Paul. O poder das imagens. In: HORSLEY, Richard A. **Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial romana**. São Paulo: Paulus, 2004

As debutantes no Jornal das Moças (1960-1961): memória e cultura das adolescentes

Amanda Maria Israel Cancian
Universidade Estadual de Maringá
Ivana Guilherme Simili (Orientadora)

INTRODUÇÃO

Debutante é a palavra usada para designar a adolescente que completa quinze anos de idade. A palavra vem do francês *débutante*, que significa iniciante ou estreante numa outra etapa da vida, a juventude. Assim, as debutantes carregam os fios que as ligam a adolescência e à juventude, com as transformações biológicas e produções de significados para as aparências que acompanham as mudanças de identidades.

São para estes aspectos que Lurie (1997, p. 51) acena ao comentar que,

[...]desde sua invenção a roupa tem sido usada para diferenciar ao jovem do velho. Nas sociedades primitivas, a iniciação na masculinidade ou na feminilidade era assinalada, ganhando se roupas e acessórios novos e adultos.

A reflexão da autora permite considerar as roupas e a moda como esferas e instâncias modeladoras das aparências e das subjetividades (CASTILHO, 2004), que, como tais, desempenham papéis significativos nas produções de significados para as idades da vida.

OBJETIVOS

Analisar a “moda debutante” no “Jornal das Moças”, para caracterizar e identificar as noções e os valores sobre modos de vestir, de se comportar, de viver e de se divertir como jovens, disseminados entre as garotas dos anos 1960-1961.

JORNAL DAS MOÇAS: UMA REVISTA 100% FAMÍLIA



A Revista semanal *Jornal das Moças*, foi publicada de maio de 1914, permanecendo no mercado até dezembro de 1961, na cidade do Rio de Janeiro, ela foi fundada por Agostinho Menezes. Através de Liana Pereira Borba dos Santos que se debruça na investigação desta revista e de outros periódicos que tratam da mulher, descobrimos que de acordo com editorial de 1955, *Jornal das Moças* nasceu:

Com a finalidade de ser para o lar, para a mulher na sociedade, ou 100% para a família, desde 1914. Esperamos, assim, que as nossas leitoras queridas e tão amáveis sempre em nossas iniciativas, que compreendam a nossa situação e continuem a dar o seu amparo, a nossa jornada através dos tempos, servindo a família, com os nossos conselhos, e os nossos trabalhos, porque são os grupos de famílias que formam uma pátria forte e respeitada". (Jornal das Moças, janeiro de 1955, nº 2064, p. 18)

No *Jornal das Moças*, artigos referentes a assuntos domésticos, como decoração da casa, culinária, noções de higiene e beleza, dividiam espaço com notícias sobre o cenário artístico no Brasil e em Hollywood e com anúncios de produtos diversos. As publicações possuíam, em média, 76 páginas, confeccionadas em papel de boa qualidade, com dimensões próximas a de uma folha A4. Grande parte das páginas era monocromática, com exceção das capas e contracapas e dos moldes de indumentárias disponibilizados em seu interior, o que evidencia um dos seus ingredientes, a moda.



Figura 1. Capa da edição nº 2391 de 13-04-1961 do *Jornal das Moças*, com os dizeres: *Este é o conjunto mais Bossa Nova que existe para os brotinhos e os seus Moldes estão no Suplemento [...]*.

A revista tinha como alvo as mulheres da classe média, o que fica evidente no preço de seus exemplares - no ano de 1950 a revista custava Cr\$ 3,00, e 1959, o preço da revista era de Cr\$15,00 e continuou a subir nos anos seguintes - e principalmente nos produtos anunciados em suas páginas. O *Jornal das Moças* era também uma revista “100% família”, sendo assim, falava também sobre o cotidiano das famílias tradicionais. *Jornal das Moças* - A revista de maior penetração no lar – este era seu slogan, essa ferramenta de marketing ajudava a evidenciar o conteúdo.

Para Luca (2012, p.463), “as revistas ensinam, aconselham, propõem, indicam condutas (o que fazer ou vestir, como agir ou se portar, do que gostar, o que é de bom ou mal tom em situações específicas). Logo, os periódicos de forma geral, podem ser concebidos como pedagogias-culturais de moda que “modalizam”, “maneiras de o sujeito materializar-se como presença; propõe continuidades e rupturas; inaugura, recupera e antecipa tendências e perspectivas”. (CASTILHO, 2004, p. 17).

A MULHER E SUAS MUDANÇAS

Para Bassanezi (2012), até a primeira metade do século XX recaía sobre a mulher certa responsabilidade que pode parecer um tanto cruel. Ainda hoje, uma jovem solteira que fique grávida não é vista como a perfeita imagem de constituição de uma família, mas naquela época, os anos 1960, era um grande motivo de vergonha, pois a moça manchava a honra de sua família, assim não era sequer mais respeitada pela sociedade e seu futuro como mãe e esposa estaria afetado. As conquistas femininas fizeram com que sua imagem mudasse, trazendo também mudanças em relação às expectativas sobre as mulheres e uma nova ótica para situações que envolvessem as mulheres.

Quando se pensa na figura feminina ao longo da história, existem diversas representações sobre sua imagem, no sentido de dizer como a mulher é e como ela deveria ser. Algumas destas têm maior aceitação e duram por maior tempo, já outras são completamente estagnadas. Essas representações das mulheres são muito importantes, uma vez que elas podem influenciar os chamados fatos sociais descritos por Émile Durkheim, assim, ao mesmo tempo em que um modelo feminino influencia a sociedade em relação à mulher, o faz no sentido contrário. Para o estudo da mulher na sociedade, segundo Bassanezi (2012), podemos considerar dois períodos: um primeiro que vai do início do século XX até o início da década de 1960 onde há a consolidação de modelos rígidos femininos e um segundo, que começa na metade dos anos 1960 e persiste até hoje, onde as indagações sobre os antigos modelos geraram a flexibilização da imagem feminina, passando esta a incorporar novas ideias.

Até a primeira metade do século XX modelo que se tinha da mulher era de que ela servia exclusivamente para constituir família: nascia, crescia, se casava, ia morar com o marido, tinha filhos, cuidava da casa, do marido e dos filhos. Ou era filha ou era mãe. Tinha uma imagem frágil e dependente do marido. O que fica evidente na figura 2. Para que esse modelo se cumprisse com perfeição era necessário que a mulher se mantivesse casta até seu casamento. Sua pureza deveria ser protegida de outros homens e até de si mesma, pois era um fator determinante na honra de toda a família e imagem da moça, sendo assim essencial para conseguir um bom casamento. Porém a modernização trouxe um aumento nos espaços sociais, novos hábitos de trabalho e consumo e novas relações sociais. Para que o modelo feminino não se perdesse em meio a tantas novidades foi preciso demarcar seu papel na sociedade através de normas para que suas condutas a garantissem o respeito social.

Figura 2. A arte de ser esposa. (Jornal das Moças, Rio, 3-11-1960 n.º 2.368)

Preocupados com a ordem pública, os mais importantes grupos profissionais e sociais se uniram em



defender a essa questão da moralidade feminina, e a imprensa tratava de divulgar o modelo ideal da mulher na nova sociedade. Mesmo que tivesse que sair às ruas para suas obrigações, o

lugar da mulher continuava sendo em casa e suas prioridades continuavam sendo a família, não devendo procurar essa realidade. Para facilitar o entendimento, na época era mostrado o oposto ao modelo ideal, aquilo que as mulheres deveriam evitar. Além desta distinção da mulher de família, a elite buscava demarcar o espaço social da mulher, por exemplo, afastando as zonas de prostituição dos bairros residenciais e separando os locais de intimidade dos locais de convívio social dentro das residências.

Em relação aos filhos, eram muito mais desejados os meninos, uma vez que as meninas deveriam ser vigiadas e educadas para cumprir seus deveres femininos. A educação e a cultura faziam da mulher melhor dona de casa, mãe e esposa, porém não deveriam querer competir ou trocar de posição com os homens, podendo as solteiras exercer profissões como professoras secretárias e balconistas.

Segundo Bassanezi,

[...] ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, a maternidade, o casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina sem limites, sem história, sem possibilidade de contestação (BASSANEZI, 2006 p. 609).

A partir da segunda metade da década de 1960 várias transformações levam a mudanças nas imagens das mulheres. Esta década é marcada pelos Anos Rebeldes, que opõem se aos Anos Dourados, o começo de uma nova era que chega aos nossos dias.

A migração do campo para a cidade aumenta o número de pessoas nessas. Mais pessoas, mais estilos de vida, mais mudanças de comportamento. As mulheres ganham mais acesso a empregos, assim conquistando sua independência econômica, segurança e status. A distância entre homens e mulheres diminui, esses leem os mesmos jornais, assistem TV, estudam trabalham.

Esse processo veio acompanhado de consciência crítica. Em 1961 surge a pílula anticoncepcional, dando mais liberdade as mulheres, ajudando a diminuir o tamanho das famílias, com esta a mulher se sente mais “liberada”, ela tem o direito de se sentir prazer, com mais informalidade nas relações. “Em 1962, as esposas brasileiras obtiveram, no Estatuto Civil da Mulher Casada, o reconhecimento do papel de “colaboradora” do marido na sociedade conjugal.” (BASSANEZI, 2012, p.514). Nos anos 1960 e 1970 as diferenças curriculares nas escolas vão diminuindo, o que permite o maior ingresso das mulheres também nas universidades.

Os jovens de modo geral, homens e mulheres começam a se destacar na cena pública. Chamam atenção em manifestações estudantis, políticas e artísticas e nos seus modos de se vestirem. Os jovens

começam a contestar qualquer tipo de autoridade – seus pais, maridos, professores, padres ou governantes. Assim, surge um novo termo, o diálogo, eles ganham voz. A juventude se torna um ideal. E estes surpreendem e desafiam os padrões.

Esta é a época do surgimento da minissaia, as moças passam a também usar calças jeans, o biquíni não causa mais tanto escândalo, os jovens se divertem mais à vontade, passeando em suas lambretas ou com seus “possantes”. Surgem os movimentos de esquerda, o feminismo, os hippies que pregavam o amor livre e tinham a forma mais desprezada dos valores e morais da época.

Dessa forma, a juventude passa a fazer parte de uma relativa massificação, mas não sem buscar sua própria identidade. Ora, a indústria do jeans passava a crescer. Nesse sentido, a juventude se via massificada mesmo, num primeiro momento. Todos usariam um mesmo estilo de roupa. Porém, é justamente através dessa massificação que se realizará a principal mudança destes jovens. Assim, é a partir desse momento de massificação que o ideário rebelde passa a ser construído. A busca é pela identidade que se pode criar através dessa massificação. A moda começa a ser construída, nesse ponto, como representação individual do jovem rebelde. (TRINDADE; SOBRINHO)

A mudança é menor nas pequenas cidades, nessas as diferenças são sentidas mais lentamente. Mesmo nos grandes centros gerou discussões, nem tudo foi aceito com grande naturalidade desde o princípio. Existiram processos para que essas mudanças ocorressem.

A década de 1960 parece ser um divisor de águas, -tanto no Brasil quanto no mundo- os vários acontecimentos que antecedem ou que ocorreram durante este período trazem consigo mudanças, no campo político (ascensões de várias ditaduras, inclusive no Brasil), no campo cultural, no campo social. Afetando a todos, inclusive o que se faz nosso objeto de estudo, os jovens, as mulheres e a moda.

A especificidade e as características da moda jovem dos 1960 foi objeto do estudo de Maíra Zimmermann (2013), *Jovem Guarda: moda, música e juventude*. O pressuposto do trabalho é o de que o Brasil dos anos 1960 foi palco de um processo que revolucionou a música e a moda. O fenômeno foi impulsionado pela divulgação midiática da ‘invasão britânica’, liderada pelos Beatles, e pela fervilhante *Swing London*. Assim como no cenário internacional, os jovens brasileiros buscavam inspirar-se em novos modelos comportamentais. Influenciados pelo Beatles desenvolve-se o rock nacional que se relaciona ao surgimento de cantores e cantoras como Roberto Carlos, Wanderléia; o estilo de vida e a rebeldia dos/as jovens estadunidenses divulgado nos filmes contribuíram para a modelagem das subjetividades das garotas e dos garotos em que ser jovem e moderno era rebelar-se, mediante práticas visuais e de comportamentos que



questionassem noções e conceitos constituídos sobre modos de ser e de vestir. Amparados pelos meios de comunicação, inclusive, pela televisão, a partir da segunda metade dos anos 1960, os “adolescentes não apenas passaram a se comportar como jovens, como a se vestir como tal”. O mercado de produção de roupas para jovens cresce significativamente no país, definindo e comunicando a existência de jovens e a cultura da juventude, a qual redefine a noção de beleza. (ZIMERMANN, 2013).

A juventude é um conceito histórico, social e cultural, afirmam Levi e Schmitt (1996) e, como tal, marcado pelas variações temporais e espaciais e por múltiplos significados. No cerne da definição encontra-se uma mudança de tratamento dispensado pela sociedade com suporte nas idades da vida que separa e distingue a infância do mundo adulto. Nessa construção de representações, a idade transforma-se em elemento para classificar a criança, o jovem e o adulto. Nessa classificação, o biológico é interpretado em função dos papéis sociais, por meio dos quais as diferenças culturais das idades e dos gêneros adquirem significados. São para esses pontos que os autores acenam ao comentarem “a diferença cultural entre rapazes e moças, já acentuada na socialização infantil, é institucionalizada na juventude” (LEVI;SCHIMITT, 1996, p. 14).

A juventude está na mídia, nas ruas, nas escolas, nas universidades. As adolescentes e as jovens, com seus modos de ser, de viver, de pensar, de se comportar e de vestir levantam questões, propõem reflexões sobre o moderno e o tradicional, entre as permanências e as mudanças nos modelos de feminino e de masculino; de masculinidade e de feminilidade, entre tantas outras temáticas. O surgimento de um mercado de roupas que proporcionava às jovens que elas se diferenciavam de suas mães marcou significativamente a cultura das aparências.

A partir de Lurie (1997, p. 51), observamos que seu pensamento ajuda a entender as dinâmicas das relações entre as roupas e as diferenciações das idades, “desde sua invenção a roupa tem sido usada para diferenciar o jovem do velho”, em que os rituais de “passagem” de uma idade para outra são marcados por adornos, acessórios ou o que podemos denominar de indumentária, como a soma de todos os elementos constituintes de sentidos para as aparências. (CASTILHO, 2004).

AS DEBUTANTES



O mapeamento das informações existentes nas apresentações das debutantes permite dizer que as garotas pertenciam aos segmentos da elite carioca. Logo, é de se pensar que por meio delas, os valores dominantes do casamento, da família e da felicidade conjugal encontravam um meio de expressão e de comunicação social:

Como os bailes serviam, entre outras coisas, para aproximar, sob vigilância dos pais, as “moças de boa família” e “bons partidos”, obviamente não eram abertos a “qualquer um”. Frequentar um clube “das altas rodas” ou ter sua foto em um baile publicada na coluna social de um jornal de prestígio era sinal de *status* em qualquer cidade. (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 157)

As imagens e representações encontradas para as debutantes permitem caracterizá-las como pertencentes e representantes do modelo tradicional de feminino e de feminilidade, ou seja, para elas, a “nova idade” dos 15 anos significava chegar mais perto do casamento, modelo dominante de felicidade para as mulheres daqueles anos.

[...]os bailes de debutante, em que meninas de 15 anos são “apresentadas à sociedade” e se tornam o centro das atenções, guardam resquícios do tempo em que arrumar marido era o objetivo maior da mulher, como evidenciam as palavras de Chiquita Faria, a madrinha das debutantes de 1980 do Clube Itajubense (de Itajubá, sul de Minas Gerais):

‘[...] Um lembrete a vocês, queridas meninas: (aqui entre nós) dizem que Itajubá é uma fábrica de maridos!’ (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 157)

As roupas, as fisionomias e gestos como elas eram apresentadas ao público reafirmam o princípio de que o recato das atitudes e das roupas eram elementos valorizados, definindo, assim, a “boa moça” pelos trajes, pelo olhar. As roupas eram “fechadas” nas aparências, em nada marcando e mostrando o corpo.

O namorado era, em geral, entre 2 ou 5 anos mais velho que a moça. Aos 14 ou 15 anos muitas meninas participavam dos bailes de debutantes onde eram oficialmente “apresentados á sociedade”. Em meados do século XX, a participação nos referidos eventos sociais, bem como nas famosas festas de aniversário de 15 anos, demarcava, entre as “famílias de bem”, a passagem de meninice para a mocidade. (AREND, 2012, p.73)

As propostas de vestidos para debutantes evidenciam que a “roupa da festa dos 15 anos” denotam as influências da “moda noiva”. As semelhanças entre os vestidos de noiva e das debutantes eram nítidos. (Figura 03).

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014



Figura 3. Capa do *Jornal das Moças* n.º 2.363. Rio de Janeiro, 29-09-1960. SENHORITA ELZA REGINA DE OLIVEIRA BECKER DEBUTANTE DE 1960.

É válido trazer trechos de entrevista da coluna *Um Broto Por Semana*, na qual o jornalista Jorge Nogueira (em destaque no canto superior direito da figura 4 - fragmento de sua coluna na revista n.º 2.358, Rio de Janeiro, 11-08-1960), conversava com algumas moças da alta sociedade carioca. Nesses trechos ficam evidentes alguns valores das moças que refletem os da época e claro a importância dos bailes de debutantes e o casamento para as boas moças e de famílias.

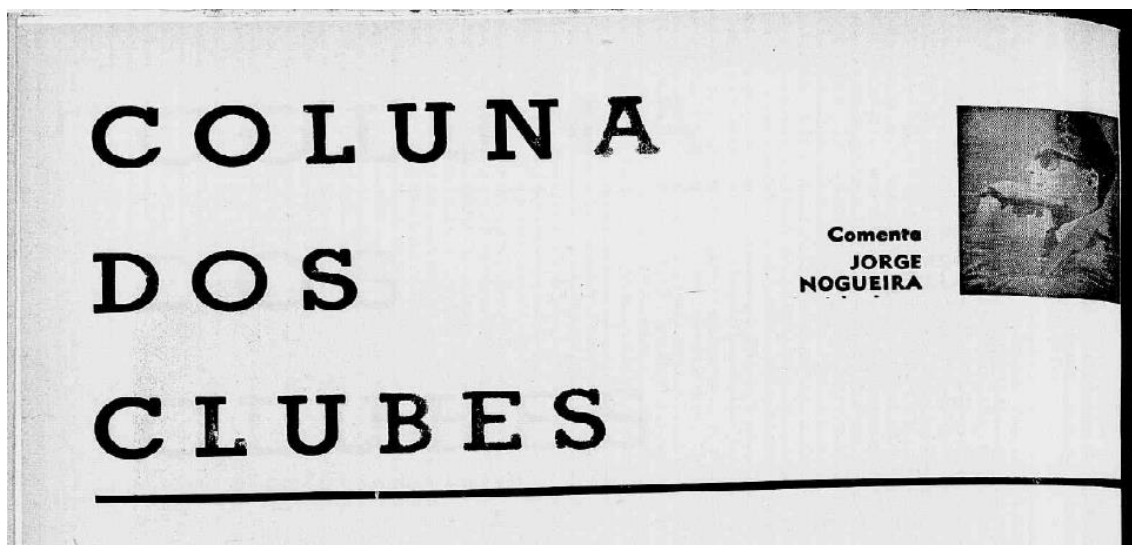


Figura 4. Jorge Nogueira, colunista do *Jornal das Moças*, responsável pela coluna *Um Broto por Semana*.

Revista *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 25-08-1960, nº 2.358.

Coluna *Um Broto Por Semana* de Jorge Nogueira, entrevista Nazareth Teodoro da Silva, jovem de 17 de Juiz de Fora, MG,

O entrevistador indaga: Qual seria sua maior ambição?

A moça responde: Seria o casamento.

Revista *Jornal das Moças*, Rio de Janeiro, 29-09-1960, nº 2.363.

Coluna *Um Broto Por Semana* de Jorge Nogueira, entrevista Marise Boal Lussac (figura 5), jovem de 18 anos do Rio de Janeiro.

Sua maior recordação?

Meu Baile de Debutante, no Fluminense F. C., Por coincidência, nesse dia em completava realmente 15 anos. Foi um "debut" bem original.



Figura 5. A jovem Marise Boal Lussac, sendo entrevistada por Jorge Nogueira. (1960)

Revista Jornal das Moças, Rio de Janeiro, 6-10-1960 n° 2.364.

Coluna Um Broto Por Semana de Jorge Nogueira, entrevista Maria Helena da Costa Thomé (figura 6), jovem de 19 anos do Rio de Janeiro.

P- Somos ambiciosos em alguma coisa na vida, qual é a sua ambição?

R- Desejo ardentemente formar-me professora e, para não fugir à regra, casar e ter um lar feliz.

P- Quais as qualidades principais que você considera para o sexo masculino e feminino?

R- O homem deve ter vontade própria e indispensável caráter. Na mulher simplicidade, personalidade e fidelidade (esta a maior qualidade que a mulher deve possuir).

P- Qual a melhor festa que você já participou?

R- A que me lembro como verdadeira festa de recordações foi o meu baile de 15 anos.



Figura 6. A jovem Maria Helena da Costa Thomé, sendo entrevistada por Jorge Nogueira. (1960)

Revista Jornal das Moças, Rio de Janeiro, 30-10-1960 n° 2.365.

Coluna Um Broto Por Semana de Jorge Nogueira, entrevista Margarida Faragó de 16 anos.

P — Ambiciosa como todos nós, que pretende na vida?

R — Não tenho dúvida em afirmar que a minha maior ambição é colocar o véu e agrinalda, subir ao altar da igreja da Candelária e dizer o "Sim" ao lado da pessoa amada.

P — Como uma futura dona de casa, tem a obrigação de conhecer boas comidas, qual seria o prato preferido para o seu futuro marido?

R — Sem saber o gosto que ele terá eu lhe prepararia uma boa macarronada bem à italiana, porque é o meu prato predileto.

P — Como uma moça elegante da nossa sociedade, sei que você tem bom gosto, qual é a sua opinião nesse sentido?

R — Diria que a moda francesa, sem dúvida alguma, é a mais aceita e aprovada em nossos meios sociais.

P — Nos homens e nas mulheres o que você aprecia mais?

R — No homem exijo a sinceridade e o caráter e na mulheré indispensável a simplicidade e a feminilidade.

Revista Jornal das Moças, Rio de Janeiro, 10-11-1960 n.º 2.369

Coluna Um Broto Por Semana de Jorge Nogueira, entrevista Sônia Maria Corrêa.

Qual a sua maior recordação?

R — A minha festa de 15 anos; trago-a como uma doce lembrança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, conclui-se que, as orientações e os conselhos para as meninas que debutavam no mundo das jovens era para que elas cultivassem e aproveitassem as sociabilidades – os bailes -, em

particular, conquistar um namorado que pudesse tornar-se marido. Cuidar da beleza e modificar o guarda-roupa transformam-se em indicativos da nova etapa da vida e dos valores da feminilidade que se agregam às aparências e movimentam o consumo de moda. É interessante perceber a debutante não só aquela que faz uma festa para comemorar seus 15 anos, (não necessariamente elas tinham 15 anos ao debutar) na verdade este é como um rito de passagem. Aquela que debuta está se apresentando para a sociedade de acordo com os conceitos mais tradicionalistas, como uma jovem mulher que recebeu a educação de sua família e principalmente de sua mãe para ser um broto que quando devidamente casada desabrochará dentro de seu lar. A jovem mulher que recebeu a educação necessária, aquela que tem como passatempo leituras apropriadas, tricô e costura, que compreende o funcionamento de uma casa, sabendo assim cozinhar, limpar, lavar, mas que não se descuidará de sua aparência para que além de uma bela casa o marido possa contemplar uma bela esposa. O *Jornal das Moças* era uma revista conservadora, uma “Revista da Família”, diferente de outros periódicos do período que tratavam do mesmo tema como a *Querida*, que era mais moderna. O modelo em que as debutantes do *Jornal das Moças* se enquadram dentro dos propostos por Bassanezi (2012), é com certeza o Rígido. A mulher inserida numa sociedade em que ela é “menos” que o homem, em que suas obrigações de esposa e mãe não deixam espaço para que ela tenha realizações pessoais além da familiar. As jovens, as debutantes, se apresentam a sociedade dentro de um padrão em suas mães, suas avós e outras que antes delas viveram. As sementes da mudança já haviam sido semeadas, os processos dessas haviam começado a se desenvolver já nos anos 1960.

REFERÊNCIAS

- AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. SP. Contexto, 2012.
- BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 619.
- BENTO, Berenice. Performances de gênero e sexualidade na experiência transexual. In: LOPES, Denílson et. al. (Orgs.) *Imagem e diversidade sexual: Estudos da homocultura*. São Paulo: Nojosa, 2004.
- CASTILHO, K. **Moda e linguagem**. SP: Ed. Anhembi. Morumbi, 2004.
- JORNAL DAS Moças. Disponível em: < <http://hemerotecadigital.bn.br/acervodigital/jornal-mocas/111031> >. Acesso em: 27 ago. 2013, às 21:00h



- _____ Jornal das Moças, Guanabara, nº 2391 de 13-04-1961
- _____ Jornal das Moças, Rio de Janeiro, n.º 2.368, 3-11-1960
- _____ Jornal das Moças, Rio de Janeiro, n.º 2.369.10-11-1960
- _____ Jornal das Moças, Rio de Janeiro, nº 2.358, 25-08-1960
- _____ Jornal das Moças, Rio de Janeiro, nº 2.364, 06-10-1960
- _____ Jornal das Moças, Rio de Janeiro, nº 2.365, 30-10-1960
- _____ Jornal das Moças, Rio de Janeiro, nº 2.363, 29-09-1960

LEVI, Giovanni; SCHIMITTI, Jean Claude; MOULLIN, Nilson. História dos jovens. SP: Cia das letras, 1996.

LUCA, T. Imprensa feminina. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. SP. Contexto, 2012.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmem. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (Org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. SP. Contexto, 2012.

PINSKY, Carla B. A era dos modelos flexíveis. In: PEDRO, Joana M. (Org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. SP. Contexto, 2012. p. 513-544.

PINSKY, Carla B. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, Joana M. (Org.) **Nova História das mulheres no Brasil**. SP. Contexto, 2012. p. 469-512.

SANTOS, Liana. Título: subtítulo. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TRINDADE, Débora Agatha Rebecchi; SOBRINHO, Bruno. **A Juventude dos anos dourados: o tradicionalismo pós-guerra e a ruptura rebelde como prenúncio de revolução e vontade de liberdade**. LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Disponível em <<http://lemad.fflch.usp.br/node/283>> acesso em 19/06/2014.

ZIMMERMANN, Maíra. **Jovem Guarda: moda, música e juventude**. SP: Estação das Letras e Cores; Fapesp, 2013.

Nina Rodrigues e João do Rio: um olhar acerca dos ritos de iniciação.

Ana Paula de Assis Souza (LERR-UEM)
Vanda Fortuna Serafim (PPH – UEM)

Resumo: A presente comunicação visa apresentar Nina Rodrigues e João do Rio. Ambos foram importantes pensadores que, ao final do século XIX e início do século XX, produziram, respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro, estudos sobre a cultura e religiosidade africana. Nesse sentido, o intuito desta comunicação é pensar a importância destes dois autores para o estudo da história das religiões e perceber as leituras por eles realizadas sobre as crenças afro-brasileiras, os ritos iniciáticos, mais especificamente.

Palavras-chave: Ritos de Iniciação; Nina Rodrigues, João do Rio.

Pensar ritos de iniciação envolve considerar o comportamento técnico racional e o comportamento mágico ou ritual e não necessariamente em esferas opostas. No que tange aos ritos na perspectiva sociológica e funcionalista, se subentende que rito destinasse para renovar as consciências de todos os indivíduos do mundo moral e social, ou seja, com a intenção de reforçar os vínculos entre indivíduo e sociedade. Assegurando a manutenção da ordem social e política, reafirmando sua estrutura e organização. Na religião, os rituais e os símbolos despertam nos indivíduos uma ação coletiva capaz de modificar a consciência dos mesmos. Acrescenta que os rituais de iniciação correspondem a uma passagem do obrigatório ao desejável, do somático com o estrutural e o normativo, reforçando a ordem fisiológica e sociomoral. (DOUGLAS, 1998).

Pensar a iniciação a partir de Mircea Eliade (1992), por outro lado, significa considerar a presença de um transcendente e operacionalizar o conceito de hierofania, que significa algo sagrado que se revela, de ordem diferente, objeto, pedra ou uma árvore. Esta “*manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo*”. O rito para Eliade é abordado como ensinamento, ou seja, manifestar característica do espírito humano simbolicamente. Eliade sublinha a relativa diversidade dos tipos de iniciação e dos cenários iniciáticos, existem ritos coletivos e seletos, masculinos e femininos que perpassam nascimento e morte.

Quanto aos rituais iniciáticos ele classifica como ritos de puberdade, de entrada e de iniciações individuais, que corresponde a uma cerimônia de admissão a uma sociedade secreta ou a uma faixa de idade, ou ainda, a uma experiência paradoxal, sobrenatural, de morte e ressurreição, ou de segundo nascimento. O iniciado é aquele passou a conhecer os mistérios, “é aquele que sabe”. (ELIADE, 1992)

A iniciação comporta geralmente uma tripla revelação: a do sagrado, a da morte e a da sexualidade. A criança ignora todas essas experiências; o iniciado as conhece, assume e

integra em sua nova personalidade. Acrescentemos que se o neófito morre para sua vida infantil, profana, não- regenerada, renascendo para uma nova existência, santificada, ele renasce também para o modo de ser que torna possível o conhecimento, a ciência. O iniciado não é apenas um “recém- nascido” ou um “ressuscitado”: é um homem que *sabe* que conhece os mistérios, que teve revelações de ordem metafísica (ELIADE, 1992, p.153).

Equivale ressaltar que os ritos apresentam ações complexas dentro de processos de crenças mágicas e religiosa nas quais destinam explicar fenômenos naturais e sobrenaturais de um povo. Passemos agora a Nina Rodrigues e João do Rio e forma como os ritos de iniciação nas crenças afro-brasileiras são descritos em suas obras.

Nina Rodrigues e as crenças afro-brasileiras.

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em 4 de Dezembro de 1862 em Vila do Manga, atualmente sede do Município de Vargem Grande no Maranhão, faleceu em 17 de julho de 1906, em Paris. Filho do Coronel Francisco Solano Rodrigues e Luiza Rosa Nina Rodrigues, sendo ele dono do Engenho São Roque, plantador de algodão, cana de açúcar e criador de gado na região. E ela mãe de mais seis filhos, seria descendente de uma família sefardim que veio para o Brasil fugindo da perseguição aos judeus na Península Ibérica. (CORRÊA, 2001).

A formação de Nina tem muito da origem familiar e seus descendentes. Coursou Medicina na Bahia até o quarto ano, iniciado em 1882, os outros dois transferiu-se para a Faculdade do Rio de Janeiro onde se formou em 1887. Nina Rodrigues após sua defesa da tese de doutorado com o tema *Das Amiotrofias de Origem Periférica* clinicou em São Luís do Maranhão e escreveu vários artigos sobre a higiene pública da população maranhense. Sua carreira foi sendo direcionada para a academia da Faculdade como professor à medida que começaram as publicações na Gazeta Médica da Bahia a cerca da lepra e do quadro classificatório das raças no Brasil. Em 1889 prestou concurso para a Faculdade de Medicina da Bahia no qual se tornou adjunto da 2ª Cadeira de Clínica Médica. Casou-se com Maricas filha do Conselheiro José Luiz de Almeida Couto e teve uma filha chamada Alice. (CORRÊA, 2001)

Nina Rodrigues não se destacou somente na atuação enquanto médico, mas se dedicou as pesquisas científicas sobre temáticas diversas, dentre elas, raças e criminologia biológica. Também se debruçou durante cinco anos aos estudos sobre a forma e a natureza do sentimento religioso dos negros baianos. Sendo ele o primeiro a realizar estudos sobre as religiões, cultos e as práticas mágicas dos negros da Bahia, mais especificamente o *candomblé yorubano*, a partir dos quais podemos conhecer um pouco dos ritos de iniciação.

No campo das ciências biológicas e médicas as instituições pioneiras foram as faculdades de Medicina da Bahia e a do Rio de Janeiro, fundadas em 1832, quando sucederam as escolas cirúrgicas criadas no período joanino. Ambas sofreriam influências das vertentes deterministas que as ciências da vida esposaram a partir da difusão das teses evolucionistas em todo o Ocidente. Não obstante o notável progresso no conhecimento das doenças tropicais, o saldo ideológico negativo das novas correntes científicas não foi pequeno, se considerarmos a obsessão de classificar e caracterizar as raças, atitude funesta quando voltada para as etnias negras, indígenas e mestiças comuns a tantas nações egressas do sistema colonial. Exemplo desse viés encontra-se na teorização antropológica de Nina Rodrigues (1862-1906), médico e cientista maranhense que deixou marcas profundas na Escola de Medicina da Bahia, onde aplicou as teorias do criminologista italiano Cesare Lombroso discriminatórias em relação a negros e mestiços (SCHUWARCZ, 2011, p. 261).

Desta forma, foi considerado fundador da antropologia e da medicina legal brasileira e o primeiro a desenvolver pesquisas científicas sobre a presença da África no Brasil. Com relação ao seu tempo, podemos acrescentar no momento histórico o contexto do século XIX, carregado de ideias movidas por faculdades, artistas, culturas, literaturas, ciências, botânicas, advindas de filosofias, conceitos ora positivistas, ora liberais, com o objetivo de organização, controle das relações e estruturas sociais. Um Brasil República cuja identidade foi incorporada no processo, cuja nação construiu uma memória de maneira a garantir diferenças, resgatar singularidades, ou seja, um modelo mais inclusivo e mestiçado, uma sociedade marcada pelo hibridismo populacional.

O resultado é esse mundo da mistura nas cores, nas comidas, nos sabores, nos hábitos e na religião católica que tendeu a se adocicar e amalgamar. Nessa sociedade marcada pelo preconceito de cor, mais do que de origem ou raça- em que se troca de cor como se troca de meia, em que a posição social ou a fama embranquecem (sendo o oposto também verdadeiro) e onde se inventam mais de 130 termos para descrever a cor-, a tonalidade virou um critério social e hierárquico tão operante como silenciado. No chamado país da “democracia racial”, os preconceitos transformam-se em matéria do “outro”, da mais pura alteridade, onde ninguém discrimina apesar de conhecer e nomear muitos que assim o façam (SCHUWARCZ, 2011, p. 16).

Diante do exposto, o cenário de Brasil República e a tendência em compreender as religiões africanas e sua legitimidade cultural, Nina Rodrigues abordou e elencou genuinamente através de suas Obras *O animismo Fetichista dos negros bahianos e Os Africanos no Brasil* o sentimento religioso, crenças, rituais, cultos, manifestações que os povos mantêm relações com os seus ancestrais enquanto herança. Tratasse em conceber acerca da elaboração de um conhecimento científico as religiões afro-brasileiras, bem como, estudo sobre costumes dos antigos escravos e seus descendentes, em especial pelas práticas religiosas na Bahia do século XIX. Neste discurso Nina cataloga, categoriza, conceitua, produz um saber ao estudar as religiões, propondo o método de estudo comparativo da cultura africana e suas sobrevivências no Brasil.

Contudo, é fora da medicina que o autor encontra subsídios para explicar e construir um discurso ou pensamento científico sobre religiões africanas, com base no positivismo, na psiquiatria, na psicologia, na sociologia, na antropologia, em seus impulsos nacionalistas, no social darwinismo ou no evolucionismo social, na história, na filologia, na linguística, no folclore, bem como dentre as

idiossincrasias da própria crença africana e, até mesmo, em suas referências religiosas ou no âmbito de suas relações humanas (SERAFIM, 2013, p. 158).

É com base nas observações, interpretações e olhar híbrido de Nina Rodrigues, que a história do negro brasileiro foi contada por meio de suas manifestações religiosas, o *candomblé yorubano* e seu processo de iniciação mais especificamente. De acordo com Ramos (1935), as obras de Nina Rodrigues são consideradas relevantes à etnografia afro-brasileira, e contribuem para o conhecimento da cultura nacional, a influência do negro, e a formação.

João do Rio e as crenças afro-brasileiras.

João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, mais conhecido por João do Rio, nasceu no Rio de Janeiro em agosto 1881, foi jornalista investigativo e cronista de formação positivista. Filho de Alfredo Coelho Barreto e Florência dos Santos Barreto, ele professor de matemática e ela dona de casa. João do Rio começou no jornalismo aos 16 anos, sofrera influências literárias de Oscar Wilde, Eça de Queiroz e Charles Baudelaire. Aos 18 chegou à redação do jornal Cidade do Rio. Era um grande escritor com grande produtividade entre 1900 e 1903. Foi no Jornal da Gazeta de Notícias que nasceu em novembro de 1903 o João do Rio seu pseudônimo mais famoso, assinando um artigo “O Brasil Lê”, uma enquete sobre as preferências literárias do leitor carioca. Sua figura era de mulato claro pertencente à alta cultura, ele não estabelecia nenhum vínculo de identidade com os negros ou mulatos da classe baixa. Chamava a atenção por não ter nenhuma namorada e as suspeitas de homossexualidade aumentavam. Morreu em 23 de junho de 1921 de enfarte fulminante, deixando uma de suas maiores obras *As Religiões no Rio*, uma análise de cunho sociológico e antropológico sobre as manifestações e rituais religiosos no Rio de Janeiro do Século XIX. (RIO, 2012)

Rodrigues (2012) faz alusão à obra de João do Rio, *As Religiões no Rio*, 3ª edição, tecendo o seguinte comentário de apresentação;

Mais importantes, no entanto, são as cinco matérias pioneiras sobre os cultos afro-brasileiros. Digo pioneiras porque os estudos do professor Nina Rodrigues, feitos na Bahia, tinham circulação restrita e só foram publicados quase trinta anos depois de seu falecimento em 1906, no volume *Os africanos no Brasil*. É interessante assinalar que tanto Rodrigues quanto João do Rio frisam a importância cultural dos negros do Golfo da Guiné (iorubas e outros das atuais repúblicas da Nigéria, Benin e Togo), quando todos os cronistas anteriores só se referiam aos oriundos de Angola e do Congo, majoritários no ambiente rural. *As religiões no Rio*, portanto, apresentou para o grande público as primeiras descrições da iniciação de uma iaô, festa do egungun, a hierarquia sacerdotal do candomblé, os malês (muçulmanos negros) e mesmo o panteão dos orixás. (RIO, 2012, p.10)

A característica da obra está no uso da profundidade histórica e científica, pontuando um estudo sobre as práticas religiosas, utilizando-se de um instrumento literário para levantar os mistérios das crenças, cultos reveladores de novos ritos no tocante o *candomblé*, pois não há meio tão interessante, na cidade do



Rio de Janeiro. Tratasse da construção por meio de narrativa que contribuiu para os estudos Antropológicos, Sociológicos e Históricos voltadas ainda para se adentar a esfera da religião Católica dita como referência e o processo de manifestação de diferentes experiências religiosas presentes até hoje. Sevcenko (1995, p. 20) acrescenta em seus estudos literários quando afirma que “todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos pela sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam”. Por meio da literatura, João do Rio manifesta a problemática entre as classes sociais, oferecendo um mapeamento das crenças como fator preponderante para as reflexões de cunho social.

Sevcenko (1995) contribui ainda relatando a importância dos textos narrativos para *iluminar a realidade*, de modo que este conhecimento permita *deslindar os interstícios da produção artística*. No Brasil República no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, a sociedade estava em evolução social, cultural, política, econômica e educacional. O tema das práticas religiosas se tornava ainda mais intrigante, pois devido o aumento da quantidade da população, etnias, religiões, culturas a serem exploradas, doenças que começaram a assolar, classes sociais se transformando, diferenças e desigualdades eram sinônimas de poder, visíveis em forma de moradias, roupas, calçados, conhecimento científico e cotidiano social.

História construída no entrelaçamento de muitas histórias, a da febre amarela convergiu sistematicamente para a história, das transformações nas políticas de denominação e nas ideologias raciais no Brasil do século XIX. Os cientistas da Higiene formularam políticas públicas voltadas para a promoção de melhorias nas condições de salubridade vigentes na Corte e no País em geral. Naturalmente, escolheram priorizar algumas doenças em detrimento de outras. A febre amarela, flagelo dos imigrantes que, esperava-se, ocupariam o lugar dos negros nas lavouras do Sudeste cafeeiro, tornou-se o centro dos esforços de médicos e autoridades. Enquanto isso, os doutores praticamente ignoravam, por exemplo, uma doença como a tuberculose, que eles próprios consideravam especialmente grave entre a população negra do Rio (CHALHOUB, 1996, p. 8).

A fim de minimizar este contexto insalubre e instaurar a manutenção da ordem, esperava-se que com o quadro de miscigenação promovida pelo controle demográfico na imigração europeia embranquecesse a população e eliminasse gradualmente a herança africana da sociedade brasileira (CHALHOUB, 1996). Toda essa medida de prevenção e controle estava presente em uma sociedade que acabara de sair de um sistema baseado na economia escrava, sobrando empregos com baixos salários e aumentando a ociosidades entre os negros. Uma atitude condenada pela sociedade da Primeira República que exigia uma sociedade civilizada, longe de *feitiços, magias e bruxarias*, que contribuíam para a vulgarização e ociosidade dos negros. É a partir deste contexto que a obra de João do Rio, *As religiões no Rio*, toma forma e ganha espaço para notoriedade entre seus pares.

Ritos de iniciação em Nina Rodrigues

Focaremos agora, nos ritos de iniciação na visão de Nina Rodrigues o qual descreve em sua obra as cerimônias dos “cultos fetichistas”, candomblé, sacrifício, ritos de iniciação e sua cerimônia dentro do terreiro do *Gantois* um dos mais afamados da Bahia. Nina Rodrigues descreve com clareza até porque esteve presente, uma iniciação que havia assistido e que serviria, a seu ver, de exemplo das práticas “fetichistas” na Bahia. Ele esclarece que a festa de cerimônia da iniciação varia entre 16 dias, a um ou mais meses, pois a filha de santo não pode sair do terreiro. Vejamos a forma que Nina Rodrigues descreve o ritual:

Olympia, a inicianda, havia encontrado uma pequena pedra de fôrma estranha, um pouco alongada, e, tendo uma das extremidades dois fetiche, foi consultar Livaldina que lhe disse ser Osun e que a mãe de terreiro Thecla seria a sua mãe de santo. Preparada Olympia e marcado o dia da iniciação, veio a esta cidade (porque a iniciação devia ter lugar fora), afim de convidar para a festa um pai de terreiro que aqui reside no Kabula e é particular amigo de seu pai, que por seu turno também é pai de terreiro. Foram convidados ainda outros pais e mãis de terreiro, entre elles a mãe Thecla, velha africana actogenaria, que para comparecer não duvidou fazer uma viagem a pé de quase três léguas. Achavam-se assim reunidos cinco mãis e os outros dois pais de terreiro, dos quaes três Africanos e os outros creoulos, mas todos filhos de Africanos (RODRIGUES, 1935, p.76).

A descrição que se segue logo abaixo salienta os preparativos com relação à inicianda.

A noite, a inicianda tem de tomar um banho mystico, verdadeira purificação lustral, em que troca por vestes novas as que trazia, as quaes são abandonadas, em symbolo, supponho eu, de completa renuncia á vida anterior. Olympia foi tomar este banho numa fonte sagrada de um engenho da vizinhança. Acompanharam-na a mãi de terreiro, Thecla, que devia pronunciar as orações adequadas ao acto, e uma filha de santo que conduzia as vestes brancas e engomadas de Osun, com que devia revestir Olympia, depois do banho. Estou informado de que este banho, em certos ritos africanos, mesmo entre nós, se dá ás vezes com infusões de plantas que gozam de propriedade e virtudes fortemente estimulantes, e são tidas como plantas sagradas (RODRIGUES, 1935, p.77).

Dentre os momentos que compõe o ritual e que merecem a atenção de Nina Rodrigues, podemos destacar o sacrifício de animais, no qual o público não poderia se fazer presente:

Já anteriormente Thecla tinha feito a lavagem e preparado o fetiche, e a elle forma sacrificados os animaes, um carneiro, uma cabra, duas galinhas e pombos. Destes animaes, alguns são sacrificados no recinto do santuário, caindo o sangue sobre os fetiches. Depois são removidos para fora afim de serem preparados. Em seguida, já ás 10 horas da noite, teve lugar a cerimonia da epilação. A cabeça de Olympia foi rigorosamente raspada á navalha, processo que demandou muito tempo (RODRIGUES, 1935, p. 78).

Outro momento fundamental é a raspagem da cabeça, que significava conforme Nina Rodrigues compreendeu, a chegada pela cabeça do santo no corpo do crente pela cabeça. A epilação poderia ocorrer em outras partes do corpo, dependendo da rigorosidade do ritual.

Raspada assim a cabeça, é ella vigorosa e demoradamente lavada com uma infusão especial de plantas sagradas, processo que se acompanha de gestos e palavras cabalísticas e por cuja virtude se há de dar a possessão, ou manifestação do santo. Com giz ou uma pasta branca, fazem nas faces da iniciada

traços em tudo semelhantes pela situação, forma e número aos gilvazes que os africanos trazem no rosto como distintivos ethnicos, sociaes ou religiosos (RODRIGUES, 1935, p. 79).

Outro momento que se destaca esta relacionada com a música e canto, juntos na invocação ao santo, onde a iniciada se lançava a dançar em estado de transe, por longo prazo, até diminuir a intensidade.

Ao tempo em que se iam terminando as cerimônias do santuário, a orchestra, composta de cinco tabaques (tambores pequenos) e quatro cabaças, cobertas de uma rede de malhas, contendo em cada nó, começava na sala onde eu meachava, a invocação do santo. A um signal ou ordem do regente, todos os tabaques forma colocados reunidos no centro da sala e ao lado vieram depor um prato com obi (noz de kola) e moedas de cobre, e uma quartinha de agua de santo, tirados do santuário (RODRIGUES, 1935, p80).

Ao final da iniciação, a filha de santo, segundo Nina Rodrigues passaria a pertencer ao terreiro. Só podendo retornar a sua casa ou família, mediante compra por parte da sua família.

Ritos de Iniciação em João do Rio

Os ritos de iniciação na obra *As religiões no Rio*, também são narrados a partir do que João do Rio presenciou. Ao tratar da vida dos ex-escravos, João do Rio chama os rituais de iniciação de “Fazer o santo” que seria o mesmo que “colocar-se o patrocínio de um fetiche qualquer, é ser baptizado por elle, e por espontanea vontade delle”. Ele ainda explica que para que uma mulher saiba a vinda do santo, basta encontrar na rua um fetiche qualquer, pedra, pedaço de ferro ou concha do mar. O processo de iniciação demora em torno de 16 dias, tempo necessário para o santo se revelar. E é composto por de danças, cantos, rezas, comidas e bebidas em comemoração a chegada do santo. (RIO, 1906)

João do Rio (1906) conta ter sido convidado por Antonio, um de seus informantes, para assistir um ritual de iniciação de uma *Yauô*, que por um lado seriam “as demoníacas e as grandes farcistas da raça preta, as obsedadas e as delirantes”, e por outro “a base do culto africano”. Ele explica que as cerimonias das *Yauô* se renovam a cada seis meses até à morte e que são as filhas de santo que em grande parte sustentam o culto.

Antes de entrar a para camarinha, a mulher, predisposta pela fixidez da atenção a todas as sugestões, presta juramento de guardar o segredo do que viu, toma um banho purificador e á meia-noite começa a cerimônia. A *Yauô* senta-se numa cadeira vestida de branco. Todos em derredor entoam a primeira cantiga a Echú. *Echú tiriri, lô-nam bará ô bêbê Tiriri lo-nam Echú tiriri*. O babaloxá pergunta ao santo onde deve ir o cabelo que vai cortar á futura filha, e, depois de ardente meditação, indica com aparato a ordem divina [...] (RIO, 1906, p. 17).

As rezas começam então; o pai de santo a cabeça da *Yauô* com uma composição de hervas e com afiadíssima navalha faz-lhe uma corôa, enquanto a roda canta triste [...] (RIO, 1906, p. 17). Babaloxá lava-lhe ainda a cabeça com sangue dos animaes esfaqueados pelos ogans, e as *Yauô* antigas levam-na a mudar a roupa, emquanto se preparam com hervas os cabelos do alguidar [...] (RIO, 1906, p.18).



Apresentadas as formas como Nina Rodrigues e João do Rio descrevem os ritos de iniciação nas crenças afro-brasileiras, passemos as considerações finais.

141

Considerações finais.

A proposta aqui com esta comunicação foi perceber como os ritos de iniciação foram descritos por Nina Rodrigues e João do Rio, o trabalho assume, portanto, um caráter mais empírico que carece ainda de reflexão teórica e própria análise das fontes. A ideia consistiu, realmente, em apresentar um possível objeto de pesquisa, e há sem dúvida, muito por ser feito.

Compreender os olhares de Nina Rodrigues e João do Rio, requer pensa-los sob diversas áreas do conhecimento científico. Significa dialogar com diferentes ideias e concepções, buscando o não-dito entre os elementos históricos envolvendo o conhecimento religioso. Podemos destacar que ambos os autores estão inseridos em um contexto histórico muito próximo, a Primeira República brasileira, separados geograficamente, o primeiro em Salvador e o segundo no Rio de Janeiro.

Além disso, dois autores possuem origens afrodescendentes negadas por eles. A distinção que fazem de si e dos outros, como distintos, pode ser compreendida à luz das discussões sobre os *estabelecidos*, em suas bases de pensamentos de boa sociedade (tradições) e os negros vistos como *outsiders*, fora das regras e condutas ditas como padrões e modelos de aceitação. (ELIAS e SCOTSON, 2000), inclusive pela religião.

Referências

- CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e antropologia no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013.
- DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 1998.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- RODRIGUES, R. N. **O animismo Fetichista dos Negros Bahianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1935.
- RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



RIO, J. **As Religiões no Rio**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro- Ed. 1906.

_____. **As Religiões no Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio. 3ª ed.- Ed. 2012.

SCHWARCZ, L.M. **História do Brasil nação: 1808-2010 crise colonial e independência 1808-1830**, v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.

SCHWARCZ, L.M. **História do Brasil nação: 1808-2010 a construção nacional 1830- 1889**, v. 2. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2011.

SERAFIM. V. **Revisitando Nina Rodrigues: um estudo sobre as religiões afro-brasileiras e o conhecimento científico no século XIX**. Maringá: Eduem, 2013.

SEVCENKO. N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CRENÇAS E PRÁTICAS DE CURA NO VALE DO IVAÍ: A MEDICINA NATURAL EM JARDIM ALEGRE-PR (SÉCULO XXI) RESULTADOS DE UMA PESQUISA

Ana Paula Mariano dos Santos (LERC - UEM)

Cezar Felipe Cardozo Farias (LERC - UEM)

Orientadora: Dr^a. Vanda Fortuna Serafim (PPH - UEM)

Resumo: A presente pesquisa visou pensar as crenças e as práticas de cura no município de Jardim Alegre – PR, no século XXI, a partir da atuação de um médico natural existente na região que atrai uma ampla quantidade de interessados, o senhor Jesus Gomes Prudêncio. Para tanto se foi feito levantamento da documentação existente como panfletos em geral. Utilizou-se ainda a aplicação de questionários, além de observações de campo. Os aportes teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa consistiram na História Cultural e na História das Religiões e das Religiosidades. A problemática da pesquisa consistiu em compreender como as práticas de cura, associadas a formas de crenças contemporâneas, estão estabelecidas no Vale do Ivaí, principalmente no município de Jardim Alegre.

Palavras-chave: Crenças; práticas de cura; Vale do Ivaí.

Resultados e Discussão

O município de Jardim Alegre surge como um desmembramento de Ivaiporã, sendo instalado a 14/12/1964 e criado em 19/12/1964. Pertencente a Comarca administrativa de Ivaiporã, sua área territorial está em torno de 410 Km². Em 2012, sua população estimada era de 12.121 habitantes, sendo que as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, segundo o censo de 2012, referem-se à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Em 2010, a renda média domiciliar *per capita* estava em torno de 502,50 reais; já IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,689, sendo considerado médio e a esperança de vida ao nascer era de 74,63 anos¹².

É neste cenário apresentado que vive e atua o senhor Jesus Gomes Prudêncio, nascido em 16/06/1942 e residente na Rua Pio XII, 186. No primeiro contato que tivemos com o Senhor Jesus, ou

¹² Informações disponíveis no Caderno Estatístico do Município de Jardim Alegre, organizado pelo IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86860>. Acesso: 21/08/2013.

simplesmente “Seu Jésus”, como é conhecido pela população, ele se identificou como cristão católico e indicou já ter participado do grupo Congregação Mariana, tendo sido coordenador litúrgico.

“Seu Jésus” mora em Jardim Alegre há aproximadamente 25 anos e relatou que, quando criança, adquiriu bronquite asmática e mal de chagas e conviveu com ela por um bom tempo. Na adolescência teve problemas de coluna e fez inúmeros tratamentos, mas sempre sem resultados. Com a saúde constantemente abalada, foi convidado a participar de um encontro da Renovação Carismática, onde encontrou o senhor Cabo Josué, que o convidou a participar de alguns cursos de tratamentos naturais em Ivaiporã, que seriam ministrados por um padre. Este curso tinha por objetivo expandir a medicina natural e ajudar as pessoas.

“Seu Jésus” e a esposa foram ao este curso que durou três dias. Após fazer este curso, ao passar aproximadamente um ano, em 1995, um de seus vizinhos apareceu com problemas de úlcera e este seria seu primeiro paciente, com o qual faria pela primeira vez, o tratamento através do uso da argila, ervas e dieta que deveriam durar 10 dias. O vizinho fez iniciou o tratamento e, em 5 ou 6 dias, o procurou ‘Seu Jésus’ lhe dizendo que já estava se sentindo muito bem, mesmo quebrando a dieta, o que ele não recomenda. Ainda assim, o senhor Jesus o examinou e lhe diagnosticou como curado.

Sua segunda paciente foi sua própria cunhada, que tinha muita dor de cabeça e também foi curada. ‘Seu Jésus’ indicou-nos que ele e a esposa fizeram este tratamento por aproximadamente 15 dias e também, ambos foram curados, ela de dois cânceres e ele de seus problemas citados acima. Assim, foi se expandindo seu trabalho e muitas pessoas apareceram e foi necessário criar uma agenda para facilitar o atendimento.

‘Seu Jésus’ já chegou a ter mais de 500 variedades de ervas em casa; hoje ele possui aproximadamente 150 e seu último curso foi em novembro de 2012. Ele recebe pessoas de vários países, estados e cidades e nos informou que esta é a medicina do futuro. O bispo Dom Domingos, segundo ele, sempre teria elogiado seu trabalho.

A prática de cura realizada por Seu Jesús é denominada por ele como “Medicina Natural” e segundo a explicação que nos foi dada, este tratamento tem o propósito de matar os “bichos” (vírus, bactérias, vermes e etc...) que existem em nosso corpo. Enquanto os medicamentos químicos os neutralizam; este tratamento os mata. O tratamento funciona da seguinte forma, primeiro a dieta, que segundo ele deve ser seguida a risca, sendo que ele proporciona as ervas para se fazer o chá. O número de ervas não pode ultrapassar sete, pois segundo ele o organismo só suporta esta quantidade. Ele trabalha ainda com argila, a qual deve ser colocada no local onde está o problema, por exemplo, no joelho, coluna ou rins.



O tratamento leva o período de 10 dias para se obter resultados. ‘Seu Jésu’ nos indicou que já foi procurado por pessoas “desenganadas” por médicos e pessoas “condenadas”, que depois do tratamento, segundo ele foram curadas Outra informação é a de que 80% das pessoas com problemas cancerígenos que o procuram para fazer o tratamento são curados. ‘Seu Jésu’ informou não tomar nenhum medicamento, de espécie química, desde que conheceu os remédios naturais Ele não revela o que a pessoa tem, mas sim os sintomas, que segundo ele, sempre são confirmados pelos pacientes com exatidão. E ele sempre ressalta que isso não é curandeirismo, é uma prática natural de cura sem ser através dos remédios e tratamentos químicos.

Diante do exposto, é preciso entender como se articulam História, Cultura e Práticas de Cura, atentando ao universo da história cultural e da história das religiões e religiosidades, busca-se, por meio de uma discussão bibliográfica, compreender a presença das práticas de cura em lugares diferentes e com povos diferentes. Especificamente, busca-se entender como as práticas de cura associam-se a uma noção de natureza, que atribuem a percepção do fenômeno nos dias atuais enquanto um universo das curas naturais, em oposição à um tratamento químico e a intervenção médica. Pautada, em especial no uso de ervas e outros elementos naturais, é possível perceber que tais práticas perpassam várias gerações. Para tanto, partiremos dos seguintes autores: Mircea Eliade, *El chamanismo y las técnicas arcaicas Del éxtasis* (1976), Fatima Teresa Braga Branquinho, “Da “química” da erva nos saberes populares e científicos ” (1999), Enéas Rangel Teixeira; Jairo de Freitas Nogueira, “O uso popular das ervas terapêuticas no cuidado com o corpo” (2005), Nikelen Acosta Witter, “Cura como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura” (2005), Sandra Jatahy Pasavento; Nádia Maria Weber Santos; Mirian de Souza Rossini, “Narrativas, imagens e práticas sociais percurso em história cultural” (2008), Flávio Coelho Edler, “Saber médico e poder profissional: do contexto luso brasileiro ao Brasil imperial”. In: Carlos Fideles Ponte; Ialê Falheiros. (Org.). “Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história”. (2010). Ivone Manzali de Sá, “Fitohormônios” e o conceito “natural” na terapêutica hormonal feminina no climatério. In: Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. (2008).

Um conceito interessante, proposto por Mircea Eliade (1976), para pensar sociedades distintas em tempo e espaço, consiste em “chamans”. A definição do conceito possui vários significados, dentre eles o de médico, curandeiro, feiticeiro e bruxo, e, dentre as tribos indígenas, pode vir a ser o pajé. A figura do chamam são atribuídos elementos mágicos religiosos, como o poder de realizar curas. Compreendido

coletivamente como aquele que por meio da manipulação de elementos naturais, teria o poder operar milagres e curas. Vem desta interpretação o termo curandeiro.

É importante a nossa reflexão, a proposta de Eliade (1976), ao indicar que o historiador das religiões tem por dever estudar esses fenômenos mágicos religiosos, considerando a cultura religiosa para a compreensão destes fatos. Como a história humana é marcada pela presença das crenças, Eliade (1976) indica que o chamanismo existiria em todas as partes do mundo.

Dentre as características mais detalhadas que Eliade (1976), nos traz dos chamans podemos destacar a noção de que quase sempre estariam associados a espíritos, sem, todavia, deixar-se possuir por eles. Cita exemplos da Ásia central e setentrional, na qual o chamans acende ao céu e ao inferno, denominando tal técnica como “voô mágico”, além do domínio do fogo. Embora o chamanismo possa ser visto como uma religião, por ter o culto aos antepassados e algumas outras características próprias de estruturas religiosas, preferimos entendê-lo como inserido no universo das crenças, referindo-se a diversas esferas sociais.

Segundo Eliade (1976), a iniciação do chamam, ou seja, sua mudança de estatuto no meio coletivo que faz parte pode ser obtida geralmente pela realização da cura de alguma doença. Durante nossa pesquisa de campo em Jardim Alegre, nos deparamos com relatos de pessoas que teriam, na adolescência, passado por problemas de saúde, aos quais a medicina não pode trazer a cura, obtendo a cura somente quando resolveu fazer um auto tratamento natural.

Eliade (1976), destaca ainda, que os chamans são muito ligados a natureza. Cada chamam possuiria um pássaro espiritual que aparece em seu nascimento e em sua morte. Podemos relacionar esta ave com a representação que se tem na igreja católica com a imagem de uma pomba branca que representa o Divino Espírito Santo. Os chamans são politeístas, tem vários deuses, cultuam seus antepassados, curam enfermidades do corpo e da alma. As representações da esposa celeste, que ajuda o chamam em sua jornada também pode ser comparada com a presença detectada de mulheres que auxiliam seus esposos em suas jornadas. O conhecimento é transmitido pelos mais velhos. Segundo o autor, a base da ideologia chamanica é um conjunto de ideias religiosas e cósmicas. Os elementos chamanicos possuem um sentido sagrado uma hierofania de sentido religioso, envolve espíritos e o universo dos sonhos, o objeto mágico que é mais conhecido é o tambor que é onde são aprisionados os espíritos.

Eliade (1976), indica ainda que os números 7 e 9 são números místicos para o chamam, em nossas pesquisas de campo, nos deparamos com informações de que o numero 7 estaria ligado a quantidade de ervas que o organismo humano poderia suportar durante tratamentos naturais.

Na região do Vale do Ivaí, em especial em Jardim Alegre, a busca por curas e tratamentos naturais para lidar com doenças é prática bastante recorrente. Nesse sentido, Branquinho (1999), em seu trabalho mostra como isso ainda perdura, também, nos grandes centros urbanos. Essas tradições são passadas de geração em geração. A cidade escolhida pela autora para tratar da transmissão cultural do uso da medicina natural é a cidade do Rio de Janeiro, uma grande metrópole onde preserva o uso de ervas em tratamentos naturais. O mercadão da Madrugada, segundo a autora está localizado dentro de uma favela onde mostra a relação da sociedade com as ervas. A comunidade que ela pesquisa é a comunidade de Vigário Geral.

As ervas proporcionam um intercâmbio de valores e relações culturais, que mantêm em contato a sociedade, a natureza e a sobre natureza que pode ser entendido como o sobre natural. Segundo Branquinho (1999), o poder da erva estaria em sua composição química. Ela trabalha com as pessoas da periferia que não procuravam médicos por serem caros e por terem medo do efeito dos remédios farmacêuticos, essa população possuía baixa escolaridade e uma economia informal, possuem então seus próprios curandeiros e seus métodos tradicionais de cura.

É importante destacar que na história do Brasil, os indígenas possuíam um vasto conhecimento sobre plantas curativas, mas foram sanadas leis para limitar esse conhecimento (BRANQUINHO, 1999), em especial com o advento da república. Povos locais e indígenas, segundo a autora, eram conectados por esse fator do conhecimento. (BRANQUINHO, 1999).

Segundo a autora a escolhas ervas para o preparo de chás, banhos e poções fariam parte do universo mágico que deveria ser preservado. Importante observar que nas grandes cidades há uma enorme mistura de elementos culturais. Tem-se os elementos naturais vinculados a culturas, tradição e modernidade, por meio das ervas e os medicamentos químicos, fitos terapêuticos e transgênicos. Convivem entre si pagés e biotecnólogos, mães-de-santo, cientistas e médicos dentro de uma mesma cultura. (BRANQUINHO, 1999).

Apesar de Jardim Alegre não se constituir como uma grande metrópole, a procura por métodos naturais de cura é gigantesca, contando com a adesão de pessoas de outros países. A prática não é realizada apenas por pessoas comuns e sem escolaridade, nos foi relatado a presença de padres e médicos praticantes da medicina tradicional, que buscam a opção que tratamento natural, seja para si ou para administrá-lo.

Sob a égide do natural, as ervas são usadas em banhos, chás, loções, afrodisíacos, medicamentos, venenos, antídotos, etc., na visão popular, curam o corpo e alma. O uso das plantas está relacionado na concepção popular as fases da lua, aos dias da semana, pode estar relacionado a um determinado santo, ao sexo ou a idade da pessoa. (BRANQUINHO, 1999).

Dentro das cidades ocorre a transculturação, que é a junção de elementos de diferentes culturas. A relação que se tem entre a tradição religiosa e as práticas naturais de cura nem sempre é amistosa. Em Jardim Alegre, as pessoas relataram que a Igreja Católica prefere silenciar acerca destas práticas, porém são muitas as pessoas que fariam parte dos grupos de orações dentro da igreja e que o procuram, porém quando questionados sobre ele, se calam.

A tradição de se recorrer a chás, rezas e simpatias é algo que dentro das famílias de todo o mundo esta presente, podemos falar como exemplo o chazinho da vovó para o bebe com cólica, que é passado de geração em geração dentro das famílias, ou um chá calmante para dormir melhor. Podemos colocar o chá como sendo um dos principais produtos naturais utilizado pela população.

Fátima Teresa Braga Branquinho (1999), percebeu que as pessoas que praticavam as curas naturais, ou seja, os curandeiros da cidade de Vigário Geral, possuíam regras para o plantio das plantas utilizadas por eles, regras também para a colheita, preparo e utilização das ervas para cada tipo de problema, possuíam um modo de pensar e estabelecer relação com a natureza, a magia e Deus para com a sociedade. Pode-se perceber uma relação entre a escolha pelo método tradicional de cura e o método farmacêutico, não era a falta de dinheiro que fazia as pessoas optarem pela medicina natural e sim a tradição entorna desta.

A autora diz que com as ervas também preparam garrafadas o que nos remete as práticas chamánicas de Eliade (1976), que destaca também o preparo de garrafas por parte dos chamans. Outra coisa a ser comparada, também, é a relação dos números 7 e 9 que segundo Eliade (1976), possuem um significado místico, pois Branquinho (1999), indica que os números ímpares (3, 5, 7, 9,...) seriam números importantes e que podem trazer ordem de acordo com a crença popular. Para a pessoa que procura a solução de seus problemas com as ervas, devem ser levados em conta o mal, a finalidade da erva e o santo da pessoa, quentes ou frias, combinadas ou simples para descarrego ou para o amor.

O desenvolvimento dos remédios químicos em muito se deve ao conhecimento popular, pois o conhecimento que as pessoas têm sobre as plantas curativas faz com que pesquisem os elementos químicos presentes nas plantas. As descrições trazidas por Branquinho (1999), indicam que alguns erveiros acreditam na comunicação entre os espíritos e as ervas, conhecem a relação das ervas com cada santo, sendo a religiosidade um fator importante na obtenção da cura. Tem-se, por exemplo, diferenças para o tipo de erva que será usada para criança, usa-se a erva fria; já para adulto, a erva quente. A ligação do santo com a erva vem da influencia com candomblé, é usado nos tratamentos também cascas de árvore e sementes. Outra diferenciação é os tipos de ervas para a cabeça e as ervas do pescoço para baixo. A oração feita pela

benzedeira e fé com que pede segundo a população faz parte da cura, e as ervas curam “ porque Deus quer”. Nesse sentido, Eliade (1976), nos permite pensar a questão da vida e da morte, pois em todos os lugares existirão sempre pessoas que possuem sua própria crença.

Flavio Coelho Edler (2010), fala do contexto luso brasileiro ao Brasil imperial, o autor trata da visão que se tinha dos curandeiros neste período, primeiramente ele destaca que a sociedade brasileira é uma sociedade multiculturalista onde se encontra crenças e práticas de cura compartilhadas. Segundo o autor tinham-se de um lado os negros e os índios fazendo suas tradicionais práticas naturais de cura e do outro lado estava à igreja católica com os padres jesuítas que eram encarregados de ministrar a medicina da alma.

Os médicos e padres dentro deste contexto acabavam competindo por serviços, com a afirmação da medicina as práticas naturais passaram a ser vistas como demoníacas e eram denunciadas por esses, acreditavam os padres da companhia de Jesus serem praticas demoníacas porque eles ainda não conheciam a Deus. Os que praticavam as curas naturais não eram defendidos pela autoridade. (EDLER, 2010).

A população colonial acreditava em amuletos, faziam uso de garrafadas, palavras mágicas dentro de um universo espiritual sincrético (EDLER, 2010). Os amuletos também estão presentes nas descrições de Eliade (1976), assim também as garrafadas que estão presentes nas práticas chamanicas e também dentro das grandes cidades como no Rio de Janeiro segundo Branquinho (1999).

A rigidez religiosa com o Tribunal do Santo Ofício que se tinha é um ponto que o autor destaca onde eram agrupados e elementos culturais diferentes eram julgados por ele pessoas acusadas de práticas terapêuticas, as benzedeiras, os feiticeiros, encantamentos e adivinhações. Eliminar feiticeiros e curandeiros seria uma forma de restaurar a harmonia rompida. (EDLER, 2010).

Com a chegada dos europeus, muitas doenças novas surgiram atingindo os índios e muitos morreram, pois não se podia obter a cura. As doenças não atingiam só índios e negros, mas também os brancos que quando doentes não hesitavam em procurar a cura em técnicas indígenas ou africanas, as práticas africanas acreditavam estar relacionado com a magia. Edler (2010), e Pasavento; Santos e Rossini (2008), concordam que nessas situações os senhores faziam questão de ter o curandeiro próximo deles.

As ordenações Filipinas em 1595 ditam regras sobre os ofícios dos médicos, cirurgiões e boticários. O período colonial segundo o autor foi marcado por uma cultura médica heterogênea que tem sua origem no catolicismo por intermédio do clero e das confrarias religiosas. A população mais carente optava por curandeiros, pois os médicos eram muito caros, acreditavam que a cura estava na cultura cristã. A doença era vista como expressão do pecado e da graça divina. Faziam parte da pirâmide profissional da época

médicos, cirurgiões e boticários, esse vigiavam e denunciavam as terapêuticas naturais e os métodos populares. (EDLER, 2010).

A autora Nikelen Acosta Witter (2005), ressalta o interesse pelos estudos das práticas naturais com relação das práticas culturais e a religião, a importância do conhecimento popular para o avanço da área científica. Branquinho (1999), também em seu trabalho relacionou o conhecimento popular e as contribuições para a evolução das ciências. Os historiadores, em 1990 passaram a estudar as práticas naturais de cura, nas primeiras décadas do século XIX, pouco se distanciava o saber popular da medicina, havia um conflito entre medicina e conhecimento popular, mas o conflito também existia entre os próprios médicos de onde vem a definição de “medicinas”. Na metade do século XIX, magia e medicina dentro do universo de crença popular estavam associadas por isso procuravam médicos ou curandeiros. (WITTER, 2005).

Para Nikeln Acosta Witter (2005), os curandeiros persistiam em comunidades carentes deixadas de lado pelo governo. A mesma ideia é compartilhada por Edler (2010), ao destacar a procura das pessoas por curandeiros porque os médicos eram caros.

Desde 1990, relata Witter (2005), as práticas de cura natural passaram a estar presentes em teses de mestrado, de doutorado, nestes estavam com os seguintes temas: curadores populares, o corpo, a morte, o nascimento, dentre outros. Um dos pontos abordados eram os medicamentos que eram feitos com determinados tipos de ervas e os tratamentos em que estes eram aplicados como se refere no texto nas doenças que passaram se ter com a chegada dos povos que vinham para o Brasil.

Tania Pimenta, que trabalhou a regulamentação do século XIX, indica que em 1832 foram distinguidos os médicos, cirurgiões, boticários e parteiras que atuavam de acordo com a medicina oficial, mas nas comunidades carentes o conhecimento dos curandeiros era valorizado e a procura por esses profissionais continuou grande. (WITTER, 2005).

Os praticantes de tratamentos naturais continuaram a exercer suas profissões normalmente, parteiras, curandeiros, mas barbeiros e cirurgiões passaram a exceder-se e a receitar medicamentos. As parteiras no Brasil tiveram por muito tempo um papel fechado aos homens e aos doutores devido ao pudor do corpo feminino, atuavam como ginecologistas por conhecerem o corpo feminino, pediatras pela proximidade de mãe e filho, porém eram associadas ao feitiço e a magia. (WITTER, 2005).

Verificamos em Jardim Alegre – PR, o uso constante de ervas e remédios naturais, por famílias inteiras. Uma tradição que é passada de geração em geração, e que se encontra na cultura das pessoas como

nos diz Enéias Rangel Teixeira e Jairo de Freitas Nogueira (2005), as pessoas fazem uso dos ervas por que ao utilizarem têm uma sensação de melhora e complementam os remédios já existentes.

Práticas complementares estão sendo utilizadas para ajudar na cura de doenças, dentre essas práticas estão a fototerapia, acupuntura e homeopatia. A escolha por esses tratamentos naturais ocorrem por ser mais baratos e, principalmente, por não trazerem danos a saúde. A população brasileira possui um vasto conhecimentos sobre plantas e tratamentos naturais, conhecimento esse que se encontra presente na literatura brasileira sobre a fitoterapia. (TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2005).

O conhecimento que está por trás da opção por tratamentos naturais e a sua eficácia simbólica e modo de preparo, encontra-se dentro de uma realidade simbólico cultural de cuidado com o corpo. A fototerapia está ganhando espaço por não dar resultados colaterais. Foi realizada uma pesquisa em uma policlínica na qual foi constatado que 60,4 por cento da população faz o uso de ervas com elas obtiveram resultados expressivos, estudantes de enfermagem também fazem uso de ervas para tratamentos medicinais. (TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2005).

As ervas mais utilizadas pela população são: erva cidreira, boldo, camomila, laranja da terra, são calmantes expectorantes, cicatrizantes, diuréticas, anti-inflamatórias e outras. A cura é obtida dentro de uma visão mágica religiosa. Como já mencionadas por outros autores as formas mais utilizadas das ervas eram como chás, por ser de preparo simples, como calmante controlam a pressão arterial. Como já trabalhado por Edler (1999) e também por Teixeira; Nogueira (2005) o saber popular em relação às ervas é originário da mistura de raças. Em relação aos profissionais de saúde, reconhecem que as plantas possuem uma eficácia e deve ser respeitada também por seus aspectos culturais. A escolha propriamente dita por parte da população por tratamentos naturais é em parte por não trazer efeitos colaterais.

As erva são utilizadas também em tratamentos fito hormônios e na reposição hormonal feminina, porem tem-se o natural associado ao sintético. As mulheres ao atingirem certa idade sofrem com o efeito da menopausa que é a falta de hormônios, as mulheres na década de 90 faziam uso da TRH (Terapia de Reposição Hormonal), porém este tratamento trazia efeitos colaterais como doença arterial, trombose, câncer de mama entre outros, teve então a divulgação do um método alternativo que seria as plantas alimentícias e medicinais, segundo Ivone Manzali de Sá (2008).

Em Jardim Alegre, há relatos de pessoas que tiveram, por duas vezes, o câncer de mama curado através de seu tratamento com plantas e ervas. Os valores medicinais das plantas despertaram nos cientistas o interesse por suas partes químicas curativas e as plantas passaram a ser utilizadas na produção de

medicamentos químicos que levam a perda de seu sentido natural, desarticula-se assim o conceito de natural. As plantas passam a ter seus componentes isolados e mesmo assim é comercializado como produto natural. (MANZALI DE SÁ, 2008).

De acordo com a ginecologista Carolina Carvalho da UNIFESP, as substâncias contidas nas plantas devem ser estudadas e analisadas, pois podem ser substâncias de animais ou humanas. Com o surgimento do novo método muitas mulheres deixaram a TRH e para o uso das plantas medicinais. Muitos médicos diziam que o abandono da TRH se deu por medo dos efeitos colaterais, mas as pessoas não tinham conhecimento das substâncias contidas nas plantas, não haviam sido pesquisadas em laboratório, esse é um alerta da ciência. (Apud. MANZALI DE SÁ, 2008).

O conceito de natural não tem seu valor intrínseco mudado. Para tratamentos depressivos são utilizados remédios e calmantes naturais. A Alemanha é um exemplo citado pela autora, ela coloca que a natureza possui uma diversidade de sentidos, às vezes contraditória mesmo dentro do mesmo domínio de saber. (MANZALI DE SÁ, 2008).

O uso das plantas na medicina se dá, como vimos, por meio de calmantes para depressão e outros. Chás e banhos são as formas mais usadas na tradição do natural que é passada de geração em geração. Os autores trabalhados mostraram como a prática natural é algo cultural. Conclui-se, portanto que as práticas de cura, são também um processo cultural, por meio do uso das ervas é atribuída a figura do curandeiro o poder de realizar curas, o que faz com que se seja visto por quem o procura como um curandeiro, ainda que não se identifiquem como tais.

Conclusões

Diante do exposto, é visível a presença de um universo voltado às práticas de cura no município de Jardim Alegre. ‘Seu Jésus’ é conhecido por todos e é imensa a quantidade de pessoas que o procuram para sanar doenças. Assume-se em torno da figura dele, desta forma, a ideia de que ele pode operar curas que nas áreas que a medicina tradicional não conseguiria, o que aumenta a sua fama como curandeiro e o associa a realização de milagres, embora ele mesmo não se veja desta forma.

Sobre este último aspecto, é interessante a discussão de Roger Chartier (1988, 2002) em torno do conceito de “representação” que nos permite articular as três modalidades de relação com o mundo social: Primeiro, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas,

através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Ou seja, a forma como o senhor Jesus se pensa e explica sua prática, não é necessariamente a mesma daqueles que buscam por seu atendimento, de fato, não há, também, entre estes um consenso do que é realizado pelo senhor Jesus. Assim sendo, sua maior legitimidade, está na eficácia simbólica que a prática exercida cria na realidade social.

Segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER, 1988, 2002). E aqui podemos pensar a defesa realizada por ‘Seu Jésu’ da medicina natural como uma forma de melhor qualidade de vida. É na busca da natureza e de um equilíbrio interior que ‘Seu Jésu’ estabelece uma nova forma de estar no mundo, ressignificando sua própria existência e atuação.

E por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, por meio através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente à uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real. (CHARTIER, 1988, 2002). Aqui, podemos pensar a forma como a atuação de “Seu Jésu” se articula com duas instituições sociais, a Igreja Católica e a Medicina. Se sua contraposição a esta é clara, a tentativa de aproximação e legitimação deste daquela também é recorrente em suas falas.

Dessa maneira, ao trabalharmos com Chartier, encontramos respaldo na História Cultural para realização desta pesquisa. Embora os estudos sobre práticas de cura não sejam necessariamente um novidade¹³, vale ressaltar ainda que uma busca inicial no banco de teses da Capes, não encontrou nenhuma pesquisa em História que tratasse do município de Jardim Alegre. De fato, havia apenas dois trabalhos que retratavam o município, um de mestrado em Ciência Animal¹⁴ e o outro, da Geografia Humana, sobre a territorialidade dos assentamentos do Movimento Sem Terra na região¹⁵. Sendo assim, é inegável a importância, a necessidade e a contribuição desta pesquisa na área da História.

¹³ Vide: MENDES, Janaina. As práticas tradicionais de cura popular e o patrimônio cultural do noroeste do Paraná: a benção e seus rituais (1940-1950). Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Mendes,%20Janaina.pdf> Acesso 25/08/2013. ROSA, Lélío Galdino. Turismo Saúd em Nova Trento: fé e cura. Disponível em: http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=21 Acesso 25/08/2013.

¹⁴ Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20121240002012009P7> . Acesso em 26/08/2013.

¹⁵ Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2011440014010005P6> . Acesso em 26/08/2013.

Articulada a História Cultural, a pesquisa será desenvolvida em diálogo com a História das Religiões, aqui entendida como uma das formas de manifestação e expressão cultural, a fim de compreendermos os métodos de cura empregados pelo “Seu Jésu”, especialmente no que se refere ao uso da argila e das ervas. Para compreensão dos elementos utilizados no tratamento operado pela medicina natural de “Seu Jésu” é fundamental a noção de “hierofania” de Mircea Eliade (2001).

Enfim, espera-se com esta pesquisa ter contribuído tanto à História Regional do Vale do Ivaí, por meio do olhar voltado a Jardim alegre, quanto à História Cultural e a História das religiões, ao tentarmos compreender um pouco do universo das práticas de cura no município.

Referências bibliográficas:

- BRANQUINHO, Fátima Teresa Braga. *Da “Química” da erva nos saberes popular e científico*. CAMPINAS. UNICAMP. 1999.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos. 2003.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Pallas Atena, 1990.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. DIFEL. 2ª Edição. 1988.
- EDLER, F. C. Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial. In: Carlos Fideles Ponte; Ialê Falleiros. (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, v. , p. 25-46.
- ELIADE, Mircea. *El chamanismo y las técnicas arcaicas de éxtasis*. 2.3d.México. Fondo de cultura económica ,1976.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANZALI DE SÁ, Ivone. “Fitohormônios” e o conceito de “natural” na terapêutica hormonal feminina no climatério. In: *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, Bahia, 1 a 4 de junho de 2008. Pp 1-10. Isbn: 978- 85- 61341- 16-9.



MENDES, Janaina. *As práticas tradicionais de cura popular e o patrimônio cultural do noroeste do Paraná: a benzeção e seus rituais (1940-1950)*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtrelegiao/pdf/st1/Mendes,%20Janaina.pdf> Acesso 25/08/2013.

PESAMENTO; ROSSINI; WEBER. Sandra Jatahy; Miriam de Solza; Nadia Maria. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Asterisco. 2008.

ROSA, Lélío Galdino. *Turismo Saúde em Nova Trento: fé e cura*. Disponível em: http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=21 Acesso 25/08/2013.

TEIXEIRA; NOGUEIRA. Enéas Rangel, Jairo de Freitas. O uso popular das ervas terapêuticas no cuidado com o corpo. Porto Alegre. *Rev Gaúcha Enferm (RS)*. 2005.

WITTER, Nikelen Acosta. *Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura*. Tempo, Rio de Janeiro, 2005.

Fontes:

Pesquisa de Campo na Casa do “Seu Jésus” (Ana Paula Mariano Dos Santos e Cezar Felipe Cardozo Farias). Jardim Alegre. 24/08/2013.

Pesquisa de Campo na Casa do “Seu Jésus” (Ana Paula Mariano Dos Santos e Cezar Felipe Cardozo Farias). Jardim Alegre. 25/08/2013.

Aplicação de questionários. (Ana Paula Mariano Dos Santos e Cezar Felipe Cardozo Farias). Jardim Alegre. Jun/2014 a Ago/2014.

O PAINEL “CRUCIFICAÇÃO”, DE GIOTTO, DA ALTE PINAKOTHEKE DE MUNIQUE: HISTÓRIA E ANÁLISE¹⁶

André Luiz Marcondes Pelegrinelli.
Universidade Estadual de Londrina.

¹⁶ Resultado parcial de pesquisa de iniciação científica realizada no biênio 2012-2013 no projeto “Iluminuras Franciscanas: a construção da imagem e herança de Francisco de Assis na Franceschina (1474)” sobre orientação da Profa. Dra. Angelita Marques Visalli.

Maximiliano I, rei da Bavária, adquiriu dois painéis em 1813 que possuíam estilo muito parecido, um deles representava a cena da “Crucificação” e o outro a “Descida ao Limbo”. Hoje ambos estão na *Alte Pinakothek*, de Munique. Junto a eles se soma no mesmo acervo um terceiro painel com um estilo muito próximo e que representa a “Última Ceia”. A proximidade de técnica, material, formatos e temáticas permitiram a reconstrução de um políptico composto não só por essas três imagens, mas por sete. Os painéis “Natividade e Epifania” (New York, *Metropolitan Museum*), “Apresentação no Templo” (Boston, *Isabela Stewart Gardner Museum*), “A Última Ceia” e “Crucificação” (Munique, *Alte Pinakothek*), “Sepultamento” (Florença, *I Tatti, Berenson Collection*), “Descida ao Limbo” (Munique, *Alte Pinakothek*) e “Pentecostes” (Londres, *National Gallery*), nesta respectiva ordem, formavam um políptico.

Nesse estudo, analisamos um destes painéis, o “Crucificação” (imagem I), da *Alte Pinakothek*, pensando-os e relacionando-o com o culto aos personagens figurados e as práticas relacionadas ao episódio da crucificação.

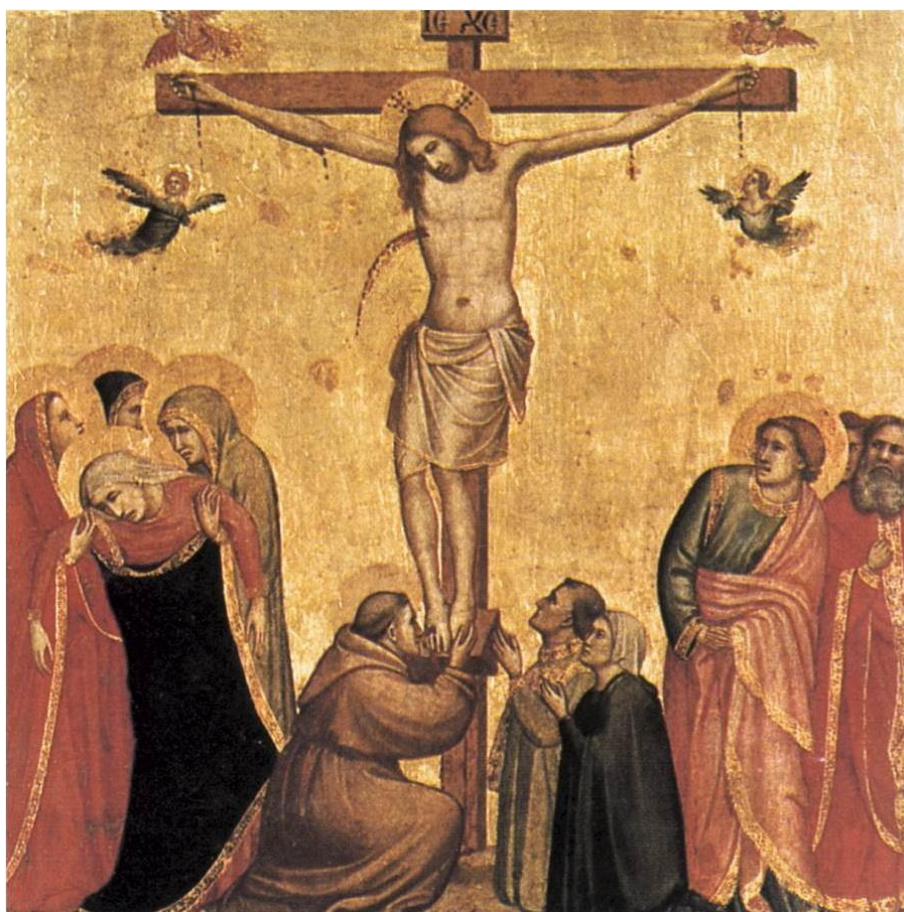


Imagem I – “Crucificação”, *Alte Pinakothek*, Munique, Inv. no. 667.

Importante referência para nosso estudo é o trabalho “A dossal by Giotto and his workshop: some problems of attribution, provenance and patronage”, de Dilian Gordon, publicado na “The Burlington Magazine” e que se trata de um estudo técnico sobre o painel, um dos raros estudos desta peça. Autoria, localidade original, financiamento da obra, etc, todas essas questões estão envoltas em enormes discussões, assim, adotamos as propostas de Gordon, entre as quais exporemos algumas.

O estilo pictórico das imagens não deixa dúvida aos especialistas quanto a sua relação com Giotto, mas há discussão quanto à produção direta do artista ou somente o planejamento, ou ainda nem este, ficando toda a obra a cargo de sua equipe.

Alguns elementos da obra e o próprio estilo possibilitam identificar sua produção entre os afrescos produzidos na Capela Arena e os produzidos para a Capela Bardi, ou seja, entre 1305 e 1325.

Uma faixa superior e outra inferior da imagem foram danificados e/ou retirados, assim, os anjos superiores, por exemplo, se encontram cortados ao meio, além de não ser possível visualizar o chão e os elementos que possivelmente se encontravam ali.

A parte superior da cena é preenchida por quatro anjos, e esses apresentam uma interessante simetria: os que estão ao lado esquerdo possuem um correspondente na mesma posição do lado direito. Entre eles percebe-se o apelo emocional: um anjo ao lado direito de Cristo rasga suas vestes expressando seu luto.

No lugar nobre da imagem, ao centro, está Cristo preso a cruz, jaz morto. Os relatos evangélicos dizem que ele foi perfurado em seu flanco após sua morte, aqui o sangue proveniente do mesmo escorre e cai no vazio.

A imagem de Cristo crucificado reúne dois elementos que por muito tempo caminharam separados na iconografia cristã: Cristo e a Cruz.

Desde a Alta Idade Média, a representação de Cristo era, majoritariamente enquanto *Pantokrator*, palavra grega para “Todo Poderoso”, comumente associado à imagem em que Cristo aparece fazendo o sinal de benção com a mão direita e um livro na mão esquerda, ou seja, um Cristo em glória, em majestade, divino, que mesmo que fuja dessa representação clássica e o coloque em representações de cenas do evangelho, por exemplo, ainda assim tende a ser caracterizado com pomposidade e poder. A tendência de humanização do divino, bastante reforçada pelas ordens mendicantes, colaborou com a disseminação da imagem de um Cristo preso a cruz, padecendo em dor.

Sobre o culto ao Cristo crucificado, o primeiro que temos conhecimento é a imagem do Cristo crucificado seminu da cidade de Narbonne, no século VI (SCHMITT: 2007, p. 168), onde a população

contemplava uma imagem até antes praticamente desconhecida, a imagem da crucificação se popularizou somente muito mais tarde com essa proposta das ordens mendicantes de ver o Evangelho, associando-o a uma maior humanização do sagrado e das práticas penitenciais.

Ao lado direito da cruz vemos o apóstolo João, portando aureola, um outro personagem barbado e ainda parte do rosto de um terceiro entre os dois. João acompanhou a crucificação. Jesus estava na cruz e, acompanhando-o, estavam sua mãe e o “discípulo a quem amava”, o qual a tradição identifica a João. (Jo 19, 26) O personagem barbado e o terceiro entre os dois pode ser uma tentativa de representar a multidão que acompanhava a crucificação, ou mesmo os fariseus e anciãos que a acompanhavam acusando a Jesus. Dizemos isto pelo fato de não estarem presentes em nenhum outro espaço da imagem personagens que pudessem representar os transeuntes e os que acompanharam a cena que não fossem discípulos ou mesmo que tivessem um papel de destaque na descrição evangélica.

Aos pés de Cristo encontramos São Francisco de Assis, aureolado, e um casal. Francisco tinha uma predileção especial pelo Cristo. Numa manhã, na Festa da Exaltação da Santa Cruz, Francisco rezava em uma montanha quando viu um serafim descendo do céu, e nessa criatura Francisco pôde observar um corpo humano crucificado. Boaventura nesse trecho da narrativa diz que “Esta aparição deixou-o profundamente assombrado, enquanto no coração se lhe misturava a tristeza com a alegria: alegria pela expressão benigna com que se via observado por Cristo no Serafim – tristeza, porque ao ver o sofrimento de Cristo pregado à cruz, uma espada de dor lhe trespassava a alma com dolorosa compaixão” (LM, XIII, 5-6)¹⁷. Com essa visão, Francisco recebe as marcas em seu próprio corpo e torna definitiva a relação do Santo – e da ordem – com o Cristo crucificado. Como já dissemos, foi a espiritualidade do pobre de Assis que colaborou com emergência desse culto ao Cristo humano, sofrido e morto

A presença de Francisco nessa imagem é peça importante para a reflexão com respeito a quem a pode ter encomendado e, mais, onde poderia ser seu local inicial. Gordon levanta uma série de possíveis locais para esse políptico, mas, o mais crível, graças a presença de Francisco, é a antiga Igreja de São Francisco, em Rimini (GORDON: 1989, p. 531). Junto a Francisco, possivelmente seja Malatesta di Verucchio. Malatesta era fiel do santo de Assis, e chegou a pedir que fosse enterrado nessa igreja, vestido com um hábito franciscano; e acompanhando Malatesta, sua irmã ou esposa. Testes feitos sob o painel

¹⁷ Lc 2, 35. Trecho da Profecia de Simeão sobre Maria, é o mesmo trecho que mais tarde fará surgir na iconografia da *Mater Dolorosa* pequenas espadas ao redor de seu coração.

revelam que o véu de sua cabeça foi pintado muitos anos depois, ou seja, não era uma religiosa e sim, tal qual Malatesta, uma laica.

Temos que aceitar também a possibilidade do casal não ser os Malatesta, muito menos ter estado primeiramente na Igreja de Rimini, pois era comum que retábulos fossem doados por famílias, paroquianos ou confrarias (BAXANDALL: 2006, p. 158) e os comitentes podiam pedir para serem retratados na imagem, acompanhados ou não de santos de sua predileção.

Por fim, está Maria e os personagens ao seu redor. Ela aparece apoiada por três personagens, dos quais dois aureolados. Maria não só é apoiada, mas desfalece, a cabeça pendendo em sinal de sofrimento. O personagem que a sustenta, a sua esquerda, tem seu olhar fixo no crucificado, já o que está a sua direita a olha fixamente, refletindo o mesmo olhar triste.

O que nos permite identificar esse personagem como a Virgem Maria? Essa personagem é a que mais se sensibiliza com o acontecimento, em sua expressão de dor, corpo desfalecendo, etc, se exprime um grande drama, tal como aquele que os anjos buscam passar. O estudo do culto à Maria em dor nos permite identificá-la como tal.

O culto à Maria em dor começa a crescer na Itália, França, Inglaterra, Países Baixos e Espanha, para, até ao final do século XIV, ser popularizado (WARNER: 1976, 210). Este toma maior robustez com o culto às sete dores de Maria, as representações de espada em torno de seu coração, conforme a profecia de Simeão. Esta disseminação é claramente perceptível pela proliferação da imagens e da cultura escrita. A título de exemplo, lembremos da lauda ainda hoje bastante conhecida *Stabat Mater*, do século XIII, a qual, bem evidencia as dores de Maria ao ver o filho sendo crucificado.

Nas laudas, a atenção dada às dores tinha como objetivo comover o laudantes (VISALLI: 2004, 241), seu sofrimento é sempre acompanhado do sofrimento de Cristo. Para Marina Warner (WARNER: 1976, 223), a *Mater Dolorosa* consola o sofrido porque ela partilha seu sofrimento e, mais que isso, satisfaz a necessidade de ver que os sofrimentos são em uma linguagem universal.

A imagem aqui estudada é peça de um original políptico Este tipo de peça costumava ser colocado sobre o altar ou em capelas, mas nem todos. Alguns, por exemplo, eram colocados em pilares na nave das igrejas ou nas paredes do prédio (CHRISTIANSEN: 1982, p. 30). Os mais comuns eram aqueles que continham a imagem da Virgem e o Menino no centro, rodeados por outros painéis com santos, normalmente os patronos da igreja ou da localidade (CHRISTIANSEN: 1982, p. 38).

A peça, mais que apresentar imagens, apresenta imagens religiosas, e isto na sociedade cristã medieval ganha um significado peculiar e interessante. As imagens religiosas medievais não são e não podem ser pensadas somente como representações, mas implicam “no reconhecimento de uma força esperada, possível ainda que não constante. A presença milagrosa não é, mas pode estar. Presentificação em lugar de presença tem sido a expressão mais felizmente empregada” (VISALLI: 2013, p. 97.) É através de uma imagem que Francisco se converte; uma outra provoca a morte de Santa Catarina de Sena; através das imagens os fieis exprimiam seu sentimento religioso organizando procissões, cantos e celebrações.

Em seu provável lar em Rimini, esse políptico pode não ter presenciado milagres, mas, nada impede que o tempo e os séculos em que ficaram afastados (ainda não foram remontados), possam ter visto essas imagens serem veneradas e até mesmo adoradas. Mas, ainda, que nada disso tenha se passado, pois a imagem religiosa congrega, como na expressão de Visalli, uma “força esperada” e, como possível manifestação divina, deveria ser tratada de modo especial, não como uma mera imagem. Assim, vale a pena retomar o feliz termo “imagem-objeto” de Jérôme Baschet (BASCHET, 1996, p. 3), mais apropriado que imagem, arte ou ilustração, pois revela ser sim uma representação pictórica, mas que não está limitada somente a ela.

Bibliografia

- BASCHET, Jérôme. Introdução: a imagem-objeto. In: SCHMITT, Jean-Claude; BASCHET, Jérôme. *L'image. Fonctions eu usages des images dans l'Occident medieval*. Paris: Le Léopard d'Or, 1996. p. 7-26 (tradução: Maria Cristina C. L. Pereira).
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CHRISTIANSEN, Keith. Fourteenth-Century Italian Altarpieces. In: *The Metropolitan Museum of Art Bulletin*, 40, 1982, p. 14-54.
- GORDON, Dillian. A Dossal by Giotto and His Workshop: Some Problems of Attribution, Provenance and Patronage. In: *The Burlington Magazine*, vol. 131, no. 1037 (Aug., 1989), pp. 524-531.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O Corpo das Imagens*. Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- VISALLI, Angelita Marques. *Cantando até que a morte nos salve: estudo sobre laudas italianas dos séculos XIII e XIV*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2004.



_____. O Crucifixo de São Damião: assim Cristo se manifesta a Francisco de Assis. In: *Notandum*, no. 32, maio-ago 2013, CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, pp. 85-100.

WARNER, Marina. *Alone of All her Sex*. The myth and the cult of the Virgin Mary. New York: Vintage Books, 1976.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

Legenda Maior de São Boaventura. Introduções: Frei David de Azevedo, OFM; Tradução: Frei José Maria da Fonseca Guimaráes, OFM. Disponível em: [http://www.editorialfranciscana.org/files/5707_1_S_Boaventura_Legenda_Maior_\(LM\)_4af84ffa4a4a6.pdf](http://www.editorialfranciscana.org/files/5707_1_S_Boaventura_Legenda_Maior_(LM)_4af84ffa4a4a6.pdf), acesso em 30/08/2012.

Crédito das imagens

Imagem I - Painel “Crucificação”, *Alte Pinakothek*, Munique. Disponível em: http://www.wga.hu/art/g/giotto/z_panel/3polypty/4crucifi.jpg, acesso em 19/07/2012.

A DITADURA MILITAR E OS INQUÉRITOS POLICIAIS MILITARES ZONA NORTE DO PARANÁ

Angélica Ramos Alvares
(Universidade Estadual de Maringá- UEM)
Ângelo Aparecido Priori (ORIENTADOR)
(Universidade Estadual de Maringá-UEM)

Resumo. Nossos objetivos ao longo da pesquisa descrita nessa apresentação tiveram por linha mestra analisar o período da Ditadura Militar no Brasil, especialmente os anos de 1964-1965, enfocando a forma como foram montados os primeiros instrumentos de repressão política no norte do Paraná. Delimitou-se estudar os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados no Norte do Paraná, mais precisamente, aqueles que posteriormente ficaram conhecidos como “IPM Zona Norte do Paraná”, um conjunto de processos que visavam condenar e prender militantes políticos e sindicais da região. São eles: BNM (Brasil Nunca Mais) 69, BNM 139, BNM 238, BNM 240, BNM 292, BNM 312, BNM 315, BNM 385, BNM 495. Como afirma Carlo Ginzburg em “O inquisidor como antropólogo”, “qualquer relato registrado é apropriado e remodelado por quem cita” (1991, p.16), posto isso, “devemos aprender a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual desses diálogos” (p.15). Essa reflexão é aplicável para o caso dos arquivos da repressão, pois,

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

a análise destes documentos, permite-nos identificar informações que ajudam a desvendar todo um imaginário, juízos de valor e interesses dos inúmeros indivíduos neles envolvidos. A leitura desses inquéritos indica que seu principal alvo era silenciar e punir cidadãos que participavam de alguma forma da cena política nacional, desarticulando e enfraquecendo focos de oposição. O discurso construído pelo regime militar esteve baseado na ideia de que a sociedade brasileira corria perigo, e em nome da Segurança Nacional era preciso combater o inimigo interno, logo, qualquer indivíduo, poderia tornar-se suspeito, e então, deveria ser inquirido, podendo vir a ser preso, torturado e até mesmo morto.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Inquéritos Policiais Militares; Norte do Paraná.

INTRODUÇÃO

A apresentação exposta ao longo desse trabalho é fruto de um Projeto de Iniciação Científica desenvolvido entre 2013-2014, que teve por finalidade a discussão de questões relativas ao período da ditadura militar no Brasil, buscando de antemão, entender a conjuntura desse contexto, e em especial como esta se aplicou ao Estado do Paraná. Nos anos em questão, as liberdades democráticas mais básicas, foram totalmente abolidas por meio de um regime autoritário e por mecanismos de repressão que procuravam em primeira mão silenciar qualquer tipo de oposição.

Foram já nos primeiros anos do regime militar no Brasil que nasceram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs)¹⁸, o objeto desta pesquisa, que tinham por objetivo silenciar e punir os cidadãos que participavam de alguma forma da cena política nacional, seja, através de sindicatos, associações de classes, partidos políticos, enfim, os indivíduos que iam de encontro as ideias do regime vigente.

Muito embora, percebe-se que as pessoas que nesses inquéritos eram chamadas de “subversivas”, não passavam de cidadãos que simplesmente, encontrando respaldo na lei, utilizavam-se de um direito básico concedido até abril de 1964: liberdade de expressão. Porém, uma das principais motivações para a

¹⁸ A contra ofensiva geral da Grande Estratégia foi levada a efeito basicamente, no quadro institucional dos chamados Inquéritos Policiais-Militares (IPMs). No dia 27 de abril de 1964, o governo Castelo Branco baixou decreto-lei [Nº53.897] instituindo os IPMs (que já eram previstos no Ato Institucional). Comissões especiais de inquérito foram criadas em todos os níveis de governo, em todos os ministérios, órgãos governamentais, empresas estatais, universidades federais e outras organizações vinculadas ao governo federal. Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de nível municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas” (ALVES, 1984, p. 56).

instauração desses IPMs eram as prisões de todos aqueles indivíduos, que atuavam ativamente no cenário político brasileiro, mais que passaram a partir do golpe de 1964 a serem vistos como “inimigos da ordem”.

No que concerne a nossa metodologia, é importante ressaltar que a pressão exercida pelos interrogadores sobre os réus no sentido de extrair a verdade que eles procuravam, era bem sucedida pela questão do poder que portavam os órgãos de repressão. Desse modo, no sentido de deciframos um documento que se trata de um Inquérito Policial Militar, “devemos aprender a captar, por debaixo da superfície uniforme do texto, uma interação sutil de ameaças e temores, de ataques e recuos. Devemos aprender a desenredar os diferentes fios que formam o tecido factual desses diálogos” (GINZBURG, 1991, p.15). É importante analisar os diferentes discursos, reconhecer seus vieses, e contextualizar suas visões. Desse modo, é preciso que o historiador se posicione com olhar científico dialogue os dados confrontando-os, não percebendo as fontes como baús que guardam a verdade absoluta.

Tendo em vista que “qualquer relato registrado é apropriado e remodelado por quem cita” (GINZBURG, 1991, p.16), no que diz respeito aos arquivos da repressão, essa ideia se torna ainda mais acentuada, pois, além deles possuírem informações que explicitam juízos de valores e interesses dos inúmeros indivíduos neles envolvidos, tem de se levar em consideração que, o poder repressivo registrava “da forma como bem entendia”, e de acordo com seus interesses, as notificações contidas nesses documentos. Muito embora:

É incontestável o valor destes documentos, que possibilitam perceber como se produzem e se explicam as diferentes versões dos agentes envolvidos nos diferentes casos (acusado, delegado, testemunhas, promotor, juiz). Sem ter a preocupação de verificar o que realmente se passou, importa perceber as versões contidas e desvendar os significados presentes nas relações que se repetem sistematicamente (MARTINS, 1998, p. 88).

Os arquivos da repressão são depositários de informações preciosas que nos permitem entender os valores, crenças e esperanças de todas as pessoas neles envolvidos. Desse modo, longe de ser portador de um discurso neutro ou mesmo objetivo, esse tipo de documento é antes o resultado de uma ação claramente desequilibrada e mediada por filtros muitas vezes deformantes, muito embora, nem por isso essas fontes não constitui um documento menos “objetivo” do que outro. Como todo registro, é antes um código que precisa ser decifrado (MARTINS, 1998). Pesquisar essas fontes “requer, ainda, o empenho de aprender as técnicas de leitura paleográfica, que permitem o “decifrar” do escrito”. (BACELLAR, 2010, p.53).

Esses Inquéritos Policiais Militares estão disponíveis no site digital do Projeto Brasil: Nunca Mais, e hoje são designados BNM, cada inquérito é um BNM. E embora esses se enquadrem nos primeiros anos de regime militar, segundo os autores do Brasil: Nunca Mais, “quando tudo parecia correr normalmente e a democracia parecia estar mantida”, é preciso que percebamos que desde os primeiros momentos do regime militar, os inúmeros canais de expressão da oposição começaram a ser calados.

DESENVOLVIMENTO

O Regime militar foi o período político brasileiro em que os militares conduziram o país. “Desde 1937, com o golpe e ascensão de Vargas ao poder, os militares passaram a ser os principais intermediadores da ordem social e da política de desenvolvimento nacional do Estado Novo” (IPÓLITO, 2008, p.3). Ademais, desde o Estado Novo o governo já delineava seu “inimigo interno” como sendo os comunistas, “o inimigo é, pois, o comunista a serviço de uma ideologia de fora, o credo russo, é o invasor que rouba com violência e tudo destrói. Por isso mesmo é expressão do mal e do ódio” (DUTRA, 2012, pag. 45).

O Brasil viveu um cenário político mergulhado em instabilidade nos anos anteriores ao golpe de 1964, bem como nos lembra Heller (1988, p.22) “foram vinte anos marcados por golpes e contra-golpes, suicídios, fugas e revoltas, que prepararam o cenário para os acontecimentos iniciados em 31 de março de 1964”. Em finais dos anos de 1950 fora o estopim, pois, observou-se um aumento significativo de vários setores anteriormente marginalizados da população brasileira. [...] Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido nas cidades, causam pânico entre os fazendeiros conservadores, dispostos a tudo para impedir a Reforma Agrária” (Arquidiocese de São Paulo, 1985, p. 58).

Buscava-se impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, no qual, vários setores das classes trabalhadoras contavam com crescente espaço político. (FERNANDES, 1980, p.113). E com o passar do tempo todos passaram a ser considerados inimigos nacionais, e os direitos individuais passaram a ser letra morta na Constituição. Assim, “todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência” (ALVES, 1984, p. 40). Pensar diferente do regime já poderia ser considerado um crime, algo pouco assustador, pois parafraseando Milton Heller “toda ditadura que se preza tem ódio moral as manifestações culturais, artísticas, literárias e a tudo o que se convencionou chamar de inteligência”. (HELLER, 1988, p.353).

O discurso construído pelo regime militar esteve baseado na ideia de que a sociedade brasileira corria perigo, e em nome da Segurança Nacional era preciso combater o inimigo interno, logo, qualquer indivíduo,

poderia tornar-se suspeito, e então, deveria ser inquirido, podendo vir a ser preso, torturado e até mesmo morto. “Prender, torturar, matar, tudo é permitido para defender a segurança nacional” (FON, 1979, p. 27).

A policia-politica lançou suas bases repressivas já nos primeiros anos do regime militar. Um dos primeiros mecanismos a serem utilizados foram as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS). Entretanto, o regime militar na sede de “segurança interna” começa a ganhar solidez através da articulação de uma rede de informações que auxiliasse o executivo na tarefa de capturar o inimigo interno, o Sistema Nacional de Informações (SNI). A partir de 1964 surgiram inúmeros outros organismos repressivos ligados ao SNI, entre eles, os IPMs.

A presente pesquisa teve como foco esse cenário. Embora no regime militar a repressão fora “contra tudo e contra todos”, os dois segmentos sociais que mais aparecem como alvos nos IPMs que analisamos foram os Sindicalistas (incluindo trabalhadores urbanos e rurais) e os Políticos (deputados, prefeitos e vereadores) que permaneceram partidários ao governo de João Goulart. Entretanto, como nos lembra Alves (1997, p.8,) “em outros termos, há um projeto político de terror e de construção do medo que objetiva atingir, em primeiro plano, as suas vítimas imediatas e, em segundo, toda a sociedade”.

Um Inquérito tem como objetivo a apuração sumária de um crime e sua autoria, e no período do regime militar eles foram corriqueiramente utilizados como ponta-de-lança para denunciar os que eles denominavam de “subversivos”, ou seja, aqueles indivíduos que de uma forma ou de outra expressavam suas opiniões, fossem elas de acordo ao governo ou não.

A montagem e instalação dos IPMs partiam, via de regra, de uma ampliação de processos criminais e civis abertos ou, pelas delegacias de polícia dos municípios e localidades, quando estas suspeitavam de algum indivíduo que poderia ser considerado subversivo ou, pelo Departamento de Ordem Política e Social - o DEOPS. Muitas vezes, esses "boletins de ocorrência" e "queixas crime" constituíam a peça preliminar de abertura do inquérito. Desse modo, a relação de "acusados" e de seus "crimes" partia do trabalho de investigadores, enquanto que a montagem do processo e seu direcionamento político e estratégico cabiam à comunidade de informações.

O primeiro passo, para instauração de um processo judicial era a denúncia. Logo após a denúncia o indivíduo suspeito era pego de surpresa, onde quer que fosse, por vezes até mesmo diante de invasão a domicílio, preso sem mandado judicial e na prisão ficava por dias indefinidos a mercê dos órgãos de segurança nacional. “Indefeso e incomunicável, era obrigado a confessar tudo àquilo que os seus interrogadores queriam, depois de longas seções de tortura” (Arquidiocese de São Paulo, 1986, p.175).

Quando os IPMs eram remetidos ao Poder Judiciário, por meio do qual se tomava uma decisão definitiva para cada caso, o primeiro passo era um interrogatório do réu perante o Conselho de Justiça. Contudo, quando instaurados os primeiros IPMs observa-se ao menos o mínimo dos direitos ainda sendo cumpridos:

No período entre os meses de abril de 1964 e outubro de 1965, as pessoas que eram punidas por cometer alguma irregularidade vista como subversiva podiam, ainda, recorrer à Justiça Comum ou diretamente ao STF. Nesse primeiro período, o STF e os tribunais estaduais tomaram decisões que respeitaram as garantias individuais estabelecidas pela Constituição Federal de 1946 (BRUNELO, 2009, p. 39-40).

Os IPMs, num primeiro momento, eram passíveis de serem revisados pelo poder judiciário, e muitos deles eram revogados pelo Supremo Tribunal Federal. Os atingidos pela repressão eram ainda, nesse momento, acolhidos pela justiça comum e faziam valer seus direitos constitucionais. Diante disso, muitos IPMs foram interrompidos antes mesmo que alcançassem a fase judicial, como é o caso de alguns dos processos que analisamos. Recorde-se que estamos em 1964, os primeiros anos do regime, no qual, os cidadãos ainda prestigiavam vestígios de alguns direitos.

Nos primeiros tempos do Governo Castelo Branco, por exemplo, o STF se pronunciou reiteradas vezes em desacordo com decisões da Justiça Militar e desautorizou atitudes de militares encarregados de IPMs, sempre procurando salvaguardar os direitos constitucionais dos cidadãos e impedir arbitrariedades (Arquidiocese de São Paulo, 1986, p 187).

Porém, descontentes com tal situação os coronéis dos IPMs contestaram o poder do judiciário, ao ponto que o Executivo ampliou ainda mais seus direitos sobre o judiciário, desse modo:

Com a decretação do AI-2 e mais tarde a incorporação de seus dispositivos pela Constituição de 1967, os Tribunais Militares e não mais a Justiça Comum, passaram a decidir sobre os destinos dos processos políticos que apuravam algum crime cometido contra a Segurança Nacional, impossibilitando que indivíduos enquadrados em IPMs escapassem dos julgamentos (BRUNELO, 2009, p. 40).

O Regime Militar não tardou a barrar a justiça comum e violar ainda mais os direitos dos cidadãos. Para o governo, na ânsia de “poder total”, era viável passar por cima do judiciário e concretizar a limpeza

total dos “subversivos”, pois, o Brasil, segundo eles, estava em “perigo”. Além do mais, “os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e a eliminação do “inimigo interno” como primeiro passo (ALVES, 1984, p.56)”.

Em lei, os juízes teriam de confrontar as provas verificando compatibilidade e concordância e chegar até sua conclusão sobre determinado processo, entretanto, na prática a Justiça Militar apoiava-se exclusivamente no conteúdo dos inquéritos policiais. Em linhas gerais, os IPMs, em especial nos anos Castelo Branco, se tornaram uma fonte de poder, por meio do qual, o regime militar atingia os ditos “subversivos” em nome da duvidosa “segurança nacional”. A partir daí, se trava uma luta entre o regime para punir os subversivos; e o indiciado, seus familiares e advogados para provar a inocência do réu e absolver a pena.

Segundo a Arquidiocese de São Paulo, em maio de 1964 foi instaurado no Quartel General da 5ª Região Militar em Curitiba, um gigantesco IPM intitulado “IPM Zona Norte do Paraná”, por meio do qual, foram iniciados inúmeros processos sobre atividades subversivas no Norte do Estado. Contudo, o Juiz auditor da Auditoria de Curitiba rejeitou a denúncia que procurava unir em um só processo as atividades desses vários municípios paranaenses, determinando que as acusações fossem feitas em processos individualizados para cada cidade. Desse modo, os IPMs Zona Norte do Paraná foram resultado de um inquérito que se desdobrou em vários municípios do Estado do Paraná e acabou sendo denominado “IPM Zona Norte do Paraná”, um conjunto de processos que visavam condenar e prender militantes políticos e sindicais da região Norte do Paraná com o intuito de conter a agitação “subversiva” e manter a “ordem” estabelecida em nome da “segurança” nacional. No total foram focalizados 25 IPMs, porém, por uma questão de tempo, vamos utilizar apenas os processos instaurados entre os anos de 1964 e 1965.

OBJETIVOS:

Analisar a montagem do sistema de repressão durante os primeiros anos da ditadura militar; Pesquisar o processo de montagem dos Inquéritos Policiais Militares – IPMs; Analisar os principais IPMs instaurados no Norte do Paraná, entre os anos de 1964 e 1965.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IPMS ZONA NORTE DO PARANÁ: RESULTADOS ENCONTRADOS

A estrutura dos IPMs Zona Norte do Paraná, na maioria dos IPMs analisados mostra-se aparente e “para a polícia política, todos os indiciados representavam um perigo social e possuíam comportamentos altamente nocivos à Segurança Nacional” (BRUNELO, 2009).

A maioria dos IPMs investigados foi instaurado com o intuito primordial de conter “agitação subversiva”, fundação de Sindicatos, agitação esquerdista, comunistas, estabelecimento no Brasil da “Republica Sindicalista”, incitação de trabalhadores contra seus patrões por meio de meios violentos, incitação de greves, formação do “Grupo dos Onze”¹⁹, divulgação de ideologia comunista, propaganda subversiva, alinhamento á Goulart e Brizola, formação de Ligas Camponesas.

Afinidade com o governo de João Goulart, simpatia por suas propostas, alinhamento ideológico como o espírito reformista de então, participação nas diferentes estruturas da administração publica, são transformados em crimes contra a Segurança Nacional, naquela ótica costumeira nos governos ditatoriais, de fazer a lei voltar atrás, desconsiderando a completa reviravolta ocorrida no conceito de “legalidade” na ruptura de abril de 1964 (Arquidiocese de São Paulo. TOMOIII: O perfil dos atingidos, 1985, p.280).

Nos processos analisados, os partidários do regime deposto e os Sindicatos (por estarem atuando ativamente frente a associações sindicais, os indivíduos eram necessariamente comunistas, e sérios perturbadores da “ordem” estabelecida) em especial, eram sinônimos de “subversão” e deveriam ser barrados. Podemos até mesmo fazer uma ponte, com uma colocação de Angelo Priori, com relação á Revolta de Porecatu (1948-1951), também no norte do Paraná:

Para esses organismos de segurança e repressão, o movimento dos camponeses em defesa de suas posses de terras fazia parte da estratégia do Partido Comunista para instaurar na região uma experiência de “comunismo rural”. [...] Para a polícia, tanto a militar como a especializada, os posseiros eram apenas “agitadores”, e o litígio não passava de um “caso”, cuja presença comunista era evidente e por isso deveria ser combatido e eliminado. (PRIORI, 2005, p. 161).

Apontavam para o movimento sindical, edificando-o como uma séria ameaça à Segurança Nacional e à própria soberania nacional. Nesse sentido, estavam embebidos em uma ideia que colocava que no

¹⁹ "Grupo dos Onze" era a denominação dada à organização política de Leonel Brizola para a organização da resistência armada ao golpe militar de abril de 1964. A ideia da formação do grupo dos 11 foi formulada por Leonel Brizola ainda em 1963, e disseminava a ideia da organização de núcleos de 11 pessoas nas cidades brasileiras, para impedir algum golpe que viesse a derrubar Joao Goulart.

Estado do Paraná havia uma conspiração comunista, que poderia a qualquer momento tomar o poder, através do movimento de sindicalização. Em muitos dos inquéritos analisados os réus eram indiciados porque participavam de um Sindicato, tudo isso porque o Sindicato, na sua fase legítima, por intermédio do ministério público movia as ações trabalhistas e compelia os patrões ao cumprimento das leis, o que nada se assemelha com “incitar trabalhadores contra patrões”.

Na verdade, o sindicato (como hoje) não era uma instituição comunizante, ou destinada à agitação e revolta, mais sim, um órgão de defesa legítima do trabalhador. Porém, nesses anos, defender seus próprios direitos e possuir opiniões contrárias aos cânones do regime, já era sinônimo de “agitação”. “O afã punitivo, a ânsia de perseguição que chegava a ter ares de vingança, impediu as autoridades responsáveis pelos processos de qualquer ponderação sensata sobre o direito de cidadãos brasileiros possuírem opiniões contrárias às dos generais vitoriosos, sem que isso representasse, necessariamente, crime”. (Arquidiocese de São Paulo, 1986, p. 156).

Além do mais, em todas as denúncias pode-se perceber “o uso indiscriminado e abusivo da qualificação “comunista” quando da apresentação dos réus nas peças de acusação” (Arquidiocese de São Paulo. TOMOIII: O perfil dos atingidos, 1985, p.280). Como afirma Priori, “a linguagem dessas instituições para tratar os sujeitos sociais e os acontecimentos era meramente policial, sem nenhuma definição especial” (2005, p. 161).

A taxação do réu como elemento comunista é a acusação primordial que não tarda a aparecer nos processos analisados, e todos que não compartilhavam das ideias do regime eram corriqueiramente taxados de comunistas, simpatizantes e aliados dos comunistas. Os réus, no decorrer do processo frequentemente são taxados de “vermelhos”, “agitadores” “comunistas” e “subversivos” e suas ideias, articuladas por meio dos Sindicados e Congressos eram vistas pelo regime vigente como fachadas para encobrir o movimento comunista no norte do Estado.

Como assinala Motta (2010, p.21) a polícia política observava no anticomunismo referências importante para construção de valores e para nortear sua ação. Embora as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) não tenham sido criadas apenas para combater o comunismo e seus inimigos variaram ao longo do tempo, (anarquistas, socialistas, trabalhistas, sindicalistas; fascistas, nazistas e integralistas), esta, conferiu lugar de destaque para os comunistas, que no jargão policial serviram de designação genérica para toda a esquerda. Os comunistas eram considerados os inimigos mais temíveis, pois, colocavam em risco o *status quo* político.

Na verdade, a definição de comunista nesses inquéritos era tão vaga, e ao mesmo tempo tão ampla, que qualquer posição presente ou passada que se afastasse minimamente da linha defendida pelos militares, poderia bastar para fazer condenar qualquer pessoa. Percebe-se que para atacar os indivíduos o regime se valia sempre dos mesmos ramais generalizando os fatos e englobando todos os cidadãos dentro de uma gaiola denominada “inimigo interno”. Entretanto, “a figura do inimigo é assim, essencial. Ela serve para fornecer ao povo a consciência de sua unidade, e ao poder que conduz o combate, a legitimidade. Afinal a campanha contra o inimigo é febril: a febre é boa, é o sinal, na sociedade, do mal a combater” (DUTRA, 2012, pag. 46).

Ademais, a instauração desses IPMs era justificada em tudo que se englobasse no amplo e duvidoso conceito de “subversão”. Outra palavra tão famosa quanto “comunista”, no vocabulário do Estado Autoritário, era “subversão”, a qual se utilizavam largamente, pouco se importando com o real sentido do termo, como afirma o ex-capitão, odiado pela direita, Agliberto Vieira de Azevedo: “De que somos acusados? De “Subversão”. Eis uma palavra magica, que serve para tudo. [...] que serve para justificar toda sorte de arbitrariedades e violências”. (HELLER, 1988, p. 177).

Outro ponto interessante em muitos desses IPMs Zona Norte do Paraná é que os fatos apurados são sempre anteriores a abril de 1964. Paraphrasing o Brasil: Nunca Mais (1986) castigavam como delitos de hoje comportamentos que eram virtudes de ontem. Como o direito a greve, por exemplo, pois, o governo jamais declarou que as greves eram ilegais, pois, todas elas terminavam em acordos entre empregados e empregadores. Sem contar que as reivindicações salariais e por melhorias no emprego, por meio de greves era o único meio que o trabalhador tinha a seu favor, entretanto, nunca foram consideradas agitações ou incitamentos de cunho subversivo, como eram chamados pelos militares. A grande maioria dos réus estavam sendo acusados em 1964 por fatos ocorridos em um período anterior (1960-1963). As provas elucidativas confiscadas pela polícia-política, geralmente eram reportagem de Jornal, panfletos e documentos datados do ano de 1960, 1961, 1963. Na realidade, pode-se dizer que os pressupostos do regime para incriminar algum indivíduo, pautava-se na ideia de que “tudo o que você disser (disse, fez, leu, publicou, etc.) poderá ser utilizado contra você num tribunal”. Bem como salienta Ipólito (2009), a exclusão de direitos políticos objetivava a manipulação do silêncio mediante a aceitação de leis impostas pelo poder estatal.

Isso ocorria, de fato, pois, no imediato pós-golpe militar, para o regime, era urgente silenciar os toda e qualquer forma de oposição e enquadrar a sociedade à nova “ordem” estabelecida. Já nesse momento, entram em cena os Inquéritos Policiais Militares que se destinam, assim, a apagar o regime democrático

anterior em seus traços político e jurídicos. Diante de tal fato, os inquéritos dos anos de 1960 se direcionam, principalmente, para punir e vigiar os setores sociais anteriormente mobilizados. (STEIN, 1998).

Outro fator similar entre os IPMs, é que em todos os casos encontravam respaldo na mesma lei. Os denunciados, de modo geral, se enquadravam infringindo a Lei de Segurança Nacional nº1802/53, cujos principais “crimes” poderiam ser resumidos em: “Art. 2 Tentar: III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional; IV- subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo; Art. 11. Fazer publicamente propaganda: a: de processos violentos para a subversão da ordem política ou social.

A denúncia, por seu lado, raramente possuía nexos, apontando para “crimes” aleatórios sem descrição precisa. Apanhavam telegramas, testemunhas, cartas, boatos, “fofocas” e, destes, faziam a prova única para enquadrar um cidadão em um IPM. A grande maioria dos IPMs, não possuíam fundamentação em crime algum, a denúncia era vaga, e algumas não passavam meramente de “rixas” de politicagem. Como salienta Alves (1984, p. 57), carentes de fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras de comprovação. Os próprios coronéis estabeleciam os preceitos legais sobre os quais baseavam suas decisões. O testemunho da “opinião publica” era suficiente em certos casos, para provar as atividades subversivas ou revolucionárias que justificavam a punição.

Já nos primeiros anos do regime, tornou-se tão corriqueiro a instauração de IPMs, ao ponto de estes servirem até mesmo á interesses políticos locais, como é o caso de muitos dos IPMs que vimos nessa pesquisa. Simplesmente os políticos que frequentemente perdiam as eleições locais valiam-se do recurso de acusar seus adversários políticos de “subversivos”, envolvendo-os em algum IPM, para eliminar a concorrência.

Como se sabe, uma denúncia para ser válida necessita de inúmeros requisitos como: crime, como foi praticado o delito, classificação dos crimes, testemunhas, enfim, requisitos, os quais, muitas vezes eram deixados de lado nos processos instaurados no regime militar. Como argumenta o Projeto Brasil: Nunca Mais (1986) as denúncias na Justiça Militar, por crimes contra a Segurança Nacional, eram vagas e imprecisas, ao ponto de generalizar a acusação dizendo que o acusado era subversivo, praticava atos de subversão, enfim, fatos isolados sem descrição, nunca contendo os requisitos legais exigidos por lei. Nesses IPMSs, as mais corriqueiras denúncias apontavam para fatos como “atos subversivos”, “agitação subversiva”, “processos violentos”, enfim, novamente toma posse o amplo conceito de subversão, que é

utilizado quando necessário, pois, nesse caso, não é preciso a descrição do “crime”, tal como procedeu (ou não).

Na maioria dos IPMs, dentre as falas das testemunhas convocadas a prestar depoimentos nos processos analisados, as mais corriqueiras são “não sabe informar de que maneira o acusado orientava greves”, “desconhece”, “não podendo afirmar”, “que nunca ouviu diretamente do acusado”. Ou seja, as próprias testemunhas de acusação não apresentavam contundência em suas acusações, o que aponta mais uma vez para a precariedade da denúncia.

O que permeia a grande maioria dos depoimentos policiais prestados nas DOPS é a negação do réu em qualquer envolvimento com ideias “comunistas” e “subversivas”, refutando a acusação da denúncia. Porém, há alguns réus que, de fato confessam terem praticado alguns dos “crimes” descritos na denúncia, e outros se contradizem algumas vezes. Entrementes, não podemos esquecer de que, muitas vezes, o réu “indefeso e incomunicável, era obrigado a confessar tudo aquilo que os seus interrogadores queriam, depois de longas seções de tortura” (Arquidiocese de São Paulo, 1986, p.175).

As denúncias, geralmente baseadas apenas nos interrogatórios policiais obtidos na DOPS, eram destinadas para a esfera da Auditoria Militar, iniciando a fase judicial formatada pela realização dos depoimentos judiciais, perante o Juiz, e a conclusão do caso. Entretanto, um fato rotineiro nos IPMs analisados é que os interrogatórios realizados na fase judicial se davam de dois á seis anos após a instauração do IPM, e em meio essas os processos permaneciam nos transtornos da fase policial.

Ademais, é importante mencionar que a decisão da prisão ou liberdade dos acusados dava-se quase 10 anos após estes serem acusados e terem praticado a dita “subversão a ordem”, pela qual são denunciados. O que aponta para o fato de que os indivíduos envolvidos nesses IPMs passavam longos anos de transtornos psicológicos e inquietações enquanto o processo se desenvolvia. Como afirma Martins (1998) vários valores presentes nesses processos, revelam as preocupações dos agentes policiais e jurídicos, em esquadrihar, conhecer, e dissecar os aspectos mais recônditos da vida cotidiana dos réus.

No BNM nº 238, encontramos algo raro perante os outros IPMs analisados nessa pesquisa. O fato de que “o declarante veio algemado; que após sua prisão sofreu varias humilhações, tais como palavrões, empurrões, etc. [...] (BNM nº 238, p.57-58)”. Ademais, no BNM nº 240 algumas testemunhas de acusação, nos relatórios judiciais relatam que assinaram documentos sem ter lido.

Entretanto, isso não quer dizer que tais acontecimentos, não se apliquem também aos outros depoimentos, pois, muitos fatos obviamente não eram transcritos para o relatório, e alguns réus eram

obrigados a assinar documentos, os quais desconheciam. Além do mais, o interrogando se omitia á fazer alusão á torturas para evitar que voltasse sofrer novas. Assinavam sem ler, pois poderiam estar sendo obrigados e ameaçados. Enfim, a pressão frente à Delegacia de Polícia era demasiada, que muitos dos réus provavelmente se omitiam em dizer o que Edmundo Bonesso não omitiu. Aliás, o depoimento de Edmundo Bonesso faz cair por terra à objeção que muitos teimam em repetir de que no ano de 1964 não haviam maus-tratos e torturas nas DOPS, muitos menos, nas DOPS paranaenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros suspiros do regime militar quando a democracia parecia estar mantida, inúmeros canais de expressão da oposição começaram a ser ferozmente calados. Ao raiar o golpe de 1964 que instaurou a Ditadura Militar no Brasil, o governo arquitetou uma série de medidas que visavam impor, por meio de qualquer que fosse a maneira, seus interesses no meio social e eliminar tudo e todos que fossem contrários a sua linha política. Um dos passos preliminares do governo após o Golpe de 1964 foi criar meios para retirar de cena os indivíduos que não compartilhavam de suas ideias e ações. Isso porque, esses indivíduos eram vistos como “inimigos da ordem”.

Desse modo, a instauração de IPMs durante esse primeiro momento era essencial para “combater o inimigo interno”. O que se buscava com a instauração desses IPMs era, por precaução, ocultar a voz de todos os indivíduos que se pronunciassem, pois, como já dito, o ato de se expressar já era um atentado a dita “segurança nacional” e necessitava ser bloqueado.

Como objetivado de início: entender como foram preparados os primeiros instrumentos de repressão política durante o regime militar, em especial os Inquéritos Policiais Militares, um dos carros chefes dentro desses instrumentos, foi possível perceber que uma de suas principais motivações eram as prisões de todos aqueles indivíduos, principalmente políticos, sindicalistas e participantes de associações de classes, que passaram a partir do golpe a serem vistos como “inimigos da ordem”, ou seja, calar a opinião pública através da força.

Somente entre os anos de 1964 á 1965 em nove cidades norte-paranaenses mais de trinta indivíduos foram envolvidos em processos e aproximadamente vinte destes foram presos e condenados. Sem contar que esses longos processos ocasionavam inúmeros efeitos sobre suas vítimas interferindo no cotidiano da sociedade (família, advogados, amigos, conhecidos), que a partir de 1964 passou a viver sobre a sombra do medo e da perseguição. Como afirma Chalhoub (1986), o controle social procurava abarcar todas as esferas

da vida privada dos indivíduos arrolados nesses processos-crimes, todas as situações possíveis do cotidiano em busca da totalidade das relações sociais por definição, logo, esses indivíduos, acabavam desestruturados moral, física e psiquicamente frente à sociedade.

No Paraná, políticos, militares, intelectuais, dirigentes sindicais e jovens estudantes, foram as maiores vítimas, pois, em busca de uma verdadeira democracia envolviam-se em acontecimentos políticos, se deixavam levar por suas reivindicações em busca de seus direitos, e acabavam duramente reprimidos pelo regime. Há quem diga que no Estado do Paraná não houve repressão, porém, a prova mais cabal dessa objeção, são os IPMs –Zona Norte do Paraná, o ponto nodal da presente pesquisa.

A partir do dia 1 de abril de 1964 todos os indivíduos brasileiros foram proibidos de se expressar, pois, a ideia e o pensamento eram objetos perigosos, e necessitavam ser eliminados. A repressão era necessária para garantir a solidez das instituições do Regime Militar, e em nome da segurança da nação estaria justificada a suspensão das liberdades e as garantias constitucionais, ao ponto que, calamidades passaram a ter carta branca para defender a “segurança nacional”. Posto isso, todos os indivíduos poderiam ser suspeitos de serem “inimigos internos”, logo, deveriam ser inquiridos, presos, torturados e até mesmo mortos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: 1964-1984**. Bauru: EDUSC, 2005.
- ALVES, Paulo. **A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana (1890-1921)**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. 2ª edição. São Paulo: Contexto. 2010.
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da operação Marumbi na terras das araucárias**. Maringá: Eduem, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil nos anos 1930**. 2ªed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Pag. 359.
- FERNANDES, Florestan. **Brasil: Em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980, p.113.



FERNANDES, Reginaldo Junior. **O delito dos proscritos: a marginalidade política em Londrina (1956-1967)** (dissertação de mestrado). Assis, 2007, 272 f.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FON, Antonio Carlos. **Tortura: A história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Parma Ltda. 1979.

GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 11, nº 21 - setembro 1990/fevereiro 1991. p. 9-20.

HELLER, Milton. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IPÓLITO, Verônica Karina. PRIORI, Ângelo Aparecido. O anticomunismo em questão: a polícia política e o PCB no norte do Paraná (1945-1953). In: **Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR” Patrimônio Histórico no Século XXI”**. Jacarezinho, Maio-2008.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. (Dissertação de doutorado). Universidade de São Paulo (USP). 2008. 349f.

MARTINS, Silvia Helena Zanirato. **A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais**, v. 3, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/rhr/article/viewFile/2054/1536>. Acesso em: 14 jan. 2014.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi; SWENSON JUNIOR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. In: Locus: **Revista de história**, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 17-27, 2010. P.21.

PRIORI, Ângelo Aparecido; POMARI, Luciana Regina. O DOPS e a repressão política contra militantes comunistas no Estado do Paraná (décadas de 1940 e 1950). In: **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 783-805, jul./dez. 2012.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina : Eduel, 2013.

STEIN, Leila de Menezes. **Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais: Anos 60 e 70**. Estudos de Sociologia. Araraquara, SP: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1998. nº5. p.101-113.



WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo**: o acerto de contas com os torturadores. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

176

1917, O EMBLEMA DA RAZÃO: MOVIMENTO OPERÁRIO E HISTORIOGRAFIA

Angelita Cristina Maquera

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-graduação em História (PPH)

Resumo: Este trabalho é parte da minha pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem como objeto a análise da produção acadêmica sobre o movimento operário brasileiro, mais especificamente, sobre a influência anarquista na Greve Geral de 1917. Salienta-se que, nesse trabalho, a historiografia é compreendida como uma operação (técnicas, conjunto de práticas), que está relacionada com o lugar social do historiador e os procedimentos específicos da disciplina. Essa reflexão deve ser levada em consideração, pois ao analisar a historiografia brasileira na década de 1980, alguns aspectos são relevantes, como por exemplo, percebe-se que ela direcionou o olhar aos movimentos sociais, dentre eles, o movimento operário do início do século XX. Entretanto, além do exposto, dois fatos merecem destaques, primeiramente, a influência do historiador Edward Palmer Thompson e do filósofo francês Michel Foucault nos trabalhos acadêmicos. Um segundo aspecto, não menos importante, foi a criação do acervo Edgard Leuenroth na Universidade de Campinas (Unicamp), que serviu de matéria-prima para os grupos de estudos sobre a formação do movimento operário no país, ressaltando que a maioria das obras acadêmicas de referência sobre o tema, foram escritas na Unicamp. É importante ressaltar que ao analisar cada trabalho acadêmico, estaremos observando; as perspectivas e representações apontadas por cada autor e mantendo um olhar atento às configurações políticas e sociais que marcaram tal período. No decorrer do texto será apresentado

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

uma análise específica das greves do ABC paulista, ocorridas no início de 1978 e perdurando durante a década seguinte, não esquecendo-se da abertura política do regime militar, que fazia parte desse cenário. Assim, a pesquisa objetivará estabelecer essa relação entre as mudanças da sociedade brasileira e as configurações do campo da historiografia, apresentando o historiador com um ator político e social que está inserido na sociedade e não, alheio à ela. Por fim, no desenrolar do trabalho procuraremos averiguar as possíveis relações entre a emergência dos chamados novos movimentos sociais e o incremento de estudos sobre o movimento operário brasileiro no início do século XX.

Palavras-chave: Movimento operário, Anarquismo, Produção acadêmica.

Introdução

É notável que a partir da década de 1980 proliferaram no Brasil diversos trabalhos acadêmicos sob a temática do trabalho, e principalmente sobre a “classe” operária. Assim, a pesquisa que desenvolvo pretende analisar essa produção historiográfica, buscando estabelecer quais fatores motivaram o olhar acadêmico direcionado ao início do século XX, e destacaram o movimento dos trabalhadores das primeiras fábricas brasileiras, um Brasil que trilhava seus primeiros passos rumo à industrialização.

Salienta-se que a constituição do movimento operário no Brasil, não se deu de uma hora para outra, foi um processo lento, que aos poucos moldou o trabalhador livre que se distribuía pelas fábricas nascentes. Ressaltam-se que as diferenças culturais proporcionadas pela imigração, assim como, um capitalismo nascente e remoto, são fatores que além de demarcar a sociedade brasileira, criam a singularidade do movimento operário nacional. As condições e os modos de vida não eram favoráveis à sobrevivência da família operária devido aos baixos salários, às profundas mudanças culturais e à própria adaptação ao capitalismo industrial. Esses e muitos outros impasses ocasionaram incertezas, carestia de vida e tensões que contribuíram na constituição de um período de revoltas

É justamente esse contexto que se tornou objeto dos historiadores na década de 1980, mantendo um enfoque, principalmente, nas greves ocorridas em 1917. Buscar compreender como os historiadores abordaram esse conflituoso período da história brasileira, é objetivo da pesquisa em exercício.

Uma análise da historiografia

A pesquisa tem como objeto de análise, a produção historiográfica, assim, é necessário refletir sobre as implicações que envolvem o trabalho do historiador. Em decorrência, se faz necessário esmiuçarmos algumas ideias de Michel De Certeau, que contribui para a problematização da função do

historiador. Certeau busca responder algumas indagações à respeito do historiador e sua relação com a escrita da própria história, sua relação com o lugar social, com as instituições e a própria constituição do texto acadêmico, o autor denomina esses aspectos como, “operação historiográfica” (CERTEAU, 2011).

Primeiramente, o autor afirma que, o gesto que liga ideias a lugares é parte do trabalho do historiador, assim, todo sistema de pensamento está fundamentalmente relacionado a lugares, que podem ser, sociais, culturais, econômicos, dentre outros. É importante compreender que para Certeau a história é entendida como uma operação, isso é, buscar compreendê-la como a relação entre o lugar, os procedimentos de análise e a construção de um texto. No entanto, é importante compreender que a pesquisa historiográfica está relacionada ao seu local de produção socioeconômico, político, e cultural. Sublinha-se que esse lugar é delineado por métodos, interesses particulares e documentos. Assim, a interpretação histórica está relacionada a um sistema de referências de um determinado lugar social. Atenta-se também para a subjetividade em que está relacionada a pesquisa histórica, pois, Certeau aponta que o “pensamento” do historiador mantém uma subjetividade que é direcionada à autonomia do seu lugar social.

Nesse lugar social está inserida a própria instituição do saber que é a relação do sujeito individual com seu objeto, um lugar científico. Esta instituição científica delimita as pesquisas e possui suas próprias leis, sistemas e símbolos específicos. Entende-se que esses fatores mencionados, por vezes, não são explícitos nos textos, eles fazem parte da categoria do “não dito”. Desse modo, é importante compreender que o livro de história é resultado desse lugar social, de um grupo específico. O lugar social possui assim, uma função dupla, pois, ele permite um determinado tipo de produção científica e censura e proíbe outros.

Assim, perceber as amarras às quais o historiador está envolvido, nos ajudará a entender a grande produção acadêmica que visava o movimento operário nascente, e entender também, por exemplo, os motivos que possibilitaram a um grupo de estudos da Unicamp tornar-se referência nesses estudos a partir de uma variada e robusta produção sobre o tema.

Certeau nos ajuda a buscar uma maior reflexão sobre esse “tripé” da produção historiográfica (lugar social, prática e escrita), evidencia-se as diversas fases do trabalho historiográfico e as muitas influências e limitações em que a pesquisa está inserida, desse modo, o autor traz à tona essas reflexões sobre o próprio ofício que muitas vezes passam despercebidas.

Metodologia aplicada

Este trabalho ao realizar uma análise da historiografia produzida, recortará as principais teses e dissertações que foram publicadas no limite temporal que corresponde à década de 1980, e principalmente, levando em conta a repercussão de cada obra na academia. Os levantamentos feitos em relação ao tema, detectou que algumas obras atualmente ainda são listadas como referências sobre o tema do trabalho e classe operária brasileira e ainda salienta-se que a publicação desses trabalhos em livros, suscitou um destaque ainda maior.

O intuito de se estudar livros que eram teses ou dissertações, também remete a analisar as demandas de pesquisa no período e o ambiente acadêmico. Assim, compreende-se porque determinadas obras tiveram maior destaque que outras, buscando responder enfaticamente: como o contexto influenciou essa produção?

Ao analisar, ler e reler essas obras, busco compreender conceitos-chaves utilizados por esses autores e assim entender como o pesquisador está tratando o tema. Para ilustrar, descrevo uma primeira análise que realizei na obra de Margareth Rago, “Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890/1930” (RAGO, 1987). Ao ler este livro, que foi uma dissertação de mestrado defendida em 1984, orientada por Edgar Salvadori De Decca, encontramos conceitos específicos, como “higienização”, “classe operária”, “disciplina”, entre outros, isso demonstrou a influência da historiadora pelas obras do filósofo Michel Foucault e do historiador inglês, Edward Palmer Thompson.

Assim, percebe-se a influência da historiografia estrangeira dentre os historiadores, já que isso se repete em algumas outras obras. Observa-se que o historiador Edward Thompson influenciou uma gama de trabalhos acadêmicos brasileiros sobre os estudos de movimentos sociais, ou notoriamente o que define-se como história social. Thompson em seus trabalhos, afirma que a classe “acontece” quando os homens, como resultados de experiências herdadas ou partilhadas sentem e articulam seus interesses comuns contra outros homens cujos interesses diferem (THOMPSON, 1987). O autor ressalta a ideia de classe como um fenômeno histórico, no entanto, para Thompson, “a consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca da mesma forma” (THOMPSON, 1987). Assim, ao analisar essa perspectiva teórica do Thompson e encontrando seus conceitos espalhados pelas fontes selecionadas, pode-se compreender parte da abordagem dos trabalhos produzidos na década de 1980.

Na obra de Rago mencionada acima, observa-se também conceitos de Foucault, pensador que estava ganhando espaço nas ciências humanas nesse período. Assim, os conceitos abordados pela historiadora, estão presentes na obra “vigiar e punir”, em que o autor esmiúça e problematiza o conceito de

corpo, que ele entende como alvo do poder, ou seja, o corpo que está aprisionado dentro de poderes apertados que lhe impõem limitações (FOUCAULT, 1977). O filósofo discorre nessa obra sobre como estes corpos “dóceis” são distribuídos e como são utilizados nas fábricas, prisões, hospitais e escolar, os conceitos empregados por Rago, “higienização” e “disciplina”, estão relacionados a essa ideia de disciplinarizar o corpo nas fábricas, para o crescimento da produção e a higienização, como um processo social de formação e constituição de uma classe.

Esse exemplo da obra da historiadora Margareth Rago, apenas ilustra o que busco observar nas demais fontes também, entretanto, salienta-se que é apenas um dos aspectos observados, levando em consideração que a pesquisa ainda está em fase inicial.

Primeiros resultados

Como já mencionado acima, um dos resultados consistiu na percepção das influências da história social e das perspectivas da filosofia de Michel Foucault.

1- AEL

Entretanto, um aspecto chamou atenção durante essa análise, foi a criação do acervo Edgard Leuenroth na Unicamp em Campinas. Segundo o historiador Cláudio Batalha e Ângela Maria Carneira Araújo (ARAÚJO, Ângela C. & BATALHA, Cláudio H. 1999), até 1974 não existiam fontes disponíveis sobre o movimento operário, elas estavam dispersas em diversas bibliotecas, inclusive, a Biblioteca Nacional, esse “descaso” era decorrente da situação política e também porque o movimento operário ainda estava começando adquirir status acadêmico (MAQUERA, 2014).

Entretanto, a fundação da AEL em 1974, expandiu e possibilitou estudos sobre a história do movimento operário brasileiro, segundo Batalha e Araújo:

O conjunto documental que compõe o acervo do AEL abrange o período que se estende de meados do século XIX aos dias de hoje. Para o estudo do movimento operário até os anos 30, o fundo do tipógrafo, jornalista e dirigente anarquista Edgard Leuenroth continua a ser o mais significantes (ARAÚJO, Ângela C. & BATALHA, Cláudio H., 1999, pág. 79)

Existem diversos acervos universitários espalhados pelo país, salienta-se o AEL em decorrência da sua importância para os estudos da história operária nacional. Em decorrência, observa-se que os pesquisadores proporcionaram o nascimento do acervo, assim como, o acervo influenciou no surgimento e aumento das pesquisas sobre o tema.

Entretanto, atualmente nossas análises estão concentradas em uma pesquisa minuciosa sobre os movimentos sociais emergentes, principalmente no ABC paulista, no final da década de 1970 e que perdurou durante os anos 1980.

2- As greves no ABC Paulista

Primeiramente, é importante compreender as principais características do contexto dessas décadas, que influenciaram a produção historiográfica. Dentre as especificidades daquele período, destacam-se a abertura política, devido à crise do regime militar, e também os movimentos sociais em cena novamente, por intermédio do crescimento das oposições sindicais que combatiam os chamados sindicatos pelegos, pela criação de comissões de fábrica e pelas greves iniciadas ABC paulista e que rapidamente se espalharam por diferentes regiões industriais do país.

Marco Aurélio Santana (2008) afirma que o golpe civil-militar de 1964 desestabilizou o movimento operário, assim como, manteve um maior controle sobre os sindicatos e sobre os partidos de esquerda (SANTANA,2008). Entretanto, desde a década de 1950, o Brasil vinha passando por mudanças econômicas, ressaltando, uma intensificação da produção industrial, que contribuiu, aos poucos, para a formação de uma “nova classe operária”, concentrada em determinadas áreas geográficas.

Esse processo era, em grande medida, decorrente das migrações do campo para as áreas urbanas. Kimi Tomizaki afirma que;

Esses indivíduos passaram a constituir a nova classe média urbana. [...] a aceleração do processo de urbanização fez a sociedade brasileira na década de 60, deixar sua condição rural. Entretanto, como a população urbana cresceu em ritmo muito mais rápido do que o desenvolvimento industrial, houve grandes dificuldades na absorção dos trabalhadores pelo mercado formal, o que implicou o crescimento do desemprego e do subemprego. [...] apesar do aumento da mobilidade, não houve diminuição da desigualdade (TOMIZAKI, 2007, pág. 55).

Essa nova “massa” trabalhadora vai aos poucos se estabelecer nas principais montadoras automobilísticas situadas no ABC paulista. Em decorrência dessa grande afluência de trabalhadores às regiões industriais, é possível afirmar que essas décadas se caracterizaram como um fase de deslocamentos. Desse modo, apresentam-se duas especificidades desse período, uma nova forma de trabalho, ou seja, novos

modos de produção industrial e principalmente, uma maior expressão política. Kimi Tomizaki aponta que aponta a importância e as fases desses “deslocamentos” que proporcionaram um cenário específico:

[..] 1) deslocamento espacial, concretizado na migração; 2) de setor econômico, através da saída do mundo rural e entrada na indústria; 3) posição ocupada nas relações de poder no interior das fábricas, resultado das greves, que impuseram modificações significativas nas relações de força entre capital e trabalho; 4) nas condições de vida, que permitindo acesso a moradia e à formalização de trabalho, entre outros, implicaram a ocupação de um espaço social, econômico e simbólico bastante diferente daquele do ponto inicial de suas trajetórias [...] (TOMIZAKI, 2007, pág. 56).

Assim, teve-se uma nova ocupação do espaço urbano, social e econômico. Compreender esse fenômeno é necessário para estabelecer as relações que fizeram com que esses novos trabalhadores se organizassem como um novo grupo político, entrando em cena e atraindo diversos focos de análises e discussões.

As greves deflagradas em Osasco e São Paulo no ano de 1978, se estruturaram por meio de um conjunto de lutas contra o arrocho salarial decorrente da corrosão provocada pelas altas taxas de inflação. Santana sublinha que esses trabalhadores passaram a enxergar o Estado como “inimigo”, não somente os patrões, e isso se evidenciava pelas tentativas de controle dos sindicatos durante o regime militar (SANTANA, 2008).

Essas greves ocorreram principalmente durante a saída de Ernesto Geisel e a posse de João Figueiredo. Entretanto, já em 1978 houve uma grande onda grevista.

Podemos apontar que essas manifestações colaboraram e influenciaram o processo de democratização do Brasil. É importante entender que nos momentos de maior repressão do regime militar, o único espaço de ação para os trabalhadores foi a própria fábrica. Marco Aurélio Santana, afirma que essas greves mesmo organizadas no interior das fábricas e estando relacionadas às condições de trabalho, elas transcendem à dimensão salarial. No ABC paulista, por exemplo, esses trabalhadores visaram uma nova organização operária, uma reconstrução. É necessário, nesse sentido, entender as dimensões desses movimentos que segundo Santana;

O ano de 1979 veria desenvolver-se e aumentar a participação dos trabalhadores no cenário político nacional. Desde a greve de 1978, o movimento desdobrara-se, espalhara-se e atingira diversas categorias e diversos estados, entre os quais, centros importantes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.[...] a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC trazia elementos novos. Além do reajuste salarial, eram reivindicadas também a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no interior das empresas (SANTANA, 2008, pág. 298).

Desse modo, observa-se que esses trabalhadores vão se destacando como sujeitos sócio-políticos ao considerar, essencialmente, a institucionalização dessas lutas. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a burocratização dos sindicatos, e principalmente, a formação de um novo sindicalismo que também demarca esse período, ajudam a criar uma maior visibilidade política aos movimentos. Sobre esse aspecto, Giovanni Alves conclui que:

A expressão política do novo processo social, que se deflagra em maio de 1978 no ABC paulista, é a criação, num primeiro momento, de uma nova esquerda – o PT –, ao lado de outras organizações políticas de esquerda e, mais tarde, em 1983, da CUT, ao lado de outras articulações intersindicais como o CONCLAT, que daria nas CGTs (ALVES, 2000, pág. 120).

Assim, percebe-se que esse período também configura em novas organizações sindicais que representa uma maior institucionalização das lutas. Pode-se concluir, desse modo, que fatores econômicos e políticos conjuntamente com a crise do regime militar, alimentaram tais manifestações. Alessandro de Moura compreende que;

[...] a inflação crescente corroerá os salários, este será o motivo principal das quatro greves gerais que serão desencadeadas durante a década de 1980 (1983, 1986, 1987 e 1989). Desta forma, a fresta aberta pelas greves do ABC, soma-se a crise econômica que aprofunda imensamente a crise política do Estado-ditatorial, sendo que a principal expressão da crise do Regime foi a onda de mobilizações, greves, ocupações e piquetes que serão desencadeadas a partir dos diversos locais de trabalho durante toda a década de 1980 (MOURA, 2012, pág. 4).

Assim, aos poucos esses trabalhadores vão construindo sua identidade, vão se constituindo como um grupo social específico. Essa nova expressão da classe trabalhadora foi muito explorada pela mídia. Assim, essa grande visibilidade atraiu diferentes olhares e percepções sobre esse sujeito, Tomizaki afirma que;

Por meio das greves, os metalúrgicos do ABC colocaram-se no centro das atenções de diferentes grupos: o empresariado, o Estado militar, a imprensa, os *intelectuais* e a esquerda brasileira em suas diferentes reações às greves do ABC, do apoio à repressão, e cada uma delas contribuiu para sedimentar o processo de unificação simbólica da categoria metalúrgica (TOMIZAKI, 2007, pág. 290). (Grifos nossos).

Entende-se que os movimentos grevistas, que se iniciaram na década de 1970 e percorreram toda a década posterior, foram singulares. Eles expressam a emergência de novos atores sociais e são resultado de uma conjuntura política e social brasileira específica. Eder Sader afirma que:

[..] a movimentação operária não apenas forçou alterações de fato nas esferas da política salarial, da liberdade sindical, do direito de greve, como fundamentalmente provocou o nascimento de novos atores no cenário político [...] Mas é preciso que nos situemos naquele momento para poder avaliar a dimensão da ousadia. Basta aliás, acompanhar seu empenho ao polemizar sobre o lugar atribuído ao movimento operário nas representações dominantes. Na forma mais visível, nos meios de comunicação de massa, as greves eram noticiadas nas seções de economia e referidas separadamente as diferentes setores da produção em que ocorriam (SADER, 1988, pág. 64).

Esses “novos” sujeitos em cena atraíram o interesse de muitos pesquisadores, devido à sua grande visibilidade. Assim, houve um grande interesse de pesquisadores da esquerda, que analisavam essa nova formação operária, ultrapassando, desse modo, as fronteiras da sociologia marxista da década anterior.

Considerações finais



A mudança de conjuntura dos finais dos anos 1970 e o início de 1980, marcou um período singular na história do Brasil e também na produção historiográfica. Nosso trabalho busca apresentar os principais fatores que colaboraram para a construção da história operária nesses anos, salientando a importância dos movimentos grevistas do ABC paulista e também as próprias configurações na historiografia brasileira.

A partir desses primeiros resultados, estamos trabalhando especificamente, na compreensão das fontes, ou seja, obras da historiografia brasileira do movimento operário, inseridas nesse contexto.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni. **Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão e crise do sindicalismo no Brasil (1978/1998)**. Revista: Sociologia Política, Curitiba, 15, pág. 111-124, novembro de 2000.

ARAÚJO, Ângela Carneiro & BATALHA, Cláudio H. **Preservação da memória e pesquisa: A expressão do arquivo Edgard Leuenroth (AEL)**. In: SILVA, Zélia Lopes Da. (org). **Arquivos, Patrimônios e Memória: Trajetórias e perspectivas**. São Paulo, FAPESP, 1999.

CERTEAU, Michel De. CAP. II: A operação historiográfica, In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro, Forense, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: O Nascimento da Prisão**. Rio de Janeiro, Vozes, 1977.

MAQUERA, Angelita C. **O “fazer-se” da classe operária: uma análise do patrimônio imaterial**. Trabalho de conclusão de curso: Especialização em Patrimônio e História. Universidade Estadual de Londrina, 2014.

MOURA, Alessandro de. **O movimento operário no Brasil durante a década de 1980**. Anais do VIII Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Política sociais no século XXI. Unesp, Marília, 28/06/2012, Disponível in: <http://www.estudosdotrabalho.org/gt3.html>.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890/1930**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



SANTANA, Marco Aurélio. **Ditadura militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática.** Dossiê: Política e Sociedade, Nº 13, Outubro de 2008.

186

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol I.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

TOMIZAKI, Kimi Aparecida. **Ser metalúrgico no ABC: transmissão e herança da cultura operária entre duas gerações de trabalhadores.** Campinas/SP: Editora Arte Escrita, 2007.

A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL INDÍGENA EM PRODUTOS DE MODA POR MEIO DA COMUNICAÇÃO VISUAL.

Aracely Corrêa Aguiar (Discente - UEM)

Maria Helena Ribeiro de Carvalho (Docente - UEM)

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma breve discussão sobre a cultura indígena, e especificamente dos símbolos da pintura corporal e facial dos índios Kadiwéus, para que posteriormente sejam adaptados em produtos de moda por meio da técnica de estamperia.

Palavras-Chave: Cultura indígena, kadiwéu, moda.

1 INTRODUÇÃO

O crescimento do valor percentual referente aos indivíduos que se identificam como indígenas é um retrato do reconhecimento da etnia, de sua cultura e história por seus próprios pertencentes (IBGE, 2005, p.21). Este reconhecimento da cultura indígena faz parte de um fenômeno denominado “etnogênese” ou “reetinização”. Tal movimento que teve início em meados de 1990 consiste na revitalização dos costumes de um grupo social e mais do que isso, na sua reinvenção na sociedade contemporânea (LUCIANO, 2006).

É de suma importância para o reforço da identidade pluriétnica nacional a renovação da cultura do índio brasileiro por meio do estudo de seus elementos mais representativos e a exploração dos mesmos utilizando a comunicação visual para produtos de moda. Assim, tal cultura poderá permanecer cada vez mais presente no cotidiano e no caráter multicultural do país.

Para tal, o presente trabalho visa estudar possibilidades de promover a valorização e revitalização da cultura indígena em produtos de moda por meio da comunicação visual, buscando identificar e inserir os signos mais representativos.

2.1 CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA NO BRASIL

O ser humano é um ser sociável e, portanto, é inerente a sua natureza o surgimento de agrupamentos, os quais durante o processo de sua formação absorvem certas características que passam a identificá-los. Essas características são de fácil observação e podem ser visualizadas nos cultos, alimentação, rotina, vestuário e em outras expressões da vida em grupo, sendo que sua constatação e estudo deram origem ao conceito de cultura. Desta forma, Barnard (2003) afirma que cultura:

É “um modo de vida”. Pode ser um modo de vida de diferentes nações ou períodos. Ou pode ser o modo de vida de grupos existentes dentro de uma nação ou período. [...] A pluralidade desse conceito significa que cada cultura possui atividades e padrões que lhes são específicos e os padrões de uma não podem ser utilizados para julgar as atividades de outra. [...] A ideia é a de que todas essas culturas são relativas entre si, não existe uma só cultura que supostamente fique de fora dessas relações para atuar como padrão ou medida para todas as outras (BARNARD, 2003, p. 61).

No fim do século XVIII, Herder apresenta o conceito de multilinearidade que consiste em aceitar todo e qualquer eixo cultural, considerando que - independentemente de como se desenvolveu - é válido e digno de interesse (HERDER, 1969 apud BARNARD, 2003).

Seguindo esta vertente de pensamento, Bossi (1992) ressalta a importância de se repensar todo o processo de estigmatização de uma cultura considerada primitiva e subdesenvolvida por parte de outra. É necessário, portanto, abandonar julgamentos comparativos e elevar a importância de cada uma destas para o conjunto. A cultura brasileira é citada pelo autor como exemplo desta pluralidade. Devido à grande diversidade de povos e, conseqüentemente a miscigenação destes, não existe no país uma cultura homogênea que possa ser determinada como padrão.

Outro conceito relevante para o entendimento da cultura é a compreensão do que é a identidade, pois o indivíduo a constrói com base na influência sociocultural e no sentimento de pertencimento ao ambiente a sua volta (CASTELLS, 1999).

A identidade é formada a partir da construção de significados e cabe ao grupo ou pessoa selecionar as mais diversas informações para arquitetar uma identidade, nesse processo são feitas escolhas, negam-se certos valores e comportamentos e aceitam-se outros. Esse processo se faz relevante no fortalecimento de uma cultura, pois contribui para que seus conhecimentos e costumes não se percam no tempo (GRUBITS; DARRAULT-HARRIS, 2003).

Com relação a estes povos, o termo “índio” tem conquistado cada vez mais aceitabilidade. De acordo com dados do IBGE, durante o período de 1991 a 2000, um expressivo crescimento percentual no número de pessoas que se autodefiniram como indígenas: aproximadamente 150% a mais da população brasileira. Além disso, foram constatadas 305 etnias indígenas no Brasil, sendo as maiores em volume: Tikúna, Guarani-Kaiowá e Kaingang (IBGE, 2012).

Pode-se concluir com esses dados, que cresceu também o reconhecimento e aceitação da cultura indígena na última década por parte de seus integrantes. Este movimento social estimula a valorização desta identidade étnica, não só pelos índios, como também por aqueles que possuem afinidade ou interesse pela cultura do indígena.

Portanto, ainda que cultura indígena esteja inserida na sociedade, é preciso desenvolver um olhar mais profundo para esta etnia tão representativa no histórico cultural do país, pois, desta forma, o que se conhece como identidade deste grupo ultrapassará a barreira da generalização para tomar força como componente essencial da identidade nacional, possibilitando que a população tenha um maior conhecimento sobre a mesma, e que este seja livre de estereótipos.

2.2 ETNOGÊNESE E A IDENTIDADE INDÍGENA

Quando se discorre acerca do reconhecimento da cultura indígena na atualidade é importante ressaltar que tal processo deve considerar a identidade tribal atual, ou seja, aquela que passou por inúmeros processos de modificação e interferências externas ao longo do tempo, uma vez que não se trata de uma etnia isolada das demais, mas sim, uma cultura em constante transação com o ambiente ao seu redor.

Para melhor compreensão desse movimento e da necessidade da análise aprofundada da identidade indígena é preciso adentrar no conceito de etnogênese, citado inicialmente por William Sturtevant, em 1971 para estudos antropológicos onde buscava definir novos grupos políticos por meio deste termo (PAIVA,

2009) e que Boccara (2003 apud Carvalho, 2006) define como todo o processo de transformação pelo qual um determinado grupo social passa e como isto reflete na cultura.

A respeito da modificação que sofreu a sociedade indígena de modo geral, o autor afirma que

[...] estudos mais recentes enfatizaram as capacidades para adaptação e criação mostradas pelas sociedades indígenas, e começaram a considerar a possibilidade de que novas configurações sociais podem ter tomado forma, não apenas como resultado de processos de fissão e fusão, mas também através da incorporação de elementos estrangeiros e de consecutivas modificações na definição do self (BOCCARA, 2003 apud CARVALHO, 2006, p. 3).

A partir desse olhar é possível ver a cultura indígena como membro ativo da sociedade contemporânea que não apenas recebe influências como também influencia e que não passou por um processo de aculturação de forma submissa, mas sim que reconfigurou e adaptou sua identidade conforme a necessidade da época (PAIVA, 2009).

2.3 ELEMENTOS DA CULTURA INDÍGENA

A cultura indígena brasileira pode se manifestar por meio de diversos elementos de acordo com a tribo a ser estudada. Entre os mais relevantes com relação à expressividade, encontram-se os trançados; a fiação/tecelagem; a arte plumária; a música; as máscaras rituais e a pintura corporal ou em objetos (MELATTI, 1970).

Pode-se associar à manifestação cultural dos índios brasileiros o conceito de etnoarte que Geertz (1989) define como a manifestação visual presente, entre outras artes, na pintura corporal e de objetos, onde são retratadas as experiências e aspectos de uma sociedade. Assim, todo e qualquer elemento presente na cultura indígena que reflete a história de seu povo, seus costumes e tradições pode ser valorizado como expressão cultural com o intuito de revitalizar a identidade étnica desse povo.

Melatti (1970) destaca que geralmente tais componentes não possuíam como fim primordial a arte por si só: os objetos, pinturas, cânticos entre outros eram voltados à sua utilidade, seja ela material ou ritual. Além disso, é por meio de sua arte e cultura que os indígenas propagam a história de seu povo de geração para geração.

Dentre as modalidades da arte indígena, encontra-se a cerâmica, que por meio do manuseio da argila, é utilizada basicamente para a confecção de recipientes para alimentos e elementos decorativos. (MELATTI, 1970).

No que diz respeito aos trançados, é possível dividi-los em dois macro estilos devido a sua complexidade. O primeiro tipo possui sua construção em formato de espiral e o segundo em tela (MELATTI, 1970).

Quanto ao beneficiamento de fibras têxteis, os índios brasileiros dispunham de todas as etapas do processo: desde o cultivo da fibra, passando pelo processo de fiação manual até a fabricação de manufaturas por meio da tecelagem (RIBEIRO, 2000).

Com relação à indumentária dos índios brasileiros, observa-se por muito tempo a prevalência dos corpos total ou parcialmente nus, devido ao fato de que estes eram vistos como apenas um suporte para os adornos, como por exemplo, as penas, flores e sementes, braceletes, brincos nas orelhas, colares de miçangas, botoques (círculos de madeira colocados no lóbulo e nos lábios), máscaras ritualísticas e etc (CHATAIGNIER, 2010).

À arte plumária é atribuído um valor simbólico, além do aspecto estético, pois, de acordo com Melatti (1970, p. 149), “a arte plumária é um veículo de mensagens”. A escolha das penas, suas cores, tamanhos e disposição nos acessórios trazem inúmeros significados dentro de uma tribo.

A pintura corporal possui incontáveis simbolismos para comunidade indígena. Pode ser distintiva de sexo e faixa etária, classe social, posição e função dentro da tribo. Além disso, detém uma importante função nos rituais, religiosos ou não, desta etnia.

Para a elaboração do material da pintura utilizam-se tintas extraídas de frutos nativos e também alguns minerais como o pó de carvão e o calcário. Já para sua aplicação no corpo usam-se as mãos, pequenas lascas ou carimbos. Seu uso pode ser associado ao vestuário como forma de distinção e expressão, pois também a roupa vai além das funções físicas para atuar como um agente de diferenciação social (MELATTI, 1970).

2.4 CULTURA INDIGENA KADIWÉU

A tribo Kadiwéu, também conhecida como Kaduveo, Caduveo, Kadivéu, Kadiveo, ocupa atualmente a reserva da Serra da Bodoquena, no município de Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Esse território é dividido em cinco aldeias, sendo essas Bodoquena, Campina, Tomázia, Barro Preto e São João (DOPP, 2009).

Acredita-se que sua origem advém da tribo Mbayá-Guaicuru, exímios cavaleiros, conhecidos por sua rígida estratificação social e certa agressividade (PIB, 2013). Nota-se a extrema influência de seus ancestrais na cultura Kadiwéu inicialmente pela adoção do cavalo que ainda se faz presente (ALBUQUERQUE, 2004).

Outro fator herdado dos Guaicurus diz respeito à segmentação social, cuja divisão era basicamente composta por nobres, guerreiros e os prisioneiros de guerra (DOPP, 2009). Sua sociedade também era dividida com relação aos gêneros: os homens dedicavam-se principalmente às guerras e à caça enquanto às mulheres era destinada a responsabilidade sob os artesanatos e a pintura corporal e facial (PIB, 2013).

Segundo dados da FUNASA (2009) a população Kadiwéu presente na reserva da Bodoquena totaliza 1.346 índios. Tendo diminuído em cerca de 600 habitantes se comparados aos dados obtidos por Albuquerque em 2004, o que demonstra a constante redução populacional enfrentada. É por esse fator, entre outros, que se encontra presente na cultura Kadiwéu esse forte sentimento de identidade tribal, apesar dos processos de adaptação que tiveram que acatar ao longo do tempo.

Os Kadiwéus comunicam-se por meio de seu dialeto próprio oriundo da família linguística Guaikurú e também fazem uso do português. Em sua língua nota-se também a segmentação de gêneros, pois, existem expressões propriamente masculinas e outras femininas (SOUZA, 2005).

A arte Kadiwéu manifesta-se principalmente pela elaborada pintura corporal e facial, porém também se encontra expressa em objetos de cerâmica cuja pintura decorativa leva seus motivos assim como aquela que cobre o corpo, ou mesmo nos cânticos, músicas e danças transmitidos de geração em geração (BARRACO; SANTOS, 1974).

As vestimentas que compunham a estética dessa etnia indígena eram confeccionadas basicamente com pele animal. Para as mulheres era comum o uso de uma tanga e quanto aos homens, inicialmente viviam praticamente nus, adornados apenas de acessórios. Observava-se também posteriormente, a adoção de chapéus e o esmero para com os cabelos e a higiene (BOGGIANI, 1895 apud DOPP, 2009).

Nota-se que apesar dos ritos e costumes dos índios Kadiwéu terem sido modificados ao longo do tempo devido às influências externas e mudanças na própria sociedade indígena ainda há uma grande importância atribuída às tradições (ALBUQUERQUE, 2004).

2.5 A PINTURA CORPORAL NA CULTURA KADIWÉU

Os Kadiwéus possuem uma estreita relação com a arte: buscam por meio dessa, destacar-se, valorizar sua aparência, transmitir mensagens e a sua própria história. Em suas manifestações artísticas propagam a identidade de seu povo de geração em geração, resistindo às tentativas de aculturação¹ e preservando sua cultura. Strauss (1996 apud ALBUQUERQUE, 2004) observa que os Kadiwéus visam transformar-se em “verdadeiras obras de arte” ao pintar o seu corpo todo, utilizando-o como tela para as representações e signos indígenas.

Para essa tribo, a arte - e mais especificamente a pintura corporal – possui duas funções principais: a delimitação de classes sociais por meio dos símbolos utilizados, uma vez que se trata de uma sociedade cuja base é rigidamente estratificada; e a evolução do ser humano de seu estado selvagem para o status de homem culto, no sentido literal de indivíduo dotado de cultura (SCANDIUZZI, 2008).

É por meio da expressão artística aplicada ao corpo que esse povo é capaz de preservar sua identidade e orgulho tribal. Além de atrair a atenção por seu caráter social, sua pintura foi por muitos pesquisadores estudada devido a sua complexidade, minúcia e grande diversidade de elementos gráficos. Entre esses estudiosos encontra-se o antropólogo Darcy Ribeiro que viveu em uma tribo Kadiwéu em meados do século passado (ALBUQUERQUE, 2004).

Com relação à origem que serviu de influência para os motivos trabalhados na pintura corporal desses indígenas, Ribeiro (1980, apud ALBUQUERQUE, 2004) nota em suas análises uma certa presença de características pré-andinas e até mesmo semelhantes ao rococó europeu. Observa-se na figura 5 também traços espiralados e requintados que se assemelham ao movimento barroco espanhol, cuja nação teve expressiva participação na colonização da região onde se situavam os índios Kadiwéus (STRAUSS, 1995 apud ALBUQUERQUE, 2004).

Independentemente de qualquer influência externa que se faça presente na pintura Kadiwéu, existem peculiaridades que a fazem digna de reflexão e conferem singularidade à mesma, como por exemplo a constante dualidade encontrada desde a sua concepção até o conceito de seus elementos (ALBUQUERQUE, 2004). De acordo com Strauss (1995 apud ALBUQUERQUE, 2004, p. 39)

Há um dualismo que se projeta em planos sucessivos como numa sala de espelhos: homens e mulheres, pintura e escultura, representação e abstração, ângulo e curva, geometria e arabesco, gargalo e bojo, simetria e assimetria, linha e superfície, contorno e motivo, peça e campo, figura e fundo”.

A primeira manifestação dessa dualidade consiste na separação da pintura corporal entre o estilo utilizado pelos homens e o executado pelas mulheres. Cabe ao indivíduo do sexo masculino retratar elementos

figurativos mais modestos e às mulheres atribui-se o dever de ocuparem-se da pintura decorativa formal (SOUZA, 2005).

Mesmo a estética trabalhada pelas índias Kadiwéus divide-se em duas vertentes, uma que deriva de formas geométricas, geralmente utilizada para a ornamentação dos membros do corpo ou como uma espécie de borda para a pintura facial. Já o viés que consiste na utilização de figuras arabescadas, dotadas de um traço mais livre e essencialmente mais elaboradas, é aplicado na pintura que cobre a face. É comum o uso dos dois estilos em uma só combinação harmônica como se pode notar na figura 7 (STRAUSS, 1995 apud ALBUQUERQUE, 2004).

É importante ressaltar que apesar de algumas vezes os homens participarem da reprodução da pintura corporal, esta tarefa dentro da sociedade Kadiwéu é atribuída às mulheres. Sobre a execução de tal tarefa, Strauss (1995 apud ALBUQUERQUE, 2004) acrescenta ainda que as índias não se valem de modelos ou esboços na hora de pintar a pele. Os motivos encontram-se resguardados em suas memórias e são transmitidos das mais idosas às mais jovens.

Outra consideração fundamental a respeito da arte corporal Kadiwéu que também consiste na divisão de dois polos, trata-se da oposição entre a simetria e a assimetria em suas pinturas que é retratada na figura 8. Inicialmente prevalecia a estética simétrica e somente com o passar do tempo o caráter assimétrico foi sendo incorporado, passando a ocupar maior destaque (SANTOS; BARRACCO; MYAZAKI, 1975, p. 93).

Ambas as vertentes são utilizadas em uma mesma pintura, sendo os elementos simétricos geralmente os mais geométricos enquanto os assimétricos costumam ser os curvilíneos devido à liberdade dos traços. A assimetria nota-se também na disposição das pinceladas no corpo e na face, uma vez que cada lado destes é pintado individualmente e conseqüentemente, criado de forma isolada, mas sempre visando o todo (SCANDIUZZI, 2008).

A escolha dos locais em que as pinturas seriam reproduzidas não é aleatória. Conforme descreve Ribeiro (1980 apud ALBUQUERQUE, 2004) há, certamente, uma determinação a respeito de quais partes do corpo devem ser pintadas, sendo essas: o nariz, as maçãs, e a testa no caso da face; e os braços, colo e dorso, com relação ao corpo. Nota-se nas figura 1 exemplos desta disposição dos elementos da pintura corporal Kadiwéu.

Figuras 1 – Aplicação da pintura no rosto e corpo



Fonte: Boggiani (1902).

Para iniciar o processo de pintura, o artista costuma traçar linhas que servirão de base para todo o desenho. No rosto, assim como é possível observar na figura 11, reproduz-se uma linha pontilhada de uma orelha à outra passando pelo maxilar inferior que delimitará a área a ser ornamentada. Posteriormente divide-se a face na vertical, horizontal ou transversal de acordo com as intenções da artista. A partir de então preenchem-se as partes de símbolos angulares ou arabescos, contornam-se as sobrancelhas, os lábios e os olhos e os espaços são preenchidos com “pequenos ‘x’”. (SIQUEIRA, 1987 apud ALBUQUERQUE, 2004).

No que diz respeito aos padrões utilizados, ao mesmo tempo em que o artista não os cria inteiramente, não existe algo como, por exemplo, um manual, para que se baseiem. Os elementos (retas, curvas e pontos) são passados de índio a índio ao longo do tempo e assim tornam-se tradicionais. Assim sendo, mantêm-se os símbolos, porém a combinação e a disposição dos mesmos ficam a critério do executor da pintura (RIBEIRO, 1980 apud SCANDIUZZI, 2008).

Esta repetição dos motivos presente na pintura corporal desta tribo foi classificada por Lévi-Strauss em 1933, como “conservantismo” quando, após catalogar aproximadamente 400 desenhos notou que ao solicitar novamente exemplos de pinturas às índias Kadiwéu, os elementos encontrados eram os mesmos observados no primeiro estudo. Tal fato reforça a importância da tradição e do fortalecimento da identidade étnica desse povo (SANTOS; BARRACCO; MYAZAKI, 1975).

Quanto à utilização, as pinturas geralmente são usufruídas pelos jovens, crianças e adultos. Os idosos raramente ou nunca a usam. Os homens, durante a guerra, costumavam colorir seu corpo todo, porém as

pinturas diferiam entre si de acordo com o cargo e a idade. Esta variação encontra-se também para segregar as classes sociais: aqueles que pertenciam a uma classe mais alta tinham somente a testa pintada, enquanto os mais humildes pintavam todo o rosto (SCANDIUZZI, 2008).

As cores mais comuns entre as manifestações artísticas corporais constatadas por Ribeiro (1910) são: o preto azulado, oriundo do jenipapo que era aplicado nas linhas base dos desenhos, o vermelho obtido do urucum e o branco do polvilho da palmeira Bocaiúva utilizados para a coloração de preenchimento. Para a obtenção da cor preta também poderia ser usada uma mistura de pó de carvão com o líquido extraído de um fruto nativo chama Náantau (RIBEIRO, 1910 apud SANTOS; BARRACCO; MYAZAKI, 1975).

Assim como a sociedade Kadiwéu teve que adaptar-se a inúmeras mudanças ao longo do tempo após a colonização, também a sua pintura corporal passou por modificações. Em alguns pontos foi se perdendo a característica completamente artística do processo, fato que pode ser notado no uso de canetas hidrocolor ao invés das tintas produzidas artesanalmente a partir de frutos nativos (ALBUQUERQUE, 2004).

2.6 MODA, COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CULTURAL

A cultura pode ser compreendida pelo conjunto de comportamentos, aceções e valores de uma sociedade, o que inclui também a moda e a indumentária (BARNARD, 2003). Deste modo, pode-se atribuir à moda e a indumentária, a função de comunicar, construir e significar ao mundo exterior a identidade do indivíduo pautada na cultura em que está inserido. Assim sendo, a cultura:

Denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 1989, p. 103).

Ao se considerar o uso da comunicação não-verbal para a expressão pela roupa, é possível fazer uma relação da moda com a linguagem falada ou escrita. Sobre esta analogia Lurie (1992) afirma que existe uma estrutura linguística para o vestuário dotada até mesmo de vocabulário e gramática para revelar significados e mensagens.

Em outra visão, o vestuário é aplicado como fator social, responsável por inserir ou distinguir um membro de uma determinada cultura ou sociedade e demarcar sua posição dentro dessa fazendo com que a moda atrelada ao processo de comunicação, seja elemento essencial na construção de uma identidade (BARNARD, 2003).

DiMaggio (1992 apud CRANE, 2006) acrescenta que além de sinalizar o status social do indivíduo o vestuário é capaz de expressar as expansões pelas qual este passou, ou seja, as culturas com que teve contato, – e conseqüentemente foi direta ou indiretamente influenciado - as novas percepções que adquiriu ao longo da vida etc.

É por meio deste sistema de vestes e o que há por trás das mesmas que o sujeito irá manifestar-se, expor muito mais do que apenas o aspecto físico que pode ser observado, uma vez que a moda utiliza-se do corpo como suporte para a transmissão de uma mensagem a ser compreendida. Conforme cita Galvão (2002, p. 93)

Tradicionalmente vista como sistema de representação rígida e distintivo das classes, profissões, etc, a moda adquire hoje o sentido de uma estratégia corporal na busca de mais expressão, propiciando movimentos de simulação, aumentando o poder do corpo de afetar e ser afetado.

O aspecto físico do corpo humano pode ser ultrapassado e expandido quando se adicionam signos representativos, assim, o conjunto de crenças, características, e particularidades de um povo torna-se linguagem dotada de significação quando se é comunicado, de forma não-verbal, utilizando de suporte para tal a semiótica representada pelo signo inserido na estrutura corporal (LARA, 2011).

Epstein (2002, p. 8) define a essência do signo como “algo que está por outra coisa” e ressalta sua importância como veículo de transmissão de significados e comunicação cultural com o passar do tempo, de geração em geração.

Desse modo, é possível notar a presença de signos visuais que Frutiger (2001) define como elementos utilizados para transmitir uma mensagem por meio da linguagem visual e que são capazes de expressar significado, até mesmo a tradição e a cultura em modalidades da arte indígena, principalmente na pintura corporal (FRUTIGER, 2001).

Portanto, pode-se fazer uma analogia entre a vestimenta na sociedade urbana e a pintura corporal para os grupos indígenas: ambas são responsáveis pela afirmação da identidade social e individual, uma vez que seus códigos, signos e elementos escolhidos serão responsáveis por comunicar uma mensagem ao ambiente externo.

Nota-se também no âmbito da moda esta procura pela revitalização da cultura brasileira de uma forma mais contemporânea trabalhando com elementos caracterizadores do cenário nacional, tais como representações da natureza, da música, da religião e das sociedades indígena e africana (CENTENO, 2010).



Desse modo, é possível notar que a cultura indígena se faz presente no contexto atual, tanto na opinião pública como também no mercado de moda, e que há uma demanda pela necessidade da revitalização desses costumes e elementos culturais para que a identidade dos índios do Brasil se faça cada vez mais presente no cotidiano do país.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de etnogênese aliado à valorização da diversidade e da cultura brasileira como um todo no cenário atual, proporcionam espaço para que a cultura indígena possa ganhar cada vez mais destaque na sociedade contemporânea, uma vez que nota-se o interesse nos índios nativos, não só pela população como também pela moda.

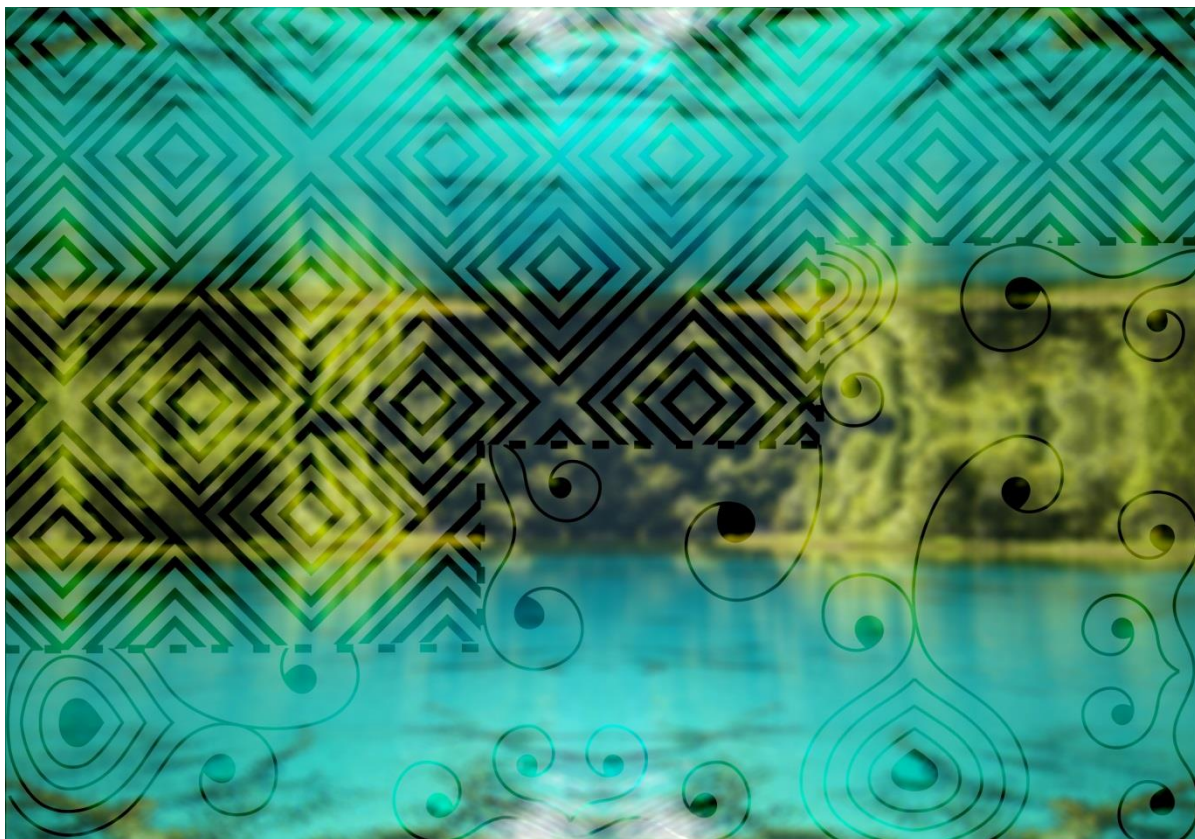
Nesse sentido, explorou-se a grande riqueza de costumes e características dos índios Kadiwéus para o desenvolvimento de estampas para uma coleção de roupas. A diversidade de signos presentes em sua pintura corporal, suas cores e significados aliada às tendências de moda podem transmitir ao público a essência das crenças e práticas destes índios, e incentivar o interesse pela cultura indígena do Brasil que é crescente, como se pode constatar por meio dos elementos estudados. Abaixo algumas estampas desenvolvidas após estudo realizado:

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



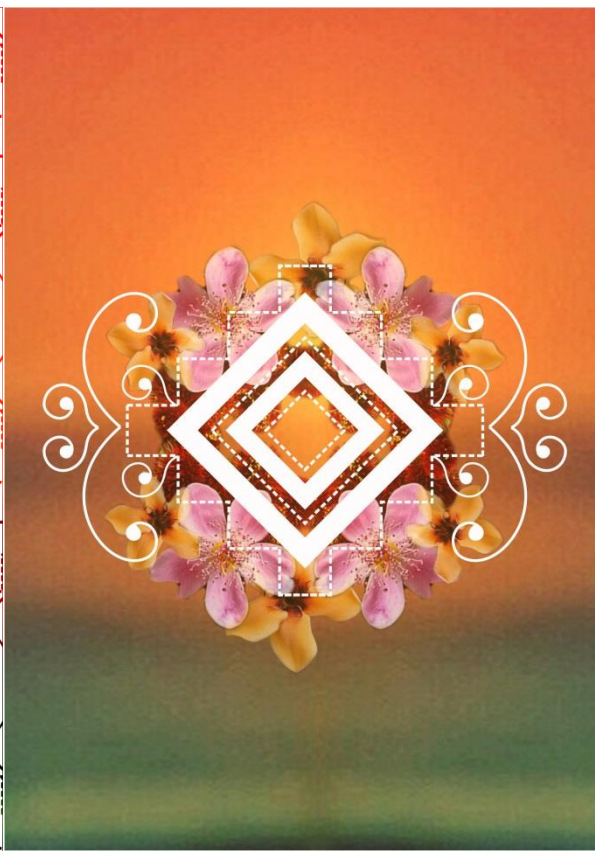
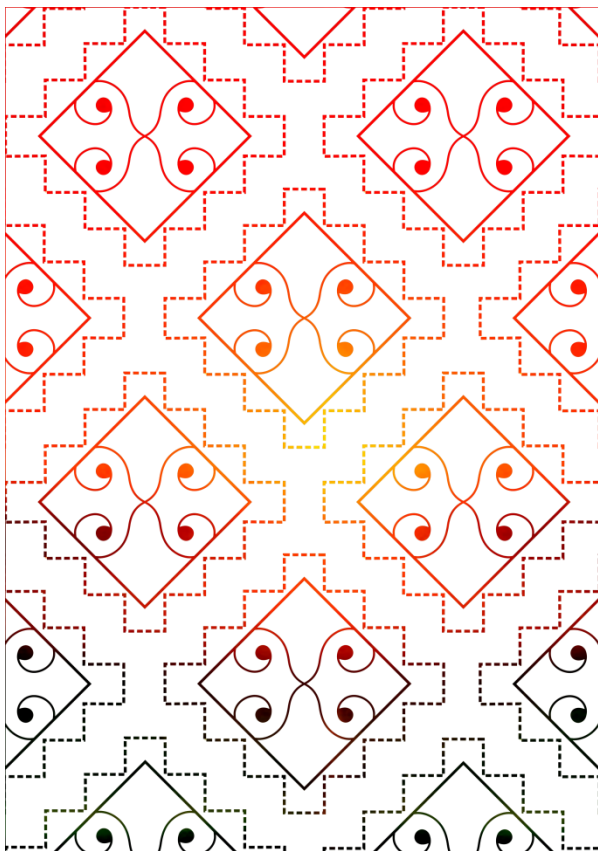
O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014



XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014

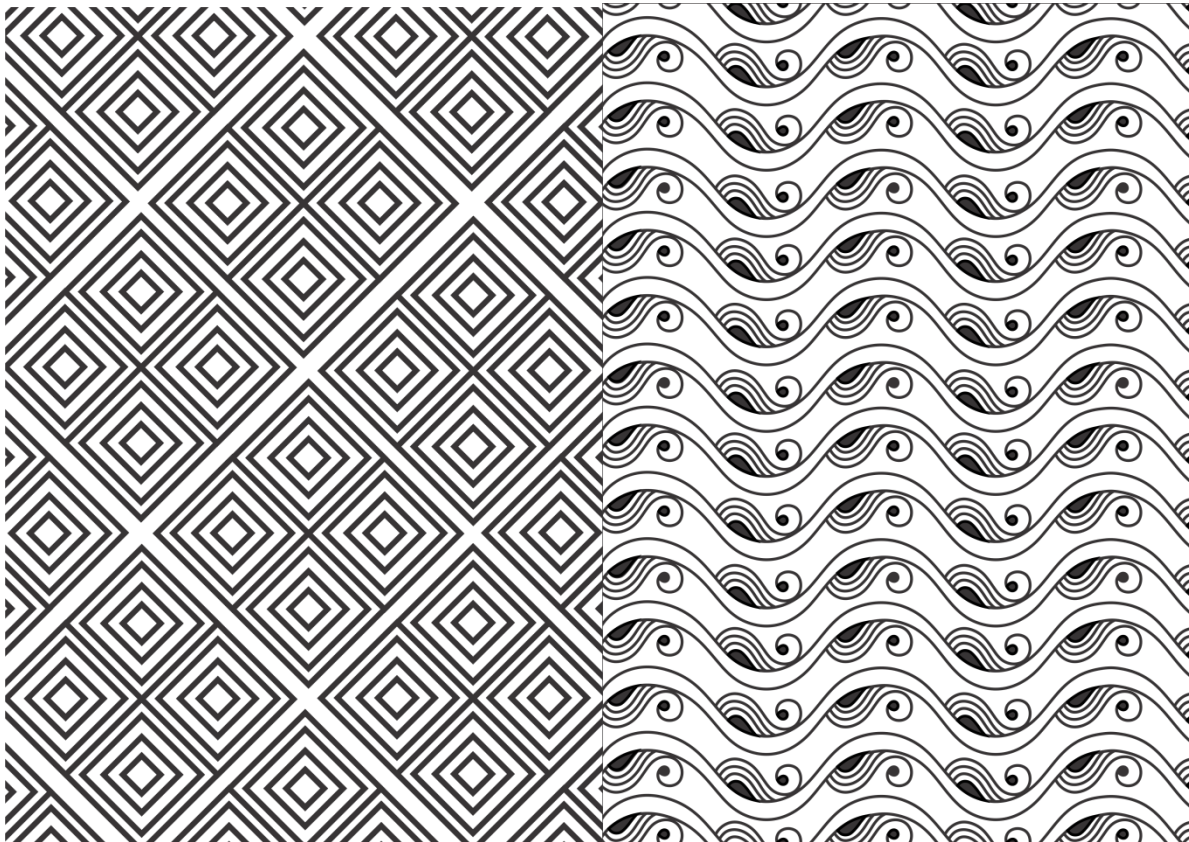


XIX SEMANA DE HISTÓRIA

VII FÓRUM DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
II FÓRUM DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA



O PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E SEUS DESAFIOS: TEMÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA
19 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014





Referências

ALBUQUERQUE, Ricardo Leite de. **A simbologia da arte corporal dos índios Kadiwéu como expressão da concepção de mundo**. Campo Grande: Oeste, 2004. 92 p.

BARRACO, Helda B; SANTOS, Yolanda Lhulier. **Elementos de editoração não verbal na pintura corporal dos Índios Caduveo**. São Paulo: Com-Arte, 1974.

BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BOGGIANI, Guido. **Aplicação da pintura no rosto e corpo**. 1902. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <<http://povosindigenas.com/guido-boggiani/#>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BOSSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. Etnogênese Mbayá-Guaykuru: notas sobre emergência identitária, expansão territorial e resistência de um grupo étnico no vale do rio Paraguai. **Fênix**, Uberlândia, v. 03, n. 04, p. 1-20, out.-dez, 2006. Disponível em: <

http://www.revistafenix.pro.br/PDF9/6.Artigo.Francismar_Alex_Lopes_de_Carvalho.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e terra, 1999.

- CENTENO, Gláucia Curtinaz. O Brasil na moda: novas representações do consumo e promoção da brasilidade. In: COLÓQUIO DE MODA, 6., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Abepem, 2010. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/6-Coloquio-de-Moda_2010/71480_O_Brasil_na_moda__novas_representacoes_do_consumo_e_p.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2014.
- CHATAIGNEIR, Gilda. **História da moda no Brasil**. São Paulo: Estação das letras e cores, 2010.
- CRANE, Diana. **Moda e seu papel social**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2006. 532 p.
- DOPP, Romélia Rodrigues. **Pedagogia Kadiwéu e a formação da criança: Olhares de mulheres adultas Kadiwéu**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2009.
- EPSTEIN, Isaac. **O signo**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002. 80 p.
- FRUTIGER, Adrian. **Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Relatório de gestão 2009 CORE/MS**. Mato Grosso do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/10/RELATORIO_GESTAO-MS-2009.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2014.
- GALVÃO, Diana. A customização do corpo – reinventando a subjetividade contemporânea. In: CASTILHO, Kátia; GALVÃO, Diana (Orgs.). **A moda do corpo, o corpo da moda**. São Paulo: Esfera, 2002. p. 163-76.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GRUBITS, Sonia; DARRAULT-HARRIS, Ivan. Ambiente, identidade e cultura: reflexões sobre comunidades Guarani/Kaiowá e Kadiwéu de Mato Grosso do Sul. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p.182-200, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a10.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no senso demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2014.
- LARA, Larissa Michelle. **Corpo, sentido ético-estético e cultura popular**. Maringá: Eduem, 2011. 247 p.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, LACED/Museu Nacional, 2006.
- LURIE, Alison. **A Linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 285 p.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. Brasília: Brasília, 1970. 208 p.
- PAIVA, Adriano Toledo. Os conceitos de Etnogênese: uma abordagem historiográfica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA, 3., Ouro Preto, 2009. **Anais eletrônicos...** Ouro Preto: Edufop, 2009. p. 1-9. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/adriano_toledo_paiva.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2014.
- POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Instituto Socioambiental. **Kadiwéu**. 2013. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kadiweu>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- RIBEIRO, Berta G. As artes da vida do indígena brasileiro. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2000, p. 135.
- SANTOS, Yolanda Lhullier dos; BARRACCO, Helda Bullotta; MYAZAKI, Nobue. **Textos-Ritos do índio brasileiro: Xinguano e Kadiwéu**. São Paulo: Ebraesp, 1975. 142 p.
- SCANDIUZZI, Pedro Paulo; COELHO, Sonia Regina. Simetrias e assimetrias no contexto do povo Kadiwéu. **Revista Latinoamericana de Etnomatemática**, Colombia, v. 1, n. 2, p.4-26, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.etnomatematica.org/v1-n2-julio2008/ScandiuZZi-Regina.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

SOUZA, José Luiz de. Tradição e mudança: uma geografia da arte indígena Kadiwéu. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GEOGRAFIA, PERCEPÇÃO E COGNIÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 1., 2005, Londrina. **Anais...** . Londrina: Simpósio Nacional Sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente, 2005. p. 1 - 14.

Notas sobre a preservação do patrimônio cultural e natural em Campo Mourão - PR

Bruna Morante Lacerda Martins
Universidade Estadual de Maringá

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Esta pesquisa está centrada em tecer reflexões sobre o patrimônio cultural e natural da cidade de Campo Mourão, localizada na mesorregião centro ocidental do Paraná, como forma de conhecimento, valorização e preservação da memória e da história local. Os objetos de discussão são os bens materiais e imateriais tombados e registrados pelo poder público do município adjunto com Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (COMPAC) e Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Para tanto, algumas questões norteiam a pesquisa: Quais bens foram tombados ou registrados? Por que os preserva? Quais memórias estão representadas nos referidos bens? Os bens patrimoniais estão atrelados a uma história factual reproduzida por memorialistas e órgãos municipais da cidade? Na tentativa de colaborar para discussão, defendemos a hipótese que as políticas de preservação em nível municipal seguem as atuais normativas do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), que tem por finalidade proteger de forma equitativa desde a cultura material as manifestações culturais, porém observamos disputas mnemônicas entre grupos sociais, embora a linha condutora esteja pautada no discurso da diversidade e alteridade cultural. Esta pesquisa consiste de uma análise, demonstrando e comparando, resultados provenientes do exame de basicamente três fontes: textuais, orais e imagéticas. O embasamento teórico da pesquisa centra-se nas proposições de Pelegrini (2009), Abreu e Chagas (2009), Nestor Canclini (2011), Paul Ricoeur (2010) e Gonçalves (2002). Como resultado prévio verificou-se com base em legislações municipais e bibliografia, o registro do “Carneiro no Buraco” como patrimônio imaterial, bem como os seguintes tombamentos: Cruz Histórica e Capela, Paço Municipal 10 de Outubro, Livro de Transmissão de Cargos de Prefeitos, Estação Aeroviária Teodoro Metchko, Coreto Alberto Nogaroli, Chafariz da Praça



Getúlio Vargas, Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira. No que concernem as iniciativas para proteção do patrimônio natural, constatamos o tombamento da Árvore Pau Terra, além das áreas de preservação ambiental, tais como Parque Estadual Lago Azul, Reservas do Patrimônio Natural e Estação Ecológica do Cerrado. Neste sentido, o conjunto do patrimônio de Campo Mourão composto em sua maior parte por bens materiais – exceto o saber-fazer do “Carneiro no Buraco”, conduzem a conjecturar a ausência das tradições locais e das manifestações culturais de diversos grupos que fazem parte da urbe mourãoense.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Campo Mourão - PR.

INTRODUÇÃO

Ao analisar o processo de constituição do patrimônio cultural municipal, é possível constatar os conflitos de memórias e histórias, pois os bens passam por ressignificações funcionais, sensitivas e até mesmo estéticas, adaptando-se aos interesses das instituições e/ou comunidades que os protegem. Estes conflitos de memórias estão geralmente ligados ao entendimento do conceito de patrimônio cultural, às vezes limitado a “bens de pedra e cal” de valor excepcional, impossibilitando a compreensão do legado cultural formado por bens materiais e imateriais coletivamente significativos e representados como elos das memórias e tradições locais.

Para Fonseca (2009, p.67), “É necessária, [...], uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural”. Portanto, é pertinente observar a finalidade da patrimonialização dos bens culturais para que possamos organizar meios de democratizar as memórias, ora recuperando patrimônios, ora registrando ou tombando novos patrimônios.

Neste sentido, a presente pesquisa em andamento tem por finalidade tecer reflexões sobre o patrimônio cultural e natural da cidade de Campo Mourão, localizada na mesorregião centro ocidental do Paraná, como forma de conhecimento, valorização e preservação da memória e da história local. Para tanto, algumas questões norteiam a pesquisa: Quais bens foram tombados ou registrados? Por que os preserva? Quais memórias estão representadas nos referidos bens? Os bens patrimoniais estão atrelados a uma história factual reproduzida por memorialistas e órgãos municipais da cidade?

Para a realização desta pesquisa valer-se-á de uma diversificada gama de fontes e metodologias de trabalho. Em uma análise crítica das fontes é imprescindível utilizar como referência o historiador Carlo Ginzburg (2011) no texto “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, este enfatiza que apreender a realidade é observar nos sinais mais particulares os indícios para constituição do conhecimento científico, deste modo, procuraremos nos ater aos detalhes marginais camuflados nas fontes. Para tanto, esta pesquisa consistirá de uma análise, demonstrando e comparando, resultados provenientes do exame de basicamente três fontes: textuais, orais e imagéticas.

Para desenvolver a proposta deste texto, optou-se por dividi-lo em dois momentos. Inicialmente a ideia é explicar a relação entre patrimônio, memória e identidade, bases para compreensão da pesquisa em



andamento, o que permitirá apontar algumas notas sobre a institucionalização do patrimônio de Campo Mourão.

PATRIMÔNIOS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS

Ao tratarmos da preservação dos bens culturais e naturais de uma cidade é imprescindível embasarmos em conceitos como memória e identidade. Neste sentido, uma importante contribuição para a compreensão da noção de patrimônio resulta dos estudos de José Reginaldo Gonçalves. Ele aponta este tema como uma categoria de pensamento vinculado a concepção antropológica de cultura. Nestes termos, “O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas” (GONÇALVES, 2009, p.27), sendo assim, é relevante observar que ao considerar um bem como patrimônio de uma cidade está-se construindo visões de mundo.

Observa-se que o conceito de memória é basilar para o entendimento do patrimônio cultural. Para Paul Ricoeur (2010), a memória significa uma representação de uma coisa ausente e não somente um receptáculo de informações para guardar dados mnemônicos. Nas palavras do autor, “[...], não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (RICOUER, 2010, p.40). Para ele, a memória opera na reconstrução do passado como um tempo vivido, que está em processo de ressignificação dos acontecimentos rememorados, entre a linha tênue da lembrança e do esquecimento.

O historiador Jacques Le Goff (2006), em sua obra “História e Memória”, afirma a memória como capaz de armazenar-informar-evocar vinculada a uma forma oral e escrita, e que para entendê-la é necessário recorrer não somente aos fenômenos biológicos e psicológicos, mas ao domínio das ciências humanas e sociais. O autor discute a memória no nível coletivo enquanto uma das questões a serem debatidas, pois os agentes sociais ao fazerem da memória um instrumento do poder engendra lutas simbólicas. Para Le Goff:

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2006, p.426).

Segundo Michael Pollak (1989, p.7), “[...] a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar e guardar”, tem a função de estabelecer uma coesão interna, reforçar o pertencimento e defender as fronteiras dos grupos sociais. Para o autor, a memória é enquadrada, já que reflete um quadro de referências, ou seja, imprime o sentido de identidade tanto coletiva como individual. Ele complementa que em meio à memória enquadrada é possível revelar os silêncios e os esquecimentos.

Nesta esteira de pensamento, os estudos de Paul Ricoeur (2010) sobre abusos da memória e do esquecimento são fundamentais para compreender o patrimônio de uma cidade. O autor assinala que um dos excessos, é a memória manipulada, relacionado ao campo de relações de poder, sendo assim, “[...] o cerne do problema é a mobilização da memória a serviço da busca, da demanda, da reivindicação da identidade” (RICOEUR, 2010, p.94). O sentido de identidade exige da memória “acontecimentos fundadores”, para tanto, busca instrumentalizá-la na narrativa, que por sua vez desemboca em criar uma “História ensinada, história apreendida, mas também celebrada” (RICOEUR, 2010, p.98). Desta forma, o patrimônio cultural, em certos casos, é uma narrativa, que manuseia uma história institucionalizada, que ao passar pelo exame crítico do historiador opera outras possibilidades de interpretação das memórias manipuladas e/ou esquecidas.

De acordo com Nora (1993), os sujeitos históricos institucionalizam-se os chamados “lugares da memória” vinculados a presença do passado no presente, pois em tempos modernos o sujeito está cada vez mais suscetível a interferências externas, que acabam por fazer da memória um esquecimento. Portanto, ao elevar um bem a categoria de patrimônio cultural almeja-se preservar as memórias e (re) construir as identidades dos grupos sociais que formam a sociedade (NORA, 1993).

É importante destacar que a memória comum está contida na identidade, já que a sociedade forma os elementos identitários a partir dos indicadores do passado e também das construções do presente. Esse entendimento corrobora com Stuart Hall (2005), que define a identidade cultural a partir de uma perspectiva construtivista²⁰, portanto, estabelece-se uma relação entre os elementos necessários com a inserção de outras influências para constituir a identidade cultural em um processo inacabado. Hall aponta:

²⁰ A linha de abordagem da identidade como uma construção histórica leva em consideração os aspectos econômicos, políticos, culturais inseridos em uma continuidade do tempo. Em outra perspectiva, a identidade é tratada como essencialista, ou seja, estática e reproduzível em qualquer tempo-espaço.

As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e história. Não uma essência, mas um posicionamento. Onde haver sempre uma política de identidade, uma política de posição, que não conta com nenhuma garantia absoluta numa lei de origem sem problemas, transcendental (HALL, 1996, p.70).

Nessa linha de argumentação, ao estudar os patrimônios culturais e naturais possibilita buscar os referenciais a partir dos eventos passados, assim como, permite a reafirmação incessantemente das identidades culturais com a presença do “lugar da memória”. A identidade, analisada em uma perspectiva geográfica, está atrelada ao território, como afirma Milton Santos:

A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade (SANTOS, 2007, p.14).

Desta forma, as identidades se fazem no cotidiano e alimenta-se da sua relação com os territórios, ou seja, está em constantes ligações com os “lugares da memória”.

Na prática os lugares da memória estão relacionados a formulações de políticas públicas de patrimônio, as quais objetivam salvaguardar a historicidade dos grupos envolvidos. A socióloga e antropóloga Maria Fonseca (2009) afirma que, a política de preservação deve ser estruturada com base na ampliação de cultura, privilegiando a diversidade regional e participação da população no processo decisório da produção de patrimônios. Ademais, Sandra Pelegrini (2006) assinala que, é um desafio para as políticas públicas atuais manter as memórias de uma cidade ao passo que “[...] consiga agregar a população residente ao “legado vivo” da história de sua cidade ou região” (PELEGRINI, 2006, p.124). Em suma, a preservação do patrimônio cultural remete as memórias, as quais diversos grupos pertencem, ou seja, buscar o direito ao passado.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS: O PATRIMÔNIO CULTURAL DE CAMPO MOURÃO – PR



A cidade de Campo Mourão está localizada na mesorregião Centro Ocidental do Paraná²¹, a 456 quilômetros de Curitiba, encontra-se no Terceiro Planalto do Estado entre os rios Ivaí e Piquiri. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), o município conta com uma população estimada de 93.300 habitantes, possui uma área de 757 km² e apresenta como alicerce econômico a produção agrícola²².

As vastas extensões de “campos” de Cerrado, Florestas de Araucárias e de Mata Atlântica, que atualmente correspondem ao município de Campo Mourão, haviam sido habitadas a mais de 11.000 anos antes do presente (AP) por populações indígenas, conforme registros arqueológicos. Os Guarani nomearam este espaço geográfico como terras do Cacique *Kuaracibera*, já os Kaingang designaram como os “campos” de *Pahy-ke-rê* (MOTA, 2012). Com a chegada de europeus no século XVI, os “campos” foram ocupados por espanhóis, que entre as primeiras ações de territorialidade ocorridas foram às fundações das cidades, como *Villa Rica Del Espírito Santo* (1570-1632), sendo que os remanescentes encontram-se na cidade de Fênix. Já nos anos finais deste século, os padres jesuítas fundaram nos arredores as denominadas Reduções ou Missões. Nos períodos seguintes, as intensas ações do movimento bandeirante, formado por paulistas portugueses, ocasionaram um desfecho para este contexto.

Em meados de 1770, a terceira caravana da campanha de Afonso Botelho, comandada pelo capitão Francisco Lopes da Silva, com intuito de explorar o rio Ivaí, depararam-se com os “campos” abertos e denominaram de “Campos do Mourão”, uma homenagem ao Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo. Esta expedição teve a intenção de instaurar uma praça militar, porém não prosperou e logo foi abandonada (MOTA, 2012).

À frente (re) ocupação de Campo Mourão teve início no século XIX, quando chegaram os migrantes paulistas, nordestinos, catarinenses, que perdura até os dias atuais. Em 1921, o município foi criado como Distrito Policial de Guarapuava. A partir de 1943, cria-se a Inspeção do Departamento de Terras, que incentivou a migração e a divisão territorial, entretanto, somente em 10 de outubro de 1947 que houve a emancipação política e econômica (IBGE, 2014).

²¹ A mesorregião centro ocidental do Paraná é uma divisão instituída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), composta por 25 municípios, os quais são: Altamira do Paraná, Araruna, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Goioerê, Iretama, Janiópolis, Juranda, Luiziana, Mamborê, Moreira Sales, Nova Cantu, Peabiru, Quarto Centenário, Quinta do Sol, Rancho Alegre d'Oeste, Roncador, Terra Boa e Ubitatã.

²² Dados do Censo de 2010 (IBGE, 2013).



Na contemporaneidade, a cidade se destaca por investir no fomento da cultura, visto que os espaços públicos têm se transformado em centros culturais, onde há participação da população nas atividades artísticas oferecidas pela Secretaria da Cultura junto com a Fundação Cultural de Campo Mourão (FUNDACAM), criada em 07 de maio de 1987, cujo objetivo é estimular, planejar e promover atividades culturais.²³ A municipalidade apóia projetos de incentivo à cultura, como: Mecenato e Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais (FEPAC), bem como acontece anualmente o Festival de Teatro de Campo Mourão (FETACAM), o Festival de Circo e recentemente a Bienal do Livro e Leituras (FUNDACAM, 2014).

No que tange ao patrimônio cultural, o município dispõe da Lei nº2321 de 21 de janeiro de 2008²⁴, que atualmente regulamenta o processo de tombamento, estabelece penalidades, institui o fundo de proteção e cria o Conselho Municipal Patrimônio Cultural (COMPAC). O COMPAC tem o poder de decisão sobre os bens culturais a serem inscritos no Livro-Tombo Municipal, que por sua vez, está dividido em Sessão de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Sessão de Tombo Histórico, Sessão de Tombo das Artes Aplicadas, Sessão de Tombo das Belas Artes; Sessão de Tombo do Patrimônio Imaterial (CAMPO MOURÃO, 2001). Cabe um destaque para Sessão de Tombo do Patrimônio Imaterial, definido por bens que possuem as seguintes características:

Destinado ao registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida sócia; manifestações literárias, musicais, práticas, cênicas e lúdicas; mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (CAMPO MOURÃO, 2008).

É relevante o reconhecimento e a valorização do patrimônio imaterial por parte do município em seu discurso legislativo, pois é recente a regulamentação do registro de bens imateriais, promulgada na “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” (2003), adotada pela UNESCO (PELEGRINI, 2009). Observamos a amplitude e diversificação dos bens imateriais atrelado à experiência e a vivência em comunidade, aspectos que denotam uma possível compreensão da diversidade cultural.

²³ A Fundação Cultural de Campo Mourão é mantenedora dos seguintes equipamentos culturais: Biblioteca Prof. Egydio Martelo, Casa da música Rose Albuquerque, Museu Deolindo M. Pereira, Conservatório musical Prof. Leone de Biaggio, Escola de arte circense, Casa da cultura (academia de ballet, coordenação de ação teatral, espaço da cultura popular e teatro municipal) (FUNDACAM, 2014).

²⁴ A Lei nº2321/2008 é uma atualização das seguintes: Lei nº1411/2001 e Lei nº1361/2000.



Entretanto, constatamos a carência na regulamentação e no processo dos bens imateriais, há somente uma breve menção ao Livro de Registro.

Apesar das legislações a respeito do patrimônio cultural municipal serem atuais, o interesse da esfera pública com os bens patrimoniais remonta há 1993, quando foram realizadas as primeiras medidas de proteção por iniciativa do poder legislativo. A trajetória patrimonial inicia-se com os tombamentos da “Capela e Cruz Histórica” (1993), Chafariz e Coreto Alberto Nogaroli da Praça Getúlio Vargas (1994), a casa de alvenaria que abrigava o antigo Centro de Saúde e hoje se encontra o Museu Deolindo Mendes Pereira (2001), Estação Aeroviária Teodoro Metchko (2006) e o registro do Carneiro no Buraco (2009).

Além dos bens tombados em consonância com o poder público municipal, o COMPAC solicitou o tombamento do Livro de Atas de Transmissão de Cargos de Prefeito do município e do Paço Municipal “10 de outubro”. O município contempla um bem inscrito como patrimônio cultural do Paraná, este é o Livro de instalação da Câmara Municipal de Campo Mourão, que foi tombado em 02 de outubro de 2009, sob a responsabilidade da Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado.

O patrimônio natural do município está em processo de constituição, pois observamos ações isoladas dos órgãos competentes, como o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), tornou área de preservação os seguintes bens: o Parque Estadual do Lago Azul – unidade de conservação de proteção integral de uso indireto, e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural “Fazenda Santa Terezinha” e “SLOMP Investimentos Imobiliários Ltda.” (IAP, 2005). Em 1993, o poder legislativo cria a Estação Ecológica do Cerrado, com finalidade de proteger os remanescentes do cerrado, entretanto, esta iniciativa advém do empenho de pesquisadores e professores do curso de Geografia da atual Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão, bem como declara imune o corte da Árvore Pau Terra (2004) assegurando a existência de apenas um exemplar desta espécie na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado cultural dever ser apreendido a partir da patrimonialização do conjunto das diferenças construídos a partir das múltiplas identidades e memórias correspondentes ao modo de experiência do indivíduo ao coletivo. Logo, ao estudar os conjuntos de bens que formam o patrimônio local almejaremos levantar discussões acerca das políticas públicas de proteção cultural e natural, privilegiando não só



determinados grupos sociais, uma história elitista, mas uma história da pluralidade da sociedade em relação com o tempo e o espaço habitado.

Neste sentido, o conjunto do patrimônio cultural de Campo Mourão composto em sua maior parte por bens materiais – exceto o saber-fazer do “Carneiro no Buraco”, conduzem a conjecturar a ausência das tradições locais e das manifestações culturais de diversos grupos que fazem parte da urbe mourãoense. Já o patrimônio natural está em processo de construção, porém já observamos o interesse na preservação da biodiversidade com a criação da estação ecológica, unidade de conservação e reservas particulares do patrimônio natural.

REFERÊNCIAS

CAMPO MOURÃO. **Lei nº1361 de 08 de maio de 2001**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Campo Mourão.

CAMPO MOURÃO. **Lei nº1411 de 04 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Campo Mourão, revogando a Lei nº 1.361 de 08 de maio de 2001.

CAMPO MOURÃO. **Lei nº2321 de 21 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Campo Mourão, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

FONSECA, M. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU. R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2009.

FUNDACAM. Disponível em: < <http://www.fundacam.com.br/>>. Acesso em 14/10/2014.

GINZURB, C. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GONÇALVES, J. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU. R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. RJ: DP&A, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Plano de Manejo do Parque Estadual Lago Azul**. Curitiba: IAP/DIBAP, 2005

IBGE. Disponível em: <

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=410430&search=parana|campo-mourao|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>>. Acesso em 14/10/2014.

IPHAN. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em 02/01/2014.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

MOTA, L. Campo Mourão: os Territórios do Cacique Kuaracibera dos Guarani, ou os Pahy-Ke-Rê dos Kaingang, ou os Campos do Mourão dos Conquistadores Portugueses. In: MEZZOMO, F.; HAHN, F.; PÁTARO, C. (orgs.). **Constituições de territórios paranaenses: olhares da história**. Campo Mourão: Ed. FECILCAM, 2012.



- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, 1993.
- PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.26, nº51, 2006.
- _____. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- POLLAK, M. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
- RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

O COTIDIANO ASSISTENCIALISTA DO HOSPITALÁRIO MEDIEVAL

Bruno Mosconi Ruy (PPH-LEAM/UEM)

Jaime Estevão dos Reis (DHI-PPH-LEAM/UEM)

Tentaremos demonstrar a relevância do cotidiano assistencialista do hospitalário medieval cunhando aproximações entre variadas referências historiográficas, não obrigatoriamente vinculadas à dinâmica da instituição. É incontestável que a Regra de São Bento seja uma das principais diretrizes e inspirações cotidianas das regulações particulares do Hospital entre os séculos XI e XII. Objetivamos acentuar o eco dessa inspiração, esquadrinhando na supracitada regra as origens de suas principais práticas e costumes. O resgate histórico nos escritos de Jonathan Riley-Smith e Helen Nicholson e as coletâneas documentais de Delaville Le Roulx serão úteis no sentido de entender este contexto, esmiuçando dinâmicas inerentes ao dia-a-dia dos Hospitalários envolvidos em serviços administrativos.

Uma das mais interessantes bases de qualquer empreendimento caritativo é a fonte da qual ela retira sua inspiração e força motivacional, e isso é especialmente verídico para a dinâmica histórica da Ordem do Hospital. O uso da palavra "histórica" é interessante, pois transmite a ideia de um trabalho contínuo realizado ao longo do tempo – e os princípios assistencialistas dos Hospitalários, em ocasiões de dificuldade e pujança, permaneceram praticamente inabalados. Os preceitos espirituais de sua vida e obra, encontrando-se nos bastidores de seus empreendimentos sociais e médicos, são inegavelmente importantes – e seus registros históricos, oportunamente, são praticamente exclusivos em contraste com a ala militar da Ordem. Bulas papais, os Estatutos de Raymond du Puy e Roger des Moulins, e os relatos de peregrinos visitantes nos ajudam a compreender e descrever o trabalho e a organização do Hospital em Jerusalém.

No que concerne a registros de peregrinos, um dos mais inestimáveis documentos disponíveis narra a estadia do “Peregrino Desconhecido” no Hospital de São João, em Jerusalém, que Delaville le Roulx deixou de fora de seu “*Cartulaire des Hospitaliers*” e Benjamin Z. Kedar transcreveu no artigo, “*A Twelfth-Century Description of the Jerusalem Hospital*”, popularizado por Helen Nicholson no segundo volume de sua obra “*The Military Orders*” (1998, pp. 3-26). Este texto, comparado com as Regras e Estatutos disponíveis, é imprescindível no exercício de detalhamento do cotidiano da Ordem, sobretudo porque suas estruturas em pouco variam nas especificações técnicas. Importante lembrar, transcrições e análises práticas desta

comparação constituíram a base da maior parte da historiografia concentrada no interior do Hospital durante o século XII.

Como se sabe, a organização inicial do Hospital foi baseada em uma sequência de adaptações da Regra de São Bento, e a reconstrução de seu cotidiano deve levar em consideração a rotina monástica dos beneditinos (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, vol. 1, no. 70). Os Hospitalários conduziram grande parte de sua vida espiritual em obediência aos preceitos de seus próprios estatutos, mas sem abandonarem seus patamares monásticos. Em suas obras, Riley-Smith chama a atenção para a importância da espiritualidade hospitalária, e ao fato de que os hospitalários permaneceram incontestavelmente religiosos em sua rotina de serviço. Em Jerusalém, a moderação de suas vidas instalou-se em um verdadeiro “espelhamento” das doutrinas de São Bento: limpavam seus próprios corredores e pátios, dividiam camas em dormitórios humildes, viviam à parte dos demais servos e mercenários que circundavam o sepulcro, almoçavam ou jantavam juntos em um refeitório, e não raramente, usavam esse mesmo refeitório – em silêncio contemplativo – para cumprirem com seus jejuns (RILEY-SMITH, 2002, p. 2).

Mesmo que, em termos de finalidade, mosteiros beneditinos e o Hospital fossem completamente distintos, não é possível afirmar que suas atividades, sobretudo ao longo do século XII, não fossem basicamente estruturadas ao redor de serviços administrativos e contemplativos. Cada dia da semana encontrava um significado correspondente no Ano Eclesiástico, e os Hospitalários não trabalhavam fora desta coerência, tanto em suas atividades caritativas quanto em suas celebrações religiosas. Durante a Quaresma, por exemplo, uma ênfase maior era direcionada à assistência dos miseráveis e doentes. Aos domingos deste período, o Hospital comumente mantinha a tradição de lavar pés e presentear peregrinos com conjuntos de roupas novas. Em alguns casos, os Hospitalários também distribuía parte de suas reservas monetárias entre os pobres.

Em suma, o ideal da Ordem era celebrar uma vida cristã imersa em um contexto monacal, com o principal objetivo de servir aos necessitados. A Regra de Raymond du Puy refere-se à distribuição dessa rotina, sempre tendo em vista seu enquadramento dentro das horas canônicas (DELAVILLE LE ROULX, *Cartulaire*, vol. 1, no. 70). A saber, o décimo primeiro capítulo da Regra decreta que o hospitalário é obrigado a comer em silêncio, e não deve beber após o dia de serviço. Assim como acontecia entre os beneditinos, esperava-se que os irmãos aproveitassem seu tempo vago com celebrações litúrgicas, uma extensão “compensatória” das atividades físicas e administrativas que desenvolviam ao longo do dia. Todavia, ao invés de também investirem parte desse tempo em escrita e leitura como beneditinos, os



Hospitalários se revezavam em turnos noturnos, de até cinco horas, para lidarem com eventuais contingentes de peregrinos em épocas específicas. Em dias “normais”, a maior parte do trabalho físico do Hospital reservava-se entre as nove horas da manhã e o meio-dia, parando para o almoço e sendo retomado entre as três horas da tarde e sete horas da noite. Entre as seis e as nove horas da manhã, os irmãos ocupavam-se com tarefas particulares e desjejum. As duas horas de intervalo imediatamente anteriores ou posteriores a qualquer atividade eram, como supracitado, preenchidas com orações. Em casos de extrema necessidade, os turnos eram estendidos, sem compensações.

Embora não fossem obrigados a isso, os peregrinos e enfermos não raramente auxiliavam os Hospitalários em suas tarefas cotidianas, e os seguiam na liturgia e comemorações de dias santos. No Dia da Candelária, no início de fevereiro, os Sargentos do Hospital carregavam castiçais nas procissões organizadas pela instituição, e eram normalmente acompanhados por fiéis devotos. A Quarta-feira de Cinzas, algumas semanas depois, contava com a presença desses mesmos Sargentos, mas a companhia dos internos se fazia mais presente, sobretudo no que concernia à leitura de salmos e ladainhas. No altar do Templo em Jerusalém, o sermão de salvação eterna era pregado tanto aos irmãos quanto aos peregrinos e doentes presentes. Na primeira segunda-feira posterior à Páscoa, era comum que grandes procissões encaminhassem-se até o Hospital da cidade, para celebrarem as festividades de colheita. Nessa e em outras épocas especiais, como o Natal, a própria Páscoa e o Pentecostes, as camas da instituição eram cobertas de seda, e os pacientes receberam refeições reforçadas. Não menos importante, esses mesmos pacientes retribuía o reforço com jejuns religiosos, tão logo estivessem em condições para tanto (EDGINGTON apud NICHOLSON, 1998, p. 32-37).

O elevado número de doentes e peregrinos nos faz imaginar o quão grande era a área ocupada pelo Hospital de Jerusalém e, por conseguinte, o quão trabalhoso era o processo de sua administração. Documentos revelam que os muitos edifícios do “bairro” Hospitalário – duas basílicas, o próprio hospital, dois pátios, dormitórios, refeitório, a torre do sino e setores administrativos – cobriam uma área de aproximadamente dezessete mil metros quadrados, pelo menos até o fim do século XII. Outros prédios foram posteriormente adicionados, sobretudo ao longo do século XIII: um segundo hospital, uma casa de banhos, a casa do Grão-Mestre, estábulos e celeiros. Cada uma dessas construções, onde centenas de cavaleiros, irmãos ordenados, peregrinos, doentes e animais eram meticulosamente acomodados e alimentados, tinha que ser organizada – tanto pela necessidade quanto pelo prestígio que o Hospital tinha a zelar.

No que dependemos de relatos peregrinais, todo esse complexo estrutural parecia ser mais impressionante do que o próprio Santo Sepulcro. John de Würzburg, que visitou a Cidade Santa entre as décadas de 1160 e 1170, descreveu o Hospital como um local gigantesco, capaz de alojar multidões de homens e mulheres doentes.

Em frente à Igreja do Santo Sepulcro há uma bela igreja construída em honra a São João Batista. Anexa a ela há um hospital, cujas várias alas recolhem uma enorme multidão de pessoas doentes. Quando estive por lá, soube que passavam de dois mil enfermos, dos quais, por vezes, no curso de um dia e noite, perdiam-se cinquenta para as doenças. O que mais posso dizer? Há entre os Hospitalários uma caridade sem limites, que diariamente concede aos pobres o pão que mendigam de porta em porta, de modo que toda a soma de suas despesas certamente não pode ser calculada. Além de todas essas verbas gastas sobre doentes e pobres, essa mesma casa também mantém em suas várias alas muitas pessoas treinadas para todos os tipos de exercícios militares, sobretudo para a defesa da terra cristã contra a invasão dos sarracenos (JOHN DE WÜRZBURG apud E.J KING, 1931, p. 6)²⁵.

Theodericus, que visitou Jerusalém em meados de 1169, mencionou dormitórios com “mais de mil camas”, e descreveu a estrutura completa da instituição como sendo incrivelmente bela. Também é de Theodericus a primeira descrição dos materiais e suprimentos da Ordem. Embora o supracitado Peregrino Desconhecido seja pioneiro em inúmeros detalhes, não deixou muitos registros sobre as fontes de abastecimento do Hospital. Sabemos que, tanto do Ocidente quanto do Oriente, remessas anuais e fechadas de lençóis, colchas, açúcar processado, animais e medicamentos eram enviadas a Jerusalém, e por inferência deduzimos que direcionavam-se aos Hospitalários (RILEY-SMITH, 1999, p. 56-58).

Tal inferência não é absolutamente gratuita. Especialmente nas duas últimas décadas do século XII, o Capitulário Geral de Jerusalém passou a incluir registros de repasses de renda aos irmãos do Hospital, sobretudo para que contratassem ou treinassem mais médicos. Esses repasses geralmente aconteciam pouco antes da Quaresma e imediatamente após a Páscoa, em épocas reconhecidamente movimentadas da instituição, e sua distribuição não raramente coincidia com o envio dos demais produtos. Vale o relevo,

²⁵ No original: “Over against the Church of the Holy Sepulchre is a beautiful church built in honour of John the Baptist. Annexed to which is a hospital, wherein in various rooms is collected together an enormous multitude of sick people. When I was there, I learned that the whole number of these sick people amounted to two thousand, of whom sometimes in the course of one day and night more than fifty are carried out dead. What more can I say? There is among the Hospitaller boundless charity which it daily bestowed upon poor people who beg their bread from door to door, so that the whole sum of its expenses can surely never be calculated. In addition to all these moneys expended upon the sick and upon other poor people, this same house also maintains in its various castles many persons trained to all kinds of military exercises, mostly for the defence of the land of the Christians against the invasion of the Saracens”.

qualquer sobra de recursos era seguramente estocada, ou distribuída nas ruas – às imediações do Hospital. O Peregrino Desconhecido relata que, um pouco antes de chegar ao Hospital, testemunhou uma fila de miseráveis às portas da Igreja do Santo Sepulcro, recebendo medicamentos, casacos e sapatos dos Hospitalários, para amenizar o frio da rua (KEDAR apud NICHOLSON, 1998, p. 18-19).

Também é do Peregrino Desconhecido o primeiro registro do tratamento que o Hospital dispensava aos doentes que recorriam à instituição. Em termos de reaproveitamento, o Peregrino diz que muitos médicos da Ordem costuravam sacos de batata ao redor das peles que protegiam os mais fracos, no intuito de isolá-los do mundo exterior. Seu relato é confirmado pelos acrescentamentos normativos de Roger de Moulins, que declarou, nos Estatutos de 1182, que um casaco de pele de carneiro deveria ser dado a cada paciente, bem como um par de sapatos e uma “proteção” de lã para quando se utilizassem das latrinas. O Estatuto deixa claro que cada um destes itens era absolutamente particular. A Regra de Raymond du Puy e o Peregrino Desconhecido também se complementam no que tange ao tratamento médico. Ao chegarem ao Hospital, os doentes precisavam confessar seus pecados antes de receberem comida e assistência. O tratamento não era diferenciado. Eles eram alimentados segundo o mesmo cardápio institucional dos Hospitalários. Depois de recuperar-se minimamente, o paciente era condicionado a declarar todos os seus bens diante de uma Bíblia, para que a instituição pudesse assegurar-se de sua idoneidade (EDGINGTON apud NICHOLSON, 1998, p. 34-35).

Em caso de falecimento precoce, as roupas do morto eram cuidadosamente separadas das demais, e um grupo específico de Hospitalários era destacado com seus respectivos Sargentos ou quaisquer superiores imediatos para examiná-las em busca de dinheiro ou objetos preciosos costurados a elas. Em seguida, esse grupo de irmãos separava o vestuário em pilhas de tecidos e peças específicas, recolhendo os melhores itens e estocando-os para os pacientes cujas roupas originais não estivessem em condições de remendo. Pelo menos duas vezes por ano, o armário da instituição era destrancado para armazenamento, retirada e/ou contagem de roupas e calçados. Em alguns casos, os próprios internos tinham o direito de vasculharem o local, em busca de peças sobressalentes. Se um paciente eventualmente não conseguisse encontrar roupas que o servissem, a instituição procurava compensá-lo da melhor maneira possível – costurando peças personalizadas ou repassando sua equivalência em bens. Caso o paciente de bom grado tivesse cedido suas roupas em troca de tecidos limpos, era obrigado a devolver o empréstimo e resgatar o vestuário anterior quando de sua liberação. Para evitar distribuições injustas, havia um grupo de Hospitalários especialmente destacado para o registro das indumentárias.

A enfermagem propriamente dita era conduzida por um Mestre de Ala e outros irmãos, Hospitalários ou servos, que supervisionavam e organizavam os pacientes. Os mais necessitados recebiam vinho a cada alvorada, logo após a missa, ou açúcar – se assim preferissem. Enquanto os Sargentos e demais hierarquias superiores tomavam o café da manhã, os demais Hospitalários e servos esperavam o primeiro toque da torre do sino para servirem alimentos para os pacientes mais fracos. Depois disso, os doentes eram conduzidos à limpeza matinal, que basicamente se dava através de toalhas quentes umedecidas. Durante a noite, os pacientes recebiam outra dose de vinho ou açúcar, e duas vezes por semana eram obrigados a acompanharem a bebida com salada. O cardápio tinha alterações significativas a cada dois meses, e não raramente algumas guloseimas semanais o acompanhavam. Os próprios Hospitalários, contudo, mantinham-se afastados delas (KEDAR apud NICHOLSON, 1998, p. 18-19).

Segundo os Estatutos de Roger des Moulins, todas as alas do Hospital contavam com contingente suficientemente treinado e a postos para tratar os doentes com delicadeza e obediência velada, mesmo em amenidades. Isso incluía banhos semanais e troca de lençóis, por exemplo. O Peregrino Desconhecido menciona doze funcionários em cada ala (cerca de cento e trinta irmãos) e garante um destaque especial para aqueles que permaneciam acordados durante a noite, certificando-se de que os doentes permaneceriam incólumes. Um dos procedimentos padronizados nesta hora do dia era a manutenção das luzes, que afastavam a insegurança e os pesadelos dos internos. A enfermagem também envolvia cobrir os pacientes incapacitados em caso de frio extremo, e sentá-los ou apoiá-los quando eles estivessem caminhando com dificuldade. Alguns Hospitalários também recebiam a tarefa de lavar a cabeça e aparar a barba dos homens doentes, quando necessário. Duas vezes por semana, estes mesmos irmãos deveriam lavar os pés dos pacientes e escová-los, para evitar a proliferação de doenças pela instituição. À ocasião das refeições comunais, os irmãos delegados expunham todos os internos a água benta e incenso, no intuito de igualmente purificar-los de males distantes da terra (DELAVILLE LE ROULX, Cartulaire, vol. 1, no. 627).

O Peregrino Desconhecido nos fornece mais detalhes sobre a enfermagem do que os próprios registros hospitalários. Segundo ele, cada paciente recebia um pedaço de pão com o mesmo tamanho, de forma a não estimular protestos de desigualdade. A comida era cuidadosamente preparada pelos cozinheiros, e pontualmente servida. A Ordem destacava irmãos para provarem os alimentos antes de irem à mesa comunal, no sentido de garantir que a refeição fosse adequada. Quando os pacientes tinham pouco apetite, os enfermeiros eram obrigados a oferecer-lhes alimento complementar, que incluía pequenos pedaços de frango, cordeiro, peixe e ovos. Novamente, os Estatutos de Roger des Moulins completam esse relato,

afirmando que a instituição estava condicionada a oferecer carne de porco ou carneiro como reforço alimentar, pelo menos por três dias da semana. O Peregrino menciona que o Tesouro do Hospital tinha uma reserva semanal específica para a obtenção desses e outros alimentos, como frutas e legumes (KEDAR apud NICHOLSON, 1998, p. 19-21).

Os Estatutos também decretam que as macas dos moribundos, estrategicamente afastadas das demais, precisavam passar por vigilância redobrada, especialmente durante a noite. Relatos revelam que depois que os irmãos encerravam seus respectivos turnos, procuravam assegurar-se de que os irmãos seguintes cumpririam regularmente com suas atribuições, atentando a descuidos com os moribundos ou falta de ordem e delicadeza no remanejamento de seus corpos. Normalmente, um Sargento era destacado quando o último Hospitalário encerrava suas atividades atribuídas, para caminhar por todos os corredores da instituição até a alvorada, atentando não apenas à conveniente organização da Ordem, mas aos próprios cavaleiros que protegiam seu entorno. Caso o patrulhamento resultasse na identificação de qualquer erro, a instrução era corrigi-lo de imediato. Quando necessário, o Sargento era autorizado a aplicar a pena de flagelação no dia seguinte. Se um irmão por mais de uma vez fosse encontrado em desobediência, a instituição tinha o poder de suspendê-lo por tempo indeterminado, ou até mesmo aprisioná-lo. A punição previa até quarenta dias de cárcere, a pão e água (KEDAR apud NICHOLSON, 1998, p. 21-23).

Importante dizer, nem tudo acontecia dentro da Ordem. Conforme citado, o Peregrino Desconhecido atentou ao fato de que os Hospitalários também estendiam seus serviços para aqueles que, por um motivo ou outro, preferiam permanecer longe do Hospital. O Papa Inocêncio II por mais de uma vez elogiou a iniciativa. É de se imaginar que Papa esperava que a caridade Hospitalária eventualmente atraísse os necessitados para o interior da instituição, tamanha era a alegria com a qual os irmãos supostamente prestavam seus serviços assistenciais. Como se sabe, sobretudo pelo relato do Peregrino, isso geralmente não acontecia. Alguns serviços sociais restringiam-se às ruas de Jerusalém, e comumente apenas crianças abandonadas estavam plenamente abertas à possibilidade de serem acolhidas e alimentadas pelo Hospital. Curiosamente, casais de pedintes que eventualmente tinham o interesse de firmar matrimônio recorriam provisoriamente à Ordem, tanto pela benção da aliança quanto pelo vinho comemorativo (DELAVILLE LE ROULX, Cartulaire, vol. 1, no. 122/167).

Entre outros serviços assistenciais oferecidos pelo Hospital, incluem-se os ofícios de alfaiataria e sapataria. Registros entre 1131 e 1134 indicam a existência de um irmão sapateiro, dispondo de três servos para reparos em calçados velhos doados pela comunidade. Esse mesmo Hospitalário também tinha servos

destinados ao remendo de roupas velhas, essas exclusivamente dedicadas à doação. Não menos importante, o Hospital mantinha um estoque de vestuário para o caso específico de resgates. De tempos em tempos, a instituição direcionava parte de seu Tesouro para libertar prisioneiros detidos pelos muçulmanos. O Peregrino Desconhecido menciona trinta deles. Os Hospitalários receberam àqueles que se sujeitaram a seus cuidados, prontamente alimentando-os e acomodando-os. A maior parte dos recém-libertos, todavia, estava mais interessada em retornar para suas respectivas terras e famílias (DELAVILLE LE ROULX, Cartulaire, vol. 1, no. 627).

Conclusão

A partir de sua cultura monástica, os Hospitalários ganharam sua motivação e a razão para seu serviço de atendimento e assistência aos peregrinos em Jerusalém. As crenças religiosas dos viajantes, sua gratidão pelo serviço prestado, conduziram ao apoio papal inicial que a Ordem precisava para desenvolver sua riqueza, material e espiritual. Desde Gerardo, o primeiro Grão-Mestre da Ordem, a ideia de que a instituição prontamente abria suas portas a despeito da origem da necessidade ou do necessitado – salvo os casos de lepra - popularizou-se. De acordo com a Regra de Raymond du Puy, a missão caritativa do Hospital foi fundada sobre a crença de que Deus se preocupava com a necessidade das pessoas, e não com seu sexo ou posicionamento social. Nesse contexto, muçulmanos e judeus, até onde vão os relatos, foram tão bem recebidos quanto os próprios cristãos nas dependências hospitalárias – desde que, é claro, respeitassem seus preceitos e reservassem suas crenças à particularidade de suas próprias vidas.

Em um panorama geral, John de Würzburg e Theodericus são as maiores fontes de elogio ao ministério caritativo oferecido aos viajantes e enfermos. John escreveu sobre a grande despesa incorrida no funcionamento e manutenção do Hospital, e Theodericus comentou sobre a generosidade Hospitalária em dar refresco aos pobres e doentes, a despeito de onde tivessem saído. O enaltecimento desses e outros peregrinos para o trabalho dos irmãos serviu como inestimável instrumento de divulgação e estímulo. O próprio relatório do Peregrino Desconhecido serve como base dessa afirmação, pois nele o autor assume ter se inspirado na dinâmica hospitalária para ele próprio propagar caridade e amor cristão por onde quer que andasse. De acordo com o Peregrino, boa parte do mundo permitia que o amor crescesse frio e inosso, mas a caridade do Hospital de Jerusalém era estranha a esse mundo. Da mesma forma que João Batista serviu a

Cristo e estendeu assistência aos necessitados, operaram os Hospitalários que originalmente colocaram-se sob seu patronato.

Referências Bibliográficas

A REGRA DE SÃO BENTO. Rio de Janeiro: Edições Lumen Christi, 2003.

ABBÉ DE VERTOT. **Histoire des Chevaliers de Malte.** Tours: Ad Mame Et Cie, 1855. Disponível em <http://bit.ly/NQdF5f> Acessado em 15/07/2013.

ABBÉ DE VERTOT. **The History of the Knights Hospitallers of St. John of Jerusalem.** Edimburgo: R. Fleming, 1757. Disponível em <http://bit.ly/NQdI1d> Acessado em 15/07/2013.

BONNET, M. R; MARTINENA, R. (Ed.). **Estatutos de la Orden de San Juan de Jerusalém: edición crítica de los manuscritos occitanos (S. XIV).** Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2006.

COSTA, P. P. **Norma e desvio na Ordem do Hospital.** Revista da Faculdade de letras. História. Porto, III série, vol. 3, 2002, p. 49 – 62. Disponível em <http://bit.ly/R9bKZg> Acessado em 15/07/2013.

DELAVILLE LE ROULX, J. **Cartulaire general de l'Ordre des Hospitalliers de S. Jean de Jerusalem.** Paris, 1895-1906.

DELAVILLE LE ROULX, J. **Les archives de l'Ordre de l'Hôpital dans la Péninsule Ibérique.** Paris: E. Leroux, 1893. Disponível em <http://bit.ly/SyH3Co> Acessado em 15/07/2013.

DELAVILLE LE ROULX, J. **Les Statuts de L'Ordre de L'Hopital de Saint Jean de Jérusalem.** Bibliothèque de l'Ecole de Chartes, t. XLVIII. Paris, 1887. Disponível em <http://bit.ly/POm63L> Acessado em 15/07/2013.

DEMURGER, Alain. **Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na Idade Média (séculos XI – XVI).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 2002.

FOREY, A. J. **Novitiate and instruction in the military orders during the twelfth and thirteenth centuries.** In: SPECULUM, Vol. 61, nº 1, 1986, p. 1-17.

GARCÍA-GUIJARROS RAMOS, Luis. **La militarización de la Orden del Hospital: líneas para un debate.** In: Ordens Militares: guerra, religião, poder e cultura. Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Vol. 2. Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 1998, p. 293-302.



GIRO, F. **L'habit du moine hospitalier à la fin du XIIème siècle.** Disponível em <http://bit.ly/RLlak5>
Acessado em 15/07/2013.

NICHOLSON, Helen. **The Knights Hospitaller.** Woodbridge: The Boydell Press, 2001.

NICHOLSON, Helen. **The Military Orders.** Vol. 2: Welfare and Warfare. Aldershot: Ashgate, 1998.

NICOLLE, David. **Knights of Jerusalem: the crusading Order of Hospitallers 1100-1565.** Oxford: Osprey Publishing, 2008.

RILEY-SMITH, J. **Hospital spirituality in the Middle Ages, sovereign order of St John of Jerusalem of Rhodes and Malta.** Journal of Spirituality, 2002.

RILEY-SMITH, J. **Hospitallers: the history of the Orders of St. John.** London/New York: Continuum Publishing, 1999.

SIRE, H. J. A. **The Knights of Malta.** New Haven e Londres: Yale University Press, 2005.

SMITH, Harrison. **Order of Saint John of Jerusalem.** Delft: Akkerprint, 1977.

A ESCOLA DO RIO E O BRASIL COLONIAL

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX, em busca de se compreender os elementos formadores da nação, foram produzidos clássicos da historiografia brasileira. Obras como *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior recorriam à história para explicar a constituição do Brasil de seus dias. O caráter ensaístico assumido pela historiografia tratava de entrelaçar passado e presente a fim de projetar o futuro desejado.

Com Caio Prado Júnior e, posteriormente, com Celso Furtado e Fernando Novais, o período colonial passou a ser considerado ponto chave para o entendimento da formação do Brasil. Além de ser considerado vivo, ainda presente, o passado colonial foi visto como sinônimo de algo que devia ser superado. Portanto, se a intelectualidade voltou-se ao período em questão, foi porque, assim, pôde assumir o papel que lhe cabia, o de fornecer, se legitimando na história, alternativas políticas e sociais para o desenvolvimento do país.

Em linhas gerais, o ponto de partida da análise “caiopradiana” é a relação conflituosa entre a metrópole e colônia; a divergência de interesses entre os agentes dos dois lados do Atlântico; a ideia de exploração da colônia e a ênfase na produção voltada para fora e na dependência do mercado externo. Na Introdução de *Formação*, Caio Prado afirma que, em função da organização econômica e social do Brasil colonial, nossa produção era – ainda em 1942, quando escreveu - “extensiva voltada para mercados do exterior” e que se sentia “a falta de um largo mercado interno solidamente alicerçado e organizado” (1996, p. 11).

A obra *Formação do Brasil contemporâneo* lançou as bases teóricas para o entendimento da história do Brasil e, conseqüentemente, do período colonial. Entre as décadas de 40 e 80 do século XX, não surgiram críticas incisivas no sentido de romper com seus postulados. Os historiadores Celso Furtado e Fernando Novais aprofundaram e aperfeiçoaram questões trabalhadas por Caio Prado, sem romper com a teoria do *sentido da colonização*, segundo a qual, o desenvolvimento da colônia teria sido subordinado aos interesses do mercado externo.

Durante as décadas de 70 e 80, os trabalhos de Jacob Gorender e Ciro Cardoso trouxeram elementos que escapavam aos pressupostos lançados pelos historiadores do sentido da colonização, buscaram as singularidades da organização econômica e social da colônia e sugeriram para sua análise o conceito marxista de “modo de produção”. Porém, apesar de privilegiarem as estruturas internas da economia colonial, não romperam com a concepção “caiopradiana” de dependência do mercado internacional.

No entanto, desde a década de 90, historiadores vinculados à denominada “Escola do Rio” vêm propondo analisar o Brasil colonial sob novas perspectivas, seus estudos (os quais analisam as mais variadas facetas do período colonial: a economia, a administração, as relações de poder, a diplomacia, os aspectos culturais, simbólicos, sociais e etc.) trazem inúmeros e importantes elementos para a compreensão da história do período em questão, mas um aspecto chama especial atenção: é possível identificar neles uma ruptura com as antigas abordagens históricas relacionadas ao Brasil colonial.

Se historiadores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado focaram seus estudos na rígida dualidade entre colônia e metrópole, e, ainda, Fernando Novaes viu na época dos descobrimentos a transição do feudalismo para o capitalismo, os novos estudiosos rediscutem estes os pontos. Encontram-se entre tais estudos: *Homens de Grossa Aventura* (FRAGOSO, 1998); *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa* (BICALHO, 2003); *Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro – 1650/1750* (SAMPAIO, 2003) e *Em Costas Negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (1790-1830)* (FLORENTINO, 1992).

Segundo o historiador Claudinei Magno Mendes, podemos dividir esta tendência historiográfica em duas partes. Num primeiro momento, destacam-se obras como *Homens de Grossa Aventura*, de João Luís Fragoso; e *Em costas negras*, de Manolo Florentino. Estes estudos buscaram focar na análise das estruturas internas da colônia, concluindo que havia acumulação interna de capital e um mercado interno com grande dimensão que alcançava desde o sul até o sertão da colônia; e que a partir de determinado momento, o controle do tráfico de escravos passou a ser feito a partir da colônia (MENDES, 2011 p. 101).

No segundo momento, procurou-se entender a economia brasileira incorporada a um contexto mais amplo, utilizando-se do conceito de *Império português*. A análise não seria restrita às relações conflituosas entre colônia e metrópole, mas abarcaria as relações entre o Reino, a África, o Brasil e a Ásia. Também o conceito de *Antigo Regime* foi incorporado, demonstrando que a economia colonial encontrava-se a serviço

da política. Dentre as obras que pertencem a esta segunda fase, destacamos *Conquistadores e Negociantes e O Antigo Regime nos trópicos* (MENDES, 2011, p. 102-3).

AS NOVAS PERSPECTIVAS

Em primeiro lugar, estes estudos voltam as atenções para a dinâmica interna da colônia e chega-se a problematizar o próprio conceito de “sistema colonial”. Em *O Antigo Regime nos Trópicos*, por exemplo, obra organizada por João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, é notória a crítica à ideia de um dualismo rígido e inflexível entre metrópole e colônia, como podemos perceber no seguinte excerto:

Em realidade, trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o “Brasil-Colônia” por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isto privilegiando os antagonismos colonos versus metrópole – seja enfatizando o caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista (2001, p. 21).

Tal perspectiva se tornou possível devido às recentes pesquisas em Bibliotecas e Arquivos públicos principalmente da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco – fiéis depositários de manuscritos, memórias e outros documentos do Brasil dos séculos da colonização. Segundo Russell-Wood, encontramos uma reavaliação dos mecanismos de representação local e das negociações entre colonos e Coroa, o que permitiu entender as ações do poder central como “menos opressivas e/ou mais de acordo com as prioridades, necessidades e práticas da sociedade colonial” (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 13). Portanto,

a empresa colonial fez aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à sua vinculação externa com o comércio atlântico e com suas respectivas metrópoles políticas; desta forma, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central de análise, mas não o bastante. É necessário também abordar as próprias estruturas internas e descobrir suas especificidades e seu funcionamento (CARDOSO; BRIGNOLI *apud* FRAGOSO, 1998: 28).

Outro ponto ressaltado pelas novas abordagens, não contraditório ao primeiro, é a inserção do Brasil colônia como parte constitutiva do império ultramarino português. Propõe-se “compreender a sociedade colonial e escravista na América enquanto uma sociedade marcada por regras econômicas, políticas e simbólicas do Antigo Regime” (FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA, 2001, p. 21).

Este conceito refere-se, segundo Vainfas, a uma sociedade “estruturada por uma complexa hierarquia de status, em que nem sempre a riqueza exercia papel determinante, e na qual era a busca de distinção que comandava as aspirações de ascensão social” (VAINFAS, 2001, p. 44).

A reprodução desta sociedade hierarquizada dependia, sobretudo, de favores régios, pois, enquanto a Coroa assegurava sua grandeza, tornando os diversos segmentos da sociedade dependentes de seus favores, ela determinava quem seria incluído ou excluído da participação no império. Segundo Russel-Wood, “na raiz deste processo emergia o sistema que caracterizava o Antigo Regime e que assumia a forma de mercês reais, de doações régias, concessões de direitos monopolistas, concessão de privilégios e grupos corporativos e isenções a outros setores” (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2001, p. 16-17).

Para entendermos melhor estas questões, buscaremos demonstrar alguns pontos da interpretação de João Luís Fragoso por meio de sua obra *Homens de Grossa Aventura*, já que este é um dos maiores expoentes desta nova tendência e lançou bases para próximos estudos.

HOMENS DE GROSSA AVENTURA

João Fragoso se propõe a analisar os anos finais do período colonial, com foco na praça mercantil do Rio de Janeiro entre os anos 1790-1830. Esta análise pretende por em “cheque” a concepção “caiopradiana” de sentido da colonização, ou seja, perde-se a noção de que o desenvolvimento da economia colonial se deu exclusivamente em função dos interesses externos. Agora, o objetivo é analisar o Brasil colônia por suas estruturas internas, possibilitando assim lançar bases para uma nova compreensão da História do país.

A caracterização do Brasil colônia pelo tripé monocultura, latifúndio e escravismo é resultado da ideia de *desenvolvimento para fora*, ora, se nossa economia tinha sua razão de existência determinada pelas demandas europeias, são esses os três elementos que melhor satisfazem às necessidades impostas. Se a demanda europeia era por açúcar, então a colônia produziria, sobretudo, o açúcar, as necessidades internas não condicionavam a produção, a economia se voltava para fora e ficava a mercê das flutuações do mercado externo.

Fragoso vem questionar a dependência externa logo no início de sua obra. Ora, nos anos entre 1792 e 1815 a economia brasileira estava em pleno acordo com a economia internacional. No entanto, entre os anos 1815 e 1817 a economia europeia entra em crise, ficando em recessão até 1850. Se nos guiarmos pela teoria do *sentido da colonização* a economia brasileira também decairia. Não é o que acontece, “o que observamos é uma tendência de alta nas flutuações coloniais e, portanto, uma não-equivalência às tendências
[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

internacionais”. Mais que isso, “esses desempenhos se dão na época de montagem da agricultura cafeeira no Médio Vale do Paraíba do Sul” (FRAGOSO, 2008, pg. 18-19). Ou seja, não podemos medir a dinâmica da economia colonial tão somente pela sua subordinação ao comércio exterior.

Podemos afirmar então que a economia colonial brasileira era totalmente independente? Não! Na Introdução da obra (FRAGOSO, 2008, pg. 25), Fragoso ressalva que o escravismo e a exportação eram traços estruturais mais amplos da economia, mas, esta, no entanto, era mais complexa do que os modelos explicativos tradicionais pressupunham, possuía outros traços estruturais como: outras formas de produção, para além da escravista, e um mercado interno que permitia acumulações endógenas.

Como foi possível então essa relativa independência da colônia frente às conjunturas externas? Como se deu a acumulação endógena de capital e a estruturação de formas de produção que escapassem ao monocultivo latifundiário escravista? Tudo isso só possível, segundo Fragoso, devido ao caráter não capitalista da economia colonial. É através de pressupostos teóricos marxistas que o autor vai fazer essa diferenciação.

O que configura uma sociedade capitalista é o fato do “trabalhador direto e o dono dos meios de produção serem iguais, terem, a princípio, os mesmos direitos jurídicos e políticos”. Condições estas que não encontramos na sociedade colonial, já que o trabalhador direto não é dono de si mesmo, pertence a outrem, ao seu senhor. Nem mesmo o cidadão comum possui os mesmos direitos que o homem de primeira classe. Até mesmo na era imperial encontramos a fraqueza da sociedade civil. Há claramente uma hierarquia política determinada pelo *status* social ocupado pelo indivíduo na sociedade (FRAGOSO, 2008, pg. 30-31).

Outro traço importante num modo de produção capitalista é que “a produção de trabalho não remunerado mercantilizado é, simultaneamente, a produção e a reprodução de relações sociais especificamente capitalistas”, assim, “Marx identifica na produção da mais-valia o segredo do capitalismo, já que ela significa a própria reprodução da sociedade considerada” (FRAGOSO, 2008, pg. 31-32). Em outras palavras, o burguês ao extrair a mais-valia do trabalhador, reinveste o capital nas formas de produção capitalistas, o que permite a reprodução desse sistema. Já na colônia não acontece o mesmo, pois:

no escravismo colonial, a produção mercantil do sobretrabalho não é, simultaneamente, a produção e reprodução das relações sociais. Não basta que o trabalho excedente retorne à produção para que esteja garantida a recorrência do sistema estudado. Na verdade, esse trabalho não-remunerado deve ser destinado também a outros tipos de investimentos, que

representem a recorrência do mundo hierarquizado a que nos referimos. Nesse sentido, temos as aplicações de grandes fazendeiros e comerciantes de grosso trato na aquisição de extensos plantéis de escravos domésticos, no uso de foros de fidalguia e nas doações pia às instituições religiosas. São fenômenos da mesma categoria a permissão dada pelos grandes fazendeiros a lavradores pobres para se instalarem em suas terras, sem a contrapartida de uma renda fundiária, ou ainda os investimentos dos comerciantes de grosso trato na constituição de fortunas rentistas (aquisição de prédios urbanos), fato que lhes permitia se afastarem do mundo do trabalho. Por último, temos o progressivo abandono dos grandes senhores de terras e de escravos do mundo dos negócios, ou seja, a sua não-preocupação – a partir de um certo patamar de riqueza e poder – em ampliar indefinidamente os seus bens econômicos. Esses fenômenos retratam uma sociedade onde a produção e o uso mercantil do sobretrabalho não são fins em si mesmos; mais do que isso, esse sobretrabalho deve tomar outras direções, para que tal sistema possa se reproduzir (FRAGOSO, 2008, pg. 32-33).

São, portanto, essas instituições não capitalistas que permitem uma dinâmica própria da economia colonial, sua reiteração e relativa autonomia. A reiteração física das unidades agrárias se dava menos pelo lucro, do que pela vontade dos negociantes em “aristocratizar-se”, ou seja, de adquirirem posição de prestígio na sociedade. A acumulação endógena de capital advinda das relações mercantis não era necessariamente reinvestida no mercado, mas sim na aquisição de terras e escravos. Podemos buscar as raízes históricas dessa reiteração em Portugal, ora, a burguesia portuguesa viu na era dos descobrimentos mais uma oportunidade para aristocratizar-se, adquirindo prestígio social por meio da aquisição terras, do que uma oportunidade de se reinvestir nos negócios mercantis.

Um dos pontos ressaltados por Fragoso, que vai alterar a própria essência da colonização portuguesa na América, é o caráter não capitalista da própria metrópole portuguesa. Ora, a sociedade era ainda essencialmente aristocrática. No entanto, essa estrutura só podia ser reiterada através dos investimentos mercantis, já que o campesinato conformava apenas um terço da população (FRAGOSO, 2008, pg. 80). Podemos entender melhor essa situação retrocedendo à Revolução de Avis.

Em 1383, quando D. João tomou o poder com o apoio popular, da pequena nobreza e da burguesia, a sociedade passou por algumas transformações. Recém-afetados pela depressão agrária, a centralização do Estado foi a saída encontrada para se livrar da crise, sendo que tal mecanismo possibilitava tanto a arrecadação de impostos sobre o total da população como o investimento do Estado e da nobreza nos negócios ultramarinos. Assim, três estamentos se destacam: O Estado, passando a atuar como empresário, a aristocracia, disposta a se mercantilizar, e a burguesia, que via agora a possibilidade de aristocratizar-se, ou seja, de alcançar uma posição almejada na sociedade. Portanto, o investimento nos negócios do além-mar tinha por objetivo: “o surgimento e a manutenção de uma estrutura parasitária, consubstanciada em

elementos como a hipertrofia do Estado e a hegemonia do fidalgo-mercador e de sua contrapartida, o mercador-fidalgo” (FRAGOSO, 2008, pg. 81).

Quando vimos que o mercador que se estabeleceu na colônia estava mais interessado em reinvestir seu capital em negócios para além do mercado, estávamos observando uma prática já recorrente na metrópole, pois lá se a burguesia buscava reinvestir seu capital em negócios rentistas, o Estado, atuando como empresário e inibindo a atividade privada, incentivava o crescimento da burocracia e não da produção, portanto “surge como variável fundamental para a reprodução da sociedade pré-capitalista” (FRAGOSO, 2008, pg. 81). Ainda resta nos questionar: como se firmaram esses mercadores em terras coloniais?

Portugal “se apresenta como um país pequeno, com escassos recursos materiais ou financeiros”, ou seja, “não tem capacidade de abastecer o Brasil em alimentos e manufaturados”, em razão disso “não pode monopolizar em exclusivo os tráficos atlânticos”. Percebemos então “restrições à plena execução do exclusivo colonial enquanto mecanismo de apropriação e transferência de excedente econômico da economia colonial”, esse quadro permite “uma produção mercantil de alimentos, de uma camada de mercadores residentes, e, ainda, a possibilidade de retenção de excedente colonial”. Acrescenta-se a isso que a estrutura econômico-social predominante em Portugal era simpática à defesa do livre-mercado, já que o objetivo dos empreendimentos ultramarinos eram preservar a Antiga Ordem, “essa estabilidade seria colocada em risco com o desvio e concentração das rendas atlânticas nas mãos da burguesia mercantil” (FRAGOSO, 2008, pg. 84-85).

Tudo isso vai possibilitar que o tráfico atlântico seja comandado por comunidades de mercadores locais nas terras coloniais. Esses mercadores encontram a possibilidade de acumular capital, se tornando a classe econômica dominante da colônia. Por meio do capital acumulado se tornam fornecedores de crédito e até mesmo senhores de terras e escravos.

Outro fator apresentado por Fragoso em relação à dinâmica interna da economia colonial, nos mostra que as regiões mais dedicadas à agroexportação seriam aquelas que menos produziram alimentos para o abastecimento, como o arroz, o feijão, o milho e o trigo. Para subsistir, a *plantation* fluminense, por exemplo, recorreria ao mercado interno nas mais diversas regiões da colônia. Na verdade, foram se criando regiões especializadas na produção de determinados produtos destinadas cada uma a regiões específicas. Vemos assim que a própria reiteração da atividade agrário exportadora era dependente de uma estrutura interna.

Como exemplo desse tipo de região dedicada ao abastecimento, Fragoso expõe a situação dos

distritos de Cabo Frio e Inhorim, especializados em alimentos como farinha de milho e mandioca. Segundo os dados levantados pelo autor, a população escrava dessas zonas girava em torno de 40% do total da população, proporção muito semelhante às regiões açucareiras como Campos, onde girava em torno de 59%. Portanto, “o trabalho escravo não estaria unicamente ligado à *plantation*” (FRAGOSO, 2008, pg. 121).

Percebemos que na colônia foram se estabelecendo redes de comércio que abasteciam as mais variadas capitanias e também seus engenhos, tudo isso permitia que mesmo que a exportação perdesse espaço, a economia colonial continuasse em movimento.

O excedente produzido pelos ramos de produção ligados ao abastecimento era comercializado no mercado interno, tanto no sentido de atender as demandas das *plantations*, quanto no sentido de adquirir escravos por meio do tráfico atlântico. Ou seja, a reprodução desses ramos se dá em meio ao mercado interno, o que abre margem para a acumulação endógena já que parte do sobretrabalho das grandes lavouras era retida na colônia.

CONCLUSÃO

É clara a intenção da historiografia contemporânea, representada por historiadores como João Fragoso, Manolo Florentino e Sheila de Castro Faria, em contrapor a interpretação de *sentido da colonização*. Vimos que Fragoso não negou o caráter essencial escravista e agroexportador da colônia, mas reduzi-la ao tripé monocultura, latifúndio, escravismo seria um equívoco. No seu lugar, entraria uma colônia onde se vê inclusa uma complexa rede de abastecimento, escravos ligados não só às grandes lavouras, mas também àquelas voltadas ao sustento, inclusive dos latifúndios, além de mercadores locais responsáveis pelo controle do tráfico atlântico, fornecendo crédito e investindo na aquisição de terras e de escravos. Fatores esses que possibilitariam uma estabilidade econômica relativamente independente das oscilações do mercado internacional.

Para o historiador Claudinei Mendes, estão entre as principais características da *Escola do Rio*: a) o abandono da visão de conjunto da história brasileira (ensaio); b) a preferência por estudos localizados e regionais; c) a relação entre o estudo do caso e as formulações gerais (MENEZES, PEREIRA, MENDES, 2011, p. 105-6). Por fim, a crítica à historiografia tradicional e a revisão de fatores que foram mencionados no decorrer deste artigo.



BIBLIOGRAFIA

FRAGOSO, João L. R. Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. (orgs.). Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENEZES, Sezinando L.; PEREIRA, Lupércio A.; MENDES, Claudinei M. M. (orgs.). Expansão e consolidação da colonização portuguesa na América. Maringá: Eduem, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1961.

VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

APONTAMENTOS PARA UM ESTUDO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E PORTUGAL NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

INTRODUÇÃO

Este trabalho nada mais é do que uma reprodução parcial do projeto de mestrado recém-aceito pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, transformado em artigo. O projeto se intitula *O comércio ultramarino português: uma análise das relações comerciais estabelecidas entre o reinol Francisco Pinheiro e seus representantes da América portuguesa do início do século XVIII*. Uma vez que o mesmo ainda não se iniciou e, portanto, não possui resultados, apresentaremos sua problemática, seu aporte-teórico e sua metodologia como apontamentos para o estudo das relações comerciais entre Brasil e Portugal no início do século XVIII.

Durante os anos de colonização no Brasil, se tornou comum entre os indivíduos das mais variadas classes sociais a busca pelo enobrecimento. Provenientes de uma sociedade altamente hierarquizada, os colonizadores buscaram reproduzir o modelo português a fim de conquistar posição privilegiada na sociedade colonial, seja ocupando cargos públicos ou adquirindo terra e escravos, uma vez que nem sempre era possível alcançá-la no Reino. “Nada mais sonhado pelos “conquistadores”- em sua maioria homens provenientes de uma pequena fidalguia ou mesmo da “ralé” – do que a possibilidade de alargamento de seu cabedal material, social, político e simbólico”. Desta forma, “os indivíduos que foram para o ultramar levaram consigo uma cultura e uma experiência de vida baseadas na percepção de que o mundo, a ‘ordem natural das coisas’, era hierarquizado”, ou seja, de que as pessoas ocupavam posições distintas e desiguais na sociedade por possuírem qualidades sociais e naturais distintas. (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2001, p. 24).

A reprodução desta sociedade hierarquizada dependia, sobretudo, de favores régios, pois, enquanto a Coroa assegurava sua grandeza, tornando os diversos segmentos da sociedade dependentes de seus favores, ela determinava quem seria incluído ou excluído da participação no império. Segundo Russel-Wood, “na raiz deste processo emergia o sistema que caracterizava o Antigo Regime e que assumia a forma de mercês reais, de doações régias, concessões de direitos monopolistas, concessão de privilégios e grupos corporativos e isenções a outros setores” (FRAGOSO, BICALHO, GOUVÊA, 2001, p. 16-17).

Sérgio Buarque de Holanda considerava como característica da nossa sociedade a “ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis”. De acordo com o autor, a aversão a qualquer ordenação impessoal, de origem ibérica, norteou a colonização portuguesa no Brasil, de modo que o caráter racional, específico da classe burguesa, não cravou raízes aqui. As relações sociais, políticas e econômicas teriam sido permeadas antes por considerações subjetivas do que racionais (1995, p. 46).

Esse caráter teria se infiltrado mesmo no comércio, os negociantes de grosso trato, almejando posições privilegiadas, “estavam envolvidos em um mercado que, por ser pré-industrial, não era regulado apenas pela oferta e procura, mas que se via continuamente influenciado por relações como as de parentesco e de matiz político” (FRAGOSO; ALMEIDA; SAMPAIO, 2007, p. 20).

Portanto, para compreendermos os negócios coloniais, torna-se necessário refletir sobre a forma como a busca por distinção social, as relações de parentesco, de amizade e a influência política norteavam as relações de cunho econômico e social no Império português. Ressaltamos a percepção de que a sociedade colonial estaria inserida em um contexto de Antigo Regime. Este conceito refere-se, segundo Vainfas, a uma sociedade “estruturada por uma complexa hierarquia de status, em que nem sempre a riqueza exercia papel determinante, e na qual era a busca de distinção que comandava as aspirações de ascensão social” (VAINFAS, 2001, p. 44).

FONTE DE PESQUISA

Devido às oportunidades oferecidas pelo *boom* da mineração na primeira metade do século XVIII, o comerciante português Francisco Pinheiro resolve expandir seus negócios até a América portuguesa, a fim de comercializar produtos e escravos em troca de minérios. Residente em Lisboa, o comerciante controlava negócios em diversas possessões do Império ultramarino, desde a Ásia e a Europa, até a América. Para realizar tal empreendimento, contava com representantes, dos quais alguns familiares, que lhe forneciam as informações necessárias acerca de seus negócios por meio de correspondências.

Porém, para além das tendências do mercado, “o comportamento de fulano, a situação financeira e o crédito de sicrano, a quebra de beltrano são temas de conversa e de correspondência” (LISANTI, 1973, p. 152). Assim, as correspondências trocadas por estes homens se tornam material valioso para análise não somente das relações comerciais, mas também das próprias ideias e concepções dos comerciantes da sociedade colonial.

As cartas estão inseridas na obra *Negócios Coloniais*, em cinco volumes, organizadas por Luís Lisanti Filho, a qual se encontra digitalizada. A documentação original está depositada no arquivo do Hospital de São José em Lisboa. As correspondências recebidas por Pinheiro em Lisboa estão organizadas de acordo com a ordem geográfica e cronológica, e as cartas expedidas por ele também seguem a cronologia. Ao todo a coleção compreende cartas ativas e passivas, trocadas por Francisco Pinheiro e seus agentes comerciais em diversos continentes como: Ásia (Macau), África (Angola e Costa da Mina), América portuguesa (Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Colônia do Sacramento) e Europa (Hamburgo, Sevilha, Amsterdam, Londres, Roma e etc.).

METODOLOGIA

Para o tratamento das fontes nos embasaremos nas reflexões da historiadora Fabiana de Souza Fredrigo. A autora, ao trabalhar com correspondências, articula uma metodologia própria para este tipo de fonte. Uma vez que os comerciantes trocam comentários de seus desejos e queixas uns com os outros, partimos da ideia de que “escrever pode ser o meio para compreender a si mesmo. Na medida em que expõe seus projetos e angústias, aquele que escreve patrocina um autoexame e, nesse sentido, qualquer escrita tem como primeiro avalista seu próprio autor” (2010, p. 44). Assim,

o remetente de uma carta é o seu primeiro e maior censor, pois a missiva é o objeto que fala por ele, o substitui e o torna presente para o destinatário. Para sentir-se representado, o autor cria uma imagem de si e, ao fazer isso, marca seu discurso pelo que quer dizer e efetivamente diz e pelo que não quer dizer, mas, por sua incapacidade de controle e onisciência, ainda assim diz (FREDRIGO, p. 57).

Entende-se que Francisco Pinheiro e os agentes comerciais, ao comunicarem-se por meio das cartas, criam cada um uma imagem de si, a fim de que o outro possa o compreender, o que torna possível analisar o perfil de homem idealizado pelos mercadores do período. Ao oferecer suas cartas a seus interlocutores, Pinheiro acrescentava suas reflexões acerca de quais valores eram indispensáveis para um homem de negócios: “evitai como vós digo gastos supérfluos; seja moderado e fechado na bolsa; quanto poderdes fugir de mulheres; más companhias e ruins conversas; porque qualquer destas bastará para vos arruinar tanto no crédito como na fazenda” (LISANTI, 1973, p.22). Orientar o comportamento dos outros é, portanto,

identificar-se com a orientação, afirmar-se perante a coletividade e, ao mesmo tempo, fazer parte dela. Portanto,

no caso das cartas, quando o remetente escreve sobre si e sobre os acontecimentos que o rodeiam está dialogando consigo enquanto autor e reconstruindo-se como personagem para seu destinatário, compondo uma narrativa que convive com esses egos distintos e em conflito. Quando o texto produzido e o autor que o produz interagem, quem escreve pode remontar a ação, discorrer sobre o que aconteceu de sua ótica (FREDRIGO, p. 57).

Desta forma, as cartas desvelam, para além dos projetos e das complexas relações de negócios, a forma como os indivíduos se veem ou que gostariam de serem vistos e a ótica do comerciante sobre os acontecimentos que o rodeiam. O grupo com o qual Pinheiro estabelecia conversações – os agentes comerciais – dividiam com ele as angústias, dificuldades e visões de mundo. Contudo, Pinheiro não era mais um comerciante entre os outros, era quem comandava os negócios, o homem mais interessado em produzir fortuna e quem impunha sua liderança por meio de sanções à conduta de seus representantes. Ao lado dos assuntos relacionados aos negócios, Pinheiro demonstra suas opiniões acerca da conduta moral de seus agentes, portanto, expressa em suas cartas ideias da sociedade de Antigo Regime.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

O primeiro impasse que podemos encontrar para a análise das ideias implícitas nas cartas de Francisco Pinheiro e dos agentes comerciais consiste na dúvida entre iniciá-la tomando cada indivíduo isolado do seu meio social, para depois, pelo agrupamento das partes, reconstituí-lo; ou, então, analisar a sociedade como algo supraindividual, que condiciona e mesmo suprime a individualidade. Aqui, não optamos por nenhuma das opções.

Norbert Elias (1994) acredita ser um equívoco a contraposição entre indivíduo e sociedade, ora, o indivíduo só pode ser concebido como tal, se integrante de uma sociedade, afinal, o homem modela seu comportamento de acordo com o meio em que está inserido, com a função que exerce nele, e, ainda, de acordo com o que esta função significa para si e para os demais indivíduos, portanto, ele só constrói sua individualidade ao integrar-se a uma sociedade, se adaptando a ela. Ou seja,

em sua maleabilidade especial, sua natural dependência da moldagem social, reside a razão por que não é possível tomar indivíduos isolados como ponto de partida para entender a estrutura de seus relacionamentos mútuos, a estrutura da sociedade. Ao contrário, deve-se

partir da estrutura das relações entre indivíduos para compreender a “psique” da pessoa singular (ELIAS, 1994, p. 39).

Portanto, “somente através de uma longa e difícil moldagem de suas maleáveis funções psíquicas na interação com outras pessoas é que o controle comportamental da pessoa atinge a configuração singular que caracteriza determinada individualidade humana” (ELIAS, 1994, p. 55). Desta forma, para compreendermos as ideias implícitas nas cartas dos comerciantes, torna-se necessário identificar quais as relações estabelecidas entre os mesmos e a sociedade, qual a função exercida por eles, como se relacionavam entre si e com os demais estratos sociais.

Uma vez que estamos pensando em relações econômicas, os estudos de Elias também podem contribuir para nossa análise. Segundo ele,

uma esfera econômica de interconexões não surge *exclusivamente*, como às vezes se supõe, pelo fato de terem os seres humanos que satisfazer sua necessidade de comer. Também os animais são movidos pela fome, mas não se empenham numa atividade *econômica*. Quando parecem fazê-lo, isso se dá, tanto quanto hoje podemos perceber, com base numa predisposição mais ou menos automática, inata ou “instintiva” de suas vias de autorregulação. [...] Para que surja alguma forma dessa atividade econômica, é essencial a intervenção de funções superegóicas ou prescientes que regulem as funções instintivas elementares do indivíduo, sejam estas o desejo de alimento, proteção ou qualquer outra coisa. Somente essa intervenção torna possível às pessoas conviverem de maneira mais ou menos regulada, trabalharem juntas por um padrão comum de obtenção do alimento, e permite que sua vida comunitária dê origem a várias funções sociais interdependentes (ELIAS, 1994, p.43).

Em outras palavras, o comportamento do indivíduo, que é moldado com vistas à sociedade (sob a forma de autorregulação), é que vai permitir ao mesmo estabelecer relações econômicas, como as comerciais, com outros indivíduos. Esta consideração é de suma importância para pensarmos as relações entre a esfera econômica e o plano das ideias em uma sociedade de Antigo Regime. Se cada sociedade possui formas de organização diferentes, então as redes de interdependência também são específicas de cada sociedade e a caracterizam. Cabe a nós pensarmos como estas redes de interdependência atuam na sociedade colonial e, mais especificamente, como influenciam as relações comerciais. Nota-se no excerto abaixo o destaque que Elias atribui a essas redes de interdependência e ao contexto social para a configuração das sociedades.

Esse arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão conferem a uma sociedade seu caráter específico, não é criação de indivíduos particulares, pois cada indivíduo, mesmo o mais poderoso, mesmo o chefe tribal, o monarca absolutista ou o ditador, faz parte dele, é representante de uma função que só é formada e mantida em relação a outras funções, as quais só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das tensões específicas desse contexto social (ELIAS, 1924, p. 22).

O exemplo utilizado por Elias esclarece como essas relações de interdependência não dependem da simples vontade particular dos indivíduos, o fato de duas pessoas lutarem pelo mesmo mercado ou mesma posição social origina algo que nenhuma delas pretendeu: uma relação competitiva, com suas leis específicas, ou, conforme o caso, uma elevação ou queda dos preços (1924, p. 58). A partir disso, entendemos que as relações estabelecidas entre comerciantes do Império não dependem apenas de sua vontade, e, por vezes, escapam de seu próprio planejamento, estando circunscritas nos mecanismos da sociedade em que vivem e os moldando.

Refletiremos, portanto, sobre o meio no qual estavam inseridos os comerciantes, para assim, verificar como este meio que é social e cultural se expressava nas suas realizações. Assim como dito por Elias, “as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto” (1994, p. 38).

CONCLUSÃO

Como dito, este artigo apresentou alguns apontamentos bibliográficos, teóricos e metodológicos para se pensar as relações comerciais entre Brasil e Portugal do início do século XVIII. Ressaltamos que se trata de ideias iniciais e que no decorrer da pesquisa é possível a modificação destas considerações, tanto no sentido de abandoná-las ou aperfeiçoá-las. Contudo, por meio da pesquisa prévia realizada, acreditamos que para melhor compreender o comércio no período em questão, é preciso ter mente que o mercado não era ditado somente pela lei da oferta e da procura. Torna-se necessário se atentar às questões de ordem política e simbólica, pois, por se tratar de uma sociedade de Antigo Regime, nem sempre a riqueza era fator preponderante para os comerciantes, mas a busca por distinção social, prestígio ou *status*, também os orientava. Além disso, a figura central da realeza criava mecanismos para se fortalecer, ditando as regras por meio de monopólios e privilégios. A partir destas considerações, temos por objetivo inicial pensar a relação entre a esfera econômica e o plano das ideias no Império português, com vistas às características ao que chamamos de Antigo Regime.



BIBLIOGRAFIA

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Michael Schörotere (org.). tradução, Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. (orgs.). **Conquistadores e negociantes**: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e escritas**: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830). São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LISANTI FILHO, Luís. **Negócios coloniais** (uma correspondência comercial do século XVIII). São Paulo: Visão Editorial, 1973. 5v.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

A temática indígena na sala de aula: uma experiência com a contação de mitos Kaingang

Camila Bertagna
PPH- LAEE Universidade Estadual de Maringá
Alisson Sano
PPH- LAEE Universidade Estadual de Maringá



Isabel Cristina Rodrigues
DHI- LAEE Universidade Estadual de Maringá

240

Resumo: O trabalho com a temática indígena em sala de aula, apesar de obrigatório pela lei 11.645/08, ainda gera grandes dificuldades aos professores, por conta de que para a maioria destes, tal temática não foi e não é contemplada no momento de sua formação profissional e, também, pela ausência de materiais didáticos apropriados e atualizados. Ambas questões se mostram como insuficientes ao tratar os povos indígenas brasileiros e a dinâmica existente em suas histórias, costumes, tradições, culturas e cosmologias. Nesse sentido, há de se pensar em estratégias para que os sujeitos do processo educacional não tenham uma visão dos indígenas enquanto povos atrasados e/ou congelados no espaço e no tempo (FREIRE, 2002). Nesta comunicação propomos a avaliação e análise dos resultados de uma oficina sobre mitologia Kaingang, realizada com alunos do sétimo ano de uma escola particular da cidade de Maringá, com base numa proposta formulada por Aracy Lopes da Silva (1995), a qual indica a importância do trabalho com os mitos em sala de aula para superar as dificuldades do trabalho com esta temática e evidenciar que os indígenas não têm formas de agir e pensar inferiores/atrasadas e sim uma formação histórica, social e cultural diferente do restante da sociedade globalizante. Ao longo desta procuraremos: 1) conceituar o mito segundo alguns estudiosos da Antropologia, como Godelier (1981), Vernant (2002), Junqueira (2008); e 2) evidenciar algumas perspectivas em relação à importância dos mitos nas sociedades indígenas brasileiras e como eles permanecem vivos, sendo contados, recontados, atualizados constantemente por estes povos. Durante a realização da oficina os alunos responderam dois questionários sobre o tema trabalhado; ambos com perguntas abertas e que faziam referência à interpretação dos mitos contados, a forma como eles entenderam os mitos e como os mitos poderiam e podem influenciar a vida dos povos indígenas e as nossas próprias vidas. Analisando os questionários e também as gravações da oficina aplicada, observamos os resultados da mesma dentro do pensamento e do discurso dos alunos: dos 27 participantes, 72% concluiu que, a partir dos mitos contados, pode-se entender a organização social e política dos povos Kaingang e reconheceu que os mitos são importantes para entender as origens e explicar os diferentes modos de vida e de culturas das diferentes sociedades e/ou grupos humanos. 28% afirmou não encontrar importância nos mitos por conta de serem narrações fictícias ou simbólicas e que nós e os povos indígenas vivemos na realidade. Ao fim das análises percebemos a importância do trabalho com a mitologia para desconstruir os conceitos equivocados, banalizados e preconceituosos em relação aos povos indígenas, mas, principalmente, diagnosticamos a

dificuldade e a resistência, por parte dos alunos, em aceitar que existem outras formas e/ou alternativas de enxergar a realidade e o mundo em que vivemos; percebemos, também, a necessidade de melhoria em alguns aspectos da própria oficina e para isso indicamos algumas possibilidades.

Palavras-chave: mito; povos indígenas; ensino de História.

1- Introdução:

Este artigo tem por objetivo apresentar a análise dos resultados de uma oficina sobre mitologia Kaingang aplicada a alunos do sétimo ano de uma escola da rede particular de ensino da cidade de Maringá.

No primeiro semestre do presente ano, enquanto professores da escola e ministrando no sétimo ano, os conteúdos como: a história do Brasil Pré Cabral, os primeiros contatos entre as populações indígenas e os colonizadores e a atual situação das populações indígenas no Brasil, percebemos nos alunos diversas visões estereotipadas, negativas ou vitimizantes destas populações, desde o primeiro contato até a atualidade. Esta visão dos alunos se conecta a um universo mais amplo que é a sociedade brasileira, a qual tem formado a imagem destas populações através de informações equivocadas transmitidas pela mídia, por filmes e mesmo pela literatura. Imagens inadequadas, pois o índio ainda aparece ora como o selvagem, ora como o herói, quando não se encaixa em nenhum destes perfis é tratado como um sujeito desocupado/vadio que não aprendeu o estilo de vida do homem branco.

A fim de combater essa situação e sanar os problemas em relação às imagens equivocadas das populações indígenas transmitidas à sociedade brasileira, o Governo Brasileiro frente às lutas e pressões dos indígenas promulgou a lei 11.645/08 a qual torna obrigatório o ensino da história e cultura indígena na educação básica. No entanto, surgem dificuldades para os profissionais da educação tratarem o objeto específico da lei, seja porque tal temática não foi e não é contemplada no momento de sua formação profissional e/ou, também, pela ausência de materiais didáticos apropriados e atualizados, logo formação e material de apoio se mostram insuficientes ao tratar os povos indígenas brasileiros e a dinâmica existente em suas histórias, costumes, tradições, culturas e cosmologias.

Enquanto estudantes e pesquisadores dos temas referentes às populações indígenas resolvemos aplicar e avaliar na prática a ideia de Aracy Lopes da Silva (1995), a qual indica a importância do trabalho com os mitos em sala de aula para superar as dificuldades do trabalho com a temática indígena e evidenciar

que os indígenas não têm formas de agir e pensar inferiores/atrasadas e sim uma formação histórica, social e cultural diferente do restante da sociedade globalizante.

Para a compreensão dos resultados da oficina e mesmo para realizar a análise destes é imprescindível que se conheça a literatura que versa sobre mitologia e as populações tradicionais, além de entender os significados que a palavra mito pode carregar tanto para a sociedade globalizante quanto para as populações indígenas. Neste sentido este artigo será dividido em três partes, sendo elas: 1ª) conceituar o mito segundo alguns estudiosos da Antropologia, como Godelier (1981), Balandier (1997), Vernant (2002), Junqueira (2008); 2ª) evidenciar algumas perspectivas em relação à importância dos mitos nas sociedades indígenas brasileiras e como eles permanecem vivos, sendo contados, recontados, atualizados constantemente por estes povos; 3ª) analisar os resultados obtidos pela oficina aplicada.

2- Conceituação de Mito

Antes de se trabalhar com mitos em sala de aula faz-se necessário que seus significados/sentidos sejam entendidos por aqueles que irão utilizá-los. O significado que a palavra mito carrega é sempre dotado de algo surreal, distante da realidade em que vivemos e até mesmo atrelado à ideia de mentira, falso acontecimento ou narrativa. Enquanto estudantes e pesquisadores dos temas referentes às populações indígenas brasileiras sabemos da importância que os mitos tem para estas populações e que o significado de mito para as populações tradicionais é completamente diferente das ideias de mentira, falso acontecimento e/ou narrativa, mas é sim uma forma de estrutura e organizar as relações sociais, culturais, políticas, territoriais, históricas e cosmológicas. Para a conceituação de mito trabalharemos com antropólogos e a definição segundo a língua portuguesa. De acordo com Michaelis: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, mito é:

Fábula que relata a história dos deuses, semideuses e heróis da Antiguidade pagã; interpretação primitiva e ingênua do mundo e de sua origem; tradição que sob forma alegórica, deixa entrever um fato natural, histórico ou filosófico; exposição simbólica de um fato; coisa inacreditável, enigma; utopia; pessoa ou coisa incompreensível (POLITO, 2004).

Sendo assim o ideal que é posto à população brasileira é de que mito é uma história fantasiosa, primitiva, utópica e incompreensível, portanto utilizada por povos primitivos, que são inferiores aos civilizados, no caso do Brasil, os indígenas. Para ratificar este ideal encontramos em Freire (2002, p. 6-12)

cinco ideias equivocadas que a maioria da população brasileira tem sobre esses povos, uma delas é ver suas culturas como atrasadas, pobres, inferiores, não reconhecendo a importância, as inovações e a capacidade/necessidade de adaptação dos seus conhecimentos. O mito é um dos motivos que faz com que os brasileiros vejam os indígenas desta forma, visto que eles se utilizam dessa histórias ditas fantasiosas para explicar sua forma de organização e como veem o mundo.

Seguindo a conceituação de mito de acordo com a Antropologia, Maurice Godelier, antropólogo francês, afirma que mito *é um instrumento de mobilização e coloca os mobilizados em uma posição subalterna em relação àquele que o enuncia* (1981, p.190). Nesta perspectiva podemos compreender que o mito dentro das sociedades que os utilizam pode nos mostrar uma hierarquia existente, visto que quem compartilha o mito está em posição superior a aqueles que os recebem. Junqueira aponta que cabe aos velhos o privilégio de zelar pela memória coletiva (através dos mitos), pois estes estão ligados ao sistema de autoridade e poder. (2008, p. 17).

Vernant, historiador e antropólogo francês, entende mito como um dos três elementos que constituem o sistema religioso de uma sociedade, sendo que os dois outros são os rituais e as figuras dos deuses (2002, p.198). Pode-se perceber que o mito é um aspecto importante para a religião dos povos que os utilizam, ele serve como explicação da criação do mundo através de seus deuses, como no mito de Kamé e Kairú, dos índios Kaingang do Paraná (BORBA, 1998, p.20-22).

3- A importância da mitologia para os povos indígenas

Como visto anteriormente a utilização do mito pode revelar a hierarquia existente dentro de uma sociedade e também está intimamente ligado com a religião/crenças dos povos que o utiliza. Junqueira (2008) e Veiga (2006) tratam da utilização dos mitos dentro de povos indígenas, sua importância e utilidade.

De acordo com Junqueira (2008, p.13) o mito narra como graças as façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo ou apenas um fragmento, ou seja, ele narra a criação de alguma coisa, seja ser humano, ou animais, nomes. Junqueira diz ainda que:

Nessa direção, toda mitologia tem a ver com a sabedoria da vida, relacionada a uma cultura específica, numa época específica. Integra o indivíduo na sociedade e a sociedade no campo da natureza. De certa forma, o mito serve de bússola ao nosso inconsciente. (JUNQUEIRA, 2008, p. 15).

Sendo assim os mitos foram/são utilizados para transmitir um ensinamento, uma lei, impor uma ordem dentro de um contexto e um espaço temporal específico, ele serve para guiar seus povos no caminho que a liderança quer que seja seguido. Veiga (2006, p. 191) apresenta um mito contado entre os índios Kaingangs que pela primeira vez estabeleceu regras para o casamento, nesse caso a proibição do casamento entre parentes próximos. A autora mostra ainda mitos dessa etnia, sobre a proibição da poligamia, nominação, a posição da mulher, entre outros, todos eles transmitem regras, ensinamentos e crenças que são transmitidos dentro das comunidades através da oralidade.

Esse momento de contação de histórias/mitos não é simplesmente um momento de entretenimento e/ou diversão, mas sim de transmissão de conhecimentos. É um encontro de gerações, onde por meio das palavras e histórias se encontra formas de organização da sociedade e de seus ritos.

4 - Por dentro da oficina: análises e resultados

Precisamos agora explicar o funcionamento da oficina, expor os mitos utilizados para se ter clareza do processo que foi construído e a maneira como obtivemos as fontes para análise neste artigo.

Participaram da oficina 28 alunos do sétimo ano, com idade aproximada de 12 anos, sendo 9 do sexo feminino e 19 do sexo masculino. Esses 28 alunos foram divididos em 14 equipes, sendo cada equipe formada por dois alunos. Importante frisar que antes da oficina, ocorreram três encontros que abordaram a temática indígena e explicitaram parte da organização social, cosmológica, linguística e alguns de seus costumes tradicionais, além da atual situação das populações indígenas no Brasil e suas relações com a tecnologia. Para tratar de tais temas foram convidados o indígena Kaingang e estudante universitário Alexandre Krenkag Farias, a professora Dr^a. Isabel Cristina Rodrigues, que estudou as tradições e costumes dos povos Kaingang da Terra Indígena Faxinal e também o Mestre em História Zeus Romero Moreno, o qual estudou as relações dos povos indígenas Paiter Suruí com as tecnologias e os primeiros contatos com a sociedade globalizante na década de 1960.

A oficina foi dividida em quatro momentos: 1º) Conceituamos mito, lenda e fábula e os diferenciamos; 2º) Houve a contação de quatro mitos Kaingang, sendo eles a origem dos Kaingang, a origem dos nomes Kaingang, a origem dos animais Kaingang e explicação da morte entre os Kaingang; 3º) Após a contação de cada mito, os alunos deveriam classificá-los em fábula, mito ou lenda; 4º) Aplicamos dois

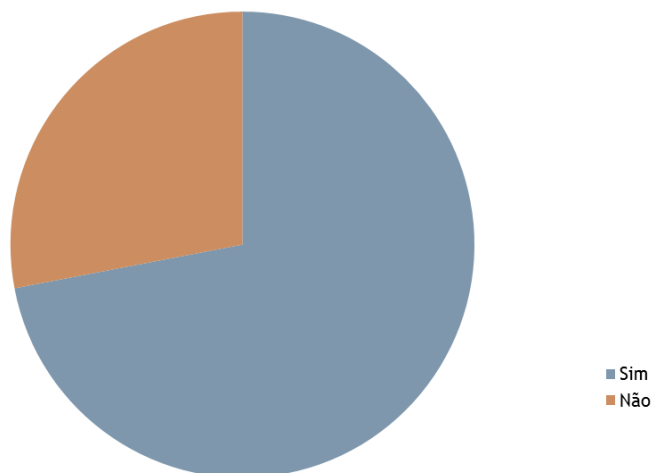
questionários com duas perguntas cada um, o primeiro versava sobre a interpretação dos mitos conforme somente aquilo que eles haviam escutado, sem a utilização de leituras, já o segundo questionava sobre a função e a importância dos mitos na vida da sociedade globalizante e também nas sociedades tradicionais.

Enquanto ocorria a contação dos mitos os alunos mantinham ao mesmo tempo aspectos de concentração e atenção voltados à narração e também de estranhamento, pois este tipo de narração não é comum em seu cotidiano, em suas formas de aprender e compreender o mundo e mesmo em suas crenças. Em meio ao alvoroço e ansiedade para contar as histórias, que segundo eles eram mitológicas, foram se acalmando e expondo em sua maioria histórias/narrativas que tiveram contato nas aulas de História da Grécia e Egito e também nos filmes, livros e vídeo games. Enquanto contavam, faziam questão de evidenciar que não acreditavam naquilo que narravam, que assim como os jogos, livros e filmes ficam na dimensão da ficção, os mitos e histórias relatados por eles também não abandonam tal dimensão.

Quando eram solicitados para classificar as narrativas, na maioria das vezes classificaram como Lenda, e explicavam que eram narrativas fictícias para exaltar um ou outro herói ou criadas para amedrontar, divertir ou disciplinar. Algumas vezes destoavam do geral e faziam questão de afirmar que eram mitos e que segundo a explicação do início da oficina as narrativas eram mitológicas, pois explicavam alguma origem ou traziam explicações a fatos que os homens desconheciam ou desconhecem qualquer explicação científica, passível de experimentação e comprovação.

No primeiro questionário, relacionado à interpretação dos mitos obtivemos respostas importantes que nos guiam para algumas constatações sobre a necessidade do trabalho com os mitos para o entendimento do outro e sua cultura. Quando perguntados sobre a importância de Kamé e Kairu para os Kaingang, responderam claramente que estes foram os responsáveis pela criação do mundo, da fauna e flora, ressaltando que esta é uma crença e modo de explicar Kaingang. Sobre a origem dos Kaingang, os alunos foram emblemáticos ao afirmar que eles saíram da terra, por isso possuem a cor de pele marrom. Ainda sobre esta pergunta, os alunos informaram que esse fato, dos homens saírem da terra, explica a origem do homem no mundo, de acordo com o mito contado e também de acordo com as crenças dos Kaingang.

No segundo questionário, as duas perguntas foram: 1ª) Você acredita que é possível entender a formação dos Kaingang através de seus mitos? ; 2ª) Você considera os mitos importantes? Por quê? Em ambas as questões 72% dos alunos acenaram positivamente os outros 28% afirmaram que não é possível compreender a formação dos Kaingang e os mitos não têm importância.



Ressaltamos que apesar de porcentagens idênticas, parte dos alunos que responderam que os mitos são importantes, não concordaram com a ideia de que se pode compreender a formação dos Kaingang através dos mesmos. E alguns daqueles alunos cujo afirmação foi positiva para a compreensão da formação dos Kaingang através dos mitos, consideram os mitos pouco importantes.

Para as análises neste artigo, resolvemos selecionar algumas respostas, as quais consideramos representar de forma geral o pensamento dos alunos após a aplicação da oficina, condensando assim o volume de respostas, evitando repetições. Frisamos também que não alteramos as respostas originais dos alunos, as digitalizamos de forma integral sem nenhuma intervenção e/ou correção. Agora relatamos então as respostas dos alunos para a questão “*Você acredita que é possível entender a formação dos Kaingang através de seus mitos?*”:

Sim, porque mesmo sendo inventado explica de maneira diferente como eles criaram o grupo.

Sim, porque ninguém sabe de onde vieram e então o único meio de sabermos é acreditar nos mitos.

Sim, por causa que faz bastante sentido as explicações dos Kaingangs sobre a criação das cobras, dos tamanduás, das onças.

Não, pois por ser um mito não é realidade, mas se alguém acreditasse seria possível entender.

Não, pois para nós é difícil de acreditar que homens *saio* da terra e que devem existir outras histórias contando coisas diferentes de como o homem *surgio*.

Não, porque não podemos confirmar se os mitos são reais ou não.

Nas duas primeiras respostas percebemos que a maneira como os alunos compreenderam os mitos dos Kaingang, avaliando-os como mitos de criação/origem e ressaltaram que esta é uma das maneiras de se entender a criação dos homens. Quando falam sobre “ninguém sabe de onde vieram”, entendemos que o “ninguém” se refere à toda humanidade e vão além quando apontam que o “único meio de sabermos é acreditar nos mitos” se refere aos diversos mitos/explicações que têm contato, as quais supomos ser as narrativas bíblicas, devido ao fato de que durante a contação dos mitos eles se referiam a Adão e Eva. Durante as falas alguns alunos pontuaram também que o próprio evolucionismo é uma forma de se contar a história do surgimento do homem, logo entendemos que os alunos compararam uma explicação considerada racional/científica àquela mitológica.

Na terceira resposta, os alunos se referem ao mito sobre a criação dos animais, no qual justificam-se algumas características e imperfeições de alguns animais. Estas características e imperfeições se dão ao fato de que Kamé e Kairu colocaram nos animais características próprias, como a onça pintada de Kamé, feroz e rápida, enquanto Kairu criou a cobra, paciente e observadora. Na criação do Tamanduá as imperfeições aparecem, por conta dos irmãos estarem trabalhando durante a noite e ao perceberem que o dia e a luz que dá vida aos seres estava para chegar, tiveram pressa e deixaram aquele animal inacabado com garras grandes e afiadas e uma língua de cipó. Compreendemos então que os alunos entenderam tais explicações como lógicas para justificar as características destes animais.

Nas três respostas negativas encontramos sintomas da forma pejorativa que os mitos ganharam desde a formação da racionalidade na Grécia Antiga, como nos aponta Silva (1995, p.323), quando os gregos opuseram *mythos* e *logos*. O *logos* se referia a História, Filosofia e outras ciências, exigia rigor nas argumentações e provas, já o *mythos* se relacionava com a fabulação, imaginação descontrolada, sem compromisso com a verdade ou sem capacidade para pensar questões complexas. Na resposta em que aparece a oposição entre a ideia de que mito não é verdade, mas seria verdade para quem acreditasse, podemos parafrasear Godelier (1981, p.180): Um mito não é um “mito” senão para aqueles que não acreditam nele. O aluno em sua resposta afirma que não acredita, talvez por outras crenças e aprendizados, todavia destaca que é possível o mito ser verdade ou então ser a explicação plausível para alguns fatos desde que quem conta e quem escuta acredite nele.

Respostas para a questão “*Você considera os mitos importantes? Por quê?*”:

Sim, porque cada um dos povos tem um jeito de *demonstra* como surgiu e forma várias teorias diferentes para tentarmos saber.

Sim, é como outras forma de perceber um fato.

Sim, porque com isso a gente pode entender mais a história dos Kaingang.

Sim, pois sem os mitos talvez não tivesse tantas presenças religiosas hoje em dia.

Sim, é um tipo de crenças importante para povo.

Não, porque são histórias simbólicas que vem sendo contadas desde tempos remotos.

Na primeira e na segunda resposta percebemos mais um resultado da oficina, os alunos mostram compreender que os mitos contados são uma forma diferente de perceber e explicar um mesmo fato/acontecimento, como é o caso da origem dos homens. Apesar de ser uma forma diferente da que eles conhecem, muitas vezes imposta como verdade, o mito não é visto como inferior, mas sim como outra maneira de se entender algo.

Os alunos trouxeram mais uma vez a ciência ao lado da mitologia, evidenciando na terceira resposta a ideia de que os mitos podem contribuir com a história dos povos que as contam, neste caso os Kaingang. Veiga (2000, p. 198) também corrobora com esta ideia ao discutir a cosmologia dos Kaingang, afirma que mito e história não podem ser narrativas separadas, pois ambas se complementam, a história de um povo é organizada dentro de um sistema mitológico e o mito é recheado de fatos da história. Veiga faz a reflexão sobre três elementos importantes que interferem na criação e contação de um mito, são eles: o contexto histórico, quem narra e a quem se destina. A narrativa nunca está descolada de um contexto histórico específico e muito menos distante da forma de pensar de quem conta e de quem está ouvindo. Os mitos tem intenções e buscam explicar ou falar de algo que acontece no período e local em que estão sendo contados.

Destoando dos discursos religiosos totalizantes a que muitas vezes estão submetidos, os alunos colocaram a mitologia lado à lado com a religião, nas respostas três e quatro, e aprofundam a ideia ao afirmar que sem os mitos não haveria diversidade religiosa. Durante as discussões na oficina, foi recorrente a ideia de que sem os mitos talvez nem existisse religião e de que as crenças das pessoas estão baseadas em mitos. Por fim, desconstruímos a ideia de que existe uma linearidade evolutiva nas formas de pensar e rompemos assim com a ideia de que o surgimento do homem trazido pela bíblia cristã através de Adão e Eva ou então pelo Evolucionismo da ciência são melhores ou mais complexas do que aquelas explicações que as sociedades tradicionais trouxeram através dos seus mitos.

Na última resposta e única negativa tratada nesta questão, percebemos nos alunos a ideia de que o mito não é importante, pois traz apenas simbologias daquilo que é real, ou ainda traz mensagens por meio de símbolos sobre a sociedade em que os mitos são contados ou para aqueles que irão ouvi-los, mesmo fora da

sociedade que o mito se origina. Nesta resposta notamos nos alunos a ideia de que o mito não tem contatos diretos com a realidade a que eles estão acostumados a conhecer e viver. Para estes alunos, disciplinas como a História, podem ser mais válidas do que os mitos, pois mostram à eles fatos e ideias que os influenciam cotidianamente e é produzida sob o rigor das provas e documentos. Já os mitos são vistos como dotados de fértil imaginação e elaborados por qualquer um que esteja inspirado a narrar fantasiosamente um fato.

5- Considerações finais

A humanidade se cerca de inúmeras formas de conhecimento e a curiosidade parece inflamar esta busca pelo conhecimento, pelas explicações, seja das coisas mais complexas ou das coisas mais irrelevantes que podem nos incomodar. Devido ao fato de o conhecimento estar hierarquizado, ou seja, não disseminado para todos da mesma maneira, surgem inúmeros problemas e questionamentos. Pergunta-se de onde vem tal conhecimento para quem e para o que ele serve, questiona-se a sua validade, sua capacidade para sanar dúvidas e problemas, estas questões estão postas pela humanidade desde os seus primórdios e se renovam, mudam de acordo com o contexto histórico, espaço e tempo em que são feitas.

Como exposto anteriormente em diálogo com Aracy Lopes da Silva, os mitos deixaram de formar um saber para o Ocidente, quando passaram a competir com o Logos ou a lógica, a ciência e a racionalidade, quando a voz passou a competir com a escrita. A chegada à América dos colonizadores de origem europeia ocidental e o contato com os indígenas, fez com que percebessem aquele mesmo atraso que os escritores e cientistas gregos encontraram nos velhos sábios que transmitiam o conhecimento via oralidade e mitologia. Passados três séculos, o pensamento ocidental ainda caracterizava o mito como atraso, mais do que isso, segundo Silva (1995, p. 323), o pensamento da época (século XIX) afirmava que existiam povos desenvolvidos com ciência e aqueles outros povos menos evoluídos que não desenvolveram a ciência.

Nesta oficina realizamos o exercício de expor aos alunos formas de conhecimento que eles dificilmente teriam contato fora da escola, propomos o estudo da forma como o outro enxerga a vida e o mundo, buscando assim desconstruir conceitos equivocados sobre os povos indígenas. Dialogando com Silva (1995) tratamos a temática indígena em sala de aula, desconstruindo a ideia de índio genérico, primitivo, inocente e incapaz. A autora nos apresentou essa desconstrução através do estudo de mitos com os alunos, pois os mitos além de tocarem o imaginário dos alunos, demonstram que todos os povos são iguais enquanto



seres humanos, dotados de inteligência, sensibilidade, criatividade, porém diferentes na maneira de se relacionar e conceber o mundo.

Os alunos através de suas indagações nos levaram a reflexões para além daquilo que havíamos nos proposto ao preparar a oficina. Durante a oficina, nos diálogos com os alunos podemos perceber e assimilar diversas questões que estudiosos assinalam há algum tempo e que a sociedade ainda resiste à aceita-las. Dentre elas se destacam a importância dos mitos e os complexos significados destes; a relação entre mitologia, religião e ciência; e a importância do conhecimento do outro para que se possa respeitá-lo enquanto ser humano diferente.

A oficina ocorreu de maneira positiva e sem grandes problemas, no entanto, ao analisarmos os resultados e as gravações que obtivemos dos alunos, sentimos a necessidade de ter explorado algumas questões de maneira mais aprofundada antes de entrarmos na oficina sobre mitologia. Dentre essas questões estão discussões relacionadas à religião e mitologia, especificidade dos povos Kaingang e as concepções de como os próprios alunos entendem a criação do Mundo e a sua participação neste Mundo.

6- Referências

- BORBA, Telêmaco. *Lendas ou Mythos dos Índios Caingangues*. In: Actualidade Indígena Paraná-Brazil. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1998. Pág.20-22.
- FREIRE, J.R. Bessa. *Cinco ideias equivocadas sobre o índio*. In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Nº01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.
- GODELIER, Maurice. *A parte ideal do real*. In: CARVALHO, E.de A. (org.) Godelier: antropologia. São Paulo: Ática, p.185-203. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)1981.
- JUNQUEIRA, Carmem. *O poder do mito*. Intercâmbio, v. VII, p. 103-111, Abril, 1998.
- SILVA, Aracy Lopes da. *Mito Razão, história e sociedade: inter-relações nos universos socioculturais indígenas*. In: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- POLITO, André Guilherme. *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2004.
- VEIGA, Juracilda. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. 2000. 301 f. Tese (Doutorado em Antropologia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2000.



VEIGA, Juracilda. *Revisão bibliográfica crítica sobre a organização social Kaingang*. Cadernos do CEOM, v. 19, n. 23, p. 189-256, 2006.

VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. Tradução de Cristina Murachco – 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

251

Um viajante desconhecido: a África vista por Victor Giraud (1883-1885)

Carlos Eduardo Rodrigues

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

Introdução

Nas universidades e nas escolas, centros de investigação, editoras e revistas especializadas em história, a pesquisa e ensino em história africana ganharam, na última década, uma nova dimensão. É cada vez maior o número de alunos e pesquisadores interessados nessa temática. Em sua maioria, os trabalhos produzidos estão pautados em uma abordagem que privilegia as relações África-Brasil, temas como tráfico negreiro, escravidão, cultura africana, etc., somam-se as pesquisas referentes ao negro no Brasil, sua condição sociocultural e econômica. As fontes históricas, chave para a pesquisa acadêmica, estão hoje mais acessíveis ao pesquisador, em especial, os textos escritos pelos europeus. Nesse sentido, os relatos de viajantes são excelentes fontes para pesquisa histórica, cujo conteúdo se altera de acordo com o tempo, o espaço e a nacionalidade do observador. Alguns documentos, por exemplo, encontramos características exteriores das sociedades africanas, em outros, registros repletos de adjetivos pejorativos. Entre esses registros temos o livro de um francês em particular chamado Victor Giraud (1858-1898), que viajou pelos territórios da África centro-oriental no último quartel do século XIX. O objetivo aqui é apresentar a obra desse francês, destacando a sua riqueza como fonte para o estudo da história da África. Para isso, o texto foi dividido em três partes: 1º) breve debate sobre a metodologia e tipos de relatos de viajantes; 2º) exposição do contexto histórico da viagem; 3º) descrição das características do livro de Giraud.

1º) Metodologia e tipos de relatos de viajantes: breve exposição

No século XIX a África recebeu a visita de inúmeros exploradores e aventureiros europeus interessados em desbravar e conhecer o continente. Esses viajantes deixaram registrados em seus diários relatos sobre o que vivenciaram em terras africanas, ricos, detalhados e escritos de diversas línguas, esses textos foram responsáveis pela criação, na sociedade ocidental, de uma imagem pejorativa sobre a África e os africanos, ao mesmo tempo em que descreve aspectos pontuais sobre a cultura e sociedade, política, economia e religião, geografia, etc., de um continente cujo interior era pouquíssimo conhecido dos europeus. Atuando com um “testemunho ocular” do passado os autores desses diários possuem uma posição privilegiada enquanto informante, pois sua visão permitiu a produção de uma quantidade significativa de fontes históricas: linguístico, iconográfico, cartográfico e elementos da tradição oral, biodiversidade, geográfico, antropológico, social, etc. Em sua maioria, os relatos de viajantes estão presos a determinadas

concepções de mundo, permanecem relacionados às ideias e ideologias presentes na mente do autor e ao tempo histórico em que ele está inserido.

Os relatos também possuem um público alvo a ser atingido e assim o escritor (no caso o viajante) elabora sua narrativa de modo a agradar a esse público. Por exemplo, os viajantes do século XVI e XVII tinham o rei e sua corte como leitores ideais, no século XIX os consumidores desses relatos eram os ricos comerciantes e governantes de diversos países interessados em investir seu capital em lucrativos negócios na África, e a sociedade burguesa em geral. O corpo documental que representa a literatura de viagem possibilita estabelecer uma cronologia de certas modificações ocorridas em África no período pré-colonial, sobretudo para as regiões litorâneas. Esses relatos, que se tornam mais ricos em conteúdos à medida que nos aproximamos do século XIX, são uma das principais fontes para o estudo de história da África, foram escritos por missionários, comerciantes, funcionários públicos, oficiais da marinha e do exército, cônsules, exploradores, viajantes, colonizadores e, alguns, por aventureiros e prisioneiros de guerra. Dividido em três tipos fundamentais, com base em Hrbek (2010, p. 121-123), essas fontes compreendem:

1) *Narrativas de viajantes*: que descrevem uma África desconhecida, fantástica, estranha e exótica, cheia de perigos e aventuras, pelas quais o heroico viajante viaja. Os povos africanos são descritos repletos de características extraordinárias e pitorescas, é um tipo de narrativa que percorreu todo o século XIX;

2) *Relatos de missionários cristãos*: que discorriam um pouco sobre as religiões africanas, porém, não se preocupavam em compreendê-las, mas sim em expor os “erros” e o “barbarismo” dos africanos. Devido ao conhecimento de algumas línguas locais os missionários escreveram textos melhores teoricamente que as Narrativas de viajantes, permitindo assim boas descrições sobre a estrutura social da comunidade em que estavam, possibilitando, às vezes, coletar dados sobre as tradições orais dessas regiões;

3) *Literatura narrativa*: são fontes escritas por “exploradores”, onde a maior parte das descrições está centrada nas questões geográficas, via navegável, morros, mina de metais, locais de caça, rotas comerciais, principais mercados, mercadorias e preços, agricultura e artesanato, recursos naturais. É uma literatura chave para o estudo de história econômica. Contudo, são descrições elaboradas de modo a exaltar os feitos do “explorador” e com pouca riqueza etnocultural, pois a maior parte dos escritores eram cientistas naturais com pouco senso histórico ou crenes no mito da ausência de história africana.

A riqueza de informação de cada tipo de fonte possibilita um melhor direcionamento para a pesquisa de acordo com o tema/problema escolhido. Por exemplo, se o objeto da pesquisa são as crenças religiosas,

os *Relatos de missionários* nos trazem elementos muito mais pertinentes, se o assunto em questão é o imaginário europeu, é provável que as *Narrativas de viajantes* sejam a melhor escolha, mas se estamos interessados em história econômica temos que nos concentrar nas *Literaturas narrativas*, pois são onde encontraremos mais informações acerca do comércio e fontes naturais de riquezas. Entretanto, para o estudo dessas fontes históricas devem-se levar em consideração dois pontos. Primeiro, ao avaliar o seu conteúdo temos que considerar não tanto a nacionalidade dos autores e sim a mudança de atitudes dos europeus em relação aos africanos e suas sociedades em geral; segundo, precisaram evitar a falácia de que com o tempo houve uma melhora gradual na objetividade das narrativas, e de que quanto mais nos aproximamos da atualidade mais científica se tornam as observações sobre a realidade africana, o que equivaleria a admitir, a priori, que uma narrativa de um viajante do século XIX tem, simplesmente por isso, uma credibilidade maior que uma narrativa escrita três séculos antes (HRBEK, 2010, p. 121-122).

Em resumo, encontramos nos relatos de viajantes uma conjunção de realidade e ficção. Há nas descrições uma mescla de informações conscientes e/ou inconscientes, do “ouvi dizer”, “me disseram”, “eu vi”, “eu participei”, etc., além da influência das concepções de mundo do viajante. É por esses motivos que os critérios metodológicos, críticos e teóricos da historiografia devem ser aplicados com o maior rigor possível, acompanhado quando possível ou se o pesquisador julgar necessário de uma análise intertextual, de modo que outros relatos possam ajustar os exageros e corrigir certas apropriações indevidas de algum viajante. Também o olhar de certos viajantes nos permite ver o que outros viajantes não viram, geralmente, pelas suas viseiras ideológicas. Essa extensa galeria de fontes dá ao historiador subsídios para redigir parte da história africana, aquela vista pelo olhar do estrangeiro. Sem as inúmeras informações fornecidas por elas seria quase impossível estudar o passado desse continente e, apesar das deficiências, essas fontes são amplas e extremamente formidáveis para o conjunto de informações sobre a África, os africanos e as relações sociais que estes estabeleceram com os demais povos que estiveram em contato.

2º) Contextualizando a fonte

Na segunda metade do século XIX a costa suaíli, localizada na África oriental, se encontrava sob a colonização dos árabes de Omã. Esses árabes haviam construído durante os séculos estreitos laços com os africanos e, desde o século XVIII já se faziam presentes nas cidades de Mombaça, Zanzibar, Pemba e

Kilwa²⁶. Com a prosperidade econômica da região o interesse dos omanis cresceu, levando o sultão Said (1804-1856) a criar uma sede do governo de Omã na ilha de Zanzibar, fundando assim o Sultanato de Zanzibar em 1840, que tinha como objetivo controlar quase todo o comércio marítimo executado pelas cidades suaílis. De início, os omanis se ocupavam em regular a entrada e saída de mercadorias pelo litoral, em seguida, passaram a se integrar com os habitantes da África centro-oriental através das estradas que conectava esta região aos portos suaíli, se preocupando inclusive em criar entrepostos comerciais nestas vias. Aos africanos foram concedida certa autonomia administrativa de suas terras, porém, eram obrigados a pagar um alto tributo e a doarem um número de trabalhadores escravos para as propriedades omani do litoral.

Dentro da dinâmica administrativa do sultanato o sultão se encarregava de assinar tratados e acordos comerciais com as nações estrangeiras, além de proteger militarmente a costa suaíli. Nos portos, os banqueiros indianos se responsabilizavam por gerenciar e financiar quase todo comércio, especialmente as expedições de caravanas que se dirigiam para o inteiro da África oriental em busca de marfim e escravos. O sultanato possuía todas as suas atividades direcionadas para o mercado internacional, comprava produtos da Península Arábica, Índia e industrializados ocidentais, armas de fogo, tecido de algodão, enlatados, etc., em sua maioria produtos britânicos, franceses e estadunidenses. Vendia, para esses mesmos mercados, cravo da Índia, marfim e escravos (via tráfico negreiro), além de outros produtos agrícolas de menor expressão econômica. A produção agrícola se mantinha via trabalho escravo, em especial as extensas *plantations* de cravo da Índia, o produto mais rentável em termos econômico exportado pelo sultanato. Primeiro, as plantações surgiram em Zanzibar e depois se difundiram para a costa suaíli, os escravos que nelas trabalhavam provinham, em um primeiro momento, da própria ilha de Zanzibar e da costa suaíli, mas quando a demanda internacional se expandiu especialmente na segunda metade do século XIX, os escravos passaram a ser capturados nas longínquas regiões da África centro-oriental.

Os escravos eram capturados de acordo com a demanda econômica interna e externa, a primeira acompanhando a ampliação das plantações de cravo da Índia, a segunda, o desenvolvimento do tráfico negreiro para a Península Arábica, Índia, Américas e para as ilhas de Mascarenhas. As pressões diplomáticas dos britânicos frente ao tráfico transoceânico resultaram na queda dos ganhos do sultanato proveniente do tráfico de escravos, entretendo, propiciou aos donos de *plantations* uma quantidade significativa de mão de obra a custos menores, pois a diminuição do tráfico negreiro resultou em um acúmulo de cativos no litoral.

²⁶ Localização das cidades: Mombaça, litoral do Quênia; Zanzibar, Pemba e Kilwa, ilhas do litoral da Tanzânia.

Isso permitiu expandir as zonas de agricultura e a substituição, com maior rapidez, dos escravos mortos devido ao intenso trabalho. Por outro lado, esta equação, alta moralidade e alta produtividade, provocou um rápido esgotamento de mão de obra, cuja solução foi expandir a busca por cativos para o centro da Tanzânia até alcançar as regiões dos Grandes Lagos. Tal expansão também foi acompanhada pela demanda de marfim, devido ao rápido esgotamento das áreas de caça de elefantes próximas ao litoral. Utilizado para fabricação de artigos luxuosos, estatuetas, adornos, caixas, enfeites, bola de bilhar, peças de xadrez, etc., o marfim saía das cidades de Mombaça, Malindi²⁷ e Zanaibar para os mercados indianos, árabes e europeus, sendo que a melhor qualidade ficava na Índia. O marfim se comportava como o segundo item na dinâmica econômica do sultanato, atrás apenas das *plantations* de cravo da Índia.

Outro fator provocado pela fundação do Sultanato de Zanzibar foi à expansão da fronteira suaíli, ou seja, a influência dos árabes sobre as comunidades do interior do continente. O primeiro fator dessa expansão foi provocado pela demanda de escravos, o segundo pela extração do marfim. Estes fatores resultaram em um novo panorama na região, muitas comunidades, sobretudo aquelas melhores estruturadas na política e na econômica, passaram a monopolizar zonas de caça de elefantes e a captura de cativos, por meio das guerras contra as comunidades menores e mais fracas. Esta dinâmica só terminou com a chegada da colonização europeia em África após o Congresso de Berlim 1884/1885, que determinou a partilha do continente entre as potências ocidentais. Em suma, o sultanato instituído pelos árabes em Zanzibar permitiu a eles controlar não apenas o comércio marítimo da costa suaíli, como também o comércio por terra executado entre os habitantes do interior com as cidades do litoral através das expedições de caravanas. Com o passar dos anos, especialmente no governo de Said, época do esplendor econômico da região, os omanis foram introduzindo não apenas a cultura árabe e a religião islâmica entre os africanos, como também bens e produtos oriundos de diversos lugares do mundo, sobretudo os industrializados ocidentais. Porém, em longo prazo, essa nova cultura e religião, os novos bens e produtos, não terá o mesmo esplendor para os africanos do interior.

3º) A fonte: o livro de Victor Giraud

Entre os anos de 1883 a 1885 o tenente da marinha francesa Victor Giraud, de 23 anos, executou uma viagem pela África centro-oriental, esta viagem é narrada em um livro de 412 páginas, ilustrado com 107 gravuras e recheado de cenas de aventura, heroísmo e bravura, com uma escrita bem próxima de um livro de

²⁷ Localização das cidades: Malindi, litoral do Quênia.

literatura, intitulado *Los lagos del Africa Ecuatorial: Expedición tras los pasos del Dr. Livingstone*²⁸. Giraud partiu de Marselha na França em 9 de julho de 1883 e chegou à Zanzibar em 25 de agosto do mesmo ano. Ao chegar à ilha, o viajante contratou 121 homens para compor uma caravana, toda ela formada por árabe-suaflis, sendo alguns deles homens extremamente competentes e conhecedores da região: Nassib, o chefe, Wadi Salimán, Wadi Asmani, Wadi Combo, Ferruji, Kamna e Tuakali, os demais foram encarregados de outros serviços, em especial o transporte de bagagem: caixas, camas, barco, tendas, mesas e outros objetos, tecido de algodão e armas de fogo. O objetivo final da expedição era percorrer a desconhecida e fantástica região dos Grandes Lagos equatoriais africano.

Victor Giraud começa o livro fazendo um comentário breve sobre sua vida e as motivações que o fizeram ir para África. Em uma viagem de dois anos o francês transitou por importantes cidades africanas, que hoje estão distribuídas por três países. Na Tanzânia, Giraud parte de Zanzibar em direção ao porto de Dar es Salaan, segue rumo ao interior, passando por Kisaki, Matema e Itumba, as duas últimas localizadas na borda norte do lago Tanganica. Contornando o lado oriental do lago Malawi (no livro está como lago Niassa) Giraud chega a cidade de Blantrye e, depois, à Chiromo, ambas localizadas na zona sul da República do Malawi, entra em território moçambiquenho onde visita a cidade de Morrumbala, terminando a expedição no porto de Quelimane.

No decorrer deste trajeto Giraud entra em contato com traficantes de escravos e comerciantes de marfim, como Aley, cujo encontro apresenta um interessante diálogo a respeito do comércio entre o litoral e o interior; chefes de comunidades da África centro-oriental, Cazembé e Ketimkuru, responsáveis por controlar zonas de caça de elefantes, além de manter um número de prisioneiras de guerras relativamente alto, que eram vendidos para as caravanas como escravos; há também a presença de missionários cristãos da *London Missionary Society*, os senhores Swann e Brooks; os portugueses de Moçambique; um capitão europeu chamado capitão Storms; os temidos mercenários de escravos ruga-ruga²⁹; o poderoso Mirambo, o famoso árabe Tipu Tippí, ambos os detentores de uma extensa fatia do tráfico negreiro e do comércio em geral realizado na África centro-oriental; além de diverso outros grupos menores que se dedicavam a atividades de baixo impacto econômico, agricultura local, artesanato, etc. As descrições feitas pelo francês são ricas, detalhadas e trazem aspectos sobre a biodiversidade e a geografia, quase sempre escritas em um

²⁸ O título original em francês é: *Les lacs de l'Afrique équatoriale: voyage d'exploration execute.*

²⁹ Ruga-ruga: nome atribuído aos saqueadores vindos do oeste da Tanzânia.

mesmo plano, sendo a segunda mais enfatizada do que a primeira, como meio de apresentar ao leitor os locais onde se encontram os rios, os morros, as estradas, as quedas d'água, barrancos, etc.

Em meio aos relatos acerca das guerras entre as comunidades do interior, sejam eles por territórios ou pela busca de escravos, aparece o aspecto militar e político. Há nesse contexto as descrições sobre a atuação dos mercenários, que geralmente agiam em meio a esses conflitos com o intuito de conseguir cativos, e a participação das caravanas de comércio, que se dirigiam até essas zonas em busca de marfim e escravos. Em relação à economia o autor mostra alguns locais de pequenas plantações, a maior parte de agricultura de subsistência; zonas de caça de animais para o abate, ou seja, áreas onde se encontra os grandes antílopes; são apresenta lugares de comércio, artesanato e abastecimento, feiras, cidades e acampamentos, onde produtos como o marfim e os escravos eram trocados por tecido de algodão e pano. O social é representado em meio à exposição do comércio: os costumes, as vestimentas e a aparência física dos indivíduos, de chefes africanos, dos comerciantes, membros de caravanas, etc. Aqui, percebemos a grande influencia da cultura árabe na África oriental, já que muitos personagens são relatados usando algum elemento dessa cultura: barba, túnica e o turbante. Os aspectos apresentados acima seguem a cronologia da viagem e as 107 gravuras contribuem não só para ilustrar o caminho, mas também como fonte para um estudo icnográfico da região, pois boas partes dos locais visitados foram expressos por uma “fotografia”: lugares, animais, fortalezas (*boma*) e pessoas, desenhadas próximas as seus pertences e as suas residências, ou executando alguma atividade.

O relato de Giraud, como fonte histórica, permite o levantamento de novos questionamentos a respeito da história africana, tráfico negreiro e relações socioeconômicas, o comércio entre o interior e o litoral suaíli executado pelas caravanas, a condição das comunidades da África centro-oriental perante a chegada dos primeiros europeus e a situação desta mesma região nos últimos anos antes da partilha do continente. A dificuldade em analisar esta fonte se encontra, entre outras coisas, na baixa bibliografia sobre o autor, mesmo em língua estrangeira, o que acaba deixando a pesquisa com uma série de dúvidas, que só podem ser parcialmente respondidas por meio de hipóteses levantadas de acordo com a interpretação do relato de e viagem. Assim, para exemplificar, separe três questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa:

a) “*Por que viajou?*”: curiosidade ou interesse comercial? Sabemos que muitos viajantes foram à África influenciada pelas histórias fantásticas que leram ou ouviram de outros viajantes; literatura criada por escritores, como Júlio Verne (1828-1905), cujo primeiro livro chama-se *Cinco semanas em um balão*

(1863), que narra uma viagem entre Zanzibar ao Senegal; e textos de religiosos, como os discursos e livros de David Livingstone (1813-1873).

b) “*Quem financiou a viagem?*”: será que foi o governo francês ou Giraud viajou com recursos próprios? Quando os europeus passaram a ir para a África no século XIX o modelo de financiamento das expedições se modificou ao longo deste período. Em um primeiro momento os viajantes iam com recursos próprios, com fez Livingstone; posteriormente, mais precisamente da segunda metade em diante, ouve o trabalho das companhias de comércio e das instituições religiosas que quase sempre agiam juntas, exemplo, a *Scottish Free Church*, cujo um dos seus membros, William Mackinnon, era proprietário da companhia de comércio *British India Steam Navigation Company*³⁰; e já quase no final do século tivemos a participação dos governantes europeus, que financiavam expedições para o interior da África com o objetivo de mapear o continente. Nesse processo chama a atenção à atuação de Leopoldo II, rei dos belgas, que custeou a viagem de Henry Morton Stanley (1841-1904) para o Congo e, depois, utilizou-se das informações obtida por ele para demarcar a sua colonização.

c) “*Por que a escolha deste caminho?*”: intencional, escolha aleatória ou porque era o único que tinha? Geralmente, os viajantes que iam para a África centro-oriental faziam uso das rotas comerciais estabelecidas pelos árabes, e que só foram conhecidas dos europeus com a passagem de Livingstone pela região entre 1853 a 1856. Nessas rotas havia um intenso e contínuo fluxo de caravanas de comércio e por isso, além de ser mais seguro, o viajante encontrava vários entrepostos onde podia se abastecer com água e alimentos, descansar e comprar bens e serviços, como a contratação de carregadores, artesanato de manutenção, escravos, etc.

Estes são apenas alguns questionamentos que o relato de viagem de Victor Giraud permite fazer, não apenas sobre a atuação dos europeus na região, como também a situação dos africanos frente à chegada de um número cada vez maior de ocidentais em suas terras. Deste modo, o livro de Giraud traz ao estudante um grande número de informações acerca da África centro-oriental do final do século XIX: biodiversidade, economia, geografia, militar, política e social, são informações que obedecem a ordem do deslocamento do viajante pelas terras africanas, não estando assim concentradas em capítulos específicos, são descritas de maneira dispersas e misturadas em meio à narrativa da viagem. Todas as descrições trazem consigo uma dose de “maravilhoso”, no entanto, as informações centrais são práticas e diretas, e poderiam ser usado

³⁰ “Igreja Livre Escocesa” e “Companhia da Índia de Navegação a Vapor” (tradução livre).

como um pequeno manual aos futuros jovens viajantes europeus. A viagem de Victor Giraud termina Quelimane e durante o longo tempo que ficou no continente o francês passou por momentos de tensão, medo, aventura e prazer, deslumbrou de vistas maravilhosas, como a paisagem do lago Malawi. No final, sua caravana já não era mais a mesma, muito de seus homens já havia desertado, faltava-lhe armas, panos, alimentos ou qualquer coisa que podia servir para barganhar uma passagem pelos territórios em conflitos. Muitas cidades percorridas pelo viajante francês ainda hoje são importantes, Quelimane, Zanzibar, Blantyre, mas seu interior, apesar de não mais ser desconhecido, ainda sofre com uma herança maldita, de uma época em que guerrear e lutar se fazia não em nome da liberdade e em sim em prol do tráfico negreiro.

Bibliografia

COHEN, David W.. Povos e Estados da região dos Grandes Lagos. In: AJAYI, J. F. A.. **História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 11, p. 317-342.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. **Evidências de História nos relatos de viajantes sobre a África Pré-Colonial**. Revista AEDOS, programa de pós-graduação da UFRGS. 2008, vol. 1, n.1, p. 11-21. ISSN 1984-5634. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9809>>. Acesso em 26 jul. 2012, p. 14.

GIRAUD, Victor. **Los lagos del Africa Ecuatorial: Expedición tras los pasos del Dr. Livingstone**. Barcelona: Timun Mas, 1997.

HRBEK, I. **As fontes escritas a partir do século XV**. In: KI-ZERBO, Joseph. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010. cap 6, p. 105-137.

KIMAMBO, Isaria N.. O litoral e o interior da África Oriental de 1845 a 1880. In: AJAYI, J. F. A.. História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 10, p. 275-316.

KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília-DF: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África negra I**. Publicações Europa-América, 1999.

SALIM, Ahmed Idha . **O litoral e o interior da África Oriental de 1800 a 1845**. In: AJAYI, J. F. A.. História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 9, p. 249-315.



VIDROVITCH, Catherine Coquery. **A colonização árabe em Zanzibar**. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 522-537.

261

O ESPAÇO SAGRADO EM DUAS CANTIGAS DE SANTA MARIA, DE ALFONSO X, DEDICADAS À VIRGEM DE TERENA

Carlos Henrique Durlo

Universidade Estadual de Maringá (UEM – PR)

Resumo: Pesquisando sobre a importância que tem a religiosidade para o homem e a mulher do século XIII, onde o ideal de vida do homem era em sua essência teocêntrico e a relevante importância que teve o catolicismo para o desenvolvimento cultural e social à época, o presente estudo tem por objetivo analisar o culto à Virgem Maria no

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

século XIII a partir das *Cantigas de Santa Maria*, de Alfonso X, o Rei Sábio, dedicadas ao Santuário de Santa Maria de Terena. A metodologia aplicada consistiu em uma pesquisa bibliográfica e uma análise estrutural, interpretativa e histórica de 12 *Cantigas de Santa Maria*, escritas em galego-português, da edição organizada por Mettmann (1959-1972), cujas narrativas contam os milagres atribuídos à Virgem Maria no Santuário a ela dedicado em Terena, uma freguesia do conselho de Alandroal, distrito e arquidiocese de Évora. A partir da análise do referido *corpus*, apresentamos um recorte da pesquisa e a análise das *Cantigas* 197 e 213, duas das doze cantigas em que nos é revelado o poder da Virgem Maria, Mãe de Deus, face ao poder do mal e da injustiça. Apoiados teoricamente em Spina (1973), Franco Júnior (1990), Lapa (1973), Leão (2011) e Monteiro de Castro (2006), a pesquisa pretende identificar as diferentes formas de culto apresentado nas doze cantigas de Alfonso X, investigando o espaço religioso e delimitando o perfil feminino nesse mesmo *corpus*, já que é sabida a importância adquirida pela mulher no contexto medieval do século XIII.

Palavras-chave: Cantigas de Santa Maria; Alfonso X; Terena.

Sabe-se que a religiosidade permeia a vida do ser humano, em especial na Idade Média, onde o ideal de vida do homem era, em sua essência, teocêntrico (FERREIRA, 1988). A religiosidade do povo medieval, observada por meio das cantigas de romaria, originárias do Ocidente da Península, revela a grande influência religiosa, política e econômica da Igreja Católica sobre o povo da época, bem como no culto que era consagrado à Virgem Maria nos santuários a ela dedicados, em especial no de Santa Maria Terena, no Alentejo, onde nos são revelados milagres atribuídos a Virgem de Terena.

Além da religiosidade, a Idade Média Central foi uma das fases mais produtivas da Idade Média, sobretudo, em sua literatura, como a manifestação trovadoresca e a poesia religiosa de Alfonso X, (1221 a 1284), as *Cantigas de Santa Maria*.

A Idade Média é uma época em que a religião tem relevante importância, deste modo, em todas as manifestações artísticas e filosóficas é possível observar a presença do mote religioso, tema principal, revelado nas Cantigas de Santa Maria. Assim, o espaço religioso, em especial o do Santuário de Santa Maria Terena, por meio do culto à Virgem Maria, se tornou em nossa pesquisa objeto de investigação, tendo em vista a valorização do ser feminino em uma época em que a mulher é vista com submissão e inferioridade em relação ao homem.

O espaço poético tem a função de situar a personagem/eu-lírico revelando-a ao leitor e a sua significação que se dá no gênero narrativo e poético. Santos e Oliveira (2001, p. 74) pontuam essa diferença ao afirmarem que:

Nas narrativas literárias, o espaço tende a estar associado a referências internas ao plano ficcional mesmo que a partir desse plano sejam estabelecidas relações com espaços extratextuais. [...] O texto poético pode eleger a própria palavra como um espaço. O signo verbal não é apenas decodificado intelectualmente, mas também sentido em sua concretude. Sobretudo, é possível explorar na poesia escrita, a visualidade da palavra: o signo verbal como imagem.

Santos e Oliveira (2001), no entanto, atentam para a problemática existente com a similaridade estabelecida entre o objeto em si e sua imagem. Para os autores, a poesia estaria inserida na perspectiva de que o objeto é criado pela imagem, sendo que a palavra reproduz alguma característica do objeto em si.

Blanchot (1987) ao refletir sobre o espaço poético parte de uma visão mais geral do que a estudada pelos autores acima citados, na medida em que não toma o espaço do vocábulo como base do seu estudo, mas se volta, inicialmente, para o espaço que a literatura constrói, pois ela é solitária e exige certa solidão do leitor. A respeito disso Blanchot (1987, p. 12) afirma:

A obra não é acabada nem inacabada: ela é. [...]. Aquele que vive na dependência da obra, seja para escrevê-la, seja para lê-la, pertence à solidão do que só a palavra ser exprime: palavra que a linguagem abriga dissimulando-a ou faz aparecer quando se oculta no vazio silencioso da obra.

Blanchot (1987) reconhece, assim, que a escrita tem um papel relevante, porque faz eco ao que não pode se calar. O escritor torna-se sensível e se cala para que a linguagem se converta em imagem e resulte num profundo significado ao leitor. É interessante notar que Santos e Oliveira (2001) compartilham com Blanchot (1987) a ideia de que o texto poético gera imagens.

O poeta seria aquele que ao ouvir a fala da obra torna-se seu intérprete, mas não consegue fazer brotar o sentido real da palavra. Por isso, é necessário que a obra se torna íntima não só do seu escritor, mas também do seu leitor para que seja considerada uma obra de fato: “o poeta é aquele que ouve uma linguagem sem entendimento” (p. 45).

Com relação à fala poética Blanchot (1987, p. 35) postula:

A fala poética deixa de ser fala de uma pessoa: nela, ninguém fala e o que fala não é ninguém, mas parece que somente a fala “se fala”. A linguagem assume então a sua importância; torna-se essencial; [...] e é por isso que a fala confiada ao poeta pode ser qualificada de fala essencial.

O espaço poético estudado no período medieval liga-se a intensa religiosidade de um povo caracterizado pelo teocentrismo, ou seja, Deus era o centro de todas as coisas. O homem medieval estava sempre a procura de Deus e vivia a sua fé nos ritos e nas manifestações de forte carga emocional que o aproximava de um mundo divino. Ferreira (1988) esclarece que a religiosidade das populações se traduz nas romarias, as numerosas capelas das pequenas localidades, aos santuários e também as cidades maiores como Santiago de Compostela, Lisboa, Alentejo, Faro entre outras.

De acordo com Baschet (2006), há vários motivos que levam o homem medieval às promessas e esperanças de cura. Os espaços sagrados são estabelecidos desde a Alta Idade Média pela existência de túmulos nas igrejas e pela difusão das relíquias dos santos.

Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela são os espaços mais importantes de peregrinação na Idade Média. A peregrinação a Santiago de Compostela foi favorecida pelos soberanos hispânicos, reforçou os reinos e manifestou a unidade da cristandade simbolicamente convocada para fazer face aos mulçumanos, existindo, portanto, um vínculo entre a peregrinação nos espaços sagrados e a reconquista do território (BASCHET, 2006).

De acordo com Maleval (1999, p. 23) o Caminho a Santiago permitira a interação entre os trovadores occitanos, mestres na arte de trovar e a tradição poeta autóctone ao que certamente se filiam os peculiares “cantos de mulher” desse noroeste da Península Ibérica.

O estudo do espaço sagrado medieval e do culto à Virgem apresenta-se como uma inestimável contribuição à história religiosa de Portugal no século XIII. Além do espaço religioso, um estudo sobre a posição que a mulher ocupa nas cantigas e nas iluminuras que as acompanham é fundamental para traçar um paralelo entre a mulher religiosa e a mulher comum, bem como a observação do culto mariano que, nos mais diversos santuários à Virgem dedicados, rompeu os limites geográficos e temporais, propiciando, na atualidade, o nosso estudo.

Configurando o estudo do espaço sagrado nas *Cantigas de Santa Maria*, acentuadamente religiosas, tomamos como exemplo a cantiga 197.

Cantiga 197 – Como Santa Maria de Terena ressocitou u meno a que matara o demo

A Cantiga 197 é composta por 10 estrofes com 3 versos monorrimos mais um verso de rima igual à do estribilho e apresenta de início um mote, um argumento que sintetiza toda a narrativa da cantiga. Esse argumento é típico das Cantigas de Alfonso X e, de acordo com Torres Gonzales (1990), valoriza a inteligência de síntese do Rei Sábio, ou seja, o artifício de resumir em poucas palavras, geralmente de um a três versos, o tema da narrativa. De acordo com o argumento, a narrativa abordará a ressurreição de um menino que, ao ser morto pelo demônio, é levado à Terena em romaria e lá, aos pés da Virgem Maria torna à vida: “Como Santa Maria de Terena ressocitou u meno a que matara o demo.”

No estribilho observa-se uma comparação entre o Bem e o Mal, ou seja, entre a Virgem (bem) e o demônio (mal). Portanto, se o demônio tem poder de fazer mal aos homens, aos filhos amados da Virgem, maior poder tem a Virgem em fazer o bem: “Como quer que gran poder /; á o dem’ en fazer mal./; mayor l’ á en bem fazer/; a Reynna spirital.”

Não podemos deixar de observar que a Virgem Maria é chamada de Rainha espiritual no último verso do estribilho: “a Reynna spirital.” E a ela são atribuídos poderes milagrosos. Poder esse de fazer voltar à vida aquele a quem o demônio havia possuído e matado. Dessa forma, não há mal que possa fazer o demônio sem que a Virgem Maria possa a vir revertê-lo. Se há o mal, maior é o bem que se pode realizar.

É o poder que a Virgem Maria tem em fazer o bem que motiva o autor a narrar o fato. O motivo é enfatizado no último verso da primeira estrofe: “e porent’ un grand miragre vos direi de razon tal”. Podemos traduzir esse verso da seguinte forma: É essa a razão de vos contar um tão grande milagre.

Nesta *Cantiga*, o demônio provoca o mal a um homem rico e que era de paz, cujo filho amava mais do que a outras pessoas. Durante a narrativa, observa-se que o “ome de paz” atribui o cuidado de seu gado ao filho que muito amava. O demônio, ao aproveitar-se da situação em que o menino se encontrava, ou seja, sozinho e distante de qualquer pessoa que o pudesse ajudar e sabendo que grande dor causaria ao “ome de paz”, toma (possui) o menino para si e o prende, afogando-o em um local distante de todos, levando-o à morte.

Ao constatar a morte do filho que muito amava, o pai e a mãe grande luto fizeram. Até que o irmão do menino, a partir da quinta estrofe, lembra-se da promessa que aquele fizera e diz, no primeiro verso da sexta estrofe: “Meu yrmão prometera por en romaria yr a Terenna”. Mas não é a promessa não cumprida que nos chama a atenção. O que é relevante nessa *Cantiga* é a causa da morte, ou seja, o menino morrera por causa de seus pecados e para que este fosse perdoado o irmão irá à Terena e ante a Virgem se prostrará,

rogando a ela que "a Sennor que pod' e val" perdoe os pecados do menino, prometendo em troca dar ao santuário dez dos porcos que criara:

Mais ficad' ant' os gollos e a[a] Madre de Deus
rogade que lle perdõe todo-los pecados seus,
e eu promet' a as obra dez daquestes porcos meus,
en tal que por ele rogue a Sennor que pod' e val. (CSM, 197)

Após rogar à Virgem que ao Senhor levasse seu pedido, o irmão ressuscita. Tal fato pode ser constatado na oitava estrofe: "Por rogo da Virgen Madre Deus ssa oraçon oyu, e o que jazia morto atan toste resurgiu, e des ali adeante daquel mal ren non senti; esto fez Santa Maria, que aas coitas non fal".

Ao observar o poder do bem sobre o mal, ou seja, o poder atribuído à Virgem Maria em fazer prevalecer o bem sobre aqueles que a ela se voltam e confiam suas orações, todos, ao ouvirem o feito realizado pela poderosa Mãe de Deus, louvam-na por ter ressuscitado dos mortos aquele a quem o demônio matara, desfazendo "seu feito como a agua o sal". A narrativa é encerrada repetindo-se o estribilho que reforça o poder da Virgem Maria sobre o mal.

Conclui-se, portanto, que na primeira das doze *Cantigas* dedicadas ao Santuário de Terena, a temática abordada é o pecado, ou seja, a causa que leva o menino, o filho do "ome bõo", à morte são os pecados por ele cometidos. É por isso que não podemos nos esquecer de que, no contexto cultural e religioso do século XIII, em especial com a abordagem da proximidade do Fim dos Tempos, o pecado era sempre a grande causa ou explicação para os males do corpo e da alma. Dessa forma, para que os pecados fossem perdoados era necessário ir em romaria à Terena rogar a Virgem Mãe de Deus, a Senhora que sobre todo o mal tem o poder de fazer o bem, que devolva a vida ao "meno a que matara" o demônio.

As romarias, ou chamadas peregrinações, sempre estiveram presentes na religiosidade popular e sempre foram essenciais não só para o catolicismo, mas também para a vida econômica, social e cultural de uma sociedade, em especial a partir do Feudalismo. É nesse contexto de peregrinações que nos deparamos com Terena, colhidas dessa obra ímpar da literatura galego-portuguesa do século XIII.

Terena, também conhecida por São Pedro de Terena, cujo Santuário Alfonso X dedica 12 das 427 *Cantigas de Santa Maria*, é uma freguesia portuguesa do conselho de Alandroal, distrito e arquidiocese de Évora.

As origens de Terena, apesar das incertezas que a cercam, são muito antigas, tendo seu primeiro foral concedido no século XIII. Em seu território, o culto à Virgem Maria foi cultivado desde tempos remotos, possivelmente por meio da cristianização de cultos pagãos do império romano, sendo o seu Santuário hoje denominado de Santuário de Nossa Senhora da Boa Nova, homenageado por Alfonso X.

A origem do Santuário é antiga e envolto em mitos, julgando-se que possa ser resultado da cristianização de cultos pagãos do Império Romano, visto que nas imediações da vila de Terena subsistem ruínas do templo do deus Endovélico. Todavia, é certo que as referências históricas ao santuário remontam ao século XIII, uma vez que Alfonso X se refere ao templo como um lugar honrado, santo e de muitos milagres realizados pela Virgem Maria:

Assi com' oý dizer a quen m' aquest' á contado,
en riba d' Aguadiana á um logar muit' onrrado
e Terena chaman y, logar mui sant' aficado,
u muitos miragres faz [a Sennor de dereitura.] (CSM 224).

O espaço sagrado de Terena também se apresenta na *Cantiga* 213.

Cantiga 213 – Como Santa Maria livrou u ome bõo en Terena de mão de seus emigos que o querian matar a torto, porque ll' apõyan que matara a ssa moller.

Das 12 *Cantigas* de Alfonso X dedicadas ao Santuário de Terena, a de número 213 é a maior. Composta por 20 estrofes com 3 versos monorrimos mais um verso de rima igual ao estribilho, a *Cantiga* narra a história de um homem bom que fora acusado injustamente de matar à própria mulher.

Diferentemente da cantiga anterior, a Virgem Maria, para livrar seu servo fiel da mão dos inimigos, faz com que o demônio personifique o “ome bõo” e engane a todos os que o perseguiram. Além disso, é a primeira *Cantiga*, das doze dedicadas à Terena, em que o autor apresenta o adultério da esposa do “ome bõo” como razão para a realização do milagre mariano, já que este fora acusado injustamente de ser o autor da morte da adúltera.

O estribilho apresenta a Virgem Maria como “a Sennor mui verdadeira”. E quem a ela serve de todos os males é guardado, ainda mais quando lhe imputados injustamente.

A *Cantiga* narra que em Elvas havia um homem chamado de Don Tome e que “sobre tod' outra cousa amava Santa Maria” e que casado era com uma mulher que julgava ser boa e salva, mas que errara em

seu julgar, pois “ela amava mui mais a outros ca non a el[e] amava, e poren quando podia era-lle mui torticeyra”. Observa-se aqui que a esposa é chamada de perversa (torticeyra), pois amava mais à outros homens do que o marido que era “u ome bõo”.

Certo dia, saindo o marido para o trabalho, e achando-se a mulher sem marido, fez “como moller maa”, e com outros homens fora se encontrar. Porém, naquela noite, acharam-na morta e ferida por facadas. Seus parentes, desconfiados de que o marido a matara armaram emboscada no intuito de capturá-lo, de acordo com as estrofes cinco e seis:

Ela fazendo tal vida, ha noite a acharon
morta e acuitelada; e seus parentes chegaram,
e pois que a morta viron, no marido sospeitaron
que a matara a furto e sse fora ssa carreira.

Daquest’ o marido dela sol non sabia mandado;
e quando chegou a Elvas, foi logo desafiado
dos parentes dela todos, e sen esto recadado
o ouvera o alcayde; mas foguei aa fronteira. (CSM, 213).

No entanto, a “quem serve Santa Maria, a Sennor mui verdadeira, de toda cousa o guarda que lle ponnan mentireira”, o homem bom foi à igreja de Terena, como narra a nona estrofe, e ante o altar da Virgem rogou-lhe à Senhora que dos santos é espelho e luz (“Sennor, tu que es dos santos espello e lumeira”), não morresse injustamente:

[Ele, pois foi na eigreja, deitou-ss’ enton mui festo
ant’ o seu altar e disse: “Madre do Vell’ e Meno,
que te does dos coitados, doe-te de mi mesquo,
Sennor, tu que es dos santos espello e lumeira;]

No decorrer da narrativa, a partir da estrofe de número doze, os homens, julgando encontrar o “ome bõo” em Terena, para lá seguiram, mas encontraram o demônio, personificado na figura do homem bom, à margem da ribeira: “mas o dem’ acharon en forma del na ribeira”. E um dos que o perseguiram, tentando feri-lo com uma flecha, montado em seu cavalo, enganado pelo demônio, caiu com o cavalo na ribeira.

Por fim, os homens ao perceberem que haviam sido enganados pelo “dem’ arteiro”, rogaram ao “ome bõo” que o perdoassem, pois à Virgem Maria é a Senhora cheia de humildade que nos dá passagem para o paraíso, “que é vida duradeira”.

E encerra o autor, essa longa narrativa, retomando o estribilho que afirma que quem serve à Virgem Maria é guardado por Ela de todos os males e injustiças, pois é Ela a “Sennor mui verdadeira”.

Ao concluir a análise desta *Cantiga* observamos que a temática presente na narrativa é a justiça. A Virgem Maria, a senhora da verdade, não permite que seus filhos sejam julgados de forma injusta pelos pecados cometidos por outros, ainda mais o pecado do adultério tão condenado pela Igreja. Dessa forma, aquele homem que era bom e que enganado fora pela sua esposa, pela Mãe de Deus fora salvaguardado das mãos de seus inimigos e da injustiça que provocariam motivados pela mentira e pela perversidade da adúltera.

Conclui-se que a ideia do espaço religioso era o local por excelência da resolução dos problemas e desajustes sociais causados pelo pecado e pela injustiça. As *Cantigas de Santa Maria*, acentuadamente religiosas, configuram a ideia do espaço sagrado, conforme observamos nas duas cantigas analisadas.

O estudo do espaço sagrado nas *Cantigas de Santa Maria* se justifica, portanto, pelo fato de que o espaço é uma importante categoria literária na narrativa e na poesia. A religiosidade, a peregrinação, os costumes religiosos e a influência da Igreja na vida do povo são retratadas nessas cantigas e na cultura popular dos séculos XIII e XIV

Referências

- BASCHET, Jerônimo. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- FERREIRA, Maria Ema Tarracha. *Poesia e prosa medievais*. Lisboa: Ulisséia, 1988.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LAPA, Manuel Rodrigues. *Lições de literatura portuguesa – época medieval*. 8ª ed. Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1973.



LEÃO, Ângela Vaz. *Cantigas de Afonso X a Santa Maria*: antologia, tradução e comentários. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2011.

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Peregrinação e Poesia*. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.

METTMANN, Walter. In: Afonso X, O Sábio. *Cantigas de Santa Maria*. Editadas por Walter Mettmann. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis, 1959-1972.

MONTEIRO DE CASTRO, Bernardo. *As Cantigas de Santa Maria*: um estilo gótico na lírica ibérica medieval. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2006.

SANTOS, Luís Alberto Brandão; OLIVEIRA, Silvana Pessoa. *Sujeito, tempo e espaço ficcionais*: Introdução à Teoria da Literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SPINA, Segismundo. *Iniciação na Cultura Literária Medieval*. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.

TORRES GONZALES, Francisco. Alfonso X: uma mentalidade de síntesis. *Cuadernos de estudios manchegos*. Espanha: Universidade de La Rioja, nº 20, p. 199-207, 1990. ISSN: 0526-2623.

CRENÇAS E PRÁTICAS DE CURA NO VALE DO IVAÍ: A MEDICINA NATURAL EM JARDIM ALEGRE-PR (SÉCULO XXI) RESULTADOS DE UMA PESQUISA

Ana Paula Mariano dos Santos (LERC - UEM)

Cezar Felipe Cardozo Farias (LERC - UEM)

Orientadora: Dr^a. Vanda Fortuna Serafim (PPH - UEM)

Resumo: A presente pesquisa visou pensar as crenças e as práticas de cura no município de Jardim Alegre – PR, no século XXI, a partir da atuação de um médico natural existente na região que atrai uma ampla quantidade de interessados, o senhor Jesus Gomes Prudêncio. Para tanto se foi feito levantamento da documentação existente como panfletos em geral. Utilizou-se ainda a aplicação de questionários, além de

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



observações de campo. Os aportes teóricos e metodológicos utilizados nesta pesquisa consistiram na História Cultural e na História das Religiões e das Religiosidades. A problemática da pesquisa consistiu em compreender como as práticas de cura, associadas a formas de crenças contemporâneas, estão estabelecidas no Vale do Ivaí, principalmente no município de Jardim Alegre.

Palavras-chave: Crenças; práticas de cura; Vale do Ivaí.

Resultados e Discussão

O município de Jardim Alegre surge como um desmembramento de Ivaiporã, sendo instalado a 14/12/1964 e criado em 19/12/1964. Pertencente a Comarca administrativa de Ivaiporã, sua área territorial está em torno de 410 Km². Em 2012, sua população estimada era de 12.121 habitantes, sendo que as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, segundo o censo de 2012, referem-se à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Em 2010, a renda média domiciliar *per capita* estava em torno de 502,50 reais; já IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,689, sendo considerado médio e a esperança de vida ao nascer era de 74,63 anos³¹.

É neste cenário apresentado que vive e atua o senhor Jesus Gomes Prudêncio, nascido em 16/06/1942 e residente na Rua Pio XII, 186. No primeiro contato que tivemos com o Senhor Jesus, ou simplesmente “Seu Jésus”, como é conhecido pela população, ele se identificou como cristão católico e indicou já ter participado do grupo Congregação Mariana, tendo sido coordenador litúrgico.

“Seu Jésus” mora em Jardim Alegre há aproximadamente 25 anos e relatou que, quando criança, adquiriu bronquite asmática e mal de chagas e conviveu com ela por um bom tempo. Na adolescência teve problemas de coluna e fez inúmeros tratamentos, mas sempre sem resultados. Com a saúde constantemente abalada, foi convidado a participar de um encontro da Renovação Carismática, onde encontrou o senhor Cabo Josué, que o convidou a participar de alguns cursos de tratamentos naturais em Ivaiporã, que seriam ministrados por um padre. Este curso tinha por objetivo expandir a medicina natural e ajudar as pessoas.

“Seu Jésus” e a esposa foram ao este curso que durou três dias. Após fazer este curso, ao passar aproximadamente um ano, em 1995, um de seus vizinhos apareceu com problemas de úlcera e este seria seu primeiro paciente, com o qual faria pela primeira vez, o tratamento através do uso da argila, ervas e dieta

³¹ Informações disponíveis no Caderno Estatístico do Município de Jardim Alegre, organizado pelo IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86860>. Acesso: 21/08/2013.

que deveriam durar 10 dias. O vizinho fez iniciou o tratamento e, em 5 ou 6 dias, o procurou ‘Seu Jésus’ lhe dizendo que já estava se sentindo muito bem, mesmo quebrando a dieta, o que ele não recomenda. Ainda assim, o senhor Jesus o examinou e lhe diagnosticou como curado.

Sua segunda paciente foi sua própria cunhada, que tinha muita dor de cabeça e também foi curada. ‘Seu Jésus’ indicou-nos que ele e a esposa fizeram este tratamento por aproximadamente 15 dias e também, ambos foram curados, ela de dois canceres e ele de seus problemas citados acima. Assim, foi se expandindo seu trabalho e muitas pessoas apareceram e foi necessário criar uma agenda para facilitar o atendimento.

‘Seu Jésus’ já chegou a ter mais de 500 variedades de ervas em casa; hoje ele possui aproximadamente 150 e seu ultimo curso foi em novembro de 2012. Ele recebe pessoas de vários países, estados e cidades e nos informou que esta é a medicina do futuro. O bispo Dom Domingos, segundo ele, sempre teria elogiado seu trabalho.

A prática de cura realizada por Seu Jesús é denominada por ele como “Medicina Natural” e segundo a explicação que nos foi dada, este tratamento tem o propósito de matar os “bichos” (vírus, bactérias, vermes e etc...) que existem em nosso corpo. Enquanto os medicamentos químicos os neutralizam; este tratamento os mataria. O tratamento funciona da seguinte forma, primeiro a dieta, que segundo ele deve ser seguida a risca, sendo que ele proporciona as ervas para se fazer o chá. O número de ervas não pode extrapolar sete, pois segundo ele o organismo só suporta esta quantidade. Ele trabalha ainda com argila, a qual deve ser colocada no local onde esta o problema, por exemplo, no joelho, coluna ou rins.

O tratamento leva o período de 10 dias para se obter resultados. ‘Seu Jésus’ nos indicou que já foi procurado por pessoas “desenganadas” por médicos e pessoas “condenadas”, que depois do tratamento, segundo ele foram curadas Outra informação é a de que 80% das pessoas com problemas cancerígenos que o procuram para fazer o tratamento são curados. ‘Seu Jésus’ informou não tomar nenhum medicamento, de espécie química, desde que conheceu os remédios naturais Ele não revela o que a pessoa tem, mas sim os sintomas, que segundo ele, sempre são confirmados pelos pacientes com exatidão. E ele sempre ressalta que isso não é curandeirismo, é uma pratica natural de cura sem ser através dos remédios e tratamentos químicos.

Diante do exposto, é preciso entender como se articulam História, Cultura e Práticas de Cura, atentando ao universo da história cultural e da história das religiões e religiosidades, busca-se, por meio de uma discussão bibliográfica, compreender a presença das práticas de cura em lugares diferentes e com povos diferentes. Especificamente, busca-se entender como as práticas de cura associam-se a uma noção de

natureza, que atribuem a percepção do fenômeno nos dias atuais enquanto um universo das curas naturais, em oposição à um tratamento químico e a intervenção médica. Pautada, em especial no uso de ervas e outros elementos naturais, é possível perceber que tais práticas perpassam varias gerações. Para tanto, partiremos dos seguintes autores: Mircea Eliade, *El chamanismo y las técnicas arcaicas Del éxtasis* (1976), Fatima Teresa Braga Branquinho, “Da “química” da erva nos saberes populares e científicos ” (1999), Enéas Rangel Teixeira; Jairo de Freitas Nogueira, “O uso popular das ervas terapêuticas no cuidado com o corpo” (2005), Nikelen Acosta Witter, “Cura como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura” (2005), Sandra Jatahy Pasavento; Nádia Maria Weber Santos; Mirian de Souza Rossini, “Narrativas, imagens e praticas sociais percurso em história cultural” (2008), Flávio Coelho Edler, “Saber médico e poder profissional: do contexto luso brasileiro ao Brasil imperial”. In: Carlos Fideles Ponte; Ialê Falheiros. (Org.). “Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história”. (2010). Ivone Manzali de Sá, “Fitohormônios” e o conceito “natural” na terapêutica hormonal feminina no climatério. In: Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. (2008).

Um conceito interessante, proposto por Mircea Eliade (1976), para pensar sociedades distintas em tempo e espaço, consiste em “chamans”. A definição do conceito possui vários significados, dentre eles o de médico, curandeiro, feiticeiro e bruxo, e, dentre as tribos indígenas, pode vir a ser o pajé. A figura do chamam são atribuídos elementos mágicos religiosos, como o poder de realizar curas. Compreendido coletivamente como aquele que por meio da manipulação de elementos naturais , teria o poder operar milagres e curas. Vem desta interpretação o termo curandeiro.

É importante a nossa reflexão, a proposta de Eliade (1976), ao indicar que o historiador das religiões tem por dever estudar esses fenômenos mágicos religioso, considerando a cultura religiosa para a compreensão destes fatos. Como a história humana é marcada pela presença das crenças, Eliade (1976) indica que o chamanismo existiria em todas as partes do mundo.

Dentre as características mais detalhadas que Eliade (1976), nos traz dos chamans podemos destacar a noção de que quase sempre estariam associados a espíritos, sem, todavia, deixar-se possuir por eles. Cita exemplos da Ásia central e setentrional, na qual o chamans acende ao céu e ao inferno, denominando tal técnica como “voô mágico”, além do domínio do fogo. Embora o chamanismo possa ser visto como uma religião, por ter o culto aos antepassados e algumas outras características próprias de estruturas religiosas, preferimos entende-lo como inserido no universo das crenças, referindo-se a diversas esferas sociais.

Segundo Eliade (1976), a iniciação do chamam, ou seja, sua mudança de estatuto no meio coletivo que faz parte pode ser obtida geralmente pela realização da cura de alguma doença. Durante nossa pesquisa de campo em Jardim Alegre, nos deparamos com relatos de pessoas que teriam, na adolescência, passado por problemas de saúde, aos quais a medicina não pode trazer a cura, obtendo a cura somente quando resolveu fazer um auto tratamento natural.

Eliade (1976), destaca ainda, que os chamans são muito ligados a natureza. Cada chamam possuiria um pássaro espiritual que aparece em seu nascimento e em sua morte. Podemos relacionar esta ave com a representação que se tem na igreja católica com a imagem de uma pomba branca que representa o Divino Espírito Santo. Os chamans são politeístas, tem vários deuses, cultuam seus antepassados, curam enfermidades do corpo e da alma. As representações da esposa celeste, que ajuda o chamam em sua jornada também pode ser comparada com a presença detectada de mulheres que auxiliam seus esposos em suas jornadas. O conhecimento é transmitido pelos mais velhos. Segundo o autor, a base da ideologia chamânica é um conjunto de ideias religiosas e cósmicas. Os elementos chamânicos possuem um sentido sagrado uma hierofania de sentido religioso, envolve espíritos e o universo dos sonhos, o objeto mágico que é mais conhecido é o tambor que é onde são aprisionados os espíritos.

Eliade (1976), indica ainda que os números 7 e 9 são números místicos para o chamam, em nossas pesquisas de campo, nos deparamos com informações de que o número 7 estaria ligado a quantidade de ervas que o organismo humano poderia suportar durante tratamentos naturais.

Na região do Vale do Ivaí, em especial em Jardim Alegre, a busca por curas e tratamentos naturais para lidar com doenças é prática bastante recorrente. Nesse sentido, Branquinho (1999), em seu trabalho mostra como isso ainda perdura, também, nos grandes centros urbanos. Essas tradições são passadas de geração em geração. A cidade escolhida pela autora para tratar da transmissão cultural do uso da medicina natural é a cidade do Rio de Janeiro, uma grande metrópole onde preserva o uso de ervas em tratamentos naturais. O mercadão da Madrugada, segundo a autora está localizado dentro de uma favela onde mostra a relação da sociedade com as ervas. A comunidade que ela pesquisa é a comunidade de Vigário Geral.

As ervas proporcionam um intercâmbio de valores e relações culturais, que mantêm em contato a sociedade, a natureza e a sobre natureza que pode ser entendido como o sobre natural. Segundo Branquinho (1999), o poder da erva estaria em sua composição química. Ela trabalha com as pessoas da periferia que não procuravam médicos por serem caros e por terem medo do efeito dos remédios farmacêuticos, essa

população possuía baixa escolaridade e uma economia informal, possuem então seus próprios curandeiros e seus métodos tradicionais de cura.

É importante destacar que na história do Brasil, os indígenas possuíam um vasto conhecimento sobre plantas curativas, mas foram sanadas leis para limitar esse conhecimento (BRANQUINHO, 1999), em especial com o advento da república. Povos locais e indígenas, segundo a autora, eram conectados por esse fator do conhecimento. (BRANQUINHO, 1999).

Segundo a autora a escolhas ervas para o preparo de chás, banhos e poções faziam parte do universo mágico que deveria ser preservado. Importante observar que nas grandes cidades há uma enorme mistura de elementos culturais. Tem-se os elementos naturais vinculados a culturas, tradição e modernidade, por meio das ervas e os medicamentos químicos, fitos terapêuticos e transgênicos. Convivem entre si pagés e biotecnólogos, mães-de-santo, cientistas e médicos dentro de uma mesma cultura. (BRANQUINHO, 1999).

Apesar de Jardim Alegre não se constituir como uma grande metrópole, a procura por métodos naturais de cura é gigantesca, contando com a adesão de pessoas de outros países. A prática não é realizada apenas por pessoas comuns e sem escolaridade, nos foi relatado a presença de padres e médicos praticantes da medicina tradicional, que buscam a opção que tratamento natural, seja para si ou para administrá-lo.

Sob a égide do natural, as ervas são usadas em banhos, chás, loções, afrodisíacos, medicamentos, venenos, antídotos, etc., na visão popular, curam o corpo e alma. O uso das plantas está relacionado na concepção popular as fases da lua, aos dias da semana, pode estar relacionado a um determinado santo, ao sexo ou a idade da pessoa. (BRANQUINHO, 1999).

Dentro das cidades ocorre a transculturação, que é a junção de elementos de diferentes culturas. A relação que se tem entre a tradição religiosa e as práticas naturais de cura nem sempre é amistosa. Em Jardim Alegre, as pessoas relataram que a Igreja Católica prefere silenciar acerca destas práticas, porém são muitas as pessoas que fazem parte dos grupos de orações dentro da igreja e que o procuram, porém quando questionados sobre ele, se calam.

A tradição de se recorrer a chás, rezas e simpatias é algo que dentro das famílias de todo o mundo esta presente, podemos falar como exemplo o chazinho da vovó para o bebe com cólica, que é passado de geração em geração dentro das famílias, ou um chá calmante para dormir melhor. Podemos colocar o chá como sendo um dos principais produtos naturais utilizado pela população.

Fátima Teresa Braga Branquinho (1999), percebeu que as pessoas que praticavam as curas naturais, ou seja, os curandeiros da cidade de Vigário Geral, possuíam regras para o plantio das plantas utilizadas por

eles, regras também para a colheita, preparo e utilização das ervas para cada tipo de problema, possuíam um modo de pensar e estabelecer relação com a natureza, a magia e Deus para com a sociedade. Pode-se perceber uma relação entre a escolha pelo método tradicional de cura e o método farmacêutico, não era a falta de dinheiro que fazia as pessoas optarem pela medicina natural e sim a tradição entorna desta.

A autora diz que com as ervas também preparam garrafadas o que nos remete as práticas chamânicas de Eliade (1976), que destaca também o preparo de garrafas por parte dos chamans. Outra coisa a ser comparada, também, é a relação dos números 7 e 9 que segundo Eliade (1976), possuem um significado místico, pois Branquinho (1999), indica que os números ímpares (3, 5, 7, 9,...) seriam números importantes e que podem trazer ordem de acordo com a crença popular. Para a pessoa que procura a solução de seus problemas com as ervas, devem ser levados em conta o mal, a finalidade da erva e o santo da pessoa, quentes ou frias, combinadas ou simples para descarrego ou para o amor.

O desenvolvimento dos remédios químicos em muito se deve ao conhecimento popular, pois o conhecimento que as pessoas têm sobre as plantas curativas faz com que pesquisem os elementos químicos presentes nas plantas. As descrições trazidas por Branquinho (1999), indicam que alguns erveiros acreditam na comunicação entre os espíritos e as ervas, conhecem a relação das ervas com cada santo, sendo a religiosidade um fator importante na obtenção da cura. Tem-se, por exemplo, diferenças para o tipo de erva que será usada para criança, usa-se a erva fria; já para adulto, a erva quente. A ligação do santo com a erva vem da influencia com candomblé, é usado nos tratamentos também cascas de árvore e sementes. Outra diferenciação é os tipos de ervas para a cabeça e as ervas do pescoço para baixo. A oração feita pela benzedeira e fé com que pede segundo a população faz parte da cura, e as ervas curam “ porque Deus quer”. Nesse sentido, Eliade (1976), nos permite pensar a questão da vida e da morte, pois em todos os lugares existirão sempre pessoas que possuem sua própria crença.

Flavio Coelho Edler (2010), fala do contexto luso brasileiro ao Brasil imperial, o autor trata da visão que se tinha dos curandeiros neste período, primeiramente ele destaca que a sociedade brasileira é uma sociedade multiculturalista onde se encontra crenças e práticas de cura compartilhadas. Segundo o autor tinham-se de um lado os negros e os índios fazendo suas tradicionais práticas naturais de cura e do outro lado estava à igreja católica com os padres jesuítas que eram encarregados de ministrar a medicina da alma.

Os médicos e padres dentro deste contexto acabavam competindo por serviços, com a afirmação da medicina as práticas naturais passaram a ser vistas como demoníacas e eram denunciadas por esses,

acreditavam os padres da companhia de Jesus serem praticas demoníacas porque eles ainda não conheciam a Deus. Os que praticavam as curas naturais não eram defendidos pela autoridade. (EDLER, 2010).

A população colonial acreditava em amuletos, faziam uso de garrafadas, palavras mágicas dentro de um universo espiritual sincrético (EDLER, 2010). Os amuletos também estão presentes nas descrições de Eliade (1976), assim também as garrafadas que estão presentes nas práticas chamanicas e também dentro das grandes cidades como no Rio de Janeiro segundo Branquinho (1999).

A rigidez religiosa com o Tribunal do Santo Ofício que se tinha é um ponto que o autor destaca onde eram agrupados e elementos culturais diferentes eram julgados por ele pessoas acusadas de práticas terapêuticas, as benzedeiros, os feiticeiros, encantamentos e adivinhações. Eliminar feiticeiros e curandeiros seria uma forma de restaurar a harmonia rompida. (EDLER, 2010).

Com a chegada dos europeus, muitas doenças novas surgiram atingindo os índios e muitos morreram, pois não se podia obter a cura. As doenças não atingiam só índios e negros, mas também os brancos que quando doentes não hesitavam em procurar a cura em técnicas indígenas ou africanas, as práticas africanas acreditavam estar relacionado com a magia. Edler (2010), e Pasavento; Santos e Rossini (2008), concordam que nessas situações os senhores faziam questão de ter o curandeiro próximo deles.

As ordenações Filipinas em 1595 ditam regras sobre os ofícios dos médicos, cirurgiões e boticários. O período colonial segundo o autor foi marcado por uma cultura médica heterogênea que tem sua origem no catolicismo por intermédio do clero e das confrarias religiosas. A população mais carente optava por curandeiros, pois os médicos eram muito caros, acreditavam que a cura estava na cultura cristã. A doença era vista como expressão do pecado e da graça divina. Faziam parte da pirâmide profissional da época médicos, cirurgiões e boticários, esse vigiavam e denunciavam as terapêuticas naturais e os métodos populares. (EDLER, 2010).

A autora Nikelen Acosta Witter (2005), ressalta o interesse pelos estudos das práticas naturais com relação das práticas culturais e a religião, a importância do conhecimento popular para o avanço da área científica. Branquinho (1999), também em seu trabalho relacionou o conhecimento popular e as contribuições para a evolução das ciências. Os historiadores, em 1990 passaram a estudar as práticas naturais de cura, nas primeiras décadas do século XIX, pouco se distanciava o saber popular da medicina, havia um conflito entre medicina e conhecimento popular, mas o conflito também existia entre os próprios médicos de onde vem a definição de “medicinas”. Na metade do século XIX, magia e medicina dentro do

universo de crença popular estavam associadas por isso procuravam médicos ou curandeiros. (WITTER, 2005).

Para Nikeln Acosta Witter (2005), os curandeiros persistiam em comunidades carentes deixadas de lado pelo governo. A mesma ideia é compartilhada por Edler (2010), ao destacar a procura das pessoas por curandeiros porque os médicos eram caros.

Desde 1990, relata Witter (2005), as práticas de cura natural passaram a estar presentes em teses de mestrado, de doutorado, nestes estavam com os seguintes temas: curadores populares, o corpo, a morte, o nascimento, dentre outros. Um dos pontos abordados eram os medicamentos que eram feitos com determinados tipos de ervas e os tratamentos em que estes eram aplicados como se refere no texto nas doenças que passaram se ter com a chegada dos povos que vinham para o Brasil.

Tania Pimenta, que trabalhou a regulamentação do século XIX, indica que em 1832 foram distinguidos os médicos, cirurgiões, boticários e parteiras que atuavam de acordo com a medicina oficial, mas nas comunidades carentes o conhecimento dos curandeiros era valorizado e a procura por esses profissionais continuou grande. (WITTER, 2005).

Os praticantes de tratamentos naturais continuaram a exercer suas profissões normalmente, parteiras, curandeiros, mas barbeiros e cirurgiões passaram a exceder-se e a receitar medicamentos. As parteiras no Brasil tiveram por muito tempo um papel fechado aos homens e aos doutores devido ao pudor do corpo feminino, atuavam como ginecologistas por conhecerem o corpo feminino, pediatras pela proximidade de mãe e filho, porém eram associadas ao feitiço e a magia. (WITTER, 2005).

Verificamos em Jardim Alegre – PR, o uso constante de ervas e remédios naturais, por famílias inteiras. Uma tradição que é passada de geração em geração, e que se encontra na cultura das pessoas como nos diz Enéias Rangel Teixeira e Jairo de Freitas Nogueira (2005), as pessoas fazem uso dos ervas por que ao utilizarem têm uma sensação de melhora e complementam os remédios já existentes.

Práticas complementares estão sendo utilizadas para ajudar na cura de doenças, dentre essas práticas estão a fototerapia, acupuntura e homeopatia. A escolha por esses tratamentos naturais ocorrem por ser mais baratos e, principalmente, por não trazerem danos a saúde. A população brasileira possui um vasto conhecimentos sobre plantas e tratamentos naturais, conhecimento esse que se encontra presente na literatura brasileira sobre a fitoterapia. (TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2005).

O conhecimento que está por trás da opção por tratamentos naturais e a sua eficácia simbólica e modo de preparo, encontra-se dentro de uma realidade simbólico cultural de cuidado com o corpo. A

fototerapia está ganhando espaço por não dar resultados colaterais. Foi realizada uma pesquisa em uma policlínica na qual foi constatado que 60,4 por cento da população faz o uso de ervas com elas obtiveram resultados expressivos, estudantes de enfermagem também fazem uso de ervas para tratamentos medicinais. (TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2005).

As ervas mais utilizadas pela população são: erva cidreira, boldo, camomila, laranja da terra, são calmantes expectorantes, cicatrizantes, diuréticas, anti-inflamatórias e outras. A cura é obtida dentro de uma visão mágica religiosa. Como já mencionadas por outros autores as formas mais utilizadas das ervas eram como chás, por ser de preparo simples, como calmante controlam a pressão arterial. Como já trabalhado por Edler (1999) e também por Teixeira; Nogueira (2005) o saber popular em relação às ervas é originário da mistura de raças. Em relação aos profissionais de saúde, reconhecem que as plantas possuem uma eficácia e deve ser respeitada também por seus aspectos culturais. A escolha propriamente dita por parte da população por tratamentos naturais é em parte por não trazer efeitos colaterais.

As erva são utilizadas também em tratamentos fito hormônicos e na reposição hormonal feminina, porem tem-se o natural associado ao sintético. As mulheres ao atingirem certa idade sofrem com o efeito da menopausa que é a falta de hormônios, as mulheres na década de 90 faziam uso da TRH (Terapia de Reposição Hormonal), porém este tratamento trazia efeitos colaterais como doença arterial, trombose, câncer de mama entre outros, teve então a divulgação do um método alternativo que seria as plantas alimentícias e medicinais, segundo Ivone Manzali de Sá (2008).

Em Jardim Alegre, há relatos de pessoas que tiveram, por duas vezes, o câncer de mama curado através de seu tratamento com plantas e ervas. Os valores medicinais das plantas despertaram nos cientistas o interesse por suas partes químicas curativas e as plantas passaram a ser utilizadas na produção de medicamentos químicos que levam a perca de seu sentido natural, desarticula-se assim o conceito de natural. As plantas passam a ter seus componentes isolados e mesmo assim é comercializo como produto natural. (MANZALI DE SÁ, 2008).

De acordo com a ginecologista Carolina Carvalho da UNIFESP, as substâncias contidas nas plantas devem ser estudadas e analisadas, pois podem ser substâncias de animais ou humanas. Com o surgimento do novo método muitas mulheres deixaram a TRH e para o uso das plantas medicinais. Muitos médicos diziam que o abandono da TRH se deu por medo dos efeitos colaterais, mas as pessoas não tinham conhecimento das substâncias contidas nas plantas, não haviam sido pesquisadas em laboratório, esse é um alerta da ciência. (Apud. MANZALI DE SÁ, 2008).

O conceito de natural não tem seu valor intrínseco mudado. Para tratamentos depressivos são utilizados remédios e calmantes naturais. A Alemanha é um exemplo citado pela autora, ela coloca que a natureza possui uma diversidade de sentidos, às vezes contraditória mesmo dentro do mesmo domínio de saber. (MANZALI DE SÁ, 2008).

O uso das plantas na medicina se dá, como vimos, por meio de calmantes para depressão e outros. Chás e banhos são as formas mais usadas na tradição do natural que é passada de geração em geração. Os autores trabalhados mostraram como a prática natural é algo cultural. Conclui-se, portanto que as práticas de cura, são também um processo cultural, por meio do uso das ervas é atribuída a figura do curandeiro o poder de realizar curas, o que faz com que se seja visto por quem o procura como um curandeiro, ainda que não se identifiquem como tais.

Conclusões

Diante do exposto, é visível a presença de um universo voltado às práticas de cura no município de Jardim Alegre. ‘Seu Jésus’ é conhecido por todos e é imensa a quantidade de pessoas que o procuram para sanar doenças. Assume-se em torno da figura dele, desta forma, a ideia de que ele pode operar curas que nas áreas que a medicina tradicional não conseguiria, o que aumenta a sua fama como curandeiro e o associa a realização de milagres, embora ele mesmo não se veja desta forma.

Sobre este último aspecto, é interessante a discussão de Roger Chartier (1988, 2002) em torno do conceito de “representação” que nos permite articular as três modalidades de relação com o mundo social: Primeiro, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos. Ou seja, a forma como o senhor Jesus se pensa e explica sua prática, não é necessariamente a mesma daqueles que buscam por seu atendimento, de fato, não há, também, entre estes um consenso do que é realizado pelo senhor Jesus. Assim sendo, sua maior legitimidade, está na eficácia simbólica que a prática exercida cria na realidade social.

Segundo, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER, 1988, 2002). E aqui podemos pensar a defesa realizada por ‘Seu Jésus’ da medicina natural como uma forma de melhor

qualidade de vida. É na busca da natureza e de um equilíbrio interior que ‘Seu Jésus’ estabelece uma nova forma de estar no mundo, ressignificando sua própria existência e atuação.

E por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, por meio através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente à uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real. (CHARTIER, 1988, 2002). Aqui, podemos pensar a forma como a atuação de “Seu Jésus” se articula com duas instituições sociais, a Igreja Católica e a Medicina. Se sua contraposição a esta é clara, a tentativa de aproximação e legitimação deste daquela também é recorrente em suas falas.

Dessa maneira, ao trabalharmos com Chartier, encontramos respaldo na História Cultural para realização desta pesquisa. Embora os estudos sobre práticas de cura não sejam necessariamente um novidade³², vale ressaltar ainda que uma busca inicial no banco de teses da Capes, não encontrou nenhuma pesquisa em História que tratasse do município de Jardim Alegre. De fato, havia apenas dois trabalhos que retratavam o município, um de mestrado em Ciência Animal³³ e o outro, da Geografia Humana, sobre a territorialidade dos assentamentos do Movimento Sem Terra na região³⁴. Sendo assim, é inegável a importância, a necessidade e a contribuição desta pesquisa na área da História.

Articulada a História Cultural, a pesquisa será desenvolvida em diálogo com a História das Religiões, aqui entendida como uma das formas de manifestação e expressão cultural, a fim de compreendermos os métodos de cura empregados pelo “Seu Jésus”, especialmente no que se refere ao uso da argila e das ervas. Para compreensão dos elementos utilizados no tratamento operado pela medicina natural de “Seu Jésus” é fundamental a noção de “hierofania” de Mircea Eliade (2001).

Enfim, espera-se com esta pesquisa ter contribuído tanto à História Regional do Vale do Ivaí, por meio do olhar voltado a Jardim Alegre, quanto à História Cultural e a História das religiões, ao tentarmos compreender um pouco do universo das práticas de cura no município.

³² Vide: MENDES, Janaina. As práticas tradicionais de cura popular e o patrimônio cultural do noroeste do Paraná: a benção e seus rituais (1940-1950). Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Mendes,%20Janaina.pdf> Acesso 25/08/2013. ROSA, Lélío Galdino. Turismo Saúd em Nova Trento: fé e cura. Disponível em: http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=21 Acesso 25/08/2013.

³³ Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20121240002012009P7> . Acesso em 26/08/2013.

³⁴ Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=2011440014010005P6> . Acesso em 26/08/2013.

Referências bibliográficas:

- BRANQUINHO, Fátima Teresa Braga. *Da “Química” da erva nos saberes popular e científico*. CAMPINAS. UNICAMP. 1999.
- BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Unisinos. 2003.
- CAMPBELL, Joseph. *O poder do mito*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Pallas Atena, 1990.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. DIFEL. 2ª Edição. 1988.
- EDLER, F. C. Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial. In: Carlos Fideles Ponte; Ialê Falleiros. (Org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010, v. , p. 25-46.
- ELIADE, Mircea. *El chamanismo y las técnicas arcaicas de éxtasis*. 2.3d.México. Fondo de cultura económica ,1976.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANZALI DE SÁ, Ivone. “Fitohormônios” e o conceito de “natural” na terapêutica hormonal feminina no climatério. In: *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, Bahia, 1 a 4 de junho de 2008. Pp 1-10. Isbn: 978- 85- 61341- 16-9.
- MENDES, Janaina. *As práticas tradicionais de cura popular e o patrimônio cultural do noroeste do Paraná: a benzeção e seus rituais (1940-1950)*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Mendes,%20Janaina.pdf> Acesso 25/08/2013.
- PESAMENTO; ROSSINI; WEBER. Sandra Jatahy; Miriam de Solza; Nadia Maria. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Asterisco. 2008.
- ROSA, Lélío Galdino. *Turismo Saúde em Nova Trento: fé e cura*. Disponível em: http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=21 Acesso 25/08/2013.
- TEIXEIRA; NOGUEIRA. Enéas Rangel, Jairo de Freitas. O uso popular das ervas terapêuticas no cuidado com o corpo. Porto Alegre. *Rev Gaúcha Enferm (RS)*. 2005.
- WITTER, Nikelen Acosta. *Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura*. Tempo, Rio de Janeiro, 2005.

Fontes:

Pesquisa de Campo na Casa do “Seu Jésus” (Ana Paula Mariano Dos Santos e Cezar Felipe Cardozo Farias). Jardim Alegre. 24/08/2013.

Pesquisa de Campo na Casa do “Seu Jésus” (Ana Paula Mariano Dos Santos e Cezar Felipe Cardozo Farias). Jardim Alegre. 25/08/2013.

Aplicação de questionários. (Ana Paula Mariano Dos Santos e Cezar Felipe Cardozo Farias). Jardim Alegre. Jun/2014 a Ago/2014.

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980

Daniel de Libório Ricardo

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Introdução

Durante o processo eleitoral para presidente de 1985, Ulysses Guimarães (PMDB), considerado como oposição extremamente radical ao governo dos militares não foi aceito como candidato à Presidência da República. Por essa razão é que Tancredo Neves, tido como melhor negociador, mais moderado, foi indicado como candidato à Presidência da República por meio de um colégio eleitoral. “Com essas qualidades ele conseguiu costurar uma ampla aliança que encerraria o ciclo militar da vida republicana brasileira” (SILVA, 2003, p. 278). O candidato à Presidência do PDS era o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Este devidamente ligado ao grupo dos militares linha-dura. Evidentemente que se a vitória

deste candidato tivesse se configurado as práticas típicas do auge do autoritarismo poderiam ter frustrado os ideais da democracia.

Assim, a dissidência que surgiu dentro do PDS foi causada por dois fatores: Em primeiro lugar pela vitória do deputado federal Paulo Maluf que disputou a convenção do PDS contra Mário Andreazza. Com o resultado da convenção, cresceria o racha do PDS, por conta da ala que apoiava Andreazza. O outro fator em questão era a aliança que Maluf possuía com o grupo linha-dura do partido, que claramente eram contrários à abertura política do país. Assim, os contrários a candidatura de Maluf acompanhariam na dissidência do partido e articulariam a chamada Frente Liberal.

As divergências entre José Sarney e Paulo Maluf ambos do PDS, levariam o primeiro a se transferir para o PMDB, onde se tornaria vice-presidente da República pelo partido. “A escolha de Sarney para vice de Tancredo havia sido um lance da estratégia de contemporização com os remanescentes do sistema anterior, e também uma estratégia seguida por Tancredo para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral” (LAMOUNIER, 1990, p. 22). Os apoiadores de Sarney, não fariam o mesmo, pois perderiam espaços dentro do PMDB. A solução encontrada foi o PFL (Partido da Frente Liberal), “surgido da dissidência com o PDS nesse processo, formou, com o PMDB, a chamada Aliança Democrática, para garantir a eleição de um presidente comprometido com a democratização, mas que fosse confiável ao regime” (NASCIMENTO, 2003, p. 55).

A Aliança Democrática culminou na aceleração da transição dos governos militares para os civis. Ela ecoou os desejos da sociedade brasileira que já estava cansada do autoritarismo do regime vigente. Dessa forma, a abertura não estava mais sendo ditada pelos militares, mas sim por várias lideranças políticas e partidos: Tancredo Neves (PMDB), Franco Montoro (PMDB), José Sarney (PDS/PMDB), Leonel Brizola (PDT), Marco Maciel (PDS/PFL) entre outros.

A construção da Aliança Democrática correspondeu a um realinhamento de forças: “reuniu, ao lado dos setores da antiga oposição, que aceitaram a eleição via Colégio Eleitoral, representantes do antigo regime que, por diversas considerações, mostraram-se determinados a derrotar a candidatura de Paulo Maluf” (A TRANSIÇÃO, 1988, p. 104).

Nesse sentido, o que deu origem à Aliança Democrática foi a vontade dos homens que a formaram de apressar a devolução do poder aos civis e de eleger o presidente Tancredo Neves. A união de diversos partidos e políticos experientes na “Aliança Democrática resultariam na eleição de Tancredo Neves para

presidente do país. Assim, deve ser enfatizado, que a Aliança Democrática nasceu, encorpou e firmou-se como uma aliança acima de tudo eleitoral ou eleitoreira” (NOBLAT, 1990, p. 32).

Nada demais nem de surpreendente aconteceu com uma aliança que não implicou revisão de ideias, não obrigou ninguém a se converter a novos credos, e que não dispunha de uma ideologia. Mesmo diante desses aspectos a “Aliança Democrática cumpriria muito bem seu papel, em eleger um presidente que implantaria um Estado Democrático de Direito” (NOBLAT, 1990, p. 33). Ou seja, ela contribuiu para por fim à ditadura civil militar e dar sustentação ao início do processo de redemocratização do País.

Com a morte de Tancredo Neves, o país seria, então, governado pelo seu vice José Sarney. Alguns políticos do PMDB tentariam propor que Ulysses Guimarães assumisse o cargo de presidente. Fato que não seria aceito pelos militares. Sarney era conhecido pelos militares; era, por assim dizer, um político do antigo regime, respaldado pelo apoio dado a ditadura e, com isso, possuía a aceitação dos militares. Por essa razão Sarney assumiu o poder onde enfrentaria turbulências econômicas e sociais.

Objetivos

Em âmbito geral, este trabalho pretende contribuir para ampliar o conhecimento sobre o fim da ditadura civil militar no Brasil em meados da década de 1980. Na mesma direção, a pesquisa vai abordar a discussão sobre a complexa relação entre as concessões do regime militar e as conquistas dos movimentos sociais e políticos que resultaram no fim da ditadura civil militar.

No âmbito mais específico, a pesquisa visa contribuir para o conhecimento sobre a Aliança Democrática. Como já dissemos, ela daria a garantia para que os mais divergentes políticos brasileiros se sentissem seguros, quanto ao resultado que a abertura política tomaria no decorrer de uma transição acertada e combinada.

A pesquisa também objetiva demonstrar que a Aliança Democrática não contribuiu para promover mudanças econômicas, políticas e sociais mais profundas no Brasil. Muito embora essas mudanças fossem objetivadas pelos líderes da Aliança, tomando por alusão aos compromissos tidos como impostergáveis e fundamentais que estavam presentes no documento intitulado Compromisso com a nação, declaração que foi assinada pelos principais representantes da Aliança Democrática.

Na mesma direção o trabalho objetiva demonstrar que o pacto que deu origem à Aliança Democrática permitiu a mudança de governo e proporcionou medidas importantes de liberalização, mas não estabeleceu uma estratégia clara de construção da democracia nem definiu o quadro institucional necessário para a consolidação do novo regime.

Desenvolvimento

Para encaminhar a discussão dessa temática se utilizou uma bibliografia que orienta o contexto histórico da transição política no Brasil, bem como obras que abordam o tema proposto. Além disso, buscou-se o documento Compromisso com a nação que traz em seu conteúdo medidas de ações sociais, culturais e econômicas. Que foi o pacto afirmado pelas lideranças da Aliança Democrática que pretendiam reinserir o país num Estado Democrático.

No tocante as fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais *Veja* da editora Abril e a *IstoÉ* da editora Três, entre agosto de 1984 e o final do ano de 1985. Assim, para a análise destes documentos, foi empregado à metodologia de análise de conteúdo.

A Análise de Conteúdo consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou “discursos”, fazendo aparecer no conteúdo das diversas categorias de documentos escritos – artigos, de Imprensa, entrevistas, questionários, documentos históricos, textos literários, etc - alguns elementos particulares que possibilitam a elaboração de um certo tipo de caracterização (ZICMAN, 1985, p. 94).

Dentro dessa metodologia será utilizada a denominada Análise Temática. “Este método interessa-se pelo significado dos discursos independentemente de sua forma linguística, centrando-se na análise do conteúdo dos discursos” (ZICMAN, 1985, p. 95). Que tem por objetivo a busca do tema pesquisado ou de itens de significação pertencente ao artigo central da pesquisa. Assim, se busca analisar textos, matérias, entrevistas, ensaios, artigos e outros modelos de imprensa que possuem o seu objeto de estudo. Assim, a análise de conteúdo é o estudo de informações de um documento, sob forma de discursos proferidos em diversas linguagens (Severino, 2000).

Dessa forma, considerando que existem poucas fontes sobre a Aliança Democrática, o emprego de dessa metodologia que possibilita utilizar a imprensa para estudar a história foi de grande valia para a pesquisa desse tema inserido em um período tão abrangente de marcos para a democracia. Deste modo, basta lembrar que a Imprensa é “rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc” (ZICMAN, 1985, p. 89).

É importante se ter em mente que essas revistas foram um poderoso objeto de transmissão de informações em seu tempo. E entre os anos de 1983 a 1985, durante o mandato de Figueiredo, foram marcadas propriamente por um relaxamento de restrições informacionais que eram impostas aos órgãos de mídia pelos antecessores do presidente.

Desta forma, por se tratar de veículos de transmissão de informações sobre a política no país, ambas as revistas *Veja* e *IstoÉ* são fundamentais para essa busca que visa captar aspectos da Aliança Democrática que não estão presentes em conceituadas bibliografias.

Criação da Aliança Democrática

Tancredo Neves era um político hábil, conseguiria convencer a esquerda do PMDB a aceitar a aliança com o PDS e com Sarney, prometendo que sob seu governo uma nova constituinte seria instaurada, visando à restauração do voto livre, secreto e universal. O candidato ainda pretendia ampliar a aliança com PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e com o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o claro objetivo de Tancredo era o de não correr riscos no Colégio Eleitoral. Entretanto, o PT se negaria apoiá-lo, supostamente por conta da eleição indireta. Lembrando que o PT nunca apoiou este tipo de votação.

Ulysses Guimarães presidente do PMDB, teria supostamente recusado a ser o candidato à presidência de sua legenda por conta de Tancredo Neves. Em vista é importante elucidar que Ulysses sempre almejou a presidência do país. Entretanto, sabia claramente que não receberia o apoio do PDS. Tanto para os militares, quanto para os pedessistas apoiar Ulysses seria impensável, muito por conta do aspecto radical e antimilitar que o político possuía.

A criação da Aliança Democrática de fato ocorreria no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, no dia 7 de agosto de 1984:

Lá estiveram as estrelas de primeira grandeza que formam a constelação da Aliança Democrática, o pacto de políticos que no passado estiveram separados por diferenças ideológicas profundas, por conflitos locais e que a partir de 1964 cumpriram trajetórias bem distintas no quadro da política brasileira – que tem como único objetivo tomar o poder em 1986 (IstoÉ, 15/08/1984, p. 27).

O documento que firmaria a Aliança Democrática seria denominado de Compromisso com a nação e acompanharia uma série de princípios que os dois grupos entenderiam como fundamentais para o Brasil. Assim, a Aliança Democrática seria pactuada com as assinaturas de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães pelo PDMB e por Aureliano Chaves e Marco Maciel pela Frente Liberal. Deste modo, a Aliança Democrática fruto da derrota da campanha “Diretas Já”, reuniu setores da antiga oposição e representantes do antigo regime por diferentes motivos (TRANSIÇÃO, 1998). Segundo o colunista da IstoÉ, Francisco Weffort³⁵, “a Aliança Democrática reuniu, na disputa pelo governo, o maior bloco de poder – político, por certo, mas também econômico e social – que se conhece na História deste país nos últimos quarenta anos” (IstoÉ, 19/06/1985, p. 33).

Restava saber se a Aliança esqueceria as divergências e os antecedentes que ocorreram até aquele momento da vida política, em prol de um suposto futuro promissor para o país. Por certo, as diversidades de ligações que amarraram a Aliança Democrática, seriam colocadas à prova cotidianamente.

Eleição de Tancredo Neves

Na eleição de 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves seria eleito sem surpresas para o cargo de presidente da República. O Resultado da eleição foi o seguinte: 480 votos para Tancredo, 180 votos para Maluf, 17 abstenções e 9 ausências. O candidato da Aliança Democrática perderia dentro do Colégio Eleitoral apenas por políticos do Estado de Mato Grosso.

Com a vitória de Tancredo ocorreram festas pelo país adentro. E sobre sua vitória, Tancredo se pronunciaria que: “tenho na heterogeneidade das forças que me apóiam não um aspecto negativo da minha

³⁵ É Doutor em Ciências Políticas pela USP. Filiado ao PT foi secretário geral do partido em 1980. Assumiu também o ministério da Cultura no mandato de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

candidatura, mas antes um aspecto positivo” (Veja, 23/01/1985, p. 27). Sua frase faria alusão às forças políticas que se filiaram a Aliança Democrática e assim o ajudaram a se eleger presidente.

Para seu Governo o presidente Tancredo Neves tinha em mente propor 4 objetivos básicos: o combate a inflação, a retomada do desenvolvimento do país, a formulação de um pacto social envolvendo o governo, empresários e trabalhadores, e por último ponto a convocação de uma Constituinte premissa principal que ajudou a unir os membros da Aliança Democrática (IstoÉ, 23/01/1985). Uma reforma na política cultural e educacional também estava prevista.

É possível apontar dois fatores importantes para que Tancredo Neves obtivesse sucesso na eleição. O primeiro no apoio concedido por Ulysses Guimarães, o principal líder do PMDB amparou a candidatura do ex-governador de Minas Gerais e, além disso, chefiou a campanha e se empenhou como um dos principais líderes da Aliança Democrática. O segundo se resume na candidatura de Paulo Maluf, trabalhando na hipótese de enfrentar outro candidato do PDS, presume-se que Tancredo não conseguiria obter tantas dissidências como ocorreu.

Mas sem dúvidas a principal decisão de Tancredo Neves foi em convidar o ex-presidente do PDS, José Sarney para ser vice de sua chapa. Mesmo enfrentando oposições dentro do PMDB como a de Ulysses Guimarães que preferia a escolha de Marco Maciel (PDS) para ser vice de Tancredo. A escolha de Sarney trouxe um grande apoio e ofereceu garantias para aqueles que ainda se encontravam dentro da névoa da dúvida, entre compor a dissidência ou manter seu apoio ao antigo governo.

Com a renúncia de Sarney estava deflagrado, para valer, o nascimento da Aliança Democrática – a coalizão que iria tornar imbatível a candidatura de Tancredo Neves, apoiada primeiro pelos dissidentes do PDS que queriam a prévia e se reuniram no grupo posteriormente chamado Frente Liberal e, depois, pelos adeptos da derrotada candidatura do ministro Mário Andreazza (Veja, 16/01/1985, p. 32).

Recaia agora para Tancredo a escolha do ministério, o jogo de armar essa ala acabaria por gerar muita agitação dentro da Aliança tancredista. Sendo que as possíveis escolhas dos nomes desagradavam tanto o PMDB como a Frente Liberal. Fato é que apenas um indivíduo tinha lugar garantido, era Francisco

Dornelles³⁶, que já acompanhava seu tio Tancredo no governo de Minas Gerais, este receberia o cargo de ministro da Fazenda.

Sobre os ministérios, existiam 22 há serem ocupados, quatro eram referentes as forças armadas e três foram criados naquele ano, caso da Desburocratização, Ciência e Tecnologia e o da Cultura.

Com exceção do economista João Sayad que ocupou o ministério do Planejamento, os escolhidos de Tancredo se resumiam em cinco políticos da Frente Liberal, onze políticos do PMDB e apenas um do PTB. Embora no ministério prevalecesse o PMDB, esses políticos possuíam uma grande aproximação com os da Frente Liberal, e eram tidos como moderados.

Com a confirmação dos nomes para os ministérios, entre os integrantes da Aliança Democrática, chegou-se a um consenso, pois Tancredo conseguira equilibrar os dois partidos que compunham a base de seu alicerce político, o PMDB de a Frente Liberal.

Após a morte de Tancredo Neves

Embora idealizadores da Aliança defendessem que a Aliança superaria a morte de Tancredo e promoveria mudanças no governo Sarney, isso não aconteceu de fato. A premissa era de que aqueles que tiveram maior participação na consolidação da Aliança Democrática deveriam esquecer as divergências e apoiar o presidente Sarney pelo bem do país. Defender a instalação de uma Constituinte em 1986 era um dos compromissos da Aliança e de Tancredo. Forças que sempre duelavam tinham sido unidas na Aliança Democrática, como ficaria a situação sem a principal figura estabilizadora de forças. Restava aos integrantes desse vínculo político resguardar o que tanto idealizaram.

Se a Aliança não impulsionou de fato mudanças relevantes nos âmbitos econômico e social, ela as promoveu no político, muito embora não tão significativas como os seus integrantes deslumbravam. Caso da maior dívida contraída nas praças públicas, as eleições diretas, que foram resgatadas pela Aliança Democrática. A escolha para os cargos de presidente da República, prefeituras de capitais e de municípios que antes eram considerados de segurança nacional, voltariam a ser nomeados pela população. Mudança

³⁶ É administrador e político. Ocupou o ministério da Fazenda (1985), ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1996-1998) e o ministério do Trabalho (1999-2002). Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro (1987-2007) e atualmente é senador pelo Rio de Janeiro desde 2007.

prometida por Tancredo, em comum acordo com a Aliança, que naquele momento seria promulgada por José Sarney, o mesmo que ajudou a vetar a emenda Dante de Oliveira.

As eleições agitariam não apenas as cidades e a população. Brigas dentro da Aliança Democrática aumentariam por conta das eleições diretas. A previsão de um maior número de eleitos do PMDB acirrariam as tensões com o PFL na maioria dos estados.

A Aliança Democrática perdia paulatinamente sua importância dentro do governo, uma vez que os políticos não chegavam a um comum acordo. As eleições marcadas para novembro de 1985 acabariam por ser o ultimato desse elo político, que foi montado tendo como principal objetivo eleger o presidente. “Tancredo Neves armou seu governo com componentes da química política que dificilmente se misturam, mas teve a cautela de juntá-los no liquidificador acionado pela maré montante antimalufista” (Veja, 07/08/1985, p.37).

Muito provavelmente a última ação feita pela Aliança Democrática tenha sido aprovar o pacote de reformas fiscais e econômicas no Congresso, cujo nome o governo intitulou de Programa de Mudanças. Plano de reforma que foi feito pelo novo ministro da Fazenda Dilson Funaro. Assim, o último ato da Aliança Democrática foi prevalecer na votação com a maioria tanto dos deputados como dos senadores do PMDB e do PFL, exceção de Itamar Franco (PMDB) que se aliou ao PDS na votação. Político que, tal como Sarney, assumiria a presidência do país depois do impeachment de Fernando Collor em 1992.

Logo, a Aliança Democrática esteve supostamente destinada a ser tão duradoura quanto o mandato de Sarney. A garantia do mandato até 1988 era uma questão vital para a conservação da Aliança, e é claro, de José Sarney. Embora a Aliança não tenha sobrevivido até 1990, ano em que Sarney deixou a presidência da República, o presidente conseguiu se manter graças ao arranjo político que restou da antiga união.

Conclusão

Com a dificuldade de se promover uma mudança de governo durante o regime militar, pode-se destacar a existência de uma crise política. A Aliança Democrática foi o pacto político idealizado para apressar o fim da ditadura civil militar. A união de vários políticos distintos demonstrava toda a insatisfação com o arcabouço legislativo que fora criado sob tutela da outorgada Constituição de 1967, e principalmente pela ditadura civil militar que vigorava no país desde 1964.

A Aliança Democrática guarneceu os desejos de mudanças, fazer parte desse arranjo político demonstrava todo o descontentamento com o regime militar. Assim, ilustres políticos como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel entre outros conceberam a criação da Aliança Democrática através do Compromisso com a Nação que objetivava a consolidação das instituições democráticas.

O Compromisso com a Nação oficializava a união entre PMDB e a Frente Liberal e possuía no seu conteúdo princípios tidos como fundamentais para a construção da chamada Nova República. Princípios estes que estabeleciam eleições diretas, livres e com sufrágio universal para o país; que defendia a convocação de uma Constituinte em 1986; que propunha um acordo justo com o FMI para o pagamento da dívida externa; o combate à inflação; medidas emergenciais contra a fome e desemprego; melhorias nas áreas da educação fundamental e superior, entre outros compromissos. Buscava-se incorporar medidas que transformassem o país numa real democracia, promovendo alterações de cunho social, econômico, político e cultural.

A Aliança Democrática foi assim originada objetivando mudanças no governo, mudanças estas que não poderiam ser alcançadas por um único partido daquela época. A simples possibilidade de um continuísmo governamental liderado por Paulo Maluf influenciou e deu força para que a Aliança expandisse suas energias.

A Aliança Democrática saiu vitoriosa no seu compromisso mais importante, o de colocar fim à ditadura civil militar e dar sustentação política ao início do governo de José Sarney. Mas não conseguiu promover mudanças que foram vislumbradas no Compromisso com a Nação, exceção seja apontada dentro do ramo político, por conta da abertura de eleições diretas, da implantação de uma Constituinte e, sem dúvida, de medidas que prezavam uma liberalização política, caso dos partidos comunistas que foram legalizados.

Se o grande nome da Aliança, Tancredo Neves, não sobreviveu para vê-la terminar, sua personalidade moderadora não garantiria que sob sua supervisão a Aliança Democrática manteria todo o empenho que demonstrou durante a campanha presidencial. Assim não se trata de analisar se foi sob a tutela de Sarney que os sustentáculos da Aliança começaram a ruir e sim o que ela proporcionou ao cenário político do país.

Não é meu dever como historiador demonstrar que, sob a fiscalização de Tancredo, a Aliança Democrática poderia ter modificado também outras estruturas que eram necessárias para o Brasil. Meu



dever recai na análise obtida com a leitura da bibliografia e das principais fontes destacadas para este trabalho, que foram as revistas *Veja* e *IstoÉ*. Essa análise demonstra que a Aliança Democrática foi importante para que o Brasil superasse o regime militar, pois ela foi um arranjo político que contou com ideologias e concepções diversas, acabando por promover políticos que iniciariam a Nova República no Brasil. Além disso, a Aliança deu sustentação política no período conturbado em que o presidente José Sarney acabava de assumir, dando segurança para que o novo sistema democrático vigorasse no Brasil.

Referências

A TRANSIÇÃO política: necessidade e limites da negociação – relatório final. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 100-110, abril/julho. 1988.

KINZO, Maria D' alva Gil. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 47-86, mar. 1989.

NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos: O Brasil de Sarney a Collor**. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990.

REVISTA ISTOÉ. São Paulo: Editora Três, 08/1984-1985.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, 08/1984-1985.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura:**



regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 243-282).

294

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 4, p. 89-102. Jun. 1985.

Uma análise do pensamento de Adam Smith: sobre o comércio e agricultura na teoria fisiocrata com os principais ideários François Quesnay e Turgot

Orientadora: Neilaine Ramos Rocha de Lima¹

Daniele Cristina de Oliveira²

Liliana Grubel Nogueira³

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Na segunda metade do século XVIII, duas teorias se destacam, elaborando suas críticas a política econômica do Estado mercantilista, na França destaca-se a Fisiocracia, na Inglaterra o Liberalismo. A proposta do presente trabalho visou o estudo acerca das concepções de comércio existentes nas escolas de pensamento econômico clássicas: Fisiocracia e Liberalismo, para tal estudo foram selecionados três principais autores ideários em questão: François Quesnay, Jacques Turgot, ambos fisiocratas e o liberal

Adam Smith. Analisando o papel do artesão e o sistema agrícola perante a teoria fisiocrata, observando através dos escritos de Smith. A Fisiocracia defende a agricultura como fonte da riqueza nacional concebendo o comércio como primordial, não como fonte principal de acúmulo de riqueza, por sua vez A. Smith concebe a troca de mercadorias como raiz do desenvolvimento do capital, então haveria distintas visões sobre a ação e consequência do comércio para a economia e seu desenvolvimento, essas são as principais questões do trabalho que busca compreender, através da história das ideias, como o homem do passado almejava interpretar seu tempo e o seu espaço, tendo em vista que esses teóricos observavam não só o desenvolvimento de seu contexto, mas o desenvolvimento da própria ação humana através dos tempos, na observação das instituições econômicas, no caso o comércio.

Palavras-chave: fisiocracia; liberalismo; comércio.

¹Professora Mestre na Universidade Estadual de Maringá e doutoranda pela universidade UNESP – Assis

²Graduanda de História na Universidade Estadual de Maringá

³Graduanda de História na Universidade Estadual de Maringá

Acerca do tema fisiocracia que se apresenta na segunda metade do século XVIII, na França, com Quesnay e Turgot e na Inglaterra com Adam Smith. O contexto das ideias que norteavam a política econômica dominante na Europa Ocidental, no momento favorecia o caráter crítico das duas análises, visto que ambas formularam uma reação às práticas e ideias mercantilistas. Recorremos a um dos clássicos historiadores que tratará do mercantilismo, que rapidamente abordaremos a questão, Pierre Deyon (2001), em sua obra “O mercantilismo”. O mercantilismo não fora uma escola de pensamento econômico, pois nasce da prática, das necessidades políticas, que formataram a realidade de protecionismo, intervencionismo, uma batalha pela hegemonia econômica europeia.

Não existe definição comum do mercantilismo e de seus caracteres fundamentais. Uns falam do nacionalismo autárquico, outros, do intervencionismo do Estado, outros ainda atribuem uma importância primordial ao bulionismo, isto é, à crença de que a acumulação dos metais preciosos é a única forma de riqueza. (DEYON, 2001. p 14).

Na França segundo Deyon fora entre 1580 e o fim do século XVII que o mercantilismo se impôs com maior força e coerência, com o intervencionismo presente. Mesmo com a crise econômica que ocorre na Europa no século XVII, não se torna obstáculo para a continuidade desse sistema econômico. Na Inglaterra

também foi presenciado o mercantilismo como em outros países da Europa. No século XVIII o mercantilismo perde sua força, a chamada ideologia das “luzes” fora um dos fatores que contribuíra para isso. Para Deyon o mercantilismo perde sua importância a partir do século XVIII, houve uma redução do papel dos metais preciosos nas trocas internas, à presença no desenvolvimento do papel-moeda, condenava-o enquanto sistema econômico. No século XVIII, os fisiocratas participavam dos aspectos econômicos das ideias, e os mesmos tinham uma visão sobre o mercantilismo, criticando teóricos do mercantilismo como o Colbert.

Quesnay, no artigo “cereais” da Enciclopédia, já havia instruído o processo do mercantilismo (1757). O teórico da fisiocracia retoma aí a maior parte das críticas de Boisguilbert, censura a Colbert e a seus sucessores o terem abandonado a agricultura, e não terem pensado senão nas manufaturas e no comércio exterior. [...] por esta política extinguímos entre eles e nós um comércio recíproco que nos era plenamente vantajoso.” Ataca assim o próprio fundamento do mercantilismo: a teoria da balança comercial; ela não permite, afirma ele, conhecer o estado do comércio e das riquezas de cada nação. Seu preconceito agrário e sua inaptidão em formular uma teoria geral do valor limitam, entretanto, o alcance de sua crítica. (DEYON, 2001. p. 87).

Deyon destaca a figura de A. Smith e sua crítica ao mercantilismo, ressaltando o liberal como um dos grandes pensadores que reagiram a esse sistema.

Seguindo A. Smith, toda escola clássica considerou este sistema como nefasto e absurdo, denunciou suas confusões a propósito da riqueza e das moedas, sua obsessão da balança do comércio, o caráter unilateral de sua regulamentação, exclusivamente favorável aos poderosos e aos ricos. (DEYON, 2001. p. 88).

Tendo em vista as questões gerais do contexto, cabe observarmos elementos que caracterizam os pensadores que foram pesquisados, tendo o enquadramento de duas escolas de pensamento econômico, como mostra a literatura, Quesnay e Turgot como representantes da Fisiocracia e A. Smith um dos fundadores do Liberalismo econômico, assim ressaltaremos alguns aspectos dos autores e suas escolas.

Concepções de comércio para Quesnay e Turgot na Fisiocracia

É de suma importância deixar a definição de Fisiocracia, etimologicamente significa “governo da natureza”. Em meios do século XVIII a Europa estava passando por dificuldades com baixa produção

agrícola, e na França tem-se o aparecimento de ideias sucessivas para solucionar os problemas econômicos da França, foi nesse quadro de acontecimentos que a teoria dos fisiocratas iniciou-se. A Fisiocracia tem a centralização da agricultura, dando importância na análise da economia na França, entendendo através do pensamento dos fisiocratas Quesnay e Turgot.

Com a obra de Quesnay publicada em (1758) “Quadro Econômico”, as ideias dos fisiocratas tiveram repercussões, com discípulos que aderiram à nova concepção de pensamento, Anne Robert Jacques Turgot que fora uma figura de destaque, desenvolveu obras relacionadas às ideias fisiocratas como a obra publicada no ano de (1779) “Reflexões sobre a formação e distribuição de riquezas”. Entretanto ocorre uma crítica ao mercantilismo, no qual os fisiocratas se opõem a esse tipo de sistema econômico.

A teoria fisiocrata teve início com a publicação de escritos econômicos de Quesnay em 1756, e chegando ao fim em 1776 quando Turgot perde seu alto posto, nesse mesmo ano Adam Smith publica sua conhecida obra “A Riqueza das Nações”, segundo o autor Stanley Brue:

Os fisiocratas surgiram na França próximo ao final da época mercantilista. O início dessa escola pode ser datado em 1756, quando Quesnay publicou seu primeiro artigo sobre economia na Grande Enciclopédia. E escola terminou em 1776, quando Turgot perdeu seu alto posto no governo francês e Smith publicou seu *Wealth of Nations*. Mas a influência dos fisiocratas durou muito mais que duas décadas durante as quais eles lideraram o mundo do pensamento econômico. (BRUE, 2006 p. 33).

François Quesnay foi um médico cirurgião que estudou em Paris, embora tendo sua educação começada tardiamente, não deixasse de dedicar parte de sua vida à cirurgia, igualmente, se interessava pela área de economia aos problemas que a sociedade presenciava, até então, teve sua atividade de economista iniciada aos sessenta e três anos de idade. Ele deixa explícito, que a liberdade do comércio era importante e que o Estado deveria fazer a sua parte criando condições necessárias para o desenvolvimento econômico:

Se é certo que Quesnay pugnava por uma redução drástica da intervenção estatal na vida econômica, defendendo nomeadamente a abolição dos monopólios e a liberdade de comércio tanto interno quanto externo, não é menos certo que ele defendia que o Estado devia actuar com a maior firmeza para criar as condições necessárias para que as leis naturais pudessem impor-se. (QUESNAY, 1758 p. 55).

Quesnay descreve o modelo para a economia das nações no qual a sociedade se divide em três classes: a classe produtiva (considerada a única realmente digna de produzir basicamente alimentos e

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

matérias-primas); a classe dos proprietários: a remuneração a eles paga leva o nome genérico de rendimento, e serve, assim, para as despesas das classes dos proprietários das terras, para o pagamento do imposto e para o pagamento do dízimo; a classe estéril: os que trabalham na indústria e comércio, que por sua vez são responsáveis pela fabricação dos produtos manufaturados e pela prestação de serviços (QUESNAY, 1978).

Anne Robert Jacques Turgot ocupou cargos como administrador regional e mais tardiamente como controlador geral da França, estudou em Sarbone Paris. Turgot se interessava pela ciência econômica, procurando sempre se inteirar do que ocorria no interior de seu país, e foi respeitado por grandes defensores da liberdade como Barão de Montesquieu. Sua primeira publicação escrita sobre economia foi em 7 de abril de 1749, mas a sua obra inicial publicada em 1754 “Le Conciliateur” escrevera sobre a perseguição religiosa. (POWELL, s/d). Turgot já estava acomodado com a visão dos fisiocratas, e defendeu a liberdade econômica e a estimulação do comércio em um país:

Conclui-se disso que um país onde o comércio é grandemente estimulado, onde há muitos produtos e muito consumo, onde há muita oferta e procura (demanda) de todos os tipos de mercadorias, cada espécie terá um preço corrente relativamente a cada outra espécie, isto é, uma certa quantidade de uma equivalerá a uma certa quantidade de cada uma das outras. (TURGOT, 1779 p. 142).

Turgot defendia a ideia de livre comércio de cereais, essa foi em suas primeiras prioridades. No dia 13 de setembro de 1774 o próprio Turgot baixou um decreto e escreveu:

[...] deve ser livre todas as pessoas prosseguirem, de forma que lhes parecer melhor, com o comércio de milho e farinha vendendo e comprando em quaisquer localidades que escolheram em todo o reino” (POWELL s/d).

Para que a França pudesse ter o desenvolvimento da manufatura, a ação do livre comércio na sociedade francesa deveria acontecer, trás a entender que o comércio precisava acontecer de forma livre, para que os produtos manufaturados circulassem, segundo a visão fisiocrática:

A França poderia, desde que o comércio fosse livre, produzir abundantemente os gêneros de primeira necessidade suficientes a um grande consumo e a um grande comércio exterior que poderiam manter no reino um grande comércio de obras manufaturadas. (QUESNAY, 1986 p. 337).

A concepção de comércio para os fisiocratas está interligada ao bom cultivo de cereais, no entanto esse comércio é primordial à comercialização de gêneros da agricultura e não a gêneros de artigos luxuosos e que não obtém-se o excedente, como nas seguintes palavras presente no artigo escrito por Quesnay:

[...] negligenciado na França, onde nem mesmo se reconheceu o emprego dos homens, a diferença entre o produto dos trabalhos que apenas rendem o preço da mão-de-obra e o produto dos trabalhos que pagam a mão-de-obra e propiciam rendas. Nessa desatenção preferiu-se a indústria à agricultura e o comércio das obras de fabricação ao comércio de gêneros da lavoura; apoiaram-se as manufaturas e um comércio de luxo em prejuízo do cultivo das terras. (QUESNAY, 1757. p 315)

Contudo, no que foi evidenciado sobre o comércio na teoria fisiocrata, e a interpretação do comércio para Quesnay escrito em seu artigo “Cereais” é direcionado a liberdade de cultivar e vender os cereais, e para que a França pudesse encaminhar para um desenvolvimento onde amenizaria a situação nada agradável da França naquele determinado contexto, era estimular a agricultura para que a economia tomasse impulso. Segundo Quesnay (1757) é preciso cultivar o tronco da árvore e não limitar as atenções ao controle dos galhos tem que deixá-los crescer em liberdade, e não negligenciemos a terra que forneceu a seiva necessária à sua vegetação e ao seu desenvolvimento.

Concepções de comércio para Adam Smith

Adam Smith (1723-1790) foi um importante economista e filósofo escocês. Teve como cenário para sua vida o atribulado século das Luzes (XVIII). Ele é considerado o pai da economia moderna e o mais importante teórico do liberalismo econômico. Teve contato maior com Turgot e ocorreram pontos nos estudos econômicos que Smith aderiu às ideias fisiocratas, como a liberdade econômica. Diferentemente dos fisiocratas Smith reconhecia a importância de todos os setores da economia, ou seja, os fisiocratas assimilavam o setor agrícola como maior responsável de toda a parte da produção enquanto que Smith compreendia que todos os setores econômicos eram essenciais para a produção.

Visam-se como fontes dois expoentes do pensamento fisiocrático, Quesnay e Turgot, compreendendo como é o funcionamento do comércio no processo de desenvolvimento da riqueza, mesmo tendo a base no setor agrário. Tendo em vista a questão do comércio, abordamos o conceito de troca dentro



do contexto das ideias do próprio desenvolvimento das concepções liberais clássicas de Adam Smith, que observa a troca como base para o desenvolvimento econômico.

300

O comércio é uma troca entre coisas que existem e que tem, cada uma delas, o seu valor respectivo. Existe ainda a necessidade de trocar condição sem a qual não haveria qualquer troca ou comércio; todas estas coisas precedem a ação de trocar; a troca ou comércio não fazem nascer os produtos: a ação de trocar não produz, portanto, nada; é somente necessária para satisfazer uma necessidade que é ela própria, a causa da troca. (QUESNAY, 1958 p. 234, 235).

Adam Smith cita a terra como algo que a sociedade precisa, o trabalho a ser dividido, tanto para a produção de alimentos quanto para as necessidades individuais da humanidade. Portanto, há uma valorização conjunta da terra e do comércio.

[...] em razão do aprimoramento e do cultivo da terra, o trabalho de uma família é capaz de produzir alimentos para duas, basta o trabalho da metade da sociedade para prover de alimentos o país inteiro. A outra metade da população, portanto, ou menos a maior parte dela pode ser empregada em produzir outras coisas ou para atender a outras necessidades ou caprichos da humanidade. [...] a maior parte dessas necessidades e caprichos são representados pelo vestuário e pela moradia, pelos móveis domésticos e pelo o que é chamado de equipamentos. (SMITH, 1996 p. 202 - 203).

Segundo Huberman, o economista Adam Smith tinha uma visão sobre os fisiocratas, que é no seguinte entendimento.

“Esse sistema, porém, com todas as imperfeições, é talvez o que mais se a próxima da verdade, dentre os já publicados sobre a questão da Economia Política...Embora ao representar o trabalho da terra como único produtivo, as noções que inculca são talvez demasiados estritas e confinadas; no entanto, ao representar a riqueza das nações como formada não das riquezas de dinheiro, que não podem ser consumidas, mas pelos bens consumíveis anualmente reproduzidos pelo trabalho da sociedade, e ao representar a liberdade perfeita como único recurso eficiente para aumentar a produção anual da melhor forma possível, sua doutrina parece ser, sob todos os pontos de vista, tão exata quanto generosa e liberal.”(HUBERMAN, 1979 p. 151).

Os fisiocratas defenderam o livre comércio, com o lema Laissez-faire, frase criada pelo Vicente de Gournay, segundo Huberman (1979) os fisiocratas acreditavam na liberdade, o direito do indivíduo de fazer

da sua propriedade o que melhor lhe agradasse, assim como Adam Smith, desde que não prejudicasse as demais pessoas da sociedade. Portanto o agricultor devia ter liberdade.

[...] “Laissez-faire”. Uma tradução livre dessa frase famosa seria: “Deixe-nos em paz!”. Laissez-faire tornou-se o lema dos fisiocratas franceses que viveram na época de Gournay. Eles são importantes porque constituem a primeira “escola” de economistas. Formavam um grupo que, a partir de 1757, se reunia regularmente sob a presidência de François Quesnay para examinar problemas econômicos. Os membros da escola escreveram livros e artigos pedindo a eliminação das restrições, defendendo o comércio livre, o Laissez-faire. (HUBERMAN, 1979 p. 149).

Por decorrência, no que foi exposto, o comércio esteve presente na fisiocracia, mesmo com a defesa do sistema econômico baseado centralmente na agricultura, sendo a terra a maneira mais adequada de gerar a riqueza para a nação, colocando o comércio em segundo plano. O comércio é observado na vida do homem como uma das instituições mais antigas da civilização, uma prática de sobrevivência, inserida na vida da sociedade como ação econômica correspondente a prática social.

Suas formas e concepções foram observadas e discutidas por muitos teóricos ao longo dos séculos, principalmente com o objetivo de potencializar seus resultados, como fora o caso dos pensadores em questão que analisavam o comércio nos moldes mercantilistas e teciam críticas e alternativas para superá-lo. Observar essas análises e concepções é não só pensar as semelhanças e diferenças conceituais das teorias, mas também analisar como as ideias podem expressar-se e como os homens repensam suas próprias práticas ao longo da história através do pensamento.

Tendo em vista que a ciência econômica elabora diferentes teorias acerca do comércio e sua eficiência para o desenvolvimento da riqueza, é de suma importância a observação dessas concepções, partindo do pressuposto de que as ideias, expressões e elementos do passado, favorecem o entendimento histórico do momento pautado. O estudo das ideias nos possibilita ampliarmos o conhecimento do contexto histórico em que viveram esses pensadores. Outra grande necessidade de estudo desses teóricos reside na importância de sua contribuição para o desenvolvimento das bases do pensamento clássico em economia, base para grande parte das teorias econômicas que os sucederam como Ricardo, Marx, etc.

A teoria dos fisiocratas teve um importante papel para os estudos da economia. Um dos resultados a ser enfatizado é que Quesnay e Turgot abordaram o comércio como sendo relevante para analisar a economia da França, portanto, com a leitura de seus escritos entende-se que ambos utilizavam o comércio

para compreender a pobreza em que se encontrava a França naquele determinado momento. Dentro desses estudos percebeu-se que o setor agrícola, juntamente com o comércio favoreceu aos fisiocratas entenderem qual o processo mais eficiente para o aumento da produção do país.

Os fisiocratas defenderam a liberdade dos indivíduos. Dentro das decisões econômicas foi enfatizado em seus escritos o comércio de cereais nas importações e exportações, segundo a teoria fisiocrata era essencial para manter o bom preço (*bom prix*). Smith aprofundou esses conhecimentos analisando a Inglaterra ditando que o sistema de trocas era a questão primordial para o desenvolvimento econômico.

O papel do artesão e o sistema agrícola

Primeiramente para os fisiocratas o cultivador e o artesão contam apenas com a retribuição do seu trabalho. Mas para eles há uma diferença nessas duas classes. O cultivador pelo trabalho que exerce na terra produz o seu salário, já o artesão simplesmente o recebe, ou seja, vem a ele a produção excedente da terra em troca do trabalho que faz. O proprietário assim depende do cultivador, porque, a terra não produz sem trabalho, como também, o cultivador que depende das terras que pertencem ao proprietário. Assim, o proprietário abre mão do excedente que é a retribuição aos cultivadores para não perder tudo o que tem. O cultivador é considerado o primeiro motor da sociedade.

Assim, embora tanto o cultivador como o artesão ganhem um e outro somente a retribuição do seu trabalho, o cultivador, gera, além dessa retribuição, o rendimento do proprietário; e o artesão não gera nenhum rendimento, nem para si, nem para os outros. (TURGOT, p.131, 1779).

Para Adam Smith o erro capital dos fisiocratas foi ter colocado a classe dos artífices como improdutíveis e estéreis. No qual Smith vai colocando observações sobre a impropriedade dessa concepção (SMITH, p.138). Os artífices reproduzem no mínimo o seu consumo anual e dão continuidade ao capital que lhes dá emprego, claro que os trabalhadores arrendatários e os que trabalham no campo produzem mais. Isso não quer dizer que uma categoria superior torna a outra improdutiva. Como também, não podem ser colocados na mesma categoria que os trabalhadores domésticos e os soldados, “esse trabalho consiste em serviços que geralmente perecem no próprio instante em que são prestados, não se fixando nem realizando qualquer mercadoria vendável que possa repor o valor de seus salários e de seu sustento” (SMITH, p.138). Os artífices podem poupar, contribuindo para o aumento da riqueza do país.

Além disso, não necessariamente um país sem agricultura não pode sobreviver, pois se este obtiver comércio e manufatura é obrigado a comprar matérias em estado bruto numa quantidade elevada e exportar uma quantidade menor de manufaturados, porque no processo de transformação da matéria prima em manufaturado adquire-se valor, para adquirir o objeto de seu trabalho e o seu próprio sustento, ao contrário, um país agrário sente a necessidade de importar produtos manufaturados e com isso exporta suas matérias primas para adquirir tais produtos. Um país que tem tanto a agricultura quanto as manufaturas sentem menos necessidades de trocas, mas Adam Smith evidência, como já explicitado, em sua obra “A Riqueza das Nações” a importância da troca e do livre comércio entre as nações, não podendo manter-se isoladas, para o aumento da riqueza de ambas as partes.

Considerações finais

As ideias a ser captadas através dos textos dos autores aqui apresentados nos proporcionaram elementos que possibilitaram resgatarmos, dentro de limitações, indícios do passado que nos ajudaram a construir um entendimento do contexto histórico averiguado. Segundo Arendt (1989), grande parte das ideologias ou conjunto de ideias e concepções que buscam nortear ou explicar a realidade tem em sua essência à busca por uma solução histórica, o que a autora chama de “a chave da História”. O que move os fatos, o que impulsiona a ação do homem, qual o papel do Estado, das classes ou do interesse individual. O que gera a riqueza, qual o melhor caminho para a nação, qual a melhor política a se seguir, essas questões possuem mais que uma teoria econômica, mas também trazem um sentido de movimento da história.

As questões teóricas da História das Ideias nos forneceram ferramentas metodológicas para trabalhar os textos, levando em consideração as peculiaridades da fonte em questão. Mostrando mais a fundo o entendimento do comércio, o papel do artesão e do sistema agrícola, identificando as considerações que os teóricos da fisiocracia e também do liberal Adam Smith contribuíram para os estudos da história do pensamento econômico.

Referências

- BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. 6^a edição. São Paulo: 2006.
- CUESTA, Alejandra. **La Fisiocracia**. Universidade Técnica de Ambato. 2009.



DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. 4ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo: 2001.

GALIANI, F. *Diálogos Sobre o Comércio de Cereais*. Editora Sagesta. Curitiba, 1770.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Editora Zahar. Edição 1979.

MISES, L.V. *La Acción Humana: Tratado de Economía*. Unión Editorial: Madrid, 1995.

POWELL, J. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/index.php/academia/biografia/1040-anne-robert-jacques-turgot>. > último acesso em: 12 de ago. de 2013.

PRADA, V. V. *História Económica Mundial*. Ediciones Universidad, S.A. (EUNSA). 1999.

QUESNAY, F. *Quadro Econômico*. Porto Editora, LTDA. 1958.

_____. *Quadro Econômico*. Editora: Universitária Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1978.

_____. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. Abril Cultura, São Paulo. 1983, p. 249 – 343.

_____. *Quadro Econômico dos Fisiocratas*. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

SILVA, Moacir, *A História econômica da Revolução Francesa sob Perspectiva da Escola Fisiocrática*. Editora: Eduem 2010.

_____. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SMITH, Adam. *Os Economistas: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo 1996. p. 202 e 203.

TURGOT, A. R. J. *Reflexões Acerca da Formação e Distribuição das Riquezas*. Editora Porma LDTA. São Paulo, 1779.

Documentos Eletrônicos:

ROTHBARD, Murray Newton. *Fisiocratas e o livre comércio*, 22 Agosto 2013 Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/index.php/academia/artigosnovo/1379-fisiocratas-e-o-livre-comercio>. > acesso em: 26 de ago. 2013.

_____. *A Ética da Liberdade*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

CORAZZA, G e MARTINELLI, O. J. *Agricultura e Questão Agrária na História do Pensamento econômico*, Disponível em: http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n19_2002_art1.pdf. > acesso em: 02 de set. 2013.



BRARROS, A.J. **História das Ideias – em torno de um domínio historiográfico**. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/275/237>. > último acesso em: 29 de set. de 2013.

305

VOGT, D.R. **A Linguagem como Intervenção Política**: uma análise sobre a contribuição de Quentin Skinner. Fev. de 2011.

TRABALHO E PODER NO *DE RE RUSTICA* DE COLUMELLA

Douglas de Castro Carneiro
SEED/PR

Os escritos latinos sobre agricultura foram redescobertos no final da Idade Média e no início do Renascimento depois traduzido do latim para as línguas nacionais, sobretudo o *De Agricultura* de Catão, o *De Re Rustica* de Varrão o *De Re Rustica* de Columella e alguns dos livros do *História Natural* de Plínio o velho e as *Geórgicas* de Virgílio (Kolendo, 1980,p8). Essas fontes escritas por uma elite revelando o desenvolvimento das vilas romanas entre os séculos II a.C. e I d.C. Pelo número e pela qualidade de suas produções, a literatura agrária romana pode ser considerada um fenômeno social a parte (Zannier, 2007,p10). Estes escritos didáticos atendem ao interesse de diferentes grupos sociais que foram beneficiados com essas transformações sociais e apontam para um período de expansão das relações de trabalho e poder

no mediterrâneo. Tendo em vista esse propósito, o presente artigo divide-se em duas partes: a primeira que ira expor uma biografia de Columella buscando analisar em linhas gerais como o autor analisou as relações de trabalho e poder e como a historiografia contemporânea tem se comportado neste aspecto. Em seguida, passar-se a análise da fonte propriamente dita, para indicar as interações entre trabalho e poder na vila concebida por Columella, de acordo com a hipótese que levantamos no início de nosso texto. Sobre a vida de Columella dispomos de poucas informações. De acordo com E.S Foster, “Columella nasceu e passou seus primeiros anos de vida na cidade de Gades (Cádiz), um município romano ao sul da Espanha. Ele não menciona seus pais, apenas um tio chamado Marcus Columella que viveu na mesma província, possivelmente vivendo com ele nos primeiros anos de vida” (Foster, 1950, p123). Mirian T. Griffin observa que Columella, “faz muitas referências a Sêneca, que possuía propriedades em Nomento, a Júlio Gálio e M. Trebélío Máximo, este último pode ter sido o legado no qual em 36 d.C. Columella teria servido como tribuno militar estacionado na Síria. Uma inscrição funerária encontrada em 1685 e hoje perdida atesta essa informação”(Griffin,2003,p89). René Martin acrescenta que, “possuía terras na região do Lácio, na Toscana e na Árdea” (Martin,1971,p1174). Quanto a sua produção intelectual, perdeu-se um tratado de astrologia, restando-o apenas o *De Re Rustica*, composto provavelmente no principado de Nero. No tocante à estrutura do *De Re Rustica* temos a seguinte divisão dos livros. O primeiro livro contém uma introdução geral e disserta sobre o problema da gestão da propriedade,o segundo livro, trata do cuidado da terra, e as colheitas.

Os terceiros, quarto e quinto livros são dedicados ao cultivo, aos enxertos, à poda das árvores frutíferas, o sexto livro contém instruções para cuidar do gado, dos cavalos, das mulas, junto com um discurso sobre a medicina veterinária. O sétimo livro continua com o assunto, mas com referência aos pequenos animais, como ovelhas, cabras, porcos e cães. O oitavo livro versa sobre o gerenciamento das aves de capoeira, e os viveiros de peixes. O nono livro trata das abelhas. O livro X foi escrito em hexâmetros, para satisfazer um pedido para Cláudio Augustal, sendo um poema sobre os jardins, *De Arboribus*. O livro XI restringe-se a falar da função dos capatazes e o livro XII considera as atribuições da vilica e traz diversas receitas. As tradições das fontes dividiam-se em dois grupos. O manuscrito mais antigo é o *Codex Sangermanensis Petropolitanus* 207(=S), um manuscrito aparentemente datado do século IX escrito na cidade de Corbie na França, transferido depois para Abadia de St. Germain des prés e agora na biblioteca estadual de São Peterburgo. Outro manuscrito provavelmente escrito em Fulda na Alemanha e agora na Biblioteca Ambrosiana em Milão, do século IX ou X, o *Codex Ambrosiano* L.85 sup. (=A). Outro grupo consiste em vinte manuscritos datados do século XV que provavelmente descendia dos manuscritos que

estava nas mãos do humanista italiano Poggio Bracciolini (Reitz, 2013, p. 277). Dentro do universo rural romano devemos ter em mente que as vilas deveriam ser localizadas em determinados espaços e trazer certos benefícios. Assim escreveu Columella:

O senhor deve tomar cuidado especial com os homens ao seu serviço. E estes são colonos ou escravos, soltos ou acorrentados [*uel coloni uel serui sunt soluti aut uincti*]. Com os colonos deve ter um comportamento amigável, tratando-os afavelmente e deve ser mais exigente com relação ao trabalho do que com o pagamento da renda, pois assim os ofende menos, e, contudo obtém um rendimento maior. Pois quando a terra é cultivada com cuidado, geralmente rende lucros, e raramente perdas, a não ser que sobrevenham tempestades ou ladrões: e por isso o colono não ousará pedir uma redução na renda devida. Mas o senhor não deve ser severo no cumprimento de cada detalhe do contrato com o colono, como cobrar no dia exato do pagamento, ou exigir madeira ou outros serviços menores coisas que causam mais mal-estar do que trabalho aos camponeses [*rustici*] [...] Em fazendas muito distantes, difíceis para o dono visitar, é melhor, em qualquer tipo de terra, cultivá-las com colonos livres do que com capatazes escravos, em especial se produzem trigo. Nessas terras um colono não pode causar grandes danos, como poderia no caso de vinhedos ou culturas arbustivas, enquanto escravos trazem grandes prejuízos: eles alugam o gado, e mantêm-no mal alimentado juntamente com os outros animais; não aram a terra com cuidado e afirmam ter semeado muito mais semente do que a realmente empregada; não cuidam do que efetivamente plantaram a fim de que cresça; e quando trazem a colheita para a debulha, diariamente diminuem o total, seja pelo roubo ou pelo pouco caso. Pois eles próprios o roubam ou não se incomodam que outro roube, e nem após guardado deixam de falsificar as contas. O resultado é que tanto o capataz quanto a mão-de-obra tornam-se desonestos, e a propriedade adquire má fama. Assim, minha opinião é de que tal propriedade deve ser arrendada se, como disse, não pode contar com a presença do dono (I,7,1, 6-7).

Na passagem acima, Columella chama atenção de seus leitores a dois tipos de trabalhadores em suas propriedades. Os trabalhadores livres e os escravos, uma parte destes encontrava-se soltos e outros que trabalhavam acorrentados. Na opinião do agrônomo gatadino, as terras que eram cultivadas pelos colonos dariam mais lucro e menos trabalho. Entretanto, o autor chama atenção do seu público leitor para o fato de que existiam muitos trabalhadores que falsificavam as contas destas propriedades e acabavam por trazer má fama a estas propriedades. De acordo com Rafael de Bivar Marquese, “essas recomendações aproximam-se muito daquilo que Columella fala sobre a questão, por exemplo, ouvir a versão dos escravos, antes de puni-lo ou então não permitir que houvesse atitudes discordantes entre o senhor e o feitor acerca da punição do cativo” (Marquese, 2004, p. 59). De todo o modo, é possível notar uma crítica contundente da parte de Columella àqueles que empregam no campo escravos acostumados com o trabalho na cidade. Em seguida acrescenta sobre o modo de tratamento da escravaria:

No caso de outros escravos, os seguintes preceitos devem ser observados, eu não me arrependo, falar sem familiaridades com o escravo do campo, explicando que somente ele não tem conduzido com frequência mais apropriadamente com os escravos da cidade, quando percebia que alguns trabalhos não tinham sido concluídos foi em devido com a amizade com o feitor, eu seria imparcial com eles e permitiria mais liberdade para terminar. Atualmente, eu fiz isso, uma prática para opinar sobre os outros trabalhos e descobrir assim o tipo de habilidade para cada um deste tipo de inteligência (I,8,15).

Notamos a crítica do autor para aqueles proprietários que estavam utilizando escravos urbanos para os trabalhos do campo. Como consequência deste acontecimento, muitas das atividades não eram realizadas e o efeito desejado não se encontrava nas propriedades. T. J. Wiedemann afirma, “a instituição da escravidão teria servido como forma para o desenvolvimento de diferentes funções e em diferentes sociedades” (Wiedemann,1985, p. 162). Nesse contexto a figura do capataz:

O próximo ponto diz aos escravos, que o trabalho deve ser adequado a quem ou aquele que lhe deve ser atribuído. Portanto meu conselho é para que no início não seja para designar um supervisor para este tipo de escravo que são fisicamente atraentes e certamente não da classe que se ocupou com os afazeres voluptuosos da cidade. No entanto esta classe de escravos sonolentos e preguiçosos acostumados com o ócio, com o Campo, com o circo, com os teatros, tabernas, prostíbulos, nunca se esquecem desses divertimentos, e quando levam para a agricultura o senhor perde muito. Pois deve ser escolhido um escravo que já esteja acostumado com o trabalho agrícola desde a mais tenra infância (I,8,1-2).

Na citação acima observamos que o autor faz uma inter-relação entre os escravos do campo e os escravos citadinos, estes últimos considerados como preguiçosos já que frequentavam os teatros, as tabernas e os lupanares. A sugestão do autor é utilizar um trabalhador agrícola desde a sua mais tenra idade. Podemos compreender que o próprio *vilicus* correspondia a uma tentativa de estender o poder do proprietário. Neste contexto elucidam-se que:

Portanto, como tenho dito, o futuro capataz deve ser forte e duro com os serviçais nas operações com o gado e primeiro deve ser testado para ver se não aprendeu totalmente a ciência agrícola, mas ele também mostra fidelidade e ligação ao superior por que sem essas qualidades o mais perfeito conhecimento é inútil.(XI,1,7).

Columella sugere aos seus leitores que o capataz deve ser forte e coerente com os serviçais e especialmente nas operações junto ao gado; deve ser um conhecedor da ciência agrícola, mas antes de tudo mostrar fidelidade ao senhor, pois sem ter todas estas características o conhecimento é considerado inútil. É possível concordar que o autor considerava a agricultura como uma *scientia*. Deste modo:

É apropriado que um capataz deva supervisionar sua fazenda, caso não seja o primeiro e nem o último estágio de sua vida. Despedir um escravo novato da mesma maneira que um homem idoso, da mesma forma que o primeiro não tenha aprendido as primeiras atividades agrícolas e o último não possa ser conduzido a sua juventude e os façam novatos, enquanto a velhice faz dos homens mais lentos. Mas a idade é importante para que se desempenhe tal função se não houver acidentes este homem poderá exercer sua função durante 35 a 60 anos (XI 13,1-4).

De todo o modo, notamos claramente que Columella apontava que existia claramente uma relação hierárquica entre os escravos mais antigos e os mais novos, sendo que os mais antigos não apresentavam o mesmo vigor de outrora e os mais novos não possuíam todo o preparo adequado. Entretanto, muitas vezes o capataz ficava responsável pelos negócios do senhor:

Ele não deve continuar nenhum negócio por conta própria, nem investir os fundos do seu mestre em gado, e outros bens para a compra e a venda, e por um tipo de tráfico que o desvia a atenção do supervisor nunca lhe permitem equilibrar as contas com seu mestre, mas quando uma prestação das contas é exigida ele tem bens para mostrar em vez de dinheiro (I 8,13).

O autor afirma categoricamente que o capataz não poderia ter nenhum negócio próprio e nem investir os fundos do seu mestre em gado, e outros bens para a compra e a venda, que este deveria prestar suas contas através de bens. Nesta passagem, observa-se que o *praefector* possuía uma posição especial nesta grande hierarquia social e a sua relação com os demais membros dessa micro-sociedade que eram as vilas romanas. Sobre as qualidades do capataz observa-se:

Portanto quando ele assume os deveres do capataz, este deve ser instruído na arte da agricultura, evitando particularmente intimidade com os membros da casa ainda mais com os estranhos. Ele deve-se abster do vinho e do sono, ambos sendo compatíveis com a perda da memória para os embriagados. Assim ele ficará mais cuidadoso com seus afazeres e muitas coisas são compatíveis são esquecidas de reportar por aqueles que dormem excessivamente(XI,1,13).

O capataz era uma figura escolhida pelo senhor da propriedade que deveria ter algumas características importantes: ser instruído na arte da agricultura, deveria evitar contatos com os membros da casa (senhor) e ainda mais com os estranhos. Deveria se abster do vinho e do sono e zelar pelos seus afazeres. Deveria ser um indivíduo de confiança do senhor, pois ficaria no lugar do proprietário na sua ausência. De acordo com Jean Andreau, “a atenção dos historiadores tem mudado abruptamente para outro grupo de escravos por serem tão importantes economicamente quanto os escravos do sexo masculino, às

vezes chamados de superintendentes” (Andreau, 1998, p. 105). Podemos considerar que estas eram as características essenciais do *vilicus*:

Um capataz, portanto deve observar para que os escravos vão imediatamente pelo início da manhã, andando organizadamente, mas marchando como soldados que estão indo para a batalha com vigor e estão mostrando interesse em seguir o capataz que os lidera e os encoraja no seu trabalho atual, com várias exortações de tempos em tempos, ajudar aquela cuja força está falhando tomar suas ferramentas por momentos e fazer um trabalho com um vigor exemplar(XI,1,17).

Na passagem acima, fica evidente a comparação que Lucio Moderato Columella procura fazer entre o *vilicus*, escravo que ficava responsável pelo trabalho dos demais escravos que se encontravam nas propriedades, com o *dux* ou chefe militar. No contexto romano, usam-se a imagem da escravidão para expressar as estruturas políticas por meio de uma metáfora da escravidão (Roller, 2001, p. 218). Fica evidente em nossa análise que Columella procura transpor a sua experiência como tribuno militar em terras sírias para as vilas que procura descrever. E, entretanto, essas diferenças são para demonstrar as relações de poder que existiam inclusive na diferenciação dos trabalhadores agrícolas. Dessa forma, elenca Columella:

Ele deve manter seus escravos vestidos e fora da cama para o serviço e não vestidos refinadamente, o que significa estar protegido do frio e da chuva, ambos evitando colocar casacos de pele com manga e gorros. Assim, quase em todo o inverno os dias poderiam ser suportados enquanto trabalham. Portanto, o capataz deve examinar a roupa do mesmo modo que as ferramentas do jeito que tenho dito, duas vezes ao mês. (XI,1,21).

Columella aponta que o capataz deveria ser o responsável pelo cuidado da vestimenta dos escravos; este mesmo escravo que era da confiança do senhor deveria averiguar todas as questões para que estes mesmos escravos pudessem suportar o frio para que as propriedades pudessem ser mantidas. O autor condena veementemente a presença do *vilicus* na cidade, a não ser que fosse algo extremamente importante; ele deveria evitar a presença de pessoas estranhas e nem utilizar os escravos para seus serviços próprios e evitar ao máximo sair dos limites das vilas. Neste quadro subentende-se que:

Seriam aqueles preceitos bem conhecidos, velhos, mas excelente, em moralidade, os quais estão fora de uso atualmente: Que um supervisor não deva empregar os serviços de um escravo camarada exceto em negócios, que ele não divida a comida e não dentro da casa, nem comida destinada ao restante; fazendo assim, ele verá que o pão é feito com cuidado e outras coisas são preparadas com o devido cuidado.(I,VIII,12).

Na passagem acima, Columella avisa aos seus leitores que os escravos que estavam sob seu controle não deveriam entrar em contato a não ser que fossem em negócios e que este não dividisse a comida dentro da casa. Deste modo, podemos entender o quão importante era a relação do *vilicus* com os demais escravos da propriedade:

O capataz deverá considerar o que é difícil de observar mesmo no tocante aos maiores poderes, isto é não agir de forma muito cruel ou indolente, com os subordinados, é preciso sempre incentivar os bons e empenhados, poupar os menos aptos e agir moderadamente para que eles mais respeitem a sua severidade do que odeiem sua crueldade. E poderá obter isso se preferir cuidar para que um trabalhador não erre do que se errar puni-lo. Pois não há mais nada eficaz para controlar o pior dos homens do que lhe retirar dia a dia suas tarefas.(XI,1,25).

Na passagem acima, Columella sugere que os feitores ou capatazes não deveriam ser cruéis com os escravos, estes deveriam incentivar aqueles que eram empenhados e tentar evitar ao máximo as punições aos trabalhadores. De toda a forma, observa-se que o capataz possui um papel especial nas vilas descritas por Columella.

O capataz deve observar dois pontos fundamentais: não tirar as algemas a quem o dono tenha destinado algum castigo, a não ser que tenha sido autorizado e não libertar ninguém que esteja acorrentado, antes que o senhor conheça as circunstâncias; e o senhor da casa deve tomar um cuidado particular com este escravo para que não seja tratado injustamente com relação as suas roupas ou outros benefícios. Pois os escravos podem estar submetidos a um grande número de pessoas, o capataz, o supervisor, o carcereiro podem sofrer uma punição injustamente. Assim um senhor cuidadoso inquiria sobre eles e também sobre os escravos não acorrentados, pois estes são mais dignos de crédito, se estão recebendo o que lhes é devido segundo o que lhes ordenará[...] Ele deva dar a oportunidade de queixar-se daquelas pessoas que os tratam mal. Com efeito, eu às vezes defendo aquele cuja uma justa causa de queixa e puno aqueles que incitam os escravos à revoltas e caluniam seus supervisores; por outro lado recompenso aqueles que se comportam com energia e diligência. Para as mulheres que são muito férteis, devem-se recompensar por criarem certo número de filhos e às vezes concedo a liberdade, após terem criados muitos filhos. Pois para uma mãe de três filhos dou isenção de trabalho, para aquela que cria mais três dou a liberdade. [...] Agindo com tal justiça e consideração, senhor muito contribuiu para o crescimento do seu patrimônio (I,8,17-20).

No excerto acima, identificamos algumas características importantes da relação que o *vilicus* tinha com o seu senhor e com o ambiente ao seu redor. O senhor impossibilitava aos feitores de punir qualquer um dos semelhantes sem saber quais eram as acusações. Diferente de seus antecessores (Catão e Varrão), Columella tinha uma preocupação em não tratar seu escravo como uma mera ferramenta de trabalho como

fazia, por exemplo, Catão no século II a.C. O mesmo autor procurava ser parcimonioso dando crédito aos escravos que não eram acorrentados. Um fato interessante que podemos notar ainda neste excerto é que o próprio autor incentivava seus leitores à prática da manumissão. Seguindo estes conselhos o proprietário iria inclusive gerar um aumento do seu patrimônio. A presente descrição nos dá uma visão geral daquilo que se deveria esperar do *vilicus*:

No mais digo em qualquer coisa, que digo a respeito da profissão do capataz, como em vida geralmente de grande valor, em que qualquer um deva realizar se não por ignorância, e ter sempre o desejo de aprender. Pois embora o conhecimento faça bem, especialmente na agricultura, da qual faz parte e é o ponto principal de uma vez por todas qualquer que seja o método de cultivo, embora a ignorância ou a negligência que causou algum efeito errado e pode ser remediado sendo já prejudicada, não pode prejudicar ninguém, não pode render depois de um tempo, para compensar a perda de capital e restaurar o lucro perdido (XI,I,28).

Neste momento, enxergamos uma realidade que até o momento não estava clara. O capataz deveria não somente gerenciar as atividades da vila como os afazeres dos escravos e dos trabalhadores livres; caso fosse necessário ele supervisionaria os afazeres delegados a sua esposa que era uma escrava de confiança que mesmo dentro da *pars urbana* possuía escravos sob a sua supervisão. De acordo com a historiadora Ulrike Roth, “o escravo pessoal descrito nos tratados de Catão, Varrão e Columella possui uma clara estrutura de gerenciamento das estruturas impostas por uma hierarquia” (Roth, 2004, p. 102).

Sempre que verificar quando os escravos deixam a vila e procurar por aqueles que podem estar trabalhando fora e se alguém como às vezes, acontece, tem se escondido dentro da casa ou escapado da vigilância do seu par, ela deve interrogar as razões dessa preguiça e encontrar se ele está escondido por conta da falta de saúde que o impede de trabalhar ou se escondeu por ócio (XII 3,7).

Mas quem seja destinado a este negócio deve estar ciente sobre ele e ser rígido que ele possa ensinar aqueles sobre suas ordens e conduzir ele próprio as instruções que ele transmite; sem dúvida, nada pode ser dito e aprendido corretamente sem um exemplo. E é melhor que o capataz seja o mestre e não um aprendiz de seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos enfatizar as relações de trabalho e poder presentes no tratado columeliano. Partimos da hipótese que o tratado não foi escrito apenas por um viés economicista, como apontou diversos historiadores. Com esse intuito, analisamos os livros I, XI e XII, para observar a estrutura

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

de trabalho e poder dentro das propriedades romanas. No tocante à análise da fonte, centramos nossa leitura na descrição que Columella faz da estrutura de poder na vila, na posição do proprietário e de se capataz, o *vilicus*. O senhor da propriedade, foi descrito no primeiro livro, era geralmente um cidadão romano com muitas posses. Columella procura traçar sérias críticas aos donos das herdades de seu tempo, já que estes geralmente passavam pouco tempo em suas propriedades, deixando-as na maioria das vezes sob a responsabilidade de seus escravos de confiança.

Notamos a mesma crítica no próêmio do primeiro livro quando o autor sugere aos seus leitores que estes comprassem propriedades próximas da cidade, para que estes mesmos cidadãos tivessem tempo de realizar suas atividades nos fóruns e no campo. O mesmo autor procura traçar as referências idílicas às propriedades rurais tomando como exemplo o modelo de homem republicano, quando os cidadãos dividiam-se entre seus afazeres urbanos e as atividades “gloriosas” do campo. O senhor, mesmo não estando presente em todas as oportunidades em suas propriedades, zelava pela ordem e pela estrutura hierárquica que ali existia.

Na leitura da fonte, intentamos focar os aspectos políticos da obra, pouco estudado até o presente momento. Com sua experiência como tribuno militar em terras sírias, o autor procurou transpor conceitos militares às propriedades rurais que possuía, atribuindo termos como *imperator* ao dono da propriedade. Foi nesse contexto que analisamos a nossa fonte. A hierarquia que existia nas propriedades era inspirada no regimento militar do exército romano, pois o mesmo autor passou longa parte de sua vida ligado ao exército romano. Em segundo lugar, devemos ter em mente qual era o status social dos trabalhadores. Sabemos que estes não eram apenas escravos.

Por fim, chegamos a algumas conclusões: A obra de Columella é extremamente importante para a compreensão do mundo rural romano, não somente pelos aspectos econômicos que nos são oferecidos, mas também pelos aspectos políticos, sociais e morais que nos ajudam na compreensão dos mais diversos ângulos deste texto que acaba sendo instigante e nos ajuda na melhor compreensão do universo romano.

REFERÊNCIAS

FONTES:

COLUMELLA. *On agriculture*. 3 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1977. (Loeb Classical Library).

- ANDREAU, Jean. De l'esclavagisme aux esclaves gestionnaires. *Topoi*, 9, p. 103-112, 1999.
- FOSTER, E.S. Columella and his Latin treatise on agriculture. *Greece & Rome*, v. 19, n. 57, p. 123-128, 1950.
- GRIFFIN, Mirian. *Seneca: A Philosopher in Politics*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- KOLENDO, Jerzy. *L'agricoltura nell'Italia Romana Tecniche agrarie e progresso econômico dalla tarda Republica al Principato*. Roma: Editora Riuniti, 1980.
- JOLY, Fabio Duarte. Espaço, Poder e Escravidão no De Re Rustica de Columella. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.
- LAVAN, Myles. The Empire in the Age of Nero. In: BUCLEY, Emma & DINTER, T. Martin *A Companion to the Neronian Age*. Oxford: Wiley Blackwell, p. 65-82, 2013.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores Letrados e o Controle dos Escravos nas Américas 1660-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- MARTIN, René. *Recherches sur les agronomes latins et leurs conceptions économiques et sociales*. Paris: Belle Lettres, 1971.
- REITZ, Christiane. Columella, *De Re Rustica*. In: BUCKLER, Emma & DINTER, Martin T. (orgs.), *A Companion to the Neronian Age*. Oxford: Wiley Blackwell, p.275-287, 2013.
- ROLLER, Mathew. *Constructing Autocracy: Aristocrats and Emperors in Julio Claudian Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- TREVIZAM, Matheus. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de doutorado em Linguística, Unicamp, 2006.
- WIEDEMANN, Thomas E. The Regularity of Manumission at Rome. *Classical Quarterly*, v. 35, p.162-175, 1985.
- ZANNIER, Marie Pierre. *Paysages du Grande Domaine et Norms Agronomiques de Caton à Pline l'ancien*. Tese de doutorado em História, Universidade do Maine, 2007.



O MITO DAS QUATRO IDADES NA POESIA VIRGILIANA

Douglas de Castro Carneiro
SEED/PR

O conjunto das obras de Virgílio, escritas entre os anos de 42 a.C. a 19 a.C., permite compreender o período pelo qual Roma passava: um momento de transição, transformações sociais, políticas e culturais no final da república romana, após o falecimento de Júlio Cesar e ascensão de Otávio Augusto, posteriormente imperador. Virgílio criou e ampliou uma nova propaganda política iniciada com a *Quarta Écloga*, que chegava a imaginar uma “Idade de Ouro”, introduzida por ações sociais e políticas para se referir à figura de Augusto, perpassando características comuns nas *Geórgicas* e na *Eneida*. O mito das quatro idades é um

tema presente nas mais diversas culturas, seja no mundo greco-romano ou no Oriente; é recorrente nas mais diferentes formas de pensar, mesmo separadas por diferenças linguísticas, culturais e sociais. Composto por três tradições míticas diferentes, as idades do mundo, as idades dos metais e as idades dos impérios. Em meados do século XIX e início do XX, estudiosos como Henri Bérgson, Ernest Cassirer (1972), herdeiro da filosofia kantiana, e George Dumézil (1974) partiram de um ponto de vista arquetípico, avançando nos estudos da relação entre a história e o mito. Com frequência, o mito é entendido como oposição à história, ou como oposto a ciência. Nesse sentido mais restrito, o mito é visto como algo essencialmente religioso, atuante na esfera do sagrado e, portanto, impossível de ser confundido como algo que se pretende científico, como atividade historiográfica ou uma dada filosofia especulativa da história (Dobroruka, 2006, p15). O poeta Virgílio nasceu em 70 a.C. e faleceu em 19 a.C. Viveu a queda da república romana e a ascensão do principado. Nascido na cidade de Mântua, teria acompanhado os aspectos políticos e socioculturais. Nosso intuito é analisar as relações mitológicas introduzidas por ele apreendidas ao longo de sua obra. Para tanto, citamos O’Ross (2007), para quem:

Virgílio teria escrito as *Éclogas*, as *Geórgicas* e a *Eneida*. A vida coincide com a dissolução da república romana, as guerras civis e ascensão do principado. Nesse sentido, as poesias virgilianas que retratam a simplicidade do campo e deveria agradecer os romanos cansados das agitações políticas (O’ROSS, 2007, p.120).

O estudo das idades do mundo constitui uma abordagem importante nas concepções de tempo, da história e das sociedades ideais. Um dos textos mais célebres que evocou uma “Idade de Ouro” foi certamente a *Quarta Écloga*, de Virgílio, identificada como a idade de Saturno, equiparando-o a seu reino mítico no Lácio. Para a maioria dos estudiosos da *Quarta Écloga*, Virgílio celebra o consulado de Assínio Pólio, que ajudou a negociar a paz entre Otávio e Marco Antônio, em 40 a.C., um dos momentos fundamentais das guerras civis (PERKELL, 2012, p.12). Podemos observar essas assertivas nos versos de Virgílio:

Do cúmeo vaticínio eis chega a idade; Grande ordem já de séculos, tornam satúrnios tempos torna virgem; Do céu, nova progênie, enfim descende. Casta Lucina, assiste ao recém nado, sobre quem no mundo férreo gente acaba áurea servindo. Apolo teu já reina, Tu cônsul Pólio, com tanta glória, tem de encetar, seu curso égrégios meses de horror perpétuo (VIRGÍLIO, ÉCLOGAS, 4,5-14,2005, p. 86-87).

Virgílio narra que a partir da *Quarta Écloga*, a ascensão da “Idade de Ouro” ficou conhecida como um período de transição, de transformações marcadas com a identificação do mito descrito na *Eneida*, e consequentemente, como fundadora de Roma. Esse período foi descrito como o final da república e a ascensão do principado de Augusto. Intencionamos fazer um paralelo ao definir o mito como narrativa meta-histórica. Elaborados por sacerdotes e teólogos, essas visões de mundo foram adotadas por aqueles que pertenciam ao estrato superior da sociedade, que servia para justificar uma ordem social que trouxe benefícios evidentes para os privilegiados; mas isso não significava que eram repudiados por pessoas comuns.

A preocupação com a ordem e o caos refletia uma experiência muito comum de como as coisas eram no mundo antigo (COHN, 1996, p.30). As visões de mundo descritas por Cohn parecem ser muito semelhantes nas mais diversas culturas, já que encontramos referências sobre esses aspectos nos textos de Hesíodo e nos livros de Daniel. A *Quarta Écloga* narra que o mundo romano estaria passando por um momento de paz e tranquilidade, iniciado durante a queda de Júlio Cesar e a ascensão de Otávio Augusto, tal como é narrado pelo poeta Virgílio. As *Éclogas* são paradoxalmente contemporâneas aos eventos que são descritos (TARRANT, 1997, p.173), como podemos verificar nos versos virgilianos:

Divinizado, ele verá consigo deuses mistos e heróis; vê-lo-ão regendo o Orbe aplacado por virtudes pátrias. Mas donoso te apresta o solo inculto Com bácaro, menino hera intricada, a colocásia com ridente acanto Ofertando-te a cabra os ubres tesos, o armentio aos leões perdendo o medo, rebentará em brandas flores, Morta a serpe e o veneno em falaz planta crescerá vulgarmente assírio amorno. Dos heróis o louvor e ações paternas, Mal possa, lendo apreciar virtudes, sem custo à flavescer madura espiga, da sarça penderá a vermelha uva, Mel suando em orvalho os duros robres (VIRGÍLIO, *ÉCLOGAS*, 4,15-30, 2005, p.88).

Nos versos acima, Virgílio chama atenção para a relação em que era possível compreender não somente a descrição mística, mas também a associação idílica em que as pessoas possuíam uma conexão etérea que se aproximava muito dos camponeses. A ideia era de uma vida inocente que levava a queda do homem e ao mundo contemporâneo (RYLBERG, 1958, p112). Nos versos virgilianos, percebemos que:

Mente que basta a referir teus feitos! Não terei que invejar ao Trácio ou Lino, Bem que de Orfeu Calíope a mãe seja, Que a Lino inspire o pai formoso Apolo; Juiz a Arcádia, Pã comigo à prova, Pã se me curvará comigo à prova VIRGÍLIO, *ÉCLOGAS*, 4, 55-60, 2005, p.90).

Constatamos a relevância da relação dos mitos com os camponeses e com a Arcádia, especialmente como um lugar ideológico. Desde a “Idade de Ouro”, considerada mítica, Virgílio inicia modificando os detalhes desse tema e as caracterizações do governante (JOHNSTON, 1980, p.2).

Nosso objetivo também é analisar essas relações em outra obra de Virgílio, escrita em quatro livros, nos quais o poeta procurou coletar diversas informações do mundo rural nessa perspectiva bucólica. As *Geórgicas* foram redigidas por volta do ano 37 a.C. para a elite de seu tempo (REAY, 2003, p.3). Nesse texto, lemos que:

Antes de Jove adquirir forças, nenhum colono quebrava o solo com o arado, era errado marcar a terra, comum e o próprio solo e lhe deu de tudo, quando ninguém lhe demandava. Foi Jove que pôs veneno nas cobras, fez do lobo um predador, fez do fundo do mar subir, balançar todo o mel, diminuir a rapidez das folhas, nos suportes do modo, que usando o cérebro, os homens gradualmente evoluem na busca do trigo, usando o arado, no modo a poder disparar fagulhas mantidas nas veias dos solos (VIRGÍLIO, *GEÓRGICAS*, 1, 124-135, 1999, p.32).

Nesses versos, notamos que Virgílio utilizou-se de uma transição mítica que veio da “Idade de Ouro”, então governada por Saturno, para a “Idade de Ferro”, governada por Júpiter. Essa transição pode ser compreendida à luz do viés social e político do Império Romano. A vida rústica era relacionada com os conceitos de piedade, quando da vinda dos troianos que fundaram Roma. Isto acontecia antes de Júpiter ter sucedido Saturno (NAPPA, 2005, p.125). Nos versos virgilianos:

Sim antes de Júpiter pegar seu cetro, um descrente se enfileira sobre os novilhos abatidos, Saturno viveu este tipo de vida na terra, ninguém tinha ouvido as trombetas da batalha, chamar nem os estrondos da espada, quando feita sobre forja não apropriada (VIRGÍLIO, *GEÓRGICAS*, 2, 535-540, 1999, p.64).

Dessa forma, torna-se claro que Virgílio procurou descrever a transição da república para o principado augustano, considerando que a batalha de *Accium* influenciou essa transição. O governo de Saturno é sempre um símbolo de um passado mítico em que reinava a paz. Nos versos de Virgílio:

Aqui a primavera é eterna e o verão dura mais de três meses. Duas vezes ao ano, as vacas parem, os bezerros e as árvores rendem seus frutos. Mas tigres não vivem aqui, nem leões perseguidores e lobos banidos, não enganam os sentimentos, de quem o pegam, assim como a víbora escamosa deslizando-se sinuosamente sobre o chão mantendo nela enrolada ou atacando-a (VIRGÍLIO, *GEÓRGICAS*, 2 149-154, 1999, p.51).

A “primavera” descrita por Virgílio não estava presa a um determinado momento cronológico, mas a uma descrição ideológica que refletia o mito da “Idade de Ouro”, o qual, por seu turno, não ficou restrito a apenas uma obra, mas perpassou outros trabalhos importantes para a compreensão do *corpus* virgiliano. Como resultado, a idade de ouro foi representada excepcionalmente como uma extensão da vida humana (ROSE, 1986, p.135), como podemos observar nesses versos:

Os agricultores fervorosos planejam os anos seguintes e atingem as vinhas dormentes, reduzindo-as a cortadores de Saturno e dando-lhes um candidato formatado. Seja o primeiro a cortar a terra, primeiro a queimar as partes empilhadas, seja o primeiro a armazenar na sombra o seu suporte de estacas (VIRGÍLIO, *GEÓRGICAS*, 2,405-410, 1999, p. 35).

Nesse contexto, buscamos elucidar a importância da última obra de Virgílio, na qual o autor procura traçar as relações dos mitos das quatro idades e a suas consequências.

Destacamos que a *Eneida* foi um poema escrito por Virgílio no ano 19 a.C., que objetivava realizar a narrativa mitológica de Eneias, que teria desembarcado na região do Lácio, onde futuramente seria Roma. Escrito em doze livros, essa obra trata-se de um panegírico, em que Virgílio procurou narrar as aventuras e desventuras de Eneias, um dos poucos troianos sobreviventes da guerra de Tróia.

No primeiro livro, Virgílio narra o naufrágio de Eneias próximo a Cartago; no segundo livro, narra a Dido o último dia de Tróia; no terceiro, fala sobre as viagens de Eneias para a Itália; no quarto livro, o objetivo é narrar os amores de Dido e o seu fim trágico; no quinto livro, fala sobre os jogos fúnebres; no sexto livro, sobre a descida de Eneias ao mundo dos mortos; no sétimo livro, narra a chegada ao Lácio; no oitavo livro, faz a descrição do escudo de Eneias; no nono livro, discorre acerca do ataque ao acampamento troiano; no décimo livro, conta sobre as façanhas e a morte de Palanto; no décimo primeiro livro, narra os [Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

funerais dos guerreiros; e no décimo segundo e último livro, descreve o combate travado entre Eneias e Turno, e conseqüentemente a vitória de Eneias. A esse respeito, Meira Amaral (2011) pontua que:

O caráter político da obra de Virgílio em um momento em que Roma encontrava-se em conflito e em crise; primeiro de César e Pompeu e entre Otávio e Marco Antônio. O poeta acreditava que Cesar traria a paz, mas depois depositou a confiança em Otávio com a morte do líder político da república romana assim como Eneias será o responsável por essa restauração (MEIRA AMARAL, 2011, p.7).

A pretensão de Virgílio ao redigir a obra Eneida era dar continuidade às epopeias Ilíada e a Odisseia, já que o mundo vivenciado pelo poeta se encontrava em momentos de crise política, o que acabou refletindo em sua obra. Virgílio apontou que com a ascensão de Augusto e com o fim das guerras civis, o império entraria em um período de relativa paz. O furor da crise na sociedade pode ser compreendido nesses versos do poeta:

“Ditem leis Jano, travem as portas. Com tranças e aldrabões, sobre armas cruas, dentro do ímpio furor, sentado e roxo, atrás os pulsos nós em cem, em nós em bronze, Hedionda ruja com sanguínea boca” (VIRGÍLIO, ENEIDA, 1 310-314, 2001, p.26).

O significado e o fim da história, de acordo com Júpiter e citado por Virgílio, é a coleção de forças suficientes para confinar o furor para sempre, colocar uma base permanente na fraternidade e na suavidade de um mundo pacífico. Esses elementos permitem a Otávio Augusto a autoridade para se estabelecer em Roma, pois ele não era visto como um simples ditador, e sim possuía uma linhagem divina e destinada a firmar a paz romana (SILVA DO NASCIMENTO, 2011, p. 5). Nos versos virgilianos:

Nem dórios, arraiais, nem Xanto ou Simois. Te faltarão; também da deusa, Há no Lácio, outro Aquiles, nunca os teucros. Tenaz deixara Juno. A quem na Angustia. A que Ítalas nações, a que cidades, não tens de suplicar! E sempre a causa, uma hóspita mulher, um tono externo (VIRGÍLIO, ENEIDA, 6, 85-95, 2001, p.163).

As relações descritas pela epopeia e narradas por Virgílio têm basicamente os preceitos identificados como uma releitura da guerra de Tróia. A Eneida de Virgílio é um épico nacional que demonstra a identidade e a inclusão de uma nova realidade política do final da república e início do principado de Augusto (BELL, 1999, p.263). Nos primeiros livros, Eneias foi escolhido pelos deuses para a descoberta de uma nova terra. Os livros V ao VIII caracterizam as relações que retratariam Eneias como o pai da pátria. Nos últimos livros, há um Eneias apto e maduro para ser descrito no mito como um príncipio guerreiro.

Na concepção de Cruz:

Uma relação que se encontra explícita no poema merece uma referência especial ao plano político. Eneias foi uma figura mítica do século XII a.C. homologava-se ao imperador Augusto, contemporâneo de Virgílio a quem representava o fim das guerras civis que afetara Roma durante a maior parte do século I a.C. Ambos narram o poema, sobre o seu dever cívico, como centro de suas atividades e governavam sobre a base de um acordo que inclui todos os povos da Itália (CRUZ, 2009, p.10).

No trecho acima, observamos que Virgílio nutria uma simpatia por Otávio Augusto, referenciado como uma figura mítica responsável por trazer a paz de volta a Roma. A metáfora da “Idade de Ouro” foi utilizada pela primeira vez com a *Quarta Écloga* tendo como reflexo a ideologia do governo de Augusto (THOMAS, 2004, p.35). Diante desses novos fatos, o homem citado por Eneias nos versos de Virgílio é profetizado por Anquises (pai de Eneias) como refundador da idade dourada e das idades que se seguiram:

De Júpiter fugindo aqui Saturno. Do Olimpo veio expulso do seu trono, Selvagem povo, indócil, ajuntando, legislou e chamou de Lácio, a plaga antiga, onde um latente couto depara. No célebre reinou um século de ouro, de justiça e de paz, mas pouco a pouco em pior descorou-se na idade nossa, raiva belaz surgindo e atroz cobiça. De Ausônio e Sicanas invadida variou de nomes a Saturna Terra (VIRGÍLIO, ENEIDA, 8, 315-325, 2001, p.234).

No trecho acima, percebemos que a “Idade de Ouro” foi um momento áureo para pensar a conquista dos territórios que teriam sido feitos por Saturno e a grande consequência seria a “Idade de Ferro”. Nesse sentido, Virgílio afirma que:

Volve os olhos, contempla os seus Romanos. Júlio, aí tens a geração de Ascânio. Para exaltar-te ao Pólo. A ti bem vezes, Eis aí o prometido, Augusto César diva estirpe, varão ao que o Lácio Antigo, Há de os satúrnios séculos dourados restituir e sobre os Garamantes (VIRGÍLIO, ENEIDA, 6,789-795, 2001, p. 189).

A esse respeito, Karl Löwith assinala que:

A estas catástrofes segue-se uma idade de ferro, marcada por lutas titânicas, quer limitando-se a imitar épocas passadas da grandiosidade histórica e esta idade de ferro é sombria. Pois os antigos deuses morreram, os novos são ambíguos como o crepúsculo em total escuridão ou em pleno dia (LÖWITH, 1980, p.44).

Nos versos de Virgílio:

Notas próximo a luz, por sorte, uma luz, um jovem, por sorte se arrima, em hasta pura, às auras, misto latino, sangue surgirá, primeiro Silvio, póstumo teu do nome Álbano. Que tardio a ti, já na eterna vida. Te há de Lavínia produzir nas selvas, Rei dos Reis gerador, por onde os nossos por onde tem de vir, a Alba Longa a ser senhores (VIRGÍLIO, ENEIDA, 6, 760-765, 2001, p.187).

O sexto e o sétimo livro foram marcados pelo ritual de sacralização da região do Lácio, onde seria fundada a cidade de Roma, como depreendemos desses versos de Virgílio:

O Império dei sem fim; Té Juno acerca, que o mar ciosa terra, e o céu fatiga, Transmudada em melhor, tem me amparar-me. Dor orbe, os senhores, a nação togada, Praz-me assim. Manem lustros, que inda em casa, De assaraco, há de ser de Pítia de Argos, Senhora Agrilhoar Micenas, clara. D'lulo garfo egrégrio em nome e em glória, sucedendo as conquistas, No Oceano, César terminará nos céus a fama (VIRGÍLIO, ENEIDA, 1,285-289, 2001, p.25).

Na descrição da Eneida, Virgílio aparentemente absteve-se de se referir aos tempos ásperos proporcionados pela idade governada por Júpiter, compreendendo que o não retorno da “Idade de Ouro” significava a reestruturação do governo de Saturno para o trono do Olimpo. Identificado como o período de crise em que Júpiter assume o poder do Lácio descrito por Virgílio, Saturno assume o papel de fundador de Roma. Virgílio, contudo, retrata a imagem de Saturno como um rei latino.

“Entraste este rio e já no porto, o hospício não fujais, sabeis que a gente latina de Saturno, por si é reta. Não é por temor da lei, tem-se os ditames do velho deus” (VIRGÍLIO, ENEIDA, 7, 201-205, 2001, p.200).

Em suma, a leitura da poesia virgiliana permite compreender que o mito das “Idades do Mundo” é importante para o entendimento da formação mítica no contexto da queda da república romana e da ascensão do império.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

FONTES PRIMÁRIAS

VIRGÍLIO. *Bucólicas: edição bilíngüe*. Tradução e comentário de Raimundo Carvalho; em apêndice: tradução de Odorico Mendes. Belo Horizonte, MG: Tessitura/ Crisálida, 2005.

VIRGIL, *GEORGICS* Translated by H. Rushton Fairclough Loeb Classical, 1999.

VIRGIL, *ANEID* Translated by H. Rushton Fairclough Loeb Classical, 2001.

BIBLIOGRAFIA

ADLER, Eve *Vergil's Empire Political Thought in the Aeneid* Rowman Publishers, 2003.

BELL, J.E Andrew *The Popular Poetics and Politics of the Aeneid*. Transactions of the American Philological Association (1974-), Vol. 129, (1999).

CASALI, Sérgio *The Development of the Aeneas Legend In a Companion to Vergil's Aeneid and its tradition* Joseph Farrel and Michael C. J. Putnam (edited) Willey Blackwell, 2013.

CASSIRER, Ernest *Antropologia Filosófica* São Paulo, Mestre Jou, 1972.

COHN, Norman *Cosmos, Caos o Mundo que Virá: As Origens das Crenças no Apocalipse* Tradução Cláudio Marcondes, Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Nicolas *Idea de la História de Roma en la Eneida de Virgilio* José Marín y Widow, Juan Antonio (eds.). *Un magisterio vital: historia, educación y cultura. Homenaje a Héctor Herrera Cajas*, Editorial Universitaria, Chile, 2009.

DOBRORUKA, Vicente *Mito e história na Antigüidade: esboço para um estudo de conjunto dos limites entre religiosidade e meta-história*. Boletim do CPA (UNICAMP), v. 20-21, 2006.

DUMEZIL, George *La Religion romaine archaïque* Payot, Paris, 1974.

FANTHAM, Elaine *Literature in Roman Republican The Cambridge Companion to the Roman Republic* Harriet I Flower, 2004.

JOHNSTON, Patrícia *Vergil's Agricultural Golden Age A Study of Georgics*. Leiden & J.Brill 1980.

KENNEDY, F. Duncan *Virgilian Epic*. In: *Cambridge Companion to Vergil*. Charles Martindale (edited), 1997.

LÖWITH, Karl *O Sentido da História*, Edições 70,1980.

MEIRA, Amaral Fernanda *Virgílio e a Construção do Império Romano*. V Colóquio de História, *Perspectivas Históricas, Historiografia, Pesquisa e Patrimônio*. 2011. Anais Eletrônicos [do] V Colóquio de História: perspectivas históricas. Recife: FASA, 2011. p. 905-914.

MILLAR, Fergus *The Roman Republic in political thought* The Menahem Stern Jerusalem Lectures, 2002.

NAPPA, Christopher *Reading After Actium Vergil's Georgics Octavian and Rome* University of Michigan, 2005.

NASCIMENTO, Daniele da Silva *O Escudo de Eneias A Representação da Consagração de Augusto Cesar*. Cultura e Tradução, João Pessoa, 2011, pp1-20.

PERKELL, Christine *The Golden Age and its Contradictions in the poetry of Vergil*. *Vergilius* Vol. 48, (2002), p. 3-39.

REAY, Brendon *Some Addressees of Virgil's Georgics and their Audience* *Vergilius* (1959-), Vol. 49, (2003), p.17-41.

REED, J.D *Vergil's Roman In a Companion to Vergil's Aeneid and its tradition* Joseph Farrel and Michael C. J. Putnam (edited) Willey Blackwell, 2013.

RECKFORD, Kenneth *Some Appearances of the Golden Age*. *The Classical Journal* Vol. 54, No. 2 (Nov., 1958), p. 79-87.

ROSE, Herbert J. *World Ages in the Body Politic*. *Harvard Theological Review* 54,1961.

ROSS, David O. *Virgil's Aeneid A Read Guide* Blackwell, 2007.

RYLBERG, Ines Scott *Vergil's Golden Age* *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* Vol. 89, (1958), p. 112-131.

SEAGEAL, Robert A. *Myth, A Very short Introduction* Oxford University, 2004.



SMITH, Alden Riggs *The Primacy of Vision in Virgil's Aeneid* University of Texas, 2004.

TARRANT, R.J *Poetry and power: Virgil's poetry in contemporary context. In Cambridge Companion to Vergil.* Charles Martindale (edited), 1997.

THOMAS, Richard F. *Vergil's and the August Reception.* Cambridge, 2004.

325

AS DIUINAE INSTITUTIONES DE LACTÂNCIO: ESCATOLOGIA, INTRANSIGÊNCIA RELIGIOSA E POLÍTICA IMPERIAL

Douglas Raphael Machado Gobato

Universidade Estadual de Maringá (PPH/LEAM)

Profa. Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini - orientadora

Universidade Estadual de Maringá (DHI/PPH/LEAM)

Introdução

As informações sobre a vida de Lactânncio são escassas, a maior parte do que sabemos, além das esparsas referencias deixadas em suas obras, é graças ao que São Jerônimo (347-420) deixou escrito em *De*

Viris Illustribus,³⁷ texto do final do século IV em que sumaria a vida de 135 autores cristãos, iniciando com os apóstolos e indo até o século V, onde termina falando de sua própria experiência. Explicando o texto de Jerônimo, Ramon Teja, nos comentários de *De mortibus persecutorum* de Lactâncio (2000, p. 7) e E. Sánchez Salor, tradutor e comentador das Instituições Divinas (1990, p.7-8) afirmam que o autor romano nascera na África, em Numídia, por volta do ano de 250. Ainda na juventude, teria tornando-se discípulo de Arnóbio, professor de retórica que parece não haver exercido nenhuma influência doutrinal sobre seu discípulo, visto a ausência de qualquer menção a este nos textos de Lactâncio (TEJA, 2000, p. 7-8).

Durante governo do imperador Diocleciano (284-305), Lactâncio teria sido convidado para vir a Nicomédia, na província da Bitínia, então capital do Império. Segundo Salor (1990, p. 10-11) o chamamento do imperador deveu-se a duas razões: ao prestígio de Lactâncio como retórico e a sua comprovada posição de defensor da unidade imperial. Não podemos precisar a data de sua chegada na capital, todavia, esta teria ocorrido entre 284, início do governo de Diocleciano, e 303, ano em que foi promulgado o edito da Grande Perseguição aos cristãos e o retórico já se encontrava na cidade.

O local e a data da conversão de Lactâncio ao cristianismo geram controvérsias. Teja (2000, p. 8) acredita que quando o imperador Diocleciano iniciou sua perseguição aos cristãos (303-305), o retórico já teria se convertido, sendo provável que o fato tenha se dado ainda na África ou logo após sua vinda para Nicomédia. Salor (1990, p. 8-9, 11-12) por sua vez, exclui a possibilidade da conversão em território africano. Ainda assim, Jerônimo nos diz que graças à falta de discípulos, Lactâncio viu-se em dificuldades em Nicomédia. Mais tarde teria deixado a cidade. Comentando este trecho, Salor (1990, p. 12) afirma que graças a suas crenças, o africano teria perdido seus discípulos, sendo proibido de ensinar na capital após o início da perseguição. Em contrariedade, Teja (2000, p. 8) defende que o retórico em nenhum momento fora agastado por suas crenças: “parece deducirse de dos passajes de las Institutiones que durante el reinado de Diocleciano [Lactâncio] no fue molestado por sus creencias, pues permaneció em Nicomedia por lo menos hasta el 305”. De todo modo, como destaca o próprio Jerônimo, o retórico teria abandonado a Bitínia em sua maturidade e por volta de 305 aceitado o convite de Constantino (306-337) para ir a Gália assumir a educação literária de seu filho, Crispo (TEJA, 2000, p. 8-9). Sobre a morte de Lactâncio, ainda que não possamos precisar o local, aproveitando as últimas referências temporais em *De Mortibus Persecutorum*, conseguimos estabelecer que tenha se dado por volta de 324 (TEJA, 2000, p. 16).

³⁷ Disponível em <http://www.newadvent.org/fathers/2708.htm>. Acesso 27/11/2014.

Sobre os escritos do autor romano, em *De Viris Illustribus* Jerônimo menciona alguns textos atribuídos a ele. Parte dessas obras não chegaram até nós. Dentre as que possuímos, destacamos as *Diuinae Institutiones*, redigida entre 305 e 313 (TEJA, 2000, p. 10-11).

As *Instituições Divinas* de Lactâncio, compõe um texto de caráter apologético, onde o autor contesta as religiões pagãs e os principais argumentos da filosofia greco-romana, tecendo uma defesa a doutrina cristã. A obra é dividida em sete livros, obedecendo ao seguinte modelo proposto Salor (1990, p. 18):

Livro I: Rechaço as falsas religiões;

Livro II: Defesa da verdadeira;

Livro III: Rechaço a falsa sabedoria;

Livro IV: Defesa da verdadeira;

Livro V: Rechaço a atitude dos perseguidores;

Livro VI: Defesa da atitude cristã.

No livro VII, todavia, Lactâncio distancia-se da ordem que viera seguindo, alternando-se entre a defesa do cristianismo e o ataque aos seus contraventores, afirmando que a conservação do Império Romano era a única forma de garantir a existência do mundo, evitando o juízo final seguido da parousia de Cristo. Em seguida, propõe que a condição da sobrevivência de Roma está na aceitação do cristianismo como a verdadeira religião em detrimento das religiões de mistério e demais filosofias da antiguidade.

Para avaliarmos essas alegações de Lactâncio, precisamos considera-las no contexto de desagregação das instituições imperiais e da retomada de ideias decadentistas e de cunho apocalíptico, tanto por parte dos romanos, que tomavam a crise como resultado da degeneração de seus costumes, como dos cristãos, que viam no momento de instabilidade indícios do final dos tempos. As perseguições gerais do século terceiro não serão senão uma consequência desse choque ideológico, assegurado pela intransigência dos seguidores de Cristo em aderir as práticas do paganismo.

A despeito do messianismo que impulsionava muitos cristãos ao martírio, à medida que a igreja de Roma se dava conta de que o retorno de Cristo não seria imediato, passou a buscar formas de coexistência pacífica com o Império, desenvolvendo estratégias que desestimulassem a crença no eminente regresso do messias e garantissem a aproximação política com o Estado. Em nosso texto, tomando as *Diuinae Institutiones* de Lactâncio, buscamos evidenciar como as alegações feitas pelo autor no último capítulo de

sua obra, revelam uma tentativa de aproximar a doutrina cristã, que considerava como a absoluta revelação da verdade, com as instituições políticas romanas, justificando a existência do Império a partir da doutrina do cristianismo. Para isso, iniciamos analisando como se desenvolveram as ideias decadentistas retomadas pelos romanos no contexto da crise imperial. Em seguida, consideramos o avanço das ideias apocalípticas entre os cristãos a partir de sua herança judaica e, finalmente, inserimos a obra de Lactâncio dentro de um processo de aproximação política entre a igreja e o Império nos séculos III e IV.

Ideias decadentistas e crise da sociedade imperial

As origens das ideias de decadência retomadas pelos romanos no contexto da crise imperial, remontam, de acordo com Mazzarino (1991, p. 13-14) a baixa Mesopotâmia, por volta de 3000-2500 a. C. Foi neste recuado passado que desenvolveu-se um sentimento de declínio próximo ao de culpa coletiva, quando acreditou-se que era preciso combater as novas tendências desagregadores da sociedade através da recuperação dos velhos costumes (MAZZARINO, 1991, p. 14-15).

Nos séculos III e IV a. C., o historiador Tucídides (460-395 a. C.) relacionou certas ideias decadentistas a crise do mundo grego. No mesmo sentido, os etruscos também conceberam a desagregação de seu Estado, marcado para o final de oito séculos a partir a partir do início de sua civilização. Para eles, a decadência estaria relacionada a ruína da agricultura. Essa ideia de esgotamento da terra, por sua vez, foi difundida, ainda que com variações, para outras regiões. No último século antes de Cristo, Lucrécio afirmava:

“Eis que nosso tempo já decaiu. A terra, cansada, a muito custo cria pequenos animais [...] Utilizamos bois e camponeses e arados, mas os campos mal e mal compensam, [...] Triste, o plantador de uma videira envelhecida e lânguida acusa a ação do tempo e culpa a nossa época [...] com suas lamentações não, percebe que todas as coisas apodrecem lentamente, caminhando para a sepultura, desgastada pelo longo caminho do tempo”. (apud MAZZARINO, 1991, p. 18).

Outros como Salústio e Cícero, viram a decadência de um ponto de vista moral: “[...] como las costumbres, la ausência de ‘grandes hombres’, la desaparición de la virtud, la luxúria a la inclinata res publica” (UBIÑA, 1982, p. 18).

Diferente de seus contemporâneos, Políbio, no século II a. C., faz uma interpretação das causas da decadência romana a partir do que considerava como fatores “internos” e “externos”. Assim, conforme Ubiña:

“En las Historias de Polibio se encuentran los dos motivos que siempre dominaron a la interpretación del fin del mundo antiguo, hasta hoy: por una parte, la explicación interna, que ya políbio aplica a la estructura constitucional del Imperio Romano, deduciendo la futura ruina de la imposibilidad de superar los contrastes de clases; por otra, la explicación exterior, que Políbio aplica a la barbarización del Estado grecobatrino, en la cultura clásica, unida a la iranica, se vio submergida por las oleadas de nómades iránicos” (1982, p. 18)

Nos primeiros dois séculos do Império, mesmo com as reformas de Augusto, como indica Ubiña (1982, p. 18) renasceram as ideias de Cícero e Salústio de degeneração da moral e dos costumes do povo romano. Por outro lado, nem todos viram esse momento de forma negativa. Para Ovídio, (*apud* MAZZARINO, 1991, p. 33): “Há quem goste do passado, mas eu me sinto feliz por ter nascido agora; está época convém à minha maneira de viver”. Outros, como Floro e Elio Aristides, também compartilhavam desse espírito, a ponto de a maioria dos historiadores desde Gibbon, considerarem a dinastia dos antoninos no século II como uma “idade de ouro” sem precedentes (UBIÑA, 1982, p. 19).

Esta época de otimismo, todavia, terminaria com o reinado de Marco Aurélio (161-180), quando o Império passou a sofrer sucessivos ataques em suas fronteiras, uma aguda crise econômica e comercial, um endurecimento radical da administração e a excessiva cobrança de impostos. Segundo Géza Alföldy, em *A História Social de Roma*, a morte de Marco Aurélio foi interpretada como o fim de uma “idade de ouro” e o princípio de uma “idade de ferro e ferrugem”, assim descreveu Cássio Dião:

“A crise não começou simultaneamente em toda a parte e as suas manifestações variaram nas diferentes regiões do Império. [...] Apesar de tudo, o Império romano sofreu uma transformação em todos os domínios da vida que veio a provocar alterações profundas na estrutura da sociedade” (1982, p. 173).

Ainda segundo Alföldy (1982, p. 173) a crise se manifestava de forma mais evidente nas catastróficas relações externas de Roma. Segundo ele, após algumas vitórias bem sucedidas de Marco Aurélio contra os Germanos, o Império foi atacado no governo de Severo Alexandre (222-235), Maximino

(235-238), Décio (249-251) e a captura de Valeriano pelos Persas em 260, evento que Lactâncio descreve em *De Mortibus Persecutorum* (2000, p. 73-74) como um castigo de Deus contra suas ações anticristãs.

No plano interno, a convulsão econômica, que ia muito além dos espaços urbanos, levou a um endurecimento da máquina administrativa e governamental. A última revolução romana, como aponta Peter Brown em seu livro *O Fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*, trata exatamente das reformas na administração iniciadas por Diocleciano com o estabelecimento da Tetrarquia, que, conforme Lactâncio (2000, p. 77) dividiu a terra em quatro partes. O novo sistema de administração, previa uma virtual divisão administrativa do Império em duas partes, governada por dois augustos e dois césares.

As reformas de Diocleciano nas últimas décadas do século III, apesar de todo o descontentamento dos segmentos mais baixos da sociedade, proporcionaram ao Império um período de considerável estabilidade, ainda que esse momento fosse marcado pela Grande Perseguição aos cristãos (303-305), fator que terá grande importância na política imperial no século IV.

Segundo Peter Brown, nesse momento de reformas políticas e econômicas do século III:

“O Império Romano é salvo por uma revolução militar [...] a aristocracia senatorial é excluída dos comandos militares, em 260. Os aristocratas veem-se obrigados a servir como soldados profissionais, que haviam subido pouco a pouco. [...] Essas transformações duplicaram o tamanho do exército e aumentaram a mais do dobro o seu custo”. (1972, p. 26-27).

De modo geral, todas as camadas sociais foram atingidas pela nova política administrativa. Os senadores perderam seu poder político dentro do escol governamental, sendo substituídos por órgãos e funcionários estatais mais eficientes. Diante desse recuo, a ordem dos cavaleiros passou a representar a pedra angular na administração imperial. Por outro lado, a camada social mais atingida com o novo delineamento político foi a dos decuriões, composta pelos cidadãos ricos das cidades que tinham por obrigação zelar por sua manutenção. O enfraquecimento da *ordo decurionum* deveu-se, principalmente, a face econômica da crise, que atingiu de forma mais severa as cidades. Os decuriões também sofreram por serem a classe mais tributada do Império, já que os senadores, grandes proprietários de terras, e os cavaleiros, em grande parte funcionários do Estado, gozavam de privilégios fiscais. Quanto à população, tanto a urbana como a dos campos, era demasiado pobre para que dela se obtivesse algo (ALFÖLDY, 1982, p. 178-190). Nesse momento, a exemplo de Políbio, muitos já assinalavam fatores concretos para a crise,

como Ulpiano e Filóstrato, que apontavam gretas perigosas na administração do Império, como a escassez de mão de obra.

Após a “revolução militar” e o conseqüente endurecimento da administração no século III, segundo Peter Brown em *A ascensão do cristianismo no Ocidente* (1999, p. 37): “O Império Romano restaurado constituía uma sociedade bastante abalada, ansiosa pelo retorno da lei e da ordem. As palavras de ordem da época eram *reparatio* (reparação de um mal) e *renovatio* (renovação).” No campo ideológico-religioso essa restauração representava um retorno às antigas práticas do paganismo (*mos majorum*) quando os cristãos passaram a representar um empecilho para o retorno à estabilidade.

Esperança escatológica e a aproximação política entre igreja e Estado

Ao procurarmos pelas raízes do pensamento apocalíptico cristão, somos levados a tradição messiânica judaica que ao longo de todo o antigo testamento fala da vinda do messias. Segundo Simon e Benoit, os judeus: “[...] esperaban resarcirse de las humillaciones acumuladas en el curso de los siglos, buscando su imagen en el mismo pasado de un descendiente autêntico de David.” (1972, p. 19).

Com a doutrina dos apóstolos, o cristianismo aos poucos foi diferenciando-se dos círculos do judaísmo e adquirindo uma cultura escatológica própria, assentada na crença da segunda vinda de Cristo e nos sinais apocalípticos que a precederia, conforme dito na literatura apocalíptica dos dois primeiros séculos. A esse respeito, Hinojo diz que:

“Desde sus Orígenes, el cristianismo desarrolló, en continuidad con la tradición hebrea, una escatología o conjunto de creencias sobre ‘el fin de los tiempos’, centradas en torno de la parusía o segunda vinda de Cristo a la tierra, cuyos primeros testimonios se encuentran en las epístolas de Pablo, los evangélicos sinópticos y el Apocalipse de Juan” (2009, p. 74).

A crença das primeiras comunidades cristãs em relação ao poder temporal, ou seja, à dominação romana, assumiram duas possibilidades: a primeira, sustentada nos escritos de Paulo, com o passar do tempo e ao perceber que a eminente *parousia* não ocorreria, buscou uma postura de coexistência pacífica com a autoridade secular. Conforme Hinojo: “Pablo consideraba a los emperadores y magistrados como autoridades instituídas por Dios, que el Cristiano tenía la obligación de acatar, rindenódoles honores y cumpliendo puntualmente con el deber de pagar tributos y observar las leyes”. Em segundo lugar, temos a

orientação apocalíptica de João que considerava Roma como o anticristo ou a Besta do Apocalipse (HINOJO, 1999, p. 74-75).

Em linhas gerais, no primeiro século prevaleceram as ideias escatológicas e milenaristas que ainda criam no eminente retorno do Messias. Segundo Hinojo:

“La apocalíptica Cristiana, como la judia, difundió una concepción determinista de la historia la que el futuro de la humanidad dependia de un plan prefijado [...] Atendiendo a estos principios, la apocalíptica Cristiana fundamentaria una práctica de oposición radical hacia los poderes temporales, que iba a dificultar la integración de los cristianos en la sociedad greco-romana” (1999, p. 18).

Essa postura de afastamento do mundo própria dos cristãos joaninos, como aponta Wayne A. Meeks em *As Origens da Moralidade Cristã* foi um dos elementos constitutivos da moral cristã nos dois primeiros séculos. Assim nos diz: “[...] a alienação dos cristãos joaninos em relação ao mundo não é fuga do mundo por parte dos indivíduos. Esses cristãos confrontam o mundo na solidariedade de uma seita”. Em estreita relação com esse afastamento está, como dissemos, o sentido finalista que tradicionalmente os cristãos deram à história humana: “O sentido de um fim faz mais que proporcionar um mito para justificar a separação entre a comunidade justa e a cultura mais ampla ao seu redor. Ele desestabiliza o mundo. Declarando que tudo que é tido como certo terá fim [...]” (MEEKS, 1997, p. 177).

A medida que, a partir do século II, a *parousia* de Cristo não parecia tão próxima, a atitude de muito cristãos em relação a sua concepção milenarista e conseqüentemente sua postura diante do poder temporal passou a mudar. Assim, nas palavras de Hinojo:

“[...] a medida que se prolongaba la espera escatológica se hizo necesario dotar a las comunidades de una estructura de gobierno temporal, que garantizase la supervivencia. En principio, predominó el modelo del episcopado o presbiterado múltiple, sustituido en todas partes, a lo largo del siglo II, por el monarquismo episcopal” (1999, p. 80).

Da perspectiva escatológica no Ocidente, em torno da segunda metade do século II e início do século III, parte dos autores cristãos tenderam a abandonar a ideia de um fim do mundo próximo e acercaram-se mais dos problemas da época, como faziam os autores pagãos. Essa postura, como destacam Ubiña (1982, p. 21-22) e Hinojo (2009, p. 81) levantou oposições, tanto no Ocidente quanto no Oriente, onde prevaleciam as teses catastrofistas de um fim do mundo próximo (UBIÑA, 1982, p. 21). O movimento montanista de

meados do século II, como aponta Hinojo “[...] respondia a la necesidad que sentían los cristianos más tradicionalistas de reafirmarse en los fundamentos de la fe ante los progresos de la cultura grecorromana y la tibieza espiritual de muchos de sus correligionários”. Tertuliano (155-230), bispo de Cartago, adaptou a teologia montanista as tradições do cristianismo africano e fundou sua própria seita, com os mesmos objetivos de manter vivo o ideal apocalíptico em torno da *parousia* (HINOJO, 2009, p. 82).

O início de século III, foi marcado por decretos contra os cristãos e o evidenciar da crise imperial que, como vimos, tornou-se mais visível após o governo de Marco Aurélio. A crise resgatou as ideias catastrofistas pagãs, e da mesma forma reascendeu o ânimo dos cristãos e suas ideias apocalípticas. Neste ponto, temos um embate de ideologias. Os romanos acreditavam na amputação do elemento estranho que se recusava a participar do retorno as antigas tradições do paganismo. Os cristãos, por sua vez, viam a eminência da *parousia*. As perseguições não serão, se não uma exposição desse conflito ideológico, contudo, nem todos os cristãos reagiram da mesma forma à crise, como nos diz Mazzarino:

“[...] a atitude dos cristãos em relação à crise imperial diferenciou-se de forma acentuada: alguns, exaltando a obra da Providencia, conciliavam, confiantes, império de Roma e cristianismo; outros desprezavam o império e procuravam, com dissimulada alegria, uma explicação satisfatória para a queda iminente devido à chegada do Anticristo, Nero redivivo, prestes a ser derrotado pelo sopro do Senhor” (1991, p. 38).

Assim, da mesma forma que a crise imperial não atingiu o Império da mesma forma em todas as regiões, a reação dos cristãos e pagãos a ela também não foi homogênea. A postura “oficial” da Igreja de Roma era desencorajar as ideias catastrofistas de um fim do mundo próximo, pois, a despeito das reações anticristãs no século III, como aponta G. E. M. de Ste Croix em artigo que se intitula, *Por que fueron perseguidos los primeros cristianos?*

“En los intervalos entre estas persecuciones generales, la situación, a mi parecer, recordaba mucho lo que había sido antes, excepto que la posición de la Iglesia era, en general, mejor: hubo varias persecuciones locales, pero hubo también largos períodos durante los cuales los cristianos gozaron de algo semejante a una paz completa sobre la mayor parte del império” (1981, p. 234-235).

O crescimento das igrejas cristãs ocidentais no século III, levava a necessidade de conservar os bens adquiridos nesses momentos de tolerância, e como Hinojo (1999, p. 89): “[...] obligó a las Iglesias, a mantener buenas relaciones con las autoridades. Una circunstancia que favorecería la aproximación mutua.”

A reorganização imperial, em especial com as reformas de Diocleciano, trouxe novamente certo equilíbrio a sociedade e adiou por mais alguns séculos a derrocada de Roma no Ocidente. Diante dos delineamentos que seguiram a Tetrarquia, dois autores cristãos, Lactâncio e Eusébio, admitiram a ideia de um Império cristianizado, deslocando em suas obras as ideias apocalípticas e decadentistas.

Em seu sétimo livro, conforme Hinojo (1999, p. 90) dedicado ao imperador Constantino, Lactâncio utiliza-se de uma tradição mais antiga de estabelecer uma datação para o fim do mundo, baseado na semana cósmica hebraica que interpretava os dias da criação não de forma literal, mais cada dia correspondendo a um milênio. Assim nos diz o retórico latino:

“Así pues, dado que Diós hizo su obra en seis días, el mundo permanecerá necesariamente en este estado seis siglos, es decir, seis mil años, como disse el profeta con estas palabras: ‘Senhor, mil años ante tus ojos, como un día’ (LACTANCIO, 1990, p. 318).

Neste ponto, Lactâncio recupera o que já havia sido feito por Justino, que apoiado na narrativa do livro de Daniel, apontava a *parousia* para o ano 350 após o nascimento de Cristo. Essa atitude, ia de encontro com as tentativas das hierarquias das grandes Igrejas em desacreditar as ideias milenaristas, cujas principais estratégias foram desautorizar a literatura apocalíptica e utilizar a cronologia e as previsões para afastar a ansiedade frente ao retorno eminente de Cristo (HINOJO, 1999, p. 83-84). Outros autores cristãos como Sexto Júlio Africano, em sua *Chronographia*, também seguiram essa tradição, ainda que apresentasse algumas variações em relação a data final. De todo modo, conforme Hinojo (1999, p. 85) importa identificarmos que esses sistemas serviram como instrumento para controlar as esperanças apocalípticas, e no futuro, reservar apenas aos eruditos os temas referentes a previsões do futuro. Esse abrandamento das ideias apocalípticas foi significativo na aproximação entre as igrejas cristãs e o Estado Romano.

Passo decisivo, todavia, na aproximação entre Roma e o cristianismo já havia sido dado por Orígenes (185-254), que através de uma interpretação alegórica das escrituras, sugeriu que a salvação seria individual e na alma de cada crente. O reino de Deus foi deslocado por ele para o plano espiritual, desconsiderando uma *parousia* universal de acordo com a interpretação tradicional cristã. Em relação ao relacionamento do cristão frente ao Estado proposto por ele:

“[...] Orígenes sustuvo el principio de lealtad para con el Estado. Los cristianos tenían el deber inexcusable de cumplir las leyes, mientras éstas no entrasen en conflicto con las

demandas de su consciência, como en el caso de la participación requerida pelo Estado en el culto imperial.” (HINOJO 1999, p. 85).

Em Lactâncio, não vemos essa interpretação alegórica, pelo contrário, a segunda vinda de Cristo estaria envolta em sinais apocalípticos e de degradação dos valores humanos. O anticristo viria da Ásia, e o Oriente dominará sobre o Ocidente. Sem dúvida o autor cristão via esses sinais na crise imperial em que estava inserido. Por outro lado, o retórico vincula o fim do mundo ao fim de Roma.

“La propia situación actual declara que la caída y final del mundo ocurrirán en breve tempo, salvo que Roma se mantenga, en cuyo caso no parece que haya que temer nada de esto. Pero cuando caiga esta capital del mundo y empiece a llegar su decadencia, de la cual hablan las Sibilas, quién. puede dudar de que ha llegado el final de la humanidade y del mundo” (LACTANCIO 1990, p. 344).

Inserido nas disputas de poder da tetrarquia, a qual considera ser o gérmen da decadência (HINOJO, 1999, p. 91), Lactâncio já concebe em suas *Institutiones Diuinaes* a união entre poder político e religioso e a esperança em adiar a vinda do anticristo e o juízo final.

Considerações finais

Diante do momento de instabilidade e desagregação que marcou a crise do Império Romano no Ocidente a partir de finais do século II, tanto romanos como cristãos buscaram explicar os acontecimentos a sua volta a partir de crenças que lhes eram próprias. Por outro lado, para além do decadentismo e das ideias apocalípticas, houveram indivíduos como Políbio, Ulpiano e Filóstrato, que foram capazes de identificar fatores concretos para a crise da sociedade. A própria igreja de Roma foi capaz de distanciar-se das paixões que animavam parcelas da população e passou a buscar justificativas que garantissem a sobrevivência da igreja no caso de a parousia de Cristo não ocorrer naquele momento. Lactâncio escreve a partir dessa perspectiva, ele não desacredita no retorno do messias, todavia, prevê uma alternativa para garantir que esse evento seja postergado. O autor romano não via o mundo para além de Roma, apenas sua existência poderia garantir a sobrevivência da humanidade e tão somente o cristianismo permitiria sua continuidade. Sendo assim, consideramos o sétimo livro das *Diuinae Institutiones* de Lactâncio, como o coroamento de um plano estabelecido que visava vincular a ideologia do cristianismo às instituições políticas de Roma, justificando a existência das instituições imperiais a partir das instituições divinas. Os acontecimentos que marcaram o final de sua vida e o restante do século IV acabariam por confirmar suas expectativas.

Referências

Fontes

LACTÂNCIO, Lucius Caecilius Firmianus. **Institutiones divinas**. Vol. II. Madrid: Gredos, 1990.

_____. **Sobre la muerte de los perseguidores**. Madrid: Gredos, 2000.

Bibliografia

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

BENOIT, André; SIMON, Marcel. **El judaísmo y el cristianismo antiguo: de Antíoco Epífanes a Constantino**. Barcelona: Labor, 1972.

BROWN, Peter. **A ascensão do cristianismo no Ocidente**. Lisboa: Presença, 1999.

_____. **O fim do mundo clássico**. Lisboa: Verbo, 1972.

HINOJO, Pablo Fuentes. “La caída de Roma: imaginación apocalíptica e ideologias de poder em la tradición Cristiana antigua (siglos II al V)”. *Studia histórica*, vol. 27, 2009, pp. 73-102.

MAZZARINO, Santo. **O fim do mundo antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MEEKS, Wayne A. **As origens da moralidade cristã: os dois primeiros séculos**. São Paulo: Paulus, 1997.

STE CROIX. G. E. M. de. *Por que fueron perseguidos los primeros cristianos?* In: FINLEY, M. I. **Estudios sobre historia antigua**. Madrid: Akal Universitaria, 1981.

UBIÑA, J. Fernández. **La crisis del siglo III y el fin del mundo antiguo**. Madrid: Akal, 1982.

A DOCUMENTAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI) DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI): ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS RELACIONADOS AOS GRUPOS INDÍGENAS DO PARANÁ

Beatriz Rosa do Carmo Silva

Éder da Silva Novak

Universidade Estadual de Maringá-UEM

Resumo: A Assessoria de Segurança e Informações (ASI) foi criada durante a Ditadura Militar e durante duas décadas teve suas atividades subordinadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas também sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SIN). Tratava-se de um serviço de espionagem das atividades realizadas, por exemplo, pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Além disso, a ASI acompanhava as ações nas terras indígenas, visando o controle das manifestações, buscando limitar a organização e a ação dos movimentos indigenistas. Mantida de forma sigilosa e confidencial, a documentação pertencente à ASI foi retirada de uma sala secreta da FUNAI, durante o ano de 2008, no momento do planejamento de instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Tal documentação foi conduzida ao Arquivo Nacional em Brasília, tornando-se uma importante fonte para o estudo da história das populações indígenas no Brasil, no contexto da Ditadura Militar. No Paraná, em 4 de abril de 2013, foi instalada a Comissão Estadual da Verdade, dividida em seis grupos de trabalhos, sendo um deles intitulado como "Violações no campo e povos indígenas", responsável pela elaboração de um relatório à CNV sobre as perseguições, desaparecimentos, assassinatos e ameaças a lideranças e membros das comunidades indígenas, bem como pessoas ligadas aos movimentos indigenistas, através da consulta e análise da documentação do período, entre ela da ASI. Além disso, o relatório aponta para questões de expropriação e trocas de terras, exploração da madeira e demais recursos naturais no interior das terras indígenas, de maneira coercitiva e com validação dos representantes da FUNAI e do Estado. O presente estudo demonstra as primeiras análises do acervo documental da ASI e a forma como se deu a sistematização dos documentos que abordam os indígenas no Paraná, construindo novas possibilidades de pesquisas na história destes personagens, na busca de revelar como se deu a ação indígena, enquanto sujeitos históricos, frente à repressão e a tentativa de controle dos agentes da Ditadura Militar, que estavam no comando da política indigenista no período em questão.

Palavras-chave: Grupos Indígenas; Ditadura Militar; Paraná.

1. INTRODUÇÃO

Os anos que sucederam o golpe militar de 1964 no Brasil foram marcados por uma forte repressão militar contra os movimentos estudantis, culturais, imprensa, indivíduos de influência nacional como atores, músicos, jornalistas, entre outros grupos que se opunham ao regime que estava sendo imposto, gerando uma grande necessidade de vigilância constante e controle absoluto que só aumentaram com o passar dos anos. Esta repressão não foi direcionada apenas aos agentes externos ao governo, as espionagens estavam também

dentro das instituições governamentais, órgãos públicos e nas instituições civis. Foram criados, desde os primeiros momentos do governo militar, órgãos encarregados de espionar inúmeras instituições fora e dentro do âmbito governamental.

2. COMO SURTIU A ASI?

Devido ao controle político social que vinha sendo praticado já nos primeiros anos da vigência do golpe militar de 1964, alguns mecanismos de organização das espionagens foram criados pelos militares, inclusive, dentro do próprio governo. Nos primeiros três meses da instalação do regime militar foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), um órgão amplo, diretamente ligado ao presidente e que estaria atento as atividades da chamada "corrupção comunista" dentro das instituições civis, públicas e governamentais.

Das primeiríssimas providências do regime militar foi criar o SNI – Serviço Nacional de Informação, montado em cima de 3.000 dossiês e 100.000 fichas com informações que o general Golbery de Couto e Silva vinha juntando fazia anos, sobre as principais lideranças políticas sindicais e empresariais do país. (REVISTA CAROS AMIGOS, 2007, 168).

Viu-se a necessidade do aumento no controle das instituições, a necessidade de dar um olhar mais detalhado às fiscalizações. Dessa forma, em 1967 criou-se a DSI – Divisão de Segurança e Informação, um novo órgão que seria submetido ao SNI e estaria infiltrado nos ministérios civis, militares, fundações e órgãos públicos a fim de identificar e eliminar os "subversivos".

Em 1971 a espionagem militar dentro dos órgãos de governo e civis ainda se intensificou e alastrou-se cada vez mais com a criação de um novo órgão: a AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informação, que alguns anos depois se tornaria apenas ASI – Assessoria de Segurança e Informação, atuando no interior das instituições, inclusive dentro da FUNAI, controlando-a diretamente uma vez que seu maiores cargos seriam ocupados por militares.

Dentro do aparelho repressivo do Estado os órgãos de informação obedeciam a uma hierarquia. O SNI dava assessoria direta ao presidente da República. As Divisões de Segurança e Informação – DSIs, atendiam aos ministérios; e as Assessorias de Segurança e Informações – ASIs, operavam junto aos ministérios civis, autarquias, empresas e órgãos públicos. (REVISTA CAROS AMIGOS, 2007, 168).

As espionagens praticadas pelos órgãos de repressão, criados pelo sistema autoritário do regime militar a partir de 1964, geraram um grande número de documentações que permaneceram guardadas e intocadas por muitos anos até que graças à luta da Comissão Nacional da Verdade foi criada a Lei N° 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso Informação (LAI), que permitiu a disponibilização destes documentos para estudo e pesquisa.

Em auxílio às atividades da Comissão Estadual da Verdade, o Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) da UEM recebeu uma cópia da documentação da ASI/FUNAI, iniciando a leitura, análise e sistematização desta fonte documental. O objetivo é realizar a leitura de todos os documentos, identificando àqueles que contêm assuntos relativos aos grupos e terras indígenas situados no Paraná, organizando um banco de dados e uma planilha para futuros estudos e pesquisas sobre a temática indígena neste Estado, permitindo esclarecimentos sobre a política dos índios, enquanto sujeitos históricos, diante das ações do regime militar.

3. LISTAGEM DESCRITIVA DO ACERVO DA ASI/FUNAI

O acervo da ASI/FUNAI é composto por 72 caixas com 1.162 volumes que são divididos em 12 séries, conforme descrição abaixo:

3.1 Administração Geral – AGR: Contém uma caixa com 16 volumes compostos por processos para aquisição de bens materiais, relatórios financeiros, solicitação de orçamentos, comunicações, convites para conferências e cópias de ocorrências policiais.

3.2 Normas e Regulamentos – NRE: São duas caixas compostas por 24 volumes referentes à listas de códigos, abreviaturas e siglas, atas, regulamentos e normas internas de órgãos, regimentos, planos de segurança, organogramas, relatórios e dossiês.

3.3 Pessoas – PSS: Possui 28 caixas compostos por 661 volumes referentes à pessoas físicas que tiveram algum tipo de relação individual com indígenas ou suas terras.

3.4 Pessoas Jurídicas – PJU: Composto por uma caixa com 4 volumes relacionados à pessoas jurídicas e/ou empresas como no caso das companhias madeireiras.



3.5 Diretrizes Para a Tutela dos Índios - DTI: Contém 5 caixas composta por 76 volumes relativos à formulários de regulamentos, documentação administrativa, mapas, classificações de grupos indígenas, programações de eventos, dossiês, relatórios, atas, projetos da FUNAI, correspondências e coletâneas.

3.6 Demarcação de Terras Indígenas – DTR: São no total 20 caixas com 178 volumes divididos em termos de compromisso, recortes de jornal, relatórios, levantamentos e delimitações, memoriais, dossiês, correspondências, pareceres, plantas, declarações, propostas de reassentamento, planos de manejo e radiogramas.

3.7 Atividades Econômicas – AEC: É composto por duas caixas com 8 volumes sobre convênios, levantamentos, relatórios e dossiês.

3.8 Desenvolvimento da Comunidade Indígena – DCI: Integra-se por 5 caixas de 50 volumes relacionado à cartilhas, protocolos, dossiês, levantamentos, propostas, fichas técnicas, portarias, projetos, solicitações, levantamentos, relatórios, processos de liberação, atas, circulares e abaixo assinados.

3.9 Delitos e Atividades Ilícitas – DAI: Contém 4 caixas com 101 volumes referentes à levantamentos, pedidos de busca, livros de registros, dossiês, relatórios, correspondências, roteiro de filme, notícias e artigos jornalísticos, informes, denúncias e encaminhamentos.

3.10 Missões Religiosas – MRL: São 6 caixas compostas por 22 volumes sobre artigos publicados, dossiês, levantamentos e fichas informativas.

3.11 Entidades Com Atuação na Causa Indígena – ECI: É composto por uma caixa com 6 volumes contendo dossiês, pareceres jurídicos, publicações e listagens.

3.12 Publicações e Outras Entidades – POI: Contém duas caixas com 16 volumes com manuais, publicações, informativos, projetos, dossiês, revistas e resoluções.

Até o momento, de todo este acervo da ASI/FUNAI, foram analisados 80 volumes, nos quais 44 contemplavam documentos que tratavam de assuntos relacionados às terras e aos indígenas do Paraná.

4. RESULTADOS DAS PRIMEIRAS ANÁLISES

O segundo momento da análise consistiu em organizar os assuntos dos documentos por eixos temáticos que a Comissão Estadual da Verdade elaborou, classificados da seguinte forma:

- Eixo 1: Casos de conflitos decorrentes da política de desenvolvimento nacional;
- Eixo 2: Graves violações à integridade psicológica, física e mortes;
- Eixo 3: Repressão contra movimentos e lideranças indígenas;
- Eixo 4: Conflitos decorrentes de políticas de integração do indígena;
- Eixo 5: Violações contra patrimônio indígena (no interesse ou a serviço do Estado);
- Eixo 6: Sistema de Justiça e violações contra os povos indígenas.

Abaixo foi descrita uma síntese de cada eixo temático, bem como citados alguns documentos, com seus devidos assuntos, para caracterizar cada eixo.

4.1 Eixo 1: Casos de conflitos decorrentes da política de desenvolvimento nacional

Pesquisar e descrever os principais conflitos decorrentes da construção de Hidrelétricas e estradas. Descrever os projetos de colonização orientados ou subvencionados pelo Estado.

Documentos:

31. BR_AN_BSB_AA3_DTI_0032 - Em ata, o conselheiro Orlando Villas Boas alega estar em posse de um documento que diz pretender construir uma estrada municipal de Pitanga a outra localidade, sendo que esta iria cortar o Posto Indígena, sendo necessário desmatar cerca de mil hectares de mata.

44. BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0022 - Segundo a ASPELIN e SANTOS, vários hectares de terras de reservas indígenas seriam alagados por construções de barragens, terras estas que se incluem as áreas indígenas Guarani, próximas ao rio Iguaçu.

4.2 Eixo 2: Graves violações à integridade psicológica, física e mortes

Identificar a prática dos seguintes crimes: tentativas de homicídio (culposo e doloso); homicídio (culposo e doloso); ameaças; lesão corporal (dolosa); tortura; trabalho escravo; tráfico de pessoas; racismo, [Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

discriminação étnico-culturais; violência sexual (aliciamento para prostituição, estupro e tentativa de estupro). Desassistência na área de saúde: colaborando para disseminação, falta de prevenção e tratamento de diversas doenças. Tentar identificar a instauração ou não de Inquérito Policial para investigar o caso e, se possível, obter cópia integral do Inquérito. Verificar a interposição ou não de Ação Penal. Salientar recortes de gênero e etário (ex: idosos e crianças).

Documentos:

2. BR_AN_BSB_AA3_DAI_0072 - Índia Maria Thiara Marques (mulher adulta) da etnia Guarani foi condenada por homicídio. Maria Thiara já havia cumprido pena por 4 anos em Curitiba, e, por intermédio de um representante político e da índia Enaiê Miraquitã, conseguiu liberação para terminar a pena em área indígena.

4. BR_AN_BSB_AA3_DAI_0076 - Relatório de viagem que descreve o não cumprimento regular das visitas das EVS (equipe volante de saúde) aos postos indígenas resultando no atendimento precário aos índios.

75. BR_AN_BSB_AA3_ECI_0002 - Índios engajados no trabalho compulsório de construção da estrada entre Cruz Alta e a Nova Província do Paraná.

4.3 Eixo 3: Repressão contra movimentos e lideranças indígenas

Incluir diversos tipos de ativismo social de dirigentes, lideranças, participantes em lutas coletivas, lutas individuais incluindo questões não vinculadas a disputas por terras.

Documentos:

76. BR_AN_BSB_AA3_ECI_0002 - Uma comissão de 10 índios (9 Kaingang do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e 1 Terena) esteve em Brasília no dia 19 de Dezembro de 1975 reivindicando a retirada dos intrusos da área indígena, ajuda em dinheiro para a cooperativa e sementes para plantarem, a devolução das terras do toldo Irani e do toldo de Umbu, tomados dos índios, além de reivindicarem também seus documentos.

84. BR_AN_BSB_AA3_ECI_0002 - Após a luta pela expulsão dos invasores de suas terras, os índios Kaingang passaram a preocupar-se em reconstruir sua cultura e reunir seu povo, que se encontrava dividido pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

4.4 Eixo 4: Conflitos decorrentes de políticas de integração do indígena

Descrever a política de estado estabelecida pelos órgãos SPI/FUNAI, bem como casos concretos identificados, em relação às seguintes temáticas: renda indígena, arrendamento de terras; venda de madeira, deslocamento forçado, roça do posto, extinção ou redução de terras indígenas em decorrência de atos normativos ou política de Estado, inviabilização de terras indígenas, descumprimento de prazos e atrasos na publicação (de portarias declaratórias, homologações, de relatórios de identificação ou retrocesso nos mesmos) que colocaram comunidades em estado de insegurança e vulnerabilidade frente à violência de agentes privados ou públicos.

Documentos:

32. BR_AN_BSB_AA3_DTI_0032 - Com relação aos reassentamentos, o documento cita o caso de Apucarana, onde das vinte e quatro famílias, dez não concordam em ser reassentadas.

47. BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0022 - Em Mangueirinha, os índios tentam recuperar suas terras que foram dominadas por grandes madeireiras.

118. BR_AN_BSB_AA3_MRL_0005 - Reportagem no jornal O Estado de São Paulo onde, segundo o missionário Antônio Issi, secretário do CIMI, somente em São Jerônimo da Serra, há 200 famílias que se apossaram de terras dos 280 índios Kaingang. Em Tamarana, na reserva Apucarana, habitada por mais de 360 índios, entre Kaingang e Guarani, os 16 mil hectares de terra (que em 1953 eram 27 mil) são praticamente todos ocupados por arrendatários controlados pela FUNAI.

4.5 Eixo 5: Violações contra o patrimônio indígena (no interesse ou a serviço do Estado)

Descrever as violações praticadas ilegalmente contra o patrimônio indígena, no interesse ou serviço do Estado, exploração ilegal de recursos naturais e danos ambientais: casos de incêndios criminosos, destruição de roças, intrusão ilegal de caçadores e pescadores profissionais provocando alteração do ambiente natural. Danos diversos ao patrimônio: desvio de dinheiro e aplicação indevida de recursos. Apropriação de madeira de áreas indígenas: retirada ilegal de madeira (desmatamento industrial madeireiro). Trabalho escravo: difere do trabalho na “roça do posto”, incluso na renda indígena, por exemplo, quando há “escravidão por dívida”. Extinção ou redução de terras indígenas, sem a existência de atos normativos que os embasassem.

Documentos:

40. BR_AN_BSB_AA3_DTI_DTR_0015 - Foi enviado ao presidente da FUNAI uma carta enviada por Samuel Augusto Alves Pereira, comandante da 5ª RM e 5ª DE , na qual consta uma denuncia contra duas

empresas madeireiras que vêm dominando uma parte da reserva de Mangueirinha e Chagú, através do uso de violência, com o intuito de desmatar os pinheiros da região.

77. BR_AN_BSB_AA3_ECI_0002 - Denúncia do jornal Diário do Paraná de que existem mais intrusos que índios em Rio da Cobras e que mais da metade das terras indígenas de Mangueirinha se encontram nas mãos de terceiros.

4.6 Eixo 6: Sistema de Justiça e violações contra os povos indígenas

Levantamento de processos administrativos e judiciais referentes ao período, bem como o levantamento de legislação nacional e/ou internacional violada.

Documentos:

134. BR_AN_BSB_AA3_MRL_0010 - Foi publicada em jornal uma tabela com nomes de áreas indígenas que seriam demarcadas de forma irresponsável, sendo a FUNAI o órgão que aprovou tais demarcações.

150. BR_AN_BSB_AA3_PJU_007 - Jornal de Brasília pública que a FUNAI pretende demitir funcionários que fizeram denuncia de irregularidades contra a atual administração.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou como foi feita a sistematização das fontes da ASI/FUNAI cedidas pela Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban, do Paraná, com a intenção de identificar assuntos que se relacionassem com os grupos e as terras indígenas neste Estado, com o propósito de fornecer dados e informações para estudos e pesquisas que visam analisar as relações entre os indígenas paranaenses e suas estratégias perante as ações dos representantes do regime militar, evidenciando aquele contexto histórico e o cotidiano dos grupos indígenas. A proposta é analisar toda a documentação, disponibilizando um banco de dados e uma planilha de informações que possibilitará estudos de diferentes temáticas das etnias e suas terras presentes no Paraná.

A pesquisa, ainda em fase inicial, já permite afirmar que as etnias indígenas no Paraná se mantiveram ativas na luta por seus direitos, principalmente em defesa dos seus territórios. Vivendo em novo contexto desde a implantação do regime militar em 1964, os índios não se intimidaram pela presença de militares dentro de suas terras e dentro do órgão que deveria lhes dar assistência, mas que a instalação de um órgão de espionagem e repressão como a ASI, dentro da FUNAI, só comprova a preocupação dos representantes do regime autoritário com as ações dos grupos indígenas, uma vez que não seria necessária a presença de um

órgão de repressão se os indígenas tivessem permanecido passivos diante da tentativa de usurpação de suas terras por parte dos posseiros e empresas madeireiras, bem como da retirada dos recursos naturais das suas terras, alagamentos gerados pela construção de hidrelétricas, além da violência praticada contra os indígenas, principalmente suas lideranças.

6. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Valéria et alii. Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BRASIL. Povos Indígenas e Ditadura Militar. Subsídios a Comissão Nacional da Verdade 1946-1988, 2012.
- BRIGHENTI, Clóvis Antônio. Ditadura Militar em Terras Kaingang. XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2013.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- HECK, Egon Dionísio. Povos Indígenas e o Brasil: Cinco Décadas de Ditadura. Brasil de Fato, 2014.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- REVISTA CAROS AMIGOS, 2007.
- ZELIC, Marcelo. Comissão Nacional da Verdade e Povos indígenas: A Um Passo da Omissão, 2014.

A EXPROPRIAÇÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS NO PARANÁ: O ACORDO DE 1949

Éder da Silva Novak

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Resumo: No início do século XX ocorreram as primeiras reservas de territórios aos grupos indígenas no Paraná, delimitando espaços menores que os tradicionalmente ocupados pelos índios no Estado. Em 1949, tais territórios passaram por uma nova etapa de expropriação de terras, através de um acordo estabelecido entre o Governo da União e do Paraná. Ao todo seis áreas indígenas foram reestruturadas: Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha. O principal critério adotado para tal reestruturação foi atribuir 100 hectares de terras a cada família indígena constituída de 5 pessoas e a concessão de mais 500 hectares para a localização das dependências do Posto

Indígena, sem levar em conta os aspectos tradicionais e diferenciados na forma de vida dos índios, bem como as relações estabelecidas com o espaço habitado. O objetivo, neste estudo, é evidenciar a redução dos territórios indígenas, outrora reservados, através de mapas georreferenciados, que demonstram as extensões territoriais das seis áreas indígenas citadas, antes e depois de 1949, analisando o acordo e sua relação com a política nacionalista e desenvolvimentista do país e com a estratégia de ocupação e avanço das frentes de expansão do Governo do Paraná. E neste processo de expropriação de terras ressaltar os objetivos da política indigenista no período, vinculada à liberação de novas áreas coloniais, sem deixar de enfatizar as estratégias e ações dos próprios grupos indígenas, enquanto sujeitos históricos, protagonistas em defesa dos seus interesses, sobretudo, seus territórios. Além disso, desenvolver uma comparação do número de indígenas que vivia naquelas áreas em meados do século XX com o da atualidade, possibilitando uma reflexão em torno das alternativas de sobrevivência dos grupos indígenas, hoje em dia, em suas terras.

Palavras-chave: Territórios Indígenas; Acordo de 1949; Paraná.

1. Introdução

No momento em que as populações indígenas, por todo o Brasil, lutam em defesa dos seus interesses, sobretudo seus territórios tradicionalmente ocupados, e que muitas vezes são tratadas com grande descaso pelos órgãos indigenistas e com uma série de estereótipos por grande parte da sociedade não indígena, torna-se essencial entender o processo histórico de constituição de cada Terra Indígena, revelando suas complexidades, interesses e divergências, visando compreender as reivindicações dos grupos indígenas para além das descrições unilaterais, dicotômicas e polarizadas que normalmente são percebidas nos dias atuais.

Desta forma, pretende-se analisar o acordo de 1949 estabelecido entre os governos do Paraná e da União, que propôs a reestruturação de seis áreas indígenas no território paranaense: Apucarantina, Ivaí, Faxinal, Queimadas, Mangueirinha e Rio das Cobras. Neste processo evidenciar a participação dos grupos indígenas, bem como desenvolver uma comparação entre as terras indígenas de 1949 e sua situação atual.

2. Desenvolvimento

Em 12 de maio de 1949 firmou-se um acordo entre os governos do Paraná e da União, publicado no Diário Oficial Federal n.º 114, em 18 de maio daquele ano. O objetivo era "a regularização das terras destinadas aos índios no território daquele Estado e a prestação de maior assistência aos mesmos silvícolas" (BRASIL, 1949). No início do século XX, vários Decretos reservaram terras aos indígenas em diversas partes do Estado do Paraná³⁸.

Em virtude dos conflitos entre indígenas e colonos, intensificados com o aumento dos imigrantes e migrantes no Paraná, as autoridades políticas buscaram uma forma de liberar terras para o processo de colonização, reduzindo as áreas dos indígenas, sob a alegação de regularização dos territórios e proteção aos chamados "silvícolas",

³⁸ Para mais detalhes sobre as reservas de terras no Paraná da Primeira República ver Novak (2006).

demonstrando a ideia de tutela presente na política indigenista da época, caracterizada pelo pensamento assimilacionista e integracionista³⁹.

O acordo contou com a participação do então governador do Paraná, Moisés Lupion, e o Ministro da Agricultura, Daniel Serapião de Carvalho, como representante do governo federal. Assim inicia o acordo:

[...] considerando a situação irregular em que se encontram as terras devolutas reservadas pelo referido Estado, em diversas épocas, para o estabelecimento de tribos ou agrupamentos indígenas, acordar na reestruturação dessas reservas, de modo a serem conservadas as Áreas que, a critério do Serviço de Proteção aos Índios, forem julgadas necessárias e suficientes para o estabelecimento definitivo das citadas tribos ou agrupamentos indígenas, conferindo-lhes a propriedade plena das terras em que os referidos índios se acham permanentemente localizados (BRASIL, 1949).

A proposta era revogar o estabelecido pelos Decretos do início do século XX. A alegação, pelos agentes do Estado, da ocupação permanente dos territórios pelos indígenas, era uma forma de considerar as áreas adjacentes às sedes das aldeias, como "terras devolutas". Nesta perspectiva, ignoravam a forma de vida dos grupos indígenas, suas relações com o seu território, a caça, a pesca, a coleta de alimentos, e que além da área com suas moradias, também mantinham estreitas e tradicionais relações com áreas mais distantes, mas que na visão e no desejo dos representantes da sociedade envolvente, tratava-se de terras desocupadas.

Além disso, merece destaque o papel tutelar exercido pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pois a este, caberia a definição das áreas necessárias para o estabelecimento dos grupos indígenas e sua sobrevivência. A opinião das próprias lideranças e comunidades indígenas e sua forma de vida parecia não ser considerada pelos agentes do Estado e do órgão indigenista, que visava à liberação de terras para a política de colonização e fixação de imigrantes e migrantes para o aumento da produtividade e o crescimento econômico do Paraná.

Conforme a cláusula primeira do acordo, o pensamento era a inclusão das populações indígenas na política de colonização do Estado, por ação do SPI.

O Serviço de Proteção aos índios determinará e localizará as áreas, compreendidas nas terras reservadas aos índios pelo Governo do Estado do Paraná, a partir de 1900, que deverão formar as glebas a serem cedidas pelo Estado do Paraná, na forma da lei, para constituírem propriedade plena das tribos ou agrupamentos indígenas que ali se encontram localizadas em caráter permanente. (BRASIL, 1949).

As áreas que passaram pela reestruturação foram as que se "[...] encontram atualmente estabelecidos os Postos Indígenas de Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha" (BRASIL, 1949). Estas não eram as únicas áreas já reservadas aos índios no Estado do Paraná, mas foram as determinadas pelos representantes envolvidos a passar pela reestruturação⁴⁰.

³⁹ Sobre esta política indigenista ver Gagliardi (1989) e Oliveira & Freire (2006).

⁴⁰ Os motivos desta determinação e a não inclusão das outras áreas ainda precisam ser analisados.

Embora o acordo previsse a ação do SPI para a definição dos tamanhos das terras que ficariam definitivamente de posse dos grupos indígenas, um cálculo já estava elaborado pelo governo do Estado, conforme cláusula terceira do acordo:

[...] tendo em vista a população indígena atualmente existente em cada um desses Postos e adotando-se como critério básico para as respectivas extensões a área de 100 (cem) hectares por família indígena de 5 (cinco) pessoas e mais 500 (quinhentos) hectares para localização do Posto Indígena e suas dependências, será feita pelo Estado do Paraná a cessão definitiva, para plena propriedade tribal, das seguintes áreas compreendidas nos limites das atuais reservas: 6.300 (seis mil e trezentos) hectares na região de Apucarana; 1.700 (mil e setecentos) hectares na região de Queimadas; 7.200 (sete mil e duzentos) hectares na região de Ivaí, 2.000 (dois mil) hectares na região de Faxinal; 3.870 (três mil oitocentos e setenta) hectares na região do Rio das Cobras e 2.560 (dois mil quinhentos e sessenta) hectares na região de Mangueirinha. (BRASIL, 1949).

Os representantes que assinaram o acordo tinham ciência da existência das áreas indígenas anteriormente reservadas, mas desejaram sua reestruturação e conseqüente redução. Pelo Decreto a definição da extensão das áreas baseou-se no número de famílias e de indígenas constante em cada uma, mas na lógica de mundo da sociedade envolvente. Dessa forma, os aspectos tradicionais e culturais, presentes nas sociedades indígenas, como suas famílias extensas, suas relações com o território e suas formas distintas de vida não foram considerados.

Pelas informações contidas no acordo foram definidos 20 hectares (ha) por pessoa. O Quadro 1 demonstra a quantidade de indígenas que vivia em cada área, considerando o cálculo e o tamanho das terras definidas pelo governo.

Quadro 1: Terras Indígenas conforme proposta do Acordo de 1949

Terras Indígenas	Tamanho da Área (ha)	Área (ha) do Posto Indígena	Número de Famílias	População Indígena	Média (ha) por Indígena
Apucarana	6.300	500	58	290	20
Faxinal	2.000	500	15	75	20
Ivaí	7.200	500	67	335	20
Mangueirinha	2.560	500	21	105	20
Queimadas	1.700	500	12	60	20
Rio das Cobras	3.870	500	34	170	20
TOTAL	23.630	3.000	207	1.035	-

Fonte: Brasil (1949).

A proposta era conceder a posse definitiva de 23.630 (ha) de terras aos grupos indígenas das seis áreas. Deste total, 3.000 (ha) destinados aos Postos Indígenas, correspondente à sede administrativa do SPI. Viviam em torno de 207 famílias indígenas nestas áreas, equivalentes a 1.035 índios aproximadamente.

Torna-se essencial uma análise sobre as reservas de terras aos indígenas das seis áreas citadas, no início do século XX. Além disso, comparar as áreas inicialmente reservadas e as pretendidas pelo acordo de 1949, através de mapas georreferenciados. Finalmente, relacionar às Terras Indígenas atuais, suas extensões e população, a fim de evidenciar as razões das dificuldades de sobrevivência das comunidades indígenas e promover uma compreensão das reivindicações dos índios do Paraná, principalmente por novas áreas demarcadas.

A partir do advento da república e da extinção dos aldeamentos indígenas no Paraná⁴¹, uma das estratégias adotada pelos grupos indígenas do Estado foi assegurar parte dos seus tradicionais territórios, apresentando às autoridades políticas paranaenses, solicitações de demarcação de suas terras. Com a intensificação da política de colonização no Paraná, as populações indígenas estabeleceram formas de garantir seus interesses, sobretudo, vinculados às questões territoriais, atuando enquanto sociedades políticas e sujeitos históricos.

Os representantes do Estado e das frentes colonizadoras também promoveram suas estratégias no intuito de assegurar os avanços expansionistas, estabelecendo um novo processo de desterritorialização dos grupos indígenas no Paraná. No entanto, este contexto não deve ser caracterizado como uma via de mão única, na qual o poder colonizador impôs sobre o colonizado suas políticas e ações. Necessita ser interpretado na perspectiva de "situação colonial"⁴², em que todos os personagens envolvidos desenvolveram suas estratégias, revelando-se em políticas ora de confrontação, ora de convergência, de subordinações intencionais e de complexas relações de reciprocidades e de jogo de interesses.

No início do século XX, os Decretos que reservaram terras aos indígenas afirmavam que estes haviam abandonado a forma "nômade" de sobrevivência e necessitavam de uma parcela de terras para se dedicarem a lavoura. Além disso, mostravam a existência de grupos indígenas espalhados por todo o Estado e que o ideal do governo era o seu agrupamento nas áreas reservadas, liberando vastas extensões de terras para a colonização. Através de uma política indigenista laica e humanista, com ações de tutela aos índios, a perspectiva era a "civilização" dos indígenas, buscando impor a estes uma nova forma de vida, associada à prática da lavoura, promovendo o abandono de suas práticas tradicionais de vida. A verdade é que esta integração dos indígenas ao modo de vida da sociedade envolvente não aconteceu, tornando-se mais uma vontade do estado, do que uma realidade⁴³.

2.1 Terra Indígena Apucarantina

Em 5 de julho de 1900, o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, através do Decreto nº. 6, reservou uma parcela de terras, no então município de Tibagi, aos índios Kaingang, na margem direita do rio Tibagi, com os seguintes limites:

⁴¹ Sobre os aldeamentos indígenas do Paraná Provincial ver Mota (2000).

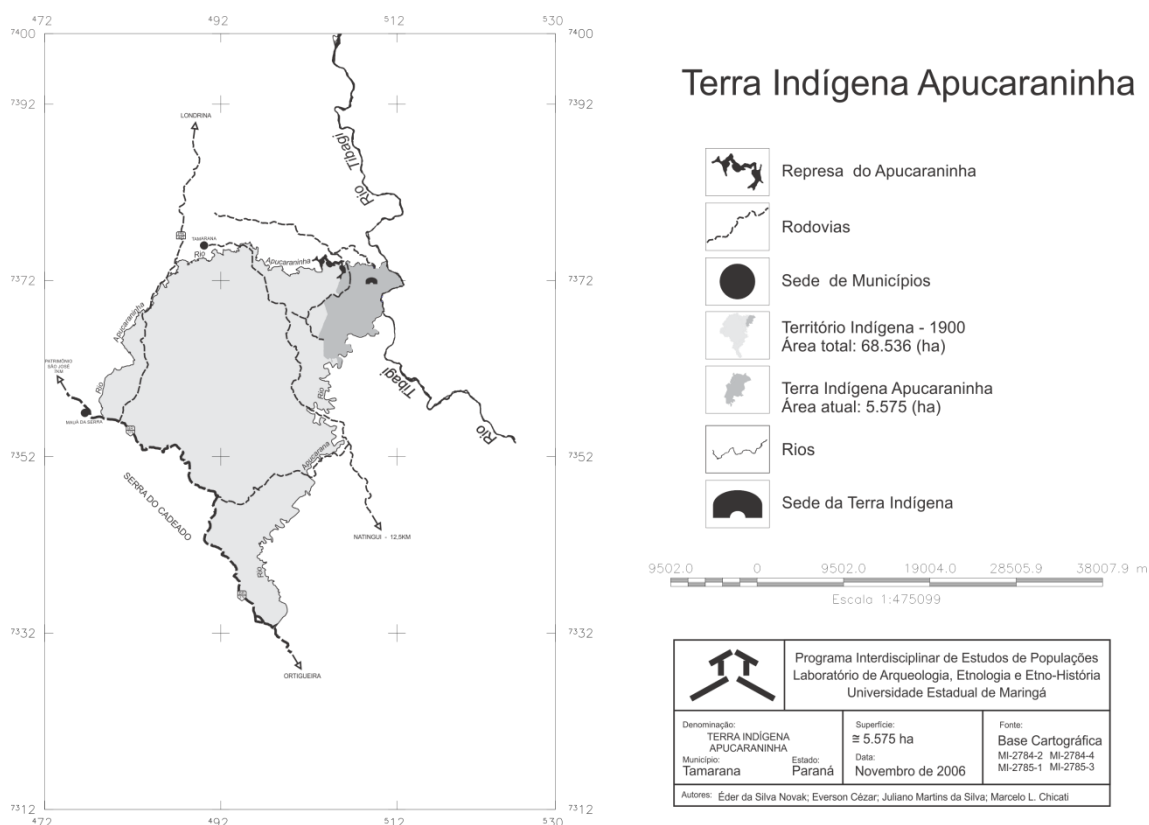
⁴² Conforme Georges Balandier (1993).

⁴³ Mais detalhes em Tommasino (1995); Mota (2014).

Ficam reservadas, para estabelecimento de colonias indígenas, as terras devolutas sitas entre os rios Tibagy, Apucarana, Apucarantina e a serra do Apucarana, no município de Tibagy. (PARANÁ, 1900).

Esta área está representada no Mapa 1 e continha um total de 68.536 (ha). A proposta do acordo de 1949 era a redução da área para 6.300 (ha). Ainda ocorreu o alagamento de uma parte da área devido à construção da Usina de Apucarantina no final dos anos 1940⁴⁴. Atualmente, a Terra Indígena Apucarantina, situada no município de Tamarana, possui 5.575 (ha). Se em 1949 a área contemplava 290 índios, em 2010, conforme dados do Censo Demográfico, a população chegava aos 1.415 indígenas. O Mapa 1 permite uma comparação entre o que era a área reservada em 1900 e a atual.

Mapa 1: A Desterritorialização dos Kaingang do Apucarantina



2.2 Terra Indígena Ivaí e Faxinal

⁴⁴ A relação estabelecida pela comunidade Kaingang com os agentes da Usina de Apucarantina, a partir de 1946, consiste na pesquisa de doutorado, em andamento, do autor deste texto.

As Terras Indígenas Ivaí e Faxinal têm uma história conectada, que precisa ser descrita de forma conjunta. Em 9 de setembro de 1901, através do Decreto n.º 8, o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, estabeleceu uma reserva de terras aos indígenas dos caciques Pedro dos Santos e Paulino Arak-xó, na margem direita do rio Ivaí, no município de Guarapuava, com os seguintes limites:

Ficam reservadas para estabelecimento de indígenas da tribo Coroados, sob o mando de Paulino Arak-xó e Pedro dos Santos e de outra tribus, as terras devolutas sitas entre o rio do Peixe, ou Ubásinho, desde a sua cabeceira até a sua fóz no rio Ivahy, este rio até a fóz do ribeirão do Jacaré, este á sua cabeceira e o cume da serra da Apucarana no município de Guarapuava. (PARANÁ, 1901).

Esta área continha 36.145 (ha) e está representada no Mapa 2. No entanto, em 4 de maio de 1912, o cacique Paulino de Arak-xó encaminhou um requerimento ao governo do Estado, propondo a permuta de parte das terras da margem direita do rio Ivaí, com terras da margem esquerda. A proposta foi atendida pelo governo paranaense, conforme Decreto n.º 294, de 17 de abril de 1913.

Fica concedida permuta de reserva das terras ocupadas pelos índios ao mando do cacique Paulino Arak-xó, sitas entre os rios Ivahy, Peixe, Jacaré, Baile e uma linha que liga a cabeceira deste ultimo ribeirão ao rio Jacaré e que constituem parte daquele trata o Decreto N.º 8 de 9 de Setembro de 1901, pela reserva de terras devolutas fronteiriças, em área equivalente, situada na margem esquerda do rio Ivahy e compreendida entre os rios Barra Preta e Marrequinhas, ficando porém garantidas em sua plenitude, nesta ultima área, as posses ahi existentes e que foram apoiadas em documentos legaes. (PARANÁ, 1913).

Assim, o grupo comandado pelo cacique Pedro dos Santos permaneceu do lado direito do rio Ivaí, com uma área de 19.205 (ha), situada entre os rios Peixe, Baile, Jacaré e a Serra do Apucarana. Já os chefiados pelo cacique Paulino de Arak-xó obtiveram uma área com 67.247 (ha), na margem esquerda do rio Ivaí, entre os rios Barra Preta e Marrequinha. Estas áreas estão representadas no Mapa 2.

No entanto, ocorreu uma série de conflitos entre indígenas e colonos nas proximidades da serra de Pitanga, na região do território obtido pelo grupo do cacique Paulino de Arak-xó. Jornais da época descreviam os acontecimentos – violência, assassinato, clima de guerra – que culminaram com a Guerra de Pitanga, em 1923⁴⁵. Em 7 de fevereiro de 1924, na tentativa de amenizar o conflito, o governador do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, através do Decreto n.º 128, estabeleceu uma redução da área indígena:

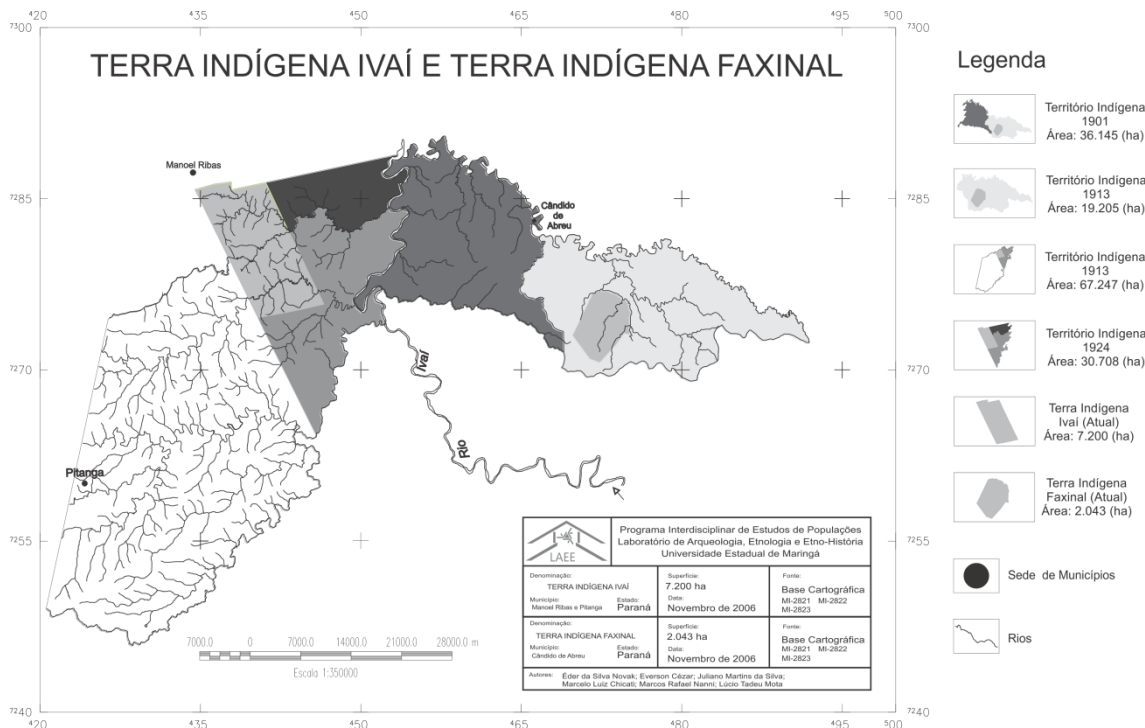
As terras [...] abrangerão uma área de 36.000 hectares com as seguintes divisas: partindo das proximidades do Salto do Ubá no rio Ivahy, dividindo com as terras pertencentes aos sucessores do Cel. João Alberto Munhoz até as cabeceiras do arroio da Ariranha e d'ahi por uma linha secca com o rumo SE 23º 50º até encontrar o rio Marrequinha, por este abaixo até

⁴⁵ Sobre os conflitos da Guerra de Pitanga ver Novak (2006); Mota e Novak (2008); e Eurich (2012).

a sua confluência do rio Ivaí, descendo este até as proximidades do salto do Ubá, onde foram iniciadas as respectivas linhas perimétricas. (PARANÁ, 1924).

Embora o Decreto considere 36.000 (ha), os limites descritos permitiram a elaboração de uma área com 30.708 (ha). O acordo de 1949 definiu uma nova redução territorial aos grupos indígenas de ambas as margens do rio Ivaí. Para a margem direita – Terra Indígena Faxinal – foi estabelecida uma área de 2.000 (ha). Já para a esquerda – Terra Indígena Ivaí – definiu-se uma área com 7.200 (ha). A extensão atual destas áreas revela proximidades com os números propostos pelo acordo de 1949. Todo este processo originado em 1901 está representado no Mapa 2. Se em 1949 o total da população indígena era de 335 no Ivaí e 75 no Faxinal, em 2010, somavam 1.687 na primeira e 605 na segunda.

Mapa 2: O Processo de Desterritorialização das Terras Indígenas Ivaí e Faxinal



2.3 Terra Indígena Queimadas

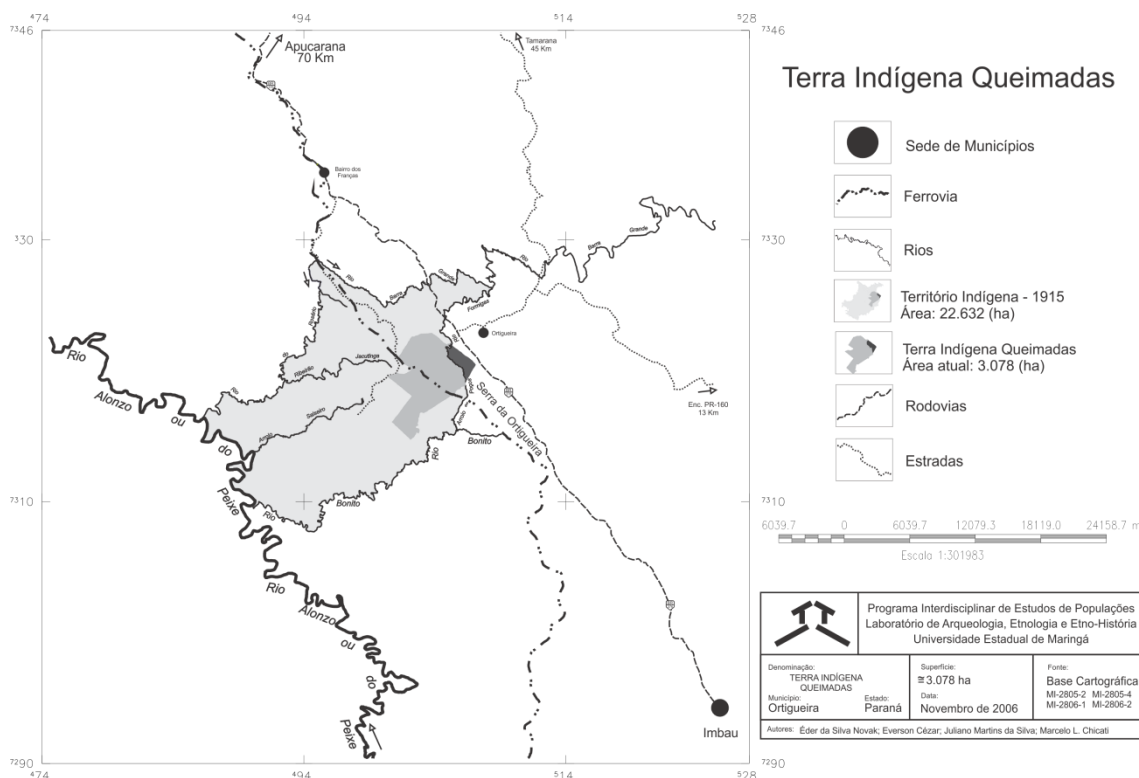
Em 17 de agosto de 1915, conforme o Decreto nº. 591, o governador do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, reservou uma área aos índios Kaingang nas margens do rio Alonzo, um dos principais afluentes do rio Ivaí, nos toldos denominados Faxinalzinho, Palmital e Faxinal do Cambará, no município de Tibagi.

Principiando na barra do rio do Rosario no rio Alonzo, por este acima até a barra do arroio Bonito, por este acima até a primeira vertente acima da Pedra Branca, por esta vertente acima até a serra a procura de uma vertente que desagua ao lado esquerdo do arroio dos

Poços, por este abaixo até o ribeirão das Formigas, e por este abaixo até o rio Barra Grande, por este acima até as cabeceiras, d'ahi pela divisa da fazenda da Apucarana até a cabeceira do rio Rosario e por este abaixo até a sua fóz onde começou. (PARANÁ, 1915).

Esta área possuía 22.632 (ha), conforme Mapa 3. A proposta do acordo de 1949 era a redução para 1.700 (ha). Atualmente corresponde à Terra Indígena Queimadas, localizada no município de Ortigueira, com uma área de 3.078 (ha)⁴⁶. Em 1949 a população nesta área era de 60 indígenas e em 2010 somavam 429.

Mapa 3: Terra Indígena Queimadas



2.4 Terra indígena Mangueirinha

Em 2 de março de 1903, o então governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, através do Decreto nº. 64, estabeleceu uma reserva de terras na margem esquerda do ribeirão do Lageado Grande, no município de Palmas, "atendendo a que a tribo de índios Caingangs, ao mando do cacique Antonio Joaquim Cretan" (PARANÁ, 1903).

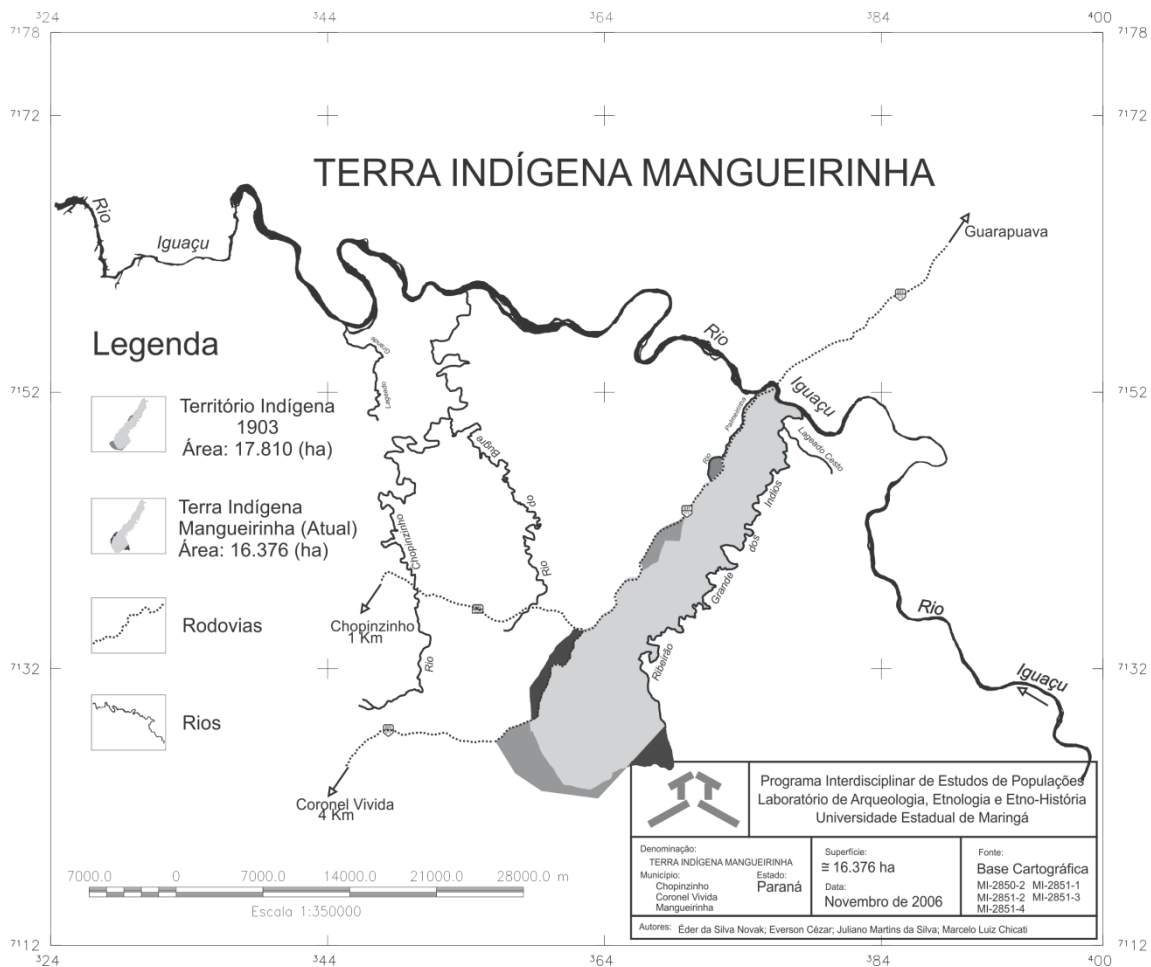
Fica reservada para estabelecimento de tribus indígenas as terras ocupadas pelas Cabildas do cacique Cretan, com as seguintes divisas: a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado

⁴⁶ Estudos ainda precisam esclarecer como se deu o processo de demarcação da Terra Indígena Queimadas. Hoje apresenta uma extensão bem inferior que a estabelecida em 1915, mas uma área maior que a planejada pelo acordo de 1949. Sabe-se que um processo judicial segue em andamento para a revisão desta Terra Indígena (Ver ação rescisória n. 2001.04.01.075351-9/PR).

Grande á cabeceira do ribeirão Palmeirinha e por estes dois rios, abaixo até ao Iguaçu que será a divisa norte. (PARANÁ, 1903).

O Mapa 4 apresenta esta área com uma extensão de 17.810 (ha). O acordo de 1949 definia sua redução para 2.560 (ha). Atualmente corresponde à Terra Indígena Mangueirinha, nos municípios de Chopinzinho, Coronel Vivida e Mangueirinha, com uma área de 16.376 (ha)⁴⁷. Se em 1949 a população era de 105 indígenas, em 2010, somavam 1.475.

Mapa 4: Terra Indígena Mangueirinha



2.5 Terra Indígena Rio das Cobras

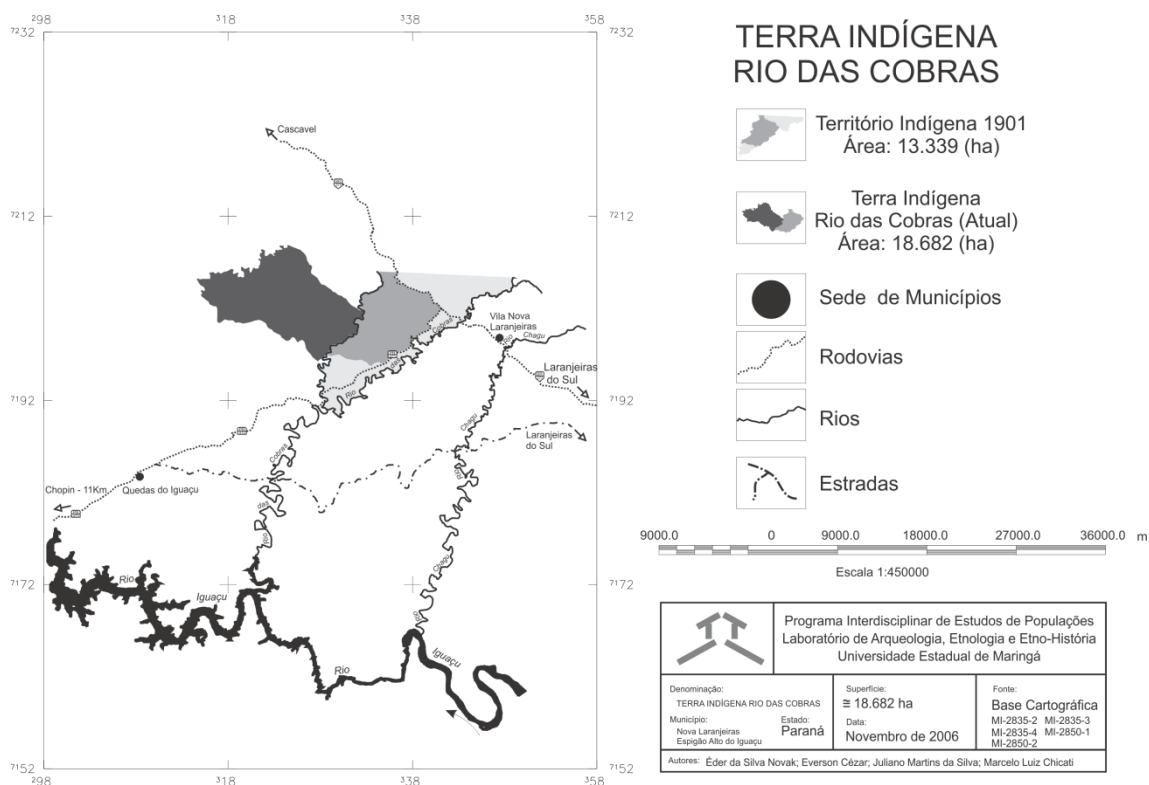
⁴⁷ As razões pela não concretização da proposta do acordo de 1949 na Terra Indígena Mangueirinha precisam ser analisadas, revelando a participação dos indígenas na manutenção de suas áreas.

Em 31 de julho de 1901, através do Decreto n.º. 6, o governador do Paraná, Francisco Xavier da Silva, estabeleceu uma reserva de terras aos índios Kaingang, num total de 500, chefiados pelo cacique Jembrê, nas cabeceiras do rio das Cobras, no município de Guarapuava.

Fica reservada para o estabelecimento da tribo indígena de Coroados, ao mando do cacique Jembrê e á outras tribus que quizerem alli se estabeler, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: A Este o rio das Cobras. A Oeste o rio União. Ao Sul a picada velha, que do Xagú vae á colonia da Fóz do Iguassú e ao Norte a picada nova que demanda a mesma colonia. (PARANÁ, 1901).

Com limites não muito precisos nas cartas geográficas atuais, a área traçada continha 13.339 (ha), representada no Mapa 5. A proposta em 1949 era sua redução para 3.870 (ha). Correspondente à Terra Indígena Rio da Cobras, hoje situada nos municípios de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguacu, a área contém 18.682 (ha)⁴⁸. Em 1901 possuía 500 indígenas; em 1949 sua população era de 170; e em 2010 totalizava 2.264.

Mapa 5: Terra Indígena Rio das Cobras



O acordo de 1949 estabelecia ainda a responsabilidade do governo do Estado em realizar as medições e demarcações das áreas determinadas pelo SPI, bem como expedir os títulos de propriedade em nome das respectivas

48 Assim como em Mangueirinha a proposta de redução da área do Rio da Cobras não se efetivou e a participação dos indígenas na manutenção de suas terras ainda precisa ser estudada.

comunidades indígenas. Além disso, definia que o governo deveria retirar todos os "intrusos" das áreas pertencentes aos indígenas, reservando a estas terras "completamente livres".

O Estado ainda teria a obrigatoriedade de estruturar o interior das áreas indígenas, indicada pelo SPI.

O Governo do Paraná fará construir, as suas expensas e com a maior urgência, casas para administração do Serviço de Proteção aos índios, escolas, enfermarias, galpões para abrigo de máquinas, instrumentos e ferramentas agrícolas e bem assim casas para as famílias dos índios, nos casos em que, em virtude de nova localização da tribo, não puderem ser aproveitadas as construções existentes nos atuais postos. (BRASIL, 1949).

O Decreto Estadual nº. 13.722, de 19 de janeiro de 1951, ratificou as decisões do acordo de 1949 e foi publicado no Diário Oficial do Paraná no dia seguinte.

A proposta do acordo de 1949 era atribuir em média 20 (ha) de terras para cada indígena. O Quadro 2 revela a situação atual das seis terras indígenas envolvidas no acordo: suas extensões, população e média de hectare (ha) por pessoa. Mesmo nas áreas que não se consolidou a proposta de redução territorial – como em Mangueirinha e Rio das Cobras – a relação área/pessoa é muito inferior que o planejado em 1949, quando já não considerava a forma tradicional e diferenciada de vida das populações indígenas.

Quadro 2: Dados atuais das Terras Indígenas citadas no acordo de 1949

Terra Indígena	Etnia	Município	Área (ha)	População Indígena	(ha) por indígena
Apucarana	Kaingang	Tamarana	5575	1415	3,9
Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu	2044	605	3,8
Ivai	Kaingang	Pitanga , Manoel Ribas	7306	1687	4,3
Mangueirinha	Guaraní, Kaingang	Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha	16376	1475	11,1
Queimadas	Kaingang	Ortigueira	3078	429	7,2
Rio das Cobras	Kaingang, Guarani	Espigão Alto do Iguaçu, Nova Laranjeiras	18682	2264	8,3
TOTAL			53.061	7.875	Média: 6,4

Fonte: Censo Demográfico do IBGE (2010); Site (www.funai.gov.br).

A situação se agrava nas Terras Indígenas onde ocorreu a redução proposta pelo acordo de 1949. O aumento demográfico nestas áreas nas últimas duas décadas, somados ao desgaste do solo, a diminuição dos recursos naturais, a ineficiência dos órgãos e política indigenistas e o descaso geral do poder público, dificultam a sobrevivência das populações indígenas em suas terras. Diferentes alternativas são adotadas por estes grupos, que precisam buscar fora de suas terras condições mínimas de sobrevivência. Portanto, a presença dos indígenas, cada vez mais notada, nos



espaços urbanos, assim como nas universidades, deve ser entendida a partir deste novo contexto, como ações estratégicas de sujeitos históricos e sociedades políticas na obtenção de seus objetivos.

3. Considerações Finais

A política de reestruturação das terras indígenas proposta pelo acordo de 1949 deve ser analisada no campo da "situação colonial". Jogos de interesses retrataram o contexto de negociações, aproximações e conflitos, envolvendo os personagens daquele momento histórico. Se por um lado, o governo do Paraná desejava a liberação de terras para as frentes de expansão colonialista, por outro, os grupos indígenas, historicamente atuantes em defesa de seus territórios, seja através de políticas de alianças e reivindicações pacíficas, seja através de atos de violência e dura resistência, buscaram formas de agir frente ao novo contexto.

Dessa forma, se em algumas áreas a redução territorial se concretizou – como nas terras indígenas Ivaí, Faxinal e Apucarantina – nas demais isto não ocorreu, com destaque para Rio das Cobras e Mangueirinha que permaneceram com os territórios próximos aos reservados ainda no início do século XX. Mesmo nas áreas reduzidas, importante observar a proposta de construção, pelo governo do Estado, de toda uma estrutura nas áreas indígenas, como escolas, enfermarias, galpões, além de ferramentas e instrumentos diversos destinados aos indígenas, que poderiam lhes interessar.

Isto não representa negar o empobrecimento cultural, a redução territorial drástica para grande parte da população indígena, que culminou em situações de miséria e grandes dificuldades para a sobrevivência em muitas terras indígenas do Estado. Todavia, o acordo de 1949 foi mais um exemplo de que a política indigenista não pode ser tratada sem levar em conta a política indígena. Esta foi responsável pela manutenção de parte dos seus territórios tradicionais e por assegurar suas formas diferenciadas de vida.

4. Referências

- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campos**, n. 3. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário, p. 107-131, 1993.
- EURICH, Grazieli. **O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na vila da Pitanga (1923)**. Maringá, 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.
- MOTA, Lúcio Tadeu. A presença indígena no vale do rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, v. 7, n. 13, p. 358-391, jan./jun. 2014.



MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. *Os Kaingang do vale do rio Ivaí: histórias e relações interculturais*. Maringá: Eduem, 2008.

NOVAK, Éder da Silva. **Tekohá e Emã**: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República – 1889 a 1930. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da bacia do Tibagi**: uma sociedade Jê meridional em movimento. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

A IMPORTÂNCIA DO CINEMA PARA A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (1932-1937) SOB O OLHAR DO PERIÓDICO *MONITOR INTEGRALISTA* (1933-1937).

Giceli Warmling do Nascimento⁴⁹
Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM)

Resumo: O cinema foi um dos meios de comunicação de massa mais utilizados pelos estadistas do século XX, tanto em regimes democráticos quanto em ditatoriais. A intenção era através do cinema “conquistar corações e mentes” em torno dos ideais e projetos desses regimes, assim tanto Franklin D. Roosevelt, Benito Mussolini e Adolf Hitler contaram com o cinema como veículo de propaganda política. No Brasil, Getúlio Vargas contou com o apoio do INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo) e até mesmo partidos políticos que ansiavam chegar ao poder utilizaram o cinema para atingir seus objetivos políticos, como exemplo temos a Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Nosso objetivo com esse trabalho é compreender o papel que o cinema desempenhou para este movimento e partido político através da análise do seu periódico oficial: o *Monitor Integralista*. A escolha dessa fonte se dá porque entendemos, assim como Michele Lagny (1997), que os filmes são uma fonte documental importante para o estudo das representações e da estética do filme, mas ele nos diz muito pouco sobre quem viu esses filmes e sobre o sistema que os produziu. Dessa forma, precisamos de outros meios de comunicação para verificarmos como essa estrutura funcionava. A pesquisa ainda está em andamento, mas já é possível compreender a importância que esse meio de comunicação possuía para a AIB: criar uma representação de movimento ordeiro e grandioso e pronto para governar o Brasil, bem como construir uma memória do movimento para as gerações futuras.

Palavras-chave: cinema; integralismo; propaganda política.

⁴⁹ Graduada em História pela UNESPAR – Paranavaí. Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação do Prof. Dr. João Fábio Bertanha. E-mail: gi_warmling@hotmail.com



Introdução

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada em 1932 pelo intelectual Plínio Salgado com o objetivo de ser um movimento transformador da sociedade brasileira, originou-se da Sociedade de Estudos Políticos (SEP) e em pouco tempo consolidou-se como o primeiro partido político de massas do Brasil (CAVALARI: 1999, p-34). Apesar do pouco tempo de atuação (1932-1937) a Ação Integralista Brasileira conseguiu estruturar um movimento capaz de aglutinar diversas camadas da sociedade brasileira e um fator foi essencial para que o movimento conseguisse tal feito, o uso da propaganda política através dos meios de comunicação.

Entendida como um fenômeno da sociedade e cultura de massas, a propaganda política foi utilizada tanto por governos “democráticos” como “totalitários” que se valeram dos modernos meios de comunicação, tais como rádio e o cinema para “conquistar corações e mentes” (PEREIRA: 2003 p-2). A propaganda da AIB ficaria a cargo de alguns Departamentos criados no Congresso de Vitória (ES) em 1934, seriam eles: o Departamento Nacional de Doutrina (D.D), Departamento Nacional de Finanças (D.N.F), Departamento Nacional de Propaganda (D.N.P) e o Departamento Nacional de Cultura Artística. Esses órgãos foram reestruturados em 1935 no Congresso de Petrópolis e tornaram-se Secretarias Nacionais, diretamente ligadas as ordens da *Chefia Nacional*⁵⁰. O intuito de tal transformação, era levar Plínio Salgado à presidência da República através da eleição presidencial que aconteceria em janeiro de 1938⁵¹.

Para conquistar seus objetivos políticos, a AIB buscou estruturar seus meios de comunicação de forma que houvesse um discurso único das publicações integralistas. Uma das estratégias utilizadas foi a criação, ainda em 1935, do consórcio jornalístico *Sigma- Jornais reunidos*, subordinado à Secretaria Nacional de Propaganda e ao Chefe Nacional, esse consórcio contava com 88 jornais (CAVALARI: 1999, p. 83-84).

Um dos periódicos mais importantes da AIB foi o *Monitor Integralista*, tido como o órgão oficial do movimento, era através dele que todos decretos, resoluções, normas eram passados aos demais militantes. Além do *Monitor Integralista*, destacamos outros importantes periódicos, tal como o *Acção* e *A Offensiva*, este último juntamente com a revista *Anauê!* foram os principais veículos de popularização da doutrina integralista.

Outros meios de comunicação tiveram lugar de destaque na AIB, o cinema e o rádio também foram usados nos esforços propagandísticos. O cinema desempenharia um papel importante para o integralismo, registrando as atividades do movimento para as gerações futuras, contribuindo para realizar a propaganda política visando a tomada de poder, e ainda era pensado para fins educativos.

⁵⁰ Plínio Salgado foi proclamado “Chefe Nacional” da AIB em 7 de Outubro de 1932, data em que surgiu a AIB em São Paulo.

⁵¹ A eleição marcada para janeiro de 1938 não aconteceu, pois em novembro de 1937 é decretado o Estado Novo (1937-1945). Através de um decreto, em dezembro de 1937, todos os partidos políticos são postos na ilegalidade, inclusive a Ação Integralista Brasileira. Em 1938, os integralistas tentam tomar o poder através de malfadado golpe conhecido como Levante ou Intentona integralista.



Alguns cineastas registraram as atividades da AIB, um deles foi Fritz Rummert Junior, escolhido para dirigir o *Departamento Nacional Cinematográfico*. Ele era dono da empresa cinematográfica *Sigma – Film* contratada para filmar os desfiles e eventos integralistas (BULHÕES, 2000. p.4). Não possuímos muitas informações sobre este cineasta, um dos objetivos da pesquisa é reunir informações sobre o mesmo.

Outro cineasta integralista que também registrou as ações da AIB foi o catarinense Alfredo Baumgarten, este teve uma participação ativa na vida política de Blumenau, sendo eleito vereador pela Ação Integralista Brasileira em 1934, chegou à vice-presidência da câmara na legislatura presidida por José Ferreira da Silva. Devido a sua atuação na política foi preso duas vezes, uma delas em 1938, ao transmitir informações pelo rádio no chamado *Putsch integralista*, tentativa fracassada de tomada do poder. (PIRES: 2000. p.66-67). O cineasta foi o responsável por filmar uma das maiores manifestações públicas da AIB, o *I Congresso Meridional Integralista* que ocorreu na cidade de Blumenau-SC em outubro de 1935. Outros dois cineastas que filmaram a AIB e que pretendemos levantar informações no decorrer da pesquisa são o paranaense João Baptista Groff e o mineiro João Carriço.

Nossa intenção nesse trabalho, que é parte do projeto de Mestrado em História e está em andamento na Universidade Estadual de Maringá (UEM) é analisar, através do periódico *Monitor Integralista*, como o cinema era entendido pela AIB, de que forma ele seria utilizado e informações sobre as estruturas de produção desses filmes. Além do mais, buscamos informações sobre os cineastas que filmaram a AIB.

A escolha dessa fonte se dá porque entendemos que os filmes são uma fonte documental importante para o estudo das representações e da estética do filme, mas ele nos diz muito pouco sobre quem viu esses filmes e sobre o sistema que os produziu (LAGNY: 1997. p-127). Dessa forma, precisamos de outros meios de comunicação para verificarmos como essa estrutura funcionava, tal como o periódico escolhido para essa empreitada. Foram analisadas as edições do *Monitor Integralista* presentes no Fundo Plínio Salgado na cidade de Rio Claro - SP, no período de dezembro de 1933 até outubro de 1937.

O cinema sob a ótica do *Monitor Integralista*

O *Monitor Integralista* foi fundado em 1º de Dezembro de 1933 na capital de São Paulo, foi o órgão oficial e interno do movimento e era responsável pelas publicações de todos os atos oficiais de âmbito nacional e a toda matéria de interesse geral do Integralismo. Esse órgão circulava em todas as sedes, podendo ser semanal, quinzenal ou semestral, sua aquisição era obrigatória por parte das autoridades do *Sigma* e a todos os *Camisas-Verdes*⁵². Todos os atos publicados deveriam ser executados imediatamente, uma vez que eram tidos como ordens expressas do Chefe Nacional Plínio Salgado.

⁵² “Camisas Verdes” eram como os integralistas eram chamados, devido a cor verde-oliva de seus uniformes.



Em uma de suas primeiras edições, o *Monitor Integralista* (primeira quinzena de 1933, ano I, número I) já traz uma passagem onde deixa claro a importância de se registrar os acontecimentos mais importantes do movimento. Nessa edição há uma nota informando sobre o desfile realizado no Congresso Integralista de Niterói em homenagem ao dia da bandeira e que teria sido filmado por duas empresas cinematográficas. Há no periódico uma descrição completa do desfile que possuía inclusive, um diretor técnico para reger as fileiras, que deveriam ser simétricas e organizadas com o intuito de mostrar o caráter ordeiro e grandioso do movimento. João Fábio Bertonha (2008) fala de uma *maquinaria simbólica* usada pela AIB, todos os ritos, símbolos deveriam passar a ideia de união e grandiosidade do movimento e havia de certa forma, a intenção de mostrar isso também através das filmagens.

No *Monitor Integralista* da segunda quinzena de 1934 há uma coluna intitulada “O que quer o integralismo” que mostra alguns dos princípios do movimento. Além da defesa de um “Estado Moderno Integral” e de um governo forte, um ponto nos chama a atenção: a fiscalização do Estado sobre algumas esferas como:

cinema, o teatro, a imprensa, o rádio, todos os veículos do pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas judeus, de burgueses sórdidos, de espírito anárquicos, de agentes de Moscou. Amparar os artistas nacionais, de modo que possam, com independência, ter a liberdade de serem brasileiros; auxiliar todos os empreendimentos artísticos; arrancar o Brasil do cativeiro de Hollywood; sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a dos interesses particulares que a oprimem, - tudo isso será uma obra grandiosa do integralismo (e NÃO mais a obra diabólica de desagregação, de calúnia, de aviltamento, degradação e descalabro nacional e de amesquinamento e destruição da Pátria (Monitor Integralista, segunda quinzena de fevereiro de 1934, número V, ano II, página 6).

Para o integralismo era preciso “construir” o cinema nacional, usando como referência o modelo de produção estadunidense, mas sem os conteúdos Hollywoodianos considerados perniciosos, as produções deveriam exaltar o que era próprio do Brasil, nossas paisagens, nossa gente e nossas preocupações. Dessa forma, caso o Estado Integral fosse implantado era preciso afastar a influência estadunidense e de Moscou, ou seja, dos comunistas dos nossos “veículos do pensamento”.

Em outra passagem, agora em maio de 1936, a preocupação em se criar o cinema brasileiro novamente é expressa:

Promoverá a criação do cinema brasileiro com forte impulso governamental, de sorte que se aproveite, ao mesmo tempo, o assunto brasileiro, a paisagem brasileira, e o artista brasileiro, com o maior e mais moderno rigor técnico; fiscalizará também a entrada de filmes estrangeiros, que deverão ser traduzidos em português e ter dos vistos, do Ministério da Educação, quanto à parte moral, e do Ministério das Bellas Artes, quanto ao valor artístico (Monitor Integralista, maio de 1936, página 5).

Além do incentivo às “Bellas artes”, o cinema também aparece no regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, nesta secretaria o cinema pertencia a Divisão de Divertimento, sendo



responsável por “divertir” e “educar” os jovens. Em outra Secretaria o cinema também é citado, na Secretaria Nacional de Cultura Artística, que era considerado um órgão fundamental da AIB, tendo como finalidade incentivar, difundir, criar e controlar a parte artística e cultural do movimento integralista, a secretaria era dividida em 4 Departamentos: o de Música, Bellas Letras, Artes Cênicas e Artes Plásticas.

O Departamento Nacional de Artes Cênicas compreendia as divisões de cinema e teatro, cabendo a ele dar apoio e incentivo a essas instâncias nacionais, essa divisão também era responsável por orientar e controlar os filmes e peças organizadas pela AIB. Tendo em vista, os princípios doutrinários do movimento (Monitor integralista, 3 de Outubro de 1936, número 15, ano 4, página 15).

Para a AIB os filmes possuíam um valor educativo e dessa forma deveriam ser avaliados quando ao seu valor moral e estético, possuíam também um caráter doutrinário uma vez que podiam “transmitir” as doutrinas integralistas para seus militantes e para aqueles que ainda não eram adeptos do movimento. Um departamento foi essencial para que todas essas produções fossem realizadas, o Departamento Nacional Cinematográfico sob a tutela do integralista Fritz Rummert Junior, esse cineasta era dono da empresa Sigma Films e prestava serviços para a AIB, em uma passagem do *Monitor Integralista* há uma nota com informações a esse respeito:

Sociedade cinematographica Integralista está apta a fazer exhibições de filmes Integralistas em qualquer núcleo. Possui aparelhamento próprio e adequado. Informações sobre exhibições e filmagens com o Companheiro Fritz Rummert Junior. (Monitor Integralista, 15 de maio de 1936, número 14, ano IV, página 9).

Ainda sobre Fritz Rummert Junior, temos outra nota de 11 de Junho de 1937, intitulada *O integralismo e o Cinema*:

O serviço cinematográfico da AIB, feito pela “Sigma – Film”, vem tomando ultimamente um grande desenvolvimento, atingindo a cerca de um milhar a metragem das pelliculas que focalizam assumptos dos mais interessantes e da maios (sic) actualidade no Integralismo. O Departamento Nacional Cinematographico da S.N.F. tem feito filmar pela “Sigma-Film” todas as concentrações, congressos e solennidades de maior importância realizados nestes últimos mezes e que constituem o programma nº 3. É um optimo e vasto programma com 700 metros de films, nitidamente impressos, focalizando massas de “Camisas-Verdes”, aspectos da Natureza, episódios interessantes do Sigma, dando tudo uma impressão de grandiosidade e de pujança do Movimento. Esse programa que vae ser exhibido a titulo de propaganda nas cidades do interior do paiz, e a preços populares, constitue um espectáculo assáz attrahente, com hora e meia de projecção. O companheiro Fritz Rummert Junior, esforçado diretor da “Sigma-Film”, proporcionou há pouco uma exhibição do referido programma aos representantes da imprensa integralista e a impressão colhida pelos jornalistas foi optima. O programma n 3 está assim organizado: Jornal 11 – O Integralismo na Bahia; 12 – Conclave Parlamentar; 13 – Concentração na Guanabara; 14 – Chegada ao Rio dos Integralistas presos na Bahia; 15 – Concentração em Petropolis; 16 – Concentração em Murundu; 17 – O Integralismo em Nictheroy; 18 – Missa dos Companheiros bahianos. A exhibição do programma pelos núcleos e cidades do interior, será iniciada na próxima quinzena pela cidade de Nicteroy, seguindo-lhe os municípios da Provincia Fluminense, de



São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, num total de 90 localidades a serem percorridas pela “Sigma- Film” (Monitor Integralista, 11 de junho de 1937, número 20, ano V, página 8).

Percebe-se nas citações acima, que o cinema era tido como um veículo de propaganda para o movimento, uma vez que as filmagens seriam projetadas em diversos núcleos integralistas por todo país. Deve-se destacar que a nota foi publicada na véspera das eleições presidenciais de 1938 onde Plínio concorria à Presidência, nesse sentido era preciso demonstrar toda grandiosidade e pujança da AIB que já havia se estruturado enquanto um partido político. Alguns desses desfiles citados constam na *Filmografia Brasileira*⁵³ no site da Cinemateca Nacional.

Em 7 de Outubro de 1937, o *Monitor* traz o Manifesto-programa (lançado originalmente em janeiro de 1936) para as eleições presidenciais. Através do seu programa a AIB busca mostrar seu poderio e suas realizações, entre essas grandes realizações estava o cinema, segundo a nota da página 7,

O Departamento Nacional Cinematográfico, controlado pelas Secretarias Nacionais de Finanças e de Propaganda, mantém em atividade a “Sigma-Film”, - órgão encarregado da filmagem e da projeção de tudo quanto possa interessar o Movimento e sua propaganda. Attinge a alguns milhares, a metragem das películas preparadas pela “Sigma-Film”, focalizando assuntos dos mais interessantes e dos de maior actualidade no Integralismo, tais como: concentrações, desfiles, congressos, festividades cívicas, viagem e outros flagrantíssimos. São filmes excelentes, nitidamente impressos, projetando uns, massas de 20 e 30 mil “Camisas-Verdes”, revelando outros, detalhes da organização do Integralismo, dando toda uma ideia perfeita da grandiosidade, imponência e beleza do Movimento. Esses filmes, em um número de 20, estão agrupados em 3 programas, constituído cada programa espectáculos de duas horas, verdadeiramente interessantes. Estão em vias de conclusão cinco filmes dos últimos acontecimentos integralistas que, reunidos aos existentes preencherão 5 horas de projecção. A “Sigma-Film”, que é dirigida pelo companheiro Fritz Rummert Junior, Chefe do Departamento Nacional Cinematográfico, está realizando uma grande excursão pelas Províncias do Sul do país, exibindo os seus filmes a preços popularíssimos, a título de propaganda e para diversão dos “Camisas-Verdes” (Monitor Integralista, 7 de Outubro de 1937, número 22, ano V, página 7).

Além desses filmes produzidos “a título de propaganda e para diversão dos “Camisas-Verdes” as produções mostravam outros eventos, como por exemplo, o encontro da delegação de Plínio Salgado com Getúlio Vargas no Palácio do Catete, filmado pela *Cinédia* (Nota “Filmada a visita ao Catete, Monitor Integralista, 17 de julho de 1937, número 21, ano V, página 8).

Apesar das pretensões de Plínio Salgado à Presidência da República, visto como único modo de se chegar ao poder naquele momento, as ambições do líder integralista esbarraram com a decretação do Estado Novo em novembro de 1937. Mesmo com o apoio dado pelos integralistas ao golpe, uma vez que imaginavam que a base ideológica do novo governo seria integralista e com a promessa feita a Plínio Salgado de receber o Ministério da Educação, Getúlio Vargas decreta a extinção de todos os partidos políticos, inclusive a AIB.

⁵³ A *Filmografia Brasileira* tem como objetivo reunir, organizar e disponibilizar informações sobre toda a produção audiovisual produzida no país desde 1897 até os dias atuais.



Em 1938, os integralistas tentam a tomada de poder através de um golpe, a chamada Intentona integralista ou *Putsch* integralista, fracassaram em tal empreitada e passaram a ser ainda mais reprimidos pelo Estado Novo, as atividades da AIB cessam e seu material de propaganda passa a ser censurado, inclusive seus filmes.

365

Conclusão

Ainda que a pesquisa esteja em andamento foi possível verificar através do periódico escolhido que o cinema possuía grande importância para a AIB, tanto enquanto veículo de propaganda, para fins educativos ou para representar as ações do movimento para as gerações futuras. A preocupação em se estruturar o “cinema brasileiro” estava sempre presente nessas publicações, seja através do incentivo aos artistas nacionais ou através do investimento em recursos técnicos. O estado seria a “mão forte” capaz de incentivar e proteger o cinema, sobretudo dos filmes estrangeiros, vistos como perniciosos. Fica claro as pretensões de chegar ao poder por parte da AIB, usando inclusive o cinema para tanto. E após a tomada de poder, estruturar o cinema brasileiro, visto como importante para a formação da própria cultura nacional.

Segundo a historiadora Sonia Cristina Lino, seria possível identificar três formas de valorização do cinema como meio privilegiado de comunicação e de integração social no período: os que privilegiavam suas funções educativas; os que privilegiavam seu papel de veículo de propaganda e difusão de ideias; e os que exaltavam seu valor comercial e de mercado buscando criar aqui uma indústria cinematográfica. Em todos esses discursos o Estado teria o papel de interlocutor ou promotor dessas ações (LINO, 2007: p.165).

Em todas as passagens analisadas, essas preocupações citadas por Sônia Cristina Lino são verificadas. Contudo, devemos levar em consideração algumas dificuldades em se efetivar esse projeto. Primeiramente, a AIB teve pouco tempo de atuação (1932-1937), não tendo tempo suficiente para montar todo esse aparato de produção e distribuição, que além de não ser uma tarefa fácil, também não era barata. Soma-se a esses fatores a própria dificuldade do “cinema brasileiro” em se sobressair, tanto pela falta de incentivo à cultura e ao próprio gosto dos brasileiros, que muitas vezes preferiam filmes estrangeiros. Assim, apesar da pretensão em se construir algo grandioso e dos esforços realizados pelo movimento é preciso levar em consideração os limites desse projeto.

Referências

BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. In: **Sobre a Direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo**. Maringá: EDUEM, 2008.



BULHÕES, Tatiana da Silva. Refletindo sobre o poder das imagens a serviço da Propaganda Política no Brasil contemporâneo: o caso da Ação Integralista Brasileira. **Laboratório do Tempo Presente**, Ano 3, Nº 03, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999.

LAGNY, Michelle. **Cine e Historia: Problemas y métodos en la investigación cinematográfica**. Colección Bosch Comunicación, 1997.

LINO, Sonia Cristina. Projetando um Brasil moderno. Cultura e cinema na década de 1930. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, volume 13, número 2, p. 161-178, 2007.

PIRES, José H. N. **Cinema e História: José Julianelli e Alfredo Baumgarten. Pioneiros do cinema catarinense**. Blumenau: EDIFURB, 2000.

VALIM, Alexandre Busko. História e Cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 283-300.

Fontes utilizadas

MONITOR INTEGRALISTA. Rio de Janeiro: Órgão Oficial da Ação Integralista Brasileira, 1933-1937.

NO ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES CATÓLICAS, HÁ ESPAÇO PARA AS CRENÇAS AFRO-BRASILEIRAS? REVISITANDO A HISTÓRIA DAS RELIGIÕES EM MARINGÁ-PR (1947-2014).

367

Giovane Marrafon Gonzaga
Prof^ª Vanda Fortuna Serafim (Orientadora)
PIBIC/FA LERR-UEM

A pesquisa histórica nos campo das religiões e religiosidades vem se consolidando no Brasil, paulatinamente, desde a década de 1980. É perceptível, todavia, como o estudo de religiões não-cristãs acaba por figurar à margem dos interesses dos historiadores. Embora haja estudos sobre a temática, são minoria, alcançando um espaço mais amplo nos estudos da Antropologia. Ao analisar as teses do PPGH-UFSC (2000 – 2010), que versam sobre religiões e religiosidades, atentado aos temas trabalhados, aos espaços geográficos escolhidos, aos períodos históricos estudados, às fontes e documentos problematizados e aos aportes teóricos e metodológicos recorrentes, mas principalmente, como a questão das religiões e das religiosidades foi pensada, Vanda Fortuna Serafim (2011) indicou que das trezentos e oitenta e cinco teses e dissertações desenvolvidas no Programa, quarenta e três delas, ou seja, quase nove por cento versam diretamente sobre a temática das religiões e/ou religiosidades.

Serafim (2011) constatou que o número é significativo, dada a variedade de temas abordados pelo corpo docente e discente do programa. Algumas características importantes sobre os trabalhos realizados são que, considerando as dissertações de Mestrado, 79% delas trabalham com o Catolicismo, 15% com Protestantismo (Presbiterianismo, Congregação Cristã do Brasil, Assembléia de Deus, Igreja Luterana e Igreja Universal do reino de Deus) e 6% com Religiões Afro-brasileiras, especificamente a Umbanda. Nas teses de Doutorado, o diferencial está no surgimento de trabalhos sobre o espiritismo e a ausência de estudos sobre Umbanda. Assim, 70% das teses são sobre o Catolicismo, 20% sobre o Espiritismo e 10% sobre o protestantismo.

Embora a autora atente a realidade de uma universidade de Santa Catarina, em um levantamento bibliográfico recente, realizado para uma apresentação no III Simpósio do GT História das Religiões e das Religiosidades, pudemos constatar que as pesquisas no Paraná sobre as religiões e religiosidades são, ainda, bastante, escassas. E quando atentamos às de matriz africanas, há poucos trabalhos neste sentido.

Nesse sentido, pensar as crenças afro-brasileiras em Maringá, no Paraná, é válido historiograficamente, e mais ainda no que diz respeito à temática, uma vez que temos estudos consideráveis sobre o catolicismo em Maringá, mas quase nada sobre as religiões afro-brasileiras. O município, situado no norte do Estado do Paraná, possui cerca de 360 mil habitantes e é considerada região metropolitana, ainda

jovem, dada sua recente fundação em 1947. A história da cidade está atrelada à história do estabelecimento do Catolicismo oficial na cidade, traçando um perfil do maringense associado a uma identidade católica pioneira. É o que nos indica a pesquisa de Selson Garutti (2006) intitulada, *O poder do anel na diocese de Maringá*.

O processo de fundação da cidade de Maringá destaca-se pelo fato de ter sido planejada primeiramente em uma prancheta, na qual se previa a organização de todos os espaços, quebrando uma antiga tradição brasileira na forma de fundação das cidades, quando primeiramente se erguia uma cruz, símbolo da religião dominante, para em torno dela surgir o núcleo urbano. Os espaços religiosos formados por católicos e protestantes também são considerados, visto que ambos se organizaram no mesmo momento histórico; mas permaneceu como patrimônio histórico da cidade só a primeira capela construída no primeiro núcleo urbano que deu origem à cidade. [...] além de ser a religião católica a religião "aceita" pela maioria dos pioneiros. (GARUTTI, 2006, p.10).

Exposto isto, nota-se, então, uma grande lacuna histórica, como indica o artigo de Amorim (2009) com um título já bastante sugestivo “Religiões Afro-brasileiras na Região de Maringá: Diversidade e Invisibilidade”. A autora explica que as pesquisas realizadas por seu grupo de trabalho apontam a grande quantidade e diversidade de manifestações religiosas, destacando a existência de mais de 300 templos, no município. Fazendo com que a aparente invisibilidade de cerca de 50 templos das religiões afro-brasileiras e sua inserção na região mereçam uma investigação mais detalhada. designações religiosas nas práticas culturais da região. A pesquisa utilizou questionários e observação participante, junto aos templos em Maringá, Sarandi, Marialva e Mandaguari; constatando que na maioria dos casos, os templos situam-se em bairros periféricos, sendo que alguns já se localizaram em áreas mais centrais ou no município maior. Observa-se que, por pressão dos outros grupos, com diferentes orientações religiosas, tais templos foram “empurrados” para municípios limítrofes, na região metropolitana. A caracterização dos templos é bem diversificada, sendo que predomina a umbanda como característica geral dos cultos. Entretanto, há a significativa presença de outras designações religiosas, como o candomblé, o omolokô e o tambor de mina, estes dois últimos chegaram em Maringá na última década. (AMORIM, 2006)

Tendo isso em vista, o presente artigo visa contribuir com uma proposta sobre os estudos das religiões, religiosidades e crenças afro-brasileiras, que busca preencher algumas das grandes e inúmeras lacunas existentes sobre a presença afro-brasileira em Maringá-PR. Além de somar para o entendimento das

diversidades religiosas em Maringá, objetiva-se destacar outras perspectivas sobre as crenças presentes nas inúmeras culturas afro-brasileiras, que por vezes não institucionalizadas permanecem invisíveis.

A relevância de um tipo como este de proposição pode ser encontrada no discurso de autores como Roger Chartier e Michel de Certeau, em seus respectivos livros *A História Cultural* e *A escrita da História*.

Chartier, parte do entendimento da História, como ramo da ciência flexível e incerto. Nas primeiras páginas de seu livro, Chartier entende que uma vertente historiográfica importantíssima surge em diversas nacionalidades. É o que poderia se chamar de História das idéias ou história intelectual. Para especificar o objeto de pesquisa desse ramo, usa das definições de dois teóricos, Jean Ehrard:

“[...] a história das idéias cobre três histórias – a história individualista dos grandes sistemas do mundo, história dessa realidade coletiva e difusa que é a opinião, história estrutural das formas de pensamento e de sensibilidades.” (EHRARD apud CHARTIER, 2002, p. 30)

E Robert Darnton que compreende a história intelectual, como chama, em:

“[...] a história das idéias (o estudo do pensamento sistemático, geralmente por tentativas filosóficas, a história intelectual propriamente dita [...], a história social das ideias (o estudo das ideologia e da difusão das ideias) e a história cultural (o estudo no sentido antropológico, incluindo visões do mundo e mentalidades coletivas).” (DARNTON apud CHARTIER, 2002, p. 30)

Ao repensar o consumo cultural, retirando do exercício do ato da leitura o caráter de “absorção passiva” do que é apresentado, Chartier entende que o processo de leitura é, na verdade, “a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou a resistência” (CHARTIER, 2002, p. 59-60). Sendo assim, a leitura de um único texto produziria uma miríade de outros textos no intelecto de seus leitores.

Para Chartier (2002), é trabalho do historiador das ideias analisar a leitura desses textos (o material e o gerado através do exercício interpretativo. E parece claro que os textos são exemplos, pode-se concluir que Chartier (2002) se refere à tudo que o cérebro consegue “ler”, no sentido de interpretar).

Mas, a análise de leituras tão diversas e pessoais acaba pondo em cheque, o sentido objetivo de um texto, e retira-o da posição, que muitos atribuem à escrita científica, de literatura neutra. Para tanto, é necessário ao historiador compreender o que seriam representações e o que seria realidade. (CHARTIER, 2002, p. 62)

O autor considera que as particularidades de uma sociedade estão inscritas nas práticas e estruturas da mesma, e que essas são apropriadas pelo agente individual e transformadas no que são essas representações. A realidade é re-apresentada a partir do que é construído socialmente (CHARTIER, 2002).

Michel de Certeau, por sua vez, em *A escrita da História*, relativiza em muito o trabalho historiográfico, ao compreender o exercício da escrita da História como um trabalho com os mortos. Irônico ou não, a análise de Certeau é muito pertinente ao projeto que se pretende começar (CERTEAU, 1982).

Por trabalho com os mortos, Certeau entende que o historiador o tempo todo dialoga com o passado, mas, indiscutivelmente, o passado não está mais vivo senão manifestado no presente. Ao dialogar com suas fontes, o profissional da história não reatualiza discursos, a análise que faz é sempre uma interpretação do passado segundo as necessidades, uma “atmosfera” do presente. (CERTEAU, 1982).

Nesse sentido, Chartier, e sua teoria das representações, parecem próximos de Certeau. Para Certeau, a inteligibilidade da historiografia se desloca para o “outro”, ou seja, através de atribuições ao passado, distancia-o do presente, como se o mesmo não fosse mais. Com a prerrogativa de que fala sobre o outro, determinado discurso historiográfico, e por fim, a sociedade que legitima esse discurso, admite que também tem um tanto daquilo que renega (CERTEAU, 1982). Poder-se-ia dizer que esse “passado” transmitido é, na verdade, uma representação de passado.

Para Certeau:

[...] nenhum texto – mesmo aparentemente mais documental, mesmo o mais “objetivo” (por exemplo o quadro estatístico traçado por uma administração) – mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. (CERTEAU, 1982, p. 63)

Tem-se em mente de que boa parte das fontes trabalhadas (no que se refere aos jornais de décadas anteriores, por exemplo) serão fontes construídas por pessoas que, muitas das vezes, não pertencem à nenhuma religião afro-brasileira. Sendo possível inclusive, a presença nesses textos certo preconceito, por parte de quem escreve. O trabalho com a fonte neste projeto visa justamente compreender além da aparência “documental, objetiva” a que Certeau se refere no excerto acima. Essa atitude de quebrar uma parcialidade que o papel possa representar será essencial no decorrer da pesquisa.

Tendo em vista o recorte temporal pretendido no trabalho (1946-2014), a análise documental se mostra, num primeiro momento, a forma mais eficaz de se alcançar os objetivos almejados. Disponíveis

para a pesquisa aos estudantes das áreas de ciências humanas, uma série de arquivos policiais (fichas de ocorrência, etc.) sediados na Universidade Estadual de Maringá servirão como ponto de partida da pesquisa.

Verificar-se-á se existe, entre esses documentos, a presença de elementos que, de alguma forma, se conectam à religiosidade afro-brasileira. Queixas sobre as práticas que acontecem num terreiro de umbanda, ou se alguma manifestação religiosa fora desses templos foi motivo de denúncias, reclamações.

Uma segunda fonte documental seriam os jornais maringaenses arquivados na Biblioteca Municipal de Maringá, pretende-se investigar cada publicação em busca de notícias e matérias que se relacionam com as práticas de religiosidade afro-brasileira. Se essas existem, em que sentido são escritas.

Foi mencionado nesse texto que a cidade de Maringá é predominantemente católica, apesar de ter sido planejada em vez de erigida em volta de uma cruz. É, por conseguinte, motivo de curiosidade buscar de que maneira os jornais da cidade lidam com esse elemento religioso da cultura afro-brasileira, num primeiro momento, distante da realidade teológica abordada pela Igreja católica.

Em questão metodológica, tudo que foi dito até aqui remete ao primeiro objetivo proposto por este pré-projeto. Após esse levantamento documental, o trabalho será voltado para a localização dos espaços de prática da religiosidade afro-brasileira. Neste ponto, a informação obtida através das pessoas que possuem essa devoção será importantíssima. Ainda que através de órgãos, como Laboratório de Religiões e Religiosidades da Universidade Estadual de Maringá ou dos registros de organizações não-governamentais que tem seus trabalhos voltados para o descendente africano, entende-se que a prática da religião afro-brasileira ainda acontece como que oculta, provavelmente devido à perseguição moral e antes, político-cívil (no sentido de ser criminalizada), sofrida por essas religiões no território nacional.

Supõe-se que as práticas da religiosidade afro-brasileira sejam dadas em Maringá, ao longo do processo histórico da cidade, de maneira quase que camuflada. Este postulado só poderá se confirmar com o desenrolar do projeto, mas é realidade em trabalhos que abordam regiões diferentes dessa.

Exemplo dessa realidade camuflada, relativa à um certo preconceito sobre as crenças de natureza africana, é dado no livro “Guerra de Orixás” de Yvonne Maggie (2001). Ao explorar a história de um terreiro desde sua inauguração até seu fim, a autora mostra como mesmo no interior daquele espaço de religiosidade afro-brasileira o preconceito de um médium punha os elementos primitivos, de características mais próximas à uma África negra, numa relação de inferioridade com entidades que apresentavam uma tez mais clara, como os ciganos do Oriente.

Para um entendimento maior desses fenômenos que cercam a religiosidade afro-brasileira sobrevivente num espaço que não é o dela, no sentido de ser branco em Guerra de Orixás, de ser branco e católico no caso de Maringá. Em números, o censo realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística Brasileiro (IBGE) realizado no ano de 2013, explicitar melhor o que se entende, na cidade por espaço branco e católico.

Segundo o censo, o município de Maringá possui uma população estimada em 385.753 habitantes, desse número, 291.670 pessoas declararam ser de cor ou raça branca e crentes em uma religião cristã (católica, evangélica, etc.). Em contrapartida, somente 219 pessoas (entre pretos, brancos, indígenas e amarelos) se declaram praticantes de religiões afro-brasileiras, em específico o candomblé e a umbanda.

Em 2013 43.7% (168.643 habitantes) da população maringaense se considera branca e católica, enquanto os que se consideram pretos e praticantes de candomblé e/ou umbanda resultam em apenas 0.002% da população (mesmo entre os praticantes da religiões afro-brasileiras pesquisadas pelos censos, a população declarada negra consiste em apenas 5% do total de participantes). Se for levado em consideração o fato de que, atualmente, o preconceito acerca de cor ou crença religiosa são menores (ou mais tímidos). Os números em décadas anteriores, como a de 1950, provavelmente apresentariam um distanciamento muito maior.

Este trabalho, pega emprestado assim, a lógica de Certeau (1998) que retira do cidadão-comum a característica de consumidor passivo do meio que o envolve e, principalmente, dos produtores de informação desse meio (mídia, Estado, Igreja, por exemplo). As táticas, aí, são, para Certeau (1998, p. 41), “procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) que jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”.

Os exemplos estatísticos acima exemplificam aquilo que Michel de Certeau (1998), em *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, entenderia como o ambiente onde o processo de tática se desenvolveria, ou seja, um local em que um indivíduo que representa a minoria citada pela não poderia “contar com um próprio”, um lugar despossuído das propriedades desse indivíduo (ser preto, ser adepto de um culto afro-brasileiro), e que por isso, o tempo todo seu empenho será voltado para jogar com essa situação e dela tirar algum proveito, reduzir os efeitos que a situação de não-pertença causam (no caso do negro ou praticante de religiões afro-brasileiras, o preconceito que esses fatores podem alimentar numa sociedade branca e católica):

[...] chamo de tática a ação calculada que é terminada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (CERTEAU, 1998. p. 100)

Na cidade de Maringá, a parte da sociedade dotada dos caracteres dominantes (porque majoritários), tem a possibilidade de controlar ou ter de seu lado as instituições já citadas. Possuem e determinam, com isso, muito do que se espera do comportamento político, econômico e, principalmente, cultural (a forma e o que se come, de que maneira se veste publicamente, de que forma se fala e o entretenimento que se consome, por exemplo) do cidadão-comum. Próximo deste fenômeno, localiza-se o que Certeau denomina de estratégia, diferente da tática, a estratégia vem da condição daquilo ou daquele que manipula as relações de forças:

“a partir do momento que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade [...]” (CERTEAU, 1998. p. 99)

O pensamento de Certeau (1998), dessa forma, é entendido como útil para o desenvolvimento da pesquisa. Sua contraposição de tática e estratégia dialoga com a problemática estabelecida em projeto, questionando se há, no espaço das instituições católicas, espaço para as crenças afro-brasileiras.

Referências bibliográficas

- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Algés. Difel, 2002.
- MAGGIE, Yvonne. **Guerra de Orixá: um estudo de ritual e conflito**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- Dados do IBGE, disponíveis em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411520> (sobre população estimada), e <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=411520&idtema=91&search=parana|maringa|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-religiao-> (sobre resultados da amostra de temática “religião”).

O JUSTO NA IDADE MÉDIA: DIREITO CANÔNICO COMO MEDIADOR DAS RELAÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS.

374

Ingrid Carolina Ávila
Universidade Estadual de Maringá

Resumo:No medievo, o conceito de justiça e a concepção de direito e religião estão interligados com todas as esferas sociais, inclusive a econômica. Este mercado foi marcado pela concepção de *justum pretium* (preço justo), também mediado pela igreja. Além disso, a noção de que o trabalho é impuro é substituída pela glorificação do corpo produtivo, promovendo, assim, uma readequação de papéis neste cenário. Desta forma, objetivamos uma reflexão sobre o desenvolvimento da economia na Europa feudal do século XII ao XIV, bem como seu interesse e desdobramento com o justo.

Palavras chave:Direito; Economia; Idade Média.

Vivemos em um momento histórico com o capitalismo arraigado no âmago das relações. Não problematizamos mais questões relacionadas à economia; parece-nos tão familiar a relação com o dinheiro, que sua presença não nos causa estranheza. Mas como pensar o comércio em um momento em que a circularização da moeda é restrita, e o pensamento religioso envolve todas as esferas sociais?

Para tanto, nosso intuito nesse trabalho é pensar a economia na Europa medieval dos séculos XII ao XV. Segundo os cânones da igreja católica, após a queda do paraíso o homem foi obrigado a trabalhar e ganhar o pão com o suor do seu rosto, entretanto o trabalho era visto com maus olhos, pois o acúmulo de riquezas configurava usura.

Desta forma, surge a questão: como garantir o sustento sem se desviar do caminho de Deus? Outra problemática entra em vigor nesse período: se pela lei de Deus todas as coisas são comuns, como alguns homens possuem mais que outros? Assim, as ideias sobre propriedade entram em conflito no direito canônico, visto que enquanto a lei dos homens aceita a desigualdade, a lei de Deus permite a partilha de terras.

Paradiscorrermos esse impasse, elegemos como suporte os pensamentos de juristas do direito canônico e românico, tendo em vista que na Idade Média os problemas de ordem econômica eram decididos por juristas, que na maioria das vezes eram também membros da igreja católica. Deste modo, economia, direito e religião permaneciam interligados.

Jean de Meung, em *El Pensamiento económico medieval*, afirma que: “La riqueza y la pobreza son dos extremos. Su justo medio es la suficiencia” (MEUNG, apud WOOD, 2002 p-69). Dessa forma, percebe-se que se buscava um equilíbrio de recursos, o suficiente para viver. Nessa sociedade, a caridade apresentava-se como uma maneira de distribuição dos recursos materiais.

La caridade y las buenas obras suponían asumir una sociedad desigual, donde las acciones de generosidad podían ayudar a equilibrar la balanza o hacerla vida más justa, tanto por la distribución de los recursos materiales como por el alivio del sufrimiento del prójimo. Sin embargo, todo tenía un precio, y la caridade no era ninguna excepción. Los piadosos benefactores esperaban algo a cambio de subbenevolencia, normalmente bajo la forma de plegarias, para su salvación. (WOOD, 2002 p-69)

Assim sendo, ricos e pobres conectavam-se por uma relação mútua: enquanto o rico subsidiava o pobre com recursos materiais, o pobre rezava para que a alma do rico ascendesse aos céus após a morte. Através dessa ótica, aparenta-se que a desigualdade social fizesse parte dos planos de Deus, que equilibrava a balança da vida através da caridade.

O dominicano Giordano de Pisa acredita que “*Por qué los pobres se encuentran en su estado en esta vida? Para que los ricos puedan ganar la vida eterna por medio de ellos*” (WOOD, 2002 Apud PISA, 70). Contudo, ao longo do século XII, houve um aumento do número de pobres na Europa, assim a caridade dos ricos voltava-se para os desabrigados, para instituições como hospitais e casas de caridade.

Entretanto, o número de moradores de rua, mendigos e pobres tomou proporções incontroláveis. A igreja, principal provedora de sua subsistência, começou a selecionar quem seria ajudado.

Los hijos e los familiares tenían prioridad sobre los extraños. Entre los fieles extraños. (...) El segundo principio, el de los pobres << que no merecían la ayuda >> Sobre todo, San Agustín había advertido sobre el hecho de dar a los miembros de profesiones vergonzosas, como gladiadores, actores, prostitutas etc. En otro lugar, también había dicho que no debería dar pan a quien hay llevado una mala vida antes de ser pobre << de modo que llevado por el mal camino pueda regodearse en la injusticia >> (WOOD, 2003 p- 93-94).

O número de desabrigados era alarmante, para somar à essa situação, surge a ordem de São Francisco de Assis, um movimento que seguiu a pobreza coletiva, inspirados nos ideais dos primeiros cristãos. Luis Abelardo de Boni alega que São Francisco não foi um marxista e que

sua intenção não era reformar a sociedade, ou criar uma sociedade sem classe (...). E quando, mais tarde, lhe foi proposto fundar uma ordem, tomando por

modelo a regra de anto Agostinho, de São Bento ou de São Bernardo, recusou com veemência a proposta. (BONI, 2003 p-219)

Alguns viam a ordem Franciscana como um sinal do fim dos tempos. A ordem ganhava cada vez mais adeptos, assim, a igreja mediou criando laços jurídicos e doando propriedades para abrigar a população carente. Mas, para São Francisco de Assis, que pregava o desprendimento pelos bens materiais, a possessão de propriedades não lhe era conveniente.

Com isso, os bens doados à ordem pertenciam a São Francisco ou a Igreja? Se pertencessem a São Francisco, a terra era comunal e podia ser utilizada por todos. Destarte, instaurou-se no interior da Igreja um temor de que a pobreza como modelo de vida ameaçariam as propriedades adquiridas.

Houve, então, uma discussão no interior da igreja sobre o que se entendia como pobreza. Os dominicanos eram também inquisidores, e mandavam para a fogueira frades que apoiassem a pobreza como conselho evangélico. Já os Franciscanos, acreditavam na pobreza absoluta. Diante desse impasse, a pobreza se torna um problema social e precisar ser repensada.

Nessa sociedade em que a pobreza é predominante, a ascensão social não é algo tão simples. O corpo jurídico político da Idade Média teve origem na Roma antiga; promulgado por Teodósio, condenava com veemência profissões que administrava finanças.

Os mercadores eram mal vistos, pois eram acusados de comprarem barato e venderem caro; isso implicava a prática de *turpemelucrum*, que correspondia à fraude. O teólogo Rufinus (Wood, 2002 p -67), defendia que mediante a transformação do produto, era justificável que a mercadoria fosse vendida a um valor mais alto, pois foi empregada mão de obra.

Em la*Summa* (1157-59) que dedico al *Decretum*, Rufinussenãla que los artesanatos pueden comprar materiales a bajo precio, trabajarlos y transformalos, y vender el produto a um preciomayor. Estaforma de comprar barato y vender caro se justificaba por los gastos y por elesfuzodel artesanato, y estaba permitida no sólo al laicado sino también a laclerecía. Sín embargo, esa outra atividade consistente en comprar barato y vender sin que que mediara transformación del produto, que pratican mercador y especulador puros, está, de acuerdo com prohibida a los clérigos. (ROTHBARD, 1999 P-67)

Enquanto alguns teólogos enxergavam os mercadores como sinônimo de falta de caridade ou avareza, outros tinham uma imagem positiva, alegando que essa classe prestava um favor social à população, pois levava mantimentos de uma região para outra abastecendo, portanto, o comércio local.

A grande ressalva em torno da figura do mercador é designar a medida econômica, já que o valor da moeda não é determinado. Por exemplo, uma jarra de vinho é equivalente a um lote de terras? Ou a um cavalo? Como determinar?

Por conseguinte, os códigos civis norteavam a relação compra e venda para evitar que o comprador fosse prejudicado. Em meados do século XI, começou a se incorporar na Universidade de Bolonha a concepção de *Laesio enormis* (lesão enorme):

Según Locódi, si um comprador ha pagado más del doble del valor verdadero, o precio justo, de um procduto, el vendedor tienelaopción o bien de pagar al comprador la diferencia entre el precio justo y el de venta, o bien rescindir o contrato. (ROTHBARD, 1999 p- 69)

À vista disso, o mercado na Idade Média era mediado pela concepção de *justum pretium* (preço justo). Tanto na relação riqueza/ pobreza quanto na relação compra/ venda, a Igreja interfere de modo que a balança pese para o lado da justiça, sem prejudicar ambas as partes.

Assim como o pobre e o mercador, o agiota é visto como um criminoso, pois ele empresta algo que é domínio de Deus: o tempo. Portanto, a usura é uma prática ilícita. Uma interpretação da proibição da usura pode ser vista no salmo 14: “*senõr? Quién pisará tu tabernáculo? Aquel que no há prestado sudinero com usura?*” (ROTHBARD, 1999 p- 72).

Em *A bolsa e a Vida*, Jacques Le Goff aborda o confronto do usureiro com a morte. Para se redimir do pecado, nasce um intermediário entre o céu e o inferno, o purgatório:

O cristianismo tinha herdado da maioria das religiões antigas um duplo, além de recompensa e de castigo: o Paraíso e o Inferno. Havia herdado um Deus bom, mais justo, juiz cheio de misericórdia e de severidade, que tendo deixado ao homem um certo livre arbítrio, o punia quando ele fazia mau uso desse livre arbítrio, e o abandonava então ao gênio mal. Satanás (...), porém quando no ano mil, os homens começaram a achar por demais simplista a oposição entre o Paraíso e o Inferno, quando reuniram condições para definir um terceiro lugar do além onde os mortos poderiam ser purgados de seu saldo de pecados, apareceu a palavra *purgatium*. (LE GOFF, 74-76)

Se no século XII, a pobreza passa a ser espelho da vida de Cristo, no século XIII surge um novo entender: o homem deveria ter o necessário para a si e para os pobres. Assim como Fernand Braudel, Jacques Le Goff trabalha com a concepção de mudanças em longa duração. A partir do século XIV que a figura do pobre, do mercador e do agiota assumem novas dimensões.

Segundo LE GOFF (2012), o século XIII é o auge do desenvolvimento monetário. Com a cunhagem de moedas, há a expansão das cidades; além disso, o comércio de tecido e madeiras fomentaram a internalização dos mercados, os príncipes cobravam impostos para custear os gastos com infraestrutura e reservavam uma quantia para armar os exércitos em tempos de guerra.

Com a circulação da moeda, o agiota ou usureiro, que antes era o criminoso, torna-se uma peça chave no cotidiano das cidades medievais. Inicialmente, a concepção de usurário estava atrelada ao judeu, mas devido ao aumento da circulação de moedas, cristãos também passam emprestar dinheiro mediante cobrança de juros.

A figura do mercador também passa a ser reabilitada no seio dessa sociedade, pois se no concílio de Nicéia a usura era pecado mortal, no século XIII ela é um bem de utilidade pública. Contudo, a figura do pobre ainda ficou sob a sombra da marginalidade; é no século XIV que ela se recupera.

O século XIV enfrenta um momento completamente diferente do XIII, a peste negra arrasa a Europa iniciando uma onda de fome e devastação. A falta de mão de obra ocasionou uma inflação nos salários; a demanda por trabalho era tão grande, que os salários podiam ser negociados.

As prisões, nesse período, surgem como escolas profissionalizantes, indivíduos que fossem pegos na mendicância eram encaminhados às prisões; se reincidissem no crime, ficavam detidos nessas escolas profissionais para que aprendessem uma profissão e saíssem empregados.

Nesse momento, a noção de que o trabalho era impuro é substituída pela glorificação do corpo produtivo “*não há outra justificativa de ganho, senão a atividade do homem*” (LE GOFF, P 43). Se no século XIII o trabalho era sinônimo de impureza, no XIV mendicância e o ócio são configurações avessas ao ideal proposto, o homem ativo e produtivo.

A igreja que excomungava os pobres, agora necessita deles para o pagamento de dízimos e a venda de indulgências. Além disso, a igreja dá uma nova utilidade para a usura, as atitudes em relação a empréstimos passam a ser outras. Os lombardos eram banqueiros italianos que emprestavam dinheiro a base de juros para a igreja e para grandes reis.

Estos lombardos, expandidos um poco por toda a Europa Ocidental, mantuvieron relaciones complejas y conflictivas com los reyes de Francia, que buscavam aproveitar se ajuda financeira defendendo su proprio poder, es decidir, afirmándose em materia monetaria. Fueron tomadas medidas discriminatorias contra los lombardos bajo Felipe em diversas ocasiones, acompañadas incluso de detenciones arbitrarias(...). Arruinados por los préstamos no reembolsados de los

reyes de Francia, varias compañías sienesas y Florentinas- ya se há visto quebraran.(LE GOFF,2012 p 120)

Nem sempre o empréstimo era sinônimo de lucro, pois Felipe, rei da França, pediu um empréstimo para financiar a Guerra dos cem anos. Ao papa e aos príncipes, os empréstimos não eram negados, contudo as vezes também não era pagos, deixando um enorme prejuízo aos banqueiros.

Mas ainda que novas noções venham acompanhadas pelo século XIV, algumas questões ainda continuavam sem respostas. O que legitimava a desigualdade? Entendemos como propriedade qualquer coisa que possui um valor econômico, mas a terra era o principal fator de riqueza? Como alguns tinham mais que outros?

Com a chegada da peste negra, boa parte da população foi dizimada e as terras estavam em abundância. Com isso, os sobreviventes enxergaram a possibilidade de mobilidades econômicas. Entretanto, os direitos de propriedade estavam baseados nas leis humanas. Santo Agostinho tenta achar uma solução para esse problema.

San Agustín comparaba el estado de inocencia del hombre com el estado del hombre después de la expulsión del Paraíso. Las instituciones humanas, em particular el gobierno de los reys e la posesión de esclavos, no existían cuando el hombre era inocente: el pecado era la causa de la sumisión. Los primeiros hombres justos eran pastores de rebanos que reyes. (WOOD,2003 p 38)

Santo Agostinho encontrou uma maneira para justificar a existência dos governantes, contudo isso ainda não solucionava a partilha de bens da humanidade. Rufinus(1157-59) acreditava que a possessão de terras devia ser partilhada por todos.

Jonh Fortescue arrumou uma saída para o desacordo entre lei natural e lei divina:

Fortescue, como otros antes que él, insinuaba que los primeiros principios de la ley natural no cambian más que el sol e el viento, pero sí que lo hace su efecto em las circunsntancia cambiantes. Em teoria, como mínimo, parecia que se había solucionado la contradicción entre la ley natural y la ley humana. La propiedad común que descansaba em la ley natural o divina beneficiaba a todos, la propiedad privada beneficiaba sólo a unos pocos. Se podían armonizar ambas? Um modo de hacer esto era mostrar que la propiedad privada era em realidad para el bien común. (WOOD, 2003 p -43)

Assim, estava solucionado o problema da propriedade privada em detrimento da propriedade comum, visto que esta causaria discórdia, enquanto que a privada salvaguardava os direitos da comunidade.

Sem dúvidas, o advento da economia medieval promoveu uma série de mudanças no cenário Europeu. A igreja rejeitava e descartava conceitos que não estivessem em consonância com a “lei divina”, contudo a circulação das moedas promove uma readequação de papéis. Nessa circunstância, os usureiros, mercadores e pobres deixam de viver à margem no século XII e ganham uma utilidade pública no século XIV.

O direito canônico apresenta-se, nesse período, como uma alternativa para resolver os impasses liderados pelos homens e nortear a vida dos mesmos, respaldando-se na lei de Deus. Além disso, percebe-se a transposição do trabalho impuro para a exaltação do corpo produtivo, de forma que as necessidades do social são entendidas pela igreja, levando-a, assim, a seguir e valorizar uma nova condição. Diante disso, alguns papéis sociais, antes mal julgados, passam a receber o reconhecimento e importância necessários nesse cenário, que busca um mercado mais justo e lucrativo em diálogo com economia, justiça e religião.

Referências

- BONI, Luis Alberto de. In Propriedade e poder- Aspectos do Pensamento político da escola franciscana. **De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média**. Porto Alegre: Edipucres, 2003.
- _____. In O debate sobre a pobreza como problema político nos séculos XIII e XIV. **De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média**. Porto Alegre: Edipucres, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **La Edad Média y el dinero: ensayo de antropología histórica**. Madrid Akal, 2012.
- _____. **A Bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ROTHBARD, Murray N. In La Edad media Cristiana. **Historia del pensamiento económico: el pensamiento económico hasta Adam Smith**. Madrid: Unión Editorial, 1999.
- _____. In De La Edad media al renacimiento. **Historia del pensamiento económico: el pensamiento económico hasta Adam Smith**. Madrid: Unión Editorial, 1999.
- WOOD, Diana. **El pensamiento económico medieval**. Barcelona: Crítica, 2003.

ZIBALDONE DA CANAL: UM MANUAL DE MERCADOR ITALIANO DO SÉCULO XIV

Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

A discussão em questão é, de certo modo, a continuidade da palestra que realizei no X Ciclo de Estudos Antigos e Medievais e XII Jornada de Estudos Antigos e Medievais realizados em Londrina em Setembro de 2014. Naquela oportunidade tratei da instrução nos manuais de mercadores medievais tomando como análise o *Zibaldone da Canal*.

Este manual faz parte de um gênero literário surgido no contexto do desenvolvimento urbano e econômico ocorrido no Ocidente a partir do século XI, e que tem seu auge no século XIII. Este período ficou conhecido como pela denominação de “Revolução Comercial da Idade Média”, expressão criada pelo historiador Raymond de Roover em 1942, e que foi adotada por vários outros historiadores, ainda que haja alguma divergência sobre a extensão do período. Citemos, por exemplo, a obra de Roberto Sabatino Lopez intitulada *A revolução comercial da Idade Média*, na qual o autor estende esse período de meados do século X até meados do século XIV.

Neste período observa-se um aumento significativo da produção tanto no campo como nas cidades, o que permitiu um maior crescimento da população e, conseqüentemente, maior consumo. O resultado foi uma ampliação do comércio que perdeu seu caráter local, passando a interligar regiões mais distantes no próprio Ocidente e também fora dele, especificamente, com as regiões do norte da África e Oriente com as quais os italianos comercializavam havia algum tempo. Neste contexto da evolução das trocas e das redes comerciais, impõe-se a necessidade de profissionais especializados para realizarem tais operações. Há a formação das chamadas Companhias de Comércio, instituições dominadas pelas Repúblicas Italianas e que controlavam as vendas nas mais distantes regiões através de suas representações ou empresas coligadas.

Fato curioso é que os primeiros manuais de mercadores não são europeus, ou seja, não foram escritos no Ocidente. O primeiro manual que se tem registro foi elaborado entre os séculos XI e XII, na Síria, por um mercador árabe, Abu al-Fadhl al-Dimishqi, intitulado *O livro sobre as belezas do comércio e do conhecimento dos bons e maus produtos e de suas falsificações*, publicado no Cairo no início do século XIV.

O segundo manual mais antigo data do século XII, escrito pelo inspetor de comércio Chau Ju-kua, que recebeu o título de *Chu-fan-chi* - “*Descrição de povos bárbaros ou Registros de povos estrangeiros*”).



Redigido quase dois séculos antes do relato de Marco Polo, este manual descreve os diversos produtos comercializados, as praças de comércio da Ásia e reproduz, com detalhes, grande parte do itinerário percorrido pelo mercador veneziano, retratado em seu *Livro das Maravilhas*. Alguns historiadores não descartam a hipótese de que Marco Polo tenha reproduzido informações de outros viajantes em sua obra.

O primeiro manual de mercador escrito no foi composto em Pisa por volta de 1278. Recebeu o título de *Memoria de tucte Le mercantie* (*Registro de toda mercadoria*). Não se sabe quem foi o autor. As evidências indicam que tenha sido um mercador, como os autores dos demais manuais de mercadores italianos. Esse primeiro manual ocidental de mercadores define o início de um gênero que ganhará ampla difusão no ocidente à medida que se desenvolvem as redes de comércio entre o Ocidente e o Oriente.

Essa obra permanece inédita e existe apenas em cópia do século XVII que pertence ao acervo da Biblioteca de Siena. Alguns trechos aparecem no estudo introdutório que Allan Evans elaborou para publicação do manual de Francesco Balducci Pegolotti, *La pratica della mercatura*, em 1936. Roberto Sabatino Lopez publicou um artigo acerca desse manual, chamando-o de o mais antigo manual italiano de técnica comercial, e que foi publicado na *Revue Historique*, em 1970.

Nos séculos XIV e XV foram redigidos vários outros manuais de mercadores, dentre eles, o *Zibaldone da Canal*, objeto dessa discussão. Esse manual foi escrito em Veneza entre 1311 e 1333, e publicado em 1967, recebeu uma segunda publicação em inglês, em 1994. Existem dois outros manuais que merecem indicação devido a comparação que faremos com o *Zibaldone*: o *Pratica della Mercatura* de Francesco Balducci Pegolotti, escrito em 1340. O único manuscrito existente desse manual pertence à Biblioteca Riccardiana de Florença. Foi publicado primeiramente em 1766, por Gian-Francesco Pagnini, numa coleção que ele intitulou de *La practica della mercatura*, a segunda edição data de 1936. Em 1970 o manual foi reeditado sob o patrocínio da *Medieval Academy of America*. Outro manual foi escrito por Benedetto Cotrugli em 1458, intitula-se: *Il libro dell'arte de mercatura* (*O livro da arte da mercancia*), também conhecido como “manual do mercador perfeito”.

Embora façam parte de um mesmo gênero literário existem algumas diferenças fundamentais em relação à especificidade dos conteúdos desses manuais que nos permitem classificá-los em três categorias: manuais mais didáticos voltados para a educação dos jovens aprendizes ao ofício de mercador; é o caso do *Zibaldone da Canal* (1311-1333); manuais mais técnicos e de natureza puramente econômica: o *Pratica della Mercatura* de Francesco Balducci Pegolotti (1340); e os manuais que apresentam um conteúdo não apenas econômico, mas político, filosófico, moral, cujo objetivo era não apenas informar os mercadores,

mas adverti-los sobre o exercício correto e digno da profissão, isto é, manuais que buscam definir a imagem do “mercador perfeito”. Tomemos como exemplo deste tipo de manual, *O livro da arte da mercancia* ou *O livro da arte do comércio*, escrito em 1458 por de Benedetto Cotrugli.

O *Zibaldone da Canal* apresenta um caráter eminentemente didático e foi utilizado na formação de jovens aprendizes de mercadores. O termo *Zibaldone* significa livro de anotações e recebeu seu complemento –“*da Canal*” - devido a proximidade do autor com a família *da Canal*. Em 1422, a única cópia existente estava em poder do jovem Nicolò da Canal di Bartolomeo - na época com a idade aproximada de 18 ou 19 anos - e que assina duas vezes como proprietário nas últimas folhas do manuscrito. Sabe-se pouco acerca da figura desse jovem mercador. A documentação apontada por Alfredo Stussi na preparação da edição italiana revela que o navio dos *da Canal* trafegava pelo Mediterrâneo nas décadas de 1420 e 1430.

Esse manual permaneceu em mãos da família *da Canal* até o século XVII (STUSSI, 1967, p. IX – XI). Entre os fins do século XVII (1688) e meados do século XIX (1835) o manuscrito pertenceu a vários colecionadores e instituições. Em 1967 a Universidade de Yale comprou o manuscrito e integrou-o à sua coleção de Manuscritos Medievais e Renascentistas, uma coleção chamada *Beinecke Rare Book Library*.

Manuais de caráter didático como o *Zibaldone da Canal* faziam parte do universo de leitura dos jovens aspirantes ao ofício de mercador. É importante compreendermos em que momento da formação do futuro mercador esse tipo de manual era utilizado.

A primeira etapa da formação dava-se naturalmente em casa, no seio da família, onde as crianças aprendiam as regras básicas de comportamento e conviviam com filhos de outros mercadores. Aos sete anos, aproximadamente, as crianças eram enviadas às escolas eclesiásticas ou monacais para aprenderem ler e escrever. Henri Pirenne em seu clássico artigo *A instrução dos mercadores na Idade Média*, cita como exemplo, o caso de um filho de mercador belga que o pai havia colocado em uma escola monacal com o objetivo de alfabetizá-lo. Para os mercadores era importante que seus filhos tivessem uma formação básica que lhes possibilitassem tocar os negócios da família no futuro (PIRENNE, 1929).

Os mercadores mais abastados recorriam também à educação em domicílio contratando um preceptor para o ensinamento de seus filhos. À medida que se desenvolvia o comércio e se ampliavam as relações econômicas entre as diversas regiões do Ocidente, bem como entre a Europa e o Oriente, mais necessária se fazia a instrução dos mercadores.

Podemos identificar uma segunda etapa da formação dos filhos de mercadores. Tendo adquirido os conhecimentos básicos e a leitura, os jovens eram enviados às Escolas de Ábaco, muito presente nas cidades

italianas e para as quais entravam jovens com idade aproximada de 11 a 14 anos. Estes aprendizes permaneciam por cerca de dois a três anos sob a responsabilidade do “mestre de ábaco”. O objetivo principal era aprender matemática. Além das operações básicas, aprendia-se geometria e cálculos comerciais e financeiros.

Manuais como o *Zibaldone da Canal* destinavam-se a jovens que, tendo adquirido os conhecimentos matemáticos necessários nas Escolas de Ábaco, buscavam aprimorar sua formação antes de iniciarem a terceira etapa de aprendizagem da vida do futuro mercador: o estágio nas companhias de comércio.

O *Zibaldone da Canal* revela exatamente o que os jovens aspirantes a mercadores aprendiam antes ou mesmo durante seus estágios em companhias comerciais. As primeiras páginas desse manual foram perdidas. Seu conteúdo está distribuído de forma aleatória, mas podemos agrupá-lo *grosso modo* da seguinte forma:

uma primeira parte contendo exercícios geométricos e de matemática financeira e comercial, seguidos por informações mercantis acerca de produtos, mercados, equivalências de moedas, pesos e medidas venezianos em relação aos de diversas regiões com as quais comercializavam. Esse conteúdo constitui a maior parte do manual; uma segunda parte ou seção de cunho histórico-literário, na qual se apresenta uma crônica relatando a história de Veneza; uma versão da *História de Tristão* e algumas composições trovadorescas de gênero satírico; A parte final reúne assuntos variados: astronomia e astrologia, plantas medicinais (exemplo, as propriedades do Alecrim – Rosemary); e encerra-se com assuntos de natureza religiosa e moral: os Dez Mandamentos, os Preceitos de Salomom e demais provérbios (ZIBALDONE DA CANAL, 1967).

Seguem, a título de ilustração, alguns extratos do *Zibaldone da Canal* mostrando os cálculos matemáticos ensinados aos jovens aprendizes de mercadores. Indicamos apenas três exemplos:

Exemplo 1:

Faça este cálculo: multiplique $13 \frac{2}{5} \times 7 \frac{1}{4}$. Saiba que nós temos que transformar todos os $13 \frac{2}{5}$ em $\frac{1}{5}$ s que serão 67 quintos; e os $7 \frac{1}{4}$ nós temos que transformar em $\frac{1}{4}$ s, isso totalizará 29 quartos. Agora, a pessoa deve multiplicar 67×29 que é igual a 1943, o qual tem que dividir por 4×5 que é igual a 20. E você saberá que disto resultam $97 \frac{3}{20}$; e isso é o quanto $13 \frac{2}{5} \times 7 \frac{1}{4}$ somam, e assim você poderá fazer todos os cálculos semelhantes⁵⁴

⁵⁴ No original: “Make me this calculation: multiply $13 \frac{2}{5}$ times $7 \frac{1}{4}$. Know that we must make $13 \frac{2}{5}$ all $\frac{1}{5}$, which will be 67 fifths; and of $7 \frac{1}{4}$ we must make $\frac{1}{4}$, that will be 29 fourths. Now, one ought to multiply 67 times 29, makes 1943, which one must divide by 4 times 5, makes 20. And you will know that from this comes $97 \frac{3}{20}$; and that is how much $13 \frac{2}{5}$ times $7 \frac{1}{4}$ amounts to, and thus you can make all similar calculations”.

Exemplo 2:

Agora nós dizemos: um cambista compra 147 marcos e 5 onças de prata à taxa de 10 libras esterlinas e 6 xelins por marco. Eu pergunto: quantos marcos de pura prata ele receberá de forma que ele não tenha nenhuma perda?

Esta é sua regra certa, é como a pessoa deve fazer todos os tais cálculos: Nós temos que saber em primeiro lugar quanto custam todos os marcos e onças, e o resultado têm de dividir pelo custo de um marco de prata pura (quer dizer, 11 libras esterlinas e 13 xelins) e assim chegaremos aos marcos de prata pura sem perdas. Deste modo os cambistas chegam às suas contas. Se a prata dá menos retorno do que deve, então você está perdendo um pouco desse capital, e se der mais, então você ganha com isso. Mas eles são sábios o bastante para conhecer bem prata e saber bem comprar. Toda a prata da primeira compra resulta em 1.520 libras esterlinas e 10 xelins, cuja soma a pessoa deve dividir por 11 libras esterlinas e 13 xelins. Isso vem a ser 132 marcos, 4 onças, 4 xelins. É o que ele terá de pura prata⁵⁵.

Exemplo 3:

Faça este cálculo: há um navio no porto de San Nicolò di Lido e tem três velas e quer ir para Apulia. Ele vai para Apulia somente com a vela mestra em 2 dias, e depois somente com a mezena (mastro de ré) em 3 dias, e com as terceiras velas somente, em 4 dias. Eu lhe peço que você veleje com todas as três. Em quantas horas, em quantos dias você chegará em Apulia? Esta é sua regra certa: assim é fácil dizer que 2 e 3 e 4 são encontrados em 12 e dizer que $1/2$ e $1/3$ $1/4$ de 12 é 13 e 13 é o divisor. Agora divida 12 em 13 partes, disso resulta $12/13$ e isso é quanto tempo levará para ir com todos os 3 jogos de velas. E assim faça todos os cálculos semelhantes⁵⁶

Esses exercícios compreendem boa parte do manual e são complementados por informações de ordem prática, como por exemplo, longas listas de produtos, pesos, medidas, taxas e moedas de diversas regiões com as quais os italianos e, notadamente, os venezianos comercializavam. Há também descrições de

⁵⁵ No original: “Now we say: a moneychanger buys 147 marks and 5 ounces of silver at the rate of £10 6s. per mark. I ask how many marks of pure silver he will receive so that he will lose none of it? This is your right rule, how one ought to make all such calculations as this: That we must know how much all the marks and ounces amount to at the first cost, and all that sum we must divide by as much as a mark of pure silver is worth (that is, £11 13s.) and that will come to the marks of pure silver at no loss. And in this way moneychangers arrive at their reckoning. If the silver returns less than it ought, then one loses some of this capital, and if it returns less than it ought, then one loses some of his capital, and if it returns more, then one gains by it. But they are wise enough to know silver well and to know well how to buy. All the silver of the first purchase amounts to £1520 10s. 9d., which sum one ought to divide by £11 13s. That comes to 132 marks, 4 ounces, 4s. 3d. And so much he will have of pure silver”.

⁵⁶ No original: “Make me this calculation: there is a ship in the port of San Nicolò di Lido and it has three sails and wants to go to Apulia. And it goes to Apulia with the mainsail alone in 2 days, and then goes with the mizzen alone in 3 days, and with the third sails alone in 4 days. I ask you to make sail with all three. In what hour, in how many days will you to Apulia? This is your right rule: thus it is easy to say that 2 and 3 and 4 are found in 12 and say $1/2$ and $1/3$ $1/4$ of 12 is 13 and 13 is the divisor. Now divide 12 into 13 parts, from this comes $12/13$ and that is how long it will take to go with all 3 sails set. And thus make all similar calculations”

regiões e praças de comércio, bem como formas de realização de negócios em cada uma delas segundo os costumes locais.

Para finalizar é possível afirmar que a predominância dos manuais de mercadores se comparados aos manuais de mercadores estrangeiros, deve-se à força econômica das Repúblicas italianas que dominaram o comércio internacional até meados do século XV. O *Zibaldone da Canal* é representativo dessa fase e diferencia-se de outros manuais, pois apresenta uma preocupação mais didática se comparados com outros de sua natureza. Trata-se de um manual de grande importância na preparação de jovens aprendizes de mercadores.

Referências

- CANUEDO DEL POTRO, B. **Algunos aspectos de los manuales de mercadería**. El valor del aprendizaje. La pereza es llave de la pobreza. Disponível em: <http://estudiosmedievales.revistas.csi.es/index.php/.../378>Acesso em 04/05/2013.
- COTRUGLI, B. **Il libro dell'arte di mercatura**. Venezia: Arsenale Editrice, 1990.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DOTSON, J. E. The world of the Zibaldone da Canal. In: DOTSON, J. E. (Ed.). **Merchant culture in the fourteenth century Venice: the Zibaldone da Canal**. New York: Medieval & Renaissance Text & Studies, 1994, p. 1 – 27.
- DUBY, G. **Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1988, v.2.
- EVANS, A. Introduction. In: EVANS, A. (Ed.). **La pratica della mercatura**. Massachusetts: The Medieval Academy of America, 1936.
- FOURQUIN, G. **História econômica do Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- GILLI, P. **Cidades e sociedades urbana na Itália medieval: séculos XII-XIV**. Campinas: Editora da Unicamp/Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- HUNT, E. S; MURRAY, J. M. **Uma história do comércio na Europa medieval**. Lisboa: Dom Quixote, 2000.
- LE GOFF, J. **A Idade Média e o dinheiro** : ensaio de antropologia histórica. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2014.
- LOPEZ, R. S. Un text inédit: le plus ancien manuel italien de technique commerciale. **Revue Historique**. Paris, 1970, v. 243, n. 1, p. 67-76.



LOPEZ, R. S. **The culture of medieval merchant.** Disponível em <http://www.medievalists.net/files/09012327.pdf> Acesso: em 15/11/2011.

LOPEZ, R. S. **A revolução comercial da Idade Média:** 950 – 1350. Lisboa: Presença, 1980.

MERCHANT CULTURE IN FOURTEENTH CENTURY VENICE: The Zibaldone Da Canal. New York: Medieval & Renaissance Texts & Studies, 1994.

PEGOLOTTI, F. B. **La pratica della mercatura.** New York: The Medieval Academy America, 1970.

PIRENNE, H. **L'instruction des marchand au MoyenÂge.** Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0003-441x_1929_num_1_1_1033 Acesso em 22/01/2013

RENOUARD, Y. **Gli uomini d'affari italiani del medioevo.** Milano: RizzoliEditore, 1973.

PIRENNE, H. **História social e econômica da Idade Média.** São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ROOVER, R. A. de. The commercial revolution of the 13th century. In: *Bulletin of the business historical society*, n. 16, 1942, p. 34-39.

SPUFFORD, P. **Money and its use in medieval Europe.** Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

STUSSI, A. Note introduttive. In STUSSI, A. (Ed.). **Zibaldone da Canal:** manoscritto mercantile del sec. XIV. Venezia: Il Comitato Editore, 1967.

WALEY, Daniel. **Las ciudades-republicas italianas.** Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

ZIBALDONE DA CANAL MANOSCRITO MERCANTILE DEL SEC. XIV. Venezia: Il Comitato Editore, 1967.

PROPOSTA DE UMA NAÇÃO PLURICULTURAL E MULTICONTINENTAL PARA AS COLÔNIAS PORTUGUESAS DA DÉCADA DE 1960

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

Janaina Fernanda Gonçalves de Oliveira Bianchi

Casa Agostinho da Silva

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar outro ponto de vista no processo que respeita à descolonização das Colônias Ultramarinas, pertencentes à Nação Portuguesa. Normalmente quando estudamos o processo de descolonização dos países que deram origem ao Continente Africano somos conduzidos a pensar apenas, e tão somente, em como era de grande importância para o seu desenvolvimento que cada país deixasse de estar sob o regimento daqueles que apenas se interessavam em sugar seus recursos — fossem esses recursos naturais ou humanos. Por outras palavras, acreditamos que os países da Europa nada tinham a oferecer para os africanos, apesar do seu elevado interesse em sugar suas matérias. Desta forma, também nos são normalmente apresentados dados de quantas vidas foram perdidas nas guerras travadas, que finalmente lhes permitiram conquistar a independência do jugo de um malfeitor. Faremos aqui uma análise que não pretende desvalorizar esse tipo de estudo, mas que nos apresentará uma perspectiva alternativa no que diz respeito ao processo de desconstrução das colônias portuguesas no Continente Africano, ‘colônias’ que por alguns poderiam ser vistas como fazendo parte da Nação. Esse é o tipo de abordagem que podemos encontrar em Fernando Pacheco de Amorim, autor do livro *Unidade Ameaçada: o problema ultramarino*, publicado em 1963, utilizado aqui como base para análise temática que faremos. Na obra, o autor apresenta mais uma tentativa em fazer a população ter conhecimento de elementos fundamentais que lhes permitam tomar consciência da política que vinha buscando aplicar no que dizia respeito ao “problema” das por ele designadas “províncias Ultramarinas”. Com isso conseguimos perceber que o autor da obra tenta mostrar que a integração é a base que possibilita que tanto as províncias quanto as metrópoles continuem em desenvolvimento, em âmbitos tais como o econômico, o cultural, o social e o governamental — já que dessa forma toda a diversidade será engrandecedora para ambos, pois o intuito é o desenvolvimento de uma Nação Pluricultural e Multicontinental de forma que todas as regiões “portuguesas” sejam regidas por um único governo e tenham suas finanças garantidas por um único cofre. Esses e outros argumentos propostos pelo autor serão o alvo da presente análise, numa tentativa em entender a forma que ele acreditava ser ideal para a evolução da Nação Ultramarina Portuguesa.

Palavras-chave: Descolonização; Províncias; Ultramarino.

Introdução

Com base no texto de Fernando Pacheco de Amorim *Unidade Ameaçada: O Problema Ultramarino*, 1963, entenderemos um pouco mais sobre outra visão no que diz respeito às colônias mantidas por Portugal na África, essa linha ideológica — que Amorim nos apresenta seus principais conceitos — trata de nos guiar por um universo que difere muito do pensamento que regia a mente das principais metrópoles na época. O pensamento dito vanguardista para aquele momento histórico era a percepção que as colônias deveriam ser emancipadas, para que elas mesmas passassem a reger sua vida econômica, política e cultural.

Hoje quando olhamos do momento histórico que vivemos, ou seja, século XXI, sabemos exatamente o que ocorreu e quais foram as sucessões de fatos e suas consequências. Amorim desenvolve uma tese que a muitos de seus contemporâneos acharam incomoda, pois o autor defende a permanência do governo Português na Além-Mar. Para o momento de defesa e busca da independência das colônias europeias que acontecia quando ele escreveu, essas palavras parecem em muito destonar dos fatos e parecerem absurdas. Mas nos é proveitoso como pesquisadores, estarmos atentos no que há por trás das aparências, e buscarmos a fundo quais podem ser os motivos reais do autor para justificar os conceitos por ele defendidos. Por exemplo, qual seria a proposta de Amorim e suas justificativas? Como seria na prática sua ideologia de permanência portuguesa nas colônias? Seria proveitoso para todos? É importante lermos, entendermos antes de julgar os argumentos de quem quer que esteja escrevendo. Portanto é importante que as leituras sejam feitas em forma de busca, livre de amarras pré-concebidas. Pois naquele momento em que Amorim escreve ele quer apenas passar as suas ideias para seus compatriotas, apresentando o rumo que ele achava ser melhor para a Pátria. Sem o objetivo de criticar aquilo que foi feito pensando assim, analisaremos a obra de Amorim tentando entender qual é a real proposta de prosperidade que o autor desenvolve para os ‘portugueses’ do Além-Mar. E também como percebe que melhorias no desenvolvimento econômico e governamental podem ocorrer a partir da aplicação de sua teoria de permanência nessas mesmas províncias.

Proveitoso pensarmos que além de Fernando Pacheco de Amorim, existiam naquele momento outras pensadores que defendiam a continuidade da colônias. Para que Portugal se mantivesse como sendo um império era necessário que existissem colônias — em África ainda haviam cinco colônias portuguesas: Cabo Verde, Guiné Bissau, SãoTomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Além de todas as riquezas que Portugal perderia cedendo a independências a suas colônias, podem ser verdadeiras as justificativas apontada pelas

fontes que estudaremos tais como percas na troca culturais e no desenvolvimento político para ambos os lados.

Para sabemos mais quais foram os motivos que levaram as lutas pela independência das colônias africanas, teríamos que fazer uma pesquisa mais profunda, afim de entendermos os motivos que levaram à insatisfação das mesmas. Porém não nos cabe agora esse tipo de pesquisa: deteremo-nos apenas em tentar entender um pouco mais sobre o discurso de Fernando Pacheco de Amorim, um defensor da continuidade do império português.

Desenvolvimento

O autor delinea argumentos que pretendem provar aos seus contemporâneos portugueses quão equivocados estariam se continuassem concordando em abrir mão das províncias no Além-Mar, pois esses territórios foram tão custosamente agregados ao país e muito têm eles a desenvolver juntamente com a sua metrópole. Pois no pensamento do autor se permanecessem juntos, ambos teriam muito a ganhar porém, separados o desenvolvimento e a troca de conhecimento ficariam comprometido fazendo que se retardasse o desenvolvimento para ambos os lados. Com isso, as medidas de tornar tais províncias independentes — o que já havia sido colocado em prática por outras potências europeias, tais como a França (exemplo dado pelo autor) — era um grande erro e perca para ambos metrópole e colônia.

Para Amorim o silêncio dos defensores da mesma argumentação que ele, o silêncio dos vencidos, é o que permite a propagação do ideário de anti-Nação, facilitando que as províncias ultramarinas obtivessem sua independência da metrópole. o que portanto proporcionaria que o referido processo de desenvolvimento de ambos os lado fosse rompido. Essa ideia — que ele chama de anti-Nação — veio dos outros países Europeus, e o autor cita essas ideologias com certo desdém — principalmente as que vieram da França —, e tenta demonstrar tamanho erro que o restante da Europa esta cometendo ao ‘abandonar’ suas colônias, pois ambas localidades deveriam ajudar uma à outra no desenvolvimento, de forma a se completarem, afinal elas não tinham as mesmas vivências e características. Dessa forma as diferenças proporcionariam um enriquecimento de conhecimento e as trocas fariam com que tanto a economia quanto a cultura de ambos os lados passassem a se desenvolver mais e melhor.

E para que isso acontecesse, para que os conceitos propostos por Amorim fossem colocados em prática o autor nos atenta primeiramente à necessidade de não introduzirmos qualquer paixão partidária nesse objetivo maior, pois tudo que os compatriotas fossem fazer deveria ser feito unicamente por amor à

terra portuguesa. Seria necessário então transmitir valores sólidos à juventude do país, de modo a que eles desejem defendê-los sem timidez. Pois os jovens ainda não estariam corrompidos ou cansados da luta. Definindo os portugueses como:

Conscientes do perigo, mas incapazes de o enfrentarem, com a coragem e decisão de que a Pátria precisa para se justificar perante si mesma e perante os mundos que a rodeiam, eles são bem, sem o quererem, a massa tímida e medrosa de que a subversão precisa para negar impunemente, em alta grita, os valores que constituem a sua alma e justificam a sua carne. (Amorim, 1963, p. 3).

Um pouco mais a frente sobre as consequências das atitudes desses mesmos homens ele escreve:

Estou certo de que se não no levantarmos como um só homem na defesa da unidade da Nação, o dia virá em que o sacrifício inglório de muitos, a que melhor seria chamar castigo dos seus erros, se juntará ao de tantos outros por esse mundo a fora, e como o deles depressa será esquecido no redemoínho dos ventos da história. (Idem, p. 4).

Para o autor a existência de diversas linhas de pensamento sobre este tema não é algo grave pois forças e interesses diversos sempre existiram em qualquer Nação, porém torna-se grave a partir do momento que o Estado fica indeciso perante essas forças adversas, pois isto coloca em risco a própria estrutura social bem como os interesses do Estado. Pensando assim o autor acredita que as consequências virão para a “grande massa da população branca e mestiça das Províncias, se a posição contrária, a que fiz referência, conseguisse levar a cabo seu plano (...)” (Ibiden, p. 6). Ao apresentar a ideia de integração, expõe-na como oposto de autonomia, pois com uma abordagem centralizada, mas atenta as peculiaridade é que o interesses comuns serão conquistados, evitando assim adesagração nacional, ou seja que as províncias satisfeitas não desejarão deixarem de ser parte da Nação. Amorim dá sinais de acreditar verdadeiramente na causa que defende, preocupando-se muito com o “futuro da Nação e de cada um daqueles que a constituem”. O autor faz um breve retrospectiva de como o processo aconteceu na França e conclui que as fases que eles passaram fizeram parte do planejamento dos ditos neocolonialistas que desejam manter sobre aquele território o maior domínio. E com isso pode perceber que Portugal se encontra em uma fase mais avançada no processo e que ainda tem uma maneira de salvar a Nação — essa é a justificativa que ele usa para vir novamente em público defender e alertar a consciência de seus compatriotas.

O sistema político-administrativo mostra-se bastante importante no que diz respeito à consolidação da unidade nacional, mas sozinho ele não poderá sanar os males que estão se desenvolvendo. Para que haja unidade, primeiramente é necessário que ela seja uma aspiração coletiva na vida dos portugueses.

Esta aspiração é, naturalmente, constituída por elementos de ordem material e espiritual extremamente complexos, que se exprimem, em cada momento e em cada indivíduo do conjunto considerado, em pensamentos, sentimentos e acções na essência concordantes. É a concordância no essencial que se chama unidade. Esta unidade tanto pode, naturalmente, resultar de um pacto material, explícito e datado, de que se parte para uma aventura colectiva, como de uma herança histórica, quer dizer, de uma aventura já em grande parte realizada, de uma certeza que só exige não ser traída para poder ser continuada. (Idem, p. 20).

De acordo com a afirmação acima, Amorim defende a importância de estudarmos a história daquilo que desejamos conhecer mais, por exemplo é totalmente necessário que saibamos o que aconteceu anteriormente em um país para que possamos entender melhor quais são os rumos que aquele país está tomando e o porquê, pois somente a história é capaz de nos mostrar essas justificativas e esclarecimentos. Tratando diretamente das estruturas e relações das diversas províncias portuguesas, começamos então a analisar que essas províncias se encontram dispersas e que entre elas existem uma diversidade natural além dos diferentes níveis de desenvolvimento social e econômico. Com isso podemos concluir que quanto mais distantes estiverem todos os membros que formam a nação do ponto de vista geográfico, econômico e ético, maiores serão as dificuldades que aparecerão para mantê-las unidas e escolher qual será a melhor forma de governá-las, de forma a que todos se sintam satisfeitos e desejem permanecer nesta unidade. “Este exige, necessariamente, que o sistema seja o que melhor reforce o que as une e enfraqueça o que as separa. (...) Desta maneira as diversidades que se podem encontrar no território nacional não se reconhecem como antinomias, mas como elementos naturais complementares de valorização do conjunto.” (Idémbid., pp. 22).

É importante que o sistema político esteja atento às necessidade coletivas de unidade, pensando assim em como sanar essas carências e manter unida a Nação, sem reprimir mas ajudando na evolução e formação dela. Sem perder de vista a diversidade e o conjunto de elementos que caracterizam as diferentes partes do conjunto, de forma a que essas pequenas diferenças não separem mas sim unam a sociedade e fortaleçam a formação da Nação. Pois se desejamos formar um Estado plurirracial e multicultural é um absurdo negarmos todas as contribuições, pois existe um tendência a tratar o diferente de forma diferente,

principalmente quando se fala de colônias, acreditando que as populações nativas nada têm a nos oferecer e vendo-os como seres inferiores. Isso coloca em risco a unidade nacional e principalmente a confiança que os nativos depositam nos povos da metrópole.

Para esclarecer seus conceitos de permanência nas províncias, o autor apresenta a argumentação sobre a importância de não buscar apenas o desenvolvimento material e moral das metrópoles, pois assim o problema reduz apenas ao âmbito econômico, pois alcançando o que desejam as potências acabam por abandonar suas províncias com a finalidade de se libertarem das responsabilidades administrativas e do desenvolvimento econômico e social dos nativos.

Com base nisso ele percebia esses tais rumos que a Pátria estaria traçando, por exemplo a campanha na O.N.U. contra a nossa política ultramarina, um dos sub-capítulos de seu livro onde o autor trata dos ataques a política ultramarina na Organização das Nações Unidas, o autor defende argumentando que isso aconteceu principalmente pelo desconhecimento do que realmente era a política que Portugal defendia no que diz respeito às suas províncias. Ou seja, a política não é colonialista como dos outros colonizadores. Afirmando que os inimigos liam apenas textos dúbios que não deixavam claras as intenções dos portugueses no Ultramar e se aproveitavam disso para atacarem a política que eles defendiam, — esses textos legais que muitas vezes não traduziam as verdadeiras intenções da vida cotidiana.

E o autor, por meio do relato do Dr. Amândio César, nos apresenta provas que na verdade o partido comunista começou a se infiltrar nas províncias afim de criar um espírito revolucionário no Ultramar. Dessa forma os comunistas sistematicamente mantêm a atitude colonialista que acusavam os portugueses de terem, pois a sua intenção que eles tinham era a de criar um meio de comunicação regular e dessa forma poder incentivar que tanto os brancos quanto os nativos se rebelassem contra o imperialismo. O autor nos transfere alguns excertos da IV Reunião Ampliada do Comité Central onde podemos ler, cap. XI:

1º O papel dos povos das colônias na luta contra o imperialismo, pela paz, pela democracia, é cada vez mais importante. A luta dos povos das colônias contra a política de opressão dos salazaristas é uma contribuição poderosa para o derrubamento do fascismo e para a causa da paz e da democracia.

2º As lutas de massas que se estão a dar em algumas colônias portuguesas contra a política imperialista do Governo salazarista evidenciam o desenvolvimento crescente do povo das colônias, tornando-se aliados na luta contra o fascismo e imperialismo.

3º A formação de quadros indígenas do partido é fundamental para a mobilização das massas e para que se possa criar nas colônias um movimento com raízes próprias e com objetivos definidos.

4º É dever do partido, para com os povos coloniais oprimidos pelo capitalismo português, ajudar e fortalecer as organizações comunistas e as organizações democráticas nas colônias, e fortalecer seu trabalho e a criar condições de vida própria e independente. pp (op. cit., pp. 42 e -43).

Para o autor que estamos estudando esse documento é prova suficiente das tramas comunistas contra o regime português o que era uma real ameaça a tudo que ele acreditava ser o mundo ideal. Pois como muitos outros, Amorim criou a sua ideologia e parecia acreditar piamente que essa era a melhor maneira de desenvolver e impulsionar a evolução de sua Nação, a qual, podemos notar na sua obra, o seu amor, bem como o desenvolvimento das províncias de Portugal. É porventura relevante recordar que não o nosso papel aqui não é julgar as verdadeiras intenções do autor; já que não saberemos se ele realmente acreditava e amava as províncias tanto quanto amava ao seu país. Mas sua obra demonstra-nos um outro ponto de vista, aquele que difere muitas vezes do que as escolas costumam apresentar. É de grande importância termos em mente essas diferentes perspectivas.

Conclusão

Para encerrarmos nossa linha de raciocínio até o momento faremos um breve apanhado geral. No momento em que Fernando Pacheco de Amorim escreve sua segunda obra: *Unidade Ameaçada O Problema Ultramarino*, i.e.1963, ele sente a necessidade de trazer novamente o assunto sobre o política que Portugal estava preste a estabelecer com relação a suas colônias no Além-Mar. Ou seja, seguindo o exemplo das demais potências europeias os portugueses passaram a defender a independência das colônias, assim como os franceses o fizeram. Em seu primeiro livro: *Três Caminhos da Política Ultramarina* o autor nos faz breves apontamentos que, também são reforçados nesse segundo texto que nos referimos em todo o artigo, remetendo à necessidade de renovar a visão de seus compatriotas, renovar não no sentido de trazer algo novo, mas no sentido de que eles passem a ver outra solução que não é tão fácil, porém muito eficaz para ambos os lados.

A solução na visão do autor seria a permanência dos seus compatriotas em suas províncias estimulando que elas fizessem parte da Nação portuguesa, pertencendo tanto os brancos quanto os nativos a uma única Pátria. De forma que desenvolvessem todos juntos a economia, a cultura, o governo e política, com base em suas identidades e vivências afim de criarem uma nação pluriracial e multicontinental. Onde o



governo teria a necessidade de governar pensando na diversidade de pessoas que precisam estar felizes para permanecerem nesse estado de governança.

Mas aparentemente os pensamentos defendidos por Amorim não estavam sendo muito aceitos pela grande parte da população. O autor não cita nomes nem referências contrárias às suas ideologias, justificando-as com base no desenrolar dos acontecimento históricos, os quais ele tinha conhecimento e que, de acordo com as suas vivências por ele observadas, percebia o rumo que a sua Nação estaria tomando. Como já colocado anteriormente, este artigo foi escrito com base em ideias de Fernando Pacheco de Amorim. Se considerarmos documentações mais amplas, saberemos que o colonialismo não funcionou de forma tão pacífica como nos é apontado. Sabemos hoje os males sofridos nas colônias, mas aqui as ideias que se desejavam mostrar eram de uma possível releitura do imperialismo português, o que ele poderia ter a oferecer caso as ideias de Amorim fossem colocadas em prática pela governança.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Fernando Pacheco de. *Unidade Ameaçada: o problema ultramarino*. Coimbra: s/editora, 1963.



HISTÓRIA LOCAL E FOTOGRAFIA: UMA EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO ESTADUAL DR. JOSÉ GERARDO BRAGA

Jefferson da Silva Pereira

Universidade Estadual de Maringá

396

Resumo: O presente artigo vem destacar alguns enfoques de estudos, referentes a participação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, que fora aplicado no Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga, localizado na cidade de Maringá, Paraná, no ano de 2013. Este trabalho procura contemplar a produção do conhecimento histórico em sala de aula, destacando a participação dos estudantes como sujeitos do processo educativo. Utiliza a fotografia como fonte histórica principal e fundamenta-a com outros demais documentos escritos e fontes orais. Evidencia-se o aspecto histórico das imagens maringaense, identificando nelas suas representações, mediante análise da fotografia como metodologia de ensino no conteúdo de história local e sua utilização como fonte documental no espaço escolar. O resultado dessa investigação mostrou que o colégio está ligado com o desenvolvimento de Maringá como cidade.

Palavras-chave: Fotografia; Colégio; História Local;

1. Introdução

O presente artigo trata-se de uma experiência que foi desenvolvida através do projeto do Governo do Estado do Paraná, denominado “Projeto do Centro de Memória da Escola”, no Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga, localizado em Maringá, Paraná por sete bolsistas do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) do curso de história da Universidade Estadual de Maringá durante o ano de 2013. O Projeto foi concebido com o objetivo de produzir soluções de abrangência local quanto às coleções documentais geradas em âmbito escolar, estimulando a implementação de espaços de memória nas escolas estaduais da rede pública envolvidas com o PIBID de História, cuja finalidade seria a proteção do patrimônio histórico e preservação da memória da educação escolar de Maringá.

Entretanto, a preservação da história não se dá apenas para conservar a memória das escolas, mas também para estimular a realização de pesquisas no campo da Educação Escolar, uma vez que esses documentos têm sido pouco utilizados como fonte histórica. Atendendo a essa proposta, o subprojeto PIBID História da Universidade Estadual de Maringá encaminhou todas as ações no campo escolar, em parceria



com os educandos do 8º e 9º anos do C.E.G.B⁵⁷, no sentido de organizar/constituir tais espaços de memória, estimulando a pesquisa e a produção de estudos na área da educação escolar.

Visando aproximar os discentes com as histórias de suas realidades, foi pensado o tema - A Fotografia e a Memória Local, relacionado com a questão do pioneirismo na cidade de Maringá e do Jardim Maringá Velho, desde a inauguração do Colégio em 1946 como Grupo Escolar Visconde de Nácar. O esforço para entendermos o crescimento da cidade com a chegada de novos habitantes é importante para pensarmos o município de hoje. Que mudanças e permanências percebemos? O que era Maringá na década de 1940? Qual a contribuição dos primeiros moradores para o desenvolvimento da cidade? Portanto, a pesquisa buscou refletir sobre os métodos de utilização da imagem fotográfica na recuperação da memória local, uma vez que as valorizações da História Local e Regional estão inseridas nas Diretrizes Curriculares para o ensino da História.

1.1 A Fotografia como “Lugar de Memória” na História Local

O advento da fotografia se deu no século XIX, época marcada por uma concepção de História inspirada na filosofia positivista, na qual a noção de documento histórico era associada ao valor de prova dos registros textuais, notadamente os de caráter oficial, como certidões, atas e leis. Entretanto, foi somente na primeira metade do século XX que a utilização da máquina fotográfica tornou-se popular. Ela passou a figurar como um discurso comprobatório de um acontecimento. Segundo Turazzi (2005), a exatidão e a fidelidade da representação fotográfica em relação aos demais registros visuais já existentes deram à fotografia grande credibilidade no testemunho dos acontecimentos vividos pelos seres humanos, ofuscando assim a compreensão crítica da natureza subjetiva das informações contidas nesse tipo de fonte histórica. De acordo com o fotógrafo americano Mathew Brady (1823-1896), a câmara fotográfica podia, inclusive, ser considerada como “o olho da história”.

As fotografias estão em toda parte. Elas nos incitam a curiosidade, mostrando distintos momentos e situações da vida em geral, são uma importante fonte histórica que traz elementos da cultura material, costumes, relações sociais e de poder, entre outros. Assim, a fotografia nos traz recortes de momentos passados, possibilitando a investigação, o levantamento de informações, quais os elementos representados

⁵⁷ A partir do ano de 2004, a instituição escolar ganha o nome que leva até hoje, Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga - Ensino Fundamental e Médio.

por ela e o contexto nas quais elas estão inseridas. Além disso, são as fotos que nos ajudam a contar a vida das pessoas, das famílias e o próprio desenvolvimento da cultura ou das transformações que a humanidade e o tempo impõem sobre o ambiente. Neste sentido, a fotografia vem sendo usada como forma de reconstrução da memória, tanto como indivíduo, ou como participante de diversos grupos sociais. Boris Kossoy coloca que:

[...] apesar de ser a fotografia a própria “memória cristalizada”, sua objetividade reside apenas nas aparências. Ocorre que essas imagens pouco ou nada informam ou emocionam aqueles que nada sabem do contexto histórico particular em que tais documentos se originaram. (KOSSOY, 2001, p. 152).

Para o autor, a fotografia é um meio de informação sobre o mundo e a vida, mas, não se pode avaliar a importância da imagem se o indivíduo não a compreende no seu contexto histórico. Com isso, é importante salientar que a imagem registrada pela foto tem importância para quem faz parte dela, no contexto da foto. Isso não quer dizer que os sentidos presentes nela não sejam relevantes para outras pessoas. Ana Maria Mauad (2004) ressalta que a análise desse tipo de fonte requer do historiador uma postura teórica de caráter transdisciplinar, ou seja, para se utilizar da fotografia como fonte de pesquisa, é preciso adentrar em outros campos disciplinares como cinema, literatura, jornais, entre outros. Segundo a autora, o historiador deve partir do pressuposto de que a fotografia é um testemunho válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida.

2- FOTOGRAFIA E MEMÓRIA LOCAL – experiência e prática

A implementação desta experiência foi realizada com as turmas do 8º e do 9º ano do Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga, com estudantes entre 11 e 14 anos que em sua maioria são moradores da cidade de Maringá. A aplicação do Projeto iniciou-se no mês de Julho, com término em novembro. O primeiro contato com os estudantes, tinha como objetivo uma abordagem geral do que os alunos entendiam como definições e agentes da História. O material utilizado para tal foram imagens em PowerPoint, as quais ilustravam diferentes momentos e contextos históricos com ícones marcantes que foram confrontadas com fotografias antigas da escola e outras dos alunos envolvidos. Isto foi realizado com o intuito de caracterizar e expor a contribuição desses alunos como agentes ativos da História. Após isso, foi solicitado a eles que trabalhassem como historiadores em parceria com os bolsistas do PIBID no resgate da identidade histórica

do colégio. Assim, os alunos foram orientados quanto ao desenvolvimento das atividades que iriam realizar e que se daria por unidades, sendo essas referentes aos temas: Fotografia, Imprensa escrita e História oral.

Ao ministrar as aulas com os alunos, destacamos a importância de estudar e compreender a História local. Dentre a relevância desta modalidade de ensino de História, é fundamental que o aluno conheça e aprenda a valorizar “o patrimônio histórico da sua localidade, de seu país e do mundo” (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 114). Portanto, partimos do pressuposto em que a história local destaca-se na formação dos estudantes o respeito pela valorização dos registros para a história, especialmente nos casos da fotografia e da história oral como fonte histórica.

Inicialmente os estudantes responderam algumas questões referentes ao surgimento da fotografia e também aprenderam a analisar a fotografia como um documento. Juntamente com os bolsistas do PIBID contrapuseram fotos antigas pertencentes ao acervo da escola a fotos recentes tiradas pelos próprios alunos, podendo assim perceber as mudanças que ocorreram de uma determinada época para outra. Portanto, através das fotos “antigas” e fotos “recentes”, os alunos são capazes de compreender a transformação do espaço temporal e das sociedades, sendo observadores do processo histórico e capazes de refletir e interagir com este processo, alcançando condições de aprendizagem e conhecimento na compreensão da sua própria história. Após essa atividade de comparação de fotografias, os estudantes expuseram suas fotografias na semana cultural da escola.



Imagem1: Fachada do Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga - Ensino Fundamental e Médio durante a Década de 50.

Fonte: Acervo da escola.





Imagem 2- Fachada do Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga - Ensino Fundamental e Médio em 2013.

Fonte: Acervo pessoal.

Além disso, os estudantes analisaram as fotografias mais antigas da cidade e da escola trabalhando com seus dados: a época e local das fotografias, o tema central, o estilo de roupas e acessórios usados na época, o colégio na década de 1950, enfim, aspectos relacionados à história local. Posteriormente os alunos produziram desenhos e um pequeno texto como trabalho relatando a história da sua cidade de Maringá, interessando-se mais por descobrir dados que ainda não conheciam.

Despertando no aluno o interesse por buscar acervo fotográfico em suas famílias foi pedido aos mesmos que trouxessem para a sala de aula as fotografias antigas, músicas antigas, e a maior quantidade possível de informações, para depois realizar uma análise e interpretação das mesmas. Das fotos trazidas pelos estudantes, foram destacadas aquelas que mostravam aspectos relacionados com o a Praça Sete de Setembro, o Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga e a Igreja do jardim da Maringá Velho. Nestas fotografias, foram observados: qual o tema da fotografia, como identificar nas fotografias selecionadas elementos da história/local, tais como: a vida familiar, o trabalho e a cultura dos maringaenses. As fotos puderam, assim, nos termos de Mirian Moreira Leite funcionar como:

Um desencadeador de lembranças múltiplas e constituir, de um lado, uma forma de resgatar um passado esquecido e, de outro, no caso do pesquisador, um estímulo formulador de hipóteses para testar a comunicação das fotografias e o seu esquecimento temporário ou total. Pelo menos as deformações progressivas da memória, que ampliam ou alteram o material original. (LEITE:1993, p.135).



Imagem 3- Estudante não identificado do ano de 1968.

Fonte: Acervo da Escola.



Imagem 4 –O estudante Tiago Santos recria à imagem acima.

Fonte: Acervo pessoal.

Um aspecto que merece destaque foi à participação e o grande entusiasmo demonstrado pelos alunos ao verificar que podem desenvolver atividades como um historiador, capaz de coletar dados, analisar fontes, realizar as tarefas solicitadas, construir sua própria produção e trabalhar com as fotografias, como meios de fornecer informações. Portanto, no final do trabalho, nós fizemos um livro que foi doado para a escola servindo como um documento da instituição. Neste livro, foi feita uma reconstituição da história do colégio Gerardo Braga. Além disso, com esse trabalho, ficou evidente que os alunos conseguiram estabelecer uma relação entre o documento/fonte e o ensino de História, conseguiram perceber as mudanças do espaço/tempo, as relações de poder, mudanças sociais, culturais, as rupturas e permanências históricas a partir da fotografia de imigrantes italianos ou de outras etnias e de fotografias da própria história local.

3. Considerações Finais

As discussões apresentadas neste artigo e os encaminhamentos brevemente apresentados visaram sensibilizar a comunidade escolar, em especial os alunos para a importância de se preservar a memória local, e evidenciar o potencial dos documentos fotográficos guardados em arquivos públicos ou particulares como

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

os álbuns de família, como fontes para um eixo temático importante de trabalho na escola, com a história e memória da comunidade, contribuindo para um ensino mais significativo e potencialmente mais interessante para os alunos, e para o diálogo mais efetivo com a comunidade.

Nossa pesquisa deu ênfase nas tomadas do trabalho coletivo, nos retratos de família, no desenvolvimento e transformação do espaço urbano, vinculando à dimensão da conquista e da edificação da comunidade que se quer transmitir ou preservar. As cidades possuem trajetórias históricas próprias e particularizadas que precisam ser identificadas, vitalizadas pela ação do relato, da memória, da imagem/fotografia, fortalecendo a consciência histórica, o sentimento de pertencimento, de identidade, elementos fundamentais para a formação da cidadania almejada para todos numa sociedade inclusiva e realmente democrática.

A história do Colégio Estadual Dr. José Gerardo Braga, é um reflexo da própria história da cidade e, portanto não pode ser considerada isoladamente apenas dentro do ambiente escolar. Foram encontrados poucos documentos referentes a história do colégio. Isso se deve a falta de uma documentação mais abrangente do cotidiano escolar, uma vez que a lei em vigência determina apenas a preservação de documentos oficiais, e a falta de espaço para armazenamento documental existente nas próprias escolas. O descaso com a preservação da história escolar não é um caso particular de um único colégio, mas um problema generalizado. O resgate dessa história se faz importante, pois:

A preservação em registros de práticas culturais escolares é importante para a História, porque agrega um conjunto de informações que foram construídas e produzidas historicamente por agentes sociais num dado momento e tempo específicos (RODRIGUES, 2009, p.29).

Portanto, através deste trabalho podemos resgatar parte da nossa história e motivar professores, alunos a se tornarem também pesquisadores que vão preservar a memória local, que é um interessante ponto de referência para dizermos quem somos e de onde viemos. Além disso, essa experiência docente desenvolvida junto ao Colégio Gerardo Braga e relatada nesse trabalho está sendo muito enriquecedora para pensarmos o processo de ensino-aprendizagem. Sabemos que o ato de ensinar passa pelo crivo da aprendizagem e nesse processo o currículo escolar pode possibilitar redimensionamentos da atividade docente. “O currículo é lugar, espaço, território e nela nossa identidade é forjada” (SILVA, 1999, p.150). Desta forma, o contato com novas experiências de ensino é importante para a formação de identidades e para



enriquecer o processo pedagógico.

Referências:

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MAUAD, Ana M. *Fotografia e História: possibilidades de análise*. In: Maria Ciavatta; Nilda Alves. (Org.). *A Leitura de Imagens na Pesquisa Social: História, comunicação e Educação*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2004, v. 1, p. 19-36.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

LEITE, Mirian Moreira. *Retratos de Família*. São Paulo: Edusp, 1993

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. *Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares da História para a Educação Básica*. Curitiba: SEED, 2008

RODRIGUES, Adalgisa Silva; ROSSI, Ednéia Regina. *Educação de jovens e adultos: memórias do grupo escolar noturno Visconde de Nácar em Maringá(1947-1958)*. Revistahistedbr on-line. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art03_35.pdf. Acesso em 29/10/2014

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.

TURAZZI, Maria Inez. Projeto Arirabá: *A Fotografia e o Ensino de História*. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

OS COMPANHEIROS NACIONALISTAS (1963/1964)

João Paulo de Medeiros Reggiani
(PPH/UEM)

INTRODUÇÃO

Os “Grupos de Onze Companheiros” denominados também de “Comando Nacionalistas” se originaram no pensamento de Leonel de Moura Brizola. Os grupos deveriam ter por finalidade apoiar as reformas estruturais

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

previstas pelo presidente João Goulart entre outros pontos que atingisse o interesse das classes menos favorecidas no Brasil.

Não é tarefa fácil ter a noção exata da quantidade de “Grupos de Onze Companheiros”, que se formaram nas mais diferentes regiões do país. Alguns grupos aguçaram o interesse a pesquisa e, originaram outros trabalhos acadêmicos, aqui citamos como exemplo: Baldissera (2003), Szatkoski (2003), Pacheco (2012).

Sabe-se que faz parte do projeto “Brasil: Nunca Mais”, elaborado pela Arquidiocese de São Paulo (2010) uma quantia de doze processos que se referem ao movimento, processos esses que transitaram pelo Superior Tribunal Militar em Brasília.

Porém, milhares de outros grupos tiveram um esboço de articulação em várias partes do território brasileiro naquele período. No entanto, deram origem a processos judiciais que ficaram estacionados nas comarcas regionais, sem uma progressão a outras instâncias judiciais. “Segundo cálculos de Neiva Moreira, cerca de 60 a 70 mil militantes se organizaram em “grupos de onze companheiros”. O próprio Brizola avalia que em torno de 24 mil grupos se formaram em todo país”. (FERREIRA, 2007, p. 559). As informações são bem imprecisas, quanto ao número real de grupos e militantes.

Vale ressaltar que dentro da Doutrina de Segurança Nacional pensada pela Escola Superior de Guerra o perigo iminente não estava mais fora das fronteiras do Brasil, mais sim dentro de seu próprio território. Na lógica da ESG qualquer um poderia ser subversivo e estar apto a atentar contra as “liberdades democráticas”. Assim os integrantes dos “Grupos de Onze”, também encabeçaram as listas de acusados subversivos logo após o desfecho do golpe civil-militar.

Conforme trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. “Direito a Memória e a Verdade” (2007), pessoas que integraram “Grupos de Onze”, logo nos primeiros dias após o golpe, foram submetidas à tortura física e psicológica. O que contribuiu para que suas vidas fossem ceifadas.

Em fim, repressão sobre os integrantes dos “Grupos de Onze” se fez presente em várias partes do Estado do Paraná e, por várias regiões do território brasileiro.

Nesse contexto torna-se possível observar o que foram os “Grupos de Onze Companheiros” idealizados por Brizola. Esse movimento esboçou seus primeiros passos no segundo semestre de 1963 e, com o golpe em abril de 1964, todo movimento foi desarticulado caracterizando um curto período de existência.

No entanto foi este um movimento que também deixou linhas escritas na História recente do país, o que merece algumas considerações.

COMPANHEIROS NACIONALISTAS

Os pronunciamentos de Leonel Brizola em pró às reformas e, outros enunciados de melhoria sociais dirigidos à classe trabalhadora atingiram varias regiões do Brasil, dentro do discurso que se fazia presente para a mobilização e formação dos “Grupos de Onze Companheiros”.

Segundo Carlos Fico:

Brizola [...] promovia iniciativas que contribuíaam ainda mais para o acirramento de posições, tal como fez com a proposta dos “Grupos dos Onze”, [...]. Os grupos deveriam “organizar-se em defesa das conquistas democráticas de nosso povo e fazer resistência a qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier” – dizia o então deputado federal. Conforme as orientações que Brizola lançou em novembro de 1963, os grupos dos onze deveriam agregar todas as forças da esquerda que naquele momento, multiplicavam-se. (2014, p.42-43).

Assim pessoas aderiram à ideia de se organizarem por meio dos “Grupos de Onze” em apoio às propostas de reformas.

Na análise de Jorge Ferreira:

Os nacional-revolucionários brizolistas produziam ideias, mas também formas de organização. Em sua estratégia de luta extraparlamentar, Brizola em fins de 1963, pregava a formação dos “grupos de onze companheiros” ou “comandos nacionalistas”. No manifesto em que defendeu a formação dos comandos, Brizola, após traçar um quadro de pobreza e submissão dos trabalhadores e da exploração imperialista sobre o Brasil, dizia que os nacionalistas, até aquele momento, tinham feito um grande esforço para conscientizar e esclarecer os milhões de brasileiros, “sobre as causas e as verdadeiras origens de nossos males, dos sofrimentos e injustiças” que recaem sobre o povo. (2007, p. 556).

A proposta de Brizola em torno dos “Grupos de Onze”, estava pautada na organização que deveria ter por finalidade alguns preceitos básicos para um melhor esclarecimento do cidadão brasileiro. Essa organização deveria ser observada em três principais preceitos, que seria utilizada como mola propulsora de formação dos grupos.

Na análise de Elenice Szatkoski:

A organização dos Grupos dos Onze Companheiros, ou Comandos nacionalistas, se centrava em três princípios básicos: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Para compor esses grupos era necessário registrar em ata a organização do grupo, a qual era padrão, já vindo impressa no documento, onde eram registrados os nomes do comandante e também do subcomandante, além do objetivo, que era: Defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa pátria da espoliação internacional. (2003, p. 102-103).

As propostas que apresentavam os “Grupos de Onze”, seguiam uma lógica dentro daquilo que Brizola caracterizava como conquista básica para o país, ou seja, um total pensamento de vigor nacionalista, com o rompimento com qualquer forma de vínculo ao capital estrangeiro e uma luta pautada em conquistar garantias democráticas à população brasileira.

Para atingir as mais remotas regiões do país, Brizola constituiu por meio de veículos de comunicação uma forma ágil para conseguir transmitir suas mensagens. Dessa maneira Brizola se utilizou de rádios e jornais, com a finalidade de conquistar apoio a seu projeto de constituir uma massa em torno dos “Grupos de Onze”.

Segundo pontuou Thomas E. Skidmore:

Em 1963 Brizola tentou institucionalizar seu eleitorado. Ele conseguiu o controle de uma cadeia de emissoras de rádio (Mayrink Veiga) e começou a organizar [...] os “Grupo dos onze”. No começo de 1964 ele lançou o próprio jornal semanal “O Panfleto”, contribuindo para aumentar a confusão de diários e semanários da esquerda. Estimulado por seus próprios jornais e rádios, Brizola tinha uma audiência mais ampla para pregar medidas radicais (moratória da dívida externa, assembléia constituinte no lugar do congresso) [...]. Ao mesmo tempo podia transmitir instruções e exortações aos “grupos dos onze”, que, de acordo com “O Panfleto”, atingiria a anunciada marca de cem mil grupos em junho. [...]. (2010, p. 326).

Brizola a todo custo trabalhava com o intuito de organizar em torno da Frente de Mobilização Popular, uma grande massa que esboçasse afinidade as reformas de base, e o rompimento com qualquer forma que se aproximasse de uma política de conciliação.

Na visão de Paulo Schilling (1979), a formação dos “Grupos de Onze” se fundamentava em um movimento de massa, o que propunha potencial organização, e que poderia atingir até o final de 1964 um movimento com duzentos mil integrantes. “A partir do movimento de massas constituído pelos “Grupos de Onze” pensava-se se organizar numa segunda etapa o partido revolucionário, já então considerado indispensável por Brizola” (SCHILLING, 1979, p. 243). A grande massa deveria ser composta por milhares de brasileiros que iriam aderir ao movimento em várias regiões do Brasil.

A figura de Leonel Brizola era tida com grande carisma por segmentos subalternos da sociedade brasileira. Seu clamor à organização em favor as reformas eram ouvidos com manifestações de aceitação por esse lado da sociedade.

Percebendo a tensão na política vivenciada no país, Brizola inflamava o tom de seu discurso ajudando a esquentar ainda mais o clima político vivenciado no Brasil.

Para orientar seus ouvintes, Brizola convidava-os a se organizarem em pequenos grupos formados por onze pessoas, como um time de futebol. Escolheu dessa forma devido à popularidade do esporte no Brasil. Pois, um ano antes, ou seja, em 1962 o Brasil tinha conquistado seu segundo título mundial na copa sediada no Chile o que

aumentou o carisma da população brasileira com o futebol. Foi uma maneira positiva encontrada por Brizola, para tornar o movimento “Grupo de Onze”, popular em meio aos brasileiros.

CARTILHA DE FORMAÇÃO DOS GRUPOS

Com o intuito de entender melhor como se organizaram os “Grupos de Onze Companheiros”, é oportuno verificar os fins e objetivos propostos por Brizola em uma espécie de “Cartilha” de organização do movimento.

Assim, o que veremos na sequência são trechos retirados da cartilha produzida por Leonel Brizola nos meses finais de 1963, um chamado a organização e articulação dos grupos:

[...] Passamos a viver momentos decisivos de nossas vidas e de nossa história. Aproximamo-nos rapidamente de um desfecho deste período cruel que se iniciou desde o fim da última guerra. O Presidente Getúlio Vargas, em 1954, decidiu morrer, dramaticamente, para que nos brasileiros, sob o impacto de seu sacrifício, viéssemos compreender a grande mensagem contida em sua carta-testamento. O imortal brasileiro decidiu morrer para que nós despertássemos. Sua mensagem é uma convocação dirigida a todos os brasileiros e patriotas para a luta contra a espoliação internacional de nossa Pátria, por ser esta as causas e origens profundas deste quadro de injustiças, de sofrimentos, de angústia e de pobreza que vem tornando a vida humana insuportável em nosso País [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

Em primeiro lugar, Brizola apela à figura de Getúlio Vargas, o grande líder populista. Apresenta estar se aproximando um “desfecho” no qual os brasileiros esclarecidos, nacionalistas, patriotas deveriam se unir a todo custo contra os males provocados pela espoliação da nação. Leonel Brizola considerava que a causa dessa espoliação advinha dos interesses do capital internacional.

Brizola culpa quem seria os responsáveis a seu ver pelo quadro de pobreza existente no país e, também pela grave crise que assombrava o Brasil naquele período. Acusa uma minoria de brasileiros de serem responsáveis pela denominada espoliação do Brasil, em favor dos interesses estrangeiros.

Sendo que:

[...] Uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e as finanças, a grande imprensa, os controles da política até aos negócios internacionais – associou-se ao processo de espoliação de nosso povo. Esta minoria é hoje o que podemos chamar de anti-povo. Não deixam que as reformas se realizem e opõe toda a sorte de obstáculos a defesa dos interesses nacionais, porque as reformas e a libertação de nosso povo representariam o fim de seus privilégios anti-sociais e anti-nacionais. Cada dia que passa a situação fica pior para o nosso povo [...]. O anti-povo, a minoria privilegiada e dominante em crescente reação, (em defesa de seus privilégios) apertará o cerco contra o povo procurando manter o controle

da situação em suas mãos. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

Brizola elege grupos contrários à população e aos interesses da nação, não específica na cartilha nomes, mas nomeia os grandes latifundiários, os grandes empresários e a grande imprensa, acusando-os de serem egoístas e vendilhões da pátria e detentores de privilégios.

Dentre esses o qual Brizola os denomina contrários aos interesses da população subalterna, com toda certeza estaria também seus rivais políticos, a exemplo Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara e outros membros do partido político União Democrática Nacional (UDN) e também do Partido Democrático Social (PDS), o qual ele fazia repúdio a uma política de conciliação pretendida por Jango. Segundo Brizola o controle desses grupos, seriam obstáculos às reformas propostas pelo presidente João Goulart, e não permitiam que entrassem em vigor os interesses nacionais, pois isso significaria a libertação do povo e o fim de seus privilégios.

Em seus discursos, Leonel Brizola clamava ao povo para se unir e, colocar em prática manifestações das mais variadas expressando assim seu inconformismo com a situação vivenciada no país. Seria oportuno naquele momento, por em prática protestos por reajustes salariais, choques no campo e greves a favor de um país socialmente mais justo. Esse era um apelo que ele direcionava a população de maneira geral.

Na sequência Brizola apresenta como as massas eram vistas pelos grupos privilegiados, os quais reagiriam mediante alguma manifestação:

Para esta minoria, como ocorre já agora, os que reclamam e lutam contra este estado de causas, são agitadores, extremistas, radicais, subversivos, fidelistas, comunistas e tudo o mais que se lê e ouve diariamente. E daí caminham para o Estado de Sítio, para as pressões, para medidas policiais contra o que chamam de agitação, para as restrições das liberdades públicas e individuais, para o chamado governo forte, para o golpe e a ditadura. Dirão sempre que tudo é feito em defesa da ordem, da democracia do desenvolvimento econômico, da liberdade, da família brasileira e de nossas tradições cristã. Ordem para esta minoria é ordem dos cemitérios; democracia é o regime de minorias privilegiadas; desenvolvimento econômico é o enriquecimento dos grupos e empobrecimento do povo [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

Na visão de Brizola os grupos privilegiados com toda a certeza não ficariam estáticos. Reagiriam frente às manifestações populares, procurando manter o controle da população a fim de preservar sua condição e status social. O povo seria classificado por uma minoria como agitadores, radicais, subversivos, comunistas, entre outras denominações que os colocariam em uma posição de não respeitadores da ordem política e social. Meramente classificados como traidores da nação.

Para Brizola a qualquer manifestação advinda por parte da população, poderiam surgir autoridades golpistas para reprimirem o povo e estabelecerem o Estado de Sítio. Com a finalidade de a todo custo tentarem restringir as liberdades garantidas pela Constituição, a liberdade pública e individual, classificando como medida para um governo pautado em autoritarismo único.

Apontava Leonel Brizola em seu discurso, que os grupos que mantêm privilégios sempre defenderiam que essas medidas de controle seriam necessárias à defesa da ordem e da democracia, também do desenvolvimento econômico, e da liberdade da família brasileira em defesa da “sagrada tradição cristã”.

Ao seguir verificando a cartilha, Leonel Brizola apresenta uma resposta ao que fazer com o quadro de pobreza existente no país:

[...] E o que fazer? É a pergunta que formulam, por toda a parte, milhões de brasileiros patriotas e nacionalistas. Até agora o que se tem feito é um grande esforço pela conscientização e esclarecimento dirigido a cada um dos 70 milhões de brasileiros. Milhões e milhões de brasileiros já despertaram, já adquiriram a necessária compreensão sobre as causas e as verdadeiras origens de nossos males, dos sofrimentos e injustiças que vem recaindo sobre o nosso povo. Esses milhões de homens e mulheres de todas as gerações estão por ai espalhados pelas cidades, bairros e vilas, favelas e pelo interior deste país, já conscientes e esclarecidos sobre os deveres que se impõem neste momento, a todos nós brasileiros. A quase totalidade, porém, pensa, fala ou age, apenas isoladamente. A si mesmo vive perguntando o que fazer, como e quando fazer, o que lhe cabe. Milhões de brasileiros aguardam uma orientação, uma palavra de ordem. Ressalvando o grande esforço de organização dos trabalhadores em seus sindicatos, dos estudantes e camponeses, de alguns líderes populares, intelectuais e de muitos dos nossos irmãos militares, é este o panorama geral de nosso país. Milhões e milhões de brasileiros esclarecidos e informados estão mais do que prontos para agir e fazer alguma causa, clamando por uma tomada de posição das lideranças e pela distribuição de tarefas, mas todos ou quase todos, sem qualquer articulação, imobilizados pela inexistência da organização que viria justamente dar impulso e canalizar a força invencível que representa o povo brasileiro mobilizado [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

A palavra de ordem proferida por Brizola era a de organização, ou seja, os milhares de cidadãos brasileiros esclarecidos devem agora se unir em busca de um bem comum. Sendo esses brasileiros, trabalhadores, estudantes, intelectuais e também como colocou Brizola, “nossos irmãos militares”, responsáveis por se oporem ao que considera espoliação nacional e defesa dos direitos democráticos.

Fica evidente que o intuito era o de reunir o maior número de pessoas em torno dos “Grupos de Onze”, e realizar pressão em pró das reformas estruturais do país. Acreditava que com a aderência de um grande contingente de



peças a proposta dos “Grupos de Onze”, poderia ter a conquista de espaço que afastaria qualquer iniciativa contrária às reformas, advindas de grupos reacionários.

Assim Leonel Brizola tentaria mobilizar grandiosa massa populacional a somar força a outras organizações:

Através da organização de pequenas unidades, teremos como articular e reunir imensos contingentes do povo brasileiro as organizações existentes como, sejam, a FMP (Frente de Mobilização Popular), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), Sindicatos, UNE (União Nacional de Estudantes) e suas organizações, organização dos SEM TERRA, e “LIGAS CAMPONESAS” e outras organizações locais ou regionais, dentro do objetivo de consolidar e cimentar a unidade das forças populares e progressistas, de nacionalistas civis e militares [...]. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

Os “Grupos de Onze” deveriam seguir o mesmo caminho que outras organizações de movimentos sociais como a FMP, CGT, UNE, Ligas Camponesas, e também grupos dos subalternos das Forças Armadas. Caminhos de uma luta nacionalista, na qual “convocava” homens e mulheres da cidade e do campo a lutar pelas reformas de base.

Os anos que correspondem 1945 a 1964, tido como período de existência democrática no Brasil, representa um período pautado em aumento significativo quanto ao engajamento político das classes mais populares dentro do país. Houve um aumento considerável de movimentos sociais, em busca de direitos políticos e garantias sociais por todo o Brasil.

A montagem dos “Grupos de Onze” em 1963 estava atrelada às condições políticas a qual o país estava inserido. Sua proposta se embasava em torno de uma justiça social de maior evidência. As reformas de base apresentavam em seu conteúdo o melhor acesso das camadas subalternas aos direitos democráticos e a uma melhor distribuição da riqueza social por todo o país.

Segundo Brizola um “Grupo de Onze Companheiros”, poderia não representar muita coisa, frente à grandeza demográfica e territorial existente no Brasil, mas apelava para a organização.

Verificando ainda as instruções de que Brizola apresentava na cartilha:

Um grupo de onze companheiros pode parecer pequeno dado o grande número, os milhões e milhões de patriotas e nacionalistas existentes, em nosso País, e dispostos a cumprir as tarefas que a Pátria comum está exigindo de nós. Pode parecer pequeno, mas também pequeno é um simples tijolo. E é exatamente com pequenos tijolos reunidos, somados, interligados, cada um com sua função e adequadamente dispostos é que se fazem as construções ou se complementam os grandes edifícios de concreto armado [...]. Assim, qualquer brasileiro que tenha sua consciência de patriota queimando de inconformidade com os sofrimentos e injustiças que aí estão esmagando nosso povo, onde quer que se encontre, pode e deve tomar a iniciativa junto aos seus companheiros e amigos de sua vizinhança (em

primeiro lugar), de fábrica, de escritório, da sua classe, do rincão onde vive, pelas lavouras e pelos campos, para a organização de um “Grupo dos Onze”, reunir-se e fundar a organização. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

Conclamando a população a se organizar, independente de ser trabalhador urbano ou rural. Pois, a união dessas pessoas poderia providenciar uma eficácia na conquista de seus direitos sociais.

Quanto aos fins e objetivos propostos pela organização dos “Grupos de Onze”, surge como objetivo principal além do apoio da população às reformas estruturais para o Brasil e, das luta contra a espoliação nacional causada pelo capital estrangeiro, um outro chamado que Leonel Brizola apresenta à população.

Esse chamado seria a tarefa de defender os ideais democráticos em caso de tentativa de golpe de Estado. Golpe o qual parecia inevitável, devido ao acirramento das ideias de grupos políticos contrários no país. Apresenta Leonel Brizola:

FINS E OBJETIVO: Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo (luta e resistência a qualquer tentativa de golpe, venha de onde vier) pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ – Fundo DOPS/PR).

Na medida em que se analisa a cartilha, essa que tem como objetivo a orientação e formação dos “Grupos de Onze”, é perceptível que Brizola relata a importância de estar preparado para lutar pela liberdade democrática e, isso só seria possível mediante a organização da população em massa.

Pessoas nas mais diferentes regiões do país, assim que recebiam essas orientações tratavam de organizar uma lista, contendo onze nomes em torno da ata pré-elaborada a qual era enviada ao endereço da Rádio Mayrink Veiga. Essas pessoas viam em Brizola um homem com grande prestígio nacional, eram pessoas que estavam entusiasmadas pelo anúncio a realização das reformas. Formando-se o grupo uma outra tarefa seria ouvir sempre pela Rádio Mayrink Veiga e os pronunciamentos de Brizola, e estarem atentos a suas orientações.

Fato considerável que foi pontuado por Thomas E. Skidmore (2010), no qual sempre eram lidas listas contendo o nome das pessoas que aderiram ao movimento “Grupos de Onze”, na Rádio Mayrink Veiga.

Na maioria das vezes eram pessoas simples, que ao ouvirem seus nomes pronunciados em uma rádio de cadeia nacional, por uma grande personalidade da época como era Brizola, ficava envaidecidas acreditando contribuir de forma eficaz com as reformas estruturais do Brasil.

No entanto, no entendimento das camadas mais simples, não havia nada mais natural do que seguir as indicações de Brizola. Ele encarnava as aspirações de mudança que a maioria da população precisava. Era como se as pessoas entendessem que se Brizola pediu para se

organizar em Grupos de Onze é porque é certo, importante e necessário. Não havia, pelo menos na grande maioria das pessoas que tomaram a iniciativa de formar os Grupos e, menos ainda por parte daquelas que assinaram as listas, um intuito de guerra revolucionária [...]. (BALDISSERA, 2003, p. 66).

Muitas das pessoas que atenderam ao chamado de Brizola acreditavam simplesmente estar contribuindo para que viesse a ocorrer melhoras em suas condições sociais. A grande maioria eram trabalhadores rurais e urbanos, nos grandes centros ou também no interior do país.

Conforme observou Baldissera (2003), longe de ideais em colocar em vigor uma luta mais acirrada para a conquista de direitos sociais e políticos. Os trabalhadores rurais sonhavam com a terra, os trabalhadores urbanos com melhores condições de trabalho e salário, como ainda sonham.

No entanto ao assinarem as listas, não imaginavam que após o desfecho do golpe em março/abril de 1964, seu nome constando naquelas listas seria utilizado como prova, evidenciando que ele havia cometido um “crime” contra a ordem política e social.

O período de repressão propunha uma limpeza dos partidários às ideias voltadas para o fortalecimento das esquerdas, assim aqueles que tinham uma vida política mais atuante, foram os primeiros alvos da repressão a partir de abril de 1964.

Sobre os “Grupos de Onze”:

Desde o primeiro dia de abril de 1964 a repressão desfechada se abateu com certa predileção sobre esses grupamentos, apontado-os indiscriminadamente como comunistas e vinculados ao PCB. Nas Mais provincianas cidades do interior foram presos e perseguidos cidadãos que estariam articulando a formação de Grupos de Onze e centenas de inquéritos foram instaurados pela própria polícia local, indicando esses seguidores de Brizola. Na maioria das vezes os processos contra os Grupos de Onze tinham início na justiça comum, ao nível das Comarcas, e isso explica relativamente o número reduzido de ações penais dessa natureza que alcançaram à esfera do STM [...]. Uma quantidade incalculável de processos formados para apurar as atividades de Grupos de Onze em todo país terminou sendo interrompida sem sentença definitiva, por motivos de ziguezagues observados na legislação pertinente a competência da Justiça Militar para apurar atividades políticas de civis na fase anterior do Ato Institucional N. 2 de outubro de 1965. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p.112-113).

Esse processos fazem parte dos chamados IPMs da Subversão. São processos que estão dentro do contexto da “operação limpeza”, tendo como objetivo reprimir aquilo que foi considerado “crime” antes do golpe civil-militar. O princípio do governo ditatorial foi retirar de circulação todos aqueles que estivessem em afinidade com o pensamento do governo deposto.

No caso dos “Grupos de Onze”, o fato das pessoas também prestigiarem Leonel Brizola como figura importante da política nacional, poderiam essas receber o título de “agitador comunista”, ou simplesmente “simpatizante do comunismo”, o que já poderia render ao acusado a abertura de um inquérito policial, dentro do quadro de Segurança Nacional.

Com muita frequência, aparece logo no início dos processos, uma portaria assinada pelo general Estevão Taurino de Rezende, presidente da CGI, - Comissão Geral de Investigações – autorizando a abertura do IPM com base nos poderes a ele atribuído pelo Comando Supremo da Revolução, através do Ato N. 9 que foi baixado em estreita conexão com o Ato Institucional de 09 de abril de 1964 (Ato N. 1). No essencial são processos que abordam como sendo delitos, inúmeras atividades desempenhadas pelos réus em consonância com as propostas e as concepções políticas do governo derrubado, seja na esfera Federal, seja no âmbito dos Estados e Municípios. São focalizados como crimes comportamentos que, certamente, configuravam virtude e prestígio até o dia 31 de março. Afinidade com o governo João Goulart, simpatia por suas propostas, alinhamento ideológico com o espírito reformista de então, participação nas diferentes estruturas da administração pública, são transformados em crime contra a Segurança Nacional, naquela ótica costumeira dos governos ditatoriais, de fazer a lei voltar atrás, desconsiderando a completa reviravolta ocorrida no conceito de “legalidade” na ruptura de abril de 1964. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p. 240).

No propósito de fazer a “lei voltar atrás” o que chama a atenção é a rápida mobilização dos meios repressivos que logo após o golpe se achava espalhado por todas as cidades do país, dos grandes centros a mais pacata cidade interiorana. Deve-se estar atento à força que viria ter o Sistema Nacional de Informações (SNI) como verificado órgão oficialmente criado em junho de 1964.

Conforme análise de Jorge Ferreira:

Seja como for, a maior consequência dos “comandos” foi a de gerar o medo-pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. Mesmo que a iniciativa de Brizola não tivesse tido tempo para prosperar, a imprensa supervalorizou o movimento, publicando notícias assustadoras sobre supostas ações – na maioria das vezes imaginadas pelos donos dos jornais – dos “comandos nacionalistas”. Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens disseminadas. (2007, p. 556).

Dentro do pensamento das forças que faziam oposição ao governo de Jango e a suas propostas de reformas de base, os “Grupos de Onze Companheiros” representaram temor aos grupos conservadores do país. O pensamento em favor das reformas foi classificado de um pensamento dotado de preceitos comunistas.

A ala conservadora da sociedade verificou nos “Grupos de Onze” um terrível atentado a moral e aos bons costumes. Para eles essas pessoas nada mais eram do que agitadores e subversivos.



No entanto, uma observação deve ser realizada, pois, ser nacionalista não era crime, era ilegal naquele momento o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Assim, foi direcionado aos integrantes dos “Grupos de Onze”, que pretendiam disseminar uma revolução comunista no país. Foram essas notícias e acusações que circularam pela mídia.

414

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na prática os “Grupos de Onze Companheiros”, não realizaram nenhuma grande ação. No entanto, esse movimento ajudou a causar grande alvoroço aos conservadores nos momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, acirrando ainda mais o clima político brasileiro.

O golpe civil-militar de 1964, não isentou ninguém e veio de forma a alterar a vida de muitos. O fato de pessoas organizarem listas de “Grupos de Onze” se tornou uma prévia de sua condenação, os membros foram considerados subversivos, investigados e punidos pelo novo regime já em abril de 1964.

O golpe causou imenso antagonismo em meio à sociedade brasileira. Ao tempo que muitos se manifestavam favoráveis ao que foi intitulado de “revolução democrática”, outros já eram reprimidos pelo novo governo. Enquanto muitos cidadãos festejavam pelas ruas a deposição do presidente João Goulart, outros nas salas escuras de delegacias e quartéis já sofriam as torturas do Estado de exceção.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. **Perfil dos atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai-RS**. 2003. f.167. Dissertação (Mestrado). Passo Fundo, UPF, 2003.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito a Memória e Verdade. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007.

FERREIRA, Jorge. Entre a História e a Memória: João Goulart. In. FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. v.2.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os Nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In. FERREIRA, Jorge. REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e Reformismo radical (1945-1964): as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. v. 2.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

PACHECO, Diego. **Ecos da Resistência: os grupos dos onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)**. 2012 f.184. Dissertação (Mestrado). Florianópolis. UFSC, 2012.

SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a Direita no Poder: os protagonistas**. São Paulo: Global Editora, 1979.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968**. 2003 f.188. Dissertação (Mestrado). Passo Fundo. UPF, 2003.

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

415

Fundo Documental

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. Fundo da (DOPS) Delegacia de Ordem Política e Social: Caixa 58. Pasta 520.58. Itaguajé.

Autores africanos e suas primeiras publicações no Brasil e os Centros de Estudos Africanos.

José Francisco dos Santos

Doutorando em História PUC-SP, Bolsista

CNPq e docente colaborador da UEM. Contato: jose.francisco.puc@gmail.com

Esse artigo faz parte da dissertação *Movimento afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA): "um amplo movimento": relação Brasil e Angola de 1960 a 1975* (2010) e também do livro *Relação Brasil e Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá* ISSN: 2175-4446.

Angola: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas (2013).

Na década de 1960, em São Paulo e Rio de Janeiro entre outros lugares criaram comitês de apoio às independências dos países africanos, que naquela altura passavam pelo processo de descolonização. Dentre esses comitês foi criado o Movimento Afro-brasileiro de Pró-Libertação de Angola – MABLA. Entre suas atuações cumpre observar, o apoio a literatura africana, sendo publicado no Brasil autores angolanos, moçambicanos entre outras nacionalidades, assim como a literatura brasileira ficou conhecida nessas nações temos também publicação de livros sobre História do continente africanos, outros livros de denúncias do processo de violência das guerras decorrentes dos conflitos pela independência.

Além da produção bibliográfica sobre o continente africano entre a década de 1960 a 1970 surgiram no Brasil centros de estudos sobre a África. Destaca-se Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO - UFBA, Centro de Estudos Africanos – CEA - USP, Centro de Estudos Afro-asiáticos – CEAA –UCAM entre outras instituições.

A respeito da literatura brasileira, José Manuel Gonçalves Rosas, em seu depoimento, relatou sobre a influência dos escritores brasileiros, na formação intelectual dos angolanos, que fora divulgada, segundo ele, pela Revista Sul, editada em Santa Catarina por Salim Miguel, em meados dos 1950. A respeito desse assunto é importante perceber como foi feita a divulgação tanto do trabalho literário e de denúncias da guerra civil nas colônias portuguesas em África.

O jornalista, Miguel Urbano Rodrigues (2004a) aborda a iniciativa dos membros do MABLA e do periódico *Portugal – Democrático* na divulgação de conhecimento sobre a África, além das editoras brasileiras, como Anhembi, Civilização Brasileira, Arquimedes Editora, Felman-Rêgo, Brasiliense, ou mesmo institucionais, como Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, ligado à Presidência da República, na década de 1960, nos governos Jânio Quadros e João Goulart.

Tanto nos livros que são lidos em Angola ou os livros editados no Brasil, para um melhor conhecimento de África é notória a participação de pessoas ligadas indireta ou diretamente ao MABLA. José Gonçalves expõe que quando aluno secundarista em Angola, o grupo que fazia parte adorava ler literatura brasileira de autores como Graciliano Ramos, Jorge Amado entre outros. O próprio Mário Pinto de



Andrade, que na época foi um grande líder do MPLA, em seu livro *Origens do Nacionalismo Africano*, (1998) cita uma entrevista na qual menciona a influência da literatura brasileira em sua formação⁵⁸.

O livro organizado por Salim Miguel, *Cartas D` África e Alguma poesia* (2005), demonstra que nas trocas de correspondências com escritores africanos deixam evidente a inspiração e admiração pelos autores brasileiros. O autor conta como iniciou essa relação entre escritores africanos e brasileiros, relatando que em contato feito inicialmente em 1948, por Marques Rabelo, que queria fazer uma exposição de arte contemporânea, apresentou os jovens Manuel Pinto, poeta português, e o gravurista Augusto dos Santos Abranches, de Moçambique.

Esse contato possibilitou que escritores africanos editassem seus escritos na *Revista Sul*⁵⁹, embora fosse em Santa Catarina, longe dos outros centros tradicionais da cultura africana, como Salvador ou Rio de Janeiro, a iniciativa possibilitou trocas literárias, poéticas e artísticas relevantes. A revista teve, primeiramente, colaborações de escritores de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Miguel (2005) ressaltou que no número 30 da revista Sul, José Graça, hoje conhecido como Luandino Vieira, renomado escritor angolano, também escreveu.

O período que esses escritores escreveram, década de 1950, foi um momento de grande repressão do regime salazarista, nesta década foi editada a lei do indigenato, que separava as pessoas em subclasses, os que sabiam ler e escrever em português eram considerados civilizados e os que não sabiam eram tutelados pelo Estado português e não tinham acesso à cidadania plena.

O órgão de repressão portuguesa, a PIDE, exercia controle sobre o material escrito que circulava pelas colônias e Salim Miguel narra um episódio:

A meu ver, o melhor exemplo da repressão em Portugal e suas então colônias é uma carta cujo conteúdo não posso esquecer. Ela tinha data e assinatura era um rabisco, embora tenha quase certeza ser de Antonio Jacinto. O remetente queria um manual de economia política. Dizia: “se não for

⁵⁸ “[...] E do Brasil, com certeza, nós tínhamos já alargado as nossas leituras. É preciso dizer, aliás, que líamos os mesmos livros: Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, todos os grandes escritores brasileiros realistas, o neorealismo...[...]” (ANDRADE, 1998, p. 77)

⁵⁹ A respeito da Revista Sul cumpre expor o seguinte trecho de Bittencourt (2006, p. 90), “O contato foi estabelecido com o Grupo Sul, criado por jovens de Florianópolis em 1947, que num primeiro momento receberia o nome de Círculo de Arte Moderna. Entre artes plásticas, música e teatro, o grupo navegaria por diferentes áreas até 1948 lança a revista *Sul*. Com o passar do tempo, a publicação receberia a colaboração de jovens portugueses e africanos que tinham os seus caminhos fechados pela ditadura salazarista. É dessa forma que as relações se estreitam e um espaço de troca de ideias, textos e debates se estabelece. Como afirma Tânia Macedo, o extraordinário é que a revista cumpriu ao mesmo tempo o papel de resistência e resgate. Pois, por um lado, manteve um canal aberto de expressão para os angolanos e, por outro constitui hoje um repositório de textos até então pouco ou nada conhecidos”.

encontrado em Florianópolis, veja se me consegue um exemplar em Porto Alegre ou em Montevidéu”, pois sabia que a Livraria Monteiro Lobato, de Montevidéu distribuía a Sul. Concluía “Caso consiga o livro não pode mandá-lo como recebeu. Terá de retirar a capa, a folha de rosto com o título, separar o miolo de cem em cem páginas, embrulhá-la em jornais ou revistas de variedades e despachar cada pacote em separado, porque só assim poderemos ter a sorte de receber os livros”. (MIGUEL, 2005, p. 10)

O exemplo dado por Salim Miguel, além de tornar evidente a repressão sofrida pelos estudantes africanos, demonstra o esforço para obter livros que contribuíssem para sua formação intelectual. No relato que Salim Miguel registra para além de obras de literatura, os seus correspondentes insistiam na obtenção de livros técnicos e de análise histórica, econômica e política, como o “Manual de Economia”. Qual era o medo do regime salazarista ao reprimir a leitura de tais livros?

Salim Miguel refere que o mesmo António Jacinto⁶⁰, suposto autor do bilhete, tecem comentários sobre o falecimento do escritor Graciliano Ramos. Comentários estes que estimularam o próprio Salim Miguel a escrever artigo para *Revista Sul*,

[...] sobre Graciliano Ramos. Meus parabéns com a expressão de quanto o apreciei pela clareza de exposição e pela lucidez de espírito e senso crítico. A Humanidade perdeu Graciliano. Tudo que se acaba é triste e lamentável. Para mim tomo que não se perdeu o escritor porque tal obra - a dele - em nos não morre, que não se perdeu o Homem porquanto vós outros aí estais para seguir e ultrapassar. E no meio de nossa sentida e sincera dor, esta esperançada certeza é consolada. (MIGUEL, 2005, p. 22)

61

Pelo conteúdo das cartas, podemos inferir que a *Revista Sul* contribuiu para a divulgação de autores brasileiros em África, assim como de outras notícias que o órgão de repressão português não permitiu serem divulgadas. José Graça (Luandino Vieira) em carta ao amigo Salim Miguel escreve que a coleção da *Revista Sul* passa de mão em mão e faz grande sucesso entre os jovens de Luanda, apesar de fazer a ressalva de ser difícil por causa da censura de imprensa.⁶²

⁶⁰ Segundo, Prof. Bittencourt (2006, p. 98) durante muito tempo o grupo era conhecido como “amigos do Antonio Jacinto”.

⁶¹ Carta Antonio Jacinto do Amaral Martins, Luanda, 24/09/1952.

⁶² “Sobre esse assunto tem uma carta de Viriato da Cruz a Salim Miguel deixa claro que a troca não era somente literária. Permite-me enviar-lhe um cheque cujo valor, em Cruzeiros deve andar à roda de duzentos e qualquer coisa. É para o meu amigo fazer-me o favor de adquirir na Agência Farroupilha os seguintes livros, que vão por ordem do interesse que lhes tenho: *Dialética de la Natureza*, de Engels; *O marxismo e o problema nacional e colonial*, de Stálin; *El Método dialético marxista*, de Rosental (Iudin) *Dicionário Filosófico marxista*, idem, *Sobre os fundamentos de leninismo*, de Stálin; *Lenin e o Leninismo*, idem *Sobre o problema da China*, idem; *Marxismo e Liberalismo*, idem; *Lênin, Stalin e a Paz*, idem; e *Luta contra trotskismo*, idem.- Para reduzir ao mínimo as possíveis complicações, peço-lhe diligenciar para que os livros não venham como encomenda da livraria em forem adquiridos, mas sim como encomenda particular, oferta de amigos. Se possível, deverão ser vestidos com capas de outros livros

Houve um contato de editora angolana que queria entrar no mercado brasileiro, informação de 30 de março 1963, em carta endereçada a Salim Miguel, apresentada no livro de Miguel (2005). Nessa carta, Garibaldino de Andrade demonstra o seu interesse de editar livros no Brasil, menciona um representante - João Alves das Neves - nas suas palavras um “delegado para todo Brasil”, em que traz até o endereço CP 1107 São Paulo. Relata que desde janeiro de 1960 edita a “Coleção Imbondeiro”. Miguel (2005) explica que a coleção que seria de livretos de cerca de 30 páginas, incluindo novelas ou contos, contava com a colaboração de escritores brasileiros, como Lygia Fagundes Telles⁶³, Reinaldo Castro, Antonio D’Elia e Jorge Medauar, segundo Garibaldino de Andrade, com cerca de 3000 exemplares.

A carta de Garibaldino inclui na negociação a troca de livros literários por pedagógicos⁶⁴. Vê-se novamente, que no caso, os angolanos sofrem com o déficit de conhecimentos técnicos e procuram justamente com os contatos no Brasil suprir essa deficiência. Sobre esse assunto, em outra carta a Salim Miguel, Garibaldino de Andrade reforçou a necessidade de livros pedagógicos, citando até as editoras brasileiras que gostariam que os livros fossem adquiridos como Fundo de Cultura, Cultrix e Atualidade Pedagógica.

Expressa a necessidade de livros técnicos e científicos e salienta a falta de catálogos para a escolha; no entanto pediu ao amigo, Salim Miguel seu envio mesmo assim. Miguel (2005) ressalta que os livros pedagógicos que tanto Garibaldino reivindicava tinham um sentido prático, que era ter material pedagógico para uma “Escola do Magistério Primário”, que Garibaldino explicita que não tinha nenhum material.

A *Revista Sul* contribuiu não só com a formação intelectual desses escritores, mas também com a estrutura de ensino básico. Demonstra também a ineficiência do Estado salazarista, na formação educacional de suas colônias, haja vista que os conteúdos pedidos não eram somente de livros ditos “subversivos”, mas

vulgares. E finalmente, os embrulhos, que deverão ser pouco volumosos, convém sejam feitos de papel forte. –Claro: se o primeiro livro daquela lista custar todo o dinheiro que lhe mandei, adquira esse e mais nenhum. Os outros, comprá-los-ei oportunamente” (MIGUEL, 2005, p. 42-43).

⁶³ O Prof. Fernando Mourão, em depoimento, recordou que a escritora foi colaboradora do MABLA, Entrevista concedida em 29/05/2009. Importa lembrarmos que a editora Imbondeiro é citada em seu livro *A sociedade Angolana através da Literatura* (1978):

“Bandeira sem cores Tremulando ao vento.../ Passa um camião onde vozes cantam/São homens que voltam./E o sonoro canto vai longe... longe.../As cubatas sós onde mães esperam.../Bandeiras-desejos/Tremulando ao vento.../E as vozes deixado a esteira dura Com o pó da estrada/Cantos de renúncia./E tremulando sempre/Bandeiras sem cores agitam desejos./Nascem vagidos novos nas Senzalas!” (MOURÃO, 1978, p. 45. Apud. Bandeira, Sá da. *Antologia da Poesia Angolana*. Coleção imbondeiro. p 83)

⁶⁴ Sobre a troca: “Estamos, por outro lado, em conseguir assinantes no Brasil e em trocarmos livros nossos por livros pedagógicos brasileiros, na base de 60\$00 de livros nossos = a livros pedagógicos. As assinaturas das nossas colecções são da ordem dos 60\$00, respectivamente: Col. Imbodeiro – 12n°; Mákua – 4 n°; Imbondeiro Gigante – 2n°. O livro de Bolso Imondeiro – 6 n°. Essas assinaturas poderão também ser pagos em livros pedagógicos. Poderá o camarada valer-nos nestas nossas pretensões? Poderá o camarada interessar algum livreiro nesta troca, vantajosa para os dois lados?” (MIGUEL, 2005, p. 49)

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

de estrutura básica de ensino. O Estado não se interessava na formação educacional de seus habitantes, nem mesmo da educação básica, justamente porque a lei do indigenato⁶⁵ dava atributos de cidadão aqueles alfabetizados. Além da já conhecida máxima de que um povo desinformado é mais fácil de ser controlado. A falta de investimentos teve uma significação mais perversa, pois sem alfabetização, a exploração era legitimada, com o argumento de que pelo serviço “laboral” civilizaria esses “indígenas”. Na década de 1950, o luso tropicalismo de Gilberto Freyre dava legitimidade ao regime de exploração lusitana em África.

Importa apontarmos que a carta enviada por Garibaldi data de 1963, período de governo de João Goulart, que mantém a política de aproximação com colônias portuguesa em África. Conforme demonstrado no telegrama que o presidente João Goulart envia em agradecimentos às felicitações que o MABLA apresentou por sua posse e que foi publicado pelo periódico *Portugal – Democrático*.

Os relatos e cartas mostrados no livro organizado por Salim Miguel (2005), demonstram que a *Revista Sul* contribuiu para a formação intelectual de muitos que no decorrer do processo tornaram-se líderes na luta pela independência de Angola, à exemplo do já mencionado José Graça que participou do MPLA, hoje conhecido como Luandino Vieira, Viriato da Cruz, que foi um dos fundadores e líder do MPLA, porém, acabou rompendo com o movimento por divergências.

Em a *Sociedade Angolana através da Literatura* (1978), o Prof. Fernando Mourão chama atenção à importância da literatura para formação do nacionalismo angolano ao longo do século XX, em especial nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Portanto, a troca feita entre escritores brasileiros e angolanos na década de 1950 influenciou de alguma maneira a formação do nacionalismo angolano.

⁶⁵ Sobre o indigenato cumpre expor o que Mário Pinto de Andrade escreve: “Na base da necessidade concreta da subjugação econômica, fundamentou-se a justificação teórica da superioridade racial, correspondendo o binômio branco/negro à ação de comando/obediência e, como seu corolário, o paternalismo tutelar. Ao administrador colonial incumbiria a autoridade firme e paternal sobre os *indígenas*, a fim de colocá-los a serviço dos colonos e das empresas. Oliveira Martins aderiu a esta ideologia racista que revela do “darwinismo social”. Com o advento da República, em 1910, elaborou-se a primeira lei orgânica sobre a administração civil das províncias ultramarinas, a qual introduziu as duas categorias de indígenas – *civilizados* e não *civilizados*, ficando estes últimos sob a autoridade directa da administração colonial. Outros diplomas definiram posteriormente o Estatuto dos “Indígenas não civilizados” nomeadamente os decretos de 23 de Outubro de 1926 e de 06 de fevereiro de 1929, para a Guiné, Angola e Moçambique. A ditadura militar marcou o restabelecimento da autoridade do poder central sobre os territórios ultramarinos. A década de 30 ficou assinalada por uma intensa actividade de codificação das leis que iriam reger o Império, leis que sofreriam adaptações e arranjos no aspecto formal, em função da conjuntura internacional, ou melhor, das incidências de uma opinião pública mundial, acusatória do anacronismo das praticas do colonialismo português. O fio condutor a visão do colonizador e simetricamente a construção da representação ideal do colonizador apreende-se no discurso explicito do aparelho jurídico, reflectido nos preâmbulos das leis colônias e nos sucessivos regulamentos do “trabalho indígenas” cuja elaboração iniciada pelo regime monárquico foi aperfeiçoada na primeira Republica e ajustada pelo Estado Novo”. (ANDRADE, 1998, p. 26). Na data de 1963 a lei do indigenato já havia sido extinta. Mas suas conseqüências estavam presentes, como o historiador Bittencourt (2006, p. 87) expõe: “[...] O longo período de expropriação a que haviam sido expostos impedia-os de agora usufruir da igualdade jurídica. Os poucos que conseguiram tal feito eram em número tão irrelevante que só confirmavam a discriminação”.



No Brasil, além da iniciativa da *Revista Sul* nos anos de 1950, que já discorremos, nos anos de 1960, surgiram editoras que mantinham relações estreitas com grupos ligados a movimentos de pró-libertação das colônias africanas, como o MABLA e o periódico *Portugal – Democrático e PCP*. Urbano Rodrigues (2004a) também escreveu sobre o apoio que as editoras deram à divulgação das atrocidades decorrentes do salazarismo.

Paulo Duarte, que fazia parte do MABLA, naquela época era editor chefe da revista *Anhemi*, exercia a presidência do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados de Angola (CBARA). Além disso, era proprietário da editora Anhemi e, segundo Urbano Rodrigues, este conseguiu a edição do livro *Quando os Lobos Uivam*, de Aquilino Ribeiro, que havia sido proibido de ser editado em Portugal e na França⁶⁶. Vejamos um trecho da carta que relata a questão da publicação deste livro,

Quando se soube em São Paulo que a PIDE proibira a venda do livro, procedendo à sua apreensão, escrevi a Aquilino pedindo-lhe carta branca para lançar a obra no Brasil. Ele concordou logo. A Difusão Européia do Livro, uma editora média de grande prestígio, assumiu a responsabilidade pela iniciativa. Entretanto, a poucos dias da data prevista para o lançamento, Monteil, o director e principal accionista da editora, chamou-me e, envergonhado, contou que havia recebido pressões no sentido de renunciar à publicação do livro de Aquilino Ribeiro. Motivo: a Difusão estava comercialmente ligada à Bertrand e poderia daí resultar problemas. Não ficou claro que pressões tinham sido exercidas sobre ele, nem qual a sua origem. Não tentei aprofundar o assunto, porque o próprio Monteil havia já resolvido a questão principal. O livro estava pronto; apenas faltavam a encadernação e a capa. Monteil falara com Paulo Duarte e *Quando os Lobos Uivam* seria apresentado sob a responsabilidade da editora Anhemi (sic), dirigida por aquele destacado escritor e professor universitário, um dos intelectuais brasileiros mais detestados pelo fascismo português pelo seu combate permanente à ditadura de Salazar. (RODRIGUES, 2004a, p. 55)

A editora Difusão Europeia, citada por Urbano Rodrigues, teve em seus quadros Vítor Cunha Rego⁶⁷ e Fernando Correa da Silva⁶⁸, o primeiro membro o Partido Socialista Português (PSP) que criou a editora Felman-Rêgo. A editora propunha justamente editar livros que não conseguiam ser editado em Portugal, e divulgar aos brasileiros a luta nas colônias portuguesas⁶⁹.

⁶⁶ Dentre as reflexões de Urbano Rodrigues (2004a), o mesmo vislumbra a atuação da PIDE fora de solo lusitano.

⁶⁷ A profa. Maria Hermínia Tavares aponta que Vítor Rego foi editorialista do *OESP* no período da década de 1960. Entrevista concedida por e-mail 24/03/2009.

⁶⁸ Depoimento Fernando Mourão em sua residência Caucaia do Alto, 28/02/2010.

⁶⁹ Sobre a criação da editora Felmam – Rêgo é baseado no depoimento de Fernando Albuquerque Mourão. Entrevista concedida em sua casa, 29/05/2009. e no livro de RODRIGUES, 2004:55.



Vítor Cunha Rego, apesar de fazer parte da luta antissalazarista, não era muito próximo ao PCP, como Urbano Rodrigues expõe e diz ainda que era um “franco atirador”.⁷⁰ Todavia, apesar de sua distância do PCP e do *Portugal – Democrático*, Vítor Rego, em seus primeiros trabalhos editou *A resistência em Portugal*, de Amílcar Gomes Duarte, ligado ao PCP, o livro tratava de breves textos sobre a luta do povo português contra o salazarismo⁷¹.

Além dos livros de luta de Portugal, a Felman-Rêgo editou *Angola Através dos Textos*, que era uma antologia de textos com o intuito de ampliar o conhecimento sobre as atrocidades cometidas pelos portugueses em Angola. O livro que tem capa de Fernando Lemos⁷², artista plástico português, que lutou contra o salazarismo e fez parte do *Portugal – Democrático*, que desde daquela época reside em São Paulo. A capa tem o rosto de duas crianças negras com um olhar enigmático, e na orelha do livro um poema de Agostinho Neto.

Sons de grilhetas nas estradas
cantos de pássaros
sob as verduras úmidas das florestas
frescura na sinfonia adocicada
dos coqueirais
fogo
fogo no capim
fogo sobre o quente das
chapas de cayatte.
Caminhos largos cheios de gente,
cheios de gente
cheios de gente em êxodo de toda a parte
caminhos largos para horizontes fechados
mas caminhos
caminhos abertos por cima
da impossibilidade de braços.

Do poema “Fogo e Ritmo” (AGOSTINHO NETO, apud REGO e MORAIS, 1962)

⁷⁰ “Vitor assumira uma posição esquerdista de contornos pouco claros. Não ligava a qualquer organização maoísta, mas perante as grandes questões internacionais definia-se antes de mais por um anti-soviético cuja fundamentação teórica provinha sobretudo das teses chinesas” (RODRIGUES, 2004a, p. 56).

⁷¹ “Em relação ao livro, Urbano Rodrigues evidencia que no Brasil poucos deram conta que o autor ocultava sob um pseudônimo; os três pronomes eram os nomes que na clandestinidade usavam Sérgio Vilarigues, Pires Jorge e Álvaro Cunhal. Somente alguns anos mais tarde, já em plena ditadura dos generais, foi revelado no Brasil que o autor do trabalho fora o escultor José Dias Coelho, assassinado pela PIDE.” (RODRIGUES, 2004a, p.56).

⁷² Registramos que Fernando Lemos juntamente com Fernando Correa da Silva, o almirante Alfredo Moraes Filho do Clube Positivista do Rio de Janeiro e Noémio Weniger vieram a montar uma editora infantil denominada Giroflé. Depoimento Fernando Mourão em sua residência Caucaia do Alto, 28/02/2010.

Os textos do livro de Rego e Morais (1962) incluem reportagens que, primeiramente, foram exibidas em periódicos tais como: *Portugal – Democrático*, *Le Monde*, *The Washington Post*, *Tribuna Livre*; entrevista de líderes como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz; trechos de livros; exemplos do livro de José Honório Rodrigues, *Brasil e África* (1961), de Basil Davidson, *O Despertar da África* e *The New Statesman*, ambos de 1961, entre outros jornais e livros. Não obstante, havia documentos do MPLA, como seu programa para o ano de 1961 que tinha como uma de suas metas, a imediata e completa independência de Portugal.

A pretensão do livro foi de informar ao público brasileiro o que acontecia além mar, seus organizadores selecionaram variados textos da imprensa nacional e internacional, além do MPLA. O trabalho de 223 páginas na realidade era uma introdução para o público leigo, que muitas vezes nem sabia qual era a língua falada em Angola.

As décadas de 1960 e 1970 não dissociavam arte e política, a arte menos engajada possível na época era mesmo assim política como apontam vários livros que pesquisam sobre a época, autores como Elio Gaspari (2003) e Zuenir Ventura (1989). Ao longo dessa pesquisa notamos que os participantes do MABLA e colaboradores, em grande parte são escritores, arquitetos, artistas plásticos, atores entre outros.

A editora Felman-Rêgo, que tanto apoiou a divulgação, por meio de suas edições, sobre a guerra anticolonial promovida pelo colonialismo português, não deixou também de editar livros sobre literatura. O poeta, artista plástico, arquiteto e hoje deputado em Angola, Fernando da Costa Andrade, que fora várias vezes mencionado nesse trabalho como membro do MABLA teve seu trabalho de poesia editado por Vítor Cunha Rego. O livro *Tempo em Itália*, de 1963, reuniu vários poemas do período que Costa Andrade esteve exilado na Itália. Os poemas que são “odes” à independência de sua terra:

Não acredito
Que este povo que venera a Resistência
Seja contra a liberdade
(a liberdade não conhece a geografia do fascismo
a liberdade não conhece Franco e Salazar)
A liberdade é a raiz da Resistência:
Resistência italiana
cubana
ou argelina.
A Resistência de Angola.
Este povo está conosco (sic) eu sei

Mas não basta que eu o saiba.
Confirmem-no os que podem claro e forte.
A vocação africana apregoadada
Será depois uma verdade
Estreitando as nossas mãos.
(ANDRADE, 1963, p. 73)

O poema de Costa Andrade convoca o povo à “Resistência” em maiúsculo e dizendo justamente que a vontade de liberdade era maior que os regimes de cunho totalitário mencionados, como franquismo, que a Espanha sofreu até década de 1970, fascismo, que Itália sofreu até meados da década de 1940 e o salazarismo, cujo regime Costa Andrade conhecia bem e expressava em seus poemas.

A noite não é a mesma em toda a parte
Todos sabemos disso
Em Itália durou mais de vinte anos
Em Angola, bem diferente, dura há quinhentos anos.
Hoje à noite
aqui também é outra
Não tem Kissanges chorando
Nem incursões fascistas
Nem besugo contra angolano
(besugo à noite tem medo
de dia tem bombas napalm
pelotões de tortura
Capitães eichman
Besugo é como o rafeito).
(ANDRADE, 1963, p. 55)

Nesse poema Costa Andrade fala dos 20 anos de fascismo que a Itália teve quando se refere à duração da noite nesse país. Agora quando chama atenção sobre Angola é mais agravante, pois não fala somente do salazarismo que vem desde 1928, refere-se a todo período de colonização dos portugueses em África. Período que passou por vários regimes políticos e acontecimentos históricos. Se pegarmos os parâmetros europeus de história, passou-se do período de transição para Idade Moderna, para Moderna propriamente dita, a Revolução Francesa, que seria a Idade Contemporânea, Primeira e Segunda – Guerra Mundial.

Levando em conta o regime político, inicialmente Monarquia, período de ocupação francesa de Napoleão Bonaparte, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em que Angola foi comandada do Brasil, retorno da Monarquia em Portugal, República e regime de exceção denominado Salazarismo, até 24 de abril



de 1974, com a Revolução dos Cravos, a noite colonial foi longa. O poema de Costa Andrade carrega em seus versos quinhentos anos de exploração, o poema vislumbra ainda os efeitos do napalm, as bombas jogadas em território angolano que mataram milhares de pessoas, além das torturas cometidas.

O ponto de vista explorado por Costa Andrade chama atenção para duas visões do processo colonial, uma que enfatiza que o “inimigo” era o salazarismo e não o povo português; outra corrente se contrapunha ao Estado português, englobando todo período da colonização. Livros recentes de história de Angola enfatizam que a reação ao colonialismo não é um fenômeno recente mais que se assinala, em vários momentos, em século passados.

A orelha desse livro foi escrita pelo prof. Fernando Mourão, que discorre sobre as qualidades artísticas que Costa Andrade demonstra desde aquele período de aluno secundarista em Angola, quando participou de movimentos culturais foi aluno da Escola de Belas Artes de Lisboa, e no final da orelha, faz um pedido:

Formulo um pedido ao poeta e ao amigo: ao abandonares o Brasil – agora para ti terra de exílio – e antes que cantes o Grande Dia, não deixes de escrever Tempos Angolanos no Brasil. (MOURÃO, apud ANDRADE, 1963)

Rodrigues (2004), ainda relata que em 1964 com o golpe Civil-Militar, a editora Felman-Rêgo acabou fechando, Vítor Cunha Rego saiu do país. Urbano Rodrigues narra que estava traduzindo um livro do Lenin do francês para o português, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* para editora, mas como Victor fora visto antes com uma delegação chinesa andando pela editora, temia ser preso.

A Arquimedes Edições editou no Brasil, o livro *Viragem* (1967), do escritor Castro Soromenho⁷³, na contracapa tem a foto do autor e a frase “É preciso dar este livro a ler a muita gente, é urgente conhecer as

⁷³ “Nascido, em 1910, em Vila de Chinde, Zambézia, Moçambique era filho de Artur Ernesto de Castro Soromenho, antigo Governador dos Distritos de Congo, Huíla e Moxico e Governador de Luanda (Angola) e de Stella Fernançole de Leça Monteiro de Castro Soromenho, de família Caboverdiana. Em 1960, sua atividade de oposição ao regime político levou-o a escolher o exílio e a instar-se em Paris, de onde partiu para os Estados Unidos a convite da Universidade de Wisconsin, em 1961. Naquela Universidade fez parte da comissão encarregada da seleção de material para curso de Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira, e regeu o curso de Literatura Portuguesa durante a ausência do catedrático, Professor Machado Rosa, autor do convite. Depois de seis meses nos Estados Unidos, Castro Soromenho regressou a França em agosto de 1961, passando por Barcelona. Foi leitor de português e espanhol da casa editora Gallimard e colaborou na revista *Présence Africaine e Révolution* de Paris, dedicando-se também à investigação da literatura científica portuguesa a secção da África do Museu o Homem, em Paris sob orientação de Michel Leiris, investigador do Centre Nacional de La Recherche Scientifique. Em dezembro de 1965 parte para São Paulo – Brasil. Na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo e no Centro de Estudos Africanos, regeu os cursos de Introdução à Sociologia da África Negra, em 1966; Sociologia da África Negra, em 1967 e 1968, bem como um curso livre de Sociologia Negra na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara, durante um semestre. Castro



relações humanas de que ele traça um quadro inteiramente verossímil” (SAROMENHO, 1967). A capa tem uma imagem de mulher negra com seios despidos e com um colar.⁷⁴

A orelha foi escrita pelo Prof. Fernando Mourão, que corteja a obra como uma grande contribuição para literatura africana. Castro Soromenho desenvolve sua dissertação de mestrado em sociologia, na Universidade de São Paulo que, posteriormente foi editada e publicada como livro sob o título: *A Sociedade Angolana Através da Literatura* (1978). A obra desmistifica a construção que o colonizador fizera sobre as colônias e as limitações da ação dos brancos, trazendo a “África real”. Mourão escreveu na orelha:

[...] O homem negro, esse grande desconhecido da maioria do público europeu, é apresentado ao leitor como um ser com a sua própria cultura com as suas riquezas e misérias. O negro e a África não são cenários na obra de Castro Soromenho. Pelo contrário é o fulcro de toda a sua obra – Mas Castro Soromenho não é um negro? Exclamou um dia o poeta Leopold Segnhor. Para o presidente – poeta era lhe difícil aceitar a idéia que o autor da *Terra Morta* e de tantas outras obras fosse um branco! Muriq, esse filho do Cuango conservou a sua personalidade de negro e acaba endoicendo. O desespero por vezes toma Paulina e o Alves. Sós e isolados, todos eles num meio inóspito. Inóspito para brancos e mesmo para os negros agora incapazes de o dominar como outrora quando eram senhores da terra que os “germinava” e alimentava, essa terra de que soba Calendende levava “a saudade de seu país perdido [...]”. (MOURÃO apud SOROMENHO, 1967)

A obra de Soromeho traz diversas reflexões que não serão alongadas aqui, pois não estão ligadas diretamente as propostas da pesquisa, mas merecem considerações. A desconstrução da imagem que o colonizador português criou sobre os benefícios que trazia aos povos colonizados “o fado do homem branco”, que teve o apoio, já mencionado, das ideias do luso tropicalismo de Gilberto Freyre.

Outro ponto importante dessa obra é questionar o Eldorado para os brancos portugueses, que Fernando Mourão deixa claro que era um lugar inóspito para brancos e negros. Podemos inferir que o próprio processo de colonização de cinco séculos deixou a terra inóspita para todos.

Assim como o espanto do poeta Leopold Senghor, ao saber que Castro Soromenho era branco, ficam patentes as tensões decorrentes de anos de colonização. Geralmente, ao falarmos de *apartheid* lembramos

Soromenho faleceu em São Paulo a 18 de junho de 1968 no Brasil publicou um romance, *A chaga*, publicada posteriormente pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, 189 páginas, segundo de uma trilogia começa com *Viragem* e que ficou por terminar” (MOURÃO, 1978, p. 123). Sobre a vinda de Castro Soromenho, o Prof. Fernando Mourão relatou que sua vinda para o Brasil teve a colaboração de dois portugueses exilados no Brasil, Adolfo Casais Monteiro e o capitão João Sarmento Pimentel, que conseguiram uma permissão especial de visto para Castro Soromenho e sua família de Paris para o Brasil por meio do Chefe da Casa Civil do Presidente Castelo Branco, Luis Viana Filho. Informação obtida em entrevista realizada no dia 01/03/2010, Caucaia do Alto SP.

⁷⁴ Foto colhida no documentário do livro *A Maravilhosa Viagem de Castro Soromenho*, publicado em Portugal. (SOROMENHO, 1967).

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



somente de África do Sul, mas foi um regime que grande parte do continente africano sofreu até o processo de descolonização, que iniciou com final da Segunda Guerra, gerando conflitos étnicos e raciais.

Dando continuidade ao debate sobre as trocas no âmbito da literatura e a presença de editoras neste processo, ainda temos o registro da participação de grandes editoras como a Civilização Brasileira e Brasiliense. À primeira deve-se a edição de um dos clássicos dos estudos sobre Brasil e África, o livro de José Honório Rodrigues, que serve até hoje como base para os estudos sobre o continente africano.

Pela mesma editora, há o livro do médico angolano, Américo Boavida, *Angola Cinco Séculos de Exploração Portuguesa*⁷⁵ (1967). Américo Boavida que foi um grande expoente da luta anticolonial, acabou sendo morto no campo de batalha⁷⁶. Deolinda Rodrigues (2004), relatou que quando aluna secundarista em Luanda, teve a oportunidade de assistir uma palestra de Boavida, que teve como objetivo a discussão referente aos males do colonialismo e a organização da Juventude Protestante em Angola. Boavida foi organizador do Corpo Voluntário Angolano de Ajuda aos Refugiados (CVAAR) com a colaboração de outros médicos, entre eles, João Viera Lopes, Edmundo Rocha e tantos outros, que acolheram os refugiados angolanos no Congo e serviu de inspiração para o Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA).

O livro, como o próprio título coloca, é uma denúncia aos cinco séculos de exploração, abordando o assunto envolvendo as questões econômicas, políticas e sociais entre Angola e Portugal. O prefácio escrito por Urbano Rodrigues exalta a falta de conhecimento dos brasileiros sobre África. A orelha escrita por Edson Carneiro,⁷⁷ elencou diversos fatos que denunciam o anacronismo do colonialismo português, como o artigo 106, da Constituição portuguesa, o qual definia que o Estado pode forçar os “indígenas” a trabalhar

⁷⁵ Em seu livro Urbano Rodrigues (2004, p. 63) descreve como se deu a publicação do livro no Brasil, “na época em que o MPLA tinha o quartel-general em Leopodville eu mantivera correspondência com Américo, um dos responsáveis pelos serviços médicos da MPLA. Situações complexas, ligadas a problemas que o Movimento enfrentou pouco depois, atiram o jovem médico angolano – irmão do futuro ministro Diógenes Boavida – para Barcelona. Quando, após um intermezzo em Rabat, entrou em Angola clandestinamente para reintegrar na luta descobrimos ambos que o sentimento nascido do diário epistolar evoluíra. Éramos amigos. Um dia recebi um manuscrito seu acompanhado de uma pergunta: haveria alguma possibilidade de aquilo aparecer em livro no Brasil? A resposta não tardou muito. O trabalho, com prefácio meu, foi editado pela Civilização Brasileira e apresentado em São Paulo numa sessão em que embaixadores de três países africanos – Argélia, a Síria e o Egito - autografaram exemplares em nome do autor, que se batia, em lugares, nas savanas de Angola, contra o colonialismo português denunciado nas páginas da sua obra. As comunicações eram morosas. Passaram meses antes que recebesse uma carta comovia de Américo. Eram muito diferentes das anteriores. Ele informava que recebera na Zâmbia, após longa viagem meia dúzia de exemplares do seu livro num dia em que trabalhavam ali com Agostinho Neto. A alegria e a surpresa foram tamanhas que improvisaram uma dança”.

⁷⁶ No dia 25 de Setembro de 1968 três helicópteros da Força Aérea Portuguesa metralharam durante quase duas horas um acampamento do MPLA no Moxico destruindo com tapetes de bombas as instalações hospitalares dessa base. (RODRIGUES, 2004, p. 65)

⁷⁷ Edson Carneiro é citado por Marcelo Bittencourt (2006, p. 101) como membro do comitê de solidariedade ao povo angolano. E também num documento da Secretária de Relações Exteriores, que vai ser trabalhado no segundo capítulo deste livro.

em serviços públicos de interesse geral da coletividade. Também denuncia a administração angolana por “arrebancar” nas aldeias, negros fisicamente aptos para trabalhar nas minas da Rodésia e da África do Sul, segundo Boavida (1967), em torno de 160.000 por ano. Importa mencionarmos ainda o extermínio, com *napalm*, que matou mais de 300.000 angolanos naquele período.

O prefácio e a orelha do livro permitem inferir o conteúdo de denúncia do regime salazarista que o autor desenvolve em sua obra. Na época a publicação do livro teve repercussão na imprensa portuguesa, segundo Urbano Rodrigues (2004), o autor e sua obra foram injuriados pela *Voz de Portugal* e o *Mundo Português*, que faziam apologia ao regime salazarista.

A Brasiliense, editora do historiador e intelectual brasileiro, Caio Prado Junior, também editou livros relacionados à África. Urbano Rodrigues (2004, p. 57) aponta o livro *A Guerra em Angola*, de Mário Moutinho de Pádua, que em suas palavras foi “[...] o primeiro e pungente relato dos crimes cometidos pelo exército português no norte de Angola no ano de 1961”. A repercussão deste livro no meio estudantil foi bem intensa e levou ao choque, pois o livro trazia em minúcias os horrores da Guerra.

Urbano Rodrigues (2004) relata que ficou próximo de Enio Silveira, dono da Civilização Brasileira e Caio Graco, filho mais velho de Caio Prado Junior, proprietário da Brasiliense. Das várias iniciativas de edições de livros percorridas por Urbano Rodrigues, conta de uma que não deu certo, Basil Davidson escreveu um livro sobre a luta em Guiné-Bissau, após viagem feita por esse autor pelas selvas dessa então colônia.

Urbano Rodrigues conta que a obra agradou tanto que escreveu a Amílcar Cabral e Basil Davidson sugerindo sua publicação, no Brasil, após negociações e pagamento antecipado de mil dólares do PAIGC pela edição brasileira, que assegurava ficar com um número x de exemplares. Enio da Silveira escreve uma carta ao Urbano Rodrigues, que diz: “Não esqueço o choque e a amargura sentido quando recebi a carta de Enio da Silveira, impregnada de tristeza e vergonha, informando que a edição inteira, imprensa em São Paulo na gráfica da Brasiliense, havia sido destruída”.⁷⁸

O filho mais novo de Caio Prado ao folhear o livro, em uma decisão repentina mandou picotar todos os exemplares. Urbano Rodrigues relata a intensificação da repressão do regime Civil-Militar, todavia diz a

⁷⁸ Id. Ibid, 2004:60.

que era ainda dúbia. Embora censurasse obras contra o regime brasileiro, tolerava escritos do anticolonialismo.⁷⁹

Dentre as publicações desse período, também destacamos a do embaixador negro Raymundo Souza Dantas que vai para Gana e publica pela editora Leitura S.A, o livro *África Difícil* (1965). O livro aborda o período de dois anos como embaixador em Gana, o qual expõe, a partir das anotações do seu diário, suas impressões sobre o continente.

Vale ressaltarmos também que as publicações de órgãos do Estado também eram comuns, pois antes de Raymundo Dantas, o Instituto Brasileiros de Estudo Afro-asiáticos (IBEAA), órgão ligado à presidência da República (4 de abril de 1961 pelo decreto 50.456), na década de 1960, publicou várias obras. Moacir Werneck de Castro escreveu *Dois Caminhos da Revolução Africana* (1962), o livro foi editado pelo IBEAA. Werneck de Castro, que era membro do Instituto, escreveu essa obra quando foi à África a serviço do jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, onde trabalhava como redator-chefe. Ele dedica a obra a Mário de Andrade, líder do MPLA e a Mário de Andrade escritor brasileiro.

A Mário de Andrade, intelectual e combatente pela liberdade de Angola, terra irmã. Á memória de Mário de Andrade, o brasileiro, a quem um dia se fez sentir o “vento violento/ que arrebenta dos grotões da terra humana/ exigindo céu, paz e alguma primavera”. (CASTRO, 1962)

Sobre a viagem⁸⁰ que fez para África, Werneck de Castro conta que pensava passar por Senegal, Guiné, Gana, Nigéria e Congo, porém, quando estava em Dakar, em Agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou, fato que o leva a interromper a viagem. A renúncia pegou todos de surpresa, pois o presidente Quadros estava implantando a política de aproximação do continente africano e havia criado o IBEAA, onde Werneck de Castro editou sua obra. Todavia, durante o período que conseguiu permanecer em continente africano, conseguiu entrevistar os principais líderes africanos que estavam em luta por independência ou haviam alcançado. Entrevistou Gamal Nasser, líder e depois chefe de Estado do Egito, Mamadou Dia, que foi Primeiro Ministro de Senegal, Kwame Nkrumah, presidente de Gana e Mário Pinto de Andrade, líder do MPLA .

⁷⁹ Cumpre observarmos que Urbano Rodrigues (2004, p. 61) diz que a causa real da destruição do livro de Davidson fora uma crise de doença mental, ainda mal diagnosticada, de que o moço sofria.

⁸⁰ A qual permitiu que participasse do voo inaugural da linha Panair do Brasil para o Cairo

Na entrevista feita com Mário Pinto de Andrade, o já mencionado líder do MPLA falou sobre suas atividades como secretário da Revista *Présence Africaine, Revue culturelle du monde noir*, editada em Paris, na qual, usando o pseudônimo Buanga Flê, escreveu “Que é o Luso tropicalismo?”, artigo que denuncia a segregação e assimilação como formulas políticas pela qual a colonização assegura seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados. Entrevista “profética”, haja visto que Mário Pinto de Andrade acreditava que o conflito poderia tomar contornos internacionais, principalmente porque países como África do Sul, Estados Unidos⁸¹, Grã-Bretanha esses dois últimos ligados à OTAN, tinham interesses geoeconômicos em Portugal e suas colônias. Fatores que se precipitavam logo após.

Dentre outras edições realizadas pelo IBEEA, também há o livro *Senhor em diálogo* (1965), editado logo após o golpe Civil-Militar do Brasil. A publicação vem em decorrência de um debate promovido pelo IBEEA ocorrido na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1964. A mesa de conferencistas contava com a presença de, além do presidente do Senegal, do senador Afonso Arinos, que no período do presidente Jânio Quadros foi Ministro das Relações Exteriores, Pr. Fernando B. de Ávila e o professor Cândido Mendes, que depois veio fundar a Universidade Candido Mendes.

O debate circundou, sobretudo, a respeito dos desafios que países de terceiro mundo sofriam e as necessidades dessas nações unirem-se. A mensagem deixada pelo IBEEA foram expressas por Arinos quando coloca que,

[...] está certo de, no exercício de suas específicas finalidades nos quadros das instituições oficiais do país, trazer a público um autêntico diálogo, aberto à nova perspectiva histórica, africana e brasileira. (ARINOS, 1965, s/p)

Os livros destacados nessa pesquisa têm por intuito apresentar um panorama do que fora editado, acerca do assunto. Mostrando também que além da imprensa, as editoras cumpriram um papel significativo

⁸¹ “Os Estados Unidos tinha interesse no arquipélago dos Açores, como Kenneth Maxwell discorre em seu livro “[...] torna-se crucial para a guerra naval no Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial, e Salazar manobrou em proveito de Portugal a necessidade que os Aliados tinham de conseguir permissão para que eles, e não os alemães usassem o local como base militar [trata-se de uma base aérea militar]. Durante a guerra, os britânicos, invocando os antigos tratados anglo-portugueses, haviam tentado estabelecer instalações militares no arquipélago para combater a atividade naval alemã no Atlântico, e estavam dispostos a tomar os Açores caso Salazar persistisse em negar-lhes uma base ali. Churchill chegou a dar um ultimato a Salazar. Finalmente as negociações, boa parte delas conduzidas por Humberto Delgado pelo lado português, foram bem sucedidas e Salazar aquiesceu em agosto de 1943. Os americanos conseguiram acesso às instalações dos Açores sob a égide da aliança britânico-portuguesa, mas nas negociações chefiadas por Geroge Kennann, *Charge d'affaires* em Lisboa. Salazar obteve uma crucial compensação de Washington: o compromisso de que, em troca do acesso à base açoriana, os Estados Unidos respeitariam a integridade territorial das colônias portuguesas”. (MAXWELL, 2006, p. 76-77).



na informação aos brasileiros sobre África, pelo menos a parte dela representada por seus colaboradores africanos e portugueses que vieram para o Brasil, assim como os brasileiros que apoiaram essas manifestações.

A respeito das informações sobre a criação dos Institutos e Centros de Estudos do continente africano e afro-brasileiro, tivemos como principal fonte a dissertação de mestrado realizado na Universidade de São Paulo do Prof. José Maria Nunes Pereira da Conceição, intitulada como “Os estudos africanos no Brasil e as Relações com a África” (1991). Na dissertação, o Prof. José Maria faz o registro de tais instituições, demonstrando sua importância para o conhecimento e divulgação do continente africano⁸².

O primeiro centro foi criado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em setembro de 1959, antes da política de aproximação do continente africano, efetivada pelo Presidente Jânio Quadros. Em 1959, surgem novos Estados africanos, tanto que foi considerado o “ano da África”, mais dezessete países vieram juntar-se a eles. O Prof. José Maria tece:

O CEAO [Centro de Estudos Afro-orientais], embora tenha sido lançado num ambiente de cumplicidade com o colonialismo português, tomou, desde logo, um rumo em direção a uma África descolonizada e a uma interação com a comunidade negra da Bahia. A sua atuação pioneira vai se fazer sentir, principalmente, a partir do governo Jânio Quadros. (PEREIRA, 1991, p. 84)

A oportunidade da criação do centro surgiu no contexto da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, tendo como animador da ideia o professor português Agostinho da Silva, desde há muito afeito às realidades africanas. A composição do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), teve à frente o reitor da UFBA, Edgar Rego dos Santos, depois o Professor Agostinho da Silva passou a dirigi-lo, período em que teve como colaboradores Waldir Freitas de Oliveira, Guilherme Souza Castro, Yeda Pessoa de Castro e Vivaldo Costa Lima.

⁸² Importa lembrarmos que antes desses Centros de Estudos houve pensadores que se preocuparam com o estudo do negro e África, o Prof. José Maria menciona, “[...] o pioneirismo de Nina Rodrigues e seu discípulo Arthur Ramos. Procuramos investigar o que levou um professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia, como era Nina Rodrigues, a se preocupar com que ele chamava estudo da África. Tanto Nina Rodrigues quanto Arthur Ramos, embora os separassem mais de 30 anos de diferença e recursos teóricos diversos, tinham o mesmo objetivo: ‘o problema ‘o negro’ no Brasil’. No entanto, segundo Prof. José Maria, quem vai ser um divisor de água é Gilberto Freyre: [...] Encontramos este autor Gilberto Freyre, em dois livros pouco conhecidos em meio a sua obra geral: *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, que ele dedicou à ampliação, na África portuguesa, de sua teoria do lusotropicalismo. Cumpre observar que a obra deu-se em decorrência de uma viagem que Gilberto Freyre fez as cinco colônias portuguesas em África, Segundo Prof. José Maria foi o estudo mais extenso até então feita por um brasileiro” (PEREIRA, 1991, p. 4-5)



Observamos que CEAO foi importante para política estabelecida por Jânio Quadros, que valeu-se da estrutura para trazer parte dos bolsistas africanos, que posteriormente foram redistribuídos, além da Universidade Federal da Bahia para outras universidades do Brasil. Como aponta, o Prof. José Maria:

Incentivado pela política africana dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o CEAO foi pioneiro em vários aspectos no exercício da cooperação do Brasil com a África. A ele coube acolher os dois primeiros grupos de bolsistas africanos, chegados ao Brasil através de um programa de intercâmbio iniciado no governo Quadros, e ministrar cursos intensivos de língua portuguesa e cultura brasileira. (PEREIRA, 1981, p. 87)

O primeiro grupo de estudos africanos era composto quinze estudantes chegados em 1961, vindos de países da África Ocidental. Destacamos o camaronês Paul Étame Ewane, que foi estudar na USP até obter o grau de mestre em sociologia⁸³ e o guineense Fidélis Cabral D`Almada, que se formou em direito pela Universidade de São Paulo. Ambos, juntamente como Prof. Fernando Mourão, entre outros, contribuíram para a formação do Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, que voltaremos a falar na sequência.

Como já mencionamos anteriormente, no governo Jânio Quadros foi criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), o qual estava ligado diretamente à presidência da República. Para Eduardo Portela, que foi o primeiro diretor do Instituto, seu objetivo era conhecer melhor o continente africano, numa perspectiva de estreitamente de relações, conforme almejava o governo Quadros. Segundo o Prof. José Maria, o Instituto foi criado a partir da inspiração da Conferência de Bandung e tinha a função de colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre Brasil e os países da África e Ásia.

Outro diretor do IBEAA foi o atual reitor da UCAM, Cândido Mendes, que permaneceu no cargo até a implantação da ditadura Civil-Militar. O Prof. José Maria Pereira (1991, p. 86) escreve que por causa do lobby português as intenções do Instituto “esmoreceram”.

Segundo Pereira (1991, p. 84), dentro das perspectivas de ampliação de estudos sobre o continente africano que o Centro de Estudos Africanos (CEA) foi construído na Universidade de São Paulo por etapas. Os principais empreendedores foram Prof. Fernando Mourão com apoio dos Professores Ruy Coelho e Eurípides de Paula, contando com ajuda inicial de africanos que estudavam na USP, criaram o CEA.

A primeira etapa, em 1965, com o nome de Centro de Estudos e Culturas Africanas (CECA), ligado à cadeira de Sociologia II, do Prof. Ruy Coelho. Sendo somente em 1968 que adquiriu o atual nome de

⁸³ Segundo Prof. Fernando Mourão, ele estudou na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Depoimento 19/01/2010. Caucaia do Alto – SP.

Centro de Estudos Africanos (CEA). Em 1972, com o estreitamento das relações entre o regime Civil-Militar e o continente africano, por meio da visita do ministro das relações exteriores Mário Gibson Barboza, surgiu certo interesse pelo continente africano.

Por último, a criação em 1973⁸⁴, do Centro Afro-Asiático (CEAA), no Rio de Janeiro, nas palavras do Prof. José Maria, o Centro na realidade foi uma retomada do IBEEA interrompido pelo regime Civil-Militar, em 1964. O CEAA foi criado na época junto ao Centro Universitário Cândido Mendes, por Cândido Mendes e José Maria Nunes Pereira da Conceição. Cândido Mendes, que como transcorrido em linhas anteriores fez parte do IBEEA, assessor técnico do presidente Jânio Quadros, foi enviado a vários países africanos, tendo contato com Leopold Senghor, Kwame N`Krumah e Julius Nyrere. Esses contatos foram de suma importância para o desenvolvimento das relações posteriores do CEAA.

Considerações Finais

O breve histórico dos institutos de estudos africanos, justifica-se no intuito de demonstrar a proximidade que esses institutos tiveram com as mobilizações pró-independência das colônias africanas. Fundadores dos centros de estudos Agostinho Silva, Eduardo Portela, Cândido Mendes, Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira, entre outros, são constantemente mencionados nesta pesquisa como representantes civis ou institucionais na luta de conscientização da necessidade de independência das colônias africanas.

Percebemos a linha tênue que separa esses centros de uma militância pró-independência. Os centros existiram naquele momento para contribuir não só para o conhecimento maior do desconhecido continente africano, mas também foram aglutinadores de pessoas inconformadas com o jugo colonial europeu, em especial português, em África.⁸⁵ Não podemos deixar de registrar o papel da literatura e das editoras na divulgação de conhecimento para ambos países, no nosso caso Angola e Brasil.

⁸⁴ O Professor José Maria aponta ainda que na década de 1970 havia o Núcleo de Estudos Afro-Asiático da Universidade de Londrina, segundo o professor, de reduzida atuação acadêmica por falta de recursos. (PEREIRA, 1991, p. 10)

⁸⁵ Segundo Alberto Costa e Silva, “Os estudos sobre África segundo expõe o embaixador e africanista Alberto da Costa e Silva: É necessário e urgente que se estude, no Brasil, a África – pregava, incansável, na metade do século XX, mestre Agostinho da Silva. Foi sob seu acicate que se criou o Centro de Estudo Afro-Orientais da Universidade da Bahia, em cuja sombra se moveu uma geração de interessados na África e em sua história, alguns dos quais atravessaram o oceano e foram estudar e lecionar em Dacar, Ibadan, Ifé, Kinshasa. Cito alguns nomes Yeda Pessoa de Castro, Júlio Santana Braga, Pedro Moacyr Maia, Guilherme Castro, Vivaldo Costa Lima e Paulo Fernando de Moraes Farias. O último há uns trinta anos fora do Brasil, abrigado na Universidade de Birmingham e escrevendo quase sempre em inglês, tornou-se um dos mais conceituados especialistas na história do Saara e da

Referencias Bibliográficas:

- ANDRADE, Costa. *Tempo angolano em Itália*. Poemas. São Paulo: Felman-Rego, 1963.
- BITTENCOURT, Marcelo. “As linhas que formam o “EME”: Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola”. Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- BITTENCOURT, Marcelo. “Estamos Juntos” O MPLA e a Luta Anticolonial (1961 – 1974)”. 2002. Tese Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ, 2002.
- BOAVIDA, Américo. *Angola Cinco Séculos de Exploração Portuguesa*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967 □
- CASTRO, Moacir Werneck de. *Dois Caminhos da Revolução Africana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1962.
- CASTRO, Soromenho. *Viragem*. São Paulo: Arquimedes, 1967.
- CONCEIÇÃO, José Maria N. Pereira. Os ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL E AS RELAÇÕES COM A ÁFRICA – UM ESTUDO DE CASO: CEAA (1973-1986)”. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado, em Sociologia. Universidade de São Paulo.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- DANTAS, Raimundo Souza. *África Difícil*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.
- MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- MIGUEL, Salim (et al). *Cartas d` África e Algumas Poesias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- MOURÃO, Fernando A.A. *A Sociedade Angolana através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.
- NEVES, João Alves (org). *A Nova África*. São Paulo: Anhambi, [s.d]
- ROGRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em que Vivi*. II – Revolução na América Latina. Lisboa: Campos de Letras, 2004.

savana sudanesa. Ao Centro baiano seguiram-se o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiático da Universidade Cândido Mendes. Nas revistas dessas três instituições Afro-Ásia, África e Estudos Afro-Asiáticos, predominam, contudo, sobre os estudos de história africana, os trabalhos sobre as influências africanas no Brasil, sobre as relações entre nosso país e a África ou sobre problemas de política contemporânea”. (SILVA, 2003, p. 238-239).

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

LAZER E CONSUMO DAS MULHERES FRANCESAS NAS TELAS DE JEAN BÉRAUD

Josiane da Silva Bertolleti

Ivana Guilherme Simili

Universidade Estadual de Maringá

Introdução

As roupas e a moda são alguns dos objetos de estudo das artes visuais e da história das mulheres. Deste modo, por intermédio das lentes de artistas, em especial os pintores, podemos acompanhar as transformações nas práticas de vestir e de consumir das mulheres; juntamente com as mudanças e modernização dos espaços urbanos, mediante o surgimento de lojas e de profissionais especializadas na

confeção de roupas; assim os usos das indumentárias nas sociabilidades são aspectos que estão marcadas nas relações das pessoas com as aparências.

No texto, empregamos a produção artística de Jean Béraud (1849-1935), em particular as telas nas quais o pintor retrata as mulheres, para caracterizar a moda nos aspectos do lazer e do consumo dos segmentos femininos na cidade de Paris, no final do século XIX e início do século XX.

A França possuía uma enorme variação de ambientes sociais, na qual Paris se destaca. Pois era vanguarda da mudança social e da modernidade, foco da migração interna, da demanda por roupas da moda que era muito alta, dentro e fora do país, caracterizado-a como capital da moda mundial.

No período, o avanço tecnológico da indústria de confecção culminou com a produção em massa do vestuário e a homogeneização da aparência, marcado principalmente pelo consumo de moda que culminou com ato de “se revestir”, em busca do individualismo e da separação entre as classes burguesa e o proletariado (BRANDINI, 2009).

O processo de urbanização e de modernização das cidades, em particular na França, levou ao surgimento de espaços de consumo e de visibilidade das roupas. As ruas, as lojas de departamentos, os locais de lazer e de sociabilidade, tais como festas, bailes, cafés são indicativos das mudanças em curso na valorização das aparências fabricadas pelas mulheres em seus diálogos com a moda. Pois tais locais e ocasiões demandavam um vestido específico, sempre exigindo mudanças constantes no guarda-roupa feminino.

Essas transformações encontraram nas lentes de Jean Béraud (1849-1935), os mecanismos de expressão e comunicação da cultura da moda francesa, protagonizada pelas mulheres. Béraud nasceu em São Petersburgo (Rússia). As influências do pai, que era escultor, foram marcantes na escolha profissional. Em sua formação artística destaca-se o fato de que foi aluno de Léon Bonnat (1833-1922). Primeiramente o artista trabalhou com retratos, e no final da década de 70, voltou-se para a representação da vida diária parisiense do século XIX.

Nas interpretações de Albuquerque e Delgado (2009), a maior parte dos quadros produzidos na segunda metade do século XIX retratava a burguesia, classe social detentora de poder, prestígio e dinheiro para gastar. Esse era o segmento social representado nas telas, eram enfocados seus hábitos e costumes, tais como os lazeres e os trajes utilizados pelas personagens nos diferentes afazeres na cidade e nos espaços de sociabilidades, como - passeios, cafés, teatros, saraus, bailes, compras, entre outras temáticas. Por

intermédio de suas produções artísticas, desvelamos e conhecemos o universo em que permeava a relação das mulheres parisienses com o consumo de moda.

As características da produção visual de Béraud foram consideradas como ponto de partida para a abordagem que orienta a narrativa deste texto. Como lembra Thistlewood (2005, p. 118) “arte tem um papel fundamental na formação de definições conceituais, dando-lhes forma, tangibilidade e uma força memorável.” Desse modo entende-se que arte é uma importante meio de conhecimento, e nesse processo transmite informações culturais, políticas e religiosas do período em que foi produzida. A reflexão, constituída como premissa, permite conceber as telas como registros visuais acerca da moda parisiense, contendo informações sobre as transformações nas práticas de consumo envolvidas nos lazeres femininos.

Logo, a arte de Béraud é a da moda parisiense e, como tal, representa as mudanças na cultura da moda e de consumo. Nelas, registram-se os modos como as mulheres foram por ela afetadas e as promoveram, instituindo novos estilos de vida, mediante a democratização da moda e do lazer pelas vias do consumo (BURKE, 2008). Nesse aspecto, ponderamos que, nas lentes e nas tintas do artista estavam às maneiras de ser, de se vestir e de viver das parisienses, as quais revelam cenas e maneiras e nas cores de como foram retratadas (gestos, espaços, complementos nas mãos que remetem à compra e ao prazer de comprar para estar na moda) em seus múltiplos espaços.

O cotidiano das francesas nas ruas e nas compras

Os processos de urbanização e de modernização das cidades, em particular na Paris/França produziram mudanças nas relações das pessoas com a moda e as aparências, com o consumo e as sociabilidades. Nas ruas as lojas de departamentos, os locais de lazer e de sociabilidade, tais como festas, bailes, cafés são indicativos das mudanças em curso e de formas de visibilizar as roupas e as aparências fabricadas pelas mulheres em seus diálogos com a moda e suas configurações de feminino e de feminilidade.

Entre os anos de 1830 e 1870, conforme Ortiz (1991), a cultura francesa, é atravessada por acontecimentos sociais, políticos, entusiasmos científicos e uma moral e hábitos renovados e a economia industrial se consolidava. Priorizando o capital financeiro em detrimento da propriedade fundiária, desencadeando o surgimento do proletariado, juntamente com sua conscientização como classe, abrangendo

a participação do homem comum na política. Contudo as mulheres mantinham-se excluídas das atividades que poderiam promovê-las politicamente.

Isto também era representado por meio das roupas. Os trajes eram compostos por diversas peças separadas e que demandavam enormes quantidades de tecido, além dos ornamentos serem elaborados e complicados. Estas roupas restringiram os corpos e dificultava o movimento. Outro aspecto era que para cada ocasião demandava um vestido específico. As regras do vestir exigiam mudanças constantes no guarda-roupa feminino. Neste sentido, “esses estilos simbolizavam a exclusão das mulheres de ocupação masculinas e sua dependência econômica dos maridos ou parentes do sexo masculino” (CRANE, 2006, p. 199-200). Mas mesmo estas roupas restringindo suas vidas, o mesmo, começou a libertá-las ainda que a passos lentos, isso se apresenta com a modernização dos espaços públicos, abrangendo espaços de socialização e entretenimento.

As reformas urbanísticas e conseqüentemente a modernização da cidade de Paris, iniciou-se entre os anos de 1853 e 1870, como assevera Ortiz (1991), submeteu a capital a transformações radicais, com reformas urbanísticas idealizadas pelo barão Haussman, como na arquitetura, um novo modelo se impõem e privilegia as grandes vias, a circulação dos homens e transportes, onde as ruas adquiriam mais de 30 metros de largura. Haussman inventou o *bulevard* (avenida) e deste surge os *grands magasins* (lojas de departamento) difusores de consumo, multiplicando a escala urbanística. Os trabalhos realizados pelo barão, de acordo com Ortiz (1991), possuem evidentes implicações ideológicas, políticas e econômicas.

Na arquitetura também houve modificações com as novas exigências da disposição dos produtos, remodelaram o espaço disponível, os arquitetos imaginaram e ergueram edifícios imensos, que chegavam a tomar algumas vezes um quarteirão, para poder abrigar os empregados, tais como, as mercadorias e os consumidores. Neste aspecto os arquitetos desempenharam um papel crucial na reformulação dos espaços comerciais, na qual eles traduzirão em “partido”, toda a cultura da época.



Figura 1.1. Avenida Poissonniere na chuva (1885)

Estas transformações podem ser identificadas nas obras de Jean Béraud (1849-1935), como na figura 1. 1. (Avenida Poissonniere na chuva (1885), como a largura das ruas com suas grandes construções que abrigavam as lojas de departamento e as moradas burguesas (apartamentos). Representam o cotidiano parisiense, personagens que circulam pelas ruas, num trânsito intenso e animado do *boulevard*, com carruagens e pedestres em constante movimentação mesmo em um dia chuvoso. Por meio desta e demais telas selecionadas do artista, podemos identificar a moda predominante, e as mulheres como difusoras de consumo e moda, ao mesmo tempo que se entretenham com as novidades trazidas com a modernidade. Béraud, retrata uma Paris essencialmente mundana, só o *boulevard* assíduo que poderia se saber o que está e o que não está na moda. Além de serem nessas avenidas que se encontrava o espaços de concerto, cafés e restaurantes da moda e os círculos sociais, assim como as lojas chiques, as compras, danças e passeios, davam ao artista assuntos para suas pinturas, pois Béraud era cronista do seu tempo.

Os artistas constantemente buscavam reproduzir o ambiente em que a população parisiense vivia, onde tinha a preocupação de reproduzir os espaços e as pessoas, consequentemente representavam o espírito da época, transmitidos pela cidade que se modernizava. A cidade, local que representa o confronto dos saberes, dessa forma, misturando os homens e as coisas, abrindo o horizonte intelectual até mesmo os limites da civilização (ROCHE, 2000). Assim estudarmos a roupa e a cidade como local de proliferação de seus modos, nos leva a perceber que “a indumentária, mais do que qualquer outro elemento da cultura

material, incorpora os valores do imaginário social e as normas da realidade vivida; é o campo de batalha obrigatória do confronto entre mudanças e a tradição” (ROCHE, 200, p. 262).



Figura 1.2. A Fachada do Costureiro Doucet (1889)

Na figura 1.2. (A fachada do costureiro Doucet (1889), destacamos a saída de duas mulheres de uma casa de costura, como indica a nome da obra. Uma das personagens está segurando uma caixa alva, que parece estar auxiliando a outra mulher que está adentrar a carruagem, indica que havia ido buscar uma encomenda especialmente feita para ela. Ao mesmo tempo outra mulher saindo da casa de costura com duas sacolas, também sugere que a mesma também foi ao estabelecimento buscar sua nova encomenda. A Alta Costura representada pelo costureiro Jacques Doucet (1853-1929), que segundo a descrição de Baudot (2002, p. 36), desde 1824, comandava o comércio identificado por “Doucet lingerie”, localizado na *rue de la Paix*. Uma profissão de família, Monsier Jacques, era “como o chamavam com certo quê de condescendência sua clientela em geral ilustre – conserva um goste pronunciado por tecidos leves, vaporosos, e translúcidos”.

Em contraponto as peças de Alta Costura, surge o espaço público dos *grands magasins* que se tornaram o verdadeiro paraíso do consumo, contrastando com à *Maison*, cujo este era restrito às classes superiores.



Figura 1.3. A incubência (1849-1935)

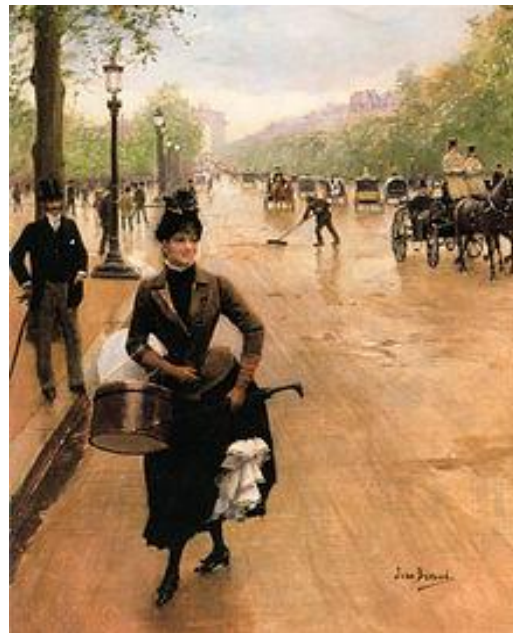


Figura 1.4. A modista (1849-1935)

Na figura 1.3. (A incubência (1849-1935), mostra uma mulher, com expressão de grande satisfação na saída da modista, é um retrato da felicidade pela aquisição de roupa nova, vislumbrada na caixa que a moça carrega. Já na figura 1.4. (A modista (1849-1935) há uma mulher bem elaborada, como modista deve-se apresentar a suas clientes o exemplo de bem-vestir, além disso, a personagem anda pelas ruas de Paris, com bastante entusiasmo, carregando consigo dois pacotes. Béraud também trás em suas telas a figura emblemática do período, as modistas. Com a invenção das máquinas de costura no século XVIII, é um dos símbolos da revolução industrial, assim os segmentos femininos podem se deliciar com a infinidade de possibilidades de “roupas novas”, confeccionadas pelas modistas, cuja estas, estavam antenadas com as tendências da moda, por meio das revistas e jornais de grande circulação, que as mantinha informadas das criações dos costureiros de renomes da época. Neste sentido, elas se atualizavam e faziam girar as engrenagens das aparências e do consumo dos tecidos, dos aviamentos, das rendas. Dessa forma, as roupas e a sua valorização envolvem assim, as francesas na sociedade de consumo e consequentemente ao lazer.

Com a intensa valorização da aparência feminina, era aconselhada a não se descuidarem de sua imagem, mesmo no âmbito doméstico quanto em público para agradar ao marido e a própria sociedade, pois “dentro do próprio espaço privado, a mulher se preparava para o olhar dos outros; ali se configurava a apresentação em função das imagens sociais do corpo” (XIMENES, 2009, p. 43).

Mesmo que as lojas de departamento atraíssem uma grande clientela, contudo, as roupas prêt-à-porter, não eram consideradas suficientemente elegantes e cheias de estilo pela maioria das mulheres pertencente às classes média e alta, cujas estas iam às modistas/costureiras, que copiavam os modelos dos grandes costureiros (CRANE, 2006).

As vestimentas eram tidas como símbolos de luxo, independente de qual classe social pertencia então sair às ruas e fazer compras, visitar os *magasins*, os costureiros e as modistas criavam lazeres diferenciados, consoantes ao poder aquisitivo e também aos estilos de vida.

Os *magasins* eram espaços destinados as comercializações de artigos de luxo, mas também vendiam roupas, sedas, lençóis, peças de lã, botões, luvas entre outros. Dentro do espírito da época, esse agrupamento de mercadorias diversificadas, rompia com os pequenos comerciantes tradicionais. Novas lojas, novas apresentações das mercadorias. A introdução de exposições por seções, de balcões especializados por ramos e produtos, com preços fixos de fácil identificação são características da modernização na moda, mediante novos espaços e configurações espaciais.

Os *grands magasins* funcionavam como espaço de sedução e tentação para o elemento feminino, que surge então como núcleo em que giram as estratégias de libertação e de domesticação dos desejos. Símbolo do luxo extravagante, representando o lado da “inutilidade” tentadora. Os *grands magasins* foram os primeiros espaços de consumo. Eles combinavam trabalho e lazer, compra e diversão, assim como os *shoppings centers* que conhecemos atualmente, também seguia como local de encontro, como espaços de sociabilidade, qual oferecia aos seus clientes uma variedade de entretenimentos, como salão de bilhar, biblioteca, eram servidos bolos e refrescos gratuitamente aos clientes. À noite, muitas vezes suas portas eram abertas para bailes e concertos. Os *magasins* funcionavam como espaços especificam ao rito de consumação. Um local onde as pessoas podiam circular com facilidade e os objetos eram expostos á gula do olhar.

Junto com essa nova forma de comercialização de produtos, formas de chamar a atenção da platéia consumista, como as lindas vitrines e os displays dentro da loja. Utilizando nos materiais que aumentavam o encantamento dos consumidores, como vidro, cor e luz foram os elementos mais usados com profusão nas fachadas. Conforme Taschner (2000) todas as possíveis barreiras entre o consumidor e a loja haviam propriamente dita foram removidas, muitas das entradas tinham portas giratórias, dentro das lojas, corredores amplos e escadas rolantes facilitavam a circulação. Com a facilitação da visualização dos produtos, tornando possível tocar nas mercadorias, ato simples que não podia se fazer nas lojas antigas, que

literalmente, escondiam seus produtos para evitar que se sujassem. Com etiquetagem dos produtos, com preços fixos, acabavam-se os espaços para a barganha, contudo, isto possibilitava aos clientes saberem facilmente os preços sem ter que perguntar ou se sentirem forçadas a adquirir produtos que examinavam. Além disso, as lojas eram seguras, com “novos espaços nos quais se podia andar, tocar nos produtos, experimentá-los e sair dali sem comprar nada” (TASCHNER, 2000, p. 43).

Por intermédio desses displays e das vitrines, as lojas de departamentos familiarizavam as suas/os clientes com seus produtos disponíveis para venda, mas elas eram muito mais do que isso, elas mostravam o que combinava com o quê. Conforme Taschner (2000, p. 43) “as lojas de departamentos tiveram uma função pedagógica, agindo na socialização dos consumidores”. Sendo que também que,

[...] o importante a notar é que as lojas de departamentos tornaram muito agradável e divertida a experiência de olhar vitrines, zanzar nas lojas e fazer compras, independentemente daquilo que se comprasse ou se deixasse de comprar. Para muitas pessoas, sair para “fazer compras” tornou-se muito prazeroso! Foi assim que o lazer e o consumo se aproximaram na virada do século (TASCHNER, 2000, p. 44).

As lojas de departamento ou *grands magasins* funcionavam como espaços específicos ao rito de consumação e trazia uma redefinição dos valores morais, absolvendo a idéia de lazer, transformando em um elemento dinâmico, um elemento que anuncia outra sociedade.

As lojas começam a ocupar as páginas de jornal, anunciando ofertas, revistas de moda, cartazes ilustrados anunciantes de ofertas são espalhados pelas ruas de Paris. Utilizando técnicas recentes, como a publicidade, exprimindo este lado recente do capitalismo e consumo francês. Por meio desse novo conceito “as imagens conquistam terreno, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, também publicitários” (MALFITANO, 2008, p. 64). Nesse processo conforme o autor a publicidade tem um papel fundamental como difusor e manipulador de imagens com fins de persuadir o receptor a adquirir seus produtos.

Em Paris, mesmo antes da eclosão da Revolução Francesa, as revistas de moda começaram a circular, não apenas entre a aristocracia, mas também entre a alta burguesia. Estas revistas tinham por objetivo educar as senhoras para a moda da corte, as mantendo informadas sobre as últimas novidades dos vestidos que a rainha Maria Antonieta e suas favoritas estavam usando (MALFITANO, 2008).

Na virada do século, os jornais diários ou semanais ilustrados eram as únicas fontes de notícia. Então como resultados, os ilustradores da época, se tornaram ícone de moda, e os trajes ganhavam vida pelas mãos desses ilustradores. As ilustrações não apenas documentavam, mas elas também ditavam moda, assim como

postura moldada pelas rígidas condutas moralista da época, principalmente para as mulheres. Jean Béraud retrata esta postura rígida típicas do período, como também mencionado esses trajes de moda dificultavam a livre movimentação das mulheres. Como também nos apresentam a revolução gráfica manifestada pela gama de cartazes, expostos pelas ruas da cidade, como podemos observar na imagem a baixo:

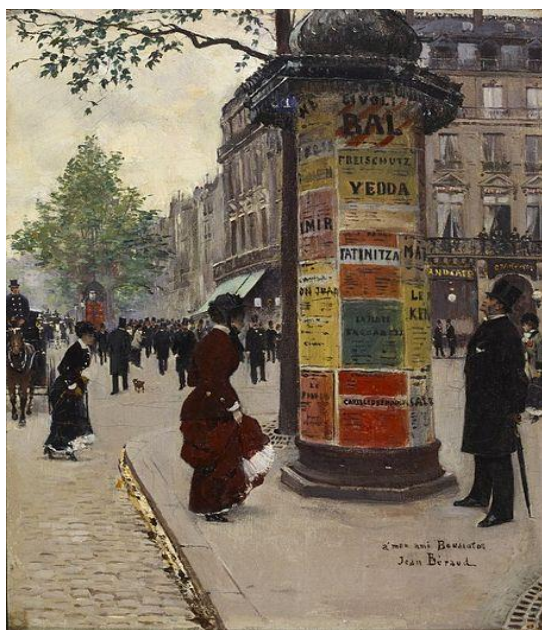


Figura 1.5. Quiosque (1884)

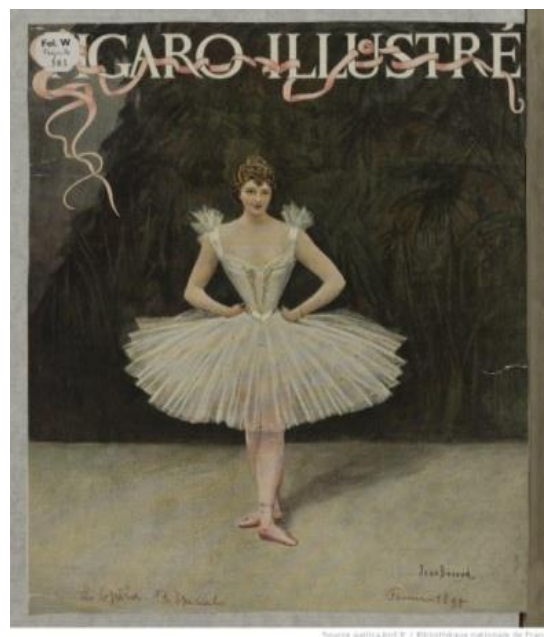


Figura 1. 6. Bailarina (1895)

Na figura 1. 5. (Quiosque (1884), encontram-se dois personagens uma mulher e um homem, ambos olhando a infinidade de cartazes de propaganda. Esta atitude indica o papel da propaganda no cotidiano parisiense: eles e elas param para ler os anúncios. O homem observa os anúncios aparentando estar menos envolvido com a leitura, enquanto a mulher parece estar entretendo-se com o que lê ou está curiosa com a informação que chega aos seus olhos.

No final do século XIX a publicidade atingia um novo estágio com o surgimento do pôster criado pela técnica litografia colorida em tamanho maior, expostas em larga escala nas ruas de Paris. Estas séries de pôsteres faziam propaganda de peças, de salões de dança, bicicletas, perfume, cerveja, cigarro, máquinas de costura Singer, entre outros produtos consumíveis. Além disso, eram representadas lindas mulheres junto a esses produtos, como forma de persuadir os espectadores ao ato de comprar (BURKE, 2004). Neste sentido, a “publicidade em pôsteres ou jornais e periódicos, promovia-se uma “cultura do consumo” (BURKE, 2008, p. 34). Béraud também produziu pôsteres.

Fazendo uma relação entre os cartazes ilustrados encontramos outras formas onde arte e moda se relaciona, pois, a uma controvérsia entre os publicitários e os artistas. Sendo que nesta virada de século surge uma variedade de cartazes bonitos e bem-acabados produzidos por desenhistas e pintores de renome. Essas imagens são encontradas a venda em todo o mundo, como um souvenir da *Belle Époque*. Esses pôsteres vinham assinados pelo artista, depositando nelas a sua *griffe* pessoal, como podemos encontrar a assinatura de Jean Béraud na figura 1. 6. (Bailarina- Capa para *Fígaro Ilustrado*, *L'Opéra* : número spécial 59, ilustração (1895) . A relação entre os pôsteres e a arte, em que “alguns historiadores da arte acreditam que eles constituíram uma primeira aproximação entre arte popular moderna e a arte erudita” (ORTIZ, 1991, p. 177).

Estudar os costumes gerais, conforme Pinsky (2012) seja dos camponeses ao da população urbana, das classes populares às elites, e valorização dos contextos de produção e de consumo, nesses conceitos o vestuário encontra-se ligado a todos os fenômenos culturais, sexuais, sociais, encontrado nos múltiplos procedimentos de modelagem de controle do corpo, até mesmo a individualização e o reconhecimento pelo grupo familiar e local. Dessa forma, “Na pedagogia do saber e dos usos indumentários se transmitia uma ordem do mundo onde, na sociedade pré-industrial, as noções centrais eram as da “modéstia” e da “moderação” (PINSKY, 2012 p. 260). Dentro da valorização da aparência, consolidado pelo consumo de roupas, identificadas pelos pacotes, fica a pergunta, o que elas guardavam nas caixas-pacotes retratadas pelo pintor?

As sociabilidades noturnas e os jogos de sedução dos gêneros

Os pacotes que observamos nas telas de Béraud, em poder das personagens femininas, representam o consumo, assim como sua função de guardar, de proteger o produto em si. Pensando nesse aspecto ressaltamos que desde primórdios da humanidade, já havia a necessidade de conter, proteger e transportar seus produtos. Por meio dessas necessidades, começou a desenvolver no século XIX, embalagens de diversos tipos e materiais, com a finalidade de preservar seu conteúdo. Ao longo de sua evolução e a atividade comercial crescente, a embalagem acompanhou e contribuiu para o desenvolvimento da indústria e da sociedade de consumo como um todo, sendo a embalagem um item obrigatório nos produtos de consumo.

As mulheres retratadas nas telas de Béraud com pacotes são um alto indício de compras de produtos de moda, pois algumas delas estavam saindo das casas de costura, ou mesmo andando pelas ruas de Paris, felizes e satisfeitas com seus pacotes, desfrutavam do ato de consumir, e depois fazer uso desses produtos de

moda a seu favor, aumentando sua visibilidade nos espaços de sociabilidades, tanto diurnas quanto noturnas que eram bastante diferenciadas.

Com a chegada da noite, vinha junto uma mudança arbitrária nas regras de decência, carregadas com esperança de que, no teatro ou no baile, o vestido lhe sublinhasse melhor a graça de seu corpo e os decotes que deixassem transbordar os braços e colos desnudos. Assim:

Um tal contraste entre a severidade do vestido de dia e a surpresa do traje de noite reforçava, sobremodo, o ritmo erótico, o jogo de entregas parciais de que a mulher lançara mão para, sem ofender a moral burguesa de guardar as aparências, oferecer-se ao mesmo tempo a uma quantidade de homens. Aliás, essa posse a distância, realizada pela vestimenta em geral e muito particularmente pelo decote – que funcionava tanto para as moças solteiras como para as senhoras casadas –, foi talvez um dos mais poderosos elementos de equilíbrio da sociedade daquele tempo. E fazia da reunião mundana o momento agudo na luta amorosa (SOUZA, 1987, p. 95).

O corpo vestido para as ocasiões sociais eram muito diferenciados, pois havia uma separação nítida no contraste da roupa diária e à utilizada na festa. A discreta vestimenta diurna que cobria toda a mulher, das pernas aos braços até o pescoço, era abandonada cedendo seu lugar ao exibicionismo da indumentária noturna quando, por meio dos recalques, transbordavam nas suas vestes as formas escondidas. As vestimentas destinadas às festas despiam-lhe o colo, os seus braços e definiam a sua cintura e ancas, revestidas com as suas elaboradas saias (XIMENES, 2009).

Deste modo observamos o resultado das compras, belos vestidos de festas que exibem e ponha o corpo feminino em grande destaque. A mulher desfrutava das vistas às exposições, dos leilões, dos magazines, espaços que lhe proporcionavam o prazer e o privilégio de se exibir socialmente. Na ocasião do baile, neste espaço de sociabilidade, também criava entre as convidadas do mesmo gênero uma competição, ou seja, mulheres competindo uma com outras mulheres no requinte dos trajes, na docilidade dos gestos, assim, “havia quase uma performance no mover-se diante dos olhares” (XIMENES, 2009, p. 41), que nos representadas e ensinadas pelas telas de Béraud.



Fig. 2.1 Sarau à noite (1878)



Figura 2. 2. A Noite (1880)

Como podemos observar na figura 2. 1. (Sarau à noite (1878)), por meio das formas adquiridas pelos vestidos e sua armação, aumentam e destacam as partes femininas aos olhares masculinos). Os espartilhos fortemente estruturados apertavam a cintura das mulheres, assim também forçava o busto para frente e jogando tanto os ombros e quadris para trás. As rendas e os drapeados eram usados para enfatizar o “monobusto” rebaixado, representam a moda vigente no período para os eventos noturnos.

Na figura 2. 2. (A Noite (1880)), a personagem em destaque, com seu acessório, o leque, mantém uma conversa discreta com um homem, ela gira o pescoço delicadamente para lhe dar atenção ao mesmo tempo, que parece estar fazendo um contado direto com espectador por meio do seu olhar e gestos contidos. As outras duas personagens também possuem um leque fechado em mãos, elemento dinâmico nas vicissitudes de conquista e sedução. As roupas femininas demonstram um grande contraste entre os trajes masculinos com seus ternos sóbrios, já as mulheres com seus vestidos cheios de babados, flores artificiais, partes do corpo desnudo, formas assentadas representando toda sua feminilidade.

Cada mulher caracterizada como matéria dócil e flexível, na qual cada mulher elegante compõe sua forma diversa traduzindo seu gosto pessoal. Que também serve como instrumento de distinção de classes, assim mudava-se a maneira de se dizer que uma senhora estava bem vestida, mas sim “bem planejada”, que demonstrava a sua elegância por meio da “dança do xale” da harmonia entre a sua alma e a vida exterior e material. Neste sentido conforme Souza (1987) a mesma função era desempenhada pelo leque, este acessório de moda era indispensável, na qual nenhuma mulher de nível se apresentava em público, no teatro,

no baile, em seu passeio, no *boulevard*, que se sublinhava a graça dos seus movimentos, dava vida à moda linguagem amorosa e dos rubores e também dos olhares oblíquos. Pois, “A moda e o refinamento visual caminham juntos; ela consagra o progresso do olhar estético nas esferas mundanas” (LIPOVESTKY, 1989, p. 64).

A moda, entre todos os elementos que entram no jogo no exibicionismo na festa, é tida como um dos meios mais eficientes, pois, ela realiza uma conexão íntima que a ligou às reuniões sociais, juntamente com a força física, as armas, a inteligência e os ardis, a vestimenta é tida como um instrumento de luta, na qual ela se trave entre os grupos ou entre os sexos. Oferece aos outros a melhor imagem de si mesmo, fazendo uma metamorfose das relações, acompanha de metamorfose do seu ser.

O vestido que a mocinha traja era geralmente, paradoxalmente mais modesto que o da senhora casada. Pois ainda sem ter ainda um marido, ninguém tinha mais ela deveria tirar proveito de sua exibição, ostentando suas prendas, acenando aos homens, cujos estes eram sequestrados por seus encantos femininos. Contudo, a licença da festa, só se permitia o negaceio, a faceirice, os olhares quebrados por trás do leque, conservado à sua volta certo recato, que acabava por lhe acentuar o mistério, que conseqüentemente não era menos eficiente na atração amorosa.

Já a mulher casada à margem de concessão era maior; pois, com o matrimônio concretizado, lhe foi arrancada do seu estado de inconsciência e de total ignorância da vida, ao mesmo tempo em que atenuava os tabus deram-lhe uma relativa desenvoltura, tendo domínio de si mesma e de seus instrumentos de êxito. Muitas vezes decepcionada e impelida a busca de formas de plenitude, ela se exibia, no olhar admirativo do próximo, assim no roçar das casacas por seus braços. Enquanto a mocinha expandia-se, em busca de seus heróis idealizados dos folhetins, ela menos ingênua, estava a procura e necessitava de substitutivos mais eloquentes. E na festa, a uma distancia, era como se estivesse se oferecendo aos homens por meio do decote. Num período onde o casamento era determinado por razões sociais, econômicas ou domésticas, não pela preferência pessoal, dessa forma, “passada a breve vertigem dos sentidos, em que dançava à beira do abismo, podia a matrona voltar, aplacada, ao cuidado dos filhos e às meias do marido” (SOUZA, 1987, p. 153).

Os espaços de sociabilidades proporcionavam às mulheres, tanto solteiras como casadas, lugar de lazer e exibição, tendo a moda aliada a seu comportamento refinado uma fuga da ociosidade cotidiana. Nestes eventos se ocupavam com os prazeres mundanos tanto para mulheres quanto para os homens, pois



nos eventos noturnos os jogos de sedução e conquista entre os gêneros eram permitidos, lançados ao mundo das fantasias, claro com suas implicações moralistas um pouco mais abertas ao entretenimento

449

Considerações finais

A moda e o consumo concederam às mulheres uma maior liberdade de escolha, de entretenimento e consequentemente transformaram o ato de consumir em lazer. Assim, pouco a pouco, conquistavam um espaço mais significativo na sociedade extremamente patriarcal.

Enfim, as transformações na cidade e nos comportamentos de consumo promovidos pela moda francesa são notórias nas telas de Béraud. No coração da cultura das mulheres, o consumo, ritmado por novas necessidades de roupas, acessórios para ser bela, para tornar-se bela perante outras mulheres e os homens nos múltiplos espaços de convivência. Elas indicam a nova subjetividade e sensibilidade dos segmentos femininos, novos estilos de vida, novos valores, novas aparências que transformam o consumo e o uso das roupas em sinônimos de felicidade.

Referencias:

- A FACHADA do costureiro Doucet, (1889). Paris. Disponível em: <<http://kykolnik.livejournal.com/571046.html?thread=5715366>>. Acesso em: jul. 2013.
- ALBUQUERQUE, Maria Heloisa Figueiredo; DELGADO, Maria João Lima. Dos Museus de Pintura ao Design de Moda - Uma reflexão pedagógica. **V CIPED**, p. 1-7, out. 2009, São Paulo.
- A INCUMBÊNCIA, (1849-1935). Paris. Disponível em: <<http://pt.wahooart.com/@/@/8YDDK6-Jean-Georges-B%C3%A9raud-Le-Trottin>>. Acesso em: jun. 2013.
- A NOITE (1880). Paris. Disponível em: <<http://comjeitoearte.blogspot.com.br/2013/01/hojeaconteceu-aniversario-do-pintor.html>> Acesso em: jun. 2013.
- AVENIDA Poissonniere na chuva, (1885). Paris. Disponível em: <<http://www.repro-tableaux.com/a/jean-beraud/boulevardpoissonniereinth.html>>. Acesso em: out. 2013.
- BAILARINA, Capa para Fígaro Ilustrado, L'Opéra: número spécial 59, ilustração, (1895). Paris. (Disponível em: <http://hoocher.com/Jean_Beraud/Jean_Beraud.htm>. Acesso em: out. de 2013.
- BAUDOT, François. **Moda do século**. Tradução de Maria Thereza de Rezende Costa. São Paulo: Cosac Naify, 2002.
- BRANDINI, Valéria. Moda, cultura de consumo e modernidade no século XIX. **Signos do consumo**, vol.1, n.1, p. 74–101, 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/JOSI/Downloads/42767-51054-1-SM.pdf>>. Acesso em: jul. 2013.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História da imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: EDUSC, 2004.



_____. Modernidade, cultura e estilo de vida. In: BUENO, Maria Lucia; CAMARGO, Luiz Octávio de Lima (Org.). **Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac, 2008. P. 25-37.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. Tradução de Cristiana Coimbra. São Paulo: Editora Senac, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MALFITANO, Alberto. O Jornalismo de moda: aplicações no campo histórico. In: SORCINELLI, Paolo (Org.). **Estudar a moda: corpos, vestuários, estratégias**. Tradução de Renato Ambrosio São Paulo: Editora Senac, 2008. P. 57-71.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade: a França do século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. P. 470-504.

QUIOSQUE, (1884). Paris. Disponível em: <<http://www.pinterest.com/pin/74661306292926661/>>. Acesso em: set. 2013.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX**. Tradução de Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SARAU à noite. Paris. Disponível em: <http://hoocher.com/Jean_Beraud/Jean_Beraud.htm>. Acesso em: set. 2013.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezanove**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

TASCHNER, Gisela B. Lazer, cultura e consumo. **REA**, vol. 40, n. 4, p. 38-47, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v40n4/v40n4a04.pdf>>. Acesso em: fev. 2013.

THISTLEWOOD, David. Arte contemporânea na educação, construção, des-construção, reconstrução, reações dos estudantes britânicos e brasileiros ao contemporâneo. Tradução de Martin Grossmann e Maria Inês Amoroso. In: BARBOSA, Ana Mae, (Org.). **Arte/educação contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2005. P.113-125.

XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e cores, 2009.

BOAS PARA CÂMARAS E DOENTES DE FEBRES: A IMPORTÂNCIA DAS FRUTAS NA DINÂMICA COLONIAL DO SÉCULO XVI.

Julianna Morcelli Oliveros
Universidade Estadual de Maringá
Christian Fausto Moraes dos Santos
Universidade Estadual de Maringá

É possível afirmar que boa parte dos obstáculos decorrentes da migração dos europeus para o Novo Mundo estava relacionada à adaptação a um novo ambiente. A historiografia tradicional costuma apresentar o processo de colonização como uma tarefa que se deu apesar do comportamento idílico dos primeiros colonizadores (HOLANDA, 2011, p.43). Ainda, o sucesso da empreitada colonizadora é atribuído por Gilberto Freyre, (2006, p.69) única e exclusivamente, à uma suposta predisposição que os portugueses tinham em relação à vida nos trópicos, que lhes renderam assim, condições físicas e psíquicas para tal situação. Disposição essa favorecida por uma pretensa semelhança climática entre ambos lugares, a qual impossibilitou perturbações físicas tão sérias como as sofridas pelos colonizadores oriundos de regiões muito frias. Informação que não procede já que, do ponto de vista latitudinal, o clima de Portugal se aproxima muito mais ao da América do Norte do que da América do Sul e, conseqüentemente, do Brasil. (CROSBY, 2011, p.23)

Desse modo, percepções dessa natureza se tornam frágeis no sentido de que acabam relacionando de maneira direta o êxito do processo de colonização à fatores físicos e genéticos, desconsiderando a capacidade criativa dos seres humanos em lidar e resolver os problemas apresentados, bem como ignora os esforços depreendidos pelos primeiros colonizadores que procuraram catalogar tanto a flora quanto a fauna da colônia, em uma clara tentativa de superar obstáculos, através da obtenção de informações acerca daquele novo ambiente.

Além disso, é válido ressaltar que, ao cruzarem o oceano, esses homens tiveram que transformar as novas terras em um espaço, considerado por eles habitável para manterem domicílio, tarefa difícil quando as possibilidades não correspondiam às preferências. Esses homens, sempre que possível, buscavam antropizar o ambiente daquela nova colônia, convertendo-o em algo que lhe parecesse mais similar à Europa (CROSBY, 2011, p. 181), ação que não equivale a uma simples adaptação ao ambiente tropical, através de



um processo único de assimilação e reprodução total de hábitos dos nativos indígenas, no qual ocorre o abandono de seus antigos costumes.

Os obstáculos a serem subjugados se mostraram inúmeros e constantes, principalmente os relacionados às condições climáticas e aos aspectos biogeográficos, realidade que se torna uma hipótese para o fato desses primeiros colonizadores se fixarem, em um primeiro momento, no litoral da América. Hipótese a qual também pode ser fundamentada por motivos estratégicos, já que eram nessas regiões que se localizavam as plantações de cana-de-açúcar e os engenhos e também pela proximidade com os portos. Entretanto, há um importante fator a ser considerado sob a ótica da alimentação, ou seja, a justificativa podia estar pautada na perspectiva de que, no litoral, era possível encontrar com mais facilidade fontes de proteínas e gorduras animais, ainda que os colonizadores tivessem de adaptar seus conhecidos métodos de caça e coleta para conseguirem tais recursos.

As atividades para obtenção de alimentos estavam, não raras vezes, relacionadas à disponibilidade de víveres em determinada região. Com isso, os colonizadores se tornavam, de certo modo, dependentes desses gêneros, limitando o acesso e escolha dos mantimentos a serem consumidos. Neste sentido, é válido lembrar que a paisagem da colônia era algo totalmente novo ao olhar europeu e, portanto, era necessária a realização de todo um processo de investigação e reconhecimento do que podia ser ingerido sem ameaças de danos à saúde, fato que torna ainda mais relevante o poder de improviso desses homens.

Nesse aspecto, torna-se pertinente ressaltar que, no século XVI, as viagens empreendidas em barcos à vela poderiam levar meses. Desse modo, a importação de qualquer tipo de gênero alimentício vindo da Europa ou de qualquer outro continente se mostrava inviável, não somente por conta da duração das viagens e do alto custo que tal empreendimento implicava, mas também porque algumas técnicas de conservação desenvolvidas nos países ibéricos não previam a exposição dos alimentos a altas umidades e, principalmente, a considerável quantidade de insetos, fungos e mofos endêmicos do Novo Mundo. No caso da introdução de animais domésticos vindos da Europa, em especial galinhas, porcos e gado, apesar da adaptação destes ter se mostrado, a médio prazo, bem sucedida (CROSBY, 2011, p.197) não podemos ignorar que as técnicas de criação e, principalmente, o preparo da carne destes animais, tiveram de ser revistas.

Assim, as populações coloniais dos primeiros decênios da América portuguesa estavam, em boa parte, dependentes dos recursos alimentares existentes naquela nova colônia. O clima, considerado irregular pelo europeu, não se mostrou muito adequado às técnicas europeias de lavoura, primeiro por serem regradadas pela

definição e ritmo das quatro estações na Europa e, segundo por não existirem, em um primeiro momento na América portuguesa espécies as quais estavam secularmente habituados. A esse respeito, Alfred Crosby (2011, p.182) afirma que os ameríndios por serem agricultores tinham espécies cultivadas, plantas que eram produtivas e nutritivas, cujo valor os europeus prontamente reconheceram, passando eles próprios a cultivá-las.

Através dessa perspectiva, é coerente dizer que os portugueses tiveram de mudar, em boa parte, o seu esquema alimentar. Uma das culturas eleitas nessa mudança foi a mandioca, que passou a constituir a base de sua alimentação, mostrando-se fundamental para a manutenção da vida nos trópicos. Por intermédio dos relatos de cronistas e viajantes que estiveram na colônia nesse período, é possível detectar essa transformação na alimentação trivial dos colonizadores, como no caso de Gabriel Soares de Sousa que revela a falta de trigo para a confecção de pães, mas que esses eram feitos com mandioca e que eram até mais saborosos e de melhor digestão que os feitos com farinha do Reino (1971, p. 180). Através dessa informação se torna evidente que os colonizadores portugueses não abriram mão de suas receitas tradicionais, porém produziram-nas com novos ingredientes, negando as ideias de que esses homens abriram mão de suas tradições alimentares pela falta dos seus ingredientes de costume (TEMPASS, 2008, p.2) Porém, esses novos ingredientes muitas vezes não agradavam o paladar europeu, tornando-se difíceis de ingerir. O consumo de ratos, cobras, lagartos e rãs se mostrou, por vezes, em algo mais que uma opção (HUE, 2008, p.9), frente à corrente escassez de víveres que assolavam a vida desses homens, resultando em sérios períodos de fome (STADEN, 1900, p.33), fato que revela boa parte dos problemas gerados em torno da alimentação.

A fome pode ser analisada como um dos únicos fatores que podem influenciar na escolha de alimentos que não correspondem ao sistema alimentar de uma sociedade (PANEGASSI, 2009, p.397). Assim, no caso particular dos colonizadores portugueses, o consumo de conservas de frutos, por exemplo, pode ser encarado como uma questão de necessidade à sobrevivência destes na América quinhentista, se considerarmos a maneira como seus elementos fundamentais, frutos e açúcar, eram consumidos por eles na Europa.

É difícil, e até mesmo ingênuo, afirmar com propriedade que a alimentação no continente Europeu se manifestava de maneira igualitária em todos os países, recusando as preferências e disponibilidade de gêneros alimentícios particulares de cada um. Mas, é possível afirmar que, no século XVI, em todas as nações europeias a alimentação ainda estava indissociável da dietética, ou seja, baseada nas perspectivas de Hipócrates e Galeno acerca dos humores existentes no corpo. Sendo eles o sangue, a fleuma, a bÍlis amarela

e a bílis negra, onde cada um desses humores correspondia a uma natureza material (ar, terra, fogo e água) com qualidades particulares (seca, fria, quente e úmida) (TEMPASS, 2010, p.51. Assim, até a primeira metade do século XVI, a ordem prescrita pelos médicos era a de que os alimentos a serem consumidos deveriam corresponder à natureza do indivíduo. Contudo, após 1550 ocorre um processo de relaxamento por parte dos comensais em relação a essas recomendações médicas, evidenciando assim que o objetivo não era mais somente o de nutrir-se, mas também o de satisfazer o apetite.

Como exemplo de tal comportamento temos o consumo de frutas que, até então, mantinham ressalvas por parte dos dietistas, devido suas características naturais (FLANDRIN, 1998, p.670). Dessa forma, as frutas antecipavam a refeição principal, como uma espécie de prato de entrada. Essa regra começou a ser transgredida, pois as frutas passaram a ocupar os finais das refeições, mostrando sinais de que se enquadrariam nas chamadas sobremesas. Foi nesse período que algumas mudanças transformaram a concepção acerca do sabor açucarado, ligadas ao aumento progressivo do consumo do açúcar. Desde a Idade Média o açúcar era um artigo de botica, raro e caro, destinado a corrigir os humores dos enfermos e considerado nocivo aos que estavam com os humores em equilíbrio e gozavam de boa saúde (LEMPES, 1998, p. 612). De remédio, o açúcar começou a ganhar espaço como alimento e, passou a integrar as mesas das elites sociais. Assim, o gosto açucarado mostrou certa incompatibilidade com os demais sabores, passando a figurar ao lado das frutas, no último serviço como sobremesas.

Desse modo, e como herança de tempos passados, ainda no século XVI as frutas então não se enquadravam como gêneros fundamentais, não fazendo parte da base alimentar dos portugueses na Europa. Assim, seu consumo era indicado na forma de compotas ou conservas, que tinham caráter medicinal devido às propriedades terapêuticas do açúcar. Essas conservas eram consideradas verdadeiras iguarias, pois devido ao alto custo do açúcar, correspondiam às mesas importantes da época. No decorrer do século XVI surgiram obras especializadas para a confecção desses doces, ou melhor, boticas, chamadas de compilações de “segredo”, pois havia um grande distanciamento entre o ato de cozinhar e o de preparar doces medicinais, onde o primeiro era tarefa de serviçais enquanto o segundo era algo especial, ato nobre a ser realizado pelas esposas e mães que deveriam zelar pela saúde da família (HYMMAN, 1998, p.629).

Considerando as características alimentares dos portugueses na sua terra de origem, certa incongruência é levantada em relação ao consumo das conservas de frutos na Europa e na América tropical. Segundo Câmara Cascudo (CASCUDO, 2011, p.241), na colônia os doces não eram considerados alimentos e sim gulodices ou simplesmente auxiliares da digestão. Ideia confrontada pelas descrições dos

colonizadores acerca de sua alimentação no território, nas quais as conservas de frutos aparecem com frequência, figurando sempre ao lado de gêneros considerados essenciais para sua subsistência, como a já citada mandioca, as farinhas e os peixes moqueados, o que nos leva a entendê-las como itens fundamentais de suas refeições diárias.

Boa parte das descrições dos frutos é acompanhada pelo apontamento de seus usos no preparo de conservas, como podemos perceber através do depoimento de Soares de Sousa, que diz “[...] Os cajus silvestres travam junto do olho que se lhes bota fora, mas os que se criam nas roças e nos quintais comem-se todos sem terem que lançar for a por não travarem. Fazem-se estes cajus de conserva, que é muito suave [...]” (SOUSA, 1971, p.166)

Assim como os víveres já apontados, os frutos aparecem como elementos indispensáveis na alimentação dos colonizadores, pois compunham a limitada variedade de alimentos disponíveis ricos em frutose no território tropical. Considerando que a maioria dos frutos nativos eram novos aos olhos europeus e, por não fazerem parte, com frequência, do universo alimentar português, muitas vezes, em um primeiro momento, não agradavam pelo sabor. Esse é o caso do maracujá, fruta que “[...] enquanto não é bem madura, é muito azeda [...]” (SOUSA, 1971, p. 178).

Como a maioria desses homens se fixavam perto dos engenhos, havia uma oferta considerável de açúcar de sacarose. A disponibilidade tanto de frutos quanto de açúcar favoreceu uma união entre esses dois ingredientes. Curioso notarmos que se os frutos e o açúcar não eram triviais na alimentação dos portugueses na metrópole, o mesmo, muito provavelmente, não aconteceu na colônia. A diferença está na procedência do sabor doce, visto que, na metrópole as suas receitas eram feitas com mel (VILHENA, 2000, p.632).

Assim, é possível destacar a predileção dessa população por alimentos doces, fato que pode ser evidenciado através de antigos tratados de culinária, onde as receitas doces aparecem com mais frequência em relação aos pratos salgados (ALGRANTI, 2005, p.36). E essa pode ser uma justificativa para a razão do preparo e consumo corriqueiro das conservas.

Alguns autores afirmam que consumo de doces na América portuguesa quinhentista era, frequentemente, justificado pela ideia de que o gosto por esse tipo de alimento, unido aos conhecimentos técnicos dos portugueses, foi adotado na nesta nova realidade como uma tentativa de preservar seus saberes e suas tradições culinárias (ALGRANTI, 2005, 33-52). Porém, tal afirmativa se confronta com o caráter distinto atribuído aos doces em ambos lugares, pois os doces, até aquele momento, eram confeitados, na maioria dos casos, com mel, não nos esquecendo que para este era atribuído propriedades medicinais.

Sidney Mintz ressalta que foi somente na metade do século XVII, com o desenvolvimento das plantações de cana-de-açúcar (*Saccharum spp.*) no Novo Mundo, que o açúcar começou a baixar de preço, tornando-se mais acessível a outros segmentos da sociedade europeia e assim, deixando de ser, gradativamente, um meio de ostentação, ou seja, um produto consumido apenas pela nobreza. Associado a isso, o aumento da oferta de açúcar corroborou para a adoção deste como conservante, adoçante e, por fim passa enquanto alimento (2010, p.121). Dessa forma, ainda no século XVI, o açúcar e seus produtos derivados não tinham caráter exclusivo de alimento na Europa, diferente do significado que, mais rapidamente, adquiriram na Colônia.

Contudo, a disseminação do consumo do açúcar na colônia se dá, por um lado, graças a uma importante cultura gastronômica e médica européia. Afinal, o próprio ciclo da cana-de-açúcar deixa nos deixa claro o preciosismo que tal produto possuía no século XVI. Por outro lado, devemos nos lembrar que a dependência da substância sacarose não era algo muito difícil de se desenvolver. Deste modo, o relativo sucesso e prestígio que o açúcar tem entre os primeiros colonizadores não se deu somente por conta de fatores mercantis. O prazer do consumo, bem como as propriedades energéticas e conservantes do mesmo certamente contribuíram para um consumo considerável do mesmo no cotidiano da colônia. A questão do gosto, deste modo, deve ser elencada como um fator relevante. O realçar dos sabores, como no caso de frutos considerados insossos, ou mesmo a intenção de atenuar propriedades, por vezes, consideradas desagradáveis como o amargor de alguns frutos, gerava o que Sidney Mintz (2010, p.123) chamou de “sensações na boca”, tornado alguns frutos desconhecidos em alimentos mais agradáveis aos novos paladares.

Como já foi apontado, a disponibilidade dos alimentos estava submetida a algumas variáveis. Deste modo, é provável que, em alguns momentos, os colonizadores tiveram de consumir, por exemplo, frutos imaturos, ou seja, que estavam verdes. Gabriel Soares de Sousa evidencia isso ao descrever as mangabas (*Hancornia speciosa*), dizendo que “[...] quando estas mangabas não estão bem maduras, travam na boca como as sorvas verdes em Portugal, e quando estão inchadas são boas para conserva de açúcar, que é muito medicinal e gostosa [...]” (1971, p. 170).

Nesses casos, o acréscimo de caldas se encaixa muito bem como uma alternativa em transformar a ingestão (necessária) desses frutos verdes em algo mais prazeroso, visto os “poderes” já ressaltados do açúcar. A questão da adoção de uma técnica que, além de permitir o consumo de um alimento energético, também permitia a conservação deste em um ambiente, por vezes rico em microfauna e insetos, também se mostrava consideravelmente oportuna. Pensemos na facilidade logística que os frutos conservados em calda

de açúcar podiam ter no dia a dia desses colonizadores, pois mergulhar frutos em caldas se mostrou uma técnica de conservação muito eficaz e, tendo em vista que esses homens tinham uma rotina de trabalho, por vezes, exaustiva, as conservas de frutos podiam ser estocadas e disponibilizadas não somente na cozinha ou despensa daqueles que ficavam em suas casas, mas também nos embornais e alforges dos que circulavam e trabalhavam nos carregadores, matas e plantações da colônia.

Analisando as conservas pelas suas propriedades gustativas, é possível considerá-las também enquanto uma fonte de prazer gastronômico. Além disso, como já comentado, as conservas também se revelavam importantes fornecedoras das calorias e energia necessárias à sobrevivência daqueles colonizadores que estavam expostos a uma rotina desgastante. Além do mais, as conservas de frutos promoviam outros benefícios em relação à saúde, já que os doces coloniais eram ricos em sacarose, substância esta que é rapidamente absorvida pelo organismo e convertida em energia, sendo também uma fonte de bem estar (MINTZ, 2010, p.121). Esse bem estar pode ser constatado nas descrições sobre as qualidades do ananás (*Ananas sp.*), onde Soares de Sousa afirma que “[...] desta fruta se faz muita conserva, aparada da casca, a qual é muito formosa e saborosa, e não tem a quentura e umidade de quando se como em fresco [...]” (SOUSA, 1971, p.181), revelando que os portugueses mantiveram a percepção hipocrático-galênica acerca das qualidades dos alimentos, confirmando-se em outras passagens do mesmo autor, como sobre a fruta guti, da qual “[...] faz-se desta fruta marmelada muito gostosa, a qual tem grande virtude para estancar câmaras de sangue [...]” (SOUSA, 1971, p. 173). Ou ainda, Fernão Cardim revela que pacoba assada com canela e açúcar “[...] é gostosa e sadia, maxime para os enfermos de febres [...]” (1980, p.63).

Tendo em vista essas descrições, é possível afirmar que os portugueses mantinham, de maneira muito clara, a percepção de que os alimentos possuíam uma relação íntima com as boticas e mezinhas. Curioso notarmos que tais princípios, por vezes, impeliam a adoção de condutas quando do consumo dos frutos encontrados na colônia, sobretudo os frescos que, em português coloquial, significava que eram frios. Tais cuidados alimentares se justificavam por conta de que, dentro do princípio hipocrático-galênicos um consumo desregrado de alimentos com determinadas qualidades poderia gerar um desequilíbrio humoral. No caso dos frutos frescos estes poderiam estimular um excesso de fleuma, algo que, obviamente era compreendido enquanto um processo de adoecimento.

Deste modo, a imersão destes em caldas de açúcar figurava enquanto uma saída para se manter o equilíbrio dos humores no ambiente tropical, já que o açúcar era considerado enquanto um alimento e mezinha repleto de propriedades terapêuticas. Para além dos princípios que guiaram os colonizadores na

América quinhentista no consumo frequente conservas de frutos, é relevante notarmos que a ingestão destes alimentos calóricos foi fundamental na superação de um percalço nutricional comum neste período, ou seja, a insuficiência calórica. A contribuição das conservas, neste caso, se faz no sentido de que possibilitavam que os frutos fossem ingeridos com mais praticidade e eficiência logística, sem contarmos que muitos não são facilmente consumidos quando imaturos (verdes). Tais detalhes eram consideravelmente importantes se levarmos em conta o fato de que tais homens se encontravam em um ambiente onde o desperdício de alimentos era algo impensável, e que todas as alternativas deveriam, de alguma maneira, ser aproveitadas. Desse modo, obtinha-se as calorias e nutrientes indispensáveis à subsistência em um ambiente que ainda se aprendia a explorar.

Fazendo-se valer dessas considerações, é inadequado pensarmos o consumo de doces no Brasil colonial enquanto mera guloseima ou passatempo. Longe de serem meras distrações gastronômicas, os doces tinham, entre colonizadores, importantes propriedades medicinais. Para além do paradigma que guiava o consumo de frutos em calda entre aqueles homens, os frutos em calda também se mostravam enquanto uma importante fonte de caloria. Desta forma, não podemos ignorar que a análise do consumo de frutos e doces pelos colonizadores, na América portuguesa do século XVI, nos permite não somente o estudo de hábitos alimentares, mas também as qualidades e possibilidades nutricionais destes.

Quando analisamos as descrições dos primeiros moradores da colônia portuguesa, é possível verificar que o processo de obtenção de alimentos consistia em uma tarefa, por vezes, complexa e que, não raramente, demandava grandes esforços, uma vez que as técnicas de cultivo e espécies trazidas da Europa, nem sempre frutificaram no novo ambiente.

Dessa forma, a união das frutas com o açúcar pode ser entendida também enquanto uma estratégia para tornar as refeições mais prazerosas, tendo em vista as características transformadoras do produto em relação ao sabor. Afinal, além da superação da fome aqueles homens também buscavam, sempre que possível, manter suas tradições alimentares, procurando relacionar os novos ingredientes aos sabores pátrios. As conservas, deste modo, se enquadram nessa perspectiva de manutenção dos costumes, pois eram os doces, alimentos que figuravam com certa predileção entre os portugueses. Entretanto, muito mais do que uma questão de prazer demandada por uma melancolia gustativa, os doces podem ser identificados enquanto gêneros de primeira necessidade, pois correspondiam à, por vezes, restrita gama de opções alimentícias que poderiam fornecer as calorias necessárias para que o processo de colonização desse continuidade.

Conclusão

O processo de colonização da América portuguesa, quando analisado através dos relatos e descrições das fontes de alimento encontradas na colônia, nos permite observar as dificuldades com as quais os colonizadores se depararam, principalmente no que se refere à obtenção de fontes de calorias, oriundas de domínios morfo-climáticos ao qual os colonizadores ainda estavam pouco habituados. A mata fechada, bem como o clima quente e úmido típicos da Mata Atlântica tiveram sua contribuição nas escolhas que os primeiros colonizadores fizeram quando fundaram seus primeiros arraiais, vilas e cidades. Associado a isto a questão da demanda por fontes de alimento também corroborou para que, naqueles primeiros decênios de colonização, o litoral fosse a principal região eleita para estabelecimentos coloniais.

Sendo assim, a busca por alimentos figurava enquanto uma das principais preocupações cotidianas destes colonizadores, pois, além de, em um primeiro momento, não terem conhecimento do que poderia ser ingerido com segurança, já que esse saber foi adquirido aos poucos, através de todo um trabalho de reconhecimento da fauna e da flora tropical, esses homens não estavam habituados aos sabores do Novo Mundo. Nesse sentido, o fato de terem se alojado, primordialmente em áreas próximas ao litoral, proporcionou-lhes, por exemplo, o acesso, relativamente fácil, ao principal produto da colônia, o açúcar.

Como já afirmamos, apesar do açúcar não figurar no sistema de alimentação trivial dos portugueses em seu continente de origem, a doçaria portuguesa já era muito desenvolvida naquele momento, sendo as receitas de doces feitas com mel, as quais tornaram o sabor doce muito estimado entre a população lusa. É importante ressaltarmos que os frutos também não correspondiam, até então, à alimentação básica dos portugueses, devido às ressalvas existentes nas prescrições médicas dominantes na Europa. Porém, os frutos compunham o limitado elenco de opções de alimentos na colônia quinhentista, fato que leva à análise da adição de caldas de açúcar aos frutos como uma tentativa de tornar os frutos em alimentos próprios para consumo, proporcionado às qualidades medicinais do produto.

Outras justificativas podem colaborar para o entendimento dos motivos que impulsionaram o consumo das conservas de frutos, podendo ser também uma tentativa de tornar os sabores desconhecidos em algo mais prazeroso de se comer, bem como uma maneira de se conservar esses alimentos, bem como aproximá-los de sabores já conhecidos. Existem várias possibilidades relativas à razão da confecção destas conservas de frutos, entretanto, um dos fatores mais importantes reside no fato de que o seu consumo foi fundamental para a sobrevivência dos colonizadores na América portuguesa quinhentista, visto que a rotina desgastante daqueles homens exigia o consumo considerável de fontes calóricas disponíveis na colônia.

Referências

ALGRANTI, L. M. Alimentação, saúde e sociabilidade: A arte de conservar e confeitare os frutos (séculos XV- XVIII). In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n.42, p.33-52. Editora UFPR, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. - 26ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*.- Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*.- 4ª ed.- São Paulo: Global, 2011.

CROSBY, Alfred Winfrey. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço: o destino das sociedades humanas*. - 11ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLANDRIN, Jean-Louis. Da cristandade ocidental à Europa dos Estados. In: _____. *História da Alimentação*. - 6ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 531- 559.

FLANDRIN, Jean-Louis. Da dietética à gastronomia, ou a libertação da gula. In: _____. *História da Alimentação*. - 6ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 667-688.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. - 51ª ed. rev.- São Paulo: Global, 2006.

HUE, Sheila M. *Delícias do descobrimento: a gastronomia brasileira no século XVI*. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

HYMAN, Phillip; HYMAN, Mary. Os livros de cozinha na França entre os séculos XV e XIX. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da Alimentação*. - 6ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 625-639.

LEMPZ, Alain Huetz de. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da Alimentação*. - 6ª ed. - São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 611-624.

MINTZ, Sidney Wilfred. O poder do doce e a doçura do poder. In: _____. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. - 2ª ed. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 109-137.



PANEGASSI, Rubens Leonardo. O cauim e o pão da terra: a criação de um horizonte comestível na América portuguesa. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres. (Org.). *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Editora Alameda/FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão, 2009. p. 395 - 402.

STADEN, Hans. *Viagens e cativo entre os selvagens do Brasil*.- Edição comemorativa do 4º centenário.- São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.

TEMPASS, Martín César. Os grupos indígenas e os doces brasileiros. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v.2, n. 2, p. 98-114, jul./dez. 2008.

TEMPASS, Martín César. *Quanto mais doce, melhor: um estudo antropológico das práticas alimentares da doce sociedade Mbyá-Guarani*. 2010. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24852/000748441.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1971. (Coleção Brasileira, v. 117).

VILHENA, Maria da Conceição. Reminiscências árabes na doçaria portuguesa: as alcomonias. *Arquipélago História*, 2ª série, IV - N.º 2, p. 625-634, 2000.

OFICINA DE HISTÓRIA DO PARANÁ– EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO PEDAGÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (CAP-UEM)

Leonardo Pires da Silva Belançon⁸⁶

Universidade Estadual de Maringá

462

Introdução

O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência vivenciada ao ministrar a oficina de História do Paraná no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (CAP-UEM), durante a terceira edição da Semana de Integração Comunidade - Escola, evento que tem por objetivo aproximar a comunidade externa à realidade vivenciada no colégio no dia-a-dia dos alunos. O evento proporciona ainda palestras e oficinas de formação pedagógica aos professores e monitores, bem como a oportunidade de trabalhar com os alunos temas transversais⁸⁷ ou que, mesmo parte do currículo das disciplinas, não contem com disponibilidade de tempo para serem trabalhados ao longo do ano letivo.

Foi partindo dessa realidade que propusemos trabalhar com os alunos de Primeiro a Terceiro ano do Ensino Médio o conteúdo de História do Paraná. Devido à curiosidade demonstrada por esses alunos sobre o conteúdo e levando em consideração a importância da história local como elemento que desperta o sentimento de pertença ao lugar em que vivem e de identificação particular com a formação da sociedade, política e cultura locais, tornou-se, além de viável, necessário o desenvolvimento do projeto. “A valorização da história local é o ponto de partida para o processo de formação do cidadão.” (NOGUEIRA, 2001 apud ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013, p.4).

Quando consultamos os professores e as professoras da disciplina de História, para nos inteirarmos sobre a realidade do ensino de História do Paraná, nos foi apresentado o planejamento de suas aulas e os conteúdos solicitados pela Secretaria de Educação. Conforme imaginávamos, o conteúdo supracitado, não fazia parte da proposta. Uma das professoras nos relatou que gostaria de poder trabalhar com suas turmas o conteúdo relativo à história paranaense, mas completou afirmando que a carga horária da disciplina é muita curta para se cumprir o conteúdo solicitado pela Secretaria de Educação e complementá-lo com a aplicação do conteúdo de História do Paraná. Feriados, recessos e atividades pedagógicas desenvolvidas em dias letivos, como semana pedagógica e cursos de formação ofertados pela SEED⁸⁸, ainda podem ocupar dias em

⁸⁶ Graduando de História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM.

⁸⁷ Conforme indicam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), são chamados temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual.

⁸⁸ Secretaria de Estado da Educação



que haveria aulas de História, o que contribui para a diminuição da carga horária efetivamente disponível à disciplina, para se cumprir aquilo que é solicitado.

O tempo que nos foi disponibilizado para a apresentação da oficina não foi muito longo, sendo assim foi necessário que condensássemos o conteúdo e fizéssemos apenas um panorama geral acerca da colonização, emancipação política e conjuntura atual do estado. Como conteúdos afetos, foi proposta uma breve apresentação sobre a presença indígena no estado, bem como a Guerra do Contestado, como conflito paranaense mais expressivo.

O evento ocorreu entre os dias 6 e 10 do mês de Outubro do corrente ano de 2014, na própria escola, situada dentro do *campus* sede da UEM. Fizeram parte da equipe ministrante, juntamente comigo, outros quatro acadêmicos de História da mesma Universidade. São eles: Daniel Sartori Borges, Gabriel Essado Faggioni, José Lucas de Oliveira Silva e Lucas Gratão Badan. Trabalhamos com nove das dez turmas de Ensino Médio que o colégio possui, com uma média de 270 alunos, e só não pudemos contemplar uma única turma devido à escassez de tempo, pois, como já foi dito, os alunos também participaram de outras oficinas e apresentações.

Conforme afirma a pesquisadora Aldicéia Machado Pereira (2011, p.3):

“Ao trazer à tona acontecimentos, personagens e lugares comuns ao estudante, possibilita sua aproximação com a disciplina e faz com que perceba a relação dialética entre passado e presente. Tem como objetivo buscar subsídios que auxiliem na compreensão da história das sociedades e seus vínculos com o poder.”

E foi buscando propiciar essa aproximação que nos dispusemos a trabalhar o assunto com aqueles alunos.

Preparação da Oficina

O primeiro passo para organizarmos o programa da oficina foi pontuar as questões que acreditávamos ser as mais pertinentes. Elencamos então cinco momentos: A questão indígena, Colonização e Emancipação política do Paraná, Movimentos Imigratórios, Guerra do Contestado e Paraná atual.

O segundo momento foi o de levantamento bibliográfico sobre os subtemas que trabalharíamos. Encontramos muita informação na biblioteca da escola. O estado do Paraná produziu e forneceu ao longo dos anos diversos livros didáticos sobre a história local e encontramos também alguns livros e coletâneas que tratavam do assunto de forma mais detalhada e que foi de grande ajuda na preparação da oficina.

Pensamos então, quais elementos não poderiam deixar de ser comentados ao ministrarmos a oficina, no que tangesse aos subtemas citados. Assim, consideramos que seriam tratados da seguinte forma:

- Questão Indígena: Apresentamos os povos de maioria expressiva e sua presença no estado; sítios arqueológicos; comunidades remanescentes; diferenças culturais e linguísticas; políticas públicas que versem sobre os direitos e a defesa dos povos indígenas; a realidade atual de marginalização por parte da sociedade.
- Colonização e Emancipação Política: Fizemos um panorama geral do contexto histórico do Brasil; a presença inicial dos europeus e depois de tropeiros do sul (gaúchos), no estado; os movimentos de entradas e bandeiras; a realidade política do estado na primeira metade do século XIX; sua emancipação política em 1853.
- Movimentos Imigratórios: Falamos das políticas para atrair imigrantes para ocuparem os “vazios demográficos” do estado; as primeiras colônias; a ocupação do interior do estado; a imigração no Paraná no século XX; as principais comunidades ainda coesas e que mantêm a cultura e os costumes de seus antepassados.
- Guerra do Contestado: Mostramos onde se localiza geograficamente a região; como a vida dos nativos da região foi afetada com o projeto da construção da estrada de ferro do engenheiro americano Percival Farquhar; o messianismo; o conflito e o desfecho.
- Paraná Atual: A importância do estado na economia e política nacional; os indicadores sociais, saúde e educação; curiosidades sobre artistas, escritores, músicos e personalidades paranaenses; um pouco sobre a literatura do Paraná.

Utilizamos como fonte para produzir o material de apoio o site do Governo do Estado do Paraná, do IBGE⁸⁹ e livros como *História do Paraná*, de Romário Martins, *Viagem através do Brasil*, de Ariosto Espinheira, *História do Paraná* de Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, *História do Paraná* de Ruy Christovam Wachowicz e a *Coleção de História do Paraná*⁹⁰ Seguindo esse roteiro elaboramos nossas apresentações e contamos com o auxílio de mapa, televisão e data

⁸⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁹⁰ Coleção escrita em vários volumes por diversos autores, mas somente foram utilizados TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Educação e Cultura no Paraná**. Curitiba: Secretaria do Estado de Educação e Cultura, 2002. NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: Secretaria do Estado de Educação e Cultura, 2001. MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: Secretaria do Estado de Educação e Cultura, 2001.



show para apresentar gráficos, imagens e vídeos, tentando tornar a oficina mais dinâmica e atrativa aos alunos.

Aplicação e Resultados Obtidos

O tempo que nos foi disponibilizado foi 100 minutos, e como já foi dito anteriormente, devido a isso, não pudemos fazer uma explanação muito aprofundada, entretanto, tomamos o cuidado de não apresentar informações muito superficiais ou de maneira que prejudicasse a compreensão do conteúdo. A oficina foi ofertada apenas no período da manhã. Acredito que por estarem mais próximos do vestibular que as outras séries e por ser conteúdo cobrado nesse tipo de prova em todo o estado, o interesse demonstrado era ainda mais visível nos alunos do terceiro ano, que no das outras turmas, mas, de modo geral todos que participaram da oficina durante a Semana de Integração se mostraram interessados e para muitos, as informações passadas eram novidades.

Após a apresentação alguns alunos nos procuraram em busca de recomendação de bibliografia sobre o assunto e livros de autores paranaenses citados na apresentação como Helena Kolody, Dalton Trevisan e Paulo Leminski. Dessa forma pudemos notar que a Oficina de História do Paraná foi aproveitada pela grande maioria dos alunos e que, ao menos a certo ponto, alcançamos nosso objetivo de despertar nesses adolescentes e jovens um maior interesse pela história do estado em que vivem.

Tivemos a oportunidade de receber depoimentos de alunos que disseram não imaginar que o Paraná tivesse uma história tão dinâmica. Alguns, ainda, não se davam conta da importância que o estado tem no contexto da economia nacional e se surpreenderam com indicadores sociais, econômicos e demográficos. Muitos deles nos disseram, em suas devolutivas, que conhecer um pouco mais da história do local em que vivem contribui de forma direta para a consolidação do chamado sentimento de pertença, ou seja, sentir-se parte do meio em que habita e reconhecer-se como elemento componente deste. Observar a ligação entre sua própria história e a história local e reconhecer a influência disso em sua formação cidadã.

Se a princípio nossa proposta era proporcionar a esses alunos o conhecimento de um panorama da história do estado do Paraná, acredito que o resultado que obtivemos nos mostrou que além de informativo o conteúdo também teve um impacto reflexivo nesses educandos, que os fez perceber que, conforme já dissemos, a história local é ferramenta indispensável na construção da identidade do indivíduo, além de, em alguns casos, despertar um engajamento cívico neste cidadão perante a sociedade, dando-lhe argumentos baseados na própria história para que possam conectar suas histórias à história local e notar que isso influencia até mesmo no curso da história global.



Por outro lado, a experiência do ensino de História do Paraná, nos fez perceber, enquanto profissionais da educação ainda em formação, que como em qualquer outro campo do magistério, os desafios são grandes. A falta de material didático sistematizado, a baixa carga horária da disciplina, considerando todo o volume de conteúdo a ser trabalhado, e mesmo a escassez de oportunidades para desenvolver projetos como esse nas escolas da rede pública estadual no Paraná, nos alerta para a realidade que encontraremos e ao mesmo tempo nos leva a refletir sobre possíveis abordagens para que possamos diminuir o déficit de ensino de História do Paraná.

Fundamentação Teórica

A Lei 9.934/96, constante nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 26, afirma:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Enfatizando a necessidade de se considerar as particularidades do meio em que o educando está inserido e que os currículos devem ser pautados nessas questões, o que corrobora para que o ensino de História do Paraná seja, de fato, inserido na vida e no currículo escolar do educando, o que confirma a importância de iniciativas como a desta oficina, quando o professor de História não dispõe de tempo suficiente para trabalhar os conteúdos de maior abrangência juntamente com a história local.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (2008), ao tratar da disciplina de História, dispõem de três Conteúdos Estruturantes que levam ao estudo das relações humanas e à compreensão do dinâmico processo histórico. Conforme entende, são “os conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar”, sendo eles as Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações culturais, que devem orientar o professor a discorrer sobre assuntos contemporâneos e de carência social.

O documento aponta esses assuntos que devem ser tratados pelo professor, considerando o enquadramento acima recomendado. São eles: História Local, História e Cultura Afro-brasileira, História do Paraná e História da Cultura Indígena, e afirma serem elementos constituintes da história deste país, mas que até bem pouco tempo eram negados como conteúdo de ensino.



Considerações Finais

Apesar do que afirmar a LDB⁹¹ e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná, a realidade vivenciada pelo professor em sala de aula dificulta a aplicação de toda a demanda de conteúdo. Conforme observa Steca (2009) algumas dificuldades surgem no caminho do professor de História para trabalhar os conteúdos de História do Paraná, como a pequena carga horária disponibilizada para a disciplina e o grande volume de conteúdos mais amplos a ser trabalhado, bem como a baixa produção de material didático sistematizado sobre o assunto.

Barom (2011) atribui a deficiência no ensino do conteúdo à relação que o próprio professor tem com o que está disposto nas Diretrizes Curriculares. O pouco tempo e a importância subestimada do conteúdo, fazem com que o próprio professor opte por trabalhar conteúdos mais abrangentes e por conta desta situação, o conteúdo da história local fique em um segundo plano.

Considerando que os professores são sujeitos múltiplos e possam vir de formações diferentes, seguindo correntes teóricas diversas e até terem experiências profissionais que os levaram a seguir uma metodologia que nem sempre vai de encontro aos parâmetros das Diretrizes, Steca (2009) e Assis (2013) concordam com a importância do intercâmbio de informações e experiências entre esses professores para que possam dinamizar suas metodologias e aplica-las de forma a contemplar o que lhes é sugerido. Segundo Cunha (2005) isso os tornaria professores ecléticos que utilizam com sutileza as melhores abordagens dentro das várias correntes em benefício da qualidade de sua função.

Assim, em nossa prática no ambiente escolar, percebemos a necessidade de se tratar um assunto de grande importância para a formação do cidadão paranaense e em apoio às dificuldades dos professores de História em ministrar os conteúdos de história local, encontramos arcabouço para a viabilização de nosso projeto com a Oficina de História do Paraná, na III Semana de Integração Comunidade – Escola, no Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Maringá (CAP-UEM). “A valorização do profissional da educação é a melhor maneira de promover uma educação de qualidade pautada nas necessidades e mudanças necessárias em nosso cotidiano.” (ASSIS; BELLÉ; BOSCO, 2013, p.6).

Referências Bibliográficas

⁹¹ Leis de Diretrizes e Bases.



- ASSIS, E.X.; BELLÉ, K.; BOSCO, V.D. **O ensino da história local e sua importância.** *REDIVI – Revista de Divulgação Interdisciplinar do Núcleo das Licenciaturas.* UNIVALI. Florianópolis, SC. p.4. 2013 B.
- BAROM, Wilian Carlos Cipriani, CERRI, Luis Fernando. **Educação e Cultura no ensino de História no estado do Paraná.** Atos de Pesquisa em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, v.6, n.2, Blumenau, SC. 2011.
- BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.934 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 28 de out. de 2014.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais - Ética. 1997. v. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>>. Acesso em 29 out. 2014.
- LOPES, Cristiano Gomes. **A importância da história local como ferramenta no ensino da História.** 2010. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino em História e Geografia). Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, PR. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/as-dificuldades-e-fragilidades-no-ensino-e-aprendizado-da-historia-local-no-municipio-de-sao-domingos-do-araguaia-pa/55104/>>. Acesso em 30 out. 2014.
- NOGUEIRA, Natania Aparecia da Silva. **O ensino da história local: um grande desafio para os educadores.** In: IV Seminário Perspectivas do Ensino de História; Ouro Preto, MG. 2001.
- PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História. 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf>. Acesso em 28 out. 2014.
- PEREIRA, Aldicéia Machado. **A importância da História Local para o ensino de História: um olhar para o município de Duque de Caxias.** Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica na Baixada Fluminense, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ. 2011
- SANTOS, Jukalyne Barros. et al. **A importância do ensino de história local dentro da disciplina de História para a formação da identidade dos alunos.** In: XII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão – UFRPE: Recife, PE. 2013.
- SILVA, Luiz Carlos Borges da. **A importância do estudo da História Regional e Local no Ensino Fundamental.** In: ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, RN. 2013.
- STECA, Lucinéia Cunha. **O professor de História e o ensino de História do Paraná.** In: ANPUH - XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, CE. 2009.

MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE: O ESTUDO DAS CRENÇAS RELIGIOSAS NA PRIMEIRA GERAÇÃO DE ANNALES.

Lucineide Demori Santos DHI/LERR/ PIBIC-FA - UEM

Introdução

Lucien Febvre⁹² e Marc Bloch⁹³ são os fundadores da Escola de Annales.⁹⁴ Historiadores franceses que estão a produzir suas obras e carreiras no período de transição do século XIX ao século XX – não somente uma transição temporal, mas uma transição na elaboração da escrita e leitura da História – encontram-se em Estrasburgo em 1919, a partir de quando e onde surge uma parceria que vai levá-los a revolucionar a historiografia ocidental, conforme conceito atribuído por Peter Burke. (BURKE, 2010, p. 12)

François Dosse, explica que a fundação da Revista “Annales d’Histoire Économique et Sociale” em 1929, e o início do movimento que se estabeleceria como a grande inovação historiográfica francesa, resultaram da crise de paradigmas pela qual a historiografia passava num processo paralelo à crise mundial econômica e política, de modo que para os fundadores de Annales coube apresentar uma proposta que viesse responder aos dilemas colocados pelo novo momento, quando o avanço das Ciências Sociais requereu da História uma inovação em seus métodos e discurso. (DOSSE, 1992, p. 21-93). Bourdé e Martin endossam afirmando que a Escola de Annales, a partir de 1929, estabeleceu um combate pela inovação historiográfica, e alcançou sucesso expandindo-se. (BOURDÉ, MARTIN, 1983, p. 119)

Ocorre que Lucien Febvre e Marc Bloch presenciam o desgaste do modelo de Escola Metódica, segundo a qual a história nacionalista, positivista, não atende aos anseios dos historiadores que primam por uma História que não seja a história dos “grandes feitos dos grandes heróis”. Essa história positivista, alicerçada no historicismo, há de se tornar o alvo de ataque direto de Lucien Febvre e Marc Bloch, conforme esclarece François Dosse: “Nesse combate contra o historicismo, temos como resultado o núcleo permanente do discurso dos Annales, para além de suas flutuações: a relativização ou, pelo menos, a recusa do relato factual e do relato político.” (DOSSE, 1992, p. 58)

Porém, não é somente o combate à Escola Metódica que fundamenta o pensamento de Febvre e Bloch. A rejeição pela Filosofia da História é uma característica dos historiadores franceses, segundo

⁹² Cf.: MOTA, C.G.; FERNANDES, F. *Lucien Febvre: História*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

⁹³ Cf.: BOURDÉ, Guy, MARTIN, Herve. *As Escolas Históricas*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1983, p. 124-128.

⁹⁴ Cf.: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*; tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.



François Dosse, que demonstra que na raiz do marxismo está a opção pela Filosofia da História. (DOSSE, 1992, p. 61). O que não quer dizer que Febvre e Bloch rejeitam a produção intelectual de Karl Marx⁹⁵, quer dizer que Febvre e Bloch rejeitam as correntes economicistas e deterministas que foram criadas a partir do pensamento marxiano, e não comungam dos ideais propostos pelo marxismo, de uma história feita à luz de estruturas econômicas para um fim escatológico.

É a esta inovação metodológica que pretendemos nos ater, pois conforme Dosse expõe: “Tendo à direita o discurso historicista e à esquerda o discurso marxista, o grupo de Annales oferece uma terceira via [...]”. (DOSSE, 1992, p. 66).

E qual seria esta terceira via que balançou as estruturas da historiografia francesa de modo a alcançar o mundo acadêmico em geral? Peter Burke – A Escola dos Annales (1929- 1989) – contribui para os estudos que virão a responder questões como esta. (BURKE, 2010, p. 12)

Sendo assim, pode-se concluir que a História para Bloch e Febvre é a História Total que encontra em toda manifestação da produção humana a razão de sua existência. À essa produção humana tomada por objeto de uma história problematizada, Lucien Febvre evoca o conceito de “utensilagem mental⁹⁶”. Portanto, trabalhando em parceria, os dois historiadores fundadores de Annales – embora cada qual mantendo as particularidades de seu viés intelectual e produtivo – buscam apreender o psicológico coletivo dos períodos recortados para o estudo histórico. Tendo por base esse contexto, podem ser compreendidas as duas obras que tomamos por análise: *Os Reis Taumaturgos* e *Martinho Lutero, Um Destino*.

Em *Os Reis Taumaturgos* Marc Bloch explora o imaginário de uma sociedade medieval que mediante a concepção de realeza sagrada desenvolve, em França e Inglaterra, a crença no poder de curar escrófulas e epilepsia a partir do toque do rei. Para escrever a história de longa duração dos reis taumaturgos Marc Bloch, inspirado pela Antropologia, utilizou de várias disciplinas, como a Etnologia, a Iconografia, a Linguística, a Psicologia Coletiva, de modo a construir uma “História Antropológica”, de acordo com

⁹⁵ Karl Heinrich Marx (1818-1883), filósofo. Cf.: AUDI, Robert. *Diccionario Akal de Filosofía*. Traducción de Huberto Marraud y Enrique Alonso, Profesores titulares de Lógica y Filosofía de la ciencia. Universidad Autónoma de Madrid, 2004, p.648-650.

⁹⁶ O termo “utensilagem mental”, associado ao nome de Lucien Febvre, está nos pressupostos da História das Mentalidades, sendo que a origem do conceito de utensilagem mental, assim como se deu sua apropriação por Lucien Febvre e por Marc Bloch para a História, encontram-se explicados em detalhes em Dosse, F. *A História em Migalhas – Dos “Annales” À “Nova História”*. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 84 – 93



Jacques Le Goff: “Em *Os reis taumaturgos*, a grande inovação de Marc Bloch é ter-se tornado também antropólogo, e ele é o pai da antropologia histórica que se desenvolve hoje.” (LE GOFF, 1993, p. 34)

471

Ao passo que, em *Martinho Lutero, Um Destino*, Lucien Febvre toma o monge agostiniano que foi responsável pelos conflitos religiosos do século XVI que culminaram na Reforma Protestante como o personagem através do qual a utensilagem mental de uma época em transição pôde ser apreendida, de modo que a partir de um indivíduo histórico Febvre explicitou todo um contexto social segundo o qual viabilizou o estudo sobre a relação entre psicologia, sociedade e história. Não obstante, Febvre adverte que de Lutero não faz uma biografia: “Uma biografia de Lutero? Não. Uma opinião sobre Lutero, nada mais.” (FEBVRE, 2012, p. 11). E na sequência, expõe o motivo de escolher Lutero como objeto de estudo, pois para Febvre o indivíduo é portador de uma Psicologia Coletiva que está na razão das investigações históricas:

Traçar a curva de um destino que foi simples, mas trágico; situar com precisão os pontos realmente importantes por onde passou essa curva; mostrar de que maneira, sob a pressão de que circunstâncias, seu impulso inicial teve de esmorecer, e seu traçado original, inflectir-se; colocar assim, acerca de um homem de singular vitalidade, esse problema das relações entre o indivíduo e a coletividade, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social, que é, talvez, o problema essencial da história: tal foi nosso intuito. (FEBVRE, 2012, p. 11)

Dessa maneira, consideramos a importância das duas obras para o entendimento da inovação historiográfica ocorrida a partir da fundação da Escola de Annales, que lança os pressupostos de uma História das Mentalidades⁹⁷. Ou seja, partindo do entendimento de que o objeto explorado por Marc Bloch e Lucien Febvre em *Os Reis Taumaturgos* e *Martinho Lutero, Um Destino* foi a manifestação do psicológico coletivo organizado pelas representações religiosas, pretende-se com este estudo adentrar o universo das crenças presente na historiografia da primeira geração de Annales, no sentido de compreender o papel da religiosidade na História Psicológica e Antropológica dos dois historiadores franceses.

⁹⁷ Ibidem, p. 84 – 87: Lucien Febvre inspira-se na concepção de Psicologia Coletiva de Charles Blondel e dedica-se a uma História Psicológica, oportunizando a História das Mentalidades, conforme François Dosse esclarece.



Buscando compreender a relação entre história antropológica e história religiosa tomamos por base Alphonse Dupront⁹⁸ ao explicar que “A Antropologia religiosa estabelece-se como conhecimento – ou ciência – do homem religioso.” (DUPRONT, 1976, p. 83). Com base nesta sentença entendemos que Marc Bloch, ao publicar *Os reis Taumaturgos*, faz ciência antropológica porque aborda os homens inseridos à uma identidade social, a crença provinda da concepção de “rei cristianíssimo”, ou Realeza Sagrada, conforme ensina J. Hani⁹⁹. (HANI, 1998, p. 185). Consideramos, portanto, que ao estudar *Os Reis Taumaturgos* teremos a oportunidade de conhecer as fontes nas quais bebeu Marc Bloch e entender o processo religioso abordado por sua historiografia enquanto categoria ontológica, da qual se serve para construir inovada abordagem histórica.

Ao passo que Lucien Febvre também publicou *Martinho Lutero, Um Destino* antes da fundação da Revista de Annales, o que vem a comprovar que a fundação da Revista foi a culminância de um processo no qual os seus fundadores implementavam uma nova escrita da História, para a qual as categorias que estão profundamente ligadas ao homem, à sua inerência, como o estado psicológico e a religiosidade, aparecem como o fundamento da própria história dos homens. Portanto, consideramos importante para os estudos de História a compreensão do pensamento de Lucien Febvre, sua visão de Utilização Mental que expõe a coletividade enquanto agente histórico na medida em que traz à tona o comportamento psicológico de um indivíduo histórico, da mesma forma compreender o pensamento de Marc Bloch que vê na História Antropológica a possibilidade do historiador dedicar-se ao seu ofício, conforme ensina em *A Apologia da História ou o Ofício do Historiador*: “Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. (BLOCH, 2001, p. 54)

Metodologia

Esta pesquisa propõe ser uma análise comparada das obras escritas por Marc Bloch e Lucien Febvre, respectivamente *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra*; e *Martinho Lutero, Um Destino*. Essas obras foram publicadas em 1924 e 1928, antes, portanto, da fundação da Revue Annales d’Histoire Économique et Sociale, que marca a fundação da Escola de Annales em 1929.

⁹⁸ DUPRONT, Alphonse. *A Religião: Antropologia Religiosa*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 83-105.

⁹⁹ Cf.: HANI, J. *La Realeza Sagrada: del faraón al cristianísimo Rey*. Barcelona: Sophia Perennis, 1998.

O objetivo é compreender à luz do método comparativo¹⁰⁰ o processo que revolucionou a historiografia, a partir de uma metodologia segundo a qual a produção humana expressa pelas instituições religiosas, culturais, pela crenças e simbolismos, tornou-se a própria razão da escrita da História. Diante dessa perspectiva, pretendemos privilegiar o debate bibliográfico como suporte para os estudos.

Para cumprir nossos objetivos, elencamos historiadores que contribuem para o conhecimento a respeito dos fundadores de Annales, entre os quais destacamos Henri Berr¹⁰¹ (2009), Denis Crouzet¹⁰²(2009), e Jacques Le Goff¹⁰³(1993). Estes historiadores, ao prefaciarem – e, no caso de Denis Crouzet oferecer um Posfácio – as obras de Febvre e Bloch nos trazem relevantes informações não somente quanto a personalidade, a dedicação, e os anseios revolucionários que marcaram a vida dos dois historiadores, mas também contextualizam o momento pelo qual passavam as disciplinas humanas e a história da humanidade quando Bloch e Febvre levantam-se para combater pela História.

Neste sentido, não poderia estar de fora deste trabalho o livro de François Dosse¹⁰⁴, imprescindível para o conhecimento da Escola de Annales, de seus fundadores, e dos pressupostos lançados para uma Nova História, onde mentalidades, psicologia, religiosidade e crenças são categorias exploradas pela historiografia problematizante e total, proposta por Bloch e Febvre.

Procuramos em Danièle Hervieu-Léger¹⁰⁵ o conceito de convertido porque entendemos que a historiografia febvreana pautada no indivíduo mantenedor da utensilagem mental de sua época, confere a conceituação como pressuposto básico de uma construção historiográfica, onde a figura do convertido expõe os parâmetros de uma sociabilidade contingente, tal qual a obra de 1928 – *Matinho Lutero, Um Destino* –

¹⁰⁰ Não cabe neste trabalho adentrar a polêmica sobre o método comparativo. Justificamos que abordamos comparativamente as fontes, com base no comparável, objetivando compreender as proximidades e distanciamentos da historiografia dos fundadores de Annales, Bloch e Febvre. Para conferir a respeito da celeuma que envolve historiadores quanto ao método indicamos a leitura: DETIENNE, Marcel. *Comparar lo Incomparable* – Alegato en favor de una Ciencia Histórica Comparada; traducción de Marga Latorre. Barcelona: Ediciones Península, 2001.

¹⁰¹BERR, Henri. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner- São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 15-27.

¹⁰² CROUZET, Denis. Posfácio. In: FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 395-420.

¹⁰³LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio*, França e Inglaterra; tradução Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 9-37.

¹⁰⁴ DOSSE, François. *A História Em Migalhas – Dos Annales À Nova História*. Tradução: Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Editora Ensaio, 1992.

¹⁰⁵ HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino E O Convertido: A Religião Em Movimento*. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



nos possibilita alcançar; e Hervieu-Léger tão bem explica o que é um “convertido”, em detrimento ao “convencido”!

Procurando conhecer o mundo em que Febvre e Bloch adentram para cooptar para a História os preceitos que foram delineando os seus trabalhos, sentimos necessidade de investigar as fontes nas quais beberam os pais de Annales. Para esse feito, elencamos Charles Blondel¹⁰⁶, que em *Introdução à Psicologia Coletiva* (1960) nos proporciona entender como Lucien Febvre constrói seu conceito de Utensilagem Mental, mecanismo através do qual Febvre se dedica a conhecer o passado apreendendo a mentalidade e o psicológico coletivo do período recortado. Lembrando que Lutero é estudado por Febvre enquanto indivíduo histórico conflitado interiormente pela voz de sua profunda conversão frente às incongruências da religião que pratica, o que para Febvre é uma “parte” das “partes” que compõem a mentalidade da sociedade no período.

Se Lucien Febvre desenvolve a História Psicológica e para iniciar o entendimento quanto a essa grandeza recorremos a uma de suas fontes (Blondel), a quem recorrer no sentido de igualar os estudos a respeito das fontes de Marc Bloch? Le Goff informa que as fontes de Bloch, das quais colhe os preceitos da antropologia e sociologia são o antropólogo James Frazer¹⁰⁷ e Lucien Lévy-Bruhl¹⁰⁸, sociólogo e filósofo, dos quais o acesso que temos é irrelevante, para o momento. No entanto, nas bases do pensamento blochiano encontram-se Emile Durkheim¹⁰⁹ e Marcel Mauss¹¹⁰. Mas, Le Goff, prefaciando a obra, nos dá a oportunidade de estudar a construção dos conceitos antropológicos presentes nas investigações de Bloch em *Os Reis Taumaturgos* a partir das explanações do próprio Bloch, que ao longo do trabalho expõe seu método e as fontes das quais se farta.

¹⁰⁶ Indicamos a leitura: BLONDEL, Charles. *Introdução À Psicologia Coletiva*. Tradução de Frederico Lourenço Gomes. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

¹⁰⁷ Cf.: LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio*, França e Inglaterra; tradução Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 34.

¹⁰⁸ Lucien Lévy-Bruhl, citado como “grande antropólogo” por Jacques Le Goff, aparece como referência nas obras de Bloch e Febvre, especialmente em *Os Reis Taumaturgos* e *O Problema da Incredulidade No Século XVI*, o que corrobora sua importância para a composição historiográfica nas origens da Escola de Annales. Conferir: LE GOFF, 1993, p. 34. Febvre, 2009, p. 34, 372,377,494.

¹⁰⁹ François Dosse esclarece o papel que Durkheim representou na formação dos fundadores de Annales. Cf. DOSSE, François. *A História Em Migalhas Dos Annales À Nova História*. Tradução: Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Editora Ensaio, 1992, p. 26.

¹¹⁰ Marcel Mauss (1872-1950). Sociólogo e Antropólogo francês, considerado o pai da Etnologia Francesa. Contribuiu para a fundação da Antropologia Cultural. Era sobrinho de Émile Durkheim e teve como seu discípulo o antropólogo Claude Lévi-Strauss. [Sugerimos cf. =] MAUSS, Marcel. *Sociologia* (1901) In: *Ensaio de Sociologia*. Perspectiva: São Paulo, 2005.



Bloch desenvolve um estudo com base na Iconografia, na Etnografia, na Literatura, na Linguística, de modo que desvenda o mistério da cura régia através da percepção da concepção de realeza sagrada enquanto ideologia homogeneizadora de toda a sociedade. Com base nessa exposição, pretendemos perseguir os passos de Bloch, estudando a concepção de realeza sagrada, os ritos, os gestos, as lendas, os simbolismos que a identificam e consolidam ao mesmo tempo.

Para nos auxiliar na compreensão sobre a *Antropologia Religiosa* recorreremos aos trabalhos de Alphonse Dupront¹¹¹ (1976). Na mesma intensidade, buscamos entender o papel que a religiosidade desempenha dentro da história e para a História, para o que contamos com a participação de Dominique Julia¹¹² sobre *História Religiosa* (1976).

Conclusivamente, ao nos debruçarmos sobre as fontes pretendemos desenvolver uma pesquisa de análise bibliográfica, com base na História Comparada, no sentido de entender a História antropológica e psicológica construída sobre os alicerces da História Religiosa, de acordo com a historiografia da primeira geração de Annales. Retomamos Marc Bloch, a quem reconhecemos, juntamente com Lucien Febvre, como o grande historiador da história dos sentimentos e das crenças humanas: “Poderia a história crítica de semelhante manifestação sobrenatural ser indiferente à psicologia religiosa ou, melhor dizendo, a nosso conhecimento do espírito humano?” (BLOCH, 1993, p. 46).

Resultados

Consideramos que a partir da Escola de Annales, e mais precisamente da escrita de Febvre e Bloch, a História conheceu uma nova metodologia que modificou os rumos da historiografia, e uma nova razão se impôs para a escrita da História: a religiosidade passou a ser de suma importância pra se compreender as

¹¹¹ Cf.: DUPRONT, Alphonse. *A Religião: Antropologia Religiosa*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 83-105.

¹¹² JULIA, Dominique. *A Religião: História Religiosa*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 106-131.



sociedades. Este alcance afetou o mundo acadêmico universalmente e atingiu, inclusive, a historiografia brasileira, conforme esclarece Solange Ramos de Andrade¹¹³:

476

Presenciamos nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1980, um movimento entre os historiadores no Brasil, no sentido de efetivarem pesquisas sobre a história das religiões e das religiosidades. O que antes era objeto da sociologia, da teologia, da filosofia e também da antropologia, passou a ser interesse da história. (ANDRADE, 2012, p. 17)

Na esteira desse pensamento, entendemos que a historiografia de Lucien Febvre e Marc Bloch absorve das demais ciências sociais, como a Sociologia durkheimiana e a Psicologia Coletiva de Charles Blondel, os pressupostos para a edificação inovadora da História. Jacques Le Goff, prefaciando *Os Reis Taumaturgos* embasa essa ideia. (LE GOFF, 1993, p. 14)

Pretendemos, enfim, estudar as obras de Marc Bloch e Lucien Febvre de 1924 e 1928, respectivamente, pois consideramos que esta pesquisa nos fornecerá o conhecimento sobre o paradigma da Escola de Annales, que trouxe novo fôlego para os historiadores a partir do século XX. Dominique Julia lança o questionamento que pretendemos perseguir até encontrar respostas: “Teriam os métodos sociológicos, assim, invadido o horizonte histórico, a ponto de modificar o seu caráter específico?” (JULIA, 1976, p. 107)

Se Marc Bloch utiliza-se da História Comparada para escrever *Os Reis Taumaturgos*, Lucien Febvre trabalha com a História das Mentalidades em *Martinho Lutero, Um Destino*. Bloch e Febvre estudam as crenças manifestas pelas sociedades europeias em períodos senão os mesmos, ao menos bem aproximados, pois Bloch parte da alta Idade Média até à Modernidade para demonstrar a longa duração de uma crença, enquanto Febvre toma o século XVI por referência, mas abarca um determinado conceito de crença e conversão num processo que antecede ao século XVI e que se estende, modificando historicamente, os rumos da configuração social não somente europeia, mas também das áreas alcançadas pela Europa. Tanto

¹¹³ A obra da doutora Solange Ramos de Andrade oportuniza pensar a transformação metodológica operacionalizada por Escola de Annales na historiografia brasileira, o que não pode escapar ao estudante de História. Sugerimos conferir: ANDRADE, Solange Ramos de. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*, Maringá: Eduem, 2012.

para Lucien Febvre quanto para Marc Bloch, a História pode ser compreendida por meio de categorias mentais e psicológicas que expressam a produção humana em sociedade. Essas categorias são entendidas enquanto instrumental que oportuniza conhecer o passado a partir do que o homem do passado pensava e sentia. Para Bloch, a crença, e especificamente a crença no poder régio de curar escrófulas em França e Inglaterra, tornou-se uma categoria fundamental para o conhecimento do passado medieval. (BLOCH, 1993, p.44)

Colocando a crença como categoria fundamental para estudar o passado, Marc Bloch dedica-se ao novo método, considerando o universo psicológico das sociedades em questão, mas não está abandonando a importância dos acontecimentos enquanto fatos políticos. Na verdade, está construindo uma historiografia que abrange o psicológico coletivo dentro de um contexto político, tal qual – de acordo com seu entendimento – deve ser a História, conforme esclarece: “Em suma, o que eu quis dar aqui foi essencialmente uma contribuição à história política da Europa, no sentido amplo, no verdadeiro sentido da expressão “história política”.” (BLOCH, 1993, p.45)

Essa questão, em sua motivação, não é diferente para Lucien Febvre; no entanto, difere quanto à objetividade. O parceiro de Bloch na Escola de Annales também privilegia crenças e manifestações religiosas e culturais em sua historiografia como categorias de apreensão do que chama de “utensilagem mental”. (FEBVRE, 2009, p. 143). Febvre parte da análise da conduta psicológica de personagens relevantes dentro da historiografia para apreender a utensilagem mental da época, a partir do quê permite-se conhecer o passado com as técnicas do presente, mas de acordo com o sentimento do homem em seu tempo. (FEBVRE, 2009, p. 31). Mas como compreender o sentimento do homem, essa célula única do corpo social? E como entender o psicológico coletivo a partir de uma conduta humana? Para entender a lógica do pensamento febvreano recorreremos à Socióloga Danièle Hervieu-Léger, que conceitua o “convertido”; conceito este utilizado por Febvre ao longo de toda a obra que trata de Martin Lutero.

Sem compreender a tênue linha que separa um “convertido” de um religioso praticante fica impossível compreender o pensamento de Lucien Febvre, que tem nestes conceitos a base sobre a qual apresenta o contexto histórico, a partir da exploração do psicológico de um indivíduo que marcou sua época, o que cabe dizer, indivíduo existente dentro da escrita de Febvre porque por ela – sua época – foi marcado. Por sua vez, Bloch escreve *Os Reis Taumaturgos* sob a ótica da História Política, privilegiando fundamentos

políticos, onde aparecem os acessórios a essa História Política, entre os quais o fator psicológico. O objeto de estudo de Marc Bloch – a cura das escrófulas pelo toque régio – fica dessa maneira diluído pelo objetivo acentuado de contar a história política dos reis franceses e ingleses que desenvolveram o rito do toque miraculoso.

Esse caminho difere do caminho pontuado por Lucien Febvre. Parece-nos que para Febvre a utensilagem mental é o foco, porque é esse foco que vai desnudar o acontecimento histórico, sendo o acontecimento histórico o substrato da oscilação psicológica da sociedade. Para Bloch, não; a crença, que é o aspecto cultural revelador do psicológico coletivo, é o acessório com o qual o período esteve revestido, uma vez que os acontecimentos políticos demarcam a razão da História.

Para Marc Bloch, a crença no poder de cura dos reis, que é a manifestação de uma concepção bem enraizada de Realeza Sagrada – (BLOCH, 1993, p. 68) – engendrou rituais e simbolismos, que sem os quais seria infrutífera a ideia de perenidade para a própria crença; dessa forma, Bloch trabalha em torno do significado que cada gesto poderia ter e qual a impressão que causava no psicológico coletivo, não negligenciando as origens dos gestos. (BLOCH, 1993, p. 91-92, 132-147). Além do que, Bloch acentua que as divergências políticas entre realezas ou mesmo entre realeza e alto clero, muitas vezes levada ao extremo da reação militarizada de uns sobre os outros, chamava a existência motivos que garantiam a hegemonia do grupo dominante, entre os quais, o milagre consistia numa boa arma. (BLOCH, 1993, p. 103)

Podemos concluir, mediante o exposto, que para Bloch a crença, os ritos e símbolos que estiveram presentes ao longo da história do milagre régio expressam o instrumental psicológico apreendido pelo historiador como categoria fundamental para a escrita da História.

Quanto à especificidade do método febvreano, idealizamos conhecer o sentido de “convertido”, para isso, partimos do raciocínio de Hervieu-Léger que demonstra que a religião em sua expressão institucional difere da religiosidade do convertido, ou seja, a autora trabalha com dois pesos: a questão da instituição religiosa é colocada num dos pratos de uma balança, ao passo que no outro prato está a questão da interioridade expressa pela religiosidade profunda e inseparável do ser; estes são os conteúdos que fazem pender a alavanca interfixa da balança ao longo da História. Entendemos ser esse o conceito trabalhado pela autora nos capítulos: “Figuras do religioso em movimento, o Peregrino.” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 81-105) e “Figuras do religioso em movimento: O Convertido” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 107-137).

Mas o que seria o Convertido? Hervieu-Léger responde com as seguintes palavras: “A figura do convertido se impõe antes de tudo, para os historiadores dos fatos religiosos, através de casos individuais e, às vezes, de grupos inteiros que passam, voluntariamente ou por obrigação, de uma religião para a outra.” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 108). É possível entender que o “convertido” é antes de tudo um “praticante” que passou pela transitória trajetória do “peregrino” e voltou-se para a raiz, para a fonte de onde emana a matéria prima de sua crença. Entendemos a partir das colocações de Hervieu-Léger que o “convertido” é aquele que absorve a essência de sua crença e usa do livre arbítrio para escolher sua pertença, gerando um ato social. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 108)

Compreende-se, a partir dessa conceituação, o porquê de Lucien Febvre eleger personagens intrigantes para compor a sua historiografia. François Dosse aponta que a abordagem de Febvre ao escrever sobre Lutero, Marguerite de Navarra e François Rabelais pretende tomar o indivíduo convertido como ponto de partida para a apreensão do instrumental mental: “ Para realizar a introspecção do universo mental e psíquico, retoma cada vez mais o indivíduo como terreno de análise, quer seja Lutero, Rabelais, Margarida de Navarra, quer seja o domínio do consciente, do consciente singular.” (DOSSE, 1992, p. 85)

Obviamente que no percurso histórico, a figura do convertido acarretou uma série de transtornos às instituições estabelecidas, mas é ela, essa figura autenticamente vivaz com respeito à crença que aparece como o agente das transformações, seja por deliberada conquista, seja pela resistência atraída. Portanto, a socióloga acrescenta que “a figura do convertido é a figura exemplar do crente”. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 13). Compreende-se, entretanto, que esse modelo de fiel crente praticante, ao longo de sua permanência, esteve vinculado ao conflito imposto pela exterioridade de uma conversão, e a essencialidade subjetiva com a qual o crente, ao tomar contato com a fundamentação da fé cristã se vê diante do paradoxal caminho de praticar uma religião ou converter-se ao fundador da doutrina que originou a religião. O praticante é aquele que milita a causa, no caso, o crente praticante é o defensor da causa da Igreja que tem por modelo uma sociedade paroquializada, ou seja, a comunidade centralizada, observante, e caminhante debaixo da disciplina e sob a diretiva do pároco.

Na abstração proposta por Hervieu-Léger, a fronteira entre o praticante e o convertido é tão tênue, sendo que o praticante aparentemente é convertido por demonstrar pelo engajamento sua pertença, enquanto que o convertido demonstra sua pertença – muitas vezes – opondo-se às regras, entregando-se aos

questionamentos, confrontando as práticas e os praticantes, o que faz dele um personagem em movimento passando pela transição. Aparece então a figura do Peregrino. (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 89). É com esse entendimento que Lucien Febvre busca no indivíduo a expressão de sua temporalidade. Para os convertidos à religião da interioridade e autonomia do ser na relação com Deus, não há mais a compra de indulgências, a veneração de relíquias, à peregrinação aos lugares santos, como mecanismos de salvação. É assim que Lucien Febvre faz leitura da personalidade de Lutero, um convertido à religião do coração, a identidade do convertido emoldurando um formato autonomista na relação com Deus, conforme esclarece Febvre: “Assim, cada criatura, em pé diante de Deus, seu Criador, responde por suas faltas, diretamente. A salvação é obra individual: afirmação de tom todo moderno.” (FEBVRE, 2009, p. 230). É a voz da autonomia do indivíduo que adquire o direito a colocar-se diante de Deus, sem intermediadores e buscar das mãos Dele a eternidade nos céus, mediante o arrependimento pelos pecados e o compromisso com uma nova vida em santidade.

Ocorre que, historicamente, e acima de tudo culturalmente, a “antítese” a de se apresentar, e o confronto entre o praticante e o convertido fundamenta os conflitos e as inovações – como as Reformas, por exemplo –; ou seja, o religioso que pratica as normas, e aquele que tem em profundidade um compromisso com o Cristo, passam a desempenhar papéis ao longo da História, de acordo com os quais delineiam-se os confrontos entre a instituição e a crença profunda. É dessa forma que Febvre arroja seu discurso com os ecos da Europa do século XVI: uma Europa que se levanta num brado de revolta contra os abusos da Igreja Católica, dos engodos criados em cima da Palavra então desvirtuada pela profanação. Erasmo. Lutero. Tempo de reformas, de questionamentos, de cobranças e de perseguição. (FEBVRE, 2009, p. 241-266)

Entendemos que a preocupação de Febvre para com a História traduziu-se pela rejeição da esquemática promoção de uma história nos moldes dos grandes interesses. Seu foco foi a compreensão da sociedade a partir da apreensão do psicológico coletivo, utilizando-se do indivíduo não como unidade mínima da sociedade, mas como o portador da utensilagem mental de uma época, que numa relação de troca com o seu meio produz o meio em que se relaciona. Também é possível entender o papel da crença, e da maneira como a crença é vivenciada pelos personagens históricos abordados por Febvre. Personagens estes que estão no centro do cenário da História por serem portadores e expressarem a mentalidade de uma época. Sendo assim, *Martinho Lutero, Um Destino*, é obra imprescindível tanto para a compreensão do período histórico abarcado pelo epíteto Reforma Protestante, quanto para a compreensão da proposta febvreana de História, uma história pulsante.

Conclusões Finais

Neste trabalho abordamos a historiografia de Marc Bloch e Lucien Febvre, a partir do estudo de *Os Reis Taumaturgos* e *Martinho Lutero, Um Destino*. O objetivo é tricotômico, uma vez que pretendemos adentrar o mundo de crenças na historiografia de ambos os historiadores para compreender a relação entre História e Religiões ou Religiosidades, assim como aprofundar-se no método de Bloch e Febvre por ser-nos apresentado como a renovação historiográfica francesa oportunizada pela Escola de Annales, e contudo aprofundar-se no período histórico que abrange desde a Idade Média até a Modernidade o conteúdo histórico europeu ocidental. Entendemos que este estudo seja um levantamento a partir de que nos motivamos a prosseguir na Pesquisa de Iniciação Científica que tem por tema e título: *Marc Bloch e Lucien Febvre: O Estudo das Crenças Religiosas na Primeira Geração de Annales*.

Referências

- ANDRADE, Solange Ramos de. *O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)*, Maringá: Eduem, 2012.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra*; tradução Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BOURDÉ, Guy, MARTIN, Herve. *As Escolas Históricas*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989) – A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CROUZET, Denis. Posfácio. In: FEBVRE, Lucien. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 395-420.
- DETIENNE, Marcel. *Comparar lo Incomparable – Alegato en favor de una Ciencia Histórica Comparada*; traducción de Marga Latorre. Barcelona: Ediciones Península, 2001.
- DOSSE, François. *A História Em Migalhas – Dos Annales À Nova História*. Tradução: Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Editora Ensaio, 1992.



FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino*. Tradução de Dorothee de Bruchard. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

_____. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: A Religião de Rabelais*. Tradução Maria Lucia Machado; tradução dos trechos em latim José Eduardo dos Santos Lohner- São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HANI, J. *La Realeza Sagrada: del faraón al cristianísimo Rey*. Barcelona: Sophia Perennis, 1998.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O Peregrino e o Convertido: A Religião em Movimento*; tradução de João Batista Kreuch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

JULIA, Dominique. *A Religião: História Religiosa*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 106-131.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *A Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio, França e Inglaterra*; tradução Júlia Mainardi, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.

DUPRONT, Alphonse. *A Religião: Antropologia Religiosa*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 83-105.

A evolução técnico-militar medieval e a Batalha de Hastings de 1066

Lucio Carlos Ferrarese (LEAM/PPH/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Para o historiador, o estudo da guerra na Idade Média é uma das facetas pela qual se pode entender aspectos das sociedades e dos homens que a conduzem. Não apenas isso, os estudos das técnicas militares revelam a existência de uma efetiva evolução e adaptação, destarte um anterior pensamento contrário à observação de qualquer tipo de avanço no medievo. Tais modificações na forma de condução da guerra acabam por permitir a vantagem de certos grupos militares acima de outros menos adaptativos, levando a um controle político e conseqüente influência em suas respectivas sociedades. Compreender a guerra na Idade Média, portanto, é compreender a forma de obtenção e de permanência de poder dos dirigentes sociais, quer sejam os *bellatores*, os nobres que devem ser guerreiros e cavaleiros, quer sejam os *oratores*, os religiosos que também possuem guerreiros e cavaleiros como seguidores e mantenedores da ordem no dia a dia.

O desenvolvimento técnico e militar dos homens medievos não é apenas reflexo de avanços tecnológicos que os permitem, como é mesmo ciclicamente um impulsionador desses desenvolvimentos. A utilização de táticas e equipamentos novos e superiores ao das forças inimigas é um dos incentivadores primários na condução das guerras, sendo que se é possível mesmo certa correlação entre evoluções e adaptações técnicas e científicas com o surgimento de novos materiais no campo militar.

Vistas estas características, temos como proposta o estudo técnico dos equipamentos e táticas utilizadas na Batalha de Hastings. Ocorrida no ano de 1066, esta batalha se travou entre as forças defensoras anglo-saxônicas, lideradas pelo rei Haroldo Godwinson da Inglaterra, e as forças atacantes normandas, lideradas pelo duque Guilherme da Normandia. Esta batalha, uma das poucas batalhas campais ocorridas durante o período da Idade Média, apresentou a utilização de novos estilos de combate em face de táticas ainda atuantes porém já antigas. A adoção desse novo estilo pelas forças atacantes acabaria por conceder a vitória aos normandos, os quais reestruturariam toda a força política e social do reino inglês conquistado, tendo reflexos em todos os aspectos da vida anglo-saxônica do século XI e seguintes.

Primeiramente, é necessário compreender a quais estilos nos referimos, quais sejam, o estilo de luta viking e o estilo de luta continental. O primeiro, adotado pelas forças anglo-saxônicas, é um método de

combate que no século XI advinha de uma antiga tradição germânica, tradição esta que influenciara os campos de batalhas na Antiguidade e na Alta Idade Média. Pelas capacidades tecnológicas e condições geográficas então disponíveis quando de sua adoção, essa tradição germânica que influencia o mundo viking é pautada pela condução da guerra por meio de grupos de infantaria, preferencialmente a infantaria pesada, para a obtenção da vitória. Esses soldados, armados conforme suas capacidades econômicas, não se utilizam do cavalo dentro do campo de batalha – ou quando o utilizam, este possui um papel estritamente auxiliar (FLORI, 2005, p. 68). Da mesma forma, seu equipamento defensivo torna a artilharia, na figura em especial da arquearia, menos efetiva, o que também a tornara uma força auxiliar para o campo de batalha.

Entretanto, no final da Alta Idade Média, e certamente na Idade Média Central, as condições econômicas e técnicas permitem o uso do cavalo efetivamente dentro do campo de batalha. Tal desenvolvimento, fortemente utilizado pelo Império Carolíngio no século IX, faz com que novas estratégias militares sejam necessárias para se utilizar ao máximo dessa nova vantagem, bem como de minimizar sua eficácia quando esta era utilizada pelo lado inimigo. A mobilidade permitida pela montaria, bem como a força cinética angariada pela movimentação desta quando se aplicava o golpe, torna a cavalaria uma unidade militar de grande valia para o estilo continental de condução da guerra. Da mesma forma, as forças que antes eram auxiliares, como a arquearia, acabam por se tornar cruciais para ora impedir o avanço da cavalaria inimiga, ora proteger a cavalaria aliada da arquearia inimiga. Concomitantemente, a infantaria, que possuía papel de destaque nos conflitos, agora se encontra dividindo sua importância com as outras unidades, por vezes mesmo exercendo um papel auxiliar de proteção da cavalaria e de instrumento para a abertura de brechas que os guerreiros montados então poderão atacar decisivamente.

São essas duas formas de batalha, uma antiga e uma nova, que acabam por se encontrar em Hastings. Ambos os lados, em realidade, possuíam grande influência viking: os anglo-saxões foram constantemente invadidos pelos vikings, que deixaram marcas indeléveis de influência em seu reinado, enquanto que os normandos eram descendentes de vikings que tomaram para si terras na região da França. Porém, para estes últimos, os franceses próximos acabaram por lhes influenciar militarmente, e isso é evidenciado pelo uso do cavalo em batalha, o qual as condições anglo-saxônicas não permitiam a efetiva adoção.

A composição das tropas no campo de batalha permite enfatizar essas diferenças. Os anglo-saxões possuem dois tipos de soldado quando da ocasião deste conflito: os guerreiros de profissão, pequenos e grandes nobres vassallos do rei inglês e que trazem seu séquito ao exército, chamados de *thegn*; e homens livres e pequenos proprietários de terra que tradicional e sazonalmente serviam ao exército, chamados *fyrð*

(DOUGHERTY, 2010, p. 98-100). Pautados em antigas tradições germânicas, onde cada homem livre deveria armar-se conforme sua capacidade econômica, esse modelo apresentava dificuldades estratégicas que tornavam o equipamento e a reunião desses guerreiros um exercício logístico desafiador, tornando o exército uma grande mescla de variados soldados com experiência e proteção diferentes um do outro (NICHOLSON, 2004, p. 40).

Ambas as forças se encontram no campo de batalha com uma quantidade similar de participantes. Os ingleses contam com um contingente aproximado de 8.000 homens, sem adicionar quaisquer eventuais não combatentes, sendo os guerreiros divididos entre 800 *thegn* e 7.200 *fyrð* (GRAVETT, 1993, p. 20). Fontes como a Tapeçaria de Bayeux e a Crônica de Guilherme de Poitiers concordam em retratar esse exército como um exército de infantaria, sem o uso de cavalaria e com um uso mínimo de arqueiros e outras formas de artilharia. Já o exército de Guilherme tem aproximadamente 7.500 homens, divididos entre três tipos de tropas: 1.500 arqueiros, 4.000 soldados de infantaria pesada e uma cavalaria de 2.000 homens (GRAVETT, 1993, p. 20).

A diferença de equipamento, o cavalo incluso, é essencial para se compreender a vitória de Guilherme nesta batalha. A infantaria leve inglesa, os *fyrð*, possuem apenas uma arma, uma proteção corporal e uma proteção craniana. Estas são, em geral, lanças de madeira com ponta de ferro, que podem ser manejadas com uma mão, de tamanho variável entre 1 metro e 1,5 metros, e peso leve de 2 quilos (FLORI, 2005, p. 74). Tais armas podem ser arremessadas ou usadas como armas de estocada em combate corpo-a-corpo, embora tenham um alcance restrito quando usadas dessa forma. Alternativamente, alguns desses homens possuíam espadas longas de ferro, com corte duplo, de tamanho entre 65 e 95 centímetros, e peso de 1,5 quilos a 2 quilos (DEVRIES; SMITH, 2012, p. 22), armas que são usadas para combate corpo-a-corpo de corte e de curto alcance. Machados também podem ser encontrados, dividindo-se em dois tipos: o primeiro se caracteriza como pequenos machados de uma mão que podem ser usados para o combate corpo-a-corpo ou arremessados, ferindo tanto através do corte quando da concussão, com tamanho variável entre 30 e 50 centímetros e peso de 1 a 1,5 quilo; o segundo se trata de machados de duas mãos advindos da tradição viking, usados para ferir mesmo oponentes com armadura graças ao grande poder de corte e concussão, cujo tamanho varia de 1 metro a 1,20 metros e peso de 2 a 3 quilos, cujo alcance é limitado e cuja inércia o faz uma arma lenta para ser reposicionada (DOUGHERTY, 2010, p. 98).

Referente à proteção que os soldados anglo-saxões utilizavam, o principal aparato de defesa é o escudo, que possui duas formas básicas: o antigo modelo tradicional arredondado, desenhado especialmente

para o combate a pé, feito de madeira e com um raio de 40 centímetros, com bordas e um centro metálico (DEVRIES; SMITH, 2012, p. 59); e um escudo com forma de cometa, de topo arredondado que se afunila até uma ponta triangular em sua base, de tamanho variável entre 1 metro e 1,3 metros, cuja função é cobrir a maior parte do corpo.

Christopher Gravett (1993, p.12-13) afirma que esse segundo formato era o mais recente, bem estabelecido no continente, considerado:

“(...) a forma ideal para os cavaleiros, já que o formato alongado protegia o lado esquerdo do ginete e sua perna vulnerável. Entretanto, tais escudos eram inicialmente vistos em uso igualmente por ambas a cavalaria e a infantaria”¹¹⁴.

Para a maior parte do exército anglo-saxão, estes escudos são a única proteção disponível, eficazes contra vários tipos de golpe, mas são paramentos grandes e pesados, de grande ônus para o cansaço físico. *Fyrd* mais abastados podem comprar ou herdar armaduras, embora normalmente tais armaduras constituam-se em roupas pesadas que cobriam o corpo, do pescoço aos antebraços e as coxas. Feitas de várias camadas de peles de animais curtidas ou de outros tipos de couro endurecido, que conferem alguma proteção contra golpes contundentes ou cortantes, são vulneráveis a ataques perfurantes, nos quais grande pressão é aplicada a um pequeno ponto, o que fazia com que o couro fosse perfurado pelas lanças da cavalaria e flechas da artilharia. Por último, a proteção craniana, quando existente, se restringe normalmente a barretes de couro, suficiente apenas para diminuir o dano de golpes contundentes, enquanto mãos e pés não têm proteção alguma fora roupas de mangas compridas, botas e braçadeiras de tecido.

Em uma época anterior à tradição de arquearia inglesa, alguns dos *fyrd* em Hastings possuem arcos e flechas, ou mesmo fundas, mas sua presença na batalha não é mencionada, com exceção de uma única figura da Tapeçaria de Bayeux (imagem 1). Isso poderia implicar em uma falta de influência dessa unidade militar para o lado dos anglo-saxões, pelo menos comparativamente ao número de arqueiros trazidos pelos normandos ao campo de batalha.

Convocados para a proteção de seu reino, sem a capacidade econômica para obterem cavalos que pudessem carregar seus equipamentos, a infantaria ligeira dos *fyrd* foi a que sofreu maior estafa física por ter

¹¹⁴ No original: “(...) this form was ideal for horsemen, since the longer shape guarded the rider’s left side and his vulnerable leg. However, such shields were initially seen in use equally by both cavalry and infantry.”

de se deslocar ao campo de batalha sem um animal de carga, levando todo seu pesado equipamento e provisões necessárias em suas próprias costas. No campo de batalha, isso implicaria uma perda da eficiência combativa, motivo pelo qual Haroldo colocou essas tropas nos flancos e fileiras posteriores de seu exército durante o confronto. As primeiras fileiras, pelo contrário, eram compostas pelos melhores e mais bem armados soldados, os *thegn*.

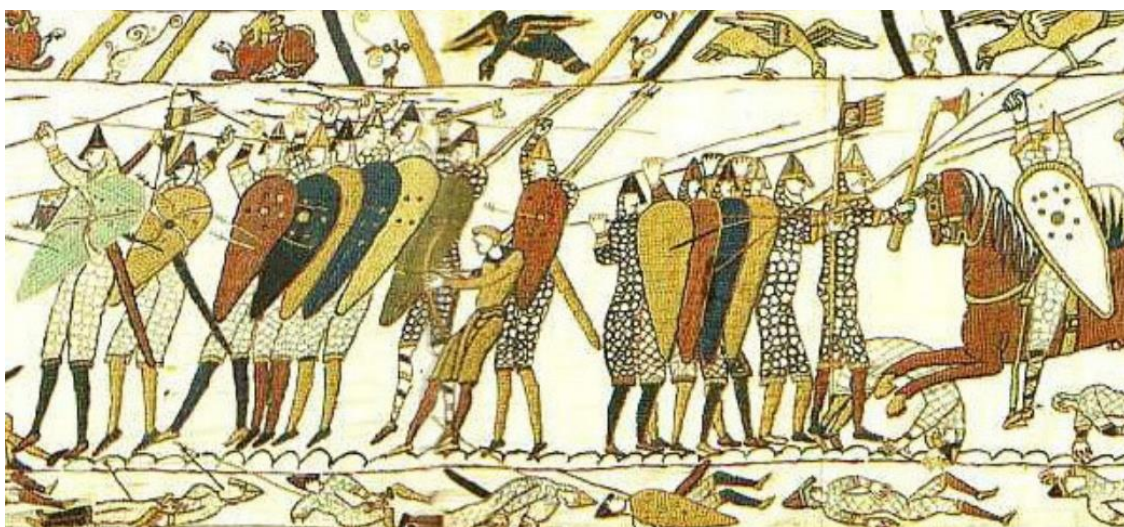


Imagem 1 – Neste trecho da Tapeçaria de Bayeux, vemos a infantaria inglesa agrupada em uma tática militar conhecida como parede de escudos, que se mostrou efetiva contra as flechas normandas. Armados com lanças e machados, a presença das armaduras de metal indica que se tratava de *thegn* e não *fyrð*. Notamos a presença de um único arqueiro entre eles.

Fonte: http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Bayeux/bay_tama.html

Os *thegn* são combatentes profissionais que possuem terras próprias de maiores extensões que os *fyrð*, ou que recebem equipamento e pagamento de grande soma diretamente do rei. Oriundos de famílias mais abastadas, estão mais economicamente preparados para o exercício da guerra, e uma de suas posses é o cavalo. Diferentemente dos normandos, não usam sua montaria em combate, pois combatem a pé (DOUGHERTY, 2010, p. 102-103). O animal é, portanto, usado para a locomoção até o campo de batalha, o que diminui a fadiga e permite cobrir distâncias maiores em menor tempo.

De maneira similar aos *fyrð*, a proteção desses guerreiros profissionais é influenciada por sua capacidade econômica, embora usualmente sejam capazes de adquirir equipamentos melhores. Capazes de custear ou receber o serviço de armeiros, eles podem adquirir uma gama variada de armaduras, cada qual dependente da técnica e equipamento de forja disponível ao armeiro em questão. Em geral, as proteções corporais metálicas são as mais comuns e mais desejadas, como é o caso das camisas ou mesmo largas cotas

feitas de milhares de anéis de ferro entrelaçados, conhecidas como *hauberks*, vestidas sobre as armaduras de couro (GRAVETT, p. 8-9). Alternativamente, podiam também adquirir armaduras feitas de placas ou escamas de ferro costuradas ao couro, semelhantes em forma às escamas de peixes (GRAVETT, 1993, p. 8-9; 13). Essas armaduras cobrem desde o pescoço até as coxas, mas dependendo do modelo, podem alcançar até os joelhos, e ter mangas que cobrem os braços até os cotovelos. Caso essas armaduras fossem compridas o bastante para alcançar os joelhos, possuíam cortes laterais nas coxas para permitir o movimento em batalha.



Imagem 2 - Nessa passagem, os servos normandos levam as espadas, machados, lanças, armaduras e elmos, e outros víveres, até os navios de Guilherme. Podemos notar o corte frontal das armaduras, que permitem aos cavaleiros cavalgarem com elas, e os elmos cônicos carregados nas mãos e em cima da carroça. Esse tipo de equipamento também era usado pelos *thegn* ingleses, embora com a modificação de um corte lateral na armadura.

Fonte: http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Bayeux/bay_tama.html

Fáceis de manter e extremamente resistentes, as armaduras de cota de malha são o desenvolvimento tecnológico mais avançado dos campos de batalha do século XI, capazes de proteger contra golpes cortantes e perfurantes. Como são costuradas por cima de uma proteção de couro interior, elas também são capazes de diminuir o impacto dos golpes concussivos, o que as torna uma última porém relativamente efetiva proteção contra machados, espadas e lanças que não fossem desviadas pelos escudos. Esse é o equipamento que os guerreiros nobres, tanto os ingleses quanto os normandos, desejam adquirir ou já possuem (imagem 2). Todavia, sua manufatura é lenta, necessita de mão de obra qualificada com equipamentos apropriados, e acaba portanto por se tornar extremamente custosa, um artigo militar que apenas os guerreiros profissionais

são capazes de adquirir. Não apenas isso, é uma proteção muito pesada, implicando diretamente no aumento da fadiga do usuário se vestida durante uma grande quantidade de tempo, o que viria a ocorrer no campo da Batalha de Hastings.

Para a infantaria pesada dos *thegn*, a proteção craniana consiste em um capacete cônico de madeira ou metal forrado de couro e tecido, que cobre o topo da cabeça, muitas vezes complementado com uma proteção nasal que consiste em uma tira de metal reta (DEVRIES; SMITH, 2012, p. 65). Capaz de resistir melhor às flechas e lanças do que os barretes de couro da infantaria leve, também era um equipamento custoso e de relativo peso. Assim como a infantaria leve, não existe nenhuma grande proteção para os braços e pernas, consistindo normalmente de braçadeiras e caneleiras de tecido, fora as botas e roupas, e finalmente os escudos, do mesmo modelo que o utilizado pelos *fyrð*.

O armamento da infantaria pesada é similar ao da infantaria leve, com a exceção do uso das maças – hastes de madeira com cabeças rombudas, metálicas ou de madeira reforçada, com comprimento entre 30 e 45 centímetros e peso de 1,5 quilos a 2 quilos, capazes de serem arremessadas e de desferir golpes contundentes que podem atravessar armaduras flexíveis como a armadura de couro e a cota de malha do *hauberk*. Essas maças também serviam a um segundo propósito de diferenciação nas tropas entre líderes e liderados, para facilitar a identificação do capitão pelos soldados. Ademais, estrelam novamente a lança, o machado e as espadas, sendo o machado de duas mãos uma das armas mais favorecidas por esses guerreiros anglo-saxões de influência viking (GRAVETT, 1993, p. 14-15; 31).

O arremesso das armas, talvez a única forma efetiva de artilharia empregada então em Hastings pelos defensores ingleses, foi especialmente mencionado por Guilherme de Poitiers quando da investida inicial dos normandos:

Os Ingleses resistiram [ao ataque] fortemente, cada qual a seu modo. Eles arremessaram suas azagaias e mísseis de todo o tipo, eles deram golpes selvagens com seus machados e com pedras presas a cabos de madeiras¹¹⁵ (1973, p. 49).

Os *thegn* têm tanto a disponibilidade quanto a tradição de serem militarmente treinados desde a infância, com tempo constante durante o ano para o aperfeiçoamento graças ao ócio promovido pelas suas

¹¹⁵ No original: “The English resisted strongly, each in his own way. They hurled their javelins and missiles of all sorts, they dealt savage blows with their axes and with stones hafted on wooden handles.”

riquezas. Também participam das várias campanhas dos reis ingleses anteriores, tendo, portanto, maior capacidade combativa e treinamento do que os *fyrð*, e sua interação mais próxima à realeza pode fazer com que eles possuam um sentido de camaradagem e lealdade ao seu suserano que se expressa em um ânimo elevado no campo de batalha. Esses guerreiros, portanto, seriam os que mais se aproximavam do que se esperava de um cavaleiro no continente, e foram essenciais em combate para a defesa do rei Haroldo Godwinson.

Do lado atacante estão as tropas de Guilherme da Normandia, composta não apenas de normandos vassallos como também de vários outros nobres e mercenários de outras regiões continentais, como os franco-flamengos e bretões. Existem algumas diferenças essenciais desse exército para com o exército defensor. Primeiramente, a figura da infantaria leve é inexistente, sendo a infantaria composta por guerreiros profissionais ora recrutados pelo modelo militar-feudal do continente, seja pela contratação de guerreiros e pequenos nobres mercenários. Segundo, as tropas não são compostas exclusivamente por infantaria, como também pela artilharia, os arqueiros, e a cavalaria. Isso torna o exército de Guilherme, embora em menor número, melhor equipado e treinado, e considerando-se o uso do cavalo tanto para o transporte quanto para o combate, melhor descansado também.

Já que os arqueiros são uma unidade militar que não entra em confronto direto com o inimigo, o uso das custosas armaduras é desnecessário entre eles, embora uma das figuras da Tapeçaria de Bayeux esteja utilizando uma armadura como as da infantaria e cavalaria, possivelmente um sargento (Imagem 3). Seus



arcos têm um tamanho variável entre 1,4 metros e 1,6 metros de comprimento quando não tensionados (NICHOLSON, 2004, p. 100). A puxada da corda é feita apenas até a altura do peito, conferindo ao arco um alcance de entre 50 e 200 metros conforme o ângulo, o vento e a força do arqueiro. Contra armaduras de couro ou corpos desprotegidos, o poder de penetração das flechas é efetivo, ferindo mortalmente soldados. Entretanto, as flechas podem ser contidas facilmente pelo uso dos escudos, material ao qual os anglo-saxões tinham acesso.

A única outra arma que os arqueiros possuem é a adaga, última linha de defesa caso fossem atacados corpo a corpo. Entretanto, idealmente a infantaria e a cavalaria deveriam proteger o corpo da

Imagem 3 – Arqueiros normandos. Fonte:
http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost11/Bayeux/bay_tama.html

arquearia, evitando que o combate chegasse a tal ponto. A munição consistia apenas em uma aljava de flechas, contendo entre 20 a 24 unidades (GRAVETT, 1994, p. 65). Caso as primeiras saraivadas de flechas fossem inefetivas – como viria a ocorrer em Hastings – a arquearia precisaria esperar por uma remessa de suprimentos vinda do acampamento principal

A infantaria normanda, graças a sua composição por pequenos nobres conterrâneos ou estrangeiros contratados, é caracterizada por ser uma infantaria pesada, composta por soldados profissionais semelhantes aos *thegn*. As armaduras também variam desde a proteção de couro até os *hauberk* feitos de anéis de metal, com o corte lateral para permitir o movimento das pernas. O escudo mais presentemente utilizado do lado normando é o cometa, pois o escudo redondo é um estilo já ultrapassado no continente. O mesmo estilo de capacete dos ingleses, denominado *spanghelhelm*, cônico e com proteção nasal, é utilizado pelos normandos. Estão armados com lanças, espadas, maças e machados de uma mão.

A cavalaria normanda figura por último, mas seu papel não é menos importante. Graças ao desenvolvimento tecnológico do estribo, da evolução do sistema de rédeas, e a utilização da sela com proteção alta, a guerra continental passou por transformações já que essas inovações concedem maior estabilidade ao cavaleiro em combate e possibilitam atacar o inimigo com uma investida com lança (KEEN, 2008, p. 40). Esta é, de fato, a principal arma, sendo a espada, machado ou maça desembainhada apenas no caso de quebra ou perda daquela. A lança pode ser utilizada tanto como arma de arremesso como uma arma perfurante, seja em um golpe de baixo para cima, seja em uma estocada rápida, seja como a investida com lança. Para a proteção dos cavaleiros, o escudo cometa é o preferido, com a diferença de que enquanto um soldado de infantaria utiliza o escudo de pé, com o propósito de cobrir a maior parte de seu corpo, os cavaleiros podem inclinar o escudo de forma que este proteja o corpo do cavalo. As armaduras de metal estão novamente presentes entre esses guerreiros, porém apenas os muito ricos podem comprar proteção para as pernas, denominada *chausses*, feitas do mesmo material que as armaduras de malha, e cobrem desde a coxa até os pés. Em adição às armaduras acima descritas, os pescoços dos combatentes também podem ser protegidos por uma extensão de anéis que se prende ao capacete, chamada de *ventail*, cobrindo a nuca, o queixo e as orelhas. O corte na armadura, ao invés de lateral, é feito à frente e atrás, para permitir a abertura das pernas e a cavalgadura.

Extremamente bem treinada, a cavalaria normanda é a força de elite do campo de batalha, determinante na resolução de Hastings. Ela tem várias vantagens comparativamente à infantaria inimiga. Primeiro, a mobilidade, que permite com que ataque, se defenda e se reagrupe com maior facilidade se não

estiver cercada ou impossibilitada de evitar seus inimigos. Segundo, pela força dos golpes, que têm uma clivagem e impacto maiores, visto que são desferidos de um ponto superior quando comparados a um homem desmontado, e possuem a inércia provocada pelo movimento da montaria por trás desses mesmos golpes. Por fim, a resistência, pois o esforço não é exclusivo do cavaleiro e sim dividido com o cavalo, permitindo maior tempo de combate, menor necessidade de tempo para se recuperar do cansaço e também uma retirada tática mais facilitada para o descanso de ambos longe do inimigo, conforme foi possível na longa Batalha de Hastings.

O recontro dessas duas forças, embora para seus participantes fosse considerado algo de resultado incerto, demonstra nessa ocasião a adaptabilidade e superioridade tática da composição de tropas adotadas em Hastings. Haroldo Godwinson, ao chegar ao campo de batalha, ordena a seus homens que ocupem o alto de uma colina e assumam uma posição extremamente defensiva, uma tática conhecida como parede de escudos. Impossibilitados de se mover, mantendo seus escudos levantados durante todo o tempo da batalha, sem a possibilidade de recuarem por não possuírem tropas auxiliares de artilharia e de cavalaria, a infantaria de Haroldo buscava resolver o conflito pela resistência e pelo atrito. Porém, sua prontidão imóvel acabou por levar ao cansaço. Do outro lado do campo de batalha, a ameaça constante das flechas e mobilidade suprema da cavalaria concediam vantagens para os atacantes, que podiam alternar-se e mesmo descansar durante os recontros, diminuindo sua estafa e consequentemente a perda de soldados no campo de batalha. No campo de batalha, mesmo a menor das vantagens – o cavalo, neste caso – pode ser a diferença entre a derrota e a vitória.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, J. **History of William the conqueror: markers of history.** New York: Cosimo Classics, 2009.
- BENNETT, Matthew et al. **Técnicas bélicas del mundo medieval (500 a.C – 1500 d.C.):** equipamiento, técnicas y tácticas de combate. Madrid: Libsa, 2007.
- DEVRIES, Kelly et al. **Batalhas medievais 1000 – 1500:** Conflitos que marcaram uma época e mudaram a história do mundo. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2009.
- DEVRIES, Kelly e SMITH, Robert Douglas. **Medieval Military Technology – 2nd Ed.** Toronto: University of Toronto Press, 2012.
- DOUGHERTY, Martin J. **Armas & técnicas bélicas de los caballeros medievales: 1000 - 1500.** Tradução: M^a José Antón. Madrid: Libsa, 2010.
- DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de Julho de 1214.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- DU PUY DE CLINCHAMPS, Philippe. **História breve da cavalaria.** Lisboa: Editorial Verbo, 1965.
- FLORI, Jean. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média.** São Paulo: Madras, 2005.



GRAPE, Wolfgang. **The Bayeux Tapestry: monument to a Norman triumph.** Translated from German by David Britt. Prestel-Verlag: Munich/New York, 1994.

GRAVETT, Christopher. **Hastings 1066: el fin de la Inglaterra Sajona.** Madrid: Ediciones del Prado, 1994.

GRAVETT, Christopher. **Norman knight: AD 950 - 1204.** Série Warrior, Volume I. London: Osprey Publishing Ltd, 1993.

HICKS, Carola. **The Bayeux Tapestry: the life story of a masterpiece.** London: Vintage Books, 2007.

HOOPER, N; BENNETT, M. **La guerra en la Edad Media (768 – 1492).** Madrid: Akal, 2001.

KEEN, Maurice (Ed.) **Historia de la guerra en la Edad Media.** Madrid: A. Machado Libros, 2005.

NICHOLSON, Helen J. **Medieval Warfare: Theory and Practice of War in Europe 300-1500.** Hampshire, Inglaterra: Palgrave Macmillan, 2004.

NICOLE, D. **Medieval warfare source book.** London: Arms and Armour Press, 1996.

POITIERS, William of. **The History of William, Duke of the Normans and King of the English.** In: THORPE, Lewis. **The Bayeux Tapestry and the Norman invasion.** London: The Folio Society, 1973, p. 33-55.

PORTER, P. **La guerra medieval en los manuscritos.** Madrid: AyN Ediciones, 2006.

THORPE, Lewis. **The Bayeux Tapestry and the Norman invasion.** London: The Folio Society, 1973.

VERBRUGGEN, J. F. **The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages: From the Eighth Century to 1340.** Suffolk, Inglaterra: The Boydell Press, 1997.

WILSON, D. M. (Ed.). **The Bayeux Tapestry:** London: Thames & Hudson, 2004.

CRÔNICA DE ALFONSO X, O SÁBIO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

Luiz Augusto Oliveira Ribeiro (UEM/ LEAM)

Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

A Crônica de Alfonso X, o Sábio, foi redigida a pedido de Alfonso XI – bisneto de Alfonso X – por volta do ano de 1344. Este documento dedica-se a discutir o reinado de Alfonso X (1252 – 1284), pontuando os aspectos sociais, econômicos e políticos do seu reinado. Buscamos mapear os assuntos tratados na Crônica e a partir das temáticas selecionadas, investigar as questões que permitam estudar o processo de centralização do poder político empreendido durante o reinado desse monarca.

No prólogo, o cronista se preocupa em determinar e justificar as razões que o levaram a escrever, relacionando à necessidade de compreensão do passado e de registros dos feitos dos reis ao longo do tempo, como segue:

Por muchas guisas e por muchas maneras los antiguos que fueron en los tienpos primeros quisieron que las cosas que fueron faladas e pasaron se podiesen saber. Et por nobleza de sy mesmos, seyendo leales a los que eran de benir, fiziéronlas escriuir, entendendo que por esta guisa las podrían mejor saber los que veniesen em pos ellos et aquellos fechos fincarían guardados e durarían grandes tienpos (CAX, 1998, p. 3).

Antes mesmo de adentrarmos às sessões, é importante atentar-se ao Prólogo da Crônica, no qual podemos perceber a preocupação do autor com os aspectos históricos. Fica evidente a necessidade de apresentação daquilo que vai ser descrito nas páginas seguintes, além de afirmar que tal documento visava o preenchimento de lacunas na História do reino de Castela e Leão, abrangendo os reinados de Alfonso X, Sancho IV e Fernando IV.

Manuel González Jiménez (2000), ao estudar e transcrever a *Crônica de Alfonso X*, faz uma divisão do documento que aproveitaremos neste momento, para o mapeamento da fonte histórica. O autor divide a Crônica em quatro sessões diferentes, a Iª Sessão (1252 – 1272) corresponde aos capítulos I ao XIX, parte que apresenta algumas indefinições cronológicas, e percebe-se que foi elaborada posteriormente às demais. A IIª Sessão (1272 – 1273) que corresponde aos capítulos XX até LVIII, se refere à revolta nobiliária. Esta parte é mais bem documentada e as informações são mais coerentes com o contexto do reinado de Alfonso X, pois apresenta transcrições documentais importantes ao trabalho de pesquisa, sobretudo acerca da relação do monarca com a nobreza castelhano-leonesa. A IIIª Sessão (1274 – 1275) que abrange os capítulos LIX ao LXIV, e que novamente, traz erros de cronologias e informações, busca apresentar o fim da rebelião dos nobres. A IVª, e última Sessão (1275 – 1284) referente aos capítulos LXV até LXXVIII, narra os feitos de Sancho IV, filho de Alfonso X, o Sábio.

Ao analisarmos de forma pormenorizada a Iª Sessão (1252 – 1272, capítulos I ao XIX), percebemos erros cronológicos e geográficos recorrentes, desde datas importantes como a coroação de Alfonso X no lugar de seu pai, até erros com viagens e passagens em alguns locais que não seriam possíveis no tempo determinado pelo autor.

Logo no primeiro capítulo, encontramos somente a menção rápida à morte de Dom Fernando, pai de Alfonso X, este fato é narrado em poucas linhas, e logo o autor passa para o momento em que Alfonso X assume a coroa. A partir de então, o texto segue uma linha cronológica e permite que o leitor vá “recordando” aquilo que aconteceu. Os feitos de Alfonso X, ocupam toda esta sessão e desta maneira é clara a busca pelos registros e legitimação deste rei.

É com esta forma de escrita cronológica, que ao longo desta sessão encontramos “relatos” acerca de conquistas de terras, de uma regulação monetária, de casamentos e de um ordenamento do reino, desta maneira o conteúdo documental vai além da legitimação do poder real, que fica evidente no capítulo IX, o qual mostra um dos aspectos culturais do reinado Alfonso X, com as práticas de homenagens ao seu pai no dia que marcava a morte de Fernando III. Este elemento além de evidenciar um dos aspectos da busca pela legitimação real, nos mostra também uma necessidade de continuidade nas informações e a preocupação com a sequência de fatos, mesmo que por vezes, as datas nesta primeira parte não façam grande sentido de forma cronológica.

No que diz respeito à forma do texto, encontramos para cada ano, um capítulo diferente. Essa estrutura permite que o autor possa sistematizar e organizar de modo cronológico os acontecimentos, além de utilizar a escrita próxima a um relato histórico. As características de um relato histórico evidencia-se na passagem inicial do primeiro capítulo:

Cuenta la estória que despues que fue finado el santo rey don Ferrando, que alçaron rey de Castilla e de León, en la muy noble çibdat de Seuilla donde él finó, el infante don Alfonso, su fijo primeiro heredero. E començó a reynar [...] (CAX, 1998, p. 4).

O trecho acima se refere ao início da Crônica e do reinado de Alfonso X, no entanto, o texto segue com informações pontuais de datação, mas que quando comparada a outras documentações são percebidas como equivocadas. Como o trabalho com as datas neste momento é comprometido pela inexatidão, historiadores discutem elementos mais diversos, como aponta Reis (2007), existem embates historiográficos consistentes, que nos permitem pensar acerca da ascensão do monarca ao trono, logo após a morte do seu pai Fernando III, por meio do estudo da compreensão do termo “*alçaron*”. Desta forma, se evidenciam novos campos de pesquisas e novas formas de compreensão da documentação, que fogem aos limites explícitos, e passam a possibilitar que estudos de termos específicos possam ser estudados e compreendidos.

O texto da Crônica prossegue com indicação a questões de fronteiras, delimitações físicas e conquistas do reino, elementos financeiros e questões religiosas. É comum, no documento, que estas questões estejam envolvidas e relacionadas, como no caso da busca pela legitimação de certas conquistas por meio da figura de Deus: “[...] después que ouo asosegado algunas cosas que la estoria ha contado, cató manera por se trabajar em serviço de Dios et ensalçamiento de la fee católica e acreçentamiento de los reynos” (CAX, p. 16).

A IIª sessão, que compreende os capítulos XX ao LVIII, correspondente aos anos de 1272 a 1273 e caracteriza basicamente a revolta nobiliária dos anos correspondentes. Além de ser mais antiga do que a primeira, pesquisas mostram que esta sessão é a mais bem documentada de todas as partes, por conter transcrições literais de documentação da revolta. Esta documentação transcrita foi salva pela Crônica de Alfonso X, visto que muitos desses documentos se perderam no tempo (GONZÁLEZ JIMENEZ, 2000).



Em resumo, os documentos transcritos e apresentados na Crônica são os seguintes:

497

- 1- Extracto de la carta del infante don Felipe al rey explicando su participación en la reunión de Lerma (cap. XX).
- 2- Id. de carta del rey a don Ñuño.
- 3- Id. de la respuesta de don Ñuño a la carta del rey.
- 4- Id. de cartas de don Ñuño, don Simón Ruiz, don Lope Díaz de Haro, y don Fernán Ruiz de Castro al rey (cap. XXI).
- 5-7- Cartas traducidas del árabe, dirigidas por Abu Yusuf a don Felipe, don Ñuño de Lara, don Lope Díaz (cap. XXII).
- 8- Carta a don Felipe, de Adulhay, hijo de Abu Yusuf.
- 9-10- Extractos de cartas de Abu Yusuf a don Simón Ruiz de los Cameros y a Gil Gómez de Roa. 11-12- Id. de cartas de Adulhay a don Ñuño y don Lope Díaz.
- 13- Carta de Abdalhat el trujamán a don Simón Ruiz y Esteban Fernández de Castro.
- 14- Carta del rey al infante don Felipe, a los ricos hombres y a sus vasallos previniéndoles que no llegasen a ningún acuerdo con el rey de Navarra, que era su enemigo.
- 15- Respuesta del rey a las primeras reclamaciones de los nobles (cap. XXIV).
- 16- Nuevas reclamaciones de los nobles (en extracto) y respuesta del rey (cap. XXV).
- 17- Carta del Alfonso X al infante don Felipe y a los ricos hombres y a sus seguidores (cap. XXVIII).
- 18- Carta del rey al infante don Felipe (cap. XXIX).
- 19- Id. a don Ñuño de Lara (cap. XXX).
- 20- Id. a don Lope Díaz (cap. XXXI).
- 21- Id. a Fernán Ruiz de Castro (cap. XXXII).
- 22- Id. a don Esteban Fernández (cap. XXXIII).
- 23- Id. a donjuán Núñez de Lara (cap. XXXIV).

- 24- Id. a don Alvar Díaz (cap. XXXV).
- 25- Id. a todos los infanzones y caballeros (cap. XXXVI).
- 26- Respuesta de don Felipe y de los restantes nobles y caballeros sublevados (cap. XXXVIII).
- 27- Memorial de peticiones formuladas al rey por la reina y por don Sancho, arzobispo de Toledo, en favor de los nobles (cap. XL).
- 28- Nuevo memorial de los nobles dirigido al rey (cap. XLI).
- 29- Carta del rey a don Felipe, don Ñuño de Lara, don Lope Díaz, don Fernán Ruiz y don Esteban Fernández (cap. XLJ).
- 30- Otra carta igual a la anterior dirigida a los mismos y a todos los infanzones y caballeros (cap. XLJ).
- 31- Carta del rey a don Lope Díaz.
- 32- Carta don Fernando de la Cerda.
- 33- Carta de la reina y de los infantes don Fadrique y don Manuel a don Felipe, don Ñuño, don Lope, don Fernán Ruiz y don Esteban Fernández, con la respuesta del rey a sus peticiones particulares (cap. XLJI).
- 34- Pacto feudal entre Muhammad I de Granada y los ricos hombres exiliados del reino (cap. XLIII).
- 35- Respuesta en extracto de los nobles a la carta de la reina y de los infantes don Fadrique y don Manuel, con noticias sobre la muerte de Muhammad I y la ayuda prestada a Muhammad II para acceder al trono (cap. XLJV).
- 36- Propuesta (en extracto) enviada por Alfonso X a Muhammad II para llegar a la firma de una tregua, llevada por escñpto por don Juan Núñez de Lara.
- 37- Cartas del rey (en extracto) a don Felipe y a los demás ricos hombres.
- 38- Cartas de perdón del rey (en extracto) a los caballeros de Castilla, y a los caballeros de Toledo, Talavera, Zamora y Toro, que estaban en Granada.
- 39- Extracto de los acuerdos tomados en el ayuntamiento de Almagro (cap. XLVII).
- 40- Extracto de las nuevas peticiones formuladas por los nobles al rey (cap. XLVIII).
- 41- Respuesta (extracto) del rey a las nuevas peticiones de los nobles (cap. XLK).

- 42- Extracto del acuerdo firmado entre el maestre de Calatrava, que actuaba en nombre del infante don Fernando de la Cerda, y ios nobles exiliados en Granada (cap. LJ).
- 43- Carta del rey al infante don Fernando (cap. LJI).
- 44- Carta (en extracto) del marqués de Monferrato a Alfonso X.
- 45- Extracto de las cartas de poder dadas por el rey a la reina doña Violante para llegar a un acuerdo con el rey de Granada y los nobles sublevados (Ibid.).
- 46- Amplio extracto del acuerdo final negociado por la reina y el infante don Fernando con los nobles y el rey de Granada (cap. LTV).
- 47- Extracto de carta de la reina y del infante al rey dándole cuenta de los acuerdos alcanzados (cap. LV).
- 48-49- Sendas cartas de Alfonso X, en extracto, dirigidas a la reina y al infante don Fernando, en las que les agradece haber negociado el acuerdo con Granada y los nobles.
- 50- Carta de Alfonso X (extracto) perdonando al rey de Granada.
- 51- Extracto de carta a los nobles, prometiendo guardarles sus fueros y derechos.
- 52- Id. a todos los ricos hombres y caballeros que estuvieron en el ayuntamiento de Almagro, accediendo a sus peticiones.
- 53- Id. a don Ñuño, agredeciéndole lo que había hecho para llegar a la firma del acuerdo.
- 54- Id. de carta de Muhammad II y los nobles mostrando su conformidad con el acuerdo (cap. LVI).
- 55- Id. del rey dando su autorización para que pudieran firmarse los acuerdos con Granada y los nobles.
- 56- Id. de la reina y don Fernando de la Cerda al rey rogándole que acudiese a la firma de los acuerdos y desistiese de las vistas con su hermana la reina de Inglaterra.
- 57- Id. de carta del rey a la reina y a don Fernando comentando algunos extremos de las últimas peticiones de los nobles en relación con la ida al Imperio, su exigencia de cobrar los maravedíes que habían dejado de percibir durante su estancia en Granada y otros asuntos (cap. LVII).

Na maioria das transcrições documentais, o autor faz uma breve referência ao documento, além de buscar apresentá-lo a fim de explicar toda a revolta dos nobres contra a realeza. Ao longo desta sessão o

autor vai apresentando diferentes cartas e o desenrolar de toda a revolta, nesse sentido, em alguns capítulos o autor passa a ter um papel de narrador e em meio às informações busca organizar as ideias e posições, ora da realeza ora dos nobres.

O capítulo LVIII “De cómo se abino el rey don Alfonso com los ricos omnes que estauan en Granada e puso paz con el rey de Granada” merece atenção especial, justamente por encerrar esta parte de grande importância da Crônica. Para González Jiménez (2000), “[...] el cronista hizo algo más que añadir una precisión cronológica: se invento nada menos que todo un final aparatoso y solemne – además de innecesario – para una revuelta que habia concluído con más pena que glória” (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2000, p. 200).

Logo após esta parte incrivelmente documentada, podemos adentrar na IIIª Sessão (1274 – 1275, capítulos LIX – LXIV), que novamente repete os erros comuns do início da Crônica, sendo assim, problemas com datas e com itinerários são novamente comuns. Esta sessão se ocupa em descrever o fim da revolta dos nobres e o início da participação do infante Dom Fernando de La Cerda na administração do reino e sua morte.

O problema com as datas e com os caminhos percorridos pelo infante Fernando de La Cerda é evidente, as guerras e os conflitos que este esteve presente, por vezes é deixado no esquecimento ou simplesmente confundido por outros. Uma sessão mais curta, mas que nos evidencia o desconhecimento do cronista acerca dos fatos ocorridos (GONZÁLEZ JIMÉNEZ, 2000).

No final da sessão, de forma repentina e desconexa, o cronista apresenta o episódio da morte do infante e príncipe herdeiro Fernando de La Cerda. Segundo o cronista, este teria ficado doente e em meio a insegurança da coroa pediu que, após a morte de Alfonso X, o reino fosse herdado pelo seu filho, Alfonso de La Cerda. Mas não foi isso que aconteceu, visto que quem foi coroado em 1284, e com legitimação de nobres, foi o segundo filho de Alfonso X, Sancho IV.

Para encerrar esta descrição da Crônica de Alfonso X, temos a IVª Sessão, que compreende os anos de 1275 a 1284 (capítulos LXV – LXXVIII), esta parte é exclusivamente destinada aos feitos de Sancho IV, o Bravo que reinou entre 1284 e 1295. Inicialmente, o cronista apresenta a discussão entorno da coroação de Sancho IV e os conflitos gerados pela sucessão do trono.

Et ante desto don Sancho auía grant amistad con don Lope Díaz de Haro. E este don Lope Díaz venía al infante don Ferrando, que auía sabido que era en Villa Real e en el caminho sopo cómmo era muerto. E creçió las jornadas para yr a buscar al infante don Sancho. E llegando a Villa Real, fallió (sic) que era y venido el infante don Sancho et amos a dos plogo mucho porque se fallaron allí. Et luego el infante don Sancho fabló com don Lope Díaz e díxol que pues él fincaua el mayor de sus hermanos, que él deuíá heredar los regnos después de días de su padre e quel rogaua quel ayudase em esto. Et auiéndolo él, que fuese çierto quel faria merçed et bien em guisa que fuese el mayor omne et más honrado del regno (CAX, 1998, p. 185).

É desta maneira que se inicia a última sessão deste documento, portanto é evidente que, para além dos feitos de Sancho IV, o cronista se preocupou em demonstrar os meios que o levou até o poder, indo de encontro com documentos e com a linha de sucessões até então vigentes. Dessa forma, os feitos de Sancho IV, são descritos de fato, somente nos últimos quatro capítulos.

Em seus aspectos metodológicos, o que se percebe nesta sessão é que a estrutura da escrita se modifica, os capítulos passam a ser mais extensos e com características diversificadas das demais partes do texto. No entanto, é comum muitos erros de datas e itinerários, como já havia acontecido na primeira e na terceira sessão, para González Jiménez (2000), o cronista assume uma postura a favor de Sancho IV.

A *Crônica de Alfonso X* ofereceu e ainda oferece muitos campos de pesquisa. Como evidenciamos acima, existem muitos documentos transcritos importantes de Castela e Leão, durante o reinado de Alfonso X. Sua estrutura cronística é resultado de toda uma Era, de uma forma de escrever a História que por muito se diferencia da nossa, mas que tem como essência aquilo que todo historiador ainda busca preservar em sua escrita, o registro e a compreensão dos fatos. É evidente que não podemos comparar a escrita da História em tempos tão distintos, mas a Idade Média assumiu uma característica própria, e assim, buscou registrar e organizar aquilo que caracterizou as suas vivências. Não podemos esquecer ainda que o Rei é uma figura importante neste documento, e que a todo custo deve ser legitimado e/ou ao menos evidenciado em muitas questões.

Bibliografia:

Fontes:

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



CRÓNICA DE ALFONSO X. (Ed.). Manuel González Jiménez. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M.. *Una nueva edición de la Crónica de Alfonso X*. 2000. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cehm_0396-9045_2000_num_23_1_918 Acessado em: 21/12/2012.

Bibliografia:

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Crônicas Ibéricas de Cavaleiros: Escrita, Cultura e Poder no século XV*. Revista Signum, vol. 14, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.revistasignum.com/signum/index.php/revistasignumn11/article/view/97/94z> Acessado em: 10/12/2013.

GUIMARÃES, Marcela Lopes. *Crônica de um gênero histórico*. Revista Diálogos Mediterrânicos – Número 2 – Maio/2012, pp.67-78. Disponível em: <http://dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM.../23/65> Acessado: 17/01/2013.

LE GOFF, Jacques./ SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. I e II. Bauru, SP: Edusc, 2006.

MIRANDA, José Carlos. *Na Gênese da Primeira Crônica Portuguesa. Medievalista*. Nº6, Julho 2009. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA6/PDF6/PDF-miranda.pdf> – Acessado em: 10/12/2013.

NIETO SORIA, José Manuel. *Tiempos y lugares de la « realeza sagrada » en la Castilla de los siglos XII al XV*. Annexes des CLCHM, v. 15, 2003. P. 263 – 284. Disponível em:

http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/cehm_0396-9045_2003_hos_15_1 Acessado em: 10/12/2013.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. *Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power*. E-Journal of Portuguese History, v. 5, n. 2. 2007. P. 1-7. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue10/pdf/bsousa.pdf - Acessado em 06/09/2013.

REIS, Jaime Estevão dos. *Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o sábio (1252 – 1284)*. Tese de doutorado. Assis, 2007.

TULIANI, Maurizio. *La idea de Reconquista en un manuscrito de la Crónica General de Alfonso X el Sabio*. Stud. Hist., Hª mediev., 12, 1994, pp.3-23. Disponível em: http://gredos.usal.es/jspui/bitstream/10366/69793/1/La_idea_de_Reconquista_en_un_manuscrito_.pdf Acessado: 01/01/2013.

A AMEAÇA DE GOLPE MILITAR EM 1988, NO BRASIL

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento
DHI. Universidade Estadual de Maringá

503

Esta comunicação tem como objetivo fazer algumas considerações sobre a ameaça de golpe militar em 1988, no Brasil. Esse episódio ocorreu entre janeiro e março do último ano dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte quando ela começou a discutir a duração do mandato do presidente da República. Na época apareceu um projeto propondo a redução da duração do mandato presidencial para quatro anos e outro que o mantinha em cinco anos com a adoção do parlamentarismo. José Sarney, o então presidente da República, estava com a sua imagem bastante desgastada perante a opinião pública pelo fato de o seu governo ter fracassado na solução das principais reivindicações da sociedade. Em face disso, ele não tinha liderança política para negociar a duração do seu mandato com os parlamentares; por essa razão Sarney apelou para a tutela militar e ameaçou a Assembleia Nacional Constituinte com um golpe militar caso ela reduzisse a duração do seu mandato para quatro anos ou adotasse cinco anos com o parlamentarismo.

Palavras-chave: governo Sarney; constituinte; golpe militar.

A contribuição teórica que inspira esta comunicação está baseada na Nova História Política que aborda os seus objetos de estudo em uma perspectiva mais global, sem ignorar nenhuma das dimensões da existência humana, sejam elas econômicas, política, social ou cultural. Como afirma Rémond (1996, 443-445), o político não pode ser pensado como um domínio isolado, ele não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios. Desse modo, a política é um lugar privilegiado para se estudar muitos aspectos da vida em sociedade. No tocante às fontes, o trabalho se baseia na leitura da bibliografia que estudou a Nova República e o tema em questão. Essas obras são analisadas com base na análise textual ou de conteúdo. Esse método, na perspectiva de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (1997, p. 377-381), parte do pressuposto de que todo documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Nesse sentido, com esta comunicação esperamos contribuir para ampliar o conhecimento sobre a vida política brasileira da segunda metade da década de 1980, particularmente a ameaça de golpe militar no ano de 1988.

Como se sabe, oficialmente, a ditadura civil militar brasileira chegou ao fim em 1985 com a passagem do poder aos civis. Na época, Tancredo Neves, do PMDB, foi eleito presidente da República, de forma indireta, por intermédio de um Colégio Eleitoral, dando início à chamada Nova República. Essa fase da vida política brasileira, todavia, nasceu sob a égide de um acordo político conservador entre uma parcela das forças políticas que haviam apoiado o governo militar e lideranças políticas da oposição, então, pertencentes ao PMDB. Por conta disso, José Sarney que até há pouco tempo havia presidido o PDS, partido que passara a dar sustentação ao regime militar após a reforma partidária de 1979, ingressou no PMDB e se tornou vice-presidente da República. Lembre-se que nesse acordo político não foi definido a duração do mandato do futuro presidente. Com a morte de Tancredo Neves em abril de 1985, antes de tomar posse no cargo, Sarney se tornou presidente da República sem o necessário prestígio ou liderança política para desempenhar a função.

Basta dizer que ele fora solidário e se beneficiara dos vinte e dois anos de ditadura civil militar.¹¹⁶ Além disso, José Sarney condenou a moratória que o PMDB pregou em 1982; fez oposição intransigente às Diretas-já. Para a sucessão de João Batista Figueiredo, o último general que governou o Brasil, Sarney estava disposto a ser candidato à vice de Aureliano Chaves, Mário Andreazza e, em certo momento, até mesmo de Paulo Maluf. Ambos pertencentes ao PDS. Tancredo não o queria como companheiro de chapa, e ele quase renunciou à vice-presidência quando o PMDB gaúcho o vetou pela voz de Pedro Simon, sob o argumento de que era corrupto.¹¹⁷ Como veremos posteriormente, Sarney não aceitou o direito da Constituinte em definir a duração do seu mandato. Com a crise de legitimidade que aumentou após o fracasso da reforma econômica representada pelo Plano Cruzado, implantado em 1986, e sem uma base política de sustentação confiável, ele parecia tentado a atravessar o abismo que se abria entre o Estado e a sociedade pela única via que imaginava que lhe restara – a militar. Logo, atuou para, se necessário,

¹¹⁶ O Senador maranhense José Sarney estudou direito, militou nas fileiras da UDN e tornou-se deputado federal em 1958. Fez parte da chamada “bossa nova” da UDN, uma facção nacionalista e reformista situada à esquerda do partido, do qual foi eleito vice-presidente nacional em 1961. “Usou o posto para promover certas posições da ‘bossa nova’, como a reforma agrária e o apoio ao programa de estabilização econômica do presidente João Goulart (*Plano Trienal*)”. Todavia, Sarney aderiu ao golpe militar de 1964 e, naturalmente, escapou dos expurgos políticos promovidos pelo regime civil militar. Em 1965 foi eleito governador do Maranhão. Em 1970 se tornou senador, ativo defensor das políticas do governo militar e líder do PDS (SKIDMORE, 1994, p. 484-485). Lembre-se de que Sarney se tornou presidente nacional do PDS, partido criado na reforma partidária de 1979 e que passou a substituir a ARENA na sustentação política ao regime militar.

¹¹⁷ Nem mesmo o general João Batista Figueiredo, último presidente da ditadura civil militar, aceitou passar a faixa de presidente para Sarney. Figueiredo o considerava traidor por haver deixado o partido do governo para se candidatar como vice-presidente no partido de oposição – PMDB. Sarney contribuíra para o fracasso do General que queria realizar a abertura mas também elegeu outro presidente do PDS (SKIDMORE, 1994, p. 494).

conformar-se com a tutela militar desde que permanecesse mais algum tempo no poder (NOBLAT, 1990, p. 89-90).

A estratégia pouco democrática que o presidente José Sarney passou a adotar consistia em assustar ou chantagear os seus interlocutores com a ameaça de um golpe militar caso a Assembleia Nacional Constituinte reduzisse o seu mandato para quatro anos. No início de 1988 ele argumentava que o país não tinha condições de suportar a realização de uma eleição presidencial em novembro do mesmo ano. Na opinião do presidente, Brizola sairia vencedor de uma eleição presidencial em 1988. Para Sarney, isso seria o pior que poderia acontecer ao país. Como Brizola não teria condições de representar uma alternativa de estabilidade para o Brasil causaria a intervenção militar (NOBLAT, 1990, p. 134-135).

Como já deve ter ficado evidente, José Sarney era um presidente da República conservador, com boas relações entre as forças armadas, e estava disposto a permanecer no poder a qualquer custo. Se considerarmos o histórico de intervenção militar na vida política brasileira, não é difícil entender que poderia ter ocorrido um golpe militar no Brasil em 1988. Haja vista que, como a literatura tem demonstrado, nos primeiros anos da chamada Nova República, a cúpula militar opinou sobre questões como a reforma agrária, a lei de greves, a legalização dos partidos comunistas, e até o reatamento das relações diplomáticas com Cuba. Em ambos os casos, naturalmente, adotou uma postura conservadora (SKIDMORE, 1994, p. 521).

Naquele contexto, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a única preocupação de Sarney era garantir um mandato de cinco anos e impedir a adoção do parlamentarismo como sistema de governo. Lembre-se que, segundo as pesquisas de opinião, a sociedade desejava quatro anos de mandato para José Sarney. Desse modo, para conseguir o que queria, ele fez o que pôde: fustigou a Constituinte em pronunciamentos públicos, ameaçou com o risco da interrupção do processo democrático, distribuiu verbas e emissoras de rádio e televisão para senadores e deputados e apelou para os ministros militares (NOBLAT, 1990, p. 99). Como se observa, na medida em que Sarney percebeu que estava sem o devido apoio político fez a opção pelos urutus do Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Até certo ponto, a intervenção do general no debate sobre a elaboração da Constituição, por exemplo, decorreu da mudança no comportamento de Sarney depois do fracasso da reforma econômica de 1986, como o mencionamos anteriormente. A partir de então ele abandonou o compromisso de presidir a transição do estado autoritário para o estado democrático, prometido na campanha das Diretas-já, e, depois, na campanha para a eleição de Tancredo Neves. Após ter rompido com o sistema autoritário para viabilizar a eleição de Tancredo, Sarney

estava se reconciliando novamente com parte de um passado de pouco ou de nenhum respeito pela democracia. Ele “não resistiu à tentação de se esconder atrás de um general” (NOBLAT, 1990, p. 103-104).

No início de 1988, o presidente José Sarney disse ao deputado federal Ricardo Fiúza, do PFL, que não deixaria o governo desmoralizado. Se fosse o caso, sairia metido em um tanque atirando, confidenciou. Na mesma época, o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, também afirmou que se o mandato do presidente fosse reduzido para quatro anos as consequências seriam imprevisíveis. Com isso, os sinais de inquietação no meio militar tornaram-se correntes no início de 1988. Dessa forma, o fantasma do golpe começou a rondar a Assembleia Nacional Constituinte às vésperas da definição do sistema de governo a ser adotado e o tamanho do mandato dos sucessores do Presidente Sarney. Para piorar ainda mais a situação, Sarney ameaçou renunciar se o seu mandato fosse discriminado. Naquela atmosfera já carregada, “alguns chefes militares deixaram vaziar a informação de que uma decisão da Constituinte favorável ao mandato de quatro anos não seria respeitada” (NOBLAT, 1990, p. 125).

A gravidade dessas ameaças levou Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte e do PMDB a reunir duas dezenas de liderança do seu partido para tratar do assunto. Com a exceção do senador José Richa, talvez ele fosse o único que detinha informações confiáveis sobre o risco da materialização do fantasma do golpe militar caso a Constituinte reduzisse o mandato de Sarney. Há mais de dois meses que Ulisses já conhecia indícios sobre a oposição militar à mudança do sistema de governo e à redução do mandato de Sarney. Como vimos, no final de fevereiro de 1988 um dos líderes do Centrão (grupo político conservado e apartidário que atuou na Constituinte) ouviu Sarney dizer que não deixaria o governo desmoralizado. “Se for o caso, sairei metido num tanque atirando,” afirmou o presidente. Mais do que isso, “Sarney aconselhou o político a colaborar para a criação de um impasse na Constituinte. ‘Criem o impasse, o buraco negro’, pediu.” Foi também no final de fevereiro que o Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, recebeu a visita de dois deputados do PFL em seu Gabinete, e alertou que se a Constituinte marcasse para Novembro de 1988 as eleições presidenciais, “as consequências seriam imprevisíveis.” Na mesma direção, o Ministro disse ao Deputado José Egreja, do PTB, que “nunca os ministros militares estiveram tão unidos como hoje.” Afirmou que não queriam dar golpe nenhum, mas se a situação chegasse ao caos não iriam se omitir. Leônidas disse ainda a Sarney que o presidencialismo teria que ser mantido com o mandato de cinco anos, e se a Constituinte decidisse de forma diferente os militares seriam obrigados a intervir novamente (NOBLAT, 1990, p. 143-144).

Na época, os presidentes de partidos políticos que se reuniram com o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, saíram do encontro fortemente impressionados com o que ouviram dele. O Ministro afirmou que parlamentarismo com quatro anos de mandato seria uma humilhação que Sarney jamais suportaria. Brossard Insinuou que, nesse caso, Sarney poderia adotar um gesto extremo. Menos de 24 horas após essa reunião Ulisses Guimarães, que também era presidencialista, deu a sua primeira declaração pública a favor do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney. Com esse intento ele jantou com Roberto Marinho, presidente das *Organizações Globo de Jornalismo*, e retornou a Brasília com a sua recusa em apoiar a fórmula. Se lembrarmos que Ulisses Guimarães era o Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, e presidente nacional do PMDB, fica evidente que a votação do sistema de governo e a duração do mandato presidencial pela Assembleia expunha a tutela militar sobre o processo político brasileiro. Nesse sentido, sem apoio popular e sem a sustentação dos partidos políticos, Sarney acabou ganhando uma sobrevida no cargo devido à renovada disposição dos chefes militares de não renunciarem à intervenção na vida política nacional e ao receio dos políticos de os confrontarem (NOBLAT, 1990, p. 137-144).

Para se ter uma ideia de que a ameaça de golpe militar não ficou restrita ao meio político basta dizer que uma parcela expressiva dos empresários brasileiros aderiu à ideia de golpe militar. Dentre eles pode ser destacado Antônio Ermírio de Moraes, magnata da indústria do cimento e um presidencialista convicto; em um primeiro momento converteu-se ao parlamentarismo após uma visita a Brasília, onde se reuniu com alguns ministros militares. Na época ele afirmou que teria sentido cheiro de pólvora no ar e ouviu a ameaça sobre uma possível resposta a bala à decisão da Constituinte pelos quatro anos do mandato para José Sarney. O empresário retornou a São Paulo impressionado com o que lhe disseram (NOBLAT, 1990, p. 137-138). Posteriormente, todavia, parece que Antônio Ermírio resolveu aderir á ideia de golpe. Após conversar com os ministros do Exército e da Marinha, Leônidas Pires Gonçalves e Henrique Sabóia, disse que se a nova Constituição saísse como estava, no dia seguinte fecharia as suas empresas. Na mesma direção, empresários poderosos disseram a mesma coisa para inúmeros chefes militares, em Brasília e em outras cidades, e sugeriram uma nova intervenção. Mais do que isso, após o mês de janeiro de 1988 Geisel foi procurado por líderes empresariais com a oferta de que encabeçasse um movimento militar para impedir as diretas em novembro daquele ano e a confecção de uma Constituição de esquerda. Mário Amato, presidente da FIESP, esteve com Geisel, pelo menos, três vezes nesse período. Da mesma forma, o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, sugeriu a Geisel o mesmo que sugeriram Amato e Abraam Szajzman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo. Como Antônio Ermírio, Wolfgang ameaçou: “se não acontecer



alguma coisa, fecho a Autolatina e vou embora.” Em todos esses encontros Geisel descartou a possibilidade de liderar ou de contribuir para uma intervenção militar. Ele recusou, todavia, a contribuir para que fosse aceita nos meios militares a fórmula do parlamentarismo com cinco anos imaginada pelos líderes do PMDB, reunidos por Ulisses, como vimos (NOBLAT, 1990, p. 144).

Dessa forma, o fantasma do golpe militar contribuiu para a manutenção do presidencialismo e o mandato de cinco anos para José Sarney. Ele foi introduzido no gabinete presidencial por dois ministros militares. Após analisarem a situação do país, eles descartaram a adoção do parlamentarismo acompanhado da eleição de um novo presidente em novembro de 1988. Na opinião deles, o receituário a ser aplicado para conter a crise econômica e conjurar a hipótese de uma convulsão social poderia favorecer a eleição de Brizola se o mandato de Sarney fosse encurtado para quatro anos. Alegaram que se a Constituinte decidisse pela eleição presidencial no final de 1988, a saída que restaria aos militares seria a de promover uma intervenção que eles mesmos não desejavam. Nessa hipótese, uma Junta militar assumiria o poder por 120 dias e “garantiria a execução de medidas amargas para domar a crise econômica.” Depois seriam convocadas eleições gerais no país e quem fosse eleito tomaria posse. Se Leonel Brizola fosse eleito, a responsabilidade seria do povo e não dos militares. Essa é a origem do discurso de Sarney e do recado que o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, deu aos presidentes dos partidos, acenando com a possibilidade de renúncia do presidente da República se a Constituinte lhe desse um mandato de quatro anos. De outra parte, “a fórmula do parlamentarismo com cinco anos surgiu dentro do PMDB porque algumas de suas lideranças foram informadas sobre a ameaça de golpe.” Como vimos, Mário Amato, presidente da FIESP, e mais dois empresários importantes chegaram a procurar o ex-presidente Ernesto Geisel e sugeriram que talvez ele fosse obrigado a retornar ao poder para por o país em ordem. Geisel descartou a via do golpe já que isso mancharia a sua biografia de homem da abertura política (NOBLAT, 1990, p. 141-143).

Não cabe a nós historiadores conjecturar sobre o que teria acontecido no Brasil se os militares tivessem tomado o poder novamente em 1988. Tudo o que sabemos é que existiu uma ameaça de golpe militar caso a Assembleia Nacional Constituinte aprovasse a redução do mandato do Presidente José Sarney para quatro anos ou aprovasse o parlamentarismo. Os ministros militares sugeriram vagamente em público, mas disseram claramente, em particular, que uma decisão da Constituinte nesse sentido geraria uma situação que os obrigaria a efetuar uma intervenção indesejada por eles. Tal advertência foi feita a Sarney e a um elenco selecionado de lideranças políticas. Na mesma direção, uma fatia expressiva do PIB nacional visitou os quartéis e chefes militares da reserva “para reclamar de decisões tomadas pela Constituinte, prever o



509

agravamento do quadro político e econômico e animar uma reação fardada a tudo isso.” O ex. presidente Geisel chegou a sondar a opinião de alguns importantes generais sobre a possibilidade para a eclosão de um golpe que não contaria com a sua participação e ao qual ele se oporia. A resposta foi negativa. De qualquer forma, a ameaça do golpe que não houve foi utilizada para “torpedear adesões de lideranças políticas e empresariais à fórmula do parlamentarismo com cinco anos e para reverter votos de alguns constituintes favoráveis à mudança do sistema de governo.” Como vimos, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, se encarregou de informar aos presidentes dos partidos que José Sarney sairia se a Constituinte lhe contemplasse com o mandato de quatro anos. Isso seria a senha para a “interferência” das forças armadas nos assuntos nacional não militar. Portanto, a “Constituinte decidiu sobre sistema de governo e mandato presidencial pressionada por discursos, notas e entrevistas de Sarney e de seus ministros que pronunciavam o risco de uma ruptura institucional.” Não é possível afirmar se a ameaça de golpe influenciou a decisão dos constituintes. É razoável supor que boa parte dos votos migraram do parlamentarismo para o presidencialismo em troca de favores oficiais concedidos. O medo do PMDB em ser derrotado em uma eleição presidencial que ocorresse em breve também pesou na inclinação da Constituinte em aprovar cinco anos para Sarney. Na opinião de Noblat (1990, p. 145-146), O PT e o PDT ajudaram Sarney a ganhar o que queria.

Para finalizar, podemos dizer que essa ameaça de golpe militar no final da década de 1980, em pleno processo de redemocratização do país, também evidencia de forma muito clara o quanto as forças armadas ainda interferiam na vida política brasileira. Concordamos com Noblat (1990, p. 140), quando argumenta que, no final, o presidencialismo foi mantido pela Constituinte graças à extraordinária força de aliciamento, da pressão e da distribuição de favores por parte do poder Executivo que foi capaz de dobrar votos em uma assembleia de homens livremente eleitos. Parece não restar dúvidas, portanto, de que o fisiologismo pesou nessa decisão da Constituinte que exorcizou o fantasma do golpe militar que perambulou pelo eixo Rio-São Paulo-Brasília entre os meses de janeiro e março de 1988. Esse episódio nos revela, todavia, uma outra face bastante sombria do Brasil da época, ou seja, o quanto uma grande parcela da nossa elite empresarial ainda era adepta de uma ditadura militar. Assim, a ideia de golpe não estava somente na cabeça dos homes de farda, mas era aceita por políticos e por muitos empresários que ainda não haviam aprendido a conviver com a autonomia do poder Legislativo e a alternância de poder em um regime democrático.

REFERÊNCIAS

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



A TRANSIÇÃO política: necessidade e limites da negociação – relatório final. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.100-110, abril/julho. 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORRA, Pierre (org.). **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar, (org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990. p.13-35.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.16, p.47-86, março. 1989.

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá: Eduem, 2013.

NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos**: O Brasil de Sarney a Collor. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed., UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Do político. In: RÉMOND, René, (org.). **Por Uma história política**. RJ.: Ed., UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas. 1996.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 243-282.



SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. 5ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990. p.81-104.

ANÁLISE DE FONTES MEDIEVAIS: O LIVRO DOS FEITOS DE JAIME I, O CONQUISTADOR

Marcelo Belam Salvador

Universidade Estadual de Maringá – UEM

Resumo: O objetivo do projeto é o estudo do Livro dos Feitos de Jaime I, o Conquistador (1208 - 1276), enquanto fonte para a compreensão de seu contexto e de contextos mais amplos como a Reconquista da Península Ibérica e a Idade Média. Para tanto, serão selecionadas e analisadas algumas das diversas temáticas presentes na obra e, dentre tais temáticas, escolhida uma para ser melhor desenvolvida.

Palavras-Chave: Jaime I, o Conquistador. Livro dos Feitos. Reconquista. Idade Média.

1. Introdução

E para que os homens conhecessem e soubessem como passamos esta vida mortal e o que nós fizemos com a ajuda do Senhor Poderoso, que é a verdadeira Trindade, deixamos este livro como memória para aqueles que desejam ouvir as graças que Nosso Senhor nos fez e para dar exemplo a todos os outros homens do mundo para que façam o que nós fizemos: colocar sua fé nesse Senhor que é tão poderoso. (ARAGÃO, 2010, p. 26).

São as palavras de Jaime I ao definir sua obra, ainda nas primeiras páginas das mais de quatrocentas dentre as quais trata de temas como sua infância, as disputas de uma nobreza insubordinada, suas relações com seu genro Afonso X e, principalmente, talvez seu principal legado: as conquistas de Maiorca e Valência, agregando-as à coroa de Aragão. Tais conquistas ocupam parte considerável do todo da obra, sempre orientadas por uma Providência que jamais abandona o monarca e faz dele instrumento de Sua vontade. Deste modo, Jaime I não hesita em invocar o nome de Cristo como sua inspiração e a expansão da fé cristã como seu objetivo.

Embora não se possa negar que o Livro dos Feitos esteja orientado pela subjetividade daquele que é seu personagem principal, também não se pode negar que oferece relatos de considerável importância

àqueles que se interessam pelo conhecimento da mentalidade da nobreza medieval, portanto cavaleira e guerreira, bem como pelo espírito cruzado da Reconquista. Valência e Maiorca, parte substancial da Espanha e da Península Ibérica atuais, outrora dominadas pelos islâmicos, estão diretamente relacionadas à atuação de Jaime I e a ideia de luta contra o inimigo “infel” sendo, desta forma, frequentes os contatos interculturais revelados pela obra.

Esta breve apresentação de algumas das temáticas presentes no Livro dos Feitos do rei Jaime I é suficiente para que se compreenda o objetivo do presente trabalho, qual seja o de analisá-las de acordo com o contexto em que se apresentam.

1.1. Breve Apresentação da Crônica Medieval

Primeiramente, façamos breve esclarecimento a respeito do gênero literário pelo qual trataremos a obra de Jaime I, qual seja uma Crônica. De modo que deveremos também inseri-la no panorama da História na Idade Média. Sendo assim, é conveniente que se abandone por um momento a concepção atual da história enquanto disciplina acadêmica, com seu método científico específico, fruto da Modernidade. Não queremos dizer com isso que a História não existisse no medievo, pelo contrário, possuía cultivadores, embora espaço reduzido de um modo geral na cultura, principalmente se comparada com a Filosofia ou a Teologia, para ficarmos em dois exemplos (Sánchez, 2001, p. 409 – 410).

Deste modo, não podemos perder de vista a influência que a religião e sua matriz Igreja desempenhavam no período, o que implica dizer que se relacionavam diretamente com a forma como o homem concebia o mundo, História e Teologia unidas de tal modo que seria difícil encontrar o método exato de separação. A concepção do tempo pelo homem medieval também é um assunto que deve ser analisado à luz das peculiaridades do período e, embora não seja a intenção aqui aprofundarmos o assunto, interessa-nos saber que, digamos, a totalidade da história do mundo era tributária da interpretação de Santo Agostinho (séc. V), o qual dividia toda a história da humanidade em seis eras, desde os primórdios, ou seja, a criação de Adão. A Idade Média seria a sexta das idades, devendo perdurar até o final dos tempos. Notemos que aqui história e teologia estão interligadas de tal forma que o tempo, dominado por Deus, segue uma linearidade tal que terminaria no Juízo Final e a salvação dos homens, os quais passariam a viver numa

realidade em que o tempo já não mais existiria (em condição idêntica ao princípio, ou seja, antes da expulsão do homem do Paraíso) (Sánchez, 2001, p. 411).

Tal História voltada unicamente para o fim dos tempos era o método cultivado pelos “historiadores” medievais e, grosso modo, dividida em três gêneros principais, os quais não estavam didaticamente definidos, principalmente quanto às diferenças entre si; história, crônica e anais. Contudo, de um modo geral a História tratava de temas mais específicos, como a história de um reino ou uma diocese. As crônicas de temas mais amplos, utilizando-se de uma cronologia para inserir a contemporaneidade dos escritores na história mundial, ou seja, remontando a primeira era agostiniana. Os anais eram caracterizados pela forma de escrita não narrativa, apenas agrupando cronologicamente fatos dignos de nota. Aliás, somente fatos considerados de importância tomavam parte na escrita de tais gêneros, os quais faziam saber fatos como atuações de grandes monarcas ou grandes eventos do calendário religioso. (SÁNCHEZ, 2001, p. 414)

A crônica, gênero do qual tratamos, passa por modificações significativas a ponto de ser cultivada como a principal narrativa histórica dentre os séculos XIII e XIV, reunindo as influências dos dois outros gêneros. Sendo assim, passa a narrar eventos em ordem cronológica, com marcada influência da Providência Divina e da escrita nos vernáculos, em evolução a partir do século XIII (MICHELAN, 2009, p. 5 – 6). Este é o caso do Livro dos Feitos, relatando os principais fatos da vida de Jaime I (1208 – 1276), portanto, com marcada influência subjetiva na escolha e interpretação dos episódios. Escrita em catalão, a obra é considerada uma das quatro grandes crônicas daquela literatura.

Deste modo, entendemos esta obra autobiográfica do monarca Jaime I como uma crônica, principalmente por situar-se no período de ápice da forma de escrita “histórica” e contar com características como utilização do vernáculo, forte influência da Providência, certa ordenação cronológica e caráter narrativo (em primeira pessoa) dos principais feitos da vida de um rei cavaleiro. Tais feitos, importante ressaltarmos, possuíam como finalidade principal a afirmação da autoridade do monarca, adotando um discurso apologético quanto a figura do rei, em seus sentidos geral e específico. Ou seja, afirma a autoridade da instituição monárquica, bem como preserva a memória dos feitos dignos de nota da personalidade Jaime I, obviamente de seu próprio ponto de vista. (VASCONCELOS E SOUSA, 2009, p. 1 – 2).

1.2. Jaime I e o Livro dos Feitos

Jaime era filho de Pedro II, o Católico e Maria de Montpelier, tendo nascido em 1208. Aos cinco anos de idade, em 1213, Jaime perde seus pais. Pedro II morreria lutando em defesa de seus vassalos albigenses e o garoto Jaime passa a tutela de Simón de Montfort, o qual derrotara Pedro II. Porém, já em 1314, Jaime é entregue a uma nova tutela por intermédio papal, vivendo até 1317 no castelo de Monzón, sob autoridade dos templários. Terminada a estadia no castelo, junta-se a seus naturais, aragoneses e catalães, em um período de regência e, em 1221, aos 14 anos de idade, casa-se com Leonor de Castela (casamento que viria a ser desfeito por razões de parentesco. Em 1235 se casaria novamente, com Violante da Hungria). A partir de então, no desenvolvimento desta obra relativa aos principais fatos de sua vida, selecionados pelo próprio monarca, acompanhamos o desenvolvimento do garoto em um rei cavaleiro, atuante militarmente e de fundamental importância na configuração da Espanha e Península Ibérica atuais, até sua morte, em 1276, sendo já então conhecido por Jaime I, o Conquistador

Quanto à obra, presume-se que tenha sido ditada pelo próprio Jaime I àqueles que a escreviam, tendo sido finalizada por estes após sua morte. Não há um consenso sobre a data exata da composição, mas teorias que versam sobre. Lluís Nicolau D'Oliver, por exemplo, acredita que fora composta em dois momentos distintos. O primeiro em Játiva por volta de 1214 e o segundo já nos últimos anos de vida do monarca em 1274, na cidade de Barcelona. Já historiadores mais recentes como Stefano Maria Congolani, Josep Maria Pujol e Albert Soler defendem a composição somente durante os últimos anos de vida de Jaime I, quando este já possuía maturidade intelectual. Quanto à língua da escrita, sabe-se que a obra inovou ao adotar o vernáculo, neste caso o catalão, num panorama dominado pelo latim. Neste sentido, o manuscrito mais antigo em catalão é do ano de 1343, isto porque a obra também contou com diversas cópias ao longo do tempo. (ARAGÃO, 2010, p. 17 - 19).

Em relação ao conteúdo do Livro dos Feitos, podemos dividi-lo cronologicamente, destacando grandes temáticas narradas. Assim, temos o capítulo primeiro como prólogo, onde Jaime I discorre sobre sua motivação, o registro de seus feitos. Os capítulos 2 a 33 tratam de sua infância, seu primeiro casamento, com Leonor, e as dificuldades em lidar com uma nobreza insubordinada, levando em consideração a infância do próprio rei. Entre os capítulos 34 e 327, datados entre 1228 e 1240, Jaime I faz saber a Guerra de Urgel, seus dois principais feitos de armas, as conquistas de Maiorca (atualmente conhecida como Ilhas Baleares) e

Valência e sua estada em Montpelier, território herdado de sua mãe, Maria de Montpelier. Capítulos 328 a 409, data: 1242 a 1265, desavenças com Afonso X, o Sábio, seu genro, campanhas contra os sarracenos rebelados de Valência e a Conjuntura Aragonesa, desafiando a autoridade do monarca. Finalmente, temos capítulos 410 a 566, abrangendo o período 1265 – 1276 com a conquista de Múrcia, em nome de Afonso X, sublevações de barões, mais informações sobre o relacionamento Jaime I – Afonso X, a visita de Jaime ao Concílio de Lyon e seu encontro com o papa e a morte de Jaime I, o Conquistador (JAIME I, 2003, p. 22).

1.3. Livro dos Feitos

Primeiramente, cabe definir a forma pela qual se desenvolve o presente trabalho, o qual possui o objetivo de selecionar e discorrer sobre determinadas temáticas presentes no Livro dos Feitos, fonte histórica provavelmente ditada por Jaime I de Aragão (1208 – 1276). Sendo assim, temos por objetivo principal conhecer a obra e finalizar nosso trabalho pela escolha de uma temática específica a ser melhor desenvolvida. Esta obra, composta durante a vida do monarca e finalizada somente após sua morte, conta com a seleção de Jaime I daqueles considerados seus principais feitos, portanto dignos de servir como exemplo de conduta de alguém em sua condição.

Importante ainda ressaltar não ser nosso objetivo aqui legitimar ou engrandecer os feitos do rei em questão, tampouco tomá-los como monumentos de uma verdade última, mas apenas utilizá-los enquanto fonte para a compreensão de um contexto, no qual especificamente se insere a atuação de suas figuras históricas, principalmente a forma como Jaime I, personagem principal, descreve e legitima seu reinado. Às temáticas.

Como membro de uma nobreza guerreira, Jaime dedica a maior parte do livro a sua atuação nas conquistas de Maiorca, Valência e ainda Múrcia, esta última em nome de seu genro, Afonso X, o Sábio, além de participar em conflitos como adversário de sua própria nobreza e contra rebeldes sarracenos. Portanto, comecemos por analisar como se desenvolve a atuação militar no advento específico da conquista de Valência, nesta que será a primeira de nossas temáticas, a guerra apresentada no Livro dos Feitos.

A leitura da obra não deixa dúvidas quanto à importância representada pelos castelos quando o [Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

assunto é a guerra. Vejamos as palavras de Jaime I:

O castelo de Montcada é tão forte e tem uma fortificação tão boa que se não fosse pela fome, não poderia ser tomado por nenhuma hoste. Além disso, há bastante água na costa do castelo, de uma fonte que nasce de uma parte que se vê ao norte, e ninguém pode tomá-la sem antes tomar o castelo. (ARAGÃO, 2010, p. 50)

E ainda:

(...) nós iremos a Burriana com as provisões e tudo o que pudermos levar, transportaremos em mulas de carga desde Teruel. Por outro lado, faremos vir provisões por mar para abastecer a hoste e teremos dois fundíbulos. Os castelos que estão em suas costas, como o de Peníscola, Cervera, Xivert, Polpis, Cuevas de Vinromá, Alcalatén, Morela, Cuyler e Aras, que vivem das provisões do campo de Burriana e estarão entre nós e as terras cristãs, terão que se render, uma vez que (...) não poderão ter as provisões que chegam de Burriana.

Quando isso acontecer, ou seja, quando tomarmos aqueles castelos, nos mudaremos para um lugar chamado Monte da Cebola, a duas léguas de Valência. Entre as cavalgadas e a devastação que fizemos em Valência (...) nós (...) cairemos sobre eles, antes que colham o trigo novamente. (ARAGÃO, 2010, p. 181)

A primeira citação não deixa dúvidas quanto ao valor de um castelo bem defendido e uma estratégia de fundamental importância nos assaltos a este tipo de fortificação: o cerco e a vitória pela escassez de víveres. Quanto à segunda citação, trata-se da aplicação desta estratégia, justamente na atuação das hostes do monarca de Aragão na trajetória para a conquista de Valência, a qual viria a ser transformada em Província, vinculada à coroa de Aragão. O plano seria executado em etapas, rumo à derradeira vitória. Primeiramente seria tomada Burriana, vila geograficamente mais próxima dos domínios da coroa de Aragão. A vila, fonte de suprimentos para a série de castelos supracitados tornaria impossível uma resistência prolongada, forçando aqueles que os defendiam a rendição pela fome. Superados os castelos, Valência (vila e capital, homônima da Província) também restaria enfraquecida pela estratégia da fome e somente após isso tomada pelas hostes aragonesas, as quais fariam pressão psicológica e militar através de suas cavalgadas.

Ou seja, temos uma estratégia de conquista empregada muito mais em função da rendição do inimigo do que propriamente pela sua superação em batalhas propriamente ditas, confrontos diretos entre homens. Não que estas não acontecessem, mas representam estratégia menos frequente na crônica, como nas situações em que grupos pequenos são perseguidos, ataques surpresa de uma das partes ou, como neste caso, a invasão de uma vila já enfraquecida. Destaque também para o emprego de armas de guerra, as quais atiravam projéteis visando minar a fortaleza dos castelos e o moral dos inimigos. Tais armas estão aqui representadas pelos dois fundíbulos da segunda citação, armas as quais tanto as hostes aragonesas como as sarracenas utilizam amplamente no decorrer da obra.

A Providência Divina, sempre atuante quando pensamos no panorama medieval, será a próxima de nossas temáticas, também representada por citações das palavras do próprio monarca na obra. A primeira delas: “Adiante, quando nós jazíamos no berço, por uma janela atiraram uma pedra sobre nós, mas ela caiu perto do berço, pois Nosso Senhor quis nos salvar para que não morrêssemos”. (ARAGÃO, 2010, p. 31)

Tais palavras não deixam dúvida quanto à compreensão que Jaime I faz de si mesmo ao longo da obra. Um monarca protegido pela própria Providência desde os primórdios de sua vida, apresentando sempre sua atuação como um trabalho prestado ao próprio cristianismo. A legitimação aqui se faz diretamente através da proteção divina, sendo Jaime I, como rei, escolhido pela atuação da Providência. A seguir outro exemplo:

Após ser feita a passagem onde deviam entrar os cavalos armados, entraram cerca de quinhentos homens a pé. Em seguida, o rei de Maiorca veio à passagem com todas as gentes dos sarracenos da cidade. Eles cercaram de tal maneira os que estavam a pé e que entraram que, se não seguissem os cavalos armados, todos estariam mortos. E, segundo o que os sarracenos nos contaram, diziam que viram entrar primeiro em um cavalo um cavaleiro branco com armas brancas. Isso deve ser nossa crença que fosse São Jorge porque encontramos em histórias que em outras batalhas tanto cristãos quanto sarracenos o têm visto muitas vezes. (ARAGÃO, 2010, p. 142)

A passagem representa, também, a Providência e introduz a próxima temática, o conflito entre cristãos e islâmicos no advento da Reconquista. Desta forma, identificamos claramente a ideia cristã de que o próprio Deus, neste caso representado por São Jorge, atuava ao lado do cristianismo na retomada dos

territórios junto dos “infiéis”, sempre somando territórios a causa cristã. A presença, culto e popularidade do santo no contexto se fazem compreensíveis quando sabemos que se trata justamente de um pária da nobreza medieval, ou seja, um cavaleiro, portanto guerreiro, lutando em nome do cristianismo.

Quanto ao espírito da Reconquista, busca pela retomada de territórios junto dos inimigos da “verdadeira fé”, basta atentarmos para a justificativa de Jaime I em relação à legitimidade da conquista de Maiorca, seu primeiro feito de armas:

Nós fomos nessa viagem (rumo a Maiorca) na fé de Deus e por aqueles que não creem n’Ele. E fomos lutar contra eles por duas coisas: ou para convertê-los ou para destruí-los, para que devolvessem aquele reino à fé de Nosso Senhor. (ARAGÃO, 2010, p. 103).

Para compreendermos tal mentalidade da Reconquista, a qual também se insere na categoria de cruzada, ou seja, atividade bélica não somente estimulada pelo papa como também recompensada com indulgências (FRANCO JÚNIOR, 1981, p. 61), vejamos as palavras do bispo de Barcelona:

- Barões, agora não é hora de fazer um longo sermão, pois a ocasião não nos permite. Este feito em que nosso senhor rei e vós estais, é obra de Deus, não nossa. Logo, deveis fazer esta conta: aqueles que neste feito receberem a morte, a receberão de Nosso Senhor, e terão o paraíso, onde terão a glória perdurável por todos os tempos; aqueles que viverem terão honra e valor em suas vidas e bom fim em suas mortes. Assim, barões, confortai-vos com Deus, porque o rei, vosso Senhor, nós e vós, desejamos destruir aqueles que renegaram o nome de Jesus Cristo (...). (ARAGÃO, 2010, p. 113)

Embora no decorrer da crônica do monarca de Aragão seja possível perceber certa distância entre a retórica e a prática cristã em suas relações com os islâmicos, neste sentido o discurso do bispo de Barcelona é muito mais representativo de um estímulo moral quando da iminência dos conflitos do que testemunho das frequentes relações entre as duas culturas na Península. Não que a violência fosse rara neste contexto, mas temos que ambos se viam na necessidade de também manter relações harmoniosas. Tomemos o caso de Valência que, mesmo após conquistada permanece amplamente povoada pelo povo do profeta, estes governados pelos cristãos. Vale ainda lembrar que, antes de ser tomada pelos cristãos, Valência e a casa de

Aragão mantinham relacionamento “diplomático”, devendo a primeira pagar tributos aos aragoneses, porém mantendo-se administrativamente independente.

Portanto, cabe não generalizar o discurso da Reconquista no cotidiano do período. Cristãos lutavam sim pela expansão de seus territórios e da fé cristã, buscando eliminar a presença islâmica da Península Ibérica e os islâmicos, por sua vez, também lutavam para manter seus territórios conquistados, embora já em declínio neste contexto. Convém, contudo, que separemos a mentalidade cruzada do cotidiano intercultural. O exemplo vem nas palavras de Jaime I: “E foram estas as coisas que deveríamos fazer: a primeira é que eles permanecessem com todas as suas herdades; a segunda, que tivessem sua lei para que gritassem em sua mesquita (...)” (ARAGÃO, 2010, pg. 391). Salvo o preconceito expresso pelo rei, o qual entende a forma de oração islâmica como simples gritaria, observamos que eles, ou seja, os sarracenos, teriam respeitados o direito de culto, bem como a posse de seus bens (esta é uma passagem relativa ao pós-conquista de Valência).

Ainda no tema da Reconquista, temos um exemplo do *modus operandi* cristão o qual, além da conquista militar também lança mão da expansão cultural, adaptando o que fora islâmico à cultura do cristianismo. Neste caso, temos a opção pela construção de igrejas, construções deveras simbólicas:

“Quando nós tivemos a nossa igreja, ordenamos que fosse feito um altar de Nossa Senhora Santa Maria, pois em todas as grandes vilas que Deus fez que ganhássemos dos sarracenos nós edificamos uma igreja de Nossa Senhora Santa Maria” (ARAGÃO, 2010, pg. 409).

Para finalizar, vejamos um exemplo de uma das obrigações do monarca no medievo, qual seja a defesa do direito das viúvas.

(...) e ela nos disse como viera a nosso pedido, porque sabia, e assim diziam as gentes que em nós encontraria justiça e mercê. Assim, ela veio a nós porque estava recebendo injúria em nossa terra, e que toda a terra sabia que ela era filha do conde de Urgel, Dom Ermengol, e que aquele condado pertencia mais a ela que a qualquer outro, porque ela era sua filha e ele não tivera mais nenhum filho ou filha a não ser ela. Assim, ela nos clamava amor e misericórdia para que nós devolvêssemos seu direito (...). (ARAGÃO, 2010, p. 74)

A fala em questão é relativa à Dona Berenguela que, embora não fosse qualquer viúva (fora uma dentre as várias amantes de Jaime I), ilustra nossa afirmação. Estamos no século XIII Ibérico, porém, ao voltarmos nosso olhar para o mesmo século em territórios britânicos temos que a Magna Carta, endereçada ao monarca das terras britânicas, em sua primeira versão, dedica vários de seus artigos ao esclarecimento das obrigações do rei para com as viúvas, protegendo-as por letra da carta de eventuais abusos ao seu direito. Seguindo tais princípios Jaime I envolve-se em disputa contra sua própria nobreza, fato, aliás, muito frequente na obra, para garantir a devolução do condado à condessa e fazer seu direito.

Fontes

ARAGÃO, Jaume de. **Livro dos Feitos**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio” (Ramon Llull), 2010.

Bibliografia

BUTIÑA JIMÉNEZ, J. Introducción. In: JAIME I. **Libro de los Hechos**. Madrid: Gredos, 2003.

FRANCO JÚNIOR, H. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MICHELAN, K. B. O Passado como Exemplo nas Crônicas Medievais Portuguesas. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0123.pdf> - Acessado em: 06/09/2013

SÁNCHEZ, E. S. **La Construcción de una Memoria de Identidade**. El Género Historiográfico en la Edad Media: de lo Europeo a lo Hispano. Universidade de Zaragoza, 2001. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/293648.pdf - Acessado em: 26/02/2014.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power**. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova Lisboa, 2007. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue10/pdf/bsousa.pdf - Acessado em: 06/09/2013.

A CONCEPÇÃO DE RICHARD DAWKINS ACERCA DA ORIGEM DA RELIGIÃO

Maria Helena Azevedo Ferreira

Orientadora: Vanda Serafim Fortuna

Richard Dawkins, intelectual britânico, nasceu em Nairóbi em 1941 no Quênia, filho de imigrantes ingleses. Em 1949 ele e sua família regressaram para a Inglaterra, onde estudou na Universidade de Oxford. Mas tarde passou a dar aulas de zoologia em Berkeley na Universidade da Califórnia.

Nossa proposta consiste em analisar como Richard Dawkins constrói seu discurso acerca das origens religiosas através de nossas fontes que se tornam complementares nessa discussão. Assim, ao passo em que na obra *O gene Egoísta* (1976) é definido um método de compreensão dos comportamento animal, inclusive da raça humana, partindo de uma visão darwinista que é apropriada e logo após decodificada em novos moldes, a obra *Deus, um delírio*, que é escrita posteriormente, parte do pressuposto que o mundo, tanto biologicamente como socialmente, é regido pelo sistema da seleção natural de Darwin, podendo categorizar a religião através desse panorama.

Em *O gene egoísta* (1976) Richard Dawkins baseia-se, sobretudo, no darwinismo para explicar sua teoria acerca do egoísmo e do altruísmo, no entanto observamos que esse darwinismo é visto como o ponto de ruptura entre dois modelos de pensamento convergentes, segundo o autor as descobertas de Charles Darwin, permitiram que nos livrássemos de um universo de superstições e adotássemos uma nova referência para explicar antigas questões.

Tais questões não permeariam apenas o âmbito material, mas para Dawkins estaria presente em nossos modos de agir: “Ele toca todos os aspectos de nossas vidas sociais, nosso amor e ódio, luta e cooperação, doação e roubo, nossa ganância e nossa generosidade.” (DAWKINS, 1976). O intelectual britânico, portanto, se mostra como um darwinista social, na medida em que enxergaria o processo de seleção natural determinante para os quesitos sociais, além disso sua postura em relação a religião e ciência, compreende-se como um processo de evolução, onde a religião ocuparia um status inferior enquanto modelo explicativo e a ciência, principalmente o ramo da biologia, estaria como um novo horizonte, sendo portanto fruto de uma evolução social.

Em *Deus, um delírio* (2006) Dawkins procura dar ênfase na origem religiosa, enquadrando-a dentro da perspectiva de seleção natural:

Sabendo que somos produtos da evolução darwiniana, devemos perguntar que pressão ou pressões exercidas pela seleção natural favoreceram o impulso à religião. A pergunta ganha urgência com as considerações darwinianas sobre a economia. A religião é tão dispendiosa,

tão extravagante; e a seleção darwiniana normalmente visa e elimina o desperdício.
(DAWKINS, 2007, p. 173)

Assim podemos observar na postura de Richard Dawkins um aspecto inerente a outros autores que relacionam a noção de evolução advinda de uma perspectiva darwinista, com os aspectos culturais e sociais de uma dada sociedade. O núcleo dessa esfera de pensamento, se refere, assim, a uma noção de que o âmbito das mentalidades está sujeito a uma evolução.

Celso Castro (2005) ao pensar os pais do evolucionismo cultural: Lewis Morgan, Edward Tylor e James Frazer; identifica aspectos em comum que regem a ideia de um evolucionismo cultural, o qual não estaria diretamente ligado às concepções de Darwin, entretanto é possível estabelecer, segundo o autor, ligações indiretas. A obra *A origem das espécies* inaugura um novo conceito, que é a ideia que uma evolução, ou seja autores contemporâneos a Darwin, como é o caso dos autores supracitados, assimilam a questão do 'progresso' dentro da teoria darwiniana e passam, tal aspecto para compreender o plano social .

Entretanto Castro aponta que a importante obra de Darwin, não foi o único elemento desencadeador do processo de pensamento acerca do evolucionismo cultural, o contexto social de insurgência de tais ideias, se tornam fundamental nessa perspectiva. Assim juntamente com as descobertas darwinistas, as descobertas arqueológicas provocaram um alargamento no sentido de tempo, pois há um certo desligamento com a ideia bíblica de que o mundo tinha por volta de cinco mil anos e abria-se caminho para pensar que a sociedade já esteve em estágios inferiores e estaria em um processo de evolução.

O papel de Darwin neste contexto se torna secundário quando Castro nos apresenta Herbert Spencer, considerado por muitos pai do darwinismo social, ele foi o primeiro, segundo o autor, a pensar a sociedade em um processo de evolução, onde a mesma caminharia de uma sociedade arcaica para uma civilização. Neste sentido a sociedade, assim como as teorias darwinistas, caminhariam de uma simplicidade para a complexidade, acerca dessa problemática o autor explicita:

O postulado básico do evolucionismo em sua fase clássica era, portanto, que, em todas as partes do mundo, a sociedade humana teria se desenvolvido em estágios sucessivos e obrigatórios, numa trajetória basicamente unilinear e ascendente. A possibilidade lógica oposta, de que teria havido uma degeneração ou decadência a partir de um estado superior [...] Toda a humanidade deveria passar pelos mesmos estágios, seguindo uma direção que ia do mais simples ao mais complexo, do mais indiferenciado ao mais diferenciado. (CASTRO, 2005, p. 14)

Interessante salientar, que sociedades vistas como arcaicas na contemporaneidade, são entendidas como ‘sobrevivências’, pois ao conceber que todas as sociedades passam por um processo de evolução e explicação para a existência dessa arcaísmo, estaria justificado como ‘sobrevivência’, sendo assim resquícios das sociedades mais antigas em sociedades mais evoluídas. (CASTRO, 2005)

Entre os pensadores apresentados, Castro coloca Edward Tylor como o precursor dessa ideia de ‘sobrevivências’, as mesmas estariam, nas palavras de Tylor, em forma de “processos, costumes, opiniões, e assim por diante, que, por força do hábito, continuariam a existir num novo estado de sociedade diferente no qual tiveram a sua origem e então permanecem como provas e exemplos de uma condição de cultura que evoluiu em uma mais recente”. Estes costumes sobreviventes, portanto, enquadrados dentro de uma perspectiva evolucionista, estariam vigentes nas sociedades sem exercer qualquer função social ou até mesmo uma racionalidade.

Essa questão da funcionalidade em um aspecto social, é entendido por Tylor como dentro do âmbito das ciências naturais, assim para ele a história humana faz parte de uma esfera biológica, sendo, portanto indissociáveis. Assim pensamentos humanos, na concepção de Tylor, seguem a mesma dinâmica da natureza, pois obedecem à leis definidas. As ‘sobrevivências’ englobariam também as superstições e certos tipos de crenças. (CASTRO, 2005)

A partir desse panorama, podemos perceber na figura de Richard Dawkins, um aspecto sóciobiológico. O intelectual britânico considera as ideias darwinistas como consensuais, ao mesmo tempo em que sua concepção se apoia em uma recusa da transcendência e em uma subordinação do âmbito social à esfera biológica.

Assim podemos dividir a concepção de Dawkins em relação à religião em duas principais vertentes: a primeira que considera a religião dentro de um aspecto evolucionista cultural, onde a mesma seria um modelo explicativo para as questões do mundo em um estágio anterior e em um estágio superior, substituindo a religião, estaria a ciência. Identificamos, portanto, uma ideia de que a sociedade é formada por diferentes estágios em constante evolução, podemos, assim, perceber uma influência de Edward Tylor, não apenas por pensar a questão da sociedade dividida em estágios, mas também por conceber a questão da ‘sobrevivência’. A qual se mostra como segunda vertente, referente à questão da origem religiosa.

Tal ponto, como aponta Arthur Cesar Isaia, na obra de Dawkins estaria pensado sob uma perspectiva darwiniana e ocuparia um status inferior, na medida em que a religião seria um subproduto de um comportamento útil para a conservação da espécie humana, acerca da concepção de Dawkins, Isaia explica:

Durante a evolução somos geneticamente programados para resistirmos ou fugirmos do perigo e defender nossa prole. A espécie precisa sobreviver. Assim como os adultos assumem a proteção da prole, desenvolve-se uma tendência à obediência, ao seguimento dos adultos por parte dos filhotes. Isso é bom e isso mantém os filhotes vivos. O problema para Dawkins é que essa tendência natural à obediência e ao seguimento dos mais velhos, trouxe



consigo um subproduto inevitável: a vulnerabilidade à “infecção” por vírus mentais. (ISAIA, 2010, p.29)

525

Estes vírus mentais são entendidos como a religião e suas variações, que dizem respeito a uma sobrenaturalidade. Em suma, Richard Dawkins enquanto intelectual e disseminador de ideias, apresenta um posicionamento em relação às origens religiosas, partindo de um consenso darwiniano, no entanto percebemos sua postura, de certo modo, enquanto resultado direto e indireto de uma série de pensadores, não apenas de Charles Darwin, como também de diversos pensadores que remodelaram o conceito de evolução biológica e trouxeram para o âmbito social.

Por entendemos nosso objeto de estudo enquadrado sob uma perspectiva da História das Ideias em diálogo com a História das Religiões e das Religiosidades, a fim de legitimar nossa escolha, faremos uma exposição sobre a consolidação destes vieses historiográficos, tomando como base dois capítulos do livro *Domínios da história*. São eles: “História das religiões e religiosidades” e “História das Ideias”, escritos respectivamente por Jacqueline Hermann (1997) e Francisco Falcon (1997).

Percebendo a produção de discurso acerca do darwinismo em dialogo com o âmbito social, é possível identificar um sistema de ideias. Para compreender essa problemática utilizamos como aporte teórico Edgar Morin (1991) para pensar a organização e a dinâmica das mesmas.

Ao observarmos de que forma as alegações de Dawkins acerca da origem da religiosa são construídas, é possível basear nossa preleção por meio da obra *História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção* de Michel de Certeau.

Por fim, considerando a postura de Dawkins em relação à ciência, tomaremos como base as discussões de Bruno Latour (2012) ao tratar do conceito “anti-fetichista”. Além disso, procuramos problematizar dois pontos cruciais, utilizando as colocações de Edgar Morin (2007), o primeiro ponto diz respeito à posição interdisciplinar a qual darwinismo social se coloca, transitando entre a biologia e as ciências humanas. Um segundo aspecto ser analisado referente a esse ramo da ciência, é a questão da ideia de progresso humano inerente a acumulação de conhecimento.

Falar em História das Ideias, como indica Falcon (1997) não é uma tarefa fácil, as ideias produzem um efeito de sentido um tanto ambíguo toda vez que tentamos associá-las à história, deixando o questionamento sobre o que vem a ser exatamente a história das ideias? E qual seria o seu objeto? Ou se trata de investigar a existência e trajetória das ideias, de algumas ideias apenas, quem sabe da própria história?

Como disciplina histórica, a História das ideias luta contra a ubiquidade de seu próprio objeto — as ideias — que, em termos acadêmicos disciplinares, é reivindicado também pela história da filosofia e por diversas outras disciplinas das ciências humanas. Ao acoplarmos ideias e história, a ambiguidade deste último termo permite a leitura [Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



da expressão daí resultante segundo duas claves bem diversas: como proposição ontológica que afirma a existência 'real' das ideias na história (no sentido de matéria do conhecimento histórico); e como proposição epistemológica que garante a validade de certo tipo de conhecimento histórico no qual as ideias constituem seu objeto. A primeira proposição conduziu à elaboração de "histórias", em diferentes tempos e lugares, baseadas na premissa de que as ideias se apresentam/desenvolvem na história de maneira independente ou autônoma em relação às demais regiões ou instâncias do real, quando não se afirma que só elas, as ideias, são "reais". A segunda proposição, ora aceita, ora recusada no curso da historiografia ocidental, constitui o tema específico desta pesquisa. (FALCON, 1997).

Sobre a História das Ideias, Falcon (1997) ressalta que, é a reconhecida indiferença de muitos historiadores a respeito das questões conceituais, vistas como abstrações filosóficas complicadas e/ou inúteis. Em complemento à isto, surgiria o hábito que costumam ter os historiadores de admitir a priori a transparência do sentido como algo intrínseco aos conceitos utilizados na escrita da história. Muitas vezes, os historiadores se utilizam com a maior naturalidade de toda uma gama de categorias, conceitos e noções que ora remetem ao senso comum, ora a horizontes teóricos específicos, sem se darem a mínima conta das suas implicações e dificuldades, as mais simples. Há, além dessa indiferença e "ingenuidade", é necessidade de mencionar um terceiro fator — as relações entre "ideias" e "ideologias", pois o termo ideologia conota sempre algum tipo de referência às "origens" e ao "papel" das ideias, ou de certas ideias.

Passando à história das religiões e o seu processo de legitimação da enquanto disciplina, foi extenso e sua consolidação se deu no século XIX com Etnologia; mais tarde ganharia um impulso com o surgimento do positivismo, sistema esse baseado em um darwinismo social, no qual a sociedade, inclusive na esfera religiosa, estaria em constante evolução. Dessa forma o positivismo de Augusto Comte traz a ideia de "Religião da humanidade", ideia essa produzida em um conturbado momento da história francesa, assim o conceito de evolução era entendido em sistema único religioso. (HERMANN, 1997)

No final do século XIX surge a Sociologia, cujo seu principal teórico Émile Durkheim, assimila o conceito de evolução herdado do positivismo, marcado por um olhar etnocêntrico acerca da religiosidade alheia, o diferencial do estudo sociológico se apresenta em conceber as sociedades religiosas estruturadas sob processos imutáveis, assim Hermann diferencia o estudo religioso na área de história da na área de sociologia:

Esta seria a marca fundamental a distinguir a sociologia e história, segundo Weber. A primeira teria por objetivo a construção de 'conceitos-tipo', propondo-se a encontrar as regras gerais dos fenômenos sociais, ao contrário da segunda, cuja preocupação seria a análise e a explicação causal de estruturas e ações individuais, consideradas culturalmente importantes (HERMANN, 1997, p.333).

Dessa forma a História das religiões pôde seguir de maneira autônoma em relação à Sociologia, entretanto não se podem negar as inúmeras contribuições que a sociologia forneceu ao campo histórico. São lançadas, desta maneira, as bases onde competiria ao historiador das religiões estudar o eixo religioso inerente ao homem inserido neste contexto. Neste sentido o trabalho de Mircea Eliade nos ajuda a pensar esse ‘homem religioso’ em relação com o sagrado, assim como também a nos traz reflexão sobre o seu contraposto: o ‘homem a-religioso’, que é o enfoque de nossa discussão.

Entendendo a construção do discurso darwinista de Richard Dawkins através de nossas fontes é possível esboçar o modelo teórico proposto por Morin, identificando nesse processo aspectos inerentes aos sistemas de pensamento, mais especificamente ao conceito de ‘teoria’. Antes da conceituação desse termo dentro de nossa perspectiva acerca de Dawkins, se faz necessário um breve panorama acerca da dinâmica das ideias, a fim de perceber como darwinismo social na visão de Dawkins pode se formar a partir de bases já existentes.

A produção da realidade ideológica a qual nos deparamos é fruto, segundo Morin, das interações cerebrais/ espirituais das sociedades que são regidas por regras coletivas e tais regras coletivas, por sua vez, são determinantes nas ações individuais. No entanto se mostra interessante perceber a elaboração dessa problemática, uma vez que a formação de uma realidade, no caso o darwinismo social de Richard Dawkins para pensar a religião, onde ao mesmo tempo em que o sujeito é influenciado por um âmbito coletivo é também produtor e disseminador de uma cultura.

Assim para haver um processo de ruptura com um sistema de ideias, é preciso que um espírito individual pré-condicionado em condições já pré-estabelecidas que favoreçam a emergência de novas concepções. Tais condições, segundo Morin se apresentariam primeiramente em forma de uma autonomia relativa dos espíritos; em seguida de uma emergência do conhecimento e ideias novas e por fim ao desenvolvimento das críticas recíprocas.

Assim, o que pesa sobre o consciente de um sujeito pensante é o fato de haver certo estranhamento em relação à cultura de origem, assim há um sentimento contrário em relação à ordem estabelecida, tornando, portanto, impossível a colocação de um novo sistema de ideias dentro de um velho, assim é preciso haver um desligamento, quase que por completo do sistema antigo. Neste sentido, podemos pensar no processo de eclosão das teorias darwinistas e como essas anunciaram um novo modelo de pensamento o qual irá ser assimilado e recodificado de acordo com a conjuntura inerente a outros indivíduos.

Há portanto, uma dinâmica, que perpassa as condições do sujeito e seu meio o para o surgimento de uma nova concepção, sendo esse meio caracterizado pela democracia intelectual e política, e também pela existência de uma comércio de trocas de ideias. Desse modo podemos conceber a esfera do pensamento darwinista, enquanto objeto passível de reinterpretções e novas assimilações, permitindo, neste contexto, um dialogo entre biologia e plano social, permitindo-se modificar-se em suas variáveis.

O conceito de ‘teoria’ apontado por Morin, neste sentido, se torna fundamental para compreendermos de que forma uma postura teórica é construída:

Assim, um sistema de ideias continua a ser teoria enquanto aceitar a regra do jogo competitivo e crítico, enquanto evidenciar maleabilidade interna, isto é, capacidade de adaptação e modificação na articulação entre seus subsistemas, como a possibilidade de abandonar um subsistema e de o substituir. Por outras palavras, uma teoria é capaz de modificar suas variáveis (que definem nos termos de seu sistema) mas não os parâmetros (os próprios termos que definem o sistema). (MORIN, 1991, p.118)

Sob perspectiva de Morin podemos entender a postura de Dawkins enquanto uma variável, pois o intelectual britânico, apesar de demonstrar um consenso em adotar o darwinismo enquanto modelo explicativo para o âmbito cultural, argumenta que em caso de uma teoria explicativa melhor surgisse ele a colocaria no lugar do pensamento darwinista. Entretanto, enquanto ‘teoria’ o posicionamento de Dawkins se sustenta em um núcleo mais firme, embora as variáveis sejam relativamente mais inconstantes, esse núcleo é um pensar cientificamente, não há verdade fora desse âmbito, assim os métodos científicos seriam dotados de um discurso de dominância.

Assim na postura teórica de Dawkins é identificável um movimento de separação do discurso dito como real e o fictício, correspondentes à ciência e a religião respectivamente. É salutar a esta discussão a percepção de Certeau (2012) de que, quem promove esse afastamento é o discurso que se coloca como dominante, ou seja: a ciência. Ela estabelece os seus próprios modos de verificação para determinar o que é verdadeiro, por meio da denúncia o falso. Ao apontar que, a religião é vista como uma organização essencialmente metafísica e não podendo ser comprovada em laboratórios, a verificação de sua veracidade seria ilegítima e assim há um restringimento da mesma a um mundo material, colocando-a sob os moldes do darwinismo. Entretanto a religião, sob a qual colocamos o status de ficção, pelo entendimento de Certeau (2012), não pode ser levada em consideração quanto ao seu nível de realidade, o que importa no discurso religioso é até onde seus conceitos podem transformar, ou seja, compor a esfera da realidade. Entretanto, a produção desse “real” é ocultado, na medida em que a ciência adquire um estado absoluto, ao monopolizar a verdade, não permitindo dessa forma concorrentes, como coloca Certeau: “ No entanto, ao enunciar o que deve se pensar e fazer, esse discurso não tem necessidade de se justificar porque fala em nome do real”(CERTEAU, 2011, p.53).

Assim Certeau coloca que na medida em que a ficção, ou a religião, não tem comprometimento com o real, acaba sendo expressa por meio de metáforas, ao passo que a ciência ao fazer uma mutilação nos seus próprios métodos de concepção da realidade, acaba por afastar-se da mesma.

Esse caráter submisso que a ciência lança para a religião, na medida em que desconsidera outras vertentes de compreensão do mundo, se dá pela percepção, por parte do ramo científico, de que a religião deve ocupar um status inferior pelo fato dessas construírem seu objeto de adoração com as próprias mãos.

Assim, ao criar representações do sagrado o ‘homem religioso’ acaba por fabricar o seu ‘fetiche’, tal fabricação é contestada por parte do homem moderno, ou seja, do ‘anti-fetichista’, que concebe falsidade na crença do homem religioso. Em outras palavras, o homem moderno cria uma concepção em relação ao seu ‘opositor’, o homem religioso, que não corresponde as convicções reais desse homem religioso, mas ao entendimento que ele tem sobre o que seria a crença deste. O que seria esse ‘fetiche’ objeto de crítica do homem moderno? Latour explica:

“O fetichismo, segundo acusação, estaria enganado sobre a *origem* da força. Ele fabricou o fetiche com suas próprias mãos, com seu próprio trabalho humano, suas próprias fantasias humanas, mas ele *atribui* esse trabalho, essas fantasias, estas forças ao próprio objeto por ele fabricado” (LATOUR, 2012, p.26)

O que os ‘antifetichistas’ fazem é tentar ignorar a ‘origem’ do fetiche, no entanto Latour aponta, que ao fazer isto, ele acabar por “inverter a origem da força”, ou seja, ele transforma aquele ser sobrenatural responsável pela confecção do fetiche em mero produto de criação do homem, a partir dessa concepção o homem finalmente estaria livre para ser autônomo.

Dentro dessa perspectiva podemos entender o caráter ‘libertador’ o qual o ateísmo ilustrado por Dawkins propõe, que ao pretender eliminar os ídolos, constrói novos, desfocaliza essa adoração, para adotar outra, logo em seguida. Ilustrada pelo o que Latour chama de “multidão social”, esta conserva os mesmos níveis de transcendência que anterior, no entanto ela acredita-se formulada por outros moldes. Essa ‘nova’ relação se configura no momento em que os homens estabelecem relações entre si, a partir daí há uma nova fabricação dos fetiches, guiados sem perceber por uma força invisível. Neste contexto a denúncia feita aos religiosos, os fetichistas, é usurpada na medida em que ganha corpo no âmbito científico.

Esse âmbito científico, compreendendo neste panorama o darwinismo social, tem uma proposta primária de interdisciplinaridade. Assim Morin (2007) coloca que a ciência tal como a assimilamos hoje, enquanto formadora de um conhecimento geral pressupõe esse transdisciplinaridade, formando um novo modo de conhecimento:

Há que dizer que não só as ciências, mas também “a” ciência, porque há uma unidade de método, um certo número de postulados implícitos em todas as disciplinas, como postulado da objetividade, a eliminação da questão do sujeito, a utilização das matemáticas como uma linguagem e um modo de explicação comum, a procura da formalização etc. A ciência nunca teria sido ciência se não tivesse sido transdisciplinar. (MORIN, 2007, 135-136)

Entretanto a proposta interdisciplinar, segundo Morin, provoca um novo tipo de disciplina normativa, onde há uma submissão do papel do sujeito na produção de conhecimento, com objetivo de dar objetividade as realidades inerentes ao ser humano. Ao perder de vista o as implicações do espírito humano no conhecimento científico acontece um movimento de mutilação, ainda que a proposta gire em torno de uma ‘interdisciplinaridade’, como é caso do [Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



darwinismo social, a mesma se encontra insuficiente uma vez que há a submissão dos aspectos inerentes à biologia ao campo social, dessa forma os mecanismos utilizados para pensar a natureza são reaproveitados para pensar o as relações sociais do indivíduo.

Além disso, ao pensar a sociedade e o conhecimento enquanto elementos em progresso se há uma ideia do que seria tal aspecto. A ideia de progresso, portanto se remeteria em uma acumulação de conhecimento dito racional, ao mesmo tempo em que se considera como algo positivo e reflexo do real. No entanto Morin coloca que essa ideia de evolução enquanto anunciadora de uma realidade não é completa, na medida em que o progresso é sempre acompanhado pelo seu contrário, não sendo o único componente em ação.

Assim a concepção de Dawkins em relação à religião parte do consenso de que o darwinismo é uma teoria que não tolera desperdícios e sempre está caminhando para uma evolução, nesta situação a religião se encontra enquanto parasitária. Podemos ver, portanto, o movimento de abdicação da realidade em favor de um sistema que não permite dissidências.

Para analisar a fonte documental é imprescindível levar em consideração o “lugar social” de Dawkins, delimitado por Michel de Certeau (1982). Dessa forma, segundo Certeau, o escritor parte de um ponto de observação que está intrínseco as suas decisões pessoais, assim suas ideias transcritas em seu livro estão relacionadas ao seu “lugar social”, portanto seu discurso parte de um “não-dito”, que como apresenta Certeau está embutido ao longo de seu raciocínio empregado. Assim é garantido um caráter subjetivo a sua obra, não tratando apenas de ideias ateístas em seu estado puro, mas também estaria implícito o espaço social no qual foi produzido.

Para Certeau “o recurso às opções pessoais fazia com que entrasse em curto circuito o papel exercido sobre as ideias pelas localizações sociais” (CERTEAU, 1982, p.68), dessa forma, o devemos levar em consideração as implicações dessas peculiaridades no discurso de Dawkins.

Referências bibliográficas:

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural: Textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In:_____. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **História e Psicanálise: entre a ciência e a ficção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FALCON, Francisco. História das Ideias. IN CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.).

Domínios da historia: ensaios de teoria e metodologia - Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 91-125



HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. IN CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia** - Rio de Janeiro: Campus, 1997. P. 329-352

ISAIA, Artur Cesar. **A relação entre natureza e religião em Burkert e Dawkins**. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n.8, 2010. P.25-32

LATOUR, Bruno. **Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: Edusc: 2012.

MORIN, Edgar. **O método IV. As ideias: a sua natureza, vida, habitat e organização**. Lisboa: Biblioteca Universitária, 1991

_____. **Ciência com consciência**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

Fontes impressas:

DAWKINS, Richard. **O gene Egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, ?? (1976)

_____. **Deus, um delírio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

A ALTA COSTURA E A FIGURA FEMININA

Maria Lucineti Sifuentes
(UNICESUMAR)
Paula Piva Linke
(USP/UNICESUMAR)

Resumo: Cabe fazer algumas reflexões sobre o papel da moda, neste caso a Alta Costura e a figura feminina adquirem relevância. Cabe destacar de que forma esta relação se constrói e qual é o papel da mulher perante a sociedade como consumidora de moda e suporte de moda para os desfiles. Para dar corpo a esta discussão Lipovetsky (1989), Sant'Anna (2007), Baudelaire (2002) são alguns dos teóricos que permitem compreender a moda e sua relação com a sociedade. Castilho (2002), Cidreira (2005) e Evans (2002) possibilitam a compreensão do fenômeno moda e sua relação com o corpo. Crane (2006) e Barnard (2003) auxiliam ao mapear o que seria o fenômeno Moda e seu papel social. O texto foi construído por meio de uma revisão bibliográfica com o objetivo de mostrar o papel feminino no consumo e mesmo como corpo que faz parte do espetáculo chamado desfile que engloba *glamour* da Alta Costura. Criada em meados do século XIX, a Alta Costura caracteriza-se por monopolizar a novidade (o que sintetiza o espetáculo da modernidade), lançar moda, criar um calendário sazonal e ditar tendências. É importante ressaltar, neste estudo, que a Alta Costura está voltada essencialmente para a figura feminina, e toda a sua configuração, como as *Maisons*, as apresentações e, inclusive, os desfiles, têm a mulher como objeto central. A moda propicia o prazer de surpreender, de deslumbrar e agradar aos olhos dos outros bem como a si mesmo. Desse modo, aprimorou o olhar, estimulou a observação e o prazer de ver e ser visto. A Alta Costura e os desfiles vêm potencializar os significados do vestir de cada contexto. Partindo das concepções de que é na moda que compomos um discurso que articulado com o corpo, dão forma e significados que marcam o papel social do indivíduo. A partir dessas considerações, observa-se que as construções do desfile, em seu início, trazem, além do aspecto mercadológico, uma relação com a coisificação e a erotização do corpo feminino. Ao entender-se que o corpo, assim como a roupa que o recobre, promove e instaura discursos significativos de comportamentos identitários, pode-se afirmar que o desfile, imitando os acontecimentos sociais, reporta e determina aspectos do ser social. Esse universo de significações recria laços e vínculos de valores sociais que articulam determinado contexto em que o desfile acontece. A mulher assume um papel específico, primeiramente de modelo e objeto de desejo dentro dos desfiles da Alta Costura, posteriormente ela demonstra a riqueza do marido e é vista como delicada, alvo de desejo, deve ser observada e contemplada. Esta relação corpo objeto se intensifica após o surgimento da Alta Costura, e se personifica na figura feminina, alvo do consumo e do desejo masculino.

Palavras-Chave: Corpo; Moda; Mulher.

1. Introdução

A moda enquanto fenômeno social é muito mais do que o simples ato de vestir-se, ela está relacionada à forma como os indivíduos se apropriam dos elementos do vestuário e o utilizam para se expressar.

Neste sentido, cabe fazer algumas reflexões sobre o papel da moda, neste caso a Alta Costura e a figura feminina, de que forma esta relação se constrói e qual é o papel da mulher perante a sociedade como consumidora de moda no momento em que surge a alta costura na Europa.

Além de distinção social, a moda propicia o prazer de surpreender, de deslumbrar e agradar aos olhos dos outros bem como a si mesmo. Desse modo, aprimorou o olhar, estimulou a observação e o prazer de ver e ser visto. Ainda nesse contexto, é preciso ressaltar que a preocupação com a aparência e, por extensão, com a casa, eram indicadores de *status* social e de individualização, servindo de estímulo para produção de objetos que representassem códigos de identificação e classificação.

2. A Alta Costura

Para Lipovetsky (1989), a moda moderna dá-se pela articulação entre duas indústrias: a Alta Costura (criação do luxo) e a confecção industrial (possibilitada pela produção barata e em larga escala), na qual também podemos destacar o surgimento da máquina de costura doméstica, a partir de 1950. É nesse momento que a moda se impõe – e pode-se afirmar que essa imposição é maior, até mesmo, do que a própria distinção de classes.

Esses dois pontos são antagônicos, pois enquanto o primeiro tem, em seu cerne, a criação de roupas originais e luxuosas, o outro centra-se na produção em escala industrial, tendo como resultado produtos mais simples, de produção seriada.

Criada em meados do século XIX, a Alta Costura caracteriza-se por monopolizar a novidade (o que sintetiza o espetáculo da modernidade), lançar moda, criar um calendário sazonal e ditar tendências. É importante ressaltar, neste estudo, que a Alta Costura está voltada essencialmente para a figura feminina, e toda a sua configuração, como as *Maisons*, as apresentações e, inclusive, os desfiles, têm a mulher como objeto central.

Outra característica importante da Alta Costura é o fato de haver implementado leis e instituído normas que regulamentavam todo o sistema, mobilizando-se em questões organizacionais com regras que protegiam contra o plágio.

Na confecção industrial, presente na França desde 1800, produzia-se, em série, roupas novas e baratas. Sua grande expansão deu-se a partir de 1840, com o desenvolvimento de novas técnicas e a mecanização da produção, possibilitando assim maior produtividade e custos reduzidos: trata-se de uma produção dirigida à pequena e média burguesia, especializada na diversidade e qualidade de seus produtos. No entanto, é somente a partir de 1914/1918, com os progressos da indústria química e a divisão de tarefas, que essa indústria progride, mas ainda assim, mantém-se num patamar abaixo da Alta Costura até os anos 1960.

Com a Alta Costura, tem-se assim uma organização da moda bem similar àquilo que conhecemos hoje, com lançamentos sazonais, indivíduos que criam e ditam moda, além de apresentações com manequins vivos. O costureiro assume o valor artístico dos criadores e iguala-se a estes, chocando e alterando gostos. Destaca-se, nesse contexto, Charles Frederick Worth, costureiro que se impôs como criador e passou à história como o pai da Alta Costura.

Segundo Seeling (2000, p. 15), Worth foi o primeiro a atribuir a si o estatuto de celebridade, pois inovou ao assinar suas criações “como se fossem obras de arte”; também foi responsável por um calendário de moda, no qual lançava suas coleções anualmente. Conforme Evans (2002, p. 34), Worth lançava duas coleções por ano, sem datas fixas, “nem desfiles de moda organizados”, como há hoje; ele também introduziu mudanças na forma de vender seu produto, dando início a uma visão revolucionária de *marketing*. Como afirma Seeling (2000, p. 16), Worth “combinava a técnica inglesa de corte com a elegância francesa” e, como afirma a autora, é nesse momento que se inventa a palavra *couturier* (costureiro), pois até então só existiam *couturières* (costureiras de corte simples).

Em 1959, cerca de cinquenta casas são registradas pela Câmara Sindical da Costura parisiense. Essas casas, para entrarem para a Câmara Sindical, precisam atender certas condições em relação a fatores como: empregar de cem a dois mil funcionários; a peça deve ter 75% do trabalho feito de modo manual; garantir a exclusividade e a unicidade de cada peça, entre outros.

Até 1930, as grandes casas apresentavam, em cada estação, coleções compostas de mais cento e cinquenta modelos, algumas delas chegando mesmo a trezentos itens; já a partir de 1950, cerca de dez mil protótipos eram criados em Paris. A Alta Costura garantia, desse modo, uma criação incessante de modelos originais.

Essa indústria do luxo desempenhou um papel fundamental na economia francesa, principalmente com a exportação da produção. Dada sua importância em termos econômicos, as vendas desse nicho de mercado representavam aproximadamente 15% da exportação global francesa, mas além da importância econômica, a Alta Costura trouxe a garantia da originalidade e de uma individualidade nunca antes experimentadas. Contudo, como a moda sempre foi paradoxal e ambígua, ela vinha “acompanhada de uma obediência sincronizada, uniforme, imperiosa, às normas da Alta Costura” (LIPOVETSKY, 1989, p. 106). Assim, ao mesmo tempo em que garantia a individualidade, impunha normas uniformizadoras no vestir.

As apresentações com manequins vivos, a renovação sazonal, o costureiro com estatuto de celebridade ou de artista criador (até então a costureira não tinha um papel criativo, mas passa a haver uma imposição do artista junto à sua clientela) são fatores que abalam a uniformidade do vestir, chocam o público e ditam regras. Esse reconhecimento do costureiro como artista de talento singular só aparece com a Alta Costura, e ele começa a ser igualado ao artista pintor, pois além de criar, também assina suas obras. O costureiro passa, então, a gozar de um prestígio ímpar e, à semelhança de um pintor, vive luxuosamente, coleciona obras de arte e é reconhecido pela mídia. Em 1949, por exemplo, o Instituto Gallup indica Christian Dior como uma das cinco personalidades mais reconhecidas no mundo.

A Alta Costura é, portanto, uma organização que nasce no interior de uma sociedade historicamente datada pelo controle e pela disciplina; mas, se por um lado, ela organiza e dita moda - individualizando pela iniciativa pessoal, glorificando o luxuoso e o frívolo -, por outro pluraliza, dada sua quantidade e variedade de modelos.

3. A figura feminina

Antes de relacionar a mulher ao consumo e o corpo como cabide que divulga a alta costura, cabe aqui apresentar brevemente alguns reflexões que auxiliam na compreensão do fenômeno moda. Inicialmente caberia destacar não somente o vestuário, mas a importância que a nossa sociedade dá aos objetos e como eles nos auxiliam na construção de memórias, momentos e de nós mesmos.

Nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser [...]. Estamos intimamente envolvidos com objetos que amamos, desejamos ou com os quais presenteados os outros. Marcamos nossos relacionamentos com objetos [...]. Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e identificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós [...] não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro (WEINER apud GONÇALVES, 2009, p.68).

A partir do momento em que reconhecemos tais objetos como parte integrante de nossa construção, observa-se que eles recebem ou se transformam em elementos que falam sobre nós. Tornam-se importantes por meio de uma atribuição de valor, seja ela monetária, sentimental, espiritual, em outras palavras, os objetos, sejam eles quais forem, possuem mais do que valor de utilidade, como descreve Gonçalves.

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no espectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (GREENBLATT apud GONÇALVES, 2009, p.72).

Portanto, o ser humano se apropria dos objetos, sejam eles quais forem para construir-se. “A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas as suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que se produzem” (De Certeau, 1980 apud CHARTIER, 2002, p. 68). Portanto, mais do que um objeto, ou uma roupa, por exemplo, não apenas sua utilidade é importante, mas como ela é usada, como veste o corpo, o que representam para o indivíduo e para a sociedade.

A roupa, assim como qualquer outro objeto representa , marca, identifica, realça, estabelece conexões das mais diversas formas, ainda mais quando é reconhecida como moda.

Tradicionalmente vista como sistema de representação rígida e distintivo das classes, profissões, etc, a moda adquire hoje o sentido de uma estratégia corporal na busca de mais expressão, propiciando movimentos de simulação, aumentando o poder do corpo de afetar e ser afetado. De sistema rígido de convenções decodificáveis passa cada vez mais pelo processo geral da crise da representação (CASTILHO e GALVÃO, 2002, p. 93).

Em outras palavras, “a moda apodera-se indiferentemente dos signos leves (moda, corpo, objeto), quanto dos pesados (políticos, morais, econômicos científicos)” (VILLAÇA, 2006, p. 25). Ao se apropriar de diversos signos, a moda constrói uma linguagem, da qual o indivíduo se apropria para construir-se enquanto ser social.

As roupas, como artefatos, criam comportamentos por sua capacidade de impor identidades sociais e permitir que as pessoas afirmem identidades sociais latentes. [...] Por outro lado, as roupas, podem ser vistas como um vasto reservatório de significados, passíveis de ser manipulados ou reconstruídos de forma a acentuar o senso pessoal de influência (CRANE, 2006, p. 22).

Se a roupa possibilita o desenvolvimento de uma linguagem, “de acordo com as observações de Sahlins, pode-se dizer que a roupa (esse produto desejado por muitos) seria, portanto, um certo universo simbólico transformado em matéria” (CIDREIRA, 2005, p. 105-106). Como universo simbólico ela também influencia o corpo que veste, não somente em questões de gênero, mas em relação aos papéis e posições sociais.

A moda feminina nasce com a Alta Costura. As grandes *Maisons*, os desfiles, as renovações a cada estação eram exclusivamente femininas. Claro que, paralelamente, havia uma moda masculina, mas estava fora dos padrões da escala na qual a moda feminina de luxo era produzida. Grandes alfaiates produziam uma moda mais austera, impulsionados, principalmente, pelo mercado londrino e, posteriormente, pelos Estados Unidos, mas uma moda mais igualitária e sem as audácias da moda feminina.

O desfile surge com a industrialização e com toda a ideia que envolve esse contexto, como o transitório, o efêmero, o reprodutível, contrapondo-se a tudo aquilo que seria imutável ou eterno. Entender o desfile de moda naquele momento requer entender sua relação com o consumo, com a arte, o cinema e o teatro, e também com “a coisificação e [a] erotização da figura feminina na cultura de massa” do século XIX, em que o corpo feminino é construído artificialmente por meio de artefatos, entre eles a roupa, como forma de submissão e vitrine de *status* social, além das concepções “mais amplas de gênero, imagem, desejo e relações pessoais” (EVANS, 2002, p. 31).

Entender, portanto, a modernidade e sua complexa relação com o capitalismo é entender também o espetáculo e a visibilidade de uma sociedade movida pelo consumo, na qual os objetos assumem uma importância exagerada de *status* e poder e são apresentados como um mecanismo de hierarquia social, como afirma Sant’Anna (2007). Para a

autora, o sujeito torna-se expressão a partir da aparência, e sua aceitabilidade social “corresponde ao grau de investimento realizado sobre a aparência, constituindo esse esforço pessoal num capital” (SANT’ANNA, 2007, p. 77).

Essa narrativa visual espetacular dos desfiles no início do século XX (LIPOVETSKY, 1989) é dada pela imagem da manequim personificada na mulher espetáculo da sociedade industrial. A imagem da mulher do século XIX (XIMENES, 2009) é redesenhada e alterada por meio da instalação cultural sobre ela. É uma sociedade de estrutura fortemente patriarcal, na qual a submissão e obediência prevalecem, e isso é evidenciado na indumentária, por meio de estruturas acopladas – como, por exemplo, as crinolinas ou anquinhas, e até mesmo o aprisionamento dos espartilhos que imperaram até meados de 1920. A figura feminina, por meio de seu traje e sua aparência, ressaltava publicamente a riqueza do marido, tornando público seu *status* social. A roupa era, portanto, um sinalizador da diferença social e de gênero, mas especialmente da hierarquia que a mulher evidenciava.

Em diferentes culturas ou épocas, esse corpo foi dominado segundo valores a ele imputados. Ser belo, jovem, elegante, sofisticado e, principalmente, “arrumado” sempre foi o passaporte da distinção entre indivíduos e entre animais. Roupas, tatuagens, marcas, cicatrizes, ornamentos são, ainda hoje, emblemas ou distintivos que assinalam as diferenças entre distintas culturas, gêneros, *status*, idades e classes sociais.

No século XIX, ser “*chic*” era uma expressão que tinha como significado ser desenvolvido e socialmente aceito pelo aspecto visual e gestual, como afirma Duggan (2002). A sociabilidade, naquele contexto (XIMENES, 2009, p.42), dava-se principalmente na docilidade dos gestos femininos e nas roupas que a mulher vestia. “O diálogo da mulher se fazia pelas roupas e pelo código da sociedade patriarcal: ela precisava ser tola, impotente e bela e, assim, se tornar o objeto máximo de consumo. Percebe-se a figura da mulher vestida tanto como sujeito como objeto”. Para Ximenes (2009), a roupa ocupava papel fundamental como forma de comunicação naquele momento, pois a docilidade dos gestos e a *performance* do mover-se diante dos olhos alheios estabeleciam uma relação de comunicação.

A partir dessas considerações, observa-se que as construções do desfile, em seu início, trazem, além do aspecto mercadológico, uma relação com a coisificação e a erotização do corpo feminino. Ao entender-se que o corpo, assim como a roupa que o recobre, promove e instaura discursos significativos de comportamentos identitários, pode-se afirmar que o desfile, imitando os acontecimentos sociais, reporta e determina aspectos do ser social. Esse universo de significações recria laços e vínculos de valores sociais que articulam determinado contexto em que o desfile acontece.

A sociedade moderna exalta o império da moda feminina, seja pela Alta Costura, ou nas formas de comunicação e na imprensa especializada no universo feminino. Há uma grande acentuação que demarca o parecer feminino e o masculino, com desigualdades ostensivas em relação à sedução. Os artifícios são dirigidos à figura feminina, como símbolo de luxo, frivolidade e sedução, além de serem uma forma de ostentação do poder e do *estatus* social do marido.

A visibilidade nesse momento - com o ter e o parecer a partir da apropriação dos objetos e, principalmente, com a moda - imprime à figura feminina, à mulher da sociedade industrial, um corpo-objeto, pois a mulher de fim de século, na visão de Baudelaire (2002), era, para a maioria dos homens, a fonte dos prazeres e a visão do belo, um ser

cujos encantos alegravam e tornavam mais fácil o jogo sério da política [...] de quem derivam os prazeres mais excitantes [...]. É uma divindade [...] um objeto da admiração e da curiosidade. [...] ela é, sobretudo, uma harmonia geral, não somente no seu porte e no movimento de seus membros, mas também nas musselinas, nas gazes, nas amplas e reverberantes nuvens de tecidos em que se envolve, que são como que os atributos e o pedestal de sua divindade (BAUDELAIRE, 2002, p. 54).

Segundo o autor, esse corpo era um objeto de admiração, enfeitado, não somente no seu porte, mas reiterado em suas vestes e ornamentos, dando-lhe certa divindade e inseparabilidade.

Dessa forma, podemos observar que corpo e traje compunham, de modo indivisível, o todo divino, do luxo e dos prazeres, trasladando, para os desfiles das grandes *Maisons*, essa visão da manequim como ideal de consumo, numa mescla entre o que estava à venda: a roupa ou a modelo/manequim? Como afirma Evans (2002), a modelo confundia-se com o objeto de consumo; roupa e corpo, dados pela gestualidade (e o andar) da modelo, em um desfile (que naquele momento mais lembrava um evento social), são duas linguagens que, combinadas, dão sentido e fazem roupa e corpo parecerem únicos, produtos construídos (fabricados) para a comercialização, característica daquele período de produção seriada. Essas apresentações programadas, os desfiles, traziam a inclusão de atitudes corpóreas idealizadas e moldadas na cultura reinante.

Nesse sentido, Garcia (2007) afirma, acerca da forma das apresentações de Lucile, que tinham referência no Teatro de Revista, pois ela atuava como figurinista das *showgirls*. Estas tinham o papel de parecerem belas, graças aos ornamentos (adereços, traje, cabelo, maquiagem) e a uma gestualidade estudada, que refletia o padrão estético da época e da organização da aparência e construção da identidade daquele momento. Uma mulher que se valia dos artificios como forma de “marketing pessoal”, como afirma Ximenes (2009), tanto para a conquista, como para a ostentação de seu *status* social. A figura da mulher, a partir da ornamentação, é um oferecimento ao olhar, à contemplação, mas, principalmente, ao olhar masculino.

A roupa, em várias culturas, sempre foi o sinalizador de questões de sexo e gênero, e ajuda a dar uma ideia acerca de como homem e mulher devem parecer. Hoje essas distinções são menos perceptíveis, mas, no século XIX, refletiam a identidade dos sexos. A questão dos gêneros é um fenômeno cultural que consiste em determinar a masculinidade ou a feminilidade por meio de um conjunto de características apropriadas. Nesse sentido, como afirma Barnard (2003, p. 168) à mulher, em algumas culturas, cabe, por exemplo, “ser modesta, cuidadosa, saber criar e alimentar, enquanto que ser adequadamente masculino é ser agressivo, dominador e ter um emprego fora de casa”. Essas diferenças comportamentais eram extremamente acentuadas no século XIX, na cultura europeia, em que cabia ao homem o papel ativo de ser o gênero que olha e supervisiona, e à mulher o papel passivo, daquela que é observada.

Mas, segundo Berger (*apud* BARNARD, 2003), cabe à mulher o papel de observar a si mesma, sendo, no entanto, olhada.

Este posicionamento da mulher quanto à forma de parecer frente ao olhar masculino leva a uma preocupação acerca de como se mostrar ao homem com relação à aparência. Tal concepção de Barnard (2003) conduz a duas reflexões: como é o olhar masculino em direção à mulher e como a mulher passa a ser reduzida conforme sua aparência. Ainda segundo Barnard (2003), essas ideias derivam da teoria psicanalítica e têm relação com as questões do desejo e do prazer: o prazer do olhar está conectado à ideia do *voyeurismo* e do exibicionismo, chamados de “escopofilia”.

De acordo com Muhey (*apud* BARNARD, 2003), a escopofilia está ligada a questões de poder e desejo, quando o olhar para o outro torna-se controlador, ou quando esse olhar torna o outro um objeto de desejo. De acordo com essa visão, o olhar masculino, que pode ser observado nos desfiles de Lucile, reduz a mulher a objeto olhado; a mulher passa, assim, a desempenhar o papel de uma exibicionista frente ao olhar masculino. É uma ideia que retrata e confirma a afirmação de Evans (2002, p. 32), ao descrever a imagem espetacular da manequim, e no que acredita sobre o conflito entre o que estava realmente à venda: a mulher ou a roupa.

Há uma satisfação do olhar masculino na observação da mulher, que passa, então, a ser reduzida à sua aparência; e a identidade feminina será, assim, construída segundo a indumentária e a frivolidade ligadas à moda, que, nesse momento, assim como o comportamento, reproduzia esses valores. Mas entender o desfile de moda, como afirma Evans (2002, p. 33), “somente como sintoma da objetivação da mulher é perder sua complexidade, pois o espaço fluido e teatral da passarela [...] permite a construção da identidade de gênero como construção cultural”.

Assim era a narrativa visual espetacular da mulher no final do século XIX - resignação, beleza, postura, docilidade e erotização -, personificada nos desfiles do início do século XX como uma mulher-espetáculo, uma mulher esculpida pela cultura da sociedade industrial. A visibilidade, nesse momento, dá-se por meio de “ter e parecer” a partir da apropriação e da ornamentação. Percebe-se a figura da mulher vestida tanto como sujeito como “objeto”.

O desfile é a representação dessa forma fugaz e sedutora que estabelece uma relação de comunicação acerca de como é percebida a figura feminina na sociedade, dando visibilidade tanto ao objeto/roupa como ao objeto/corpo.

4. Considerações finais

Com o surgimento da Alta Costura a mulher assume um papel bastante peculiar. A Alta Costura e os desfiles vêm potencializar os significados do vestir de cada contexto, seja pela sedução, manipulada pela comercialização, seja pela possibilidade de escolhas individuais. Partindo das concepções de que é na moda - o conjunto dos elementos

usados, trajes, indumentária, acessórios e ornamentos – que compomos um discurso que articulado com o corpo, dão forma e significados que marcam o papel social do indivíduo.

O desfile assim como a moda absorve e descarta os valores de cada época com a mesma intensidade, propondo novas linguagens que traduzem as necessidades deste determinado momento. O desfile é a representação da forma fugaz e sedutora do mundo do consumo e que estabelece uma relação de comunicação de como é percebido roupa e corpo. Dá visibilidade tanto ao objeto/roupa como ao objeto/corpo.

A mulher assume um papel específico, primeiramente de modelo e objeto de desejo dentro dos desfiles da Alta Costura, posteriormente ela demonstra a riqueza do marido e é vista como delicada, alvo de desejo, deve ser observada e contemplada. Esta relação corpo objeto se intensifica após o surgimento da Alta Costura, e se personifica na figura feminina, alvo do consumo e do desejo masculino.

Referências

- BARNARD, Malcolm. **Moda e comunicação**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 2002.
- CASTILHO, Kathia; GALVÃO, Diana. **A moda do corpo, o corpo da moda**. São Paulo: Editora Esfera, 2002.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre, Editora Universidade, UFRGS, 2002.
- CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os sentidos da moda: vestuário, comunicação e cultura**. São Paulo: Anablume, 2005.
- CRANE, Diana, **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Senac, 2006.
- EVANS, Caroline. O espetáculo encantado. In: STEELE, V. **Fashion Theory: a revista da moda, corpo e cultura**. São Paulo: Anhembi Morumbi, Jun. 2002, v. 1, n. 2.
- GARCIA, Carol. **Moda é comunicação: experiências, memórias, vínculos**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2007.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A magia dos objetos: museus, memória e história. In PRIORI, Ângelo. **História, Memória e Patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- SANT'ANNA, Mara Rubia. **Teoria de moda: sociedade, imagem e consumo**. Barueri, SP: Estação das Letras Editora, 2007.
- SEELING, Charlotte. **Moda: o século dos estilistas**. Portugal: Konemann, 2000.
- VILLAÇA, Nizia. A cultura como fetiche, corpo e moda. In: VILLAÇA, Nizia; CASTILHO, Kathia. **Plugados na moda**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2006.
- XIMENES, Maria Alice. **Moda e arte na reinvenção do corpo feminino do século XIX**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.

OS JESUÍTAS E O CARÁTER CIVILIZATÓRIO DE SUA FORMAÇÃO

Mariana Vieira Sarache
Universidade Estadual de Maringá- UEM

Resumo: Neste artigo abordamos uma breve apresentação do cenário histórico do Brasil nos seus três períodos, principalmente no que tange a formação de sua nacionalidade. Para tanto nos referimos a ordem jesuítica, uma das maiores instituições presentes na história do Brasil, acreditando ser ela um elemento fundamental para a constituição da civilização do país em construção. Neste sentido nos apoiamos nos autores estudados e documentos relativos ao período. Concluímos refletindo que não só o Brasil deve grande consideração aos Jesuítas como tem em seu bojo a preocupação da formação da nacionalidade brasileira tomando como parâmetro a educação.

Palavras – chave: Jesuítas; Projeto Civilizatório; Brasil em formação.

Introdução

Neste texto queremos apresentar algumas reflexões que foram possíveis de serem pensadas a partir de um breve estudo sobre a História do Brasil, seus aspectos mais relevantes, a partir do viés da Educação e da História da Educação. Pensado dessa forma o que mais nos chamou a atenção foi a atuação da Ordem Jesuíta na formação do Brasil colônia perpassando pelo período imperial e deixando resquícios de sua influência no período republicano.

A ordem religiosa que atingiu seu objetivo de se espalhar por diversos lugares do mundo quase que concomitantemente, teve no Brasil uma importância de referente atuação no campo da educação. Pensamos que essa atuação não só formou uma “elite pensante” ao decorrer de seu desenvolvimento, mas também gerações que serviam de modelo cidadão para a sociedade que pretendia se formar.

A partir disso tratamos brevemente do cenário da qual nos referimos e seguimos com algumas considerações sobre tal abordagem.

No Brasil, como colônia, não se tinha preocupações com sua construção. A ideia e a prática se resumiam na sua exploração e na sua expansão, justamente para aumentar a área da produção. Na medida em que foram trazidos colonos para se estabelecerem no Brasil e, com eles, os Jesuítas (1549), tem início a catequização dos índios e com ela a possibilidade de construção de um território mais organizado e não apenas de exploração. A atuação dos jesuítas e sua iniciativa de construção de escolas/colégios trouxeram

instituições e algumas características de uma civilização europeia. Com efeito, a catequização dos indígenas e a sua educação, especialmente das crianças, promoveram um encontro dos primitivos habitantes do Brasil com a cultura europeia, em um fenômeno denominado pelos cientistas sociais de *aculturação*.

Os jesuítas permaneceram no Brasil por duzentos e dez anos, sendo estes distribuídos nos dois primeiros períodos históricos do Brasil, colônia e império. Sob certos aspectos, a partir de certo momento, os jesuítas passaram a representar para a Coroa um problema, pelo seu acúmulo de riqueza e pelo seu poder, ambos ameaçadores, já que dava ao território características de desenvolvimento e independência. Isso levou ao seu enfraquecimento e sua expulsão da colônia, à época de Pombal (1759).

Além disso, como os jesuítas tinham o controle sobre a educação, constituíam um obstáculo às reformas que Pombal pretendia introduzir, em Portugal e no Brasil, procurando modernizar a instrução portuguesa.

Durante a República comenta-se acerca da necessidade de construir a nação brasileira, verificando-se uma discussão entre a resposta encontrar-se na ação política ou na educação. A passagem do período imperial para o republicano não foi, porém, rápido e nem simples. A necessidade de nacionalizar um povo ainda diferenciado e múltiplo era urgente: era preciso dar características homogêneas à sociedade e integrar o território. Para muitos, isso seria função da educação.

Essa discussão seguiu até o final do Brasil República e infelizmente até hoje não se tem muito claro quando se pensa em um plano mais geral qual é o papel, de fato, da educação no desenvolvimento do Brasil. Há diversos debates de quais são os maiores objetivos da educação e correntes filosóficas que defendem objetivos opostos. Porém, não se tem uma ideia central de como deve ser a formação do brasileiro, ao modo que vemos em países de primeiro mundo, ou de que as crianças de hoje sejam de fato, tratadas como o futuro de amanhã.

Apesar de não ser este o foco de nosso estudo neste artigo, é possível pensar nesta questão, já que as leituras realizadas nos permitiram tais reflexões, inclusive porque as questões presentes hoje são resultados de situações vividas e/ ou consolidadas ou não de tempos anteriores ao nosso.

Estudar história

De todos os assuntos das quais foram tratados na disciplina de História da Educação no Brasil, o que nos interessou mais de perto foi a postura que o pesquisador deveria ter diante do estudo da História. Ao

escrever sobre ela, ou seja, a atividade do historiador deve ser direcionada pelos fatos e documentos deixados ao longo das ações dos homens, sendo assim, analisados a partir de questões do presente. Não se trata, portanto, de estudar o passado pelo passado, mas retomar o passado e ver nele inscritas as possibilidades de tomar rumos diferentes; tomar medidas que poderiam fazer a sociedade alterar o curso da história. É por essas questões que retomamos a ideia de um dos autores analisados no curso.

A forma de organização da sociedade contemporânea é resultado do passado, da história. Ou seja, foram as lutas, embates e conflitos, os desejos, anseios e crenças dos homens do passado que conduziram a história por um determinado caminho e não por um caminho determinado. (COSTA, 2010. p. 3)

Mais do que compreender a forma como se estuda a história e os motivos da procura por respostas às questões do presente nos fatos do passado, compreendemos a complexidade que é estudar a História do Brasil. Além disso, temos de compreender os períodos que a compõem e o cenário internacional que o envolve, pois o Brasil se formava enquanto outros países, como os da Europa ocidental, já possuíam sua forma civil constituída e consolidada. Nesse sentido tentaremos abordar de que forma o Brasil teve, aos poucos, em sua formação, um caráter civilizatório nos moldes europeus, principalmente na formação educacional proposta pelos jesuítas.¹¹⁸

Brasil: um país a ser construído

O Brasil tem uma história de criação e fundação muito ampla, rica e complexa. Ao contrário da história resumida e carregada de preconceitos que aprendemos ao longo de nossa formação no ensino

¹¹⁸ Ressaltamos que a compreensão que traremos sobre a contribuição dos Jesuítas na formação da nação brasileira só foi possível diante da análise sem preconceitos apresentada na disciplina da qual este artigo é resultado. Sabemos que há autores que discordam do posicionamento aqui representado, considerando que a civilização não teve início após a entrada dos europeus e, principalmente, dos jesuítas, mas que já havia no Brasil uma civilização. Claro que consideramos a presença desta civilização no Brasil, mas concordamos que esta era ainda guiada por outros princípios, distintos daqueles que vieram a prevalecer no Brasil, tornando-o uma sociedade com relações comerciais e culturais com outras nações. De qualquer forma, acreditamos que, por estarmos na área de História da Educação, devemos atentar para perspectivas que impedem ou dificultam apreender as grandes obras da humanidade. Sem sombra de dúvidas, a Ordem Jesuítica e sua atuação merecem ser levadas em consideração.

“Este espírito levou ainda os filhos de S. Inácio, nos países de missões, a dedicar-se com rara perseverança e notáveis resultados aos estudos das línguas indígenas. No México, no Peru e na Colômbia bem cedo fundaram-se cursos das línguas nativas dos índios. No Brasil, Anchieta, primeiro Figueira, mais tarde, reduziram a Arte AA Língua tupi- guarani, que já era ensinada no Colégio da Baía. em 1556 e em Pernambuco em 1587.” (FRANCA, 1952. p. 32)

fundamental e médio, algumas vezes, inclusive, mal contada no ensino superior, a formação na nação brasileira pode ser analisada sob variados aspectos. O que é necessário sempre atentarmos (independente do objetivo final de uma pesquisa ou um estudo) para o estudo de qualquer objeto de pesquisa é a questão do tempo histórico em que este objeto está inserido para não correremos o risco de cometermos anacronismos. Por isso mesmo, o processo histórico é bastante complexo. E o estudo da história implica no encontro de dois valores: o que predominava na época do objeto estudado e o que predomina na época em que vive o historiador. Assim, a História não é apenas uma área de estudo, mas é um viés que considera que as coisas não estão isoladas, onde se observa os fenômenos e acontecimentos ao longo do tempo sem desconsiderar as pessoas neles envolvidas, suas necessidades e seus anseios. Dito de outro modo, considerar a sociedade como um todo e a sociedade como cada indivíduo que forma esse todo e o caracteriza de determinada forma. Ao escolhermos diferentes indivíduos em um mesmo tempo histórico, considerando-os como construtores da história da humanidade podemos fazer diferentes reflexões sobre um mesmo acontecimento. Um exemplo: não é a mesma coisa dizer que hoje a Igreja Católica tem o mesmo poder político que exercia no século XIII. Na Idade Média, a instituição religiosa era também o Estado. Atualmente, o Estado é e deve ser laico. A religião, nos dias que correm, pode mesmo exercer influências na vida da maioria das pessoas adeptas a ela, mas isso não significa que possa interferir na decisão dos representantes da nação. Seu poder verifica-se em outras esferas da vida social, portanto, afirmar tal fato seria um exemplo claro de anacronismo e perda de sentido da história da humanidade.

Desde a colonização, passando pelo império e seguindo o período republicano, temos uma ideia que perpassa as necessidades da constituição do território brasileiro, a ideia de nação, de formação de uma característica hegemônica e única, de um povo formado e alinhado a uma determinada cultura e costumes. O que nos deixa em uma posição difícil ao estudar esta questão é a variedade de povos que compuseram o Brasil ao longo de seu desenvolvimento, principalmente, mas não unicamente, na sua colonização. Europeus, indígenas e africanos foram os três povos com os quais se construiu a sociedade na época colonial.

O que entendemos ao refletirmos sobre essas questões é que, por mais que tenha existido um debate entre a solução para a formação de um território, uma nacionalidade, estando ela na ação política ou na educação, uma coisa é possível afirmar: os jesuítas contribuíram de forma ampla, no período em que estiveram ativos no Brasil, para a construção da sociedade. É claro que não entraremos na questão da complexidade de construção de uma nacionalidade, já que não temos condições para semelhante

empreendimento em um artigo. Mas podemos, ao menos, levantar algumas questões e fazer algumas reflexões que nos levam a pensar que, mesmo passados tantos séculos, estamos ainda discutindo problemas educacionais que não correspondem a uma nação dirigida pela educação.

A interferência do formato Jesuíta de formação e a caracterização de um Brasil religioso

Nesse sentido podemos tomar como ponto de partida a chegada e estadia dos Jesuítas no Brasil. A Companhia vinha atuar na colônia com intenção não só de catequização, mas, também, de promover uma educação que abrangesse os mais variados campos, a formação ética, intelectual e moral.

Os primeiros jesuítas não desceram a campo, em matéria de educação, como revolucionários ou como inovadores. Não pretenderam romper com as tradições escolares vigentes nem mesmo trazer-lhes contribuições inéditas. Ajustaram-se às exigências mais sadias de sua época e procuraram satisfazer-lhes com a perfeição que lhes foi possível. (FRANCA, 1952, p.15)

Era uma ordem formada por grandes padres intelectuais que se dedicavam inteiramente aos objetivos do modelo educacional que propunham, “Os primeiros companheiros de Inácio são homens de universidade. Não saíram de seminários ou de outras instituições religiosas; quase todos de diplomaram nas melhores universidades da Europa. (FRANCA, 1952, p.15)”. Também estavam presentes em outros países, com um projeto de formação do cidadão. Em última instância, a ideia central era formar os homens que dela fizessem parte para serem conhecedores da doutrina cristã e serem úteis para a sociedade em sua função. A disciplina e o rigor como uma das características do método do ensino demonstravam a seriedade e intencionalidade para formar pessoas maduras e responsáveis por suas atitudes diante da sociedade. Mais do que um projeto de cidadania, podemos ver como um projeto educacional que se estendia por boa parte do mundo, já que por muito tempo espalhou sua força inigualável por muitas regiões e conquistas.

Como se vê, a finalidade da educação é encarada, com largueza de vistas, em todos os seus aspectos, individuais e sociais, intelectuais e religiosos. Nos nossos dias, nesta síntese admirável da filosofia católica da educação que é Encíclica Divini Illius Magistri, dirá Pio XI: “a educação cristã compreende todo âmbito da vida humana, sensível, espiritual, intelectual e moral, individual, doméstica e social... para elevar, regular e aperfeiçoar segundo os exemplos e a doutrina de Cristo. Pelo que o verdadeiro cristão, fruto da educação cristã, é o homem sobrenatural que pensa, julga e opera constante e coerentemente, segundo

a reta razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e da doutrina de Cristo; ou, por outras palavras, é o verdadeiro e o perfeito homem de caráter”. (FRANCA, 1952, p. 47)

A educação proposta pelos mestres jesuítas era algo a ser pensado em amplos aspectos, não somente pelo viés da educação intelectual ou religiosa, mas de forma geral, nos aspectos habituais, no caráter do homem. É por isso que consideramos a educação no formato dos jesuítas uma formação de uma civilização de um determinado povo que poderia e deveria compor o Brasil. Vemos isso expresso na formulação do *Ratium Studiorum*, um dos documentos mais bem elaborados no quesito Educação. O documento tem em sua formulação desde o objetivo da formação, passando pelo seu formato, metodologia, conteúdos, seleção de professores, recompensas e castigos a serem dados conforme o desempenho dos alunos.

Objetivo dos estudos na Companhia. – Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação. (RATIO, 2009, p. 1)

Vemos logo no início da o *Ratium* que a Companhia define seu objetivo maior pautando-se na religião, principalmente na ação cristã que deve determinar os princípios da ação do homem a ser formado pela Companhia. Assim, além do objetivo da instituição, o documento também define como devem ser os estudos e de que maneira a educação jesuíta deve aparecer na sociedade.

Zelo pelos estudos. – A Companhia dedica-se à obra dos colégios e universidades, afim de que nestes estabelecimentos melhor se formem os nossos estudantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderam. Abaixo, portanto, do zelo pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios. (RATIO, 2009, p.11)

Outro aspecto interessante do documento é a especificidade com que são direcionadas as regras para os cursos estabelecidos, como, por exemplo, o tempo de aula do curso de filosofia. Além desta regulamentação, tem-se também no documento a referência aos autores a serem lidos, a forma como devem ser tratados pelos professores e como determinados pensadores podem influenciar de boa ou má maneira na formação dos alunos.

Curso de filosofia de três anos.- Ensine todo o curso de filosofia em não menos de três anos, com duas horas diárias, uma pela manhã outra pela tarde, a não ser que em alguma universidade se ponham os seus estatutos. (RATIO, 2009, p. 31)

Nessas passagens vemos que, além dessas influências exercidas pela Companhia de Jesus, há registros que confirmam sua atuação em favor dos países da qual estava presente, o que caracteriza essa atuação era a ideia que propunham de tratar da língua mãe do país, de ensiná-la e divulgá-la.

Uma leitura apressada do Ratio e um conhecimento lacunoso das suas aplicações históricas levaram, por isso, alguns autores a acusar os jesuítas de negligenciarem o cultivo do idioma pátrio. Nada menos justificado.

Para os jesuítas, o conhecimento do vernáculo é uma prescrição, mais de uma vez repetida, do seu Instituto. As constituições lembraram-lhes que, para pregar com fruto, importa bem aprender a língua falada pelo povo. As regras comuns lembram a todos o dever de estudar a língua do país em que trabalham. Com esse espírito prescrevia Nadal na sua visita aos colégios da Colônia (1566) e de Mogúncia (1567), que estudassem com afinco o alemão. (FRANCA, 1952, p. 31)

O Ratio recomenda mais de uma vez a diligência no uso da língua materna. Traduções, versões, ditados, exposições do argumento obrigam a um estudo ocasional, mas nem por isso menos eficiente do vernáculo. Ao professor de humanidades em particular lembra que poderá no fim da explicação do autor dar do trecho estudado uma tradução, feita com todo o primor. *Omnia pátrio sermone sed quam elegantissime vertere.* Lb-5, 6. Var ainda Lc- 4, 5, 6, 10; Ld-4, 6, 7, 10; Le – 4, 6, 7,9. (FRANCA, 1952, p. 31)

Nesse sentido vemos que a atuação dos jesuítas foi, de fato, uma ação educacional e também política, pois, ao fundamentar em suas regras que seriam ensinadas e mantidas a língua mãe dos países onde fizeram seu formato de ensino disseminar, proporcionou a esses territórios manterem uma das suas características mais fundamental, a língua falada, ouvida, escrita que, em última análise, é um dos maiores símbolos de uma nacionalidade.

Este movimento ascensional em favor das línguas vivas culminou em 1832, quando foi revisto o Ratio, na autonomia do seu ensino elevado a disciplina maior. A nova redação recomenda, entre outros pontos, que os alunos tenham na língua pátria “uma formação sólida” e o estilo se aprimore “na escola dos melhores autores”.

A prova mais eloqüente do que, neste ponto, conseguiram os métodos dos jesuítas é o veridictum da experiência. Das suas escolhas saiu, de fato, grande número dos melhores escritores das literaturas modernas. Nos colégios da Companhia receberam a sua primeira formação literária: na Itália, Tasso, Alfieri, Vico, Muratori, Goldini, Segneri, Bártoli; na Espanha, Cervantes, Lope de Veja, Calderon, em Portugal, Viera, Bernardes, Francisco Manuel de Mleo, Jacinto Freire de Andrade, Correia Garção; no Brasil, Gregório de Matos, Rocha Pita, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Caldas Barbosa, Basílio da Gama; na França, Corneille, Molière, Bossuet, Montesquieu, Fontenelle, Malesherbes, e o próprio

Voltaire. O P. Porée, professor de retórica, durante longos anos, no colégio Louis –le – Grande, de Paris, chegou a ver 19 de seus discípulos na Academia Francesa . (FRANCA, 1952, p. 32)

Independente das possibilidades de discussões que poderiam ter sido feitas — e elas são inúmeras devido a complexidade e a importância da atuação dos jesuítas — e da elaboração do mais importante documento que caracteriza e define os princípios de uma escola, uma das reflexões que tentamos aqui fazer é que a formação dos jesuítas com certeza exerceu não só no Brasil, mas em todos os países nos quais atuou, um papel fundamental, o de disseminar uma cultura, ainda que de caráter religioso, intelectual, de um direcionamento que galgava o futuro, os pensamentos expressos nas ações de um desenvolvimento, aprimoramento dos homens que da instituição fizessem parte

Por fim, queremos apresentar uma citação que expressa de forma objetiva o que a pedagogia jesuítica representou para a formação do Brasil e, mais do que isso, o que a própria Companhia tinha em sua base, seu caráter fundamentalmente de progresso, onde quer que tivessem atuado.

Todo código de educação espelha necessariamente a fisionomia em que nasceu. Educar não é formar um homem abstrato intemporal, é preparar o homem concreto para viver no cenário deste mundo. As mudanças profundas neste cenário, acentuando novas exigências e focalizando novos ideais, refletem-se nos métodos e nos programas destinados a preparar as gerações que sobem para as necessidades imperiosas da vida. Formulado na segunda metade do século XVI o Ratio Studiorum traz indelével o cunho do Renascimento. (FRANCA, 1952, p. 44)

Este código, o Ratio Studiorum deu, certamente, a característica a mais do que uma geração de estudantes do Brasil, o que seria postumamente a “elite pensante”. O que o documento sobre a metodologia do Ratio expressa é a formação de vários autores que foram de grande influência no pensamento literário no Brasil. Deram para a cultura literária um traço pessoal carregado de uma experiência e vivência de um período histórico vivido. A atuação dessas pessoas foi o resultado, também de anseios e desejos para um futuro da qual estavam depositando seu caráter e refletindo as bases pensadas nos países já desenvolvidos.

Considerações finais

Não sabemos ao certo em que medida este texto pode contribuir para a educação, talvez não traga nada de inovador em sua análise, até pelo seu caráter objetivo de realização. Porém traz consigo uma visão, mesmo que breve de uma leitura sem preconceitos, com características de análise historiográfica e não

peçoal. Ainda que imprimamos sempre em uma “obra” que fazemos nossas convicções, crenças e formação, temos por objeto final a compreensão de um período as mais claras possibilidades, tentando não dar a ela uma característica falsa, mas o mais próximo de sua real consistência.

Com isso, podemos afirmar que este estudo não só nos permitiu um conhecimento mais abrangente e interessante que a ideia anteriormente conhecida, mas uma possibilidade de relações com o objeto de pesquisa pessoal no decorrer da atuação em âmbito acadêmico.

Estudar a História do Brasil mesmo que de forma tão breve nos permitiu ter mais e mais interesse sobre nossa atuação como educadores e nos fez enxergar a importância do tratamento adequado das fontes utilizadas, independente da área ao qual estudamos.

Falar sobre a Ordem Jesuíta não é algo simples, nem de longe algo que possa se esgotar em um artigo. Porém, as reflexões que fizemos acerca de sua atuação como uma forma de agente educacional e político nos leva a crer que grande parte do que é a educação no Brasil tem em suas raízes os costumes iniciados com esses grandes mestres da educação.

Mais do que isso, com os Jesuítas podemos aprender, como educadores que muitas das convicções em favor da formação de pessoas muitas vezes serão testadas, outras, questionadas, mas a firmeza e clareza de um projeto é o que não o faz cair, ao menos não de forma fácil. É claro que há sempre mudanças na história e uma delas se expressa pela própria descontinuidade do projeto educacional jesuíta depois de determinado período, mas não é possível ignorar o legado de intelectuais que essa instituição deixou como base também para as mudanças que ocorreram após este processo.

Por fim, gostaríamos de concluir nossa reflexão com aspectos que se remetem a atuação do profissional que se dirige e se dispõe a estudar e atuar na área da educação, de que não há grandes mudanças sem grandes entraves e rupturas. Isso acontece de forma processual, não imediata. O que temos visto sempre quando se trata de reformas educacionais são projetos pensados com espécies de “poções” imediatas. Acreditamos que grandes mudanças acontecem de pequenas em pequenas atitudes, mas com um foco presente e imutável, um projeto a um todo e ao futuro, mas que se baseia no presente e nas condições conjunturais.

Além do mais, um dos maiores exemplos deixados por essa instituição mais do que educacional, seja a forma como souberam se aproveitar das características e situações postas em sua atuação presente para alcançar as mudanças necessárias para atingir seus objetivos. Enquanto tratarmos as crianças das escolas e os profissionais da área da educação se considerarem atores do futuro, mais longe estaremos deste



ideal de educação da qual gostaríamos de viver. Nossas ações dever ser feitas no nosso tempo com as condições do nosso tempo, para ao longo do aprimoramento delas e das pessoas em seu tempo presente termos grande resultados no futuro.

550

REFERÊNCIAS

COSTA, Célio Juvenal. **FONTES JESUÍTICAS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. In: Fontes e métodos em história da educação. / Organizadores: Célio Juvenal Costa, Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano. – Dourados, MS : Ed.UFGD, 2010. 350p.

FRANCA, Leonel. O método pedagógico dos Jesuítas. O “Ratio Studiorum”. Rio de Janeiro, AGIR, 1952

RATIO STUDIORUM da Companhia de Jesus- Regime Escolar e Curriculum de Estudos. In: MIRANDA, M. **O código pedagógico dos jesuítas**. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.



A presença do Hallel em Maringá – Pr (1995-2014).

551

Mariane Rosa Emerenciano da Silva (LERR-UEM) ¹¹⁹
Dra. Vanda Serafim (orientadora LERR/PPH/UEM) ¹²⁰

Resumo: O presente artigo foi elaborado no intuito de apresentar nossa proposta de estudo para o desenvolvimento de uma Iniciação Científica, tendo como objeto o Hallel, que é um evento de música Católica, realizado anualmente em Maringá desde 30 de julho de 1995, completando sua 20ª edição em novembro de 2014. A nossa pesquisa objetiva compreender a relação entre o movimento leigo e a Igreja Católica, observando a predominância da fé católica na cidade de Maringá, e sua manifestação por meio deste movimento. Metodologicamente, parte das obras *Repensando a Pesquisa Participante* e *Reflexões Sobre Como Fazer Trabalho de Campo* (2007) ambos de Carlos Rodrigues Brandão (1985). As fontes iniciais consistem em reportagens de *O Diário do Norte do Paraná*, além de pesquisas de campo. Os aportes teóricos consistem em Roger Chartier (1991) e o conceito de “representação”, Le Goff (2013) e a noção de “documento/monumento” e Mircea Eliade (2013) e o conceito de “sagrado”.

Palavras-chave: Hallel; religião católica; Maringá.

O projeto sobre o Hallel surge do interesse de descobrir um novo papel do leigo na ação de evangelização da Igreja Católica. A Igreja como uma instituição milenar, suscetível as mudanças históricas. No qual partimos da formação leiga no catolicismo pós Concílio Ecumênico do Vaticano II, que propõe fomentar a vida cristã entre os fiéis, e adaptar-se melhor às necessidades que trazem essas mudanças na

¹¹⁹ Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual de Maringá – PR. Membro do Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades – UEM.

¹²⁰ Doutorado em História. Professora Adjunta na Universidade Estadual de Maringá e docente do Programa de Pós-graduação em História (PPH-UEM). Atua como pesquisadora/docente do Núcleo de Pesquisa em História Religiosa e das Religiões (CNPQ), no Grupo de Trabalho em História das Religiões e das Religiosidades (ANPUH) e no Laboratório de Estudos em Religiões e Religiosidades (UEM) e Laboratório de Estudos em Religiosidades e Cultura (UEM). Integrante/Associado GT Historical Studies of Science, Technology and Medicine in Latin American, da European Association of Historians of Latin America (AHILA), com sede na School of Cultures, Languages and Area Studies (SOCLAS), da University of Liverpool (UK). Coordenadora do Núcleo Paraná do Grupo de Trabalho História das Religiões e das Religiosidades (ANPUH). Orientadora desse projeto.



sociedade¹²¹, o Hallel um movimento de música católica realizado por leigos, em que, segundo seus idealizadores seria uma forma mais dinâmica de evangelização através da música e da dança, indo de encontro com uma nova abordagem que a Igreja procura chamar mais fieis e adeptos a sua crença. O nome do evento Hallel é de origem aramaica e significa cântico de louvor a Deus, música que celebra a Vida¹²².

A primeira edição do Hallel em Maringá foi realizada no dia 30 de julho de 1995 e sua organização desde então é organizada pelo Projeto Mais Vida¹²³, sua última edição aconteceu nos dias 8 e 9 de novembro de 2014, no qual completou a 20ª edição. O evento acontece anualmente o que nos proporciona a pesquisa de observação participante e para suporte a observação participante será utilizado o Jornal O diário do norte do Paraná.

Carlos Rodrigues Brandão (1984) propõe métodos que auxiliam no contato com o âmbito de pesquisa, que parte a priori da observação, esse relata que o pesquisador só conhece com profundidade a sociedade e a cultura, desde que haja um envolvimento e comprometimento por parte do pesquisador. Assim ao realizar inicialmente a observação e o reconhecimento do evento paulatinamente podemos vivenciar em conjunto as crenças vividas no evento. Em conjunto a pesquisa participante como descrito acima, será utilizado jornais.

Le Goff (2013), por exemplo, discorre sobre documento e monumento, no qual podemos utilizar a interdisciplinaridade, e ainda ressalta a utilização do documento por parte do historiador, no qual teríamos varias opções de documentos, no entanto esse só o seria se lhe fizesse os questionamentos corretos. Partindo do aporte teórico de Chartier, no artigo *O mundo como Representação*, no qual os textos ou a representação dos signos são uma representação da objetividade do homem e de forma intencional estipula o que quer representar, o historiador tem como função reconhecer essa intenção e a veracidade dos fatos. Através dos jornais poderemos analisar a intencionalidade que os idealizadores do Hallel tendem a demonstrar por meio desse veiculo de comunicação, nos dando um aporte para observar sua real manifestação de crenças e ritos.

O projeto tem como proposta, compreender a manifestação do sagrado no mundo profano, que está vinculada a toda experiência individual por meio de ritos, mitos ou crenças. Mircea Eliade na obra *História das crenças e das ideias religiosas* * I ressalta que, o sagrado seria um elemento na estrutura da consciência,

¹²¹ Ver o site La Santa Sede: Constituição Conciliar Sacrosanctum Concilium Sobre a Sagrada Liturgia. <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html>

¹²² Para esse artigo foi utilizado o significado da palavra Hallel retirado do site Hallel Maringá:<<http://www.hallelmaringa.com.br/about/historia/>>

¹²³ Informação retirada do site Hallel Maringá:<<http://www.hallelmaringa.com.br/about/hallel-em-maringa/>>

e não somente uma fase dessa¹²⁴, o trabalho propõe entender quais seriam os elementos do sagrado e sua manifestação o que eleva o indivíduo ao sagrado, no Hallel essa manifestação seria através música, o canto a dança, no qual criam novas formas da expressão e do contato com o mesmo.

Em *O sagrado e profano*, Eliade expõe que a análise a ser feita é da situação do homem num mundo carregado de valores religiosos “O que nos interessa, acima de tudo, é apresentar as dimensões específicas da experiência religiosa, salientar suas diferenças com a experiência profana do mundo”. (ELIADE, 2010, p. 22). No qual segundo o autor o sagrado é a oposição do profano, e o profano seria os elementos mundano.

Propomo-nos apresentar o fenômeno do sagrado em toda a sua complexidade, e não apenas no que ele comporta de irracional. Não é a relação entre os elementos não-racional e racional da religião que nos interessa, mas sim o sagrado em sua totalidade. Ora, a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ela se opõe ao profano. (ELIADE, 2010, p. 16, 14).

Reafirmando sua concepção de que, “A consciência de um mundo real e significativo está intimamente ligada à descoberta do sagrado” (ELIADE, 2010, p. 13). O autor acredita que a partir do contato com o sagrado o indivíduo discerne entre o que seria real, e o que não o seria.

Visto que o homem como ser histórico sujeito as transformações no tempo, Julia¹²⁵ (1974) diz que, as mudanças religiosas só se explicam se admitirmos que as mudanças sociais produzam nos fieis modificações de ideias e de desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de se um sistema religioso. Os conceitos de um catolicismo tradicional, ou imutável, que permanece com os mesmos rituais de sua origem não seriam viáveis para a análise das manifestações desta religião como é analisado por Bloch (2001) em *Apologia da História*¹²⁶.

O Hallel é um movimento que demonstra as transformações na sociedade e a necessidade de uma flexibilidade por parte da Igreja de transformação e adaptação aos processos contínuos de mudanças na história.

Dupront (1974) acredita que a ciência do homem religioso, não seria uma visão total do homem, no entanto seria uma das que mais apreendem, porque toda vida religiosa, seja individual ou coletiva, é chave de unidade. E ainda ressalta que “O fenômeno religioso pertence, do ponto de vista temporal, ao longo prazo”. (DUPRONT, 1974, p. 83). O Hallel visto como um movimento religioso, e realizado por leigos, mostra a mudança que ocorre tanto no espaço quanto no tempo na manifestação religiosa católica.

¹²⁴ ELIADE, 2010, p. 13.

¹²⁵ Para referencial teórico sobre história das religiões usa-se Le Goff e Nora, na obra *História novas Abordagens*, 4ª edição de 1974, ver o capítulo *A religião* p. 83-131.

¹²⁶ BLOCH, 2001, p. 58.

Essa manifestação nos leva novamente a análise do novo contexto da igreja Católica pós Vaticano II. Assim a obra *O catolicismo popular na revista eclesiástica brasileira (1963-1980)* de Solange Ramos de Andrade diz:

Durante esse período ocorrem mudanças significativas a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II que, contrariamente aos princípios tridentinos, procurou adequar a Igreja católica ao mundo moderno, à conhecer o homem que vive nesse mundo, bem como suas manifestações, suas atitudes perante o sagrado e perante a própria Igreja. (ANDRADE, 2012, p. 19).

A autora ainda apresenta, que por intermédio do Concílio do Vaticano II, a igreja visa se adequar institucionalmente e até participar do mundo contemporâneo, e esse seria uma nova proposta de reformular a fé em linguagem nova de maneira compreensiva ao fiel¹²⁷. Neste sentido a proposta do Hallel busca atender a mudança e meios que a Igreja Católica de Maringá tem-se flexionada para atender os novos anseios de seus adeptos e não somente isso, mas, também compreender a mentalidade e a posição que o indivíduo estipula para si em seu meio social. E principalmente a atividade exercida pelo novo papel do leigo na Igreja.

Nesse contexto apresentamos o presente artigo partindo da história das religiões, no qual a priori vincula-se a vertente sócio religiosa, o conceito de “religião natural”¹²⁸. “Já que pela razão era possível o conhecimento de Deus e de sua criação, pode-se indagar se no fundo desta assertiva não estaria a ideia de que existiria um sentimento religioso profundamente arraigado na chamada “natureza humana”. (HERMANN, 1997, p. 329-330). Através da influência do positivismo de Comte e da teoria de Darwin, Tylor na obra *Primitive culture*, diz, “O homem primitivo, tudo é dotado de alma, o que explicaria o culto aos mortos e aos antepassados, além do nascimento dos deuses – era característica original da criação religiosa”. (HERMANN, 1997, p.331) No qual estaria imbricado o animismo, Hermann (1997), ainda ressalta, que o ponto máximo da evolução espiritual seria a passagem do culto politeísta para o monoteísta¹²⁹.

¹²⁷ ANDRADE, 2012, p. 29.

¹²⁸ Conceito utilizado pelos iluministas. Ver Jacqueline Hermann. *História das Religiões e Religiosidades em Domínios da História Ensaio de Teoria e Metodologia*, 1997, p. 329-330.

¹²⁹ HERMANN, 1997, p. 332-332.

Hermann (1997) na obra *Domínios da História* relata que o estudo das religiões, ou de suas crenças e práticas, no final do século XIX, se atrelam a sociologia, no qual passa a ter maior atenção e mais estudos objetivos e sistemáticos. Durkheim, em seu raciocínio procurou a essência do homem religioso que os iluministas imputaram à natureza do homem, promovendo a ideia das representações coletivas “reuniria as características essenciais de todas as religiões; a distinção entre objetos sagrado e profano: a noção de alma e espírito; de personalidade mítica e divindade nacional; ritos de oblação e de comunhão; ritos comemorativos; rito de expiação”. (HERMANN, 1997, p.332) Entretanto o autor trabalha com a concepção de uma sociedade imutável, imunes às transformações da vida em sociedade.

Para Jacqueline Hermann (1997) seria Weber quem levaria às últimas consequências a noção de uma sociedade ideal e consolidaria a relação entre sociologia do conhecimento e sociologia das religiões, esse denomina a sociologia compreensiva pra decifrar a racionalidade dos fenômenos religiosos, acreditava que toda a ação social poderia ser compreendida, seja racional a evidencia de compreensão, seja subjetiva.¹³⁰ Mantendo ainda o critério de hierarquização das religiões tal como o judaísmo, o cristianismo e o protestantismo, esse se contrapõe a Marx, que atrela a religião à luta de classes “na medida em que percebiam a religião como uma ilusão destinada a mascarar e a justificar a desigualdade entre as classes sociais, cuja, origem tinha bases eminentemente econômicas.” (HERMANN, 1997, p. 334). Para a autora Marx pouco teria contribuído para a valorização da história das religiões, mantendo uma análise formal e subordinada dos fenômenos religiosos.

Paralelamente, ocorre uma construção e uma distinção dos objetivos da sociologia religiosa e da história das religiões. A primeira inseriu suas preocupações com, o fenômeno religioso na busca de leis gerais do funcionamento da sociedade, a segunda passou a ter um objeto específico: a origem das religiões, de lado, e a essência da vida e do homem religioso, do outro. Hermann (1997) cita o trabalho de Eliade, *O Sagrado e o Profano, a essência das religiões*, no qual analisa as estruturas dos fenômenos religiosos para compreender a essência da religião¹³¹.

Ao estudar história das religiões, a manifestação do sagrado no mundo profano, está vinculada a toda experiência individual por meio de ritos, mitos ou crenças. “O sagrado é um elemento na estrutura da consciência, e não uma fase na história dessa consciência.” (ELIADE, 2010, p.13). Visto que a ciência da

¹³⁰ HERMANN, 1997, p. 333.

¹³¹ HERMANN, 1997, p. 335-336.

religião busca não somente analisar a experiência do sagrado individual, mas também da sociedade em sua totalidade.

Mircea Eliade (2010) em *O Sagrado e Profano* relata a manifestação do sagrado desde as sociedades primitivas as mais elaboradas constituídas de hierofanias:

A manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma pedra ou uma árvore – e até a hierofanias suprema, que é, para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramo-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo “de ordem diferente” - de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo “natural”, “profano”. (ELIADE, 2010, p. 17)

Nesse contexto o Hallel por ser um movimento da Igreja Católica apresenta a presença do sagrado no Santíssimo Sacramento, como representação do Deus Vivo, e para atingir o sagrado os indivíduos expressam-se através da música. “manifestando o sagrado, um objeto qualquer torna-se outra coisa e, contudo, continua a ser ele mesmo, porque continua a participar do meio cósmico envolvente”. (ELIADE, 2010, p. 18)

O homem como ser histórico sujeito as transformações no tempo, assim refletida na história das religiões:

As mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem, nos fieis, modificações de ideias e de desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de seu sistema religioso. Há uma continuidade de ida e volta, uma infinidade de reações entre os fenômenos religiosos, a posição dos indivíduos no interior da sociedade e os sentimentos religiosos desses indivíduos. A densidade de populações, as comunicações mais ou menos extensas, a mistura de raças, as oposições de textos, de gerações, de classes, de nações, de invenções científicas e técnicas, tudo isso age sobre o sentimento religioso individual e transforma, assim a religião... (MAUSS, HUBERT apud JULIA 1974 p.106).

Os conceitos de um catolicismo tradicional, ou imutável, que permanece com os mesmos rituais de sua origem não seriam viáveis para a análise das manifestações desta religião, o Hallel é um movimento que demonstra tal mudança na sociedade e a necessidade de uma flexibilidade por parte da Igreja de transformação e adaptação aos processos contínuos de mudanças na história. Assim apontado por Bloch (2001) “Indispensável, é claro, a uma correta percepção dos fenômenos religiosos atuais, o conhecimento de

seus primórdios não basta para explicá-los”¹³². E continua sua reflexão, “Por mais intacta que suponhamos uma tradição, faltará sempre apresentar as razões de sua manutenção. Razões humanas, é claro; hipótese de uma ação providencial escaparia a ciência”. (BLOCH 2001, p.58) A mudança que ocorre na mentalidade do homem, e em sua concepção de mundo ocasionara uma mudança na estrutura e na manutenção de suas crenças e ritos e religiosos, o catolicismo por sua vez ainda apresenta seus fundamentos de origem, no qual apresenta o sagrado “Cristo”, no entanto ocorre a manutenção na religião de como atingir o sagrado, ou estar na presença do mesmo.

Dupront (1974) diz que a ciência do homem religioso. É sem dúvida uma observação parcial sobre a totalidade da existência humana, mas umas das que mais apreendem, porque toda vida religiosa, seja individual ou coletiva, é chave de unidade.¹³³ “O fenômeno religioso pertence, do ponto de vista temporal, ao longo prazo. Mais ainda: as suas transformações, mesmo a sua evolução, são muito lentas, no que se refere aos hábitos adquiridos e à visão do mundo”. (DUPRONT, 1974, p. 83). Segundo o autor o Vaticano II, seria uma assimilação lenta das purezas religiosas da Reforma, assimilando a experiências religiosas do homem, que vive esse processo lento de mutação¹³⁴.

Entretanto, esse processo caracteriza as escolhas do que seria real para o indivíduo, reafirmado as estruturas de sua consciência em relação ao sagrado:

É difícil imagina de que modo o espírito humano poderia funcionar sem a convicção de que existe no mundo alguma coisa irreduzível real; e é impossível imaginar como a consciência poderia aparecer sem conferir significado aos impulsos e às expectativas do homem. A consciência de um mundo real e significativo está intimamente ligada à descoberta do sagrado. Por meio da experiência do sagrado, o espírito humano captou a diferença entre o que se revela real, poderoso, rico e significativo e o que é desprovido dessas qualidades, isto é, o fluxo caótico e perigoso das coisas, seus aparecimentos e desaparecimentos fortuitos e vazios de sentido. (ELIADE apud ELIADE, 2010, p. 13).

Mircea Eliade (2010) busca descrever as modalidades do sagrado e a condição humana em um mundo carregado de valores religiosos¹³⁵. Ao analisar o Hallel no processo histórico da religião Católica e sua transformação e adaptação da realidade do homem para com o significado do sagrado, mostrando a sociedade contemporânea e suas perspectiva de realidade e expectativa individual e coletiva. Pois a presença

¹³² BLOCH, 2001, p.58.

¹³³ DUPRONT, 1974, p. 83.

¹³⁴ DUPRONT, 1974, p. 84.

¹³⁵ ELIADE, 2010, p. 23.

do sagrado e profano depende justamente das diferentes posições que o homem conquistou no Cosmo, no qual seria necessário para conhecer as dimensões possíveis da existência humana.

O Hallel de Maringá possibilita a utilização de copiosidade de fontes para análise, assim como fontes escritas O Diário do Norte do Paraná, na qualidade de identificação do evento e sua propagação no decorrer do tempo. Como relatado o Hallel de Maringá iniciou-se em julho de 1995 e ocorre nos dias atuais, possibilitando a pesquisa de campo e observação participante.

Repensando a Pesquisa Participante de Carlos Rodrigues Brandão, propõe métodos que auxiliam no contato com o âmbito de pesquisa, que parte a priori da observação: “Só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento em alguns casos, um comprometimento pessoal entre o pesquisador e aquilo, o aquele, que ele investiga”. (BRANDÃO, 1985 p. 8)

Na busca de organizar a pesquisa participante legitimando-a como ciência, e a necessidade de sua criação, de não somente reconstruir a explicação de uma cultura através de fragmentos alheios, mas sim conviver, pensar através se sua lógica sentir como ele.

Porque em todos os mundos sociais todas as instituições de vida estão interligadas de tal sorte de tal maneira se explicam através da posição que ocupam e da função que exercem no interior da vida social total, que somente uma apreensão pessoal e demorada de tudo possibilita a explicação científica *daquela* sociedade. Porque, também, o primeiro fio de lógica do pesquisador deve ser não o seu, o de sua ciência, mas o da própria cultura que investiga, tal como a expressam os próprios sujeitos que a vivem. (BRANDÃO, 1985, p.12).

Refletindo sobre o Catolicismo, o Hallel uma festividade organizada por leigos da Igreja Católica, cria-se a possibilidade de não somente tomar notas ou registros e sim, ver e observar “viver junto”, a crença presente no movimento.

No entanto existem certas medidas a serem tomadas na pesquisa de campo e observação participante, muitas vezes interferida por ideologia e teorias pré-formadas do investigador. Alterando a análise da totalidade do campo estudado.

Como acredito que pesquisa participante não provém de uma única teoria, não é um método único e, muito menos, não deve tender, seja a substituir o que equivocadamente tem sido chamado de “pesquisa tradicional”, seja a constituir-se como uma “escola” própria, escolhi documentos redigidos pela diferença. Deixe que falassem aqui pessoas que defendem pontos de vista diversos, a partir de teorias às vezes opostas. (BRANDÃO, 1985 p.13).

Brandão (2007) no artigo Reflexões Sobre Como Fazer Trabalho de Campo, contextualizado por Roberto Lima, revista Sociedade e Cultura, indica a delimitação feita pelo pesquisador quando sugere hipóteses de teorias fundamentadas. “Um projeto de pesquisa não diz aquilo apenas como aquilo vai ser pesquisado. Uma teoria que fundamenta uma hipótese de pesquisa delimita até o que vai ser visto, ou seja, até aquilo que, dentro de um todo de relações sociais, econômicas e políticas, vai ser intencionalizado pelo pesquisador, vai ser objeto de sua própria atenção, de sua maneira de observa”. (BRANDÃO, 2007, p. 12).

Visto a pesquisa participante como fonte de compreensão de um determinado contexto social, seria um equívoco torna-la a única fonte de pesquisa. Brandão aponta que para auxiliar na análise da pesquisa de campo e observação participante, aconteça uma relação com outras fontes tais como livros, artigos, jornais, monografias, etc. Podendo de forma antecipada ter um conhecimento prévio sobre o objeto estudado.

Le Goff na obra História e Memória. “Os fundadores da revista *Annales d’histoire économique et sociale*” (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os exames de pedras feitas pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (LE GOFF 2013, p. 490).

Assim como Le Goff (2013) e Brandão (1985), Roger Chartier (1991) posiciona de forma positiva sobre interação de métodos para pesquisa, com a proposta do *Annales* de interdisciplinaridade.

Operaram uma estratégia de captação posicionando-se nas frentes abertas por outros. Donde, a emergência de novos objetos no seu questionário: a atitude perante a vida e a morte, os rituais e as crenças, as estruturas de parentesco, as formas de sociabilidade, os modos de funcionamento escolares etc. – o que significa constituir novos territórios do historiador pela anexação de territórios alheios (de etnólogos, sociólogos, demógrafos). Donde, conrolariamente, o retorno maciço a uma das inspirações fundadoras dos primeiros *Annales*, dos anos trinta: o estudo dos utensílios mentais que o predomínio da *história das sociedades* havia relegado um tanto a segundo plano. Sob a designação de história das

mentalidades ou, por vezes, de *psicologia histórica* delimitava-se um domínio de pesquisa, distinto tanto da velha história das ideias quanto da das conjunturas e estruturas. Sobre esse objetos novos (ou reencontrados) podiam ser postos à prova modos de tratamentos inéditos, tomados de empréstimo às disciplinas vizinhas: tais como as técnicas de análise linguística e semântica, os instrumentos estatísticos da sociologia ou certos modelos da antropologia. (CHARTIER, 1991, p.174).

As implicações referentes ao contato de metodologias levam a não só refletir o Hallel por meio da pesquisa participante, como também buscar informações por meio de fontes que já relatem sobre o assunto. O Diário do Norte do Paraná, jornal impresso de Maringá será utilizado como fonte escrita, auxiliando em informações correspondentes ao Hallel. Como já analisado a Escola dos *Annales* quebra a concepção de vínculo em fazer história com os “documentos oficiais”, relatando a história por tudo que esteja ligada a ação do homem, assim o jornal uma fonte vista antes como inconcebível ganha espaço, no entanto não significou sua aceitação de forma imediata¹³⁶. Como relata Tania Regina de Luca em Fontes Históricas, no qual indica que de imediato a Escola de *Annales*, não reconheceu de imediato a imprensa como fonte para análise, no entanto isso mudou paulatinamente. “A crítica a essa concepção, realizada já na década de 1930 pela chamada Escola dos *Annales*, não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo”. (LUCA, 2008, p.112)

Com a terceira geração do *Annales*, ocorre uma mudança no conceito de documento devido ao alargamento do campo de preocupação dos historiadores que incluíam uma miríade de questões antes ausentes do território da História. “Tais mudanças alteram a própria concepção de documento e sua crítica, cujos pontos essenciais foram sistematizados pelo historiador francês Jacques Le Goff”. (LUCA, 2008, p. 113). O que reafirma a citação acima onde Le Goff (2013) acredita que o historiador deve ser um fabricante de mel, onde não são encontradas as flores habituais.

O historiador Charles Samaran afirma: “Não há história sem documentos”, com esta precisão: Há que tomar a palavra ‘documento’ no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira”. (SAMARAN apud LE GOFF 2013, p.490).

Tendo conhecimento das metodologias utilizadas, o pesquisador enquanto historiador deve levar em consideração a intencionalidade dos documentos e não somente sua intencionalidade, mas suas formas

¹³⁶ Referencial analisado na obra de Le Goff *História & Memória* 1ª edição, do ano de 1990.



de compreensão e apreensão variáveis. Chartier (1991) relata que, existem significações múltiplas e moveis em um texto no qual deve ser levado em consideração, isso ocorreria dependendo do meio que os leitores recepcionam a informação. O que leva a espelhar a notícia ao meio veiculado. “O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos - sob formas impressas possivelmente diferentes - podem ser diversamente aprendidos, manipulados, compreendidos”. (CHARTIER, 1991, p. 181).

Chartier (1991) Leva assim uma reflexão de construção do sentido por meio de textos ou ainda pode-se dizer através da representação dos signos. Considerando a objetividade do homem e se esse tem a consciência da intenção ao representar os signos o historiador tem como função reconhecer a veracidade do documento. O medievalista Le Goff (2013) coloca o sentido de escolha do historiador de seu documento, que por meio na sociedade no qual se encontra sobre uma interferência. “O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. (LE GOFF, 2013, p. 496-497).

A sistematização de documento tem uma transformação tal como da própria historiografia. Juntamente com o documento a noção de monumento se transforma no decorrer da História. A memória construída pela sociedade segundo Le Goff (2013) se aplicam em: documentos e monumentos. “Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado e os documentos, escolha do historiador”. (LE GOFF 2013, p. 485). Apesar da revolução documental *Annales* davam início a críticas da passividade dos historiadores perante seus documentos. Visto que nenhum documento é inócuo, o historiador deve ser sensível às possibilidades implícitas em um documento, por muitas vezes acontecendo por parte do mesmo uma confirmação do que ouvi. Luca (2008) especifica a tendência da imprensa de endossar informações aproximando do objetivo do transmissor, acentuando a interferência do homem na efetividade do documento. Apresentando a escolha do homem na perpetuação da história¹³⁷. “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”. (LE GOFF, 2013, p. 485).

Ao escolher a imprensa como fonte histórica reconhece-se a intervenção da mesma na sociedade, pautando todas as implicações que acarretam as notícias veiculadas.

¹³⁷ LUCA, 2008, p. 117.

A escolha de um jornal como objetivo de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção social: nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”. (CAPELATO e PRADO apud LUCA, 2008, p. 118).

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa”. (LUCA, 2008, p.140).

É de importância considerar as condições materiais e técnicas dotadas pela imprensa na tentativa de compreender a intencionalidade e transformação do impresso. “Condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objetivo único e isolado”. (LUCA, 2008, p. 139-140).

Em síntese, analisar o Hallel com a observação participante veiculado ao O Diário do Norte do Paraná, significa buscar a manifestação do evento desde a sua criação e sua influência na evangelização católica maringense, na tentativa de compreender a construção histórica apresentada por esta sociedade.

Referências

- _____. HALLEL MARINGÁ, **Hallel em Maringá; História**. Disponível em: <http://www.hallelmaringa.com.br/> Acesso em: 17 nov. 2014.
- _____. LA SANTA SEDE, **Documentos do Concilio do Vaticano II**. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html Acesso em: 17 nov. 2014.
- ANDRADE, Solange Ramos de. **O catolicismo popular na Revista Eclesiástica Brasileira (1963-1980)**. Maringá: Eduem, 2012. 296p.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **O ídolo das origens. Apologia da história, ou, O ofício do historiador**, Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura: Revista de pesquisas e debates e ciências sociais**. UFG, Goiás, v. 10, n. 1, p. 11-27 jan./jun. 2007.



BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**, 2. Ed. São Paulo: editora brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes de viola**: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais. Petrópolis: Vozes, 1981.

CHARTIER, Roger. O mundo como Representação. **Estudos avançados USP**, São Paulo, v. 5, n.11, p. 174-191. 1991.

DUPRONT, Alphonse; JULIA, Dominique. **Religião** in: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História novas abordagens, Rio de Janeiro, F Alves, 1995.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2010.

ELIADE, Mircea. Prefácio. **História das crenças e das ideias religiosas * I**: da Idade da Pedra aos mistérios de Elêusis, Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HERMANN, Jacqueline. **História das religiões e das religiosidades** in: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo, Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. **História e Memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2013.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. **Fontes Históricas**, 2. Ed. São Paulo. editora contexto, 2008.

ARTE E RUPTURA NO PARANÁ: VIOLETA FRANCO E A "GARAGINHA"

LIMA, Mauricio Marcelino de¹³⁸

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Resumo: Este artigo refere-se a um projeto de pesquisa que tem por objetivo compreender a ruptura que houve na Arte Paranaense no momento em que a Moderna sobressaiu em relação à Arte Tradicional, a partir da obra de pintores como Violeta Franco e de instituições como a "Garaginha". Essa ruptura ocorreu de maneira gradual, pois durante muitos anos a arte no Paraná foi baseada e disseminada nos moldes acadêmicos, influenciada pela Academia Imperial de Belas Artes, fundada pela Missão Artística Francesa no Rio de Janeiro, em 1816. No Paraná, este estilo foi amplamente trabalhado por Alfredo Andersen (1860-1935), grande personalidade da arte acadêmica no estado. Por meio de artistas locais como Poty Lazzarotto (1924-1998), Loio-Pérsio (1927-2004), Violeta Franco (1931-2006), Nilo Previdi (1913-1982) e instituições como a "Garaginha", o "Centro de Gravura do Paraná" e a Galeria "Cocaco", entre outros, foi possível propor uma nova estética para a arte produzida até então, rompendo com as características acadêmicas e se intensificando a partir de 1948. Nesta pesquisa abordo prioritariamente a artista Violeta Franco, uma das poucas personalidades femininas de representatividade para a arte moderna no Paraná. Violeta Franco, nascida em Curitiba, além de pintora foi gravadora e pesquisadora, teve como seus professores Poty Lazzarotto e Guido Viaro. Durante muito tempo, a arte paranaense esteve arraigada nos padrões estéticos acadêmicos por meio de instituições como a Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1948) e pelo Salão Paranaense de Belas Artes (1944). O cenário artístico e cultural dessa época aparentava não ser favorável às propostas artísticas que rompessem com os padrões estéticos estabelecidos pelos artistas e instituições conservadoras, deixando assim a arte do estado "aquém" dos demais centros urbanos, como São Paulo, Recife e Rio de Janeiro. Por isso, os artistas paranaenses que "ousavam" inovar com novas experimentações estéticas não encontravam ambientes propícios para discutir e desenvolver a Arte Moderna, necessitando, assim, criar espaços paralelos às instituições formais. A "Garaginha" foi um desses espaços alternativos o qual representou um grupo minoritário, criado em 1949 em um local cedido pelos avós da artista Violeta Franco, usado durante muito tempo como garagem, assim originando o seu nome, tornou-se simultaneamente o atelier da artista e um centro de encontro das personalidades modernistas do Paraná. É considerado como um dos primeiros lugares do estado onde se reuniam artistas para se discutir a ruptura dos padrões estéticos da arte, ficando ativo até 1951 e configurando-se como uma "instituição" primordial para a superação da arte acadêmica e a proposição da ruptura estética no Paraná. A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho será a análise da biografia da artista e de seu atelier, bem como sua importância e

1. ¹³⁸ Graduado em Artes Visuais pela Unipan (2010), Especialista em Arte Educação pela Univale (2011); Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá; Orientado pela Prof^ª Dr^ª Sandra de Cássia Araújo Pelegrini da Universidade Estadual de Maringá - Doutora em Historia Social pela USP (2000), Coordenadora do Museu Bacia do Paraná UEM.

representatividade para aquele período histórico e para a ruptura estética na arte paranaense, compreendendo de que forma ela contribuiu para o seu círculo social, no caso, os modernistas, baseando-se em documentos formais e informais, como artigos de jornais e revistas, além dos relatos da própria artista, encontrados na biblioteca do Museu de Arte Contemporânea do Paraná e de trabalhos acadêmicos realizados por Artur Freitas, Fernando Bini entre outros historiadores da Arte Paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Moderna Paranaense; História e Memória; História Cultural

INTRODUÇÃO

A arte no Paraná esteve ativa desde meados do século XIX, quando o estado ainda estava vinculado politicamente e economicamente a São Paulo. As terras paranaenses estavam sendo desbravadas, eram poucas as regiões que despontavam como vilas ou cidades. Esse cenário, a ser desbravado, atraíam diversas pessoas de diferentes regiões do país e da Europa, em busca de uma nova realidade social, tentando uma vida melhor nas terras férteis do estado. Nesse contexto, vieram para o Paraná artistas imigrados de países da Europa, trazendo com eles as características da estética acadêmica, passando a influenciar a arte, caracterizando-se como pioneiros na produção pictórica local. Foi através desses artistas que teve início o ensino da arte no Paraná, na região litorânea, devido a facilidade de acesso, instalando-se as primeiras comunidades urbanas (GONÇALVES, 2006, p. 124).

No entanto, a formalização do ensino das artes se concretizou a partir da década de 1880, na cidade de Curitiba, através do pintor Mariano de Lima com a fundação da Escola de Artes e Indústria, sendo institucionalizada em 1889 tornando-se a Escola de Belas Artes e Indústria, baseada na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (GONÇALVES, 2006, p. 125). Ambas as escolas foram influenciadas pelo ensino acadêmico, trazido pela Missão Artística Francesa, contratada por D. João VI, para a instalação da Academia Imperial de Belas Artes em 1826, influenciada pelo estilo Neoclássico, em voga na Europa, vindo a substituir o estilo Barroco brasileiro (LUZ, 2007).

A partir desse cenário, a arte paranaense seguiu instigada pela estética tradicional, destacando-se as obras de Alfredo Andersen (1860-1835), um renomado artista acadêmico que influenciou toda uma geração de artistas. Durante muito tempo, Andersen ensinou arte em seu atelier, baseado nos moldes da arte neoclássica, estilo contrário as inovações da Arte Moderna, que a partir da década de 1940 começara a ser proposta por personalidades como Violeta Franco, Fernando Velloso, Nilo Previdi entre outros.

Nesse contexto, propõem-se uma ruptura com a arte acadêmica, incentivada por estes artistas e pela Revista Joaquim, editada entre 1946-1948, com temática literária, artística e social, além de instituições pioneiras, como a Garaginha, um espaço alternativo aos ambientes tradicionais, configurando-se como o atelier de Violeta Franco e também



como um ponto de encontro entre os artistas modernos do Paraná (FREITAS, 2003).

A partir desta realidade, onde a tradição estética começou a ser questionada, através de vários artistas, em especial, Violeta Franco, é que este trabalho/pesquisa tem como objeto de estudo. Enfatiza-se aqui, uma análise e reflexão a respeito da biografia e da obra dessa personagem, tentando responder as seguintes indagações; Como aconteceu a renovação da Arte no Paraná? Qual foi sua importância para a ruptura artística? De que forma seu atelier, a Garaginha, contribuiu como espaço pioneiro no debate da estética moderna no estado? Como sua obra reflete essa ruptura, influenciada pelo Expressionismo? Estas serão alguns dos questionamentos que este texto tentará levantar, não que seja o objetivo deste responder todas elas neste momento, mas que a pesquisa de mestrado de maneira mais ampla buscará compreender e problematizar.

Arte Paranaense e o início da ruptura estética na década de 1940

A arte no Paraná, esteve durante muito tempo, arraigada nos padrões estéticos acadêmicos, situação favorecida pelas instituições oficiais e sua visão tradicionalista, derivada da Escola Imperial de Belas Artes - Fundada pela Missão Artística Francesa em 1826 - e instituída no estado, a partir da formação da Escola de Belas Artes e Indústria em 1889 pelo pintor Mariano de Lima.

O início da institucionalização do ensino da arte em Curitiba acontece em 1886, quando o pintor português Antônio Mariano de Lima (1861-?) funda a escola de Artes e Indústria, onde dá aulas de desenho e pintura. Em 1889, a iniciativa é institucionalizada e sua escola se transforma na Escola de Belas Artes e Indústria, com currículo baseado na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro [...] (GONÇALVES, 2006, p. 125).

É então, baseado nos parâmetros da Arte Neoclássica, influenciada pela Escola Nacional de Belas Artes - Antiga Academia Imperial de Belas Artes - que o estado do Paraná trilha seus primeiros passos para o desenvolvimento de uma arte local, partindo de um ensino formal que adentrou o século XX, motivando artistas, como Zaco Paraná (1884-1961) e João Turin (1880-1949) - (GONÇALVES, 2006).

Além de Mariano de Lima e da Escola de Belas Artes e Indústria, tivemos um outro pioneiro na produção artística paranaense e no ensino das técnicas de pintura. O Artista Alfredo Andersen (1861-1935), um dos mais importantes e influenciadores da Arte do Paraná, interferindo na produção pictórica de diversos artistas através do ensino da arte em seu atelier.

No início do século XX, estabelece-se em Curitiba o pintor norueguês Alfredo Andersen (1861-1935), que entre outras atividades dedica-se ao ensino artístico, sendo responsável pela formação de várias gerações de artistas como Estanislau Traple, Waldemar Curti Freyesleben, Lange de Morretes, Gustavo Kopp, João Ghelfi, Silvia Bertagnoli, Isolde Hotte, Theodoro De Bona, Amélia Assunção, e outros (GONÇALVES, 2006, p. 125).



Por intermédio de Mariano de Lima e principalmente Alfredo Andersen, a Arte no estado acabou se configurando nos moldes acadêmicos, persistindo sem questionamento até meados do século XX, com artistas que acabaram reproduzindo durante décadas suas mesmas técnicas e temáticas. Enquanto isso a arte brasileira, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, acompanhando as transformações sociais e econômicas, passava por uma renovação estética, influenciada pelas Vanguardas Artísticas, Culminando na Semana de Arte Moderna de São Paulo (SAM), em 1922 no Teatro Municipal, que na ocasião comemorava o centenário da independência e o início de uma produção artística moderna e nacional.

A Semana de Arte Moderna de Fevereiro de 1922 realizada em S. Paulo representa um marco na Arte Contemporânea do Brasil, comparável à chegada da Missão Francesa ao Rio de Janeiro no século passado ou, no século XVIII, à obra do Aleijadinho. Essa manifestação tem importância dilatada por ser consequência direta do nacionalismo emergente da I Grande Guerra, e da subsequente e gradativa Industrialização do País e de S. Paulo em particular (AMARAL, 1972, p. 15).

De fato a SAM foi um importante acontecimento artístico que propunha a renovação dos parâmetros estéticos na arte, abordando novas temática e fazendo experimentações diferentes nos efeitos de luz, forma e cor. Propunha a derrubada dos cânones e segundo Mario de Andrade, foi um evento que propiciou a pesquisa estética e a atualização do pensamento artístico, resultando numa produção artística nacional (AMARAL, 1972).

No entanto, o estado do Paraná vivia uma realidade diferente, havia se tornado independente do estado de São Paulo a pouco tempo, a organização social, econômica e cultural se configurava de maneira distinta. Seu desenvolvimento industrial ocorreu tardiamente em relação a outros centros urbanos. “O Paraná foi desmembrado em 1853 da Província de São Paulo e numa situação economicamente periférica e geograficamente intermediária começa a demarcar suas fronteiras materiais e simbólicas” (CAMARGO, 2007, p. 21). O cenário artístico, dessa forma, não encontrava espaço para mutações, acompanhando o ritmo pausado de desenvolvimento da industrialização local.

Já era década de 1940, quando houve os primeiros artistas modernos dispostos a romper com a arte acadêmica, predominante no estado, conjurada por artistas tradicionais como Estanislau Traple e Waldemar Curti, os chamados "discípulos de Andersen", e por instituições como o Salão Paranaense e a EMBAP.

A própria composição do ambiente cultural do Paraná – que além de dispor de pouquíssimas informações sobre arte, contava com o predomínio oficial de uma arte tida como acadêmica pelos chamados “discípulos de Andersen” – seria uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos jovens e mais inquietos artistas paranaenses atuantes na década de 50 (FREITAS, 2003, p. 89).



Os artistas que se propunham a ruptura com a estética acadêmica, como Vileta Franco, Fernando Velloso, Nilo Previdi, Loio-Pérsio, Potty Lazzarotto, Miguel Bakun, Guido Viáro entre outros, encontravam um cenário artístico desfavorável, e nem sempre conseguiam visibilidade, pois as instituições artísticas oficiais não davam espaço para esses artistas produzirem, tampouco divulgarem seus trabalhos de estética modernista.

Desde fins da década de 40, quando surgiram duas das principais instituições artísticas paranaenses – a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, a EMBAP, fundada em 1948, e o Salão Paranaense de Belas Artes, criado em 1944, ambos atrelados à Secretaria de Educação do Governo do Estado –, os espaços oficiais dedicados às artes plásticas são controlados por nomes geralmente pouco favoráveis às formas modernas de arte (FREITAS, 2003, p. 88-89.)

Fernando Velloso, em um de seus depoimentos feito a artista Violeta Franco em 1984, expressa sua visão sobre a cidade de Curitiba, que pouco contribuía com notícias e informações referente a arte moderna, sendo que na Biblioteca do Paraná eram poucos os títulos que abordavam essa temática. Dessa forma, deixando os artistas modernos ansiosos a conhecerem e produzirem uma arte diferente daquela realizada no momento, não podendo ter acesso a conhecimentos básicos sobre os impressionistas, por exemplo, no qual tinham uma vaga ideia de como era (FREITAS, 2003). Em um fragmento de seu depoimento, Fernando Velloso narra de maneira clara como se configurava o ambiente artístico da época e as dificuldades enfrentadas pelos artistas que ousavam "transgredir".

[...] havia um academismo implantado que era ferrenho inimigo de tudo que se inovasse, reacionário e muito bem implantado porque era fruto de várias gerações de pintores que se repetiam, e cada vez com menor qualidade; como todo xerox que cada vez que é “re-xerocado” perde qualidade, esses acadêmicos eram ainda originários do grande mestre Alfredo Andersen, e durante gerações e gerações nada mais faziam do que repetir o que o mestre os havia ensinado sem nenhuma preocupação de pesquisa ou de descobrir novos caminhos (FRANCO, 1984)¹³⁹

Observando as palavras de Velloso, fica muito claro, que a arte paranaense no final da década de 1940 e 1950 ainda se encontrava em um cenário monótono, que não acompanhava o desenvolvimento artístico que acontecia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Dessa forma, tornando o artista e seus companheiros, personagens importantes para o desenvolvimento artístico no estado do Paraná. Foi a partir

¹³⁹ Palavras do artista paranaense Fernando Velloso transcrito em FRANCO, Violeta. Depoimento datil., Curitiba, 14/05/1984 – Setor de Pesquisa do MAC-PR.



da proposição de uma estética inovadora, que não mais estivesse preocupada em repetir os mesmos trabalhos, explorando novas temáticas e se propondo a fazer novas pesquisas no campo técnico e artístico, é que esses artistas introduzem o ideal moderno no estado.

Buscava-se assim caminhos diferentes, que atendessem as novas ideias e a criticidade, para que o público não fosse apenas coadjuvante, mas sim indivíduos importantes na interpretação e reflexão dos trabalhos artísticos propostos. Apesar do anseio dos artistas modernos, em renovar o cenário artístico da época, é preciso levantar um fator importante, que talvez tenha sido decisivo para que o contexto da época fosse tão diferente e dificultoso aos ideais modernos no Paraná. O estado logo que se desmembrou de São Paulo passa por um processo de estruturação, que visava consolidar de fato a sua independência, que além de econômica também foi social, cultural e identitária. A exemplo disso temos o Movimento Paranista, sendo este, um dos principais desdobramentos que tentou valorizar e conquistar a identidade do povo paranaense. Foi proposto oficialmente a partir dos ideais estético-ideológicos de Romário Martins, despertando um anseio pela busca da identidade local, distanciando-se do pensamento disseminado pelos intelectuais paulistas (CAMARGO, 2007). Considerando o Movimento Paranista, que buscava o desenvolvimento de uma identidade local, e compreendendo que diversos artistas tradicionais representavam em suas obras símbolos que revigoravam essa identidade, como o pinheiro e a pinha da araucária, bem como as paisagens representativas do estado, encontradas em obras de Alfredo Andersen, Zaco Paraná, Theodoro De Bona, entre diversos outros. Não é estranho que esses artistas se apresentassem contrários a inovação artística de cunho moderno, que era amplamente influenciada pelo cenário artístico paulista, no qual o Paraná tentava se distanciar, buscando a valorização dos símbolos de sua própria identidade. Dessa forma, se faz de certa forma compreensível a resistência pelo novo, resguardando através do tradicional aquilo que se construiu como identidade.

Analisando esses fatores, é notável a importância da arte tradicional na configuração da identidade artística/cultural e da preservação desta. O que se torna questionável é o fato de haver uma negação na renovação estética, alimentada pela resistência em aceitar que essas mudanças eram provenientes da Semana de Arte Moderna de São Paulo. Independente do lugar onde esta ruptura tenha iniciado, os artistas ao incorporarem novas pesquisas e experimentações estéticas da forma e da cor, não necessariamente perderiam sua identidade, pelo contrário, certificariam que a identidade aqui disseminada também pode persistir e acompanhar as inovações estéticas da Arte Moderna. Sendo assim, essa resistência ao tradicional em defesa da identidade local, talvez, não seja totalmente justificável.

Violeta Franco e a Garaginha

A Arte Moderna no Paraná, apesar de ter acontecido tardiamente, revelou artistas importantes como Fernando Velloso, Nilo Previdi, Loio Pérsio, Guido Viáro, Potty Lazzaroto, entre outros. Dentre esses, Violeta Franco se destaca como uma personalidade "forte", pois segundo Fernando Bini, seu conflito e insatisfação com o tradicional tonou-a inquieta, permitindo que a artista desde o início de sua produção, tenha suas bases estéticas arraigada na pintura Expressionista.

Maria Violeta Franco de Carvalho, mais conhecida como Violeta Franco, ou Violetinha para o artista Fernando Velloso, nasceu na cidade de Curitiba em 1931. Ingressou no mundo artístico ainda muito jovem, quando a capital paranaense era uma cidade tranquila, dedicando-se a arte com paixão. Na sua caminhada artística teve como professores artistas importantes da Arte Moderna do estado, os pioneiros, Guido Viáro que lhe ensinou técnicas de pintura e Potty Lazzaroto que lhe ensinou técnicas de gravura. Este segundo influenciando mais significativamente suas composições em gravura, que posteriormente será um dos destaques em sua produção pictórica (BINI, Violeta Franco, A Natureza Por Expressão)¹⁴⁰. Violeta Franco age como uma figura de representatividade para o cenário artístico no Paraná, pois em 1949 fundou a Garaginha, um ambiente cedido pelos seus Avós que ficava numa chácara que além de seu Atelier foi também um ponto de encontro de debates, discussões e reflexões a respeito do cenário artístico do Paraná. Reuniu diversos artistas - Loio-Persio, Fernando Velloso, Paul Garfunkel, Alcy Xavier e Emílio Romani - que propunham uma nova configuração estética para as obras produzidas a partir da década de 1940 (RUPP, 2013).

O Paraná, neste contexto, ainda estava com suas referências artísticas direcionadas para as instituições oficiais como a Escola de Música e Belas Artes do Paraná, que pregavam os padrões estéticos acadêmicos, não abrindo espaço para a produção e divulgação dos trabalhos dos artistas modernos. Os que por algum motivo, ousavam romper com essas tradições, como Violeta Franco e seus amigos modernistas, sentiam-se, dessa forma, deslocados havendo a necessidade de criar espaços alternativos as instituições formais, para que seus ideários estéticos pudessem ser debatidos, desenvolvidos e experimentados (FREITAS, 2003).

¹⁴⁰ Disponível em: http://muvi.advant.com.br/lendo_arte/bini/violeta_franco.htm, acesso em: 18 Novembro de 2014
Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

Isolados em pequenos grupos e com pouco apoio oficial, os artistas mais abertos às tendências modernistas precisaram engendrar seus próprios espaços sociais de encontros e discussões. Destacaram-se nesse sentido, ao longo dos anos cinquenta, o ateliê da artista Violeta Franco – a “Garaginha” –, o Centro de Gravura do Paraná e, sobretudo, a galeria Cocaco (FREITAS, 2003 p. 95).

Com uma realidade desfavorável em relação aos artistas e instituições tradicionais, a Garaginha surgiu como o primeiro ponto de encontro desses artistas, configurando-se como um ambiente alternativo as instituições formais, podendo ser considerada como uma "instituição" que instigou o debate, a pesquisa e a discussão sobre a temática e estética moderna no estado, possibilitando que depois desta surgissem outros espaços, como a Galeria Cocaco e o Centro de Gravura.

era o ateliê de Violetinha [Violeta Franco], mas que passou a ser o ponto de encontro de intelectuais, de artistas, de pessoas que passavam por aqui como Mário Cravo. (...) Sérgio Milliet também esteve e uma série de outras pessoas que traziam luzes à escuridão, porque volta e meia vinham e conversavam, e mostravam o que faziam. (...) Alguns amigos também (...) passaram a frequentar aquele local onde a gente tinha um coquetelzinho e todo um charme, porque o chão e as paredes eram forradas de esteira – que era uma coisa absolutamente escandalosa para a época – e a gente ficava descalço e sentado no chão em almofadas; tudo isso era um clima muito agradável, muito interessante e diferente de Curitiba (FREITAS, 2013, p.83).

Analisando a amplitude que este espaço apresentou, englobando artistas plásticos, intelectuais e escritores, não só do Paraná, mas também de outros estados, é possível, ousar, dizer que este local foi cenário de um "manifesto vivo" da Arte Moderna no estado. Seus debates e temáticas modernistas acompanhavam a decoração inusitada, em um espaço que além de propor a modernidade na arte e na sociedade, rompe também com as "amarras tradicionalistas" das instituições formais, quando traz para este ambiente um comportamento incomum e descolado, em que andava-se descalço e sentava-se no chão.

A Garaginha foi, segundo os artistas que vivenciaram este grupo, um espaço moderno por si só, alternativo na decoração, despojado e agradável enquanto ambiente [...] um lugar onde os convidados sentavam-se em almofadas e esteiras de bambu no chão, enquanto as discussões estéticas rolavam em um clima de vanguarda para os padrões da época. Trata-se da experimentação de um modo de viver, tão discutido anteriormente, que diz respeito a este estado de novidade, de se sentir moderno (NASCIMENTO, 2013, p. 163).

Quando fala-se em Arte Moderna Paranaense, ou em ruptura da Arte Paranaense, é exatamente a isso que se referimos, a iniciativa de quebrar com os costumes e tradições postas pela sociedade durante décadas, que trouxe para o ambiente e contexto local a reflexão, e a inquietude. Configurando-se como um

movimento renovador, de cisão com o passado tradicional e o encontro com a modernidade. A Garaginha e as demais manifestações e ou instituições de ideais modernos, propostas a partir do final da década de 1940, não foram apenas tendências passageiras, que pouco influenciaram na arte e sociedade local, foram elementos importantes que possibilitou uma infinidade de desdobramentos para a arte, como o Clube de Gravura (1951) e o protesto contra o academicismo no Salão de 1957.

E é Violeta Franco que assume inicialmente a direção do Clube de Gravura em 1950, em um intercâmbio com artistas de fora como Carlos Scliar, que já comandava o Clube de Gravura de Porto Alegre, caracterizado por uma forte inclinação de esquerda e todo um ideário revolucionário em torno da gravura (NASCIMENTO, 2013, p. 163).

Violeta Franco, como a fundadora da Garaginha, e posteriormente assumindo a direção do Clube de Gravura, destaque-se nessa época como uma das poucas mulheres a participar ativamente da "vanguarda paranaense". Decerto, a partir desses fatos e desdobramentos, pode-se dizer, de maneira séria e coerente, que "Violetinha", como a chamaria Fernando Velloso, se configura como uma personalidade metafórica da Arte Moderna do Paraná, representando os artistas modernos e contribuindo de maneira significativa para a consolidação da estética moderna no estado.

Um toque de Expressionismo e uma análise Iconológica

A Arte Moderna de maneira ampla, encontra várias de suas referências no Expressionismo, no uso das cores intensas, formas destoantes e temas que nem sempre trazem a figuração como primazia. Violeta Franco, assim como outros artistas brasileiros, foi influenciada pelo Expressionismo alemão, que segundo Fernando Bini, a artista desenvolveu desde muito cedo uma paixão pelo movimento, que tornou-se uma das bases para a sua produção pictórica (BINI, Violeta Franco, A Natureza Por Expressão)¹⁴¹.

O Expressionismo foi um estilo artístico originário da Europa, destacando-se em diversos países, em especial na Alemanha, com os grupos *Der Blaue Reiter* e *Die Brücke*. Suas características mais expressivas foi o uso das cores fortes, distorção, abstração, crítica social e a purificação (LITTLE, 2010). Violeta apresenta em sua obra algumas características importantes do Expressionismo como o estudo da forma e da cor, que pode ser melhor compreendida a partir do estudo/análise de sua obra.

No entanto, para que a análise de uma obra tenha relevância histórica e não só crítica e ou

¹⁴¹ Disponível em: http://muvi.advant.com.br/lendo_arte/bini/violeta_franco.htm, acesso em: 18 Novembro de 2014

especulativa, é importante usar métodos que possam responder ou então tentar responder de que forma ela foi produzida artisticamente, relacionada com o seu contexto, época e criador. Para tanto, será aqui analisada, mesmo que de modo inicial, afinal o presente trabalho trata-se de uma pesquisa de mestrado e encontra-se em desenvolvimento, a obra "Brasil", de Violeta Franco (Figura 01), a partir do método de Erwin Panofsky.

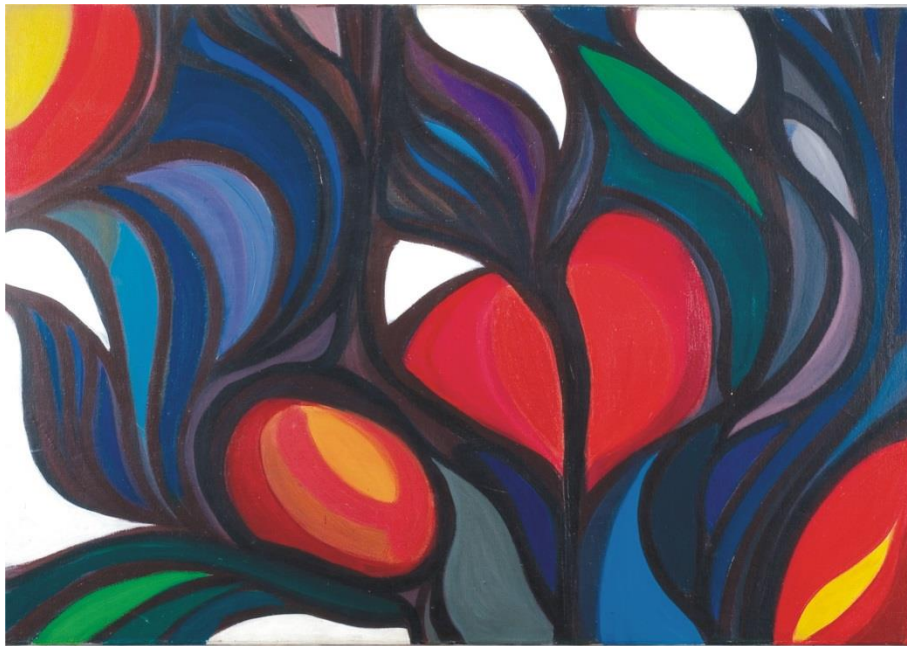


Figura 01- *Brasil*, **Violeta Franco**, *s/ data*, acrílica sobre tela - 96,7 x 130,2 cm - MAC/PR Fonte: Disponível em: <http://www.mac.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/6/3443CORTE.jpg>

Erwin Panofsky desenvolveu um método para análise de imagens que é denominado de Iconologia, este por sua vez abarca três níveis, sendo o primeiro conhecido como primário ou natural, que subdivide-se em *factual ou expressional*, preocupando-se com a identificação das formas puras, considerando as características de forma e de cor (PANOFSKY, 2012). Baseando-se neste primeiro nível, para iniciar a analisar da obra de Violeta Franco, "Brasil", nota-se que a imagem trás uma multiplicidades de linhas sinuosas completando formas irregulares, com aspectos volumosos, destacando-se os tons frios de verde, violeta e azul, matizados em vários níveis, no qual contrastam-se com o vermelho, amarelo e alaranjado, cores que no circulo cromático se complementam em pares; vermelho-verde, azul-laranja e violeta-amarelo. As formas em vermelho com sobretons de laranja e amarelo, destacam-se, enquanto forma, pelo tamanho

mais expressivo e por lembrar círculos, esferas e ou ovais. Já os demais elementos, com sinuosidade alongada, sugere elipses irregulares, em um ritmo compassado e harmônico entre si;

O Segundo nível destacado por Panofsky é conhecido como *tema secundário ou convencional*, uma análise iconográfica, onde os motivos artísticos e suas combinações ligam-se a conceitos e assuntos portadores de significados, podendo se remeter a estórias e alegorias (PANOFSKY, 2012).

Partindo deste segundo nível, a imagem aqui analisada destaca-se por apresentar motivos que nos remete a folhagens, frutas e flores, devido suas formas curvilíneas que se assemelham as formas da natureza, coloridas com tons de verde que podem supor folhagens e tons de vermelho que pode se remeter a flores ou frutos. Nesta Obra, as formas esféricas nas extremidades superior esquerda e inferior direita, bem como na parte central, de cores sobrepostas em vermelho, amarelo e alaranjado, podem ser facilmente indicadas como rosas a desabrochar, ou então frutos, como a maçã ou a manga. Lembrando que se trata de uma obra moderna, sugestiva, sem significações fixas e nítidas como as obras acadêmicas. Além disso, temos as linhas em negro que facilmente podem ilustrar ramos ou caules, formando em suas extremidades motivos sinuosos e pontiagudos, que parecem-se com folhas, em tons variados de azul, violeta e verde.

O terceiro nível do método de Panofsky trata do *significado intrínseco ou conteúdo*, este tem uma relação mais estreita com o contexto histórico em que a imagem/obra foi produzida , " Assim, concebo a iconologia como uma iconografia que se torna interpretativa e desse modo, converte-se em parte integral do estudo da arte, em vez de ficar limitada ao papel de exame estatístico preliminar" (PANOFSKY, 2012, p. 54). É feita uma interpretação simbólica que se relaciona com o criador, seu tempo histórico e cultural em busca de significados intrínsecos, que vai além dos motivos artísticos descritos pela iconografia, tenta, relacioná-los com significados implícitos nesses elementos, tentando deixá-los comunicáveis. Este nível é a iconologia propriamente dita.

Seguindo nessa perspectiva, a obra de Violeta esteve inserida na segunda metade do século XX, quando o estado do Paraná passava por um processo de ruptura e renovação da estética artística. Segundo Fernando Bini, sua obra é amplamente influenciada pelo Expressionismo, estilo artístico que não mais se atém a representar o mundo de maneira fotográfica, mas considerando outros aspectos relevantes que iam além da esfera figurativa,. Considera-se assim a visão do artista e de seus sentimentos sobre a temática representada, fazendo das formas, cores e linhas objetos de experimentação, que referiam-se as ideias, críticas e as diferentes relações e estados emocionais que englobavam o mundo no qual o artista estava inserido.

Dessa forma, ao

observamos a obra aqui analisada, Violeta trabalha com a experimentação estética de cunho moderno, sugere nas linhas e cores de sua produção aspectos da flora, que em seu próprio nome, refere-se ao Brasil. Ademais, a artista certamente apresenta esse apreço pelas folhagens/paisagem pois seu pai era um geólogo¹⁴², despertando na artista o interesse pela representação de paisagens que de alguma forma pode se remeter a sua infância, e ou aspectos de sua memória com o pai.

Violeta apresenta uma obra gestual, quando faz de seus traços, formas sinuosas e suavizadas, com cores exóticas que certamente se relaciona ao clima tropical do país onde nasceu. Para embasar as análises aqui referendadas a respeito da temática de sua obra, paisagem brasileira, uma fala da própria artista, se faz interessante, deixando mais evidente o porque ela não adotou em sua representação, as araucárias, um símbolo constante nos trabalhos de outros artistas paranaenses. A respeito disso ela comenta "Afinal não quero ser como tantos pintores já foram, mais um gigolô de nossos pinheiros"¹⁴³, deixando explícito a sua inquietude perante a arte reprodutivista, disseminada pela arte tradicional.

Notamos assim que, com sua obra, ela tenta representar além do símbolo paranaense, tão explorado pelos seus contemporâneos acadêmicos, destacando aspectos da flora, como as flores e frutos, nitidamente sugeridas em sua produção, fazendo-nos refletir que a paisagem paranaense se faz múltipla, preocupando-se com a renovação não só da temática mas também com a experimentação estética.

A Iconologia de Panofsky se configura como um método de preocupação artística e histórica, trabalhando de maneira séria com a interpretação das diversas significações e simbologias intrínsecas na obra, considerando aspectos formais das artes plásticas, iconografia, e fatores relevantes do contexto histórico e social. A partir disso, é possível fazer uma análise e interpretação com valor historiográfico, mesmo que não contemple a totalidade do entendimento - afinal a arte e a história podem ser entendidas de múltiplas maneiras - mas se atendo as possibilidades que ela apresenta, a partir da imagem em relação com seu contexto, através de um método responsável, e historicamente reconhecido, a Iconologia.

Considerações Finais

¹⁴² BINI, Fernando. Violeta Franco, A Natureza por Expressão, Disponível em: http://muvi.advant.com.br/lendo_arte/bini/violeta_franco.htm, acesso em: 18 Novembro de 2014

¹⁴³ Depoimento de FRANCO, Violeta, A "Garaginha" e a Arte Moderna no Paraná, encarte de exposição, Museu Oscar Niemeyer, 2013



A Arte Paranaense apresenta uma trajetória significativa, relaciona-se com os diferentes momentos históricos em que se desenvolveu, fazendo o Paraná se destacar, assim como outros centros urbanos da época, como um local emblemático e de transformações, mesmo que tenha ocorrido "tardamente", comparado a outros, mas no momento certo em relação a si mesmo.

Violeta Franco, uma personalidade feminina, se configura como uma artista de peso nesse processo de cisão entre o acadêmico e o moderno. Este trabalho de pesquisa, no qual é um recorte de um estudo maior, tema de pesquisa de uma dissertação de mestrado, tenta levantar e analisar os fatores que instigaram a ruptura na arte paranaense, bem como a importante figura de Violeta, que se constitui como representante da Arte Moderna no Paraná.

É a partir da Garaginha, e de sua obra expressionista, que a artista juntamente com seus pares, fizeram história, através da pesquisa e da renovação estética, possibilitando que o Paraná pudesse superar os padrões reprodutivistas que desde a independência política do estado, se fez majoritária.

O que faz desse texto, e desta pesquisa, um estudo relevante, é analisar e tentar compreender como esse processo de ruptura se deu no Paraná. Partindo da contribuição, que evidencia-se como imprescindível, da obra de Violeta Franco, e da fundação da Garaginha, que ao longo da década de 1950 dará espaço para outras instituições florescerem, como o Centro de Gravura e a Galeria Cocaco, agindo como um espaço pioneiro, num cenário conflituoso, onde o tradicionalismo estético, representado pelas instituições formais, não permitiam a criação e proliferação das obras modernas, em seus espaços.

Dessa forma, o objetivo deste texto, não é de cunho conclusivo, ele tenta destacar, e continuar problematizando, as evidências que sugerem a ruptura da Arte Paranaense, partindo da contribuição de Violeta Franco, da Garaginha e de seus desdobramentos, que resultaram numa obra de cunho expressionista, moderna e enigmática, trazendo significados não só para a artista, mas representando uma visão artística, segundo um lugar e período histórico, no qual ela integra e contribui para transformá-lo.

Bibliografia

AMARAL, Aracy. **Artes Plásticas na Semana de 22**, 2ª Edição, São Paulo – SP: Perspectiva, 1972.

BINI, Fernando. **Depoimento a Artur Freitas**. Curitiba, 05 dez. 2002.

_____. **Violeta Franco, A Natureza por Expressão**, Disponível em:

http://muvi.advant.com.br/lendo_arte/bini/violeta_franco.htm, acesso em: 18 Novembro de 2014



- CAMARGO, Geraldo Leão Veiga. **Paranismo: Arte, Ideologia e Relações Sociais no Paraná. 1853 - 1953**, 2007, 213 f.. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.
- FRANCO, Violeta, **A "Garaginha" e a Arte Moderna no Paraná**, Catálogo de exposição, Museu Oscar Niemeyer, Curitiba, de 06 de Jun. a 10 de Nov. 2013.
- _____. Curitiba, 14 Maio de 1984 - Setor de Pesquisa do MAC/PR.
- FREITAS, Artur. **A consolidação do moderno na história da arte do Paraná : anos 50 e 60**, Revista de História Regional, Ponta Grossa , V. 8, n. 02, p. 87-124, Inverno de 2013.
- _____. **Arte e Contestação: O Salão Paranaense nos Anos de Chumbo**, Curitiba - PR: Medusa, 2013.
- GOLÇALVES, Josilena Maria Zanello. **Integração das Artes no Paraná – 1950-1970: A conquista do espaço público**, 2006. 227 f.. Tese (Doutorado em Estrutura Ambientais Urbanas/História e fundamentos da arquitetura e urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo/USP - São Paulo.
- LITTLE, Stephen. **Ismos: Para entender a Arte**, 1º Edição, São Paulo - SP: Globo, 2010
- LUZ, Angela Ancora da. **A Missão Artística Francesa: Novos Rumos Para a Arte no Brasil**, Revista Da Cultura, Rio de Janeiro, Ano IV, nº. 07, p. 16-22, Dezembro de 2004.
- NASCIMENTO, Carla Emilia; KAMINSKI, Rosane Kaminski. **Nilo Previdi e o Meio Artístico Curitibano da Década de 1960**, Revista Esboços, Florianópolis, v. 20, n. 29, p. 105-120, ago. 2013.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**, São Paulo-SP: Perspectiva, 2012
- RUPP, Isadora. **Uma Violeta Nada Convencional**, *Gazeta do Paraná*, Londrina, 06 Jun. de 2013.

OS LUGARES DE MEMÓRIA NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA E A REPRESENTAÇÃO DO POVO XETÁ

578

João Vitor Arcanjo¹⁴⁴
Luan Silva Scarassatti¹⁴⁵
Murilo Rebecchi¹⁴⁶

Resumo: O presente trabalho pretende é resultado de um trabalho desenvolvido com alunos do Colégio Estadual Pedro II – Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante, que envolveu a iniciação a pesquisa histórica, objetivando auxiliar aos alunos participantes do projeto a se perceberem como indivíduos agentes na construção da narrativa da histórica local. Optamos, portanto, após um apontamento teórico, por desenvolver uma série de atividades que buscaram identificar no município de Umuarama os logradouros e também os documentos oficiais que apontam para a história local e verificar de que maneira o discurso da formação do município de Umuarama vem sendo construído. A pesquisa culminou na identificação e apreciação dos espaços públicos que apontam para o povo Xetá, última etnia a ser contatada no Paraná em meados no século XX.

Palavras-chave: Memória;; Xetá; Umuarama.

Localizado na região noroeste do Estado do Paraná, o município de Umuarama¹⁴⁷ foi fundado em 26 de junho de 1955 pela CMNP, e em 25 de julho de 1960 teve sua emancipação política. Através de uma Lei Orgânica Municipal¹⁴⁸ – reeditada em 2012, como Lei n. 010 onde em seu Capítulo V – há o dispositivo legal que vigora em relação à preservação dos bens públicos de natureza histórica/cultural, onde fica sob responsabilidade do poder público zelar por estes patrimônios, e na forma da Lei observamos:

Art. 175. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, em Umuarama, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado pelo poder público municipal com a cooperação da comunidade [...]: V - os conjuntos urbanos e sítios de valores históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, ecológicos e científicos.

Desta forma elucidasse a obrigatoriedade do poder público em preservar os espaços de relevância cultural ou histórica. O que se pode constatar aqui é a existência do dispositivo que garante a salvaguarda dos lugares de memória

¹⁴⁴ É aluno no Colégio Estadual Pedro II, PARTICIPANTE DO pic 2014.

¹⁴⁵ É aluno no Colégio Estadual Pedro II, PARTICIPANTE DO pic 2014.

¹⁴⁶ É graduado em História e Mestre em História pela UEM; professor no Colégio Estadual Pedro II em Umuarama.

¹⁴⁷ É criado o Município a partir da Lei 4.245 de 25 de Julho de 1960.

¹⁴⁸ Lei Orgânica Municipal de Umuarama: 010/2012: Capítulo V : Artigo 175.

locais. A partir daqui então queremos apresentar estes espaços e com isso apontar por meio dos depoimentos colhidos sobre estes lugares pontuar o imaginário popular sobre os mesmos.

Vale destacar que a utilização da história oral por meio dos depoimentos colhidos dos atores sociais dos espaços que delimitamos enquanto fontes de nossa pesquisa deixam de ser meramente um desdobramento do lembrar já que entendemos como fontes fundamentais para trazermos elucidado o imaginário de frequentadores e demais moradores a respeito destes espaços de memória – quando fazem alguma ligação com o passado – e também a representação que dão a estes espaços quando relacionamos tais espaços com o índio

Como um destes espaços de memória do município de Umuarama, gostaríamos de apresentar a “Praça dos Xetá” – localizada no Parque Dom Pedro – foi inicialmente aberta provavelmente no ano de 1963 durante a gestão do prefeito Henio Romagnolli.¹⁴⁹ No entanto é importante deixar claro que, durante a nossa pesquisa nos deparamos com o problema de não encontrarmos qualquer documento de caráter legislativo que comprove com exatidão a data de criação deste espaço, para tanto utilizamos como fonte os testemunhos de moradores do entorno desta praça, dentre os quais o testemunho do Sr. Raimundo Dantas dos Santos¹⁵⁰ (76 anos) que sobre a fundação da praça disse¹⁵¹:

“isso aí ah! mais ou menos foi no do Henio Remagnolli ainda, é aqui foi feita, era só tinha a praça”.

Em seu depoimento ele relata ainda que, durante um tempo havia apenas a praça referindo-se ao fato de que a mesma não estava pavimentada como hoje a encontramos “era só tinha a praça, nada disso, foi feito na(...)foi no Romero¹⁵²”.

A referência feita ao “Romero” – que foi prefeito do Município de Umuarama entre os anos de 1983 e 1988 – se refere a revitalização e pavimentação desta praça. Atualmente a praça se encontra em um estado bom de conservação, no entanto, não encontramos na mesma qualquer identificação que a registre como “Praça dos Xetá”, o que temos enquanto fonte que nos assegura que esta praça possuiu tal denominação é o testemunho daqueles que indagamos.

Algo que nos chamou a atenção em relação a este espaço é o fato de que embora localizada no perímetro urbano, muitos dos moradores de outras partes da cidade sequer sabiam da existência desta praça quando nos

¹⁴⁹ Henio Romagnolli assumiu o governo municipal sendo o primeiro prefeito do município de Umuarama, exercendo suas atividades administrativas entre os anos de 1961 e 1964.

¹⁵⁰ O senhor Raimundo contou-nos também uma situação um tanto inusitada. Ele durante um bom tempo criava carneiros no espaço da Praça, antes claro da pavimentação que a mesma recebeu, ficando conhecido pela região como “Raimundo dos carneiros”.

¹⁵¹ Entrevista concedida pelo Sr. Raimundo Dantas dos Santos, 76 anos, à Murilo Rebecchi em Umuarama no dia 19 de maio de 2013.

¹⁵² Antônio Romero Filho foi prefeito de Umuarama de 19/02/1983 a 31/12/1988.

dirigimos a estes para uma conversa fazendo referência exatamente a este espaço. E aqui nos deparamos então com o problema do sentimento, ou neste caso da falta do sentimento de pertença e também da não identificação de muitos deste espaço como sendo um lugar de memória que busca ou poderia buscar a preservação da memória do índio Xetá. Isto nos faz pensar de acordo com Polak (1992) quando o mesmo pondera em relação a memória entendendo-a enquanto um elemento que constitui o sentimento de identidade seja esta individual ou coletiva (POLAK, 1992). De modo que poucos são os moradores que possuem conhecimento relacionado a etnia Xetá, ou então quando há, ocorre de uma maneira estereotipada por meio do discurso que durante muito tempo povoou o imaginário em relação a existência, ao modo de vida ou ao gradativo desaparecimento deste povo.

Outro espaço que faz referência ao povo Xetá, a “Avenida dos Xetás” é logradouro que se inicia na Praça dos Xetá. Na imagem a seguir podemos identificar exatamente onde começa este logradouro:



Figura 5 - Praça dos Xetá em Umuarama

Fonte: Acervo de Murilo Rebecchi (2013)

A avenida foi aberta durante a gestão do prefeito Henio Romagnolli – mesmo período correspondente ao momento da criação da “Praça dos Xetá” – e possui uma extensão de aproximadamente três mil e quatrocentos metros de extensão. É uma avenida que está localizada em uma área de residências, centros comerciais e centros de educação, ligando as Zonas VI e, V e IV da cidade. A foto a seguir corresponde a uma das placas de identificação e uma imagem deste logradouro:

Ao longo da nossa pesquisa estivemos, em diferentes regiões deste logradouro, conversando com residentes e trabalhadores, pudemos perceber que a representação destes moradores/trabalhadores em relação aos Xetá são vagas,

fragmentadas e aparecem em frases como “eles moravam aqui quando tudo era mato”. São resultantes de conhecimento que estes moradores trazem segundo eles próprios de conversas tidas ao longo dos anos. O que mais pudemos notar é que, para os residentes ou mesmo para os trabalhadores desta avenida não há uma ideia que possa de fato referenciar o lugar ao povo indígena Xetá. Quando perguntamos a uma trabalhadora de um estabelecimento comercial sobre o fato de que a avenida possui este nome, o que ouvimos foi: “o nome da Avenida é por causa dos índios né?!¹⁵³”.

Desta forma, evidencia-se que, estes dois espaços – Praça dos Xetá e Avenida dos Xetás – embora recebam o nome do povo Xetá não são suficientes de modo que haja um sentimento de resguardo efetivo da memória Xetá. São vistos como espaços urbanos qualquer, isso mais uma vez nos leva a pensar na questão de que, para que um lugar exerça função de “lugar de memória” o mesmo precisa ser entendido como pertencente a um grupo. Concluímos assim que, mesmo havendo estes espaços que referenciam o povo Xetá não são suficientes, a nosso ver, para cumprir sua função patrimonial, a de dar sentido histórico a um lugar, e conseqüentemente de trazer o sentimento de pertença ao grupo que interage com estes espaços.



Figura 5- Avenida dos Xetá em Umuarama
Fonte: Acervo de Murilo Rebecchi (2013)

¹⁵³ A trabalhadora, operadora de caixa, Juliana foi entrevistada em Maio de 2013.

Em Umuarama ainda existe um terceiro espaço urbano dedicado ao povo Xetá: o “Parque Municipal dos Xetá”¹⁵⁴.

Ele está localizado no perímetro urbano de Umuarama, tendo sido criado quando da abertura da cidade em meados da década de 1950. O Parque Municipal dos Xetá está disposto em uma área de 19,98 hectares, entre o centro da cidade e o Jardim Panorama. O Parque é comumente conhecido pela população local como “Bosque do índio”. A imagem a seguir mostra-nos a entrada principal do “Bosque do índio”:



Figura 6 - Parque Municipal dos Xetá em Umuarama

Fonte: Acervo de Murilo Rebecchi (2013)

Embora a imagem demonstre uma organização e um cuidado com o Parque Municipal vale destacar que, durante 10 anos o “Bosque do índio” esteve sem qualquer tipo de cuidado por parte da administração pública municipal. De acordo com uma matéria veiculada no dia 12 de abril de 2012, “Bosque do índio está abandonado há mais de 10 anos, segundo morador, que filmou grama alta, lixo jogado no chão e banheiros depredados”. Em depoimento o morador¹⁵⁵ descreve:

¹⁵⁴ Fazemos nota também que, não tivemos sucesso na localização do Decreto que determinou a criação do Parque Municipal dos Xetá em Umuarama; na tentativa de encontrar este documento fizemos pesquisas junto a Biblioteca Municipal, bem como ao Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal, ainda estivemos buscando junto a Câmara de Vereadores e também na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

¹⁵⁵ Odair Delgado Sanchez Júnior é morador de Umuarama, atualmente é Professor de Geografia.

(...) “ eu conheço o bosque desde que foi inaugurado, já teve fases que ele estava muito bem cuidado, limpinho, bem arrumado. Mas, há mais de 10 anos está abandonado”¹⁵⁶.

Em conversa com o morador, ele nos confirmou a cena que descreveu no ano de 2012:

“realmente, durante 10 anos o Bosque não tinha nenhum cuidado, estava sem segurança, muito sujo, com mato para todo lado... foi muito triste ver tudo isso, não consegui ficar sem fazer nada e decidi fazer a filmagem e mandar para a emissora”.

Em nota a Prefeitura Municipal por meio da assessoria na ocasião da denúncia explicitou que uma empresa já havia sido contratada em novembro de 2011 e a empreiteira teria até julho do ano de 2012 – durante este período o Parque ficou fechado para o público - para concluir a revitalização do Parque. Após a conclusão da obra o Parque foi reaberto – obra que foi concluída totalmente apenas este ano -; atualmente o “Bosque do Índio” abriga em sua sala a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Como monumento ao povo Xetá o Bosque conta com uma estátua em cimento (ver figura 6) e alguns afrescos com ilustrações fazendo menção ao cotidiano indígena. Sobre estes afrescos abaixo nos mostra o imaginário que se em relação ao índio:

Embora haja por meio da Lei Orgânica Municipal, em relação ao “Bosque do índio” o que foi possível detectar é um despreparo para o cuidado que se deve ter com um lugar entendido como patrimônio. Em grande parte, esta situação contribui para que sintamos falta de um sentimento efetivo dos munícipes em relação ao Parque Municipal e a relação deles com os índios Xetá.

Outro lugar que nos faz pensar sobre o povo Xetá é o Distrito Municipal de Serra dos Dourados, criado a partir do Decreto 4.211 de 6 de janeiro de 1961 em seu artigo 3º., o qual dispõe:

“No município de Icaraíma,¹⁵⁷ o de Serra dos Dourados com sede na localidade de mesmo nome [...] começa no Rio Veado, no ponto de encontro da linha de divisa de terras, entre as glebas 1e 5 [...] depois pela das glebas 2 e 11, e ainda na linha de divisa entre as glebas 11 e 16”.

No ano de 1980 por meio do Decreto¹⁵⁸ de número 7.333 o Distrito Administrativo de Serra dos Dourados teve seu território redefinido:

“Inicia no Córrego Água Bonita no Rio do Veado, por este água acima até sua nascente [...] por água abaixo até sua foz no Ribeirão 215 [...] desce pelo Ribeirão 215 até a foz do Ribeirão Vale Verde; do Ribeirão Vale Verde até a Estrada Piava [...] pela dita estrada chegava-se a cidade de Umuarama”.

¹⁵⁶ Entrevista concedida a RPC TV em 11 de Abril de 2012. Disponível em :<http://g1.globo.com/pr/parana/vc-no-g1-pr/noticia/2012/04/internauta-faz-video-para-mostrar-abandono-de-bosque-em-umuarama.html>. Acessado em 3 de junho de 2013

¹⁵⁷ O atual território de Icaraíma foi colonizado pela Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRINCO). Tendo sua emancipação política a partir do Decreto 4.245 de 25 de julho de 1960.

¹⁵⁸ Decreto Municipal de número 7.333 de 12 de junho de 1980, publicado no D.O.E no dia 13 de junho de 1980; alterando os limites territoriais dispostos pelo Decreto de número 4.211 de 06 de Janeiro de 1961.

Na imagem a seguir podemos visualizar o Distrito de Serra dos Dourados:



Figura 7- Distrito de Serra dos Dourados, Umuarama
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Umuarama (2012)

Embora o Distrito receba o nome Serra dos Dourados – região descrita como sendo a região ocupada pelos Xetá - já delimitada no primeiro capítulo deste trabalho (Figura 4 p.30) , o território correspondente fica então a alguns quilômetros de onde originalmente estiveram instalados os acampamentos dos Xetá. O Distrito de Serra dos Dourados fica a dezoito quilômetros da cidade de Umuarama, contando basicamente com uma população que depende de atividades ligadas a agricultura familiar. Segundo pioneiros, o nome Serra dos Dourados originou-se devido à grande quantidade de cobras encontradas nas matas (Jaracussú Dourado), outros dizem que era uma referência à cor dos índios encontrados na região¹⁵⁹.

Ao entrevistarmos um morador a cerca da identificação que ele faz do território, da memória e da forma com que o povo é visto pelos distritais tivemos a seguinte resposta:

(...) “era referente ao habitat dos índios né?... os índios Xetá! Mas é... eles não moravam aqui... ficavam a uns 8 quilômetros pra frente, mais perto do 215”.

Referindo-se a localização que, segundo ele acredita, os Xetá estiveram. É válido destacar que há em torno da figura do índio Xetá e o fato de este por ventura ocupar novamente as terras que originalmente abrigavam os Xetá, certo desconforto quando se fala sobre o tema. A questão foi levantada – a da desapropriação de terras para a criação de uma T.I. Xetá – na região pela Superintendência Regional do INCRA, em um debate ocorrido no ano de 2010 que

¹⁵⁹ Esta definição sobre o nome Serra dos Dourados é encontrada no endereço eletrônico: <http://www.portalumuarama.com.br/historia/>



teve como tema “A etnia Xetá e a ocupação das Terras Indígenas no Paraná” envolvendo o público em geral interessado do tema, além de membros da FUNAI e membros do INCRA.

A possibilidade da criação de uma T.I. trouxe para os moradores do distrito e em especial para os proprietários rurais uma preocupação conforme as palavras do morador Luis Antônio da Silva:

(...) “há um questionamento em torno da desapropriação(...) eles tem o direito .- Se eles vem pra sobreviver(...) naquela vida de tribo, ou se aquela reivindicação é por conta da terra boa e valorizada(...) Enquanto nação eles tem o direito deles.... desde que seja pra viver como grupo indígena”.

Destarte fica evidente no discurso dos moradores do Distrito uma resistência em relação ao reconhecimento da existência dos Xetá enquanto agentes de transformação do território noroeste do estado, outrossim, quanto à criação de uma Terra Indígena próxima à localidade, no tocante ao fato que muitos demonstram medo pois podem perder suas terras, evidenciando portanto que por parte destes proprietários rurais não há o reconhecimento da etnia enquanto pertencente à região, ou então quando há algum reconhecimento este vêm carregado de valores que fazem parte da realidade cultural do não-índio que acaba por classificar o índio como alguém que não trabalha, portanto não necessita de terras.

Um último apontamento que gostaríamos de realizar a respeito da memória presente em Umuarama a cerca do índio diz respeito ao seu próprio nome. Este é um neologismo derivado do tronco lingüístico tupi, que segundo os registros oficiais da Prefeitura Municipal:

“Originalmente embuarama, de “Embu” lugar, e “are” cheio de luz, claridade, clima bom... a terminação “ama” significa um coletivo, equivalente a reunião, a muitos”(UMUARAMA, 1990).

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Na língua Xetá, tribo da nação tupi-guarani, Umuarama significa “lugar alto onde os amigos se encontram”, e hoje a cidade é conhecida como a *capital da amizade* (IBGE, 2014).

Fica evidente, portanto, os umuaramenses carregam em seu gentílico a sua origem, que por muito tempo tentou ser negada pelo discurso construído por aqueles que buscavam esgotar seus interesses durante o processo de colonização desta terra. Negar a existência ou apagá-la, mas ao mesmo tempo carregá-la no nome, na identidade do município. Carregar, portanto o gentílico “umuaramense” é carregar a história deste lugar, e mesmo que boa parte não



se identifica com o povo Xetá já trás consigo a contribuição deste povo em suas origens. Negar a existência do povo Xetá é desta forma, negar a própria história.

586

Referências bibliográficas

ACIU – Associação Comercial e Industrial de Umuarama (2014) disponível em : <http://www.aciupr.com.br/historia-de-umuarama.php> acesso em julho de 2014.

ALVES, Paulo. **Perspectiva acerca do método e técnica de análise dos discursos**. In: História. São Paulo, 1983. p. 33-37.

AMADO, Janaína. **Construindo mitos: a conquista do oeste no Brasil e nos EUA**. In: PIMENTEL, Sidney Valadares; AMADO, Janaína. (Org.). Passando dos limites. Goiânia: Editora UFG. 1995. p. 51-78.

BRASIL, Governo do. Decreto N. 50.665, de 30 de Maio de 1961. Brasília: Senado Federal, 1961.

BUSNARDO, E. ; VOITCH, G. **O fim de um povo paranaense: os últimos dos Xetás**. Gazeta do Povo, Curitiba, p. 1-18, 8 mar. 2005.

BURKE, Peter. **“História como memória social”**. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

HARACENKO, A. A. de S. **O processo de transformação no território no noroeste do Paraná e a construção das novas territorialidades camponesas**. 2007. 697f. Tese (Dotourado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia- Programa de Pós Graduação em Geografia Humana- USP □ Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo-SP, 2007.

IBGE/BIBLIOTECA disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/> acessado em julho de 2013.

MOTA, L.T. **História do Paraná: ocupação e relações interculturais**. Maringá: EDUEM, 2005.

PARANÁ. **Departamento de Terras e Colonização. Exploração da região noroeste do Estado do Paraná entre os rios Ivai, Paraná e Paranapanema e Tibagy**. Curitiba, 1933.

PMU – Prefeitura Municipal de Umuarama (2013) disponível em: <http://www.umuarama.com.br/> acesso em dezembro de 2013.

O COPISTA DE CAMBRAI: RAINERUS E A REPRESENTAÇÃO DO ARTISTA NA IDADE MÉDIA

Pamela Wanessa Godoi
Universidade Estadual de Londrina

O estudo de imagem do período medieval levantou a discussão para o uso da palavra “arte”. Usada desde o renascimento era considerada uma expressão relacionada a um fazer menor, ou seja, a arte foi, por muitos anos, considerada um fazer coadjuvante entre as expressões humanas.

A disciplina da história da arte, depois de institucionalizada, pouco se aventurou nos anos medievais. Jean-Claude Schmitt sugere que houve um grande desencontro entre a história e a história da arte no começo do século XX, atrasando em muito as possibilidades de troca que essas duas disciplinas iriam realizar anos depois (SCHMITT, 2007, p. 11-22).

Foi doravante a possibilidade do encontro dessas disciplinas que consolidou a imagem como objeto autônomo de estudo para história. A interdisciplinaridade praticada no campo intelectual hoje é o que abre ainda mais caminhos para a construção do conhecimento sobre as imagens e a partir delas.

Segundo Martine Joly os registros visuais ganharam ainda mais importância, pois “[...] a análise da imagem, inclusive da imagem artística, pode desempenhar funções tão diferentes quanto dar prazer ao analista.” (1996, p. 47).

Para Peter Burke as relações não-verbais de uma sociedade, podem ser mais bem compreendidas quando analisamos a documentação imagética existente nessa sociedade: “Pinturas, estátuas, publicações e assim por diante permitem a nós, posteridade, compartilhar as experiências não-verbais ou o conhecimento de culturas passadas.” (2004, p. 16-17).

Esses tipos de relacionamentos humanos, que utilizaram de outras linguagens, além da falada, ou da escrita, apontam para importantes caminhos sobre os sentimentos e os sentidos que os seus ambientes atribuíram a algo ou alguém. As manifestações que não usaram de língua falada, podem estar ainda mais intimamente ligadas ao universo mental dos homens. A partir das imagens produzidas conseguimos perceber com maior número de especificidades os simbolismos, as importâncias, os desprazeres, entre outras tantas expressões existentes nessas sociedades.

Segundo Eliade (1952, p. 25) é possível perceber o encaminhamento dos sentidos que uma sociedade dá ao movimento religioso, ainda que ela não seja de todo consciente. Isto é, para Eliade, mesmo o produtor, está tão imbuído das relações existentes dentro de seu ambiente que, ao produzir algo, ali expressa, deixa a marca que seu tempo deu ao que faz, mesmo que não fosse essa sua intenção primeira.

Foi assim com Dante que, ao escrever a Divina Comédia, marcou um espaço importante na literatura, e ainda mais na expressão dos valores e símbolos existentes em seu tempo e lugar. É assim com as imagens, que podem nos indicar, ainda que não fossem feitas com essa intenção, os valores que esses homens queriam dar a elas, ou mesmo como e o que usavam para manifestar esses valores.

É ainda mais importante perceber que a imagem, independente do período em que foi produzida, é expressão de um “feixe de significações” (ELIADE, 1952, p. 16). Ela não é apenas uma verdade, nem se constrói a partir de um único referencial, mas tem à sua disposição tantas referências quanto o seu produtor pôde ter. Portanto Eliade alerta:

Traduzir uma imagem numa terminologia concreta, reduzindo-a a um só dos seus planos de referência, é pior que mutilá-la: é aniquilá-la, anulá-la como instrumento de conhecimento. (ELIADE, 1952, p. 16).

Com a indicação de alguns benefícios em determinados estudos, as imagens ganharam e ainda vem ganhando espaços no meio da pesquisa acadêmica; de vários tipos e épocas diferentes os documentos visuais têm sido recorrentes nos trabalhos de diversas áreas das ciências humanas, nos últimos anos. Ainda que existam dificuldades a serem superadas, o trabalho da história com e das imagens tem sido fundamental para a construção do conhecimento sobre a sociedade.

Não é diferente com o campo medieval. A possibilidade de se olhar para as imagens produzidas no medievo acrescentou muitos elementos aos estudos do período. No entanto a palavra imagem foi confirmada pelos estudos recentes como muito mais adequada do que “arte”, quanto se trata das produções visuais feitas antes do Renascimento.

Não podemos perder de vista que é necessário distanciar a imagem feita e vista pelo medievo disso que hoje chamamos imagem. Ainda que seja um campo recente, vários historiadores tem se dedicado nos últimos anos a pensar a imagem no medievo, e a partir de estudos de casos percebemos que houve, já, a construção de alguns conceitos básicos que não devem ser descartados no estudo dessas figuras feitas no período medieval.

A palavra “imagem” proveio do termo latino *imago* que era usado pelos medievais para definir a imagem. Contudo, Jean-Claude Schmitt alerta:

Não convém se deixar enganar pelas semelhanças fonéticas e pelo parentesco etimológico. Quanto mais o vocabulário parecer próximo do nosso, que dele é herdeiro, mais devemos desconfiar *a priori*. A diferença essencial é que a noção medieval de *imago* se inscreve num contexto cultural e ideológico bem diferente do nosso. (SCHMITT, 2007, p. 12-13)

No latim antigo *imago* pode ser traduzida como: imagem, retrato, aparência; mas sua construção em relação à aparência é o mais destacado (ERNOUT; MEILLET, 1985, p. 309).

Quando o Ocidente se encheu de cristianismo e a Bíblia passou a ser o texto base dessa parte do mundo, o termo *imago*, assim como a sociedade, tomou formas cristãs e ganhou importância segundo os sentidos encontrados nos textos bíblicos. E é já nas primeiras linhas desse livro que encontramos a *imago* em uma importante função: designar o homem: “Então disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (Gênesis 1, 26)¹⁶⁰.

Para Schmitt a “*imago* é o fundamento da antropologia cristã” (SCHMITT, 2007, p. 13). Em um período onde o ideal cristão foi base para todas as relações, a palavra que na Bíblia destacou-se para identificar o homem, é também a que foi preferida para denominar as produções visuais.

Mas não só as produções visuais foram chamadas de *imago*:

[...] no centro da concepção medieval do mundo e do homem: ela remete não somente aos objetos figurados (retábulos, esculturas, vitrais, miniaturas, etc.), mas também às ‘imagens’ da linguagem, metáforas, alegorias, *similitudines*, das obras literárias ou da pregação. Ela se refere também à *imaginatio*, às ‘imagens mentais’ da meditação e da memória, dos sonhos e das visões (SCHMITT, 2006, p. 593).

Ao se preocupar como era chamada a imagem medieval, Schmitt se deparou com um termo que significava também muitas outras coisas. Perceber a relação de tais coisas foi o que definiu o termo *imago* como sendo o ideal para identificar os elementos figurativos produzidos no medievo.

A *imago* pode se definir como uma representação visual de algo real, simbólico ou mesmo imaginário; ela procurou tornar visíveis os sentidos humanos, nela tinha-se a oportunidade de expressar não só o visual já existente, mas também as construções mentais que enchiam de sentidos as narrativas medievais. Assim as imagens produzidas no período medieval têm suas características articuladas em meio à ambiguidade que a palavra *imago* nos oferece.

¹⁶⁰ Em latim: “*ait: Faciamus hominem ad imaginem et similitudinem nostram*”.



Neste universo de vários sentidos e funcionalidades, o papel de retrato, que a imagem medieval pôde vivenciar foi muito reduzido. Isso de deveu em muito a sua relação com a mimese. Apresentar a realidade, inferir na produção visual a construção da realidade material não era uma das necessidades medievais. Ou seja, vemos que na Idade média a produção visual não busca uma apresentação do que era visto. A imagem era feita também a partir daquilo que queria que fosse visto.

Contudo, a possibilidade de algumas representações que procuraram visualmente produzir a imagem de alguém podem ser encontradas no medievo. Este trabalho procurou trabalhar com uma delas¹⁶¹.

Em um manuscrito feito na primeira metade do século XII em Cambrai, região norte da França, encontramos na primeira página do códice a figura de um copista. Na página seguinte, ele novamente se pintou, e ali escreveu seu nome: *Rainerus*.

¹⁶¹ A discussão sobre o manuscrito que segue está vinculada ao trabalho de pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida por mim no programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, a ser defendida em 2015 com título "A PRESENÇA DIVINA NAS ILUMINAÇÕES MARIANAS: estudo de miniaturas de Reims e Cambrai feitas no século XI e XII", sob orientação da professora Angelita Marques Visalli.



Figura 7 - Copista. BM Cambrai Ms 0528-fólio 01r.

No primeiro fólio do manuscrito, a imagem de página inteira chama bastante à atenção. Temos um homem, sentado em um banco, com os pés apoiados; curvado, ele olha para um livro que esta a sua frente, sendo segurado por um púlpito, onde dois corpos de leão se fundem a uma única cabeça para apoiar a base; no livro há as primeiras palavras escritas no Homiliário de Cambrai.

Nas mãos, o homem segura os instrumentos de escrita, apoiados em um fólio, já dividido ao meio com. É um copista. É o copista deste códice.

Suas vestes são muito coloridas. Desde os primórdios do fortalecimento do movimento monacal, a cor do hábito foi um elemento de distinção. No século XI e XII os tecidos coloridos ou com ornamentos eram preferidos pela nobreza, e para se diferenciar os hábitos de cores homogêneas foram preferidos.

A cor preta foi a escolhida pelos monges cluniacenses; nem todos seguiram esse caminho, até por que a tintura no tecido era bastante cara, em muitos casos tecidos rústicos sem tingimento nenhum foram usados para a convecção dos hábitos.

As roupas coloridas do copista de Cambrai são muito particulares, as escolhas na pintura de suas vestes foram claramente distinguidas do que era a regra do uso de roupas por monges neste momento. Ou seja, o copista optou por ser pintado com características diferentes do comum nas vestimentas monacais. É difícil dizer se ele realmente se vestia assim.

As cores tão vibrantes e coloridas das vestes do copista podem ser também a indicação de que esse homem era um trabalhador leigo; ainda tão singular quanto um monge de roupas coloridas, seria um leigo se retratando em um livro litúrgico, não só por se pintar, o que era muito incomum, mas por ser um leigo que executou o trabalho, em um momento que ainda a copia e iluminação era em grande parte feita por monges.

Isso também seria agravado pela tonsura possível de observar em sua cabeça. Cortar o cabelo de forma a raspar a parte superior da cabeça no formato de um círculo fazia parte do ritual de ordenação de um religioso. Instituído desde o século VI esse corte no cabelo era sinal de distinção entre leigos e clérigos.

Portanto, caso fosse um leigo a peculiaridade de estar tonsurado, assim como, a de estar fazendo um livro e se pintando nele, traria inúmeros problemas bastante incomuns para o período. Enquanto que a opção de termos a pintura de um copista religioso, que preferiu ser caracterizado por roupas coloridas, parece ser mais plausível e possível de confirmar. Até mesmo por que, já no século XI há reclamações de monges que em vez de usarem seus hábitos rústicos e tracionais, preferiam usar as vestes de seda como os nobres (SANTOS, 2006).

No entanto, é difícil afirmar a identidade do copista só por suas roupas. Mas são elas que indicam que outro homem pintado no manuscrito também é o copista. Somente ele aparece com essa roupa:



Figura 8 - Rainerus. BM Cambrai Ms 0528-fólio 002r.

Na segunda imagem do manuscrito, O Cristo entronizado é figurado no interior da letra Q. O prolongamento da letra é o homem da primeira página, que segura o pé esquerdo e beija o pé direito de Cristo, ele tem a mesma roupa do copista e ao lado de sua cabeça, tonsurada se identifica como RAINERUS.

Rainerus foi um nome bastante comum no século XII, e encontramos pelo menos seis homens diferentes que se chamavam Rainerus, ligados a Cambrai no século XII. Assim pouco se pode afirmar sobre esse copista que não nós deixou nenhum outro manuscrito com sua assinatura.

Feito em pergaminho, esse livro mede 44,5 cm de altura por 33,8 cm de largura. Sua encadernação é de madeira, e possivelmente passou por modificações, já que muitos dos fólios apresentam um corte, principalmente na parte superior, que exclui parte do texto ou de imagens. Ou seja, em algum momento entre sua produção e hoje, as folhas foram cortadas, sem muito cuidado, para ficarem uniformes.

Contém 274 fólios que, segundo a biblioteca, são todos da produção original. Neles é particularmente interessante notar que a pele tem muitas indicações singulares: há várias fissuras que podem ser encontradas nos fólios, algumas têm uma espécie de costura para tentar minimizar o furo, em outras há apenas o rasgo.

Isso acontecia principalmente quando a pele estava sendo tratada para ser usada como fólios; durante o período que se esticava e secava a pele, podia acontecer dela rachar. Como era comum ter muitas dificuldades para a obtenção do material, como preço e tempo de trabalho, era comum também, que mesmo as peles que rachavam fossem usadas em manuscritos de menor importância.

Feito para o uso durante a liturgia da missa, o Homiliário de Cambrai contém homilias para serem estudadas nas bibliotecas e/ou lidas durante as celebrações na igreja. Homilia é um texto preparado para um sermão que ao final apresenta uma moral para a história evangélica. Seu estudo e sua leitura durante a missa faziam parte da liturgia e ela própria, fazia parte da regra monástica que atribuiu aos monges o cuidado com o campo espiritual.

Este códice foi feito pela Abadia de Saint-André-du-Câteau. Ela foi uma abadia beneditina do norte da atual França, consagrada pelo bispo de Cambrai, Gerard, em torno do ano de 1020 e confirmada pelo imperador Henrique III em 1048. Gerard de Cambrai ou Gerard de Florennes foi um importante bispo do século XI que ativamente esteve envolvido com as discussões a respeito da “Paz de Deus”. Foi aluno em Reims e mantinha forte contato com essa região.

Possivelmente não chegou a ver o códice de Cambrai. Seu sucessor Gerard II diferente de muitos religiosos de seu período, defendeu ardentemente o celibato e esteve intimamente ligado a “questão das investiduras”¹⁶².

A cidade, que está a 160 Km de Paris, foi durante a antiguidade chamada de Camaracum, aparecendo como ponto militar importante nos mapas do século IV. Durante o século VII o poder imperial, da casa dos merovíngios, estabeleceu o cristianismo na região e desenvolveu a aldeia rural ali instalada com a construção de igrejas e de um castelo. Já durante o período Carolíngio, a cidade ficou no meio das disputas dos filhos de Carlos Magno. Lotário II e Carlos o Calvo brigaram por essa região, até que os normandos em 850 e os húngaros em 953 destruíram a cidade e se estabeleceram na região.

Diante dessas disputadas envolvendo o poder político mais elevado, os governantes locais tomaram-se fortes e foram criando redes de relações e instituindo preceitos sem se alinharem diretamente

¹⁶² A questão das investiduras foi um conflito entre Igreja e Estado onde alguns religiosos lutaram contra a intromissão do Estado nas nomeações de cargos importantes na Igreja. Gerard II de Cambrai era extremamente contra e acreditava que cabia apenas aos próprios religiosos decidirem quem seria papa, abades e bispos da Igreja. Já em Reims havia um grupo de religiosos que era favorável ao Estado e aceitava a interferência do poder leigo durante a escolha de superiores. A questão se alongou pelos anos até que em 1122 na Concordata de Worms chegou-se ao um acordo que ao papa cabia a investidura espiritual e ao imperador a investidura temporal. Na prática pouco resolveu, e as discussões de poder voltaram a aparecer.

com o poder de imperadores e bispos. Cada vez mais esses poderes foram se tornando simbólicos fora das suas regiões de origem.

A população se formou na coexistência de várias tribos, que ali foram se instalando em meio a essas disputadas de poder ocorridas desde o fim do século IV. Pessoas que descendiam dos que chegaram à região no tempo do Império Romano, outras que chegaram com as migrações de grupos que viviam mais ao norte, outras ainda vindas de grupos oriundos do sul; juntos se fortaleceram, criando um grupo heterogêneo, mas que procuravam inibir os excessos dos senhores.

Houve várias revoltas populares no século XI, os bispos ora instituídos pelo poder Imperial, ora pelo Papa, estavam sempre em desacordo com a população, mas em 1077 o bispado reprimiu fortemente as revoltas, que, no entanto iriam continuar com um forte poder comunal até o século XII.

Em meio a tantas discussões e mudanças no poder é difícil afirmar quem pode ter sido o mandatário do manuscrito feito em Cambrai. O comum era que fosse feita uma dedicatória, onde o comitente oferecia o manuscrito a alguém.

Afirmar que as disputas políticas estavam diretamente relacionadas com a falta de dedicatória do livro é precipitado, contudo pode ser um dos elementos que explica não haver nenhum nome, em especial, que fosse o responsável pela produção do manuscrito. Certo é que ele foi usado para o estudo, há nele muitas notas e glosas na lateral do texto.

Mas se não há a identificação por dedicatória a um destinatário específico, temos uma peculiar identificação, a do copista.

Aqui acrescentamos a discussão sobre o papel que o artista desenvolveu na relação com sua obra. A ideia de artista não era entendida como hoje, e as iluminações e mesmo os vitrais ou outros tipos de pinturas não eram vistos como hoje, sua conotação não passava pela ideia que temos atualmente de obras de arte. Não queremos invocar uma desvalorização da produção imagética medieval, como fizeram os renascentistas, apenas ressaltar sua oposição em relação ao que hoje entendemos como arte. Concordamos que:

O historiador da arte que se dedica ao período medieval deve reconhecer que seu objeto de estudo, estritamente falando, não existe. Afinal, como é bem sabido, o termo "arte", tal como o concebemos atualmente, é uma construção que data do Renascimento. Seu quase equivalente latino, *ars*, não se reveste dos mesmos sentidos, sendo mais apropriado para designar, por exemplo, algum tipo de habilidade especial. Da mesma forma, um dos mais importantes termos

dele derivado, artista, não possui exatamente o mesmo significado na Idade Média que na atualidade. Tampouco consegue-se resolver o impasse com a utilização do termo artesão, porque seria rebater um anacronismo com outro: a noção atual de artesanato é tão anacrônica para a Idade Média quanto a de arte. (PEREIRA, 2011).

Assim, aquele que produzia a *imago*, esteve constantemente no alvo de um problema de definição, que a Idade Média não se preocupou em resolver, designando-os pelos seus nomes próprios, ou mesmo pela profissão exercida, como pintor, escultor, pedreiro, arquiteto, entre outros.

O iluminador desejava como recompensa fazer parte do esforço para agradar a Deus (CASTELNUOVO, 1989, p. 145-162). Sua autoridade em relação à obra não envolvia a noção de criação, que designava somente a prática exercida pelo poder máximo do criador maior: Deus (PEREIRA, p. 2011).

O destaque estava na própria obra, não na autoria desta. Assim, a questão do indivíduo produtor não se apresentou como uma preocupação cotidiana do medieval, a função do produtor não acarretava a necessidade de ser conhecido enquanto indivíduo, ou mesmo sendo parte ou dono da obra. Suas técnicas e seus conhecimentos deviam ser usados para, de forma coletiva, exaltar o divino, era um profissional que servia como instrumento para que a sociedade glorificasse a Deus.

A produção não era feita em larga escala. Poucos homens conheciam as técnicas para a produção das imagens, isso já os fazia diferentes dentro da sociedade e facilitava o conhecimento e mesmo o reconhecimento pessoal. Não necessitavam diretamente de uma apresentação vinculada ao suporte material da imagem. A produção feita em escalas mais restritas apontava que técnicas específicas eram usadas em cada local ou mesmo por cada artista, tornando-os conhecidos sem que seus nomes fossem diretamente citados nas obras.

Neste contexto percebemos a produção imagética até o final da Idade Média, entrando inclusive no Renascimento, onde a noção individual começa a se pôr com mais ênfase. Porém, percebemos que as exceções a partir do século IX, principalmente, começam a ser gestadas e o nome do artista ou mesmo a representação da sua figura começa, ainda que discretamente, a aparecer.

A historiadora Maria Cristina C. L. Pereira trabalhou essa questão apresentando em seu texto “Sobre criação e autoria: as ‘assinaturas’ epigráficas no ocidente medieval” uma breve pesquisa a respeito da identificação de uma espécie de assinatura onde a imagem apresenta, junto ao nome do produtor, a legenda “me fez”. Interessante ressaltar como a

[...] construção da frase se mostra como um desvio, ou mesmo uma tática – consciente ou não, voluntária ou não – que evita o discurso direto do criador. Ou seja, uma vez que a criação é uma atividade eminentemente divina, pretender imitá-la seria incorrer no pecado do orgulho. (PEREIRA, 2011).

Segundo Schmitt (2002, p. 597), a utilização dessa expressão “me fez”, nos remete a uma observação que apresenta como o produtor procura se esconder atrás de sua obra, esta fala em primeira pessoa, indicando que sua relação com o produtor é ainda a de sujeito, tratando-se de dois seres. Notamos também que:

[...] no contexto da produção de imagens cristãs, geralmente a autoria implica pelo menos três instâncias, sejam elas pessoas ou grupos de pessoas: o comitente, o conceptor e o executor. E esquecendo-se também que muitas vezes ela simplesmente nem é mencionada. (PEREIRA, 2011).

Na iluminação, esse tipo de apresentação de uma relação entre produtor e produção se dá, ainda que com dificuldade da própria figuração da cena. Em muitos casos temos a apresentação de um ou de mais de um personagem da instância citada por Pereira. Assim, temos cenas iluminadas em manuscritos onde encontramos o bispo responsável pela produção do manuscrito pedindo a bênção da divindade representada, ou mesmo do próprio executor como personagem em alguma cena específica pintada no manuscrito. Porém, assim como as inscrições citadas por Pereira, são exceções e se configuram posteriores ao século XI, no mínimo.

Claro que o reconhecimento e o pagamento dos trabalhos faziam parte dessa profissão, porém o engrandecimento pessoal do artista não é claramente notado nessa sociedade. Muitos desses profissionais eram disputados por seus excelentes trabalhos prestados; porém, na obra em si, seu nome como indivíduo não tinha espaço.

Essa ideia, ao longo dos quatro séculos, foi sendo modificada, e no século XV já percebemos grandes mudanças no que diz respeito às necessidades dos artistas em tornarem-se parte da obra com sua assinatura efetivamente. No caso dos iluminadores, essa questão torna-se um pouco mais complexa, pois a arte produzida nos livros ainda não alcançava, mesmo nesse período, um grande reconhecimento como em outras artes: a pintura em afrescos, ou mesmo as telas.

Nas iluminações, considerando e comparando a outros tipos de produção, a questão da posição do artista ainda podia ser percebida com dificuldade. Não há grandes nomes de iluminadores, mesmo

porque muitos deles exerciam também outras funções de mais destaque, como a de ourives (CASTELNUOVO, 1989, p. 145-162).

Perguntamo-nos então, qual era o papel de Rainerus, e como as escolhas visuais feitas por ele para se representar em dois fólios do Homiliário de Cambrai, podem nos dizer mais sobre ele e sobre o papel que os homens produtores de manuscritos tinham no período medieval.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASCHE, J. Introduction: l'image-objet. In: *L'IMAGE: Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval*. Paris: Le Léopard d'Or, 1996, vol 5, p. 7- 26.
- _____. *A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular – história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.
- CASTELNUOVO, Enrico. O Artista. In: LE GOFF, Jacques. *O homem medieval*. Lisboa: Presença, 1990.
- ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. Lisboa: Arcádia, 1952.
- ERNOUT, A. E MEILLET, A. *Dictionnaire de la étymologique Latine*. 4. Ed. Paris: Klincksieck, 1985.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo. Cia. das Letras, 1987.
- _____. *Indagações sobre Piero*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Olhos de Madeira – Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo. Cia. das Letras, 2001.
- JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *Uma longa Idade Média*. Civilização Brasileira, 2008.
- LE GOFF, J. et SCHMITT, J-C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- PASTOUREAU, Michel. Símbolo. In: LE GOFF, J. et SCHMITT, J-C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, p. 495-510.
- _____. *Une histoire symbolique du Moyen Âge Occidental*. Editions du Seuil, 2004.
- PEREIRA, M. C. C. L. Sobre criação e autoria: as "assinaturas" epigráficas no Ocidente medieval. In: *Anais da X Jornada de Estudos Antigos e Medievais*. Maringá, UEM, 2011, CD.
- RUSSO, Daniel. O conceito de imagem-presença na arte da Idade Média. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 165, jul./dez. 2011, p. 37-72.
- _____. Les représentations mariales dans l'art d'Occident: Essair sur la formation d' une tradition iconographique. In: IOGNA-PRAT, Dominique; PALAZZO, Éric; Russo, Daniel. *Marie, Le Culte de la Vierge dans la société médiévale*. Paris: Beauchesne, 1996.
- SANTOS, Georgina M. de Casto. *A roupa, a moda e a mulher na Europa ocidental medieval*. Brasília: UNB, 2006. (Dissertação)
- SCHMITT, J-C. Imagens. In: LE GOFF, J. et SCHMITT, J-C. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP: Edusc, 2006 p. 591-605.
- _____. *O corpo das imagens: Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ADAPTAÇÃO EM *O BEBÊ DE ROSEMARY*

Rafaela Arienti Barbieri - DHI/LERR/ PIBIC-CNPq-UEM

Orientadora: Solange Ramos de Andrade DHI/PPH/LERR-UEM

Resumo: Tendo em vista a continuação de um projeto de pesquisa que tem como fonte o filme *O bebê de Rosemary*, dirigido por Roman Polanski em 1968, o presente trabalho procura problematizar, também partindo do princípio do viés historiográfico, de que forma dá-se a adaptação da obra literária de Ira Levin para o meio cinematográfico. O livro *O bebê de Rosemary* foi lançado em 1967, e sua narrativa baseia o enredo do filme, contando a história do casal Woodhouse que, depois de mudarem de apartamento, tem contato com uma seita de bruxos que faz da personagem Rosemary aquela que carregou a semente do diabo e deu a luz ao Anticristo. Dessa forma, utiliza-se primeiramente de (FERREIRA, 2009) (SARTRE, 1989) e (CHARTIER, 2002), para a compreensão do documento literário. Parte-se de (CERTEAU, 1998) em função do entendimento das estratégias e táticas, relacionadas com a produção de conhecimento por parte dos “consumidores” da obra literária, onde também está inserido o próprio diretor Roman Polanski, permitindo a aplicação de suas reflexões em prol do entendimento das questões de adaptação. Em função do documento cinematográfico utiliza-se o conceito de representação de CHARTIER, o qual também dialoga com os conceitos de CERTEAU.

Palavras-Chave: cinema; adaptação, história

Tendo em vista o livro e o filme *O bebê de Rosemary*, dois distintos documentos, ambos estão embasados na mesma narrativa, ambientada em 1966 nos Estados Unidos, que conta a história do casal Woodhouse, Rosemary (Mia Farrow) e Guy (John Cassavetes), o qual muda-se para o edifício Bramford em Nova York e acaba por ter sua vida enquanto alvo de fortes mudanças. O casal passa a ter contato estranhos vizinhos Minnie (Ruth Gordon) e Roman (Sidney Blackmer) Castevet, que em um primeiro momento são extremamente prestativos, ou até intrometidos demais, mas mais tarde mostram-se membros de uma seita satânica cujo objetivo seria invocar Satã para a concepção de uma mortal que traria ao mundo o anticristo.

No final da narrativa, Rosemary acabou por ser a mortal que carregara em seu ventre o filho de satã, sem ao menos ter consciência disso e apenas saber que havia algo de estranho acontecendo ao seu redor. O próprio marido da personagem revela-se enquanto um integrante da seita por meio de um pacto que envolvia seu sucesso na carreira profissional e Roman Castevet anuncia o ano em função do nascimento do filho de Rosemary, o anticristo.

Uma vez que se analisa as duas produções enquanto documentos históricos, há a necessidade de estabelecer seus autores. No caso do filme *O bebê de Rosemary* o diretor em questão é Roman Polanski que, de acordo com SILVA e ROMÃO (2011)¹⁶³, foi criado na Polônia por seu pai judeu e teve sua mãe morta em uma câmara de gás. *O bebê de Rosemary* não foi sua única produção que tem como tema bruxaria, pactos e o Diabo, o que pode ser encontrado também em *O último portal*, de 1999, que tem como personagens principais Dean Corso (Johnny Deep) um especialista em livros raros e seu rico cliente Balkan (Frank Langella), que busca a verificação da autenticidade de um livro cercado de mistérios.

Já sobre o autor da obra literária *O bebê de Rosemary*, Ira Levin, é um escritor que faleceu em 2007 com 78 anos, autor de obras como *As possuídas* (1972) e *Meninos do Brasil* (1976), que também foram adaptados para o cinema. *As possuídas*, adaptado em 2004, conta com a participação de Nicole Kidman, e trata de maridos de uma cidade de Connecticut que substituem suas mulheres por robôs submissos. Já *Os meninos do Brasil* foi adaptado em 1978 e ficcionaliza a tentativa de um personagem real, o médico nazista Josef Mengele, de clonar o Terceiro Reich.

Compreendendo o período histórico da década de 1960 dos Estados Unidos enquanto um complexo de relações sociais e culturais, permeado por uma mídia crescente, onde o filme *O bebê de Rosemary* é

¹⁶³ □ SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da; ROMÃO, Lucíla Maria Sousa. *Procurado e desejado: olhares de/sobre Roman Polanski*. Ciberlegenda. N. 26, 2012. Disponível: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/453>. Acesso em 31/01/2014. Acesso: 05/10/2014

lançado, torna-se necessário pensar a respeito do indivíduo da tal época, e as maneiras pelas quais interagiu com essas produções, no caso, literária e cinematográfica relativas ao documento histórico em questão.

A respeito do leitor, Sarte¹⁶⁴ já o apresentou como um sujeito histórico que também cria a partir daquilo que lê, que apesar de sugerirem uma série de hipóteses ao longo de tal processo, irão ver apenas parte delas consolidarem-se, enquanto algumas desmoronam¹⁶⁵. O autor ainda afirma que a escrita só encontra sentido na medida em que possui um público ao qual é direcionada¹⁶⁶. Essa constatação é válida não somente para a literatura quanto também para o cinema, sendo que ele também possui uma intenção e papel em determinado contexto, bem como um público ao qual é dirigido. “[...] o sujeito também é essencial por que é necessário, não só para desvendar o objeto, mas também para que esse objeto *seja* em termos absolutos”. (SARTRE, 1989, p. 37)

Tendo em vista esse papel crucial do público em questão, o do livro e do filme, neste caso, ele faz parte de um mesmo contexto, que é a década de 1960 nos Estados Unidos marcado pelas consequências da Segunda Guerra Mundial. É um contexto de descrença onde seitas satânicas formam-se, como a de Anton Lavey¹⁶⁷, em 1960, e a de Charles Manson¹⁶⁸, acusada em 1969 de ter um de seus membros envolvidos com a morte de Sharon Tate, esposa de Roman Polanski. Nesse mesmo período, os Estados Unidos também conta com a presença do movimento da Contracultura, como já coloca Neilane Ferreira¹⁶⁹ em seu artigo, onde

jovens norte-americanos das décadas de 1950 a 1970 manifestaram seu descontentamento em relação ao *american way of life* de forma singular, formando vários movimentos, que os jornalistas locais chamaram de contracultura (FERREIRA, 2006, p. 69)

Ainda sobre o período, a autora coloca que

as décadas de 1950 até 1970 foram marcadas pelas perseguições aos comunistas e antiimperialistas em todo o mundo ocidental. Nos Estados Unidos, o período foi marcado

¹⁶⁴ SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura*. São Paulo: Ática, 1989

¹⁶⁵ SARTRE, 1989, p. 35

¹⁶⁶ SARTRE, 1989, p. 37

¹⁶⁷ HARVEY, Graham. *Satanismo: realidades e acusações*. Revista de Estudos da Religião, N. 03, 2002. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv3_2002/p_harvey.pdf

¹⁶⁸ SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da; ROMÃO, Lucíla Maria Sousa. *Procurado e desejado: olhares de/sobre Roman Polanski*. Ciberlegenda. N. 26, 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/453>. Acesso em 31/01/201

¹⁶⁹ FERREIRA, Neilane Maria. Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos. Uberlândia: CDHIS, 2006.

pelo macarthismo, pela repressão contra estudantes, pela Guerra do Vietnã e Guerra Fria, pela contestação da *beat generation* e dos *hippies*, pelo preconceito racial, por um ataque aos estudos humanistas e aos intelectuais radicais, por um grande desenvolvimento tecnológico e ainda pela tríade clássica: “sexo, drogas & rock’n roll”, assim como pelos movimentos negro, gay e feminista (FERREIRA, 2006, p. 69)

Tendo isso em mente, e ainda que o Rock’n Roll passou a ser associado às próprias seitas satânicas e ao uso de drogas, deve se considerar a maneira com que todo esse contexto pode ser visualizado na narrativa dos documentos em questão, lembrando que a mídia nesse momento é um importante instrumento para a disseminação dessas informações, as quais frequentemente são dotadas de intencionalidade.

Em função disto, Michel de Certeau¹⁷⁰, é de grande auxílio, uma vez que o autor desenvolve suas reflexões acerca da importância de considerar o que chama de “usuários” não somente enquanto consumidores dos “produtos” disponibilizados em seu contexto histórico, mas também como “fabricantes”.¹⁷¹ Ao colocar isso, o autor está referindo-se principalmente ao meio onde circulam representações da realidade, apesar de usar como exemplo do contato entre indígenas e colonizadores, que é o “da televisão ao jornal, da publicidade a todas as epifanias mercadológicas” (CERTEAU, 1998, p. 48), onde a comunicação é uma “viagem do olhar, [...] uma “epopeia do olho e da pulsão de ler” (CERTEAU, 1998, p. 48).

A análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento), deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens”. (CERTEAU, 1998, p. 39)

Portanto, o consumidor não é passivo diante de todos esses produtos com o qual estabelece contato, ele acaba por agir em sociedade por meio do que o autor denominou por “operações” ou ainda “maneiras de fazer” que “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural”. (CERTEAU, 1998, p. 41). Tendo em mente a existência de uma distância entre os produtos e o uso que se faz deles¹⁷² e, “[...] analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor fabrica com essas imagens e durante essas horas. ” (CERTEAU, 1998, p. 93)

¹⁷⁰ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998

¹⁷¹ CERTEAU, 1998, p. 39

¹⁷² CERTEAU, 1998, p. 95

As análises do autor em questão auxiliam a problematizar o objeto aqui proposto, partindo para um questionamento sobre o que um indivíduo *fabrica* depois de entrar em contato tanto com a produção cinematográfica quanto com a literária, *O bebê de Rosemary*, levando em consideração que ambas as obras possuem uma intenção preestabelecida, mas que ela não é tão explícita assim, e muitas vezes nem mesmo encontra correspondência em seus usuários.

Partindo desse aporte, torna-se possível pensar a própria repercussão após o lançamento do filme, os discursos criados a partir dele e as próprias crenças relacionadas ao conteúdo do mesmo, uma vez que, apesar de pensar-se que

o telespectador não escreve coisa alguma na tela da TV [...] ele é afastado do produto, excluído da manifestação. Perde seus direitos de autor, para se tornar, ao que parece, um puro receptor, o espelho de um ator multiforme e narcísico” (CERTEAU, 1998, p. 94)

Certeau mostra exatamente que tal pensamento não concretiza-se na realidade, e esse telespectador produz cultura que, da mesma forma que a adaptação, não deve ser vista pela perspectiva de degradação do conteúdo original proposto pelo objeto em questão. Uma vez que a obra literária *O bebê de Rosemary* possui sua adaptação para o cinema, que nesse caso ocorreu de forma rápida, sendo que o livro foi publicado em 1967 e o filme lançou em 1968, vale lembrar que os processos de adaptação também devem ser considerados pelo historiador.

O livro *O bebê de Rosemary* foi escrito em 1967 por Ira Levin, e teve sua adaptação para o cinema, com a direção de Roman Polanski, em 1968. Compreendo-o enquanto um romance e fonte histórica, é indispensável a compreensão das múltiplas problemáticas que o envolvem quando é interpretado enquanto tal, as quais estão relacionadas com a diferença entre narrativa histórica e narrativa literária, bem como algumas especificidades de tal fonte e a abordagem metodológica direcionada a mesma.

Em função dessas questões, Antonio Celso Ferreira em *A fonte Fecunda*¹⁷³, direciona sua escrita para algumas “orientações básicas para o tratamento da fonte literária na pesquisa histórica” (FERREIRA, 2009, p. 62), primeiramente situando-a em meio à historiografia, para depois discutir algumas particularidades de tal modalidade de expressão escrita e a própria definição de literatura.

¹⁷³ FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (organizadoras). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009

O conceito de fonte elaborado no século XIX era entendido enquanto sinônimo de documento e expressão de autoridade e verdade, uma visão defendida pela Escola Metódica Francesa, que encarregou-se de estabelecer a História enquanto disciplina acadêmica, bem como a crítica interna e externa das fontes, procurando construir uma objetivamente o passado. A fonte escrita oficial é a privilegiada enquanto verdade, enquanto os textos literários não são considerados documentos.¹⁷⁴

Com o desenvolvimento da Escola dos Annales e seus questionamentos quanto ao conceito de fonte, os textos literários começam a ganhar mais espaço dentro da produção historiográfica, bem como as abordagens dessa e outras fontes que passaram a entrar em contato com o historiador. Ferreira coloca que é a História das Mentalidades que abriu espaço para a análise dos textos literários, citando como exemplo o trabalho de Lucien Febvre em “Combates pela História”¹⁷⁵.

Mas não são somente os textos literários que ganham espaço com o desenvolvimento dessa nova corrente historiográfica, entre eles também está o cinema, por exemplo, abordado por Marcos Napolitano em “Os historiadores e as fontes audiovisuais e musicais”. No capítulo de obra, o autor também discute a abordagem metodológica para com essa fonte de forte teor representativo onde “a sociedade não é mostrada, mas encenada” (NAPOLITANO, 2006, p.276).

Parte-se dessa análise do filme enquanto representação em função de evitar entendê-lo como um portador de verdades, sendo que o importante é encarar o filme enquanto uma produção que reflete os elementos de seu contexto de produção e por muito, a fidelidade ao evento histórico não deve ser o eixo organizador da análise historiográfica, dessa forma,

O que importa não é analisar o filme como ‘espelho’ da realidade ou como ‘veículo’ neutro das ideias do diretor, mas como o conjunto de elementos convergentes ou não, que buscam encenar uma sociedade, seu presente ou seu passado, nem sempre com intenções políticas ou ideológicas explícitas. (NAPOLITANO, 2008 p.276)

Além disso, Napolitano frisa a importância de analisar o filme, a partir do momento em que é abordado enquanto documento, tendo por base questionamentos quando ao diretor do mesmo, bem como o gênero e contexto de produção, os quais devem estar relacionados com os elementos internos que compõem o filme, que referem-se a própria linguagem, diálogos, efeitos e posicionamento da câmera, por exemplo.

¹⁷⁴ FERREIRA, 2009, p. 63

¹⁷⁵ FERREIRA, 2009, p. 63



A definição do que seria a literatura, como coloca Ferreira, é um “produto dos processos históricos ocorridos no Ocidente a partir da sua matriz europeia” (FERREIRA, 2009, p. 65). O autor coloca que Massaud Moisés, em seu “Dicionário de termos literários”, definiu que primitivamente o termo “designava o ensino das primeiras letras”, para depois tornar-se arte literária.¹⁷⁶ Uma definição vaga que gerou dificuldades para teóricos e literatos estabelecerem critérios mais precisos para essa “manifestação artístico-literária”.

Compreendendo a literatura enquanto arte, os românticos do século XIX afirmaram que o artista não apenas representa como também cria universos, por muito, imaginários. Já para os defensores da “arte engajada” do século XX a literatura deveria assumir uma posição crítica em frente a realidade. Estudos linguísticos desenvolvidos nesse mesmo século trouxeram uma conceituação que enfatiza não tanto o conteúdo das obras, mas o modo como a literatura se realiza, as formas de linguagem utilizadas para a criação artística.

Tal definição deu forma ao termo *literariedade*, “segundo o qual a literatura se distingue de outras expressões escritas pela utilização de signos verbais polivalentes, por metáforas” (FERREIRA, 2009, p. 66) as quais acabam por representar a realidade, porém, de maneira deformada. O autor ainda cita Mikhail Bakhtin, o qual defende que a literatura de ficção contemporânea revela o plirilinguismo e o dialogismo, que são diferentes vozes em interlocução, além da voz do narrador.¹⁷⁷

Segundo essa perspectiva, o texto literário é sinônimo de ficção, e se tal pode trazer algum conhecimento do mundo, seria por meio da *transfiguração* da realidade. Após o autor fazer todos esses apontamentos acerca da literatura, acaba por enfatizar que de qualquer maneira

Toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem. (FERREIRA, 2009, p. 67)

O autor procura deixar clara a dificuldade da definição de Literatura, mas atentando para que isso não seja uma justificativa para diluir sua significação, uma vez que tanto a literatura quanto as artes constituem formas de expressão próprias, criadas por personagens de características sociais e culturais variadas. Portanto, a dificuldade de identificar essas formas de arte “dentre os best-sellers e na infinidade de

¹⁷⁶FERREIRA, 2009, p. 65

¹⁷⁷FERREIRA, 2009, p. 66



quinquilharias culturais expostas nas vitrines e nas telas” não quer dizer que inexistam ou não possam ser nomeadas.¹⁷⁸

O autor também trabalha com a definição do que seriam os clássicos, avaliados, por muito, pela sua capacidade de transpor para a ficção, a complexidade de uma sociedade em um determinado momento histórico¹⁷⁹. Citando Marcia Abreu, o autor coloca que não há obras clássicas por si mesmas, nem obras boas ou ruins, mas existem escolhas e o poder daqueles que a fazem.¹⁸⁰ Levando essa discussão para o campo historiográfico, o importante é compreender que não cabe em uma pesquisa histórica a atribuição de valores estéticos. Portanto,

É facultado ao historiador, isso sim, procurar compreender como tais avaliações são constituídas no interior das sociedades, de que maneira se formam e disseminam os gostos, como repercutem no coletivo e permanecem ou não, historicamente. (FERREIRA, 2009, p. 71)

O autor ainda discute a diversidade de formas literárias as quais denominam-se gêneros, que vão desde a Tragédia e a Comédia, identificadas por Platão, tendo Aristóteles acrescentado a Epopéia. Em fins da Época moderna, o romance ganha espaço assim como a ideia de que os gêneros mesclam-se com outras linguagens da vida social.

Tendo isso estabelecido, o autor defende que

os gêneros literários estão intimamente relacionados às condições sociais e históricas que determinam a formação do público leitor, com seus gostos e sensibilidades e que, por outro lado, eles também se alteram de acordo com a mudança do suporte material dos textos [...]. (FERREIRA, 2009, p. 73)

Mas ainda que seja necessário levar em conta essas classificações presentes na literatura, o historiador, ao analisar uma fonte literária, não deve deixar-se levar por tais rótulos, atendo-se de forma mais engajada ao público que é destinada e que papel cumpre em determinada condição social e cultural de uma época.¹⁸¹

¹⁷⁸ FERREIRA, 2009, p. 68

¹⁷⁹ FERREIRA, 2009, p. 68

¹⁸⁰ FERREIRA, 2009, p. 70

¹⁸¹ FERREIRA, 2009, p. 74

A discussão que permeia a narrativa histórica e a narrativa literária é complicada na medida em que o chamado romance contemporâneo está “entranhado” na história e de história¹⁸², uma vez que possui o tempo como elemento fundamental de sua narrativa. Dentro dessa problemática, o historiador deve considerar que

tais representações constituem sempre um universo ficcional, por mais verossímil que seja. O papel do historiador é confrontá-las com outras fontes, ou seja, outros registros que permitam a contextualização da obra para assim se aproximar dos múltiplos significados da realidade histórica. (FERREIRA, 2009, p. 77)

Uma vez que a obra literária *O bebê de Rosemary* possui sua adaptação para o cinema, que nesse caso ocorreu de forma rápida, sendo que o livro foi publicado em 1967 e o filme lançado em 1968, vale lembrar que os processos de adaptação também devem ser considerados pelo historiador. O chamado “intercâmbio entre literatura e cinema” também é abordado por Ferreira, uma vez que são muitos os enredos romanescos transpostos para as telas¹⁸³. O autor enfatiza que a cinematografia e seus recursos como o plano/contra-plano, plano-sequência, close-up e flashback são equivalentes às formas textuais de descrição de paisagem, do cenário e do contexto; de caracterização dos personagens; de composição do fluxo de consciência e recordação do passado.

Permanecendo nessa discussão, a obra de Robert Stam¹⁸⁴ auxilia em uma melhor compreensão das características de tal processo. Algumas das problemáticas questionadas pelo autor referem-se a fidelidade da adaptação e à ideia de que o cinema está prestando um desserviço à literatura, vulgarizando e deformando seu conteúdo, acusando o livro de “ser melhor”.¹⁸⁵

O autor coloca que quando a crítica é em relação a fidelidade ao livro, é por que não conseguiu captar aquilo que se compreendeu como a narrativa, temática, e características estéticas fundamentais da fonte literária em questão. Porém, é necessário questionar até que ponto a fidelidade estrita é possível, uma vez que existe, no processo, uma mudança drástica no meio de comunicação. O cinema não é apenas composto por palavras, como também por música, efeitos sonoros e uma série de outras técnicas que explicam a baixa probabilidade de uma total fidelidade.¹⁸⁶

¹⁸² FERREIRA, 2009, p. 75

¹⁸³ FERREIRA, 2009, p. 78

¹⁸⁴ STAM, Robert. *A literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

¹⁸⁵ STAM, 2008, p. 20

¹⁸⁶ STAM, 2008, p. 20

Partindo do princípio de que um texto literário pode gerar diversas leituras, e que a adaptação pode ser entendida de diferentes formas relacionadas à canibalização, transcodificação, dialogização, por exemplo, ela não é apenas a ressuscitação ação de uma palavra original, mas a volta num processo dialógico em andamento.¹⁸⁷ Portanto, para o autor, entendendo a adaptação enquanto uma ampliação do texto-fonte,

como linguagem rica e sensorialmente composta, o cinema, enquanto meio de comunicação, está aberto a todos os tipos de simbolismo e energias literárias e imagísticas, a todas as representações coletivas, correntes ideológicas, tendências estéticas e ao infinito jogo de influências no cinema, nas outras artes e na cultura de modo geral. (STAM, 2008, p. 24)

Trazendo também a questão relativa aos gêneros, coloca que o cinema herdou esse hábito de classificação, porém as adaptações fílmicas podem se sobrepor a essas convenções, uma vez que na adaptação, há a escolha de quais convenções são transponíveis para o novo meio, e quais serão suplementadas, transcodificadas, substituídas os até mesmo descartadas.

Permanecendo na discussão sobre adaptação, a obra de Certeau,¹⁸⁸ traz uma inversão relativa ao foco de análise quando tem-se por objeto o consumo e o mercado das mídias. Essa inversão permite colocar enquanto foco não apenas o produto oferecido e o telespectador enquanto um indivíduo inerte perante a ele, mas as operações desses usuários que, de formas diferentes, traçam alguns desvios da intenção original do produto.

Para articular esse pensamento, o autor utiliza os conceitos que denominou por *estratégias e táticas*, que seriam diferentes *maneiras de fazer* marcadas por diferentes *tipos de operação*. Esses conceitos acabam por caracterizar uma rearticulação do produto em questão, onde as *criações* dos *usuários* que resultariam dele podem diferenciar-se dos objetivos estabelecidos por aquele que as produziu inicialmente.¹⁸⁹ Esse raciocínio pode ser utilizado para a abordar a adaptação fílmica na medida em que o próprio Roman Polanski, na década de 1960, é um *consumidor* da obra literária de Ira Levin, e se apropria dela de uma determinada forma para criar sua obra cinematográfica lançada um ano após o livro, em 1968.

Certeau aborda também a questão das hierarquias elaboradas em meio a sociedade referentes a cultura *ordinária* e a da *elite*. Tal discussão em sua obra permite exatamente não cair nessa hierarquização que estaria pautada entre a obra literária e a cinematográfica, onde o livro seria melhor que o filme, e o

¹⁸⁷ STAM, 2008, p. 21

¹⁸⁸ CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1998

¹⁸⁹ CERTEAU, 1999, p. 92

cinema uma vulgarização de seu conteúdo. As adaptações devem ser entendidas, portanto, enquanto representações, um *uso* que se faz de um determinado produto, nesse caso, literário.

Ferreira ainda ressalta a importância de estabelecer o contexto no qual a obra literária é produzida, bem como o de sua adaptação cinematográfica, uma vez que esses momentos podem ser diferentes. No caso de *O bebê de Rosemary*, o contexto é basicamente o mesmo, a década de 1960 nos Estados Unidos, sendo o livro de 1967 e sua adaptação de 1968.

Discutindo um pouco acerca do realismo e magia na literatura, Stam apresenta que a valorização do primeiro é associada à ideia de que a magia e o fantástico foram desbancadas pela razão do Iluminismo¹⁹⁰, e seriam vestígios de um passado que seria melhor esquecer. Porém, o autor também ressalta que essas “formas arcaicas” nunca são completamente enterradas, sendo a todo momento reanimadas, como em *Dom Quixote*, por exemplo. De acordo com o autor, o modernismo artístico foi definido em um primeiro momento em contraposição ao realismo como norma dominante de representação, porém essa definição pouco prevaleceu e teve pouca adesão, podendo ser entendido como “uma rebelião provinciana e local”¹⁹¹

Já quando transpõe essa discussão para o âmbito cinematográfico, é possível notar sua presença nos próprios nomes dos movimentos filmicos, os quais dão o tom das mudanças sobre o tema do realismo, como é possível observar no *surrealismo* de Buñuel e Dalí, no *realismo poético* de Carné/Prevert e no *neo-realismo* de Rossellini e Sica, por exemplo.¹⁹²

Como coloca o autor, as definições mais ortodoxas de realismo têm como foco principal uma adequação da ficção à bruta facticidade do mundo, associadas, por muito, na obra de Bazin e Kracauer e a natureza supostamente “objetiva” do aparato cinematográfico¹⁹³. O realismo também pode ser associado “a sua ligação com um grau de conformidade do texto com modelos culturais amplamente disseminados de ‘histórias críveis’ e ‘personagens coerentes’” (STAM, 2008, p. 29), sendo que nesse caso, a plausibilidade e a verossimilhança são talhadas por códigos de gênero.

O importante, nesse caso, é compreender que o realismo é culturalmente relativo, é historicamente condicionado. Tendo isso em mente, o autor coloca que a relação do modernismo com o cinema acabou por criar uma série de dispositivos para a constituição de um mundo ficcional caracterizado por coerência

¹⁹⁰ STAM, 2008, p. 27

¹⁹¹ STAM, 2008, p. 28

¹⁹² STAM, 2008, p. 28

¹⁹³ STAM, 2008, p. 29

interna e aparência de continuidade.¹⁹⁴ Porém, é necessário compreender que os processos de produção cinematográfica são muito descontínuos, sendo que uma cena de poucos minutos pode ser o resultado de dias ou meses de gravação. É exatamente em prol do fluxo narrativo que a estética normativa exige o maior encobrimento possível dessas interrupções.

Sobre a relação entre o realismo, o mágico e o onírico com o cinema, o autor ressalta que a o sistema de edição descoberto por Meliès possibilitou “substituições e transformações mágicas”, permitindo que o cinema modificasse coordenadas de tempo e espaço¹⁹⁵. Diferentes técnicas cinematográficas multiplicam se dando espaço para esses diversos tempos e espaços. Portanto, “os filmes, em suma, são potencialmente “mágico-realistas”, eles podem tornar os sonhos realistas e a realidade onírica, conferindo à fantasia aquilo que Shakespeare denominou “uma morada local e um nome” (STAM, 2008, p. 33)

Dentro das questões aqui apontadas pelos autores em questão, é possível visualizar uma perspectiva que privilegia o conceito de representação que Roger Chartier articula em seus dois livros¹⁹⁶, o qual pode ser usado tanto em função da literatura, quanto do âmbito cinematográfico.

O conceito de representação proposto por Chartier é em prol da busca de atribuição de um valor ao contexto histórico e social no qual essas representações podem ser observadas¹⁹⁷, o autor propõe que essa as mutações no trabalho histórico, juntamente com uma reformulação de seus objetos, referências e seu princípio de inteligibilidade, que ocorreu na década de 1980, não foram produzidas por uma “crise geral das ciências sociais”, ,mas “estão ligadas à distância tomada, nas próprias práticas de pesquisa, em relação aos princípios de inteligibilidade que haviam governado o método histórico nos últimos vinte ou trinta anos” (CHARTIER, 2002b, p. 65)

Sobre as representações coletivas, o autor coloca que elas só têm existência na medida em que comandam atos¹⁹⁸, sendo que um de seus objetivos com tais reflexões seria “ajudar a reformular a maneira de apoiar a compreensão das obras, das representações e das práticas nas divisões do mundo social que, conjuntamente, elas significam e constroem” (CHARTIER, 2002b, p. 79)

Portanto, um dos fatores importantes a serem considerados é

¹⁹⁴ STAM, 2008, p. 30

¹⁹⁵ STAM, 2008, p. 32-33

¹⁹⁶ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002. e CHARTIER, Roger. *À beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

¹⁹⁷ CHARTIER, 2002a, p. 20

¹⁹⁸ CHARTIER, 2002b, p. 72

a problemática do «mundo como representação, moldado através das series de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real. (CHARTIER, 2002a, p. 23-24)

Chartier ainda atenta para a não compreensão do ato de ler como uma relação transparente entre o leitor e o texto, mas sim como um ato concreto onde de um lado se encontram leitores dotados de competências específicas e por outro lado os textos, cujo significado encontra-se sempre dependente de dispositivos discursivos e formais.¹⁹⁹

Seguindo esse mesmo raciocínio, quando o autor problematiza a leitura dos textos impressos nas sociedades do Antigo Regime, lembra de que “não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir) e que não há compreensão de um escrito, seja qual for, que não dependa das formas nas quais ele chega ao seu leitor” (CHARTIER, 2002b, p. 71) ele afirma que é importante entender que

a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção: ela é o uso do corpo, inscrição em um espaço, relação consigo ou com o outro. É por essa razão que devem ser reconstruídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores, a cada uma dessas *interpretive communities* de que fala Stanley Fish (CHARTIER, 2002b, p. 70)

Uma vez que Chartier também é leitor de Certeau, pode-se notar que a abordagem dos dois autores caminha no mesmo sentido, dando espaço para a análise do público que tem acesso tanto ao documento escrito quanto ao cinematográfico, no caso deste trabalho, não apenas como um indivíduo passivo perante o conteúdo passado por esses meios mas como atuantes na construção de algo novo a partir dos mesmos.

Referências:

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: A história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

¹⁹⁹ CHARTIER, 2002a, p. 25-26



FERREIRA, Antonio Celso. *A fonte fecunda*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (organizadoras). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009

FERREIRA, Neilane Maria. *Paz e Amor na Era de Aquário: a Contracultura nos Estados Unidos*. Uberlândia: CDHIS, 2006.

HARVEY, Graham. *Satanismo: realidades e acusações*. Revista de Estudos da Religião, N. 03, 2002.

Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv3_2002/p_harvey.pdf. Acesso em: 15/11/2014

LEVIN, Ira. *O bebê de Rosmary*. São Paulo: Nova Cultural, 1997

NAPOLITANO, Marcos. *Os historiadores e as fontes audiovisuais e musicais*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

ROSEMARY'S BABY (O Bebê de Rosemary). Direção de Roman Polanski. Roteiro de Roman Polanski. USA. Produzido por William Castle e Paramount Pictures. Dist. Paramount Pictures. 1968, 1 disco (2h 22 min.) DVD.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura*. São Paulo: Ática, 1989

SILVA, Jonathan Raphael Bertassi da; ROMÃO, Lucíla Maria Sousa. *Procurado e desejado: olhares de/sobre Roman Polanski*. Ciberlegenda. N. 26, 2012. Disponível: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/453>. Acesso em 31/01/2014. Acesso: 05/10/2014

STAM, Robert. *A literatura através do cinema: realismo, magia e a arte da adaptação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

The ninth gate (O último portal). Direção de Roman Polanski. Roteiro de John Brownjohn, Enrique Urbizu, Roman Polanski. ESP, USA, FRA. Produzido por Roman Polanski. Dist. Lionsgate e Artisan Entertainment. 1999, 1 disco (133 min.) DVD

NAS MARGENS DA REPRESSÃO: O PAPEL DOS INFORMANTES NO COMBATE A SUBVERSÃO DURANTE O REGIME MILITAR NO PARANÁ²⁰⁰

Rodrigo Pereira da Silva

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Ao longo do período em que o Regime Militar esteve ativo no poder (1964-1985), se avolumaram as medidas preventivas contra todo e qualquer indivíduo, que aos olhos da chamada polícia política poderiam comprometer a ordem e a segurança pública. Nesse cenário, o perigo comunista, bem como as ideologias de esquerda serão os principais alvos a serem combatidos. Este imaginário anticomunista construído antes e durante este período contribuirá para que uma parte da sociedade civil se identificasse com princípios defendidos pelo regime militar. Tomando como referência este contexto, o presente trabalho busca analisar, por meio da documentação produzida pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), a contribuição da sociedade civil, especialmente os chamados “informantes”.

Introdução

No decorrer dos vinte e um anos (1964-1985) em que o Regime Militar esteve a frente do poder (1964-1985), a sociedade brasileira vivenciou momentos de autoritarismo, no qual inúmeras medidas foram tomadas pelos militares com o auxílio da polícia política²⁰¹, visando o controle quase que total da sociedade. Estas medidas, efetuadas muitas vezes por meio de mecanismos repressivos e certo grau de violência (física e psicológica), foram aplicadas ao longo deste período contra os indivíduos considerados potencialmente subversores da ordem pública.

Em meio às mobilizações que surgiram em decorrência dessas ações, fez-se necessário, a formação e o aperfeiçoamento de mecanismos repressivos e uma efetiva rede de informação, que pudessem “manter” a

²⁰⁰ Este trabalho é parte do Projeto de Mestrado apresentado em 2014 ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

²⁰¹ Entendemos o termo “polícia política” aqui a partir da definição Marília Xavier (1993, p.32), para quem o termo “polícia política” designa um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações política adversas, armadas ou não, que compromettesse a “ordem e a segurança pública”.



ordem estabelecida, e ao mesmo tempo atuar de forma a reprimir os indivíduos tidos como opositores do regime.

A figura do opositor e/ ou subversivo, neste contexto, constantemente era associada aos ideais comunistas que aos olhos do regime militar almejavam derrubar o governo instituído e promover a revolução. Tal visão fez com que se tornasse necessário combater a todo custo o mal que poderia vir se instalar caso os ideais comunistas se concretizassem. De acordo com Eliane de Freitas Dutra, ao criar esta projeção do mal que precisa ser combatido, “[identificava-se] nele todas as ameaças da decomposição do esfacelamento social e [defendiam-se] instituições que garantam a identidade e confirmam a segurança contra a decomposição: a pátria, a propriedade, a família, a autoridade, a civilização, o cristianismo, a moral”. (2012, p.30)

Segundo Rosangela Pereira de Abreu Assunção (2006, p.105), este “imaginário anticomunista da policia política foi um dispositivo forte e eficiente no controle da vida social e funcionou como o motor para o exercício da autoridade e do poder de policia sobre a sociedade”. Entretanto ao longo deste processo, as fronteiras do que podia ou não ser considerado subversivo, foram esfaceladas, e os indivíduos que possuam ou não vínculos com os ideais comunistas passaram a ser considerados como inimigos em potenciais. Pois como pontua Assunção,

O subversivo era qualquer pessoa partidária, simpatizante, aliada ou militante comunista, contraria a ordem estabelecida [...] e de utilizar as técnicas de divulgação propaganda, agitação e cooptação das massas para a causa revolucionaria [...]. Em linhas gerais, o subversivo comunista é caracterizado como elemento “sagaz”, “dissimulado”, “inteligente”, “frio”, “premeditado”, “calculista”, “perigoso”, “convicto”, “violento”, “decidido”, “agitado” e “inconstante”. (2006, p.107)

A representação dada aos chamados subversivos, pela policia política fez com que uma significativa parcela fosse vista como uma ameaça à instabilidade do país, haja vista “o perigo que representavam a segurança do país e, por conseqüência, ao seu desenvolvimento político, econômico e social”²⁰². Em meio a este cenário Mariana Joffily aponta que com o objetivo de enfrentar o que era considerado uma grande ameaça, “os militares constituíram toda uma rede de órgãos que ao lado da reformulação de estruturas já existentes, compôs um vasto esquema de informações e segurança, objetivando preservar e “higienizar” o país do perigo comunista” (2008, p. 14).

²⁰² BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura**. 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.37.

Já em junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), com o intuito de assessorar o Presidente da República no exercício do poder. Três anos após o surgimento desta instituição, em 1967, criou-se o Centro de Informação do Exército (CIE). Posteriormente a este período uma série de outros aparatos se multiplicou reforçando ainda mais a estrutura repressiva.

[...] foram criados o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), em 1970 e, no ano seguinte o Centro de Informações da Marinha – Cenimar que já existia, mas passou por um processo de reestruturação que acompanhou a modernização do serviço de informações do regime dos generais-presidentes. Todos esses organismos eram oficialmente ligados ao SNI. Esse gigantismo, que o aparelho de repressão do Estado Autoritário adquiriu, reforçava o sistema comprometido com a manutenção da Segurança Nacional. (BRUNELO, 2009, p. 63).

Foram ainda criados a Operação Bandeirantes, em São Paulo em 1969, e seguindo o seu modelo organizacional, em 1970, os Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e os Destacamentos de Operações de Informação²⁰³.

No contexto dessas ações, acrescenta-se o significativo papel das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS)²⁰⁴, as quais se mostraram indispensáveis para a concretização dos objetivos almejados pelo militares. Ao longo de sua existência, essas instituições desempenharam varias atividades, que inicialmente voltava-se para a formação de um arquivo de indesejáveis, no qual constava diversos dados referentes à vida do individuo a ser investigado²⁰⁵.

Para além desse processo de organização repressiva, que contava com órgãos de informações profissionalizados, havia o trabalho de uma parcela da população, denominada de “*informantes*”, que embora em alguns casos não estivessem ligadas institucionalmente a algum órgão, contribuía de forma indireta para o serviço exercido pelos agentes policiais, no combate a subversão.

²⁰³ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Orgs). **Os anos de Chumbo**, p.15-18.

²⁰⁴ De acordo com Mattos e Swensson (2003, p.36) em 1924 este órgão foi criado como Delegacia de Ordem Política e Social. Nos anos 1930, passou a ter sete denominações conforme o setor da polícia a que estava ligado. De 1945 a 1975, era conhecido por Departamento de Ordem Política Estadual (Dops), em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro. Em 1975 houve a ultima reestruturação do Deops em São Paulo e nesse momento passou a ser chamado de Departamento de Ordem Política e Social permanecendo com este nome até sua extinção em 1983.

²⁰⁵ A elaboração desse arquivo de certa forma “visava facilitar o trabalho da polícia política, que além da função repressiva aos movimentos sociais, também tinha a função de prevenir possíveis distúrbios ou reações políticas adversas, armadas ou não”. (PRIORI, 1998, p.22). De acordo com João Fábio Bertonha (1995, p.194) após 1940 e especialmente no pós 1964, a Dops passou por um processo de sofisticação alterando dessa forma o sistema de coletas de informações, com maior ênfase nas pastas temáticas, dossiês, etc.



De acordo com Marcos Tarcísio Florindo (2006, p.129) “arregimentar novos informantes era atividade crucial para o funcionamento do setor reservado e para o desenvolvimento do modelo de investigação policial”. O autor, que ao analisar o cenário paulistano da Era Vargas, verifica que já naquele período diversos motivos e condições levavam os delatores a contribuir com o serviço da polícia política.

616

Motivados por interesses pessoais ou por questões ideológicas, parece não ter faltado material humano para a renovação do quadro de reservados da polícia política no período estudado. Havia desde colaboradores voluntários até aqueles que passaram a vigiar seus companheiros após suas prisões, pressionados por compromissos assumidos com policiais que procuravam dificultar a vida do preso, ou oferecer regalias, exatamente para firmar compromissos. Questões pessoais e ideológicas, por vezes misturavam-se fornecendo os motivos para delação. (2006, p. 129)

De um modo geral, grande parte dessas informações colhidas durante os períodos de repressão sejam elas advindas dos próprios agentes da polícia, ou de delatores voluntários, buscavam associar os possíveis subversores aos ideias comunistas, muito embora em alguns casos os delatados não militassem nesta em favor desta causa.

Levando consideração em espaços para novas reflexões tanto sobre os informantes quanto ao contexto ao qual eles estavam inseridos que estes documentos nos permite ter, o busca-se nesse trabalho analisar como atuavam estes informantes e como o imaginário anticomunista contribuiu para que uma parcela da sociedade auxiliasse nesse serviço de repressão, enfatizando aqui de modo especial o caso do Estado do Paraná.

Os Informantes no Estado do Paraná

Na historiografia que se debruça sobre assunto referente aos arquivos produzidos principalmente durante o regime militar brasileiro comumente se verifica a referência aos grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco. O que de certa forma acaba priorizando a atuação de alguns serviços de repressão em detrimentos de outros.

Embora a nível nacional, todos estes arquivos se apresentem como terrenos férteis para a compreensão do regime militar brasileiro privilegiar-se-ia para este trabalho a documentação produzida pela DOPS/PR que, apesar do volume relativamente pequeno (em relação a outros arquivos do mesmo gênero), impressiona pelo seu caráter “verdadeiramente ecumênico, pluralista e universal”.

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

As mais diferentes expressões ideológicas são contempladas pelas informações. Desde manifestações do campo da esquerda (comunismo, anarquismo, anarco-sindicalismo, trotskismo, bolchevismo, etc.) até aquelas pontuadas na extrema direita (fascismo, nazismo, sionismo, integralismo). Manifestações religiosas dos mais diversos tipos, como cultos afro-brasileiros, evangélicos, cristãos ortodoxos, muçulmanos, fundamentalista etc., também povoaram o imaginário dos “arapongas” das Araucárias e foram alvos de suas investigações. (PRIORI, 1998, p.22)

Tal documentação está concentrada no acervo do Arquivo Público do estado na cidade de Curitiba, boa parte se encontra digitalizada e o acesso é público. Segundo Ângelo Priori (2010) em nota de pesquisa, sintetiza a forma em que foram produzidas e como está disposta tal documentação.

O DOPS do Paraná tinha três formas de organizar as suas informações em arquivos.

(1) As fichas nominais: pequenas fichas de cartolina, em tamanho aproximado de 10x15cm, onde na frente havia as informações mais gerais do fichado, como nome, filiação, local e data de nascimento, profissão etc. E no verso dessas fichas anotavam-se as suas atividades políticas, com uma entrada por data e uns pequenos descritivos das atividades realizadas pelo fichado naquela data. Ao todo são 47.430 fichas.

(2) As pastas nominais: se o DOPS notasse que as atividades do fichado eram recorrentes e/ou se esse fichado tinha alguma importância na política (seja partidária, sindical, associativa) ou na sociedade, era aberta uma pasta nominal e individual, onde constavam as anotações dos agentes.

Do DOPS sobre aquela pessoa e todos os documentos relativos a essa pessoa, como fotografias, panfletos, recortes de jornais, cartas etc.

(3) As pastas temáticas: geralmente voltadas para diversos assuntos e/ou entidades, como os partidos, sindicatos, associações, clubes de serviços, questão de terras, greves, movimento estudantil e tantos outros temas.

É importante frisar que as fichas nominais são documentos produzidos integralmente pelo DOPS. Logo as anotações ali realizadas são as visões e versões produzidas pelos agentes em relação aos cidadãos fichados. Já nas pastas nominais e temáticas, além dos documentos produzidos pelo DOPS, como relatórios, inquéritos, pedidos de buscas etc., há documentos produzidos pelos envolvidos, sejam pessoas ou organizações, o que proporciona ao pesquisador possibilidade de ir além do universo da polícia política. (PRIORI, Relatório de Pós-Doutorado. BH. UFMG, 2011. Inédito).

Dentre os inúmeros documentos que os arquivos da DOPS/PR nos oferece, delimitamos enfatizaremos aqui alguns pontos presentes nos Dossiês que correspondem a temática dos informantes nos permitiu verificar neste início pesquisa. Tal documentação nos permite aquilatar o volume e a complexidade de informações consideradas sigilosas, que durante dezenas de anos interferiram no cotidiano de homens de

mulheres vistos como subversivos – cidadãos que aos olhos da polícia política e dos informantes precisavam ter a cidadania cerceada.

Nesses registros desta documentação referente a temática dos informantes, é possível observar por meio das estruturas desse documentos a forma como os informantes atuavam, se utilizando em grande parte de bilhetes direcionados aos policiais e ao Delegado da DOPS, informando-os sobre dados da vida privada de possíveis subversores, como por exemplo, onde se localizava? O que fazia? E com quem fazia? Tais pastas nos permitem observar por meio das denúncias escritos a subversão por outros olhos.

A título de exemplificar tal situação, podemos verificar abaixo um modelo de bilhete enviado ao Dops, que de forma sucinta contribuía para a perseguição e repressão dos denunciados.

Antonio Carlos Haussen vulgo gaúcho grupo dos 11, terrorista fugido de Porto Alegre a 1 ano e pouco, trabalha na gráfica Presidente L. Rua 7 de setembro 3596 (fundos) Curitiba²⁰⁶.

Na maioria dos bilhetes, escritos de forma simples e manual, observa-se uma característica comum entre os informantes: o anonimato. Tal medida visava à proteção daqueles que “colaboravam” para o bom andamento da sociedade e dessa forma a preservação da imagem de pais e amigos. No entanto em alguns casos, seja possível verificar o perfil de quem se propunha a fazer tal serviço.

Podemos verificar, numa análise prévia, que o trabalho dos *informantes*, chamava atenção de diversas categorias sociais, que tomavam a iniciativa de fazer parte desse seletivo grupo. Como é o caso do jovem estudante Ademir Pedro Acco que em 18 de abril de 1972 encaminha para a Delegacia de Ordem Política e Social, localizada em Curitiba o seguinte pedido:

Senhor Delegado,
Permita-me solicitar-lhe algumas informações. Sou estudante universitário, e gostaria de ser agente da D.O.P.S. Como e o que fazer para ser um membro dessa Delegacia Especializada? Desde já agradeço a atenção que V. S. dispensar. Meu endereço: Rua Marino Torres, 306. Apto 4
Cordialmente
Ademir Pedro Acco²⁰⁷.

²⁰⁶ DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 798.94.p. 36

²⁰⁷ DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 798.94.p. 52

Todas essas informações aqui apresentadas, se inserem em um contexto conturbado e complexo da história brasileira, a medida que se percebe como um imaginário, neste caso anticomunista, vai sendo construído e permeando toda uma sociedade, de modo que alguns se coloquem de forma espontânea, a serviço da repressão. Dessa forma, dando suporte para pensar esta questão do imaginário social, nos pautaremos na análise do filósofo polonês e historiador das ideias Branislaw Baczko, para quem o campo do imaginário funciona enquanto um importante instrumento para exercer o poder. Para Baczko (1985), a esfera política se utiliza das representações coletivas almejando se legitimar no poder. Segundo ele,

Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas ao imaginário da vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico. (1985, p. 297)

Dessa forma, a ideologia comunista vista como um caminho que levaria o país para uma revolução e ao mesmo tempo a causa para uma possível desestruturação da ordem pública, acabou se tornando um medo coletivo, produzindo na sociedade um imaginário que seria utilizado pela própria polícia política para exercer e legitimar as atividades repressivas.

O processo de delação, bem como os documentos que neles se produziram nos permite compreender este imaginário. No entanto, levando em consideração que a pesquisa que o presente trabalho faz parte ainda está em fase inicial, não objetivamos aqui esgotar o assunto, mas sim explicitar de forma breve que o Estado do Paraná, embora como já mencionado, menor em relação aos grandes centros, também possuiu um serviço de informação atuante durante o regime militar, e que este serviço também contou não só com agentes do próprio órgão repressor, como também de outros setores da sociedade civil.

O direcionamento metodológico para análise das fontes desta pesquisa caminha em direção ao que Jacques Le Goff (2003) pontua como sendo necessário se levar em consideração o fato de que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 2003, p. 537-538)



Dessa forma ao nos deparamos com esta documentação, Beatriz Kushir (2006, p.51) salienta que “os documentos do DOPS não devem ser tornados como a verdade da vida dos indivíduos neles registradas, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais”.

FONTES:

DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR - Relatórios: 1967-1968.** Pasta Nº 850.104. (254f.)

DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 797.94.

DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 798.94.

DEAP/PR - Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Arquivos DOPS/PR – Dossiê: Informantes.** Pasta Nº 799.94.

V - BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. (175p.)

BERTONHA, João Fábio. . **Os arquivos policiais e judiciários: fontes para a história política e social brasileira do século XX.** História Social (Campinas), Campinas, v. 2, p. 193-195, 1995.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura.** 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, Vol. 4, p.13-42.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na Terra das Araucárias.** – Maringá: Ed. Eduem, 2009. 154 p. (a)

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim.** O cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.



D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Orgs). **Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

621

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil nos de 1930.** – 2. Ed.- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. (359p.)

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura.** 3º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, Vol. 4, p. 167-205.

FICO, Carlos. O Estado-da-arte. In: _____. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** – Rio de Janeiro: Record, 2004, p.15-67.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975).** Tese (Doutorado – Programa de Pós de Graduação em História Social). – São Paulo, 2008. (349f)

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, MG, ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História.** [online] vol.17, n.34, pp. 203-220. São Paulo. 1997.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L; SWENSON JUNIOR, Walter Cruz. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2003.

PRIORI, A. A.. **Polícia política e sociedade: Funcionamento e métodos de ação do DOPS-PR (1930-1964)** – Nota de Pesquisa, Relatório de Pós-Doutorado. BH. UFMG, 2011. Inédito.

PRIORI, A. A. DOPS: repressão, violência e controle social. In: **Revista da ADUEM,** Maringá, v. 1, n. 1, jul./dez. 1998, p. 21-23.

PRIORI, A. A. **A revolta camponesa de Porecatú:** a luta pela defesa da terra camponesa e atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo. Assis. 2000.338p. Tese (Doutorado em História e Sociedade)- Universidade Estadual Paulista/ UNESP.

XAVIER, Marília. Da polícia política. In: **ARQUIVO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO. DOPS: A lógica da desconfiança.** Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/ Arquivo Público do Estado do Paraná, 1993.

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



Da instituição total à incompletude institucional

622

GARUTTI, Selson

Professor da Secretária de Educação do Paraná (SEED)

sgarutti@bol.com.br

Este trabalho tem como objetivo a proposição da educação como sendo fundamental para a reinserção social dos apenados. Tratando sobre as discussões do processo educacional constituído no interior do sistema penitenciário paranaense, sobre qual deva ser a função da educação na reinserção social dos apenados. Cujas metodologias deste estudo trata-se de uma pesquisa teórica, documental & bibliográfica, tendo suas análises feitas sob uma perspectiva dialética da análise de conteúdos, tomando por base a metodologia proposta por Andrade (1989) e sistematizada pela análise qualitativa proposta por Bardin (1977). Essa proposta segue, basicamente, três etapas: Pré-análise; Descrição analítica; Interpretação referencial.

Discutindo como resultado que em um dado momento, a penalização deixou de ser aplicada como forma de castigo violento por meritocracia criminal e passou a ser espida pela privação de liberdade. Com o passar do tempo, essa lógica foi se cristalizando ao ponto de constituir conceitos que passaram a sedimentarem conceitos, entre os quais, pode-se citar a completude institucional, lógica pela qual se acreditava que o então sistema penal teria plena condição de constituir ressocialização. Essa lógica institucional foi se tornando cada vez mais autossuficiente e fechando-se em seus conceitos, atraindo para dentro do seu sistema todas as necessidades que o apenado precisasse. Durante muito tempo esse paradigma da institucionalização deu conta de resolver essa proposição, visto que, era um conceito determinante e inquestionável.

Palavras-chave: Educação; Reinserção Social; Penitenciária.

PROPOSTA DE ANÁLISE

A análise de conteúdo desta pesquisa foi construída através do levantamento de dados encontrados na literatura já existente. Foram realizadas pesquisas bibliográficas por meio dos livros, revistas e documentos, adotando uma sequência metodológica, tanto na fase de levantamento quanto na de análise e

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

interpretação dos dados. Entendendo os dados, tanto qualitativos quanto quantitativos, como complementares, que se retroalimentam no processo de pesquisa. Para a aplicação dessa técnica metodológica, tomou-se como referência de estudo a questão prisional no Brasil, levando-se em conta a construção da identidade sociocultural da penitenciária de Maringá.

METODOLOGIA

Para fins didáticos e para melhor organização da opinião contida nos documentos, as fases da pesquisa foram divididas tomando por base a metodologia proposta por Andrade (1989) e sistematizada pela análise qualitativa proposta por Bardin (1977).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) nas mensagens. Uma das características que definiu essa análise de conteúdo consistiu na busca do entendimento da comunicação entre os sujeitos, apoiando-se no (re) conhecimento dos conteúdos como tentativa de captar as mensagens transmitidas.

O princípio norteador da técnica utilizada na análise de conteúdo em seu enfoque metodológico tem como base de interpretação a corrente dialética, para perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica dos fatos históricos.

Essa proposta segue, basicamente, três etapas:

1. **Pré-análise:** consiste na seleção e organização do material documental.
2. **Descrição analítica:** consiste no processo de análise profunda dos documentos, tomando como base as hipóteses e referenciais teóricos. Nesta etapa é que se criam os temas de estudo e as tramas de relações, podendo-se fazer a sua decodificação, classificação e/ou categorização.
3. **Interpretação referencial:** consiste em um momento de compreensão mais ampla das inferências e relações construídas entre as bases documentais. É neste momento que, a partir dos dados empíricos e informações coletadas, se estabelecem a compreensão das relações entre o objeto de análise e seu contexto mais amplo, chegando às reflexões que estabeleçam a verificação das hipóteses anteriormente conjecturadas em vista das estruturas e relações propostas.

A importância da análise de conteúdos como perspectiva metodológica se impõe como necessidade metodológica para entender os meandros das etapas do processo de formação da mentalidade sociocultural do sistema prisional. A partir dos conflitos de interesses, deve-se constituir uma análise de conjuntura, tendo como instrumental as referências das várias esferas constituídas em suas possíveis tramas de influências que possam estar contidas, analisando os eventos ocorridos, historicamente organizados e relacionando-os com as fases do processo, observando o seguinte quadro:

a) Levantamento das fontes;	b) Leitura da bibliografia;	c) Leitura de fontes;
d) Análise dos dados;	e) Elaborar qualificação;	f) Elaborar dissertação;

PRINCÍPIO DA INCOMPLETUDE INSTITUCIONAL

O princípio da incompletude institucional consiste em ser um norteador de todos os direitos do sujeito que deve balizar as práticas de qualquer programa de rede de serviços voltado para a socioeducação. Princípio fundamental que preconiza as articulações das políticas públicas em ações integrando o sistema de garantia de direitos, constituídos pelo Sistema Educacional, Sistema de Justiça e Segurança Pública, Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social, estabelecidas e relacionadas em rede com outras ações de políticas públicas de proteção integral, rompendo com a lógica das instituições totais (SPOSATO, 2004).

A incompletude institucional opera segundo uma lógica interna de rede articulada por ações efetivas tanto governamentais, quanto não governamentais, organizando as ações das políticas públicas realizadas em atenção às medidas socioeducativas em consonância a todas as políticas públicas realizadas pelo Estado (Município, Estado & Federação). Com isso, não deve existir divergências entre todas as políticas públicas sociais de caráter universal (básicas, de assistência, e de proteção).

As diretrizes legais constantes do artigo 88, do Estatuto, têm natureza políticoadministrativa, na medida em que são orientações acerca dos passos que devem ser adotados pela administração pública e pela sociedade civil organizada para a construção do Sistema de Garantia de Direitos (SPOSATO, 2004, p.15).

Os parâmetros norteadores das ações pedagógicas praticadas para os sujeitos privados de liberdade devem propiciar o acesso aos direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, bem como às condições de formação de princípios éticos sociais para a vida social, haja vista, ser o mecanismo

de privação de liberdade uma medida socioeducativa com dimensão jurídico-sancionatória, na mesma proporção em que seja ético-pedagógica.

Embora as políticas socioeducativas, por terem finalidade preventiva e natureza sancionatória, tenham um lugar limitado no Sistema de Garantia de Direitos, seus programas deverão observar as mesmas regras gerais aplicáveis às demais políticas, além de outras, específicas aos seus objetivos (SPOSATO, 2004, p.15).

Sobre a perspectiva ético-pedagógica, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo nº 113, dispondo dos artigos nº 99 e nº 100, respectivamente delegam que:

Capítulo II
Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 99. As medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

Art. 100. Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (ECA, 1990, p.50).

A questão da saúde também deve fazer parte dessa rede que deve estar circunscrito no princípio de incompletude institucional, principalmente no que se refere aos dependentes químicos e portadores de distúrbios psíquicos. O sujeito necessitado deve ser encaminhado ao hospital de referencia na rede pública suprindo-lhes suas necessidades tanto psíquicas quanto somáticas, inclusive em situações de desintoxicação e abstinência de drogas. Assim:

No momento em que o jovem for inserido em tratamento médico, psicológico e psiquiátrico (art. 101, inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente) deverá ser definido em qual regime ele será tratado. O regime hospitalar envolve a internação do paciente e sua imposição dependerá sempre de um laudo médico que comprove a sua necessidade, mesmo quando o assistido consentir com seu internamento. No tratamento em regime ambulatorial, o paciente permanecerá no convívio familiar e comunitário e frequentará periodicamente os serviços de atendimento social, médico, psicológico e/ou psiquiátrico de acordo com o seu padrão de transtorno mental (SPOSATO, 2004, p.49).

Bem como, o sujeito com problemas de saúde deverá ser informado de seu estado de saúde e do tratamento que vier a ser inserido, bem como, informações claras acerca das características e peculiaridades de cada uma destas necessidades. Além disso:

[...] o jovem deverá ser ouvido sobre o que pensa em relação ao tratamento, sendo-lhe esclarecidos os pontos sobre os quais houver dúvida, para que se possa fazer os ajustes necessários em busca da adequação desses à situação do adolescente assistido. A família também deverá ser informada e esclarecida acerca da condição mental e do tratamento. Esse é outro motivo pelo qual os profissionais de saúde e do atendimento socioeducativo precisam receber treinamento, pois eles deverão informar o adolescente e sua família sobre o tratamento de maneira clara e simples (SPOSATO, 2004, p.49-50).

A base filosófica da concepção da incompletude institucional repousa na noção de que nenhum programa ou serviço, por si só, não dá conta de atender todas as necessidades e carências existentes no meio social. Assim, toda e qualquer ação de política pública, necessariamente está (ou deveria estar) inserida em uma rede de programas de serviços que leve em consideração toda e qualquer necessidade que qualquer sujeito possa ter.

As ações oriundas do princípio da incompletude institucional devem ser norteadas por um movimento maior circunscrito na esfera dos direitos humanos em consonância tanto com o diagnóstico da realidade, quanto com as demandas da população. Sendo essa coadunância a efetivação da rede, pela qual, as políticas públicas se retroalimentarão. Sendo a rede de políticas públicas que propiciará uma tessitura de contatos e contextos, pelos quais, todos os sujeitos, privados de liberdade ou não, darão continuidade à experiência pedagógica do que seja cidadania e do que seja consciência.

Portanto, só na medida em que houver uma transição da lógica horizontal retilínea da instituição total para a lógica cíclica de incompletude institucional que haverá possibilidade real de reinserção dos sujeitos privados de liberdade. Assim, as duas figuras dão a dimensão de como se deu essa mudança de paradigma.

CONCLUSÃO

A educação tanto formal quanto não formal se estabelece na sociedade como meio legítimo de transmissão de conhecimento adquirido historicamente, disseminado posteriormente por meio de todas as instituições. O meio de transmissão desse conhecimento acumulado historicamente dá-se por dois meios, ou pela educação formal ou pela educação não formal. Não existe dicotomia ou divergência entre os dois espaços, sendo espaços concomitantes que convergem para formar e informar o sujeito, preparando-os para a vida como um todo.

Embora a legislação de suporte para que a educação seja uma realidade na vida de todos, existem diversos fatores que destoam dessa realidade, entre os quais, podem-se elencar as adversidades da vida, os percalços econômicos, as frustrações psicológicas e todas as contradições cabíveis nesse espaço incontável.

Considerando a população geral, em suas dificuldades, pode-se perceber que nem tudo acontece como deveria ser. Infelizmente existe uma grande disparidade entre o ideal e o real e, como a vida é real e não ideal, nem sempre as pessoas se enveredam pelos mesmos caminhos. Com isso, cada sujeito vai



construindo a sua história, aprendendo e ensinando ao mesmo tempo.

Algumas pessoas se enveredam por caminhos tortuosos dando mais valor a um tipo de educação em detrimento a outro, descompasso que acaba gerando ignorância, fome, miséria, desemprego, violência e etc. Tendo como consequência direta o enfrentamento com a justiça e, por conseguinte, a penalização, passando a serem recolhidos para cumprirem pena em alguma penitenciária.

Em um dado momento, a penalização deixou de ser aplicada como forma de castigo violento por meritocracia criminal e passou a ser espiada pela privação de liberdade. Com o passar do tempo, essa lógica foi se cristalizando ao ponto de constituir conceitos que passaram a sedimentarem conceitos, entre os quais, pode-se citar a completude institucional, lógica pela qual se acreditava que o então sistema penal teria plena condição de constituir ressocialização. Essa lógica institucional foi se tornando cada vez mais autossuficiente e fechando-se em seus conceitos, atraindo para dentro do seu sistema todas as necessidades que o apenado precisasse. Durante muito tempo esse paradigma da institucionalização deu conta de resolver essa proposição, visto que, era um conceito determinante e inquestionável.

Com o avanço das ciências e, com isso, registra-se o avanço nas pesquisas sobre o sistema penal. Passou-se a perceber que o sistema prisional como tal, não dava mais contas de atender às novas demandas sociais existentes. Não só porque o sistema prisional está um caos, mas também, porque não atende mais às demandas sociais da modernidade globalizada. Sendo dessas incongruências e contradições que se passou a propor uma mudança nesse paradigma, ou seja, a inversão da lógica da “Instituição Total” para a lógica da “Incompletude Institucional”.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, C. T. Psicossociologia de relações públicas. São Paulo: Loyola, 1989.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Persona, 1977.

BENELLI, Sílvio José. A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. Estudos de Psicologia, Campinas, vol.21, nº 3, setembro/dezembro 2004, p.237-252. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n3/v21n3a08>> Acesso em 10/10/2013.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (Série legislação; nº 25). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/>> Acesso em 09/10/2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em 09/10/2013

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



- DELGADO, A. Burgos; TRIANA, D. Rodrigues y SAYAGO, D. Villamizar: A perspectiva relacional das redes sociais no contexto das políticas públicas participativas. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, Junio 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/ccss/24/redes-sociais.html>>. Acesso em 10/10/2013.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. 38ª edição. Petrópolis: Vozes, 2010.
- FREY, Klaus; PENNA, Manoel Camillo; CZAJKOWSKI JR, Sergio. *Redes de políticas públicas e sua análise*. Portal das ciências sociais brasileiras-ANPOCS, 2005. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3795&Itemid=318>. Acesso em: 10/10/2013.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. (D.M. Leite, Trad.) 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- KLIJN, Erik Hans. *Redes de políticas públicas: una visión general*. *Revista redes*. 1998. Disponível no site <http://revista-redes.rediris.es/webredes/textos/Complex.pdf>. Acesso em: 10/10/2013.
- KUNZA, Nádía Cuiabano. Resenha do livro: GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.33, p.289-294, mar.2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/res01_33.pdf>. Acesso em 14/10/2013.
- LINDBLOM, C. E. *O processo de decisão política*. Brasília: UnB, 1981.
- MUSSO, Pierre. *A filosofia da rede*. In: *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação* - organizador André Parente, Porto Alegre: Sulina, 2004.
- NEVES, Tiago. *A defesa institucional numa instituição total: o caso de um centro de internamento de menores delinquentes*. *Análise Social*. 2007, nº 185, pp. 1021-1039. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0003-25732007000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 10/10/2013.
- RAUTER, Cristina. *Notas sobre o tratamento das pessoas atingidas pela violência institucionalizada*. *Psicologia em estudo*. Maringá, vol.6, nº2, jul./dez. 2001, pp. 3-10. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v6n2/v6n2a02.pdf>>. Acesso em 10/10/2013.
- RUA, Maria Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. Disponível em: <http://franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/gestao/rua%20maria%20_%20analisedepoliticaspublishicas.pdf> . Acesso em: 10/10/2013.
- SCHNEIDER, Volker. *Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas*. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, vol.05. Nº 1, jan.-jun. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/33/1605>>. Acesso em 10/10/2013.
- SPOSATO, Karyna Batista (coord. & org.) *ILANUD - Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquentes – Brasil*. Guia teórico e prático de medidas socioeducativas. 2004. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/Guia-MedidasSocioeducativas.pdf>>. Acesso em 13/10/2013.

O discurso da reinserção educativa por meio do trabalho na Penitenciária Estadual de Maringá

629

GARUTTI, Selson

Professor da Secretária de Educação do Paraná (SEED)

sgarutti@bol.com.br

Tendo por objetivo analisar a evolução profissional dos apenados da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM). A análise de conteúdo desta pesquisa deve ser realizada por meio da recuperação e interpretação das planilhas dos cursos profissionalizantes desenvolvidos na Penitenciária Estadual de Maringá, Paraná. Para fins didáticos e melhor visualização das informações contidas nas planilhas, as fases de formação da pesquisa foram divididas tomando por base o processo proposto por Cândido Teobaldo Andrade (1989); Frigotto (1999; 2000; 2003) e Gentili (1999) e analisados sob o enfoque qualitativo apresentado através de uma sistematização e operacionalização de análise seguindo a metodologia proposta por Bardin (1977). Sua Metodologia apresenta um estudo qualiquantitativo exploratório, em relação às discussões do processo educacional constituído no interior da PEM sobre qual deva ser o papel dos cursos profissionalizantes na reinserção social dos apenados entre os anos de 2002 a 2010. Por resultados desta pesquisa, pode-se constatar a inoperância do sistema em processar a contento a reinserção social dos apenados por meio do trabalho, evidenciando a fragilidade das políticas públicas de qualificação profissional implantadas no sistema penal como um todo e na Penitenciária Estadual de Maringá, de forma específica. Dessa forma, conclui-se que a elevação do nível desses cursos profissionalizantes é essencial para que todos os apenados consigam melhores oportunidades de trabalho e inserção social após o cumprimento de sua pena.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Penitenciária.

Faz-se necessário a adoção de uma sequência metodológica, tanto na fase de levantamento quanto na de análise e interpretação dos dados. Nesta metodologia os dados tanto qualitativos, quanto quantitativos devem ser entendidos como sendo complementares e que se retroalimentam no processo de pesquisa. Para aplicação desta técnica metodológica, tomou-se como referencia de estudo as planilhas dos cursos profissionalizantes realizados na Penitenciária Estadual de Maringá, Paraná.

Proposta de análise

A análise de conteúdo desta pesquisa deve ser realizada por meio da recuperação e interpretação das planilhas dos cursos profissionalizantes desenvolvidos na Penitenciária Estadual de Maringá, Paraná. Para fins didáticos e melhor visualização das informações contidas nas planilhas, as fases de formação da pesquisa foram divididas tomando por base o processo proposto por Cândido Teobaldo Andrade (1989) e analisados sob o enfoque qualitativo apresentado através de uma sistematização e operacionalização de análise seguindo a metodologia proposta por Lawrence Bardin (1977).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo das mensagens, obtendo indicadores quantitativos, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) nas mensagens. Uma das características que define esta análise de conteúdo consiste na busca do entendimento da comunicação entre os sujeitos, apoiando-se no (re) conhecimento do conteúdo das mensagens. Não querendo saber apenas o que esta expressa ("o que se diz"), mas a sua intencionalidade ("o que se quis dizer") com tais informações. Importante neste processo de análise de conteúdo é a tentativa de captar as mensagens transmitidas.

No procedimento proposto deve-se dar ênfase a avaliação quantitativa dos dados. No entanto, dar-se-á maior ênfase à análise qualitativa por esta permitir não somente a análise do "conteúdo manifesto" dos documentos, como também de seu "conteúdo latente", buscando uma conclusão apoiada não apenas em dados quantitativos, numa visão estática, mas, apoiando-se em uma visão de geral qualitativa e dinâmica.

Sem excluir as informações estatísticas, faz-se necessário uma interação dinâmica capaz de fazer "saltar aos olhos" as ideologias, tendências intenções e características dos fenômenos socioculturais que se quer analisar, buscando uma interação cada vez maior dos conteúdos, manifestos num processo dinâmico, estrutural e histórico.

O princípio norteador da técnica da análise de conteúdo em seu enfoque metodológico latente tem como base de interpretação o conceito dialético, querendo perceber a dinâmica contextual e histórica dos fatos e não apenas a sua caracterização e sistematização lógica, ou ainda, um simples relato de fatos históricos. Esta sistematização proposta segue, basicamente, três etapas:

A) Pré-análise: consiste na seleção e organização do material documental;

B) Descrição analítica: consiste no processo de análise profunda dos documentos, tomando como base as hipóteses e referenciais teóricos. Neste momento é que se criam os temas de estudo e as tramas de relações, podendo-se fazer a sua decodificação, classificação e/ou categorização;

C) Interpretação referencial: consiste em um momento de compreensão mais ampla das inferências e relações construídas entre as bases documentais. É neste momento que, a partir dos dados empíricos e informações coletadas, se estabelecem a compreensão das relações entre o objeto de análise e seu contexto mais amplo, chegando às reflexões que estabeleçam a verificação das hipóteses anteriormente conjecturadas em vista das estruturas e relações propostas.

Tem-se aqui uma tentativa de desocultamento do significado dos discursos permitindo ir além das primeiras impressões, quebrando a perigosa possibilidade de um entendimento meramente superficial daquilo que foi manifestado em uma fonte, a qual é base de expressão de processos individuais e sociais, fator que faz da inferência e confrontação a razão de ser desta análise. Desta forma, cada tema deve ser analisado quantitativamente, o qual se constitui em suporte para posterior análise qualitativa, a qual se realiza por meio de inferências entre as fases do processo da formação dos fatos e a verificação das transformações sociais ocorridas no processo. Devendo-se levar em conta as relações conflituosas existentes, pelas quais as classes com menos acesso ao poder conseguem se articular através de suas lideranças e ganhar expressão determinando novos caminhos para as relações entre os interesses políticos, econômicos, sociais como uma totalidade.

Em uma sociedade marcada pela desigualdade entre as forças econômicas, culturais, políticas e etc., essas relações são fundamentais, pois a opinião popular nem sempre consegue ser visualizada como social/pública, uma vez que para isso precisa ser legitimada pelos meios de comunicação de massa, que são dirigidos por forças antagônicas aos interesses sociais populares. Daí a fundamental contribuição da análise de conteúdos sob uma perspectiva metodológica que se propõe propiciar uma maior facilitação em visualizar o desenvolvimento das etapas do processo da formação da mentalidade sociocultural da cidade, com base em um aprofundamento de análise através de uma perspectiva dialética; partindo da contextualização do fato, seu acompanhamento histórico, a constatação dos conflitos para a sua superação, percebendo o importante fluxo de informações na formação da opinião e em sua tomada de consciência sobre os fatos chegando à sua conseqüente transformação social. Partindo dos conflitos de interesses contemplados, consistindo em um meio de análise e entendimento transversal, tendo como instrumental as referências das esferas políticas, sociais, culturais, econômicas, religiosas e todas as tramas de influências que possam estar contidas, analisando os eventos ocorridos cronologicamente organizados e relacionando-os com as fases do processo, observando o quadro:

a) Levantamento das fontes;	b) Leitura da bibliografia;	c) Leitura de fontes;
d) Análise dos dados;	e) Confrontação dos dados;	f) Elaboração do texto;

Resultado e discussão

No Brasil, as esferas governamentais, tanto federal quanto estadual, enfatizam que o processo de ressocialização do preso deve ser efetivado por meio tanto do trabalho quanto da educação. Em cima desse argumento foi construído todo um discurso que considera o trabalho como fator fundamental de sustentação tanto da recuperação, quanto das políticas públicas de qualificação profissional implantadas no sistema penitenciário como sendo mecanismo de redução penal e tentativa de inserção do egresso na sociedade.

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

Essa constatação se faz presente devido ao fato de que os cursos dados no sistema penal nem de longe tem condições estruturais para qualificação do apenado para o emprego formal como um todo. O sistema prioriza trabalhos e cursos profissionalizantes que mais se parecem com terapia ocupacional para ocupar o tempo dos alunos de que necessariamente prepará-los para o mercado de trabalho.

Os cursos geralmente tem uma equivalência de quinze a vinte horas e são quase sempre frequentados por um total de quinze alunos por curso. São cursos de trabalhos artesanais, bordado a mão, além de cursos dedicados ao plantio e cultivo de hortaliças e jardinagem. Esses cursos, elevados ao status de “qualificação”, desenvolvidos no sistema prisional se constituem em uma reprodução de conhecimentos meramente técnicos, o que não garante a inserção nem do apenado e nem do egresso ao mercado de trabalho formal, tão pouco a geração de renda e menos ainda, a possibilidade de ressocialização.

O discurso dominante do Estado sempre enfatizou a qualificação profissional como sendo uma complexa construção social de qualificação estrutural não se restringindo apenas por cursos de terapia ocupacional. No entanto, a realidade constatada é bem diferente, uma situação reveladora que apresenta mais que um adestramento, do que desenvolvimento de habilidades empregatícias.

Uma das críticas válidas para esse quadro reside no fato de que essa produção de terapia ocupacional não tem em seus procedimentos operacionais quase nada que possa vir a desenvolver as competências e as habilidades complexas que configuram nas reais condições de efetivação do trabalho intelectual, fruto de um exercício político de crítica tão necessário para dar conta dos desafios configurados pela sociedade contemporânea.

As qualificações profissionais advindas desses cursos se pautam em critérios de reflexo condicionado para aquisição de condicionamento disciplinar mais do que no desenvolvimento de habilidades profissionais. O trabalho, com sua grande potencialidade de ressocialização, passou a ser instrumento de novas formas de exclusão social ensejada pela precarização do trabalho e pelo desemprego. A falta de emprego ou as parcas condições do trabalho existente acabam por configurar as modernas formas de exclusão social atuais.

O trabalho pode ser configurado tanto como fator de inclusão, quanto fator de exclusão. Isso acaba sendo um marco regulatório no processo de ressocialização. Assim, os apenados são incluídos em Políticas de Qualificação Profissional que focalizam o trabalho como elemento de ressocialização e, por conseguinte, a produção, sendo que os interesses acabam por se confundirem, ora como discurso para a ressocialização, ora como discurso do pleno emprego, sendo efetivada a real preocupação apenas com a produção.

A que constituir uma crítica às políticas públicas desenvolvidas no sistema penal por muitas vezes não potencializarem a possibilidade das vias da empregabilidade apenas compilarem meios parcos para transferência de conhecimentos que direcionam o sujeito para a execução de trabalhos que exijam apenas habilidades técnicas.

Dos cursos ministrados nos estabelecimentos penais poucos contribuem para que os apenados se profissionalizem, inviabilizando assim, as chances de inserção do apenado ao mercado de trabalho, impossibilitando a

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

geração de renda, empurrando os egressos para o subemprego ou para a informalidade, quando não, para o desemprego. O que acaba corroborando diretamente o aumento da reincidência criminal.

O quadro conjuntural que o apenado enfrenta consiste em um tecido social dado tanto pelas modernas técnicas de produção quanto pela precarização do trabalho, acrescido a isso o fato de serem ex-sentenciados, estigma que significa pertencer ao universo do crime. Nesse sentido, o discurso das políticas públicas constitui-se muito mais em uma falácia do que ressocialização efetiva, constituindo um discurso de culpabilização individualizada mais do que uma situação social.

A partir disso, a empregabilidade assume uma configuração individualizante pelo qual transfere toda a responsabilidade social para o sujeito, indivíduo fracassado pela sua própria incapacidade e inoperância, justificada inclusive pelas teorias lambrozianas, certificadas pelos conceitos constituídos pelo Médico Sanitarista Raymundo Nina Rodrigues, como sendo o pertencimento ao mundo do crime a justificativa para promulgar a nova forma de culpabilização do indivíduo pela situação.

Considerações Finais

Assim, face ao exposto, pode-se concluir que as políticas públicas de qualificação profissional implementadas no sistema penal como recurso de prevenção da criminalidade e mecanismo de reinserção social, são inoperantes por não darem conta de resolver as questões propostas no ato de sua criação. Pior que a inoperância das políticas públicas é a total apatia desenvolvida tanto pelo Estado quanto pela sociedade em geral.

Embora o texto apresente contornos desoladores, também deve ser entendido como provocação social para repensar as políticas públicas para que efetivamente possam ser (re) delineadas para a (re) inserção laboral do egresso do sistema prisional, desenvolvendo com isso, mecanismos de monitoração e avaliação dessas políticas públicas implementadas e integradas junto às entidades promotoras como tentativa de minimizar ações isoladas e pontuais. Isso também não invalida o investimento individualizado dos apenados, visando ampliar o êxito das qualificações potenciais desses sujeitos.

Fato é que só com o real investimento nos processos de ampliação das políticas públicas tanto educacionais quanto laborais, extrapolando as dimensões técnicas e constituindo uma séria inserção no universo tecnológico do atual mundo do trabalho a busca constante do aprimoramento da gestão das políticas públicas consiste em ser imprescindível para o êxito do sistema como um todo.

Finalmente, a manutenção do compromisso histórico do processo de (re) conquista da cidadania por meio de um efetivo compromisso com os que se encontram em situação de exclusão e marginalidade, tanto dos bens materiais, quanto dos bens sociais, produzidos historicamente pelo trabalho humano.



Referência bibliográfica

- ANDRADE, Cândido Teobaldo. **Psicossociologia de relações públicas**. São Paulo: Loyola, 1989.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Persona Edições, 1977.
- BRASIL. **Constituição do Brasil 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 de julho de 2011.
- BRASIL, LDB. Lei 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 10 de julho de 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. **PARECER CNE/CEB Nº: 4/2010**. Distrito Federal. 2010.
- BRASIL/MTB/SEFOR. Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995.
- CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos**. Brasília: Universidade de Brasília - CEAD, 2004, v. 2.
- COELHO FILHO, Paulo Ramos. **Estratégias educativas de EJA em contextos comunitários**. Brasília: Universidade de Brasília - CEAD, 2004, v.1 e v.2.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- FRANCO, Maria. L. P Barbosa. **Ensino médio: desafios e reflexões**. Campinas: Papyrus, 1994, cap. 8: Estudo de caso e a análise quantitativo-qualitativa, p. 151-157, cap. 9: O que é análise de conteúdo, p. 155-180.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Rio de Janeiro:, Vozes, 1999.
- _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo:, Cortez 2000.
- _____. **A dupla face do trabalho: Criação e destruição da vida**. Rio de Janeiro, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: uma História da violência nas prisões**. Petrópolis, Vozes, 2006.
- GENTILI, Pablo. **O Conceito de Empregabilidade. In: Avaliação do PLANFOR: uma visão política pública de educação profissional em debate**. São Carlos: Unitrabalho. 1999.
- MARX, Karl. ENGELS, F. A ideologia em geral e em particular a ideologia alemã. In: _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 7-54.
- MARX, Karl. Nota da edição francesa; Prefácio; O método da economia política. In: _____. **Contribuições à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. VII-XXIII; p. 3-8; p. 246-263.
- MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: Como ter trabalho e remuneração sempre**. 15 ed. São Paulo: Gente, 1995, p. 37-43.
- _____. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo: Editora Gente, 1995.
- RODRIGUES, Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. *Apud* MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A fatalidade biológica: a medição dos corpos, de Lombroso aos biotipologistas. In: MAIA, Clarissa Nunes *et alii* (org.). *Historia das prisões no Brasil, vol. 2*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 277-317.
- TRIVINOS, Augusto, N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

IDEIA DE BOM GOVERNANTE PRESENTE EM MARCO AURÉLIO: RELAÇÃO DA DOCTRINA ESTOICA NAS AÇÕES POLÍTICAS DO IMPERADOR

Stéfani de Almeida Onesko
Renata Lopes Biazotto Venturini
UEM

Introdução

O nosso estudo visa analisar as ideias que abarcavam a pessoa de Marco Aurélio, que serão observadas em *Meditações*, escrita entre 171 à 181 d.C, de autoria do próprio Imperador; *Epístolas Morais à Lucílio*, de Lúcio Aneu Sêneca, escrita entre 63 à 65 d.C, que nos auxiliará a entender os princípios da filosofia estoica. A fim de observar as práticas de Marco Aurélio, a nossa fonte será a *História Augusta*, a coleção que trabalha com as biografias dos imperadores romanos, escrita em 390 d.C. A partir disso, nossa problemática procura estabelecer a relação entre as idéias -estas baseadas no estoicismo- de Marco Aurélio com a prática política do mesmo, buscando o ideal de bom governante no imperador segundo o modelo político adotado por ele. Para compreender nosso estudo nos utilizaremos da teoria de Hannah Arendt, que observa como as idéias movimentam os indivíduos em suas ações. A metodologia está baseada na relevância dada aos escritos, aos clássicos e documentos, de dois intelectuais da história das idéias, Jean Starobinski e Quentin Skinner.

Marco Aurélio e a ideia de bom governante

O contexto histórico em que Marco Aurélio estava inserido se circunscrevia ao período do Principado. Esta época é caracterizada pelo poder administrativo supremo, à autoridade exercida por um comandante militar, e também pelo poder intermediário do Senado (MARTINS, 2009, p. 20). Este período histórico engloba a passagem de diversos imperadores, - entre eles, Marco Aurélio (161-180 d.C) - iniciando com Augusto, também conhecido como Otávio, (27 d.C – 14 d.C) e terminando com Rômulo Augusto (475-476 d.C). O período que abrange o Principado vai de 27 a.C até 476 d.C, com o fim do Império Romano.

Com Augusto (27 d.C – 14 d.C) no poder, Roma experimentou, assim como viveu, um período de apogeu muito conhecido pela historiografia como *Pax Romana* ou *Idade de Ouro*. Assim explica Géza Alföldy (1989, p. 110) sobre este período do principado. “Os dois primeiros séculos do Império, desde o governo de Augusto (27 a.C - 14 d.C), constituíram a época mais florescente da história política de Roma.”

É neste momento que o Império Romano atinge um grau imenso de extensão geográfica e possui uma relativa paz nos territórios dominados pelo Império. Novas relações sociais são criadas, o que modificou a estrutura social de Roma, apesar de a estrutura econômica permanecer estática. Portanto, é um momento de apogeu da sociedade romana.

O fim deste apogeu começara na época de Marco Aurélio (161-180 d.C). Segundo Cássio Dião, a morte deste imperador marcava “o fim de uma era de ouro e o princípio de uma época de ferro e ferrugem”. (DIÃO apud ALFOLDY, 1989, p. 172). A decomposição interna e as invasões bárbaras têm o seu início no momento em que Marco Aurélio se estabeleceu como imperador de Roma. É neste contexto de conflitos contra os bárbaros e o avanço dos mesmos, que Marco Aurélio desenvolve sua obra *Meditações*.

A fim de entender o “ideal de bom governante”, precisamos analisar os princípios do estoicismo, no que tange ao conceito do “bom homem”. Quando resgatamos o estoicismo, nos deparamos com diversas gerações²⁰⁸ de pensadores que aderiram à filosofia e fomentaram a mesma. A geração, que ora nos interessa, é a terceira geração da filosofia estoica, que tinha por membros Sêneca, Epicteto e Marco Aurélio - era o chamado *Estoicismo da Época Imperial* -. Nesta geração praticamente se abandona os elementos até então muito fomentados pela tradição desta filosofia, a física e a lógica, para se interessar somente pela moral. (BRUN, 1986, p. 15)

Para o estoicismo, a virtude é a presença do bem numa pessoa, é uma perfeição em comum com o todo. Não há graus de virtude, ou ela existe ou ela não existe. Dentre os valores estoicos, se destacam o bom senso, a prudência, a consciência e a temperança que estão ligadas à ordem e conveniência, à justiça e equidade e a benevolência, à coragem a firmeza e a constância, a piedade e clemência, o viver em comunidade (BRUN, 1986, p. 78-79). Em antítese às virtudes estariam as paixões ou vícios, que são considerados um mal. Entre estas paixões estão a dor, o medo, o prazer, a inveja, o ciúme, o desgosto, o despeito, a vergonha, a hesitação, a angústia, o ódio, a rivalidade, o ressentimento, entre outras, que eram consideradas doenças da alma e por si só um mal. (BRUN, 1986, p. 82-83)

Diante de todos estes valores que o estoicismo prioriza para objetivar o que é o bem, e o que é o mal, podemos refletir as próprias palavras de Sêneca, que será utilizado em nosso estudo para retratar os preceitos estoicos. Segundo ele, o único bem que existe é o bem moral, logo a imoralidade é um mal, e será a virtude

²⁰⁸ Na primeira geração, mais conhecida como *Estoicismo Antigo*, temos Zenão de Cício, Cleanto e Crisipo. Na segunda geração, o *Estoicismo Médio*, temos como continuadores da propagação da filosofia, Diógenes, o Babilônico, Antipatro de Tarso, Panécio de Rodes e Possidônio de Apameia.

que nos fará obter o caminho da felicidade. O verdadeiro bem, de acordo com Sêneca, provém da boa consciência, das atividades honestas, das atitudes justas, do desprezo por bens supérfluos, enfim, a busca pelo caminho virtuoso do estoicismo (SÊNECA, 2005, p. 193).

Segundo Grimal, Sêneca:

“Presenta un verdadero programa de gobierno que fue aireado en los primeros años del principado de Nerón: el príncipe, a modo de alma que informa y vivifica el cuerpo del Estado, debe gobernar en nombre de la virtud, de la recta razón, la cual constituye el fundamento tanto de la justicia, como de la clemencia, que no es sino moderación en el ejercicio del poder” (GRIMAL apud MELIÁ, 2005, p. 70).

São estes preceitos estoicos que queremos analisar em Marco Aurélio, em seus ideais e em suas práticas, a fim de atestar se houve esta junção da ideia de “bom” estoica, entre ideia e prática.

Em *Meditações*, por exemplo, Marco Aurélio cita alguns valores que assimilou no seio de sua família, valores que o mesmo realça como estoicos. Seu avô é lembrado pelo caráter e serenidade, sua mãe pela piedade e beneficência. Com seu pai aprendeu o escárnio das más ações, o amor ao trabalho e a perseverança, a abstenção de prazeres, a simplicidade, além disso, a atenção para com a comunidade. (AURÉLIO, 2005, p. 47-54)

Esta conduta que pretendemos observar durante nossa pesquisa será observada a partir da História Augusta, obra escrita no ano de 390 d.C, nos tempos imperiais de Diocleciano e Constantino. Em uma das passagens do livro que contempla a figura de Marco Aurélio, podemos sugerir uma das interligações, entre ideias e práticas, na busca da ideia de bom governante. Lembrando que a justiça, na filosofia estoica, é um dos elementos mais significativos, Marco Aurélio, por exemplo, sempre tentou estabelecer uma relação amistosa com o Senado romano, observando a necessidade de o Senado zelar pela sociedade, no que tange à justiça, por exemplo. Podemos perceber numa passagem da História Augusta, que os acusados de determinados atos ilícitos, tinham a chance de serem ouvidos por um juiz que representasse o povo. (SHA, Marco Aurélio, 1921, p. 158-161)

De acordo com Herodiano, (Apud GUAL, 2005, p. 7), Marco Aurélio foi “[...] o único dos imperadores que deu fé de sua filosofia não com palavras ou afirmações teóricas de suas crenças, mas sim com seu caráter digno e sua virtuosa conduta.”

Nosso estudo pretende, portanto, analisar a ideia de bom governante em Marco Aurélio e como o estoicismo serviu de base teórica para o Imperador em todas as ações no exercício da política imperial.

Referenciais teóricos e metodológicos

Para entendermos a relação entre ideia e prática, nos utilizaremos da teoria de Hannah Arendt para entender o homem. Arendt conduz sua teoria mostrando como as ideias movem os indivíduos na realização das ações ou discursos.

De acordo com Hannah Arendt, todos os atos humanos estão impregnados de política, já que vivemos entre humanos, e nossas ações repercutem na vida social. A ação corresponde à própria existência humana. Os homens são condicionados a agir, pois assumem o caráter de condição da existência humana. “Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode ser imaginada fora da sociedade dos homens” (ARENDR, 2007, p. 31). Assim, sob a condição humana agimos e transformamos nossas ideias e vontades em práticas, resultando inclusive em práticas políticas.

As ideias, no que tange aos negócios humanos, possibilitam que o filósofo e o homem encontrem a si mesmo, e ao mesmo tempo, descubram a verdadeira essência de tudo o que existe. O ato de pensar torna-se um objeto tangível, concreto.

O ato, de pensar, por poder ser lembrado, pode cristalizar-se em pensamentos; e os pensamentos, como todas as coisas que devem sua existência à memória, podem ser transformados em objetos tangíveis que, como a página escrita ou o livro impresso, se tornam parte do artifício humano. (ARENDR, 2007, p. 86)

O que distingue o homem de todos os outros, é o seu discurso e sua ação. São por meio das palavras e das ações que nos inserimos na vida humana. Se a ação é um fato inato, se é a condição humana em si, o discurso se torna o diferencial, porque cada ser adota uma “filosofia de vida” diferente do outro. É a nossa forma de pensar e de discursar os pensamentos que nos fazem sujeitos únicos. Portanto, o agente do ato só se torna singular através de seu discurso diferenciado dos outros. Assim sendo, a palavra identifica quem fez, faz ou o que pretende fazer (ARENDR, 2007, p. 191).

A partir disso pensamos nosso próprio objeto, Marco Aurélio, e em nosso objetivo. As ideias estoicas em Marco Aurélio, o seu discurso em *Meditações*, o fazem um pensador, que concebe o mundo e atua no mesmo, a partir de seus princípios, estes baseados no estoicismo. Sendo assim, acreditamos que estas ideias em Marco Aurélio podem repercutir em suas ações, nas práticas que o mesmo efetivou enquanto Imperador de Roma.

Portanto, entendemos que o homem a partir de sua existência, em sua “*vida activa*”, se torna singular e único por meio daquilo que ele concebe, em seu discurso e em suas ideias, o tornando um ser ativo e único em suas práticas. Hannah Arendt se utiliza de Dante para afirmar esta passagem:

“Pois em toda ação a intenção principal do agente, quer ele aja por necessidade natural ou vontade própria, é revelar sua própria imagem. Assim é que todo agente, na medida em que age, sente prazer em agir; como tudo o que existe deseja sua própria existência. E como, na ação, a existência do agente e, de certo modo, intensificada, resulta necessariamente o prazer. [...] Assim, ninguém age sem que (agindo) manifeste o seu eu latente.” (DANTE, apud ARENDT, 2007, p. 188).

Portanto, a pessoa manifesta nas práticas as suas concepções, como disse Dante, “o seu eu latente”, os reflexos das ideias acabam repercutindo de modo significativo naquilo que fazemos, pensamos e praticamos. Nossas práticas evidenciam de maneira concreta aquilo que acreditamos, revela, por assim dizer, nossa própria imagem em sentido absoluto.

Hannah Arendt (2007) trabalhou com ideias enquanto objetos, sempre tendo em vista as relações históricas e políticas dos mesmos, refletindo inclusive, em temas contemporâneos do mundo.

Por fim, a história na concepção arendtiana, não é expressão da verdade, é uma representação de episódios do passado, onde a verdade não pode ser apreendida em sua totalidade para o historiador que apenas reabilita fragmentos do passado vivenciado. Nesta perspectiva, a história é concebida quando ela se situa para expressar de maneira suficiente o entendimento que se tem do passado.

Quanto à metodologia, teremos por referência, a análise de Jean Starobinski, já que o mesmo trabalha com a importância dos escritos e seu manuseamento. Como trabalharemos com documentos e obras, este autor nos possibilitará a intermediação entre o pesquisador e os escritos.

De acordo com Starobinski (1976, p. 133) é essencial garantir ao nosso objeto a sua autonomia, as características que lhe são próprias, marcando a distância dele para conosco por meio da independência do mesmo. Depois de ter concluído o processo de conhecimento pleno do objeto ou da obra, é preciso desenvolver um estudo autônomo que marca o intérprete, possibilitando o toque especial, sendo dócil para com o objeto e ao mesmo tempo sendo independente nos resultados a partir das interrogações que fazemos. A fraqueza do objeto e a fraqueza da energia interrogativa segundo Starobinski, “[...] têm o defeito comum de nada mudar, à colocação inicial; não se instaura qualquer relação, não se faz qualquer trabalho, e, portanto, nenhuma luz vem a transformar, ao mesmo tempo, a obra e o nosso olhar” (1976, p.137). A crítica deve saber enfrentar a obra, mas sem confundir-se nela.

Para atingirmos um bom trabalho, bem como, um entendimento profundo e amplo sobre os escritos, é necessário observar e aceitar que:

“[...] as estruturas intrínsecas só se tornam evidentes se aceitarmos abordá-las de fora, iluminando as suas formas próprias com uma luz extrínseca, fazendo-lhes perguntas que elas estão longe de fazer elas próprias. A interpretação deve ser, assim, finalmente reconhecida como aquilo que, logo de início, anima a escolha do objeto e o trabalho de restituição; ela está presente até no desejo sincero de atenuar o papel do intérprete e de fazer justiça aos “fatos objetivos”. (STAROBINSKI, 1976, p. 138)

Cabe ao intérprete, relacionar tudo com as características dos autores que escreveram tal obra, ou à época e o contexto da qual a mesma foi retirada, pois, tudo isso contribui para o entendimento mais completo daquilo que se lê.

Quando escolhemos trabalhar documentos escritos, o mesmo deve ser restituído e comentado. O recurso do texto, segundo o autor, é um objeto vigoroso, que apesar de conter uma internacionalização particular, podemos chegar a um controle bastante preciso. “O texto tem direitos sobre o que se diz a seu respeito; ele representa para o discurso interpretativo, um ponto de referência que é impossível abandonar.” (STAROBINSKI, 1976, p. 139) O intérprete, não é apenas um tradutor daquilo que tenta expor, mas é o “agente da passagem”.

Outro historiador que trabalha com História das Ideias, e que possibilitará uma melhor compreensão dos escritos, é Quentin Skinner. Este último analisa os clássicos e a contextualização dos mesmos, sendo um suporte ideal para nosso projeto. Segundo Skinner, em seu artigo ““Meaning and Understanding in the History of Ideas” (2005), o método histórico consiste em tentar situar esses textos históricos e clássicos em contextos que possibilitem reconhecer o que seus autores estavam fazendo ao constituí-los. Afirma que se quisermos entender tais textos, “devemos ser capazes de oferecer uma explicação não meramente do significado do que foi dito, mas também do que o autor em questão pode ter tido a intenção de dizer ao dizer o que disse” (SKINNER, 2005, p.79).

O historiador das idéias deve tentar mediar seu estudo no contexto discursivo dentro do período em que o mesmo fora produzido, a fim de descobrir as intenções do autor ao elaborar os seus escritos. Faz-se necessário identificar, entre as várias possibilidades existentes, aquela que corresponde à afirmação em questão, por isso a importância do conhecimento histórico acerca do período em que tais textos foram escritos. Pois é precisamente a história que nos permite identificar os problemas que atraíram a atenção dos autores clássicos. A esse propósito, observa que “o contexto social figura como a estrutura última a partir da

qual podemos decidir quais significados convencionalmente reconhecíveis alguém poderia, em princípio, ter desejado comunicar” (SKINNER, 2005, p. 87).

Considerações Finais:

Quando buscamos em Marco Aurélio o homem ideal, verificamos a tentativa de atingir certa “plenitude humana”, através dos princípios da filosofia que adotou. Ele destaca, com tom de ironia, este trecho, no qual remete que se alguém encontrar um bem maior que os preceitos estoicos, o que para ele seria impossível, o mesmo poderá seguir livremente estas novas descobertas:

Si en el transcurso de la vida humana encuentras un bien superior a la justicia, a la verdad, a la moderación, a la valentía y, en suma, a tu inteligencia que se basta así misma, en aquellas cosas en las que te facilita actuar de acuerdo con la recta razón, y de acuerdo con el destino en las cosas repartidas sin elección previa; si percibes, digo, un bien de más valía que éste, vuélve te hacia él con toda el alma y disfruta del bien supremo que descubras. (AURÉLIO, 2005, p. 73-74)

O ser racional, de acordo com Marco Aurélio, deve se comprometer a obedecer à lei e ao Estado, para que haja a harmonia entre toda a sociedade. O estoicismo trás consigo a contemplação do espírito de comunidade, assim, homem, estado e comunidade andariam juntos em benefício de todos. A filosofia de Marco Aurélio torna o homem um ser totalmente social, que não visa satisfazer a si próprio, mas ao conjunto, de acordo com o imperador, a dignidade está na competência de interagir. “[...] o caráter que predomina na constituição do homem é a sociabilidade” (AURÉLIO, 2005, p. 139-140). De acordo ainda com Beránger, “Aurélio segue o modelo de governação do Império como uma aceitação do dever público, tendo que proteger seus concidadãos.” (BÉRANGER, 1953).

De acordo com Pierre Hadot (1992, p. 24-31), o imperador mantém-se simples, não foca profundamente os dogmas estoicos, mas cria um modelo de vida, um modelo político onde se idealiza uma sociedade perfeita. Pretendendo a justiça e a atividade sócio-política, de acordo com Brunt (1974, p.1-18), a conduta política de Marco Aurélio afasta-se da tirania, já que o mesmo procura praticar uma vida simples e ascética, contrária aos luxos e prazeres, que o estoicismo também combatia. Segundo Pimentel, além de ter repulsa à violência, o imperador acreditava que os jogos acabavam consumindo uma boa fatia das finanças do Império. “Marco Aurélio, lutou ainda duplamente contra os exageros cometidos e os gastos despendidos nestes jogos públicos” (PIMENTEL²⁰⁹, 2002, p. 103).

De acordo com os escritores da História Augusta (1921), Marco Aurélio ressaltando o espírito de comunidade estoica, desenvolveu propostas para ajudar os mais necessitados. “Criou várias sábias medidas

²⁰⁹ Os Jogos na Roma Antiga. Évora: Universidade de Évora, 2002, p. 99-149.

para o apoio do Estado aos pobres [...]” (SHA, Marco Aurélio, 1921, p. 161-163) “[...] e promulgou leis que geriam o dinheiro e vendas públicas” (SHA, Marco Aurélio, 1921, p. 156-157). De acordo com Noyen (1955, p. 372-383), Marco Aurélio fora um protótipo político ideal porque não permaneceu só na teoria da filosofia, mas colocou seus princípios em prática. Alguns princípios que abarcaram Marco Aurélio durante sua passagem política se limitam ao amor e apreço pela verdade e pela justiça; a concepção de uma constituição equilibrada, e de uma monarquia que considerava a liberdade do indivíduo (BIRLEY, 1999, p. 95-96).

Portanto, ao analisarmos este elo entre ideias e práticas, buscando a ideia de bom governante por meio do conceito de “bom homem” do estoicismo, observamos a possibilidade de analisar todo o conjunto do nosso estudo.

Referências Bibliográficas:

Fontes impressas:

AURÉLIO, Marco. **Meditaciones - Introducción de Carlos García Gual**. Madrid: Editorial Gredos, 2005, p. 228.

Scriptores Historiae Augustae, trad. David Magie. Londres: The Loeb Classical Library – Harvard University Press, 2006, p. 544.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Epístolas Morales a Lucilio - Introducción de Ismael Roca Meliá**. Vol I Madrid: Gredos, 2005, p. 512.

SÊNECA, Lúcio Aneu. **Epístolas Morales a Lucilio - Introducción de Ismael Roca Meliá**. Vol II Madrid: Gredos, 2005, p. 456.

Bibliografia:

ALFOLDY, Géza. **A História Social de Roma**. Portugal: Presença, 1989.

ALVES, Sérgio Lourosa. **Marco Aurélio e Cómodo, a luz e a sombra: a construção historiográfica da dinastia Antonina**. Universidade de Lisboa, 2010, p. 219.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Ed: 10 Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BÉRANGER, J. **Recherches sur l'Aspect Ideologique du Principat**. Bâle, 1953.

BIRLEY, A.R. **Marcus Aurelius, a Biography**. Barnes & Nobles Books/Routledge, New York, 1999.

BRUN, Jean. **O Estoicismo**. Lisboa: Edições 70, 1986?.

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



BRUNT, P. A. **Marcus Aurelius in His Meditations**. Oxford: Society for the Promotion of Roman Studies, 1974, 1-20.

DILL, S. **Roman Society from Nero to Marcus Aurelius**. New York: The Meridian Library, 1956.

FARQUHARSON, A. S. L. **The Meditations of the Emperor Marcus Antoninus**. Oxford: 2vols, 1944.
_____. **Marcus Aurelius: His Life and His World**. Greenwood Press, Westport, 1975.

GIARDINA, Andrea, et al. **O homem Romano**. Lisboa: Presença, 1991.

GUAL, G. **Introducción de las Meditaciones**. Madrid Editorial: Gredos, 1977.

GRIMAL, P. **Marc Aurèle**. Paris: Fayard, 1991.

_____. **Seneca**. Madrid: Gredos, 2013.

HADOT, P. **La Citadelle Intérieure – Introduction aux Pensées de Marc Aurèle**. Paris: Fayard, 1992.

HOMO, L. **Les Documents historiques de l'Histoire Auguste e leur valeur historique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1926.

MARTINS, Paulo. **Literatura Latina**. Curitiba: IESDE, 2009.

NOYEN, P. Marcus Aurelius. **The Greatest Practician of Stoicism**. Brussels: Fondation Universitaire, 1955, 372-383.

POLLOCK, F. **Marcus Aurelius and the Stoic Philosophy**. Oxford: University Press, 1879.

RUTHERFORD, R. B. **The Meditations of Marcus Aurelius – A Study**. Oxford: Clarendon Press, 1989.

SKINNER, Quentin. "Meaning and Understand in the History of Ideas" in: **Visions of Politics**. Vol. 1, Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

STAROBINSKI, Jean. "A literatura: o texto e o seu interprete." In: Le Goff, Jacques Nora, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Francisco Alves, 1976.

O Pequeno Tratado da Primeira Invenção das moedas e uma reflexão acerca da dinâmica econômica medieval

Talles Henrique P. Maffei (LEAM/PPH/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Introdução

O presente escrito propõe-se a realizar uma breve análise sobre a dinâmica econômica no contexto da Idade Média, mais precisamente dos séculos XIII e XIV, utilizando-se como referência do *Pequeno Tratado da Primeira Invenção das moedas*, escrito entre 1355 e 1358 pelo clérigo secular francês Nicolás de Oresme (1323-1382).

Remetendo-se a uma questão conceitual, a utilização do termo pensamento econômico medieval merece determinado zelo. O processo de construção do conhecimento, independente da área ao qual se restringe, é primordialmente um processo, o que logicamente envolve criação, maturação, construção e conseqüentemente longos períodos históricos. Diante de tal fato, a ciência econômica moderna não emerge como uma súbita iluminação por parte de homens que doravante passaram a denominar-se economistas. As ideias e conceitos que lhe dão sustento foram em boa parte moldadas e aperfeiçoadas no contexto da Idade Média, revelando-se na maioria das vezes nos tratados filosóficos medievais, predominantemente de caráter religioso, o que não permite a abordagem do tema econômico de forma isolada, pois aparece de forma frequente em conexão com as ideias religiosas postuladas em tal contexto.

Em relação à economia medieval e sua natureza, observa-se a imbricação com elementos não relativos ao campo econômico, influenciada pelas ideias e instituições em voga em tal contexto histórico. A dinâmica das trocas, por toda a Idade Média, relaciona-se principalmente ao universo cultural-religioso por toda a sua existência. De tal maneira, o processo de desenvolvimento da economia medieval não pode ser compreendido em toda sua amplitude sem a compreensão da relação entre tais elementos.

Logo, o pensamento econômico medieval não existe enquanto um conjunto de ideias autônomo e coerente, já que estas logicamente não emergem enquanto desencarnadas de seu contexto. Situa-se antes disperso em meio às ideias não confinadas ao campo da ciência econômica, frequentemente em simbiose e conturbação com estas. Dado a força da instituição religiosa no contexto medieval, naturalmente as ideias que envolvem assuntos de natureza econômica aparecem ligadas à tal. Tal fato representa implicações no campo da prática da pesquisa histórica, pois tais elementos, tidos como objeto de análise, encontram-se

historicamente incrustados no labirinto das relações sociais, sendo sua estrutura, tanto imaterial quanto as práticas no campo da ação influenciada por tais noções de natureza econômica, emergem enquanto determinadas, entravadas e distorcidas por conceitos morais-religiosos. (LE GOFF, 2012, p. 195).

De tal maneira, as análises do pensamento econômico medieval e as ações situadas no campo econômico enquanto estimuladas por seu alcance devem ser analisadas dentro de suas particularidades e limitações. Nas palavras de Diana Wood:

En el mundo medieval no había econométrica ni mercados globales, sino <<economía teológica>>. La economía como disciplina por sí misma no existía, es decir, que en sentido estricto, *El pensamiento económico medieval* es un nombre inexacto. [...] Esto significa que hay que rastrear buena parte del pensamiento económico en obras de teología escritas por escolásticos, muchos de los cuales eran frailes mendicantes. Como es de esperar, las ideas económicas medievales se mezclan con problemas éticos y morales. (WOOD, 2003, p. 15).

É necessário ainda esclarecer o dialógico *modus operandi* da economia no contexto medieval. As ideias e as instituições, inseridas em tal contexto, influenciam as ações no campo econômico, definindo sua dinâmica particular. Por outro lado, a dinâmica econômica e as transformações por ela acarretadas na esfera material produzem também seus efeitos no campo imaterial, por ora sintomático de uma nova realidade material que impunha-se como resultado das transformações advindas de um expressivo crescimento econômico. É deste processo que origina-se um rico debate teológico, na medida que novos mecanismos comerciais e financeiros surgem ao longo da era medieval, havendo a necessidade de legitimá-los ou ainda reprová-los sob o ponto de vista da Igreja.

Quanto à análise das fontes, fazem necessários alguns apontamentos. Como característica da maior parte do pensamento no contexto medieval, as referências ao quadro econômico remetem suas bases filosóficas ao pensamento do mundo antigo, mais precisamente a filosofia grega de Platão e Aristóteles, como também o pensamento jurídico romano, absorvidos e remodelados pelos pensadores medievais. As sagradas escrituras cristãs são naturalmente a maior fonte de referências para o pensamento medieval como um todo, sendo sua mensagem a estrela-guia das ações individuais nesse contexto, sendo portanto fonte de vital relevância. É desta mistura entre o pensamento antigo e o pensamento teológico de base bíblica que nutrem-se os principais nomes do pensamento medieval – como também aquele de caráter econômico – sendo exemplos válidos nesse sentido São Tomás de Aquino e Santo Agostinho.

Os séculos XIII e XIV: uma análise macroeconômica

O comércio enfrentou um vigoroso declínio durante os dez primeiros séculos da era cristã. No contexto da decadência do império romano, marcado por um pessimismo geral perante o esfacelamento territorial e as sucessivas vitórias dos “bárbaros”, erigem-se as construções de muralhas diante de sucessivas invasões dos bárbaros germânicos desde os primeiros séculos da era cristã e num segundo momento de sarracenos, húngaros e normandos. A sociedade do ocidente europeu doravante encontra sua existência na terra e na vida rural. A Europa encastela-se e feudaliza-se, isola-se em pequenas ilhas de poder político e econômico – feudos – afim de assegurar certa estabilidade diante das mudanças impostas. O movimento é de um empobrecimento geral, dado a necessidade de produzir-se tudo aquilo que se pode consumir. Conciliada à mensagem de Cristo, a pobreza passa a ser vista como de origem divina e considerada sob o ponto de vista teológico como natural e até necessária.

O dinheiro perde sua importância, dado sua inutilidade como meio de troca em meio aos baixíssimos níveis de fluxo comercial de mercadorias. A tendência da vida feudal em tal contexto é a busca da suficiência em termos econômicos, evitando a dependência da produção de outras regiões. As trocas tornam-se ocasionais, existindo na medida que as emergências de consumo aparecem, como também na disponibilidade dos inúmeros senhores feudais em permitir o fluxo de estranhos transportadores de mercadorias em seus domínios. O comércio não deixa de existir, mas limita-se à um caráter acidental. Dado as incertezas climáticas, políticas e econômicas, o acúmulo de provisões direciona-se ao armazenamento para eventual escassez, não sendo direcionado às trocas.

Toda a existência social da civilização medieval fundamenta-se na propriedade ou posse da terra, sendo o comércio reduzido à níveis mínimos. A servidão é a condição de predominante parte da população, refletindo a ausência de trocas que envolvam moedas, onde a recompensa pelo trabalho limita-se ao oferecimento de alimento e segurança. A atividade comercial, deplorável sob a ótica moral cristã, é no contexto associada com frequência à figura pejorativa do judeu mercador. Associado ao poder laico, a instituição clerical erige obstáculos contra o fluxo de mercadorias. As medidas tomadas por Carlos Magno são um exemplo nesse sentido, onde o imperador carolíngio excitou a implantação de várias regulamentações de natureza comercial, envolvendo-se em um esforço afim de determinar o “preço justo” de cada mercadoria (ROTHBARD, 1991, p. 65). Os poucos mercadores existentes em tal contexto dirigem-



se à uma clientela muito reduzida, que por sua vez recorre aos mesmos seja pela emergência ou pelos requintes do luxo.

Porém, com o advento do século X inicia-se uma transformação na história econômica da Europa Ocidental – mais especificamente a partir de sua segunda metade. Inicia-se um movimento que viria a *posteriori* ser definido como a *Revolução Comercial* da Idade Média. Após um período de regressão em termos de circulação monetária e no nível de intensidade das trocas em geral, observa-se o início da formação e consolidação de um fluxo comercial que abarcou grande parte da Europa.

A importância do comércio ultrapassa os fatores econômicos, sendo também um dos grandes motores de transformação das sociedades humanas. Sua difusão e consolidação representa um verdadeiro divisor de águas na história do Ocidente. O comércio, enfrentando os grandes desafios gerados pela conjuntura histórica imposta nos primeiros dez séculos da era cristã, adentra a partir de então um período de crescimento que transformaria definitivamente o Ocidente europeu. Junto à guinada comercial, acompanha-se o aprimoramento dos mecanismos financeiros de uma forma geral, contribuindo para a otimização do fluxo dos meios de troca – no caso, personificado na figura da moeda -- *A evolução do crédito e do débito foi tão importante quanto qualquer inovação tecnológica na escalada da civilização, da antiga Babilônia até Hong Kong atualmente* (FERGUSON, 2009, p. 10).

O dinheiro é um elemento que vai adquirindo crescente importância. O processo de monetarização das trocas adquire notoriedade já no século X, tendo por resultado um processo inflacionário desde o período, consequência da elevação da demanda pelas moedas (LOPEZ, 1976, p. 81). A cunhagem de moedas em ouro, estagnada desde os tempos de Carlos Magno, retomam atividade no período, atestando um lógico sintoma de progresso econômico, assentado sob a matriz do crescimento comercial, adentrando uma fase de dinamismo sem precedentes.

Em um primeiro momento, o crescimento do Ocidente europeu a partir do século X pauta-se no crescimento em termos absolutos, tanto da produção agrícola como demograficamente. Os esparsos povoamentos ainda não eram suficientes para o preenchimento de terras ainda abundantes, livres para o povoamento e produção. É diante de tal crescimento absoluto que o modelo feudal tendente à independência econômica inicia sua lenta falência, na medida em que o desenvolvimento e a monetarização das relações de trabalho ocorrem (LOPEZ, 1976, p. 46).

Em segundo lugar, o crescimento econômico do Ocidente europeu baseou-se na elevação da produção *per capita*, ainda que á passos mais lentos do que a produção absoluta. Os crescentes excedentes

agrícolas liberaram maiores quantidades de capital para o investimento nas atividades comerciais e manufatureiras, pautando seu crescimento na aplicação de novas técnicas agrícolas – amiúde já conhecidas no mundo clássico – que geravam a economia de mão-de-obra, por sua vez tornadas livres para a atuação em outras atividades fora do ramo agrícola (LOPEZ, 1976, p. 52).

O processo de crescimento econômico do ocidente europeu, sendo o crescimento comercial sua matriz por excelência, baseou-se em dois eixos geográficos principais. O primeiro círculo, localizado ao Norte, envolvia o Mar do Norte e o Báltico como vias comerciais com um papel central em tal dinâmica, controlado pelos chamados hanseáticos, designando comerciantes de várias regiões da Europa austral. A região norte da Europa, esparsamente habitada, passa a ser crescentemente colonizada por excedentes populacionais advindos de regiões centrais do continente, o que impulsiona o estabelecimento de um regular fluxo de trocas entre tais regiões de crescente volume, rompendo até mesmo barreiras culturais, havendo um fluxo mais ou menos regular de mercadorias – predominantemente matérias-primas e escravos – advindas do Norte com destino ao mundo islâmico e bizantino (PIRENNE, 1982, p. 10). Configura-se assim um cenário onde os comerciantes hanseáticos dispõem de uma relativa segurança para o estabelecimento de seus negócios, além de uma abundância de informações disponibilizadas por tal rede de relacionamento (EWERT; SUNDER, 2011, p. 8).

O segundo – e mais proeminente – círculo de trocas estabelecido e consolidado durante tal evolução econômica possuía o Mar Mediterrâneo como o palco principal de seu fluxo de mercadorias, sendo as cidades-estados italianas seus principais pilares. O caso de Veneza é elucidativo: fora, em termos comerciais, a mais poderosa cidade do Ocidente católico durante os séculos XI, XII e XIII, constituindo um verdadeiro império marítimo ao longo do Mediterrâneo. O motor de tal crescimento era a compra de especiarias advindas de todo o Oriente por meio de intermediários árabes e bizantinos, em troca de produtos europeus, na sua maioria têxteis. O crescimento comercial de Veneza reproduziu-se na proeminência de seus cidadãos comerciantes, correspondendo à um novo ideal cívico e institucional do regime político de tais cidades-estados.

O anedótico cidadão comerciante contribuía ao bem público, o que amiúde traduzia-se em vultuosas quantias doadas para a execução de obras públicas. As contribuições também eram significativas no campo cultural, onde grandes comerciantes patrocinavam produções artísticas e valorizavam a educação, na medida em que esta adquiria importância enquanto ferramenta essencial na administração dos negócios (LOPEZ, 1976, p. 54-69). Pouco a pouco, a figura do comerciante emerge enquanto indivíduo plenamente integrado

em sua sociedade, desvinculando-se das imagens que o associavam à desonestidade, trapaça, avareza e egoísmo. Os comerciantes não pouparam esforços em embelezar as cidades onde viviam, centros de seus negócios. (LE GOFF, 1990, p. 94).

O dinheiro angaria para si uma importância sem precedentes. O impulso do comércio, evidenciado pelo florescimento das feiras comerciais ao decorrer do século XII, deram um enorme impulso à economia medieval como um todo. De forma mais específica, as feiras contribuíram para o desenvolvimento de vários mecanismos financeiros, especialmente para o florescimento do mercado de títulos e da atividade bancária (CARMEM; PARRA, 2001). As Cruzadas, por sua vez, também impulsionaram a circulação monetária, já que os cruzados tinham a óbvia preferência de levar reservas monetárias de muito valor e pouco peso para a aquisição de mantimentos ao longo de suas jornadas. Além disso, as Cruzadas contribuem para o estabelecimento de ligações comerciais entre a Europa Ocidental e o Oriente Médio (LE GOFF, 2012, p. 41).

A mudança de postura é marcadamente notável em 1199, ano no qual o papa Inocêncio III canoniza o comerciante Homobonus de Cremona dois anos após sua morte (WOOD, 2003, p. 165). *A busca e uso do dinheiro, seja por indivíduos ou estados, viram-se pouco a pouco legitimadas, apesar das condições impostas a sua justificação pela Igreja, aquela que inspira e dirige* (LE GOFF, 2012, p. 28). O dinheiro tem o seu auge no século XIII, zanzando o tempo todo entre o vício e a virtude (LE GOFF, 2012, p. 109).

A intensificação do debate entre a legitimidade das atividades econômicas e os preceitos cristãos no período é um reflexo do aumento da importância do fluxo das trocas como também da moeda, seu meio de troca por excelência. O dinheiro passa a ser um dos temas centrais das discussões teológicas levadas à frente pela Igreja e seu clero. A moeda passa a ser objeto de reflexão não somente por aqueles instituídos nas fileiras da Igreja, mas também por indivíduos ligados às cortes principescas e as nascentes monarquias. Concomitantemente ao crescimento econômico, os poderes políticos nascentes perceberam a importância da moeda, vista gradativamente como instrumento capaz de auxiliar as ambições principescas de unificação e fortalecimento de suas máquinas estatais em construção.

Todo o processo de prosperidade econômica estagnou-se a partir de meados do século XIV, onde o Ocidente encontrou-se diante de uma implacável tríade: fome, doenças e guerras. Apesar dos progressos concebidos, a agricultura era ainda absolutamente a maior atividade econômica, e por natureza demasiadamente vulnerável à catástrofes climáticas, que ocorreram entre 1315 e 1317. Ainda que uma relativa recuperação da produção agrícola ocorresse entre os anos de 1325 e 1345 (LOPEZ, 1976, p. 164-

165), o advento da Peste Negra e seu caráter epidêmico lançou perniciosos efeitos à economia do ocidente europeu.

As guerras eram um terceiro fator catalisador do processo de estagnação econômica que a Europa passa a enfrentar no século XIV. Os conflitos cobriam todo o continente, dado que as bruscas mudanças na balança de poder eram efeitos da crescente centralização monárquica em desenvolvimento. Destacadamente, o conflito ocorre nos principais centros econômicos de tal quadro: Inglaterra, França (Guerra dos Cem Anos) e as cidades italianas (pautadas por sua vez numa histórica rivalidade e inúmeras disputas pela hegemonia). Encerrava-se um ciclo histórico de crescimento.

Em tal contexto, a catalisação das crises do século XIV foi também produto da crescente sede das autoridades reais e principescas por recursos financeiros, levando à prática desenfreada da manipulação e alteração das moedas. A fiscalidade e a taxaço impositiva cresce concomitantemente ao impulso da circulação monetária no século XIII. Os príncipes e reis ostentam sua fatia do crescente bolo da circulação monetária principalmente para o emprego dos recursos na construção de suas administrações e estados. Naturalmente, a autoridade real, ainda débil em tal contexto, foi na maioria das vezes frustrada na tentativa de impor impostos e taxaço, sendo frequente sua recorrência aos empréstimos, amiúde feitos sem o consentimento dos prestamistas (LE GOFF, 2012, p. 117).

O panorama resultante foi de um endividamento geral dos príncipes e reis. O simples calote por parte destes fora um recurso frequente, o que levou muitos bancos e prestamistas à bancarrota. Um exemplo ilustrativo foi Felipe IV da França, que não pagou as enormes quantias adquiridas sob empréstimo empregadas na preparação para a Guerra dos Cem Anos (LE GOFF, 2012, p. 120). O resultado de tal processo naturalmente fora a instabilidade do setor financeiro e a diminuição da oferta de crédito (da qual considerável parte do desenvolvimento comercial era dependente), o que prejudicou a economia medieval como um todo.

Paralelamente, reis e príncipes recorreram à outro método comum para saciar sua sede de recursos: a manipulação ou mutação do valor do dinheiro. Geralmente, exercendo o direito de exclusividade em seu fabrico, as autoridades monárquicas efetuavam o recolhimento da moeda circulante, diminuindo a quantidade do teor metálico de valor contido para a posterior devolução. Naturalmente, o efeito era a desvalorização da unidade monetária (WOOD, 2003, p. 145).

De tal maneira, a autoridade principesca podiam diminuir o valor de suas dívidas financeiras através da utilização de tal artifício, já que utilizariam doravante uma menor quantidade de metal para manufaturar

uma mesma unidade monetária. A monarquia francesa, por exemplo, recorreu a tais manipulações diversas vezes: Em 1295,1303,1306,1311,1313,1318 e 1330. (LE GOFF, 2012, p. 122).

Nicolás de Oresme: o microuniverso

É nesse contexto de crise econômica, disputas políticas traduzidas em conflitos bélicos e, sobretudo, o debate de idéias envolvendo tais questões que insere-se a obra de Nicolás de Oresme. O *Pequeno Tratado da primeira invenção das moedas* é envolvido em toda sua extensão por tal quadro conflituoso, o qual o autor tenta harmonizar – o que será tratado posteriormente. Porém, faz-se necessária doravante uma análise específica das condições de produção da obra bem como de seu produtor.

Nicolás de Oresme nasceu em 1320 na França, e foi um dos intelectuais mais notáveis do século XIV. Lecionava no Colégio de Navarra, o qual exerceu notável influência no pensamento europeu medieval – o que justifica as várias referências à instituição em tal contexto. São os intelectuais do Colégio de Navarra os responsáveis pelo lançamento de importantes bases para o desenvolvimento da Ciência Moderna (ARTIGAS,1989, p. 2).

A notoriedade de Oresme o levou ao cargo de conselheiro do rei francês Carlos V, do qual foi preceptor de infância e convidado a aconselhar nos assuntos econômicos e culturais. Sob o governo de Carlos V, a França viveu um dos períodos mais críticos sob combate com os ingleses na Guerra dos Cem Anos:

Sob Carlos V, conforme já mencionado, as *aides sur le fair de la guerre* tomaram-se impostos permanentes como a própria guerra. Foram um peso sobre um povo que já estava sendo arruinado pela devastação, o fogo, os problemas de comércio e ainda por constantes assaltos de tropas que queriam ser alimentadas e se alimentavam pela força. Cada vez mais opressivos se tomavam os impostos exigidos pelo rei e, cada vez mais, julgava-se que o fato de se tomarem a regra, e não a exceção, o que constituía uma violação das tradições. (ELIAS, 1990, p. 178).

O reinado de Carlos V foi destacadamente marcado pela busca da estabilidade monetária e a luta contra especulações e falsificações. Não é surpreendente o fato deste ter sido extremamente zeloso com a situação financeira do reino: Carlos V e seu pai, o rei João II, encontravam-se em uma encruzilhada, pois necessitavam de meios para fazer frente aos ingleses na Guerra dos Cem Anos e sendo o principal veio de

financiamento da administração – os impostos e seu estabelecimento - uma medida extremamente impopular (LE GOFF, 2012, p. 152).

Ainda sim, o reino de França alcançou relativa estabilidade em todos os aspectos no reinado de Carlos V, sendo o pensamento de Oresme peça chave na construção de sua estabilidade monetária (ARTIGAS, 1989, p. 34). Mas a contribuição e influência de Oresme provavelmente foram além dos limites do reino francês. Primeiramente, já desde o reinado de João II (pai de Carlos V) formularam-se algumas reformas monetárias que contribuíram para a estabilidade da moeda, talvez a mais notável delas sendo o restabelecimento do franco como moeda oficial do reino, considerada a “boa moeda”, assegurando a estabilidade e avanço do comércio em geral (LE GOFF, 2012, p. 126); o que pode ser em parte considerado uma contribuição de Oresme em suas formulações. Além disso, a obra de Oresme é apontada como norteadora das políticas monetárias em outros reinos, tal como em Flandres e Borgonha (WOOD, 2003, p. 154).

A obra: *O Pequeno Tratado da primeira invenção das moedas.*

O *Tratado da primeira invenção das moedas* foi redatado em duas versões latinas entre o ano de 1355 e 1358. (ARTIGAS, 1989, p. 33). Por ser tradutor da obra econômica de Aristóteles, Oresme sofre grande influência do mesmo, o que é demonstrado por atribuir a visão aristotélica à origem da moeda:

Assim, por exemplo, podia ocorrer que um pastor chegasse a ter ovelhas ou outro gado em profusão, mas precisasse de trigo e de pão; enquanto um lavrador, ao contrário, tivesse pão suficiente, mas lhe faltasse gado. Uma região, por sua vez, tinha algo em superabundância que a uma outra fazia muita falta. Por essa razão, portanto, os homens começaram a comerciar e a trocar entre si suas riquezas, sem moedas, dando um deles uma ovelha a outro por trigo e, o outro, seu trabalho em troca de pão ou de lã. E assim eles faziam com todas as outras coisas. Acostumaram-se, então, a proceder dessa maneira por muitos anos, em várias cidades e países, como contam Justino, o historiador, e outros autores antigos. Porém, como surgissem nessa forma de permuta e de troca das coisas muitas dificuldades e controvérsias, os homens, engenhosos, descobriram uma maneira mais ágil de fazê-lo, isto é, fazer uso da moeda, a qual foi o instrumento para permutar e comerciar entre si suas riquezas naturais (ORESME, 2004, p. 36).

A influência de Aristóteles é ainda percebida pelo apego de Oresme à noção da moeda como ferramenta a ser utilizada exclusivamente para fins de troca, sendo antinatural a sua reprodução por si mesmo, inclinando-se então para a reprovação da prática da usura – o que era ideia muito comum aos pensadores em tal contexto.

A obra de Oresme trata primeiramente das formas mais adequadas de cunhagem da moeda, desde o metal mais adequado até suas dimensões e propriedades. As atenções de Oresme também voltam-se para a circulação e o gerenciamento da moeda, apregoando sempre pela estabilidade – levando o mesmo à atenção ao fenômeno da inflação. O uso da passagem do rei Midas é esclarecedora nesse sentido, demonstrando o conhecimento do autor dos mecanismos de oferta e demanda atuantes sobre a moeda.

[...] todo o dinheiro é dito riqueza artificial e não poderia ser de outro modo, podendo acontecer que alguém que as tenha em abundância possa até morrer de fome ao lado delas. É o que argumenta o filósofo Aristóteles, citando o exemplo de um rei ganancioso, que Ovídio, em seu livro das *Metamorfoses*, chama Midas, o qual rezou e rogou aos deuses que tudo que ele tocasse virasse ouro. Os deuses outorgaram-lhe esse desejo louco e, desse modo, ele morreu de fome no meio do seu ouro, como o representaram os poetas. Com dinheiro, com efeito, não se supera de imediato a indigência da vida humana, sendo ele um instrumento artificial, descoberto para permutar mais facilmente as riquezas naturais. (ORESME, 2004, p. 36-37).

Naturalmente, as ideias econômicas apontadas pelo autor relacionam-se ao espectro político, tendo em vista a dedicação da obra à figura do monarca. Nicolás de Oresme apenas confere legitimidade ao poder real desde que este vise o bem comum, abrindo a possibilidade para seu descarte caso haja a corrupção de tal estado constante de vigilância. Além disso, associa a manipulação das moedas à tirania, que por sua vez representa um grande perigo:

[...] alterações de moedas é contra a honra do reino e em prejuízo de toda a posteridade real. É preciso, pois, saber que, num reino, entre o bom principado e o tirânico, é tanta a diferença que o tirano ama e quer mais seu proveito próprio do que fazer valer ou querer a utilidade comum dos seus súditos [...] É essa a forma pela qual se prepara a diminuição do seu território, a perda do poder, sobretudo se ele está localizado em região temperada e distante de governos bárbaros, se nele, então, moram homens de natureza e de costumes livres e não servos [...] Homens que, por longa tradição, não sabem suportar nem se acostumar a serem governados de maneira tirânica. Homens para quem a servidão seria indesejada, imposta, opressiva e violenta,

e, por conseguinte, não durável, pois, como diz Aristóteles, “coisas violentas logo se corrompem” (ORESME, 2004, p. 84-85).

Nicolás de Oresme intenta, sobretudo, harmonizar as ações no campo econômico por parte do príncipe em consonância aos ideais e valores apregoados pela Igreja. A manipulação das moedas é sinônimo de roubo e pecado, vista como um ato de desonestidade do príncipe com seus súditos. A atitude virtuosa por parte do príncipe, ao zelar pela estabilidade da moeda, é valiosa perante aos olhos de Deus e aos olhos de seus súditos, o que por sua vez garante a durabilidade de seu governo. Assim, interesses políticos, econômicos e religiosos encaixam-se enquanto harmoniosos no quadro de ações postulado por Nicolás de Oresme.

O *Pequeno Tratado da primeira invenção das moedas* em muito contribuiu para que o rei pudesse assentar sobre uma moeda estável e impusesse a resolução dos problemas econômicos pelo qual a França atravessava no período (ARTIGAS, 1989, p. 34). De tal maneira, a obra de Oresme afirma-se como um dos mais importantes precursores do pensamento econômico moderno.

Conclusão: uma topografia de ideias

O conhecimento de mecanismos da ciência econômica moderna evidentes na obra de Nicolás de Oresme representam simbolicamente um contrassenso à visão da Idade Média como uma era de estagnação do conhecimento. Tal fato torna-se ainda mais notável se levado em conta que historicamente o mecanismo básico de oferta/demanda apontado por Oresme fora ignorado pelas práticas mercantilistas séculos à frente. A publicação da célebre obra *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, em 1776, é em boa parte dedicada às críticas à tais noções mercantilistas, evidenciando que ainda no século XVIII eram estas recorrentes e não superadas no interior da teoria econômica. A noção que encobre o exemplo de Smith e os alfinetes, ainda que proposta em um tom revolucionário, remonta suas origens à um passado distante, encontrado no pensamento econômico e filosófico do mundo antigo e medieval.

Enfim, uma topografia de ideias se estabelece, no sentido de que seu processo de construção por ora pode significar o esquecimento de noções que posteriormente retornam como legítimas. A ciência econômica moderna ensaia seus primeiros passos com os pensadores medievais, preocupados com a legitimidade das atividades econômicas que transformavam seu mundo e traziam o incômodo do novo e

desconhecido. A obra de Oresme é um legado nesse sentido, definindo muito bem o seu contexto de voluptuosas mudanças que remetem primordialmente ao crescimento econômico, sustentado com base na empreitada comercial. De tal maneira, o *Pequeno tratado da primeira invenção das moedas* constitui-se enquanto preciosa fonte de análise histórica.

Fontes Bibliográficas

ARTIGAS, Mariano. **Nicolás Oresme gran maestro del Colegio de Navarra, y el origen de la ciência moderna**. IN: *Príncipe de Viana*, ano IX, nº 9, 1989. Disponível em: <http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/7377/1/Nicol%C3%A1s%20Oresme.pdf>. Acessado em 08/10/2014.

CARMEM, Maria Del; PARRA, Concha. **Las férias medievales, origen de documentos de comercio**. Valencia: Universidade de Barcelona. 2001.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador II**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

EWERT, Ulf Christian; SUNDER, Marco. **Trading Networks, Monopoly and Economic Development in Medieval Northern Europe: an Agent-Based Simulation of Early Hanseatic Trade**. European Historical Economics Society Conference. Irlanda. 2011.

FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo**. São Paulo: Editora Planeta. 2009.

LE GOFF, Jacques. **La Edad Media y el dinero**. Madrid. Akal. 2012.

LE GOFF, J. **Mercadores e banqueiros da Idade Média**. Lisboa: Gradiva. 1990.

LÓPEZ, Robert. **A revolução comercial da Idade Média**. Lisboa. Editorial Presença. 1976.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

ROTHBARD, M. N. **Historia del pensamiento económico: el pensamiento económico hasta Adam Smith**. Madrid: União Editorial, 1999.

ORESME, Nicolás. **Primeiro Tratado da Invenção das Moedas**. Curitiba: Segesta. 2004.

WOOD, Diana. **El pensamiento económico medieval**. Barcelona: Crítica. 2003

UM RETRATO DOS JOGOS ROMANOS NOS VERSOS DE MARCIAL

Thais Ap. Bassi Soares LEAM/PPH
Renata Lopes Biazotto Venturini LEAM/DHI/PPH
Universidade Estadual de Maringá

Introdução

O artigo visa apresentar as considerações iniciais do projeto de mestrado intitulado *Um Retrato dos Jogos Romanos nos versos de Marcial*. Partimos do estudo da obra *Liber Spectaculorum*, publicada por volta do ano 80 d. C., pelo epigramista Marco Valério Marcial, para entender como a sociedade romana se relacionava com os jogos realizados regularmente nos anfiteatros, especialmente durante o período imperial. Os jogos tiveram um papel importante na civilização romana. Ao longo dos séculos, desenvolveram-se as mais variadas técnicas de combate e punição, aperfeiçoando também os locais de realização com a criação dos anfiteatros.

Por muito tempo eles foram tratados pela historiografia como um instrumento político de manipulação das camadas inferiores, e essa prática ficou conhecida como política do *Pão e Circo*.

A década de 1970 marca a transformação dessa percepção. Conforme apresenta Ludmilla Almeida (1994), em sua dissertação, as abordagens de Paul Veyne e Paul Ricouer, tratam os jogos como um importante canal de comunicação entre a população e o imperador, e também um espaço de afirmação social à medida que as arquibancadas dos anfiteatros reproduziam os lugares sociais romanos.

Seguindo esta linha de pensamento, faremos a apresentação dos três pontos principais da dissertação: Marcial, o *Liber Spectaculorum* e os jogos em Roma.

Conhecendo Marcial

Marcial foi um epigramista latino que viveu em Roma no período imperial. Sua obra concentrou todas as tendências e temas que haviam sido exploradas pelo gênero. Ele escrevia desde descrições de obras de arte e monumentos até louvor a personalidades influentes, epitáfios e celebrações de nascimentos. Contudo suas obras mais conhecidas são marcadas pela sátira e pelo apelo ao ridículo. (TOIPA, 2006)

Nasceu na Hispânia, em uma pequena cidade chamada BÍlbilis, aproximadamente entre os anos de 38-41, e mudou-se para Roma em 64, onde, contou com o apoio de Sêneca e Lucano, até que as conjunturas políticas se agravassem, e o autor fosse privado dessa tutela, levando-o a ficar em silêncio por quase quinze anos. (BAPTISTA, 2009)

Durante esse período viveu-se o caos em Roma: a peste, o grande incêndio, a guerra civil e o poder nas mãos de quatro imperadores: Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano. Embora em silêncio, Marcial percebia e absorvia todas as experiências ao seu redor, usando-as, posteriormente como base para sua escrita.

No ano de 80 d. C. ele inicia sua atividade poética, com a obra *Liber Spectaculorum*, escrita em homenagem a inauguração do Anfiteatro Flávio. Ela acompanha quase que cronologicamente os espetáculos oferecidos por Tito neste edifício. Baptista (2009) destaca que possivelmente esta obra tenha sido incentivada pelo imperador, por conta de seu caráter propagandístico.

Além do *Liber Spectaculorum* Marcial publicou mais onze livros, contendo 1172 epigramas. Sua escrita é a representação autêntica da realidade com tudo que nela existe, sejam mudanças políticas e sociais, sejam os costumes, gostos, hábitos, e até mesmo as necessidades pessoais do poeta. Porém, Marcial tem a consciência de que deve manter boas relações com o poder político, para que seus versos não sejam alvos de censura, ou para que sua atividade seja merecedora de um mecenas, semelhante aos que tiveram os ilustres vultos da Antiguidade. (BAPTISTA, 2009).

O poeta descreve os costumes romanos, divulgando seus vícios e satirizando sua própria realidade. Para que isso fosse possível, ele escolheu o epigrama, gênero que à época era considerado como puro entretenimento, mas que, numa tradição anterior havia sido usado como uma arma de inventiva pessoal mais ou menos mordaz.

O epigrama conheceu suas primeiras manifestações na Grécia Antiga por volta do século VII a. C., e consistia em pequenas inscrições de um ou dois versos sobre material duro. Em indicações breves, sob forma de mnemônica mostrava quem havia escrito ou a quem era dedicado. Foram usados nas lápides funerárias ou em homenagens aos deuses. (TOIPA, 2006)

Para que pudesse se dedicar a escrita e manter o status em Roma, Marcial, assim como muitos outros poetas, viveu sob a condição de cliente. O clientelismo enquanto instituição surge no período republicano, marcando a forte divisão que existe entre patrícios e plebeus e também a formação da *nobilitas*. Codificadas no direito romano, as regras referentes a essa instituição foram sempre respeitadas, e o cidadão romano, em

seu quadro de relações pessoais se inseria em um modelo de fidelidade recíproca, que constituía o elemento essencial da conquista do poder em Roma. (BIAZOTTO, 1993)

Patronos e clientes possuíam obrigações um para com o outro. O patrono seguia regras de conduta definidas pelas noções de *fides e diligentia*. A primeira designava o crédito que um indivíduo possui, assim como seu poder no grupo social ao qual pertence. A segunda noção faz referência a energia empregada no preparo da defesa e a habilidade que possuía para resistir a seus adversários.

Biazotto (1993), aponta que os clientes estavam submetidos a algumas regras, dentre elas a *gratia*³, que expressava o reconhecimento pelo patrono e criava um vínculo de dependência entre eles. Faziam parte da clientela, libertos, comerciantes, ex-escravos que mantinham o vínculo com seus respectivos *patroni*, e poetas como Marcial e Juvenal.

Para Baptista (2009) a obra de Marcial é visivelmente o reflexo de um conhecimento concreto e pessoal da condição de cliente,

[...] o traço predominante da obra de Marcial é a constante opinião do autor no seu discurso e a personalização das situações, parece-nos que é na abordagem do tema da clientela que melhor se aplica esta afirmação: o poeta olha para a sua própria categoria de cliente e reflecte nos seus versos a realidade da clientela do seu tempo. E, desta forma, sem podermos descurar a parte que cabe à *persona* enquanto criação literária, e o distanciamento que deve existir entre esta e o autor, consideramos que é graças à vivência pessoal de Marcial que o tema conhece um elenco tão diversificado de situações, mas também um sentimento de descontentamento e amargor que não é habitual na sua obra. (BAPTISTA, 2009, p.529)

O poeta retrata sua própria condição ao falar dos clientes, e é desta forma que consegue aprofundar uma realidade tão cara aos seus propósitos. A presença da relação eu-cliente-poeta, nos seus epigramas contribuiu de forma significativa para amplificar e engrandecer a realidade dos clientes, como a realidade dos poetas, obrigados a entregarem-se à prática da clientela, por falta de um Mecenas que apoie e financie o seu trabalho. Assim, o desejo de Marcial em ver cumpridas as obrigações dos patronos para com todos os clientes da sociedade imperial é extensível à concretização de uma aspiração pessoal: usufruir de uma condição econômica que lhe permita viver mais desafogada e despreocupadamente para se dedicar à escrita. (BAPTISTA, 2009)

A entrega do poeta à vida de cliente resultava inegavelmente de uma falta de recursos, comum a uma grande parte da sociedade que sofrera as consequências do principado de Nero. Sem meios para se dedicar inteiramente à escrita, a clientela era a forma mais honrosa de um poeta ganhar a vida. E a ela Marcial entregou cerca de três décadas, apesar do sono e do cansaço que insistentemente o perseguiram e o prejudicavam na criação literária. (BAPTISTA,2009).

O Liber Spectaculorum

A obra *Liber Spetaculorum* foi escrita por volta do ano 80 d.C., em homenagem a série de comemorações realizadas na inauguração do Anfiteatro Flávio, sob o governo de Tito. Figura como um dos primeiros trabalhos do poeta. Essa coletânea sobrevive apenas em fragmentos, e acredita-se que seja um dos muitos livros publicados em homenagem a estas festividades. Por ser o único remanescente, seu valor histórico e cultural é inestimável.

O *Liber Spectaculorum* não é considerado um típico trabalho de Marcial. E por conta disso, despertou o interesse de diversos pesquisadores, dentre eles Katleen Coleman, classicista, professora de Harvard e responsável pela transcrição da obra do latim para o inglês. Ela afirma em entrevista:

"É uma janela tremendamente importante para a mentalidade da época", disse ela. Nós só temos cerca de 200 linhas, e não temos nenhuma maneira de conhecer texto original, mas é o único vestígio sobrevivente de uma coleção de epigramas comemorando um evento público específico. Assumimos que era uma das muitas obras que foram escritas no momento, porque esse tipo de coisa era o que os poetas foram treinados para fazer. (GEWERTZ, 1998, s/p)

Esse trabalho mostrou aspectos inesperados dos espetáculos romanos. Ao contrário do que a historiografia normalmente coloca acerca dos espetáculos, estes não eram uma carnificina. (GEWERTZ, 1998)

A autora destaca na introdução, que os diferentes estudos referentes a essa obra, estão relacionados à numeração dos epigramas, que apareceu sob diversas formas ao longo da História. Três causas são

apontadas por ela para as diferenças nas numerações. A primeira deriva da incerteza, se epigramas consecutivos que possuem um mesmo tema, devem ser considerados como único epigrama ou dois. Um único número foi atribuído aos epigramas sobre o mesmo tema até *Carratello*. Em sua edição (1981), foram atribuídos números de separação para cada membro de um par. Este mesmo sistema é adotado Shackleton-Bailey no Teubner text (1990) e na edição Loeb (1993) e é o sistema que a autora segue em sua tradução. A segunda causa de confusão é a ausência de dois epigramas (31 e 33) de uma tradição representada pelos descendentes perdidos do arquétipo K. A lacuna causa um rompimento na sequência 31-34 nas edições impressas no século XX.

O terceiro problema com a numeração dos epigramas é causado por uma classificação errônea: um epigrama pejorativo sobre Domiciano foi inserido no final do *Liber spectaculorum*. O poema, possivelmente não foi publicado enquanto Domiciano estava vivo. Coleman adota o sistema de numeração de *Carratello*, apontando os outros sistemas em marcações ao longo da obra.

Os epigramas de Marcial nos trazem quatro tipos de espetáculos realizados nos anfiteatros romanos, optamos por um breve explicação seguida do epigrama ao qual se refere.

Em primeiro lugar temos as execuções, que eram realizadas por meio de produções mitológicas. Em um de seus poemas, Marcial descreve a encenação da Morte de Orfeu, que na Mitologia foi trucidado pelas bacantes. Para tanto foi erguido no anfiteatro um bosque semelhante ao das Hespérides, onde Orfeu vivia. prisioneiro em questão sofreu o mesmo destino, só que pelas garras de um urso:

A arena te ofereceu César, um espetáculo semelhante ao que Ródope contemplou. Rastejou pelas rochas e correu pelo maravilhoso bosque das Hepérides. Havia animais selvagens de toda espécie que se misturavam ao gado. Sobre o poeta pousavam inúmeros pássaros. Mas ele, contudo, morreu dilacerado pela ingratidão de um urso. Somente esse fato depôs contra a história. (SPEC. 24 (21), 2006, p. 174)

Em seguida temos as caçadas, realizadas pela manhã, onde se podia assistir a luta entre dois ou mais animais, ou a caça ao animal selvagem. Relatos literários e epigráficos desses espetáculos se debruçam sobre a coleção de animais exóticos envolvidos, inclusive herbívoros africanos, como os elefantes, rinocerontes, hipopótamos e girafas; além de ursos e alces das florestas do norte, assim como criaturas estranhas: onagros, avestruzes e gruas. Os mais populares foram os leopardos, leões e tigres. É possível

conhecer um pouco mais desse espetáculo numa série de três epigramas que Marcial dedica a morte de uma javali prenha, que teve seu parto na arena:

Uma mãe javali, ferida gravemente por um dardo, experimentou seus últimos instantes de vida. Quão certa foi a mão que lançou aquele dardo! Creio que foi a mão de Lucina. Perto da morte, experimentou a divindade das duas Dianas: uma a fez mãe e a outra lhe tirou a vida. (SPEC. 15(13), 2006, p.135)

Temos também os combates de gladiadores. Esses consistiam nas apresentações mais esperadas do dia. Realizados no período da tarde, opunham adversários com habilidades equivalentes.

Os gladiadores eram treinados em escolas, a mais conhecida é a *Ludus Romana*, que possuía uma passagem direta ao Coliseu. Eles poderiam alcançar fama e riqueza caso saíssem vitoriosos da arena. É importante ressaltar que estes eram guerreiros altamente treinados e de grande valor. Por conta disso procurava-se evitar ferimentos graves ou a morte nas arenas. Existia uma equipe médica responsável pelo bem estar dos gladiadores.

Marcial compõe uma série de epigramas em homenagem a um gladiador chamado Carpóforo, que segundo ele era o melhor dentre todos os outros:

Junte toda a glória que teve Meleagro, sua fama é uma pequena parte da de Carpóforo. Ele cravou seus dardos em um urso, é o maior de toda a Acrópole Ártica. Derrubou um leão, assombroso por seu tamanho e digno de uma das proezas de Hércules. Com um só golpe, lançado a distância, abateu um veloz leopardo. E quando coletava seus prêmios ele ainda tinha forças! (SPEC. 17 (15), 2006, p. 140)

Por fim apresentam-se as *naumachias*. Os romanos reeditaram combates com navios de guerra em escala reduzida, manobrando em águas de três a cinco metros de profundidade. Para criar este lago artificial no Coliseu, primeiro se retirou da arena sua madeira subjacente, os suportes verticais e vigas horizontais, o que deixou marcas ainda visíveis no muro de contenção. Esses espetáculos só puderam ser realizados enquanto as estruturas eram de madeira e removíveis. Após a edificação das laterais em pedra e a construção do hipogeu, as *naumachias* não foram mais realizadas. O epigrama que segue faz referência ao mito de Leandro e Hero, onde o amante atravessa o mar todas as noites para encontrar a amada. Porém, em um dia de chuva, ele se perdeu nas ondas e se afogou. Ao saber da notícia, Hero se joga do alto do farol e também morre, na tentativa de reencontrar o amado.

O ousado Leandro, a caminho de sua doce amada, e, se sentindo exausto, esmagado pelas águas, dirigiu as grandes ondas esta súplica: poupa-me enquanto estou a caminho, deixe que eu me afogue na volta. (SPEC. 29 (25b), 2006, p.208)

Além dos espetáculos, o *Liber Spectaculorum* também traz epigramas que fazem menção ao Anfiteatro Flávio, aos diversos povos que circulavam por Roma e elogios ao Imperador.

Conclusão

A discussão proposta acima, traz breves considerações do que será desenvolvido na dissertação. Procuramos apresentar os três pontos centrais do trabalho: o poeta Marcial, a obra *Liber Spectaculorum* e os tipos de espetáculos realizados em Roma.

O *Liber Spectaculorum* figura como uma importante fonte para aqueles que querem conhecer os jogos romanos. Acredita-se que ele seja o único remanescente de uma série de obras dedicadas a inauguração do Anfiteatro Flávio.

Marcial, enquanto o poeta que canta Roma, seus personagens e vícios, nos proporciona um passeio pelo mundo dos espetáculos. Encontramos os condenados que são mortos por feras, a mãe javali que dá luz no meio da arena, Carphoporus, que pela descrição do poeta era um dos melhores *bestiarius* da época e também os mitos que aparecem para falar das *naumachias*, batalhas navais encenadas em meio a arena do Anfiteatro Flávio.

Discutir os espetáculos, é retomar umas das principais marcas do mundo romano. O Anfiteatro Flávio e seus personagens estão presentes no imaginário contemporâneo. Livros, filmes, séries e documentários trazem para o cotidiano fatos que ocorreram a quase dois mil anos. Assim Roma se mantém como Cidade Eterna!

Referências Bibliográficas

Fonte:

MARTILAIS, Marcus Valerii. COLEMAN, K. **Liber Spectaculorum**. Introdução e tradução de K. Coleman. New York : Oxford University Press,2006.

Bibliografia



ALMEIDA, L. S. **O significado político dos Espetáculos oficiais na Roma Imperial.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

BAPTISTA, Dina Maria da S. **O burlesco e o satírico na obra de Marcial e Juvenal.** Dissertação apresentada À Universidade de Aveiro para o cumprimento dos requisitos necessários a obtenção do título de doutor em Literatura (Literatura Latina). Universidade de Aveiro, Departamento de Línguas e Culturas. Portugal, 2009

BIAZOTTO, Renata Lopes. **O Viver Urbano em Roma: uma leitura de Plínio o Jovem e Marcial.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação História e Sociedade da Universidade Estadual Paulista. Assis, 1993.

BRANDÃO, J. L. L. **Marcial perante o público e os críticos: autodefesa do poeta.** Portugal: HVMANITAS, 1997.

BUSTAMANTE, R. M. **“O leão está de olho” Um estudo de caso de um mosaico da África Proconsular.** Fenix Revista de História e estudos Culturais. Volume 4, ano IV, número 1. Janeiro, fevereiro, março: 2007. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

GARRAFFONI, R. S. **Gladiadores e Transgressão social: algumas considerações sobre uma nova abordagem social.** Boletim CPA, nº 7, jan/jun. Campinas, 1999

GARRAFFONI, Renata Senna. **Técnica e destreza nas arenas: uma leitura da Gladiatura no Império Romano.** Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

GEWERTZ, K. **Lions, Tigers and Gladiators.** The Harvard University Gazette. Cambridge, 1998.

GUILLÊN, J. **Epigramas de Marco Valério Marcial.** Institución Fernando el Católico. Zaragoza, 2003.

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)



TEJA, A. **Los Edificios deportivos em la Roma Antigua**. Historia e Educacion. Vol. XIV-XV, pp. 47-59. Ediciones Universidad de Salamanca: España, 1995-1996.

TERÁN, L. R. **El Anfiteatro Flavio**. AAPAUNAM Academia, Ciencia, Cultura. Vol. 5, ene/mar: 2013. Disponível em:http://apaunam.mx/Revista/REV-A5-VOL5-Ene_Mar/EL_Anfiteatro_Flavio_Rev_Enero_Marzo2013.pdf

TOIPA, H. C. **Os Clássicos nos Epigramas Portugueses Setecentistas**. Mathesis: Portugal, 2006.

VENTURINI, Renata Lopes B. **Relações de Poder em Roma: o patronato na correspondência pliniana**. Tese apresentada ao curso de doutorado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

VEYNE, P. **História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano mil**. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

POLÊMICAS HISTORIOGRÁFICAS ACERCA DA FUNDAÇÃO DA ORDEM DE SANTIAGO DA ESPADA

Thais do Rosário (LEAM/UEM)
Jaime Estevão dos Reis (DHI/LEAM/PPH/UEM)

Introdução

Desde o século VIII a Península Ibérica sofreu incursões muçulmanas. O império almorávida manteve-se forte até 1143, ano da morte do califa Alí, mas a partir desta data começou a desestruturar-se devido, principalmente, às revoltas que ocorreram no seu interior. A principal delas aconteceu no Algarve quando Abulcasim Ahmed se revoltou contra Abengamia, governador geral almorávida, e conseguiu ocupar muitas de suas cidades. Para manter sua posição recorreu ao almóadas, um novo poder islâmico que surgiu e vinha ganhando vigor na África, sendo esse também um dos motivos da diminuição das forças militares dos almorávidas na Península, já que precisavam deslocá-las até lá para combater essa nova corrente do islamismo. (MARTÍN, 1974, p. 4).

Com a morte do general Abengamia em 1148, os almóadas se expandiram pela parte sul da Península e terminaram por substituir o império almorávida. Em 1157, ano do falecimento do rei Alfonso VII, teve início uma disputa entre seus filhos Fernando II de Leão e Sancho III de Castela. Este conflito também contribuiu para essa expansão almóada, uma vez que desviava a atenção desses reinos da luta contra muçulmanos. Já no ano seguinte ao início do conflito entre o reino de Leão e o de Castela, é restaurada a paz entre ambos, Fernando II decide então seguir para a conquista de territórios do sul e é nesse cenário que a maioria dos historiadores concorda haver nascido a Ordem de Santiago (MARTÍN, 1974, p. 4-7).

Ao reconquistar a cidade de Cáceres em 1170, Fernando II fundou a *irmandade dos freis de Cáceres* que deveria auxiliá-lo a conquistar territórios estremenhos. No início do ano seguinte, a irmandade já tinha recebido o nome de *Ordem de Santiago* em razão de um acordo feito com o arcebispo da cidade de mesmo nome. O sacerdote a nomeou e deu hábito aos seus cavaleiros, além de armas, tropas e outros donativos, em troca da proteção do povoado de Albuquerque e sua entrada na Ordem. (LOMAX, 1965, p. 5)

Aceitava-se, no geral, desde a conversão do império romano que cristãos lutassem contra infiéis, os sacerdotes não poderiam ir para a guerra mas os cavaleiros podiam viver de maneira santa. Dessa forma, em 1173 os santiaguistas são recebidos como filhos da Igreja e dom Pedro Fernández, Mestre da Ordem, leva à cúria romana um rascunho da Regra, que é confirmada pelo papa Alexandre III a princípios do segundo semestre de 1175. (LOMAX, 1965, p. 6)

Embora consideremos que o nascimento da Ordem tenha se dado pelas mãos de um rei leonês, ela atuou também pelos outros reinos cristãos da Península Ibérica na luta contra os mouros. Recebeu propriedades e rendas por toda ela, precisando assim organizar-se para que tivesse referências de poder em todos os seus domínios. Podemos citar os priorados e as encomendas maiores que, segundo José Vicente MatellanesMerchán, contribuía com a eficiência da administração do grão-mestre ao mesmo tempo que eram uma maneira de refrear seu poder. (MERCHÁN, 2000, p. 296)

Priores e comendadores maiores deveriam, segundo estipulação da Regra da Ordem de Santiago, estar presentes no capítulo geral, espécie de assembleia representativa onde se discutiam e se decidiam muitos assuntos relativos à Ordem, que tinha sua convocação anual a cargo do Mestre. Com sua realização, o soberano da instituição tomaria conhecimento do que ocorria nos domínios santiaguistas. Nessas reuniões eram elaborados os Estatutos para normatizar situações que porventura não fossem abarcadas pela Regra. (LOMAX, 1965, p. 63-65)

O monasticismo de traços militares pode ser reconhecido no Ocidente desde o século X, mas é no século XI que se dá claramente uma cristianização da cavalaria, pois a violência passa a ser canalizada em favor dos interesses cristãos, como por exemplo, a preocupação dos bispos com a proteção de suas dioceses e a organização da Primeira Cruzada. As Cruzadas foram expedições realizadas de fins do século XI a fins do século XIII sob a liderança papal a fim de recuperar Jerusalém e reunificar o mundo cristão. É em meio a esse ideal cruzado de liberação dos cristãos oprimidos pela ocupação do Islã que surgem as Ordens Militares, sendo a primeira delas a Ordem dos Cavaleiros Templários.

Na Península Ibérica as Ordens Militares surgem no século XII, momento em que os reinos peninsulares – especialmente os hispânicos – encontram-se envolvidos no processo supracitado, a Reconquista. As primeiras, surgidas fora do território peninsular, são chamadas de Ordens internacionais e as do mundo ibérico, de Ordens hispânicas. O ideal religioso de consolidar as fronteiras cristãs está presente nos dois seguimentos, embora as Ordens hispânicas tenham um sutil ar de secularização, pois no momento de seu surgimento os reinos peninsulares já reclamam algum protagonismo, o que acaba gerando uma

regionalização da cristandade e também uma relação mais direta dessas monarquias com as Ordens militares.

A *militiasanctijacobi*, segundo designação canônica, ou Ordem de Santiago da Espada é uma das maiores Ordens militares hispânicas e alvo de nosso trabalho. O prólogo histórico de sua Regra apresenta a situação conflituosa do território espanhol no século XII, considerado por alguns pesquisadores o primeiro de vida da Ordem (REGLA, 1998, p. 166-168). Expõe a existência de muitos conflitos entre os reinos cristãos e também destes contra os muçulmanos, chamados “inimigos da Igreja”, e apresenta os cavaleiros da Ordem como de origem nobre, cavaleiros que em outros tempos teriam sido pecadores cheios de malícia, e agora eram cavaleiros de Cristo iluminados pelo Espírito Santo que colocaram a cruz do apóstolo Santiago no peito e eram os responsáveis pela defesa da cristandade reprimindo ditos inimigos.

Propomo-nos aqui a expor algumas das discussões que permearam a datação do nascimento da Ordem de Santiago da Espada até que a historiografia chegasse a um consenso após a segunda metade do século XX.

Teorias de fundação da Ordem de Santiago da Espada

São muitas as teorias sobre a fundação da Ordem de Santiago, seriam necessários anos de estudo para sua leitura e análise. Desse modo, sobre esse tema trataremos aqui de discutir algumas delas baseados em uma bibliografia referente à Ordem, mas, sobretudo, as proposições de duas autoridades nos estudos santiaguistas, José Luis Martín e Derek Lomax. Estes escreveram suas principais obras sobre os cavaleiros espatários, *La Ordem de Santiago: 1170-1275*, e *Orígenes de la Ordem Militar de Santiago: 1170-1195* respectivamente, na década de 1960. Ambas são frutos de suas teses de doutoramento, a de José Luis Martín na Universidade de Barcelona e a de Derek Lomax, na Universidade de Oxford. O espaço temporal de que Martín trata é mais reduzido, os primeiros 25 anos da Ordem, enquanto Lomax propõe analisar a evolução histórica da Ordem no seu primeiro século.

José Luis Martín divide as teorias acerca da data de surgimento da Ordem de Santiago em dois grupos: o primeiro abarca as que consideram-na anterior a 1030 e o outro, em 1170. Segundo esse historiador a maioria dos pesquisadores que investigaram as origens da Ordem de Santiago concorda em estabelecê-la no período dos reinados de Fernando II de Leão (1157 - 1188) e Alfonso VIII de Castela (1158

- 1214), embora não haja consenso na definição de seu primeiro ano de existência. Para Martín, como para Derek Lomax, a data oficial do nascimento é 1 de agosto de 1170 (MARTÍN, 1974, p. 12-15).

As teorias que propõe datas anteriores a 1030 são tratadas como lendas pela historiografia santiaguista após as pesquisas de Lomax e Martín. Essas teorias foram elaboradas nos séculos XV e XVI, e após análise da documentação utilizada para legitimá-las, verificou-se que não havia nenhum documento referente à Ordem anterior a 1170 que não fosse falsificado. Uma dessas lendas de antiguidade da Ordem mais famosasapresenta a batalha de Clavijo, em 834, como marco inicial da Ordem de Santiago. Segundo conta, o próprio apóstolo aparece durante a batalha armado com sua espada e montado em um cavalo branco e ajuda Ramiro I, rei das Astúrias, e seus cavaleiros a vencerem os mouros que os haviam cercado após o rei ter se negado a pagar-lhes tributo.

Mas a própria existência dessa batalha foi alvo de discussões. Ela teria sido forjada por Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo durante o um período no século XIII e autor da crônica *de rebus hispaniae*, que buscava contar uma história da Península Ibérica. Debate sobre o qual não nos cabe discorrer agora, mas se faz importante que tomemos conhecimento dele para que entendamos que a imagem de Santiago Maior, ainda hoje o patrono da Espanha, foi sendo moldada ao longo do tempo relacionando-o à Reconquista de tal modo que também chegasse a ser conhecido como Santiago Mata-mouros, e a Ordem que recebeu seu nome seria engrandecida quanto mais relações se estabelecem entre ela e o apóstolo.

Ainda hoje uma dessas lendas provenientes dos séculos XV e XVI está muito presente nos discursos de leigos que tratam da Ordem de Santiago, a afirmação de que seus cavaleiros tinham como função a proteger os peregrinos do caminho de Santiago de Compostela, teoria essa provavelmente baseada na história do nascimento da Ordem dos Cavaleiros Templários. Todo o percurso está cheio de representações referentes à Ordem, até mesmo um prato típico que encontramos na Galíciaem um trecho do caminho, a torta de Santiago, leva a cruz em forma de espada, símbolo dos cavaleiros santiaguistas.

Outra etapa da historiografia santiaguista que consideramos importante destacar é a do século XIX, quando muitos arabistas como o austríaco Joseph von Hammer e o espanhol José Antonio Conde, o último tratando especificamente de Ordens hispânicas, propuseram que as Ordens militares ocidentais tivessem se baseado no *ribat* muçulmano. Os *ribat* foram grupos surgidos na fronteira islâmico-bizantina a finais do século VIII e que colocavam em prática o *jihad*, ou seja, a defesa da mensagem de Allah inclusive mediante o uso da força se fosse necessário. Miguel Asín e Jaime Oliver, filólogos arabistas do início do século XX,

também buscaram reforçar essa ideia. Mas foi com Américo Castro e AlbretchNoth na década de 1960 que essa teoria ganha força com argumentos de carácter antropológico.

De acordo com Castro e Noth:

Não se tratava tanto do contágio institucional direto, nem sequer de uma derivação doutrinal, senão de um acúmulo de interinfluências que consciente ou inconscientemente estimulavam realidades concomitantes de um lado e de outro da barreira ideológica que separava cristão e muçulmanos.

(MARTÍNEZ, 2007, p. 27)

Mas nesse mesmo período que surgem as pesquisas de Lomax e Martín, as quais citamos anteriormente, que foram um marco na escrita da história da Ordem de Santiago e inspiraram outros importantes estudos santiaguistas, como os dos espanhóis Eloy Benito Ruano e de Carlos de Ayala Martínez, por exemplo. E esse trabalho são contrários à admissão dessas influências islâmicas e mostram que o Ocidente possuía elementos que combinados eram suficientes para a fundação dessas instituições religioso-militares, principalmente após a reforma gregoriana do século XI. A partir dela, para agir contra a ameaça da ordem social que a Igreja considerava ser o fim do reconhecimento da autoridade pública e as relações de dependência entre os homens característicos dessa centúria, há um impulso eclesiástico que tenta desmanchar seus efeitos na sociedade. Sendo a violência o mais característico dentre eles, pois essas relações feudais geravam diversos conflitos armados entre cavaleiros que lutavam pela defesa de um ou outro castelo, há um esforço para limitá-la e direcioná-la até fins que se prestassem a interesses da Igreja.

Para Carlos de Ayala Martínez, são três os fatores principais que explicam o surgimento das primeiras Ordens militares: 1) um novo monacato que aparece no Ocidente entre os séculos X e XI, cujos principais traços eram uma certa independência de Roma, a crença de que a salvação dos homens viria através da pregação e sua maneira disciplinada de organizar-se, semelhante a de um exército, que derivaria da origem aristocrática militar da maioria dos monges; 2) a cristianização da cavalaria, que começa com o empenho cluniacense de delimitar a violência feudal culminando na santificação da cavalaria, que foi usada na promoção da ideia de Cruzada; 3) e a ideia de Cruzada, quando sob a liderança papal cavaleiros são chamados a participar de expedições para a Terra Santa, onde nasce a Ordem do Templo, a primeira Ordem militar medieval. (MARTÍNEZ, 2007, p. 16-20)

A ideia de Cruzada expandia as fronteiras do cristianismo, mas na Península Ibérica ganhava traços defensivos, posto que desde o século VIII o território peninsular se via ocupado por muçulmanos. As Ordens militares hispânicas surgem com a função de expulsá-los. Os monarcas peninsulares reclamam, a partir da segunda metade do século XII, um certo protagonismo nos assuntos relacionados à cristandade para que ganhassem força política e deixassem de ser considerados somente líderes militares. Além disso, possuíam uma consciência territorial e se viam ameaçados não somente por pretensões de conquista de outros reinos cristão peninsulares, mas também pela presença de muçulmanos. Assim, as Ordens hispânicas que surgem nesse contexto estão relacionadas a algum monarca, ainda que posteriormente tenham construído relações com diferentes reinos cristãos, como é o caso da Ordem de Santiago.

Consideramos que a fundação da Ordem de Santiago se dá dentro desse contexto como propõe os historiadores contemporâneos e posteriores à década de 1960. Traçaremos resumidamente como trabalhou José Luis Martín para definir a data de nascimento da Ordem. O historiador espanhol utilizou os seguintes documentos para a construção de sua tese: a bula papal de Alexandre III, na qual o pontífice confirma o nascimento da ordem em território espanhol; um documento de Urbano III de 1187 que atesta que Pedro Fernández foi o primeiro mestre da Ordem e que este pediu a aprovação de Alexandre III; o calendário do convento de Uclés, onde Fernando II é colocado como fundador da Ordem, e o prólogo da bula fundacional, produzido, o mais tardar, em 1177, no qual o cardeal Alberto de Morra afirma que esta foi criada um pouco antes da delegação do cardeal Jacinto na Espanha que ocorreu em 1172 (MARTÍN, 1974, p. 16).

E para afirmar a data de 1 de agosto Martín também utiliza documentos do século XII, entre eles está o do arcebispo de Santiago, de fevereiro de 1171, nomeando e dando hábito aos cavaleiros. Para esse historiador, a Ordem provavelmente nasceu meses antes, pois para tal acordo já possuía membros e uma certa organização; há também o acordo entre a Ordem de Santiago e os freis de Ávila, de 1172, onde Pedro Fernández é citado como fundador; um documento de 1170 afirma que é este o ano de nascimento da Ordem de Cáceres, o nome da Ordem até o acordo com o arcebispo de Santiago; e, finalmente, o calendário de Uclés afirma que no dia 1 de agosto foi criada a Ordem, sendo assim Martín considera que ainda que ela possa ter nascido pouco antes, esta data é a da fundação oficial. (MARTÍN, 1974, p. 16-17).

Para Martín, a dificuldade em deslegitimar as teorias de antiguidade da Ordem de Santiago da Espada está no grande número delas. Algumas dessas teorias estão baseadas em um suposto documento de Fernando I de Castela e Leão, datado de 1130, segundo o qual o rei ordenava que os bens do primeiro cavaleiro da Ordem de Santiago que morresse fossem entregues ao convento de Sancti Spiritus de Salamanca. Para atestar



a falsidade do documento, Martín expõe seu primeiro equívoco: ele coloca Fernando I como rei de Castela, Leão, Galícia, Portugal... e este ainda não o era; tampouco existia o convento de Sancti Spiritus nesta data. Além desses equívocos, a cópia mais antiga desse documento é de 1562, feita por Felipe II. (MARTÍN, 1974, p. 11-12)

Como já exposto, Derek Lomax concorda que a fundação da Ordem de Santiago ocorreu em 1 de Agosto de 1170. Afirma que esta foi inicialmente chamada de irmandade dos freis de Cáceres e liderada por Pedro Fernández, tendo como função defender os territórios estremenhos do rei Fernando II, que neste mesmo ano havia recuperado de Portugal a cidade de Cáceres. Passa a se chamar Ordem de Santiago após um acordo feito com arcebispo Pedro, em 1171, que pede proteção ao povoado de Albuquerque em troca do estandarte de Santiago, seu nome, do hábito e ajuda financeira e material para as batalhas. (LOMAX, 1965, p. 5).

Sobre o local de nascimento da Ordem de Santiago, Antonio Ruiz de Morales y Molina reconhece que, embora a bula papal de confirmação da Ordem e o prólogo da Regra não digam mais sobre onde tenha tido lugar seu nascimento além de que tenha sido em território espanhol, diz lhe parecer claro “por alguns motivos” que ela começou no reino de Leão (RUÍZ DE MORALES, 1998, p. 90-93). E como levava inicialmente o nome da cidade de Cáceres, afirmam alguns historiadores que ela tenha sido sua cidade natal. Além disso, sua localização é estratégica na defesa dos territórios de Fernando II de Leão.

No ano de 1173, dom Pedro Fernández, então mestre da Ordem da Santiago, vai à cúria romana para receber do papa Alexandre III uma bula de proteção e leva consigo um esboço da Regra da Ordem e, após ser alvo de muitas discussões, esta é promulgada pelo papa em 5 de julho de 1175. Ao longo de sua história, os mestres e membros da Ordem de Santiago interpretaram a Regra de maneiras diversas, em todo o caso, coube sempre ao papado esclarecer possíveis dúvidas sobre seu texto (MARTÍN, 1974, p. 21).

Referências bibliográficas

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Órdenes militares: orígenes, concepto y manifestaciones. In: **Las Órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)**. Madrid, Marcial Pons, 2007, p. 9-63.

BLANCO, Daniel Rodríguez. La organización institucional de la Orden de Santiago en la Edad Media. **Historia, instituciones, documentos**, n. 12, p. 167-192, 1985.

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



DE MORALES, AntonioRuíz et al. **La regla y establecimiento de la orden de la caballería [cavallería] de Santiago del Espada, con la historia del origen y principio de ella.** Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 1998.

DE RADES, Francisco et al. **Crónica de las tres órdenes de Santiago, Calatrava y Alcántara.** 1980.

LOMAX, Derek W. **La Orden de Santiago: 1170-1275.** Madrid, CSIC, Escuela de Estudios Medievales, 1965.

MARTÍN, José Luis. **Orígenes de la orden militar de Santiago:(1170-1195).** Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1974.

MERCHÁN, José Vicente Matellanes. La estructura del poder en la Orden de Santiago, siglos XII-XIV. **En la España Medieval**, v. 23, 2000.

RIVERA GARRETAS, M. **Los ritos de iniciación en la Orden Militar de Santiago.** Anuario de estudios medievales, ISSN 0066-5061, N° 12, 1982, p. 289-290.

JOÃO DO RIO E AS RELIGIÕES AFRICANAS NO RIO DE JANEIRO DA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DAS IDEIAS

Thauan Bertão dos Santos
Universidade Estadual de Maringá (LERR/PPH)

O objetivo geral deste artigo se fixa em apresentar um panorama geral dos objetivos de nossa pesquisa de Mestrado, em andamento, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, que consiste em compreender como as religiões africanas foram representadas no Rio de Janeiro da Primeira República, por meio da obra *As religiões no Rio*, de autoria de João do Rio. Os objetivos específicos da pesquisa estão centrados em analisar o contexto histórico e o “lugar social” produção da obra de João do Rio, além de estudar a forma como as crenças africanas são construídas enquanto religiões no discurso do jornalista.

Sobre a fonte histórica escolhida para a realização desta pesquisa, o livro *As religiões no Rio*, a edição utilizada é a de 1906, publicada pela editora Garnier. Este livro foi resultado de uma reunião das reportagens da série “As religiões no Rio”, que foram publicadas entre 22 de fevereiro de 1904 e 21 de abril de 1904 no jornal *Gazeta de Notícias*. Sua primeira reunião em livro foi editada e produzida pela *Tipografia da Gazeta de Notícias* em dezembro de 1904, reeditado em 1906, que aqui se utilizará. A escolha pelo trabalho da obra em livro se dá devido à reorganização das reportagens seguindo uma ordem temática e uma importante introdução escrita pelo jornalista, que não se faz presente na série de reportagens. Além disso, a edição de 1906 mantém o mesmo formato da primeira edição.

A escolha da fonte *As religiões no Rio* (1906), para investigar como as religiões africanas foram historicamente representadas, é resultante da constatação realizada de que se trata de uma obra ainda muito pouco estudada no campo da História das religiões, e mesmo na historiografia em geral, apesar de constituir-se enquanto riquíssimo material para o estudo das crenças religiosas no Brasil.

O levantamento bibliográfico realizado²¹⁰ raramente detectou estudos historiográficos sobre João do Rio, especialmente, que partissem de *As religiões do rio* (1906) enquanto fonte histórica. Pode-se citar

²¹⁰ Apesar de encontrar uma série de artigos, teses, dissertações e livros sobre João do Rio; em especial no campo na Literatura.

apenas uma dissertação intitulada “Babel da crença: candomblés e religiosidade na *belle époque* carioca”, escrita por Marcela Melo de Carvalho (2010) que busca mapear os espaços religiosos apresentados por João do Rio. A maioria das teses ou dissertações são do campo das Letras e atentam a obra mais conhecida do jornalista, *A alma encantadora das ruas* (1908). A proposta da pesquisa, portanto, consiste em atentar a uma obra menos estudada do autor, atentando um aspecto que há pouco mereceu atenção dos historiadores brasileiros: as crenças e ideias religiosas africanas. Mais do que isto, como estas foram representadas no discurso dos intelectuais brasileiros.

As religiões no Rio (1906) em muito cooperou para o reconhecimento de João do Rio como uma personalidade jornalística; e mais ainda, para evidenciar sua contribuição aos estudos de Antropologia, Sociologia e História²¹¹. Ainda em 1907, esse reconhecimento viria por parte de Sílvio Romero, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O livro *As religiões no Rio* do Sr. Paulo Barreto é único em seu gênero na literatura brasileira. Nós já possuímos, por certo, vários quadros de costumes, principalmente no romance, no drama, na comédia e em obras de viagem; não possuímos, porém um quadro social, tão palpitante de interesse, como o jovem dedicou às crenças religiosas no Rio de Janeiro. [...] Escrito com verme, graça e cintilação de estilo, o livro é uma verdadeira jóia que deve ser apreciada pelos leitores competentes. Tem cunho histórico, porque fotografa o estado d’alma fluminense num período de sua evolução. [...] (ROMERO apud RODRIGUES, 2010, p. 53).

Mais recentemente, Reginaldo Prandi (2007) indicou João do Rio e a obra *As religiões no Rio*, como referência obrigatória para o estudo das religiões africanas, nos diferentes aspectos sociológicos, antropológicos e históricos. Ainda, João Carlos Rodrigues (2010), autor de uma de suas biografias, destacaria a importância de João do Rio fazendo menção ao seu pioneirismo no estudo das crenças africanas. O autor destaca ainda que, embora houvesse pesquisas anteriores como as do médico Nina Rodrigues, na Bahia, elas tinham circulação restrita ao meio acadêmico, sendo publicada em obra, no Brasil, apenas três décadas depois²¹². Este parece ter sido o diferencial dos escritos de João do Rio, apesar da população brasileira em geral ser pouco alfabetizada, na capital da República as crônicas publicadas em jornais ganharam grande repercussão da série, gerando a publicação do livro, ainda no mesmo ano.

²¹¹ RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: vida, paixão e obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 52.

²¹² Os escritos do médico maranhense, que realizava suas pesquisas na Faculdade de Medicina da Bahia, eram publicados em revistas especializadas, tendo acesso apenas a um público restrito de pessoas.

Atentando-nos especificamente a João do Rio, forma como ficaria conhecido João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto, este teria nascido no dia 05 de agosto de 1881, em um pequeno sobrado localizado na Rua do Hospício – Rio de Janeiro. O pai, Alfredo Coelho Barreto, nasceu no Rio Grande do Sul em uma família tradicionalmente nobre e de caráter aristocrático - motivo pelo qual João do Rio se autoembasava aristocrata - mudou-se para o Rio de Janeiro para estudar Medicina e Mecânica na Escola Politécnica, no Largo de São Francisco (RODRIGUES, 2010). A mãe, Florência Barreto - filha do médico Joaquim Cristóvão e de Gabriela Amália Caldeira (uma descendente de africanos e analfabeta como a maioria das mulheres da época) após a morte prematura de Bernardo Guttenberg, irmão de João do Rio, o teria criado com excessos de cuidados e dengos, superprotegendo e mimando o agora filho único, de acordo com Magalhães Júnior (1978).

Em 1910 foi eleito para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, além de ocupar outros cargos importantes, como o de sócio correspondente estrangeiro da Academia de Ciências de Lisboa e membro do Conselho-Geral do Congresso Interamericano de Imprensa (RODRIGUES, 2010).

João do Rio morreu no dia 23 de junho de 1921 de um infarto fulminante dentro de um táxi, que tomou após sentir-se mal na redação do jornal *A Patria*, quando do caminho de volta para sua casa.

Exposto isso, é necessário destacar que o Rio de Janeiro, como capital do país no período em questão, tornava-se palco das mudanças que ocorriam na sociedade durante os últimos anos do Império. Com a abolição da escravatura, a mão de obra escrava, agora livre, formava uma massa de subempregados e desempregados que migravam para as áreas urbanas dessa capital, onde se encontravam com um número cada vez maior de imigrantes estrangeiros, resultando em um aumento substancial da população urbana carioca na década de 1890 a mais de 700 mil habitantes (CARVALHO, 1987).

A influência, por exemplo, da Igreja Católica, do evolucionismo cultural, das teorias biológicas, das ciências presentes no período em geral e das sociedades ditas civilizadas e seus costumes, dentre muitos outros, demonstram algumas das justificativas para as políticas implementadas nesse período, como o alargamento da avenida central, a demolição dos cortiços, dentre outras inúmeras medidas sanitárias, e os motivos pelos quais estão implantadas socialmente muitas normas de grupos ou instituições, que se tornam leis a serem seguidas por toda a população brasileira.

A elite política, responsável pela manutenção dos ideais republicanos, necessitou criar ideologias para “o extravasamento das visões de república para o mundo extra-elite” (CARVALHO, 1989, p. 10), por meio de sinais universais como símbolos, alegorias, mitos e ritos e não do discurso, inacessível a população

com baixa formação educacional. Assim, empenharam-se na organização de critérios homogêneos para lidar com a diversidade urbana. Tem-se, portanto, em primeiro lugar, a construção da noção de “classes perigosas”, que definiu os pobres como perigosos, voltada à organização do trabalho e à repressão da ociosidade, para a consequente manutenção da “ordem”. Em sequência, a extensão ao movimento higienista, que se utilizou dos conhecimentos científicos do período para a intervenção no ambiente urbano com o intuito de controlar as doenças (CHALHOUB, 1996).

Com vista à religiosidade do período, a Constituição da Primeira República, promulgada em 1891 garantia a liberdade religiosa. Entretanto, o que se tem enquanto noção de “religião” estaria voltada à preocupação das autoridades republicanas em laicizar o Estado e excluir os critérios religiosos da cidadania, como, por exemplo, separar os atos civis dos atos religiosos: batismo, matrimônio, saúde e educação, que tinham domínios também pela Igreja Católica. Religião, portanto, seria apenas o Catolicismo, que se distinguiria das magias, uma forma diversa da religiosidade brasileira, e que se exprimiria melhor como curandeirismo e feitiçaria, pois seriam entendidas como exploradoras da credulidade pública e deveriam ser combatidas. Esta característica se enquadra melhor nas religiões dos negros e mestiços, que implicariam em benefícios materiais ou mesmo crimes ou dolo (MONTERO, 2006).

Com estas características o Rio de Janeiro contribui para a construção do “lugar social” em que está inserida a figura de João do Rio, e que contribuirá de maneira direta em seus escritos, possibilitando o entendimento das representações por ele inferidas nas reportagens sobre as manifestações religiosas dos negros de *As religiões no Rio* (1906).

Os aportes teóricos iniciais que se propõe para a realização desta pesquisa consistem em Arthur Lovejoy (2005) para o estudo de uma História das Ideias que busque a historicidade dos conceitos e categorias que compõem o discurso de João do Rio acerca das religiões africanas; em diálogo com Michel de Certeau (1982) e Roger Chartier (1991) a fim de pensar o “lugar de social” (CERTEAU, 1982) onde as “representações” (CHARTIER, 1991) presentes em *As religiões no Rio* são produzidas.

Arthur Lovejoy (2005) em sua obra *A grande cadeia do ser* explica que por História das Ideias se compreende um estudo de caráter diferenciado dos demais ramos da história do pensamento, pois se fixa em unidades separadas do agregado complexo e heterogêneo que compõe o corpo total de uma doutrina de qualquer filósofo ou escola filosófica. Para Lovejoy “a história das idéias interfere nos rígidos sistemas individuais e, para seus próprios propósitos, desmembra-os em seus elementos componentes, naquilo que

pode ser chamado de idéias-unidade” (p. 13). Esse complexo de idéias-unidade comporia um agregado maior, que por assim ser, constituir-se-iam em um composto instável.

É nesse sentido que se articula conceito de representação de Chartier (1991), o qual é fundamental para que se entenda de que modo se compreende a sociedade fluminense da Primeira República e a forma como olhavam para grupos sociais diversificados, como o dos africanos recém-libertos e seus descendentes mestiços, que se incorporavam, ou não, aos novos parâmetros trazidos e ansiados pela República, especialmente no que concerne ao quesito das crenças. Nesse sentido a pluralidade apreendida e representada por João do Rio não pode ser compreendida a não ser “considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (1991, p. 177).

Representação configuraria, além de uma leitura particular, uma leitura coletiva, composta por três modalidades de relação com o mundo social:

[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p. 183).

Assim, a representação coletiva seria resultado de uma construção das identidades sociais pela relação de força entre as representações impostas pelos que detém o poder, ou pela representação que cada grupo dá de si mesmo. Da mesma maneira, as duas formas de representação, particular ou coletiva, atestariam dois sentidos aparentemente contraditórios, mas que ao final se complementam, pois a representação faz ver uma “ausência” entre o que representa e o que é representado, mas também seria a apresentação da presença de uma coisa ou de uma pessoa, que se define como as influências por trás dos indivíduos (CHARTIER, 1991).

Nesse sentido é possível articular em João do Rio o trabalho de classificação e de recorte produzido ao identificar as práticas e crenças africanas, denominando-as religiões. Mais que isto, é possível perceber uma identidade social nesta interpretação, dado o sucesso adquirido por *As religiões no Rio*, indicando a adoção de uma certa coerência e não desagrado quanto a interpretação do autor; por fim é possível

problematizar ainda as questões de grupos ou comunidades institucionalizadas, a medida que o conceito “religião” era até pouco tempo, utilizado para referenciar uma única instituição, a Católica.

Dessa forma, a possibilidade de pensar representações coletivas a partir da obra produzida por um sujeito histórico, ou seja, a representação das religiões africanas na obra de João do Rio parece encontrar respaldo em Lovejoy (2005) ao pontuar que existiriam *hábitos mentais*, ou seja, suposições implícitas ou incompletamente explícitas operando no pensamento de um indivíduo ou de uma geração, como formas que parecem naturais e inevitáveis. Existiriam, assim, classes de ideias, como os motivos dialéticos, os quais poderiam ser identificados dentro do pensamento de um indivíduo, por conter ideias ou raciocínios de outra tendência. (LOVEJOY, 2005).

A História das ideias, portanto, deveria considerar as manifestações das ideias-unidade no pensamento coletivo ou de um grupo de pessoas, e não apenas investigar nas doutrinas ou opiniões de um pequeno número de pensadores profundos e eminentes. Assim como, dividindo-as entre períodos da história, ou grupos dentro de tais períodos, e não apenas estudá-los dentro de suas nacionalidades ou línguas. Para Lovejoy, este estudo permitiria investigar os efeitos dessa espécie de fatores que isolou nas crenças, preconceitos, gostos, aspirações durante gerações, ou seja, estaria interessado “em idéias que alcançam uma ampla difusão, que se tornam parte do acervo de muitas mentes” (2005, p. 28).

O conceito de “lugar social”, proposto por Michel de Certeau (1982) ao ser operacionalizado, ajuda a executar a proposta de Lovejoy (2005) e as indicações de Chartier (1991), a medida que permite compreender o indivíduo inserido em um sistema complexo das práticas institucionais e as ações que estas exercem sobre aquele, atentando as condições de produção na qual a obra está inserida. Para Certeau “toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (1982, p. 66), e por um meio de elaboração circunscrito pelas particularidades do autor, sua profissão, estudo, etc. Os acontecimentos narrados pelo documento remetem implicitamente à “subjetividade” do autor, às “escolhas” que lhes são anteriores. Um exame crítico da fonte analisada revela uma relatividade histórica, na qual a busca pelo auxílio à construção de uma história total destaca de maneira mais intensa a multiplicidade de filosofias individuais, pois o “não-dito” demonstra-se muito menos “verificável” do que “falsificável” (CERTEAU, 1982).

A instituição na qual está o autor inserido, ou mesmo sua profissão, também indicam um “não-dito”, a medida que torna-se impossível analisar um discurso histórico sem levar em conta as leis, normas e pensamentos do grupo do qual este faz parte. Em suma, Certeau nos permite pensar que “da reunião de

documentos à redação do livro, a prática histórica é totalmente relativa à estrutura da sociedade” (1982, p. 74). É possível, portanto, por meio do estudo da obra de um autor, analisar o processo histórico de configuração de ideias e conceitos ali representados.

Considerando que o trabalho histórico busca produzir um conhecimento sobre o passado, operando a reunião de elementos encontrados e a ele referentes, combinando a multiplicidade de traços ou pegadas que permitem uma relação da documentação com os dados históricos (CERTEAU, 2007), o pesquisador de História, além de evidenciar tais aspectos, deve buscar encontrar aquilo que está faltando no discurso organizado do documento, ou seja, encaixar os signos que complementam a ausência dessa linguagem.

Existe, portanto, uma correlação de elementos operacionalizantes. Estes combinariam as regras gerais (como, por exemplo, reunindo as pistas do documento, que seria o papel da erudição) e a invenção de hipóteses, por meio do reconhecimento das ausências, mais especificamente o que seria o papel da teoria. Em suma, a História se fixa como uma conexão entre uma “estrutura” e uma “ausência”. Porém, se faz necessária à especificação do objeto de estudo que passará por essa produção. Dessa maneira, Certeau (2007) afirma que o discurso histórico implicaria um objeto que teve seu lugar, mas já não está mais. Necessitando, entretanto, a existência no presente de algo que indique que aquilo ocorreu, um desvio que existe e pensa na atualidade, permitindo a análise do historiador. Dessa forma, a análise da produção de João do Rio deve visar suas estruturas globais, ao mesmo tempo em que considere seus aspectos particulares, que remetem ao complementar.

O produto final resultante desse trabalho historiográfico seria produto, entretanto, não só da operação historiográfica, mas também de um trabalho coletivo. Há de se considerar a relação particular de um estudo com os outros estudos contemporâneos e na sociedade na qual se elaboram as pesquisas a respeito de um determinado objeto. Isto porque o historiador torna-se, também, um sujeito frente às escolhas e recortes que serão delineados sem relação aos seus estudos. Da forma como a produção é processada, não há como fugir do que Certeau (2007) considera uma operação arbitrária, pois a busca pelo passado coexiste com o recorte de um sujeito individual, com suas próprias escolhas de métodos, teorias, documentos, pegadas.

Considerando que este trabalho tem por objeto a representação das religiões africanas na obra de João do Rio, faz-se necessário atentar metodologicamente às análises específicas da História das Religiões. São relevantes neste sentido as indicações de Mircea Eliade (2009), ao tratar da maneira como o historiador das religiões deve estudar o fenômeno religioso. Para Eliade (2009) a História das Religiões tem de se utilizar dos conhecimentos das diversas áreas que tratam sobre o religioso, como, por exemplo, os resultados

da etnologia, sociologia ou psicologia, sem, com isso, todavia, renunciar os seus próprios métodos de trabalho.

O historiador das religiões não deveria, portanto, se limitar a tipologia ou a morfologia dos fatos religiosos, mas sim compreender que é na História que ele desenvolve e revela suas significações. Atentar para o que de concreto e histórico ele representa em determinada sociedade também se faz necessário, mas não menos importante que decifrar o “transhistórico” que seria revelado pela religiosidade. Isto porque, do ponto de vista do homem religioso, a hierofania (manifestação do sagrado) apresentar-se-ia como um eterno retorno ao instante não temporal, ao tempo mítico dos deuses, tentando apagar o passado e a história; mas sua manifestação se daria em um tempo histórico, e justamente isto permite tomá-la enquanto um objeto da pesquisa historiográfica, captando sua historicidade (ELIADE, 2009).

Por fim, considerando o suporte de nossa fonte, que é um documento escrito, utiliza-se as noções de *monumentos* (herança do passado) e *documentos* (escolha do historiador), de Le Goff (1994), segundo o qual, o documento adquire seu sentido moderno apenas no século XIX, com a escola positivista e no século XX será o fundamento do fato histórico. Ainda que seja uma escolha do historiador, parece apresentar-se por si mesma como uma prova histórica. Le Goff (1994) explica que o documento triunfa com o positivismo, coincidindo com o texto, a partir de então, todo historiador que trate da historiografia recordará que é indispensável recorrer ao documento. Mas com a fundação dos Annales, há uma ampliação da noção de documento e este alargamento é uma das etapas que levou a uma verdadeira revolução documental.

Para Le Goff (1994), não existe um documento objetivo, inócuo ou primário. De acordo com essa posição vemos como indispensável à problematização, o questionamento, o diálogo com nossas fontes, que são dois documentos escritos, logo, são expressão uma época, de um determinado modo e pensar e interagir com o mundo.

Le Goff (1994), afirma que independente da revolução documental, a concepção do documento/monumento objetiva evitar que o historiador se desvie de seu dever principal: a crítica do documento enquanto monumento, pois só assim, a memória coletiva pode recuperá-lo e o historiador usá-lo cientificamente, ou seja, com o conhecimento de sua causa. Afinal, mas do que qualquer coisa que fica por conta do passado, o documento é produto da sociedade que o fabricou, de acordo com as relações de força que aí detinham o poder.

Le Goff (1994), conclui que a intervenção do historiador na escolha do documento depende da sua própria posição social e da sua organização mental. Desse modo, o documento não é inócuo, ao contrário, é

o resultado, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziu, além das épocas sucessivas às quais continuou a viver, mesmo que manipulado apenas pelo silêncio. Por persistir no tempo, o testemunho do documento deve ser analisado, desmistificando-lhe o seu caráter aparente. Não se pode dizer que exista um documento-verdade, todo documento é uma mentira e não cabe ao historiador fazer papel de ingênuo. “É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.” (LE GOFF, 1994, p.538).

Bibliografia

- BOUÇAS, Edmundo; GÓES, Fred. *Melhores crônicas João do Rio*. São Paulo: Global, 2009.
- CARVALHO, Marcela Melo de. *Babel da crença: candomblés e religiosidade na belle époque carioca*. 2010. 123p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- CARVALHO, José Murillo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *El lugar del outro: Historia religiosa y mística*. Buenos Aires: Katz Editores, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*: Instituto de Estudos Avançados - USP, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.
- ELIADE, Mircea. *El chamanismo y las técnicas arcaicas del éxtasis*. México: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- GOMES, Renato Cordeiro. *João do Rio por Renato Cordeiro Gomes*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- IVO, Lêdo. *João do Rio: cadeira 29, ocupante 2*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- LOVEJOY, Arthur O. *A grande cadeia do ser*. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.



MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MONTERO, Paula. *Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil*. *Revista Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, n.74, p.47-65, 2006.

PRANDI, Reginaldo. *As religiões afro-brasileiras nas ciências sociais: uma conferência, uma bibliografia*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 63, p. 7-30, 1º semestre de 2007.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *João do Rio: a cidade e o poeta – olhar de flâneur na belle époque tropical*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RODRIGUES, João Carlos. *João do Rio: vida, paixão e obra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Fonte Impressa:

RIO, João do. *As religiões no Rio*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.

UMA ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO UTILIZADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE IVAIPORÃ ATUALMENTE

683

Thiago Caetano Custódio
(Graduando – UEM-CRV)

Resumo

A apresentação traz algumas conclusões da minha pesquisa de iniciação científica, ainda em andamento, da qual analisei livros didáticos de História utilizados em escolas públicas da rede paranaense nos colégios de Ivaiporã buscando ver se eles abordam as culturas pré-hispânicas. Busquei verificar se as sociedades indígenas americanas, particularmente seus aspectos culturais, são abordados pelos livros de forma a contribuir para o desenvolvimento de competências necessárias para se construir uma consciência histórica. O caminho metodológico consiste em realizar uma análise diante os livros didáticos utilizados no ensino médio, pensando em ver qual abordagem eles utilizam, quais caminhos são seguidos, qual é a forma de organizar o capítulo específico. Minha análise compreendeu cada organização contida nos livros didáticos observamos aspectos dos quais retratam como eram as sociedades mesoamericanas, podemos verificar nos livros os resultados, ou seja, a situação da qual os livros didáticos estão organizados e são encontrados nas escolas públicas. Assim consegui fazer um balanço de vários livros coincidindo com a escolha de dois livros, que priorizam a questão cultural das civilizações pré-hispânicas, nestes livros vimos diferentes abordagens priorizando o estudo de cada civilização, por meio de um capítulo que torne o trabalho do professor fácil levando em conta a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: História; livros didáticos; Civilização Pré-Hispânica.

Introdução/Justificativa

Este artigo apresenta alguns resultados decorrentes de minha pesquisa de iniciação científica a qual tem como objetivo, analisar como os livros didáticos do ensino médio da disciplina de História utilizados nas escolas públicas da rede paranaense na região do Vale do Ivaí, verificando se eles abordam as culturas americanas pré-hispânicas, com destaque para os três principais complexos culturais existentes na época da chegada dos europeus: os astecas e os maias, que faziam parte de uma “região cultural” conhecida como Mesoamérica, localizada em partes das Américas do Norte e Central; e os incas, localizados na América do sul, principalmente na região andina.



A partir de uma leitura preliminar, antes do início da pesquisa propriamente dita, podemos perceber que nos livros de Ensino Médio utilizados pela rede pública do estado do Paraná a temática que nos ocupa muitas vezes não aparecia nesses materiais didáticos ou encontrava-se em um lugar bastante marginal dentro do conjunto de temas propostos como objetos de estudo aos estudantes.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise da situação do ensino de história da América na rede pública de Ivaiporã, através do estudo de caso do temas das sociedades indígenas pré-hispânicas.

O estudo está sendo desenvolvido da seguinte forma:

1. Primeiro, selecionei seis livros didáticos, com base no critério de seu uso ser ainda atual e de serem, no geral, os livros mais adotados nas escolas. Com base nesse critério de seleção, os livros que analisamos são:

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História em Movimento*. São Paulo: Ática, 2010, 2ª edição. (3 volumes)

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2010, 2ª edição. (3 volumes)

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva. PNLD 2009 a 2011. (Volume único).

SEED-PR. *História. Ensino Médio*. Publicação da Coordenação do Livro Didático Público da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2006. (3 volumes).

VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, 2010, 1ª edição. PNLD 2012 a 2014. (3 volumes).

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipinone, 2011, 1ª edição. (3 volumes).

2. A análise que realizo procura inicialmente identificar a presença ou ausência do tema nos livros didáticos selecionados para a pesquisa. Em seguida, verificar nos livros em que a temática é contemplada, quais são as abordagens predominantes.

3. A fase final da análise consiste em comparar as abordagens dos livros didáticos com um ponto fundamental das Diretrizes propostas pela Secretaria de Educação (SEED-PR) para educação pública no estado do Paraná, que é a “formação da consciência histórica”. Segundo o documento que rege a educação pública no estado, “a constituição desta identidade se dá na relação com os múltiplos sujeitos e suas respectivas visões de mundo e temporalidades em diversos contextos espaço-temporais”. (SEED-PR, Diretrizes Curriculares da Educação Básica. História. 2008: 56-7).

Resultados

Através da análise efetuada nos livros do ensino médio utilizados pelas escolas públicas de Ivaiporã, pude identificar que a temática dos povos nativos americanos ocupa um lugar bastante reduzido na proposta das atividades didáticas. Alguns dos livros dos mais utilizados pelas escolas públicas, como o de Gilberto Cotrim, *História Global* (2011), sequer abordam o assunto. Outros o apresentam ligado a temas sem a menor conexão histórica, como no livro intitulado de: “*História Geral e do Brasil*” (2011) dos autores Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo que coloca em um mesmo capítulo os povos nativos da América e as sociedades africanas.

Um fator presente em quase todos os livros analisados é o aparecimento do tema das sociedades indígenas americanas somente no contexto da expansão colonial europeia. Dentro dessa temática a abordagem privilegiada é a dimensão do trabalho indígena e de sua exploração pelos europeus. (BONINI; CHAVES, 2006: 35-41)

A temática cultural é uma que a maioria dos livros não explora bem. O tema das religiosidades, por exemplo, que é central para se entender essas civilizações é quase que inexplorado pelos livros didáticos.

Outra coisa que chamou a atenção na análise dos livros é que outros grupos ou complexos culturais, pertencentes a outros continentes, são tratados pelos livros com muito mais dedicação, contendo inclusive capítulos inteiros a eles dedicados. Esse é o caso, por exemplo, as culturas africanas e chinesas (COTRIM, 2011: 96-105). Já no caso das sociedades pré-hispânicas, às vezes os três complexos culturais aparecem no mesmo capítulo o que pode passar a ideia de que ocupavam o mesmo espaço geográfico e que faziam parte de uma mesma sociedade. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2010: p. 10-20)

Depois de verificar esses aspectos, busquei me deter na análise de dois livros que priorizam a temática cultural. O primeiro deles é intitulado *História: das cavernas ao terceiro milênio* e foi produzido por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, ambas historiadoras formadas pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira-MG. Nesse livro há um único capítulo que aborda as civilizações mesoamericanas e andinas, juntamente com os tupis-guaranis que viviam no território brasileiro. O livro foi publicado pela editora Moderna e é direcionado ao segundo ano do Ensino Médio.

Apesar de o capítulo incluir os tupi-guaranis, os astecas, maias e incas são tratados separadamente, em um subcapítulo intitulado “Grandes civilizações”. No caso dos astecas as autoras destacam aspectos da religiosidade, como os rituais “sacrifícios humanos”; as guerras e formação da agricultura com base no

cultivo do milho. Já no caso dos maias, as autoras mostram como era importante a política e culto a divindades, juntamente com a astronomia. Ao tratar dos incas elas destacam a força do exército e suas grandes construções, como as pirâmides em Cuzco e Machu Picchu. (BRAICK; MOTA, 2010: p. 15-18)

Alguns comentários podem ser feitos sobre essa abordagem. Primeiro, destaco que, ao separarem os tupi-guarani das chamadas “grandes civilizações”, a narrativa do livro dá a entender que os indígenas que ocupavam o território brasileiro eram culturalmente inferiores aos demais povos do continente, principalmente às sociedades asteca, maia e inca.

Outro elemento aspecto, é que as autoras priorizaram apenas um elemento cultural de cada uma das sociedades estudadas: a religião no caso asteca; a astronomia no caso maia e as grandes construções (pirâmides) no caso inca. Essa abordagem leva a pensar que a religião era importante apenas para os astecas, que só os maias possuíam conhecimentos astronômicos e apenas os incas construíram pirâmides, embora cada um desses elementos existissem em todas as três sociedades pré-hispânicas.

Um fator negativo neste livro é o fato dele não contar com uma referência bibliográfica ao final, ao contrário dos outros livros analisados. Essa ausência prejudica o trabalho dos professores, ao não fornecer referenciais historiográficos sobre os temas abordados no livro.

Destaco, no entanto, que a opção das autoras de incluir em um único capítulo diferentes grupos indígenas pode ser interessante para que os alunos percebam a diversidade de sociedades indígenas que existiam na América antes da chegada dos europeus.

O segundo livro que prioriza os aspectos culturais ao tratar das sociedades pré-hispânicas é intitulado de *História em Movimento*, elaborado pela historiadora Gislane Campos Azevedo, formada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, e por Reinaldo Seriacopi, bacharel em língua portuguesa pela Universidade Estadual de São Paulo USP e também em jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior IMS-SP. Este livro didático é dedicado ao segundo ano do Ensino Médio e foi editado pela Ática.

Merece ser destacado que esse foi o único dos livros analisados que reservou um capítulo inteiro para falar sobre as civilizações pré-hispânicas. Além disso, o tema aparece em uma unidade, intitulada “Diversidade Cultural”, que é a primeira unidade do livro, e assim permite a percepção de que existiam diversos grupos culturais na América antes da chegada dos europeus.

Outro aspecto importante é que o livro apresenta um estudo mais detalhado das sociedades pré-hispânicas, enfocando tanto os fenômenos culturais, quanto as relações políticas e de trabalho nessas sociedades.

Apesar dessa boa abordagem do tema, também é necessário destacar como um aspecto negativo a separação dos indígenas que viviam no território brasileiro das chamadas “Civilizações americanas”. Ao fazer isso, a narrativa do livro deixa subentendido que os tupi-guaranis e outros povos não eram “civilizados” como os maias, incas e astecas.

No caso da sociedade maia, os autores destacam suas relações comerciais, a agricultura, a escrita, o sistema numérico e a cerâmica. Outro fator abordado é sua sociedade e a religião, mostrando toda a hierarquia desde o chefe de estado até os artesãos e a religião, com cultos aos vários deuses, além dos sacrifícios humanos.

Sobre os astecas, destacam o fato de terem sido inicialmente povos nômades, caçadores e guerreiros, que depois se tornaram sedentários. O livro explica suas atividades econômicas a agricultura, comércio e o artesanato a religião e educação estavam ligadas entre si, porque as crianças aprendiam nas escolas os valores religiosos e morais da sociedade asteca destacando sua escrita.

Mas observei um problema de interpretação por parte dos autores ao tratar da política asteca, ao afirmar que governo era exercido por um monarca eleito pela nobreza:

O governo asteca era exercido por um *monarca* eleito pela *nobreza hereditária*. Comandante supremo do exército, ele governava com o apoio de um conselho constituído por chefes militares. Estes últimos, justamente com os altos funcionários públicos e os religiosos, compunham a nobreza. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2010: 14. Grifo meu.)

Essa abordagem é incongruente com a produção historiográfica sobre a sociedade asteca. Como mostra, entre outros, o historiador francês Jacques Soustelle, que é um especialista no tema, a concepção de poder entre os astecas não envolvia a ideia de uma nobreza se sangue hereditária. A escolha do soberano asteca era feita pelos altos dignitários, reunidos em um conselho, uma espécie de “senado”.

Soustelle cita uma fonte colonial espanhola, um relato sobre os astecas, organizado do frei Juan de Torquemada, que afirma que, naquela sociedade, “os filhos dos reis não reinaram por herança, mas por eleição.” (SOUSTELLE, 1990: 112) Comentando o assunto, o historiador francês explica que, “no início do século XVI, o colégio que elegia o imperador devia compreender uma centena de pessoas”, que incluíam 13 dignitários supremos; funcionários de escalão secundário, que eram representantes dos bairros (*caupulli*) da capital asteca; e representantes das ordens militares e sacerdotais.” Ainda segundo Soustelle, “os ‘eleitores’

discutem as sugestões, e escolhem um nome. Não há sufrágio, não há voto como o conhecemos.”
(SOUSTELLE, 1990: 112)

Sobre a concepção do poder do soberano entre os astecas e sua relação com o elemento religioso, Soustelle destaca o seguinte:

O imperador foi eleito, é claro, pelos grandes, mas a doutrina oficial deseja que, na realidade, ele tenha sido designado pelos deuses, em particular por Tezcatlipoca [...]. Seus primeiros deveres ligam-no, pois, aos deuses [...]. Ele defenderá o templo de Uitzilopochtli [o deus principal dos astecas] e assegurará às divindades o culto que lhes é devido.
(SOUSTELLE, 1990: 113)

No caso do império dos Andes, o livro didático destaca que os incas detinham um exército bem organizado, que sua sociedade era composta de um estado administrativo em torno do soberano inca e que a população era formada por agricultores. Os autores destacam a engenharia inca, com as estradas em torno de seu império, além das construções de templos, palácios e pirâmides e suas práticas de irrigação. Destacam também que os incas não desenvolveram um sistema de escrita, mas utilizavam os “quipus”, um sistema de armazenamento de informações por meio de cordas de couros. Sobre as práticas culturais, os autores destacam que os incas eram politeístas e que praticavam a mumificação de seus mortos e tinham uma forte crença no Sol, considerando um deus. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2010: p. 18-20)

Este livro traz, ainda, as referências bibliográficas, o que pode ajudar o trabalho dos professores que o utilizam, ampliando suas fontes de informação sobre os temas abordados.

Considerações Finais

Como destaquei ao longo do texto, na maioria dos livros analisados o tema dos povos nativos americanos somente aparece na narrativa didática a partir da lógia da chegada dos europeus na América. Poucos são os livros que tratam das sociedades indígenas pré-hispânicas antes do século XVI e mesmo os poucos que o fazem tendem a abordar apenas as chamadas “grandes civilizações”. Além disso, essas sociedades geralmente são tratadas de uma forma superficial, deixando-se de lado aspectos centrais de sua estrutura social e mental, como é o caso da importância política assumida pelas religiosidades entre esses povos.



Nesse sentido, acredito que as narrativas dos livros não têm sido coerentes com a proposta das Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná. Segundo esse documento, que rege a educação no estado, o principal objetivo do ensino da História é ajudar na formatação do amplo processo de “formação da consciência histórica” entre os estudantes. Para isso, segundo as Diretrizes, o passado deve ser “compreendido em relação ao processo de constituição das experiências sociais, culturais e políticas do Outro”.

Com esse mesmo objetivo, as Diretrizes Curriculares orientam que os conteúdos relativos a “questões políticas e filosóficas emergentes”, entre elas o tema da diversidade étnico-cultural, devem ser “abordados pelas disciplinas que lhes são afins, de forma contextualizada, articulados com os respectivos objetos de estudo dessas disciplinas e sob o rigor de seus referenciais teórico conceituais.” (SEED-PR, Diretrizes Curriculares da Educação Básica. História. 2008: p. 24-26; 56-57)

Portanto, a partir da concepção de ensino proposta pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o conhecimento do “outro” – de outras sociedades no tempo e no espaço – e de suas experiências temporais deve ser um aspecto privilegiado no ensino de História. No caso da história dos povos indígenas, pode-se destacar a importância que esse tema assume para uma formação humana de respeito à diversidade cultural.

A forma como a história da sala de aula trabalha a diversidade cultural deve contribuir para o desenvolvimento de conceitos, reflexões e atitudes que ajudem os alunos a compreenderem e se posicionarem de forma adequada num mundo multi-cultural, em que as relações entre diferentes povos e culturas já fazem parte de nosso cotidiano e se intensificam a cada dia.

Nesse sentido, pode-se considerar que somente uma compreensão aprofundada do “outro”, que permita entendê-lo em toda sua complexidade, pode contribuir para a constituição adequada tanto de uma identidade social quanto da própria consciência histórica por parte dos estudantes.

Infelizmente, no que diz respeito à temática das sociedades nativas americanas, as narrativas dos livros didáticos analisados não se mostraram eficazes para uma adequada formação da consciência histórica, tendo em vista as limitações de abordagem que destaquei ao longo deste artigo.

Referências:

Fontes

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.



AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. *História em Movimento*. São Paulo: Ática, 2010, 2ª edição. (3 volumes)

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2010, 2ª edição. (3 volumes)

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva. PNLD 2009 a 2011. (Volume único).

SEED-PR. *História. Ensino Médio*. Publicação da Coordenação do Livro Didático Público da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2006. (3 volumes).

VAINFAS, Ronaldo et al. *História*. São Paulo: Saraiva, 2010, 1ª edição. PNLD 2012 a 2014. (3 volumes).

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História Geral e do Brasil*. São Paulo: Scipinone, 2011, 1ª edição. (3 volumes).

Bibliografia

CORRÊA, Maria Martinez; BELLOTTO, Manoel Lelo. **América Latina de colonização espanhola**. São Paulo: Hucitec, 1991.

FAVRE, Henri. **A civilização Inca**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

RÜSEN, Jörn. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino da História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SANTOS, Eduardo Natalino. **Deuses do México indígena**. São Paulo: Palas Atenas, 2002.

SOUSTELLE, Jacques. **Os astecas na véspera da conquista espanhola**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A LITERATURA DE LIMA BARRETO E O PRECONCEITO NACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Vanessa Kiara Rodrigues Milian
Universidade Estadual de Londrina

O autor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto, mais conhecido como Lima Barreto, vivera o período da transição do período monárquico para o republicano e apesar da pouca idade no período observou de perto a abolição da escravatura. O contexto histórico que o escritor esteve inserido o possibilitou analisar e registrar em suas diversas obras, suas impressões sobre o período.

Desde o Império, o Brasil estava vivendo um período de modernização buscando “civilizar-se” frente às nações tidas como “desenvolvidas”. Após a implementação da República, esta busca continuou e se intensificou, pois o governo tentava distanciar-se de seu passado escravista e monarquista de toda forma.

O Rio de Janeiro, por ser capital do país no período, sofreu grandes transformações, e José Murilo de Carvalho (1991) aponta que estas mudanças aconteceram em diferentes aspectos como o aumento de habitantes no período, seja pela migração de pessoas de outros estados, devido à imigração e também por causa do êxodo rural. Muitos dos recém-libertos que outrora trabalhavam no meio rural, tentaram buscar outra forma de viver na capital do país. O crescimento populacional que ocorreu na passagem da Monarquia para República e nas primeiras décadas do novo sistema político foi refletido no surgimento e no agravamento de novos problemas estruturais como aponta José Murilo de Carvalho:

Agravaram-se muito os problemas de habitação, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. [...] Os velhos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene viram-se agravados de maneira dramática no início da República com o mais violento surto de epidemias da história da cidade. (CARVALHO, 1991. p. 18-19)

A questão do emprego também se tornou um grande problema no período, pois além da não inserção dos libertos no mercado de trabalho, o aumento da imigração e a escassez de empregos adequados aumentaram o contingente do que se considerava “desocupados”, os quais não tinham condição de sobreviver adequadamente. O “brasilianista” George Andrews (1998) faz uma análise minuciosa da situação dos negros no mercado de trabalho desde o momento da abolição até a Constituição de 1988 e também considera como a abolição da escravidão não foi suficiente para inclusão dos recém-libertos na sociedade,

gerando assim outro problema que perpetua até hoje a nossa sociedade: a injustiça social e o racismo (ANDREWS, 1998). Contudo, é bom ressaltar que antes da abolição, o crescimento urbano já levava ao definhamento do trabalho escravo, assim como já existia uma política de imigração, resultante das mudanças das forças produtivas no país, o que demandava reestruturação do espaço urbano (SALLES, 1986, p. 21).

Andrews argumenta que, desde o início foi muito difícil combater o racismo no Brasil, pois legalmente falando, não existiu nenhuma lei que instituísse a segregação racial como aconteceu em outros países (ANDREWS, 1998, p. 23). No entanto, a partir do estudo da história do Brasil desde o meado do século XIX e o gradual processo de abolição da escravidão, é possível notar a exclusão social/étnica sofrida pelos recém-libertos. Muitos fazendeiros do período optaram pelo uso da mão de obra imigrante por se sentirem desconfortáveis negociando questões trabalhistas com seus ex-escravos. A República neste sentido

[...] em vez de acabar com as “distinções de classe e de raça”, como esperavam os republicanos negros de Campinas, a República iria solidificar o domínio do proprietário de terras e depois envolver em uma campanha nacional para “europeizar” o Brasil, uma campanha em que “embranquecimento” da população e a substituição da herança africana pela europeia assumiriam um papel proeminente. (ANDREWS, 1998, p. 90).

Mesmo após a abolição, os ex-cativos carregaram consigo a marca da escravidão, pois eles eram associados a uma imagem negativa do passado “a pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente, que lhe foi atribuída na visão daqueles que reconstruíam o país após a desmontagem do regime escravista” (WISSENBACH, 2012, p. 52). Por muito tempo, estes agentes sociais também foram excluídos da historiografia do período, sendo considerado como massa homogênea, segundo os autores com os quais trabalhamos. Há que ver também que havia o preconceito também aos “nacionais”, também considerados indolentes. Para Salles, devemos considerar que: “(...) nos limites da sociedade brasileira, habituada à relação social entre senhor e escravo, torvava-se extremamente difícil o aparecimento de um trabalhador que considerasse, de modo positivo, o ato produtivo como condição de liberdade”. (SALLES, 1986, p. 39).

Como já mencionado acima, embora os centros urbanos já fossem alvo de migrações antes mesmo da República, durante passagem do século XIX para o XX os espaços das grandes cidades ainda não eram tão segmentados como ocorreria gradualmente décadas depois. Era possível até então, encontrar diversos cortiços, pensões, casas compartilhadas por diferentes famílias, aumentando assim a densidade demográfica e os problemas de higiene consequente da precariedade destes espaços.

A epidemia de diversas doenças, as precárias condições de vida da população que vivia de forma aglomerada e principalmente o desejo de remodelação do país, fez com que inúmeros projetos almejassem novas formas de organização, sendo assim

conjuntamente com os projetos de remodelação urbanística e as demolições que dariam lugar à nova paisagem, os códigos sanitários elaborados nos inícios da República se voltam contra as formas coletivas de moradia, configuradas como centros irradiadores de epidemias, além de assegurar ao poder público o direito de intervenção no cotidiano de seus moradores e nos moldes de sua sobrevivência. (WISSENBACH, 2012, p. 105).

Percebemos então que a reestruturação dos espaços tinha incorporado um discurso higienista, mas na verdade esta dominação espacial afetava diretamente o cotidiano das pessoas, seus aspectos sociais e culturais, adentrando a vida particular destas. O movimento higienista Brasil não se limitava a propagar questões de higiene, pois carregava consigo um discurso social, moral e político. As campanhas higienistas, como aponta Maria Helena Patto, estiveram “sobretudo a serviço de dois projetos da classe dominante: superar a humilhação frente ao “atraso” do país em relação aos “países civilizados”, pela realização do sonho provinciano de assemelhar-se à Europa, e salvar a nacionalidade pela regeneração do povo” (PATTO, 2009, p. 178-179).

Dessa maneira, podemos compreender que as revoltas populares contra as políticas sanitárias e higienistas era também uma forma de protesto contra o modelo de denominação estabelecido pelo governo republicano, uma vez que estas políticas afetavam a vida das pessoas em diferentes esferas. A Revolta da Vacina de 1904 exemplifica a insatisfação das pessoas em relação a estas políticas sanitárias impostas pelo governo, à desconfiança, no entanto, não se restringia a campanha de sanitização encabeçada por Oswaldo Cruz e sim a “acelerada transformação no espaço urbano” que todas estavam assistindo (SCHWARCZ, 2012. p.65).

Patto ainda ressalta que os interesses políticos que rodearam a passagem do Império para República intensificaram a desqualificação dos pobres no novo sistema de governo. Esta desqualificação também ocorreu com o auxílio do discurso higienista do período, pois a questão da higiene era relacionada ao tripé: corpo – moral – trabalho. Em outras palavras, via-se como intrínsecos a falta de higiene, de moral com a “preguiça” do povo. Diante disso, como o novo mundo do trabalho requeria uma remodelação também da ideologia do trabalho, entendia-se que a higiene e o trabalho, formatariam um novo sujeito: o trabalhador honrado, capaz de criar a riqueza de uma Nação (SALLES, 1986, p. 42).

Podemos notar que as transformações da virada do século foram intensas no Rio de Janeiro, pois a capital além do grande contingente populacional e de possuir diversos problemas urbanos devido à proliferação de doenças e de moradias precária, buscava também ser palco de um novo modelo cultural vindo da Europa. A derrubada de inúmeros cortiços, estalagens almejava “homogeneizar vizinhanças e politizar os âmbitos privados à revalia das mazelas sociais” (MARINS, 2012, p.141). Se antes as habitações dos pobres eram espalhadas pela cidade, inclusive no centro, a partir da derrubada das mesmas fez com que esta população buscasse outros espaços e meios de sobreviverem e reconstituírem suas vidas. As opções não eram muitas, na verdade quase inexistentes, mas mesmo assim eles encontraram uma forma de reconstruírem suas vidas.

Para Salles, neste projeto republicano que tinha como meta o progresso, a classe política entendia-se como representante do avanço, da civilização, como aquela capaz de direcionar a sociedade para o rumo certo, “fazendo o uso do conjunto de regras e normas fornecidas pela ‘ciência’, a classe [dominante], enquanto agente político, deve aplicá-la à sociedade, conformando-a aos pressupostos teóricos capazes de promover o desenvolvimento histórico social no sentido do progresso” (SALLES, 1986, p. 43).

Maria Helena Patto aponta que “a submissão aos padrões da cultura dominante não é absoluta” e para poder de certa forma resistir a esta dominação, as pessoas apropriam-se

ativamente do discurso técnico que quer mudar os seus usos e costumes, normas e valores, atitudes e comportamentos ligados à tradição e à sobrevivência, como as práticas de criação de filhos, os padrões de relações familiares, os hábitos alimentares, os estilos de linguagem. (PATTO, 2009, p. 182)

No caso específico da reorganização da capital, a migração para os morros em volta da cidade foi o caminho encontrado para solucionar o problema habitacional vivido, mas também uma forma de resistência contra os padrões impostos por meio de políticas públicas. A reconstrução das casas era feita a partir de madeiras da demolição de suas antigas habitações, práticas permitidas pela prefeitura.

Na vizinhança da Cabeça de Porco, surgia a “Favela”, apelido que seria dado ao morro da Providência pelas tropas vindas de Canudos em 1897, as quais estacionaram ali e acabaram denominando o local desse nome por associação a plantas com favas, comuns tanto no morro carioca quanto nas cercanias do arraial de Antônio Conselheiro, o Belo Monte. (MARINS, 2012, p.141)

Este processo de “favelização” não foi um movimento isolado que ocorreu em determinado período, e sim uma ação gradual que se intensificou na medida em que as transformações dos espaços públicos

aconteciam. Se por um lado as derrubadas das antigas habitações populares ocorreram também para controlar o espaço privado, por outro, a mudança dos pobres para os morros dificultaram o controle do governo em relação a estes novos espaços.

Neste processo de mudança do centro da cidade, não apenas os edifícios foram derrubados, mas grande parte da população que ali circulava seja por negócios, por prazer ou por ser sua moradia, deveria ser retirada dali. Neste sentido, “a prioridade no embelezamento das ruas e artérias centrais e dos bairros ao sul principiava a mostrar a real dimensão da capacidade do poder público em readequar os padrões habitacionais” (MARINS, 2012, p.152), além da ambição de sanear e reconstruir uma nova capital para a República.

Dentro desta mesma perspectiva, outro movimento que fora fortemente divulgado e propagado na Primeira República – de forma mais intensa entre 1910 a 1920 – foi o movimento eugênico, o qual derivou de ideias vindas de outros países, mas o qual incorporou ideias próprias caracterizadas pela especificidade da história brasileira e a busca pela construção da formação de uma nova identidade nacional pós-abolição e pós-período monárquico.

Os primeiros trabalhos sobre este tema foram publicados no Brasil em 1910, entretanto a discussão sobre a miscigenação da raça²¹³, a composição da identidade e a “preocupação” a respeito do futuro do Brasil, aconteciam desde meados do século XIX, quando diversos viajantes, cientistas e intelectuais estrangeiros em viagem ao Império, por meio de teorias científicas e de suas visões sobre raça, constataam que o país teria um futuro desfavorável devido o seu quadro de diversidade cultural. “Para esses viajantes, uma conjunção de fatores climáticos e racionais, sobretudo a larga miscigenação, era mobilizada para explicar a suposta inferioridade do homem brasileiro”, sendo assim seria muito difícil para o Brasil atingir o *status* de “mundo civilizado” (SOUZA, 2008, p. 147).

Nas primeiras décadas do século XX, o discurso eugênico estava diretamente relacionado e dialogando com os movimentos sanitaristas e higienistas, mostrando assim uma preocupação intensa dos governantes em solucionar os “problemas” do país. Neste rol de problemas, eram apontadas as proliferações de doenças, as habitações inapropriadas, os comportamentos ditos como “anormais” – o alcoolismo, a loucura – além da preocupação constante em distanciar-se do passado escravista, o qual como herança deixa

²¹³ Adotamos aqui o conceito de raça no lugar de etnia para enfatizar o discurso do período sobre a inferioridade dos negros frente a população branca, pois esta era uma das ideias principais defendidas e propagadas pelo movimento eugenista.



uma grande população negra, esta que trazia consigo mazelas e que não condizia com o ideário de nação que o Estado buscava construir.

Diferentes de outros países, os eugenistas brasileiros, acreditavam que a miscigenação entre negros e brancos, pouco a pouco resultaria em uma “raça” mais branca – ou seja, aqui prevaleceu a ideia de branqueamento racial, e não de extermínio da “raça inferior”, embora ainda existisse uma hierarquia entre os grupos – o incentivo a imigração europeia é um exemplo desta crença.

[...] os eugenistas brasileiros acreditavam que através da miscigenação o Brasil conseguiria homogeneizar a raça nacional e integrar a nação de maneira passiva. Essa crença otimista quanto ao futuro do Brasil estava vinculada, de maneira geral, à tese sobre o branqueamento da população brasileira. Devido à intensa “mistura racial” que desde o período colonial vinha se processando entre brancos, negros e indígenas, a maioria dos intelectuais brasileiros acreditava que a nacionalidade embranqueceria num curto espaço de tempo. (SOUZA, 2008, p. 160).

Assim como as teorias higienistas e sanitaristas, as ideias eugenistas eram amplamente discutidas em diferentes espaços, dentro das Faculdades de Medicinas, em congressos sobre saúde e no meio jornalístico, e tinha também o respaldo de diferentes setores intelectuais do país – cientistas, médicos, juristas – os quais tinham um objetivo comum; a construção de uma identidade nacional brasileira.

Os movimentos disciplinadores no início da República justificaram uns aos outros, por meio de discursos legitimadores mútuos como discutido acima. Para Maria H. Patto, estes movimentos aconteceram de forma muitas vezes violenta uma vez que o “poder público brasileiro executava as leis e projetos de saneamento repetia a forma tradicional de relação entre dominantes” ratificando a desqualificação das camadas mais pobres frente aos grupos mais fortes.

As ações repressivas em nome das medidas higiênicas aprovadas nos congressos médicos eram realizadas quase sempre sob a coordenação do secretário de polícia, a quem cabia vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão aos infratores. A repressão grosseira, mais do que as sutilezas disciplinadoras, foi, portanto, o instrumento por excelência do movimento higienista brasileiro. (PATTO, 1999, 183)

A construção de uma nova identidade para o país, ou pelo menos a tentativa dessa, esteve relacionada com mudanças impulsionadas por estas políticas sanitaristas, higiênicas e por ideias eugênicas. Desta forma, era possível construir um imaginário a respeito do Brasil que a República almejava “criar”, assim como aquele que ela desejava se distanciar. Em conjunto com tais políticas, elaborava-se a ressignificação ética do trabalho, que então passa a ser considerado “ato enobrecedor por excelência” (SALLES, 1986, p. 57), o que

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

discrepava com o fato de que, na prática, os ex-escravos e os “nacionais”, eram considerados, por natureza, incapazes do trabalho produtivo. Ao buscar transformar súditos em cidadãos, havia também a necessidade de reestruturar os mecanismos de coerção políticos-jurídicos, bem como de criar um aparato educacional que resolvesse a suposta “ignorância do povo”, transformando-o apto ao trabalho. Contudo, “povo”, inicialmente dizia respeito aos nacionais e imigrantes, excetuando os libertos (SALLES, 1086, p. 66-68): “O sistema escravista e sua expressão – o escravo – eram sempre colocados como opostos ao progresso, como representantes do atraso da Nação” (SALLES, p.109).

No imaginário edificado neste período, podemos elencar diversos elementos; a busca dos republicanos em construir um país “civilizado e moderno” nos moldes estrangeiros, a associação negativa entre a incapacidade dos recém-libertos serem incorporados no novo universo trabalhista e principalmente o imaginário e ideário da República em constituir uma identidade nacional desassociando o Brasil do seu recente passado escravista e monarquista.

A ambiguidade entre o imaginário construído pelos republicanos e a realidade vivida por grande parte da população, gerou um agravante, por um lado foi neste período em que o novo modelo de governo se tornou uma “institucionalização cidadã” e o qual assistiu a “eclosão de uma série de movimentos sociais”. Mas por outro lado, foi quando diversos projetos científicos, pautado pelas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e baseados no determinismo racial “passaram a limitar biológica e cientificamente a ação do indivíduo e a própria noção de cidadania” (SCHWARCZ, 2012. p.61).

A esperança e a expectativa geradas pela abolição da escravidão e o discurso potencializado pela República de uma sociedade mais igualitária, foram substituídas pela nova realidade, a qual fora marcada fortemente pelo racismo científico:

Narizes, bocas, orelhas, cor de pele, tatuagens, expressões faciais e uma séries de “indícios” eram rapidamente transformados em “estigmas”, definidores da criminalidade e da loucura, considerada uma “epidemia”, disseminada por entre a população mestiçada. O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, dentre negros, mestiços e também imigrantes. (SCHWARCZ, 2012. p.63-64).

A associação entre a criminalidade e loucura, a mestiçagem e questões hereditárias eram elaboradas em diferentes esferas da sociedade, na questão biológica, pautada pelos médicos, sanitaristas e cientistas e reafirmada no discurso dos juristas e jornalistas.

Além destas questões, a República gerou algo relativamente inédito, se antes do fim do Império, alguns indivíduos por meio da educação recebida e sua conseqüente erudição conseguiam se distinguir dos

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

demais, a partir da abolição da escravidão assistiram uma parte da população ganhando a “cidade e a condição de liberto” e “muitos não admitiam ver-se confundidos e misturados com nefros e mulatos recém-saídos da escravidão” (SCHWARCZ, 2012. p.66).

Na verdade a abolição “aboliu” todo um complexo sistema de mecanismos sociais de distinção, tão próprios e necessários em uma sociedade de tipo estamental, o cuja diferenciação se dava por nascimento. Durante o Império, e pela própria natureza do regime escravocrata, previa-se a mobilidade e no limite a alforria, com o detalhe de que essa dirigia exclusivamente ao indivíduo. Significa dizer que a escravidão possibilitava por vezes a mobilidade individual, mas não social em maior escala. (SCHWARCZ, 2012. p.66).

Devido este caráter “flexível” do Império, do qual, as teorias raciais ainda não tinham sido proliferadas com tanta força, muitos acreditavam em um futuro melhor e que o progresso poderia englobar a todos. Sendo assim, com a materialização da República e as diversas transformações que vieram com ela, desde a reorganização dos espaços, a exclusão social sofrida por muitos negros e pobres e a própria intensificação de teorias raciais, fizeram com que o antigo sistema de governo fosse lembrado por muitos com certo saudosismo e a governo republicano como retrocesso.

Entretanto, apesar da expulsão dos pobres dos diversos espaços públicos em prol da modernização do Rio de Janeiro e da busca incessante da República para inserir-se no movimento da *Belle Époque* europeia, os marginalizados do sistema continuara seguir sua vida, inventam e criavam formas de sobrevivência como aponta José Murilo:

Mas, se o novo Rio criando pela República aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas vindas do Império, continuavam a viver, renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas. (CARVALHO, 1991, p. 41)

As diferentes formas de resistência, como a mudança de suas habitações das regiões centrais para os morros, as denúncias feitas por escritos do período em relação à marginalização dos pobres e dos ex-cativos demonstram que a Primeira República foi um período complexo, o qual transformou a vida das pessoas de diferentes camadas, desde o espaço que elas deveriam habitar, até o imaginário construído para cada grupo.

Apesar de Lima Barreto ter tido uma trajetória de vida peculiar, pois apesar de sua condição social e étnica, conseguiu estudar e chegou a cursar engenharia na Escola Politécnica do Colégio Paula Freitas custeada pelo protetor da família o Visconde de Ouro Preto. Entretanto “após ter sido reprovado em Mecânica e vendo-se obrigado a assumir a responsabilidade pela sobrevivência da família, Lima Barreto

abandona a Escola Politécnica” (ENGEL, 2008. p.15) e se inscreve e é aprovado para o cargo de amanuense na Diretoria do Expediente da Secretaria de Guerra em 1903.

Lima Barreto, no entanto, sofreu a frustração de não ter vivido apenas de seu trabalho como literato, pois devido à condição financeira de sua família, sobretudo a partir da doença do pai, o autor se viu impedido de viver apenas da sua atividade intelectual e literária. Apesar de dividir-se em suas diversas ocupações e projetos, Lima Barreto teve uma produção muito intensa, observou atentamente as mudanças que o cercavam, desde a mudança física e geográfica que passava a capital até as mudanças sociais acarretadas pela “busca da civilização”.

A remodelação da cidade esteve longe de ser um processo consensual e tranquilo, por mais que, ao final, uma das consequências seria por fim às epidemias que matavam milhares de pessoas [...]. Os preços sociais foram altíssimos. Os motivos ou motivações nunca foram neutros, por mais que fosse isto que quisesse fazer crer. (ANGELIM, 2008. p.20)

A remodelação do Rio de Janeiro em seus diversos aspectos, como já dissemos, por um lado foi justificada pela necessidade de higienizar a cidade visando evitar e acabar com diversas doenças que assolavam a população, e por outro, o mais criticado por Lima Barreto, aconteceu por uma questão estética de importação e incorporação de um ideário exterior a realidade brasileira. O escritor observava que a remodelação da capital muitas vezes acontecia de forma invasiva, desrespeitando a história do Rio de Janeiro e esta opinião fora expressa em suas crônicas:

[...] Eu não me atrevo mesmo a dar opinião sobre a retirada das grades do Passeio Público. Hesito. Mas, uma coisa que ninguém vê e nota é a contínua derrubada de árvores velhas, vetustas fruteiras, plantadas há meio século, que a aridez, a ganância e a imbecilidade vão pondo abaixo com uma inconsciência lamentável. Nos subúrbios, as velhas chácaras, cheias de anosas mangueiras piedosas tamarineiros, vão sendo ceifados pelo machado impiedoso do construtor de avenidas. [...] (BARRETO, 1961, p.87-88).²¹⁴

Podemos observar no fragmento acima e em tantas outras crônicas do autor, o seu sentimento e sua crítica em relação às políticas públicas do período, as quais não respeitavam a história da cidade e marginalizava compulsoriamente a maior parte da população. “Lima Barreto detectou as contradições que atravessavam o processo de urbanização e o desenvolvimento do capital industrial e financeiro no Brasil” (ANGELIM, 2008. p. 27) e sempre que possível, denunciava estas incoerências publicamente.

O questionamento do autor em relação à modernização do país o fez constatar que a “civilização” tão almejada pelo governo não era um artifício que beneficiava a todos e nem tão pouco o “progresso”

²¹⁴ Parte da crônica *A Derrubada*, publicada pela primeira vez no Jornal *Correio da Noite*, em 31 de dezembro de 1914.

objetivado era universal, pois tanto um elemento quanto o outro eram excludentes e apenas favorecia uma parcela pequena da população. Lima Barreto constatou então que, apesar dos anos, a República fora de fato excludente.

Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República. [...] Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade. Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para reconstrução da avenida Beira-Mar, recentemente esbarrachada pelo mar. Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi. Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? (BARRETO, 1921)²¹⁵

Mesmo após três décadas de República, o autor não conseguiu ver com entusiasmo a situação em que o Brasil se encontrava, pois a miséria segundo Lima Barreto ainda era latente, e tudo que fora construído era apenas estético e não alterou a situação real do país.

Schwarcz aponta que Lima Barreto “denunciou como poucos as falácias da modernidade, a violência das práticas policiais, os costumes importados, as modas fúteis e os processos acelerados de exclusão social” (SCHWARCZ, 2012, p.68) isto porque o autor além de observador atento das transformações do período, como qualquer escritor, estava imerso no universo o qual retratava e sua trajetória de vida estava estritamente relacionada com República que analisava.

As observações, críticas e reflexões de Lima Barreto não se restringiram as mudanças estéticas sofridas pela capital, as políticas higienistas, sanitaristas e o movimento eugênico também eram alvos de seus escritos. Este último, como aponta Schwarcz, afetou diretamente a vida do escritor e foi um assunto o inquietou durante toda sua existência, pois de um lado Barreto questionava o modelo de cidadania que era imposto pela República e denunciava a situação precária dos pobres e negros, por outro muitas vezes acreditava que a sua condição de negro é que o impedia de ter o reconhecimento almejado, lamentando algumas vezes o fator de ter nascido mulato.

Talvez essa “multivalência” que Lima Barreto sentiu na pele explique não exatamente uma contradição ou um recuo do autor negro-mestiço em relação à massa popular dos negros e mestiços, mas sim sua consciência, talvez nem tão clara para o próprio Lima Barreto, de que a promoção social de negros e mestiços no Brasil dependia da agregação de variáveis positivas, como pela educação civil. (SCHWARCZ, 2012. p.72)

²¹⁵ Fragmento da crônica *15 de Novembro*, publicada inicialmente na revista *Careta* no dia 26 de novembro de 1921.

Apesar da sua oposição constante contra a República, o escritor não pode ser taxado como monarquista²¹⁶. Em várias passagens de suas obras, Barreto retratou que desde a materialização República como sistema político, ocorreu dentro de um meio restrito, sem nenhuma comoção popular, diferentemente da abolição da escravidão, assinada no ano anterior. Além deste fator, o autor “sentiu na pele” que o novo sistema de governo não mudou a condição social dos pobres e negros, pelo contrário, acabou por acentuar a marginalização destes, seja pela falta de políticas que beneficiavam estes grupos, ou por causa das teorias “científicas” que ratificavam certa inferioridade destas camadas.

Entre muitos assuntos discutidos no período republicano, de como construir uma sociedade mais “organizada” e menos “atrasada”, temas referentes ao comportamento das pessoas eram cada vez mais recorrentes, dentro destes, a loucura e o alcoolismo eram debatidos.

Temas como loucura andavam em voga, e, sobretudo num país mestiçado, não eram poucos os teóricos que defendiam teses sobre a maior incidência de casos numa nação de raças em desequilíbrio, e o manicômio parecia ser seu grande laboratório. (SCHWARCZ, 2012. p.76)

Como já discutido antes, o movimento eugênico brasileiro acreditava que estes comportamentos – tidos como patologias – poderiam ser hereditários e deveriam ser combatidos. Lima Barreto estava imerso neste universo, seu pai fora diagnosticado com distúrbio de comportamento, ou seja, fora tido como louco, e o próprio autor durante sua vida adulta tivera muitos problemas com alcoolismo. Além deste fator, enquanto seu pai era considerado saudável, ele trabalhou na colônia dos alienados e Lima e seus irmãos desde pequenos tiveram contato com este universo da loucura.

O problema com o álcool e a alucinações decorrentes ao uso excessivo da bebida culminou nas diversas internações no Hospício Nacional de Alienados. Nos períodos em que estivera internado, Barreto continuou a escrever e refletir sobre sua própria vida e seu futuro. Constatava com medo, que poderia ter herdado a loucura de seu pai:

Sua história pessoal parecia repetir o que as teorias raciais da época, e os prognósticos mais negativos e deterministas, apontavam: não se escapava da raça da origem e dos seus estigmas. Afinal, segundo as teorias da degeneração, indivíduos miscigenados carregariam “vícios” das duas raças que as formavam. Estabelecia-se uma correlação clara entre raça e doença mental, e se a loucura não tinha uma única raça, negros e mestiços estavam mais predispostos a ela, na medida em que eram entendidos como intelectualmente inferiores. (SCHWARCZ, 2012. p.76- 77)

²¹⁶ Lima Barreto durante a década de 1910 envolveu em diversos movimentos anarquistas e apoiava abertamente as causas operárias.

Esta constatação, no entanto não era gratuita, ela estava intimamente relacionada às teorias raciais amplamente divulgadas e aceitas que circulavam a sociedade brasileira no início do século XX. Lima Barreto assim, desde sua infância até a sua morte viveu intensamente a contradição entre ser um intelectual “letrado” e sua origem social e justamente estes fatores que fizeram de seus textos um conjunto rico e de certa forma um testemunho da República em suas primeiras décadas de formação.

Adentrando agora mais especificamente nas características de suas obras, Nádía Maria Weber Santos (2011) analisa o ato combativo de Lima Barreto e o relaciona a sua condição social e a exclusão sofrida pelo mesmo em vários aspectos. Esta exclusão fora sofrida dentro do meio intelectual o qual muitas vezes apontou a literatura do escritor como autobiográfica, a exclusão sofrida diante do novo sistema político brasileiro, seja por sua origem racial ou social e por não se enquadrar na literatura dominante da época.

Ele encontrava em sua experiência marginal, em sua sensibilidade de escritor e, não menos importante, nas ruas do Rio de Janeiro, uma forma de expor o momento social, cultural, político e econômico pelo qual passava o Brasil. Era um momento de passagem, uma transição, que anos depois seria pensado, também, a partir de suas obras. Sua vida, marcada por sentimentos de profunda solidão e de exclusão, foi matéria prima para seus escritos, não obstante o literato tenha extrapolado estes sentimentos para dar forma a uma forte obra literária. (SANTOS, 2011, p.4).

A frustração por não ter se dedicado apenas a sua paixão de escritor, os problemas financeiros que o acompanhou durante a vida toda e marginalização sofrida devido a sua condição racial marcaram as obras do autor, estas que têm uma linguagem simples e tratam sempre de personagens tão comuns, tão cotidianos.

O caráter urbano, o realismo social está presente nos escritos do escritor, mas principalmente a sua origem social é refletida em sua forma de pensar. Lima Barreto tentou a vida inteira dissociar o conceito de inteligência relacionada à condição social, entretanto “a violência da sociedade brasileira que, pelo preconceito, restringe as possibilidades de vida aos negros e aos seus descendentes, está presente em toda obra de Lima Barreto” (MACHADO, 2002, p.57).

Lima Barreto durante sua trajetória considerou a literatura como objeto máximo de sua vida, introduziu ao campo a temática social, a militância literária e vivenciou a própria transformação da imprensa e se tornou um grande colaborador de jornais com cunhos sociais e políticos. O autor buscou estabelecer o papel entre o intelectual e seu público, por meio de uma linguagem clara e uma escrita simples além do seu posicionamento claro em relação à República como podemos observar no fragmento a seguir:

Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário, [...] quando me disseram que se havia proclamado a república.

Não tinha naqueles tempos outras cogitações que não fossem de glória, a de grande, imensa glória, feita por mim sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal de república, tinha sido feita, espalhava pelas ruas, soldados embalados, de carabinas em funeral. Nunca mais a estimei, nunca mais a quis. Sem ser monarquista, não amo a república. João Ribeiro disse-me, certa vez, que a república era a cultura da perda; pois sou como o senhor João Ribeiro; nunca houve anos no Brasil em que os pardos, os malditos do seu Haeckel, fossem mais postos à margem. (BARRETO, 2004, p.174)²¹⁷

Além deste aspecto militante, Lima Barreto, segundo Sevcenko (2003), traz a literatura uma originalidade a qual não distingue estilos literários, elevando assim seus escritos um caráter combativo, social, além da busca pelo estético. Barreto conseguiu assim discutir uma amplitude de temas diversos, mas sempre se ocupou do cotidiano, as baixas camadas sociais, as transformações dos ambientes, ou melhor, do Rio de Janeiro. Elementos estes que são importantes para o estudo historiográfico do período, segundo o historiador:

O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significado muito peculiares. Se a literatura moderna é uma fronteira extrema do discurso e o prosaísmo dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer a si a revelação dos seus focos mais candentes da tensão e mágoa dos aflitos. Deve traduzir no seu âmago mais um anseio de mudança do que os mecanismos da permanência. (SEVCENKO, 2003, p. 29).

Por fim, o escritor carioca, neste sentido, deixou uma obra muito vasta, caracterizado como um grande cronista e romancista social qual colocou como protagonistas de seus romances personagens viviam a margem do sistema, assim como suas vivências. Com seu estilo simples e ao mesmo tempo muito crítico, por meio de suas crônicas, posicionou sua visão de mundo e suas reflexões acerca da Primeira República.

Referências bibliográficas

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo: (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

ANGELIM, Daniel. Lima Barreto e a cidade do Rio. In: ENGEL, Magali Gouveia. **Crônicas cariocas e o ensino de história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

²¹⁷ Fragmento da crônica *O Momento* publicada inicialmente no *Jornal Correio da Noite* no dia 3 de março de 1915



BARBOSA, Francisco de Assis. **A Vida de Lima Barreto (1881-1922)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

BARRETO, Lima. **Marginália: artigos e crônicas**. São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 38-39

_____. 15 de novembro. **Revista Careta**, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 701, p. 01, 26 nov. 1921. Acervo da Biblioteca Nacional.

_____. O momento. In: VALENÇA, Rachel. **Toda crônica: Lima Barreto**. Apresentação e Notas: RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro: Agir, 2004f. v1. p.174.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia da Letras, 1991.

ENGEL, Magali Gouveia. **Crônicas cariocas e o ensino de história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto: Um pensador social na Primeira República**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança, limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In. NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil v.3. República: da Belle Époque à Era do Rádio**. Companhia das Letras, São Paulo, 2012. p.130- 214.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**. [online]. 1999, vol.13, n.35, pp. 167-198. ISSN 0103-4014.



SANTOS, Nádía Maria Weber. **Lima Barreto muito além dos cânones.** In Dossier Thématique : Brésil, Questions Sur Le Modernisme / Dossier temático: Brasil, cuestiones sobre el modernismo Artelogie, Primavera 2011 no. 1 p. 230-260.

705

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada.** O Partido Republicano Paulista e a política e mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: HUCITEC, Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SCHWARCZ, Lilia. Moderna República velha: um outro ano de 1922. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, n.55, p.59-88, Set 2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, Vanderlei de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**; Rio de Janeiro, p. 146- 166, 2008.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In. NOVAIS, Fernando; SEVCENKO, Nicolau. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil v.3. República: da Belle Époque à Era do Rádio.** Companhia das Letras, São Paulo, 2012. p.49-130.

A MILITÂNCIA COMO SEDUÇÃO: OS CAMINHOS POLÍTICOS DE MANOEL JACINTO CORREIA

Verônica Karina Ipólito

Unesp-Assis/SP

Financiamento: Capes

Manoel Jacinto Correia se destacou no campo da militância política por se tornar um dos principais líderes comunistas do norte do Paraná. O seu envolvimento com o PCB é resultado da busca por um ideal revolucionário no intuito de projetar os seus sentimentos e emoções, seus anseios e temores. A convivência com companheiros de partido pertencentes ao Comitê Central de Londrina (como o Dr. Newton Câmara, Dr. Milcíades Pereira da Silva, Bento Paiva, Almo Saturnino e Gerson Monteiro de Lima) e principalmente com os militantes comunistas de projeção nacional (Jacob Gorender, Gregório Bezerra, João Saldanha) mostra como foi possível à abertura dos quadros do PCB, a partir do processo de democratização que resultou na legalidade do partido em 1945 até a sua proscrição em 1947, mas também revela hierarquias e desentendimentos entre os próprios militantes, bem como o reflexo das escolhas de Manoel Jacinto na vida de parentes e amigos.

Manoel Jacinto nasceu em 1917, natural de Paraíba do Norte, no estado do Ceará, era filho de José Jacinto Correia e Maria Joana Correia. Decidiu abandonar o lar porque seu pai que era cego e dependia de ajuda popular para sobreviver, o surrava sempre quando o dinheiro, fruto do pedido de esmolas e doações, não entrava. (ADUM, 2002, p. 111)

Casou-se com a costureira Ana Pereira Correia, popularmente conhecida como “Anita”, a qual apesar de não apoiar integralmente suas atividades no partido, também se converteu em ativista política ao fundar a Associação Feminina de Londrina, entidade que primava pelos direitos da mulher. Foi pai de 11 filhos e ao longo de sua trajetória se consolidou como um dos pioneiros do PCB no norte do Paraná, empreendendo lutas de cunho social até meados dos anos de 1970. (ADUM, 2002, p. 111)

Da mesma forma que inúmeros migrantes, muitos dos quais também nordestinos, Manoel Jacinto se fixou no setenrião do Estado atraído pela propaganda de terras férteis da região. Não alcançando o objetivo de conseguir um lote de terra, passou a residir em Londrina desde fins do ano de 1945, exercendo, inicialmente, a profissão de pedreiro. Dois anos mais tarde, foi eleito vereador da cidade pelo Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste ano não pôde ser candidato pela sigla do PCB pelo fato do partido ter sido proibido de participar da vida democrática, o que incluía o impedimento de lançar candidatos ao pleito eleitoral. Ainda assim, contribuiu como militante do PCB entre os anos de 1940 e 1950.

A análise da trajetória da militância política de Manoel Jacinto Correia no norte do Paraná, a convivência com colegas do partido e os impasses da família e amigos em relação às suas atividades partidárias é um tema cuja pesquisa somente se tornou viável em razão de mudanças no campo da escrita da História. O prestígio dos estudos centrados na área da História Política é tributário da renovação das abordagens de pesquisas nas ciências sociais. A incorporação de elementos teóricos e metodológicos da antropologia permitiu a ampliação da compreensão do político para além das esferas institucionais, acrescentando as atitudes, os valores e as ações de indivíduos como comportamentos a serem analisados nas abordagens dessa natureza.

Outro aspecto a ser considerado é a “renovação” pela qual passou a História Política desde os anos de 1970, concentrada na adoção das dimensões subjetivas do político. Este redirecionamento contribuiu para o aprofundamento dos estudos centrados nessa área. Rodrigo Patto Sá Motta (1996, p. 92) identificou o “redespertar” da História Política em duas vertentes de pesquisa. Por um lado, uma renovação, ainda que tímida, dos enfoques sobre objetos tradicionais da política. Os adeptos dessa tendência dedicaram-se a analisar as práticas coletivas e comportamentos sociais, se distanciando da perspectiva tradicional do político, mais concentrado nas elites e no Estado. Por outro lado, estão os esforços de pesquisadores interessados em apagar os últimos vestígios da História Política tradicional ou *événementielle*, enfocando suas pesquisas na exploração de novos objetos. Essa tendência visa encontrar as relações de poder na manifestação do inconsciente, nas representações e nos valores do comportamento humano. A identificação de ao menos duas grandes tendências dentro da “Nova” História Política indica que o fenômeno de “renovação” não ocorreu de forma unilateral e homogênea.

Ao abordarmos a trajetória da militância comunista de Manoel Jacinto Correia objetivamos, neste texto, evidenciar, ainda, a configuração social na qual ele estava inserido, seus conflitos e contradições interligados a um contexto de mudanças em âmbito nacional e regional no período em questão.

O recorte temporal da pesquisa segue um eixo bem definido: 1945-1953, momento em que o norte do Paraná foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra como foram os casos da Guerra de Porecatu, a Revolta do Sudoeste e por uma luta política cotidiana nas cidades sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra, do processo de legalização

do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos. A participação de Manoel Jacinto nessas agitações, ora se fazendo presente como ocorreu na Revolta de Porecatu, ora agindo nos bastidores ao entregar panfletos na madrugada londrinense, o tornaram visado pela polícia política que chegou a fichá-lo²¹⁸ e aprisioná-lo diversas vezes. Ainda que considerado um período de abertura política, competia à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem social estabelecida. A ideia e o pensamento eram os objetos de censura e de investigação. Nessa perspectiva, o órgão censor apresentava-se mais eficaz. Entidades, instituições e principalmente militantes passaram a ser alvo de vigilância permanente, tornando-se objeto de investigação policial.

Para essa análise, o artigo estará dividido em dois momentos: primeiro, a análise das divergências no interior do PCB, no qual se evidenciou uma divisão interna do partido no Paraná, as discussões sobre o envolvimento de comunistas na Revolta de Porecatu e o posicionamento de Manoel Jacinto em relação a este litígio; e, por fim, as privações pelas quais Manoel Jacinto, seus familiares e amigos se submeteram. Tal adesão à militância está imersa na crença do que Raoul Girardet (1987, p. 101) denominou de “Idade de Ouro”, ou seja, na concepção de que por uma luta revolucionária chegaria o momento no qual os problemas e contradições entre as pessoas seriam equacionados, eliminando a cobiça, os conflitos e os desníveis sociais.

1. O “campo” político como um “campo” de lutas: as divergências no interior do PCB

Os poucos trabalhos que se debruçaram sobre o PCB no norte do Paraná, afirmam que este partido passou a existir no estado após 1930, mais precisamente depois de 1945, quando da I Conferência Estadual que levou à direção do PCB no Paraná os comunistas, como Meireles, Walfrido Soares de Oliveira, Dario, Jacob Schmidt e outros, que construíram a história do partido no Estado (GONÇALVES, 2004). Segundo depoimento do militante comunista Hermógenes Lazier (2008, p. 172), existia dois comitês estaduais no Paraná, um fato inédito comparado com o restante do país. Esses comitês estaduais estavam organizados da seguinte forma: o do sul, localizado em Curitiba e influenciado pelo PCB de Santa Catarina; e, o do norte, sediado em Londrina e muito mais próximo dos comunistas paulistas, principalmente de alguns dirigentes, como João Amazonas e João Saldanha. Como mencionado anteriormente, um dos principais líderes no norte

²¹⁸ A ficha nominal de Manoel Jacinto Correia encontra-se no Arquivo Público do Estado Do Paraná. Cf.: FUNDO DOPS. Ficha nominal de Manoel Jacinto Correia. Ficha n. 9.812. Pasta n. 2.543. Cx. 422.

do Paraná foi Manoel Jacinto Correia. No entanto, como afirma Hermógenes Lazier (2008, p. 173), a aproximação do comitê comunista de São Paulo com o norte do Paraná ultrapassava os interesses políticos.

Segundo Lazier (2008, p. 173), desde 1945 toda a produção de café do norte do Paraná era destinada ao porto de Santos (SP) em vez de ser encaminhada ao porto de Paranaguá (PR). O que espanta o militante comunista é o fato do PCB não encabeçar uma luta contra a rota do café até o porto de Santos, uma vez que os impostos atribuídos ao produto comercializado, naturalmente iriam para os cofres paulistas. Em sua visão, os paulistas (inclusive militantes) ainda viam o Paraná como uma extensão paulista: “a coisa é tão séria nessa briga entre São Paulo e Paraná que a estrada de ferro, que vinha de Apucarana a Curitiba, que poderia ser construída em cinco anos, levou vinte, devido a inúmeras sabotagens” (LAZIER, 2008, p. 173). A queixa de Lazier, que pertencia ao comitê do PCB de Curitiba (PR), era a de que o comitê de Londrina estava mais vinculado aos paulistas e que isso impedia o relacionamento entre os dois comitês paranaenses: “a regional do Norte relacionava-se mais com São Paulo do que com o pessoal daqui.” (LAZIER, 2008, p. 173)

Na década de 1940 várias famílias oriundas do interior de São Paulo, Minas Gerais e do nordeste migraram para a região norte do Paraná, atraídas pela nova política de terras implementada pelo governo Vargas e conhecida como Marcha para o Oeste. Esse projeto visava não apenas a mera ocupação territorial, mas defendia um plano de identidade nacional. A ocupação territorial encabeçada pelo Estado Novo também tinha o objetivo de consolidar uma nova sociedade democrática e robustecer o sentimento de identidade nacional.

Tal concepção geopolítica tornou-se fundamental para a ocupação desses territórios. Criou-se a imagem de espaços “vazios”, o que atualizava o conceito de “sertão”, utilizado por Euclides da Cunha para especificar as localidades “abandonadas” pelo poder estatal. O preenchimento desses espaços desconsiderava a existência de nativos e outros povos que ali residiam ao mesmo tempo em que criou agências destinadas a planejar e implementar a ocupação desses territórios. No intuito de encobrir tais áreas foi lançado em 1940 o projeto da “Marcha para o Oeste”, o qual primava por arquitetar um plano de integração democrática para o Brasil. Ainda assim, vários historiadores fortalecem a concepção de “vazio demográfico” ao utilizarem em suas análises a perspectiva de que não havia populações indígenas na região meridional e sudeste do país, afirmando que tais áreas foram ocupadas postumamente por imigrantes europeus e empresas de colonização imobiliária. (MOTA, 1994; MOTA, 2004; HOLTZ, 2001)

As primeiras tentativas de empreendimentos colonizadores por iniciativa privada no norte do Paraná ocorreram na década de 1920, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) planejava desmatar a região visando o cultivo de algodão para exportação. Com o insucesso deste projeto a empresa optou por repartir a terra e disponibilizar grandes lotes à venda. No entanto, o *crash* de 1929, acompanhado da Revolução Constitucionalista de 1932 e do início da Segunda Guerra Mundial afugentaram os investidores e conduziram a CTNP a realizar uma nova divisão a qual privilegiou o parcelamento em pequenos e médios lotes. Essa oportunidade atraiu “colonizadores” e “aventureiros”, contribuindo para o crescimento de Londrina, então conhecida por “Pequena Londres”, a qual passou à condição de município em 1934 e transformou-se em Comarca em 1938. (FERNANDES, 2013)

As representações de Londrina como o “Eldorado” e “Terra da Promissão” incentivou a vinda de pessoas de todo o país e mesmo do exterior. Entretanto, as promessas foram maiores que as oportunidades de trabalho, fato que resultou na marginalização e miséria de parte da população no campo ou na cidade. Era comum a elite da época separar os imigrantes e migrantes em dois grupos: os “trabalhadores” e os “marginais”, sem levar em consideração os problemas e as faltas de oportunidades que os atormentavam. Muitas vezes, para se sustentar, alguns pais de família “honestos” eram levados a exercerem tarefas “marginais” e, por isso, tornavam-se alvos da vigilância e repressão do poder público. (HOLTZ, 2001, p. 32)

Concomitante à oferta de terras da CTNP o Interventor Manoel Ribas iniciou já no momento de sua posse ao Governo do Paraná, em janeiro de 1932, a campanha estadual de ocupação da região setentrional. Tais terras, conhecidas como devolutas, apenas deveriam ser concedidas mediante a comprovação de que o local seria utilizado para “cultura efetiva e moradia habitual”, em conformidade com a Lei Estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892. (FERNANDES, 2013, p. 42)

Muitas famílias que não conseguiam obter a posse de terras por um valor acessível ou simplesmente sem terem quaisquer condições financeiras tentavam consumir a propriedade de um lote de terra devoluta. Neste caso, “o interessado ocupava uma área, entrava com um requerimento à Comissão Mista de Terras, com o compromisso de derrubar a mata, produzir e recolher os impostos durante seis anos para então obter o título definitivo da propriedade”. (FERNANDES, 2013, p. 42)

Mediante as possibilidades apresentadas, tanto dos lotes ofertados pela CTNP quanto das terras devolutas, iniciou-se um processo desordenado de ocupação, fato que proporcionou o surgimento de diversos conflitos, entre os quais os mais comuns eram os impasses entre posseiros e grileiros: os primeiros, que ocupavam os lotes apoiados pelas demandas legais previstas pela Comissão Mista de Terras e os

últimos, os quais utilizando métodos diferenciados, como o uso da violência ou a falsificação de documentos, estavam a serviço de grandes fazendeiros interessados na expansão de suas propriedades na busca de novas terras para o cultivo do café, produto que se sobrevalorizou no mercado internacional após o encerramento da Segunda Guerra.

Em meio a este cenário de tensões e conflitos pela posse de terras na região setentrional do estado do Paraná, emerge uma das insurreições mais notórias deste período, alcunhado pela historiografia como “Revolta de Porecatu” (1948-1951). A singularidade dessa agitação certamente está concentrada no fato do PCB tê-la adotada como uma primeira experiência no campo de tentativa de implantação do projeto revolucionário comunista. O ponto de apoio para as atividades do partido era a cidade de Londrina, localizada a 90 km da área em litígio. Líderes comunistas reconhecidos nacionalmente como Gregório Bezerra e João Saldanha visitaram a região e em conjunto com o Comitê Central de Londrina – instalado na cidade em 21 de junho de 1945 e cuja uma das principais lideranças era Manoel Jacinto Correia – encabeçaram este projeto ambicioso, o qual recebeu apoio, mas também críticas dos próprios quadros do PCB.

O comitê de Londrina, por sua vez, é analisado por alguns historiadores como um órgão que atuava em uma região essencialmente agrícola, visto que no início da década de 1950, Londrina possuía o equivalente a 70.000 habitantes, sendo que desses, somente 39.000 viviam na área urbana (ADUM, 2003, p. 3). A construção do pensamento de que o campo representaria um “atraso” desde a segunda década do século XX (PRADO JUNIOR, 1966), pode ter interferido na visão de muitos militantes comunistas, sobretudo de grandes centros como Curitiba e São Paulo, que passaram a enxergar no norte do Paraná uma região agrícola, despreparada e que deveria receber assistências de outros comitês. Até então, as preocupações do PCB no país estavam voltadas para atividades urbanas e movimentações do operariado. As poucas tentativas de atuação do partido em áreas rurais ocorreram em momentos localizados, quando, por exemplo, em 1927 foi criado o Bloco Operário e Camponês (BOC), o qual não teve políticas significativas voltadas para o campo.

O ex-militante e historiador Jacob Gorender relata que em fins dos anos de 1940 a início de 1950 a composição dos quadros da base no norte do Paraná era de “militantes camponeses, gente radicada no campo e elementos da cidade de Londrina”. Sobre Manoel Jacinto, Gorender afirma: “não sei até onde ele cursou, não deve ter ido muito longe”. A visão de Gorender, que à época visitou algumas vezes a região e manteve contato com Manoel Jacinto, era a de consolidação de um comitê formado, em grande medida, por

peças provenientes ou que ainda residiam no campo, muitos imigrantes e nordestinos. Quando a Revolta de posseiros de Porecatu explodiu no norte do Paraná, o PCB procurou aproveitá-la para “tornar aquilo uma base permanente de luta armada e estendê-la, formar ali uma espécie de território libertado.” (ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 02-03; 06)²¹⁹

Em função da oportunidade vista pelo PCB em instalar na região uma espécie de “comunismo rural”, o partido designou “um militante do Rio para dirigir o comitê de Londrina e um membro do comitê central, o Celso Cabral”. Além disso, a autonomia do diretório londrinense foi retirada e “toda a região do norte do Paraná, incluindo Porecatu, ficou subordinada à orientação do Comitê Estadual de São Paulo, cujo primeiro secretário, em 1951, era Carlos Marighela”. Toda essa movimentação deixou clara que a atuação do PCB na região não se tratava apenas de assistência, tampouco somente no interesse na libertação daquelas terras e na reintegração de posse às pessoas que há anos residiam na área. (APTU. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 03)

Nesse ponto, é possível concordar com Pierre Bourdieu (1989, p. 164), para quem a ideia do pensamento simbólico é tão importante quanto o pensamento material. Em sua visão, o político pode ser compreendido como um “campo de forças” e, portanto, como um “campo de lutas”. A noção que envolve os “campos” (político, religioso, econômico etc.) está relacionada ao poder. Nesse sentido, o campo político “é o lugar em que geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos (...), conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’.” (BOURDIEU, 1989, p. 164)

No que se refere ao poder, principalmente no interior do que se convencionou chamar de Nova História Política, René Rémond (2003, p. 444) é taxativo quando afirma que a “política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder” (RÉMOND, 2003, p. 444). Ao que tudo indica, o interesse do PCB na Revolta de Porecatu estava irrestritamente voltado em alcançar o poder. O partido não contava com “nenhuma experiência” e não havia “especialistas agrários realmente capazes”. O argumento central que motivou o PCB a se aventurar em conflitos por terras no norte paranaense se justificava por apontamentos gerais: “a ideia primeira era manter os posseiros nas suas posses. Impedir que eles fossem despejados. Impedir que o poder e as autoridades do estado constituído voltassem a Porecatu. Manter aquilo defendido pelos guerrilheiros”. (APTU. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 04)

²¹⁹ A fim de simplificar a redação, essa fonte será sempre referenciada, neste trabalho, por suas iniciais, isto é APTU.

Apesar da participação do PCB, de seus planos para a área litigada e da visão que nutria sobre Manoel Jacinto, Jacob Gorender considera a experiência de Porecatu como fracassada, seja porque o partido não atingiu seus objetivos de implantar o comunismo na região e torná-la uma área de libertação nacional, seja porque os “posseiros, [sob] pressão (...), aliciamento e pelas promessas feitas [pelo governo estadual Munhoz da Rocha], começaram a fraquejar e alguns começaram a aceitar (...) compensações financeiras e terras noutros lugares”. Gorender reitera que o PCB forneceu à região de Porecatu instrumentos tanto teóricos (cursos para os dirigentes locais e homens do comitê nacional que se dirigiram para a região em conflito), quanto logísticos (“armas, esconderijos, alimentos, remédios”), além de reiterar a importante atuação de Manoel Jacinto, ainda que este não tivesse uma formação acadêmica como parte significativa das lideranças do partido. (APTU. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 04-05)

2. O reflexo das escolhas de Manoel Jacinto na vida de seus familiares

Ao voltar do trabalho na construção civil em uma tarde do ano de 1946, o jovem cearense de 26 anos Manoel Jacinto Correia avistou uma manifestação reivindicando o direito de greve em uma das ruas de Londrina, no norte do Paraná. Homem de hábitos simples, mas persistente em seus ideais, partiu do Nordeste para Minas Gerais até se fixar em terras londrinenses nos anos de 1940. Sempre envolto em um espírito de coletividade, chegou a ser pastor evangélico²²⁰, mas se afastou das atividades religiosas após ser expulso por um dos reverendos que não aceitaram suas críticas à Igreja²²¹. A necessidade de uma base ideológica era uma busca constante de Manoel Jacinto. Sua mulher, Dona Anita, apoiava a decisão do marido em busca de um suporte ao qual se apoiar: “Então a gente via que tinha muita coisa errada dentro da Igreja, mas a gente não sabia como sair” (APTU. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 01). Apesar de se estabelecer em Londrina como mestre de obras e desfrutar de uma remuneração considerável, ao menos para garantir o sustento de sua família e criar perspectivas para o futuro, havia algo mais que inquietava Manoel Jacinto. Sua filha, Elza Correia, destaca a facilidade com que seu pai se envolvia com mobilizações, pronunciamentos, discursos e quaisquer atividades de cunho reivindicatório:

²²⁰ Em depoimento a Teresa Urban, a filha de Manoel Jacinto Correia, Elza Correia, afirma a predisposição do pai e seu cargo de pastor na Igreja Protestante antes de residir em Londrina. APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 02.

²²¹ Nesse ponto existem divergências entre Anita, esposa de Manoel Jacinto Correia, e Elza, filha do militante comunista. Em seu depoimento à jornalista Teresa Urban, Anita não menciona que Manoel Jacinto foi expulso da Igreja, mas que ele não concordou com a expulsão de um pastor protestante negro, chamado Enofre Medrades por outro pastor, que, segundo a entrevistada, seria americano. Manoel Jacinto considerou o ato como racismo e, juntamente com sua família, teria se afastado da prática religiosa. APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 02.

“meu pai era linha de cabeça, entrou na passeata e quando percebeu estava carregando uma bandeira (...), fez um pronunciamento (...) e saiu de lá filiado ao Partido Comunista do Brasil”.

A partir de então, como ressalta Elza Correia, seu pai enfatizava que havia encontrado “o caminho”, enquanto a família iniciou uma fase de privações. Era o preço da luta revolucionária:

A nossa vida era péssima. Eu tenho irmãos hoje que (...) tem aversão ao Partido Comunista (...). Não poderia ser tão bom (...) que a gente vivesse miseravelmente e que não assumisse a responsabilidade de pagar até o dinheiro que meu pai devia receber quando estivesse preso e trabalhando pelo partido. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 03)

A experiência relatada por Elza Correia, filha de um comunista pertencente ao PCB de Londrina, contrasta com a noção de “sociedade ideal”, típica do discurso partidário e que encontra fundamentação no conjunto doutrinário conhecido como “marxismo-leninismo”. Por um lado, o PCB norte paranaense construiu uma “cultura política” (BERSTEIN, 1998, 350-351) específica: um partido que anseia pela legalidade, se estabelece relativamente na base filosófico-doutrinal do marxismo na busca pela identidade histórica, reclamando pelo ideal revolucionário, seja no campo ou na cidade. Produz um sistema político de ampla atuação junto às massas, liderando algumas manifestações de ampla repercussão – como no caso da Revolta de Porecatu – e mobilizações cujo sentido ultrapassa as fronteiras do Estado – a exemplo do Movimento dos Partidários da Paz. Os casos mencionados assinalam, segundo Barros (2009, p. 154), “como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto”. Em suma, vida particular e vida pública eram bem distintas: muitos comunistas passavam por privações, mas a luta não podia parar.

Ao chegar a Londrina em 1946, Manoel Jacinto disse que entrou para o PCB pelo fato de se identificar com o discurso do partido. Considerado legal entre os anos de 1945 e 1947, Manoel se candidatou e foi eleito vereador na cidade pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em razão da proscrição do PCB, em 1947. No entanto, Manoel Jacinto continuava integrando os quadros do PCB, pois a alternância de sigla partidária nas eleições municipais se tratava apenas de uma estratégia para burlar a polícia política e manter o PCB ativo, ainda que fosse considerado clandestino a partir de 1947. Para Manoel Jacinto, os “oradores [do PCB] falavam umas coisas que eram muito coerentes com o meu sofrimento, com minha vida, com minha revolta (...), das injustiças que sofri dadas as perseguições que tive, das humilhações de fazendeiros, da humilhação de patrões”. (APTU. Entrevista. Manoel Jacinto Correia. Não datado, p. 5)

Em outra fala, sua esposa na época, Dona Anita, não traz elogios ao “Partidão”. Em sua visão, havia uma prática comum no PCB em “desligar” seus membros mais atuantes da produção, para que eles trabalhassem de modo incisivo no interior dos quadros partidários. Assim, já em fins dos anos de 1940, Manoel Jacinto foi declarado “desligado da produção”, momento em que o partido assume suas responsabilidades – inclusive financeiras – atribuindo a ele e a sua família o que deveria ser uma pensão mensal.

No entanto, Anita e Elza Correia, esta última uma das filhas de Manoel Jacinto, são categóricas ao enumerarem uma série de reclamações ao partido, que vão desde atrasos às pensões até denúncias de que alguns filiados ao PCB se aproveitavam de maneira ilícita dos recursos do partido para ampliar seus patrimônios. “Não aguentávamos mais vestir roupas (...) nem calçados dos outros”, afirma Anita. (APTU. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 20). O luxo e a ostentação eram típicos de burgueses. Por isso, não fazia sentido que o militante e sua família fizessem parte do mundo consumista. A filha de Manoel Jacinto, Elza Correia, completa dizendo que se tratava de “muita exploração”, exigirem que o seu pai se desligasse da produção, ou seja, deixasse de ser pedreiro para servir o partido sem ganhar quase nada em troca: “porque a ajuda de custo (...) que o partido dava nunca chegava lá em casa, principalmente quando o pai estava preso. Então, se não fosse a costura da minha mãe e da vizinhança doar uma coisa ou outra, [seria] o caos”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 8)

Além do mais, a vida familiar e mesmo conjugal eram afetadas com as constantes mudanças de endereço e prisões. Elza Correia afirma que o nascimento de uma de suas irmãs – Eunice – ocorreu em uma das vezes que seu pai havia sido preso. Após dois anos de enclausuramento, Manoel Jacinto retornou para casa e teve que lidar com o estranhamento da filha em relação à sua presença: “até um pouco antes dela [Eunice] se casar havia este problema entre os dois. Na verdade ela nunca aceitou muito que aquele homem que pintou de repente pudesse ser o pai dela”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 4)

Alheio aos problemas familiares, ausente quando sua esposa e filhos necessitavam, Manoel Jacinto sempre estava envolvido nas atividades do partido: “pra dizer mesmo a verdade, mesmo que ele não estivesse preso, na hora do parto minha mãe sempre estava sozinha, porque ele estava fora, cumprindo as tarefas do partido. Ela [Anita] sempre teve os filhos sozinha, ajudada pela minha vó.” Na opinião de Elza Correia, existe uma “grande falta de responsabilidade dos quadros do partido comunista. Largavam a família (...) na pior dificuldade”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 4; 8)

A indiferença não era algo restrita apenas ao partido. Elza Correia ressalta as suas dificuldades e as de seus irmãos no ambiente escolar. As queixas partem desde problemas pessoais, com professores, até nas mudanças de endereço, solicitadas constantemente pelo PCB, que teriam comprometido o andamento de alguns anos letivos: “nós éramos filhos do Manoel Jacinto, então reprovávamos porque éramos filhos de comunistas”. As humilhações, segundo Elza Correia, eram constantes. Certa vez, no início de ano letivo, o professor de História, Leopoldo, “chamou meu nome, me fez levantar na sala e disse: ‘Esta é a filha de Manoel Jacinto Correia, que é comunista e está preso. Portanto, não sejam amigos dela, não brinquem com ela’”. A exposição aos colegas de classe inibia até a consolidação de relações de amizade: “as crianças tinham horror a mim. Eu era alijada das brincadeiras, não participava de nada (...) como se fosse leprosa ou qualquer coisa parecida.” (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 6-7)

As humilhações se tornaram suportáveis quando eram lembrados por Anita, sua mãe, da luta empreendida por Manoel Jacinto no combate ao conformismo. A partir de então, a figura paterna deixava de ser motivo de vergonha e represálias para se tornar símbolo de heroificação, a ponto do próprio pai, subjugado por boa parte da sociedade londrinense, mobilizar os filhos em suas atividades partidárias e revolucionárias: “nós éramos solidários, carregávamos material para esconder, cada um dentro da minha casa tinha uma tarefa, avisar quando havia pessoas diferentes no bairro (...) [ou] um carro parado na esquina”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 7)

As imagens de esperança e das certezas de solidariedade e fraternidade entre os homens sugeridos pelo jovem Manoel Jacinto poderiam ser apontadas pelos círculos conservadores como “utopias”, no sentido de planos irrealizáveis ou destituídos de bases “reais”. Talvez fosse mais prudente tentar compreendê-las como um conjunto ordenado de representações, no qual, em consonância com Pierre Ansart (1978, p. 21-22), os comunistas pudessem exprimir seus valores e normas, estabelecerem as necessidades coletivas, os papéis sociais e os fins que quisessem alcançar.

Mesmo sustentados por uma doutrina política, um viés materialista e segundo Jorge Ferreira (2002, p. 23), por mais que os comunistas rejeitassem qualquer relação com a “religiosidade, defendessem a primazia do conhecimento científico na decifração da realidade em que viviam e se expressassem por uma linguagem laicizada, havia algo de mítico, sacralizado e nostálgico em suas manifestações discursivas e comportamentais”, a ponto de seduzi-los para a militância política. Filha – Elza Correia – e ex-esposa – Ana Correia (Anita) – não compreendiam como Manoel Jacinto, a exemplo de outros comunistas, mantinham o ânimo forte, a moral elevada e sem aparentar abatimento emocional.



Prisões, perseguições, necessidades, imposição hierárquica dentro do partido, ostracismo social e ressentimentos dos familiares. Mesmo em situações dramáticas o militante Manoel Jacinto, se inspirava em tradições que narravam uma catástrofe universal e a esperança de uma vida melhor.

Considerações finais

Mesmo diante de adversidades os comunistas eram sustentados por um ideal revolucionário baseado na possibilidade de transformar o mundo. Conforme Raoul Girardet (1987, p. 101), a visão da “Idade de ouro”, semelhante à proposta por estes revolucionários, “confunde-se irredutivelmente com a de um tempo não-datado, não-mensurável, não contabilizável, do qual se sabe apenas que se situa no começo da aventura humana o que foi o da inocência e da felicidade”. O “tempo presente”, ou seja, fins da década de 1940 e início dos anos de 1950 são representados pela desordem tanto no âmbito nacional quanto no estadual: degradação das liberdades garantidas pela Constituição de 1946, cassação do PCB em 1947, por disputas de terras (como na Revolta de Porecatu) e nas campanhas urbanas (pela Paz Mundial, contra o desarmamento, repúdio ao envio de soldados para a Guerra da Coreia, para não citar outras). Inspirados no exemplo da União Soviética, comandada por Stálin, os comunistas acreditavam no tempo da “grandeza”, momento de “uma nobreza ou de uma certa felicidade (...) a fixar-se em torno de dois valores essenciais: valor de inocência, de pureza, por um lado; valor de amizade, de solidariedade, de comunhão, por outro” (GIRARDET, 1987, p. 105). Seria o período do comunismo, a ascensão dos trabalhadores, a “Idade de ouro”.

Além disso, o marxismo que serviu de inspiração para os comunistas, compartilhou a ideia do messianismo da tradição judaico-cristã: “de um lado, o papel profético e a função soteriológica que atribui ao proletariado; de outro lado, a luta final entre o Bem e o Mal, que pode ser facilmente comparada ao conflito apocalíptico entre Cristo e Anticristo, seguido da vitória definitiva do primeiro”. (ELIADE, 1972, p. 158)

Assim, o pensamento político dos comunistas norte-paranaenses era mais forte do que suas atitudes e ações. Apesar de não concordarem com muitas deliberações do PCB no norte do Paraná e de existir suspeitas do aproveitamento do comitê central de São Paulo de ver a região como um local ausente de membros preparados para lutar pelo comunismo, a ponto de enviar para a região alguns membros reconhecidos nacionalmente, como Gregório Bezerra e João Saldanha, é notório que a crença no discurso partidário era maior. Manoel Jacinto, um dos líderes do partido no setentrão paranaense, discordava de

vários pontos do PCB, principalmente em relação às atitudes deliberadas pelo partido nos anos de 1940 e 1950, mas durante esse período, não se desvinculou dele e lutava por sua causa.

Mesmo diante de discussões que, por vezes, resultavam em rupturas, havia no papel da militância exercido por Manoel Jacinto um conjunto de pensamentos e certezas alimentados pelo partido. As ideias que o auxiliaram a suportar tamanhas adversidades – físicas, emocionais e familiares – são provenientes de uma tradição intelectual que se consolidou na segunda metade do século XIX. Nas várias áreas do conhecimento, as reflexões dos intelectuais destinavam-se na identificação de “ideias mistificadoras que impediriam os homens de verem a si próprios e as suas relações sociais sem máscaras, roupagens ou adornos”. (FERREIRA, 2002, p. 21)

A busca pela “Idade de ouro”, evidente na doutrina comunista, exigia dedicação exclusiva e, por isso, se fez à custa do abandono familiar, discussões no interior do PCB e do desprezo de parte da sociedade que partilhava do pensamento conservador. Magoado e ressentido, sentindo-se injustiçado, Manoel Jacinto, mesmo assim, não pensou em abandonar o PCB entre os anos de 1940 e 1950.

Desse modo, a cultura comunista entre os militantes do PCB no norte do Paraná entre 1945-1953, estava embasada na busca da “Idade de ouro”. O partido atuou livremente por dois anos (1945-1947), o que permitiu o envolvimento de simpatizantes, a sua organização e estruturação no Estado. Mesmo assim, autoridades policiais não deixaram de acompanhar suas atividades, a ponto de aprisionar e perseguir membros pertencentes aos quadros do PCB.

No esforço de reconstituir a trajetória da militância comunista de Manoel Jacinto, foi possível compreender a dedicação da vida desse militante à crença numa causa: o fim da exploração capitalista e o esforço na construção de uma sociedade mais justa. A experiência deste revolucionário está ausente de glórias e reconhecimentos. Privações, mágoas, dúvidas, incertezas, ressentimentos, discussões, negligência e violência parecem caracterizar a realidade do militante comunista e seus familiares no norte paranaense, muito embora seja inegável que Manoel Jacinto personifique uma história de luta por transformações sociais e políticas. Sua trajetória de privações se assemelha a de uma minoria de brasileiros que não foram passivos aos acontecimentos de seu tempo, apesar dos acometimentos, à repressão física e psicológica. Mesmo não possuindo uma vida acadêmica consolidada, como parte significativa das lideranças do PCB, Manoel Jacinto buscou fazer a diferença na sociedade por meio de seus ideais revolucionários. Portanto, analisar sua história de vida simboliza compreender, de forma mais aprofundada possível, o contexto ao qual esteve inserido.



Referências bibliográficas

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **A subversão do paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951)**. São Paulo. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BARROS, José D'Assunção. O estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Revista de Educação *Educere et Educare***. Ponta Grossa: v. 4, n. 7, jan./jun. 2009, p. 147-162.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 362-363.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1972.

FERNANDES JÚNIOR, Reginaldo. **Revolução e democracia: vivências e representações**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)** v. 0, Rio de Janeiro, Ed. Maud/Eduff, 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha: um perfil sócioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964)**. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2004.

HOLTZ, Edson. **Faces ilícitas de uma cidade: representações da prostituição em Londrina (1940-1966)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2001.

LAZIER, Hermógenes. O jornal do partido, a Tribuna do Povo (entrevista). In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2008, p. 157-176.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Novas contribuições aos estudos disciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH Revista de História**, Ouro Preto: UFOP, n. 6, 1996, p. 92-100.



PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia Helena. **Narrativas da Pós-Modernidade da Pesquisa Histórica**. Maringá: Eduem, 2005, p.155-170.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 441-450.

Fontes

Entrevistas:

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985.

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985.

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985.

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Manoel Jacinto Correia. Não datado.

O MUNDO DE CABEÇA PARA BAIXO: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA CONTEMPORÂNEA SOBRE POMA DE AYALA

Vinicius Soares Lima
Universidade Estadual de Maringá

1. Resumo.

Em 1615 o cronista peruano de ascendência completamente andina Felipe Guaman Poma de Ayala escrevia uma carta ao rei da Espanha Felipe III anunciando o envio de um manuscrito com mais de mil páginas sob o título de *Nueva corónica y buen gobierno*. Fonte da presente pesquisa, essa obra riquíssima é a única que se tem notícia de ter sido escrita pelo cronista. Seu texto inclui uma cosmogonia, as histórias antiga e medieval contadas sob um ponto de vista único, a história do império inca e uma descrição vasta dos mais variados aspectos do primeiro século do período colonial na América Hispânica, sobretudo no Peru. Há graves críticas sobre a ação dos colonizadores espanhóis, embora a dureza do texto seja amenizada pelas belas ilustrações que enfeitam a obra do começo ao fim. Este trabalho fará uma descrição e breve análise do autor e da obra, com base na própria crônica e em descobertas recentes da historiografia, principalmente da linguista estadunidense Rolena Adorno, especializada no estudo do cronista andino.

Palavras-chave: Poma de Ayala; Peru colonial; Rolena Adorno.

2. Introdução.

O objetivo deste trabalho é oferecer um panorama geral da vida de Felipe Guaman Poma de Ayala e dos aspectos principais de sua obra, com base na historiografia atual sobre o tema. Nesta historiografia, o nome mais recorrente - e conseqüentemente mais abordado neste trabalho - é o da linguista estadunidense Rolena Adorno, que se tornou especialista no autor andino. As obras mais conhecidas a respeito deste tema estão disponíveis apenas em línguas estrangeiras. Isso torna difícil o acesso de falantes do português aos conteúdos essenciais para o conhecimento do autor e seu mundo. A *Nueva corónica y buen gobierno* é um elemento-chave para a compreensão dos primórdios do sistema colonial espanhol. Um entendimento mais completo dos aspectos básicos do autor e sua obra pode ajudar a ampliar e enriquecer as discussões sobre a história da América espanhola colonial como um todo.

Felipe Guaman Poma de Ayala viveu durante o primeiro século do período colonial latino-americano. Antes de algumas descobertas relativamente recentes, não havia fontes objetivas sobre a vida e trajetória do autor além do que ele mesmo escreve em sua única obra conhecida, a *Nueva corónica y buen gobierno*. Algumas passagens desse texto são suficientes para situar seu nascimento após a conquista do

império Inca pelos espanhóis. Diz o cronista: *porque yo no nací en tiempo de los Yngas para sauer todo lo que destas cordilleras lo supe y lo fue escriuiendo* (AYALA, 1987. P. 860). Além de sua crônica, há outro escrito do autor que dá uma noção um pouco mais exata do tempo em que ele viveu. Trata-se de uma carta ao rei da Espanha Felipe III datada em 14 de fevereiro de 1615, na qual o autor atribui a si mesmo a idade de oitenta anos. (ADORNO, 1987. P. XX).

Ao longo do século XX, vários documentos coloniais foram publicados, ampliando paulatinamente a compreensão sobre o autor (ADORNO, 2001). Entre estes, merecem destaque o *Expediente Prado Tello*, publicado integralmente em 1991, e a *Compulsa Ayacucho*, que contém a sentença criminal outorgada a Ayala em 1600. Esses documentos permitem concluir que a obra começou a ser escrita somente após o ano de 1600 (ADORNO, 1993. pp. 53-4).

Conhecedor tanto do castelhano quanto do quéchuá, Poma de Ayala colaborou com os colonizadores espanhóis antes de começar a escrever sua crônica. É sabido que o cronista serviu de assistente em campanhas contra o movimento de resistência indígena *taki ongoy*, (ADORNO, 1987. P. XIX). O autor também afirma que chegou a trabalhar como intérprete em uma composição de terras (AYALA, 1987, p. 715). Esse fato foi comprovado por um documento publicado em 1938 por Rodolfo Salazar (ADORNO, 2001. p. 11). Após as reformas do vice-rei Francisco de Toledo - que governou o vice-reino do Peru de 1569 a 1581 - a melhor situação que um nativo andino poderia ocupar dentro do sistema colonial era a de linhagem nobre, não-Inca e servindo o governo colonial. Guaman Poma entendia isso; ele sempre buscou se apresentar como alguém que possuía tanto o status de nobreza herdado quanto uma função no governo colonial (ADORNO, 1993. p.55).

O autor critica as injustiças do sistema colonial com veemência, embora tenha feito parte dele. Sua pretensão reformista fica clara já nas primeiras linhas da crônica:

Me dé su gracia para escriuir y notar buenos egenplos, para que de ello tome todos los christianos, y cienbre y plante, para que echen buena fruta y cimiente para el seruicio de Dios Nuestro Señor, y de lo malo los pecadores se emiende y enfrene su lengua y corasón y su ánima y consencia y a los que la leyere le alunbre el Espíritu Sancto y unos y otros se aconsejen y se enseñen y sepan que ay un solo Dios uerdadero, la Sanctícima Trinidad en el cielo y en este mundo, Dios uerdadero. [sic] (AYALA, 1987. P. 03).

Um dos fatores que destaca este autor entre os demais cronistas do período colonial é sua ascendência. Ao contrário do famoso cronista andino mestiço Garcilaso de la Vega, Poma de Ayala era descendente exclusivamente de nativos dos Andes pelos dois lados de sua família. Além disso, o autor

jamais deixou o Peru, passando toda sua vida no mundo colonial (ADORNO, 1987. p. XVII). A grande diferença entre os dois, além da origem étnica, é a opinião de cada um sobre a miscigenação. Para Garcilaso, a miscigenação seria o meio para um futuro onde as raças e culturas estariam ligadas pelo amor (CHANG-RODRÍGUEZ, 1982. p. 36). O cronista Ayala, por sua vez, sempre deixou claro que, para ele, cada etnia deveria se manter presente em seu local de origem. Para Ayala, a presença espanhola na América é o grande motivo do caos em que se encontrava o mundo colonial (CHANG-RODRÍGUEZ, 1982. p. 40). Ayala via o mundo andino pré-conquista como uma ordem que deveria ser reestabelecida, o sistema colonial era o caos que deveria ser ordenado (WACHTEL, 1971 pp. 837-8). Poma de Ayala deixa isso claro em toda sua crônica. Para ele, o mundo estava de cabeça para baixo: “[...] *mundo al rrebes*. Es señal que no ay dios y no ay rrey” (AYALA, 1987. P. 1136). Nesse sentido, uma estratégia importante da crônica de Ayala foi negar o argumento de que os nativos americanos foram conquistados através de uma *guerra justa*. Essa posição se baseava em três crenças concebidas pelo autor: a) os primeiros habitantes andinos, como os europeus, eram descendentes de Noé e adoravam o Deus cristão; b) os apóstolos de Cristo visitaram a América do Sul antes dos espanhóis e realizaram aqui as primeiras conversões ao cristianismo, o que tornaria dispensável a intervenção espanhola para catequizar, e c) os andinos aceitaram voluntariamente a soberania de Carlos V, o que implicaria que os espanhóis não tinham sobre os nativos os direitos de um povo vencedor de uma guerra justa. (AYALA, 1987. Pp. 80, 92 e 377.) Este último item foi usado por Ayala para condenar, por exemplo, o poder dos *encomenderos* sobre os nativos.

Poma de Ayala era bem familiarizado com a história pré-colombiana dos Andes e com obras de autores clássicos europeus e *criollos*. No lado europeu, um autor que certamente influenciou a obra de Ayala é o frei Luis de Granada (1504 – 1588). Este é o único autor que Ayala cita como fonte (ADORNO, 1987. p. XXVII). Entretanto, a historiadora Sophie Plas (1996) provou que a obra contém vários elementos inegavelmente inspirados pelo cosmógrafo sevilhano Jerónimo de Chaves, um escritor bem lido no período colonial (PLAS, 1996. p. 99). Os dominicanos - principalmente Bartolomeu de Las Casas – também influenciaram a *Nueva crónica y buen gobierno* (ADORNO, 1987. p. XXIV, nota 19). O conhecimento de seu passado andino teria chegado ao cronista através da tradição oral e da leitura de crônicas espanholas do século XVI sobre os povos andinos do período pré-conquista (ADORNO, 1987. P. XXII).

A historiografia recente permite concluir que o cronista escreveu sua obra como último recurso para garantir seus interesses pessoais (ADORNO, 1992 e 1993). Durante o final do século XVI, o autor esteve envolvido em uma longa série de processos legais nos quais reivindicava a posse de terras em Chupas, no

vale da região colonial de Huamanga (atual região de Ayacucho), que ele afirmava ser posse de seus antepassados (ADORNO, 1993. p. 56). O *Expediente Prado Tello* - que hoje se encontra em uma coleção particular em Lima, mas foi digitalizado e pode ser encontrado na internet – mostra em detalhes essa disputa legal, que culminou na derrota de Guaman Poma e sua condenação a uma pena de duzentos açoites e exílio, pois as autoridades coloniais refutaram o status nobre que o autor afirmava ter (ADORNO, pp. 75-6). Como essa punição é mais que suficiente para matar um homem adulto, provavelmente já velho, a autora acredita que Guaman Poma de alguma forma tenha conseguido evita-la. Para Adorno, Guaman Poma só recorreu à escrita a partir de 1600, quando todas as outras avenidas de participação social se fecharam para ele com a derrota na disputa legal por Chupas e sua consequente condenação (ADORNO, 1993. p. 80).

3. O autor.

Poma de Ayala representa um personagem típico da América espanhola colonial, frequentemente chamado de *índio ladino*; o nativo andino que sabia espanhol e vivia em contato direto com a sociedade colonial espanhola e a autóctone, no início do período colonial (ADORNO, 1987. P. XVIII). Os indígenas que se encontravam nesta posição costumavam ser empregados pela Coroa espanhola para atuar em questões que envolvessem o mundo nativo. Para Adorno, esses índios procuravam com avidez postos e privilégios dentro do sistema colonial.

A partir de 1550, senhores nativos serviam como subordinados dos administradores coloniais espanhóis, e eles começaram a competir por posições na burocracia colonial espanhola depois da reorganização da sociedade nativa durante o governo do vice-rei Francisco de Toledo (1569 – 1581). A experiência documental de Guaman Poma oferece um exemplo vívido dessa tendência visto que ele serviu em muitos dos papéis intermediários desempenhados por andinos que aprendiam Espanhol.
(ADORNO, 2002. p. 24).

Em sua obra, o cronista mostra ser bem informado sobre o mundo em que vivia. Um exemplo claro disso é a narração, por Ayala, de uma visita do Marquês de Montesclaros às minas de Choclo Cocha e Huancavelica, sob ordens do rei. Sua narração é corroborada por evidências documentais. A visita de Montesclaros às minas foi de fato ordenada por decreto real, que como afirma Guaman Poma, foi enviado de Madri em 12 de Dezembro de 1606. Além disso, em 1608, o marquês de fato enviou, como indica Guaman Poma, um despacho ao rei datado de 14 de Janeiro de 1609. O cronista também conhecia pessoalmente e frequentava as minas de Castrovirreina e Huancavelica, onde em 1614, “seus vassalos o

reconheceram e o abraçaram e contaram todas as misérias que sofreram na província e suas minas”. Huancavelica é, inclusive, uma das quatro áreas do Peru sobre as quais as referências do autor são suficientemente detalhadas para confirmar seu conhecimento e experiência delas. As outras três são Huamanga, a província de Lucanas e a província dos Aymaraes. (ADORNO, 2002. p. 48).

Além disso, Guaman Poma trabalhou como assistente de um inspetor da igreja na área de Lucanas, Huamanga, no fim da década de 1560. Retornou para lá nos anos de 1590 como um administrador colonial indígena de baixa patente e se estabeleceu depois de 1600. Essa vida itinerante exemplifica as vidas de milhares de andinos de sua geração, que constituíram o grupo social dos índios *ladinos* (ADORNO, 2001. p. 10).

O trabalho do cronista para a coroa espanhola também pode ser comprovado por fontes documentais alheias à *Nueva corónica y buen gobierno*. Em 1938, Rodolfo Salazar publica um documento no qual Poma de Ayala aparece como assistente de Amador de Valdepeña, um representante de nativos nomeado, ou *protector de naturales* (ADORNO, 2001. p. 12). O futuro cronista assinou o documento como “Don Phelipe Guaman Poma”, o que indica o status social nobre pelo qual ele era conhecido. A detenção de um status como este era extremamente importante para o autor:

Em uma sociedade colonial que dava pouca atenção a um andino como Guaman Poma, mesmo que ele afirmasse ser um “cacique prencipal y gobernador mayor de los ynos,” a obra pode ser entendida como um esforço por seu autor para criar um papel social viável para si mesmo em um tempo em que sua própria cultura não podia mais fornecer modelos adequados.
(ADORNO, 1978. p. 125)

Essa necessidade de afirmação de um status nobre também está intimamente relacionada às reformas coloniais levadas a cabo pelo vice-rei Francisco de Toledo. O legado toledano é crucial para compreender as reivindicações de Guaman Poma no *Expediente Prado-Tello* e na *Compulsa Ayacucho* (ADORNO, 1993. p. 55). O vice-rei abolira oficialmente o governo inca, que agora era considerado ilegítimo e tirânico. Além disso, ele fundiu as posições de lideranças étnicas locais a postos na administração colonial espanhola. Na prática, isso significou, como foi dito acima, que a melhor posição que um nativo peruano podia ocupar no sistema colonial era a de linhagem nobre, mas não inca, e servindo ao governo colonial. Poma de Ayala parecia conhecer muito bem sua realidade, pois:

Ele identificou a si mesmo como um membro da elite nativa local (*cacique prencipal*) e como um funcionário nomeado do governo espanhol (*gobernador de los índios y administrador de la provincia de los Lucanas*). Na *Nueva corónica* (2:823; 3:1106) ele usou um título similar, mas mais prestigioso, “*administrador, protetor, tiniente general de corregidor*” e através de suas correções ao manuscrito original, ele elevou o título de

“*cacique principal*” ao de *capac ques principe*, “*qhapac que significa príncipe*” (Pietschmann. 1936, p. XIII; Adorno. 1980, XLI). Em cada caso, ele refletiu a necessidade de afirmar tanto o status colonial quando o status andino herdado. A inflação de seus títulos corresponde, como veremos, ao desenvolvimento de suas pretensões literárias frente à sua derrota judicial.
(ADORNO, 1993. p.55)

A documentação citada no parágrafo acima mostra registros da participação de Poma de Ayala em disputas por terras até o ano de 1600, quando foi derrotado no processo legal em que estava envolvido. As terras da região de Chupas reivindicadas por Guaman Poma ficam perto das nascentes dos rios que abaixo formavam o vale de Chupas (Nome original do vale de Huamanga). Essa rede hidráulica era formada pelos rios Guatata, La Tenería, Yanayaco e Viñaca, que desaguavam no Rio Marañón e davam às terras importante valor estratégico (ADORNO, 1993 p. 61). De acordo com Adorno, os ancestrais de Guaman Poma da dinastia Yarovilca provavelmente chegaram a essa região no século XV na qualidade de colonos étnicos enviados pela administração Inca (*mitmaqkuna*).

Os *mitmaqkuna* serviam para três diferentes propósitos: colonizar áreas recém-conquistadas (caso de Guaman Poma), prover guarnições militares ao longo da vulnerável fronteira leste do Império, ou para povoar terras disponíveis não cultivadas, mas potencialmente produtivas [...] De acordo com Cobo, os *mitmaqkuna* eram especialmente honrados ou privilegiados pelo Inca “para parecer mais nobre”.
(ADORNO, 1993. p. 61)

Este status herdado de *mitmaqkuna* tem relação direta com a derrota legal de Guaman Poma na disputa de terras. Com a chegada dos europeus, o prestígio e o status dos *mitmaqkuna* se perdeu, enquanto o termo passou a receber novos significados (ADORNO, 1993. p. 64). Após as reformas de Toledo, esses índios passaram a ser vistos como forasteiros, migrantes de algum outro lugar. As autoridades coloniais dividiram este grupo (que também pode ser chamado de *Yanacona*) em duas categorias diferentes: *forasteros revisitados* e *forasteros advenedizos* (ADORNO, 1993, p. 64).

A primeira categoria era composta por índios que viviam em suas respectivas comunidades étnicas originais – *ayllu* – porque seus ancestrais haviam nascido lá e se integrado à comunidade. A segunda categoria era composta por indígenas que estavam presentes na comunidade étnica, mas que podiam sair eventualmente. Esses últimos, no tempo do Império Inca, eram enviados para trabalhar em locais distantes de sua comunidade original, mas continuavam sob a jurisdição de seu senhor étnico. Entretanto, os espanhóis liberaram esses índios dos laços de obediência com os caciques de origem e os colocaram sob a jurisdição do cacique local. Assim, colonizadores e membros nativos locais se misturaram, e os espanhóis

chamaram a todos de *mitimaes*, ou seja, forasteiros (ADORNO, 1993. p. 64). Esta questão é o esqueleto do debate entre Guaman Poma e seus adversários sobre a posse das terras em Chupas.

Para Adorno, Guaman Poma nunca soube realmente que era descendente de *advenedizos* (*idem* p. 65). Ele perdeu a disputa justamente porque seus rivais persuadiram os juízes de que ele não era um cacique local, mas um forasteiro e um impostor. Estes rivais eram os índios *Chachapoyas*, um grupo étnico e possivelmente linguístico originado no norte do Peru, liderado por Don Domingo Jauli (*idem* p. 66). Esse grupo fora transplantado para a região de Quito pelo imperador Inca quando os espanhóis chegaram. Depois da invasão, os Chachapoyas imediatamente se aliaram aos espanhóis e se incorporaram às forças reais. Eles lutaram pela coroa espanhola na batalha que derrotou Diego de Almagro filho, em Chupas. Depois da vitória, o governador Cristóbal Vaca de Castro colocou os Chachapoyas nas terras de Chiara, em Chupas, que antes eram possuídas pela família do cronista. Isso foi feito como recompensa pela colaboração com a coroa. A disputa entre eles e o cronista começou em 1586, como mostra a *Compulsa Ayacucho* (*idem*, p. 68).

Em 23 de março de 1600, em Huamanga, Domingo Jauli acusou criminalmente Guaman Poma por ser um impostor. Em dezembro do mesmo ano, o *teniente corregidor* Gaspar Alonso Ribeiro confirma os direitos dos Chachapoyas às terras e impõe uma sentença criminal ao cronista. É só depois deste ano que Guaman Poma começa a desenhar e escrever a *Nueva Corónica y buen gobierno*.

4. A *Nueva Corónica*: Reformismo e influências literárias.

Quanto ao reformismo presente na obra de Guaman Poma, Adorno afirma que este não era um fenômeno raro e isolado. Ao contrário, a *Nueva Corónica y buen gobierno* consiste no melhor exemplo sobrevivente de uma colaboração entre reformistas coloniais e andinos nativos, na época em que o vice-reinado impunha seus padrões aos Andes (ADORNO, 1993. p. 348).

Em resumo, podemos destacar três principais reivindicações reformistas de Ayala na *Nueva Corónica y Buen Gobierno*. Em primeiro lugar, o sistema de *encomiendas* é ilegítimo, pois o Tawantinsuyu (império Inca) não fora conquistado através de guerra justa (AYALA, 1987. p. 564). Em segundo lugar, os espanhóis eram obrigados pela religião cristã a restituir os vencidos pelas terras e riquezas tomadas e pelo domínio exercido (*idem*, pp. 572, 573, 741). Finalmente, o rei da Espanha deveria presidir uma espécie de *commonwealth* de nações, dividido em quatro grandes monarquias autônomas, representando África,

Europa, o mundo turco-otomano e o território das Índias, que seria administrado pelo filho do cronista (*idem*, p. 963).

O questionamento da legitimidade da conquista espanhola é um aspecto original da crônica de Ayala. O cronista discorda de Las Casas quanto à ideia de que a evangelização é o único título justo de guerra (ADORNO, 1987. p. XXV). Como foi dito na introdução, o autor acreditava que havia uma descendência comum entre os índios americanos e os europeus: a descendência de Noé. Para Franklyn Pease, essa tese da origem hebraica é um exemplo da busca intelectual por uma explicação do processo de povoamento original da América, discussão muito recorrente no período colonial (PEASE, 1981. p. 22). O cronista utilizava essa ideia da descendência de Noé para argumentar que os primeiros habitantes da América conheciam a Deus, mas depois esse conhecimento se perdeu (ADORNO, 1987. p. XXV). Além disso, Ayala imaginou e narrou um passado onde o apóstolo São Bartolomeu viajou para o novo mundo após a morte de Cristo e pregou para os habitantes do continente: “los apóstoles llegaron a este rreyno más primero que los españoles y de ellos somos cristianos” (AYALA, 1987. p. 1090). O cronista também inventou um evento passado no qual seu pai, Don Martin Guaman Malqui de Ayala, concedera pacificamente a posse do Império Inca ao imperador Carlos V: “Se dieron pas el rrey enperador de Castilla y el rrey de la tierra deste rreyno del Pirú *Uascar Ynga*, lexítimo¹. En su lugar fue su segunda persona y su bizzorrey Ayala” (AYALA, 1987. p. 377).

As exigências por restituições por parte dos espanhóis também são constantes na obra. De fato, para inculcar o medo do castigo divino nos espanhóis, o autor utilizou a retórica eclesiástica como a linguagem preferida de sua argumentação (ADORNO, 1987. p. XVIII). Ainda mais importante é a coordenação, na *Nueva Corónica*, de um princípio da doutrina cristã articulado pelo frei Luis de Granada e o programa da reforma colonial proposto por Las Casas (*Idem*); ele elege a concepção teológica para explicar tudo e rechaça a ideia de uma hierarquia de males menores ou maiores. Desse modo, o autor vai contra uma ideia bem característica do sistema colonial: a de que a conquista espanhola do Peru foi resultado de um castigo divino merecido pelos pecados do povo incaico e andino: “Ou seja, Guaman Poma aproveita o discurso religioso cristão criado para a autorreflexão espiritual e moral dos andinos e o recria colocando este *espelho* frente aos mesmos europeus” (ADORNO, 1987. P. XXXI).

O novo modelo político proposto ao Rei da Espanha é o último dos principais aspectos do intento reformista de Ayala. O autor baseou esse modelo em um sistema quadripartite de divisão do espaço

organizado ao redor de um centro (ADORNO, 1992. p. 355). O funcionamento desse esquema foi bem explicado pelo historiador e antropólogo Nathan Wachtel em seu artigo *Pensée sauvage et acculturation*, de 1971. Este autor nos mostra que a concepção espacial de Poma de Ayala do Peru colonial pode ser representada por duas diagonais cruzadas, que delimitam as quatro divisões tradicionais do Império Inca (*suyus*): Chinchaysuyu, a oeste; Antisuyu, ao norte; Collasuyu, ao leste e Cuntisuyu, ao sul (WACHTEL, 1971. p. 801). No ponto central, onde as diagonais se cruzam, está Cuzco, que era imaginada no Império Inca como o centro universo. O cronista encaixou sua concepção do mundo dentro deste modelo, e o dividiu também quatro partes, quatro *reinos*, que deveriam ser autônomos, mas prestar obediência ao rei da Espanha: Reino da Turquia (mundo islâmico), Reino de Guiné (África negra), Reino de Roma (Europa) e Reino das Índias, com Castela ocupando o lugar de Cuzco no modelo anterior. (WACHEL, 1971. pp. 830-835). O rei da Espanha passaria a ocupar a posição do Inca, se tornando o monarca do mundo.

Essa concepção é fundamental para a proposta reformista de Ayala, pois ele acreditava, como foi dito, que os habitantes originários de cada um desses reinos deveriam permanecer em seus locais de nascimento. Ayala temia a miscigenação e argumentava contra ela. Esses argumentos são relacionados aos efeitos negativos do contato entre o indígena e o espanhol, como a conquista, a redução populacional, a ameaça de extinção da cultura andina, os vícios adquiridos pelos índios, entre outros (WACHTEL, 1971. p. 838). O cronista buscava algo que acreditava ser a restauração da ordem natural do universo, de um mundo que se encontrava de cabeça para baixo:

“Mundo invertido e vazio: os índios são perseguidos “porque não há mais Inca para protegê-los”, “o mundo está ao contrário porque não há Deus, nem rei”. Ausência infinita: o Inca desapareceu, o universo sucumbiu ao caos”. Onde está o rei? “Quem é o rei – pergunta Poma – senão o rei católico”? “Mas o rei está em Roma e em Castela”. E é para informar do “mal do mundo” que o cronista ousa lançar seu grito. O projeto de poma revela assim uma dimensão verdadeiramente messiânica: sua crônica, resultando no Rei-Inca, permitirá restaurar a ordem do universo.

(WACHTEL, 1971. p. 838)

A análise desse modelo nos leva a uma discussão interessante sobre as obras em que Poma de Ayala se baseou para construir sua crônica. Nathan Wachtel concluiu, em 1971, que a visão de mundo de Guaman Poma era composta por elementos tipicamente andinos (WACHTEL, 1971. p. 794). Um artigo publicado em 1996 no *Journal de la Société des Américanistes* por Sophie Plas traz uma visão diferente. Para a

autora, a influência literária de autores europeus na composição da *Nueva Corónica* foi negligenciada pela maioria dos estudiosos do assunto.

Como Guaman Poma é uma das pouquíssimas fontes de origem indígena escritas no começo da época colonial, poucos pesquisadores se aventuraram a colocar à prova a confiabilidade do conhecimento do cronista. Para autores como Nathan Wachtel e Juan Ossio, Guaman Poma reconstruía a história indígena partindo de esquemas mentais e noções próprias à sua cultura (PLAS, 1996. p. 98). Para a autora citada no parágrafo acima, não é pertinente adotar sem ressalvas a visão do mundo pré-hispânico formulada oitenta anos depois da conquista por um índio que jamais conheceu o império inca (*idem*). A autora acredita que a hipótese de empréstimos da tradição ocidental merece, ao menos, ser estudada.

Sophie Plas consegue provar que a *Chronographia* à *Repertorio de Los Tiempos*, do cosmógrafo sevilhano Jerónimo de Chaves (1523 – 1574) foi uma influência decisiva para a crônica de Ayala. Este livro era amplamente conhecido no período colonial, no Velho Mundo e na América (*idem* pp. 100-101). As influências de Chaves são notáveis em vários elementos da *Nueva Corónica*. A estudiosa mostra que essas influências são de ordem formal, textual e conceitual.

No âmbito formal, Guaman Poma respeita as convenções do livro espanhol na segunda metade do século XVI: letra ornamentada, letras romanas, paginação, prólogo ao leitor cristão e página de título. Além disso, Guaman Poma parece ter sido familiarizado com convenções de impressão da época, pois ele indica o número de folhas e cadernos, que seriam informações destinadas a um hipotético impressor. No campo textual, a influência da obra de Chaves teria sido determinante na elaboração do modelo das idades do mundo por Guaman Poma. O autor andino também usa as genealogias bíblicas, papais e imperiais do livro de Chaves, e jamais o menciona. Os empréstimos conceituais, por fim, também tem a ver com o esquema de Guaman Poma as idades do mundo. Dividir a história em diferentes eras é uma tradição muito antiga na literatura ocidental (PLAS. 1996. pp. 102 – 112).

Outra influência importante para a obra de Ayala veio dos Dominicanos. Seus argumentos contra a *encomienda* se baseavam nos panfletos e tratados de religiosos reformistas como Las Casas e seus colegas peruanos. O cronista elogia a obra caridosa de outros dominicanos, como Jerónimo de Loyasa. Além disso, Poma de Ayala contestava a presença espanhola na América utilizando o mesmo vocabulário que Las Casas e Loyasa empregaram anteriormente. Um memorando enviado por Las Casas e Santo Tomás ao rei Felipe II em 1560 parece ter sido um modelo em miniatura para a obra de Ayala (ADORNO, 1978. pp. 126-128).

5. Século XX: História da redescoberta do manuscrito original e novas contribuições.

Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.

Atualmente, o manuscrito original é parte do acervo da Biblioteca Real da Dinamarca. A primeira menção ao manuscrito nos registros da biblioteca data de 1729. Contudo, não se sabe exatamente como ou quando o documento chegou à Dinamarca. Também não é possível afirmar se o rei Felipe III de fato recebeu o manuscrito (ADORNO, 2002. p. 10-11). Vejamos abaixo a relação que Rolena Adorno oferece das descobertas documentais sobre Poma de Ayala no século XX.

A história do manuscrito de Ayala recomeça em 1908, quando o bibliotecário alemão Richard Pietschmann anunciou a leitura do extraordinário documento (ADORNO, 2001. p. 01). Vinte e oito anos depois foi publicada a primeira edição moderna do manuscrito, o fac-símile digital produzido pelo *Institut d'Ethnologie de Paris*, sob a direção de Paul Rivet (*idem*). Em 1938 ocorreu a primeira publicação de um documento alheio à *Nueva Corónica* que contém informações sobre Poma de Ayala (*idem*, p. 11). Este documento, assinado por Ayala em 1595, é o registro de uma transação de terras na qual o autor participou como assistente do *Protector de naturales* envolvido na questão.

A próxima grande contribuição documental relativa a Poma de Ayala aconteceu em 1945. Neste ano, Lohmann Villena publicou a carta que o cronista enviou ao rei Felipe III em 14 de fevereiro de 1615 para anunciar a conclusão da *Nueva Corónica*. Esta carta se encontra no *Archivo General de Indias*, em Sevilha. (ADORNO, 2001. P.12). Nos anos de 1952 e 1954, o reverendo peruano Elias Prado Tello publicou, respectivamente, uma das petições de Guaman Poma e três desenhos, presentes no dossiê relativo à disputa das terras de Chupas. Esse dossiê era o *Expediente Prado Tello*, que viria a ser publicado na íntegra apenas em 1991 (*idem*).

Em 1955, o frei Pedro de Mañaricua publicou a sentença criminal pronunciada contra Guaman Poma em 1600 (*idem*). Em 1969, Edmundo Guillén-Guillén argumentou acertadamente que essas evidências acumuladas poderiam fornecer grandes descobertas sobre o cronista. Durante a década de 1970, mais evidências se acumularam. A maior contribuição desta década foi a transcrição da *Compulsa Ayacucho* por Juan C. Zorilla em 1977. Em 33 folhas, este documento mostra a batalha legal entre Guaman Poma e os Chachapoyas, e a sentença trágica para o cronista, já conhecida desde 1955 (*idem*).

Grandes contribuições documentais também aconteceram na década de 1990. Como já foi dito, Elias Prado Tello publicou o *Expediente Prado Tello* na íntegra somente no ano de 1991. Esse dossiê de litígios dá uma clareza muito maior à disputa de terras entre Guaman Poma e os Chachapoyas. Por fim, a segunda maior contribuição dos anos de 1990 foi a redescoberta, por Juan Ossio, do manuscrito perdido *Loyola*, do

frei Martin de Muruá. Para Adorno, esta descoberta pode renovar evidências sobre a relação de Guaman Poma com o frade (*idem*).

6. Conclusão

Apesar de todas essas descobertas e avanços, muito permanece desconhecido sobre o autor, principalmente o que aconteceu em sua vida após a derrota judicial para os Chachapoyas. A bibliografia sobre a *Nueva corónica* e seu autor ainda é muito reduzida e restrita a poucos idiomas, que não incluem o português. Por isso o intento principal deste trabalho foi fornecer os elementos necessários a um conhecimento básico da obra, sintonizado com as principais descobertas historiográficas recentes.

O conhecimento da obra de Poma de Ayala é indispensável para qualquer estudioso do início do período colonial nos Andes. O autor demonstra conhecer bem o mundo andino e o mundo europeu, domina o quéchua, conhece o espanhol e é bem informado sobre questões políticas, econômicas e sociais. Sua crônica é vasta e aborda todos esses temas. Contudo, não se pode perder de vista que a obra foi escrita como meio de satisfazer os interesses pessoais do autor, e certamente é influenciada pela mágoa da derrota judicial. Mesmo assim, a *Nueva Corónica* é uma leitura enriquecedora para todos aqueles interessados no passado colonial da América Latina, que ainda apresenta muitas continuidades no nosso presente.

7. Bibliografia

ADORNO, Rolena:

2002. A Witness unto Itself: The Integrity of the Autograph Manuscript of Felipe Guaman Poma de Ayala's *El primer nueva corónica y buen gobierno* (1615/1616). Publicado em: *Fund og Forskning*, Det Kongelige Bibliotek, Copenhague 2002.

2001. Guaman Poma and His Illustrated Chronicle from Colonial Peru: From a Century of Scholarship to a New Era of Reading. A new introduction to the web publication of The *Nueva corónica y buen gobierno*. Maio de 2002. Disponível em: www2.kb.dk/elib/mss/poma/presentation/index-en.htm

1995. La Génesis de la *Nueva corónica y buen gobierno* de Felipe Guaman Poma de Ayala, in: *Taller de Letras. Revista del Instituto de Letras de la Pontificia Universidad Católica de Chile*, 1995 (págs. 9-45).

1993. The Genesis of Felipe Guaman Poma de Ayala's *Nueva Corónica y buen Gobierno*, in: *Colonial Latin American Review*, Vol. 2, 1993, Nos. 1-2 (pp. 53-92).

1992. Colonial Reform or Utopia? Guaman Poma's Empire of the Four Parts of the World, en *Amerindian Images and the Legacy of Columbus*, Hispanic Issues 9, editado por René Jara y Nicholas Spadaccini, págs. 346-74. Minneapolis: Editorial da Universidade de Minnesota.

1987. Waman Puma: El autor y su obra. In: Guaman Poma de Ayala, Felipe, *Nueva crónica y buen gobierno*. Ed. John V. Murra, Rolena Adorno y Jorge L. Urioste. Crónicas de América 29a-c. Historia-16, Madrid. 1987, vol. 1, pp. xvii-xxvii.

1980. La redacción y enmendación del autógrafo de la Nueva crónica y buen gobierno. In: Guaman Poma de Ayala, Felipe, *El primer Nueva crónica y buen gobierno* [1615], editado por John V. Murra y Rolena Adorno, traduções do quechua por Jorge L. Urioste. 3 tomos. Siglo Veintiuno, Mexico, D.F. 1980, vol. 1, pp. xxxii-xxlvi.

1978. Felipe Guaman Poma de Ayala: An Andean View of the Peruvian Viceroyalty, 1565-1615. In: *Journal de la Société des Américanistes*, t. LXV: pp. 121-143, Paris.

CHANG-RODRÍGUEZ, Raquel. 1982. Coloniaje y conciencia nacional: Garcilaso de la Vega Inca y Felipe Guaman Poma de Ayala. In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº38. pp. 29-43.

MURRA, John V. 1987. Una vision indigena del mundo andino. In: Guaman Poma de Ayala, Felipe, *Nueva crónica y buen gobierno*. Ed. John V. Murra, Rolena Adorno y Jorge L. Urioste. Crónicas de América 29a-c. Historia-16, Madrid. 1987, vol. 1, pp. xxx-xxx

PEASE, Franklin. 1981. Felipe Guaman Poma de Ayala: Mitos andinos e historia occidental. In: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, nº 37. pp. 19-36.

PLAS, Sophie. 1996. Une Source Européenne de la *nueva crónica y buen gobierno* de Guaman Poma. In: *Journal de la société des americanistes*. Tomo 82. pp. 97-116.

URIOSTE, Jorge L. 1987. Los textos quechuas en la obra de Waman Puma.In: Guaman Poma de Ayala, Felipe, *Nueva crónica y buen gobierno*. Ed. John V. Murra, Rolena Adorno y Jorge L. Urioste. Crónicas de América 29a-c. Historia-16, Madrid. 1987, vol. 1, pp.lxv-lxxvii.

WACHTEL, Nathan. 1971. Pensée sauvage et acculturation : l'espace et le temps chez Felipe Guaman Poma de Ayala et l'Inca Garcilaso de la Vega. In. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisation*. Ano 26, N 3-4. pp. 793-840

“O DESAFIO DO NOSSO TEMPO”: O ATIVISTA POLÍTICO SOB A SOMBRA DO ROMANCISTA: A ATUAÇÃO DE E.M.FORSTER NA IMPRENSA BRITÂNICA ENTRE AS DÉCADAS DE 1920 E 1940

Wendell Ramos Maia

Universidade Estadual de Maringá (Mestrado)

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo aqui é traçar um panorama da pesquisa desenvolvida a respeito da atuação na imprensa e do pensamento político do escritor inglês Edward Morgan Foster (1879-1970). Trata-se de uma pesquisa que pretendia não só trazer e apresentar a figura de E.M.Forster ao público brasileiro, que o conhece pouco, mas também compreender seu pensamento e seu posicionamento num momento específico,

[Caderno de Resumos e Anais da XIX Semana de História, VII Fórum de Pós-Graduação em História e II Fórum de Licenciatura em História Universidade Estadual de Maringá ISSN: 2175-4446.](#)

o entreguerras, para, com isso, tentar contribuir com o debate acerca da atuação da intelectualidade europeia nesse contexto. Na verdade, toda a pesquisa foi feita relacionando suas ideias, suas opiniões e seu posicionamento com o de outros intelectuais que atuaram em prol ou do fascismo ou do comunismo. Figuras como Robert Brasillach, Ezra Pound, Paul Nizan, André Gide, T.S.Eliot, Vladimir Nabokov, G.K.Chesterton, aparecem ao lado de E.M.Forster nessa empreitada e nos permitem, através da análise do material coletado (ensaios, artigos e transmissões radiofônicas), termos uma ideia do como a intelectualidade europeia se movimentou impulsionada por uma conjuntura marcada pelo radicalismo político.

De todo, não poderemos nos aprofundar aqui a respeito dos resultados obtidos. Mesmo porque a dissertação ainda não foi defendida — muito embora o trabalho do autor venha se arrastando há cerca de 4 anos e, por isso mesmo, ele já tem suas conclusões e já respondeu as perguntas que queria. Assim, mais do que traçar um panorama da pesquisa em si ou dos resultados obtidos até agora, focaremos aqui na nossa metodologia de trabalho e nos caminhos que se abriram para a realização dessa pesquisa.²²²

E.M.FORSTER: “PERSONAGENS NÃO PODEM VIR À LUZ E GUIAR O MUNDO”

Nascido em Londres, em 1879, filho de Edward Morgan Llewellyn Forster (1853-1880) e Alice Clara Whichelo (1855-1945), E.M.Forster foi um dos mais destacados escritores e intelectuais ingleses do século XX. Como seu pai, ingressou na Universidade de Cambridge, em 1897, mas ao invés de arquitetura, estudou História e Letras Clássicas no *King's College*. E diferente dele, experimentou e viveu num ambiente menos austero, quase totalmente depurado da influência religiosa que caracterizara o ensino nas universidades britânicas até a primeira metade do século XIX. “Cambridge o transformou, e ele sempre reconheceu esse débito. [Ali] ele ‘se encontrou’, ou pelo menos foi onde esse processo teve início,²²³”, como observou seu primeiro biógrafo, P.N.Furbank. As influências das amizades travadas ali com o embrião do *Grupo de Bloomsbury*, além da de alguns de seus professores, especialmente Lowes Dickinson e Edward Dent — que foi quem o incentivou a seguir a carreira literária —, foram decisivas para sua formação. Como frisou Nicola Beuaman, não fosse Cambridge, ele não teria enveredado pelo caminho da escrita.²²⁴

²²² O autor se limita a fazer uma única observação: a relação das fontes e da bibliografia utilizada ao longo da pesquisa é muito extensa, e, por isso mesmo, a relação que consta aqui é a do material mais importante ou que foi utilizado com mais frequência.

²²³ FURBANK, P.N. *E.M.Forster: a life*. Vol. I. New York: A Harvest Book & Harcourt Brace & Company, 2010, p.49.

²²⁴ BEUAMAN, Nicola. *Morgan: A biography of E.M.Forster*. London: Hodder & Stoughton, 1993, p.83.

Sua carreira literária foi meteórica, mas curta. O primeiro romance, *Where Angels Fear to Tread* (1905), publicado pela Edward Arnold foi seguido por *The Longest Journey* (1907), *A Room with a view* (1908), que chegou aos cinemas em 1986, protagonizado por Maggie Smith e Helen Bonham-Carter, *Howards End* (1910), que também foi filmado e saiu em 1992 tendo à frente do elenco Vanessa Redgrave, Emma Thompon, Antonin Hopkins e Helen Bonham-Carter, *A Passage to India* (1924), o último romance publicado em vida, cuja versão no cinema foi dirigida por David Lean, de *Doutor Jivago*, e *Maurice* (1971), o romance póstumo, mas escrito entre 1913-1914, que teve sua versão cinematográfica lançada em 1987 contando com James Wilby, Hugh Grant e Rupert Graves interpretando os protagonistas.

A despeito do sucesso repentino que deu a ele uma nova perspectiva ante as incertezas que o haviam consumido nos anos que se seguiram após ter deixado Cambridge, a morte de sua avó materna, Louisa Whichelo, em 1911, e o estouro do conflito em agosto de 1914 dinamitaram o mundo no qual ele se refugiava. Nos meses que se seguiram a publicação e o sucesso de *Howards End* já era possível ter um vislumbre das dificuldades que iriam despontar em sua vida. Em seu diário, em dezembro daquele ano, ele escreveu: “Hoje um dia depressivo. Minha mãe não esta bem, e não vejo que se possa fazer. (...) Quando penso na infelicidade que se aproxima — com a morte da minha avó — não sei o que ela fará. (...) Minha mãe pode ir à ruína.”²²⁵ E foi o que aconteceu. A morte de sua avó, em janeiro de 1911, destruiu a vida de sua mãe e modificou totalmente o seu caráter. Como frisou P.N. Furbank, “a vida deles nunca mais foi a mesma depois disso.”²²⁶

Se ele já temia por sua esterilidade como escritor antes mesmo da morte de sua avó materna, como ele registrou em seu diário em dezembro de 1910 — “Devo me forçar a começar um livro ou esperar para [ver] se a inspiração venha em algum momento?”²²⁷ —, o que veio depois simplesmente soterrou a possibilidade dele de se recompor. O estouro do conflito em agosto de 1914 o deixou ainda mais perturbado e depressivo do que de costume, o que o impedia de trabalhar — “Sinto que essa guerra acontece por minha causa. Se eu morrer, isso termina,”²²⁸ escreveu em seu diário.

²²⁵ FORSTER, Edward Morgan; GARDNER, Philip (org.) *The Journals and Diaries of E.M.Forster*. Vol. II. New York: Ashgate USA, 2011, p. 18.

²²⁶ FURBANK, P.N. *E.M.Forster: a life*. Vol. I. New York: A Harvest Book & Harcourt Brace & Company, 2010, p. 197.

²²⁷ FORSTER, Edward Morgan. GARDNER, Philip (org.) *The Journals and Diaries of E.M.Forster*. Vol. II. New York: Ashgate USA, 2011, p.18.

²²⁸ *Ibidem*, p.49.

De todo, as mudanças provocadas pelo conflito demorariam a ser completamente absorvidas por uma Europa cambaleante e incrédula ante ao que tinha acontecido — e E.M.Forster não reagiria de maneira muito diferente. A inversão na tendência política que se verificou ao longo das décadas de 1920 e, sobretudo na de 1930, quando o fascismo e o comunismo emergiram como alternativa ao liberalismo político e econômico, acabou gerando não só uma instabilidade emocional e um bloqueio criativo em sua carreira, mas também uma nostalgia com relação a um mundo que parecia fadado a desaparecer e que dava sinais claros de debilidade. Diante dessa perspectiva, o que se operou na década de 1920 na carreira de E.M.Forster foi uma reação frente à essa conjuntura política, então polarizada.

Nessa conjuntura ele acabou percebendo, como acabou registrando em seu *Commonplace Book*, que sua ficção de nada serviria — “Personagens não podem vir à vida, lutar ou guiar o mundo.”²²⁹ Ele também percebeu que as ações concretas é que poderiam fazer a diferença nessa conjuntura — em carta à Virginia Woolf, quando formalizou o pedido para que ela e seu marido Leonard Woolf integrassem a comitiva britânica que seria liderada por ele em Paris no *Congresso Internacional dos Escritores*, em 1935, ele descreveu o espírito que o movia: “Não creio que a conferência em si seja de qualquer utilidade — as coisas já foram longe demais. Mas não tenho dúvidas quanto à importância de pessoas como nós dentro dessas conferências. Nós representamos as últimas manifestações do [mundo] civilizado.”²³⁰ Ou seja, ele reconhece a responsabilidade, a sua como intelectual, de agir e de se manifestar sobre as questões que estavam postas e esperava que seus amigos, que também estavam engajados em causas próximas as que ele defendia, fizessem o mesmo — e é isso que diferencia seu comportamento nessa época da anterior, quando ele era um escritor bem sucedido. Não é a toa que no momento em que a conjuntura política se encarregou de empurrá-lo na direção do debate interno sobre questões que estavam colocadas dentro daquela realidade — como a crise de confiança no sistema democrático, o avanço do autoritarismo, a ampliação do poder do estado, a censura — ele interrompeu sua carreira literária, iniciada em 1905.

Mas a despeito disso, de não ter ficado alheio à realidade política que identificou nessa conjuntura, existe algo de atípico nele quando observamos o comportamento de outros intelectuais nesse momento. Enquanto Ezra Pound, Mircea Eliade, Henri Montherlant ou Drieu la Rochelle se mostraram entusiasmados com as ideias de Hitler, ou Sidney e Beatrice Webb, Louis Aragon e Henri Barbusse faziam loas a Stalin,

²²⁹ FORSTER, E.M. *Commonplace Book*. Aldershot: Wildwood House, 1987, p.150-151.

²³⁰ FORSTER apud FURBANK, P.N. *E.M.Forster: a life*. New York: A Harvest Book & Harcourt Brace & Company, 2010, p.193.

E.M.Forster manteve-se fiel aos valores que herdou do mundo anterior a 1914, o mundo dos Thornton e da tradição liberal do século XIX.

Quando entrou na arena política, assim como outros intelectuais, E.M.Forster tinha um propósito. De fato, não foi o de Pound, de idolatrar Mussolini, e não foi o de Henri Barbusse, que fazia o mesmo com Stalin. Sua atuação na imprensa também não serviu para dar vãs pretensões de um Bernard Shaw ou um H.G.Wells. Mas como cada um deles, Forster fez sua escolha. E é isso o que temos de frisar aqui: as escolhas. O comportamento humano e seu universo interior podem ser moldados pela condição de classe, pelo gênero, pelas tradições culturais, mas como indivíduo o homem tem a capacidade de escolha moral, e assim esta livre de fatores determinantes. Nesse sentido, como frisou Isaiah Berlin, a função da compreensão histórica é justamente a de identificar a margem de manobra que os atores históricos tinham para a ação com base nas alternativas concretas que se tinha à época e compreender como e porque os homens usaram sua liberdade dessa ou daquela maneira.²³¹

Trata-se de um fenômeno histórico complexo, um fenômeno que exige um exame das ideias e da consciência de cada um. Mas mais do que fazer um exame da consciência, ou da forma de pensar e agir de cada um temos que observar a intimidade e, muitas vezes, o caráter passional desses intelectuais. É impossível analisar o pensamento político, ou a defesa que alguns intelectuais fizeram de determinadas ideologias sem se atentar para sua intimidade. Muitos deles demonstraram estar em busca de alguma realização pessoal. Alguns chegaram a arrogar uma autoridade ou um senso de responsabilidade que, efetivamente, não tinham. Outros, como o próprio Forster, tomaram um posicionamento sobre pressão da conjuntura e não propriamente por identificação com uma ideologia. Assim, não existe um único caminho que nos permite compreender a diversidade de interesses manifestados e de ideias defendidas. Mas isso também não quer dizer que não possamos traçar um denominador em comum entre alguns tipos de comportamento e de interesse e classificá-los. Existe, e trabalharemos em cima disso. O que queremos aqui é deixar claro que, dependendo do caso, temos que nos focar mais ou na intimidade ou no caráter passional de alguns deles para que possamos compreender o porquê de terem seguido um determinado caminho e não outro, de terem feito uma escolha em detrimento de outra.

Tendo isso em vista, tratamos, em um primeiro momento, de alguns aspectos da carreira e da vida de E.M.Forster que nos permitiram compreender não só seu posicionamento político — é impossível fazê-lo sem se atentar para as influências que as famílias de seus pais exerceram sobre ele ou a diferença que os anos vividos em Cambridge fizeram —, mas também as escolhas que fez. Sem que nos debruçemos sobre os problemas que detonaram o fim de sua carreira literária, seria difícil compreender porque ele saiu de sua torre de marfim. Assim, os capítulos *Marianne Thornton* e *Na Universidade de Cambridge* visam dar conta dessas questões e esclarecê-las. De fato, tudo o que abordamos aqui, a influência de sua mãe, de sua tia-avó, de seus amigos do *Bloomsbury*, o processo de abandono

²³¹ BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios Sobre a Liberdade*. Brasília: Editora UnB, 1981, p. 75-126.

da ficção e o peso que sua homossexualidade teve em sua vida e em sua carreira, nos permitirá compreender tudo o que veio depois, das suas atitudes quando iniciou sua carreira como crítico e ensaísta ao seu posicionamento político.

Em *Saindo da Torre de Marfim*, até pelo contexto histórico em que E.M.Forster definiu seu posicionamento, faremos um pequeno balanço a respeito da fissura provocada pelas duas ideologias que se digladiaram na primeira metade do século XX no campo político. De fato, é impossível compreender certos aspectos do século XX sem que nos atentemos para o *caráter revolucionário* e o *potencial totalitário* dos regimes nazista e soviético. Assim sendo, o objetivo aqui é fornecer elementos que nos permitam compreender não só a diferença entre essas ideologias, mas também o que tinham em comum. Isso é importante porque a intelectualidade europeia não agiu e não partiu para o embate apenas por vaidade ou buscando a realização pessoal — não que isso não tenha acontecido, mas existem questões mais profundas aqui. O estouro do conflito em 1914 gerou profundas dissensões internas na maioria dos países envolvidos, especialmente naqueles que saíram derrotados. As necessidades eram prementes, e as democracias recém-criadas, com as soluções que ofereciam, não foram capazes de aplacar os ânimos. Assim, essa situação acabou abrindo as comportas para que o radicalismo dominasse o debate político e se impusesse como alternativa viável para fazer frente a um mundo em decomposição e fragmentado. Se por um lado divergia sobre qual regime apoiar, não há dúvida de que o grosso da intelectualidade europeia não só reconhecia como compartilhava a mesma noção de que o mundo da democracia liberal estava liquidado, e de que era necessária uma reformulação completa da sociedade. Foi sob esse impulso que ela agiu e sob esse impulso que ela buscou em soluções autoritárias o meio para sair do impasse em que viviam. E é por isso que queremos frisar os elementos e práticas que essas ideologias compartilhavam, uma vez que eles serão úteis para a discussão que se dará na sequência.

Num terceiro momento faremos um mergulho nas décadas de vinte e trinta e tentaremos compreender o posicionamento de E.M.Forster nessa conjuntura. E pretendemos fazê-lo discutindo sua relação com o fascismo, o comunismo e a democracia. Aqui o que nos interessa é verificar não só a maneira como interpretou o quadro político de então, mas também a maneira como se posicionou e porque fez certas escolhas. Quando formos tratar do comunismo veremos que ele tinha suas simpatias e que a despeito delas, seu caráter dúbio, que foi forjado pela confluência de elementos que herdou das famílias de seu pai e de sua mãe, ele nunca conseguiu cristalizá-las e enveredar pelo caminho de seu amigo Leonard Woolf, ou de um George Orwell. Quando formos tratar de sua relação com o fascismo, veremos que, diferente do comunismo, as informações sobre o que acontecia na Alemanha nazista e os propósitos de Hitler e de sua ideologia fizeram toda diferença para que ele se manifestasse sua posição contrária e desferisse críticas duras ao ditador alemão, ao contrário do que fez com o regime de Stalin que, como se sabia à época, não perdia em nada no seu caráter autoritário e violento quando comparado com os nazistas.

Quando disparou contra o nazismo, ele se distanciou significativamente de parte da intelectualidade europeia que, como Ezra Pound ou Drieu la Rochelle, via em Hitler uma força nova e purificadora de um mundo em decomposição. Com relação ao comunismo, as coisas foram diferentes, já que aqui ele flertava e se mostrava uma

certa complacência, para além de uma ingenuidade um tanto pueril. No entanto, apesar de suas simpatias, advindas não só de seu sentimentalismo e ingenuidade, mas também da maneira como olhava e como via seus propósitos, ele não aquiesceu. Aos poucos ele se distanciou e marcou uma diferença com relação às ideias defendidas por um Paul Nizan, porta-voz intelectual do Partido Comunista Francês, e um Henri Barbusse, que disse que “se Stalin tem fé nas massas, a recíproca é verdadeira.”²³²

De fato, a ideia é a mesma, verificar o seu posicionamento, mas o procedimento muda, conforme as necessidades. Como nutria certas simpatias pelo comunismo, somos obrigados a verificar, em um primeiro momento, as origens disso, e depois os movimentos que o levaram a se distanciar dele. Somos obrigados também a verificar suas divergências com relação às opiniões e as ideias defendidas por outros intelectuais com relação a isso. É impossível compreender o que estava em jogo ou o que E.M.Forster estava recusando sem se atentar para o que outros estavam abraçando e defendendo. Com relação ao fascismo a mesma coisa. Como sua rejeição foi instantânea, temos que nos atentar as suas divergências e, claro, à condenação que fez do regime de Hitler e Mussolini, o que significa dizer que não precisaremos fazer o exercício anterior, o que tivemos de fazer com o comunismo, já que aqui não houve qualquer movimento para se adequar ao mundo que Hitler pretendia criar. Nesse quesito ele nunca cedeu um milímetro. Com relação à democracia, a mesma coisa. Tentaremos identificar os elementos que nos permitem compreender a defesa que fez a partir de 1938-1939 dos carcomidos valores liberais e democráticos ante a uma Europa que se rendia ao autoritarismo. Mais do que evidenciar os valores que acabou defendendo face a outros, considerados mais modernos, temos que nos atentar para as críticas que ele fez. Não podemos imaginar que ele idealizasse a democracia, que a considerasse um regime perfeito como Barbusse acreditava ser o comunismo, ou Pound o fascismo. O próprio título de sua segunda coletânea de ensaios e artigos já evidencia isso — *Two Cheers for Democracy* [Dois Vivas à Democracia]. “Dois vivas à democracia (...). Dois vivas são o suficiente: esse não é o momento para dar três,”²³³ como escreveu ele em *What I Believe*, de 1939. Por quê? É a pergunta que tentaremos responder. Assim sendo, seu olhar crítico, mais do que qualquer outra coisa, deverá se sobressair quando nos debruçarmos sobre essa questão.

No fundo no fundo, o que estamos tentando compreender aqui é o grau de atração exercido por essas ideologias sobre a intelectualidade e o porque de E.M.Forster não ter cedido a ela. Nessa época, a intelectualidade parecia ter atendido a um chamado. E isso não era novo. Como E.M.Forster ao longo das décadas de vinte e trinta, vários dos intelectuais franceses do século XIX sobre os quais Winock se debruça em *As Vozes da Liberdade* acreditavam ter responsabilidades e que deviam de agir dada a conjuntura que se apresentava. Muitos ambicionavam cadeiras no Parlamento, tendo alguns chegado até a serem ministros, quando não chefes de estado. Sendo aristocratas por nascimento ou aristocrata pelo saber e talento, consideravam que, se pensam e comentam a política, também

²³² BARBUSSE, Henri. *Stalin: Um mundo novo visto através de um homem*. Rio de Janeiro: Leitura, 1945, p.251.

²³³ FORSTER, Edward Morgan. *Two Cheers for Democracy*. New York: Harcourt Brace, 1951, p.70.

precisavam praticá-la. Não é a toa que redigissem profissões de fé, que fizessem campanhas, que participassem de banquetes cívicos, que ocupassem cadeiras no Parlamento, que interpelassem e participassem dos governos, que bradassem ao povo. Seu desejo era o de guiar.²³⁴ E E.M.Forster agiu sob o impulso dos mesmos instintos — o de que ele tinha responsabilidades e de que não se podia furtar delas —, embora jamais tenha chegado ao extremo de se filiar a um partido e concorrer a uma cadeira no Parlamento. Assim sendo, a discussão que se dará nas páginas que se seguem girará em torno das atitudes de um intelectual com relação à política, e por isso, não se difere muito da de Winock em termos objetivos. A política esta no centro da arena. A intelectualidade esta debatendo ideias políticas e planos de ação. Até a conjuntura é complexa e turbulenta. A diferença é que estamos do outro lado da Mancha e sob pressão não de dois regimes, mas de duas ideologias.

FONTES IMPRENSAS

- BENDA, Julien. *La Traicion de los intelectuales*. Santiago: Ediciones Ercilla, 1951.
- BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- CIANO, Galeazzo. *Diario: 1937-1943*. Milano: Rizzoli, 1980.
- CLEMENCEAU, Georges. *Grandezas y Miserias de una Victoria*. Madrid: Aguilar, 1930.
- ELIADE, Mircea. *Memoria: Las promesas del equinoccio: 1907-1937*. Madrid: Taurus, 1980.
- ELIOT, T.S. *Las Aventuras sin fin*. Barcelona: Lumen, 2011.
- FURBANK, P.N.; LAGO, Mary. (ed.) *Selected Letters of E.M.Forster: volume one: 1879-1920*. Cambridge: Belknap Press and Harvard University, 1983.
- FURBANK, P.N.; LAGO, Mary. (ed.) *Selected Letters of E.M.Forster: volume two: 1921-1970*. Cambridge: Belknap Press and Harvard University, 1985.
- FORSTER, Edward Morgan. *Abinger Harvest*. London: Edward Arnold, 1946.
- FURBANK, P.N.; LAGO, Mary. (ed.) *Selected Letters of E.M.Forster: volume one: 1879-1920*. Cambridge: Belknap Press and Harvard University, 1983.
- FURBANK, P.N.; LAGO, Mary. (ed.) *Selected Letters of E.M.Forster: volume two: 1921-1970*. Cambridge: Belknap Press and Harvard University, 1985.
- FORSTER, Edward Morgan. *Two Cheers for Democracy*. New York: A Harvest Book & Harcourt Brace & Company, 1951.
- FORSTER, Edward Morgan. *Marianne Thornton: a domestic biography*. London: Edward Arnold, 1956.
- FORSTER, Edward Morgan. *The Longest Journey*. London: Oxford University Press, 1960.
- FORSTER, Edward Morgan. *The Prince's Tales and other uncollected writings*. FURBANK, P.N. (ed.) London: Andre Deutsch, 1998.
- FORSTER, Edward Morgan. GARDNER, Philip (org.) *The Journals and Diaries of E.M.Forster*. New York: Ashgate USA, 2011.
- FORSTER, Edward Morgan. *Abinger Harvest*. London: Edward Arnold, 1946.
- FORSTER, Edward Morgan. *The Hill of Devi and the other writings*. London: Edward Arnold, 1983.

²³⁴ WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.16.

HEALTH, Jeffrey M. *The Creator as Critic and other writings by E.M.Forster*. Toronto: Dundurn Press, 2008.

ISHERWOOD, Christopher. *Christopher and His Kind*. New York: Farrar Giroux Strauss, 1976.

_____. *Diaries of Christopher Isherwood: volume one: 1939-1960*. Katherine Bucknell (ed.) New York: Harper Collins, 1996.

POUND, Ezra. *A Voz da Europa*. Lisboa: Hugin, 1996.

SPENDER, Stephen. *The Temple*. London: Faber and Faber, 1988.

SOLJENÍTISIN, Alexander. *Arquipélago Gulag*. São Paulo: Difel, 1976.

STEIN, Gertrude. *Guerras que he visto*. Barcelona: Alba Editorial, 2003.

WOOLF, Leonard. *La muerte de Virginia*. Barcelona: Lumen, 2012.

WOOLF, Leonard. *Beginning again: an autobiography of the years 1911 to 1918*. New York: Harcourt & Brace, 1972.

WOOLF, Virginia. *Diários: Primeiro volume: 1915-1926*. Lisboa: Bertrand, 1985.

WOOLF, Virginia. *Diários: Segundo volume: 1927-1941*. Lisboa: Bertrand, 1987.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

APPLEBAUM, Anne. *Gulag: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

BEUAMAN, Nicola. *Morgan: A biography of E.M.Forster*. London: Hodder & Stoughton, 1993.

BECKER, Jean-Jacques. *O Tratado de Versalhes*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BERTONHA, João Fábio. *Coerção, consenso e resistência num estado autoritário: o caso da Itália fascista*. In: Diálogos. Maringá: UEM/DHI, 1997.

BERTONHA, João Fábio. *Entre Mosley, Whittaker e Plínio Salgado: interfaces entre o universo fascista do Brasil e do mundo anglo-saxão*. Porto Alegre: Interfaces Brasil/Canadá, V.1, N.2, 2002.

BERTONHA, João Fábio. *Sobre a Direita: Estudos sobre o fascismo, nazismo e integralismo*. Maringá: Eduem: 2008.

BLINKHORN, Martin. *Fascism and Right in Europe: 1919-1945*. Edinburgh: Pearson, 2000.

BRACHER, Karl Dietrich. *La dictadura alemana. Vol.1 e 2*. Madrid: Alianza Editorial, 1973.

CARTER, Miranda. *Os Três Imperadores: Três Primos, Três Impérios e o caminho para a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

COOK, Don. *Charles De Gaulle*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

HYNES, Samuel. *The Auden Generation: Literature and Politics in England in the 1930s*. London: The Bodley Head, 1976.

DAWSON, Christopher. *Dinâmicas da História do Mundo*. São Paulo: É Realizações, 2010.

DE FELICE, Renzo. *Autobiografia del fascismo: Antologia di testi fascisti: 1919-1945*. Torino: Einaudi, 2004.

DENMAN, Roy. *Missed Chances: Britain and Europe in the Twentieth Century*. London: Indigo, 1997, p.129.

DAVIES, Peter. *The Extreme Right in France: 1789 to the Present: From de Maistre to Le Pen*. London: Routledge, 2002.

DAWSON, Christopher. *Dinâmicas da História do Mundo*. São Paulo: É Realizações, 2010.

- ELEY, Geoff. *What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crisis of a Capitalism State*. IN: *Politics and Society*, 1983.
- EATWELL, R. *Fascism: A History*. London: Vintage, 1996.
- ELIAS, Norbert. *Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____ ; SCOTDON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- EVANS, Richard. *A Chegada do Terceiro Reich*. São Paulo: Editora Planeta, 2010.
- _____. *O Terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Planeta, 2011.
- _____. *O Terceiro Reich em Guerra*. São Paulo: Editora Planeta, 2012.
- GOTTILIEB, Julie; LINEHAN, Thomas. *The Culture of Fascism: Visions of the far right in Britain*. New York: I.B.Tauris, 2004.
- IGNATIEFF, Michael. *Isaiah Berlin: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- KIRK, Russell. *A Era de T.S.Eliot*. São Paulo: É Realizações, 2011.
- KIRKIPATRICK, B.J. *A Bibliography of E.M.Forster*. London: Rupert Hart Davis, 1968.
- LARKIN, Maurice. *France since the Popular Front*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- LEWIS, D.S. *Illusions of grandeur: Mosley, fascism and British society: 1931-81*. Manchester: Manchester University Press, 1987.
- LINEHAN, Thomas. [British Fascism, 1918-39: Parties, Ideology and Culture](#). Manchester: Manchester University Press, 2006.
- LUKAS, John. *Cinco Dias em Londres: negociações que mudaram o Rumo da II Guerra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *O Duelo Churchill x Hitler: 80 dias cruciais da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. *Junho de 1941: Hitler e Stalin*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- MacDONOGH, Giles. *The Last Kaiser: The Life of Wilhelm II*. New York: St. Martin's Press, 2000.
- MALCOLM, Janet. *Duas vidas: Gertrude e Alice*. São Paulo: Paz & Terra, 2008.
- MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- MARDER, Herbert. *Virginia Woolf: A medida da vida*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- NIZAN, Paul. *Por una Nueva Cultura*. Ciudad do Mexico: Ediciones Era, 1975.
- NOBOKOV, Vladimir. *Fala, Memória*. Lisboa: Relógio D'Água, 2013.
- MAZOWER, Mark. *O Império de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. *Continente sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MEE, Charles. *The End of Order: Versailles, 1919*. New York: E.P. Dutton, 1980.
- MENESES, Filipe Ribeiro. *Salazar*. São Paulo: Leya, 2011.
- NICHOLLS, A.J. *Weimar and the Rise of Hitler*. New York: St. Martin's Press, 1979.
- PUGH, Martin. *State and Society*. London: Bloomsbury, 2012.
- PAXTON, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz & Terra, 2007.
- PAYNE, Stanley. *El fascismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.



- SOUCY, Robert. *French Fascism: The Second Wave: 1933-1939*. New Haven: Yale University Press, 1995.
- SCHOENBAUM, David. *Hitler's Social Revolution*. New York: W.W. Norton & Company, 1997.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP/ Cambridge University Press, 1999.
- STONE, Wilfred. *The Cave and the Mountain: a study of E.M.Forster*. Stanford: Stanford University Press, 1966.
- TASCA, Angelo. *El Nacimiento del fascismo*. Barcelona: Crítica, 2000.
- TAYLOR, A.J.P. *Historia de Inglaterra: 1914-1945*. Ciudad do Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1989.
- TAYLOR, A.J.P. *The Origins of The Second World War*. London: Penguin, 1991.
- THURLOW, Richard. *Fascism in Britain: A History: 1918–1998*. London: I.B.Tauris, 1998.
- WILLMOTT, H.P.. *World War I*. London: Dorling Kindersley, 2008.
- WINOCK, Michel. *As Vozes da Liberdade: os Escritores Engajados do Século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- WINOCK, Michel. *O Século dos Intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertand, 2000.
- WINOCK, Michel. *Victor Hugo na Arena Política*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.